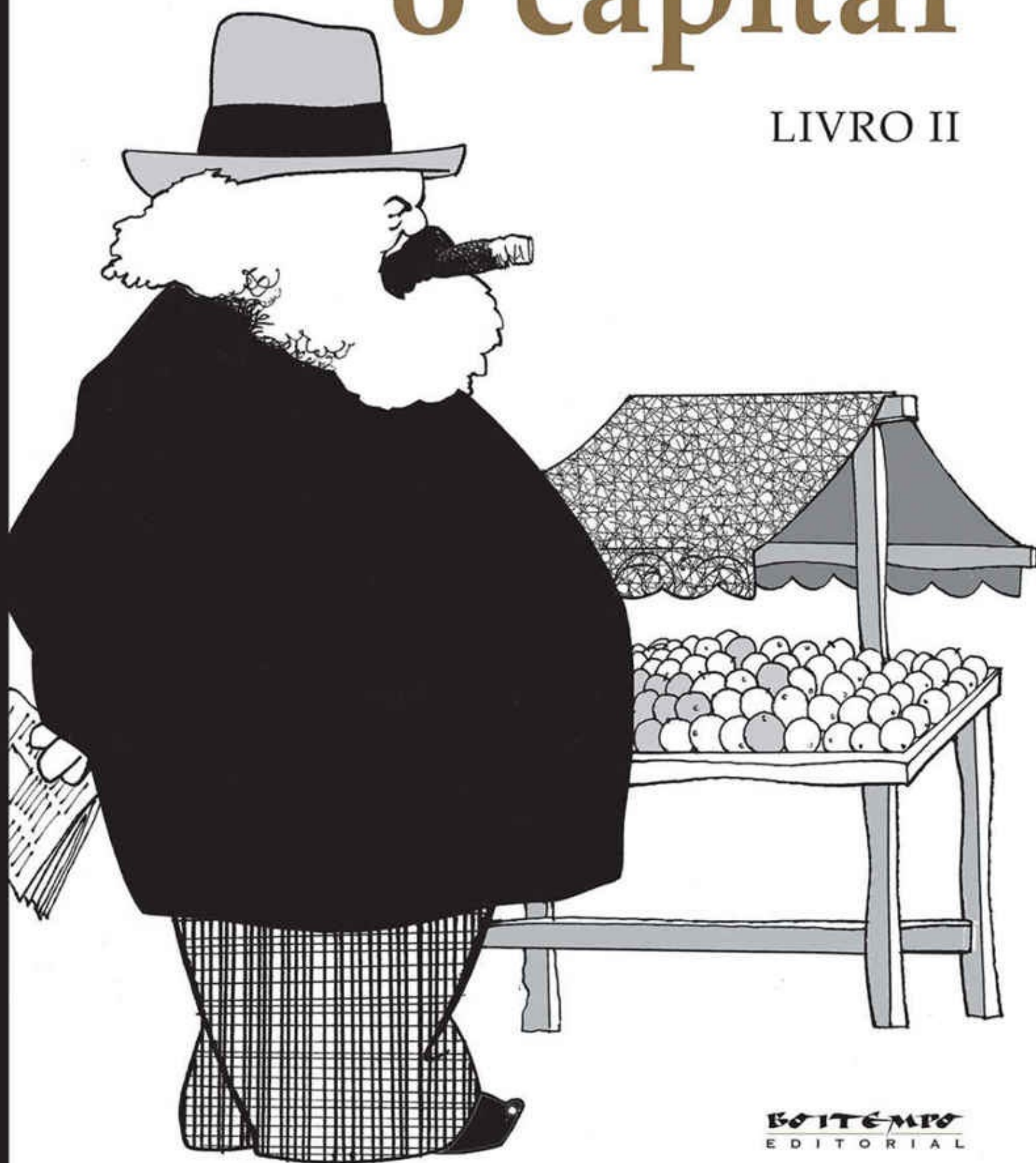
KARL **MARX**

# O capital

LIVRO II

**Sobre O capital, Livro II**
**Ricardo Antunes**

O Livro II de O capital oferece pistas espetaculares para se compreender e atualizar a teoria do valor-trabalho. Ao contrário do fim do valor, tão alardeado há décadas, o que o mundo produtivo (em sentido amplo, como o define Marx) vem presenciando é a expansão sem limites de novas formas geradoras do valor, ainda que sob a aparência do não-valor.

Como a alquimia do capital não pode se eternizar sem alguma modalidade interativa entre trabalho vivo e trabalho morto, o moinho satânico não descansa. Cria e recria, produz e destrói, cria novos espaços e também desespacializa. Vale qualquer coisa para extrair mais-valor. Com o mundo maquínico-informacional-digital tudo ficou mais fácil para o capital e todos os espaços possíveis são potencialmente convertidos em geradores de mais-valor. E se este nasce na esfera da produção (Livro I), Marx nos recorda que produção é também consumo, distribuição e troca/circulação.

Aqui reside o traço distintivo do Livro II: tratar de modo abrangente o processo de circulação do capital. Como o seu objetivo precípuo é a valorização, reduzir o tempo de circulação do capital torna-se vital. Como o tempo global do capital depende tanto do tempo de produção como do de circulação, diminuir a diferença entre eles é um dos desafios cotidianos da engenharia do capital dos nossos dias. Enquanto a mercadoria produzida, seja ela material ou imaterial, não é vendida, não há realização plena do mais-valor já criado. Desse modo, o tempo de circulação necessário torna-se um limitador do tempo de produção.

Urge, então, reduzi-lo ao mínimo, de modo a encurtar o tempo de rotação total do capital, que é dado pelo tempo de produção mais o de circulação. O que leva Marx a oferecer duas conclusões, colocando a crítica da economia política de seu tempo em um patamar mais elevado: primeiro, quanto mais o tempo de circulação se aproxima de zero, maior é a produtividade do capital e, segundo, maior é também a geração de mais-valor. O que significa dizer: em situações particulares, como na indústria de transportes e de comunicações, embora não ocorra aumento da quantidade

material produzida, há geração de mais-valor.

Como se dá tal mutação? Esse é o maior motivo do convite à leitura deste Livro II de O capital, peça absolutamente imprescindível para uma compreensão plena do Livro I e que será enfeixado pelo Livro III, o qual trata do processo global de produção do capital (e que será em breve publicado pela Boitempo).

Torna-se, assim, este Livro II ponto de partida necessário para uma melhor intelecção do papel das tecnologias de informação, dos novos serviços quase todos mercadorizados e da crescente importância do trabalho e da produção imaterial no capitalismo de nosso tempo.

**Sobre O capital, Livro II**
**Friedrich Engels**

O material manuscrito legado por Marx para o Livro II demonstra com que inigualável rigor, com que severa autocrítica ele procurava conduzir à extrema perfeição suas grandes descobertas econômicas antes de publicá-las; uma autocrítica que raramente lhe permitia adaptar a exposição, em seu conteúdo e forma, a seu campo de visão constantemente ampliado por meio de novos estudos.

**Michael Heinrich**

O Livro II é a parte mais subestimada de O capital. Na realidade, esse volume tem uma enorme importância para a compreensão da crítica econômica marxiana, e por duas razões totalmente distintas: a primeira diz respeito à matéria nele tratada; a segunda, à posição que estes manuscritos ocupam no processo de formação da obra capital de Karl Marx.

Karl Marx

# O CAPITAL

## CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

### LIVRO II

### O processo de circulação do capital

Edição
Friedrich Engels

Seleção de textos e tradução
Rubens Enderle

# SUMÁRIO

Seção III
A reprodução e a circulação do capital social total

# NOTA DA EDIÇÃO

Continuação do grande projeto de vida de Karl Marx, o Livro II de *O capital* é peça fundamental na elaboração e compreensão de seu pensamento econômico. Após a morte do autor em 1883, Friedrich Engels editou e publicou suas anotações, fruto de anos de estudo e de sua inigualável acuidade teórica, tomando por base a estrutura deixada por Marx. A parceria intelectual que cultivaram durante décadas permitiu a ele suprir lacunas e dar corpo a essa empreitada – e, ainda que alguns o tenham criticado por determinadas escolhas, é impossível negar que Engels era, sem sombra de dúvida, o único capaz de trazer à luz, em forma de livro, o grande volume de escritos deixados por Marx acerca dos meandros do sistema capitalista e de sua necessária superação.

Este é o 18º volume da coleção Marx-Engels, a qual vem sendo publicada pela Boitempo desde 1998, e é especialmente capacitado para ajudar o leitor a distinguir com clareza os acréscimos e opções de Engels: acompanhado de notas explicativas, tanto da edição alemã quanto do tradutor, e dos manuscritos originais de Marx, com seus cálculos e estudos, destaca também em negrito e/ou chaves todas as intervenções de Engels, o que possibilita, de maneira inédita no Brasil, ao estudioso da obra marxiana compreender de forma plena a estrutura de pensamento do filósofo alemão (mais informações a respeito na “Nota da tradução”, p. 13-5). Ainda no sentido de permitir um aprofundamento do leitor no universo de Marx, incorpora a “Introdução da edição alemã”, que explica detalhadamente o trabalho de Engels, seu contexto, suas escolhas e ferramentas, inclusive com

uma tabela (p. 73-5) que sintetiza a composição do Livro II com base em seus manuscritos originais.

A fim de facilitar o acesso à obra, os critérios aqui adotados foram os seguintes: todas as citações originalmente em língua estrangeira foram mantidas, acompanhadas de sua tradução em nota ou entre colchetes; as notas numeradas são de autoria do próprio Marx, quando acompanhadas das iniciais "K. M.", de Engels, quando acompanhadas de "F. E.", e da edição alemã original, quando acompanhadas dessa informação. Há também notas da edição alemã, Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA), seguidas da abreviação "N. E. A.", e notas do tradutor, com "N. T.". As citações no corpo do texto foram mantidas entre aspas, preservando os comentários de Marx intercalados a elas. As supressões em citações foram feitas por Marx e estão indicadas por "[...]"; demais colchetes são da edição ou de Marx (nesse caso, quando estritamente indicado). As remissões internas ao próprio Livro II foram mantidas, entre parênteses, com a numeração original da edição alemã, mas vêm acompanhadas de nota com a paginação da edição brasileira. O uso de aspas e itálicos segue em geral as normas internas da Boitempo, mas foram mantidos todos os destaques dados pelos autores. Ao final do volume encontra-se a cronobiografia de Marx e Engels, que inclui um resumo da situação do mundo em sua época. Mantiveram-se as unidades de moeda e peso do local e do período, que podem ser convertidas de acordo com a tabela abaixo:

| PESO | MOEDA |
|---|---|
| Tonelada (ton) = 20 quintais<br>(hundredweights) 1.016,05 kg | Libra esterlina (£) = 20 xelins<br>20,43 marcos alemães |
| Quarter (qrtr., qrs.) = 28 libras<br>12,700 kg | Xelim (shilling) = 12 pence<br>1,02 marco alemão |
| Libra (pound) = 16 onças<br>453,592 g | Penny (plural: pence) = 4 farthing<br>8,51 Pfennig |
| Onça (ounce)<br>28,349 g | Franco = 100 cêntimos<br>80 Pfennig |
| Jarda = 3 pés | |

91,439 cm

A Boitempo agradece à sua equipe, sempre competente e engajada; ao tradutor Rubens Enderle, que também selecionou os textos introdutórios e apêndices e foi distinguido com o prêmio Jabuti 2014 na categoria "Tradução" pelo Livro I; ao autor do prefácio, o cientista político alemão Michael Heinrich; a Gerald Hubmann, diretor da MEGA; à Crayon Editorial, especialmente a Fernanda Marão e Natalia Aranda; ao ilustrador Cássio Loredano; ao capista Antonio Kehl; à preparadora de texto Alícia Toffani; e ao professor Ricardo Antunes, autor do texto de orelha.

*Outubro de 2014*

# NOTA DA TRADUÇÃO

A presente versão do Livro II de *O capital* pode ser considerada inédita em múltiplos aspectos.

Antes de mais nada, trata-se da primeira tradução, em qualquer idioma, a basear-se no conjunto integral dos textos relativos ao Livro II recentemente publicado (em 2005 e 2008) pela Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA). Esse material, que compreende seis tomos e totaliza mais de 4 mil páginas[1], permitiu que a versão editada por Engels pudesse ser aqui apresentada no contexto dos manuscritos originais de Marx e reconstituída em seu processo de composição. Na "Introdução da edição alemã", o leitor encontrará, além de uma exposição detalhada desse processo – na qual são identificados os manuscritos utilizados por Engels, os princípios editoriais que nortearam seu trabalho e as razões da escolha de certas versões em detrimento de outras –, uma análise de vantagens, problemas e insuficiências que resultaram dessas escolhas. Nela estão igualmente indicadas todas as intervenções de Engels na estrutura da obra, isto é, na organização dos temas, na divisão das seções, dos capítulos (e subcapítulos) e nos títulos a eles eventualmente conferidos. Todas essas informações estão complementarmente referidas em notas da tradução ou da edição alemã.

Mas as intervenções de Engels não ficaram restritas à estrutura geral da obra, a uma compilação dos textos que visavam conferir uma unidade a manuscritos mais ou menos dispersos. Em seu árduo trabalho editorial, ele também entendeu ser necessário preencher diversas lacunas no corpo do

texto marxiano, estabelecendo conexões faltantes e desenvolvendo pontos que julgava não estarem suficientemente explicitados. Uma pesquisa nos materiais publicados nos volumes da MEGA permitiu-nos identificar todas essas passagens redigidas por Engels e adicionadas ao texto de Marx. Na presente versão, de maneira absolutamente inédita, elas aparecem indicadas no próprio texto, destacadas em negrito.

A coroar esta edição, um apêndice com treze textos complementares, de importância inestimável, muito deles inéditos. Eles se dividem em:

- sumários do Livro II (apêndices 1 e 2);
- reprodução integral de textos abreviados, resumidos e/ou traduzidos por Engels (apêndices 4, 5, 7, 8, 9 e 13);
- tabelas de rotação do capital, descartadas por Engels na versão impressa (apêndice 6);
- textos desconsiderados por Engels (apêndices 3, 10, 11, 12).

Desses materiais, apresentam especial relevância os apêndices 6 e 12.

No apêndice 6, que contém um trecho do manuscrito II bastante alterado na edição de Engels, Marx desenvolve sua primeira versão dos – posteriormente célebres – "esquemas de reprodução", utilizando traços diagonais e verticais para tentar fornecer uma demonstração visual do entrelaçamento dos capitais e das rendas na reprodução social total e dos intercâmbios entre os elementos do capital-mercadoria social total.

No longo texto do apêndice 12, que consiste da segunda metade do manuscrito II, inteiramente desconsiderada por Engels, Marx apresenta uma nova concepção do processo de reprodução, dividida em seis setores. Uma exposição da importância dessa concepção e dos debates que ela suscitou na literatura econômica o leitor encontrará na "Introdução da edição alemã" (p. 66-9).

Com tudo isso, a presente edição abre ao estudioso brasileiro da obra de Marx o caminho, ainda que tortuoso, para uma nova interpretação do Livro II de *O capital*, a par dos últimos resultados da pesquisa marxológica e sob os mais rigorosos critérios filológicos.

Que as palavras de David Harvey possam servir de estímulo a essa empreitada exegética:

> A investigação mais recente dos cadernos e manuscritos originais de Marx parece indicar que as intervenções de Engels foram substanciais e, muitas vezes, bastante questionáveis. Alguns chegam a sugerir que deveríamos atribuir a autoria desses dois livros a Engels, e não a Marx. Os cadernos e manuscritos em estado bruto, sem as edições de Engels, foram publicados recentemente em alemão e é possível que, à medida que os estudiosos de Marx venham a se dedicar mais profundamente a esse material, surjam reinterpretações muito substanciais. Não posso antecipar que reinterpretações seriam essas, mas penso que é correto informar o leitor sobre essa possibilidade.[2]

*Rubens Enderle*
Hamburgo, agosto de 2014

---

[1] Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA), Zweite Abteilung, Band 11, Karl Marx, *Manuskripte zum Zweiten Buch des "Kapitals" – 1868 bis 1881* (Berlim, Akademie, 2008); MEGA, Zweite Abteilung, Band 12, Karl Marx, *Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie, Zweites Buch, Redaktionsmankuskript von Friedrich Engels – 1884-1885* (Berlim, Akademie, 2005); MEGA, Zweite Abteilung, Band 13, Karl Marx, *Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie*, Zweiter Band, Druckfassung. Hamburg 1885 (Berlim, Akademie, 2008). O primeiro volume contém os manuscritos (II-VIII) de Marx, em ordem cronológica de redação. O segundo apresenta o manuscrito final de Engels e suas variantes em relação aos manuscritos de Marx, inclusive todos os acréscimos de Engels ao texto marxiano. O terceiro contém o texto da primeira edição, publicada em 1885, e suas variantes em relação ao manuscrito final e ao texto da segunda edição, de 1893. Todos os três volumes (cada um deles dividido em dois tomos) podem ser parcialmente acessados em versão eletrônica, disponível em: <telota.bbaw.de/mega/>.

[2] David Harvey, *Para entender O Capital: Livros II e III* (trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2014), p. 15.

# PREFÁCIO – O LIVRO II DE O CAPITAL

*Michael Heinrich*

O Livro I de *O capital* é considerado uma obra-prima, do ponto de vista tanto do conteúdo como do estilo. O Livro III não pode, é verdade, ser comparado com o Livro I, mas nele são abordadas as relações concretas – lucro e crise, crédito e capital acionário – que determinam o cotidiano capitalista. E o Livro II? Em comparação com o Livro I, repleto de *insights* fundamentais e citações literárias e filosóficas, o Livro II é bastante árido, e o que nele há de importante a dizer sobre as formas cíclicas e os movimentos de rotação do capital apresenta-se inicialmente de modo enigmático, o que contribui para que muitos leitores não consigam avançar além dos primeiros capítulos. Mas tampouco quem persiste na leitura é recompensado com uma conclusão fulminante. Ao final, o que se tem é, antes, um conjunto de exemplos numéricos imprecisos.

Não admira, por isso, que o Livro II tenha uma má fama. E, no entanto, ele é a parte mais subestimada de *O capital*. Na realidade, esse volume tem uma enorme importância para a compreensão da crítica econômica marxiana – e por duas razões totalmente distintas: a primeira diz respeito à matéria nele tratada; a segunda, à posição que os manuscritos do Livro II ocupam no processo de formação de *O capital* de Marx.

## Unidade do processo de produção e de circulação

Muitos leitores têm a impressão de que a análise do processo de produção

no Livro I já apresenta todos os resultados essenciais: de onde vem o mais-valor, como ele é aumentado por meio da produção de mais-valor absoluto e mais-valor relativo e como a transformação do mais-valor em capital engendra um processo de acumulação que conduz, por um lado, ao desemprego e à miséria e, por outro, ao aumento constante da riqueza. Diante disso, o Livro II parece ter apenas alguns poucos complementos importantes a oferecer, na medida em que considera em maior detalhe os processos de circulação que se encontram no início e no fim desse processo de produção. Porém, engana-se quem pensa que Marx explica a valorização do capital unicamente com base na produção. Já no capítulo 4 do Livro I ele dizia: "o capital não pode ter origem na circulação, tampouco pode não ter origem na circulação. Ele tem de ter origem nela e, ao mesmo tempo, não ter origem nela"[1].

O Livro II não fornece apenas diferenciações e definições formais adicionais, como a distinção, no processo cíclico do capital, entre a utilização de dinheiro como dinheiro e sua utilização como capital, ou, no âmbito da rotação do capital, entre capital fixo e capital circulante (que difere daquela entre capital constante e capital variável, daí resultando uma dupla distinção, inexistente na economia burguesa), ou, por fim, os esquemas de reprodução na seção III, que desempenharam um grande papel nos debates russos e alemães no início do século XX. Sua importância está sobretudo em apresentar o capital como *unidade* dos processos de circulação e de produção: o processo de produção do capital como mediado pelo processo de circulação e o processo de circulação como mediado pelo processo de produção. Essa unidade é analisada tanto no plano do capital *individual* (processo cíclico e rotação, nas duas primeiras seções do Livro II) como no plano do *capital social total*, constituído de capitais individuais (na seção III). A importância metódica dessa distinção entre capital individual e capital social total é desenvolvida sistematicamente pela primeira vez em 1868-1870, no manuscrito II, e, posteriormente, em referência retrospectiva ao Livro I[2]. Somente com base nessa unidade se pode investigar o "processo total" no Livro III de *O capital*: não como uma sucessão de categorias, mas como *referência do*

*capital a si mesmo.* Mas, para poder analisar esta última, o capital tem primeiro de ser determinado como uma *unidade* que torna possível essa autorreferência em geral.

## O manuscrito do Livro II na história de formação de *O capital*

*No fim de 1862, Marx decidiu substituir seu projeto de uma crítica da economia política em seis livros (anunciado em 1859, no prefácio do primeiro caderno) pela elaboração de uma nova obra: O capital[3]. A essa altura, ele já possuía ideias bastante concretas sobre o primeiro e o terceiro livros de O capital, como se pode constatar nos planos esboçados em janeiro de 1863[4]. Nos Grundrisse (1857-1858)[a], ele já alcançara importantes resultados, que foram ulteriormente desenvolvidos nos manuscritos econômicos de 1861-1863[b]. Mas muito menos elaborados estavam, em contrapartida, os temas do Livro II.*

De meados de 1863 até o fim de 1865 data o primeiro manuscrito dos três primeiros livros de *O capital*[5], que também continha um primeiro esboço (manuscrito I) para o Livro II. Em 1866, Marx deu início à redação da versão impressa do Livro I, que foi publicado em 1867. Em 1868-1870 foi redigido o manuscrito II[6], mais abrangente, para o Livro II. Nessa época, Marx estava bastante próximo de uma conclusão do conjunto da obra e chegou a preparar para a impressão o início do Livro II[7], assim como o início do Livro III[8]. Mas diversos eventos o impossibilitaram de completar esse trabalho.

Por um lado, em 1871, Marx recebeu de seu editor a notícia de que o Livro I estava quase esgotado, o que o levou a se dedicar à preparação de uma segunda edição, que seria publicada em 1872-1873. Além disso, surgiu a possibilidade de uma tradução francesa. Essa tradução, que Marx revisou e cujo texto apresentava importantes modificações em comparação com a versão alemã, apareceu entre 1872 e 1875, inicialmente em fascículos[9]. Assim, no início dos anos 1870, Marx precisou se ocupar intensamente dos temas do Livro I.

Por outro lado, em 1870-1871 travou-se a Guerra Franco-Prussiana, em consequência da qual foi fundada a Comuna de Paris. Sob o encargo da

Associação Internacional dos Trabalhadores, Marx escreveu *A guerra civil na França*[c], uma análise fulminante da Comuna, que contribuiu mais para torná-lo conhecido em toda a Europa do que o fizera a publicação do Livro I de *O capital*. Somente após a metade dos anos 1870 Marx pôde voltar a se dedicar aos temas do Livro II, e entre 1876 e 1881 surgiram os manuscritos V a VIII, assim como diversos fragmentos[10].

Em 1883, após a morte de Marx, Engels publicou uma terceira edição do Livro I, na qual são introduzidas modificações baseadas na tradução francesa. Passagens adicionais dessa tradução foram ainda incorporadas na quarta edição, de 1890. Essa quarta edição é hoje a mais utilizada – e não é idêntica a nenhuma das edições (as duas alemãs e a francesa) publicadas durante a vida de Marx. Em 1885, Engels publicou o Livro II de *O capital*, tomando como base sobretudo o manuscrito II, juntamente com os manuscritos elaborados nos anos 1870. Apenas em 1894, depois de um longo e árduo trabalho, Engels conseguiu finalizar o Livro III, baseando-se principalmente em um material de 1864-1865 que fazia parte do primeiro manuscrito completo – redigido entre 1863-1865 – dos três livros de *O capital*.

Os três livros de *O capital*, tal como hoje os conhecemos na edição de Engels, baseiam-se, portanto, em materiais de épocas distintas:

- O Livro I é composto de textos escritos por Marx entre 1866 e 1875.
- O Livro II, de textos surgidos entre 1868 e 1881.
- O Livro III, de um manuscrito redigido em 1864-1865.

O Livro III representa a parte mais antiga de *O capital*, enquanto o Livro II compreende os manuscritos mais recentes, escritos entre dez e quinze anos mais tarde. As ideias desenvolvidas no Livro II não foram incorporadas no Livro III. *O capital* ficou, assim, como um tronco dotado não só de capítulos inacabados, mas de membros totalmente disparatados – e isso tem uma enorme relevância. Não só as pesquisas de Marx sobre temas do Livro III continuaram a avançar após 1865 – do que são testemunho os cadernos de excertos não publicados, além dos manuscritos

sobre temas do Livro III, publicados na MEGA II/4.3 e na MEGA II/14 –, mas também as ideias desenvolvidas nos manuscritos posteriores para o Livro II tiveram grandes consequências para a elaboração do Livro III, consequências essas que, aqui, podem ser somente indicadas.

## Reprodução, circulação monetária, crise e crédito

Em diferentes passagens do Livro II, Marx trata da circulação monetária. O capital tem de ser adiantado em forma-dinheiro, sob a qual ele reflui por meio da venda do capital-mercadoria. No entanto, os momentos do refluxo de dinheiro e do adiantamento do capital nem sempre coincidem, de modo que ou se necessita de dinheiro antes que o dinheiro reflua ou o dinheiro reflui antes que seja necessário como capital. O mesmo ocorre com a circulação do capital fixo. Uma parte de seu valor reflui muito antes que o capital fixo *in natura* tenha de ser reposto. No Livro II, Marx conjectura que, nesses casos, tem-se uma acumulação de dinheiro, um entesouramento dos capitalistas por meio do processo de circulação. Isso pressupõe que os capitalistas dispõem de uma soma de valor que eles não valorizam como capital, mas conservam como tesouro por um dado período. Na realidade, os tesouros de duração provisória, assim como a necessidade de dinheiro antes que este reflua, constituem componentes importantes da oferta e demanda de crédito. Porém, no plano da exposição do Livro II, as categorias juro e crédito ainda não aparecem sistematicamente desenvolvidas (isso só ocorre no Livro III), razão pela qual Marx precisa pressupor a existência de tesouros.

Contudo, o problema se apresenta não só para a circulação do capital individual, mas também para a circulação do capital social total. Tanto no manuscrito II como no manuscrito VIII, Marx coloca a questão: de onde vem o dinheiro necessário à circulação do mais-valor? Como adiantamento de capital, o conjunto da classe capitalista lança na circulação apenas dinheiro no valor de $c + v$, porém são produzidas mercadorias no valor de $c + v + m$. Para poder vender $m$, Marx pressupõe a existência de tesouros: com esse dinheiro adicional, uma parte dos capitalistas compra o mais-valor de uma segunda parte dos capitalistas e, com isso, coloca esta última em condições

de comprar o mais-valor da primeira. O mais-valor total pode ser pago, e os tesouros refluem para seu ponto de partida. Também aqui a existência de tesouros é apenas um pressuposto auxiliar; na realidade, são as relações de crédito que possibilitam a circulação do mais-valor.

Com isso se mostra que as relações de crédito não são em absoluto algo meramente adicional, que se acrescenta de fora ao processo de valorização do capital industrial. Não existem duas esferas separadas, uma produtiva, outra monetária[11]. Nem o ciclo dos capitais individuais nem a circulação do capital total são possíveis sem a mediação do crédito – quando os capitalistas se comportam realmente como capitalistas e valorizam como capital toda a soma de valor que se encontra à sua disposição. Mas na forma fragmentária em que Marx analisou o sistema de crédito no manuscrito de 1864-1865 essas questões ainda são muito pouco consideradas.

O manuscrito VIII do Livro II, em que Marx apresenta não só o primeiro tratamento sistemático da reprodução *ampliada* do capital total, mas também o problema – que surge na reprodução – da *circulação do dinheiro*, foi redigido no fim dos anos 1870. Costuma-se dizer que o interesse de Marx por essas questões foi despertado por sua colaboração no *Anti-Dühring* de Engels[d], em 1877, quando ele se ocupou intensamente do *Tableau économique*, de Quesnay. Mas na segunda metade dos anos 1870 Marx dedicou-se a um estudo detalhado dos sistemas bancário e de crédito, compilando, por exemplo, excertos do livro de I. I. Kaufman sobre a teoria e a prática do sistema bancário[12] e, não menos importante, acompanhando atentamente o desenvolvimento da crise de então e o papel que os bancos nela desempenhavam[13]. É bem possível que justamente essa atenção dedicada à crise e ao crédito tenha permitido a Marx ocupar-se mais intensamente das questões da reprodução ampliada do capital total e dos problemas da circulação monetária que surgem no seu interior. No entanto, Marx não pôde extrair as consequências dessa discussão para uma reformulação da teoria do crédito e das crises. Isso é algo que compete a nós. E a base mais elaborada para essa tarefa são os manuscritos tardios do Livro II de *O capital*.

[1] Karl Marx, *O capital: crítica da economia política*, Livro I: *O processo de produção do capital* (trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2013), p. 240.

[2] A consideração da relação entre capital individual e capital social total em diferentes níveis de abstração assume o lugar da distinção – predominante nos *Grundrisse* e no manuscrito de 1861-1863 – entre “capital em geral” e “concorrência”. Ver Michael Heinrich, *Die Wissenschaft vom Wert* (Münster, Westfälisches Dampfboot, 1999), cap. 5. Uma tradução inglesa será publicada em 2015, pela editora Brill.

[3] Cf. sua carta a Ludwig Kugelmann, de 28 de dezembro de 1862.

[4] Esses planos se encontram em *Theorien über den Mehrwert* (MEGA, II/3, p. 1861s e MEW 26.1, p. 389-91). [Cf. Apêndice 3, p. 648-50. – N. T.]

[a] Trad. Mario Duayer e Nélio Schneider, com Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman, São Paulo, Boitempo, 2011. (N. E.)

[b] *Zur Kritik der Politischen Ökonomie* (MEGA-2 II/3.1-6, Berlim, Dietz, 1976-1982). (N. E. A.)

[5] Na MEGA, os *Grundrisse* (1857-1858), o manuscrito de 1861-1863 e o manuscrito de 1863-1865 são referidos como os “três esboços” de *O capital*. Com isso, no entanto, perde-se de vista o fato de que os dois primeiros manuscritos ainda foram formulados no âmbito do plano dos seis livros, tendo o “capital em geral” como conceito teórico central. Cf. MEGA II/4.1-4.2.

[6] Cf. MEGA II/11, p. 1-522.

[7] Cf. manuscrito IV, MEGA II/4.3, p. 285-363.

[8] Cf. MEGA II/4.3, p. 3-31.

[9] A tradução francesa é, de fato, a última versão do Livro I elaborada por Marx, mas não necessariamente a melhor. Para a tradução russa, Marx recomendou que as duas primeiras seções (“Mercadoria e dinheiro” e “Transformação do dinheiro em capital”) fossem traduzidas com base na edição alemã. Cf. carta de Karl Marx a Danielson, de 28 de novembro de 1878.

[c] Trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2011. (N. E.)

[10] Publicados em MEGA II/11.

[11] O que, diga-se de passagem, tem também consequências para a possibilidade da regulação política do sistema de crédito, atualmente muito discutida.

[d] Friedrich Engels, *A revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring* (trad. Nélio Schneider, São Paulo, Boitempo, no prelo). (N. E.)

[12] No caderno que se segue aos dois cadernos de excertos do livro de Kaufman, encontram-se também fragmentos pertencentes aos manuscritos para o Livro II (cf. MEGA II/11, p. 1574).

[13] Cf., por exemplo, carta de Marx a Danielson, de 10 de abril de 1879.

# INTRODUÇÃO DA EDIÇÃO ALEMÃ[a]

O segundo livro de *O capital: crítica da economia política*, obra de Karl Marx planejada em três livros, traz o título de “O processo de circulação do capital” e foi editado por Friedrich Engels, com um prefácio, em 1885. A publicação do Livro II foi antecedida por um manuscrito final[b], elaborado por Engels em 1884-1885, com base em sete manuscritos e diversos excertos deixados por Marx[1]. Para a primeira edição do Livro II, Engels fez uma última cópia do manuscrito final, a qual serviu como texto-base para a impressão[2]. Nem essa cópia final nem a folha de correções foram conservadas. O texto que aqui publicamos é o da primeira edição impressa, de 1885. A comparação do texto da edição impressa com o do manuscrito final mostra que Engels ainda efetuou correções e acréscimos na última prova entregue para a impressão. Em 1893, Engels publicou uma segunda edição, na qual foram corrigidos sobretudo erros ortográficos e gramaticais, além de “deslizes estilísticos” (p. 101).

## A edição do Livro II

Os manuscritos preparatórios para o segundo livro de *O capital* foram redigidos por Marx em diferentes fases de sua vida intelectual e por ele legados como um conjunto desorganizado, acompanhado de uma grande quantidade de excertos. De acordo com uma declaração de Marx pouco antes de sua morte, conforme o relato de sua filha Eleanor, Engels deveria “fazer algo” com esse material (cf. p. 83). Tal declaração foi entendida por Engels como um encargo de “preparar para a impressão o segundo livro de

*O capital*, e de maneira que, de um lado, ele aparecesse numa forma coerente e o mais acabada possível e, de outro, como obra exclusiva do autor, e não do editor" (p. 79).

Entre 1863 e 1865, com base no manuscrito *Para a crítica da economia política* (1861-1863)[c], Marx redigiu um novo manuscrito, que planejava publicar sob o título *O capital: crítica da economia política*, em quatro livros[3]. A primeira versão do segundo livro, que ficaria conhecida como manuscrito I[d], surgiu em 1865, num momento em que, na verdade, Marx estava ocupado com o Livro III[4]. Marx só voltou a se ocupar com o Livro II durante ou após a publicação do Livro I, em 1867, e até 1881 realizou vários esboços de temas ou capítulos isolados, concebendo inúmeras versões do arcabouço geral da obra[5].

A Engels se apresentavam, portanto, diversos manuscritos de diferentes períodos. Para a composição da versão impressa, ele utilizou apenas os textos redigidos por Marx após 1867 e que se encontram listados na tabela ao final desta introdução[e]. Seu trabalho redacional orientou-se pelas seguintes regras, que Engels assim descreve no prefácio da primeira edição: "Assumi esse encargo dentro de meus limites mais estreitos; sempre que possível, limitei minha intervenção à simples escolha entre as diversas redações. O critério utilizado foi o de tomar sempre como base a última redação existente, cotejando-a com as anteriores" (p. 83).

Além disso, Engels definiu sua tarefa da seguinte maneira:

> reproduzir os manuscritos o mais literalmente possível, modificando o estilo apenas nos casos em que o próprio Marx o teria feito, e inserindo sentenças explicativas ou de transição quando absolutamente necessário e, além disso, quando o sentido era perfeitamente indubitável. Frases cuja interpretação deixavam margem a alguma dúvida, mesmo que a mais remota, foram preferencialmente reproduzidas ao pé da letra. As reformulações e inserções realizadas por mim não chegam a dez páginas impressas e são de natureza puramente formal. (p. 79-80)

Porém, quando se compara a versão final de Engels com os manuscritos de Marx, percebe-se uma série de diferenças[6]. Além de modificações estilísticas e traduções de inúmeras passagens citadas por Marx no original inglês e francês, encontram-se várias supressões e acréscimos.

Significativas são diversas modificações dos termos técnicos empregados por Marx[7]. Uma exposição detalhada dessas modificações pode ser encontrada em MEGA-2 II/12, em três seções dedicadas: 1) à comparação entre o arcabouço do manuscrito final de Engels e a dos manuscritos de Marx para o Livro II de *O capital*[8]; 2) às passagens dos manuscritos de Marx incorporadas por Engels no manuscrito final[9]; e 3) às variantes textuais do manuscrito final em relação aos de Marx[10]. Essas seções da MEGA-2 II/12 podem ser úteis para o estudioso que pretenda investigar a relação entre o texto aqui impresso da primeira edição do Livro II de *O capital* e os manuscritos de Marx, pois tanto as variantes entre o manuscrito final e a versão impressa como aquelas entre os textos da primeira e da segunda edição são mínimas. Nas páginas 586-91 do aparato crítico da edição alemã (MEGA II/13), o leitor encontrará uma comparação entre a divisão dos capítulos e as rubricas da primeira edição e aquelas do manuscrito final.

Na primeira parte de seu prefácio, Engels ocupa-se com as já mencionadas regras por ele adotadas para a composição do texto final e nos apresenta um relato desse trabalho de redação. Porém, apesar de elencar os textos de Marx utilizados em sua redação, praticamente não discute a importância de cada um deles no conjunto da exposição teórica marxiana, nem de que modo o Livro II deve ser sistematicamente disposto no âmbito de uma obra em três volumes. Engels tampouco dedica-se, na segunda parte, diferentemente do que talvez seria de se esperar, ao conteúdo e à importância do Livro II de *O capital*; antes, faz uma minuciosa resposta à crítica, então propagada na Alemanha, de que a teoria do mais-valor de Marx seria um plágio dos escritos de Johann Karl Rodbertus. Ao longo dessa discussão, em nenhum momento ele se refere a qualquer problema teórico do Livro II[11].

Nesta introdução, apresentaremos inicialmente uma visão geral sobre o lugar que Marx reservava a este Livro II de *O capital* no conjunto dos três volumes. Um tema subsequente é de que modo este segundo tomo dá continuidade às teorias expostas no primeiro e conduz àquelas que serão desenvolvidas no terceiro. Além disso, examinaremos, com auxílio de

alguns casos exemplares, em que medida Engels cumpre as regras mencionadas, em quais passagens não conseguiu cumpri-las e por que motivos. Um elemento importante de nossa exposição é demonstrar como foram estruturados e utilizados os diferentes manuscritos, o que, a princípio, será apresentado numa visão sinóptica do conjunto do Livro II e, em seguida, numa análise de cada seção individual. Assim, daremos continuidade às considerações apresentadas na introdução do volume II/12 da MEGA-2. Para tanto, baseamo-nos na edição dos manuscritos marxianos para o Livro II de *O capital* editados nos volumes II/11 e II/4.3 da MEGA-2. Algumas observações acerca da influência exercida pelo segundo livro visam esclarecer, sobretudo, os processos de recepção da obra que remetem a pontos específicos da redação de Engels. Não trataremos de alguns debates centrais, que só se desenvolveram após a morte de Engels, ou seja, a partir do final do século XIX, sobretudo a discussão em torno dos esquemas da reprodução ampliada expostos na terceira seção[12].

No que diz respeito ao trabalho de redação de Engels, trata-se principalmente da questão de como ele acolheu as diversas revisões que Marx realizara no texto e de suas decisões diante de duas ou mais versões disponíveis. Especialmente interessantes são os casos em que Engels deixa conscientemente de cumprir a sua regra de utilizar sempre a última versão do manuscrito de Marx. Isso vale sobretudo para a seção I e os primeiros capítulos da seção II (ver p. 81). A questão das escolhas de Engels em sua redação considera aqui todas as versões de Marx, incluindo aquelas não utilizadas.

## O lugar teórico do Livro II entre os Livros I e III

Em 1867, em seu prefácio ao Livro I, Marx afirmou, sobre a organização sistemática de *O capital*: "o segundo volume deste escrito tratará do processo de circulação do capital (Livro II) e das configurações do processo global (Livro III); o terceiro (Livro IV), da história da teoria"[13].

Nessa época, Marx já havia escrito o manuscrito I para o Livro II e o então chamado manuscrito principal para o Livro III, assim como o manuscrito de 1861-1863 para o Livro IV, especialmente a parte sobre "as

teorias do mais-valor”[14]. Isso explica sua perspectiva otimista de que até início de 1868 os três volumes de *O capital* estariam concluídos, ou seja, o “*opus* inteiro estaria acabado”[15]. Pois, diz ele, “uma característica dos meus escritos é o fato de comporem um todo artístico, e isso só pode ser obtido com o meu procedimento de jamais mandá-los para a impressão antes que apareçam *inteiramente* diante de mim”[16]. Marx modificou, no entanto, seu plano original de publicar a obra inteira simultaneamente, em dois volumes – pressupondo que tudo caberia em sessenta páginas impressas[17] –, passando à opinião de “que o *volume I* tem de ser publicado primeiro, e não os dois de uma vez só”. De acordo com o novo plano, o primeiro volume deveria compreender duas partes: o Livro I, sobre o processo de produção do capital, e o Livro II, sobre o processo de circulação do capital. Porém, no ano seguinte, em 1867, apenas o Livro I acabou publicado como primeiro volume, e os Livros II e III foram adiados para uma publicação conjunta, num segundo volume[18]. Também Engels, logo após a morte de Marx, pretendia publicar os Livros II e III reunidos no segundo volume[19]. Mas o volume dos manuscritos de Marx e os trabalhos de redação impediram-no de realizar esse plano, de modo que apenas o Livro II acabou publicado como segundo volume[20].

Aqui se coloca a questão do lugar que o “processo de circulação do capital” deveria ocupar no contexto dos três volumes de *O capital*. Quanto a isso, existem, para o objeto e a temática da investigação, duas particularidades. A primeira está no fato de Marx ter formulado diferentes conceitos para a exposição do “processo de circulação do capital”, e tê-lo feito ao longo de mais de vinte anos – começando com os *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*, de 1857-1858[21] até o manuscrito VIII, concluído no início dos anos 1880[22]. É preciso perguntar, nesse caso, se as diferentes concepções do autor eram conciliáveis umas com as outras e como elas atuaram sobre o conjunto de seu edifício teórico. A segunda particularidade conjuga-se com o assim chamado “problema Marx-Engels”. Com isso, referimo-nos à questão das diferenças entre o editor dos Livros II e III, Engels, e o autor, Marx, com relação à concepção de *O capital*.

A consideração seguinte diz respeito aos três primeiros livros de *O*

*capital* e não leva em conta o Livro IV, que deveria ser dedicado à história da teoria. Os manuscritos diretamente utilizados nas versões impressas dos três livros surgiram na seguinte sequência: Livro I, Livro III e Livro II[23]. Entre o manuscrito mais antigo – ou seja, o Livro I (de meados de 1863 a meados de 1864) – e o mais recente para o Livro II (o manuscrito VIII, de 1877 até o início de 1881[24]) há um intervalo de uma década e meia. Portanto, as perguntas são: qual a relação entre o Livro II, em seu conjunto teórico, e os Livros I e III, e quais são seus objetos de investigação?

A primeira resposta a essa pergunta pode ser encontrada na declaração do próprio autor, proferida em 1864:

> Vimos que o processo de produção, considerado em conjunto, é a unidade do processo de produção e de circulação. Na consideração do processo de circulação como processo de reprodução (Livro II, cap. 4), isso foi examinado mais de perto. Neste [terceiro] livro, nosso objetivo não pode ser o de apresentar reflexões gerais sobre essa "unidade". Trata-se, antes, de identificar e expor as formas concretas que brotam do processo do capital, considerado em sua totalidade.[25]

Engels formulou a passagem da seguinte forma:

> No Livro I, foram examinados os fenômenos que o *processo de produção* capitalista, tomado em si mesmo, apresenta como processo direto de produção, no qual ainda se abstraiu de todos os efeitos secundários de circunstâncias alheias a ele. Mas esse processo direto de produção não se esgota no curso vital do capital. Ele se completa no mundo real pelo *processo de circulação*, e este constitui o objeto das investigações do Livro II. Aqui se mostrou, especialmente na seção III, na consideração do processo de circulação como mediação do processo social de reprodução, que o processo de produção capitalista, considerado em seu conjunto, é a unidade do processo de produção e de circulação. Neste Livro III, nosso objetivo não pode ser o de apresentar reflexões gerais sobre essa unidade. Trata-se, antes, de identificar e expor as formas concretas que brotam do *processo de movimento do capital, considerado em sua totalidade*.[26]

Quando comparamos ambas as formulações, dois pontos se mostram importantes:

Em primeiro lugar, à época em que fazia essa referência ao Livro II, Marx ainda não havia escrito nenhum esboço dele[27]. Portanto, também a seção referente a "Livro II, cap. 4", igualmente mencionada na passagem

citada, existia apenas na imaginação de Marx. Mais ainda, em nenhum de seus esboços para o Livro II ele redigiu um tal capítulo 4, razão pela qual Engels modifica essa referência para “Livro II, cap. 3”. Assim, diferentemente de Marx, que falava de “processo de circulação como processo de reprodução”, Engels concebia o processo de circulação como “*mediação do* processo *social* de reprodução” (grifos nossos). Em segundo lugar, Engels se esforçou para resumir os temas mais importantes em todos os três volumes de *O capital* e, portanto, também os temas relativos aos Livros I e II. Já Marx, ao contrário, determinara apenas quais temas no Livro III deveriam constituir o objeto da investigação sobre “As figuras do processo total”.

Os comentários de Engels apresentam certas obscuridades. Por um lado, ele afirma que o processo de produção capitalista é a unidade dos processos de produção e de circulação, e que este último processo seria tratado no Livro II, “principalmente na seção III”. No entanto, para ele também era claro que o desenvolvimento das categorias do ciclo e da rotação do capital repousava igualmente sobre o pressuposto de que os processos de produção e de circulação formavam uma unidade. Por isso, o Livro II inteiro deveria ocupar-se com as considerações sobre o problema do processo de circulação do capital-mercadoria e do capital monetário, processo que seria consumado ou mediado pelo processo direto de produção “…P…”, uma vez que o “curso vital do capital” “esgota-se” na fórmula D-M…P…M’-D’. Porém, essa imprecisão de Engels resulta de uma falta de clareza do próprio Marx na definição desses conceitos.

Por exemplo, Marx definia o processo de circulação do capital de distintos modos. No primeiro parágrafo da primeira edição do Livro I, de 1867, ele caracteriza da seguinte forma a circulação do capital: “Apenas mediante a *venda da mercadoria* o […] mais-valor […] é *realizado*. O *processo de acumulação* do capital supõe, por isso, seu *processo de circulação*. Mas a consideração deste último fica reservada ao próximo livro”[28]. Na edição francesa, de 1873, ele reescreveu inteiramente esse início e, em seguida, definiu o processo cíclico abrangente do valor, que se sucede repetidamente, como processo de circulação do capital e, mais

precisamente, tendo $D\text{-}M<^{Mp}_{T}$ como primeira fase, "…P…" como segunda fase e M'-D' como terceira fase[29].

No entanto, no manuscrito de 1857-1858 Marx já havia introduzido uma diferenciação do conceito de circulação:

> Considerada em seu conjunto, portanto, a circulação se apresenta de modo tríplice: 1) o processo global – o percurso do capital pelos seus diferentes momentos […]. 2) A pequena circulação entre capital e capacidade de trabalho […]. 3) A grande circulação; o movimento do capital fora da fase de produção, em que o seu tempo aparece como tempo de circulação em contraposição ao tempo de trabalho.[30]

Vejamos agora as definições que Marx apresentou nos manuscritos para o Livro II. Existem apenas dois manuscritos que abrangem a totalidade do Livro II sobre o "processo de circulação do capital": os manuscritos I e II[31]. A estrutura de ambos os textos é essencialmente idêntica, constituindo-se de três capítulos – que, mais tarde, tornar-se-iam seções. Na folha de rosto do manuscrito II, Marx anotou um esboço de sumário[32], claramente concebido depois da redação e de uma primeira leitura das duas seções iniciais do manuscrito. Esse arcabouço corresponde essencialmente à estrutura do texto, da qual diverge apenas em detalhes. Além disso, na folha de rosto do manuscrito I encontra-se também um esboço de sumário, igualmente dividido em três capítulos, o último dos quais foi deixado sem título[33].

Todos esses esboços mostram que Marx concebeu o Livro II, *O processo de circulação do capital*, em três capítulos – que depois seriam chamadas de seções. A redação de Engels corresponde, portanto, a esse plano. Maximilien Rubel, que publicou uma edição do segundo livro de *O capital* independente da versão de Engels, também estruturou o volume em três seções[34].

Para delimitar o objeto do Livro II, devemos mostrar primeiramente como Marx o concebia em relação ao Livro I. O manuscrito "Capítulo 6: resultados do processo direto de produção"[35] foi originalmente concebido como o último capítulo do Livro I, mas acabou excluído da primeira edição de 1867. Nele se encontra uma importante indicação do lugar que Marx

conferia ao Livro II, quando é dito que o subcapítulo intitulado "*Mercadorias* como *produto do capital*, da produção capitalista" constitui a "*transição* para o Livro II – O processo de circulação do capital"[36]. Sobre esse subcapítulo – que, se tivesse sido impresso, seria o último item do Livro I –, Marx escreveu: "A *mercadoria*, como forma elementar da riqueza burguesa, foi nosso ponto de partida"[37]. Agora a mercadoria deve ser encarada como produto do capital. Assim, o que era o pressuposto da formação do capital aparece então como resultado do modo de produção capitalista. A mercadoria como resultado da produção capitalista é, desse modo, uma mercadoria diferente da mercadoria individual no ponto de partida; ela aparece como uma forma geral do produto, como uma massa de mercadorias na qual o capital adiantado e o mais-valor são reproduzidos ou produzidos. Considerada como produto do capital, a mercadoria é, pois, uma unidade de valor de uso total e valor total ($c + v + m$), sendo a mercadoria individual apenas uma parte a ela correspondente.

> Mas agora essas mercadorias são simultaneamente portadoras do capital; elas são o capital valorizado, o capital prenhe de mais-valor. E, nessa relação, sua circulação, que agora é ao mesmo tempo processo de reprodução do capital, inclui determinações subsequentes, que eram estranhas à consideração abstrata da circulação de mercadorias. Por isso, nesse momento temos de considerar a circulação das mercadorias como o *processo de circulação* do capital. É o que faremos no próximo livro.[38]

O texto do manuscrito I, redigido em meados de 1865, incluía o capítulo 6. Marx conclui, portanto, que, em primeiro lugar, a massa de mercadorias que resulta do conjunto da produção de mercadorias do capital tem de ser convertida em dinheiro. Essa alteração se mostra, ao mesmo tempo, como a reconversão na figura originária do capital. Isso significa que M'-D' é o acabamento de D-M-D'. Na relação entre D e D', este último existe como capital monetário realizado. Em segundo lugar, a *quantidade* vendida torna-se o ponto mais importante – porquanto a massa de mercadorias, como força portadora do capital, está convertida em capital monetário realizado. Assim, na primeira e na segunda seção são reveladas as novas determinidades formais (categorias) que surgem durante o processo de

circulação do capital D-M…P…M’-D’, assim como, na terceira seção, as condições reais da realização do capital-mercadoria M’-D’[39]. O manuscrito IV, redigido entre 1867 e 1868, contém discussões semelhantes a respeito da “transição para o Livro II”[40]. Em contrapartida, considerações desse tipo inexistem tanto no manuscrito II como no manuscrito VII, surgido entre 1878 e 1880 e que Engels tomou como base para a versão impressa. As tarefas da seção I são descritas de modo puramente formal no início do Livro II, com base na fórmula do ciclo do capital D-M…P…M’-D’.

Sobre a definição de D-M como primeiro estágio, “…P…” como segundo estágio e M’-D’ como terceiro estágio, Marx escreveu:

> Os primeiro e terceiro estágios só foram mencionados no Livro I na medida em que isso era necessário para a compreensão do segundo estágio, o processo de produção do capital. Não foram consideradas, portanto, as diferentes roupagens sob as quais o capital se apresenta em seus diferentes estágios, e que ele, em seus repetidos ciclos, ora assume, ora abandona. Elas constituem, agora, o próximo objeto de nossa investigação.[41]

Como já mostramos, existem diversas definições do processo de circulação do capital. Marx propôs-se a conciliar sobretudo duas dessas definições. Trata-se aqui, por um lado, da ideia de que o capital se encontra num processo ininterrupto de circulação. O objetivo desse movimento é aumentar o valor do capital. Observado desse ponto de vista, o processo D-M-P-M’-D’[42] não é outra coisa senão o “processo de circulação do capital”. Nele está subsumida a fórmula geral do capital D-M-D’, discutida no Livro I. Na outra definição, o processo de circulação propriamente dito é contraposto ao processo de produção. Ora, se a troca de mercadoria por dinheiro é um grande problema, um “*salto mortale*”, como diz Marx em outro lugar[43], então a realização do capital-mercadoria com o mais-valor nele contido, ou seja, o “processo de circulação do capital”, é um processo muito mais difícil.

No primeiro livro, partindo da análise da fórmula geral do capital D-M-D’, a produção do mais-valor no processo de produção ocupou o ponto central, com base numa troca de valores equivalentes. Ora, aqui se expõe que o capital, ao mesmo tempo, não é outra coisa que a relação social entre

capitalista e trabalhador no que diz respeito à obtenção de mais-valor. Porém, o essencial do processo de circulação consiste em que a totalidade do modo de produção capitalista é reproduzida; que, portanto, também essa relação social é subsumida e, por conseguinte, reproduzida na forma da circulação D-M-D’.

> O capital, como valor que valoriza a si mesmo, não encerra apenas relações de classes, um caráter social determinado, que repousa sobre a existência do trabalho como trabalho assalariado. Ele é um movimento, um processo cíclico que percorre diferentes estágios e, por sua vez, encerra três formas distintas do processo cíclico. Por isso, ele só pode ser compreendido como movimento, e não como coisa imóvel. (p. 184)

No Livro II, portanto, é preciso esclarecer todo um conjunto de condições, sob as quais o movimento D-M…P…M’-D’, em que estão contidos os movimentos D-M-D’ e M…P…M’, pode ocorrer de forma desimpedida e reiterada.

## A estrutura do Livro II

O Livro II deveria ser composto de três partes, como já mostrava a ideia presente nos diferentes escritos. No manuscrito II, Marx havia dividido suas reflexões sobre a circulação em diversos níveis de encadeamento[44]. A essa estrutura foi acrescentado, nos manuscritos dos anos 1870, um nível a mais, acima dos capítulos: a seção. Para não dificultar em demasia a exposição, Engels decidiu-se por, na medida do possível, não utilizar mais do que três níveis de encadeamento: seções, capítulos e itens. Por isso, na seção I, que segundo Marx deveria ocupar-se do “processo cíclico do capital”, Engels renunciou à estrutura da exposição marxiana, que reunia as três formas do capital – capital monetário, capital produtivo e capital-mercadoria – sob o mesmo título “Metamorfoses do capital”, e tratou de cada uma dessas formas num capítulo correspondente. Na sequência, procedeu a uma comparação entre as três formas. Desse modo, os dois últimos itens de Marx, “O tempo de curso”[45] e “Os custos de circulação” foram examinados com o capital monetário, o capital produtivo e o capital-mercadoria[46]. Na versão impressa, Engels incluiu as “metamorfoses” no

título da seção. As razões para isso não nos são reveladas. Assim, estes últimos dois pontos, "tempo de curso" e "custos de circulação", aparecem como parte das metamorfoses, o que não ocorria em Marx.

No cerne dessa seção está o ciclo do capital, que Marx expõe com auxílio das três formas que o capital industrial assume paulatinamente. O capital modifica constantemente seus traços predominantes, de capital monetário para capital produtivo e deste para capital-mercadoria, retornando, no fim, ao ponto de partida, à sua forma original em quantidade aumentada. Aqui, portanto, o movimento fundamental do capital industrial (D-M…P…M'-D') é apresentado num movimento circular. Se um peso maior é colocado sobre as diferenças do ponto de partida e de retorno desse ciclo, então podemos dizer que, no caso, cada um desses ciclos – o do capital monetário (D…D'), o do capital produtivo (P…P) e o do capital-mercadoria (M-M') – é um ciclo diferenciado, e as particularidades de seus respectivos movimentos ficam assim evidentes. No capítulo 4, a totalidade do processo de reprodução é resumida com a seguinte frase: "Por conseguinte, o verdadeiro ciclo do capital industrial, em sua continuidade, não é apenas a unidade dos processos de circulação e produção, mas a unidade de todos os seus três ciclos" (p. 182).

Em sintonia com essa conclusão, Marx torna evidente a diferença entre sua concepção do ciclo do capital e a dos economistas anteriores. Enquanto os mercantilistas haviam limitado o movimento do capital ao ciclo do dinheiro, examinado por Marx sob a fórmula do capital monetário D-M-D', os economistas clássicos se concentraram na análise do capital produtivo, que, na notação de Marx, aparece sob a fórmula "P…P". Essa limitação, segundo Marx, facilitou aos economistas clássicos "prescindir da forma capitalista determinada do processo de produção e apresentar como escopo do processo a produção como tal" (p. 170), com o que tais teóricos perderam de vista o escopo da valorização do capital.

Esse escopo da valorização também é tematizado nos dois últimos capítulos da seção I. No manuscrito IV, sob a rubrica "Tempo de produção e tempo de curso", Marx define que "o tempo total no qual ele [o capital] percorre seu ciclo é, assim, igual à *soma do tempo de produção e do tempo*

*de curso*" (p. 201), e ressalta que o tempo de curso limita o processo de valorização "em relação a seu tamanho ou grandeza", isto é, sua duração (p. 205). No capítulo 6, intitulado "Os custos de circulação", explica-se que enquanto o capital permanece em seu ciclo, formas sempre novas de investimento se fazem necessárias, nas quais os "custos de circulação, que derivam da mudança de forma como tal" – Engels os chama de "custos líquidos de circulação" (p. 209) – são considerados custos improdutivos, que diminuem o mais-valor. Assim, na discussão da segunda metade da primeira seção (capítulos 5 e 6) a ênfase recai sobre o processo de circulação propriamente dito, em contraste com o processo de produção do capital discutido no Livro I.

Na segunda seção, Marx ocupou-se, em todos os manuscritos, com a "rotação do capital", que está diretamente ligada aos ciclos do capital: "O ciclo do capital, não como fenômeno isolado, mas como processo periódico, chama-se sua *rotação*"[47]. Aqui, portanto, o ciclo do capital é concretizado, na medida em que a ele se agrega um elemento temporal, quer dizer, a velocidade em que esse ciclo se repete. Um problema para a redação da segunda seção era o de que as considerações de Marx, que ocupavam quase a metade do manuscrito II inteiro, encontravam-se muito pouco estruturadas, ainda que subdividas em inúmeras rubricas[48]. A esse respeito, foi de certa ajuda o esboço de sumário que Marx anotara na folha de rosto do manuscrito II[49]. Ainda assim, apenas com muita dificuldade era possível saber em qual plano da estrutura a exposição de Marx se encontrava em cada caso. Para uma versão impressa, impunha-se, portanto, a necessidade de uma maior estruturação. Engels, ao que parece, orientou-se pelas seguintes questões:

- Como a rotação do capital pode ser determinada em geral?
- Quais circunstâncias provocam as diferenças nas rotações dos capitais?
- Qual a influência do tempo de rotação sobre a valorização do capital?

Com a ajuda desses itens, Engels concebeu, no manuscrito final, uma

estrutura de onze capítulos, com um número limitado de subpontos; porém não finalizou plenamente esse arcabouço[50]. Por isso, em alguns capítulos os títulos foram inseridos apenas nas folhas de correção, como no capítulo 12, "O período de trabalho"; no capítulo 13, "O tempo de produção"; e no capítulo 14, "O tempo de curso". Por meio dessa nova estruturação, Engels enfatizou elementos que nos textos de Marx não eram tão evidentes ou nem sequer existiam.

No capítulo 17, "A circulação do mais-valor" é vinculada ao capítulo 16, como também se pode depreender do esboço de sumário do manuscrito II, no qual o item 4 é sucedido pelo 5, "A acumulação: exame da circulação monetária no que diz respeito à realização do mais-valor em dinheiro"[51]. O problema a ser discutido neste item, portanto, não é: de onde vem o mais-valor? Mas: de onde vem o dinheiro necessário para realizá-lo?"[52]. Para Marx, trata-se de esclarecer a questão: "de onde vem a quantia de dinheiro necessária à circulação das mercadorias num país"[53]. Isso foi, com efeito, resolvido na primeira seção do Livro I: "*portanto, o problema em si não existe*"[54]. No entanto, ele esclarece: "Quando todos esses meios não são suficientes, é preciso uma *produção adicional de ouro*, ou, o que leva ao mesmo resultado, uma parte do produto adicional tem de ser trocada direta ou indiretamente por ouro, o produto dos países produtores de metais preciosos"[55]. Mas tal problemática não é desenvolvida com muitos detalhes nessa passagem. Marx retorna a ela na seção seguinte, quando discute a reprodução do ouro como material para o dinheiro. Esse tema é tratado no manuscrito VIII, com base no qual Engels redige o item XII, "A reprodução do material monetário", do capítulo 20. Como no capítulo 17 ainda não se esclarecem todas as bases para a existência do dinheiro metálico na circulação, e a discussão sobre o lugar que esse capítulo ocupa na seção II continua em aberto.

O título da seção III, "A reprodução e a circulação do capital social total", é da lavra de Engels. As rubricas correspondentes a essa parte nos manuscritos de Marx se chamam, no manuscrito I, "Circulação e reprodução" e, no manuscrito II, "As condições reais do processo de circulação e de reprodução"[56]. A fonte de Engels para essa modificação

deriva provavelmente do manuscrito II, no qual Marx afirma: “Cabe considerar, agora, o processo de circulação (que, em sua totalidade, é uma forma do processo de reprodução) dos capitais individuais como componentes do capital social total, ou seja, o processo de circulação desse capital social total”[57].

É de se supor, aqui, que Engels, por motivos didáticos, pretendesse criar um contraste, a fim de acentuar como objeto de análise o capital individual das seções I e II e o capital social na seção III. Uma confirmação disso ele pode ter encontrado na seguinte afirmação de Marx, também do início do capítulo 3: “Cada capital singular, no entanto, forma apenas uma fração *autonomizada* do *capital social total* – uma fração dotada, por assim dizer, de vida individual”[58]. No entanto, uma ênfase sobre a diferença entre o capital individual e o capital social total esconde outros possíveis temas principais da discussão.

O pano de fundo para o encadeamento dos assuntos nessa seção está no fato de que o conjunto dos produtos sociais (ou seja, o capital-mercadoria total) é produzido em dois setores – o setor I abrangendo a produção de meios de produção, e o setor II a produção de meios de consumo – e que seu valor é composto de três partes: *c*, *v* e *m*. Em seguida, expõem-se as condições da reprodução do capital social total – “abstraindo-se das perturbações que a estorvam numa dada escala” (p. 420) – do ponto de vista da reposição da matéria-prima e do valor no caso de uma reprodução simples, que preencha a condição de equilíbrio I(*v*+*m*) = II*c*. Com base nessa concepção, tanto a “reposição do capital fixo” como a “reprodução do material monetário” e também a “acumulação e reprodução ampliada” são esclarecidas em suas respectivas determinações específicas e nas condições que lhes são próprias.

## A seção I: “As metamorfoses do capital e seu ciclo”

Para a seção I, Marx deixou redigida a maior parte dos manuscritos, embora estes cubram principalmente o início do primeiro capítulo. Engels, como já mencionado, subdividiu a seção em seis capítulos. Para os quatro primeiros, utilizou essencialmente “a última versão”, ao passo que para a

redação dos capítulos 5 e 6 pareceu-lhe mais útil, "por sua forma mais acabada", utilizar o manuscrito IV, ainda que este, de acordo com seu último juízo, tivesse sido "redigido anteriormente" (p. 81). Uma leitura dos quatro primeiros capítulos evidencia que a versão mais frequentemente usada foi a do manuscrito V[59], embora várias passagens deste não tenham sido incluídas. Mas Engels também valeu-se do manuscrito VII[60] em sua totalidade, além de partes essenciais das poucas páginas do manuscrito VI[61] que Marx não havia riscado. Do manuscrito V provêm a segunda metade do capítulo 1 e os capítulos 2 a 4, a começar com o item III, "Terceiro estágio. M'-D'" (p. 120). Engels incluiu no texto principal as duas exposições que Marx inserira como notas de rodapé[62]. Em seguida, deixou de lado as páginas 9 e 10 do manuscrito V[63] e prosseguiu seu texto com o último segmento ao final da página 11[64].

Além disso, no primeiro capítulo, no item II, "Segundo estágio. Função do capital produtivo", Engels adotou o texto do capítulo 6. No manuscrito VI encontra-se por duas vezes[65] a rubrica "Terceiro estágio. M'D'". Cerca de um terço da parte inicial da primeira exposição foi utilizado para os dois primeiros parágrafos e, em seguida, conectado à segunda exposição (p. 119-25).

A indicação dos textos utilizados foi inserida em notas de rodapé. Porém, Engels cometeu um erro: o texto do primeiro capítulo provém não do manuscrito II, mas dos manuscritos VII e V. Do manuscrito VII provêm, além disso, outros parágrafos[66].

No que diz respeito à estrutura da primeira seção, já nos referimos anteriormente à modificação das rubricas realizada por Engels.

## Sobre a redação dos capítulos 1 a 4

Como já foi dito, em seus manuscritos Marx formulou diversas vezes o início do Livro II. Na redação dos quatro primeiros capítulos, Engels decidiu-se por não utilizar os manuscritos I, IV e II. A principal razão para isso está no fato de que nesses escritos, em comparação com o manuscrito V, os pontos que devem ser tratados não se encontram suficientemente elaborados, como observou: "O conteúdo mais difícil da seção I foi

novamente desenvolvido no manuscrito V" (p. 82). Naturalmente, na redação do manuscrito V Marx se baseou nos resultados dos manuscritos referidos, e nele há uma série de argumentações extraídas desses desenvolvimentos anteriores. Estes se mostram ainda mais importantes pelo fato de que o manuscrito V só podia ser utilizado com limitações, já que, como diz Engels, abarca "os quatro primeiros capítulos e está ainda pouco desenvolvido; pontos essenciais são tratados em notas de rodapé, a matéria está mais reunida do que ordenada, mas é a última exposição completa dessa parte, a mais importante da seção I" (p. 82).

Nos três primeiros subcapítulos do capítulo 1, "O ciclo do capital monetário", o processo cíclico do capital é exposto em seus três estágios, que, em harmonia com a ordem sequencial adotada no Livro I, mostram como o capitalista converte dinheiro em mercadoria, consome esta no consumo produtivo e, por último, retorna ao mercado como vendedor de mercadorias recém-produzidas para convertê-las em dinheiro. Isso também dá a Marx a oportunidade para criticar certas concepções, a seu ver equivocadas, sobre o caráter do capital e do dinheiro no conceito do capital monetário (p. 115-7). No quarto item, "O ciclo em seu conjunto", o conceito do capital industrial aparece pela primeira vez como categoria[67], assim como a fórmula para a indústria dos transportes[68].

Após uma introdução, o capítulo tem início com o item I, "Primeiro estágio. D-M", extraído por Engels do manuscrito VII. Para os itens seguintes, Engels introduziu nesse lugar a rubrica "II. Segundo estágio. Função do capital produtivo" (p. 117), que Marx havia riscado de seu manuscrito, dedicando-se então à análise das queixas dos proprietários fundiários russos acerca da falta de capital e forças de trabalho. Em seguida, passa à exposição da função do capital produtivo[69].

Para o capítulo 2, "O ciclo do capital produtivo", Marx não chegou a estabelecer nenhuma subdivisão no manuscrito II, ao passo que Engels, na versão impressa, organizou a argumentação sob uma estrutura de quatro itens, derivada do manuscrito V, por ele utilizado como texto-base. O primeiro item, "Reprodução simples", apresenta de modo relativamente detalhado o curso do mais-valor como renda do capitalista, a saber, a

fórmula M'-D-M. Aqui também são tratados o consumo final de M' e as crises[70]. No manuscrito II, esse tema é tratado especialmente no fim da introdução da primeira figura da circulação, da figura cíclica do dinheiro, e não em conexão com a segunda figura da circulação, a figura cíclica do capital produtivo[71]. Além disso, são expostos os entesouramentos voluntário e involuntário[72]. Esse ponto já fora discutido no manuscrito II, no item I, "Capital monetário"[73]. Os itens II, "Acumulação e reprodução em escala ampliada", e III, "Acumulação de dinheiro", também haviam sido discutidos detalhadamente no manuscrito II. O item IV, "Fundo de reserva", foi adicionado por Marx no manuscrito V[74].

O capítulo 3, "O ciclo do capital-mercadoria", provém principalmente do manuscrito V. Nesse capítulo, são muito importantes as perguntas sobre se o consumo individual de mercadorias fornece as condições para o ciclo do capital-mercadoria, e sobre as diferenças e coincidências entre o processo cíclico do capital e a circulação geral de mercadorias. A afirmação marxiana de que M'…M' constitui a base da *Tableau économique* de François Quesnay foi inserida por Engels no fim do capítulo[75]. As condições de realização do capital-mercadoria, a saber, as condições reais da reprodução social, são tratadas posteriormente na seção III. Sobretudo para esse tratamento se fazem necessárias as exposições nos manuscritos II e IV.

No capítulo 4, "As três figuras do processo cíclico", que trata da unidade formal e real dos três ciclos, Engels baseou-se, majoritariamente, no item "As três formas do processo cíclico" do manuscrito V. Além disso, na versão impressa adicionam-se outros pontos de argumentação para compor a unidade das três figuras. Isso diz respeito, por exemplo, à questão de se há uma diferença entre o ciclo I, que provém da variação de valor, e os ciclos II e III, que não foram tratados no manuscrito V[76]. As afirmações sobre a autonomização do valor, incluindo uma citação de Samuel Bailey, foram extraídas por Marx do manuscrito II e incorporadas ao manuscrito V.

## A redação dos capítulos 5 e 6

Nas reflexões sobre a composição da seção I, a redação do capítulo 5, "O

tempo de curso”, e a do capítulo 6, “Os custos de circulação”, devem ser consideradas separadamente.

No que diz respeito ao capítulo 5, existem notáveis diferenças entre os dois textos que lhe servem de base, os manuscritos IV e II, e tais diferenças apontam para um desenvolvimento da estrutura da argumentação em Marx. Enquanto o manuscrito IV tem como objeto o “tempo de produção” e o “tempo de curso”, no manuscrito II trata-se apenas do “tempo de curso”. O texto que se segue ao título do quinto capítulo no manuscrito IV afirma: “O tempo total no qual ele [o capital] percorre seu ciclo é, assim, igual à soma do tempo de produção e do tempo de curso”[77]. Do ponto de vista formal, portanto, a primeira metade trata do tempo de produção, e a segunda, do tempo de curso. Uma parte do tempo de produção contém o tempo de trabalho. O processo de criação de valor e de valorização é explicado numa perspectiva multíplice, na qual o tempo de produção e o tempo de curso se excluem de forma recíproca. Simultaneamente, ressalta-se que o tempo de curso e o tempo de produção limitam o processo de valorização.

No manuscrito II, ao contrário, afirma-se introdutoriamente que o tempo de curso do capital consiste em D-M e M’-D’, e a argumentação termina com a discussão das proporcionalidades inversas para o processo de valorização do capital de acordo com a extensão do tempo de curso[78]. Nesse ponto, Marx resume de modo sucinto e preciso a ideia de que é um mal necessário que o valor do capital se demore no processo de seu curso.

No manuscrito I, a essa parte da exposição correspondem os itens II, “O tempo de circulação”, e III, “O tempo de produção”, e em ambos são apresentados vários argumentos que, nos manuscritos posteriores, Marx só utiliza quando aborda a “rotação do capital”. Além disso, se consideramos que Marx estava consciente[79] desse adiantamento, temos então a impressão de que, durante a redação dos manuscritos, ele chegou pouco a pouco à seguinte concepção: no âmbito do manuscrito I, ele estabelecera uma conexão entre os temas “tempo de curso” e “rotação do capital”, ao passo que, no do manuscrito II, estabeleceu sistematicamente uma conexão estreita com os “custos de circulação”[80]. Por isso, o tratamento desse tema no manuscrito IV tinha de corresponder a uma fase de transição no

desenvolvimento teórico de Marx.

No início do capítulo 6 encontra-se a maior diferença entre o manuscrito final e a versão impressa. Ali Engels substituiu o segundo e o terceiro parágrafos por uma passagem muito mais abrangente, que Marx anotara no fim do manuscrito VIII[81]. Engels colocou essa passagem entre parênteses e indicou a alteração na nota 10 (p. 211). Com isso, quase todos os textos do manuscrito VIII foram utilizados na primeira edição do Livro II.

Os dois parágrafos substituídos tratam do fato de que o tempo despendido e os gastos realizados na atuação da força de trabalho, que guardam relação com a venda das próprias mercadorias, constituem, decerto, elementos necessários para os capitalistas, mas são, ao mesmo tempo, improdutivos, pois com eles nenhum valor ou mais-valor é produzido. No entanto, no trecho do manuscrito VIII adotado em substituição a essas passagens, tal necessidade e o caráter improdutivo são explicados de modo bem mais detalhado, mediante o exemplo da combustão de carvão (p. 209-11). Portanto, Engels priorizou uma versão que fora redigida posteriormente.

Em contrapartida, em outra passagem, no item “Custos de circulação”, Engels preferiu uma versão anterior. Consideremos, de início, as diferenças entre a estrutura do manuscrito IV, utilizado por Engels, e o manuscrito II, que aqui não foi considerado. Para a estrutura do capítulo 6, ele adotou o manuscrito IV. Neste, os “custos de circulação” são concatenados mais detalhadamente que nos outros manuscritos, embora não diretamente nas rubricas[82], mas numa anotação colocada entre colchetes:

> [Os custos de circulação provêm: 1. da pura transmutação da forma; α) o tempo de compra e venda no mercado; β) contabilidade, entradas, saídas etc.; γ) o próprio dinheiro integra o custo do processo de circulação; 2. *estoque de mercadorias*; custos de armazenamento etc. (diferença de forma entre estoque de mercadorias e estoque produtivo. Fundo de consumo); custos de manutenção das mercadorias; 3. *custos da circulação espacial*; custos de transporte (custos de embalagem etc.); 4) separação, sortimento, custos de varejo etc.][83]

Para o ponto 4, no entanto, Marx não redigiu nenhum texto, de modo que

ele foi excluído por Engels[84]. Para o ponto 3, as considerações de Marx eram insuficientes, e assim Engels completou a versão final com textos do manuscrito II[85]. A divisão das matérias nesse manuscrito[86] era semelhante àquela presente na anotação do manuscrito IV. Porém, ao reunir os diferentes encadeamentos, Engels não percebeu que a referência à "transmutação de forma" só aparece no primeiro ponto. Por isso, alterou o título do primeiro item para "Custos líquidos de circulação".

No entanto, as diferenças entre os dois manuscritos não se limitam a tais formalidades e são mais profundas do que podem aparentar de imediato. Ambos mostram uma modificação no pensamento de Marx, precisamente quanto àquilo que ele entendia por "custos que provêm da mera forma da circulação". No manuscrito II falta inteiramente, entre os custos, o item "dinheiro", que está presente no manuscrito IV[87].

Os custos de circulação propriamente ditos compõem-se, portanto, dos gastos derivados de todas as funções do dinheiro, especialmente das operações puramente técnicas, como saques e depósitos, compensação de débitos, contabilidade, manutenção do dinheiro etc. Mas os gastos para a produção do dinheiro que deve funcionar como capital produtivo não aparecem mais como custos diretos de circulação para as formas do capital que aqui devem ser discutidas. É possível que Marx só quisesse tratar disso no Livro III de *O capital* e, mais precisamente, no capítulo 5 (posteriormente, seção V), dedicado ao crédito[88].

## A seção II: "A rotação do capital"

Todos os temas da segunda seção do Livro II de *O capital* foram tratados por Marx em seus manuscritos I e II. No manuscrito I, ele analisa as diferenças entre os capitais fixo e circulante, assim como a rotação do capital variável e a taxa anual do mais-valor. No entanto, discute o conceito de rotação e a diferença entre tempo de produção e tempo de trabalho no capítulo 1, "O curso do capital", e não no capítulo 2, "A rotação do capital". Além disso, Marx não percebe que o item "Antecipação sobre o conceito geral da rotação" teria de fazer parte do segundo capítulo[89]. O conteúdo discutido no item "I. Tempo de curso e rotação", desse capítulo

do manuscrito I, trata da rotação do capital circulante e da taxa anual do mais-valor. Nele Marx realiza um exame minucioso da influência da rotação sobre a taxa de lucro, embora observe que, na verdade, esse ponto não pertence a tal lugar[90]. Embora o manuscrito I contenha importantes elaborações sobre a circulação e a rotação do capital como primeira exposição resumida do Livro II de *O capital*, Engels não o utilizou por se tratar de "uma elaboração [...] mais ou menos fragmentária" (p. 81).

Na redação da seção II, porém, Engels não se limitou ao manuscrito II. Para o capítulo 7, "Tempo de rotação e número de rotações", e para a parte inicial do capítulo 8, "Capital fixo e capital circulante", usou também o manuscrito IV.

A seguir, trataremos das diferenças de estrutura, dos problemas na redação dos capítulos 7 a 14 e, por fim, das particularidades do capítulo 15.

## Diferenças de estrutura e de rubricas entre a seção II da versão impressa e o manuscrito II de Marx

A seção II, que nos manuscritos de Marx é abrangente e pouco estruturada, recebeu uma organização essencialmente nova no manuscrito final de Engels, no qual, no entanto, restaram algumas questões em aberto. Por essa razão, apenas na versão final para a impressão ele se decidiu quanto à numeração definitiva e aos títulos de todos os capítulos. A estruturação de Engels em onze capítulos diferencia-se em alguns pontos importantes daquela dos manuscritos de Marx. Para esse trabalho, Engels baseou-se sobretudo no manuscrito II. Quanto a isso, resta a pergunta de quais outras possibilidades de estruturação os textos de Marx permitem.

No manuscrito II, Marx dividiu o capítulo 2 (posteriormente, seção II) em três subcapítulos (posteriormente, capítulos): "1. Tempo de rotação e número de rotações", "2. Circunstâncias que diferenciam a rotação do capital" e "3. Influência da diferença na rotação sobre a valorização do capital etc."[91]. Num esboço de encadeamento, anotou sobre uma folha de rosto do manuscrito II uma estrutura modificada, em cinco subcapítulos (capítulos). As duas primeiras rubricas foram muito pouco modificadas. Já

o terceiro parágrafo, ao contrário, foi desmembrado em três itens menores, a saber, “3. Leis sobre a rotação do capital circulante (variável e constante) em geral”, “4. A rotação do capital variável e a taxa anual do mais-valor” e “5. A acumulação. Exame da circulação monetária no que diz respeito à realização do mais-valor em dinheiro”[92]. Engels não apenas incluiu esses cinco itens em sua estrutura de capítulos como articulou as matérias num total de onze capítulos de mesmo nível. Resultam daí, no entanto, problemas relativos à síntese dos temas discutidos, bem como ao peso conferido a cada um deles. Isso vale sobretudo para o segundo item, já que Engels, em sua construção, não apenas o subdividiu em sete capítulos como também elevou ao nível de capítulos os pontos que Marx referira como subitens. Ao mesmo tempo, suprimiu a rubrica “Circunstâncias que diferenciam as rotações dos capitais”. O capítulo 7 e o início do capítulo 8, como já mencionamos, foram extraídos por Engels do manuscrito IV, mas suas rubricas se baseiam, antes, no manuscrito II. Nessa operação, Engels não atentou para o fato de que Marx modificara claramente os conteúdos teóricos e a posição sistemática dos dois subcapítulos (capítulos) e, consequentemente, também as duas rubricas.

Se consideramos as diversas subdivisões ou rubricas dos capítulos da seção II, podemos constatar os seguintes problemas: entre dois itens dedicados à rotação e ao tempo de produção, Marx inseriu uma digressão sobre os pontos de vista de Quesnay, Smith e Ricardo acerca do capital fixo e do capital circulante[93]. Tal inserção não foi numerada por Marx, tampouco consta do esboço de sumário anotado na folha de rosto. Com isso, ele estabeleceu nitidamente uma separação entre esse título e as demais rubricas. Além disso, a digressão contém um vasto número de citações, sobretudo na primeira e na última parte. Quanto ao conteúdo, Marx seguiu o primeiro subcapítulo, no qual tratara do capital fixo e do capital circulante como “circunstâncias que diferenciam a rotação dos capitais”. Marx não se contentou com uma crítica desses pontos de vista anteriores, mas apresentou argumentos até então inéditos sobre a ocultação da diferença entre capital variável e capital constante por meio do movimento do capital circulante e do capital fixo.

Engels não interferiu na sequência do texto, porém numerou as rubricas existentes e, diferentemente de Marx, ordenou-as no corpo do texto, incluindo a digressão sobre a história da teoria econômica. Assim, acentuou os níveis nos quais a exposição se movia, mais nitidamente do que Marx o fizera. Além disso, o capítulo que originalmente continha três subdivisões sobre Quesnay, Smith e Ricardo foi desdobrado em dois capítulos: o primeiro abrangendo Quesnay e Smith (cap. 10, p. 275-303), e o segundo inteiramente dedicado a Ricardo (cap. 11, p. 305-18). Em seguida, Engels deu continuidade ao exame do tempo de produção e de trabalho. Diferentemente de outros casos, essas alterações não foram indicadas detalhadamente por ele.

Marx deixara em aberto se essa digressão deveria ou não ocupar tal lugar. Possivelmente ele teria deslocado o capítulo sobre a crítica da teoria econômica, ligando-o diretamente às reflexões sobre o capital fixo e circulante no início da seção. Também é plausível que ele quisesse transferir o texto do Livro II para inseri-lo no Livro IV de *O capital*, no qual planejava tratar da "História da economia política desde a metade do século XVII"[94].

Em suas correções no manuscrito final, Engels não considerou eventuais diferenciações realizadas por Marx. Um exemplo disso é a abreviação do título do capítulo 14, de "Diferenças no tempo de curso" para "O tempo de curso", que coincide com o título já empregado no capítulo 5 (p. 201 e 343). Mais um exemplo encontra-se no capítulo 15. Na comparação com Marx, podemos constatar aqui duas diferenças. Por um lado, Marx situara suas reflexões sob a rubrica: "3. Influência da diferença na rotação sobre a valorização do capital etc.", ocupando-se em seguida com "a) Efeito do tempo de curso sobre a grandeza do capital a ser adiantado etc.", o que ele precisou com o acréscimo "(A rotação do capital fluido e seus efeitos retroativos)"[95]. A formulação de Engels eliminou a imprecisão de que aqui só deveria ser tratado o capital circulante, e não o adiantamento inteiro de capital, ou seja, o capital circulante e fixo. Por outro lado, em seu esboço de estruturação do Livro II, que anotara no decorrer da redação do manuscrito II, Marx concebeu para seu terceiro capítulo outra acentuação,

não considerada por Engels, à qual já nos referimos. Nela, dever-se-ia tratar antes de “3. Leis da rotação do capital circulante (variável e constante) em geral”[96], o que indica que, nesse ponto, Marx pretendia formular leis da rotação sob o suposto de que o tempo de produção e de trabalho não coincidem e que as relações entre a duração do tempo de trabalho e do tempo de curso tornam necessário investir um capital circulante adicional para que o processo da produção constante e da rotação do capital possa desenrolar-se sem problemas. Além disso, nesse ponto era necessário explicar como o capital monetário excedente pode surgir em decorrência de um tal afluxo de capital.

## Sobre a redação dos capítulos 7 a 14

Marx tratou dos conceitos de tempo de rotação e número de rotações nos manuscritos II e IV. Comparada à do manuscrito IV, no entanto, a discussão encontra-se abreviada no manuscrito II, no qual faltam a exposição das figuras cíclicas do capital e sua conexão com a análise da rotação, assim como da reprodução. Provavelmente Marx pretendia evitar uma repetição, porquanto essa problemática já fora exposta no primeiro capítulo (posteriormente, seção I) do manuscrito II, que trata do tema dos ciclos do capital. Em contraste com o manuscrito IV, no manuscrito II o conceito “o capital rodado” é determinado de modo nítido:

> *O capital adiantado, multiplicado pelo seu número de rotações ou seu tempo inverso de rotação*, é o *capital rodado* durante o ano. Se denominamos o capital adiantado de C, o número de rotações *n* e o capital rodado de R, então R = *n*C. *Se o tempo de rotação é de 1 ano*, então *n*, o número de rotações, = 1. Portanto, R = *n*C = 1 × C = C, ou *o capital rodado é igual ao capital adiantado*. Se o *tempo de rotação é menor que 1 ano*, então *n*, o número de rotações, é um múltiplo simples de 1, ou uma fração imprópria, de todo modo, maior que 1. Portanto, R = *n*C > C, ou *o capital rodado é maior que o capital adiantado*.[97]

Na versão impressa, no entanto, o termo “capital rodado” aparece pela primeira vez no capítulo 9, “A rotação total do capital desembolsado. Ciclos de rotação”. Posteriormente, nos capítulos 15 e 16, o termo é usado com maior frequência, porque a rotação do capital é ilustrada por meio de

exemplos. Nisso, o papel mais importante é desempenhado por três conceitos: *capital adiantado*, *capital rodado* e *número de rotações*. No capítulo 9, trata-se do fato de que o *capital rodado* assume o lugar do *capital adiantado*. Para tanto, é realizada uma comparação mais abrangente entre o *capital rodado* e o *capital adiantado*.

Para a redação do capítulo 5, Engels utilizou, como já dissemos, o manuscrito IV, mas também uma parte do manuscrito II. Por essa razão, na determinação dos conceitos no capítulo 7, ele precisou se mover do fundamento do manuscrito IV para o do manuscrito II. No manuscrito IV, o primeiro item no capítulo 2 é intitulado "O conceito de rotação". O título do segundo capítulo do manuscrito II é "A rotação do capital", e seu primeiro item é "Tempo de rotação e número de rotações"[98]. No manuscrito final, esse título foi alterado para "Número de rotações e tempo de rotação"[99]. Na versão impressa, a seção II tem início com o capítulo 7, novamente com o mesmo título que no manuscrito II (p. 235). Desse modo, ou Engels modificou a sequência durante a composição da versão final para a impressão, ou o fez durante a correção das provas de impressão.

O início do capítulo 8 provém do manuscrito IV, e ali encontra-se sob a rubrica "2. Capital fixo e capital circulante (capital de investimento e capital de giro)". No manuscrito II, Marx modificou esse título para "2. Circunstâncias que diferenciam a rotação do capital". Com isso, decidiu, ao mesmo tempo, apresentar o capital fixo e o capital circulante não de modo independente, mas como "circunstâncias *que diferenciam a rotação do capital*". O que se mostra como especialmente significativo entre os textos do manuscrito II não considerados por Engels é o segundo parágrafo do item "a) Capital fixo e capital circulante", onde se lê:

> Por rotação do capital, entendíamos inicialmente a rotação do valor de capital adiantando. Mas como os diferentes elementos do capital percorrem o ciclo de suas metamorfoses de diferentes maneiras e em diferentes intervalos de tempo, devemos, num primeiro momento, considerar separadamente a rotação dessas partes particulares do capital; num segundo momento, a rotação do capital total adiantado deve ser considerada como unidade das rotações de seus componentes. [100]

É estranho que nem no manuscrito IV nem nos capítulos 7 e 8 encontre-se uma passagem correspondente a esse parágrafo. Com isso, no entanto, deixou-se de incluir no texto uma importante indicação sobre o método de exposição.

Os temas dos capítulos 8, 9 e 12 até o capítulo 14 da versão impressa são tratados em conjunto no manuscrito II, sob a rubrica "2. Circunstâncias que diferenciam a rotação do capital", sendo que os temas dos capítulos 8 a 10 da versão impressa são discutidos no manuscrito II num único item, "a) Capital fixo e capital circulante"[101].

As tarefas mais importantes do capítulo 2 (seção II), intitulado "A rotação do capital", são esclarecer as condições que determinam a velocidade da rotação do capital e explicitar a influência da rotação do capital sobre a produção do mais-valor – cumpridas no segundo item desse capítulo.

A velocidade de rotação do capital é medida pelo número de rotações, o qual expressa "a relação entre o tempo de rotação e o ano". Ela mostra, portanto, "a frequência das rotações que o capital efetua no ano"[102]. Por isso, trata-se das "circunstâncias" que determinam o tempo de rotação do capital individual. Se todos os componentes do valor de capital adiantados percorressem o processo de produção e o de circulação na mesma velocidade, essas circunstâncias não seriam diferentes daquelas que expressam o valor do capital nas seguintes formas determinadas: capital monetário, capital produtivo e capital-mercadoria. Nos capítulos 12 a 14 são expostas em detalhes tais "circunstâncias", especialmente as que determinam a "diferença no período do tempo de trabalho", a "diferença entre tempo de produção e tempo de trabalho" e a "diferença no tempo de curso".

Mas como depreendemos do supracitado parágrafo do manuscrito II, "os diferentes elementos do capital" percorrem "o ciclo de suas metamorfoses de diferentes modos e em diferentes tempos". De fato, a parte do capital adiantado – necessária para comprar os meios de trabalho – só reflui após um longo tempo. Os meios de trabalho, as máquinas ou os edifícios requeridos para cada investimento não são repostos a cada

renovação do processo de produção. Mas a cada renovação do processo de produção é necessário que a parte do capital adiantada para comprar as matérias-primas já tenha refluído e sido novamente adiantada para comprar novas matérias-primas. Isso vale também para as forças de trabalho. Para poder repetir a produção de modo permanente, as matérias-primas e as forças de trabalho têm de ser sempre repostas por novas matérias-primas e novas forças de trabalho.

Por isso, na justificativa das condições que determinam a velocidade de rotação do capital não se tratava, para Marx, da rotação do capital total adiantado, mas, antes, "num primeiro momento, de considerar separadamente a rotação dessas partes particulares do capital"[103]. Sua reflexão conduziu ao fato de que a parte do capital adiantado com a qual se compram os meios de trabalho tem de ser chamada de *capital fixo*, porquanto nessa parte do capital a transferência de valor e, por conseguinte, a reposição de valor ocorrem de modo fracionado e gradual. A parte do capital que se faz necessária para adquirir matérias-primas e forças de trabalho é chamada de *capital circulante (ou fluida)*, já que nessa parte do capital a transferência de valor e, portanto, a reposição de valor ocorrem de uma vez só.

Ao final do ponto "c) Rotação total do capital adiantado. Ciclos de rotação", abaixo do item "a) Capital fixo e capital circulante", Marx menciona pela primeira vez a "rotação do capital total adiantado como unidade das rotações de seus componentes"[104] e introduz, então, a rotação total como conceito que une a rotação do capital fixo à rotação do capital circulante. Ele o define como o quociente entre a grandeza do capital rodado e o capital adiantado, ou seja, a rotação média entre o capital fixo e o capital circulante. Com isso, Marx atinge o objetivo de sua investigação, a saber, mostra as condições que determinam a rotação da totalidade do capital adiantado, quando "os diferentes elementos do capital percorrem o ciclo de suas metamorfoses de diferentes maneiras e em diferentes intervalos de tempo"[105]. Paralelamente, chama a atenção, no exame da rotação total, para o fato de que a rotação do capital fixo nem sempre é consumada, ainda que a rotação total se complete mais de uma vez. Isso se

aplica quando o capital rodado ultrapassa a soma do capital adiantado. Há casos em que a soma do capital rodado cresce e ultrapassa o capital adiantado quando o capital circulante roda rapidamente. Marx constata, pois, que a rotação real do capital fixo cria uma base material para crises periódicas e designa a rotação específica do capital fixo como ciclo de rotação. Na investigação dos ciclos industriais não se pode perder de vista esse aspecto[106]. Tais reflexões mostram que a rotação do capital, que Marx anotara sob a rubrica "2. Circunstâncias que diferenciam a rotação do capital" no manuscrito II, diz repeito à rotação do capital adiantado, ou seja, à rotação da totalidade do capital adiantado, e não à rotação de seus componentes, do capital fixo ou circulante. Essa terminologia vale para o item inteiro e, por isso, também para os capítulos 8 a 14 da versão impressa.

Mas há ainda outras "circunstâncias" importantes que diferenciam a rotação do capital, ou, em outras palavras, que exercem influência sobre a velocidade de rotação do capital e, com isso, sobre o número de rotação do capital. No primeiro ponto, Marx não considerara a "diferença no período do tempo de trabalho", a "diferença entre o tempo de produção e o tempo de trabalho", assim como a "diferença no tempo de curso". Essas três diferenças são igualmente "circunstâncias" que diferenciam a rotação do capital, e, de maneira mais precisa, circunstâncias absolutamente independentes das diferenças de forma entre o capital fixo e o capital circulante[107]. Marx analisou essas três diferenças nos três pontos "b)", "c)" e "e)" do item II no manuscrito II. Eles formam, como já mencionado, o conteúdo dos capítulos 12 a 14.

No manuscrito II, há um trecho que Marx coloca sob a rubrica "d) Ciclo de rotação derivado da natureza do processo de produção. (Efeito sobre o tempo de curso do capital)"[108]. Nesse ponto, ele analisa outra "circunstância" e constata: "O ciclo de rotação" na indústria "é dado pela *duração* do capital fixo adiantado para o processo de produção"[109]. Na agricultura, ao contrário, ele surge do "revezamento das culturas". O tema não foi explicitado por Marx. No fim do capítulo 13 da versão impressa, Engels incorporou apenas o texto, mas não a rubrica (p. 341-2). É provável

que ele não tenha dado continuidade à subdivisão desse ponto por não estar plenamente elaborado. Na folha de rosto do manuscrito II, Marx especificara o termo “*ciclos de rotação*” em duas rubricas: “Ciclos de rotação que derivam do capital fixo” – que corresponde ao título do capítulo 9 (p. 267) – e “O ciclo de rotação derivado de métodos especiais do processo de produção”. Ao que tudo indica, Engels avaliou que não havia necessidade de explicitar essas diferenças de rubricas numa nota de rodapé.

Nesse exemplo, fica evidente que a mencionada modificação de rubrica ou de estrutura do segundo item no manuscrito II indica que Marx pretendia esclarecer de modo mais sistemático e abrangente a análise das circunstâncias que diferenciam a rotação do capital.

## O problema da tabela IV no capítulo 15

A seguir, abordaremos um problema da redação de Engels no capítulo 15, “Efeito do tempo de rotação sobre a grandeza do adiantamento de capital”. Trata-se de quatro tabelas de rotações, nas quais a rotação do capital é estudada em relação aos períodos de trabalho e ao tempo de curso. Devemos avaliar sobre que bases Engels preparou as tabelas de rotação que desempenham um importante papel na discussão do movimento do capital e nas quais se encontra a dificuldade de sua exposição[110].

O capítulo foi composto com base no manuscrito II. Na parte do texto em questão, o objetivo é principalmente simular rotações do capital com períodos variáveis de trabalho e de circulação e, a partir de sua comparação, deduzir leis do movimento das rotações. Marx usou exemplos numéricos em forma de tabelas para a exposição dos movimentos da rotação. No total, elaborou 22 tabelas de rotação, nas quais figuram vários modelos para os processos de rotação: em primeiro lugar, o modelo de interrupção [*Unterbrechungsmodell*], no qual não ocorre nenhuma divisão do capital. Quando o capital está por inteiro no período da circulação, a produção é interrompida. Esse modelo simples de rotação não possui qualquer relevância especial, servindo apenas de referência para estabelecer comparações no exame dos outros modelos.

O segundo deles, o modelo de continuidade [*Kontinuitätsmodell*], é, ao contrário, o modelo característico para a teoria marxiana da rotação do capital e pressupõe que o capital a ser adiantado é dividido em várias partes. Durante o período de circulação de uma parte do capital, a outra parte é desembolsada na produção, de modo que a um período de trabalho pode se seguir outro, sem que haja qualquer interrupção ocasionada pela circulação. A validade do modelo é fundamentada por Marx mediante a seguinte constatação: "Essa continuidade é, ela mesma, uma *força produtiva* do trabalho"[111]. Como formas do modelo de continuidade, por sua vez, distinguem-se no manuscrito II dois modos de rotação: o modelo de entrecruzamento [*Durchkreuzungsmodell*], em que duas partes do capital adiantadas sucessivamente são desembolsadas uma após a outra, no decorrer de sua rotação, num mesmo processo de trabalho, de modo que seus movimentos de rotação se mostram entrelaçados ao ponto de não poderem ser distinguidos entre si. Esse "entrelaçamento" das rotações das partes é acompanhado da "liberação" periódica do capital monetário, sendo também por ela condicionado. A alternativa ao modelo de entrecruzamento é denominada modelo de substituição [*Ablösungsmodell*]. Nesse modelo, não ocorre qualquer entrelaçamento das rotações, mas os períodos de trabalho de partes individuais do capital substituem-se uns aos outros, de modo que essas partes efetuam rotações separadas como capitais individuais independentes. Com isso, tampouco ocorre qualquer liberação de capital monetário[112].

Em sua preparação do manuscrito final para o Livro II, Engels selecionou, dentre as diversas tabelas de Marx, aquelas que lhe pareciam importantes e, em seguida, redigiu seus rascunhos. Uma parte deles encontra-se no texto do manuscrito final e a outra, numa folha sem paginação, em cujas três páginas Engels anotou seis diferentes esboços de tabelas[113]. Sobre essa base foram compostas as tabelas I a IV da versão impressa (p. 363, 367, 372 e 374).

Numa anotação intermediária no capítulo correspondente do manuscrito final (e também da versão impressa), o editor Engels menciona que a redação desse capítulo "apresentou não poucas dificuldades" (p. 381). Tais

dificuldades deixaram marcas na exposição. Apesar da afirmação de Engels de que “nas tabelas reproduzidas anteriormente” ele conservara “apenas o mais simples e aritmeticamente correto” (p. 381), é preciso questionar a correção de uma tabela por ele incluída no manuscrito final e na versão impressa: a tabela IV (p. 374). Baseada numa das tabelas de Marx, ela supõe um período de trabalho de quatro semanas e um período de circulação de cinco semanas[114]. O erro nessa tabela reside no fato de que Marx, ao descrever os movimentos das rotações, não separou com suficiente clareza os dois modelos alternativos de rotação e, portanto, misturou aspectos que não se harmonizam entre si. A elaboração corresponde, por um lado, ao modelo de substituição, pois é compartimentada em partes do capital (I, II e III), o que jamais é o caso nas tabelas do modelo de entrecruzamento. Por outro lado, os valores numéricos apresentados descrevem movimentos de rotação que apontam claramente para o modelo de entrecruzamento: as rotações das partes se entrelaçam a ponto de se tornarem indiferenciáveis e, no fim, liberam capital monetário a cada período de circulação, o que não pode ocorrer no modelo de substituição.

A isso se acrescenta outro problema: diferentemente de Marx, que apresentou várias tabelas e comparou entre si os modelos de substituição e de entrecruzamento, Engels, no manuscrito final e na versão impressa, refere-se à sua tabela IV exclusivamente no contexto do entrelaçamento das rotações, ou seja, do modelo de entrecruzamento. Aqui, portanto, notamos uma dupla incongruência: por um lado, no interior da tabela e, por outro, entre a tabela e seu contexto. Para fornecer uma ilustração desse contexto, Engels precisaria tê-la elaborado de acordo com o modelo de entrecruzamento.

Tal tabela consistiria, então, de somente uma e não duas partes para o capital I e o capital II. Assim ficaria claro que no modelo de entrecruzamento as partes divididas do capital estão inseparavelmente unidas umas às outras. Para tanto, o período de trabalho teria de ser apresentado em duas partes, a última das quais evidenciaria como se dá a liberação de dinheiro. Uma tabela desse tipo seria, pois, extremamente

complexa. É verdade que Marx realizou uma série de tentativas de elaboração, mas não chegou a um resultado definitivo e claramente compreensível. Do mesmo modo, Engels tentou elaborar uma tabela assim, o que podemos constatar em seus rascunhos, redigidos numa folha avulsa durante a composição do manuscrito final e nos quais também se encontra uma tabela para exemplificação do modelo de entrecruzamento[115]. Na versão impressa, porém, Engels renunciou a essa tabela, substituindo-a por um texto que descreve o movimento de rotação correspondente[116], possivelmente com o objetivo de não irritar o leitor. Essa renúncia fez com que a tabela de entrecruzamento não fosse incluída em nenhuma das edições do Livro II de *O capital*. Apesar disso, Engels incorporou ao texto, praticamente sem alterações, a estrutura da tabela de Marx e seus valores numéricos, apenas abreviando-os e excluindo dados relativos à liberação do capital monetário. Com isso, no entanto, permaneceram intocados os dois problemas da exposição, tanto a mistura marxiana de ambos os modelos como, na versão de Engels, a incongruência entre a tabela e seu contexto.

Mais tarde, isso deu ocasião para críticas. Em 1926, Karl Kautsky escreveu na *Volksausgabe* [edição popular] do Livro II:

> Essa passagem inteira parece ter sido escrita em estado de extrema fadiga e não ter sido corrigida. Isso fica claro já pela circunstância de que na tabela, para o início do período de trabalho, encontram-se diversas vezes dois números um ao lado do outro: 9a 10a, 17a 18a, então 13a 14a e, por fim, 21a 22a. Ao final do capítulo, Engels declara ter eliminado do texto muitos elementos falsos ou contraditórios. A presente tabela e as observações que a acompanham parecem ter escapado à sua atenção.[117]

Kautsky apresenta, então, uma tabela modificada de acordo com o “modelo de substituição”. Porém, embora essa tabela seja internamente correta[118], ele desconsidera que a formulação de Engels situa-se no contexto do entrelaçamento das partes dos capital e da liberação do capital monetário, isto é, não no contexto do modelo de “substituição”, mas no de “entrecruzamento” dos capitais. Em 1933, ele é criticado por isso na edição do Marx-Engels-Lenin Institut – lançada em concorrência com a

*Volksausgabe* –, na qual os editores afirmam a necessidade de se interpretar a tabela de acordo com o modelo de "entrecruzamento"[119]. "Kautsky 'corrigiu' […] a tabela e justificou suas alterações com base na 'extrema fadiga' e na desatenção de Engels. Na realidade, foi ele quem não a compreendeu." Mesmo assim, os editores renunciaram à produção de uma tabela com dados para o modelo de entrecruzamento, contentando-se com um comentário sobre as variantes de Engels, por eles conservadas no texto[120].

## A seção III: "A reprodução e a circulação do capital social total"

O que foi dito em relação ao segundo volume de *O capital* em sua totalidade aplica-se especialmente à seção III: como Marx escreveu a Engels, essa seção deveria "investigar as condições […], ou seja, o entrelaçamento dos diversos capitais partes de capital e da renda (= *m*) entre si"[121]. O exame desse entrelaçamento, como movimento simultâneo porém sempre igual de mercadoria e dinheiro, conduziu Marx à elaboração de uma teoria do ciclo econômico, na qual ele formulou as condições que precisam ser satisfeitas para que oferta e demanda coincidam, o que, no entanto, nem sempre é garantido[122]. No Livro III, deu continuidade à análise da oferta e da demanda no plano do processo total e mostrou que há uma tendência imanente de que a produção (oferta) e a circulação (demanda) capitalistas se afastem uma da outra – tendência que desembocaria necessariamente numa crise. No entanto, sua análise da reprodução do capital social total não era desprovida de pressupostos.

Em relação a esse problema, Marx se baseou numa obra dos primórdios da economia política: a *Tableau économique*, de François Quesnay (cf. p. 459-60), à qual ele dava um grande valor e caracterizara como "ideia extremamente genial"[123]. Ao mesmo tempo, Marx criticou a estreiteza da concepção fisiocrata, que só considerava como produtivos os arrendatários. Por meio da exposição dos processos de reprodução do capital em sua totalidade – processos que se encontram ligados aos ciclos isolados, individuais do capital –, ele explicou as bases materiais das classes capitalistas e das classes trabalhadoras, esclarecendo as condições reais

sob as quais as relações capitalistas de produção são reproduzidas. Além dessa curta réplica a Quesnay, no subitem “I. Os fisiocratas”, Engels incorporou ao texto final, no capítulo 19, todas as considerações de Marx sobre a análise smithiana do processo de reprodução, que, no item III, concluem-se com breves referências aos “sucessores”. O motivo para isso era, nas palavras de Marx, mostrar que o dogma smithiano constitui “até os dias de hoje […] um dos artigos ortodoxos de fé da economia política”[124].

Tampouco Engels estava seguro, depois da publicação do Livro II, de que a análise da reprodução do capital social total aqui apresentada encontraria eco nos economistas políticos: “Para eles, o segundo volume permanecerá sempre um livro hermético […], e por isso a literatura econômica oficial mantém sobre ele um cauteloso silêncio”[125]. De fato, passaria mais de uma década até que os esquemas de reprodução aqui desenvolvidos fossem analisados pelos economistas marxistas russos Mikhail Tugan-Baranovski e Sergei Bulgákov, e outra década para que dessas análises se desenvolvesse um debate internacional[126].

## Os materiais para a redação e as alterações das rubricas na seção III

Nos manuscritos I, II e VIII, Marx discutiu a reprodução e a circulação, das quais pretendia tratar no capítulo 3 (posteriormente, seção III). Engels compôs a seção III com base nos manuscritos II e VIII.

A dificuldade estava no fato de que nenhum dos dois manuscritos bastava por si só, tampouco continha todos os pontos importantes para a escrita dessa seção. O manuscrito II é essencialmente mais abrangente e ao mesmo tempo o mais antigo, tendo sido redigido entre 1868 e 1870. O manuscrito VIII é a última elaboração de Marx em relação à seção III, e foi redigido entre 1877 e 1881. Ele contém importantes modificações e trata pela primeira vez de temas fundamentais. Ambos os manuscritos se diferenciam nos seguintes pontos, essenciais para a redação de Engels e sua eficácia: o manuscrito II é concebido como exposição resumida da matéria, ainda que não contenha alguns temas centrais. O manuscrito VIII, ao contrário, não foi concebido como um esboço independente da seção III,

mas como uma compilação de materiais e combinação de diferentes linhas de argumentação[127]. Por isso, não representa mais que um fragmento da seção III. Mesmo aquelas partes dos dois manuscritos que coincidem entre si quanto aos temas tratados nem sempre são complementares, inclusive contradizem-se em alguns pontos. Ademais, somente o manuscrito VIII contém desenvolvimentos sobre a reposição do capital fixo e a reprodução ampliada.

Assim, Engels não podia tomar como base a última versão disponível, porque nela esses pontos centrais não haviam sido tratados. Essa é a razão pela qual decide tomar o manuscrito II como norte e se valer do manuscrito VIII para os temas ausentes no primeiro. Ele usou a maior parte do manuscrito VIII, porém reorganizou a estrutura da exposição e complementou com textos do manuscrito II, mais claramente encadeados, todos os pontos da argumentação que não são discutidos no manuscrito VIII. A parte do manuscrito VIII não incluída por Engels na redação final não ultrapassa duas páginas impressas. Do manuscrito II, em contrapartida, incorporou muito menos, principalmente por ter desconsiderado todas as passagens que Marx também tratara no manuscrito VIII. Cabe perguntar, portanto, se não havia outras possibilidades de reconstruir a argumentação de Marx sobre a reprodução.

Comparando-se os títulos dos diversos capítulos e itens da seção III nos manuscritos de Marx com aqueles do manuscrito final de Engels, evidenciam-se notáveis diferenças. Já no título da seção (p. 447) Engels diverge do texto de Marx e renuncia à ênfase nas "condições reais"[128]. Marx só dividira os capítulos em subcapítulos no manuscrito I, redigido anteriormente. O manuscrito II, ao contrário, não contém quaisquer itens desse tipo, razão pela qual Engels precisou subdividir amplamente o texto na versão impressa. Problemática é especialmente a estruturação que Engels adotou no capítulo 20, nos itens II a XI, porque ali foram misturadas passagens de diferentes contextos. Em comparação com os manuscritos, no entanto, as diferenças entre o manuscrito final de Engels e a versão impressa são ínfimas. Basicamente, ele precisou apenas adicionar títulos e números de capítulos.

Além de modificações nas rubricas por razões estilísticas, que ocupam grande parte da redação de Engels, há quatro passagens em que se podem constatar diferenças nas formulações de Marx e Engels.

Capítulo 19, item II, subitem 1 (p. 463): o título "A concepção geral de Smith e suas consequências"[129] foi alterado para "Os pontos de vista gerais de Smith". Ao que tudo indica, Engels pensava que as consequências das concepções de Smith seriam tratadas nos subitens seguintes.

Capítulo 20, itens VII a IX (p. 529-41): As exposições sob as rubricas "Capital variável e mais-valor nos dois setores", "O capital constante nos dois setores", "Retrospecto a Adam Smith, Storch e Ramsay", assim como as considerações sob a rubrica do item VI (p. 526), foram extraídas por Engels do manuscrito II. Quanto a isso, é preciso atentar para o fato de que as exposições desses quatro itens provêm de uma passagem do manuscrito II colocada sob a rubrica "(exposta sem a circulação monetária)"[130].

A exposição do item X, sob o título "Capital e renda: capital variável e salário" (p. 541) é um deslocamento do final das considerações sobre a "reprodução simples" do manuscrito VIII e foi adiantada aos parágrafos XI e XII, sem que se possa identificar qualquer razão para esse deslocamento.

Capítulo 21, item III (p. 612): o título "Exposição esquemática da acumulação" foi inserido num espaço deixado em branco até o fim da edição, embora as rubricas dos três subitens já estivessem dadas. Nesse item, há passagens que foram largamente modificadas ou eliminadas por Engels.

## A redação do capítulo 20 e a exposição da reprodução simples no manuscrito II

Para a redação do capítulo 20, Engels dispunha dos manuscritos II e VIII. O primeiro consiste de uma parte introdutória[131] e de uma parte principal sobre a reprodução simples, subdividida em dois pontos: "a) Reprodução em escala simples (exposta sem a circulação monetária)"[132] e "[b)] Exposição da circulação monetária mediadora"[133]. Mas quando se observa a estrutura do manuscrito VIII, constata-se que faltam tanto a parte introdutória à seção inteira quanto uma análise sem a circulação monetária.

Em vez disso, Marx inserira argumentos sobre a acumulação e o investimento de dinheiro para a reposição ou renovação do capital fixo, assim como uma exposição resumida da reprodução simples. Abstraindo de cada uma das discussões singulares nos manuscritos II e VIII, há uma série de passagens que correspondem umas às outras, mas cujos conteúdos distinguem-se claramente entre si. Nessas passagens, trata-se, por um lado, da crítica de diversas teorias econômicas, sobretudo da de Adam Smith, e, por outro, da "exposição da circulação monetária mediadora". Em algumas delas, Engels não utilizou a última versão disponível. Devemos perguntar, pois, quais razões ele tinha para fazê-lo, e os efeitos que daí decorrem.

O manuscrito VIII está dividido em poucos itens. Dois são referidos por Marx, de modo significativo, com a palavra "antecipação", o que nos dá importantes indicações tanto sobre a estrutura do manuscrito VIII como sobre a relação entre os manuscritos VIII e II.

No primeiro caso, temos no manuscrito VIII a rubrica "Antecipação para desenvolvimento posterior"[134]; o objeto que deveria ser tratado posteriormente e que Marx antecipa nessa passagem é a renovação do capital fixo e o problema, a ela vinculado, do movimento independente do dinheiro, isto é, as vendas e as compras unilaterais, assim como a exposição da reprodução ampliada. No manuscrito II, esses temas ou não foram discutidos ou a discussão foi interrompida[135]. Marx analisa, num primeiro momento, a reposição de valor e de materiais mediada pelo dinheiro na reprodução social, o movimento de refluxo do dinheiro a seu ponto de partida e os diferentes movimentos do dinheiro entre os dois setores, bem como no interior do setor II: o da produção dos meios de consumo. Dito de outro modo, aqui a discussão do movimento do dinheiro converte-se no tema principal. Engels incorporou essas reflexões nos itens III a V da versão impressa.

Em seguida, Marx discute no manuscrito VIII – diferentemente de Engels na versão impressa – o entesouramento, com as vendas e as compras unilaterais, assim como o papel autônomo do dinheiro em relação à acumulação. Constata-se, assim, que no manuscrito VIII a discussão que corresponde aos itens III a V da versão impressa tem caráter introdutório

para a exposição seguinte. Marx trata da reposição do capital fixo no manuscrito VIII, porém apenas para o setor II, ou seja, para os meios de consumo; para o setor I, o dos meios de produção, essa reposição do capital fixo continua em aberto. Mais precisamente, no manuscrito VIII dois temas permanecem fora de consideração: por um lado, a reposição do capital constante – fixo e circulante – do setor dos meios de produção; por outro, os problemas ligados à reposição do dinheiro dentro desse setor.

Em sua redação do capítulo 20, Engels tentou reparar esses dois déficits por meio de um recuo ao manuscrito II. Neste, como já foi dito, Marx não tratou da reposição do capital fixo, mas da do capital constante do setor de meios de produção, na rubrica "Reprodução em escala simples (exposta sem a circulação monetária)"; abordou, além disso, o problema do dinheiro, ligado a essa reposição do capital constante, na rubrica "Exposição da circulação monetária mediadora". Em sua redação, Engels apenas subordinou a discussão sobre a reposição do capital constante no manuscrito II ao item IV, porém deixou fora de consideração os movimentos do capital ligados a essa reposição. Por tal motivo, o item VI não pode funcionar como pressuposto teórico para a reposição do capital fixo no setor de meios de produção, e não é por acaso que a reposição do capital fixo no item XI permanece restrita ao setor II[136]. Além disso, por meio desse deslocamento realizado por Engels perdeu-se a conexão direta que, no manuscrito VIII, existe entre o movimento do dinheiro e o entesouramento.

Sobre a questão de em que consiste o "anterior", que Marx deixou de lado antes do texto escrito (o "antecipado"), encontramos a primeira indicação nas poucas linhas que estão antes dessa rubrica e que contêm uma pequena sinopse sobre aquilo que deveria ser tratado na terceira seção. Trata-se, embora de modo muito fragmentário e inacabado, de um tipo de introdução à seção. A segunda indicação está no manuscrito II, que sugere tratar-se da "exposição sem a circulação monetária". Nele, Marx distingue claramente entre a exposição com e sem a circulação monetária. No manuscrito VIII, ao contrário, ele renuncia a uma tal diferenciação explícita. Já no início da passagem aqui observada, Marx se exprime da seguinte

maneira:

> $v + m$ (I), os valores que nas mãos de seus produtores existem sob a forma natural dos meios de produção, intercambiam-se por C(II), que se encontra sob a forma natural de meios de consumo. A classe capitalista de (II) volta a converter seu *capital constante* da forma de meios de consumo na forma de meios de produção dos meios de consumo, numa forma em que pode sempre funcionar de novo como fator do processo de trabalho e – com relação ao processo de valorização – como valor-capital constante. Por outro lado, o equivalente para a força de trabalho (em I) = V(I) e o *mais-valor do capitalista* (I) estão realizados, convertidos de sua forma natural de meios de produção numa forma natural, na qual são consumidos como renda. Porém, essa conversão mútua é mediada por uma *circulação monetária*.[137]

Em seguida, trata minuciosamente do intercâmbio recíproco entre os dois setores, I($v + m$) por II($c$), assim como, no interior da seção II, II($v$+$m$), considerando-se a "*circulação monetária*" mediadora. Os problemas que, independentemente do movimento mediador do dinheiro, determinam o intercâmbio no interior e entre os setores não são tratados por Marx nesse ponto, o que já havia sido feito no manuscrito II. Apesar da falta dessa diferenciação, também em todo o manuscrito VIII está claro que ambos os domínios se movem, cada um deles, em dimensões distintas, e nesse ponto Marx também reitera que há elementos essenciais que independem do dinheiro[138]. No entanto, podemos constatar que, no manuscrito VIII, Marx se ocupa essencialmente daquilo que no manuscrito II ele tratara sob a rubrica "Exposição com a circulação monetária". Por isso Engels colocou-se a questão de como se devia avaliar a renúncia a uma distinção explícita. Pretendia Marx substituí-la por uma outra forma de exposição, ou a distinção continuou a ser importante para ele?

Embora não haja nenhuma declaração inequívoca de Marx de que ele tivesse em mente outra forma de exposição[139], Engels decidiu-se, como é dito no prefácio, pela primeira variante: "Marx considerava que a seção III, dedicada à reprodução e à circulação do capital social, carecia prioritariamente de uma reelaboração. Com efeito, no manuscrito II a reprodução fora estudada, num primeiro momento, sem levar em conta a circulação monetária que lhe serve de mediação e, em seguida, levando-a em consideração. Isso tinha de ser eliminado" (p. 82). Por isso, Engels

reuniu na versão impressa textos de ambos os manuscritos, sem considerar se, em seu contexto original, continham exposições que incluíam ou não a circulação monetária. Ele começou sua composição para o início do capítulo 20 com o manuscrito II e, mais precisamente, com análises que não consideravam a circulação monetária. Seu objetivo era estabelecer uma ligação com a discussão iniciada – com base no manuscrito VIII – a partir do item III e que incluía a circulação monetária. Com isso, Engels não atentou para o fato de que Marx ressaltara diversas vezes a importância fundamental da análise sem o dinheiro. Para Marx, portanto, a investigação da transformação do valor e da matéria "sem o dinheiro" representava um problema fundamental, que tocava a essência da questão. Já a "mediação com a circulação de dinheiro", ao contrário, representava para ele um "fenômeno" relativamente concreto. Nessa medida, tratava-se de problemas estruturalmente distintos.

Marx ressalta que quando se fala em reprodução "sem dinheiro" não se trata nem do mero escambo de produtos nem da reprodução abstrata geral, isto é, da reprodução que não pertence a nenhuma formação social em especial. Ela abarca, antes, a exposição da reprodução das relações de classe especificamente capitalistas e, nesse sentido, representa a discussão mais fundamental da reprodução na sociedade capitalista. De modo semelhante, Marx acentua sua pretensão nas seguintes passagens: "Consideremos a função do capital social [...] durante um ano em seu *resultado*"[140]. Nesse ponto ele declara expressamente que na exposição "sem a circulação monetária" toda ação isolada é abstraída do movimento e o processo é considerado "em seu *resultado*". E prossegue: "[o consumo produtivo e individual] abrange tanto a reprodução do mundo das mercadorias como a reprodução (*i.e.* conservação) da classe capitalista e da classe trabalhadora, e, por conseguinte, também a reprodução do caráter *capitalista* do processo de produção em sua totalidade"[141].

Marx ressalta, além disso, a insuficiência de um "modo de exposição apenas *formal*"[142]. Pois nem a reprodução, nem a reconversão dos elementos de produção, nem a aquisição do fundo de consumo podem ser explicadas apenas pelo aspecto da circulação. Marx ressalta que "não

apenas a *reposição de valor*, mas a *reposição de material*" tem de ser analisada e evidencia isso nos seguintes pontos: para o capital individual, o mundo das mercadorias – ou seja, o mercado de mercadorias – situa-se fora de seu movimento. Portanto, se nos limitarmos ao problema do movimento do capital individual, é desde o início impossível problematizar a realização da totalidade das mercadorias produzidas ano a ano na sociedade inteira – o produto social total. Do ponto de vista do movimento do capital social, no entanto, o mundo das mercadorias – isto é, do mercado de mercadorias – é erigido no interior do movimento do capital, ou, mais precisamente, do capital social; nesse sentido, o problema pode ser aqui diretamente enfrentado. Se, além disso, supomos a reprodução simples, não podemos, ao tratar da questão de como o produto social total é realizado, procurar o comprador fora da sociedade em questão, isto é, entre os envolvidos em novos empreendimentos, porque aqui não levamos em conta a acumulação. Teríamos, antes, de constatar o autoacabamento da reposição do valor e do material sem "subterfúgios". A solução desse problema constitui o ponto central da discussão do processo de reprodução.

Diante disso, Engels abreviou em grande medida a exposição do manuscrito II, visando alcançar rapidamente seu objetivo de conectar a "posição introdutória do problema" com a discussão – por ele iniciada no item III – acerca dos intercâmbios entre os setores. Assim, também deixou de acolher outra passagem desse manuscrito, na qual Marx confirmara a importância da exposição sem a circulação monetária: "Finalmente, para reconduzir o problema a suas condições mais simples, é preciso, de início, abstrair por inteiro da *circulação monetária* e, portanto, também da forma-dinheiro do capital. É evidente que a massa circulante de dinheiro não constitui um componente do *valor* do produto social total, que circula por intermédio dela. Portanto, em se tratando da questão de como o *valor* do produto total se divide em valor constante etc., essa questão é, em si mesma, independente da circulação monetária. Somente depois de a questão ser tratada sem consideração à circulação monetária é que se poderá ver como o fenômeno se apresenta quando mediado por esta última"[143]. Por meio dessas supressões, Engels conjugou duas linhas distintas de

argumentação. No entanto, foram desconsiderados pontos centrais da discussão metodológica.

Semelhante é o que ocorre com algumas declarações de Marx acerca da relação entre a reprodução simples e a reprodução ampliada, que Engels excluiu parcialmente da versão impressa. Isso vale, por exemplo, para a seguinte passagem:

> Se encontramos dificuldades [na consideração do capital individual], então nos contentamos com a ideia de que mediante uma série de transações, que nos fazem dar mil voltas, chegaremos enfim a um resultado definitivo. Esses subterfúgios são descartados tão logo lidamos com o capital social e, por conseguinte, com o valor-produto social. Para cada capital individual, existe, *do lado de fora*, um mundo de mercadorias. Mas o capital social e seu produto traz em si o mundo inteiro de mercadorias. Além disso: a consideração da *reprodução simples* impede o subterfúgio de que, por exemplo, o meio de produção nela produzido é uma forma de novo capital acumulado. Dentro dos limites da reprodução simples, esse meio de produção pode ser apenas a reposição para o capital constante consumido.[144]

No manuscrito II, Marx introduz dois setores da produção: para os meios de consumo e para os meios de produção. Cada um deles é por ele caracterizado como “um *gênero*” e detalhadamente descrito em suas propriedades essenciais, embora com repetições ocasionais. Sobretudo, ele sustenta que na “produção dos meios de consumo” os capitalistas, como classe social, “consomem de forma conjunta e direta a parte de seu próprio *produto total*, cujo valor = ao mais-valor contido nesse produto total”[145]. Do outro lado, onde se encontra a parcela de valor do capital constante, a qual existe sob a forma de matérias-primas dos meios de consumo, isso tem o seguinte significado: “Como *valor*, esse capital constante é reposto em seu produto, mas esse valor existe apenas na forma natural de mercadorias que não *funcionam* como meios de produção e, por conseguinte, *como capital constante*, razão pela qual não podem repor *in natura* o capital constante consumido”[146]. Em seguida, o capital constante é considerado no ponto “II) Produção de meios de produção”. Pois lá é dito, inversamente: “Uma parte do produto total no valor de £400 é despendida [...] £200 pelos trabalhadores, e outra parte = £200 pelos capitalistas. Mas todos os elementos do produto II são meios de produção que não entram no consumo

individual”[147]. Entre ambos os setores teria, portanto, de ocorrer um intercâmbio. Por outro lado, uma vez realizado esse intercâmbio, o valor-produto de £800 corresponde ao setor II, ou seja, ao capital constante consumido desse setor.

Da determinação do setor I como voltado para os meios de consumo e do setor II como para os meios de produção, e da determinação de suas propriedades, decorre a sequência da argumentação sobre a reposição de materiais e de valor: 1) a reposição de valor e materiais no interior do setor para meios de consumo; 2) o intercâmbio entre os dois setores; 3) a reposição dentro do setor para meios de produção. A essa descrição Marx acrescenta, no manuscrito II, uma exposição esquemática, que mostra a relação mútua entre ambos os setores. Diferentemente, no manuscrito VIII ele não introduz os setores de modo explícito, porém modifica, já com o primeiro exemplo numérico, a ordem dos setores: aqui, o setor I produz meios de produção, e o setor II, meios de consumo[148]. Uma consequência dessa inversão da ordem é a estrutura modificada da argumentação no manuscrito VIII.

Em sua versão impressa, Engels procurou conciliar os dois manuscritos, o que não conseguiu fazer sem contradições. Ele acolheu a ordem alterada dos setores e, nas passagens do manuscrito II por ele introduzidas, modificou os números dos setores de maneira correspondente. Além disso, abreviou fortemente as observações introdutórias de Marx sobre os setores no manuscrito II e, algumas páginas depois, apresentou o primeiro esquema da reprodução com números alterados e com o setor da produção como setor I. Mas o que Engels não considerou foi a modificação da estrutura argumentativa condicionada pela mudança dos setores. Ele acolheu a estrutura do manuscrito II e a reforçou, introduzindo-a e desdobrando-a explicitamente no item II como “três grandes pontos de apoio” (p. 501), antes de dar início, nos itens III, IV e V, à discussão do processo de intercâmbio no interior e entre os setores (p. 501-26). Essa discussão se orientou, no entanto, pela estrutura do manuscrito VIII e teve início com o intercâmbio, antes que fosse discutida a reposição no setor da produção e, então, no setor do consumo.

A segunda contradição resultou, no mesmo contexto, de um acréscimo de Engels. No item II, como já mencionado, ele usou o manuscrito II como texto-base, principalmente passagens da seção "exposta sem a circulação monetária"[149]. É provável que Engels pretendesse justificar essa restrição quando, nas já citadas observações introdutórias aos setores e aos "três grandes pontos de apoio", inseriu a seguinte nota: "deixamos provisoriamente de lado a circulação monetária que serve de mediação a essa reprodução" (p. 501). Mas no item III, imediatamente seguinte, a "conversão mútua [...] por intermédio de uma circulação monetária" foi postulada desde o início, acentuando-se que esse suposto é "de importância decisiva" (p. 502), porquanto o texto provém inteiramente do manuscrito VIII[150]. A discussão se dá, portanto, em sentido contrário à inserção recém-citada de Engels. Após o item V, ele retorna ao manuscrito II e, com isso, à exposição sem o dinheiro.

## A divisão em seis setores

A investigação dos textos utilizados por Engels na composição do manuscrito final para o Livro II de *O capital* resultou na constatação de que a seção III foi composta com base nos manuscritos II e VIII de Marx. Enquanto o texto do manuscrito VIII foi quase inteiramente usado para a discussão da reprodução, o manuscrito II foi acolhido apenas pela metade. Isso significa que metade da discussão sobre a reprodução no manuscrito II não foi publicada[151]. Essa parte do texto contém uma análise diferenciada do produto social. Este é divido em seis categorias: 1) meios de consumo dos trabalhadores (simbolizados como "I*a*"); 2) meios de produção de I*a* e de si mesmo ("IIαα"); e 3) meios de produção de IIαα e de si mesmo ("IIα"); analogamente, 4) meios de consumo dos capitalistas (simbolizados como "II*b*"); 5) meios de produção de I*b* e de si mesmo ("IIββ"); e 6) meios de produção de IIββ e de si mesmo ("IIβ")[152].

Com ajuda desse encadeamento em seis setores, Marx ocupou-se, entre outros, com os seguintes problemas: 1) as transações entre os setores, mediadas pelo dinheiro; 2) o volume total de transações e a quantidade de dinheiro necessária para isso; 3) o refluxo dos salários e a circunstância de

que a parte principal da quantidade de dinheiro é originalmente posta em curso como salário e retorna constantemente ao ponto de partida. Além disso, foram investigados: 4) o modo como se realiza o mais-valor dos diversos setores; 5) as condições de equilíbrio para uma proporcionalidade intersetorial – estas são resumidas em três equações, que dependem da grandeza da taxa de mais-valor. Por fim, a questão acerca do equilíbrio impõe-se quando 6) são agregados os setores para meios de subsistência e meios de luxo, ou quando 7) os meios de luxo também são consumidos pelos trabalhadores.

Desde Piero Sraffa a distinção entre "*basic product*" [produto básico] e "*non-basic product*" [produto não-básico] é um instrumento imprescindível das teorias econômicas[153]. Os produtos básicos entram direta ou indiretamente como fatores de produção – no sentido da argumentação: como meios de produção ou meios de subsistência para os trabalhadores – em todos os setores. A produção não-básica fornece exclusivamente aqueles produtos que, pelo menos num setor, não são empregados nem direta nem indiretamente como fatores de produção. De acordo com Marx, a "produção básica" dos setores I (meios de produção) e II*a* (meios de subsistência) corresponderia à "produção não-básica" do setor II*b* (meios de luxo).

Como mostra a longa história da pesquisa sobre o "problema da transformação", o suposto dos produtos não-básicos pode representar uma efetiva contraprova da fórmula marxiana do preço, e, de fato, desde Ladislaus Bortkiewicz esse suposto tornou-se a regra entre os críticos de Marx.

Foi Bortkiewicz quem refutou a fórmula marxiana do preço, no momento em que, sob o pressuposto da subdivisão em produtos básicos e não-básicos, pôde constatar claramente e demonstrar com exemplos numéricos que a produção de luxo é irrelevante para a determinação da taxa geral de lucro[154]. Poucos anos mais tarde, esse argumento foi acolhido por Georg von Charasoff[155], que postulou que, de fato, a taxa geral de lucro não tinha necessariamente de representar a média intersetorial das taxas individuais de lucro, porém só podia ser determinada na produção

básica[156].

Nessa linha da crítica a Marx situa-se também o economista japonês Kei Shibata, cujas análises, realizadas no anos 1930, são extremamente elucidativas das concepções originais de Marx[157]. Shibata dividia o conjunto dos bens econômicos em: 1) "*labourers' consumers' goods*", que são consumidos apenas pelos trabalhadores; 2) "*capitalists' consumers' goods*", que só existem para serem consumidos pelos capitalistas; 3) "*labourers' producers' goods*", que servem apenas de meios de produção para produzir a si mesmo e "*labourers' consumers' goods*", e 4) "*capitalists' producers' goods*", que só podem ser consumidos para produzir a si mesmos, "*capitalists' consumers' goods*" e o dinheiro. Para ele, os bens se chamam "*labourers' goods*" quando são "*labourers' consumers' goods*" ou "*labourers' producers' goods*". "*Labourer's goods*" não são outra coisa que "*basic products*"[158].

A divisão em dois setores dos meios de produção e meios de subsistência, que formam a base dos esquemas de reprodução redigidos por Engels, constitui a difundida imagem da teoria da reprodução em *O capital*. Justamente por isso essa divisão quádrupla dos bens realizada por Shibata é de grande importância para a reconstrução da teoria marxiana.

Como podemos facilmente reconhecer, o setor I*a* de Marx corresponde, na divisão de Shibata, ao setor "*labours' consumers' goods*"; IIαα e IIα coincidem com os "*labourers' producers' goods*"; I*b* corresponde aos "*capitalists' consumers' goods*"; IIββ e IIβ correspondem, por fim, aos "*capitalists' producers' goods*". Concebendo os setores I*a*, IIαα e IIα, de um lado, e os setores I*b*, IIββ e IIβ, de outro, como "dois grandes setores do processo de produção, separados e independentes", ele distingue claramente, de fato, produtos básicos de produtos não-básicos[159]. Devemos ressaltar especialmente que Marx, na discussão sobre o processo de reprodução, lança repentinamente a questão de como o mesmo processo de reprodução se desenrola após a formação da taxa geral de lucro, isto é, com a vigência dos preços de produção: "Vejamos, de passagem, como a questão se apresenta sob o pressuposto da taxa geral de lucro"[160]. Marx calcula, então, diferentes taxas individuais de lucro, pois na passagem em

questão cada setor remete a uma composição distinta de capital. Depois de algumas linhas, ele interrompeu essa digressão, anunciando uma retomada da questão: "*Examinar isso mais adiante*". No entanto, Marx jamais voltou a realizar tal investigação.

A que resultados Marx teria chegado com uma análise assim? A questão é extremamente interessante, porquanto um cálculo deficiente do preço necessariamente perturba o equilíbrio entre os setores, como Bortkiewicz demonstrou com exemplos do cálculo do preço em *O capital*[161]. Possivelmente, com sua divisão em seis setores Marx teria chegado ao mesmo resultado a que Shibata chegou com seus quatro setores: à irrelevância dos "*capitalists' goods*" para a taxa geral de lucro. Literalmente, diz Shibata: "coeficientes técnicos da produção que participam diretamente na determinação da taxa geral de lucro são limitados àqueles dos *labourers' goods'* [...]. Isso significa que nenhuma mudança nos coeficientes técnicos da produção dos *capitalists' goods'* pode provocar uma alteração na taxa geral de lucro"[162]. Essa constatação teria de conduzir, por fim, à equiparação da taxa geral de lucro à média intersetorial de todas as taxas individuais de lucro, tal como são apresentadas em O *capital*.

## A discussão da reprodução ampliada no capítulo 21

Por último, devemos lançar um olhar sobre a redação de Engels do capítulo 21, "Acumulação e reprodução ampliada" (p. 595). Esse capítulo foi extraído inteiramente do manuscrito VIII e, com exceção de uma grande modificação no texto do item III (p. 612), segue também, em boa parte, o texto desse manuscrito.

No contexto da redação desse capítulo, dois pontos são importantes. Em primeiro lugar, como já mencionamos, no manuscrito VIII é adicionada, no início da seção, a rubrica "Antecipação. II) Acumulação ou produção em escala ampliada"[163]. Quer dizer, Marx adiantou o ponto que, na verdade, devia ser tratado nesse lugar. Por tal razão, ali se apresentam temas que ainda não estavam suficientemente explicitados: de um lado, o problema da transição da reprodução simples para a ampliada, tal como fora tematizada

no manuscrito I; do outro, a exposição do esquema da reprodução dividido em quatro setores[164].

Em segundo lugar, o item III remete a uma passagem da apresentação da reprodução ampliada dividida em cinco pontos, mais precisamente ao último: "5. Acumulação na classe II"[165]. No entanto, nos exemplos matemáticos da variação anual da acumulação encontra-se uma diferença decisiva entre a versão impressa e o manuscrito VIII, diferença essa que influenciou consideravelmente o julgamento dos pósteros sobre a passagem em questão e está ligada ao "primeiro exemplo" para a exposição da sequência temporal da acumulação (p. 617-23): começando com o estágio inicial (no ano 0), nesse ponto são desenvolvidos seis esquemas de sequência temporal até o quinto ano. Eles se baseiam nas seguintes hipóteses:

1. a taxa de acumulação do setor I é sempre igual (50%);
2. a composição do capital é constante em todos os setores: a composição do capital no setor I é C:V = 4:1 e, no setor II, C:V = 2:1; também no caso dos capitais adicionais esse capital é dividido dessa maneira;
3. a taxa de acumulação do setor II é adequada de tal modo que ambos os setores se mantêm em equilíbrio.

Analogamente a essas hipóteses, Engels esboçou uma consistente sequência temporal dos esquemas. Se a partir dessas hipóteses construímos uma trilha da acumulação, esta última descreve, então, um curso peculiar:

- a partir do segundo ano, a taxa de crescimento de ambos os setores torna-se igual e constante
- a partir do segundo ano, estabiliza-se a relação entre os dois setores;
- a partir do segundo ano, estabiliza-se a taxa de acumulação do setor II.

Esse percurso da reprodução é caracterizado, em geral, como *crescimento equilibrado* (*balanced growth*). Em *O capital*, essa importante

consequência, a saber, de que as chamadas três hipóteses têm por consequência um crescimento equilibrado, é desenvolvida de modo preciso. Essa propriedade da análise da reprodução ampliada foi repetidamente acentuada pela pesquisa posterior[166].

A passagem do manuscrito VIII que Engels apresenta como "primeiro exemplo" contém seis esquemas de sequências temporais de Marx sobre a base das três hipóteses mencionadas. No entanto, a passagem correspondente no manuscrito VIII apresenta uma série de erros de cálculo, que contrariam as hipóteses assumidas por Marx[167]. Esses erros foram corrigidos por Engels em sua redação. Por mais imaturas que sejam as reflexões de Marx nesse ponto do texto, elas nos proporcionam uma visão de seus próprios esquemas de sequência temporal. Nestes, vemos que:

- as taxas de acumulação dos dois setores não se nivelam entre si, e alteram-se a cada ano;
- a proporção entre os dois setores varia a cada ano;
- também a taxa de acumulação no setor II altera-se anualmente.

Aqui está claro que não se trata do *crescimento equilibrado*. A constatação de que a reprodução ampliada leva a um *crescimento equilibrado* resulta – quando resulta – apenas da exposição corrigida por Engels, e não da apresentação original de Marx. Do desenvolvimento da sequência temporal no manuscrito VIII não se pode extrair a tendência a um *crescimento equilibrado*. É verdade que, no manuscrito VIII, Marx expandiu sua visão da reprodução simples para a reprodução ampliada, mas, embora nesse manuscrito ele tenha analisado os pressupostos extremamente importantes para a acumulação, não devemos superestimar o grau de sua elaboração dos esquemas da acumulação[168].

* * *

## Tabela dos manuscritos de Marx para o Livro II de *O capital* e

de sua utilização por Engels[f]

Engels só pôde dar início à redação dos volumes póstumos de *O capital* depois que a questão sobre o espólio literário de Marx estava esclarecida. Marx não só deixara Engels em meio a incertezas quanto ao estado de elaboração de *O capital* como tampouco indicara claramente o que deveria ser feito com seu espólio literário. Após a morte de Marx, sua filha Eleanor informou a Engels que, conforme uma declaração de seu pai, deveriam ela e Engels "pegar todos os seus papéis e tentar publicar aquilo que devia ser publicado, especialmente o segundo volume"[g] de *O capital*[169]. Mas também a outra filha de Marx, Laura Lafargue, entendera que a vontade de seu pai era que todos os documentos deixados por Marx fossem legados não a Eleanor, mas a ela, Laura, a quem caberia redigir uma tradução inglesa de *O capital* e uma história da Associação Internacional dos Trabalhadores[170]. Assim, Engels precisou usar de alguma diplomacia para esclarecer incompreensões e evitar possíveis atritos entre as filhas de Marx. Engels era o único em condições de editar a obra deixada inacabada. Felizmente, na primeira triagem do material foi encontrado um grande pacote com os manuscritos, de modo que Engels pôde informar a Laura, aliviado: "Hoje Nim [Helena Demuth] encontrou entre os manuscritos do Mouro [Marx] um grande pacote contendo a melhor parte, se não a totalidade, do segundo volume de *O capital* – mais de 500 páginas in-fólio"[171]. Engels precisou, antes de tudo, realizar um mapeamento exato dos manuscritos e seus períodos aproximados de surgimento. Na tabela a seguir estão resumidas as datações dos manuscritos, sua numeração por Marx ou Engels e sua utilização por Engels.

| MANUSCRITO | DATAÇÃO DE MARX OU ENGELS | DATAÇÃO NA MEGA-2 | UTILIZAÇÃO POR ENGELS |
|---|---|---|---|
| I (Marx) (MEGA-2 II/4.1, p. 137-381) | "presumivelmente escrito em 1865 ou 1867" ("Prefácio". Cf. p. 81) | Primeira metade de 1865 (MEGA-2 II/4.1, p. 560) | "desse texto nada pôde ser utilizado" ("Prefácio". Cf. p. 81) |

| II (Marx) (MEGA-2 II/11, p. 3-522) | "1870" ("Prefácio". Cf. p. 81)<br><br>"cerca de 1868" (Carta de Engels a Laura Lafargue, 22/6/1883) | Provavelmente de maio de 1868 a meados de 1870 (MEGA-2 II/11, p. 907) | Utilizado nas três seções (MEGA-2 II/12) |
|---|---|---|---|
| III (Marx) | Nenhuma indicação | 1857-1868 (MEGA-2 II/4.3) | "descartadas em sua maior parte" ("Prefácio". Cf. p. 81) |
| IV (Marx) (MEGA-2 II/4.3) | "redigido anteriormente ao manuscrito II" ("Prefácio". Cf. p. 81) | 1857-1868 (MEGA-2 II/4.3) | "é uma versão, pronta para a impressão, da seção I e dos primeiros capítulos da seção II" ("Prefácio". Cf. p. 81)<br><br>utilizado ocasionalmente (MEGA-2 II/12) |
| [Passagens de exposições anteriores a serem utilizadas] (MEGA-2 II/11, p. 525-48)<br><br>"Algumas referências e notas" ("Prefácio". Cf. p. 82) | "fim de março de 1877" ("Prefácio". Cf. p. 82) | Entre o fim de março e meados de abril de 1877 (MEGA-2 II/11, p. 1323) | Utilizado na composição da seção I (MEGA-2 II/12) |
| Seção I. Início. [Fragmento I] (MEGA-2 II/11, p. 549) | Nenhuma indicação | Meados de abril de 1877 (MEGA-2 II/11, p. 1348) | Não foi utilizado |
| Seção I [Fragmento II] (MEGA-2 II/11, p. 550-5) | "19 de abril (1877)" (Marx, em MEGA-2 II/11, p. 550) | 19 de abril de 1877 (MEGA-2 II/11, p. 1351) | "Para o manus. V, início" (Engels, em MEGA-2 II/11, p. 1352) |

| | | | |
|---|---|---|---|
| V (Engels) (MEGA-2 II/11, p. 556-660) | "1875, ou posterior" (Engels, em MEGA-2 II/11, p. 1371)<br><br>"depois de abril de 1877" (Engels, em MEGA-2 II/11, p. 1744) | Entre fins de outubro (ou início de novembro) de 1876 e de janeiro de 1877, assim como entre 23 abril e o final de julho de 1877 (MEGA-2 II/11, p. 1366) | "a última exposição completa dessa parte, a mais importante da seção I" ("Prefácio". Cf. p. 82)<br><br>quase inteiramente utilizada (MEGA-2 II/12, p. 19-91). |
| Seção I [Fragmento III] | "Iniciado a 26 de outubro de 1877" (Marx em MEGA-2 II/11, p. 663) | 26 de outubro de 1877 (MEGA-2 II/11, p. 1487) | "Para o manuscrito VI (a)" (Engels, em MEGA-2 II/11, p. 1488-9) |
| VI (Engels) (MEGA-2 II/11, p. 665-78) | "posterior a outubro de 1877 e anterior a julho de 1878" ("Prefácio". Cf. p. 82) | Entre 26 de outubro e meados de novembro de 1877 (MEGA-2 II/11, p. 1505) | Algumas passagens utilizadas |
| [Fragmento IV] (MEGA-2 II/11, p. 679-83) | "1877 ou 1878" (Infra, p. 196, nota n. 7) | Provavelmente junho ou julho de 1878 (MEGA-2 II/11, p. 1574) | "Nota adicional" (MEGA-2 II/12, p. 91-5 e p. 904) |
| VII (Engels) (MEGA-2 II/11, p. 684-97) | "2 de julho de 1878" (Marx, em MEGA-2 II/11, p. 684)<br><br>"2 de julho de 1878" (MEGA-2 II/12, p. 4; "Prefácio", p. 82)<br><br>"de julho de 1878" (MEGA-2 II/12, p. 16)<br><br>"iniciado em 2 de julho de 1878" (p. | Entre o início de julho de 1878 e o início (ou meados) de 1880 (MEGA-2 II/11, p. 1580) | Utilizado como última versão para os dois pontos do capítulo 1 da seção I (MEGA-2 II/12, p. 3-16, 896-7) |

| | 108, nota 2) | | |
|---|---|---|---|
| VIII (Engels) (MEGA-2 II/11, p. 698-828) | "1878" (Carta de Engels a Bernstein, 29/7/1884) | De fevereiro de 1877 ao início de 1881 (MEGA-2 II/11, p. 1606) | Utilizado quase inteiramente na seção III e no capítulo 6 (da versão impressa) (MEGA-2 II/12, p. 322-483 e p. 209-11) |

---

[a] "Einführung", em Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA-2), Zweite Abteilung,*Das Kapital und Vorarbeiten,* Band 13, Herausgegeben von der Internationalen Marx-Engels-Stiftung, Amsterdam, *Kritik der politischen Ökonomie,* Zweiter Band, Hamburgo, 1885 (Berlim, Akademie, 2008), p. 497-545. Esta introdução é de autoria conjunta dos editores do volume MEGA-2 II/13: Izumi Omura, Keizo Hayasaka, Rolf Hecker, Sejiro Kubo, Akira Miyakawa, Kenji Mori, Sadao Ohno, Regina Roth, Shinya Shibata e Ryojiro Yatuyanagi. Nesta tradução, realizamos pequenas modificações e adaptações em relação ao texto original, como a supressão ou simplificação de passagens que só se justificavam no original alemão. Também as referências ao texto do segundo livro de *O capital* foram alteradas de acordo com a paginação da presente edição. (N. T.)

[b] "Redaktionsmanuskript", publicado em MEGA-2 II/12 (Berlim, Akademie, 2005). (N. T.)

[1] MEGA-2 II/11 (Berlim, Akademie, 2008) e II/4.3.

[2] No trabalho de redação, Engels foi assistido por Oscar Eisengarten, um tipógrafo emigrado para Londres. Sua tarefa era copiar grande parte do manuscrito final, que Engels lhe ditava, assim como transcrever diretamente partes dos manuscritos de Marx, designadas e posteriormente conferidas por Engels.

[c] Publicado em MEGA-2 II/3 (Berlim, Dietz, 1976-1982). (N. T.)

[3] Cf. carta de Marx a Louis Kugelmann, 28 de dezembro de 1862 e 13 de outubro de 1866.

[d] Publicado em MEGA-2 II/4.1 (Berlim, Dietz, 1988). (N. T.)

[4] Os rascunhos do Livro III (MEGA-2 II/4.2, Berlim, Dietz, 1992) surgiram entre junho de 1864 e dezembro de 1865. Sobre a datação dos trabalhos preparatórios aos Livros II e III no período, cf. MEGA-2 II/11, cit., p. 920. Cf. também "Entstehung und Überlieferung", em MEGA-2 II/4.1, cit., p. 560-2; "Einführung", em MEGA-2 II/11, cit., p. 846; Michael Heinrich, "Über die Reihenfolge der Entstehung von Buch 2 und der ersten drei *Kapitel* von Buch 3 des *Ökonomischen Manuskripts 1863-5*", em *Quellen und Grenzen von Marx' Wissenschaftsverständnis* (org. Carl-Erich Vollgraf, Richard Sperl e Rolf Hecker, Hamburgo, Argument, 1994, série Beiträge zur Marx-Engels-Forschung), p. 214-7.

[5] A datação da parte dos manuscritos reunida por Marx em 1867-1868 numa pasta nomeada "Material para o Livro II" e editada em MEGA-2 II/4.3 continua a ser objeto de controvérsia entre os pesquisadores. Cf. Larisa Mis'kevič, *Marx' Manuskripte zum zweiten und dritten Buch des* Kapitals *von 1867/68. Ihre Anordnung und Darbietung im MEGA-2-Band II/4.3*, em *MEGA-Studien 2001* (Amsterdã, 2005), p. 32-40; Kikuji Tanaka e Izumi Omura, *Kontroversen zur Datierung und Anordnung der Texte von MEGA-2-Band II/4.3*, em *MEGA-Studien 2001* (Amsterdã, 2005), p. 41-9. Para os textos posteriores a esses manuscritos, ver MEGA-2 II/11, cit.

[e] Cf. p. 73-5. (N. T.)

[6] Para uma exposição detalhada dessas diferenças, ver MEGA-2 II/12, cit., p. 504-23.

[7] Alguns exemplos dessas variantes são apresentados em ibidem, p. 512-21.

[8] Ibidem, p. 887-95.

[9] Cf. ibidem, p. 896-934.

[10] Cf. ibidem, p. 934-1.205.

[11] Também em suas cartas Engels menciona apenas muito raramente o conteúdo do segundo livro de *O capital*. Assim, ele escreve a Gabriel Deville, a 27 de abril de 1888: "Temo que este volume II lhe dará um nó na cabeça, sem o recompensar com novas soluções impactantes. Trata-se de coisas que se passam entre burgueses; os resultados são muito belos em teoria, mas sem aplicação imediata". Sobre os Livros I (*O processo de produção do capital*) e III (*O processo total da produção capitalista*), Engels pronunciou-se, por exemplo, nas cartas: a Marx, de 1º de setembro de 1867; a Johann Philipp Becker, de 2 de abril de 1885; e a Nicolai Francevich Danielson, de 23 de abril de 1885.

[12] Referimo-nos, por exemplo, aos debates sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia e sobre a derrocada do capitalismo, que geraram discussões especiais sobre o desenvolvimento do capitalismo no Japão.

[13] MEGA-2 II/5 (Berlim, Dietz, 1983), p. 14. [Ed. bras.: *O capital: crítica da economia política*, Livro I: *O processo de produção do capital*, trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2013, p. 81. – N. T.]

[14] Cf. os cadernos VI-XV e XVIII, em MEGA-2 II/3.2-5, cit.

[15] Carta de Marx a Engels, 7 de maio de 1867. Cf. Marx a Sigfrid Meyer, 30 de abril de 1867.

[16] Carta de Marx a Engels, 31 de julho de 1865.

[17] Carta de Marx a Engels, 5 de agosto de 1865; Marx a Wilhelm Liebknecht, 15 de janeiro de 1866.

[18] Carta de Marx a Engels, 19 de janeiro e 13 de abril de 1867.

[19] Carta de Engels a August Bebel, 30 de abril de 1883.

[20] Cf. MEGA-2 II/12, cit., p. 529-39. Para o destino dos Livros III e IV de *O capital*, cf. MEGA-2 II/3.2, cit., p. 7**-14** [asteriscos da paginação original], II/4.2, cit., p. 913-25, II/14 (Berlim, Akademie, 2003), p. 457-89, 1022-4 e 1031-6, e II/15 (Berlim, Akademie, 2004), p. 917-28.

[21] MEGA-2 II/1.2 (Berlim, Dietz, 1981), p. 315-616. [Ed. bras.: *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 – Esboços da crítica da economia política*, São Paulo, Boitempo, 2011. – N. T.]

[22] MEGA-2 II/1.2, cit., p. 698-828.

[23] O manuscrito econômico de 1863-1865, em MEGA-2 II/4.1, cit., p. 443-51.

[24] Cf. MEGA-2 II/11, cit., p. 1606-11.

[25] MEGA-2 II/4.2, cit., p. 7.

[26] MEGA-2 II/15, cit., p. 29-30.

[27] Como já referimos, foi apenas em meados de 1865 que Marx escreveu o esboço do Livro II, mais tarde denominado "manuscrito I".

[28] MEGA-2 II/5, cit., p. 456.

[29] Cf. MEGA-2 II/7 (Berlim, Dietz, 1989), p. 487-8, e MEGA-2 II/8 (Berlim, Dietz, 1989), p. 532.

[30] MEGA-2 II/1.2, cit., p. 559 [ed. bras.: *Grundrisse*, cit., p. 568-9].

[31] MEGA-2 II/11, cit., p. 1-522. Redigido provavelmente entre o início de 1868 e meados de 1870. Cf. também, do mesmo volume, p. 907-8.

[32] Ibidem, p. 3-4. [Cf. Apêndice 2, p. 646-7. – N. T.]

[33] MEGA-2 II/4.1, cit., p. 139 e 565-8. Porém, essa folha parece não pertencer ao manuscrito I, como a anotação do próprio Marx havia indicado. Antes, seu conteúdo permite afirmar que ela pertence ao manuscrito IV, redigido posteriormente. Sobre esse manuscrito, cf. "Einführung", em MEGA-2 II/11, cit., p. 847; o esboço de sumário foi publicado em MEGA-2 II/4.3, cit. [Cf. Apêndice 1, p. 645. – N. T.] É provável que Marx o tenha anexado erroneamente ao manuscrito I e o numerado com "I" – que significa "manuscrito I". Nesse sumário, a estrutura do Livro II seria a seguinte: capítulo 1: A circulação do capital; capítulo 2: A rotação do capital. Um título para o terceiro capítulo não foi anotado. A razão para esse espaço vazio a partir do terceiro capítulo pode estar no fato de que o texto do manuscrito IV se interrompe após o segundo capítulo. No texto do manuscrito I, porém, o primeiro capítulo se chama "O curso do capital" (MEGA-2 II/4.1, cit., p. 140), e não "A circulação do capital". Além disso, o fato de que, no verso dessa folha de rosto, os cinco títulos e os números de páginas ali escritos coincidam plenamente com o manuscrito IV é evidência suplementar a corroborar essa suposição. Cf. Carl-Erich Vollgraf, *Eine Korrektur an MEGA-2-Band II/4.1: Der "Heftumschlag von Manuskript I" samt Gliederung gehört zu Manuskript IV*, em *Marx-Engels-Jahrbuch 2006* (Berlim, 2007), p. 237-56.

[34] Karl Marx, *Œuvres: Économie II. Édition établie par Maximilien Rubel* (Paris, Gallimard, 1968).

[35] MEGA-2 II/4.1, cit., p. 24-130 e 451.

[36] Ibidem, p. 24.

[37] Idem.

[38] Ibidem, p. 51.

[39] MEGA-2 II/4.1, cit., p. 141 e p. 143-4; cf. também carta de Marx a Engels, 30 de abril de 1868.

[40] O manuscrito de 58 páginas contém um esboço do capítulo 1, assim como um começo do capítulo 2. Seu surgimento está estreitamente ligado ao do manuscrito II. Cf. "Einführung", em MEGA-2 II/11, cit., p. 846-51.

[41] Essa passagem, ao contrário do que indica Engels, provém do manuscrito VII, e não do manuscrito II (MEGA-2 II/11, cit., p. 687). [Cf. p. 107, nota n. 1. – N. T.]

[42] Mais tarde, pela primeira vez no manuscrito V, Marx passa a designar o processo total com a fórmula: D-M…P…M'-D'. [Cf. p. 107, nota **. – N. T.]

[43] Karl Marx, *Zur Kritik der politischen Ökonomie*, em MEGA-2 II/5, cit., p. 67. [Cf. também *O capital*, Livro I, cit., p. 180. – N. T.]

[44] MEGA-2 II/11, cit., p. 1-522 e V-X.

[45] No manuscrito IV, Marx também havia incluído nesse item o tempo de produção (MEGA-2 II/4.3, cit., p. 30). Cf. também "Einführung", em MEGA-2 II/12, cit., p. 505.

[46] MEGA-2 II/12, cit., p. 3, 40, 61, 74, 95 e 102.

[47] Cf. p. 237 (cf. também MEGA-2 II/4.3, cit.).

[48] MEGA-2 II/11, cit., p. 87-339 e V-X.

[49] Ibidem, p. 3-4. [Cf. Apêndice 2, p. 646-7. – N. T.]

[50] MEGA-2 II/12, cit., p. 123-296.

[51] MEGA-2 II/11, cit., p. 4. [Cf. Apêndice 2, p. 646-7. – N. T.]

[52] Ibidem, p. 320. [Cf. p. 426. – N. T.]

[53] Ibidem, p. 323. [Cf. p. 429. – N. T.]

[54] Idem.

[55] Ibidem, p. 335. [Cf. p. 442. – N. T.]

[56] MEGA-2 II/4.1, cit., p. 301; MEGA-2 II/11, cit., p. 340.

[57] Ibidem, p. 343. [Cf. p. 452. – N. T.] Engels não empregou a rubrica "O capital monetário considerado como componente do capital social total" (idem), que também fora utilizada por Marx nas páginas iniciais do capítulo 3.

[58] Ibidem, p. 340. [Cf. p. 449. – N. T.]

[59] MEGA-2 II/11, cit., p. 556–658.

[60] Ibidem, p. 684-97.

[61] Ibidem, p. 665-78.

[62] Ibidem, p. 572-3.

[63] Ibidem, p. 571-5.

[64] Ibidem, p. 576.

[65] Ibidem, p. 676 e 677.

[66] Trata-se dos quatro primeiros, do sexto e do sétimo parágrafos, assim como de algumas passagens no item I e dos cinco primeiros parágrafos do item II.

[67] O texto provém do manuscrito V (MEGA-2 II/11, cit., p. 587). Para mais detalhes sobre isso, cf. "Einführung", em MEGA-2 II/12, cit., p. 512-13; Rolf Hecker, "Industrielles Kapital", em *Historisch-kritisches Wörterbuch des Marxismus* (org. Wolfgang Fritz Haug, Hamburgo, Argument, 2004), p. 1012-7.

[68] Essa fórmula também provém do manuscrito V (MEGA-2 II/11, cit., p. 589).

[69] Ibidem, p. 1600, variante da p. 694, linha 37. Uma rubrica semelhante já havia sido empregada por Marx no manuscrito VI (ibidem, p. 672, linha 2).

[70] MEGA-2 II/11, cit., p. 611, linhas 12-23.

[71] Imediatamente antes do item I, "Capital monetário", no manuscrito II (ibidem, p. 16-7).

[72] Ibidem, p. 612-3.

[73] Ibidem, p. 18-9.

[74] No manuscrito II, o conceito "fundo de reserva" já havia sido mencionado no item I, "Capital monetário". Trata-se aí, no entanto, do fundo de reserva de meios de compra e de pagamento (ibidem, p. 18), e não do fundo de reserva para a prevenção de distúrbios no ciclo, como exposto no manuscrito V (ibidem, p. 621-2).

[75] No manuscrito II, assim como nos manuscritos I e IV, considera-se que as figuras da circulação II e III se baseiam na análise de Quesnay do processo social de produção (ibidem, p. 33). Essa avaliação está após a figura de circulação II, ou seja, nas reflexões acerca do ciclo do capital produtivo. Mas nas reflexões sobre a figura de circulação III, sobre o ciclo do capital produtivo, que se seguem a elas no manuscrito II, lê-se: "como dizem os *fisiocratas*, no primeiro parte-se dos *avances*, na última [figura de circulação III], das *reprises*" (ibidem, p. 42). Isso indica a intenção de retornar posteriormente a essa questão. Em contrapartida, no manuscrito V as bases da *Tableau économique* de Quesnay para a figura de circulação não são reconhecidas, mas limitadas à figura de circulação III: "M'…M' é o fundamento da *Tableau économique* de Quesnay, que dá mostras de grande tato, de verdadeiro instinto, quando, em oposição a D…D' (a forma do sistema mercantilista, fixada de modo

isolado), escolhe essa forma, e não P…P” (ibidem, p. 638).

[76] Especialmente importante é o item seguinte: a influência da alteração do valor dos elementos de produção se mostra no montante dos investimentos anteriores na forma da figura de circulação I. Diante disso, a influência nas formas das figuras II e III revela-se não nos investimentos, mas apenas quando o capital-mercadoria que se encontra no processo da reprodução volta a se transformar nos elementos de produção (cf. ibidem, p. 648-50).

[77] Cf. p. 201 (MEGA-2 II/4.3, cit.).

[78] MEGA-2 II/11, cit., p. 53-5.

[79] MEGA-2 II/4.1, cit., p. 216.

[80] No manuscrito I, Marx considerou a possibilidade de utilizar as reflexões sobre “2. O tempo de produção” para a explicação da “rotação do capital” (idem). No manuscrito IV, porém, não realizou essa alteração. Em vez disso, tratou conjuntamente os temas escolhidos no manuscrito I sob uma única rubrica: “2) Tempo de produção e tempo de curso”. Essa modificação de estrutura só foi realizada no manuscrito II. Cf. “Einführung”, em MEGA-2 II/12, cit., p. 507-8.

[81] MEGA-2 II/11, cit., p. 826-7. [Cf. p. 209-11. – N. T.] Entre a última página do manuscrito e essa passagem, Marx havia deixado algumas páginas em branco. Com base nisso, podemos supor que ele tenha redigido a anotação somente depois de já ter concluído o trabalho no manuscrito VIII (ibidem, p. 1611).

[82] Marx nomeara dois pontos: “a) Custos de circulação, que derivam da transmutação da forma como tal” e “2) Custos de circulação, que não provêm da mera transmutação da forma do valor”. O segundo, ele subdividira da seguinte forma: “α) Estoque de mercadorias. Custos de armazenamento e conservação. (Custos de manutenção) e β) Custos de transporte”.

[83] MEGA-2 II/4.3, cit., p. 35.

[84] Cf. também “Einführung”, em MEGA-2 II/12, cit., p. 509-10. Com efeito, no manuscrito II Marx mencionou, também sobre os custos de circulação parcialmente derivados do processo de produção, “a separação, pesagem, medição, sortimento, embalagem da mercadoria etc.” (MEGA-2 II/11, cit., p. 60), mas, ao mesmo tempo, observou: “Basta-nos a consideração dos *custos de estocagem* e *de transporte*” (idem).

[85] Cf. MEGA-2 II/12, cit., p. 905-6.

[86] MEGA-2 II/11, cit., p. 3.

[87] Manuscrito II, cit., p. 55-60; manuscrito IV, cit., p. 39. Também no manuscrito I o dinheiro ainda aparecia como uma função de dispêndio dos custos de circulação, ainda que apenas como quarto item e agregado após o tema dos custos de transporte (MEGA-2 II/4.1, cit., p. 230).

[88] Cf. MEGA-2 II/4.2, cit., p. 469-646, e II/15, cit., p. 389-583. Sobre os estudos e as reflexões de Marx acerca da questão do crédito, cf. também MEGA-2 II/14, cit., p. 445-8.

[89] MEGA-2 II/4.1, cit., p. 231.

[90] Ibidem, p. 245.

[91] Entre o segundo e o terceiro ponto encontram-se mais de cinquenta páginas manuscritas e um grande número de rubricas de diversos níveis, de modo que o nível do terceiro item não é inequívoco. Ele poderia também situar-se num nível mais profundo, com a discussão das diferenças no tempo de rotação (MEGA-2 II/11, cit., p. 89, 208 e 217).

[92] Ibidem, p. 4. [Cf. Apêndice 2, p. 646-7. – N. T.]

[93] Ibidem, p. 135-78.

[94] Carta de Marx a Sigfrid Meyer, 30 de abril de 1867. Desse Livro IV de *O capital* Marx não deixou nenhum rascunho. Os desenvolvimentos realizados nos diversos cadernos do manuscrito de 1861-1863 (MEGA-2 II/3.2-5, cit.), que totalizam mais de oitocentas páginas – a maior parte sob a rubrica “5. Teorias do mais-valor” – podem ser fundamentalmente considerados como um trabalho preparatório para o Livro IV. Em outros casos, Marx já havia confrontado criticamente pontos teóricos isolados de teorias anteriores. Cf. por exemplo, Karl Marx, *Zur Kritik der politischen Ökonomie* (Berlim, F. Duncker, 1859), em MEGA-2 II/2 (Berlim, Dietz, 1980), p. 217-45.

[95] MEGA-2 II/11, cit., p. 217.

[96] Ibidem, p. 4. [Cf. Apêndice 2, p. 646-7. – N. T.]

[97] Ibidem, p. 88-9.

[98] MEGA-2 II/11, cit., p. 87. No esboço de sumário anotado na folha de rosto do manuscrito II, consta a rubrica “1) Definição geral da rotação. Tempo de rotação e número de rotações” (ibidem, p. 3). [Cf. Apêndice 2, p. 646-7. – N. T.]

[99] MEGA-2 II/12, cit., p. 123.

[100] MEGA-2 II/11, cit., p. 90.

[101] Ibidem, p. 89. No esboço de sumário anotado na página de rosto do manuscrito II, os três temas são tratados no item “a) Capital fixo e capital circulante. Ciclos de rotação que derivam do capital fixo”. No entanto, na versão impressa foi inserido entre os capítulos 13 e 14 um item independente: “d) Ciclo de rotação derivado da natureza do processo de produção”, que no esboço de sumário aqui referido tem o seguinte título: “d) O ciclo de rotação derivado de métodos especiais do processo de produção” (ibidem, p. 206 e 4). [Cf. Apêndice 2, p. 647. – N. T.]

[102] MEGA-2 II/11, cit., p. 88.

[103] Ibidem, p. 90.

[104] Idem.

[105] Idem. [Cf. p. 239, nota *. – N. T.]

[106] Cf. Michael Krätke, “Kapitalismus und Krisen. Geschichte und Theorie der zyklischen Krisen in Marx’ ökonomischen Studien 1857/58”, em *Geschichtserkenntnis und kritische Ökonomie* (org. Carl-Erich Vollgraf, Richard Sperl e Rolf Hecker, Hamburgo, Argument, 1998, série Beiträge zur Marx-Engels-Forschung), p. 5-46.

[107] O item “a) Capital fixo e capital circulante” do manuscrito II (MEGA-2 II/11, cit., p. 89-135) não trata em nenhum momento dessas três diferenças. Na discussão sobre a rotação da parte fixa do capital, Marx partiu do fato de que o tempo de rotação deste último é, na verdade, idêntico ao tempo da durabilidade mecânica dos meios de trabalho. Na realidade, o tempo de rotação do capital fixo distingue-se do tempo da durabilidade mecânica dos meios de trabalho comprados com esse capital. Se, por exemplo, a duração do ato de produção – o assim chamado “período de trabalho” – supera o tempo da durabilidade mecânica dos meios de trabalho, então é imprescindível adiantar um capital adicional para repor os meios de trabalho utilizados e dar continuidade à produção.

[108] MEGA-2 II/11, cit., p. 206.

[109] Idem.

[110] Para um tratamento detalhado da questão, cf. Kenji Mori, “Zu den Merkmalen der Umschlagstabellen von Marx und deren Behandlung im Redaktionsmanuskript von Engels”, em *Neue Aspekte von Marx’ Kapitalismus-Kritik* (org. Carl-Erich Vollgraf, Richard Sperl e Rolf Hecker, Hamburgo, Argument, 2006, série Beiträge zur Marx-Engels-Forschung), p. 55-86.

[111] MEGA-2 II/11, cit., p. 268.

[112] Ibidem, p. 266.

[113] MEGA-2 II/12, cit., p. 671-3; p. 669-70, 675-6 e 679. [Cf. Apêndice 6, p. 658-9. – N. T.]

[114] MEGA-2 II/11, cit., p. 259-60.

[115] MEGA-2 II/12, cit., p. 673 e 676.

[116] Ibidem, p. 237. [Cf. p. 368. As tabelas referidas estão reproduzidas no Apêndice 6, p. 658-9. – N. T.]

[117] Karl Marx, *Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie. Zweiter Band. Buch 2: Der Zirkulationsprozess des Kapitals. Hrsg. von Friedrich Engels. Volksausgabe. Besorgt von Karl Kautsky unter Mitw. von Benedikt Kautsky* (Berlim, Dietz, 1926), p. 230, nota 31b.

[118] Ibidem, p. 229-30.

[119] Karl Marx, *Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie. Zweiter Band. Buch 2: Der Zirkulationsprozess des Kapitals. Hrsg. v. Friedrich Engels. Volksausgabe. Besorgt von Marx-Engels-Lenin Institut Moskau* (Viena/Berlim, Verlag für Literatur und Politik, 1933), p. 275-6, nota *: "Kautsky 'corrigiu' […] essa tabela e justificou suas alterações com base na 'extrema fadiga' e na desatenção de Engels. Na realidade, ele não compreendeu essa tabela".

[120] Ibidem, p. 276, nota *: "Ela [a tabela] deve ser entendida da seguinte forma: no fim do período de trabalho do capital II, ainda não refluíram da circulação as £400 do capital I. Para evitar a interrupção do processo de produção que assim é provocada, é necessário um capital III adicional de £100 na 9ª semana, o qual introduz um novo período de trabalho; no término da 9ª semana, retornam da circulação as £400 do capital I. Dessa soma, £300 ainda podem ser utilizadas para o resto desse segundo período de trabalho do capital (10ª-12ª semanas), enquanto £100 são liberadas. Estas são aplicadas no segundo período de trabalho do capital II (13ª semana), no qual a rotação se dá da mesma maneira. – O capital III tem, portanto, apenas a tarefa de evitar interrupções do processo de produção e, por isso, não pode desempenhar nenhum papel independente. Quando se observa o processo em seu movimento como um todo, tem-se como resultado o entrelaçamento dos capitais ao qual Marx se refere. Isso explica também o modo de escrita: 9ª 10ª-12ª etc.".

[121] Carta de Marx a Engels, 30 de abril de 1868.

[122] Ver, por exemplo, MEGA-2 II/11, cit., p. 795, linhas 30-9.

[123] MEGA-2 II/3.2, cit., p. 656.

[124] MEGA-2 II/11, cit., p. 368.

[125] "*To them, the 2nd volume will always remain a sealed book […] and so, official economic literature observes a cautious silence with regard to it." Carta de Engels a Danielson, 13 de novembro de 1885. Sobre a história da recepção do Livro II de O capital, cf. MEGA-2 II/11, cit., p. 569-80.*

[126] Cf. Jannis Milios e George Economakis, "Zur Entwicklung der Krisentheorie aus dem Kontext der Reproduktionsschemata: von Tugan-Baranovskij zu Bucharin", *Klassen – Revolution – Demokratie. Zum 150. Jahrestag der Erstveröffentlichung von Marx' Der 18. Brumaire des Louis Bonaparte* (org. Carl-Erich Vollgraf, Richard Sperl e Rolf Hecker, Hamburgo, Argument, 2003, série Beiträge zur Marx-Engels-Forschung), p. 160-84; cf. também Ernest Mandel, "Introduction", em *Karl Marx: Capital. Vol. 2* (Harmondsworth, Penguin, 1978), p. 31-8.

[127] Cf. MEGA-2 II/11, cit., p. 1606-11.

[128] Cf. MEGA-2 II/12, cit., p. 515-6.

[129] Ibidem, p. 325.

[130] MEGA-2 II/11, cit., p. 368.

[131] Ibidem, p. 340-368.

[132] Ibidem, p. 368-419.

[133] Ibidem, p. 419-522.

[134] Ibidem, p. 728-90. O segundo caso, "Antecipação. II)" (ibidem, p. 790-825), contém as primeiras considerações de Marx sobre a reprodução ampliada. [Cf. p. 595, nota *. – N. T.]

[135] MEGA-2 II/11, cit., p. 372.

[136] No manuscrito VIII também há uma passagem em que se menciona o capital fixo do setor I (ibidem, p. 755, linhas 16-18). No entanto, nesse manuscrito falta justamente a exposição que descreve a mediação que a circulação monetária realiza em relação à reposição de I*c*. Por isso, há uma ruptura lógica nesse ponto da argumentação, tanto no manuscrito VIII como na versão impressa.

[137] MEGA-2 II/11, cit., p. 731.

[138] Ver, por exemplo, as seguintes passagens: "*O dinheiro* num lado traz à vida a reprodução no outro lado, porque *a possibilidade da reprodução sem o dinheiro* está dada, já que o dinheiro, em si mesmo, *não é um elemento da reprodução real*" (ibidem, p. 791); "Mas o equilíbrio real *com relação ao próprio intercâmbio de mercadorias* […] é condicionado pelo *montante igual de valor das mercadorias trocadas umas pelas outras*" (ibidem, p. 795). Aqui constatamos que o "mais-valor avaliado em dinheiro" pressupõe como sua base a "*reprodução real em escala ampliada*" (ibidem, p. 791); o equilíbrio entre os dois lados constitui, por sua vez, a base da reprodução social.

[139] Em 1863, no manuscrito econômico de 1861-1863, Marx menciona, na reconversão de mais-valor em capital, uma forma dual da exposição: "A questão deve ser exposta primeiramente sem considerar o *dinheiro* e, em seguida, levando-o em consideração" (MEGA-2 II/3.6, cit., p. 2258). No manuscrito I, de 1865, ele evidencia a necessidade de dividir a exposição em duas partes: "1) O metabolismo real dos capitais-mercadorias no processo total da reprodução" e "2) A *circulação monetária*, que serve de mediação para esse metabolismo" (MEGA-2 II/4.1, cit., p. 314). Isso seria necessário porque, "tal como agora se apresenta, a consideração da circulação monetária rompe constantemente o fio da exposição" (ibidem, p. 314). Foi seguindo essas reflexões que Marx redigiu, em 1869-1870, o capítulo 3 do manuscrito II (MEGA-2 II/11, cit., p. 368 e 419). Tampouco no esboço de sumário anotado na folha de rosto do manuscrito II essa concepção foi alterada. [Cf. Apêndice 2, p. 646-7. – N. T.]

[140] MEGA-2 II/11, cit., p. 368.

[141] Idem.

[142] Ibidem, p. 370.

[143] MEGA-2 II/11, cit., p. 369.

[144] Ibidem, p. 390. Ver também a explicação fragmentária da relação entre reprodução simples e acumulação, que Marx desenvolvera antes da rubrica "Antecipação do desenvolvimento posterior" (ibidem, p. 728).

[145] Ibidem, p. 373.

[146] Ibidem, p. 376.

[147] Ibidem, p. 377.

[148] Ibidem, p. 728 e 731.

[149] Ibidem, p. 368.

[150] Ibidem, p. 731.

[151] A discussão sobre a reprodução estende-se entre as páginas 130 e 202 do manuscrito; as

páginas não utilizadas por Engels abarcam as de número 167 a 202.

[152] MEGA-2 II/11, cit., p. 443-522. [Cf. Apêndice 12, p. 729. – N. T.]

[153] Piero Sraffa, *Production of Commodities by Means of Commodities: a Prelude to a Critique of Economic Theory* (Cambridge, Cambridge University Press, 1960).

[154] Cf. Ladislaus von Bortkiewicz, "Zur Berechtigung der grundlegenden theoretischen Konstruktion von Marx im dritten Band des *Kapital*", *Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik*, Jena, série 3, v. 34, p. 319-35, 1907, especialmente p. 326-7.

[155] Sobre Charasoff, em comparação com Kei Shibata, cf. Kenji Mori, "Eine dogmenhistorische Dualität in der Reproduktions- und Preistheorie: Georg von Charasoff und Kei Shibata", em *Marx-Engels-Jahrbuch 2006*, cit., p. 118-41.

[156] "O fato do lucro depende única e exclusivamente do fato do mais-trabalho na produção básica. Portanto, mesmo do ponto de vista da teoria do valor-trabalho, Marx deveria ter definido a taxa de lucro como a taxa média de lucro da produção básica, e não da produção social total." Georg von Charasoff, *Das System des Marxismus. Darstellung und Kritik* (Berlim, H. Bondy, 1910), p. 87-8.

[157] Kei Shibata, "On the General Profit Rate", *Kyoto University Economic Review*, v. 14, n. 1, 1939, p. 40-66, especialmente p. 43-8.

[158] Isso só se aplica, no entanto, se para a produção de toda mercadoria é necessário um emprego positivo de trabalho.

[159] Com efeito, em O *capital* encontramos o setor da produção de artigos de luxo; mas este não constitui um setor principal, e sim um subsetor (II*b*), subordinado ao setor principal II, com a produção básica para meios de subsistência (II*a*).

[160] MEGA-2 II/11, cit., p. 495. [Cf. Apêndice 12, p. 729. – N. T.]

[161] Cf. Ladislaus von Bortkiewicz, "Wertrechnung und Preisrechnung im Marxschen System. Zweiter und Dritter Artikel", *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, Tubinga, v. 25, p. 10-51 e 445-88, 1907, especialmente p. 15-6.

[162] Kei Shibata, "On the General Profit Rate", cit., p. 56.

[163] MEGA-2 II/11, cit., p. 790.

[164] Nisso se incluem também os problemas da reprodução das relações de classe e da "elasticidade da reprodução", tratados no manuscrito I. Por último, no fim do manuscrito I encontra-se uma rubrica (MEGA-2 II/4.1, cit., p. 381), como um sinal de que Marx intencionava realizar essa discussão naquele ponto. No entanto, o problema entre os itens 3 e 5 do capítulo 3 é de fato tratado no mesmo manuscrito e, mais precisamente, sem uma rubrica própria. Em relação ao problema da transição, Marx se ocupa nesse ponto da elasticidade e das bases naturais da acumulação (ibidem, p. 348-53); entre elas: 1) o capital fixo como base existente (ibidem, p. 348) ou potência latente para a acumulação; 2) o progresso da ciência e sua aplicação, que liga a reprodução simples do capital fixo à ampliação constante de sua força de produção (ibidem, p. 349); 3) a força de trabalho existente como base variável do processo ampliado de reprodução (ibidem, p. 350), uma aplicação maior ou menor dessa força de trabalho, a exploração em graus distintos (idem); 4) os tempos variáveis de curso (ibidem, p. 353); e 5), os "*natural elements*", na medida em que estão corporificados como força produtiva (idem). Dessa maneira são mediadas as condições reais na transição da reprodução simples para a reprodução ampliada.

[165] MEGA-2 II/11, cit., p. 804-25.

[166] "Agora vemos que a taxa de crescimento da produção [*output*] do setor I é 10% do ano 0 ao ano 1, e do ano 1 ao ano 2, ao passo que a do setor II é 6,67% do ano 0 ao ano 1 e 10% do ano 1 ao ano 2. Portanto, temos apenas um ano de crescimento desequilibrado antes do ano 2, quando ambos os

setores se expandem à mesma taxa, 10%. Assim, as cifras no final do ano 2 são exatamente as mesmas que aquelas no final do ano 1, multiplicadas pelo número comum 1,1. O ano 3 é nada mais que uma repetição do ano 2 numa escala ampliada, e assim por diante, *ad infinitum.* Desse modo, vemos que na economia de Marx prevalece uma tendência a um crescimento equilibrado, que é muito mais forte que a convergência proferida pelos economistas neoclássicos, tais como Solow, Meade e Uzawa, porque qualquer estado de crescimento desequilibrado desaparecerá na economia de Marx num único ano." Michio Morishima, *Marx's Economics* (Cambridge, Cambridge University Press, 1973), p. 120.

[167] MEGA-2 II/11, cit., p. 810-5.

[168] Cf. também "Einführung", em MEGA-2 II/11, cit., p. 873-81.

[f] O texto e a tabela seguintes foram extraídos de MEGA-2 II/13, cit., "Entstehung und Überlieferung", p. 539-51. (N. T.)

[g] "[…] *take possession of all his papers, and procure the publication of hat was to be published, especially the 2nd vol.*" (N. T.)

[169] Carta de Engels a Laura Lafargue, 24 de junho de 1883; cf. "Prefácio", p. 83.

[170] Carta de Laura Lafargue a Engels, 20 de junho de 1883.

[171] Carta de Engels a Laura Lafargue, 25 de março de 1883. ["*To-day Nim found among Mohr's manuscripts a large parcel containing the best part if not the whole of the second volume of the* Kapital – *above 500 pages* in-folio" – N. T.].

# O CAPITAL
# CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

## LIVRO II
## O processo de circulação do capital

# Prefácio da primeira edição

Preparar para a impressão o segundo livro de *O capital*, e de maneira que, de um lado, ele aparecesse numa forma coerente e o mais acabada possível e, de outro, como obra exclusiva do autor, e não do editor, não foi um trabalho fácil. O grande número de versões existentes, a maioria delas fragmentária, dificultou a tarefa. Apenas uma dessas versões (o manuscrito IV[a]), quando muito, fora revisada e preparada para a impressão, mas a maior parte dela também se tornou obsoleta, devido a reelaborações posteriores. Parte do material, embora acabada quanto ao conteúdo, não o estava com relação à forma; fora redigida na linguagem em que Marx costumava elaborar suas anotações: num estilo descuidado, repleto de expressões coloquiais, frequentemente sarcásticas, além de termos técnicos ingleses e franceses e, muitas vezes, frases e até páginas inteiras em inglês; as ideias pousavam sobre o papel da forma como iam se desenvolvendo no cérebro do autor. Se boa parte do conteúdo fora exposta em detalhes, outra parte, de igual importância, estava apenas esboçada; os fatos que servem de ilustração ao material estavam reunidos, mas pouco ordenados, e muito menos elaborados; muitas vezes, no fim de um capítulo, na pressa do autor de passar ao capítulo seguinte, não havia mais do que algumas sentenças fragmentárias, a indicar o desenvolvimento ali deixado incompleto; por fim, havia a notória caligrafia, que às vezes nem o próprio autor lograva decifrar.

Contentei-me em reproduzir os manuscritos o mais literalmente possível, modificando o estilo apenas nos casos em que o próprio Marx o teria feito, e inserindo sentenças explicativas ou de transição quando absolutamente necessário e, além disso, quando o sentido era perfeitamente

indubitável. Frases cuja interpretação deixavam margem a alguma dúvida, mesmo que a mais remota, foram preferencialmente reproduzidas ao pé da letra. As reformulações e inserções realizadas por mim não chegam a dez páginas impressas e são de natureza puramente formal.

A mera enumeração do material manuscrito legado por Marx para o Livro II demonstra com que inigualável rigor, com que severa autocrítica ele procurava conduzir à extrema perfeição suas grandes descobertas econômicas antes de publicá-las; uma autocrítica que raramente lhe permitia adaptar a exposição, em seu conteúdo e forma, a seu campo de visão constantemente ampliado por meio de novos estudos. Vejamos em que consiste esse material.

Em primeiro lugar, num manuscrito intitulado "Contribuição à crítica da economia política", 1.472 páginas in-quarto, em 23 cadernos, escrito de agosto de 1861 a junho de 1863[b]. Trata-se da continuação de uma obra de mesmo título, cujo primeiro caderno foi publicado em Berlim no ano de 1859[c]. Nas páginas 1 a 220 (cadernos I-V) e 1.159 a 1.472 (cadernos XIX-XXIII), o texto ocupa-se dos mesmos temas examinados no Livro I de *O capital*, da transformação do dinheiro em capital até o fim, e é a primeira redação de que dispomos sobre o assunto. As páginas 973 a 1.158 (cadernos XVI a XVIII) abordam capital e lucro, taxa de lucro, capital comercial e capital monetário, ou seja, temas que mais tarde serão desenvolvidos no manuscrito para o Livro III. Em contrapartida, os assuntos tratados no Livro II, assim como muitos dos que serão apresentados mais tarde no terceiro livro, ainda não se apresentam devidamente articulados. São considerados de passagem, sobretudo na seção que forma o corpo principal do manuscrito, nas páginas 220 a 972 (cadernos VI-XV), intitulada "Teorias do mais-valor". Nessa seção, Marx apresenta uma história crítica detalhada do ponto central da economia política, a teoria do mais-valor, desenvolvendo paralelamente a ela, em polêmica com seus predecessores, a maioria das questões que mais tarde, nos manuscritos, serão investigadas separadamente e em sua conexão lógica. Minha intenção é a de editar como Livro IV de *O capital* a parte crítica desse manuscrito, depois de eliminar as numerosas passagens já elaboradas nos Livros II e III.

Esse manuscrito, embora valioso, foi de pouca utilidade para a presente edição do Livro II.

O manuscrito seguinte, do ponto de vista cronológico, é o do Livro III, que, ao menos em sua maior parte, foi escrito em 1864 e 1865[d]. Somente após concluí-lo em suas partes essenciais é que Marx passou à elaboração do Livro I, que seria publicado em 1867[e]. Atualmente, dedico-me a preparar para a impressão o manuscrito do Livro III.

Do período seguinte – após a publicação do Livro I – dispomos de uma coleção de quatro manuscritos[f] in-fólio para o Livro II, numerados de I a IV pelo próprio Marx. Destes, o manuscrito I (150 páginas), presumivelmente escrito em 1865 ou 1867, é a primeira elaboração separada, porém mais ou menos fragmentária, do Livro II em sua composição atual. Também desse texto nada pôde ser utilizado. O manuscrito III é, em parte, uma compilação de citações e referências aos cadernos de excertos de Marx – a maioria deles referente à primeira seção do Livro II – e, em parte, elaborações de pontos específicos, sobretudo uma crítica das teses de Adam Smith sobre o capital fixo e o capital circulante e sobre a fonte do lucro; além disso, contém uma exposição da relação entre a taxa de mais-valor e a taxa de lucro, pertencente ao Livro III. As referências ofereciam poucos elementos novos, e muitas versões tanto para o Livro II como para o III, tornadas obsoletas por redações posteriores, foram descartadas em sua maior parte.

O manuscrito IV é uma versão pronta para a impressão da seção I e dos primeiros capítulos da seção II do Livro II, e o utilizamos quando adequado. Embora soubéssemos que esse material fora redigido anteriormente ao manuscrito II, ele pôde – por sua forma mais acabada – ser utilizado com vantagens para a parte correspondente deste livro; foi preciso apenas complementá-lo com algumas passagens do manuscrito II. Este último data de 1870 e constitui a única elaboração de algum modo completa do Livro II. As anotações para a redação final, que mencionarei em seguida, dizem expressamente: “A segunda versão deve ser usada como base”.

Após 1870 sobreveio uma nova pausa, devida principalmente ao estado

de saúde de Marx, que, como de costume, ocupou esse tempo com estudos: agronomia, os regimes rurais americano e, principalmente, russo, o mercado monetário e o sistema bancário e, por último, as ciências naturais, a geologia e a fisiologia, sobretudo certos trabalhos matemáticos realizados por conta própria, formam o conteúdo dos numerosos cadernos de excertos dessa época[g]. No início de 1877, Marx sentiu-se suficientemente recuperado para retomar seu trabalho propriamente dito. Do fim de março de 1877 datam algumas referências e notas dos quatro manuscritos supramencionados como base para uma reelaboração do Livro II, cujo começo se encontra no manuscrito V (56 páginas in-fólio). Esse manuscrito contém os quatro primeiros capítulos e está ainda pouco desenvolvido; pontos essenciais são tratados em notas de rodapé, e a matéria está mais reunida do que ordenada, mas é a última exposição completa dessa parte, a mais importante da seção I. Uma primeira tentativa de extrair desse material um texto pronto para a impressão encontramos no manuscrito VI (*posterior* a outubro de 1877 e anterior a julho de 1878), somente dezessete páginas in-quarto, que abrangem a maior parte do primeiro capítulo, e uma segunda tentativa – a última – no manuscrito VII, com data de "2 de julho de 1878" e apenas sete páginas in-fólio.

Àquela época, Marx já parecia ter clareza de que, sem uma reviravolta completa em seu estado de saúde, jamais ele conseguiria produzir uma versão plenamente satisfatória dos Livros II e III. Com efeito, os manuscritos V a VIII frequentemente evidenciam as marcas de uma luta violenta contra as doenças que o mortificavam. O conteúdo mais difícil da seção I foi novamente desenvolvido no manuscrito V; o restante da seção I e a seção II inteira (com exceção do capítulo XVII) não apresentavam grandes dificuldades teóricas; em contrapartida, Marx considerava que a seção III, dedicada à reprodução e à circulação do capital social, carecia prioritariamente de uma reelaboração. De fato, no manuscrito II a reprodução fora estudada, num primeiro momento, sem levar em conta a circulação monetária que lhe serve de mediação e, em seguida, levando-a em consideração. Isso tinha de ser eliminado, e a seção inteira precisava ser reelaborada para ajustar-se ao campo de visão ampliado do autor. E

assim surgiu o manuscrito VIII, um caderno de apenas setenta páginas in-quarto; mas a quantidade de material que Marx foi capaz de comprimir em espaço tão exíguo fica demonstrado quando se compara esse manuscrito com a seção III, impressa, depois de eliminados os fragmentos inseridos do manuscrito II.

Também esse manuscrito não é mais que um estudo prévio do tema, com a principal finalidade de fixar e desenvolver os novos pontos de vista alcançados em relação ao manuscrito II, desconsiderando aqueles sobre os quais não havia nada de novo a dizer. Aqui também é incorporado e ampliado um fragmento essencial do capítulo 17 da seção II, que, de certo modo, pertence já à seção III. A consequência lógica é frequentemente interrompida; a exposição se mostra às vezes lacunar e, sobretudo no fim, absolutamente fragmentária. Porém, de um modo ou de outro, nela é dito o que Marx se propôs a dizer.

Tal é o material para o Livro II, com o qual, como disse Marx à sua filha Eleanor pouco antes de morrer, eu devia "fazer algo". Assumi esse encargo dentro de meus limites mais estreitos; sempre que possível, limitei minha intervenção à simples escolha entre as diversas redações. O critério utilizado foi o de tomar sempre como base a última redação existente, cotejando-a com as anteriores. Apenas as seções I e III, e esta última em especial, apresentaram verdadeiras dificuldades, isto é, dificuldades não meramente técnicas, à aplicação desse critério. Procurei resolvê-las exclusivamente de acordo com o espírito do autor.

Traduzi as citações que figuram no texto sempre que se trata de documentação de fatos ou, como ocorre nas passagens de A. Smith, quando o original está ao alcance de todos os que queiram investigar a coisa a fundo. Somente no capítulo 10 isso não foi possível, já que ali a crítica se ocupa diretamente do texto inglês. As citações do Livro I[h] baseiam-se na paginação da segunda edição, a última publicada em vida por Marx.

Para o Livro III, estão disponíveis – além da primeira versão manuscrita de *Contribuição à crítica da economia política*, dos fragmentos supramencionados do manuscrito III e de algumas curtas anotações ocasionais espalhadas por vários cadernos de excertos – apenas os

seguintes materiais: o citado manuscrito in-fólio de 1864-1865, elaborado aproximadamente com o mesmo grau de acabamento que o manuscrito II do Livro II, e um caderno de 1875, “A relação entre a taxa de mais-valor e a taxa de lucro”, que aborda o assunto matematicamente (em equações). A elaboração desse livro para a impressão avança rapidamente. Na medida em que já posso emitir um juízo sobre esse trabalho, creio que, com exceção de algumas seções muito importantes, ele apresentará fundamentalmente dificuldades de caráter técnico.

* * *

Este é o local propício para rebater uma acusação formulada contra Marx, a qual inicialmente só se fazia em voz baixa e isoladamente, mas que hoje, depois de sua morte, é alardeada pelos socialistas de cátedra e de Estado e seus seguidores como um fato estabelecido: a acusação de que Marx teria plagiado Rodbertus. Em outra ocasião[1], já pude dizer o que era mais urgente sobre o assunto, mas agora poderei apresentar as provas documentais decisivas.

Essa acusação, até onde sei, aparece formulada pela primeira vez em R. Meyer, *Emanzipationskampf des vierten Standes*, p. 43: “Dessas publicações” (quer dizer, das publicações de Rodbertus desde a segunda metade da década de 1830) “Marx extraiu *comprovadamente* a maior parte de sua crítica”[i].

Até que me sejam apresentadas outras provas, sou obrigado a supor que toda a “comprobabilidade” dessa afirmação consiste em que Rodbertus a teria assegurado ao senhor Meyer.

Em 1879, surge em cena o próprio Rodbertus, e escreve a J. Zeller (*Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft*, Tubinga, 1879, p. 219), referindo-se ao seu escrito *Zur Erkenntniß unserer staatswirtschaftlichen Zustände* (1842) nos seguintes termos: “Perceberás que ela” (a argumentação ali desenvolvida) “já foi utilizada por Marx […] com muita galhardia, naturalmente sem me citar”[j].

Seu editor póstumo, T. Kozak, papagueia à vontade essa ladainha de

Rodbertus ("Introdução", *Das Kapital*, por Rodbertus, Berlim, 1884, p. XV[k]).

Finalmente, em *Briefe und sozialpolitische Aufsätze von Dr. Rodbertus-Jagetsow*, editado por R. Meyer em 1881, diz Rodbertus, sem rodeios: "hoje me vejo *saqueado* por Schäffle e Marx, sem que eu seja sequer mencionado" (carta n. 60, p. 134).

E em outra passagem, a pretensão de Rodbertus assume contornos ainda mais definidos: "Em minha terceira carta social demonstrei *substancialmente, tanto quanto* Marx, apenas de um modo muito mais sucinto e mais claro, de onde *provém* o *mais-valor* do capitalista" (carta n. 48, p. 111).

Marx jamais teve notícias dessas acusações de plágio. Em seu exemplar do livro *Der Emanzipationskampf*, apenas as páginas referentes à Internacional haviam sido abertas com espátula; o restante do livro eu mesmo tive de abri-lo depois da morte de Marx. A revista de Tubinga ele jamais chegou a conhecer. Também ignorava completamente as *Briefe*... a R. Meyer, e eu mesmo só tomei conhecimento da passagem relativa ao "saqueio" no ano de 1884, graças à indicação do próprio senhor dr. Meyer. Marx conhecia, no entanto, a carta n. 48, pois o senhor Meyer fizera a gentileza de presentear o original à sua filha caçula. Marx, a cujos ouvidos haviam certamente chegado alguns rumores misteriosos acerca da pretensa fonte secreta de sua crítica, que deveria então ser buscada em Rodbertus, mostrou-me essa carta, afirmando que enfim dispunha de um testemunho autêntico das pretensões de Rodbertus; que, se isso era tudo o que Rodbertus ambicionava, ele, Marx, não tinha nada a objetar, e podia muito bem deixar a Rodbertus a satisfação de pensar que sua própria versão era a mais sucinta e clara. Na realidade, Marx considerava que, com essa carta de Rodbertus, o assunto estava encerrado.

E tinha perfeita razão para entendê-lo assim, tanto mais que, como sei, Marx ignorou toda a obra literária de Rodbertus até aproximadamente 1859, quando sua própria crítica da economia política já estava pronta, não só em linhas gerais, mas também em seus pormenores mais importantes. Marx começou seus estudos econômicos[l] em 1843, em Paris, pelos grandes

ingleses e franceses; dos alemães, ele conhecia apenas Rau e List, e com eles tinha o suficiente. Nem Marx nem eu sabíamos uma palavra sequer da existência de Rodbertus, até que em 1848, na *Neue Rheinische Zeitung* [*Nova Gazeta Renana*], tivemos de criticar seus discursos como deputado berlinense e seus atos como ministro. Tão ignorantes éramos de sua existência que nos foi preciso perguntar aos deputados renanos quem era aquele senhor Rodbertus, que se tornara ministro tão repentinamente[m]. Mas tampouco eles souberam nos revelar algo sobre seus trabalhos econômicos. Àquela altura, Marx já sabia perfeitamente, sem necessitar da ajuda de Rodbertus, não apenas de onde, mas também *como* "surge o mais-valor do capitalista"; o provam a *Miséria da filosofia*[n], de 1847, e as conferências sobre *Trabalho assalariado e capital* pronunciadas em Bruxelas em 1847 e publicadas em 1849 nos números 264-269 da *Nova Gazeta Renana*. Foi apenas nos idos de 1859, por intermédio de Lassalle, que Marx tomou conhecimento de que também havia um Rodbertus economista e, no Museu Britânico, descobriu sua "Terceira carta social"[o].

Esses são os fatos. Vejamos agora o conteúdo daquilo que Marx teria "saqueado" de Rodbertus.

"Em minha terceira carta social", diz Rodbertus, "demonstrei tanto quanto Marx, apenas de um modo muito mais sucinto e mais claro, de onde provém o mais-valor do capitalista."

Este é, portanto, o ponto fundamental: a teoria do mais-valor; e, na realidade, ninguém seria capaz de dizer que outra coisa Rodbertus poderia reivindicar de Marx como propriedade sua. Rodbertus se declara, pois, como o verdadeiro autor da teoria do mais-valor, a qual Marx lhe teria saqueado.

E o que nos diz a terceira carta social sobre o surgimento do mais-valor? Simplesmente que a "renda", termo com o qual o autor sintetiza a renda fundiária e o lucro, não nasce de um "acréscimo de valor" sobre o valor da mercadoria, mas "em consequência de uma dedução de valor imposta ao salário, ou, em outras palavras: porque o salário só representa uma parte do valor do produto" e, se o trabalho é suficientemente produtivo, "[o salário] não precisa ser igual ao valor natural de troca de

seu produto, a fim de que deste último sobre um restante destinado à reposição do capital [!] e à renda”[p].

Porém, não nos é dito em que consiste esse “valor natural de troca” do produto, do qual não resta nada para a “reposição do capital”, isto é, para a reposição das matérias-primas e do desgaste das ferramentas.

Felizmente, temos a sorte de poder constatar a impressão que essa descoberta sensacional de Rodbertus causou sobre Marx. No manuscrito *Contribuição à crítica...*, encontramos, no caderno X, às páginas 445 e seguintes, uma “Digressão. Senhor Rodbertus. Uma nova teoria da renda fundiária”[q]. Apenas sob esse ponto de vista a terceira carta social é aqui considerada. A teoria rodbertiana do mais-valor é liquidada, em geral, com esta observação irônica:

> O senhor Rodbertus começa investigando o aspecto que apresenta um país onde a posse da terra e a do capital não estão separadas, e chega então ao *importante* resultado de que a renda (pela qual entende todo o mais-valor) equivale simplesmente ao trabalho não remunerado ou à quantidade de produtos em que esse trabalho se representa.

Ora, a humanidade capitalista já produziu mais-valor por vários séculos e formou pouco a pouco uma ideia do surgimento desse mais-valor. A primeira noção foi a que surgiu da prática mercantil imediata: a de que o mais-valor nascia de um acréscimo sobre o valor do produto. Essa ideia predominava entre os mercantilistas[r], mas já James Steuart[s] percebeu que, se assim fosse, o que uns ganhavam outros teriam necessariamente de perder. Apesar disso, ela continuou a assombrar por muito tempo, sobretudo os socialistas, mas A. Smith eliminou-a da ciência clássica.

Diz ele, em *A riqueza das nações*, livro I, capítulo 6:

> Tão logo o capital (*stock*) se tenha acumulado nas mãos de pessoas particulares, algumas delas o empregarão naturalmente para dar trabalho a pessoas laboriosas, às quais fornecerão matérias-primas e meios de subsistência a fim de obter um *lucro* mediante a venda do produto de seu trabalho, ou mediante *aquilo que seu trabalho acrescentou ao valor daquelas matérias-primas* […]. O valor que os trabalhadores *adicionam às matérias-primas* decompõe-se, nesse caso, em *duas partes*, das quais uma paga *seus salários* e a outra, o *lucro de seu empregador* sobre o montante total de matérias-primas e salários que ele adiantou.[t]

E um pouco mais adiante:

> Assim que a terra de um país foi plenamente convertida em propriedade privada, os proprietários fundiários, como todos os outros homens, amam colher onde jamais semearam e exigem renda fundiária mesmo para os produtos naturais do solo […]. O trabalhador […] tem de *ceder* ao proprietário fundiário uma *parcela* daquilo que seu trabalho coletou ou produziu. Tal parcela, ou, o que é o mesmo, o preço dessa parcela, constitui a *renda fundiária*.

No citado manuscrito *Contribuição à crítica...*, à página 253, Marx comenta essa passagem da seguinte forma:

> Assim, A. Smith concebe o mais-valor – ou seja, o trabalho excedente, o excesso de trabalho realizado e objetivado na mercadoria *para além* do trabalho pago, ou seja, do trabalho que recebeu seu equivalente em salário – como a *categoria universal*, da qual o lucro propriamente dito e a renda do solo não são mais do que ramificações.

Mais adiante, no livro I, capítulo 8, diz também A. Smith:

> Tão logo o solo se torna propriedade privada, o proprietário fundiário exige uma parcela de quase todo o produto que o trabalhador pode nele produzir ou coletar. Sua renda fundiária constitui a *primeira dedução* do *produto do trabalho aplicado sobre o solo*. Mas a pessoa que o cultiva raramente tem condições de se manter até a colheita. Sua manutenção lhe é geralmente adiantada a partir do capital (*stock*) de um empregador, do arrendatário, que não teria nenhum interesse em empregá-la se não *compartilhasse com ela do produto de seu trabalho*, ou se seu capital não lhe fosse reposto, acrescido de um lucro. Esse lucro forma uma *segunda dedução* do trabalho aplicado sobre o solo. O produto de quase todo trabalho é submetido à mesma dedução do lucro. Em todas as indústrias, a maior parte dos trabalhadores necessita de um empregador para lhes adiantar as matérias-primas, seus salários e sua manutenção até que o trabalho esteja consumado. Esse empregador *compartilha* com os trabalhadores o *produto do trabalho destes últimos*, ou o valor que estes adicionam às matérias-primas trabalhadas, e nessa parcela de valor consiste seu lucro.

Sobre isso, comenta Marx (manuscrito, p. 256):

> Aqui, portanto, A. Smith descreve em termos inequívocos a renda fundiária e o lucro do capital como meras *deduções* sobre o produto do trabalhador ou sobre o valor de seu produto, e iguais ao trabalho por ele adicionado à matéria-prima[u]. Mas essa dedução só pode consistir, como o próprio A. Smith deixa claro de antemão, na parte do trabalho[v] que o trabalhador acrescenta às matérias-primas para além da quantidade de trabalho que apenas paga seu salário ou fornece um mero equivalente deste último; em outras palavras, tal dedução não pode consistir senão de trabalho excedente, da parte não remunerada de seu trabalho.[w]

“De onde provém o mais-valor do capitalista” e, inclusive, do proprietário fundiário A. Smith já sabia; Marx reconhece isso claramente

em 1861, ao passo que Rodbertus e a turba inteira de seus admiradores, que brotam como cogumelos sob a chuva morna de verão do socialismo de Estado, parecem tê-lo esquecido em absoluto.

"No entanto", prossegue Marx, "A. Smith não distinguiu o mais-valor como tal, como categoria própria, das formas particulares que ele assume no lucro e na renda fundiária. Disso decorrem todos os equívocos e defeitos de sua investigação, e mais ainda a de Ricardo." Essa frase pode ser literalmente aplicada a Rodbertus. Sua "renda" é simplesmente a soma da renda fundiária + o lucro; sobre a renda fundiária ele edifica uma teoria totalmente falsa, e toma o lucro inadvertidamente tal como o encontra em seus predecessores. Para Marx, ao contrário, o mais-valor é a *forma universal* da soma de valor apropriada – sem a contrapartida de um equivalente – pelos detentores dos meios de produção, soma essa que, de acordo com leis muito peculiares, que Marx foi o primeiro a descobrir, cinde-se nas formas particulares, *transformadas*, de lucro e renda fundiária. Tais leis são desenvolvidas no Livro III, no qual se verá pela primeira vez quantos elos intermediários são necessários para passar da compreensão do mais-valor em geral à de sua transformação em lucro e renda fundiária, ou seja, à compreensão das leis da distribuição do mais-valor no interior da classe capitalista.

Ricardo vai bem mais além que A. Smith. Ele baseia sua concepção do mais-valor sobre uma nova teoria do mais-valor, que, embora já existisse em germe em A. Smith, acabava sempre esquecida nos desenvolvimentos deste autor e se tornaria o ponto de partida de toda a ciência econômica posterior. Da determinação do valor da mercadoria pela quantidade de trabalho nela materializado Ricardo deriva a distribuição entre trabalhador e capitalista da quantidade de valor adicionada às matérias-primas pelo trabalho, a cisão desse valor em salário e lucro (isto é, neste caso, mais-valor). Ele demonstra que o valor das mercadorias permanece o mesmo, por mais que varie a proporção entre essas duas partes, uma lei que, segundo ele, não admite mais do que poucas exceções. Ele chega até mesmo a estabelecer algumas leis fundamentais sobre a relação recíproca entre o salário e o mais-valor (concebido sob a forma do lucro), ainda que numa

formulação demasiadamente geral (*O capital*, Livro I, cit., capítulo 15, I), e demonstra que a renda fundiária é um excedente sobre o lucro e que, em certas circunstâncias, desprende-se do lucro.

Em nenhum desses pontos Rodbertus ultrapassou Ricardo. As contradições internas da teoria ricardiana, que levaram à derrocada de sua escola, ou permaneceram completamente ignoradas por Rodbertus, ou serviram apenas para induzi-lo (*Zur Erkenntniß...*, p. 130) a formular exigências utópicas, em vez de soluções econômicas.

Mas a doutrina ricardiana do valor e do mais-valor não precisou esperar pelo *Zur Erkenntniß...* de Rodbertus para ser explorada para fins socialistas. Na página 609 do primeiro livro de *O capital*, segunda edição, Marx cita a frase: "*The possessors of surplus produce or capital*"[x], extraída de *The Source and Remedy of the National Difficulties. A Letter to Lord John Russell*, Londres, 1821[y]. Nessa obra, um panfleto de quarenta páginas – que Marx evitou que caísse no esquecimento –, cuja importância se evidenciava já pelo simples uso da expressão "*surplus produce or capital*", lemos o seguinte: "O que quer que possa recair sobre o capitalista" (do ponto de vista do capitalista) "ele pode apropriar tão somente o *mais-trabalho* (*surplus labour*) do trabalhador, pois o trabalhador precisa viver" (p. 23).

Mas *como* o trabalhador vive e, por conseguinte, qual a grandeza do mais-trabalho apropriado pelo capitalista, é algo muito relativo.

> Se o capital não decresce em valor na mesma proporção em que cresce em massa, o capitalista extrairá dos trabalhadores o produto de cada hora de trabalho além daquele mínimo que o trabalhador necessita para subsistir [...] o capitalista pode eventualmente dizer ao trabalhador: "Não deverias comer pão [...] pois se pode muito bem viver de beterrabas e batatas"; e a esse ponto chegamos! (p. 23-4)

> Se o trabalhador pode ser levado a alimentar-se de batatas em vez de pão, é indiscutivelmente certo que de seu trabalho é possível extrair um produto maior; isto é, se para viver de pão o trabalhador necessita, para seu sustento e o de sua família, *reter para si o trabalho da segunda-feira e o de terça-feira*, ele só reterá para si a *metade da segunda-feira*, enquanto a outra metade da segunda-feira e toda a terça-feira *serão liberadas* em proveito do Estado *ou dos capitalistas*. (p. 26)

"Ninguém contesta (*it is admitted*) que os juros pagos aos capitalistas,

seja na forma de rendas, juros monetários ou lucro sobre o comércio são pagos com o trabalho dos outros." (p. 23)

Eis, portanto, toda a "renda" de Rodbertus, com a única diferença de que, em vez de "renda", fala-se aqui em juros.

Sobre isso, Marx comenta (manuscrito *Contribuição à crítica...*, p. 852):

> Esse panfleto quase desconhecido – que apareceu na época em que começava a se tornar célebre o "incrível sapateiro"[z] MacCulloch – contém um considerável avanço em relação a Ricardo. Nele se define diretamente o mais-valor ou "lucro", como Ricardo também o chama (e, com frequência, também mais-produto, *surplus produce*), ou *interest* [juro], como o chama o autor do panfleto, como *surplus labour*, mais-trabalho, o trabalho que o trabalhador executa gratuitamente, que excede a quantidade de trabalho suficiente para repor o valor de sua força de trabalho e, portanto, produz um equivalente para seu salário. Tão importante quanto decompor o *valor em trabalho* era decompor o mais-valor (*surplus value*) que se expressa num *mais-produto* (*surplus produce*) em *mais-trabalho* (*surplus labour*). Isso *já fora dito*, com efeito, por *Adam Smith*, *e constitui um momento fundamental na evolução de Ricardo*. Porém, jamais aparece expresso e plasmado nesses autores de forma absoluta.

Mais adiante, na página 859 do manuscrito, lê-se:

> Ademais, o autor continua preso a categorias econômicas preexistentes. Assim como em Ricardo a confusão de mais-valor e lucro conduz a incômodas contradições, o mesmo ocorre com ele, que batiza o mais-valor com o nome de juros de capital. É verdade que, em relação a Ricardo, ele apresenta a vantagem de que, em primeiro lugar, reduz todo o mais-valor ao mais-trabalho e, em segundo lugar, ainda que chame o mais-valor de juro do capital, ressalta ao mesmo tempo que entende por *interest of capital* a forma geral do mais-trabalho, em contraste com suas formas específicas: renda, juro monetário e lucro sobre o negócio. Porém, emprega o nome de uma dessas formas específicas, o *interest*, como o nome da forma geral. E isso basta para que volte a reincidir no velho jargão (*slang*, diz o manuscrito) "econômico".

Esta última passagem serve como uma luva para nosso Rodbertus. Também ele se aferra a categorias econômicas preexistentes. E batiza o mais-valor com o nome de uma de suas subcategorias transformadas, à qual, além de tudo, ele ainda confere um caráter extremamente vago: a renda. O resultado desses dois equívocos é que ele volta a reincidir no velho jargão econômico, deixando de avançar criticamente em seu progresso em relação a Ricardo; em vez disso, é induzido a transformar sua teoria inacabada, antes que esta tenha saído da casca, no fundamento de uma utopia, com a

qual, como sempre, ele chega tarde demais. O panfleto foi publicado em 1821 e nele já se antecipa plenamente a “renda” rodbertiana de 1842.

Esse panfleto não passa do preposto mais avançado de toda uma literatura que, nos anos 1820, fez com que a teoria ricardiana do valor e do mais-valor se voltasse para o interesse do proletariado, contra a produção capitalista, combatendo a burguesia com suas próprias armas. O comunismo inteiro de Owen[aa], quando assume sua forma econômico-polêmica, baseia-se em Ricardo. Junto a ele, no entanto, encontra-se uma série de escritores, alguns dos quais Marx cita já em 1847, contra Proudhon (*Miséria da filosofia*, p. 49): Edmonds[ab], Thompson, Hodgskin[ac] etc., “e mais quatro páginas de *et ceteras*”. Dentre esse sem número de obras, citarei apenas uma, tomada ao acaso: *An Inquiry into the Principles of the Distribution of Wealth, most conducive to Human Happiness*, de William Thompson, nova edição, Londres, 1850. A primeira edição dessa obra, escrita em 1822, foi publicada pela primeira vez em 1824. Também nela a riqueza apropriada pelas classes não produtoras é sempre caracterizada como dedução do produto do trabalhador, e isso com palavras bastante contundentes.

“O esforço constante do que chamamos de sociedade consistiu em induzir o trabalhador produtivo, pelo logro ou pela persuasão, pelo terror ou pela coação, a trabalhar em troca da menor parte possível do produto de seu trabalho” (p. 28). “Por que o trabalhador não deve receber todo o produto absoluto de seu trabalho?” (p. 32)

> Essa compensação que os capitalistas arrancam do trabalhador produtivo sob o nome de renda da terra, ou de lucro, é exigida pelo uso da terra ou de outros objetos [...]. Posto que todas as matérias físicas sobre as quais ou por meio das quais o trabalhador produtivo despossuído pode pôr em prática sua capacidade de produção – trabalhador ao qual não é deixada mais que sua capacidade de produzir – se encontram em mãos de outros, cujos interesses são antagônicos aos seus e cujo consentimento é condição prévia para seu trabalho, não depende e não tem necessariamente de depender da graça desses capitalistas a determinação da *parte dos frutos de seu próprio trabalho* que caberá ao trabalhador como remuneração desse trabalho? (p. 125)

“[...] em proporção à grandeza do *produto retido*, sejam esses desfalques […] chamados de impostos, lucro ou furto” (p. 126) etc.

Confesso que, ao escrever estas linhas, sinto um pouco de vergonha.

Que a literatura anticapitalista inglesa dos anos 1820 e 1830 seja totalmente desconhecida na Alemanha, apesar de Marx já tê-la referido diretamente na *Miséria da filosofia* e tenha citado grande parte dela – o panfleto de 1821, Ravenstone, Hodgskin etc. – em vários pontos do primeiro livro de *O capital*, é algo ainda aceitável. Mas que não apenas o *literatus vulgaris* [escritor vulgar], que se agarra desesperadamente à casaca de Rodbertus e que "não aprendeu realmente nada", mas inclusive o professor catedrático e "jactante de erudição"[ad] tenha esquecido sua economia clássica ao ponto de lançar seriamente sobre Marx a acusação de ter copiado de Rodbertus coisas que já se podem ler em A. Smith e em Ricardo – isso demonstra a que nível chegou, hoje, a decadência da economia oficial.

O que, então, Marx disse de novo sobre o mais-valor? Como se explica que a teoria do mais-valor de Marx tenha surgido como um raio repentino no céu sereno, e, além disso, em todos os países civilizados, enquanto as teorias de todos os seus predecessores socialistas, incluindo Rodbertus, desapareceram sem deixar rastro?

Um exemplo da história da química pode nos ajudar a explicar isso.

Sabe-se que, no fim do século passado, ainda imperava na química a teoria do flogístico, segundo a qual a essência de toda combustão consistia no fato de que do corpo ignescente se separava outro corpo, hipotético, um combustível absoluto, chamado de flogisto[ae]. Essa teoria bastava para explicar a maioria dos fenômenos químicos conhecidos à época, ainda que, em certos casos, violentasse um pouco os fatos. Em 1774, Priestley encontrou um tipo de ar "tão puro ou tão livre de flogisto que, em comparação com ele, o ar corrente já parecia impuro". Chamou-o de "ar desflogizado". Pouco depois, Scheele encontrou na Suécia o mesmo tipo de ar e demonstrou sua existência na atmosfera. Percebeu também que esse ar desaparecia quando se queimava um corpo nele ou em ar corrente, razão pela qual lhe batizou de "ar de fogo"[af].

"Desses resultados ele extraiu a conclusão de que a combinação que se produz pela união do flogisto com uma das partes integrantes do ar" (isto é, no processo de combustão) "não é mais do que fogo ou calor que escapa pelo vidro."[2]

Priestley e Scheele haviam encontrado o oxigênio, mas não sabiam o que tinham em mãos. "Continuavam presos a categorias" flogísticas, "tal como as haviam encontrado já prontas." Em suas mãos, o elemento que derrubaria toda a concepção flogística e revolucionaria a química estava condenado à esterilidade. Mas tendo Priestley comunicado em Paris seu descobrimento a Lavoisier[ag], este se pôs a investigar toda a química flogística à luz desse novo fato, até descobrir que o novo tipo de ar era um novo elemento químico; que, na combustão, não é o misterioso flogisto que *escapa* do corpo ignescente, mas que é esse novo elemento que *se combina* com o corpo que queima, e, desse modo, pôs de pé a química inteira, que, em sua forma flogística, estava de cabeça para baixo. E ainda que, como afirmou mais tarde, Lavoisier não tenha descoberto o oxigênio ao mesmo tempo que os outros e independentemente deles, é ele o verdadeiro *descobridor* do oxigênio, ao contrário dos outros dois, que apenas o *encontraram*, sem sequer suspeitar *o que* haviam encontrado.

Tal como Lavoisier para Priestley e Scheele, assim está Marx para seus predecessores na teoria do mais-valor. A *existência* da parte do valor-produto [*Produktenwert*] que agora chamamos mais-valor fora detectada muito tempo antes de Marx; do mesmo modo, revelara-se com maior ou menor clareza em que ela consiste, a saber, no produto do trabalho pelo qual o apropriador não paga equivalente algum. Mas não se sabia mais do que isso. Uns – os economistas clássicos burgueses – investigavam, no máximo, a proporção de grandeza na qual o produto do trabalho se distribui entre o trabalhador e o possuidor dos meios de produção. Outros – os socialistas – achavam essa distribuição injusta e buscavam meios utópicos para eliminar tal injustiça. Ambos permaneciam presos a categorias econômicas tal como as haviam encontrado, já prontas.

E então Marx entrou em cena. E em direta oposição a todos os seus predecessores. Onde estes haviam visto uma *solução*, Marx viu somente um *problema*. Viu que não se tratava nem de ar desflogizado, nem de ar de fogo, mas de oxigênio; que não se tratava nem da simples comprovação de um fato econômico corrente, nem do conflito desse fato com a justiça eterna e a moral verdadeira, mas de um fato chamado a revolucionar a economia

inteira e que oferecia – a quem soubesse interpretá-lo – a chave para a compreensão de toda a produção capitalista. À luz desse fato, Marx investigou todas as categorias anteriores a ele, assim como Lavoisier, à luz do oxigênio, investigara todas as categorias anteriores da química flogística. Para saber o que era o mais-valor, Marx precisava saber o que era o valor. Antes de tudo, a própria teoria do valor de Ricardo tinha de se submeter à crítica. Marx investigou, assim, o trabalho em sua qualidade criadora de valor e esclareceu pela primeira vez *qual* trabalho cria valor, por que e como ele o cria, descobrindo que o valor não é senão trabalho cristalizado *desse* tipo – um ponto que Rodbertus jamais chegou a compreender. Marx investigou, então, a relação entre a mercadoria e o dinheiro e demonstrou como e por que, em razão da qualidade de valor que lhe é inerente, a mercadoria e a troca de mercadorias têm necessariamente de engendrar a oposição entre mercadoria e dinheiro; sua teoria do dinheiro, fundada sobre essa base, é a primeira teoria exaustiva e, desde então, tem sido tacitamente aceita em toda parte. Marx investigou a transformação do dinheiro em capital e demonstrou que o processo repousa sobre a compra e venda da força de trabalho. Substituindo o trabalho pela força de trabalho, pela qualidade criadora de valor, ele resolveu com um só golpe uma dificuldade que provocara a ruína da escola ricardiana: a impossibilidade de harmonizar a troca recíproca de capital e trabalho com a lei ricardiana da determinação do valor pelo trabalho. Ao estabelecer a distinção do capital em constante e variável, Marx foi o primeiro a expor exaustivamente o processo da formação de mais-valor em seu verdadeiro desenvolvimento – o que nenhum de seus predecessores havia conseguido – e, com isso, esclareceu uma distinção no interior do próprio capital, da qual nem Rodbertus nem os economistas burgueses haviam conseguido extrair coisa alguma, mas que nos fornece a chave para a solução dos mais intricados problemas econômicos, como o demonstra com a máxima evidência, uma vez mais, este Livro II, e mais ainda, como se mostrará em seu devido tempo, o Livro III. Marx continuou a investigar o mais-valor, descobrindo suas duas formas, o mais-valor absoluto e o relativo, e demonstrou o papel distinto, porém decisivo em ambos os casos, que o

mais-valor desempenhou no desenvolvimento histórico da produção capitalista. Sobre a base do mais-valor ele desenvolveu a primeira teoria racional do salário de que dispomos e traçou pela primeira vez as linhas gerais de uma história da acumulação capitalista, além de uma exposição de sua tendência histórica.

E Rodbertus? Depois de ter lido tudo isso, conclui – um economista tendencioso[ah], como sempre! – que se trata de um "assalto à sociedade"[ai], que ele mesmo dissera de modo muito mais sucinto e claro de onde provém o mais-valor e, por fim, declara que tudo isso se ajusta perfeitamente, sem dúvida, à "forma atual de capital", isto é, ao capital tal como existe historicamente, mas não ao "conceito de capital", à representação utópica que o senhor Rodbertus formou do capital. É exatamente o mesmo que sucedeu ao velho Priestley, que até sua morte manteve seu juramento de fidelidade ao flogisto e não quis saber absolutamente nada do oxigênio. Com a diferença de que Priestley foi realmente o primeiro a ter encontrado o oxigênio, ao passo que Rodbertus, com seu mais-valor, ou melhor, sua "renda", não fez mais do que redescobrir um lugar comum, e de que Marx, ao contrário dos predecessores de Lavoisier, recusou-se a afirmar ter sido o primeiro a descobrir o *fato* da existência do mais-valor.

Os demais feitos econômicos de Rodbertus situam-se no mesmo nível. Sua elaboração do mais-valor até transformá-lo numa utopia já foi criticada – de modo não intencional – por Marx em *Miséria da filosofia*; o que restava a dizer sobre o assunto foi dito no meu prefácio à tradução alemã dessa obra. Sua explicação das crises comerciais a partir do subconsumo da classe trabalhadora já se encontra em *Nouveaux principes de l'économie politique* (livro IV, capítulo IV)[3], de Sismondi. A única diferença é que Sismondi tinha sempre o mercado mundial diante dos olhos, ao passo que o horizonte de Rodbertus não ultrapassa os limites da Prússia. Suas especulações sobre se o salário tem suas raízes no capital ou no ganho pertencem à escolástica e são definitivamente liquidadas na seção III deste segundo livro de *O capital*. Sua teoria da renda permaneceu sua propriedade exclusiva e pode prosseguir em sono tranquilo até que se

publique o manuscrito em que Marx a critica. Por último, suas propostas para emancipar da pressão do capital a propriedade fundiária da velha Prússia são, por sua vez, absolutamente utópicas, pois eludem a única questão prática de que se trata nesse contexto, a saber: como pode o *Junker* da velha Prússia ter um ganho anual de, digamos, 20.000 marcos e um gasto anual de, digamos, 30.000, sem contrair dívidas?

A escola ricardiana fracassou, em torno do ano de 1830, por culpa do mais-valor[aj]. O que ela não pôde resolver permaneceu ainda mais insolúvel para sua sucessora, a economia vulgar[ak]. Os dois pontos que provocaram seu fracasso foram os seguintes.

Primeiro. O trabalho é a medida do valor. No entanto, o trabalho vivo, ao ser trocado pelo capital, apresenta um valor inferior ao do trabalho materializado pelo qual ele é trocado. O salário, o valor de uma determinada quantidade de trabalho vivo, é sempre inferior ao valor do produto criado por essa mesma quantidade de trabalho vivo, ou na qual esta se materializa. Assim formulado, o problema é, de fato, insolúvel. Marx o coloca nos termos corretos e, desse modo, o resolve. Não é o trabalho que tem um valor. Como atividade criadora de valor, ele pode ter um valor especial tanto quanto a gravidade pode ter um peso especial, o calor uma temperatura especial, ou a eletricidade uma voltagem especial. Não é o trabalho que é comprado e vendido como mercadoria, mas a *força* de trabalho. Tão logo se torna mercadoria, seu valor se rege pelo trabalho nela incorporado como um produto social, ou seja, é igual ao trabalho socialmente necessário para sua produção e reprodução. Compra e venda da força de trabalho sobre a base desse seu valor não contradizem em absoluto, portanto, a lei econômica do valor.

Segundo. De acordo com a lei ricardiana do valor, dois capitais que empreguem a mesma quantidade de trabalho vivo e com a mesma remuneração produzirão – mantendo-se inalteradas as demais circunstâncias –, no mesmo tempo, mercadorias de igual valor, assim como mais-valor ou lucro de mesma grandeza. Mas se empregam quantidades desiguais de trabalho vivo, eles não podem produzir mais-valor, ou, como dizem os ricardianos, lucro de mesma grandeza. Ora, o que ocorre é

justamente o contrário. Na realidade, capitais iguais, qualquer que seja a quantidade de trabalho vivo que empreguem, produzem em tempos iguais, em média, lucros iguais. Aqui se apresenta, portanto, uma contradição na própria lei do valor, contradição que já fora encontrada por Ricardo e que também sua escola foi incapaz de resolver. Tampouco Rodbertus pôde evitar essa contradição; mas, em vez de resolvê-la, fez dela um dos pontos de partida de sua utopia (*Zur Erkenntniß*..., p. 131). Marx já resolvera essa contradição no manuscrito *Contribuição à crítica*...; a solução se apresenta, segundo o plano de *O capital*, no Livro III. Ainda teremos de esperar alguns meses até sua publicação. Portanto, os economistas que pretendem descobrir em Rodbertus a fonte secreta e um precursor de Marx têm aqui uma ocasião para mostrar do que é capaz a economia rodbertiana. Se conseguirem demonstrar de que maneira uma taxa média de lucro igual pode e deve ser formada, não apenas sem infringir a lei do valor, mas sobre a própria base dessa lei, estarei então disposto a continuar a discussão com eles. Mas é preciso que se apressem. As brilhantes investigações contidas neste Livro II e seus novíssimos resultados em terrenos até então quase inexplorados não são mais que um prelúdio do conteúdo do Livro III, que desenvolve os resultados da exposição marxiana do processo social de reprodução sobre a base capitalista. Quando o terceiro livro for publicado, muito pouco se falará da existência de um economista chamado Rodbertus.

Como Marx me expôs repetidas vezes, os Livros II e III de *O capital* deveriam ser dedicados à sua esposa.

*Friedrich Engels*

Londres, no aniversário de Marx, 5 de maio de 1885

---

[a] Karl Marx, *Ökonomische Manuskripte 1863-1867* [manuscrito IV] (MEGA-2 II/4.3, cit.). O manuscrito foi redigido em 1867-1868. (N. E. A.)

[b] Cf. idem, *Zur Kritik der politischen Ökonomie*, em MEGA-2 II/3.1-6 (Berlim, Dietz, 1976-1982). (N. E. A.)

[c] Cf. idem, *Zur Kritik der politischen Ökonomie*, cit., em MEGA-2 II/2, cit., p. 95-255. (N. E. A.)

[d] Cf. idem, *Das Kapital. Drittes Buch* [manuscritos econômicos de 1863-1865], em MEGA-2 II/4.2, cit. Mais tarde, Marx elaborou outros manuscritos para o Livro III de *O capital* (cf. Karl Marx,

*Manuskripte zum dritten Buch des "Kapitals". 1871 bis 1882*, em: MEGA-2, II/14, cit., p. 3-162). (N. E. A.)

[e] O manuscrito do Livro I foi em sua maior parte concluído antes do manuscrito do Livro III. Engels refere-se aqui à última prova manuscrita para a impressão. (N. E. A.)

[f] Trata-se dos manuscritos que Marx numerara de I a IV. O manuscrito I, como Engels esclarece em seguida, já estava redigido antes da publicação do Livro I, mais precisamente na primeira metade do ano de 1865. (N. E. A.)

[g] A partir de 1870, Marx publicou a segunda edição e a tradução francesa do Livro I de *O capital* e realizou vários excertos sobre os temas mencionados por Engels (cf. MEGA-2 IV/21-25). Marx não concluiu esses estudos em 1877, continuando-os paralelamente a seu trabalho em *O capital*. Por exemplo, alguns excertos sobre temas de ciências naturais e de economia só foram realizados depois de 1877 (cf. MEGA-2 IV/31, Berlim, Akademie, 1999; cf. também MEGA-2 IV/26 e 28). (N. E. A.)

[h] Isto é, o livro I de *A riqueza das nações*, de Adam Smith. (N. T.)

[1] No prefácio a Karl Marx, *Das Elend der Philosophie. Antwort auf Proudhons* Philosophie des Elends [Miséria da filosofia. Resposta à *Filosofia da miséria*, de Proudhon] (trad. alemã de E. Bernstein e K. Kautsky, Stuttgart, Dietz, 1885).

[i] Rudolph Meyer, *Der Emancipationskampf des vierten Standes* (Berlim, [A. Schindler], 1874), v. 1. (N. E. A.)

[j] [Johann Karl] Rodbertus, "Einige Briefe an J. Zeller", em *Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft*, Tubinga, v. 39 , 1879, p. 217-21. (N. E. A.)

[k] [Johann Karl] Rodbertus-Jagetzow, *Das Kapital. Vierter socialer Brief an von Kirchmann* (Berlim, Puttkammer & Mühlbrech, 1884). (N. E. A.)

[l] Além dessa declaração de Engels, existem poucos dados sobre o começo dos estudos econômicos de Marx. Ele mesmo relatou apenas que "se iniciaram em Paris" (Karl Marx, *Zur Kritik der politischen Ökonomie*, cit., em MEGA-2 II/2, cit., p. 100). Marx permaneceu em Paris de junho de 1843 a janeiro de 1845. Muitos dos cadernos ali escritos, conhecidos como os "manuscritos parisienses", foram compostos em 1844. Cf. Karl Marx, *Historisch-ökonomische Studien*, em MEGA-2 IV/2 (Berlim, Dietz, 1981), p. 279-579; idem, *Ökonomisch-philosophische Manuskripte*, em MEGA-2 I/2 (Berlim, Dietz, 1982), p. 187-322 [ed. bras.: *Manuscritos econômico-filosóficos*, trad. Jesus Ranieri, São Paulo, Boitempo, 2004]. Neles estão excertos das obras de Jean-Baptiste Say, Frédéric Skarbek, Adam Smith, David Ricardo, James Mill, John Ramsay MacCulloch, Guillaume Prevost, Destutt de Tracy, Carl Wolfgang, Christoph Schütz, Friedrich List e Heinrich Friedrich Osiander. A obra de Karl Heinrich Rau é citada diversas vezes por Marx em seu caderno de notas dos anos 1844-1847 (MEGA-2 IV/3, Berlim, Akademie, 1998, p. 9, 12 e 17). (N. E. A.)

[m] Rodbertus tornou-se *Kultusminister* [ministro da Educação] a 25 de junho de 1848, mas renunciou ao cargo catorze dias depois. (N. E. A.)

[n] Karl Marx, *Misère de la philosophie* (Paris, [A. Frank], 1847). Engels preparara a edição alemã dessa obra – sob o título *Das Elend der Philosophie. Antwort auf Proudhons* Philosophie des Elends – paralelamente à edição do Livro II de *O capital* e redigira para ela um prefácio. O livro foi traduzido para o alemão por Eduard Bernstein e Karl Kautsky e publicado em 1885, em Stuttgart. (N. E. A.)

[o] De Ferdinand Lassalle não se conhece nenhuma correspondência de 1859 com uma referência a Rodbertus. É inteiramente possível que ele tenha reagido à carta de Marx de 12 de novembro de 1858 com uma indicação correspondente. Nesta, Marx se desculpa pelo atraso no envio de seu manuscrito, o resultado de "quinze anos de pesquisas" sobre o "capital em geral" e esclarece: "No que diz respeito

a nossa rivalidade, não creio que, nesse caso, exista *embarras des richesses* para o público alemão. Na verdade, a economia, como ciência em sentido alemão, ainda está por ser feita, e para isso é preciso não apenas nós dois, mas uma dúzia". Um contato indireto de Engels com Rodbertus se deu em 1860, quando o editor Eduard Fischel informou a este último a publicação da brochura de Engels intitulada *Savoyen, Nizza und der Rhein* (Berlim, [G. Behrend,] 1860). Engels não menciona, no entanto, que ele mesmo, já em 1851, indicara a Marx o escrito de Rodbertus (carta de Engels a Marx, 19 de maio de 1851; ver também carta de Lassalle a Marx, 12 de maio de 1851). (N. E. A.)

[p] [Johann Karl] Rodbertus, *Sociale Briefe an von Kirchmann. Dritter Brief* (Berlim, [Allgemeine Deutsche Verlags-Anstalt,] 1851), p. 87. (N. E. A.)

[q] Karl Marx, *Zur Kritik der politischen Ökonomie*, em MEGA-2 II/3.3 [(Berlim, Dietz, 1988)], p. 673-813. Ainda assim, essa análise das concepções de Rodbertus acerca da renda fundiária, que Engels, baseado em Marx, chama de "digressão", compreende oitenta páginas manuscritas. (N. E. A.)

[r] Por "mercantilismo" entende-se o conjunto de máximas econômico-políticas surgidas em vários Estados europeus nos séculos XVII e XVIII, o qual tinha como objetivo uma balança comercial ativa, embora o conceito só tenha sido introduzido posteriormente e submetido a diversas interpretações na história da teoria econômica. Frequentemente comerciantes atuavam como defensores das ideias mercantilistas, como, por exemplo, Thomas Mun. Outros representantes foram James Steuart, na Grã-Bretanha, e Jean-Baptiste Colbert, na França. Na análise da forma simples do valor, Marx observou que os mercantilistas "priorizam o aspecto qualitativo da expressão do valor e, por conseguinte, a forma de equivalente da mercadoria, que alcança no dinheiro sua forma acabada" (*O capital*, Livro I, cit., p. 137). Os mercantilistas derrubaram concepções anteriores, do século XVI, que tinham em vista não a economia inteira, mas apenas a circulação monetária. Marx resumiu suas concepções sob o conceito de "sistema monetário" (ibidem, p. 157); tais concepções também são designadas como mercantilistas primevas ou "bullionistas". (N. E. A.)

[s] A primeira edição de Steuart foi publicada em 1767 e é considerada a última e mais importante exposição sistemática das doutrinas econômicas mercantilistas. (N. E. A.)

[t] Os grifos são de Engels. (N. E. A.)

[u] Em Marx: "ao material". (N. E. A.)

[v] Em Marx: "quantidade de trabalho". (N. E. A.)

[w] Karl Marx, *Zur Kritik der politischen Ökonomie*, em MEGA II/3.2 [(Berlim, Dietz, 1978)], p. 375. Nesse manuscrito, Marx citou a edição francesa da obra de Smith (Paris, 1802), da qual ele coligira excertos em seus cadernos parisienses de 1844 (cf. MEGA-2 IV/2, cit., p. 332-86) e no caderno VII, Londres, 1859-1863 (IISG, Marx-Engels-Nachlaß, Sign. A 49, p. 173-4 e 186-92). (N. E. A.)

[x] "Os possuidores de mais-produto ou capital". (N. T.)

[y] Publicado anonimamente, é de autoria do jornalista inglês Charles Wentworth Dilke, à época funcionário da Marinha britânica. (N. E. A.)

[z] Em Marx: "*this most incredible cobbler*" – John Wilson, em sua brochura *Some Illustrations of Mr. M'Culloch's Principles of Political Economy* (Edimburgo, [W. Blackwood,] 1826), refere-se a MacCulloch como "*the most incredible cobbler*" (p. 31). (N. E. A.)

[aa] Em de 1799, em sua fiação de algodão em New Lanark (Escócia), Robert Owen introduziu uma série de medidas para a melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores. Entre elas, estavam o encurtamento da jornada de trabalho, a introdução de fundos de saúde e de aposentadoria, a construção e instalação de habitações de fábrica, a proibição do trabalho infantil abaixo dos dez anos de idade e uma proibição do álcool. A colônica New Harmony por ele fundada em 1825 nos Estados

Unidos, fracassou quatro anos depois. – A teoria da medida do valor do trabalho de Owen baseava-se na teoria do valor-trabalho de Ricardo, como se pode observar em seu escrito “Report to the County of Lanark of a Plan for relieving Public Distress” (Glasgow, [Wardlaw & Cunninghame,] 1821). Na biblioteca de Marx, encontravam-se vários escritos de Owen. Marx criticou as concepções deste sobre o valor e o dinheiro diversas vezes, como, por exemplo, no Livro I de *O capital* (cf. *O capital*, Livro I, cit., p. 169-70, nota 50). (N. E. A.)

[ab] Thomas Rowe Edmonds, *Practical Moral and Political Economy*… (Londres, [E. Wilson,] 1828). (N. T.)

[ac] Thomas Hodgskin, *Popular Political Economy*… (Londres, [Tait,] 1827). (N. T.)

[ad] Referência a Rudolph Meyer e Adolph Wagner. Engels utiliza dois versos de um poema de Heinrich Heine, com o título “Jung-Katerverein für Poesiemusik”, de 1853: “*Er huldigt dem Genie, das sich/ Nicht von der Natur entfernt hat,/ Sich nicht mit Gelehrsamkeit brüsten will/ Und wirklich auch nichts gelernt hat*” [Ele exalta o gênio que/ Não se distanciou da natureza,/ Não quer se jactar de erudição/ E, na verdade, também não aprendeu nada]. (N. E. A.)

[ae] Flogisto (do grego “*phlogistós*”: inflamável) era o nome que, no século XVIII, era dado a uma substância que se acreditava desprender-se de todo corpo inflamável no momento de sua combustão. A teoria flogística, baseada nos trabalhos de Johann Joachim Becher, foi aperfeiçoada especialmente por Georg Ernst Stahl. Marx referiu-se a essa teoria num manuscrito de 1867-1868 para o Livro III de *O capital* (Karl Marx, *Das Kapital. Drittes Buch. Erstes Kapitel. Verwandlung des Mehrwerts in Profit und der Rate des Mehrwers in Profitrate*, p. 7; MEGA-2 II/15, cit., p. 43). (N. E. A.)

[af] Os estudos de Carl Wilhelm Scheele conduziram, no período de 1772 a 1773, à descoberta do oxigênio e do nitrogênio, mas seus resultados só foram publicados em 1777, em seu único livro *Chemische Abhandlung von der Luft und dem Feuer*; isso fez com que perdesse parte de sua fama para Joseph Priestly, que descobrira o oxigênio em 1774 (cf. Henry Enfield Roscoe e Carl Schorlemmer, *Ausführliches Lehrbuch der Chemie*, Braunschweig, F. Vieweg, 1877, v. 1, p. 13). (N. E. A.)

[2] Ibidem, p. 13, 18.

[ag] Antoine Laurent de Lavoisier descobriu a composição química da água (oxigênio e hidrogênio). Com a descoberta do oxigênio, também esclareceu o conceito de oxidação como uma ligação do elemento oxigênio com outros elementos e ligações químicas e, desse modo, a formação de óxidos. Com suas longas pesquisas, cujos resultados foram publicados em sua obra principal, *Traité élémentaire de chimie*, derrubou a teoria flogística, válida até então. (N. E. A.)

[ah] No prefácio à edição alemã de *Miséria da filosofia*, escreve Engels: “Para a época em que foi publicado, *Zur Erkenntnisse* etc., de Rodbertus, era um livro sem dúvida importante. Dar continuidade à teoria ricardiana do valor nessa direção era um começo promissor. Apesar de só constituir uma novidade para ele mesmo e para a Alemanha, sua teoria não deixa de atingir, no geral, o mesmo nível das obras dos melhores de seus antecessores ingleses. Mas ela não era senão um começo, uma teoria que só poderia apresentar algum progresso efetivo mediante um estudo ulterior, minucioso e crítico. Mas o próprio Rodbertus desviou-se desse caminho, ao orientar o desenvolvimento da teoria ricardiana para a segunda direção, a da utopia. Com isso, ele renunciou à condição de toda crítica: a independência. Passou então a operar com um objetivo preconcebido, e tornou-se um economista tendencioso [*Tendenzökonom*]. Uma vez prisioneiro de sua utopia, ele se fechou para qualquer possibilidade de progresso científico. De 1842 até sua morte, Rodbertus girou no mesmo círculo, repetiu sempre as mesmas ideias, já desenvolvidas ou mencionadas em suas obras anteriores, sentindo-se ignorado, considerando-se plagiado, quando em sua obra nada havia a plagiar, e, por último, recusando-se, não sem intenção, a reconhecer que, no fundo, ele não havia senão redescoberto aquilo

que já havia sido descoberto há muito tempo", em Karl Marx e Friedrich Engels, *Werke*, 5. ed., Berlim, Dietz, 1975, v. 21, p. 186-7. (N. T.)

[ai] Carta n. 48, de 20 de setembro de 1871. Em [Johann Karl] Rodbertus-Jagetzow, *Briefe und Socialpolitische Aufsätze* (Berlim, Klein, [1881]), v. 1, p. 112-3. (N. E. A.)

[3] "*Ainsi donc, par la concentration des fortunes entre un petit nombre de propriétaires, le marché intérieur se resserre toujours plus, et l'industrie est toujours plus réduite à chercher ses débouchés dans les marchés étrangers, où de plus grandes révolutions les attendent*" [Assim o mercado interno se estreita cada vez mais por meio da concentração de riquezas nas mãos de um pequeno número de proprietários, e a indústria é progressivamente forçada a buscar seu escoamento em mercados estrangeiros, onde a esperam revoluções ainda maiores"] (isto é, a crise de 1817, que Sismondi descreve em seguida). *Nouv. Princ.*, ed. 1819, 1, p. 336. [Nesse capítulo, Sismondi esclarece a relação entre oferta e demanda com o exemplo do comércio exterior. Ele explica que os países para os quais se exporta por preços mais baixos tornam-se mais pobres porque, ao não conseguirem vender seus próprios bens, têm de se proteger contra a importação de mercadorias mais baratas. A crise seria, portanto, de "saturação do mercado", e dela todos sairiam perdendo, tanto os comerciantes exportadores como os países importadores (*Nouveaux principes d'économie politique*, Paris, [Delaunay,] 1819, t. 1, p. 338). Com isso, Sismondi condenou o forte rebaixamento de preços dos produtos britânicos, que fez com que a França tivesse de limitar consideravelmente suas importações. Assim, já em 1816 foi proibida a importação de produtos de algodão da Grã-Bretanha. O resultado disso foi uma permanente situação de crise da economia britânica e do comércio exterior, situação discutida por diversas vezes no parlamento londrino, como, por exemplo, na sessão de 7 de maio de 1817 (cf. *The Parliamentary Debates... Publ. by T. C. Hansard*, Londres, 1817, v. 36, p. 235-7). – N. E. A.]

[aj] Em sua avaliação do fracasso da escola ricardiana, Engels baseou-se na observação de Marx de que "a exposição inteira da escola ricardiana mostra como ela se decompõe em dois pontos: primeiro, o intercâmbio entre capital e trabalho, correspondente à lei do valor" (Karl Marx, *Zur Kritik der politischen Ökonomie*, em MEGA-2 II/3.4, [Berlim, Dietz, 1979,] p. 1370). O segundo ponto, que aborda a taxa geral do lucro e das categorias do lucro, do valor e do preço de custo não foi aqui introduzido por Engels, por serem temas que concernem ao Livro III de *O capital*. Em 1891, Engels reiterou essas ideias em sua introdução ao escrito de Marx "Trabalho assalariado e capital" (Friedrich Engels, "*Einleitung*", em Karl Marx, *Lohnarbeit und Kapital*, Berlim, [Dietz,] 1891, p. 7; MEGA-2 I/32). (N. E. A.)

[ak] Em 1864-1865, em seu manuscrito para o Livro III, Marx caracterizara a economia vulgar como doutrina que, "na verdade, não faz mais do que traduzir, sistematizar e fazer a apologia doutrinária das ideias dos agentes dessa produção, presos às relações burguesas de produção" (Karl Marx, *Das Kapital* [manuscrito econômico de 1863-1865], Livro III, em MEGA-2 II/4.2, [Berlim, Dietz, 1992,] p. 720-1. Cf. também *O capital*, Livro I, cit., p. 155-6, nota 32). (N. E. A.)

# Prefácio da segunda edição

A presente segunda edição é fundamentalmente uma reimpressão fiel da primeira. Os erros de impressão foram corrigidos, alguns deslizes estilísticos, remediados e frases curtas, contendo apenas repetições, foram eliminadas.

O Livro III, que apresentou dificuldades totalmente imprevistas, está agora quase pronto. Se minha saúde permitir, a impressão poderá ter início ainda neste outono.

*Friedrich Engels*
Londres, 15 de julho de 1893

Para uma melhor visualização, segue-se um breve resumo da proveniência das passagens extraídas dos manuscritos II-VIII[a]:

## Seção I

| | | |
|---|---|---|
| Capítulo 1 | p. 107-8<br>p. 108-18<br>p. 118-22<br>p. 122-41 | Manuscrito II<br>Manuscrito VII<br>Manuscrito VI<br>Manuscrito V |
| Capítulos 2 a 4 | p. 143-96<br>p. 196-200 | Manuscrito V<br>Nota, encontrada entre os extratos de livros |
| Capítulos 5 e 6, intercalados | p. 201-7<br>p. 209-11<br>p. 214 e 220 | Manuscrito IV<br>Uma passagem do manuscrito VIII<br>Notas do manuscrito II |

## Seção II

| | | |
|---|---|---|
| Capítulos 7 e 8 | p. 235-45 | Fim do manuscrito IV |
| Capítulos 8 a 17 | p. 245-446 | Manuscrito II |

## Seção III

| | | |
|---|---|---|
| Capítulo 18 | p. 449-57 | Manuscrito II |
| Capítulo 19 | I, II) p. 459-90<br>III) p. 491-3 | Manuscrito VIII<br>Manuscrito II |
| Capítulo 20 | I) p. 495-8<br>II) p. 498-501<br>III, IV, V) p. 502-25<br>VI, VII, VIII, IX) p. 526-41<br>X, XI, XII) p. 541-86 | Manuscrito II, apenas o, parágrafo final proveniente do manuscrito VIII<br>Essencialmente do manuscrito II |

| | | |
|---|---|---|
| | XIII) p. 586-94 | Manuscrito VIII<br>Manuscrito II<br>Manuscrito VIII<br>Manuscrito II |
| Capítulo 21 | p. 595-633 | Inteiramente do manuscrito VIII |

[a] Cf. “Tabela dos manuscritos de Marx para o Livro II de *O capital* e sua utilização por Engels”, p. 72-5. (N. T.)

# Seção I

# AS METAMORFOSES DO CAPITAL E SEU CICLO

# Capítulo 1

## O ciclo do capital monetário

O processo cíclico[1] do capital apresenta-se em três estágios, que, segundo a exposição do primeiro volume, constituem as seguintes séries:

*Primeiro estágio*: O capitalista aparece no mercado de mercadorias e no mercado de trabalho como comprador; seu dinheiro se converte em mercadoria ou passa pelo ato de circulação D-M.

*Segundo estágio*: O capitalista consome produtivamente a mercadoria comprada. Ele atua como produtor capitalista de mercadorias; seu capital passa pelo processo de produção. O resultado é uma mercadoria de valor maior que seus elementos de produção.

*Terceiro estágio*: O capitalista retorna ao mercado como vendedor; sua mercadoria é transformada em dinheiro ou passa pelo ato de circulação M-D.

**A fórmula para o ciclo do capital monetário é, portanto[a]:**

**D-M…P…M'-D', sendo que os pontos significam que o processo de circulação foi interrompido, e M' e D' indicam M e D aumentados pelo mais-valor[b].**

O primeiro e o terceiro estágios só foram mencionados no Livro I[c] na medida em que eram necessários para a compreensão do segundo estágio, o processo de produção do capital. Não foram consideradas, portanto, as diferentes roupagens sob as quais o capital se apresenta em suas diferentes fases, e que ele, em seus repetidos ciclos, ora assume, ora abandona. Elas constituem, agora, o próximo objeto de nossa investigação.

Para apreendermos as formas em seu estado puro, devemos começar por abstrair de todos os momentos que não guardam qualquer relação com a

mudança e com a constituição da forma. Por isso, partimos aqui do pressuposto não apenas de que as mercadorias são vendidas por seus valores, mas também de que isso ocorre em circunstâncias invariáveis. Não levamos em conta, portanto, as alterações de valor que podem ocorrer durante o processo cíclico.

## I. Primeiro estágio[d]. D-M[2]

D-M representa a transformação de uma quantia de dinheiro numa quantidade de mercadorias. Para o comprador, é a transformação de seu dinheiro em mercadoria; para o vendedor, a transformação de sua mercadoria em dinheiro. O que faz com que esse processo, que integra a circulação geral de mercadorias, seja ao mesmo tempo uma etapa funcionalmente determinada do ciclo autônomo de um capital individual não é a forma do processo, mas seu conteúdo material, o caráter específico do uso das mercadorias que trocam de lugar com o dinheiro. Meios de produção e força de trabalho constituem os fatores materiais e pessoais da produção de mercadorias, fatores cuja espécie particular tem naturalmente de corresponder ao tipo do artigo a ser produzido. Sendo a força de trabalho T e os meios de produção Mp, a quantidade de mercadorias a comprar será, então, M = T + Mp, ou, mais concisamente, $M<^{T}_{Mp}$. D-M, considerado segundo seu conteúdo, representa-se, portanto, como $D\text{-}M<^{T}_{Mp}$

; quer dizer, D-M se decompõe em D-T e D-Mp; a quantia de dinheiro D se divide em duas partes, das quais uma compra força de trabalho e a outra, meios de produção. Essas duas séries de compras pertencem a mercados absolutamente distintos: uma ao mercado de mercadorias propriamente dito, e a outra, ao mercado de trabalho.

Além dessa cisão qualitativa das mercadorias nas quais D é transformado, o processo $D\text{-}M<^{T}_{Mp}$ apresenta ainda uma relação quantitativa bastante característica.

Sabemos que o valor, ou o preço da força de trabalho vendida pelo trabalhador, é pago a este na forma de salário, isto é, como preço de uma quantidade de trabalho que contém mais-trabalho; de modo que, por

exemplo, se o valor diário da força de trabalho = 3 marcos, equivalente ao produto de cinco horas de trabalho, então essa soma, no contrato entre comprador e vendedor, figura como o preço ou salário, digamos, de dez horas de trabalho. Se um contrato fosse fechado, por exemplo, com 50 trabalhadores, estes teriam de fornecer ao comprador, em conjunto, 500 horas de trabalho num dia, das quais a metade, 250 horas de trabalho = 25 jornadas de trabalho de 10 horas, consiste meramente em mais-trabalho. Tanto a quantidade como o volume dos meios de produção a serem comprados têm de ser suficientes para a aplicação dessa massa de trabalho.

D-M$<^{T}_{Mp}$ expressa, portanto, não apenas a proporção qualitativa em que uma quantia determinada de dinheiro – por exemplo, £422 – é transformada em meios de produção e força de trabalho correspondentes àquela quantia, mas também uma proporção quantitativa entre as parcelas do dinheiro investidas na força de trabalho T e nos meios de produção Mp, proporção determinada desde o início pela quantidade de mais-trabalho excedente a ser executado por um determinado número de trabalhadores.

Se, por exemplo, numa fiação, o salário semanal de 50 trabalhadores é de £50, será preciso investir £372 em meios de produção, supondo-se que seja esse o valor dos meios de produção que um trabalho semanal de 3 mil horas converte em fio, metade das quais são de trabalho excedente.

Até que ponto o emprego de trabalho excedente provoca, em diferentes ramos da indústria, um incremento de valor em forma de meios de produção é aqui totalmente indiferente. O que importa é que a parte do dinheiro investida em meios de produção – os meios de produção comprados em D-Mp – seja, sob quaisquer circunstâncias, suficiente; que ela seja, portanto, calculada de antemão, obtida na devida proporção. Em outras palavras, a massa dos meios de produção tem de ser suficiente para absorver a massa de trabalho e, por meio desta, transformar-se em produto. Sem os meios de produção suficientes, o trabalho excedente do qual dispõe o comprador não seria aplicável; seu direito de dispor desse trabalho não serviria para nada. Se, ao contrário, houvesse mais meios de produção do que trabalho disponível, eles não seriam absorvidos pelo trabalho e, portanto, não se converteriam em produto.

Tão logo realizada a relação $D\text{-}M<^{T}_{Mp}$, o comprador não dispõe apenas dos meios de produção e da força de trabalho necessários à produção de um artigo útil. Dispõe também de uma torrente de força de trabalho ou de uma quantidade maior de trabalho do que a necessária para repor o valor da força de trabalho e, ao mesmo tempo, dos meios de produção requeridos para a realização ou objetivação dessa quantidade de trabalho: dispõe, portanto, dos fatores necessários à produção de artigos de um valor maior que o de seus elementos de produção, ou seja, de uma massa de mercadorias que contém mais-valor. O valor por ele adiantado na forma-dinheiro [*Geldform*] encontra-se agora, portanto, numa forma natural, em que ele, como valor prenhe de mais-valor (na forma de mercadorias), pode ser realizado. Em outras palavras: ele se encontra no estado ou sob a forma do *capital produtivo*, que tem a propriedade de atuar como criador de valor e mais-valor. Chamaremos de P o capital que se apresenta sob essa forma.

Entretanto, o valor de P é = valor de T + Mp, = D investido em T e Mp. D é o mesmo valor de capital [*Kapitalwert*] que P, apenas em outra forma de existência, mais precisamente, a de valor de capital em condição monetária ou em forma-dinheiro – *capital monetário*.

Assim, a operação da circulação geral de mercadorias que empregamos na fórmula $D\text{-}M<^{T}_{Mp}$, ou, segundo sua forma geral D-M, a soma das compras de mercadorias, é ao mesmo tempo, como fase no processo autônomo de circulação do capital, a transformação do valor de capital de sua forma-dinheiro em sua forma produtiva, ou, resumidamente, a transformação do *capital monetário* em *capital produtivo*. Na fase do ciclo que ora analisamos, o dinheiro aparece, portanto, como o primeiro suporte do valor de capital e, por conseguinte, o capital monetário como a forma em que o capital é adiantado.

Como capital monetário, ele está numa condição em que pode cumprir funções próprias do dinheiro, como, no caso presente, as funções de meio universal de compra e meio universal de pagamento. (Esta última, na medida em que a força de trabalho, embora comprada previamente, só é paga depois de ter sido empregada. Quando os meios de produção não se encontram no mercado prontos para serem aplicados, mas precisam ser

encomendados, o dinheiro também funciona, em D-Mp, como meio de pagamento.) Essa propriedade não deriva do fato de o capital monetário ser capital, mas sim de ele ser dinheiro.

Por outro lado, o valor de capital na condição de dinheiro está limitado a desempenhar exclusivamente funções próprias do dinheiro. O que transforma estas em funções do capital é seu papel determinado no movimento do capital e também, portanto, o nexo entre a fase em que elas aparecem e as outras fases de seu ciclo. Por exemplo, no caso em questão, o dinheiro é convertido em mercadorias, cuja combinação constitui a forma natural do capital produtivo, forma essa que, portanto, já traz em si de modo latente, isto é, conforme seja possível, o resultado do processo capitalista de produção.

Uma parte do dinheiro que em D-M$<^{T}_{Mp}$ exerce a função de capital monetário passa, por meio da própria consumação dessa circulação, a uma função em que seu caráter de capital desaparece e seu caráter de dinheiro permanece constante. A circulação do capital monetário D se decompõe em D-Mp e D-T, compra de meios de produção e compra de força de trabalho. Consideremos o último processo em si mesmo. D-T é compra de força de trabalho da parte do capitalista e venda de força de trabalho – podemos aqui dizer "trabalho", pois a forma do salário está aí pressuposta – da parte do trabalhador, o detentor da força de trabalho. Como em toda compra, o que para o comprador é D-M (= D-T), para o vendedor (o trabalhador) é T-D (= M-D), venda de sua força de trabalho. Esse é o primeiro estágio da circulação, ou a primeira metamorfose da mercadoria (Livro I, capítulo 3, 2a[e]); do lado do vendedor do trabalho, é a transformação de sua mercadoria em sua forma-dinheiro. O dinheiro assim obtido é gasto pelo trabalhador numa dada quantidade de mercadorias, de artigos de consumo que satisfazem suas necessidades. A circulação inteira de sua mercadoria se apresenta, portanto, como T-D-M, isto é, em primeiro lugar, T-D (= M-D) e, em segundo lugar, D-M, portanto, sob a forma geral da circulação simples de mercadorias M-D-M, em que o dinheiro figura como simples forma transitória do meio de circulação, como simples mediador da troca de uma mercadoria por outra.

D-T é o momento característico da transformação de capital monetário em capital produtivo, pois é a condição essencial para que o valor adiantado em forma-dinheiro se realize em capital, ou seja, transforme-se em valor que produz mais-valor. D-Mp é necessário apenas para realizar a massa de trabalho comprada mediante D-T. O momento D-T foi exposto, sob esse aspecto, na seção II do Livro I, dedicada à transformação do dinheiro em capital. Neste ponto, a questão ainda tem de ser considerada sob outro aspecto, mais particularmente com relação ao capital monetário como forma de manifestação do capital.

D-T é geralmente visto como característico do modo de produção capitalista. Porém, não pela razão apresentada, de que a compra da força de trabalho é um contrato de compra na qual fica acertada a entrega de uma quantidade de trabalho maior do que a necessária para a reposição do preço da força de trabalho, do salário – portanto, a entrega de mais-trabalho, a condição fundamental para a capitalização do valor adiantado ou, o que dá no mesmo, para a produção de mais-valor –, mas, antes, em razão de sua forma, uma vez que o trabalho é comprado *com dinheiro*, na forma de salário, e isso vale como característica da economia monetária.

Nesse caso, uma vez mais, o que é característico não é a irracionalidade da forma – essa passa despercebida. A irracionalidade consiste em que o trabalho, como elemento formador de valor, não pode possuir em si mesmo valor algum, ou seja, que uma quantidade determinada de trabalho não pode ter um valor que se expresse em seu preço, em sua equivalência a uma determinada quantia de dinheiro. Mas sabemos que o salário é apenas uma forma disfarçada, uma forma em que, por exemplo, o preço diário da força de trabalho se apresenta como preço do trabalho realizado por essa força de trabalho durante um dia, de modo que o valor produzido por essa força de trabalho em seis horas de trabalho é expresso como valor de sua função ou trabalho por doze horas.

Se D-T é considerado o elemento característico, a assinatura da assim chamada economia monetária, é porque aqui o trabalho aparece como mercadoria de seu proprietário, e o dinheiro, como comprador – portanto, devido à relação pecuniária (isto é, compra e venda de atividade humana).

Mas o dinheiro já aparece desde muito cedo como comprador dos assim chamados serviços, sem que D tenha se convetido em capital monetário ou sem que o caráter geral da economia tenha sido revolucionado.

Para o dinheiro, é absolutamente indiferente em que tipos de mercadorias ele é convertido. Ele é a forma-equivalente de todas as mercadorias, que em seus preços já mostram representar idealmente uma determinada quantia de dinheiro, esperam por sua conversão em dinheiro e apenas por meio de sua troca de lugar com o dinheiro assumem a forma na qual podem ser convertidas em valores de uso para seus proprietários. Portanto, quando a força de trabalho aparece no mercado como uma mercadoria de seu possuidor, cuja venda se dá mediante o pagamento pelo trabalho, na forma do salário, sua compra e venda não se distingue em nada da compra e venda de qualquer outra mercadoria. O característico não é que a mercadoria força de trabalho seja comprável, mas que a força de trabalho apareça como mercadoria.

Por meio de $D\text{-}M<^{T}_{Mp}$, a conversão de capital monetário em capital produtivo, o capitalista opera a conexão dos fatores objetivos e pessoais da produção, na medida em que esses fatores consistem em mercadorias. Se o dinheiro se converte pela primeira vez em capital produtivo, ou pela primeira vez funciona como capital monetário para seu proprietário, ele tem, primeiramente, de comprar os meios de produção, as oficinas de trabalho, as máquinas etc., antes de comprar a força de trabalho; pois tão logo esta se encontre à sua disposição, ele necessita dos meios de produção necessários para empregá-la como força de trabalho.

Assim a questão se apresenta do lado do capitalista.

Do lado do trabalhador, a aplicação produtiva de sua força de trabalho só se torna possível a partir do momento em que, em consequência de sua venda, ela é posta em contato com os meios de produção. Antes da venda, portanto, ela existe separada dos meios de produção, das condições objetivas de sua aplicação. Nessa condição de separação, ela não pode ser diretamente aplicada nem na produção de valores de uso para seu proprietário, nem na produção de mercadorias de cuja venda ele possa viver. Mas assim que, por meio de sua venda, a força de trabalho é posta

em contato com os meios de produção, ela se transforma numa parte constitutiva do capital produtivo de seu comprador, tanto quanto os meios de produção.

Portanto, embora na operação D-T o proprietário de dinheiro e o proprietário de força trabalho se relacionem como comprador e vendedor, como possuidores, respectivamente, de dinheiro e de mercadoria, quer dizer, ainda que eles se encontrem, sob esse aspecto, numa relação meramente monetária, o comprador se apresenta de antemão, ao mesmo tempo, como possuidor dos meios de produção que constituem as condições objetivas para que o possuidor da força de trabalho possa empregá-la produtivamente. Dito de outro modo: esses meios de produção aparecem diante do possuidor da força de trabalho como propriedade alheia. Por outro lado, o vendedor do trabalho aparece diante de seu comprador como força de trabalho alheia, que tem de se submeter a seu comando, incorporar-se a seu capital, para que este possa atuar realmente como capital produtivo. Assim, a relação de classe entre capitalista e assalariado já está dada, pressuposta, no momento em que os dois se confrontam na operação D-T (T-D, do lado do trabalhador). Ela é compra e venda, relação monetária, mas uma compra e venda em que o comprador é pressuposto como capitalista e o vendedor como trabalhador assalariado, e que se baseia no fato de as condições necessárias à realização da força de trabalho – meios de subsistência e meios de produção – estarem apartadas, como propriedade alheia, do possuidor dessa força de trabalho.

Não nos interessa aqui saber como se dá essa separação. Ela existe assim que se efetua a relação D-T. O que nos interessa é: se D-T aparece como uma função do capital monetário, ou o dinheiro como forma de existência do capital, isso não se dá de modo algum apenas porque o dinheiro atua, nesse caso, como meio de pagamento de uma atividade humana direcionada a um efeito útil, de um serviço – ou seja, não pela função do dinheiro como meio de pagamento. Se o dinheiro pode ser gasto nessa forma é somente porque a força de trabalho encontra-se separada de seus meios de produção (incluindo os meios de subsistência como meios de produção da própria força de trabalho) e porque essa separação só é

superada com a venda da força de trabalho ao detentor dos meios de produção; e que, portanto, ao comprador também pertence o emprego da força de trabalho, cujos limites não coincidem em absoluto com os limites da massa de trabalho necessária à reprodução de seu próprio preço. A relação de capital durante o processo de produção só surge porque ela já existe, em si mesma, no ato de circulação, nas diferentes condições econômicas fundamentais em que o comprador e o vendedor se defrontam um com o outro, em sua relação de classe. Não é o dinheiro que, pela própria natureza, engendra essa relação, mas, antes, é a existência dessa relação que pode transformar uma simples função do dinheiro numa função do capital.

Na concepção do capital monetário (este só nos interessa, por ora, no interior da função determinada em que ele se apresenta aqui) costumam ter lugar dois erros paralelos ou amalgamados. Primeiramente: as funções que o valor de capital exerce como capital monetário e que ele pode exercer precisamente por se encontrar na forma-dinheiro são erroneamente deduzidas de seu caráter de capital, ao passo que elas se devem apenas à condição de dinheiro do valor de capital, à sua forma de manifestação como dinheiro. E em segundo lugar, inversamente: o conteúdo específico da função de dinheiro, que faz dela ao mesmo tempo uma função do capital, é deduzido da natureza do dinheiro (confundindo-se, assim, dinheiro com capital), quando na realidade tal conteúdo pressupõe condições sociais – como, nesse caso, na operação D-T – que não estão de modo algum dadas na circulação simples de mercadorias e na correspondente circulação de dinheiro.

Também a compra e venda de escravos é, segundo sua forma, compra e venda de mercadorias. Mas sem a existência da escravidão, o dinheiro não poderia realizar essa função. É preciso que exista a escravidão para que o dinheiro possa ser investido na compra de escravos. Inversamente, a existência do dinheiro na mão do comprador não basta de modo algum para tornar possível a escravidão.

Que a venda da própria força de trabalho (sob a forma da venda do próprio trabalho ou do salário) se apresente não como manifestação

isolada, mas como premissa socialmente decisiva da produção de mercadorias, e que, portanto, o capital monetário realize numa escala social a função $D\text{-}M<^{T}_{Mp}$ aqui considerada, pressupõe processos históricos que decomponham a conexão originária entre os meios de produção e a força de trabalho; processos em consequência dos quais se confrontam, de um lado, a massa do povo, os trabalhadores, como não proprietários, e, de outro, os não trabalhadores, proprietários desses meios de produção. Aqui, não importa saber que forma apresentava essa conexão antes de sua decomposição, se o próprio trabalhador figurava como um meio de produção entre outros ou era o proprietário deles.

O fato que serve de base à operação $D\text{-}M<^{T}_{Mp}$ é, portanto, a distribuição, mas não a distribuição em sentido corrente, como distribuição de meios de consumo, e sim a distribuição dos elementos da própria produção, dos quais os fatores objetivos se concentram de um lado, e a força de trabalho, deles isolada, do outro.

Portanto, para que a operação D-T possa tornar-se um ato social geral, é preciso que os meios de produção, a parte objetiva do capital produtivo, já existam enquanto tais – isto é, como capital – diante do trabalhador.

Vimos anteriormente[f] que a produção capitalista, uma vez estabelecida, não apenas reproduz essa separação no transcurso de seu desenvolvimento, como a amplia cada vez mais, até transformá-la na situação social imperante. Entretanto, a questão apresenta ainda outro aspecto. Para que o capital possa se formar e se apoderar da produção, pressupõe-se certo grau de desenvolvimento do comércio e, portanto, também da circulação e da produção de mercadorias, pois nenhum artigo pode entrar em circulação como mercadoria enquanto não é produzido para a venda, isto é, como mercadoria. Mas a produção de mercadorias só aparece como o caráter normal, predominante da produção quando se estabelece sobre a base da produção capitalista.

Os proprietários fundiários russos – que hoje, em consequência da assim chamada emancipação dos camponeses[g], têm de empregar trabalhadores assalariados em vez de servos submetidos a trabalhos forçados – queixam-se de duas coisas: primeiro, da falta de capital

monetário. Dizem, por exemplo, que, antes de vender a colheita, precisam pagar uma grande quantidade de assalariados, o que provoca a escassez do elemento principal – o dinheiro corrente. Para que a produção se realize de modo capitalista, é preciso que o capital, na forma-dinheiro, esteja constantemente disponível para o pagamento do salário. Para isso, no entanto, os proprietários fundiários encontram um fácil consolo. Com o tempo, maduram as uvas e o capitalista industrial dispõe não apenas de seu próprio dinheiro, mas também *de l'argent des autres* [do dinheiro dos outros][h].

Mais característica, porém, é a segunda queixa: eles dizem que, embora possuam dinheiro, não conseguem encontrar em quantidade suficiente e no momento desejado as forças de trabalho que têm de ser compradas, uma vez que o trabalhador rural russo, em consequência da propriedade comunal da terra, ainda não está totalmente separado de seus meios de produção e, por isso, ainda não é um "assalariado livre" no sentido pleno da palavra[i]. Mas a existência de assalariados livres numa escala social é uma condição indispensável para que D-M, a transformação de dinheiro em mercadoria, possa ser concebida como transformação de capital monetário em capital produtivo.

É evidente, pois, que a fórmula que expressa o ciclo do capital monetário (D-M…P…M'-D') só vale como forma do ciclo do capital quando se baseia na produção capitalista já desenvolvida, pois pressupõe a existência da classe assalariada em escala social. A produção capitalista, como vimos, produz não apenas mercadoria e mais-valor, mas reproduz, e num volume cada vez maior, a classe dos trabalhadores assalariados, transformando a enorme maioria dos produtores diretos em assalariados. D-M…P…M'-D', tendo como premissa fundamental de seu movimento a existência constante da classe assalariada, pressupõe o capital na forma do capital produtivo e, desse modo, a forma do ciclo do capital produtivo.

## II. Segundo estágio. Função do capital produtivo

O ciclo do capital aqui considerado começa com o ato de circulação D-M,

a transformação de dinheiro em mercadoria, a compra. A circulação tem, portanto, de ser complementada pela metamorfose contrária M-D, a transformação de mercadoria em dinheiro, a venda. Mas o resultado imediato de D-M$<^{T}_{Mp}$ é a interrupção da circulação do valor de capital adiantado em forma-dinheiro. Com a transformação do capital monetário em capital produtivo, o valor de capital conservou uma forma natural, na qual ele não pode continuar a circular, mas tem de entrar no consumo, mais precisamente no consumo produtivo. O uso da força de trabalho, o trabalho, só pode ser realizado no processo de trabalho. O capitalista não pode revender o trabalhador como mercadoria, pois este não é seu escravo; ele comprou apenas a utilização de sua força de trabalho por tempo determinado. Por outro lado, ele só pode utilizar a força de trabalho fazendo com que esta empregue os meios de produção para criar mercadorias. O resultado do primeiro estágio é, assim, a entrada no segundo: o estágio produtivo do capital.

O movimento se apresenta como D-M$<^{T}_{Mp}$…P, os pontos indicando que a circulação do capital está interrompida, mas que seu processo cíclico avança ao sair da esfera da circulação de mercadorias para entrar na esfera da produção. Assim, o primeiro estágio, a transformação do capital monetário em capital produtivo, aparece apenas como precursor e fase introdutória do segundo estágio, da função do capital produtivo.

D-M$<^{T}_{Mp}$ pressupõe que o indivíduo que realiza esse ato não apenas dispõe de valores numa forma útil qualquer, mas também possui esses valores em forma-dinheiro, isto é, que ele é possuidor de dinheiro. Mas a operação consiste justamente no dispêndio do dinheiro, e alguém só pode permanecer como possuidor de dinheiro na medida em que o dinheiro retorna às suas mãos pela própria operação por meio da qual foi gasto. E como o dinheiro só pode refluir para ele por meio da venda de mercadorias, a operação pressupõe no possuidor de dinheiro a qualidade de produtor de mercadorias.

D-T. O trabalhador assalariado vive apenas da venda da força de trabalho. Sua subsistência – sua autossubsistência – requer o consumo diário. Seu pagamento tem, portanto, de ser repetido constantemente em

prazos relativamente curtos, para que ele possa repetir as compras necessárias para sua autossubsistência – a operação T-D-M ou M-D-M. Diante do trabalhador, o capitalista tem de atuar constantemente como capitalista monetário, e seu capital tem de confrontá-lo como capital monetário. Por outro lado, porém, para que a massa dos produtores diretos, os trabalhadores assalariados, possa realizar a operação T-D-M, é preciso que ela encontre constantemente os meios de subsistência em forma comprável, isto é, em forma de mercadorias. Essa situação requer um alto grau de circulação dos produtos como mercadorias e, portanto, do desenvolvimento da produção mercantil. Tão logo a produção por meio do trabalho assalariado esteja generalizada, a produção de mercadorias deve se tornar a forma geral da produção. Esta, uma vez que se torna geral, condiciona, por sua vez, uma divisão progressiva do trabalho social, isto é, uma especialização cada vez maior do produto criado como mercadoria por um determinado capitalista, uma cisão crescente de processos complementares de produção em processos independentes. No mesmo grau de D-T desenvolve-se, portanto, D-Mp; ou seja, a produção de meios de produção se dissocia da produção de mercadorias – das quais eles são os meios de produção – na mesma medida em que esses meios de produção aparecem a todo produtor de mercadorias como tantas outras mercadorias que ele não produz mas compra, tendo em vista seu processo determinado de produção. Elas derivam de ramos de produção totalmente separados desse processo, explorados de modo independente, e entram em seu ramo de produção como mercadorias, razão pela qual precisam ser compradas. As condições materiais da produção de mercadorias se apresentam, em grau cada vez maior, como produtos de outros produtores de mercadorias, isto é, como mercadorias. Da mesma forma, o capitalista tem de atuar como capitalista monetário; em outras palavras, aumenta a proporção em que seu capital tem de funcionar como capital monetário.

Por outro lado: as mesmas circunstâncias que produzem a condição fundamental da produção capitalista – a existência de uma classe de trabalhadores assalariados – exigem que toda produção de mercadorias se transforme em produção capitalista de mercadorias. À medida que esta

última se desenvolve, ela exerce um efeito destrutivo e dissolvente sobre todas as formas anteriores de produção, que, voltadas preferencialmente à satisfação das necessidades imediatas do produtor, só convertem em mercadoria as sobras do que foi produzido. Ela faz da venda do produto o interesse primordial, sem que, de início, isso pareça afetar o próprio modo de produção, o que, por exemplo, constituiu o primeiro efeito do comércio capitalista mundial sobre povos como o chinês, o indiano, o árabe etc. Em segundo lugar, porém, onde lança raízes, ela destrói todas as formas da produção de mercadorias baseadas seja no trabalho dos próprios produtores, seja meramente na venda dos produtos excedentes como mercadorias. Primeiramente ela universaliza a produção de mercadorias e, então, transforma gradualmente toda a produção de mercadorias em produção capitalista[3].

Quaisquer que sejam as formas sociais da produção, os trabalhadores e os meios de produção permanecem sempre como seus fatores constitutivos. Mas, enquanto se encontram separados uns dos outros, são fatores de produção apenas em potencial. Para que se produza efetivamente, precisam ser combinados. O modo particular dessa combinação distingue as diferentes épocas econômicas da estrutura social. No caso presente, a separação entre o trabalhador livre e seus meios de produção constitui o ponto de partida dado, e vimos[j] como e sob quais condições ambos são unificados na mão do capitalista – a saber, como modos produtivos de existência de seu capital. O processo efetivo no qual entram, assim reunidos, os elementos pessoais e materiais de criação de mercadorias, o processo de produção, torna-se ele mesmo uma função do capital – do processo capitalista de produção, cuja natureza foi estudada em detalhes no Livro I desta obra. Toda empresa de produção de mercadorias torna-se, ao mesmo tempo, empresa de exploração da força de trabalho, mas apenas a produção capitalista de mercadorias é um divisor de águas, um modo de exploração que, em seu desenvolvimento histórico e por meio da organização do processo de trabalho e do enorme progresso da técnica, revoluciona a estrutura econômica inteira da sociedade, deixando para trás todas as épocas anteriores.

Por meio dos diferentes papéis que, durante o processo de produção, desempenham na criação de valor e, portanto, também na criação de mais-valor, os meios de produção e a força de trabalho se diferenciam, como formas de existência do valor de capital adiantado, em capital constante e variável. Como diferentes partes constitutivas do capital produtivo, distinguem-se também pelo fato de que os primeiros, quando de posse do capitalista, permanecem como seu capital também fora do processo de produção, ao passo que, no interior deste, a força de trabalho se converte em forma de existência de um capital individual. Se a força de trabalho só é mercadoria nas mãos de seu vendedor, do trabalhador assalariado, ela só se torna capital, ao contrário, nas mãos de seu comprador, o capitalista, a quem cabe seu uso temporário. Os próprios meios de produção só se convertem em formas objetivas do capital produtivo, ou capital produtivo, a partir do momento em que neles pode ser incorporada a força de trabalho, como forma de existência pessoal desse capital. Portanto, os meios de produção não são capital por natureza, e tampouco o é a força de trabalho humana. Eles só assumem tal caráter social específico sob condições determinadas, historicamente desenvolvidas, assim como é apenas sob essas condições que o metal precioso assume o caráter de dinheiro, ou o dinheiro o caráter de capital monetário.

Em seu funcionamento, o capital produtivo consome suas próprias partes constitutivas, a fim de convertê-las numa massa de produtos de valor maior. Como a força de trabalho só atua como um de seus órgãos, também é fruto do capital a parcela de valor do produto gerada pelo mais trabalho e que excede o valor de seus elementos constitutivos. O mais-trabalho da força de trabalho é o trabalho gratuito do capital e cria para o capitalista um valor que não lhe custa equivalente algum. O produto é, por isso, não apenas mercadoria, mas mercadoria fertilizada [*befruchtete*] com mais-valor. Seu valor é = P + M, isto é, ao valor do capital produtivo P consumido em sua produção mais o mais-valor M por ele gerado. Suponhamos que essa mercadoria seja feita de 10.000 libras de fio, em cuja fabricação tenham sido consumidos meios de produção no valor de £372 e força de trabalho no valor de £50. Durante o processo de fiação, os

fiandeiros transferem para o fio o valor de £372 relativo aos meios de produção consumidos por seu trabalho e, ao mesmo tempo, um novo valor, digamos £128, correspondente ao trabalho empregado. As 10.000 libras de fio representam, assim, um valor de £500.

## III. Terceiro estágio. M’-D’

A mercadoria se torna *capital-mercadoria* [*Warenkapital*] como forma de existência funcional do valor de capital já valorizado e surgida diretamente do próprio processo de produção. Se a produção de mercadorias se efetuasse de modo capitalista em toda sua extensão social, toda mercadoria, seja ferro bruto ou rendas de Bruxelas, ácido sulfúrico ou charutos, seria, por sua natureza, um elemento de um mesmo capital-mercadoria. O problema de saber que tipos de coisas, dentro do exército das mercadorias, devem, por suas propriedades, ascender à posição de capital, e que tipos devem permanecer como mercadorias normais, de baixa patente, é um dos sofrimentos que a economia escolástica gosta de se autoinfligir.

Quando reveste a forma da mercadoria, o capital precisa exercer uma função de mercadoria. Os artigos que o formam, inerentemente produzidos para o mercado, têm de ser vendidos, convertidos em dinheiro; têm, portanto, de passar pelo processo M-D.

Suponhamos que a mercadoria do capitalista consista em 10.000 libras de fio de algodão. Se no processo de fiação foram consumidos meios de produção no valor de £372 e um novo valor de £128 foi criado, o fio terá um valor de £500, que se expressará num preço de mesma quantia. Esse preço é realizado mediante a venda M-D[k]. O que transforma numa função do capital esse simples procedimento de toda circulação de mercadorias? Não é nenhuma modificação ocorrida dentro dela, seja em relação a seu caráter de uso, pois a mercadoria passa ao comprador como objeto de uso, seja em relação a seu valor, pois este não sofre qualquer variação de grandeza, mas apenas uma variação de forma. Antes, ele existia como fio; agora, existe como dinheiro. Assim emerge uma diferença essencial entre o primeiro estágio, D-M, e o último, M-D. No primeiro, o dinheiro adiantado

funciona como capital monetário, pois, mediante a circulação, converte-se em mercadorias de valor de uso específico. No último, a mercadoria pode funcionar como capital na medida em que, antes de começar a circular, traz consigo esse caráter pronto do processo de produção. Durante o processo de fiação, os trabalhadores criaram um fio no valor de £128. Dessa soma, digamos que £50 representem para o capitalista apenas um equivalente de seu gasto em força de trabalho, e que £78 – com um grau de exploração da força de trabalho de 156% – constituam o mais-valor. Assim, o valor de 10.000 libras de fundo contém, primeiramente, o valor do capital produtivo consumido P, do qual a parte constante = £372, a variável = £50, sua soma = £422 = 8.440 libras de fio. O valor do capital produtivo P é, porém, = M, isto é, igual ao valor de seus elementos constitutivos, que no estágio D-M confrontam-se com o capitalista como mercadorias nas mãos de seus vendedores. Em segundo lugar, entretanto, o valor do fio contém um mais-valor de £78 = 1.560 libras de fio. M, como expressão de valor de 10.000 libras de fio, é, portanto, = M + ΔM, isto é, igual a M mais um incremento de M (= £78), que chamaremos de *m*, pois tal incremento existe na mesma forma-mercadoria que o valor original M. O valor de 10.000 libras de fio = £500 é, assim, = M + *m* = M'. O que faz com que M, a expressão de valor das 10.000 libras de fio, transforme-se em M', é não sua grandeza absoluta de valor (£500) – pois, como todas as outras M, isto é, como expressão de valor de uma quantidade qualquer de mercadorias, M é determinada pela grandeza do trabalho nela objetivado –, mas sua grandeza relativa de valor, sua grandeza de valor comparada com o valor do capital P consumido em sua produção. Esse valor está contido nela, acrescido do mais-valor fornecido pelo capital produtivo. Seu valor excede esse valor de capital, e esse excedente é o mais-valor *m*. As 10.000 libras de fio representam o valor de capital valorizado, enriquecido com um mais-valor, e o representam como produto do processo capitalista de produção. M' expressa uma relação de valor, a relação do valor do produto-mercadoria com o capital gasto em sua produção; expressa, portanto, seu valor total, constituído pelo valor de capital e pelo mais-valor. As 10.000 libras de fio são capital-mercadoria – M' – apenas como forma modificada do capital

produtivo P; portanto, apenas num contexto que, por ora, só existe no ciclo desse capital individual, ou para o capitalista que investe seu capital na produção de fio. É, por assim dizer, apenas uma relação interna, e não externa, que transforma as 10.000 libras de fio em portadoras de valor para o capital-mercadoria; sua marca capitalista está não na grandeza absoluta de seu valor, mas em sua grandeza relativa, em sua grandeza de valor comparada com aquela que o capital produtivo nela contido possuía antes de se ter convertido em mercadoria. Assim, se 10.000 libras de fio fossem vendidas pelo seu valor de £500, esse ato de circulação, considerado em si mesmo, seria = M-D, isto é, igual à mera conversão de um valor invariável da forma-mercadoria em forma-dinheiro. Porém, como estágio particular no ciclo de um capital individual, esse mesmo ato é a realização do valor de capital de £422, incorporado na mercadoria, acrescido do mais-valor de £78 que se lhe acrescenta; é, portanto, M'-D', transformação do capital-mercadoria de sua forma-mercadoria em forma-dinheiro[4].

A função de M' é, agora, a função de todo produto-mercadoria: converter-se em dinheiro, ser vendida, percorrer a fase de circulação M-D. Enquanto o capital já valorizado conserva-se em sua forma do capital-mercadoria, permanecendo imóvel no mercado, o processo de produção fica paralisado. O capital não atua nem como criador de produtos, nem como criador de valor. A depender da rapidez com que o capital abandone sua forma-mercadoria e assuma sua forma-dinheiro, ou seja, de acordo com a celeridade da venda, o mesmo valor de capital atuará, num grau muito desigual, como criador de produto e de valor e aumentará ou diminuirá a escala da reprodução. No Livro I mostramos que o grau de ação de tal capital depende de potências do processo de produção, as quais, até certo ponto, são independentes de sua própria grandeza de valor[I]. Aqui vemos que o processo de circulação põe em movimento novas potências de seu grau de eficiência, de sua expansão e contração, potências que são independentes da grandeza de valor do capital.

A massa de mercadorias M', como portadora do capital valorizado, tem, além disso, de passar pela metamorfose M'-D' em toda sua extensão. A quantidade do que é vendido é, aqui, um elemento essencial. A mercadoria

isolada figura apenas como parte integrante da massa total de mercadorias. As £500 existem em 10.000 libras de fio. Se o capitalista consegue vender apenas 7.440 libras ao seu valor de £372, ele não faz mais do que repor o valor de seu capital constante, o valor dos meios de produção gastos; se vende 8.440 libras, ele só repõe o valor do capital total adiantado. Para realizar o mais-valor, precisa vender mais, e se quer realizar o mais-valor total de £78 (= 1.560 libras de fio) tem de vender todas as 10.000 libras de fio. Em £500 de dinheiro ele obtém, portanto, apenas um equivalente da mercadoria vendida; sua transação no interior da circulação é mero M-D. Se, em vez de £50, tivesse pagado £64 de salário a seus trabalhadores, seu mais-valor seria de apenas £64, em vez de £78, e o grau de exploração seria de apenas 100%, e não de 156%. Mas o valor de seu fio continuaria invariável, e apenas a proporção entre suas diferentes partes seria outra; o ato de circulação M-D continuaria a ser a venda de 10.000 libras de fio por £500, isto é, por seu valor.

M’ = M + $m$ (= £422 + £78). M é igual ao valor de P, ou do capital produtivo, e este é igual ao valor de D que foi adiantado em D-M, na compra dos elementos de produção; em nosso exemplo, = £422. Se a massa de mercadorias é vendida por seu valor, então M = £422 e $m$ = £78, isto é, ao valor do mais-produto de 1.560 libras de fio. Se chamarmos $m$, expresso em dinheiro, de $d$, teremos M’-D’ = (M + $m$) – (D + $d$), e o ciclo D-M…P…M’-D’ em sua forma explícita, portanto, D-M$<^{T}_{Mp}$…P…(M + $m$) – (D + $d$).

No primeiro estágio, o capitalista retira artigos úteis do mercado de mercadorias em sentido estrito e do mercado de trabalho; no terceiro, repõe mercadorias, mas apenas *num* mercado, o de mercadorias em sentido estrito. Mas quando, por meio de sua mercadoria, ele volta a retirar do mercado um valor maior do que o que nele inicialmente colocou, é apenas porque no mercado ele lança, em mercadorias, um valor maior do que originalmente lhe subtraiu. Ele lançou no mercado o valor D, e dele retirou o valor equivalente M; ele lança M + $m$ e retira o valor equivalente D + $d$. Em nosso exemplo, D era igual ao valor de 8.440 libras de fundo; mas ele lança 10.000 libras no mercado, isto é, coloca nele um valor maior do que

o que dele retirou. Por outro lado, ele só lançou esse valor aumentado porque, no processo de produção, produziu mais-valor (como parte alíquota do produto, expressa em mais-produto) por meio da exploração da força de trabalho. Apenas como produto desse processo a massa de mercadorias se transforma em capital-mercadoria, portador do valor de capital valorizado. Ao completar-se o ato de M'-D', realiza-se tanto o valor de capital adiantado quanto o mais-valor. A realização de ambos se dá na sequência de vendas ou na venda, de um só golpe, da massa inteira de mercadorias expressa por M'-D'. Mas o mesmo ato de circulação M'-D' é diferente para o valor de capital e o mais-valor, porquanto expressa, para cada um deles, um estágio diferente de sua circulação, uma fase distinta na série de metamorfoses que devem percorrer no interior da circulação. O mais-valor *m* veio ao mundo no interior do processo de produção. Portanto, aparece pela primeira vez no mercado de mercadorias e, mais precisamente, na forma-mercadoria; esta é sua primeira forma de circulação e, por conseguinte, também o ato *m-d* é seu primeiro ato de circulação ou sua primeira metamorfose, que ainda precisa ser completada pelo ato de circulação contrário ou pela metamorfose inversa *d-m*[5].

Outra coisa é o que acontece com a circulação, que o valor de capital M realiza no mesmo ato de circulação M'-D', que, para ele, é o ato de circulação M-D, no qual M = P, igual ao D inicialmente desembolsado. Ele realizou seu primeiro ato de circulação como D, como capital monetário, e retorna à mesma forma mediante o ato M-D; percorreu, portanto, as duas fases contrárias da circulação 1) D-M e 2) M-D e encontra-se novamente na forma em que pode começar de novo o mesmo processo cíclico. O que para o mais-valor é a primeira transmutação da forma-mercadoria em forma-dinheiro para o valor de capital é o retorno ou a reconversão a sua forma-dinheiro original.

Por meio de $D\text{-}M<^{T}_{Mp}$, o capital monetário foi convertido numa quantidade de mercadorias de mesmo valor, T e Mp. Essas mercadorias não voltam a funcionar como mercadorias, como artigos a venda. Seu valor existe agora na mão de seu comprador, o capitalista, como valor de seu capital produtivo P. E na função de P, do consumo produtivo, são

transformadas num tipo de mercadoria materialmente diferente dos meios de produção, no fio, no qual seu valor é não apenas conservado, mas aumentado, de £422 para £500. Mediante essa metamorfose real, as mercadorias retiradas do mercado no primeiro estágio D-M são substituídas por uma mercadoria material e valorativamente diferente, que agora funciona como mercadoria e tem, portanto, de ser realizada e vendida. O processo de produção aparece, assim, apenas como uma interrupção do processo de circulação do valor de capital, que até o momento só percorreu sua primeira fase D-M. Ele percorre a segunda e conclusiva fase M-D depois de M ter sido modificada em sua matéria e seu valor. Porém, quando se considera o valor de capital em si mesmo, vê-se que ele sofreu apenas uma alteração de sua forma de uso no processo de produção. Ele existia como £422 em T e Mp, e agora existe como £422 que expressam o valor de 8.440 libras de fio. Portanto, se observamos apenas as duas fases do processo de circulação do valor de capital – este último pensado separadamente de seu mais-valor –, vemos que o processo de circulação percorre 1) D-M e 2) M-D, sendo que o segundo M é uma forma de uso diferente, mas tem o mesmo valor do primeiro M; portanto, ele percorre D-M-D, uma forma de circulação que, por meio da dupla mudança de posição da mercadoria em sentido contrário – transformação de dinheiro em mercadoria, transformação de mercadoria em dinheiro –, condiciona necessariamente o retorno do valor adiantado como dinheiro a sua forma-dinheiro, isto é, sua reconversão a dinheiro.

O mesmo ato de circulação M'-D', a segunda e conclusiva metamorfose do valor de capital adiantado em dinheiro, seu retorno à forma-dinheiro, é, para o mais-valor também contido no capital monetário e realizado mediante sua transformação em forma-dinheiro, a primeira metamorfose, a conversão de sua forma-mercadoria em forma-dinheiro, M-D, a primeira fase da circulação.

Há aqui, portanto, dois aspectos a ressaltar. Primeiro: a reconversão conclusiva do valor de capital a sua forma-dinheiro original é uma função do capital-mercadoria. Segundo: essa função inclui a primeira transmutação da forma do mais-valor de sua forma-mercadoria original em forma-

dinheiro. A forma-dinheiro desempenha aqui, portanto, um duplo papel; por um lado, é a forma retomada de um valor originalmente adiantado em dinheiro, logo, o retorno à forma-valor que dá início ao processo; por outro, é a primeira forma transmutada de um valor que entra originalmente na circulação da forma da mercadoria. Se as mercadorias, que constituem o capital-mercadoria, são vendidas pelo seu valor, como aqui é pressuposto, então M + *m* se transforma no equivalente; nessa forma D + *d* (£422 + £78 = £500), o capital-mercadoria realizado existe agora na mão do capitalista. O valor de capital e o mais-valor existem, agora, como dinheiro, portanto, na forma de equivalente universal.

No fim do processo o valor de capital encontra-se novamente na mesma forma na qual entrou, e pode, então, voltar a atuar e a circular como capital monetário. Justamente porque a forma inicial e final do processo é a do capital monetário (D), chamamos de ciclo do capital monetário a essa forma do processo cíclico. O que se modifica, no fim, é não a forma, mas apenas a grandeza do valor adiantado.

D + *d* não é nada além de uma quantia de dinheiro de determinada grandeza – no caso, £500. Mas como resultado do circuito do capital, como capital-mercadoria realizado, essa quantia *d* dinheiro contém o valor de capital e o mais-valor; e aqui estes aparecem não mais mesclados, como no fio, mas um ao lado do outro. Sua realização deu a cada um deles uma forma-dinheiro independente: $^{211}/_{250}$ do total representam o valor de capital, £422, e $^{39}/_{250}$ o mais-valor de £78. Essa separação obtida mediante a realização do capital-mercadoria não tem apenas o conteúdo formal de que falaremos mais adiante; ela se torna importante no processo de reprodução do capital, conforme *d* se converta total ou parcialmente em D, ou não se converta; portanto, continue ele a funcionar como componente do valor de capital adiantado ou não. É também possível que *d* e D percorram processos de circulação completamente distintos.

Em D’ o capital retornou a sua forma original D, a sua forma-dinheiro; mas numa forma em que ele é realizado como capital.

Em primeiro lugar, há aí uma diferença quantitativa. Ele era D, £422; agora é D’, £500, e essa diferença é expressa em D…D’, nos extremos

quantitativamente diferentes do ciclo, cujo próprio movimento só é indicado pelos pontos "…". D' é > D, D' - D = M, ao mais-valor. Porém, como resultado desse ciclo D…D' existe agora apenas D', o produto no qual se extingue seu processo de formação. D' existe agora de modo autônomo, para si, independentemente do processo que o originou. Esse processo deixou de existir, e D' ocupa então seu lugar.

Mas D' como D + *d*, £500, como £422 de capital adiantado mais um incremento de £78, representa, ao mesmo tempo, uma relação qualitativa, embora esta exista apenas como relação entre as partes de uma quantia de mesma denominação, ou seja, como relação quantitativa. D, como capital adiantado que retornou à sua forma original (£422), existe agora como capital realizado. Ele não apenas se conservou como também se realizou como capital, distinguindo-se como tal de *d* (£78), que aparece para ele como *seu* produto, *seu* fruto, um incremento gerado por ele mesmo. Ele está realizado como capital por se ter realizado como valor que gerou outro valor. D' existe como relação do capital; D não aparece mais como mero dinheiro, mas funciona expressamente como capital monetário, expresso como valor que se valorizou e que, portanto, possui também a propriedade de se valorizar, de criar mais valor do que o que ele mesmo tem. D funciona como capital por sua relação com outra parte de D', com a qual se relaciona como com algo posto por ele, como um efeito do qual ele é a causa, como uma consequência da qual ele é o fundamento. Assim, D' aparece como quantia de valor diferenciada em si mesma, que se diferencia funcionalmente (conceitualmente) em si mesma e que expressa a relação de capital.

Mas isso é expresso apenas como resultado, sem a mediação do processo do qual ele resulta.

Como tais, as partes de valor não se diferenciam qualitativamente umas das outras, exceto quando se apresentam como valores de artigos diversos, de coisas concretas, sob diversas formas úteis e, por conseguinte, como valores de mercadorias distintas – uma diferença que não brota delas mesmas como meras partes de valor. No dinheiro, toda distinção entre as mercadorias é apagada porque ele é justamente a forma equivalente comum

a todas elas. Uma soma de dinheiro de £500 consiste em muitos elementos iguais de £1. E como na existência simples dessa soma de dinheiro se apaga a mediação de sua origem e desaparece todo rastro da diferença específica que as diversas partes constitutivas do capital possuem no processo de produção, a diferença existe apenas na forma conceitual de uma soma principal (em inglês: *principal*) = ao capital adiantado de £422 e uma quantia adicional de £78. Suponhamos D’ = £110, das quais 100 = D, a soma principal, e 10 = M, o mais-valor. Entre as duas partes constitutivas da quantia de £110 reina uma absoluta identidade, portanto, uma indiferenciação conceitual. £10, não importa quais, serão sempre 1/11 da soma total de £110, sejam elas 1/10 da soma principal de £110 que foi adiantada ou o excedente de £10 sobre essa soma. A soma principal e a soma excedente – capital e soma adicional – podem, portanto, ser expressas como frações da soma total; em nosso exemplo, 10/11 constituem a soma principal ou o capital, e 1/11 a soma adicional. Temos, assim, a expressão sem conceito [*begriffslose*][m] da relação de capital, sob cuja forma o capital realizado aparece em sua expressão monetária.

Certamente, isso vale também para M’ (= M + *m*). Mas com a diferença de que M’, em que M e *m* são apenas partes proporcionais de valor da mesma massa homogênea de mercadorias, remete a sua origem P, da qual é o produto imediato, ao passo que em D’, forma derivada diretamente da circulação, desapareceu toda relação direta com P.

A diferença sem-conceito entre a soma principal e a soma adicional contida em D’, ao passo que este expressa o resultado do movimento D… D’, desaparece assim que D’ volta a funcionar ativamente como capital monetário, ou seja, quando ele não é imobilizado como expressão monetária do capital industrial valorizado. O ciclo do capital monetário jamais pode começar com D’ (embora D’ agora funcione como D), mas apenas com D; isto é, jamais como expressão da relação de capital, mas somente como forma adicional do valor de capital. Quando as £500 são novamente desembolsadas como capital, a fim de se valorizar de novo, elas são ponto de partida, não ponto de retorno. Em vez de um capital de £422, agora é adiantado um capital de £500, mais dinheiro do que antes, mais

valor de capital, mas a relação entre as duas partes integrantes desaparece, exatamente do mesmo modo como, anteriormente, as £500 poderiam ter funcionado como capital, em vez das £422.

Representar-se como D' não é uma função ativa do capital monetário; sua representação própria com o D' é, antes, uma função de M'. Já na circulação simples de mercadorias, 1) M1-D, 2) D-M2, D só funciona ativamente na segunda operação D-M2; sua representação como D é apenas resultado da primeira operação, por força da qual se apresenta como forma transformada de M1. Certamente, a relação de capital contida em D', a relação de uma de suas partes como valor de capital com a outra como seu incremento de valor, adquire um significado funcional a partir do momento em que, pela repetição constante do ciclo D…D', D' se cinde em duas circulações: a circulação de capital e a circulação de mais-valor, ou seja, a partir do momento em que as duas partes, D e D', realizam funções diferentes, não apenas em termos quantitativos, mas também qualitativamente. Considerada em si mesma, porém, a forma D…D' não inclui o consumo do capitalista, mas apenas a autovalorização e a acumulação do capital, na medida em que esta última se expressa, por ora, no crescimento periódico do capital monetário que é sempre desembolsado de novo.

Embora forma sem-conceito [*begriffslose*] do capital, D' = D + *d* é apenas, ao mesmo tempo, o capital-dinheiro em sua forma realizada, como dinheiro que gerou dinheiro. Aqui, no entanto, ele deve ser diferenciado da função do capital monetário no primeiro estágio $D\text{-}M<^{T}_{Mp}$. Nesse estágio, D circula como dinheiro. Ele funciona como capital monetário porque só em seu estado de dinheiro pode exercer uma função de dinheiro, investir-se nos elementos de P, em T e Mp, que se confrontam com ele como mercadorias. Nesse ato de circulação, ele funciona apenas como dinheiro; mas, porque esse ato é o primeiro estágio do valor de capital circulante, simultaneamente ele é função do capital monetário, graças à forma específica de uso das mercadorias T e Mp, que são compradas. Ao contrário, D', formado por D, o valor de capital, e *d*, o mais-valor gerado por este último, expressa o valor de capital valorizado, a finalidade e o

resultado, a função do processo cíclico inteiro do capital. Que ele expressa esse resultado em forma-dinheiro, como capital monetário realizado, resulta não do fato de ser a forma-dinheiro do capital, capital *monetário*, mas, ao contrário, de ser *capital* monetário, capital em forma-dinheiro, do fato de o capital ter iniciado o processo sob essa forma, de ter sido desembolsado em forma-dinheiro. A reconversão à forma-dinheiro é uma função do capital-mercadoria M', como vemos, e não o capital monetário. Mas no que diz respeito à diferença entre D' e D, ela ($d$) é somente a forma-dinheiro de $m$, o incremento de M; D' é apenas = D + $d$ porque M' era = M + $m$. Em M', portanto, a diferença e a relação entre o valor de capital e o mais-valor por ele criado já está presente e se expressa antes que ambos se transformem em D', ou seja, numa soma de dinheiro na qual as duas partes de valor se confrontam de modo independente e podem, por isso, ser empregadas em funções independentes e distintas entre si.

D' é apenas o resultado da realização de M'. Ambos, M' e D', são apenas formas distintas, forma-mercadoria e forma-dinheiro, do valor de capital valorizado; têm em comum o fato de serem valor de capital valorizado. São capital realizado porque aqui o valor de capital existe como tal acompanhado do mais-valor, fruto distinto dele e por ele conservado, embora a relação só seja expressa na forma sem-conceito da relação entre duas partes de uma soma de dinheiro ou de um valor de mercadorias. Mas como expressão do capital em relação e em diferença com o mais-valor por ele gerado, ou seja, como expressão do valor valorizado, D' e M' são iguais e expressam a mesma coisa, apenas sob formas diferentes; não se diferenciam como capital monetário e capital-mercadoria, mas como dinheiro e mercadoria. Na medida em que representam o valor valorizado, capital empregado pelo capital, eles expressam apenas o resultado da função do capital produtivo, da única função na qual o valor de capital cria valor. O que têm em comum é o fato de serem ambos, capital monetário e capital-mercadoria, modos de existência do capital. Um é capital em forma-dinheiro, o outro em forma-mercadoria. Portanto, as funções específicas que os distinguem não podem ser senão as diferenças entre a função do dinheiro e a função da

mercadoria. O capital-mercadoria, como produto direto do processo de produção capitalista, recorda sua origem e por isso, em sua forma, é mais racional e menos sem-conceito que o capital monetário, no qual todo rastro desse processo está apagado, uma vez que toda forma particular de uso da mercadoria geralmente se apaga no dinheiro. Assim, onde D' funciona como capital-mercadoria, onde ele é produto imediato de um processo de produção e não forma transformada desse produto, apenas aí desaparece sua forma bizarra – portanto, na produção do próprio material-dinheiro. Para a produção de ouro, por exemplo, a fórmula seria: $D\text{-}M<^{T}_{Mp}\ldots P\ldots D'$ ($D + d$), em que D' figura como produto-mercadoria, porquanto P fornece mais ouro do que o que fora desembolsado nos elementos de produção do ouro no primeiro D, o capital monetário. Aqui, portanto, desaparece o caráter irracional da expressão D…D' (D + *d*), na qual parte de uma soma de dinheiro aparece como mãe de outra parte da mesma soma de dinheiro.

## IV. O ciclo em seu conjunto[n]

Vimos que o processo de circulação, depois de percorrida sua primeira fase $D\text{-}M<^{T}_{Mp}$, é interrompido por P, em que as mercadorias T e Mp, compradas no mercado, são consumidas como componentes materiais e de valor do capital produtivo; o produto desse consumo é uma nova mercadoria, M', material e valorativamente modificada. O processo de circulação interrompido, D-M, tem de ser completado por M-D. Porém, como portador dessa segunda e conclusiva fase da circulação, surge M', uma mercadoria material e valorativamente distinta da primeira M. A série da circulação se apresenta, portanto, como 1) D-M1, 2) M'2-D', em que, na segunda fase, a primeira mercadoria M1 é substituída por outra mercadoria, M'2, de valor maior e de forma distinta de uso durante a interrupção determinada pela função de P, ou seja, da produção de M' a partir dos elementos de M, as formas de existência do capital produtivo P. Ao contrário, a primeira forma de manifestação em que o capital se nos apresentou (Livro I, cap. 4, 1[o]), D-M-D' (decomposta do seguinte modo: 1) D-M1; 2) M1-D') mostra a mesma mercadoria duas vezes. Ele é, nas

duas vezes, a mesma mercadoria, na qual o dinheiro se converte na primeira fase e volta a se converter em mais dinheiro na segunda fase. Apesar dessa distinção essencial, ambas as circulações têm em comum o fato de que, em sua primeira fase, o dinheiro se transforma em mercadoria e, na segunda fase, a mercadoria em dinheiro, de modo que o dinheiro gasto na primeira fase volta a circular na segunda. Por um lado, elas têm em comum esse refluxo do dinheiro a seu ponto de partida; por outro, o excedente do dinheiro que reflui sobre aquele originalmente adiantado. Nesse sentido, a fórmula D-M…M'-D' também está contida na fórmula geral D-M-D'.

Aqui resulta, ademais, que nas duas metamorfoses que ocorrem na circulação, D-M e M'-D', confrontam-se e substituem-se mutuamente valores de mesma grandeza e que existem simultaneamente. A alteração de valor pertence exclusivamente à metamorfose P, ao processo de produção, que assim aparece como metamorfose real do capital, diante das metamorfoses meramente formais da circulação.

Consideremos, agora, o movimento D-M…P…M'-D' em seu conjunto, ou sua forma explícita D-M$<^{T}_{Mp}$…P…M' (M + *m*) – D' (D + *d*). O capital aparece aqui como um valor que percorre uma sequência de transformações coerentes e condicionadas umas pelas outras, uma série de metamorfoses, que constituem tantas outras fases ou estágios de um processo total. Duas dessas fases pertencem à esfera da circulação e uma, à da produção. Em cada uma dessas fases encontra-se o valor de capital sob uma forma diferente, que corresponde a uma função distinta, especial. No interior desse movimento, o valor adiantado não apenas se conserva, mas cresce, aumenta sua grandeza. Por fim, no estágio conclusivo, volta à mesma forma na qual apareceu no início do processo. Esse processo, em seu conjunto, é, portanto, um processo cíclico.

As duas formas que o valor de capital assume no interior de seus estágios de circulação são a de *capital monetário* e *capital-mercadoria*; sua forma própria ao estágio da produção é a de *capital produtivo*. O capital, que no percurso de seu ciclo total assume e abandona de novo essas formas, cumprindo em cada uma delas sua função correspondente, é o *capital industrial* – industrial, aqui, no sentido de que ele abrange todo

ramo de produção explorado de modo capitalista.

Capital monetário, capital-mercadoria e capital produtivo não designam aqui, portanto, tipos autônomos de capital, cujas funções constituam o conteúdo de ramos de negócio igualmente autônomos e separados entre si. Designam, nesse caso, apenas formas funcionais específicas do capital industrial, formas que este assume uma após a outra[p].

O ciclo do capital só se desenrola normalmente enquanto suas distintas fases se sucedem sem interrupção. Se o capital estaciona na segunda fase D-M, o capital monetário se enrijece como tesouro; se estaciona na fase da produção, tem-se, de um lado, que os meios de produção restam desprovidos de qualquer função e, de outro, que a força de trabalho permanece ociosa; se estaciona na última fase M'-D', as mercadorias não vendidas e acumuladas bloqueiam o fluxo da circulação.

Por outro lado, é natural que o próprio ciclo se encarregue de imobilizar o capital, por certo tempo, nas fases singulares do processo. Em cada uma de suas fases o capital industrial está vinculado a uma determinada forma, como capital monetário, capital produtivo, capital-mercadoria. É apenas depois de ter cumprido a função correspondente a cada uma dessas formas que ele assume aquela em que pode iniciar uma nova fase de transformação. Para esclarecer isso, tomamos por pressuposto, em nosso exemplo, que o valor de capital da massa de mercadorias criada no estágio da produção é igual à soma total do valor inteiro adiantado originalmente como dinheiro – em outras palavras, que a soma total do valor de capital adiantada como dinheiro passa de um só golpe de cada estágio ao seguinte. Vimos, porém (Livro I, cap. 4), que uma parte do capital constante, os meios de trabalho propriamente ditos (por exemplo, máquinas), serve de maneira sempre renovada num número maior ou menor de repetições dos mesmos processos de produção e, por isso, transfere seu valor ao produto apenas de modo fragmentado. Em que medida essa circunstância modifica o processo cíclico do capital é algo que veremos mais adiante. Basta, neste ponto, o seguinte: em nosso exemplo, o valor do capital produtivo = £422 incluía somente o desgaste médio dos edifícios fabris, da maquinaria etc.; portanto, apenas a parte de valor que, na

transformação de 10.600 libras de algodão em 10.000 libras de fio, esses meios de trabalho transferem a este último, o produto de um processo semanal de fiação de 60 horas. Nos meios de produção, em que foi transformado o capital constante de £372 adiantado, também figuravam, portanto, os meios de trabalho, os edifícios, a maquinaria etc., como se tivessem sido alugados no mercado por uma quantia semanal. Mas isso não altera em absolutamente nada a questão. Para que o valor inteiro dos meios de trabalho comprados e consumidos durante esse tempo seja transferido ao produto, não precisamos mais do que multiplicar a quantidade de 10.000 libras de fio produzida na semana pelo número de semanas que formam uma determinada série de anos. Fica claro, então, que o capital monetário não faz mais do que se transformar nesse meio, isto é, precisa sair do estágio D-M antes de poder funcionar como capital produtivo P. Igualmente claro, em nosso exemplo, é o fato de que a soma de valor de capital de £422 incorporada no fio durante o processo de produção não pode entrar na fase de circulação M-D' como componente de valor das 10.000 libras de fio antes que o produto esteja terminado. O fio não pode ser vendido antes de ter sido fiado.

Na fórmula geral, o produto de P é considerado uma coisa material diferente do capital produtivo, um objeto que possui existência separada do processo de produção, uma forma útil diferente da dos elementos de produção. E assim ocorre sempre que o resultado do processo de produção aparece como coisa, mesmo quando uma parte do produto volta a entrar como elemento na nova produção. Então, o cereal serve de semente para sua própria produção; mas o produto é exclusivamente o cereal, e tem, portanto, uma forma diferente da dos outros elementos empregados: a força de trabalho, os instrumentos, o adubo. Há, no entanto, ramos autônomos da indústria em que o produto do processo de produção não é um objeto novo, uma mercadoria. Dentre esses ramos, o único economicamente importante é a indústria das comunicações, seja ela a indústria do transporte (de mercadorias e de pessoas), seja a da mera transferência de informações, cartas, telegramas etc.

Sobre isso, diz A. Tchuprov[6]:

> "O fabricante pode primeiro produzir artigos, e depois procurar consumidores para eles" {seu produto, tão logo deixa o processo de produção como produto acabado, entra na circulação como uma mercadoria separada daquele}. "A produção e o consumo aparecem, assim, como dois atos separados no espaço e no tempo. Na indústria dos transportes, que não cria quaisquer produtos novos, mas apenas traslada homens e coisas, esses dois atos se confundem; os serviços" {as mudanças de lugar} "têm de ser consumidos no mesmo instante em que são produzidos. Por isso, o raio dentro do qual as ferrovias podem buscar clientes se estende, no máximo, a 50 verstas" {53 km} "de ambos os lados."

O resultado – transportem-se homens ou mercadorias – é sua existência espacial modificada, por exemplo, que o fio se encontre agora na Índia, e não na Inglaterra, onde foi produzido.

Mas o que a indústria dos transportes vende é o próprio deslocamento de lugar. O efeito útil obtido é indissoluvelmente vinculado ao processo de transporte, isto é, ao processo de produção da indústria dos transportes. Homens e mercadorias viajam num meio de transporte, e sua viagem, seu movimento espacial, é justamente o processo de produção efetuado. O efeito útil só pode ser consumido durante o processo de produção; ele não existe como uma coisa útil diferente desse processo, como algo que só funciona como artigo comercial, só circula como mercadoria depois de ter sido produzido. Mas o valor de troca desse efeito útil é determinado, como o de toda e qualquer mercadoria, pelo valor dos elementos de produção nele consumidos (força de trabalho e meios de produção) acrescido do mais-valor criado pelo mais-trabalho dos trabalhadores ocupados na indústria dos transportes. Também em relação a seu consumo, esse efeito útil se comporta do mesmo modo que as outras mercadorias. Se consumido individualmente, seu valor desaparece com o consumo; se consumido produtivamente, de modo que ele mesmo constitua um estágio da produção da mercadoria transportada, seu valor é transferido à própria mercadoria como valor adicional. A fórmula para a indústria dos transportes seria, portanto, $D\text{-}M<^{T}_{Mp}$ … P-D', já que aqui se paga o próprio processo de produção, e não um produto dele separado. Sua forma é, assim, quase a mesma da fórmula da produção dos metais preciosos, com a única diferença de que D' é aqui a forma modificada do efeito útil engendrado durante o processo de produção, e não a forma natural do ouro ou da prata

engendrados durante esse processo e dele expelidos.

O capital industrial é o único modo de existência do capital em que este último tem como função não apenas a apropriação de mais-valor ou de mais-produto, mas também sua criação. Esse capital condiciona, portanto, o caráter capitalista da produção; sua existência inclui a existência da oposição de classes entre capitalistas e trabalhadores assalariados. À medida que o capital se apodera da produção social, a técnica e a organização social do processo de trabalho são revolucionados e, com isso, o tipo histórico-econômico da sociedade. Os outros tipos de capital, surgidos antes dele em condições sociais de produção pretéritas ou em declínio, não apenas se subordinam a ele e são por ele modificadas no mecanismo de suas funções, mas se movem exclusivamente com base nele e, portanto, vivem e morrem, mantêm-se e desaparecem com essa sua base. O capital monetário e o capital-mercadoria, na medida em que aparecem investidos da função de agentes de um ramo próprio de negócios ao lado do capital industrial, são apenas modos de existência – autonomizados e unilateralizados pela divisão social do trabalho – das diferentes formas funcionais que o capital industrial ora assume, ora abandona no interior da esfera da circulação.

O ciclo D…D’ se entrelaça, por um lado, com a circulação geral de mercadorias: sai dela, entra nela e constitui uma parte dela. Por outro lado, ele constitui, para o capitalista individual, um movimento próprio e independente do valor de capital, movimento que em parte realiza-se dentro da circulação geral de mercadorias e, em parte, fora dela, mas que conserva sempre seu caráter independente. Em primeiro lugar, porque suas duas fases localizadas na esfera da circulação, D-M e M’-D’, possuem características funcionalmente determinadas como fases do movimento do capital: em D-M, M é materialmente determinada como força de trabalho e meios de produção; em M’-D’, realiza-se o valor de capital + mais-valor. Em segundo lugar, P, o processo de produção, abarca o consumo produtivo. Em terceiro lugar, o retorno do dinheiro a seu ponto de partida transforma o movimento D…D’ num movimento cíclico que se fecha em si mesmo.

Por um lado, portanto, todo capital individual constitui, em suas duas

metades da circulação, D-M e M'-D', um agente da circulação geral de mercadorias, na qual ele funciona ou com a qual se encadeia, seja como dinheiro, seja como mercadoria, convertendo-se assim num elo da série geral de metamorfoses do mundo das mercadorias. Por outro lado, ele percorre, no interior da circulação geral, seu próprio ciclo independente, em que a esfera da produção constitui um estágio transitório e em que o capital individual retorna a seu ponto de partida da mesma forma que dele saiu. Dentro de seu próprio ciclo, que inclui sua metamorfose real no processo de produção, ele modifica, ao mesmo tempo, sua grandeza. Ele retorna não apenas como valor monetário, mas como valor monetário aumentado, acrescido.

Por fim, se examinamos a fórmula D-M…P…M'-D' como forma especial do processo cíclico do capital ao lado das outras formas a serem examinadas mais adiante, vemos que ela se caracteriza pelo seguinte:

1. Surge como *ciclo do capital monetário*, pois o capital industrial, em sua forma-dinheiro, como capital monetário, constitui tanto o ponto de partida como o ponto de retorno de seu processo total. A própria fórmula expressa que o dinheiro não é gasto como dinheiro, mas apenas adiantado, ou seja, é somente a forma-dinheiro do capital, capital monetário. Ela significa, além disso, que é o valor de troca, e não o valor de uso, que constitui a finalidade própria do movimento. É justamente porque a forma-dinheiro do valor constitui sua forma de manifestação independente e palpável que a forma de circulação D…D', cujo ponto de partida e de chegada é o dinheiro efetivo, o ato de fazer dinheiro, expressa do modo mais palpável a mola propulsora da produção capitalista. O processo de produção aparece apenas como inevitável elo intermediário, um mal necessário ao ato de fazer dinheiro. {Por isso, todas as nações em que impera o modo de produção capitalista são periodicamente tomadas pela ilusão de querer fazer dinheiro sem a mediação do processo de produção.}

2. O estágio da produção, a função de P, constitui nesse ciclo a interrupção das duas fases da circulação D-M…M'-D', que, por sua vez, não é mais do que a mediação da circulação simples D-M-D'. O processo de produção aparece na forma do próprio processo cíclico, formal e

expressamente, como aquilo que ele é no modo de produção capitalista: um simples meio para a valorização do valor adiantado, o que significa dizer que o objetivo último da produção é o enriquecimento.

3. Porque a sequência das fases é iniciada com D-M, o segundo elo da circulação é M'-D'; portanto, o ponto de partida é D, o capital monetário a ser valorizado, e o ponto de chegada é D', o capital monetário valorizado D + *d*, no qual D figura como capital realizado ao lado de seu rebento *d*. Isso distingue o ciclo D dos dois outros ciclos P e M', e de modo duplo. Por um lado, por meio da forma-dinheiro dos dois extremos; o dinheiro é, no entanto, a forma de existência independente e palpável do valor, o valor do produto em sua forma-valor independente, na qual se apaga todo e qualquer rastro do valor de uso das mercadorias. Por outro lado, a forma P…P não se torna necessária para P…P' (P + p), e na forma M'…M' não é mais visível qualquer diferença de valor entre os dois extremos. A fórmula D… D' se caracteriza, portanto, pelo fato de que, por um lado, o valor do capital constitui o ponto de partida, e o valor de capital valorizado o ponto de retorno – de modo que o desembolso do valor de capital aparece como meio e o valor de capital valorizado como finalidade de toda a operação – e, por outro, que essa relação é expressa em forma-dinheiro, na forma-valor independente e que, portanto, o capital monetário se expressa como dinheiro que pare dinheiro. A criação de mais-valor por meio do valor é não apenas expresso como o alfa e o ômega do processo como também aparece concretamente na forma reluzente do dinheiro.

Como D', o capital monetário realizado como resultado de M'-D', a fase complementar e conclusiva de D-M, encontra-se absolutamente na mesma forma em que iniciou seu primeiro ciclo, ele pode agora reiniciar o mesmo ciclo como capital monetário aumentado (acumulado): D' = D + *d*; e, pelo menos na forma de D…D', não está expresso que, na repetição do ciclo, a circulação de *d* se separe da de D. Portanto, considerado em sua forma primeira e de um ponto de vista formal, o ciclo do capital monetário expressa apenas o processo de valorização e acumulação. Nele, o consumo é expresso apenas como consumo produtivo, por meio de $D\text{-}M<^{T}_{Mp}$, a única operação incluída nesse ciclo do capital individual D-T, que, do lado do

trabalhador, é T-D ou M-D; ele é, portanto, a primeira fase da circulação, que serve de mediação para seu consumo individual: T-D-M (meios de subsistência). A segunda fase D-M não integra o ciclo do capital individual, mas é introduzida e pressuposta por ele, já que o trabalhador, para poder se manter no mercado, sempre como matéria explorável pelo capitalista, necessita, antes de tudo, viver, isto é, sustentar-se mediante seu consumo individual. Mas esse consumo é aqui apenas pressuposto como condição do consumo produtivo da força de trabalho pelo capital; ou seja, apenas na medida em que o trabalhador se conserva e reproduz como força de trabalho por meio de seu consumo individual. Mas Mp, as verdadeiras mercadorias que entram no ciclo, constituem apenas o alimento do consumo produtivo. A operação T-D serve de mediação ao consumo individual do trabalhador, possibilitando a transformação dos meios de subsistência em sua carne e em seu sangue. Certamente, o capitalista também precisa estar presente, ou seja, também precisa comer e consumir para atuar como capitalista. Para isso, ele só precisaria, a rigor, consumir como qualquer trabalhador, e mais do que isso não é exigido por essa forma do processo de circulação. E, considerado do ponto de vista formal, nem mesmo isso, uma vez que a fórmula se conclui com D', isto é, com um resultado que pode voltar a funcionar imediatamente como capital monetário aumentado.

Em M'-D' está diretamente incluída a venda de M'; mas M'-D', venda de um lado, é D-M, compra de outro, e a mercadoria, ao final, é comprada apenas em razão de seu valor de uso, a fim de entrar (desconsiderando as vendas intermediárias) no processo de consumo, seja este individual ou produtivo, de acordo com a natureza do artigo comprado. Mas esse consumo não entra no ciclo do capital individual, cujo produto é M'; este produto é, pelo contrário, expelido do ciclo como mercadoria a ser vendida. M' é expressamente destinada ao consumo alheio. É por isso que, em porta-vozes do sistema mercantilista (que se baseia na fórmula D-M… P…M'-D'), encontramos prolixos sermões sobre a necessidade de o capitalista individual consumir como um trabalhador, do mesmo modo como as nações capitalistas devem deixar que outras nações ineptas consumam suas mercadorias e se entreguem exclusivamente ao processo de

consumo, enquanto as primeiras, ao contrário, devem fazer do consumo produtivo a missão de sua vida. Tais sermões lembram com frequência, por sua forma e conteúdo, as pregações ascéticas dos padres da Igreja[q].

* * *

O processo cíclico do capital é, portanto, a unidade de circulação e produção – ambas estão nele incluídas. E, na medida em que as duas fases D-M e M'-D' são processos de circulação, a circulação do capital constitui uma parte da circulação geral de mercadorias. Porém, como seções funcionalmente determinadas, como fases do ciclo do capital, que não pertence apenas à esfera da circulação, mas também à da produção –, o capital percorre, no interior da circulação geral de mercadorias, seu próprio ciclo. A circulação de mercadorias lhe serve, no primeiro estágio, para que aquele assuma a forma sob a qual pode funcionar como capital produtivo; no segundo estágio, para eliminar a função de mercadoria[r] na qual o capital não pode renovar seu ciclo e, ao mesmo tempo, para lhe dar a possibilidade de separar seu próprio ciclo de capital da circulação do mais-valor por ele criado.

O ciclo do capital monetário é, assim, a forma de manifestação mais unilateral e, por isso, a mais palpável e mais característica do ciclo do capital industrial, cuja finalidade e motivo propulsor – a valorização do valor, o ato de fazer dinheiro e a acumulação – apresentam-se aqui numa forma evidente (comprar para vender mais caro). O fato de a primeira fase ser D-M ressalta também que as partes integrantes do capital produtivo têm origem no mercado de mercadorias, assim como, em geral, chama a atenção para a circulação e o comércio como elementos condicionantes do processo capitalista de produção. O ciclo do capital monetário é não apenas produção de mercadorias; ele só surge por meio da circulação, pressupõe esta última. Isso já está dado no fato de que a forma D pertencente à circulação aparece como forma primeira e pura do valor de capital adiantado, o que não é o caso nas duas outras formas cíclicas.

O ciclo do capital monetário permanece sendo a expressão geral do

capital industrial enquanto inclui a valorização do valor adiantado. Em P…P, a expressão monetária do capital aparece somente como preço dos elementos de produção – portanto, apenas como valor expresso em moeda de conta [*Rechengeld*] – e sob essa forma ela é registrada na contabilidade.

D…D' converte-se numa forma específica do ciclo do capital industrial assim que um novo capital é desembolsado como dinheiro e retirado na mesma forma, seja porque se transfere de um ramo de negócio a outro, seja porque o capital industrial se retira do negócio em que fora investido. Isso implica a função de capital exercida pelo mais-valor, inicialmente adiantado na forma-dinheiro, e se mostra do modo mais palpável quando este atua num negócio diferente daquele do qual provém. D…D' pode ser o primeiro ciclo de um capital; pode ser o último; pode valer como forma do capital social total; ele é a forma do capital que se investe de novo, seja como capital novamente acumulado em forma-dinheiro, seja como capital velho, inteiramente realizado para ser transferido de um ramo de produção a outro.

Como forma sempre implícita em todos os ciclos, o capital monetário percorre esse ciclo justamente para a parte do capital que gera o mais-valor: o capital variável. A forma normal do adiantamento do salário é o pagamento em dinheiro; esse processo tem de ser sempre renovado em prazos curtos, pois o trabalhador vive com uma mão na frente e outra atrás. Por isso, o capitalista e seu capital têm de confrontar-se constantemente com o trabalhador, sob as respectivas formas de capitalista monetário e capital monetário. Aqui, não pode ocorrer, como na compra de meios de produção e venda de mercadorias produtivas, uma compensação direta ou indireta (na qual a grande massa do capital monetário figura, de fato, apenas na forma de mercadorias e a moeda, apenas na forma de moeda de conta, e em forma metálica somente na quantidade necessária para a compensação dos balanços). Por outro lado, uma parte do mais-valor procedente do capital variável é gasto pelo capitalista para seu consumo privado, no comércio varejista, no qual o dinheiro é gasto sempre como moeda metálica, na forma-dinheiro do mais-valor. O quão grande ou pequena é essa parte do mais-valor é algo que não altera em nada a questão. O capital

variável aparece de novo e sempre como capital monetário aplicado em salário (D-T), e *d* como mais-valor que é gasto para atender às necessidades privadas do capitalista. Portanto, D como valor de capital variável adiantado e *d* como seu incremento são ambos necessariamente retidos em forma-dinheiro para serem gastos na mesma forma.

A fórmula D-M…P…M'-D', com o resultado D' = D + *d*, inclui em sua forma um engano, possui um caráter ilusório, que provém da existência do valor adiantado e valorizado em sua forma-equivalente, o dinheiro. A ênfase recai não sobre a valorização do valor, mas sobre a *forma-dinheiro* desse processo, sobre o fato de que, no fim, mais valor é retirado de circulação do que nela fora inicialmente colocado – portanto, sobre o aumento da massa de ouro e prata pertencente ao capitalista. O assim chamado sistema monetário é mera expressão da forma sem-conceito D-M-D', de um movimento que transcorre exclusivamente na circulação e, por isso, só pode explicar as duas operações 1) D-M e 2) M-D' com base no argumento de que M, na segunda operação, é vendida acima de seu valor e, assim, mais dinheiro é retirado da circulação do que nela foi colocado por meio de sua compra. Ao contrário, D-M…P…M'-D', fixada como forma exclusiva, constitui a base do sistema mercantil mais desenvolvido, em que não apenas a circulação mas também a produção de mercadorias aparecem como elemento necessário.

O caráter ilusório de D-M…P…M'-D' e seu correspondente significado ilusório se apresentam tão logo essa forma é fixada como uma só operação, e não como uma operação fluida que se renova constantemente; tão logo, portanto, é considerada não uma das formas do ciclo, mas sua forma exclusiva. Mas ela mesma aponta para outras formas.

Em primeiro lugar, esse ciclo inteiro pressupõe o caráter capitalista do próprio processo de produção e, como sua base, esse processo de produção e o regime social específico por ele condicionado. D-M = D-M$<^{T}_{Mp}$; mas D-T pressupõe o trabalhador assalariado e, portanto, os meios de produção como parte do capital produtivo; quer dizer, pressupõe o processo de trabalho e de valorização, ou seja, o processo de produção já como função do capital.

Em segundo lugar, ao repetir-se a operação D…D’, o retorno à forma-dinheiro tende a desaparecer, do mesmo modo como a forma-dinheiro, no primeiro estágio D-M, desaparece para dar lugar a P. O desembolso constante e sempre renovado de dinheiro, tanto quanto seu constante retorno como dinheiro, aparecem como simples momentos que tendem a desaparecer no interior do ciclo.

Em terceiro lugar,

$$\underbrace{\text{D-M…P…}\overbrace{\underbrace{\text{M}'\text{-D}'\text{. D-M…P…M}'}\text{-D}'\text{. D-M…P}}}\text{… etc.}$$

Já na segunda repetição do ciclo aparece a operação P…M’-D’. D-M…P, antes que o segundo ciclo de D esteja completo, e todos os demais ciclos possam, assim, ser considerados sob a forma P…M’-D-M…P, de modo que D-M, como primeira fase do primeiro ciclo, constitui apenas um evanescente do ciclo constantemente repetido do capital produtivo, tal como, de fato, é o caso do capital industrial investido pela primeira vez na forma de capital monetário.

Por outro lado, antes que o segundo ciclo de P esteja concluído, descreve-se o primeiro ciclo M’-D’. D-M…P…M’ (abreviado: M’…M’), o ciclo do capital-mercadoria. Desse modo, a primeira forma já contém as duas outras, com o que a forma-dinheiro desaparece, na medida em que ela é não uma simples expressão de valor, mas expressão de valor na forma-equivalente, em dinheiro.

Finalmente, se tomamos um capital individual que se apresenta como novo e que percorre pela primeira vez o ciclo D-M…P…M’-D, veremos que D-M é a fase preparatória, precursora do primeiro processo de produção percorrido por esse capital individual. Essa fase D-M não é, portanto, pressuposta, mas, antes, posta ou condicionada pelo processo de produção. Mas isso vale apenas para esse capital individual. O ciclo do capital monetário é a forma geral do ciclo do capital industrial, sempre tendo como pressuposto o modo de produção capitalista, isto é, no interior de um regime social determinado pelo modo de produção capitalista. O

processo capitalista de produção é, assim, pressuposto como um *prius*[s], seja dentro do primeiro ciclo do capital monetário de um capital industrial investido pela primeira vez, seja fora dele; a existência constante desse processo de produção pressupõe o ciclo constantemente renovado de P…P. Esse mesmo pressuposto aparece já no interior do primeiro estágio D-$M<^{T}_{Mp}$, uma vez que, por um lado, isso pressupõe a existência da classe assalariada e, por outro, o que na primeira fase é D-M para o comprador dos meios de produção é M'-D' para seu vendedor; logo, que em M' o capital-mercadoria e a própria mercadoria estão pressupostos como resultado da produção capitalista e, com eles, a função do capital produtivo.

---

[1] Do manuscrito II. (F. E.) [Trata-se de um provável deslize de Engels, já que esse texto foi extraído do manuscrito VII (e, um adendo posterior, do manuscrito V), e não do manuscrito II. – N. E. A.].

[a] Na presente tradução, encontram-se grafadas em negrito todas as passagens acrescentadas por Engels ao texto de Marx. Cf. Nota da Tradução, p. 14. (N. T.)

[b] Até 1870 (manuscrito II), nas figuras da circulação, a fase da produção, como todas as outras fases, era indicada por Marx com linhas (_P_). A partir de 1877 (manuscrito V), para melhor ressaltar a interrupção da circulação, ele passou a empregar pontos (…P…). Cf. MEGA-2 II/12 [Berlim, Akademie, 2005], p. 513-4. (N. T.)

[c] Cf. *O capital: crítica da economia política*, Livro I: *O processo de produção do capital* (São Paulo, Boitempo, 2013), seção II, p. 221-51. (N. T.)

[d] No manuscrito VI (p. 2): "Primeira metamorfose". No manuscrito II (p. 3): "Primeira fase". (N. T.)

[2] A partir daqui, manuscrito VII, iniciado em 2 de julho de 1878. (F. E.)

[e] Cf. *O capital*, Livro I, cit., p. 178-88. (N. T.)

[f] Cf. ibidem, seção VII, p. 589-802. (N. T.)

[g] A emancipação na Rússia foi introduzida em 19 de fevereiro de 1861 e atingiu inicialmente quase 22 milhões de servos da nobreza, isto é, cerca de metade de todo o campesinato russo. Esses camponeses, embora tenham obtido a liberdade pessoal, tiveram acesso a poucas terras – e de má qualidade – por um preço muito alto. Por consequência, viam-se frequentemente forçados a ingressar em relações temporárias de trabalho assalariado. O Estado outorgava aos camponeses ⅘ da soma paga pela emancipação como empréstimo a ser quitado em 49 parcelas anuais. Com essa soma, ele indenizava a nobreza. Durante o tempo de quitação da dívida os camponeses não podiam vender nem hipotecar suas terras. (N. E. A.)

[h] Expressão popular francesa, frequentemente empregada em conexão com o mote de Alexandre Dumas (filho) acerca da rentabilidade das especulações com dinheiro alheio: "*Les affaires, c'est bien simple: c'est l'argent des autres*" [Os negócios? Muito simples: são o dinheiro dos outros] (*La question d'argent: comédie en cinq actes, en prose*, Paris, [Charlieu,] 1857, ato II, cena VII, p. 65).

(N. E. A.)

[i] Esse trecho baseia-se provavelmente em Aleksander Koshelev, cuja obra *Ob obshhinnom zemlevladenii v Rossii* [Sobre a propriedade comunal na Rússia] Marx analisara exaustivamente pouco depois de sua publicação, em 1875. No início dos anos 1870, deu início ao estudo da língua russa, para poder estudar a literatura sobre o desenvolvimento da agricultura na Rússia com base nos textos originais. O interesse de Marx, que se evidencia em inúmeros excertos do fim da década de 1870, não se resumia à propriedade comunal e à agricultura, e se estendia à propriedade da terra em geral e seu desenvolvimento histórico, à emancipação dos camponeses e aos conflitos sociais, bem como ao desenvolvimento do mercado financeiro e do sistema bancário. (N. T.)

[3] Até aqui, manuscrito VII. A partir daqui, manuscrito VI. (F. E.)

[j] Cf. *O capital*, Livro I, cit., p. 241-51 e 785-804. (N. T.)

[k] No manuscrito II (p. 4), no lugar dessa frase encontra-se o seguinte trecho: "Mediante a venda da mercadoria *M'-D'*, esse preço é *realizado*, isto é, o valor da mercadoria é reconvertido da forma-mercadoria na forma-dinheiro. Mediante essa realização de seu preço, porém, tanto o valor de capital original *M* ou *D* de £540 recupera sua forma-dinheiro originária – que ele perdeu em *D-M* – quanto o novo *mais-valor* de £60, *produzido* durante o processo de produção e expresso no preço da mercadoria, é transformado em £60 em dinheiro". (N. T.)

[4] Até aqui, manuscrito VI. A partir daqui, manuscrito V. (F. E.)

[l] Cf. *O capital*, Livro I, cit., p. 629-31. (N. T.)

[5] E isso vale independentemente do modo como separemos o valor de capital e o mais-valor. Em 10.000 libras de fio estão incorporadas 1.560 libras = £78 de mais-valor, mas em uma libra de fio = 1 xelim estão igualmente incorporadas 2,486 onças = 1,872 *penny* de mais-valor. [K. M.]

[m] O termo "*begriffslos*", que aqui traduzimos literalmente "sem-conceito", é empregado por Marx, sob influência da filosofia hegeliana, com o sentido de "abstrato", isto é, aquilo que ainda não alcançou a concreção dialética do "conceito". (N. T.)

[n] Acréscimo de Engels. No manuscrito V (p. 16), diz Marx: "Vejamos agora o movimento completo *D-M…P…M'-D'* […]". (N. T.)

[o] Cf. *O capital*, Livro I, cit., p. 223-31. (N. T.)

[p] No manuscrito V (p. 17), esse parágrafo está redigido da seguinte forma: "*Capital monetário* e *capital-mercadoria* não são aqui, portanto, tipos autônomos de capital, cujas funções formam o conteúdo de ramos de negócio igualmente autônomos e separados um do outro. São apenas formas funcionais particulares do capital industrial. Por outro lado, o capital produtivo não é um tipo autônomo de capital, mas apenas a forma funcional particular que o capital industrial assume (veste) em seu estágio de produção". Diferentemente da versão de Engels, portanto, Marx deixa claro que o capital produtivo não constitui um tipo autônomo de capital – e sim apenas uma função do capital industrial –, não só "aqui" como em lugar nenhum. Cf. MEGA-2 II/12, cit., p. 512-3. (N. T.)

[6] A. Tchuprov, *Zhelieznodorozhnoe khoziaistvo* (Moscou, [A.I. Mamontova,] 1875), p. 75, 76. [K. M.]

[q] Nos quatro primeiros séculos cristãos, a maioria dos padres da Igreja – título criado no século IV e conferido a doutrinadores e teóricos da Igreja do século II ao VII – condenava o gozo de bens mundanos e a ambição por propriedade e conforto. Em vez disso, recomendava-se o uso comum de propriedades coletivas. (N. E. A.)

[r] Na primeira edição: "forma-mercadoria" [*Warenform*]. (N. E. A.)

[s] Premissa. (N. T.)

# Capítulo 2

## O ciclo do capital produtivo

O ciclo do capital produtivo apresenta-se na fórmula geral: P…M’-D’-M…P. Ele significa a função periodicamente renovada do capital produtivo, portanto, a reprodução, ou seu processo de produção como processo de reprodução, no que diz respeito à valorização; não apenas a produção, como a reprodução periódica de mais-valor; a função do capital industrial em sua forma produtiva, não como função executada uma única vez, mas periodicamente repetida, de modo que o recomeço já está dado no próprio ponto de partida. Uma parte de M’ pode voltar a entrar diretamente, como meio de produção, no mesmo processo de trabalho (em certos casos, em ramos de investimento do capital industrial) do qual ela saiu como mercadoria; com isso, não se faz mais do que evitar que seu valor se transforme em dinheiro efetivo ou símbolos monetários, ou garante-se que ele só obterá expressão independente como moeda de conta. Essa parte do valor não entra na circulação. Desse modo, há valores que entram no processo de produção, mas não no processo de circulação. O mesmo vale para a parte de M’ que o capitalista consome *in natura* como parte do mais-produto. Mas isso é irrelevante para a produção capitalista, podendo, no máximo, ter alguma importância para a agricultura.

Nessa forma, dois pontos saltam imediatamente à vista.

Primeiro. Enquanto na primeira forma D…D’ o processo de produção, a função de P, interrompe a circulação do capital monetário e aparece apenas como elemento mediador entre as fases D-M e M’-D’, aqui o processo inteiro de circulação do capital industrial, seu movimento total no interior da fase da circulação, é somente uma interrupção e, portanto, uma mediação entre o capital produtivo que inicia o ciclo como primeiro extremo e aquele

que o encerra como último extremo e sob a mesma forma, isto é, a forma que ele assume ao recomeçar. A circulação propriamente dita aparece apenas como etapa intermediária da reprodução periodicamente renovada e que se faz contínua por meio de sua renovação.

Segundo. A circulação inteira apresenta-se sob uma forma oposta à que ela assume no ciclo do capital monetário. Lá ela se representava como D-M-D (D-M. M-D), abstraindo da determinação de valor; aqui, abstraindo novamente da determinação de valor, ela é M-D-M (M-D. D-M), ou seja, a forma da circulação simples de mercadorias.

## I. Reprodução simples[a]

Consideremos, de início, o processo M'-D'-M, que transcorre na esfera da circulação, entre os extremos P…P.

O ponto de partida dessa circulação é o capital-mercadoria: M' = M + *m* = P + *m*. A função do capital-mercadoria M'-D' (a realização do valor de capital nele contido = P, que agora existe como parte integrante das mercadorias M, assim como a realização do mais-valor também nele contido, que existe como parte integrante da mesma massa de mercadorias, dotadas do valor *m*) foi considerada na primeira forma do ciclo. Lá, porém, ela constituía a segunda fase da circulação interrompida e a fase final do ciclo inteiro. Aqui, ela constitui a segunda fase do ciclo, mas a primeira fase da circulação. O primeiro ciclo termina com D', e como D', tanto quanto o D original, pode iniciar o segundo ciclo de novo como capital monetário, não era preciso, por ora, analisar se D e *d* (o mais-valor) contidos em D' continuavam a andar juntos ou trilhavam caminhos separados. **Isso só teria sido necessário se tivéssemos continuado a acompanhar o primeiro ciclo em sua renovação.** Mas esse ponto tem de ser resolvido no ciclo do capital produtivo, pois disso depende já a determinação de seu primeiro ciclo, e porque M'-D' aparece nele como primeira fase da circulação, que precisa ser completada por D-M. É essa decisão que determina se a fórmula representa uma reprodução simples ou uma reprodução em escala ampliada. De acordo com essa decisão altera-

se, portanto, o caráter do ciclo.

Comecemos, portanto, pela reprodução simples do capital produtivo, na qual, conforme visto no primeiro capítulo, são pressupostas circunstâncias invariáveis e a compra e venda das mercadorias pelo seu valor. O mais-valor inteiro entra, com base nessas premissas, no consumo pessoal do capitalista. Assim que se opera a transformação do capital-mercadoria M’ em dinheiro, a parte da soma de dinheiro representada pelo valor de capital continua a circular no ciclo do capital industrial; a outra, que é mais-valor realizado [*vergoldeter*][b], entra na circulação geral de mercadorias, é circulação de dinheiro que parte do capitalista, porém ocorre fora da circulação de seu capital individual.

Em nosso exemplo, tínhamos um capital-mercadoria M’ de 10.000 libras de fio no valor de £500; dessa soma, £422 são o valor do capital produtivo e prosseguem, como forma-dinheiro de 8.440 libras de fio, a circulação do capital iniciada por M’, enquanto o mais-valor de £78, a forma-dinheiro de 1.560 libras, que constitui a parte excedente do produto-mercadoria, sai dessa circulação e descreve um percurso separado no interior da circulação geral de mercadorias.

$$M' \begin{bmatrix} M \\ + \\ m \end{bmatrix} - D' \begin{bmatrix} D \\ + \\ d \end{bmatrix} \begin{matrix} - M < \begin{matrix} T \\ Mp \end{matrix} \\ \\ - m \end{matrix}$$

*d-m* é uma série de compras efetuadas por meio do dinheiro que o capitalista gasta, seja em mercadorias propriamente ditas, seja em serviços para sua respeitável pessoa ou família. Tais compras são fragmentadas, ocorrem em datas diferentes. Portanto, esse dinheiro existe temporariamente na forma de determinada reserva monetária [*Geldvorrat*] ou tesouro destinado ao consumo corrente, uma vez que o dinheiro interrompido em sua circulação encontra-se na forma de tesouro. Sua função como meio de circulação, que inclui também sua forma transitória como tesouro, não entra na circulação do capital em sua forma-dinheiro D. O dinheiro não é adiantado, mas gasto.

Partimos do pressuposto de que a totalidade do capital adiantado passa sempre inteiramente de uma de suas fases para outra, tal como ocorre aqui, em que o produto-mercadoria de P contém o valor total do capital produtivo P = £422 + o mais-valor criado durante o processo de produção = £78. Em nosso exemplo, no qual temos um produto-mercadoria discreto, o mais-valor existe na forma de 560 libras de fio; o que, se calculado com base em 1 libra de fio, equivale a dizer que ele existe na forma de 2,496 onças de fio. Se, ao contrário, o produto-mercadoria fosse, por exemplo, uma máquina de £500 e de mesma composição de valor, então uma parte do valor dessa máquina equivaleria, certamente, a £78 de mais-valor, mas essas £78 só existiriam na máquina inteira; a máquina não pode ser dividida em valor de capital e mais-valor sem se fazer em pedaços, destruindo assim seu valor de uso e, com ele, seu valor. Desse modo, as duas partes integrantes do valor só podem ser representadas idealmente como partes que compõem o corpo da mercadoria, não como elementos autônomos da mercadoria M', do mesmo modo como se pode representar cada libra de fio como elemento separável, autônomo das 10.000 libras de mercadoria. No primeiro caso, a mercadoria inteira, o capital-mercadoria, a máquina, tem de ser vendida antes que possa entrar em sua circulação específica. Mas se, ao contrário, o capitalista vender 8.440 libras, a venda das 1.560 libras restantes representará uma circulação totalmente separada do mais-valor na forma *m* (1.560 libras de fio) – *d* (£78) = *m* (artigos de consumo). Mas os elementos de valor e cada cota individual do produto de 10.000 libras de fio se podem representar tanto em partes do produto quanto no produto inteiro. Do mesmo modo que essas 10.000 libras de fio se deixam dividir num valor de capital constante (*c*) de 7.440 libras de fio por £372, um valor de capital variável (*v*) de 1.000 libras de fio por £50 e um mais-valor (*m*) de 1.560 libras de fio por £78, também cada libra de fio pode ser representada em *c* = 11,904 onças de fio por 8,928 *pence*, *v* = 1,600 onça de fio por 1,200 *penny*, *m* = 2,496 onças de fio por 1,872 *penny*. O capitalista poderia também, mediante a compra sucessiva das 10.000 libras de fio, consumir sucessivamente os elementos de mais-valor contidos nas contínuas porções do produto e, desse modo, realizar somas igualmente

sucessivas de *c* + *v*. Mas essa operação também pressupõe que, no fim, todas as 10.000 libras sejam vendidas e que, portanto, o valor de *c* e *v* seja reposto por meio da venda de 8.440 libras do produto. (Livro I, cap. 7, II.)

Seja como for, por meio de M'-D' tanto o valor de capital quanto o mais-valor contido em M' adquirem uma existência à parte, a de somas distintas de dinheiro; em ambos os casos, D, assim como *d*, é uma forma realmente transformada do valor, que originalmente, em M', só possui uma expressão própria como preço da mercadoria, isto é, apenas uma expressão ideal.

*m*-*d*-*m* é circulação simples de mercadorias, cuja primeira fase, *m*-*d*, está incluída na circulação do capital-mercadoria M'-D' e, portanto, no ciclo do capital; já sua fase complementar, *m*-*d*[c], ao contrário, fica de fora desse ciclo, como fase separada dele no interior da circulação geral de mercadorias. A circulação de M e *m*, do valor de capital e do mais-valor, cinde-se após a transformação de M' em D'[d]. Disso se segue:

Primeiro. Posto que o capital-mercadoria é realizado por meio de M'-D' = M'-(D + *d*), o movimento de valor de capital e mais-valor contido em M'-D', movimento ainda indiferenciado e incorporado na mesma massa de mercadorias, pode-se cindir, já que ambos possuem agora formas independentes como quantias de dinheiro.

Segundo. Ocorrendo essa cisão, na qual *d* é gasto como renda do capitalista, ao passo que D, como forma funcional do capital, continua a percorrer o caminho que lhe é determinado pelo ciclo, então o primeiro ato M'-D', em conexão com os atos seguintes D-M e *d*-*m*, pode ser representado como as duas diferentes circulações M-D-*m* e *m*-*d*-*m*, ambas as séries pertencendo, segundo a forma geral, à circulação ordinária de mercadorias.

De resto, na prática, quando se trata de corpos-mercadorias contínuos, que não se deixam dividir, as partes integrantes do valor são idealmente isoladas. Por exemplo, em Londres, no ramo da construção civil, que em sua maior parte vive de crédito, o empresário construtor recebe adiantamentos de acordo com o estágio em que se encontra determinada obra. Nenhum desses estágios é uma casa, mas apenas uma parte

efetivamente existente de uma casa futura em construção; portanto, apesar de sua existência efetiva, cada estágio é apenas uma fração da casa inteira, **porém suficientemente efetiva para servir de garantia para antecipações adicionais (sobre isso, cf. cap. 12).**

Terceiro. Se o movimento do valor de capital e do mais-valor, que em M e D ainda é comum a ambos, cinde-se apenas parcialmente ou não se cinde em absoluto, o próprio valor de capital sofrerá uma alteração ainda no interior de seu ciclo, antes deste ter sido completado. Em nosso exemplo, o valor do capital produtivo era £422. Portanto, se avança na operação D-M, por exemplo, como £480 ou £500, ele percorre as últimas fases do ciclo com um valor £58 ou £78 acima de seu valor inicial. E isso pode vir acompanhado de uma mudança em sua composição de valor.

M'-D', o segundo estágio da circulação e o estágio final do primeiro ciclo (D…D') é, em nosso ciclo, o segundo estágio desse mesmo ciclo e o primeiro da circulação de mercadorias. No que diz respeito à circulação, portanto, M'-D' tem de ser completado por D'-M'. Mas M'-D' deixou para trás não apenas o processo de valorização (aqui, a função de P, o primeiro estágio), mas seu resultado, o produto-mercadoria M', já está realizado. Desse modo, o processo de valorização do capital, assim como a realização do produto-mercadoria, no qual se representa o valor de capital valorizado, está concluído com M'-D'.

Partimos do pressuposto da reprodução simples, isto é, de que *d-m* se separa completamente de D-M. Como ambas as circulações, *m-d-m* e M-D-M, pertencem, quanto à sua forma geral, à circulação de mercadorias (e, por isso, não apresentam quaisquer diferenças de valor entre os extremos), torna-se fácil conceber o processo capitalista de produção, como o faz a economia vulgar, como simples produção de mercadorias, de valores de uso destinados a um tipo qualquer de consumo, que o capitalista só produz para substituí-los ou trocá-los por mercadorias de outro valor de uso, conforme erroneamente se afirma na economia vulgar[e].

M apresenta-se desde o início como capital-mercadoria, e a finalidade do processo inteiro, o enriquecimento (valorização), não exclui de modo algum um consumo do capitalista, que aumenta com a grandeza do mais-

valor (portanto, também do capital), mas, antes, o inclui.

Na circulação da renda do capitalista, a mercadoria produzida *m* (ou a fração do produto-mercadoria M' que a ela corresponde idealmente) só serve, de fato, para convertê-la primeiro em dinheiro e, deste, numa série de outras mercadorias destinadas ao consumo privado. Aqui, porém, não podemos perder de vista o pequeno detalhe de que *m* é um valor-mercadoria que não custou nada ao capitalista; ele é incorporação de mais-trabalho, razão pela qual entra em cena originalmente como parte integrante do capital-mercadoria M'. Portanto, esse mesmo *m* se encontra, já por sua existência, vinculado ao ciclo do valor de capital em processo de realização, e, se esse ciclo é paralisado ou enfrenta uma perturbação qualquer, não só o consumo de *m* se restringe ou se interrompe por completo como também a venda da série de mercadorias que constituem a reposição de *m*. O mesmo ocorre se M'-D' fracassa ou só se consegue vender uma parte de M'.

Vimos que *m-d-m*, como circulação da renda do capitalista, só entra na circulação do capital na medida em que *m* é parte do valor de M', do capital em sua forma funcional de capital-mercadoria: mas tão logo é autonomizada por meio de *d-m* (ou seja, ao realizar-se a forma completa *m-d-m*), ela deixa de integrar o movimento do capital adiantado pelo capitalista, embora seja derivada desse mesmo movimento. Ela se vincula a ele na medida em que a existência do capital pressupõe a existência do capitalista, que por sua vez é condicionada pelo seu consumo de mais-valor.

No interior da circulação geral, M' – por exemplo, o fio – funciona somente como mercadoria; mas como momento da circulação do capital, ele funciona como *capital-mercadoria*, uma forma que o valor de capital assume ou abandona alternadamente. Uma vez vendido ao comerciante, o fio é eliminado do processo cíclico daquele capital do qual ele é o produto, porém continua presente como mercadoria na esfera da circulação geral. A circulação da mesma massa de mercadorias continua, apesar de ter deixado de constituir um momento no interior do ciclo autônomo do capital do fiandeiro. A verdadeira e definitiva metamorfose da massa de mercadorias

que o capitalista lança na circulação, M-D, sua entrada final na esfera do consumo, pode, por isso, estar completamente apartada, tanto no espaço quanto no tempo, da metamorfose na qual essa massa de mercadorias funciona como seu capital-mercadoria. A mesma metamorfose que se realiza na circulação do capital ainda resta ser realizada na esfera da circulação geral.

O fato de o fio ingressar novamente no ciclo de outro capital industrial não altera em nada a questão. A circulação geral abrange tanto o entrelaçamento dos ciclos das diferentes frações autônomas do capital social – isto é, a totalidade dos capitais individuais – como a circulação dos valores que não foram lançados no mercado capital ou que se destinam ao consumo individual.

A relação entre o ciclo do capital considerado como parte da circulação geral e esse mesmo ciclo considerado como elo de um ciclo autônomo se evidencia, além disso, quando consideramos a circulação de D' = D + *d*. D, como capital monetário, dá continuidade ao ciclo do capital; *d*, como dispêndio de renda (*d-m*), ingressa na circulação geral, mas retira-se do ciclo do capital – neste ingressa apenas a parte que funciona como capital monetário adicional. Em *m-d-m*, o dinheiro só funciona como moeda; a finalidade dessa circulação é o consumo individual do capitalista. É próprio do cretinismo da economia vulgar considerar como ciclo característico do capital justamente essa circulação – a circulação da parte do produto-valor consumida como renda –, que não entra no ciclo do capital.

Na segunda fase, D-M, o valor capital D = P (isto é, igual ao valor do capital produtivo, que aqui inaugura o ciclo do capital industrial) está novamente presente, desprovido de mais-valor, ou seja, com a mesma grandeza de valor que no primeiro estágio do ciclo do capital monetário D-M. Apesar da diferente posição, a função do capital monetário, no qual agora se transformou o capital-mercadoria, é a mesma: sua transformação em Mp e T, meios de produção e força de trabalho.

Simultaneamente a *m-d*, o valor de capital, na função do capital-mercadoria M'-D', percorreu a fase M-D, ingressando agora na fase

complementar D-M$<^{T}_{Mp}$; sua circulação completa é, pois, M-D-M$<^{T}_{Mp}$.

Primeiro. O capital monetário D apareceu na forma I (ciclo D…D') como a forma original na qual o valor de capital é investido; aqui, ele aparece desde o início como parte da quantia de dinheiro em que o capital-mercadoria se transformou na primeira fase da circulação M'-D'; portanto, como a transformação de P, do capital produtivo, em forma dinheiro, transformação obtida por meio da venda do produto-mercadoria. O capital monetário existe, aqui, desde o início, como forma não original nem final do valor de capital, uma vez que D-M, que fecha a fase M-D, só pode ser realizado abstraindo mais uma vez da forma-dinheiro. Por isso, a parte de D-M, que é ao mesmo tempo D-T, tampouco aparece como mero desembolso de dinheiro por meio da compra de força de trabalho, e sim como um desembolso em que se adiantam à força de trabalho, em forma-dinheiro, as mesmas 1.000 libras de fio com um valor de £50, que constituem uma parte do valor-mercadoria criado pela força de trabalho. O dinheiro aqui adiantado ao trabalhador é apenas a forma-equivalente transformada de uma parcela de valor do valor-mercadoria do produto produzido por ele mesmo. E já por esse motivo o ato D-M, na medida em que é D-T, não é de modo algum uma mera substituição de mercadoria em forma-dinheiro por mercadoria em forma de uso, mas inclui outros elementos independentes da circulação geral de mercadorias como tal.

D' aparece como forma transmutada de M', que é, por sua vez, produto da função anterior de P, do processo de produção; a soma total de dinheiro aparece, portanto, como expressão monetária de trabalho pretérito. Em nosso exemplo: 10.000 libras de fio = £500, produto do processo de fiação; destas, 7.440 libras de fio = capital constante *c* adiantado = £372; 1.000 libras de fio = capital variável *v* adiantado = £50, e 1.560 libras de fio = mais-valor *m* = £78. Se de D' é desembolsado novamente apenas o capital original = £422, supondo-se constantes todas as demais circunstâncias, o trabalhador receberá, na operação D-T, apenas uma parte das 10.000 libras de fio (o valor-dinheiro de 1.000 libras de fio) produzidas nessa semana como adiantamento para a semana seguinte. Como resultado de M-D, o dinheiro é sempre expressão de trabalho pretérito. Na medida em que o ato

complementar D-M se realiza imediatamente no mercado de mercadorias e, portanto, D é trocado por mercadorias existentes, situadas no mercado, esse ato é, uma vez mais, a conversão de trabalho pretérito de uma forma (dinheiro) em outra (mercadoria). Mas D-M é temporalmente distinto de M-D. Ele pode, excepcionalmente, ser concomitante, como ocorre, por exemplo, quando o capitalista que realiza o ato D-M e o capitalista para quem esse ato é M-D transferem suas mercadorias simultaneamente um para o outro e D atua apenas para saldar o balanço. A diferença temporal entre a execução de M-D e a de D-M pode ser mais ou menos considerável. Embora D, como resultado do ato M-D, represente trabalho pretérito, ele pode, para o ato D-M, representar a forma transmutada de mercadorias que ainda não se encontram no mercado, mas que lá só se encontrarão no futuro, já que a operação D-M só precisa ser realizada depois que M for novamente produzida. Do mesmo modo, D pode representar mercadorias que são produzidas ao mesmo tempo que M e das quais ele é a expressão monetária. Por exemplo, na operação D-M (compra de meios de produção) pode-se comprar carvão antes que ele tenha sido retirado da mina. Na medida em que *d* figura como acumulação de dinheiro, não sendo gasto como renda, ele pode representar o algodão que só será produzido no ano seguinte. O mesmo ocorre com o gasto da renda do capitalista, *d-m*. E o mesmo com o salário T = £50; esse dinheiro é não apenas a forma-dinheiro do trabalho pretérito do trabalhador, mas, ao mesmo tempo, uma remuneração do trabalho presente ou futuro que se está realizando ou haverá de se realizar. Com esse dinheiro, o trabalhador pode comprar um casaco que só será confeccionado na semana seguinte. Esse é especialmente o caso com relação ao grande número de meios de subsistência que, para não perecerem, têm de ser consumidos quase no mesmo momento de sua produção. Assim, o trabalhador, no dinheiro que recebe como salário, obtém a forma transformada de seu próprio trabalho futuro, ou do de outros trabalhadores. Com uma parte de seu trabalho pretérito, o capitalista o remunera pelo seu próprio trabalho futuro. É seu próprio trabalho presente ou futuro que constitui o estoque ainda não existente com o qual ele pagará seu trabalho passado. Aqui desaparece completamente a ideia da formação

de um estoque.

Segundo. Na circulação M-D-M<$^{T}_{Mp}$, o mesmo dinheiro muda duas vezes de lugar; o capitalista o recebe primeiro como vendedor e o despende como comprador; a transformação de mercadoria em forma-dinheiro serve apenas para reconvertê-la de forma-dinheiro em forma-mercadoria; nesse movimento, portanto, a forma-dinheiro do capital, sua existência como capital monetário é apenas um momento efêmero; ou, em outras palavras, o capital monetário, enquanto se encontra em movimento, só atua como meio de circulação quando serve de meio de compra, e como meio de pagamento propriamente dito somente quando os capitalistas compram uns dos outros, ou seja, quando se trata apenas de saldar a balança de pagamentos.

Terceiro. A função do capital monetário, sirva ele como mero meio de circulação ou como meio de pagamento, é apenas a de mediador da substituição de M por T e Mp, isto é, a substituição do fio – do produto-mercadoria em que resulta o capital produtivo (depois de deduzido o mais-valor a ser utilizado como renda) – por seus elementos de produção, ou seja, a reconversão do valor de capital de sua forma como mercadoria nos elementos formadores dessa mercadoria; portanto, ele se limita, em última instância, a mediar a reconversão do capital-mercadoria em capital produtivo.

Para que o ciclo se realize normalmente, M' deve ser vendida pelo seu valor e em sua totalidade. Ademais, M-D-M implica não apenas a substituição de uma mercadoria por outra, mas a substituição nas mesmas condições de valor. Aqui, partimos do pressuposto de que isso é assim. Na realidade, porém, os valores dos meios de produção variam; é justamente característica da produção capitalista a mudança constante das condições de valor, nem que seja por meio da mudança constante operada na produtividade do trabalho que caracteriza a produção capitalista. Limitamo-nos aqui a indicar essa mudança de valor dos fatores de produção, à qual retornaremos mais adiante[f]. A transformação dos elementos de produção em produto-mercadoria, de P em M', ocorre na esfera da produção; a reconversão de M' em P ocorre na esfera da circulação. Ela é mediada pela metamorfose simples das mercadorias. Mas

seu conteúdo é um momento do processo de reprodução considerado como um todo. O processo M-D-M, como forma de circulação do capital, implica um metabolismo funcionalmente determinado. A transformação M-D-M condiciona, além disso, que M = aos elementos de produção da quantidade de valor M', e que estes conservem suas condições originais de valor; assim, o que está pressuposto é não apenas que as mercadorias sejam vendidas por seus valores, mas também que não sofram qualquer mudança de valor durante o percurso de seu ciclo; onde isso não ocorre, o processo não pode se realizar normalmente.

Em D…D', D é a forma original do valor de capital, forma que é abandonada para ser novamente assumida. Em P…M'-D'-M…P, D não é mais do que a forma assumida no processo e que volta a ser abandonada em seu decorrer. A forma-dinheiro aparece aqui apenas como forma-valor independente e efêmera do capital; o capital, sob a forma de M', tem tanto medo de assumi-la quanto, sob a forma de D', de abandoná-la, uma vez que se encasulou nela para voltar a revestir a forma do capital produtivo. Enquanto permanece cristalizado na forma de dinheiro, ele não funciona como capital e, portanto, não se valoriza; o capital resta imóvel. D atua aqui como meio de circulação, mas como meio de circulação do capital[g]. A aparência de independência que a forma-dinheiro do valor de capital possui na primeira forma de seu ciclo (do capital monetário) desaparece na segunda forma, que constitui, assim, a crítica da forma I e a reduz a uma mera forma particular. Se a segunda metamorfose D-M se choca com obstáculos (por exemplo, se faltam no mercado os meios de produção), o ciclo, o fluxo do processo de reprodução é interrompido, do mesmo modo como ocorreria se o capital fosse imobilizado na forma do capital-mercadoria. Mas a diferença, em primeiro lugar, é que na forma-dinheiro ele pode se fixar por mais tempo do que em sua perecível forma-mercadoria anterior. Ele não deixa de ser dinheiro por não funcionar como capital monetário, mas deixa de ser mercadoria, e valor de uso em geral, por permanecer tempo demais em sua função como capital-mercadoria. Em segundo lugar, na forma-dinheiro ele pode assumir, em vez de sua original forma original de capital produtivo, outra forma, ao passo que como M' ele

não sai do lugar.

M’-D’-M só implica para M, devido a sua forma, atos de circulação que constituem momentos de sua reprodução; mas a reprodução efetiva de M, na qual se converte M’, é necessária para a realização de M’-D’-M’; essa operação se encontra, no entanto, condicionada por processos de reprodução externos ao processo de reprodução do capital individual expresso em M’.

Na forma I, $D\text{-}M<^{T}_{Mp}$ prepara apenas a primeira transformação de capital monetário em capital produtivo; na forma II, a reconversão do capital-mercadoria em capital produtivo: portanto, sempre que a base de inversão do capital industrial permaneça a mesma, esse estágio prepara a reconversão do capital-mercadoria aos mesmos elementos de produção dos quais ele se originou. Aqui, portanto, $D\text{-}M<^{T}_{Mp}$ aparece, tal como na forma I, como estágio preparatório do processo de produção, porém como retorno deste último, como sua renovação e, assim, como precursor do processo de reprodução e, por conseguinte, da repetição do processo de valorização.

É preciso observar, uma vez mais, que D-T não é simples troca de mercadorias, mas compra de uma mercadoria *A* que deve servir à produção de mais-valor, assim como D-Mp é apenas o procedimento materialmente indispensável à consecução dessa finalidade.

Com a consumação de $D\text{-}M<^{T}_{Mp}$, D é reconvertido em capital produtivo, em P, e o ciclo se reinicia.

A forma explícita de P…M’-D’-M…P é, portanto:

$$P \ldots M' \begin{Bmatrix} M \\ + \\ m \end{Bmatrix} \begin{matrix} - \\ \\ - \end{matrix} \begin{Bmatrix} D \\ + \\ d \end{Bmatrix} \begin{matrix} - \; M<^{T}_{Mp} \ldots P \\ \\ - \; m \end{matrix}$$

A transformação de capital monetário em capital produtivo é compra de mercadorias para a produção de mercadoria. O consumo só entra no ciclo do próprio capital por se tratar desse consumo produtivo; sua condição é que, mediante as mercadorias assim consumidas, crie-se mais valor. E isso

é algo muito diferente da produção, inclusive da produção de mercadorias, cuja finalidade é a existência dos produtores; a substituição de uma mercadoria por outra, assim condicionada pela produção de mais-valor, é totalmente diferente da troca de produtos – intermediada apenas pelo dinheiro – em si mesma. Mas é desse modo que os economistas entendem a questão, a fim de provar que qualquer superprodução é impossível[h].

Além do consumo produtivo de D, que se converte em T e em Mp, o ciclo inclui o primeiro elo de D-T, que, para o trabalhador, é T-D = M-D. Da circulação do trabalhador T-D-M, que engloba seu consumo, apenas o primeiro elo entra no ciclo do capital como resultado de D-T. O segundo ato, D-M, não entra na circulação do capital individual, embora derive dela. Mas a classe capitalista necessita da existência constante da classe trabalhadora e, portanto, também do consumo do trabalhador, intermediado por D-M.

O ato M'-D' pressupõe, para a continuidade do ciclo do valor de capital, assim como para o consumo do mais-valor pelo capitalista, apenas que M' se converta em dinheiro, isto é, que seja vendida. O artigo só é comprado por ser um valor de uso, ou seja, algo útil para algum tipo de consumo, seja ele produtivo ou individual. Mas, se M' continua a circular, por exemplo, na mão do comerciante que comprou o fio, isso, por enquanto, não afeta em nada a continuação do ciclo do capital individual que produziu o fio e o vendeu ao comerciante. O processo inteiro prossegue seu curso e, com ele, também o consumo individual do capitalista e do trabalhador, consumo que é condicionado por esse processo. Esse é um ponto importante no estudo das crises.

Com efeito, tão logo M' foi vendida, transformada em dinheiro, ela pode ser reconvertida nos fatores reais do processo de trabalho e, por conseguinte, do processo de reprodução. Assim, se M' é comprada pelo consumidor final ou pelo comerciante que quer revendê-la, não há alteração direta na questão. O volume das massas de mercadorias criadas pela produção capitalista é determinado pela escala dessa produção e pela necessidade de sua constante expansão, e não por um círculo predestinado de oferta e demanda, de necessidades a serem satisfeitas. A produção em

massa só pode ter como comprador direto, excluindo-se outros capitalistas industriais, o comerciante por atacado. Dentro de certos limites, o processo de reprodução pode se realizar na mesma escala ou em escala ampliada, embora as mercadorias que dele resultam não ingressem efetivamente na esfera do consumo individual ou produtivo. O consumo das mercadorias não está incluído no ciclo do capital, do qual elas derivam. Assim que o fio, por exemplo, foi vendido, o ciclo do valor de capital nele incorporado pode começar de novo, não importando o que doravante será feito do fio vendido. Quando o produto é vendido, tudo corre dentro da normalidade, do ponto de vista do produtor capitalista. O ciclo do valor de capital que ele representa não é interrompido. E se esse processo é ampliado – o que implica o consumo produtivo ampliado dos meios de produção –, então essa reprodução do capital pode ser acompanhada da ampliação do consumo (portanto, da demanda) individual do trabalhador, uma vez que tal processo é introduzido e mediado pelo consumo produtivo. Desse modo, pode ocorrer de a produção de mais-valor – e, com ela, o consumo individual do capitalista – crescer, o processo inteiro de reprodução encontrar-se em plena florescência e, no entanto, haver uma enorme massa de mercadorias que só aparentemente ingressam na esfera do consumo, mas, na realidade, permanecem não vendidas, estocadas nas mãos dos intermediários; ou seja, mercadorias que, de fato, ainda se encontram no mercado.

Uma leva de mercadorias sucede a outra, até que, por fim, fica claro que a leva anterior só foi aparentemente absorvida pelo consumo. Os capitais-mercadoria disputam entre si um lugar no mercado. Os que ficam para trás, precisam vender abaixo do preço. As levas anteriores ainda não foram liquidadas, enquanto vencem os prazos de pagamento das mercadorias. Para poder pagá-las, seus possuidores têm de se declarar insolventes ou vendê-las por qualquer preço. Essa venda não tem absolutamente nada a ver com a situação real da demanda, mas apenas com a *demanda por pagamento*, com a necessidade absoluta de transformar mercadoria em dinheiro. Deflagra-se, então, a crise. Ela se mostra não na diminuição imediata da demanda consumptiva, da demanda por consumo

individual, mas na diminuição da troca de capital por capital, do processo de reprodução do capital.

Se as mercadorias Mp e T – em que D é investido a fim de cumprir sua função como capital monetário, ou seja, como valor de capital destinado a reconverter-se em capital produtivo – têm de ser compradas ou pagas em prazos distintos, de modo que a fórmula D-M represente, portanto, uma série de compras e pagamentos sucessivos, então uma parte de D realiza a operação D-M, enquanto a outra conserva-se no estado de dinheiro para poder servir a simultâneas ou sucessivas operações D-M no momento determinado pelas condições do próprio processo. Essa parte de D retirou-se temporariamente da circulação apenas para entrar em ação, exercer sua função, num momento determinado. Sua existência como fundo de compra e de pagamento, a suspensão de seu movimento, o estado de sua circulação interrompida é, assim, um estado em que o dinheiro exerce uma de suas funções como capital monetário. Como capital monetário, pois nesse caso até mesmo o dinheiro que permanece temporariamente imóvel forma parte do capital monetário D (de D' – *d* = D), da parte de valor do capital-mercadoria, que é = P, isto é, igual ao valor do capital produtivo, a partir do qual o ciclo tem início. Por outro lado, todo o dinheiro retirado da circulação está na forma de tesouro. A forma-tesouro do dinheiro converte-se, aqui, numa função do capital monetário, do mesmo modo como, em D-M, a função do dinheiro como meio de compra ou de pagamento converte-se na função do capital monetário, e isso precisamente porque o valor de capital existe aqui na forma-dinheiro, porque o estado de dinheiro é aqui um estado do capital industrial num de seus estágios, estado que é prescrito pela concatenação do ciclo. Mas volta-se a comprovar, ao mesmo tempo, que o capital monetário não desempenha no interior do ciclo do capital industrial senão funções de dinheiro, e que estas só possuem o significado de funções do capital por meio de sua conexão com outros estágios desse ciclo.

A representação de D' como relação entre *d* e D, como relação do capital, não é, diretamente, uma função do capital monetário, mas do capital-mercadoria M', que, por sua vez, como relação entre *m* e M,

expressa apenas o resultado do processo de produção, da autovalorização do valor de capital que ocorre em seu interior.

Se a marcha do processo de circulação encontra obstáculos, de modo que D é obrigado a suspender sua função D-M por circunstâncias externas, pela situação do mercado etc. e, assim, a permanecer por mais ou menos tempo em seu estado de dinheiro, tem-se novamente um estado de entesouramento do dinheiro, que ocorre também na circulação simples de mercadorias, quando a transição de M-D a D-M é interrompida por circunstâncias externas. Em nosso caso, o dinheiro tem, assim, a forma do capital monetário imóvel, latente. Por ora, no entanto, não nos aprofundaremos nessa questão.

Em ambos os casos, porém, a permanência do capital monetário em seu estado de dinheiro aparece como resultado de um movimento ininterrupto, seja ele conforme ou contrário a seu fim, voluntário ou involuntário, conforme ou contrário à sua função.

## II. Acumulação e reprodução em escala ampliada

Como as proporções em que se pode ampliar o processo de produção são determinadas não de forma arbitrária, mas de forma técnica, pode ocorrer, e de fato ocorre com frequência, que o mais-valor realizado, embora destinado à capitalização, cresça (sendo, portanto, acumulado nas proporções necessárias), mediante a repetição dos diferentes ciclos, até atingir o volume em que pode realmente funcionar como capital adicional ou ingressar no ciclo do valor de capital em processo. O mais-valor imobiliza-se, assim, como tesouro e, sob essa forma, constitui o capital monetário latente. Latente porque, enquanto imobilizado sob a forma-dinheiro, não pode atuar como capital[6a]. Assim, o entesouramento aparece aqui como um momento implícito no processo capitalista de acumulação, um momento que lhe é inerente mas, ao mesmo tempo, dele essencialmente distinto. Pois o próprio processo de reprodução não é ampliado mediante a formação do capital monetário latente. Ao contrário, o capital monetário latente é aqui constituído porque o produtor capitalista não pode ampliar

imediatamente a escala de sua produção. Se vende seu mais-produto a um produtor de ouro ou prata, o qual lança o novo ouro ou a nova prata na circulação, ou, o que gera o mesmo resultado, a um comerciante que importa quantidades adicionais de ouro ou prata em troca de uma parte do mais-produto nacional, seu capital monetário latente constitui um incremento do tesouro de ouro ou prata nacional. Em todos os outros casos, as £78, por exemplo, que eram meios de circulação na mão do comprador, assumiram na do capitalista apenas a forma-tesouro; houve, portanto, apenas uma distribuição diferente do tesouro de ouro ou prata nacional.

Se o dinheiro funciona como meio de pagamento nas transações de nosso capitalista (de modo que a mercadoria possa ser paga num prazo mais curto ou mais longo), o mais-produto destinado à capitalização transforma-se não em dinheiro, mas em crédito, títulos de propriedade sobre um equivalente que o comprador talvez já possua ou talvez apenas pretenda possuir. Ele não entra no processo de reprodução do ciclo, como tampouco entra nele o dinheiro investido em papéis que rendem juros etc., embora possa entrar no ciclo de outros capitais industriais individuais.

O caráter inteiro da produção capitalista é determinado pela valorização do valor de capital adiantado, ou seja, em primeira instância, pela produção do máximo possível de mais-valor; em segundo lugar, porém (cf. Livro I, cap. 22), pela produção de capital, isto é, pela transformação de mais-valor em capital. A acumulação ou produção em escala ampliada, que aparece como meio para a produção sempre aumentada de mais-valor e, por conseguinte, para o enriquecimento do capitalista, como objetivo pessoal deste último, e que está incluída na tendência geral da produção capitalista, torna-se, por meio de seu desenvolvimento, como mostramos no Livro I[i], uma necessidade para cada capitalista individual. O aumento constante de seu capital passa a ser uma condição para a conservação desse mesmo capital. Mas não retornaremos aqui aos detalhes do que já foi exposto.

Consideramos inicialmente a reprodução simples[j] e partimos do pressuposto de que o mais-valor inteiro é gasto como renda. Na realidade, em condições normais, uma parte do mais-valor deve sempre ser gasta

como renda, enquanto outra é capitalizada, sendo totalmente indiferente se o mais-valor produzido em determinado período é ora inteiramente consumido, ora inteiramente capitalizado. Na média do movimento – e a fórmula geral não pode representar mais do que tal média –, ocorrem ambas as coisas. Mas, para não complicar a fórmula, é melhor pressupor que o mais-valor total é acumulado. A fórmula P…M’-D’-M’$<^{T}_{Mp}$…P’ expressa um capital produtivo que se reproduz em maior escala e com maior valor, e que inicia seu segundo ciclo como capital produtivo aumentado, ou, o que dá no mesmo, reinicia seu primeiro ciclo. Assim que tem início esse segundo ciclo, temos P novamente como ponto de partida; mas este P é um capital produtivo maior do que o era o primeiro P. Assim, se na fórmula D…D’ o segundo ciclo inicia com D’, D’ funciona como D, como capital monetário desembolsado de determinada grandeza, um capital monetário maior do que aquele com o qual começou o primeiro ciclo, porém toda referência a seu incremento por meio da capitalização de mais-valor desaparece assim que ele surge na função de capital monetário desembolsado. Essa origem está apagada quando ele aparece sob a forma de capital monetário que inicia seu ciclo. O mesmo ocorre com P’ tão logo ele funciona como ponto de partida de um novo ciclo.

Se comparamos P…P’ com D…D’ ou com o primeiro ciclo, vemos que eles não têm de modo algum o mesmo significado. D…D’, tomado em si mesmo, como ciclo isolado, expressa apenas que D, o capital monetário (ou o capital industrial em seu ciclo como capital monetário), é dinheiro que pare dinheiro, valor que pare valor, que cria mais-valor. No ciclo de P, ao contrário, o próprio processo de valorização já está concluído com o término do primeiro estágio, o do processo de produção, e, depois de percorrido o segundo estágio (o primeiro estágio da circulação) M’-D’, o valor de capital + o mais-valor existem já como capital monetário realizado, como D’, surgido como último extremo no primeiro ciclo. O fato de que o mais-valor tenha sido produzido é expresso na forma primeiramente estudada de P…P (ver a fórmula explícita na p. 47[k]) por meio de *m-d-m*, que, em seu primeiro estágio, fica de fora da circulação do capital e representa a circulação do mais-valor como renda. Nessa forma,

em que se representa o inteiro movimento em P…P, inexistindo portanto qualquer diferença de valor entre os dois pontos extremos, a valorização do valor adiantado, a criação de mais-valor, é representada do mesmo modo que em D…D', com a única diferença de que o ato M'-D', que aparece como último estágio em D…D' e como segundo no ciclo, é, em P…P, o primeiro estágio da circulação.

Em P…P', P' expressa não o mais-valor produzido, mas o fato de que o mais-valor produzido se capitaliza, ou seja, que foi acumulado capital e que, portanto, P', diferentemente de P, consiste no valor de capital original mais o valor do capital acumulado por meio de seu movimento.

D', como simples conclusão de D…D', e também M', tal como aparece em todos esses ciclos, expressam, tomados em si mesmos, não o movimento, mas seu resultado: a valorização do valor de capital realizado em forma-mercadoria ou forma-dinheiro e, portanto, o valor de capital como D + *d* ou M + *m*, como relação entre o valor de capital e o mais-valor, este último considerado como seu rebento. Expressam esse resultado como diferentes formas de circulação do capital monetário valorizado. Mas nem na forma M' nem na forma D' a valorização operada é, em si mesma, uma função, seja do capital monetário, seja do capital-mercadoria. Como formas e modos de existência particulares e distintos, que correspondem a funções específicas do capital industrial, o capital monetário só pode exercer funções de dinheiro, e o capital-mercadoria, funções de mercadoria, havendo entre eles apenas a diferença de mercadoria e dinheiro. Do mesmo modo, o capital industrial, em sua forma de capital produtivo, só pode consistir dos mesmos elementos de qualquer outro processo de trabalho que gera produtos: de um lado, condições objetivas de trabalho (meios de produção); de outro, força de trabalho produtivamente empregada (orientada a uma finalidade). Assim como, na esfera da produção, o capital industrial só pode existir na articulação que corresponde ao processo de produção em geral e, portanto, também ao processo não-capitalista de produção, na esfera da circulação ele só pode existir sob as duas formas correspondentes de mercadoria e dinheiro. Mas como a soma dos elementos de produção se manifesta desde o início como

capital produtivo pelo fato de a força de trabalho ser força de trabalho alheia que o capitalista comprou de seu próprio possuidor, assim como comprou os meios de produção de outros possuidores de mercadorias; como, portanto, o próprio processo de produção se manifesta também como função produtiva do capital industrial, o dinheiro e a mercadoria aparecem como formas de circulação do mesmo capital industrial, suas funções como funções de circulação deste último, que ou introduzem as funções do capital produtivo ou dele derivam. É apenas mediante sua articulação como formas funcionais que o capital industrial deve assumir nos diferentes estágios de seu processo cíclico que as funções de dinheiro e de mercadoria são aqui, ao mesmo tempo, funções de capital monetário e capital-mercadoria. É um erro, portanto, querer derivar as propriedades e funções características e específicas do dinheiro e da mercadoria enquanto tais de seu caráter de capital, como também é um erro, inversamente, querer deduzir as propriedades do capital produtivo de seu modo de existência como meios de produção.

Assim que D' ou M' são fixados como D + *d*, M + *m*, isto é, como relação do valor de capital com o mais-valor como seu rebento, essa relação é expressa em ambos, uma vez em forma-dinheiro, outra em forma-mercadoria, o que não altera em nada a questão. Essa relação não surge de qualidades e funções que dizem respeito ao dinheiro como tal, nem à mercadoria como tal. Em ambos os casos, a propriedade que caracteriza o capital, a de ser valor que pare valor, é expressa apenas como resultado. M' é sempre o produto da função de P, e D' é sempre apenas a forma de M' transformada no ciclo do capital industrial. Assim, tão logo o capital monetário reinicia sua função específica como capital monetário, ele deixa de expressar a relação de capital contida em D' = D + *d*. Se D…D' já está concluído e D' reinicia o ciclo, ele não figura como D', mas como D, mesmo que se capitalize todo o mais-valor contido em D'. O segundo ciclo começa, em nosso caso, com um capital monetário de £500, em vez das £422 do primeiro ciclo. O capital monetário que abre o ciclo é £78 maior do que antes; essa diferença existe na comparação de um ciclo com o outro; mas essa comparação não existe no interior de cada ciclo individual. As

£500 adiantadas como capital monetário, das quais £78 já existiam como mais-valor, desempenham o mesmo papel que as £500 com que outro capitalista inicia seu primeiro ciclo. O mesmo ocorre no ciclo do capital produtivo. No ciclo que se reinicia, o P' aumentado aparece como P, exatamente do mesmo modo que P na reprodução simples P…P.

No estágio $D'-M'<^{T}_{Mp}$, a grandeza acrescentada é indicada apenas por M', mas não por T' nem por Mp'. Como M é a soma de T e Mp, com M' já está indicado que a soma de T e Mp nela contida é maior do que o P original. Além disso, a designação T' e Mp' seria falsa, porquanto sabemos que ao crescimento do capital vincula-se uma mudança de sua composição de valor, no transcurso da qual o valor de Mp aumenta, enquanto o de T diminui sempre em termos relativos e, frequentemente, também em termos absolutos.

## III. Acumulação de dinheiro

Que *d*, o mais-valor realizado, incorpore-se novamente ao valor de capital em processo e assim, juntamente com o capital D, possa ingressar no processo cíclico na grandeza D', é algo que depende de circunstâncias independentes da mera existência de *d*. Se trata-se de empregar *d* como capital monetário num segundo negócio independente do primeiro, é evidente que ele só poderá ser aplicado quando tiver atingido a quantia mínima requerida para tal negócio. Se trata-se de aplicá-lo na ampliação do negócio original, então as condições dos fatores materiais de P e suas proporções de valor também exigem que *d* tenha de atingir uma quantia mínima. Todos os meios de produção que atuam nesse negócio guardam entre si não apenas uma relação quantitativa, mas uma determinada relação quantitativa, um volume proporcional. Essas proporções materiais e as inerentes proporções de valor dos fatores que entram no capital produtivo determinam o volume mínimo que *d* deve possuir para poder ser aplicado em meios de produção e força de trabalho adicionais, ou apenas nos primeiros, como incremento do capital produtivo. **Assim, o fiandeiro não pode aumentar o número de seus fusos sem, ao mesmo tempo,**

**providenciar o número correspondente de cardadores e aparatos de pré-fiação, além de ter de arcar com o gasto aumentado em algodão e salários que tal expansão do negócio provoca. Por isso, para realizar essa expansão, é necessário que o mais-valor já tenha atingido uma soma média (£1 por novo fuso adquirido é a soma normalmente calculada)**. Enquanto *d* não alcança esse volume mínimo, o ciclo do capital precisa ser repetido até que a soma dos sucessivos *d* por ele produzidos possa funcionar em conjunto com D, isto é, em $D'\text{-}M'<^{T}_{Mp}$. Simples mudanças de detalhe introduzidas, por exemplo, na maquinaria de fiar, ao torná-las mais produtivas, requerem um dispêndio maior de material de fiação, a ampliação da maquinaria de pré-fiação etc. Enquanto isso, *d* é acumulado, e sua acumulação não é sua função própria, mas o resultado do repetido processo P…P. Sua função própria é sua permanência no estado de dinheiro, até que, graças aos repetidos ciclos de valorização, ou seja, a um elemento externo, ele tenha recebido acréscimos suficientes para atingir o volume mínimo necessário ao exercício de sua função ativa; o volume, sem o qual não pode tomar parte efetivamente – como capital monetário e, neste caso, como parte acumulada do capital monetário D em funcionamento – na função do capital monetário D. No intervalo, é acumulado e existe apenas na forma de um tesouro em processo de formação, de crescimento. A acumulação de dinheiro, o entesouramento, aparece aqui, portanto, como um processo que acompanha transitoriamente a acumulação efetiva, a ampliação da escala em que atua o capital industrial. Transitoriamente, pois, enquanto o tesouro permanece em seu estado de tesouro, ele não funciona como capital, não participa do processo de valorização, continua a ser uma quantia de dinheiro que aumenta unicamente porque, sem sua intervenção, o dinheiro existente é guardado na mesma arca.

A forma do tesouro não é mais do que a forma do dinheiro que não se encontra em circulação, do dinheiro que teve sua circulação interrompida e, por isso, é guardado em sua forma-dinheiro. Quanto ao entesouramento propriamente dito, trata-se de um processo comum a toda produção de mercadorias e que só desempenha um papel como fim em si mesmo nas formas pré-capitalistas não desenvolvidas. Porém, o tesouro aparece como

forma do capital monetário e o entesouramento, como processo que acompanha transitoriamente a acumulação do capital, porquanto e na medida em que o dinheiro figura como *capital monetário latente*; porquanto o entesouramento, o estado de tesouro do mais-valor existente em forma-dinheiro, é um estágio preparatório – funcionalmente determinado e externo ao ciclo do capital – para a transformação do mais-valor em capital efetivamente operante. Por meio dessa sua determinação, o tesouro é, pois, capital monetário latente, razão pela qual também o volume que ele tem de alcançar para poder entrar no processo é determinado pela composição de valor que o capital produtivo apresenta em cada caso. Enquanto permanece em estado de tesouro, contudo, ele não funciona como capital monetário, mas é ainda capital monetário imóvel; não capital monetário interrompido em sua função, como antes, mas capital monetário ainda não apto ao exercício de sua função.

Tomamos aqui a acumulação de dinheiro em sua forma original, real, como tesouro real em dinheiro. Ela pode existir também na forma de simples crédito ou saldo credor do capitalista que vendeu M’. Aqui não cabe estudar as outras formas que esse capital monetário pode assumir durante o intervalo, inclusive a de dinheiro que pare dinheiro, por exemplo, sob a forma de depósito a juro num banco, letras de câmbio ou papéis de qualquer tipo. O mais-valor realizado em dinheiro exerce, então, funções específicas de capital fora do ciclo do capital industrial do qual ele surgiu; funções que, em primeiro lugar, não guardam qualquer relação com aquele ciclo como tal e que, em segundo lugar, são funções de capital distintas das funções do capital industrial e que ainda não foram examinadas aqui.

## IV. Fundo de reserva

Na forma de que acabamos de tratar, o tesouro, modo de existência do mais-valor, é fundo de acumulação de dinheiro, a forma-dinheiro que a acumulação do capital assume temporariamente e, nesse sentido, também condição desta última. Mas esse fundo de acumulação também pode prestar serviços secundários especiais, isto é, ingressar no processo cíclico do

capital sem que este assuma a forma P…P’, ou seja, sem que se amplie a reprodução capitalista.

Se o processo M’-D’ se prolonga além de sua medida normal, isto é, se o capital-mercadoria leva mais tempo para se transformar em forma-dinheiro ou se, uma vez realizada essa transformação, por exemplo, o preço dos meios de produção em que o capital monetário tem de ser investido aumenta acima do nível em que se encontrava no início do ciclo, o tesouro que funciona como fundo de acumulação pode ser utilizado para ocupar o lugar do capital monetário ou de uma parte dele. O fundo de acumulação de dinheiro serve, assim, como fundo de reserva para equilibrar as perturbações do ciclo.

Como tal fundo de reserva, ele é distinto dos fundos de meios de compra e de pagamento considerados no ciclo P…P. Estes são parte do capital monetário em funcionamento (portanto, formas de existência de uma parte do valor de capital operante em geral), cujas partes só entram em função sucessivamente, em prazos distintos. Na continuidade do processo de produção forma-se constantemente um capital monetário de reserva, já que hoje se contraem pagamentos que só serão realizados num prazo posterior, ou vendem-se hoje grandes massas de mercadorias para somente depois voltar a comprar outras; nesses intervalos, existe constantemente, portanto, uma parte do capital circulante na forma-dinheiro. Já o fundo de reserva, ao contrário, é uma parte constitutiva não do capital operante (mais precisamente, do capital monetário), mas do capital situado num estágio preliminar de sua acumulação, do mais-valor que ainda não se transformou em capital ativo. De resto, é evidente que o capitalista em apuros não se pergunta em nenhum momento pelas funções determinadas do dinheiro que se encontra em suas mãos, mas aplica o que tem para manter em funcionamento o processo cíclico de seu capital. Assim, em nosso exemplo, D = £422 e D’ = £500. Se uma parte do capital de £422 existe como fundo de meios de pagamento e de compra, como reserva monetária, esta é calculada de modo que, mantendo-se inalteradas as demais circunstâncias, ela entrará integralmente no ciclo e bastará para atender às suas necessidades. Mas o fundo de reserva é uma parte das £78 de mais-valor;

ele só pode ingressar no processo cíclico do capital de £422 na medida em que esse ciclo é completado sob circunstâncias que não permanecem inalteradas; pois ele é uma parte do fundo de acumulação e figura aqui sem a ampliação da escala da reprodução.

O fundo de acumulação de dinheiro é já a existência de capital monetário latente; portanto, a transformação de dinheiro em capital monetário.

A fórmula geral do ciclo do capital produtivo, que resume a reprodução simples e a reprodução em escala ampliada, é:

$$P\ldots\overbrace{M'\text{-}D'}^{1}.\qquad \overbrace{D\text{-}M}^{2}<^{T}_{Mp}\ldots P\ (P')$$

Se P = P, então D em 2) = D’-*d*; se P = P’, então D em 2) é maior do que D’ – *d*; isto é, *d* foi transformado inteira ou parcialmente em capital monetário.

O ciclo do capital produtivo é a forma na qual a economia política clássica considera o processo cíclico do capital industrial[l].

---

[a] Título inserido por Engels. (N. E. A.)

[b] Marx emprega os verbos *vergolden* (“dourar”) e *versilbern* (“pratear”) com o sentido de “converter em dinheiro ou valor monetário”, “realizar”. (N. T.)

[c] O correto seria: “*d-m*”. (N. E. A.)

[d] Neste ponto Engels desconsiderou um trecho do manuscrito. A passagem correspondente está reproduzida no Apêndice 3, p. 648-50. (N. T.)

[e] No Livro I de *O capital*, Marx retoma sua polêmica contra as teses burguesas de que o objetivo da produção capitalista consiste na produção de valores de uso, que o capital é dinheiro ou mercadoria e o capitalista pratica a abstinência. Lá ele critica as ideias de, entre outros, MacCulloch, Macleod, Roscher, Malthus, Senior e Scrope. (N. E. A.)

[f] Cf. p. 405-14. (N. E. A.). [No manuscrito V (p. 27), a passagem seguinte é antecedida pela frase: “Em contraste com I (D…D’) e $M\text{-}D\text{-}M<^{T}_{Mp}$, a conversão do capital monetário é apenas um elemento mediador da *reconversão* do capital-mercadoria em *capital produtivo* ou da mercadoria em seus *próprios elementos de produção,* e o *tornar-se dinheiro* [*Geldwerdung*] da mercadoria é apenas um elemento efêmero”. – N. T.]

[g] No manuscrito V, consta a anotação: “Contra Tooke”. (N. E. A.)

[h] Marx refere-se aqui provavelmente às concepções de Ricardo e Say. (N. E. A.)

[6a] A expressão latente baseia-se na noção física de calor latente, hoje completamente superada pela teoria da transformação de energia. Por isso, na terceira seção (de redação posterior), Marx emprega a expressão "potencial", baseada na noção de energia potencial, ou "capital virtual", em analogia às velocidades virtuais de D'Alembert. (F. E.) [Cf. Jean le Rond D'Alembert, *Traité de dynamique* (Paris, [David,] 1743) e *Traité de l'équilibre et du mouvement des fluides* (Paris, [David,] 1744). Que Engels conhecia as mais recentes descobertas da física, especialmente a tese da conservação da energia – formulada pela primeira por Julius Robert von Mayer –, o mostram seus estudos sobre a *Dialética da natureza* (MEGA-2 I/26, [Berlim, Dietz]), p. 77, 109. Notas complementares semelhantes sobre os recentes desenvolvimentos das ciências naturais também foram introduzidas por Engels na terceira edição do Livro I de *O capital*, por exemplo, sobre a teoria molecular. (Cf. Livro I, cit., p. 381, nota 205a). – N. E. A.]

[i] Cf. Livro I, cit., p. 830-3. (N. T.)

[j] Cf. ibidem, p. 641-53. (N. T.)

[k] Cf. p. 154. (N. T.)

[l] Referência à concepção corrente da reprodução contínua do aparato de produção em sentido físico, como estoque de meios de produção, sustentada em maior ou menor medida pelos economistas clássicos, ainda fortemente influenciados pelo exemplo da agricultura. (N. E. A.)

# Capítulo 3

## O ciclo do capital-mercadoria

A fórmula geral para o ciclo do capital-mercadoria é:

M'-D'-M…P…M'

M' aparece não só como produto, mas também como pressuposto dos dois ciclos anteriores, porquanto o que D-M implica para um capital, M'-D' implica para o outro, na medida em que ao menos uma parte dos meios de produção constitui o produto-mercadoria de outros capitais individuais que se encontram em seu ciclo. Assim, em nosso exemplo, o carvão, as máquinas etc. são o capital-mercadoria do explorador da mina, do capitalista construtor de máquinas etc. Além disso, no capítulo 1, item IV, foi mostrado que já na primeira repetição de D…D', antes de consumado esse segundo ciclo do capital monetário, está pressuposto não apenas o ciclo P…P, mas também o ciclo M…M'.

Se a reprodução se dá em escala ampliada, a M' final é maior do que a M' inicial e deve, por isso, ser designada como M''.

A diferença da terceira forma em relação às duas primeiras mostra-se, em primeiro lugar, no fato de que aqui é a circulação inteira, com suas duas fases contrárias, que abre o ciclo, ao passo que, na forma I, a circulação é interrompida pelo processo de produção e, na forma II, a circulação inteira, com suas duas fases complementares, aparece apenas como mediação do processo de reprodução, constituindo, portanto, o movimento mediador entre P…P. Em D…D', a forma de circulação D-M…M'-D' = D-M-D. Em P …P, ela é o contrário: M'-D'. D-M = M-D-M. Em M'…M', ela apresenta também essa última forma.

Em segundo lugar, na repetição dos ciclos I e II, embora os pontos finais D’ e P’ constituam os pontos de partida do ciclo que se inicia novamente, desaparece a forma em que eles foram criados. D’ = D + *d*, P’ = P + p reinicia o novo processo como D e P. Na forma III, porém, o ponto de partida M deve ser designado como M’, ainda que o ciclo se renove na mesma escala, e isso com base na seguinte razão. Na forma I, assim que D’ inaugura, como tal, um novo ciclo, ele funciona como capital monetário D, desembolso do valor de capital a ser valorizado em forma-dinheiro. A grandeza do capital monetário adiantado, incrementada pela acumulação realizada no primeiro ciclo, aumentou. Mas que essa grandeza seja £422 ou £500 não altera em nada o fato de ele aparecer como mero valor de capital. D’ não existe mais como capital valorizado ou prenhe de mais-valor, como relação de capital. É no processo que ele deve se valorizar. O mesmo vale para P…P’; P’ tem de continuar a funcionar como valor de capital – que deve produzir mais-valor – e reiniciar o ciclo. Já o ciclo do capital-mercadoria, ao contrário, não se inicia com o valor de capital, mas com o valor de capital aumentado em forma-mercadoria, incluindo desde o princípio o ciclo não apenas do valor de capital existente em forma-mercadoria, mas também do mais-valor. Assim, se nessa forma ocorre uma reprodução simples, no fim aparece um M’ da mesma grandeza que no começo. Se uma parte do mais-valor entra no ciclo do capital, ao final do processo aparece, de fato, em vez de M’, um M’ maior, M’’, mas o ciclo seguinte abre-se novamente com M’, que é apenas um M’ maior que no ciclo anterior, que inicia seu novo ciclo com um valor de capital acumulado maior e, por conseguinte, também com um mais-valor novo e relativamente maior. Em todos os casos, M’ inicia o ciclo sempre como um capital-mercadoria, que é = valor de capital + mais-valor.

M’, em sua qualidade de M, aparece no ciclo de um capital industrial individual não como forma desse capital, mas como forma de outro capital industrial, na medida em que os meios de produção constituem seus produtos. O ato D-M (isto é, D-Mp) do primeiro capital é, para esse segundo capital, M’-D’.

No processo de circulação D-M$<^{T}_{Mp}$, T e Mp comportam-se de modo

idêntico por serem mercadorias na mão de seus vendedores, aqui o trabalhador que vende sua força de trabalho, lá o possuidor dos meios de produção que vende estes últimos. Para o comprador, cujo dinheiro funciona como capital monetário, eles só funcionam como mercadorias enquanto ainda não foram compradas, ou seja, enquanto se apresentam diante de seu capital existente na forma-dinheiro como mercadorias pertencentes a outrem. Mp e T só se diferenciam aqui quando Mp, nas mãos de seu vendedor, pode ser M', ou seja, capital, em que Mp é forma-mercadoria de seu capital, ao passo que T, para o trabalhador, nunca é mais do que uma mercadoria e só se torna capital nas mãos do comprador, como parte integrante de P.

M' jamais pode, portanto, iniciar um ciclo como mera forma-mercadoria do valor de capital. Como capital-mercadoria, ele é sempre um duplo. Do ponto de vista do valor de uso, ele é o produto da função de P – aqui, o fio – cujos elementos T e Mp, que resultam da circulação como mercadorias, funcionaram como elementos formadores desse produto. Do ponto de vista do valor, ele é o valor de capital P acrescido do mais-valor *m* produzido na função de P.

É somente no próprio ciclo de M' que M = P = valor de capital pode e tem de se separar da parte de M' em que existe o mais-valor, do mais-produto em que se aloja o mais-valor, sejam eles de fato separáveis, como no fio, ou não, como na máquina. Eles se tornam separáveis assim que M' se converte em D'.

Se o produto-mercadoria inteiro é separável em produtos parciais independentes e homogêneos, como, por exemplo, as nossas 10.000 libras de fio, e se, por conseguinte, o ato M'-D' pode se representar numa soma de vendas sucessivas, então o valor de capital pode funcionar na forma-mercadoria como M, apartar-se de M' antes que se realize o mais-valor e, assim, antes que M' se realize em sua totalidade.

Das 10.000 libras de fio a £500, o valor de 8.440 libras = £422 = valor de capital separado do mais-valor. Se o capitalista vende apenas 8.440 libras de fio por £422, essas 8.440 libras de fio M representam o valor de capital em forma-mercadoria; o mais-produto de 1.560 libras de fio contido

em M' = mais-valor de £78 só circularia posteriormente; o capitalista poderia completar a operação M-D-M$<^{T}_{Mp}$ antes da circulação do mais-produto *m-d-m*.

Ou, se ele vendesse apenas 7.440 libras de fio no valor de £372 e, em seguida, 1.000 libras de fio no valor de £50, com a primeira parte de M poderiam ser repostos os meios de produção (a parte constante do capital *c*) e, com a segunda parte de M, a parte variável do capital *v*, a força de trabalho, e assim por diante.

Mas se se realizam tais vendas sucessivas e as condições do ciclo o consentem, o capitalista também pode operar essa divisão em partes alíquotas de M', em vez de dividir M' em *c* + *v* + *m*.

Por exemplo, 7.440 libras de fio = £372, que, como partes de M' (10.000 libras de fio = £500), representam a parte constante do capital, podem, por sua vez, ser novamente decompostas em 5.535 libras de fio com um valor de £276,768, que apenas repõem a parte constante, o valor dos meios de produção consumidos em 7.440 libras de fio, 744 libras de fio no valor de £37,200, que apenas repõem o capital variável, e 1.160,640 libras de fio no valor de £58,032, que, como mais-produto, são portadoras do mais-valor. Logo, das 7.440 libras de fio vendidas, o capitalista pode repor o valor de capital nelas contido por meio da venda de 6.279,360 libras de fio pelo preço de £313,968, gastando como renda o valor do mais-produto de 1.160,640 libras de fio = £58,032.

Do mesmo modo, pode continuar a decompor 10.000 libras de fio = £50 = valor de capital variável, e vendê-las do seguinte modo: 744 libras de fio a £37,200, o valor de capital constante de 1.000 libras de fio; 100 libras de fio a £5,000, seu valor de capital variável; portanto, 844 libras de fio a £42,200, reposição do valor de capital contido nas 1.000 libras de fio; e, finalmente, 156 libras de fio no valor de £7,800, que representam o mais-produto nelas contido e que podem ser consumidas como tal.

Por fim, o capitalista ainda pode, caso consiga vendê-las, decompor as restantes 1.560 libras de fio no valor de £78, de modo que a venda de 1.160,640 libras de fio por £58,032 reponha o valor dos meios de produção contidos em 1.560 libras de fio, e a venda de 156 libras de fio no valor de

£7,800 reponha o valor de capital variável; as duas vendas, juntas, representam 1.316,640 libras de fio = £65,832, isto é, a reposição do valor de capital total; por último, o produto excedente, 243,360 libras de fio = £12,168, permanece como renda a ser gasta.

Assim como cada um dos elementos *c*, *v* e *p* existentes no fio, também cada libra de fio em si mesma, com seu valor de 1 xelim = 12 *pence*, pode ser decomposta em

| | | |
|---|---|---|
| *c* = | 0,744 libra de fio = | 8,928 *pence* |
| *v* = | 0,100 libra de fio = | 1,200 *pence* |
| *m* = | 0,156 libra de fio = | 1,872 *pence* |
| *c* + *v* + *m* = | 1,000 libra de fio = | 12,00 *pence* |

Se somamos os resultados das três vendas parciais, obtemos o mesmo resultado que na venda das 10.000 libras de fio de uma só vez.

Como capital constante, temos:

| | | |
|---|---|---|
| na 1ª compra: | 5.535,360 libras de fio = | £276,768 |
| na 2ª compra: | 744,000 libras de fio = | £37,200 |
| na 3ª compra: | 1.160,640 libras de fio = | £58,032 |
| total: | 7.440,000 libras de fio = | £372,000 |

Como capital variável:

| | | |
|---|---|---|
| na 1ª compra: | 744,000 libras de fio = | £37,200 |
| na 2ª compra: | 100,000 libras de fio = | £5,000 |
| na 3ª compra: | 156,000 libras de fio = | £7,800 |
| total: | 1.000,000 libras de fio = | £50,000 |

Como mais-valor:

| | | |
|---|---|---|
| na 1ª compra: | 1.160,000 libras de fio = | £58,032 |
| na 2ª compra: | 156,000 libras de fio = | £7,800 |

| | | |
|---|---|---|
| na 3ª compra: | 243,360 libras de fio = | £12,168 |
| total: | 1.560,000 libras de fio = | £78,000 |

*Summa summarum*[a]:

| | | |
|---|---|---|
| na 1ª compra: | 7.440 libras de fio = | £372 |
| na 2ª compra: | 1.000 libras de fio = | £50 |
| na 3ª compra: | 1.560 libras de fio = | £78 |
| total: | 10.000 libras de fio = | £500 |

A operação M'-D', em si mesma, não é mais do que uma venda de 10.000 libras de fio. As 10.000 libras de fio são mercadorias tanto quanto qualquer outro fio. O que interessa ao comprador é o preço de 1 xelim por libra, ou de £500 por 10.000 libras. E se, ao negociar, ele decompõe o valor total em seus elementos constitutivos, é com a capciosa intenção de demonstrar que mesmo se a libra fosse vendida abaixo de 1 xelim o vendedor ainda faria um bom negócio. Mas a quantidade que ele compra depende de suas necessidades; se, por exemplo, ele possui uma tecelagem, esta dependerá da composição do capital empregado na tecelagem, e não da do fiandeiro, de quem ele compra. As relações em que M' tem, por um lado, de repor o capital nela aplicado (ou nas diversas partes que a constituem) e, por outro, de servir como mais-produto, seja para o dispêndio do mais-valor, seja para a acumulação do capital, existem apenas no ciclo do capital, cuja forma-mercadoria são as 10.000 libras de fio. Não têm relação alguma com a venda como tal. Aqui, além disso, está pressuposto que M' é vendida pelo seu valor e que, portanto, trata-se apenas de sua transmutação de forma-mercadoria em forma-dinheiro. Para M', como forma funcional no ciclo desse capital individual, com o qual o capital produtivo tem de ser reposto, o decisivo é, naturalmente, saber se e até que ponto o preço e o valor diferenciam-se um do outro na venda; mas isso não nos interessa neste momento, em que nos ocupamos somente com as diferenças de forma.

Na forma I, D...D', o processo de produção aparece na posição intermediária entre as duas fases mutuamente complementares e

contrapostas da circulação do capital; ele termina antes que se inicie a fase conclusiva M'-D'. O dinheiro é adiantado como capital primeiramente nos elementos de produção, que são transformados em produto-mercadoria, o qual, por fim, é reconvertido em dinheiro. É um ciclo comercial já encerrado, cujo resultado é o dinheiro, utilizável para tudo. O novo começo só está dado, assim, como possibilidade. D…P…D' pode ser tanto o último ciclo – que, retirando-se do negócio, encerre a função de um capital individual – como o primeiro ciclo de um capital novo que entra em funcionamento. O movimento geral é, aqui, D…D', do dinheiro a mais dinheiro.

Na forma II, P…M'-D'-M…P (P'), o processo inteiro de circulação segue o primeiro P e precede o segundo; mas se desdobra em ordem inversa à forma I. O primeiro P é o capital produtivo, e sua função é a do processo de produção, como precondição do processo de circulação subsequente. Já o P final, ao contrário, não é o processo de produção, mas apenas o ressurgimento do capital industrial em sua forma de capital produtivo. E ele é, com feito, esse ressurgimento como resultado da transformação – realizada na última fase da circulação – do valor de capital em T + Mp, nos fatores subjetivos e objetivos que, reunidos, constituem a forma de existência do capital produtivo. No fim, o capital, seja ele P ou P', volta a se apresentar numa forma acabada, na qual funciona novamente como capital produtivo e tem de realizar o processo de produção. A forma geral do movimento, P…P, é a forma da reprodução e, diferentemente de D…D', não revela a valorização como escopo do processo. Por isso, ela torna mais fácil para a economia política clássica prescindir da forma capitalista determinada do processo de produção e apresentar como escopo do processo a produção como tal, de modo a produzir a maior quantidade com os menores preços possíveis e trocar o produto pela maior variedade possível de outros produtos, em parte para a renovação da produção (D-M), em parte para o consumo (*d*-*m*). Nesse caso, uma vez que D e *d* aparecem aqui apenas como meio efêmero de circulação, as peculiaridades tanto do dinheiro como do capital monetário podem ser deixadas de lado, e o processo inteiro aparece como um processo simples e natural, isto é,

dotado da naturalidade do racionalismo raso. No capital-mercadoria, também o lucro é ocasionalmente esquecido, sendo figurado, quando se trata da totalidade do ciclo de produção, simplesmente como mercadoria ou, quando se trata das partes integrantes do valor, como capital-mercadoria. A acumulação aparece, naturalmente, do mesmo modo que a produção.

Na forma III, M'-D'-M…P…M', as duas fases do processo de circulação iniciam o ciclo, e precisamente na mesma ordem que na forma II, P…P; segue-se, então, P, e, tal como na forma I, com sua função, o processo de produção; com o resultado desta última, M', encerra-se o ciclo. Assim como na forma II o ciclo se encerra com P, como mero ressurgimento do capital produtivo, aqui ele se encerra com M', como ressurgimento do capital-mercadoria; e, assim como na forma II, o capital, em sua forma final, tem de reiniciar o processo como processo de produção, também aqui, com a reaparição do capital industrial sob a forma de capital-mercadoria, o ciclo tem de se reiniciar com a fase de circulação M'-D'. Ambas as formas do ciclo são incompletas porque não se concluem com D', o valor de capital valorizado, reconvertido em dinheiro. Ambas têm, pois, de continuar seu desenvolvimento e incluem, assim, a reprodução. O ciclo total, na forma III, é M'…M'.

O que diferencia a terceira forma das duas primeiras é o fato de que apenas neste ciclo o valor de capital valorizado, e não o valor de capital original ainda por valorizar, aparece como ponto de partida de sua valorização. M', como relação de capital, é aqui o ponto de partida e, como tal, atua de modo determinante sobre o ciclo inteiro, pois inclui, já em sua primeira fase, tanto o ciclo do valor de capital como o do mais-valor; e este último, se não em cada ciclo individual, pelo menos na média geral dos ciclos, tem, em parte, de ser gasto como renda, percorrendo o processo de circulação *m-d-m*, e, em parte, funcionar como elemento da acumulação do capital.

Na forma M'…M', o consumo do produto-mercadoria inteiro é pressuposto como condição do curso normal do próprio processo do capital. O consumo individual do trabalhador e o consumo individual da

parte não acumulada do mais-produto abarca o consumo individual inteiro. O consumo entra, portanto, em sua totalidade – como consumo individual e consumo produtivo –, como precondição, no ciclo M'. O consumo produtivo (no qual também está incluído, na realidade, o consumo individual do trabalhador, já que a força de trabalho é, dentro de certos limites, um produto constante do consumo individual do trabalhador) se realiza mediante cada capital individual. O consumo individual – abstraindo-se dos casos em que é necessário para a existência do capitalista individual – é pressuposto apenas como ato social, jamais como ato do capitalista individual.

Nas formas I e II, o movimento inteiro se apresenta como movimento do valor de capital adiantado. Na forma III, o capital valorizado, na forma do produto-mercadoria total, constitui o ponto de partida e possui a forma do capital que move a si mesmo, isto é, do capital-mercadoria. É somente após sua conversão em dinheiro que esse movimento se bifurca em movimento do capital e movimento da renda. A distribuição do produto social inteiro, assim como a distribuição especial do produto para cada capital-mercadoria individual, uma parte sendo destinada ao fundo individual de consumo, outra ao fundo de reprodução, está incluída, nesta forma, no ciclo do capital.

Em D…D', está implícita uma possível ampliação do ciclo, de acordo com o volume de *d* que entre no ciclo renovado.

Em P…P, P pode começar o novo ciclo com o mesmo valor, ou inclusive com menos, e, no entanto, representar uma reprodução em escala ampliada; por exemplo, quando os elementos das mercadorias se barateiam em consequência da produtividade aumentada do trabalho. Em contrapartida, no caso contrário, é possível que um capital produtivo superior ao seu valor represente uma reprodução numa escala materialmente inferior; por exemplo, quando os elementos de produção encarecerem. O mesmo vale para M'…M'.

Em M'…M', a produção pressupõe o capital em forma-mercadoria; ele retorna, na segunda M, como pressuposto no interior desse ciclo. Se essa M ainda não foi produzida ou reproduzida, o ciclo se interrompe; essa M tem

de ser reproduzida, em sua maior parte, como M’ de outro capital industrial. Nesse ciclo, M’ existe como ponto de partida, ponto de transição e ponto de chegada do movimento; ela está, portanto, sempre presente e é uma condição constante do processo de reprodução.

M’…M’ distingue-se das formas I e II por outro aspecto. Todos os três ciclos têm em comum o fato de que a forma em que o capital inicia seu processo cíclico é também a forma em que ele o conclui, encontrando-se, assim, novamente na forma inicial em que abre de novo o mesmo ciclo. A forma inicial D, P, M’ é sempre a forma em que o valor de capital (em III, com o mais-valor que o incrementa) é adiantado e, portanto, sua forma original no que diz respeito ao ciclo; a forma final D’, P, M’ é sempre a forma transformada de uma forma funcional que a antecede no ciclo e que não é a forma original.

Assim, em I, D’ é a forma transformada de M’; o P final em II é a forma transformada de D (em I e II, essa transformação é realizada por um simples processo de circulação de mercadorias, pela troca formal de posições entre mercadoria e dinheiro); em III, M’ é a forma transformada de P, do capital produtivo. Mas, em III, a transformação diz respeito, em primeiro lugar, não apenas à forma funcional do capital, mas também à sua grandeza de valor; em segundo lugar, porém, a transformação é o resultado não de uma troca meramente formal de posições ocorrida no processo de circulação, mas de uma transmutação efetiva que a forma de uso e o valor das mercadorias integrantes do capital produtivo sofreram no interior do processo de produção.

A forma do extremo inicial D, P, M’ é pressuposta a qualquer um dos ciclos I, II e III; a forma que se reconverte no extremo final é posta e, por isso, condicionada pela série de metamorfoses do próprio ciclo. M’, como ponto final de um ciclo de capital industrial e individual, pressupõe apenas a forma P – que não faz parte da circulação – do mesmo capital industrial do qual é o produto. D’, como ponto final em I, como forma transformada de M’ (M’-D’), pressupõe D nas mãos do comprador, como existente fora do ciclo D…D’, incorporado a ele por meio da venda de M’ e transformado em sua própria forma final. Em II, portanto, o P final pressupõe T e Mp (M)

como existentes à margem e incorporados a ele como forma final mediante D-M. Porém, abstraindo do último extremo, nem o ciclo do capital monetário individual pressupõe a existência do capital monetário em geral, nem o do capital produtivo individual a do capital produtivo em seu ciclo. Em I, D pode ser o primeiro capital monetário, ao passo que, em II, P pode ser o primeiro capital produtivo a surgir na cena histórica, no entanto, em III,

$$M' \begin{cases} M - & D\text{-}M<^{T}_{Mp} \ldots P \ldots M' \\ \quad - D' & \\ m - & d - m \end{cases}$$

M é duas vezes pressuposta fora do ciclo. Uma vez, no ciclo M'-D'-$M<^{T}_{Mp}$. Essa M, à medida que consiste de Mp, é mercadoria na mão do vendedor; é, ela mesma, capital-mercadoria, à medida que é produto de um processo capitalista de produção; e, ainda que não o seja, ela aparece como capital-mercadoria nas mãos do comerciante. Outra vez, no segundo *m* em *m-d-m*, que tem de existir igualmente como mercadoria para poder ser comprado. Em todo caso, seja ela capital-mercadoria ou não, T e Mp são tão mercadorias quanto M' e se relacionam mutuamente como mercadorias. O mesmo vale para a segunda *m* em *m-d-m*. Portanto, na medida em que M' = M (T + Mp), ela tem mercadorias como seus próprios elementos constitutivos e precisa ser reposta na circulação por outras mercadorias iguais; assim como em *m-d-m*, a segunda *m* precisa ser reposta na circulação por outras mercadorias iguais.

Além disso, com base no modo de produção capitalista como regime dominante, toda mercadoria nas mãos do vendedor tem de ser capital mercadoria. Ela continua a sê-lo nas mãos do comerciante, ou se converte em tal, se antes não o era. Ou, então, deve ser uma mercadoria – por exemplo, um artigo importado – que substitua um capital-mercadoria original, conferindo-lhe, assim, apenas outra forma de existência.

Os elementos-mercadorias T e Mp, que constituem o capital produtivo P, não possuem, como modos de existência de P, a mesma forma que

ostentam nos diferentes mercados de mercadorias nos quais são adquiridos. Eles estão agora reunidos e, nessa conexão, podem funcionar como capital produtivo.

Que M só apareça como pressuposto de M nessa forma III, no interior do próprio ciclo, deve-se ao fato de que o ponto de partida é o capital na forma-mercadoria. O ciclo se abre com o investimento de M’ (na medida em que ele funciona como valor de capital, seja aumentado pela adição de mais-valor ou não) nas mercadorias que constituem seus elementos de produção. Mas esse investimento abrange o processo inteiro de circulação M-D-M (= T + M) e é seu resultado. Aqui, portanto, M encontra-se nos dois extremos, mas o segundo extremo, que obtém sua forma M por meio de D-M, isto é, de um elemento externo, do mercado de mercadorias, é não o último extremo do ciclo, mas apenas seus dois primeiros estágios, que abarcam o processo de circulação. Seu resultado é P, que inicia, então, sua função: o processo de produção. É apenas como resultado deste último – portanto, não como resultado do processo de circulação – que M’ aparece como conclusão do ciclo e na mesma forma que o extremo inicial M’. Em D…D’, P…P, os extremos finais D’ e P são os resultados imediatos do processo de circulação. Aqui, portanto, D’, de um lado, e P, de outro, são pressupostos em outras mãos apenas ao final. Sempre que o ciclo se opera entre os extremos, nem D, num caso, nem P, no outro – a existência de D como dinheiro alheio e de P como processo de produção alheio –, aparecem como pressuposto desses ciclos. M’…M’, ao contrário, pressupõe M (= T + Mp) como mercadorias alheias em mãos alheias, mercadorias essas atraídas para o ciclo pelo processo inicial de circulação e incorporadas ao capital produtivo, de cuja função resulta que M’ converte-se novamente na forma final do ciclo.

Mas, precisamente porque o ciclo M’…M’ pressupõe, dentro de seu percurso, outro capital industrial em forma de M (= T + Mp) (e Mp abarca vários tipos de outros capitais, como, em nosso caso, máquinas, carvão, óleo etc.), ele exige que o consideremos não apenas como forma geral do ciclo, isto é, como uma forma social sob a qual pode ser considerado todo capital industrial individual (fora de seu primeiro desembolso) – portanto,

não apenas como uma forma de movimento comum a todos os capitais industriais individuais –, mas, ao mesmo tempo, como forma de movimento da soma dos capitais individuais e, portanto, do capital total da classe capitalista, um movimento em que cada capital industrial individual aparece apenas como um movimento parcial, entrelaçado com os demais e por eles condicionado. Se tomarmos, por exemplo, o produto anual total de uma terra e analisarmos o movimento pelo qual uma parte disso repõe o capital produtivo em todos os negócios individuais, enquanto outra parte entra no consumo individual das diferentes classes, consideraremos M'…M' como forma do movimento tanto do capital social como do mais-valor ou mais-produto por ele gerado. O fato de que o capital social é = a soma dos capitais individuais (inclusive dos capitais em ações e do capital estatal, na medida em que os governos empregam trabalho assalariado produtivo em minas, ferrovias etc. e, assim, funcionam como capitalistas industriais), e de que o movimento total do capital social é = a soma algébrica dos movimentos dos capitais individuais, não exclui aqui de modo algum a possibilidade de que esse movimento, como movimento do capital individual isolado, ofereça outros fenômenos distintos do mesmo movimento, considerado como uma parte do movimento total do capital social e, portanto, em conexão com os movimentos de suas outras partes, nem que, ao mesmo tempo, resolva problemas cuja solução tem de estar pressuposta na consideração desse ciclo de um capital individual isolado, em vez de resultar dele.

M'…M' é o único ciclo em que o valor de capital originalmente adiantado forma apenas uma parte do extremo que inicia o movimento e em que este se revela, desde o início, como movimento total do capital industrial; tanto da parte do produto que substitui o capital produtivo quanto da parte do produto que constitui o mais-produto e que geralmente se destina, em parte, a ser gasto como renda e, em parte, a servir como elemento da acumulação. **Na medida em que o dispêndio de mais-valor como renda está incluído nesse ciclo, também o está o consumo individual.** Este último, no entanto, também está nele incluído pelo fato de que o ponto de partida M, a mercadoria, já existe como um artigo de uso

qualquer; mas todo artigo produzido de modo capitalista é capital-mercadoria, não importando se sua forma de uso o destina para o consumo produtivo, individual ou para ambos. D…D’ aponta apenas para o aspecto do valor, a valorização do valor de capital adiantado como escopo do processo inteiro; P…P (P’) aponta para o processo de produção do capital como processo de reprodução, no qual a grandeza do capital produtivo ou permanece igual ou aumenta (acumulação); M’…M’, que já em seu extremo inicial se revela como forma da produção capitalista de mercadorias, abarca desde o início o consumo produtivo e o individual; o consumo produtivo e a valorização nele incluído aparece apenas como ramo de seu movimento. Por fim, como M’ é capaz de existir numa forma de uso que não pode entrar novamente num processo qualquer de produção, está demonstrado de antemão que as diferentes partes integrantes do valor de M’, expressas em partes do produto, têm de ocupar outro lugar, segundo M’…M’ apareça como forma do movimento do capital social total ou como movimento autônomo de um capital industrial individual. Em todas as suas peculiaridades, esse ciclo aponta para além de si mesmo como ciclo isolado de um capital meramente individual.

Na figura M’…M’, o movimento do capital-mercadoria, isto é, do produto total produzido de modo capitalista, aparece como pressuposto do ciclo independente do capital individual e, ao mesmo tempo, como condicionado por este. Desse modo, se concebemos essa figura em sua peculiaridade, já não podemos nos contentar com que as metamorfoses M’-D’ e D-M sejam, por um lado, seções funcionalmente determinadas na metamorfose do capital e, por outro, elos da circulação geral de mercadorias. Torna-se necessário esclarecer os entrelaçamentos das metamorfoses de um capital individual com seus outros capitais individuais e com a parte do produto total destinada ao consumo individual. Por isso, na análise do ciclo do capital industrial individual baseamo-nos preferencialmente nas duas primeiras formas.

O ciclo M’…M’ aparece como forma de um capital individual isolado, por exemplo, na agricultura, em que os cálculos são feitos de colheita a colheita. Na figura II parte-se da semeadura; na figura III, da colheita; ou,

como dizem os fisiocratas, na primeira o ponto de partida são os *avances*[b], na segunda, as *reprises*[c]. Em III, o movimento do valor de capital aparece, desde o início, apenas como parte do movimento da massa geral dos produtos, enquanto que em I e II o movimento de M' constitui apenas um momento no movimento de um capital isolado.

Na figura III, as mercadorias que se encontram no mercado constituem o pressuposto constante do processo de produção e reprodução. Se, portanto, fixamos essa figura, todos os elementos do processo de produção parecem provir da circulação de mercadorias e consistir unicamente de mercadorias. Essa concepção unilateral negligencia os elementos do processo de produção independentes dos elementos-mercadorias.

Como em M'…M' o produto inteiro (o valor inteiro) é o ponto de partida, aqui se evidencia que (abstraindo do comércio exterior) a reprodução só pode ocorrer em escala ampliada – pressupondo-se que a produtividade se mantenha inalterada – se na parte do mais-produto a ser capitalizada já estão contidos os elementos materiais do capital produtivo adicional; que, portanto, sempre que a produção de um ano servir de pressuposto para a do ano seguinte, ou sempre que isso puder ocorrer dentro do mesmo ano simultaneamente com o processo simples de reprodução, um mais-produto será imediatamente produzido numa forma que o permita funcionar como capital adicional. A produtividade aumentada pode aumentar apenas a matéria do capital, sem elevar seu valor; com isso, porém, ela fornece o material adicional para a valorização.

M'…M' constitui a base da *Tableau économique*[d] de Quesnay, e o fato de que, em oposição a D…D' (a forma isolada em que se baseia o sistema mercantilista), ele tenha escolhido essa forma, e não P…P, é prova do grande e correto tato desse autor.

---

[a] Soma total. (N. T.)

[b] Adiantamentos. (N. T.)

[c] Retomadas. (N. T.)

[d] A *Tableau économique* de François Quesnays foi publicada anonimamente em Versalhes, em 1758. Em 1766 surgiu uma edição comentada pelo próprio autor, com o título "Analyse de la formule

arithmétique du *Tableau économique* de la distribution des dépenses annuelles d'une nation agricole", em *Journal de L'Agriculture*…, Paris, tomo 5, parte 3, jun. 1766, p. 3-41. – A primeira avaliação desses escritos por Marx encontra-se em *Miséria da filosofia* (Paris, Bruxelas, 1847), p. 93 [ed. bras.: Expressão Popular, 2009]. (N. E. A.)

# Capítulo 4

## As três figuras do processo cíclico

As três figuras podem ser expostas da seguinte forma, com Pc designando o processo inteiro de circulação:

1. D-M…P…M'-D'
2. P…Pc…P
3. Pc…P (M')

Resumindo as três formas, todos os pressupostos do processo aparecem como seu resultado, como um pressuposto produzido pelo próprio processo. Cada momento aparece como ponto de partida, ponto de transição e ponto de retorno. O processo inteiro apresenta-se como unidade do processo de produção e do processo de circulação; o processo de produção torna-se mediador do processo de circulação, e vice-versa.

Os três ciclos têm em comum a valorização do valor como seu escopo determinado como mola propulsora. Em I, isso está expresso na forma. A forma II começa com P, com o próprio processo de valorização. Em III, o ciclo começa com o valor valorizado e termina com o valor novamente valorizado, ainda que o movimento se repita na mesma fase.

Na medida em que M-D é D-M para o comprador, e D-M é M-D para o vendedor, a circulação do capital representa apenas a metamorfose ordinária das mercadorias, de modo que as leis que aqui devem ser aplicadas são aquelas que regem a massa do dinheiro circulante e que foram expostas no tratamento daquela metamorfose (Livro I, cap. 3, II). Mas se, em vez de nos concentrarmos nesse aspecto formal do problema, enfocarmos a conexão real entre as metamorfoses dos diferentes capitais

individuais e, na realidade, a conexão entre os ciclos dos capitais individuais como conexão dos movimentos parciais do processo de reprodução do capital social total, veremos que tal conexão não pode ser explicada a partir da simples troca de forma entre dinheiro e mercadoria.

Num círculo em constante rotação, cada ponto é simultaneamente ponto de partida e ponto de retorno. Se interrompemos a rotação, isso já não ocorre. Vimos, por isso, que não apenas cada ciclo particular pressupõe (implicitamente) o outro, mas também que a repetição do ciclo numa forma implica a descrição do ciclo nas demais formas. Assim, a diferença inteira apresenta-se como uma diferença meramente formal, ou também como meramente subjetiva, existente apenas para seu observador.

Na medida em que cada um desses ciclos é considerado como forma especial do movimento no interior do qual se encontram diversos capitais industriais individuais, também essa diversidade existe apenas como uma diversidade individual. Na realidade, porém, cada capital industrial individual encontra-se em todos os três ciclos simultaneamente. Os três ciclos, as formas de reprodução das três configurações do capital, consumam-se continuamente e lado a lado. Por exemplo, uma parte do valor de capital que agora funciona como capital-mercadoria transforma-se em capital monetário, mas, ao mesmo tempo, outra parte sai do processo de produção e entra na circulação como novo capital-mercadoria. A forma circular M'…M' é então constantemente descrita, assim como as duas outras formas. A reprodução do capital em cada uma de suas formas e cada um de seus estágios é tão contínua quanto a metamorfose dessas formas e a passagem sucessiva pelos três estágios. Aqui, portanto, o ciclo inteiro é a unidade efetiva de suas três formas.

Em nossa exposição, partimos do pressuposto de que o valor de capital se apresenta integralmente, com sua grandeza plena de valor, como capital monetário, capital produtivo ou capital-mercadoria. Assim, por exemplo, partimos das £422 inteiramente na forma de capital monetário; em seguida, elas foram integralmente convertidas em capital produtivo e, por fim, em capital-mercadoria: fio no valor de £500 (das quais £78 de mais-valor). Aqui, os diferentes estágios constituem outras tantas interrupções. Por

exemplo, enquanto as £422 permanecem em forma-dinheiro, isto é, até que se efetive a compra D-M (T + Mp), o capital total existe e funciona apenas como capital monetário. Tão logo se converta em capital produtivo, ele não funciona nem como capital monetário, nem como capital-mercadoria. Seu processo inteiro de circulação se interrompe, assim como, por outro lado, seu processo inteiro de produção, tão logo ele começa a operar num dos dois estágios da circulação, seja como D, seja como M. Desse modo, portanto, o ciclo P…P se apresenta não apenas como renovação periódica do capital produtivo, mas também como interrupção de sua função, do processo de produção, até que o processo de circulação esteja concluído; em vez de seguir um fluxo contínuo, a produção se realiza por saltos e só se renova após períodos de duração fortuita, conforme os dois estágios do processo de circulação sejam percorridos com maior ou menor rapidez. Tal seria o caso, por exemplo, em se tratando de um artesão chinês, que trabalha apenas para clientes privados e cujo processo de produção se interrompe até que cheguem novas encomendas.

Na realidade, isso vale para toda parte de capital individual que se encontra em movimento, e todas as partes do capital realizam esse movimento de modo sequencial. Por exemplo, as 10.000 libras de fio são o produto semanal de um fiandeiro. Essas 10.000 libras de fio saem inteiramente da esfera da produção e entram na esfera da circulação; o valor de capital nelas contido precisa ser inteiramente transformado em capital monetário e, enquanto permanece na forma de capital monetário, não pode reingressar no processo de produção; antes, tem de entrar na circulação e ser reconvertido nos elementos do capital produtivo *A* + Mp. O processo cíclico do capital é de contínua interrupção: abandona-se um estágio, entra-se no estágio seguinte; descarta-se uma forma, assume-se outra; cada um desses estágios não apenas condiciona, mas, ao mesmo tempo, exclui o outro.

Mas o traço característico da produção capitalista, condicionado por sua base técnica, embora nem sempre exequível de forma incondicional, é a continuidade. Vejamos, portanto, como se dão as coisas na realidade. Enquanto, por exemplo, 10.000 libras de fio entram no mercado como

capital-mercadoria e consumam sua transformação em dinheiro (seja ele meio de pagamento, meio de compra ou apenas moeda de conta), seu lugar no processo de produção é ocupado por um novo algodão, novo carvão etc., ou seja, um novo capital que já abandonou sua forma-dinheiro e a forma-mercadoria para reassumir a forma do capital produtivo e exercer sua função como tal; ao mesmo tempo que as 10.000 libras de fio se convertem em dinheiro, outras 10.000 libras de fio anteriores já percorrem o segundo estágio de sua circulação e abandonam a forma-dinheiro para se reconverter nos elementos do capital produtivo. Todas as partes do capital percorrem o processo cíclico de modo sequencial e encontram-se simultaneamente em estágios distintos desse processo. Assim, o capital industrial encontra-se simultaneamente, na continuidade de seu ciclo, em todos os seus estágios, e assume as diferentes formas funcionais que lhes correspondem. Para a parte que pela primeira vez se converte de capital-mercadoria em dinheiro, o ciclo M'…M' está aberto, ao passo que para o capital industrial, como um todo em movimento, o ciclo M'…M' já foi percorrido. Com uma mão, o dinheiro é desembolsado e, com a outra, é recebido; o início do ciclo D…D' num ponto é, ao mesmo tempo, seu retorno em outro. O mesmo vale para o capital produtivo.

Por conseguinte, o verdadeiro ciclo do capital industrial, em sua continuidade, não é apenas a unidade dos processos de circulação e produção, mas a unidade de todos os seus três ciclos. Mas ele só pode ser tal unidade na medida em que cada uma das distintas partes do capital possa percorrer sucessivamente as distintas fases do ciclo, passando de uma fase, de uma forma funcional a outra, e que o capital industrial, como a totalidade dessas partes, encontre-se simultaneamente nas diferentes fases e funções, percorrendo, assim, todos os três ciclos ao mesmo tempo. A sucessão das diferentes partes é, aqui, condicionada pela justaposição das partes, isto é, pela divisão do capital. Assim, no sistema fabril encadeado, o produto se apresenta nas diferentes fases de seu processo de formação de modo tão contínuo quanto na transição de uma fase de produção a outra. Como o capital industrial individual representa uma grandeza determinada, que depende dos meios do capitalista e apresenta uma grandeza mínima

determinada para cada ramo da indústria, sua divisão requer a existência de determinadas cifras proporcionais. A grandeza do capital existente condiciona o volume do processo de produção e este, por sua vez, o volume do capital-mercadoria e do capital monetário, na medida em que ambos funcionam ao lado do processo de produção. Mas a justaposição, que condiciona a continuidade da produção, só existe por conta do movimento das partes do capital, no qual elas percorrem sucessivamente os diferentes estágios. A justaposição é, ela mesma, apenas o resultado da sucessão. Se, por exemplo, o movimento M'-D' se estanca numa de suas partes e não se consegue vender a mercadoria, o ciclo dessa parte é interrompido e a reposição pelo seu meio de produção não é realizada; as sucessivas partes que resultam do processo de produção como M' têm sua mudança de função bloqueada pelas partes anteriores. Se isso persiste por certo tempo, restringe-se a produção e o processo inteiro é suspenso. Cada estancamento da sucessão provoca uma desorganização da justaposição; cada estancamento num estágio causa um estancamento maior ou menor em todo o ciclo, não apenas da parte do capital imobilizado, mas também do capital individual em sua totalidade. A próxima forma em que o processo se apresenta é a de uma sucessão de fases tal que a transição do capital a uma nova fase é condicionada pelo abandono de outra. Por isso, todo ciclo particular tem como ponto de partida e de retorno uma das formas funcionais do capital. Por outro lado, o processo inteiro é, na realidade, a unidade dos três ciclos, que são as diferentes formas nas quais se expressa a continuidade do processo. O ciclo inteiro se apresenta para cada forma funcional do capital como seu ciclo específico, e cada um desses ciclos condiciona a continuidade do processo em seu conjunto; o processo cíclico de uma forma funcional condiciona o da outra. É uma condição necessária ao processo total de produção, especialmente para o capital social, que ele seja simultaneamente processo de reprodução e, assim, ciclo de cada um de seus momentos. Diferentes frações do capital percorrem sucessivamente os diversos estágios e formas funcionais. Cada forma funcional, embora nela se expresse sempre outra parte do capital, percorre seu próprio ciclo ao mesmo tempo que as outras. Uma parte do capital, que muda e se reproduz

sem cessar, existe como capital-mercadoria, que se converte em dinheiro; outra parte existe como capital monetário, que se converte em capital produtivo; a terceira, capital produtivo, se converte em capital-mercadoria. A existência constante dessas três formas é mediada justamente pelo ciclo do capital total que percorre essas três fases.

Como totalidade, o capital se encontra, então, simultaneamente e em justaposição espacial em suas diferentes fases. Mas cada parte passa constantemente, por turnos, de uma forma funcional a outra, e assim funciona sucessivamente em todas as formas. As formas são, portanto, fluidas, e sua simultaneidade é mediada por sua sucessão. Cada forma segue a outra e a antecede, de modo que o retorno de uma parte do capital a uma forma é condicionado pelo retorno de outra parte a outra forma. Cada parte percorre continuamente seu próprio curso, mas é sempre outra parte do capital que se encontra nessa forma, e esses percursos especiais formam apenas momentos simultâneos e sucessivos do percurso total.

É apenas na unidade dos três ciclos que se realiza a continuidade do processo total, e não na interrupção exposta anteriormente. O capital social total possui sempre essa continuidade e seu processo possui sempre a unidade dos três ciclos.

Quanto aos capitais individuais, a continuidade da reprodução é, em certos pontos, mais ou menos interrompida. Em primeiro lugar, as massas de valor são frequentemente distribuídas em épocas distintas e em porções desiguais aos diferentes estágios e formas funcionais. Em segundo lugar, essas porções podem se distribuir de modos diferentes, segundo o caráter da mercadoria a ser produzida, ou seja, segundo a esfera especial de produção na qual o capital é investido. Em terceiro lugar, a continuidade pode ser mais ou menos interrompida em ramos da produção que dependem das estações do ano, seja em razão de condições naturais (agricultura, pesca do arenque etc.), seja por circunstâncias convencionais – por exemplo, nos assim chamados trabalhos sazonais. Onde o processo se desenrola com mais regularidade e uniformidade é nas fábricas e nas minas. Essa diversidade dos ramos de produção, contudo, não provoca qualquer diversidade nas formas gerais do processo cíclico.

O capital, como valor que valoriza a si mesmo, não encerra apenas relações de classes, um caráter social determinado e que repousa sobre a existência do trabalho como trabalho assalariado. Ele é um movimento, um processo cíclico que percorre diferentes estágios e, por sua vez, encerra três formas distintas do processo cíclico. Por isso, ele só pode ser compreendido como movimento, e não como coisa imóvel. Aqueles que consideram a autonomização do valor uma mera abstração esquecem que o movimento do capital industrial é essa mesma abstração *in actu* [em ato]. O valor percorre aqui diferentes formas, diferentes movimentos, nos quais ele se conserva e, ao mesmo tempo, se valoriza, aumentando de tamanho. Como aqui nos ocupamos, por ora, com a simples forma do movimento, não entram em consideração as revoluções que o valor de capital pode experimentar em seu processo cíclico; mas é claro que, apesar de todas as revoluções do valor, a produção capitalista só pode existir e continuar a existir enquanto o valor de capital se valoriza, isto é, enquanto percorre seu processo cíclico como valor autonomizado e, portanto, enquanto as revoluções do valor são de algum modo dominadas e niveladas. Os movimentos do capital aparecem como ações do capitalista industrial individual na medida em que ele funciona como comprador de mercadorias e de trabalho, vendedor de mercadorias e capitalista produtivo, ou seja, na medida em que, por meio de sua atividade, serve de mediação ao ciclo. Se o valor de capital experimenta uma revolução de valor, pode ocorrer que seu capital individual seja afetado por ela e pereça, por não poder satisfazer as condições desse movimento de valor. Quanto mais agudas e frequentes se tornam as revoluções do valor, mais se impõe o movimento automático do valor autonomizado, com a força de um processo natural elementar, diante das previsões e dos cálculos do capitalista individual, e mais o curso da produção normal é submetido à especulação anormal, maior é o perigo para a existência dos capitais individuais. Essas revoluções periódicas do valor confirmam, portanto, o que supostamente deveriam contradizer: a autonomização que o valor experimenta como capital e que ele conserva e intensifica por meio de seu movimento.

Essa sequência de metamorfoses do capital em funcionamento implica a

comparação constante das alterações da grandeza de valor do capital consumadas no ciclo com seu valor original. Se é verdade que a autonomização do valor diante da força formadora de valor, da força de trabalho, é introduzida no ato D-T (compra de força de trabalho) e realizada durante o processo de produção como exploração da força de trabalho, essa autonomização do valor não volta a aparecer nesse ciclo, em que dinheiro, mercadoria e elementos de produção são apenas formas alternadas do valor de capital em processo e a grandeza pretérita do valor se compara com a grandeza atual modificada do capital.

"*Value*", diz Bailey contra a autonomização do valor que caracteriza o modo de produção capitalista e que ele considera ilusão de certos economistas, "*is a relation between cotemporary commodities, because such only admit of being exchanged with*[a] *each other*."[b]

Isso ele afirma contra a comparação de valores-mercadorias em diferentes épocas, comparação que, fixando o valor-dinheiro de uma vez para cada época, não significa mais do que uma comparação do dispêndio de trabalho necessário em cada época para a produção do mesmo tipo de mercadorias. Isso decorre de seu equívoco geral, segundo o qual valor de troca = valor, isto é, a forma do valor é o próprio valor; desse modo, os valores-mercadorias não são mais comparáveis entre si, tão logo deixem de funcionar ativamente como valores de troca e, portanto, não possam ser realmente trocados uns pelos outros. Ele nem sequer suspeita que o valor só funciona como valor de capital ou como capital enquanto permanece idêntico a si mesmo e é comparado consigo mesmo nas diferentes fases de seu ciclo, que de modo algum são *contemporary*, mas sucessivas.

Para considerar a fórmula do ciclo em seu estado puro, não basta pressupor que as mercadorias são vendidas por seu valor, mas que isso ocorre sob circunstâncias que permanecem inalteradas. Tomemos, por exemplo, a forma P…P, prescindindo de todas as revoluções técnicas no interior do processo de produção que podem desvalorizar o capital produtivo de um determinado capitalista, e prescindindo também de todo efeito retroativo de uma variação dos elementos de valor do capital produtivo sobre o valor do capital-mercadoria existente, que pode aumentar

ou diminuir quando há um estoque dele disponível. Suponhamos que M’, as 10.000 libras de fio, sejam vendidas por seu valor de £500; 8.440 libras = £422 repõem o valor de capital contido em M’. Mas se o valor do algodão, do carvão etc. aumentou (pois aqui abstraímos das simples oscilações de preço), talvez essas £422 não sejam suficientes para repor completamente os elementos do capital produtivo; nesse caso, exige-se capital monetário adicional, a vinculação de capital monetário. O contrário ocorre se aqueles preços caem, e o capital monetário é, então, liberado. O processo só transcorre de modo inteiramente normal quando as relações de valor permanecem constantes; ele transcorre, de fato, enquanto as perturbações se nivelam na repetição do ciclo; quanto maiores as perturbações, maior é a quantidade de capital monetário que o capitalista industrial precisa possuir para poder aguardar até que a nivelação se produza; e como na continuidade da produção capitalista se amplia a escala de todo processo individual de produção e, com ela, a grandeza mínima do capital a ser desembolsado, essa circunstância se acrescenta a outras, que, cada vez mais, transformam a função do capitalista industrial num monopólio de grandes capitalistas monetários, isolados ou associados.

Aqui cabe observar, de passagem: se ocorre uma mudança de valor dos elementos de produção, revela-se uma diferença entre a forma D…D’, de um lado, e P…P e M’…M’, de outro.

Em D…D’, como fórmula do novo capital investido, que se manifesta primeiramente como capital monetário, a queda no valor dos meios de produção – por exemplo, matérias-primas, materiais auxiliares etc. – exigirá, para a abertura de um negócio de determinada amplitude, um dispêndio menor de capital monetário do que antes da queda, porquanto o volume do processo de produção (mantendo-se inalterado o desenvolvimento da força de produção) depende da massa e do volume dos meios de produção que uma dada quantidade de força de trabalho pode manejar, e não do valor desses meios de produção, tampouco do da força de trabalho (este último só influi na grandeza da valorização)[c]. E inversamente. Ocorrendo um aumento de valor nos elementos de produção das mercadorias, que constituem os elementos do capital produtivo, mais

capital monetário se faz necessário para a abertura de um negócio de determinada amplitude. Em ambos os casos, é afetada apenas a quantidade do novo capital monetário a ser investido; no primeiro, resta capital monetário excedente; no segundo, o capital monetário é vinculado ao afluxo habitual de novos capitais industriais individuais num dado ramo de produção.

Os ciclos P…P e M'…M' só se apresentam como D' quando o movimento de P e M' é, ao mesmo tempo, acumulação, ou seja, quando *d* adicional, dinheiro, é transformado em capital monetário. Prescindindo desse caso, eles são afetados, diferentemente de D…D', pela variação de valor dos elementos do capital produtivo; voltamos a desconsiderar, aqui, o efeito retroativo de tal variação de valor sobre as partes do capital envolvidas no processo de produção. O que é diretamente afetado não é o investimento original, mas um capital industrial incluído em seu processo de produção, não em seu primeiro ciclo – portanto, $M'\ldots M<^{T}_{Mp}$, o reinvestimento do capital-mercadoria em seus elementos de produção, na medida em que estes consistem em mercadorias. Em caso de queda do valor (ou queda do preço), três casos são possíveis: o processo de reprodução é continuado na mesma escala, uma parte do capital monetário é liberada e tem-se a acumulação de capital monetário sem que ocorra a verdadeira acumulação (produção em escala ampliada) ou o fenômeno que a inicia e acompanha, a saber, a transformação de *d* (mais-valor) em fundo de acumulação; ou o processo de reprodução se amplia numa escala maior do que normalmente seria o caso, sempre que as proporções técnicas o permitem; ou, então, tem-se um armazenamento maior de matérias-primas etc.

O inverso ocorre no caso do aumento do valor dos elementos de reposição do capital-mercadoria. A reprodução não se dá mais em seu volume normal (trabalha-se, por exemplo, menos tempo); ou requer-se a entrada de capital monetário adicional para continuá-la no seu volume anterior (vinculação de capital monetário); ou o fundo monetário [*Geldfonds*] de acumulação, se disponível, serve inteira ou parcialmente não para a ampliação do processo de reprodução, mas para mantê-lo em

sua escala antiga. Isso também é vinculação de capital monetário, com a única diferença de que aqui o capital monetário não provém de fora, do mercado de dinheiro, mas dos próprios recursos do capitalista industrial.

Em P…P e M'…M' podem se apresentar, no entanto, circunstâncias modificantes. Se nosso fiandeiro, por exemplo, tem um grande estoque de algodão (portanto, grande parte de seu capital produtivo na forma de estoque de algodão), uma parte de seu capital produtivo se desvaloriza em consequência de uma queda dos preços do algodão; se esses preços sobem, ao contrário, tem-se um aumento do valor dessa parte de seu capital produtivo. Por outro lado, se ele fixou grandes massas na forma do capital-mercadoria, por exemplo, em fios de algodão, a queda do preço do algodão desvalorizará uma parte de seu capital-mercadoria e, portanto, de seu capital incluído no ciclo; o inverso ocorrerá no caso da alta dos preços do algodão. Por fim, no processo M'-D-M$<^{T}_{Mp}$: se M'-D, a realização do capital-mercadoria, ocorre antes da mudança de valor nos elementos de M, o capital só será afetado do modo analisado no primeiro caso, a saber, no segundo ato de circulação D-M$<^{T}_{Mp}$; mas se se opera antes da realização de M'-D, a baixa do preço do algodão provocará, desde que se mantenham inalteradas as demais circunstâncias, uma baixa proporcional do preço dos fios, do mesmo modo como, inversamente, um aumento daquele provocará um aumento proporcional deste. O efeito sobre os diversos capitais individuais investidos no mesmo ramo de produção pode ser muito variado, de acordo com as diferentes circunstâncias em que eles podem se encontrar. A liberação e a vinculação de capital monetário podem brotar também de diferenças na duração do processo de circulação e, portanto, da velocidade da circulação. Isso será estudado na parte dedicada à rotação. Aqui nos interessa apenas a diferença real que se manifesta, com relação à variação de valor dos elementos do capital produtivo, entre D…D' e as outras duas formas do processo cíclico.

Na seção da circulação D-M$<^{T}_{Mp}$, já na época do modo de produção capitalista avançado e, portanto, predominante, uma grande parte das mercadorias que formam o elemento Mp, os meios de produção, será capital-mercadoria alheio em funcionamento. Do ponto de vista do

vendedor, portanto, teremos M'-D', a transformação de capital-mercadoria em capital monetário. Mas isso não tem validade absoluta. Pelo contrário. Dentro de seu processo de circulação, em que o capital industrial funciona como dinheiro ou como mercadoria, o ciclo do capital industrial, seja como capital monetário ou como capital-mercadoria, entrecruza-se com a circulação de mercadorias dos mais diferentes modos sociais de produção, na medida em que essa circulação for, ao mesmo tempo, produção de mercadorias. Pouco importa se as mercadorias são o produto de um sistema de produção baseado na escravidão, ou do trabalho de camponeses (chineses, *ryots*[d] indianos), ou de comunidades (Índias Orientais holandesas[e]), ou da produção estatal (como aquela que, baseada na servidão, ocorre em certas épocas primitivas da história russa), ou de povos caçadores semisselvagens etc.: seja qual for sua origem, elas se confrontam, como mercadorias e dinheiro, com o dinheiro e as mercadorias em que se representa o capital industrial e entram tanto no ciclo deste último quanto no do mais-valor contido no capital-mercadoria, sempre que esse mais-valor for gasto como renda; entram, portanto, nos dois ramos de circulação do capital-mercadoria. O caráter do processo de produção de onde elas surgem é indiferente; funcionam como mercadorias no mercado e entram como mercadorias tanto no ciclo do capital industrial como na circulação do mais-valor nele contido. É, portanto, o caráter multifacetado de sua origem, a existência do mercado como mercado mundial, que caracteriza o processo de circulação do capital industrial. O que vale para as mercadorias alheias vale também para o dinheiro alheio; assim como o capital-mercadoria só funciona frente a ele como mercadoria, também esse dinheiro só funciona frente a ele como dinheiro; o dinheiro atua, aqui, como dinheiro mundial [*Weltgeld*].

Aqui cabem, no entanto, duas observações.

Primeira. Assim que o ato D-Mp se completa, as mercadorias (Mp) deixam de ser mercadorias e se tornam um dos modos de existência do capital industrial em sua forma funcional como P, capital produtivo. Com isso, porém, sua origem é apagada; elas existem apenas como formas de existência do capital industrial, incorporadas nele. Mas sua reprodução

continua a ser necessária para sua reposição e, nesse sentido, o modo de produção capitalista é condicionado por modos de produção situados fora de suas fases de desenvolvimento. Sua tendência é converter toda a produção possível em produção de mercadorias; para tanto, seu meio principal é justamente essa incorporação da produção em seu processo de circulação; e a produção de mercadorias, quando atinge seu estágio desenvolvido, é produção capitalista de mercadorias. A intervenção do capital industrial estimula por toda parte essa transformação, mas, com ela, também a transformação de todos os produtores diretos em trabalhadores assalariados.

Segunda. As mercadorias que entram no processo de circulação do capital industrial (ao qual também pertencem os meios necessários de subsistência, nos quais se converte o capital variável, depois de ser pago ao trabalhador, com vistas à reprodução da força de trabalho), seja qual for sua origem, a forma social do processo de produção do qual derivam, confrontam-se diretamente com o capital industrial na forma de capital-mercadoria, como capital comercial ou capital mercantil, que, porém, abrange, por sua natureza, mercadorias de todos os modos de produção.

Além da produção em grande escala, o modo de produção capitalista pressupõe a venda em grande escala – portanto, a venda ao comerciante, não aos consumidores individuais. Quando esse consumidor é ele mesmo um consumidor produtivo, ou seja, um capitalista industrial (ou, dito de outro modo, quando o capital industrial de um ramo de produção fornece meios de produção a outro ramo), ocorre também (na forma de encomenda etc.) a venda direta de um capitalista industrial a diversos outros. Cada capitalista industrial é, nesse sentido, vendedor direto, seu próprio comerciante, o que ele continua a ser, de resto, quando vende a outro comerciante.

O comércio de mercadorias, como função do capital comercial, é pressuposto e desenvolve-se cada vez mais com o desenvolvimento da produção capitalista. Por isso, às vezes partimos dele a fim de ilustrar certos aspectos singulares do processo capitalista de circulação; em sua análise geral, porém, admitimos a venda direta sem a intermediação do

comerciante, uma vez que esta encobre diversos aspectos do movimento.

Vejamos o que diz Sismondi, que apresenta a questão de maneira simplória:

> *Le commerce emploie un capital considérable qui parait, au premier coup d'œil, ne point faire partie de celui dont nous avons détaillé la marche. La valeur des draps accumulés dans les magasins du marchand-drapier semble d'abord tout-à-fait étrangère à cette partie de la production annuelle que le riche donne au pauvre comme salaire pour le faire travailler. Ce capital n'a fait cependant que remplacer celui dont nous avons parlé. Pour saisir avec clarté le progrès de la richesse, nous l'avons prise à sa création, et nous l'avons suivie jusqu'à sa consommation. Alors le capital employé dans la manufacture des draps, par exemple, nous a paru toujours le même; échangé contre le revenu du consommateur, il ne s'est partagé qu'en deux parties: l'une a servi de revenu au fabricant comme produit, l'autre a servi de revenu aux ouvriers comme salaire, tandis qu'ils fabriquent de nouveau drap.*
>
> *Mais on trouva bientôt que, pour l'avantage de tous, il valait mieux que les diverses parties de ce capital se remplaçassent l'une l'autre, et que, si 100 mille écus suffisaient à faire toute la circulation entre le fabricant et le consommateur, ces 100 mille écus se partageassent également entre le fabricant, le marchand en gros, et le marchand en détail. Le premier, avec le tiers seulement, fit le même ouvrage qu'il avait fait avec la totalité, parcequ'au moment où sa fabrication était achevée, il trouvait le marchand acheteur beaucoup plus tôt qu'il n'aurait trouvé le consommateur. Le capital du marchand en gros se trouvait de son côté beaucoup plus tôt remplacé par celui du marchand en détail* [...] *La différence entre les sommes des salaires avancés et le prix d'achat du dernier consommateur devait faire le profit des capitaux. Elle se répartit entre le fabricant, le marchand et le détaillant, depuis qu'ils eurent divisé entre eux leurs fonctions, et l'ouvrage accompli fut le même, quoiqu'il eût employé trois personnes et trois fractions de capitaux, au lieu d'une.* [...]
>
> *Tous* [os comerciantes] *concouraient indirectement à la production; car celle-ci, ayant pour objet la consommation, ne peut être considérée comme accomplie que quand elle a mis la chose produite à la portée du consommateur.*[f]

No estudo das formas gerais do ciclo, e em todo este Livro II, pressupomos o dinheiro como dinheiro metálico, com exclusão do dinheiro simbólico, dos meros símbolos de valor, que constituem a especialidade de certos Estados, e do dinheiro creditício, que ainda não está desenvolvido. Em primeiro lugar, o curso histórico é este: o dinheiro creditício desempenha nenhum papel, ou apenas um papel insignificante na primeira época da produção capitalista. Em segundo lugar, a necessidade desse processo histórico é comprovada também teoricamente pelo fato de que

todas as observações críticas que Tooke e outros autores expuseram até hoje sobre a circulação do dinheiro creditício os forçaram sempre a retornar à consideração de como a questão se apresentaria se estivesse fundada na circulação meramente metálica. Mas não se pode esquecer que o dinheiro metálico pode funcionar tanto como meio de compra quanto como meio de pagamento. Para fins de simplificação, neste Livro II partimos do pressuposto de que ele só atua na primeira dessas duas formas funcionais.

O processo de circulação do capital industrial, que constitui apenas uma parte de seu processo cíclico individual, é determinado, na medida em que representa apenas uma série transitória no interior da circulação geral de mercadorias, pelas leis gerais que expusemos anteriormente (Livro I, cap. III). A mesma massa de dinheiro, por exemplo de £500, põe sucessivamente em circulação tanto mais capitais industriais (ou também capitais individuais em sua forma como capitais-mercadorias) quanto maior é a velocidade de curso do dinheiro, ou seja, quanto mais rapidamente cada capital individual percorre a série de suas metamorfoses de mercadoria ou de dinheiro. A mesma massa de valor do capital exige, portanto, tanto menos dinheiro para sua circulação quanto mais o dinheiro funcione como meio de pagamento; quanto mais, por exemplo, na reposição de um capital-mercadoria por seus meios de produção ele se limite a pagar simples saldos e quanto mais curtos forem os prazos de pagamento, por exemplo, dos salários. Por outro lado, pressupondo-se inalteradas a velocidade da circulação e todas as demais circunstâncias, a massa do dinheiro que tem de circular como capital monetário é determinada pela soma de preços das mercadorias (preço multiplicado pela quantidade de mercadorias), ou, partindo da massa e dos valores das mercadorias como fatores dados, pelo próprio valor do dinheiro.

Mas as leis da circulação geral de mercadorias só valem onde o processo de circulação do capital forma uma série de processos de circulação simples, mas não onde estes constituem seções funcionalmente determinadas do ciclo dos capitais industriais individuais.

Para esclarecer isso, o melhor é examinar o processo de circulação em sua conexão ininterrupta, tal como ele aparece nas duas formas:

$$\text{II. } P\ldots M' \quad \left\{\begin{array}{l} M - \\ - D' \\ m - \end{array}\right. \quad \left\{\begin{array}{l} DM \\ \qquad <^{T}_{Mp} \ldots P\,(P') \\ d\text{-}m \end{array}\right.$$

$$\text{III. } \quad M' \quad \left\{\begin{array}{l} M - \\ - D' \\ m - \end{array}\right. \quad \left\{\begin{array}{l} D\text{-}M <^{T}_{Mp} \ldots P'\ldots M' \\ \\ d\text{-}m \end{array}\right.$$

Como série de atos de circulação em geral, o processo de circulação (quer o consideremos como M-D-M ou como D-M-D) representa apenas as duas séries contrapostas de metamorfoses de mercadorias, das quais cada uma inclui, por sua vez, a metamorfose oposta do lado da mercadoria alheia ou do dinheiro alheio que a ela se contrapõe.

M-D do lado do possuidor de mercadorias é igual a D-M do lado do comprador; a primeira metamorfose da mercadoria em M-D é a segunda metamorfose da mercadoria que se apresenta como D; o inverso ocorre em D-M. Assim, o que se mostrou acerca do entrelaçamento da metamorfose da mercadoria num estágio com a de outra em outro estágio vale para a circulação do capital enquanto o capitalista funcione como comprador e vendedor da mercadoria e, portanto, seu capital como dinheiro diante de uma mercadoria alheia, ou como mercadoria diante de um dinheiro alheio. Mas esse entrelaçamento não é expressão simultânea do entrelaçamento das metamorfoses dos capitais.

Em primeiro lugar, D-M (Mp) pode representar, como vimos, um entrelaçamento de diferentes capitais individuais. Por exemplo, o capital-mercadoria do fiandeiro de algodão, o fio, é substituído, em parte, pelo carvão. Uma parte de seu capital encontra-se em forma-dinheiro e é convertida em forma-mercadoria, enquanto o capital do produtor de carvão se encontra em forma-mercadoria e, por isso, pode ser transformado em forma-dinheiro; o mesmo ato de circulação apresenta, aqui, as metamorfoses contrapostas (pertencentes a dois ramos distintos de produção) de dois capitais industriais e, assim, o entrelaçamento das séries de metamorfoses desses capitais. Porém, como vimos, o Mp no qual D é

investido não necessita de capital-mercadoria em sentido categórico, isto é, de nenhuma forma funcional de capital industrial, ser produzido por um capitalista. Ele é sempre D-M de um lado, M-D de outro, mas não é sempre um entrelaçamento de metamorfoses de capital. Além disso, D-T, a compra de força de trabalho, jamais é entrelaçamento de metamorfoses de capital, pois a força de trabalho, embora seja mercadoria do trabalhador, só se torna capital quando vendida ao capitalista. Por outro lado, no processo M'-D' o elemento D' não precisa ser capital-mercadoria transformado; ele pode ser a conversão em dinheiro [*Versilberung*] da mercadoria força de trabalho (salário) ou de um produto confeccionado por um trabalhador independente, um escravo, um servo ou uma comunidade.

Em segundo lugar, porém, no que diz respeito ao papel funcionalmente determinado que cada metamorfose desempenha no interior de um processo de circulação de um capital individual não vale de modo algum a regra de que ela representa, no ciclo de outro capital, a metamorfose oposta que lhe é correspondente, se pressupomos que toda a produção do mercado mundial é realizada de modo capitalista. No ciclo P…P, por exemplo, pode ocorrer que D', que converte M' em dinheiro, seja, do lado do comprador, apenas a conversão em dinheiro de seu mais-valor (se a mercadoria é um artigo de consumo); ou que, em $D'\text{-}M'<^{T}_{Mp}$ (em que, portanto, o capital entra acumulado), ele seja, para o vendedor de Mp, apenas a reposição de seu adiantamento de capital; pode ocorrer ainda que ele não entre em absoluto em sua circulação do capital, como acontece quando ele se ramifica até chegar ao gasto da renda.

Portanto, o modo como as diversas partes integrantes do capital social total – do qual os capitais individuais são apenas partes integrantes, que funcionam de modo independente – repõem-se mutuamente no processo de circulação, tanto com relação ao capital quanto com relação ao mais-valor, resulta não dos simples entrelaçamentos das metamorfoses da circulação de mercadorias, os quais os processos de circulação do capital têm em comum com toda e qualquer circulação de mercadorias, mas deve ser explicado a partir de outro tipo de investigação. Até agora, os autores contentaram-se com fraseologias que, analisadas mais de perto, não contêm mais do que

noções imprecisas, baseadas exclusivamente nos entrelaçamentos de metamorfoses que caracterizam toda e qualquer circulação de mercadorias.

* * *

Uma das peculiaridades mais tangíveis do processo cíclico do capital industrial e, portanto, também da produção capitalista é a circunstância de que, por um lado, os elementos constitutivos do capital produtivo provêm do mercado de mercadorias e precisam ser constantemente recomprados, como mercadorias, nesse mesmo mercado; por outro lado, o produto do processo de trabalho provém dele como mercadoria e tem de ser constantemente comprado, uma vez mais, como mercadoria. Compare-se, por exemplo, um moderno arrendatário da Baixa Escócia com um antigo pequeno-camponês continental. O primeiro vende seu produto inteiro e tem, assim, de repor no mercado todos os seus elementos, mesmo as sementes, ao passo que o outro consome a maior parte de seu produto diretamente, comprando e vendendo o mínimo necessário e confeccionando ele mesmo, na medida do possível, suas próprias ferramentas, roupas etc.

Com base nisso, distinguiram-se a economia natural, a economia monetária e a economia creditícia como as três formas econômicas características da produção social[g].

Em primeiro lugar, essas três formas não representam fases de desenvolvimento equiparáveis entre si. A assim chamada economia creditícia é, ela mesma, apenas uma forma da economia monetária, na medida em que ambas expressam funções ou modos de intercâmbio entre os próprios produtores. Na produção capitalista desenvolvida, a economia monetária aparece apenas como fundamento da economia creditícia. Assim, a economia monetária e a economia creditícia correspondem simplesmente a diferentes fases de desenvolvimento da produção capitalista, mas de modo algum são formas diferentes e independentes de intercâmbio, contrapostas à economia natural. Com o mesmo direito, poder-se-iam contrapor a estas duas formas, como equiparáveis a elas, as formas muito diversas da economia natural.

Em segundo lugar, como as categorias "economia monetária" e "economia de crédito" não acentuam nem destacam como um traço distintivo a economia mesma, isto é, o processo de produção, mas os modos de intercâmbio correspondentes a essa economia, entre os diversos agentes de produção ou produtores, o mesmo deveria ocorrer com a primeira categoria. Em vez de economia natural, dever-se-ia falar, portanto, de economia de troca. Uma economia natural fechada, como, por exemplo, a dos incas peruanos[h], não se enquadraria em nenhuma dessas categorias.

Em terceiro lugar, a economia monetária é comum a toda produção de mercadorias, e o produto aparece como mercadoria nos mais diversos organismos sociais de produção. Assim, o que caracteriza a produção capitalista seria simplesmente a extensão em que o produto se confecciona como artigo comercial, como mercadoria, e em que, portanto, também seus próprios elementos integrantes devem entrar na economia, como artigos comerciais, como mercadorias.

Na realidade, a produção capitalista é a produção de mercadorias como forma geral da produção, mas o é apenas e cada vez mais à medida de seu desenvolvimento, porque o próprio trabalho aparece aqui como mercadoria, porque o trabalhador vende o trabalho, isto é, a função de sua força de trabalho, e o faz, como pressupomos, pelo valor determinado por seus custos de reprodução. Na medida em que o trabalho se torna trabalho assalariado, o produtor se torna capitalista industrial, razão pela qual a produção capitalista (e, portanto, também a produção de mercadorias) só se revela em toda sua extensão quando o produtor agrícola direto é também trabalhador assalariado. Na relação entre capitalista e trabalhador assalariado, a relação monetária, a relação entre comprador e vendedor torna-se uma relação imanente à própria produção. Porém, tal relação se baseia, segundo seu fundamento, no caráter social da produção, e não no do modo de intercâmbio; este resulta, ao contrário, daquele. Ademais, é natural que ao horizonte burguês, limitado à realização de negócios, escape inteiramente o fato de que é o caráter do modo de produção que constitui o fundamento do modo de intercâmbio a ele correspondente, e não o contrário[1].

* * *

O capitalista põe em circulação, na forma-dinheiro, menos valor do que dela retira, porque faz circular mais valor em forma de mercadoria do que retirou da circulação nessa mesma forma. Quando atua meramente como personificação do capital, como capitalista industrial, sua oferta de valor-mercadoria é sempre maior do que sua demanda. A coincidência de oferta e demanda significaria, nesse caso, a não valorização de seu capital; este não funcionaria como capital produtivo, e o capital produtivo não se converteria em capital-mercadoria vazio de mais-valor; não teria extraído da força de trabalho, durante o processo de produção, mais-valor algum na forma-mercadoria e, portanto, não teria atuado como capital; na realidade, ele tem de "vender mais caro do que comprou", mas isso só lhe é possível porque, graças ao processo capitalista de produção, ele transformou a mercadoria mais barata – por ser de menor valor –, comprada por ele, numa mercadoria de maior valor e, portanto, mais cara. Ele vende mais barato não porque o faz acima do valor de sua mercadoria, mas porque vende uma mercadoria de um valor superior à soma de valor de seus ingredientes de produção.

A taxa na qual o capitalista valoriza seu capital é tanto maior quanto maior é a diferença entre sua oferta e sua demanda, isto é, quanto maior é o excedente do valor-mercadoria que ele põe à venda em relação ao valor-mercadoria que procura comprar. Seu objetivo é não a coincidência de oferta e demanda, mas o maior desnivelamento possível entre elas, a superioridade da oferta sobre a demanda.

O que dissemos sobre o capitalista individual vale também para a classe capitalista.

Na medida em que o capitalista personifica apenas o capital industrial, sua própria demanda se reduz à demanda por meios de produção e força de trabalho. Sua demanda por Mp, considerada em relação a seu valor, é menor que seu capital adiantado; ele compra meios de produção por um valor menor do que o valor de seu capital e, por isso, por um valor ainda menor do que o do capital-mercadoria que ele põe à venda.

No que diz respeito à sua demanda por força de trabalho, esta é determinada, quanto a seu valor, pela relação entre seu capital variável e seu capital total: portanto, = $v : C$, razão pela qual, na produção capitalista, e considerada proporcionalmente, ela tende a ser cada vez menor que sua demanda de meios de produção. O capitalista é, cada vez mais, maior comprador de Mp do que de T.

Posto que o trabalhador converte a maior parte de seu salário em meios de subsistência, e sua quase totalidade em meios de primeira necessidade, a demanda do capitalista por força de trabalho é indireta e simultaneamente demanda pelos meios de consumo incluídos no consumo da classe trabalhadora. Mas esse consumo é = $v$, e nem um átomo maior que ele (se o trabalhador poupa seu salário – e aqui deixamos de fora, necessariamente, todas as relações de crédito –, isso significa que ele converte uma parte de seu salário em tesouro e *pro tanto* [numa certa medida] não formula nenhuma demanda, não atua como comprador). O limite máximo da demanda do capitalista é = $C = c + v$, mas sua oferta é = $c + v + m$; se, portanto, a constituição de seu capital-mercadoria é = $80c + 20v + 20m$, então sua demanda = $80c + 20m$, considerada segundo seu valor, é ⅙ menor do que sua oferta. Quanto maior a porcentagem da massa $m$ por ele produzida (a taxa de lucro), tanto menor é sua demanda em relação a sua oferta. Embora a demanda do capitalista por força de trabalho – e, indiretamente, por meios de subsistência – torne-se, com o progresso da produção, cada vez menor do que sua demanda por meios de produção, não se pode esquecer, por outro lado, que sua demanda por Mp é sempre menor do que seu capital, calculado dia após dia. Portanto, sua demanda por meios de produção tem de ser sempre menor do que o produto-mercadoria do capitalista que lhe fornece esses meios de produção, pressupondo-se que esse capitalista trabalhe com o mesmo capital e em circunstâncias de resto idênticas. O fato de que se trate de muitos capitalistas, e não de um só, não altera em nada a questão. Dado que seu capital seja £1.000 e sua parte constante £800, sua demanda será, no total = £800; juntos, eles fornecerão, por £1.000 (qualquer que seja sua participação individual nesse valor e a parte que isso represente em cada porção de seu capital total), com uma

taxa igual de lucro, meios de produção no valor de £1.200; assim, sua demanda cobrirá apenas ⅔ de sua oferta, enquanto sua própria demanda total, considerada quanto à grandeza de valor, será apenas = ⅘ de sua própria oferta.

Cabe, aqui, adiantar algumas considerações acerca da rotação. Suponhamos que seu capital total seja £5.000, das quais £4.000 sejam fixas e £1.000 circulantes, e que essas £1.000, conforme a suposição anterior, sejam = 800*c* + 200*m*. Seu capital circulante tem de realizar cinco rotações por ano para que seu capital total realize uma rotação anual; seu produto-mercadoria é, então, £6.000, ou seja, £1.000 maior do que seu capital desembolsado, o que, por sua vez, resulta na mesma proporção de mais-valor já exposta:

5.000C : 1.000*m* = 100 (*c* + *m*) : 20*m*. Essa rotação não altera em nada, portanto, a relação entre sua demanda total e sua oferta total, a primeira permanecendo ⅕ menor do que a última.

Suponhamos que seu capital fixo tenha de se renovar em dez anos. Portanto, que ele amortize anualmente 1/10 = £400. Com isso, ele tem apenas o valor de £3.600 em capital fixo + £400 em dinheiro. Os reparos necessários, quando não excedem o nível médio, não são mais do que um investimento de capital que ele só realiza posteriormente. Podemos considerar a questão como se ele tivesse inserido os custos de reparos no cálculo do valor de seu capital de investimento, na medida em que este entra no produto-mercadoria anual, de modo que eles estariam incluídos no 1/10 da amortização. (Se sua necessidade de reparos fica abaixo da média, ele obtém um ganho, assim como uma perda, caso ela fique acima da média. Mas essas diferenças se compensam quando se considera a classe inteira dos capitalistas ocupados no mesmo ramo da indústria.) De todo modo, embora numa única rotação anual de seu capital inteiro sua demanda anual possa permanecer = £5.000, igual ao seu valor de capital originalmente adiantado, ela aumenta com relação à parte circulante do capital, ao passo que diminui constantemente em relação à sua parte fixa.

Passemos agora à reprodução. Suponhamos que o capitalista consuma todo o mais-valor *d* e reinvista em capital produtivo apenas a grandeza

original de capital *C*. Agora a demanda do capitalista é equivalente à sua oferta. Mas não com relação ao movimento de seu capital; como capitalista, ele só exerce uma demanda equivalente a $\frac{4}{5}$ de sua oferta (considerada em sua grandeza de valor); $\frac{1}{5}$ ele consome como não-capitalista, não em sua função como capitalista, mas para suas necessidades ou gozos privados.

A conta é, então, calculada percentualmente:

| | |
|---|---|
| como capitalista | demanda = 100, oferta = 120 |
| como indivíduo | demanda = 20, oferta = —— |
| Total | demanda = 120, oferta = 120 |

Esse pressuposto é igual ao pressuposto da inexistência da produção capitalista e, portanto, da inexistência do próprio capitalista industrial. Pois o capitalismo[i] já está destruído em suas bases quando se aceita o pressuposto de que sua mola propulsora é o gozo, e não o enriquecimento.

Mas tal pressuposto é impossível também tecnicamente. O capitalista tem não apenas de formar um capital de reserva que lhe permita defender-se de oscilações nos preços e aguardar conjunturas mais favoráveis para a compra e venda como também precisa acumular capital a fim de ampliar a produção e incorporar os progressos técnicos a seu organismo produtivo.

Para acumular capital, ele tem, antes de tudo, de retirar da circulação uma parte do mais-valor em forma-dinheiro, acumulá-lo como tesouro até que atinja as dimensões requeridas para a ampliação do negócio antigo ou para a abertura de um negócio subsidiário. Enquanto dura a formação de valor, a demanda do capitalista não aumenta; o dinheiro fica imobilizado, e ele não retira do mercado de mercadorias um valor em mercadorias equivalente ao que ele subtrai desse mercado em dinheiro, em troca da mercadoria adicionada.

Abstraímos, aqui, do crédito; e se trata de crédito quando, por exemplo, o capitalista deposita no banco, em conta-corrente a juros, o dinheiro que ele acumula.

[a] Em Bailey: “*exchanged for*”. (N. E. A.)

[b] “O valor é uma relação entre mercadorias contemporâneas, porque apenas como tais elas podem ser trocadas umas pelas outras.” (Samuel Bailey, *A Critical Dissertation on the Nature, Measures, and Causes of Value*…, Londres, R. Hunter, 1825, p. 72). (N. T.)

[c] No manuscrito II (p. 50), este parágrafo prossegue da seguinte forma: “Por outro lado, um capital de volume *igual* [se um capital monetário de volume *igual* – tal como, em nosso exemplo, de £422 – pode ou não funcionar como um todo é algo que depende das *relações quantitativas* dos elementos do capital produtivo, cuja proporcionalidade dada não é, em si mesma, afetada pela mera alteração de valor] ou de volume de valor absolutamente maior (portanto, um capital monetário absolutamente maior, porém relativamente menor) [quer dizer, comparado com a massa dos elementos de produção nos quais ele se representa], mas relativamente menor [comparado com a escala do processo de produção ou com a magnitude de sua função] será suficiente para o estabelecimento de um negócio maior” (colchetes de Marx). (N. T.)

[d] Referência aos camponeses das comunidades agrárias indianas. O termo *ryot* pode ter sido extraído por Marx de Richard Jones, de cuja obra *An Essay on the Distribution of Wealth, and on the Sources of Taxation* (1831) ele recolhera excertos no caderno XI dos “Cadernos de Londres” (cf. MEGA-2 IV/8, Berlim, Dietz, p. 625-7). (N. E. A.)

[e] Comunidades na região da atual Indonésia, as quais, sob a influência das Companhia das Índias Orientais, plantavam principalmente especiarias em monocultura. No manuscrito para o Livro III de *O capital*, Marx se referira à Companhia como uma empresa comercial que se caracteriza por dominar a produção dos produtos que vendia. (N. E. A.)

[f] *Nouveaux Principes*, cit., p. 139-40 e 137. (N. E. A.) [“O comércio emprega um capital considerável que, à primeira vista, parece não fazer parte daquele cujos passos descrevemos. O valor dos panos acumulados nas lojas do comerciante de panos parece totalmente estranho a essa parte da produção anual que o rico dá ao pobre como salário para fazê-lo trabalhar. Esse capital, no entanto, não fez mais do que substituir aquele do qual falamos. Para captar com clareza o progresso da riqueza, o tomamos no momento de sua criação e o seguimos até seu consumo. Então, o capital empregado na manufatura dos panos, por exemplo, nos pareceu ser sempre o mesmo; trocado pela renda do consumidor, ele só se dividiu em apenas duas partes: uma serviu de renda ao fabricante como produto a outra serviu de renda aos trabalhadores como salário, enquanto fabricam novo pano.
Mas não tardamos a ver que, para a vantagem de todos, era melhor que as diversas partes desse capital se substituíssem umas às outras, e que, supondo-se que 100.000 escudos bastassem para a circulação completa entre o fabricante e o consumidor, esses 100.000 escudos se dividissem igualmente entre o fabricante, o comerciante atacadista e o comerciante varejista. O primeiro, apenas com a terceira parte dessa soma, realizaria a mesma obra que teria realizado com a soma total, porque estando terminada sua fabricação ele encontraria o comerciante disposto a comprá-la muito antes do que teria encontrado o consumidor. O capital do comerciante atacadista seria substituído muito antes pelo capital do comerciante varejista […]. A diferença entre as somas dos salários pagos e o preço de compra do último consumidor constituiria o lucro dos capitais. Ele seria repartido entre o fabricante, o comerciante atacadista e o varejista, uma vez que tivessem repartido entre si suas funções, e o trabalho realizado seria o mesmo, ainda que ele tivesse empregado três pessoas e três frações de capitais, em vez de uma.”
“Todos [os comerciantes] concorreriam indiretamente à produção, pois esta, tendo por objeto o consumo, só pode ser considerada como realizada quando colocou a coisa produzida ao alcance do consumidor.” – N. T.]

[g] Referência aos principais representantes da Escola Histórica alemã, sobretudo a Bruno Hildebrand, que defendia essa tripartição no sentido de estágios históricos de desenvolvimento. A teoria dos

estágios da Escola Histórica é desenvolvida plenamente no artigo de Bruno Hildebrand "Naturalwirthschaft, Geldwirthschaft und Creditwirthschaft", de 1864, que provavelmente serviu de base à referência de Marx. Mas é igualmente possível que Marx tenha se baseado aqui no artigo "National-Oekonomisches. III", de Joseph Dietzgen, publicado no nono número de *Vorwärts*, de 21 de janeiro de 1877, p. 1-2. Nele, Dietzgen estabelece a distinção entre economia natural, economia monetária e economia contábil, e considera esta última – como Marx o fez com a economia de crédito – a forma mais desenvolvida da economia monetária. (N. E. A.)

[h] No Livro I de *O capital*, Marx já utilizara o Império Inca como modelo de comunidade desenvolvida de modo natural-espontâneo e economicamente fechada (cf. Livro I, p. 162). Já no início dos anos 1850, ele se ocupara com a história das sociedades primitivas das Américas Central e do Sul (cf. Karl Marx. *Exzerpte aus William Hickery Prescott: History of the Conquest of Peru*, MEGA-2 IV/9 [(Berlim, Dietz, 1991)], p. 416-34). Nos séculos XV e XVI, o Império Inca, altamente desenvolvido, abrangia a região do sul da Colômbia até a metade do Chile. A capital era Cuzco, e aos governantes prestavam-se honras divinas. A unidade social básica no império era o *ayllu*, que reunia indivíduos com um antepassado comum ou o mesmo lugar de origem. Nessa comunidade, a propriedade do solo e do gado era comum, sem que se pudesse definir nitidamente a forma concreta do direito à terra. Um ou mais *ayllu* constituíam assentamentos esparsos, que providenciavam por sua própria conta os bens de que necessitavam. Em todo o Império Inca, mercadorias e mão de obra eram intercambiadas, não precisando ser vendidas. Por conseguinte, quase não havia comércio e dinheiro. Em 1532-1533, deu-se a conquista pelos espanhóis, comandada por Francisco Pizarro. (N. E. A.)

[1] Até aqui, manuscrito V – o texto seguinte, até o fim deste capítulo, consta de uma nota que foi encontrada, entre extratos de leituras, num caderno de 1877 ou 1878. (F. E.)

[i] Nos três livros de *O capital*, o termo *Kapitalismus* é aplicado unicamente nesta passagem. No manuscrito I, de 1865 (MEGA-2 II/4.1, [Berlim, Dietz, 1988,] p. 358), ele aparece em outro contexto, não como forma reduzida para "modo de produção capitalista", mas na expressão "impulso do capitalismo", significando o impulso para a formação do capital ou para a acumulação. (N. E. A.)

# Capítulo 5

## O tempo de curso[1]

O movimento do capital através das esfera da produção e das duas fases da esfera da circulação transcorre, como vimos, numa sequência temporal. A duração de sua permanência na esfera da produção constitui seu tempo de produção e, na esfera da circulação, seu tempo de circulação ou de curso. O tempo total no qual ele percorre seu ciclo é, assim, igual à soma do tempo de produção e do tempo de curso.

O tempo de produção engloba naturalmente o período do processo de trabalho, mas não é englobado por ele. Antes de tudo, lembremo-nos de que uma parte do capital constante existe nos meios de trabalho, como máquinas, edifícios etc., que servem, enquanto dura sua vida, nos mesmos processos de trabalho que se repetem continuamente. A interrupção periódica do processo de trabalho durante a noite, por exemplo, ainda que interrompa a função desses meios de trabalho, não interrompe sua permanência nos locais de produção. Eles pertencem a esses locais não só quando ativos, mas também quando inativos. Por outro lado, o capitalista precisa dispor de um determinado estoque de matérias-primas e materiais auxiliares para que o processo de produção continue a se desenrolar durante um tempo mais curto ou mais longo sobre a escala previamente estabelecida, sem depender da contingência de ter de abastecer-se diariamente desses materiais no mercado. Esse estoque de matérias-primas etc. só é produtivamente consumido de modo paulatino. Há, portanto, uma diferença entre seu tempo de produção[2] e seu tempo de funcionamento. O tempo de produção dos meios de produção em geral abarca, desse modo, 1) o tempo durante o qual eles funcionam como meios de produção, ou seja, durante o qual atuam no processo de produção; 2) as pausas, durante as

quais se interrompe o processo de produção e, com ele, a função dos meios de produção nele incorporados; 3) o tempo durante o qual, embora já se encontrem disponíveis como condições do processo e, portanto, já representem o capital produtivo, eles ainda não estão incorporados no processo de produção.

A diferença até aqui observada é sempre a diferença entre o tempo de permanência do capital produtivo na esfera da produção e o tempo de sua permanência no processo de produção. Mas o próprio processo de produção pode provocar interrupções do processo de trabalho e, assim, do tempo de trabalho – intervalos nos quais o objeto de trabalho fica exposto à ação de processos físicos independentes do trabalho humano. Nesse caso, o processo de produção – e, por conseguinte, a função dos meios de produção – continua em marcha, apesar de interrompido o processo de trabalho e, com ele, a função dos meios de produção como meios de trabalho. Assim ocorre, por exemplo, com o trigo que é semeado, com o vinho que fermenta no porão, com o material de trabalho de muitas manufaturas, como o dos curtumes, que empregam processos químicos. O tempo de produção é, aqui, maior do que o tempo de trabalho. Esse excedente repousa sempre sobre o fato de que o capital produtivo encontra-se *latente* na esfera da produção, sem atuar no próprio processo de produção, ou no fato de que ele atua no processo de produção sem se encontrar no processo de trabalho.

A parte do capital produtivo latente, que só se encontra disponível como condição para o processo de produção, tal como, por exemplo, o algodão, o carvão etc. na fiação, não funciona nem como criador de produto nem de valor. Ele é capital inativo, ainda que sua inatividade seja uma condição para o fluxo ininterrupto do processo de produção. As construções, os aparatos etc. necessários como receptáculos do estoque produtivo (do capital latente) são condições do processo de produção e constituem, desse modo, partes do capital produtivo adiantado. Eles cumprem sua função de conservar suas partes produtivas durante a fase preparatória. Os processos de trabalho eventualmente necessários nessa fase encarecem as matérias-primas etc., mas são trabalhos produtivos e criam mais-valor, porquanto uma parte desse trabalho, como a de qualquer

outro trabalho assalariado, não é paga. As interrupções normais do processo de produção inteiro, ou seja, os intervalos em que o capital produtivo não atua, não produzem nem valor nem mais-valor. Daí a tendência a introduzir o trabalho noturno (Livro I, cap. 8, IV). Os intervalos no tempo de trabalho a que se deve submeter o objeto de trabalho durante o próprio processo de produção não formam valor nem mais-valor, mas fomentam o produto, formam uma parte de sua vida, um processo pelo qual ele tem necessariamente de passar. O valor dos aparatos etc. é transferido ao produto na proporção do tempo total durante o qual eles funcionam; o produto é posto nesse estágio pelo próprio trabalho, e o uso desses aparatos é uma condição da produção tanto quanto a pulverização de uma parte do algodão, que, embora não entre no produto, transfere a ele seu valor. A outra parte do capital latente, como as construções, máquinas etc., isto é, os meios de trabalho, cuja função só é interrompida pelas pausas regulares do processo de produção – interrupções irregulares em consequência de limitação da produção, crises etc. são puros prejuízos –, adiciona valor sem entrar na formação do produto; o valor total que ela adiciona ao produto é determinado por sua duração média; por ser valor de uso, ela perde valor tanto no tempo em que funciona como no tempo em que não funciona.

Por fim, o valor da parte constante do capital, que permanece no processo de produção mesmo quando o processo de trabalho é interrompido, reaparece no resultado do processo de produção. Por meio do trabalho, os meios de produção são postos aqui em condições nas quais percorrem, por si mesmos, certos processos naturais cujo resultado é um determinado efeito útil ou uma forma alterada de seu valor de uso. O trabalho transfere sempre o valor dos meios de produção ao produto, desde que ele os consuma de modo eficaz, como meios de produção. É indiferente, aqui, se o trabalho, para produzir esse resultado, tem de atuar continuamente sobre seu objeto por intermédio dos meios de trabalho ou se precisa apenas dar-lhe um impulso, pondo os meios de produção em condições de provocar por si mesmos a modificação almejada, em consequência de certos processos naturais e sem a ação ulterior do trabalho.

Qualquer que seja a razão pela qual o tempo de produção torne-se superior ao tempo de trabalho – seja porque os meios de produção constituam apenas capital produtivo latente, isto é, encontrem-se ainda numa fase preparatória do verdadeiro processo de produção, seja porque sua função se interrompa no interior desse processo devido às suas pausas ou, finalmente, porque o próprio processo de produção provoque interrupções no processo de trabalho –, em nenhum desses casos os meios de produção atuam como absorvedores de trabalho. E como não absorvem trabalho, tampouco absorvem mais-trabalho. Desse modo, não se produz valorização alguma do capital produtivo enquanto este se encontra na parte de seu tempo de produção que excede o tempo de trabalho, por mais inseparável que a plena consumação do processo de valorização possa ser dessas suas pausas. É evidente que quanto maior for a coincidência entre o tempo de produção e o tempo de trabalho, maiores serão a produtividade e a valorização de um determinado capital produtivo num dado intervalo de tempo. Daí a tendência da produção capitalista de encurtar o máximo possível o excedente do tempo de produção sobre o tempo de trabalho. No entanto, ainda que o tempo de produção do capital possa diferir de seu tempo de trabalho, este está sempre contido naquele, e o próprio excedente é condição do processo de produção. O tempo de produção é sempre, portanto, o tempo durante o qual o capital produz valor de uso e valoriza a si mesmo, ou seja, o tempo em que ele funciona como capital produtivo, embora durante parte desse tempo permaneça latente ou produza sem se valorizar.

Dentro da esfera da circulação, o capital encontra-se na forma de capital-mercadoria e capital monetário. Seus dois processos de circulação consistem em se transformar de forma-mercadoria em forma-dinheiro e de forma-dinheiro em forma-mercadoria. A circunstância de que a transformação da mercadoria em dinheiro seja aqui, ao mesmo tempo, a realização do mais-valor incorporado na mercadoria e que a conversão do dinheiro em mercadoria seja simultaneamente a conversão ou a reconversão do valor de capital na forma de seus elementos de produção não altera em nada o fato de que esses processos, como processos de circulação, são

processos de metamorfose simples das mercadorias.

Tempo de curso e tempo de produção excluem-se mutuamente. Durante seu tempo de curso, o capital não atua como capital produtivo e, por isso, não produz mercadoria nem mais-valor. Se considerarmos o ciclo em sua forma mais simples, em que o valor de capital passa inteiramente e de uma só vez de uma fase a outra, é então palpável que o processo de produção – e, com ele, a autovalorização do capital – é interrompido enquanto dura seu tempo de circulação e que a duração deste último determina a velocidade da renovação do primeiro. Ao contrário, se as diferentes partes do capital percorrem o ciclo umas depois das outras, de modo que o ciclo do valor de capital inteiro se realiza sucessivamente no ciclo de suas diferentes porções, é evidente que quanto mais longa for a permanência de suas partes alíquotas na esfera da circulação, menor terá de ser sua parte que atua constantemente na esfera da produção. Assim, a expansão e a contração do tempo de curso agem como limite negativo à contração e à expansão do tempo de produção, ou da extensão na qual um capital de dada grandeza pode funcionar como capital produtivo. Quanto mais as metamorfoses da circulação do capital são apenas ideais, isto é, quanto mais o tempo de curso é = 0 ou próximo de zero, tanto mais atua o capital e tanto maior se torna sua produtividade e autovalorização. Se, por exemplo, um capitalista trabalha por encomenda, recebendo o pagamento na entrega do produto, e o pagamento se efetua com seus próprios meios de produção, então seu tempo de circulação se aproxima de zero.

Portanto, o tempo de curso do capital limita, em geral, seu tempo de produção e, por conseguinte, seu processo de valorização. E os limita, decerto, em relação à sua duração. Mas esta pode aumentar ou diminuir de modos muito diversos e, assim, limitar em graus muito diversos o tempo de produção do capital. Mas o que a economia política vê é a *aparência*, a saber, o efeito que o tempo de circulação exerce sobre o processo de valorização do capital em geral. Ela toma esse efeito negativo como positivo, porque suas consequências são positivas. Ela se agarra tanto mais a essa aparência porque nela crê encontrar a prova de que o capital contém em si uma fonte mística de autovalorização, que flui na esfera da

circulação, independentemente de seu processo de produção e, portanto, da exploração do trabalho. Veremos mais adiante como mesmo a economia científica se deixa enganar por essa aparência. Ela é reforçada, como também veremos, por diversos fenômenos: 1) o modo capitalista de calcular o lucro, no qual a razão negativa figura como positiva, já que, no caso de capitais situados em esferas distintas de investimento, que só se diferenciam entre si pelo seu tempo de curso, a maior duração do tempo de curso age como uma razão da alta do preço; em suma, como uma das razões que contribuem para a equiparação dos lucros; 2) o tempo de curso constitui apenas um momento do tempo de rotação; mas este último encerra o tempo de produção ou de reprodução, e atribui-se ao tempo de curso algo que diz respeito ao tempo de rotação; 3) a transformação das mercadorias em capital variável (salário) é condicionada por sua transformação anterior em dinheiro. Na acumulação de capital, portanto, a transformação em capital variável adicional ocorre na esfera da circulação ou durante o tempo de curso. Isso faz com que a acumulação pareça resultar do tempo de curso.

No interior da esfera da circulação, o capital percorre – numa ou noutra ordem de sucessão – as duas fases contrárias M-D e D-M. Seu tempo de curso se decompõe, assim, em duas partes: o tempo que ele precisa para se transformar de mercadoria em dinheiro e o tempo necessário para efetuar a transformação contrária. Da análise da circulação simples de mercadorias (Livro I, cap. 3), já sabemos que M-D, a venda, constitui a parte mais difícil de sua metamorfose e, portanto, em condições normais, ocupa a maior parte do tempo de curso. Como dinheiro, o valor encontra-se numa forma que pode ser convertida a qualquer momento. Como mercadoria, ele deve primeiro converter-se em dinheiro para então assumir essa forma imediatamente cambiável e poder ser utilizado quando se queira. No entanto, no processo de circulação do capital, em sua fase D-M, trata-se de sua transformação em mercadorias que constituam determinados elementos do capital produtivo num dado investimento. É possível que os meios de produção não estejam disponíveis no mercado, mas tenham de ser produzidos ou trazidos de mercados longínquos, ou que se apresentem

falhas em sua oferta normal, mudanças de preços etc.; em suma, uma grande variedade de circunstâncias que não podem ser reconhecidas na simples operação D-M, mas que consomem, nessa parte da fase da circulação, ora mais, ora menos tempo. É igualmente possível que as operações M-D e D-M, que são separadas no tempo, possam também estar separadas no espaço, que o mercado de compra e o mercado de venda sejam espacialmente distintos. Nas fábricas, por exemplo, os compradores e os vendedores frequentemente são pessoas distintas. A circulação é tão necessária à produção de mercadorias quanto a própria produção, ou seja, os agentes da circulação são tão necessários quanto os agentes da produção. O processo de reprodução engloba ambas as funções do capital e, portanto, também implica a necessidade da representação dessas funções, seja pelos próprios capitalistas, seja por seus agentes, os trabalhadores assalariados. Mas isso não é razão para confundir os agentes da circulação com os agentes da produção, e tampouco as funções do capital-mercadoria e do capital monetário com as do capital produtivo. Os agentes da circulação têm de ser pagos pelos agentes da produção. Mas se os capitalistas, ao comprarem e venderem entre si, não criam com esse ato qualquer produto ou valor, isso não se altera em nada quando o volume de seu negócio lhes permite e exige que transfiram essa função a outrem. Em muitos negócios, compradores e vendedores são pagos com uma porcentagem do lucro. Dizer que eles são pagos pelos consumidores não ajuda em nada. Os consumidores só podem pagar na medida em que eles mesmos, como agentes da produção, produzem um equivalente em mercadorias ou se apropriam de tal equivalente dos agentes do produção, seja com base num título jurídico (como seus *associés* [sócios] etc.), seja por meio da prestação de serviços pessoais.

Há uma diferença entre M-D e D-M que não guarda relação com a diferença de forma entre mercadoria e dinheiro, mas que deriva do caráter capitalista da produção. Em si mesmos, tanto M-D como D-M são meras transposições de um dado valor de uma forma em outra. Porém, M'-D' é, ao mesmo tempo, a realização do mais-valor contido em M'. O mesmo não ocorre em D-M. Daí a venda ser mais importante do que a compra. Sob condições normais, D-M é um ato necessário para a valorização do valor

expresso em D, mas não é realização de mais-valor; ele é o prelúdio, não o apêndice de sua produção.

A própria forma de existência das mercadorias, sua existência como valor de uso, impõe determinados limites à circulação do capital-mercadoria M'-D'. As mercadorias são, por natureza, transitórias. Se dentro de certo prazo elas não entram no consumo produtivo ou individual, de acordo com sua destinação, ou, dito de outro modo, se não são vendidas em tempo determinado, elas perecem e perdem, com o valor de uso, sua propriedade de serem portadoras do valor de troca. Perde-se tanto o valor de capital nelas contido quanto o mais-valor que foi a ele adicionado. Os valores de uso só permanecem portadores do valor de capital que se pereniza e valoriza quando se renovam e reproduzem constantemente, sendo repostos por novos valores de uso do mesmo ou de outro tipo. Mas a condição sempre renovada de sua reprodução é sua venda em sua forma-mercadoria acabada, ou seja, sua entrada no consumo produtivo ou individual. Para poder continuar a existir numa nova forma útil, eles têm de modificar, dentro de um prazo determinado, sua forma útil antiga. O valor de troca só se conserva mediante essa constante renovação de seu corpo. Os valores de uso de mercadorias distintas perecem com maior ou menor rapidez; entre sua produção e seu consumo pode transcorrer, portanto, um intervalo maior ou menor; assim, elas podem, sem perecer, permanecer mais ou menos tempo na fase de circulação M-D como capital-mercadorias e suportar, como mercadoria, um tempo de curso maior ou menor. O limite imposto ao tempo de curso do capital-mercadoria pela deterioração do próprio corpo-mercadoria é o limite absoluto dessa parte do tempo de curso ou o tempo de curso que o capital-mercadoria *qua* capital-mercadoria pode percorrer. Quanto mais transitória for uma mercadoria e, por conseguinte, quanto mais imediatamente após sua produção ela tiver de ser consumida e, portanto, também vendida, tanto menos ela pode se distanciar de seu local de produção, mais estreita é sua esfera espacial de circulação e mais local é a natureza de seu mercado de escoamento. Assim, quanto mais transitória for uma mercadoria, quanto maiores forem, por suas qualidades físicas, os limites absolutos de seu tempo de curso como

mercadoria, tanto menos ela é apta a ser objeto da produção capitalista. Esta só pode se instalar em locais de grande densidade populacional, ou na medida em que as distâncias se encurtem graças ao desenvolvimento dos meios de transporte. Mas a concentração da produção de um artigo em poucas mãos e num local populoso pode criar um mercado relativamente grande também para esse tipo de artigos, como, por exemplo, nas grandes cervejarias, leiterias etc.

---

[1] A partir daqui, manuscrito IV. (F. E.)

[2] O tempo de produção é entendido em sentido ativo: o tempo de produção dos meios de produção significa, nesta passagem, não o tempo no qual eles são produzidos, mas o tempo em que participam no processo de produção de uma produto-mercadoria. (F. E.)

# Capítulo 6

## Os custos de circulação

## I. Custos líquidos de circulação

### 1) Tempo de compra e de venda

As transformações de forma do capital, de mercadoria em dinheiro e de dinheiro em mercadoria, são, ao mesmo tempo, operações comerciais do capitalistas, atos de compra e venda. O tempo em que essas transformações de forma do capital se realizam é, subjetivamente, o tempo de venda e de compra, o tempo durante o qual ele atua no mercado como vendedor e comprador. Assim como o tempo de curso do capital forma uma parte necessária de seu tempo de reprodução, também o tempo durante o qual o capitalista vende e compra – move-se no mercado – forma uma parte necessária do tempo em que ele atua como capitalista, isto é, como capital personificado. Ele constitui uma parte de seu tempo de negócio.

{Como partimos do fato de que as mercadorias são compradas e vendidas por seus valores, essas operações consistem apenas numa mudança de estado, isto é, na transferência do mesmo valor de uma forma a outra, da forma-mercadoria à forma-dinheiro e da forma-dinheiro à forma-mercadoria. Se as mercadorias são vendidas por seus valores, a grandeza de valor permanece inalterada tanto na mão do comprador como na do vendedor; altera-se apenas sua forma de existência. Se não são vendidas por seus valores, a soma dos valores transferidos permanece inalterada; o que de um lado é mais, do outro é menos.

As metamorfoses M-D e D-M são, contudo, operações comerciais que se realizam entre compradores e vendedores; eles precisam de tempo para

entrar em acordo, tanto mais que aqui se trata de uma luta em que cada lado procura levar vantagem à custa do outro, de um confronto entre homens de negócios, como diz o provérbio: “*when Greek meets Greek, then comes the tug of war*”[a]. A mudança de estado custa tempo e força de trabalho, mas não para criar valor, e sim para transferir o valor de uma forma a outra, sem alterar em nada essa tentativa mútua de apropriação de uma quantidade adicional de valor. Esse trabalho, aumentado pelas intenções malignas de ambas as partes, cria tão pouco valor quanto o trabalho despendido num processo judicial aumenta o valor do objeto em litígio. Esse trabalho – que é um momento necessário do processo capitalista de produção em sua totalidade, processo que também inclui a circulação ou é nela incluído – é semelhante ao trabalho de combustão de um material utilizado para produzir calor. Esse trabalho de combustão não produz calor, embora seja um momento necessário do processo de combustão. Por exemplo, para consumir carvão como combustível, tenho de combiná-lo com oxigênio, convertendo-o, para isso, de seu estado sólido ao estado gasoso (pois, sob a forma de dióxido de carbono, o resultado da combustão, o carvão encontra-se no estado gasoso), ou seja, operando uma alteração física em sua forma de existência ou em seu estado. A separação das moléculas de carbono, combinadas num todo sólido, e a explosão da própria molécula em seus átomos individuais têm de preceder à sua nova combinação, o que custa certo dispêndio de força que não se converte em calor, mas deve ser dele descontado. Assim, se os possuidores de mercadorias não são capitalistas, mas produtores diretos independentes, o tempo empregado por eles para comprar e vender deve ser descontado de seu tempo de trabalho, razão pela qual eles sempre procuraram (da Antiguidade à Idade Média) realizar tais operações em dias festivos.

As dimensões que a circulação de mercadorias assume nas mãos dos capitalistas não podem, naturalmente, transformar em criador de valor esse trabalho que não cria valor algum, mas apenas serve de mediação à mudança de forma do valor. Tampouco o milagre dessa transubstanciação se pode operar por meio de uma transposição, isto é, fazendo com que os capitalistas industriais, em vez de realizarem eles mesmos esse “trabalho

de combustão”, deleguem-no a terceiros, por eles pagos para o desempenho exclusivo dessa tarefa. Naturalmente, esses terceiros não lhes colocarão sua força de trabalho à disposição por amor a seus *beaux yeux* [belos olhos]. Ao coletor de rendas de um proprietário fundiário ou ao contínuo de um banco é indiferente que seu trabalho não aumente em absolutamente nada a grandeza das rendas cobradas ou das moedas de ouro transportadas de um banco a outro.}[1]

Para o capitalista que coloca outros para trabalhar para si, a compra e a venda tornam-se uma função fundamental. Como se apropria do produto de muitos numa grande escala social, ele também tem de vender esse produto na mesma escala e, mais tarde, reconverter o dinheiro nos elementos de produção. Tal como antes, o tempo de compra e venda não cria valor algum. Uma ilusão se produz, aqui, pela função do capital comercial. No entanto, sem que aqui entremos em detalhes, é desde já evidente: se por efeito da divisão do trabalho uma função que em si mesma é improdutiva mas constitui um momento necessário da reprodução converte-se de uma operação acessória realizada por muitos em operação exclusiva de poucos, em tarefa específica destes, com isso não se altera em nada o caráter da função. *Um* comerciante (aqui considerado simples agente da transmutação de forma das mercadorias, como simples comprador e vendedor) pode, mediante suas operações, abreviar o tempo de compra e de venda de *muitos* produtores. Ele deve ser visto, então, como uma máquina que ajuda a reduzir o dispêndio inútil de força ou a liberar tempo para a produção[2].

Para simplificar a questão, suponhamos (pois só mais tarde consideraremos o comerciante como capitalista e como capital comercial) que esse agente de compra e venda seja um homem que vende seu trabalho. Que gaste sua força de trabalho e seu tempo de trabalho nas operações M-D e D-M. E que viva disso, tal como outro agente vive, por exemplo, de fiar ou preparar pílulas. Tal homem realiza uma função necessária, porque o próprio processo de reprodução inclui funções improdutivas. Ele trabalha tanto quanto qualquer outro, mas o conteúdo de seu trabalho não cria valor nem produto. Ele mesmo pertence aos *faux frais* [gastos fortuitos] da produção. Sua utilidade não consiste em transformar uma função

improdutiva em produtiva, ou um trabalho improdutivo em produtivo. Seria um milagre se uma transformação assim pudesse ser operada mediante tal transposição de funções. Sua utilidade consiste, antes, no fato de que uma parte menor da força de trabalho e do tempo de trabalho da sociedade é reservada a essa função improdutiva. Mais ainda. Suponhamos que esse agente seja um trabalhador assalariado, e que ele seja mais bem remunerado do que os outros, se assim se deseja. Qualquer que seja seu pagamento, como trabalhador assalariado ele trabalha gratuitamente uma parte de seu tempo. Digamos que ele receba diariamente o produto-valor de oito horas de trabalho e atue durante dez horas. As duas horas de mais-trabalho que ele realiza não produzem valor algum, e tampouco o produzem suas oito horas de trabalho necessário, embora por meio destas transfira-se a ele uma parte do produto social. Em primeiro lugar, considerando a situação sob o ponto de vista social, uma força de trabalho continua a ser desperdiçada durante dez horas nessa mera função de circulação. Ela não pode ser utilizada em nenhuma outra função, não pode ser empregada no trabalho produtivo. Em segundo lugar, porém, a sociedade não paga essas duas horas de mais-trabalho, embora elas sejam gastas pelo indivíduo que o executa. A sociedade não se apropria, por meio desse trabalho, de nenhum produto ou valor adicional. Mas os custos de circulação que tal indivíduo representa reduzem-se em um quinto, de dez horas para oito. A sociedade não paga qualquer equivalente pelo um quinto desse tempo ativo de circulação, do qual ele é o agente. Mas se é o capitalista que emprega esse agente, o não pagamento dessas duas horas diminuirá os gastos de circulação de *seu* capital, que constituem um desconto de seus ganhos. Para ele, trata-se de um ganho positivo, pois assim reduz-se o limite negativo colocado à valorização de seu capital. Se são os pequenos produtores independentes de mercadorias que gastam uma parte de seu próprio tempo no ato de compra e venda, este se representará ou como tempo gasto nos intervalos de sua função produtiva, ou como interrupção no seu tempo de produção.

Em todo caso, o tempo empregado nessa função é um custo de circulação que não acrescenta nada aos valores transferidos. Ele é o custo

necessário para transferi-los da forma-mercadoria à forma-dinheiro. Quando o produtor capitalista de mercadorias aparece como agente de circulação, ele só se distingue do produtor direto de mercadorias pelo fato de vender e comprar numa escala maior e, por isso, atuar como agente de circulação numa escala também maior. Mas mesmo que o volume de seu negócio o obrigue ou capacite a comprar (alugar) seus próprios agentes de circulação como trabalhadores assalariados, o fenômeno permanece substancialmente o mesmo. Até certo grau, a força e o tempo de trabalho têm de ser gastos no processo de circulação (considerado mera transmutação de forma). Mas isso aparece, agora, como investimento adicional de capital; uma parte do capital variável precisa ser investida na compra dessas forças de trabalho que só atuam na circulação. Esse adiantamento de capital não cria produto nem valor. Ele reduz *pro tanto* o volume em que o capital adiantado atua produtivamente. É o mesmo que ocorreria se uma parte do produto fosse transformada numa máquina que compra e vende a parte restante do produto. Tal máquina provocaria um desconto do produto. Ela não cooperaria no processo de produção, embora pudesse reduzir a força de trabalho etc. gasta na circulação. Ela constituiria apenas uma parte dos custos de circulação.

## 2) Contabilidade

Além do tempo gasto com compra e venda efetivas, investe-se tempo de trabalho na contabilidade, na qual entra ainda o trabalho materializado na forma de penas, tinta, papel, escrivaninhas e gastos de escritório. Assim, essa função consome, por um lado, força de trabalho e, por outro, meios de trabalho. Com ela ocorre o mesmo que com o tempo gasto na compra e na venda.

Como unidade no interior de seus ciclos, como valor em processo, seja dentro da esfera da produção, seja nas duas fases da esfera da circulação, o capital só existe idealmente na forma de moeda de cálculo, de um momento que existe apenas na cabeça do produtor de mercadorias, seja ele capitalista ou não. Esse movimento é fixado e controlado por meio da contabilidade, que inclui também a determinação ou o cálculo do preço das

mercadorias (cálculo do preço). O movimento da produção, mais precisamente da valorização – no qual as mercadorias só figuram como portadoras de valor, como nomes de coisas, cuja existência de valor ideal é fixada em moeda de conta –, adquire, assim, uma imagem simbólica na representação. Enquanto o produtor individual de mercadorias faz a contabilidade apenas em sua cabeça (como o faz, por exemplo, o camponês, até que a agricultura capitalista produza o arrendatário dotado de uma contabilidade organizada) ou apenas registrada num livro, de passagem e fora de seu tempo de produção, seus gastos, ganhos, prazos de pagamentos etc., é evidente que essa sua função e os instrumentos de trabalho que ela consome, como papel etc., representam um consumo adicional de tempo e meios de trabalho, que, embora necessários, constituem um desconto tanto do tempo que ele pode utilizar produtivamente como dos meios de trabalho que atuam no verdadeiro processo de produção, que entram na formação do produto e do valor[3]. A natureza da própria função não se altera nem pelo volume que adquire ao concentrar-se em mãos do produtor capitalista de mercadorias – deixando, assim, de aparecer como função de muitos pequenos produtores de mercadorias para converter-se em função de *um* capitalista, como função no interior de um processo de produção em grande escala –, nem pelo fato de desprender-se das funções produtivas, das quais constituía um acessório, ou por se autonomizar como função de agentes específicos, aos quais ela é exclusivamente reservada.

A divisão do trabalho, a autonomização de uma função, não a converte em criadora de produto e de valor, se ela não o é em si, ou seja, já antes de sua autonomização. Quando um capitalista investe seu capital num negócio novo, ele tem de investir uma parte desse capital na compra de um contador etc. e nos meios necessários à contabilidade. Se seu capital já está operante, se já se encontra em seu processo constante de reprodução, ele tem de reservar constantemente uma parte desse produto-mercadoria já realizado ao pagamento de contadores, escriturários etc. Essa parte do capital é subtraída ao processo de produção e faz parte dos custos de circulação, dos descontos efetuados sobre o produto total. (Incluindo a própria força de trabalho que se aplica exclusivamente nessa função.)

Existe, no entanto, certa diferença entre os custos que resultam da contabilidade ou do gasto improdutivo do tempo de trabalho, de um lado, e os custos que resultam do tempo dedicado exclusivamente a comprar e vender, de outro. Estes últimos resultam apenas da forma social determinada do processo de produção, do fato de que ele é o processo de produção de mercadorias. A contabilidade, como controle e resumo ideal do processo, torna-se tão mais necessária quanto mais o processo se realiza em escala social, perdendo seu caráter puramente individual; portanto, mais necessária na produção capitalista do que na produção dispersa das empresas artesanal e camponesa, e mais necessária na produção comunal do que na capitalista. Mas os custos da contabilidade se reduzem com a concentração da produção e à medida que ela se transforma em contabilidade social.

Trata-se, aqui, apenas do caráter geral dos custos de circulação, que resultam da simples metamorfose formal. É desnecessário, neste ponto, entrarmos em todos os detalhes da questão. Mas os simples recebimentos e pagamentos em dinheiro, sendo função exclusiva dos bancos etc. ou do tesoureiro de negócios individuais, função autonomizada e concentrada em grande escala, demonstram como certas formas pertencentes à pura transformação formal do valor, ou seja, formas derivadas da forma social determinada do processo de produção e que, no âmbito do produtor individual de mercadorias, não são mais do que momentos efêmeros e quase imperceptíveis, podem andar lado a lado com suas funções produtivas ou entrelaçar-se com elas – quer dizer, demonstra como essas formas podem se mostrar, com toda a evidência, como custos massivos de circulação. O que se deve reter é o fato de que esses custos de circulação não alteram seu caráter ao mudar de forma.

## 3) Dinheiro

Um produto, seja ele produzido como mercadoria ou não, é sempre uma configuração material de riqueza, um valor de uso destinado a servir ao consumo individual ou ao consumo produtivo. Como mercadoria, seu valor existe idealmente no preço, o qual não altera em nada sua forma real de uso.

Mas o fato de que determinadas mercadorias, como o ouro e a prata, funcionem como dinheiro e, como tais, movam-se exclusivamente no interior do processo de circulação (também como tesouro, reserva etc. elas permanecem, embora de modo latente, na esfera da circulação), é um puro produto da forma social determinada do processo de produção, que é o processo de produção de mercadorias. Como na produção capitalista a mercadoria se torna a forma geral do produto, e a grande massa do produto é produzida como mercadoria e tem, portanto, de assumir necessariamente a forma-dinheiro; como, por conseguinte, a massa de mercadorias, a parte da riqueza social que atua como mercadorias, cresce de um modo incessante, aqui também cresce o volume do ouro e da prata que funcionam como meio de circulação, meio de pagamento, reserva etc. Essas mercadorias, que funcionam como dinheiro, não entram nem no consumo individual, nem no consumo produtivo. Elas são trabalho social fixado numa forma em que servem como simples máquinas para a circulação. Porém, o fato de uma parte da riqueza social estar condenada a essa forma improdutiva faz com que o desgaste do dinheiro exija a constante reposição deste último, ou a transformação de mais trabalho social – em forma-produto – em mais ouro e prata. Esses custos de reposição são consideráveis nas nações capitalistas avançadas, já que a parte da riqueza condenada a assumir a forma-dinheiro é bastante vultosa. O ouro e a prata, como mercadorias-dinheiro, constituem para a sociedade custos de circulação que derivam apenas da forma social da produção. Elas são *faux frais*[b] da produção de mercadorias em geral, gastos que crescem com o desenvolvimento da produção de mercadorias, e especialmente da produção capitalista. São uma parte da riqueza social, que tem de ser sacrificada ao processo de circulação[4].

## II. Os custos de armazenamento

Os custos de circulação, que derivam da simples variação de forma do valor, da circulação idealmente considerada, não entram no valor das mercadorias. As partes do capital que cobrem esses custos constituem, do lado do capitalista, meros descontos do capital produtivamente gasto. De

outra natureza são os custos de circulação que ora examinamos. Eles podem ter origem em processos de produção que ganham continuidade apenas na circulação e cujo caráter produtivo permanece oculto sob a forma desta última. Por outro lado, quando considerados socialmente, eles podem ser simples custos, gasto improdutivo, seja de trabalho vivo, seja de trabalho pretérito, e no entanto, justamente por isso, atuar na criação de valor para o capitalista individual, constituir um acréscimo ao preço de venda de sua mercadoria. Isso já está dado no fato de que esses custos são diferentes nas diferentes esferas da produção e, eventualmente, para os diferentes capitais individuais no interior da mesma esfera da produção. Ao agregar-se ao preço das mercadorias, esses custos se repartem de acordo com os capitalistas individuais correspondentes. Mas todo trabalho que adiciona valor pode adicionar também mais-valor e, sobre uma base capitalista, adicionará sempre mais-valor, pois o valor que ele cria depende de sua própria grandeza, e o mais-valor que ele cria depende de quanto o capitalista paga pelo trabalho. Assim, custos que encarecem a mercadoria sem nada adicionar ao seu valor de uso e que, do ponto de vista da sociedade, pertencem, portanto, aos *faux frais* da produção, podem constituir uma fonte de enriquecimento para o capitalista individual. Por outro lado, na medida em que o valor que agregam ao preço da mercadoria não é mais do que a distribuição equitativa desses custos de circulação, estes não perdem seu caráter improdutivo. Por exemplo, as sociedades de seguros distribuem entre a classe capitalista as perdas dos capitalistas individuais. Mas isso não impede que as perdas assim niveladas continuem a ser perdas quando se considera o capital social total.

## 1) O armazenamento em geral

Durante sua existência como capital-mercadoria – ou enquanto permanece no mercado, ou seja, enquanto se encontra no intervalo entre o processo de produção do qual procede e o processo de consumo a que se destina – o produto constitui um estoque de mercadorias. Como mercadoria no mercado e, portanto, na forma de estoque, o capital-mercadoria aparece duas vezes em cada ciclo, uma vez como produto-mercadoria do capital em processo,

cujo ciclo ora estudamos; outra vez, ao contrário, como produto-mercadoria de outro capital, que tem de se encontrar previamente no mercado para poder ser comprado e transformado em capital produtivo. Certamente, também é possível que esse último capital-mercadoria só seja produzido sob encomenda. Nesse caso, tem-se uma interrupção até que ele seja produzido. O fluxo do processo de produção e reprodução requer, no entanto, que uma massa de mercadorias (meios de produção) encontre-se constantemente no mercado, ou seja, que forme um estoque. O capital produtivo também inclui a compra da força de trabalho, e a forma-dinheiro é aqui apenas a forma-valor dos meios de subsistência que o trabalhador tem de encontrar, em sua maior parte, no mercado. Examinaremos mais detalhadamente essa questão na sequência deste parágrafo. Aqui, basta esclarecer o seguinte ponto. Do ponto de vista do valor de capital em processo, já convertido em produtos-mercadorias e que agora tem de ser vendido ou reconvertido em dinheiro, ou seja, que já atua no mercado como capital-mercadoria, a forma que ele assume como estoque é uma permanência ineficaz e involuntária no mercado. Quanto mais rapidamente o produto é vendido, tanto mais líquido é o processo de reprodução. A permanência na transmutação de forma M'-D' estorva não só o metabolismo real que se tem de operar no ciclo do capital, como também sua função ulterior como capital produtivo. Por outro lado, a existência constante da mercadoria no mercado, o estoque de mercadorias, aparece para D-M como condição do fluxo do processo de reprodução, assim como do investimento de capital novo ou adicional.

A permanência do capital-mercadoria no mercado como estoque de mercadorias requer edifícios, depósitos de mercadorias, reservatórios, armazéns, ou seja, um investimento de capital constante; requer também o pagamento de forças de trabalho para o armazenamento das mercadorias nos depósitos. Além disso, as mercadorias perecem e estão expostas a influências que lhes são nocivas. Para protegê-las, um capital adicional tem de ser investido, parte em meios de trabalho, em forma objetiva, parte em força de trabalho[5].

Vemos, assim, que a existência do capital em sua forma como capital-

mercadoria e, por conseguinte, como estoque de mercadorias, gera custos que, não pertencendo à esfera da produção, fazem parte dos custos de circulação. Tais custos de circulação, diferentemente daqueles expostos no item I, entram em certa medida na composição do valor das mercadorias e, assim, encarecem-nas. De qualquer modo, o capital e a força de trabalho que servem à conservação e armazenamento do estoque do capital são subtraídos ao processo direto de produção. Por outro lado, os capitais aqui aplicados, inclusive a força de trabalho, têm de ser repostos, como parte integrante do capital, à custa do produto social. Seu desembolso tem, assim, o efeito de uma diminuição da força de produção do trabalho, de modo que uma quantidade maior de capital e trabalho é necessária para alcançar um determinado efeito útil. São, portanto, *despesas* [*Unkosten*].

Ora, na medida em que os custos de circulação condicionados pelo armazenamento das mercadorias derivam apenas da duração da transformação dos valores existentes da forma-mercadoria em forma-dinheiro, ou seja, apenas da forma social determinada do processo de produção (do fato de que o produto se produz como mercadoria e tem, por isso, de se transformar em dinheiro), eles compartilham inteiramente o caráter dos gastos de circulação enumerados no item I. Por outro lado, aqui o valor das mercadorias só é conservado ou aumentado, porque o valor de uso, o próprio produto, apresenta-se sob determinadas condições objetivas que custam um investimento de capital e são submetidas a operações que incrementam os valores de uso com trabalho adicional. Ao contrário, o cálculo dos valores-mercadorias, a contabilidade desse processo e as operações de compra e venda não agem sobre o valor de uso no qual existe o valor-mercadoria. Eles só guardam relação com sua forma. Assim, embora no caso pressuposto essas despesas relativas ao armazenamento (aqui involuntário) tenham origem simplesmente numa permanência da transmutação de forma e na necessidade de tal transmutação, eles se distinguem das despesas tratadas no item I pelo fato de seu objeto próprio não ser a transmutação de forma do valor, mas a conservação desse valor, o qual existe na mercadoria, como produto, valor de uso e que, por isso, só pode ser conservado por meio da conservação do próprio produto, do

próprio valor de uso. Aqui, o valor de uso não é acrescentado nem aumentado; ao contrário, ele diminui. Mas sua diminuição é limitada, ao passo que ele é conservado. Tampouco aumenta o valor desembolsado, existente na mercadoria. Mas a ele se acrescenta novo trabalho, materializado e vivo.

Devemos investigar agora em que medida essas despesas resultam do caráter peculiar da produção de mercadorias em geral e da produção de mercadorias em sua forma universal, absoluta, isto é, da produção capitalista de mercadorias, e em que medida elas são comuns a toda produção social, apenas assumindo aqui, no interior da produção capitalista, uma forma de manifestação específica.

A. Smith sustentou a fantasiosa opinião de que o armazenamento é um fenômeno peculiar à produção capitalista[6]. Economistas mais recentes, como Lalor[c], afirmam, ao contrário, que ele diminui à medida que se desenvolve a produção capitalista. Sismondi chega a considerar isso como um aspecto negativo desta última[d].

Na realidade, o estoque se apresenta sob três formas distintas: sob a forma do capital produtivo, do fundo individual de consumo e do estoque de mercadorias ou de capital-mercadoria. Sob uma dessas formas, o estoque diminui relativamente quando aumenta sob outra forma, ainda que, em termos de sua grandeza absoluta, ele possa crescer simultaneamente em todas as três formas.

Está desde o início claro que quando a produção volta-se diretamente à satisfação das próprias necessidades e apenas em pequenas proporções é destinada à troca ou à venda, ou seja, quando o produto social não assume nunca, ou só numa pequena parte, a forma de mercadoria, o estoque sob a forma da mercadoria ou o estoque de mercadorias só constitui uma parte ínfima e insignificante da riqueza. Mas o fundo de consumo é, aqui, relativamente grande, especialmente o dos meios de produção propriamente ditos. Basta olharmos para a economia tradicional dos camponeses. A maior parte do produto transforma-se aqui imediatamente, sem formar estoque de mercadorias – justamente porque permanece em mãos de seu possuidor –, em meios de produção ou meios de subsistência estocados. Ela

não assume a forma do estoque de mercadorias, o que leva A. Smith a afirmar que inexiste estoque em sociedades fundadas sobre tal modo de produção. A. Smith confunde a forma do estoque com o estoque propriamente dito e crê que a sociedade tenha vivido até então na urgência diária de garantir sua sobrevivência ou expostas às contingências do dia seguinte[7]. Trata-se de um equívoco pueril.

O estoque, na forma do capital produtivo, existe na forma de meios de produção que já se encontram no processo de produção ou, pelo menos, nas mãos do produtor e, portanto, de modo latente, já no processo de produção. Vimos que, com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, ou seja, também com o desenvolvimento do modo de produção capitalista – que desenvolve a força produtiva social do trabalho mais do que todos os modos de produção anteriores –, aumenta constantemente a massa dos meios de produção (edifícios, máquinas etc.) incorporados de uma vez por todas no processo na forma de meios de trabalho e que atuam nele constante e reiteradamente, por períodos mais longos ou mais curtos, e que seu crescimento é tanto pressuposto quanto efeito do desenvolvimento da força produtiva social do trabalho. O crescimento não apenas absoluto mas relativo da riqueza nessa forma (cf. Livro I, cap. 23, II[e]) caracteriza sobretudo o modo de produção capitalista. Mas as formas materiais de existência do capital constante, os meios de produção, não consistem apenas de tais meios de trabalho, mas também de materiais de trabalho em diferentes estágios de elaboração e de materiais auxiliares. Com o crescimento da escala da produção e da força produtiva do trabalho por meio da cooperação, divisão, maquinaria etc., cresce também a massa de matéria-prima, materiais auxiliares etc. introduzida diariamente no processo de reprodução. Tais elementos têm de estar disponíveis nos locais de produção. O volume desse estoque existente na forma de capital produtivo cresce, portanto, de modo absoluto. Para que o processo flua – não levando em conta, aqui, se esse estoque pode ser renovado diariamente ou apenas em prazos determinados –, é necessário que nos locais de produção acumule-se sempre uma quantidade de matérias-primas etc. maior do que aquela que pode ser consumida diária ou semanalmente. A

continuidade do processo exige que a existência de suas condições não dependa nem da possível interrupção ocasionada pelas compras diárias, nem do fato de o produto-mercadoria ser vendido diária ou semanalmente e, assim, poder ser reconvertido em seus elementos de produção apenas de modo irregular. É claro que o capital produtivo pode permanecer latente ou ser estocado em volumes muito distintos. Faz uma grande diferença, por exemplo, se o fiandeiro precisa armazenar algodão ou carvão para três meses ou apenas para um. Como se vê, esse estoque pode diminuir relativamente, embora aumente em termos absolutos.

Isso depende de diversas condições, que se reduzem todas, essencialmente, à maior rapidez, regularidade e segurança com que a massa necessária de matérias-primas pode ser regularmente fornecida para que jamais ocorram interrupções. Quanto menos essas condições estão satisfeitas e, portanto, quanto menor é a segurança, a regularidade e a velocidade da oferta, maior tem de ser a parte latente do capital produtivo, isto é, a quantidade de matérias-primas etc. armazenadas nas mãos do produtor e que ainda têm de ser trabalhadas. Tais condições são inversamente proporcionais ao grau de desenvolvimento da produção capitalista e, por conseguinte, à força produtiva do trabalho social. E o mesmo ocorre com o estoque nessa forma.

No entanto, o que aqui aparece como diminuição do estoque (por exemplo, em Lalor) é, em parte, apenas diminuição do estoque na forma do capital-mercadoria ou do estoque de mercadorias propriamente dito; ou seja, uma simples mudança de forma do mesmo estoque. Se, por exemplo, produz-se diariamente no país uma grande quantidade de carvão e, por conseguinte, de energia, o fiandeiro não necessita de grandes depósitos de carvão para assegurar a continuidade de sua produção. A renovação constante e certa da oferta de carvão torna isso supérfluo. Em segundo lugar, a velocidade com que o produto de um processo pode passar a outro processo como meio de produção depende do desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação. O barateamento do transporte desempenha nisso um grande papel. Por exemplo, o transporte contínuo de carvão da mina até a fábrica de fiação resultaria mais caro[f] do que o fornecimento de

uma grande massa de carvão para um tempo maior, considerando-se um transporte relativamente mais barato. Essas duas circunstâncias até aqui examinadas se deduzem do próprio processo de produção. Em terceiro lugar, influi também o desenvolvimento do sistema de crédito. Quanto menos o fiador depende da venda imediata de seu fio para a renovação de seus estoques de algodão, carvão etc. – e quanto mais desenvolvido é o sistema de crédito, menor é essa dependência imediata –, menor pode ser a grandeza relativa desses estoques capaz de assegurar a produção de fio numa dada escala sem depender das contingências da venda do fio. Em quarto lugar, porém, há muitas matérias-primas, artigos semifabricados etc. que necessitam de períodos maiores para serem produzidos, e isso vale especialmente para todas as matérias-primas fornecidas pela agricultura. Para evitar qualquer interrupção do processo de produção, portanto, é necessária a existência de um determinado estoque dessas matérias-primas para todo o período no qual ainda não se dispõe do novo produto destinado a substituir o antigo. Se esse estoque diminui nas mãos do capitalista industrial, isso prova apenas que ele aumenta, como estoque de mercadorias, nas mãos do comerciante. O desenvolvimento dos meios de transporte permite, por exemplo, levar rapidamente de Liverpool a Manchester o algodão descarregado no porto, de modo que o fabricante, à medida que o necessite, pode renovar seu estoque de algodão em porções relativamente pequenas. Porém, esse mesmo algodão se acumula em quantidades cada vez maiores, como estoque de mercadorias, nas mãos dos comerciantes de Liverpool. Trata-se, portanto, de uma mera mudança de forma do estoque, fato que escapou a Lalor e a outros. E se considerarmos o capital social, vemos que é a mesma massa de produtos que se encontra aqui na forma do estoque. Num determinado país, o desenvolvimento dos meios de transporte faz diminuir o volume de produtos que têm de estar disponíveis, por exemplo, ao longo de um ano. Se entre os Estados Unidos e a Inglaterra transitam muitos navios a vapor e a vela, aumentam as possibilidades da renovação dos estoques de algodão da Inglaterra e, com isso, diminui a massa de algodão que tem de ser armazenada em média nesse país. Também contribuem para isso o desenvolvimento do mercado

mundial e, por conseguinte, a multiplicação das fontes de fornecimento do mesmo artigo. O artigo passa a ser fornecido parcialmente por diferentes países e em diferentes períodos.

## 2) O estoque de mercadorias propriamente dito

Vimos que, no âmbito da produção capitalista, quanto mais a mercadoria se transforma em forma geral do produto, mais ela se desenvolve em volume e profundidade. Existe, portanto – mesmo quando se supõe um volume igual de produção –, uma parte muito maior do produto que assume a forma de mercadoria, em comparação, seja com modos de produção anteriores, seja com próprio modo de produção capitalista, porém em grau menos desenvolvido. Mas toda mercadoria – portanto, também todo capital-mercadoria que é apenas mercadoria, porém como forma de existência do valor de capital –, quando não transita imediatamente de sua esfera de produção ao consumo produtivo ou individual, ou seja, quando permanece no mercado durante um intervalo, constitui um elemento do estoque de mercadorias. Em si mesmo – mantendo-se inalterado o volume da produção –, o estoque de mercadorias (isto é, essa autonomização e fixação da forma-mercadoria do produto) cresce com a produção capitalista. Já vimos que isso não é mais do que uma mudança de forma do estoque, isto é, que se por um lado aumenta o estoque em forma-mercadoria, é porque, por outro, ele diminui na forma de estoque direto de produção ou de consumo. Trata-se apenas de uma forma social modificada do estoque. Se, ao mesmo tempo, não apenas sua grandeza relativa, mas também a grandeza absoluta do estoque de mercadorias aumenta em relação ao produto social total, é porque a massa do produto total aumenta com a produção capitalista.

Com o desenvolvimento da produção capitalista, a escala da produção é determinada em grau cada vez menor pela demanda direta pelo produto e em grau cada vez maior pelo volume de capital de que dispõe o capitalista individual, pelo impulso de valorização de seu capital e a necessidade de continuidade e ampliação de seu processo de produção. Com isso, cresce necessariamente, em cada ramo específico de produção, a massa de produtos que se encontram no mercado como mercadorias ou que procuram

comprador. Cresce a massa de capital fixada por mais ou menos tempo na forma de capital-mercadoria. Com isso, cresce o estoque de mercadorias.

Por fim, a maior parte da sociedade é convertida em trabalhadores assalariados, que vivem do pão de cada dia, recebem seu salário semanalmente e gastam diariamente, e que, portanto, precisam encontrar disponíveis seus meios de subsistência como estoque. E por mais que os elementos individuais desse estoque possam circular, uma parte deles tem de ficar constantemente imobilizada a fim de que o estoque possa permanecer sempre em fluxo.

Todos esses momentos derivam da forma da produção e da transmutação de forma que nela está implícita, mutação pela qual tem necessariamente de passar o produto no processo de circulação.

Qualquer que seja a forma social do estoque de produtos, seu armazenamento requer custos: edifícios, recipientes etc., onde os produtos são conservados, assim como os meios de produção e o trabalho que, em maior ou menor medida, conforme a natureza do produto, têm de ser mobilizados para impedir a ação de influências perturbadoras. Esses custos serão proporcionalmente menores quanto mais socialmente concentrados forem os estoques. Eles constituem sempre uma parte do trabalho social, seja em forma objetivada ou como trabalho vivo; isto é, em forma capitalista, são gastos de capital que não entram na formação do produto e representam, portanto, descontos deste último. Integram necessariamente o passivo da riqueza social. São custos de conservação do produto social, quer sua existência, como elemento do estoque de mercadorias, derive meramente da forma social da produção, ou seja, da forma-mercadoria e sua mutação necessária de forma, quer consideremos o estoque de mercadorias como uma simples forma especial do estoque de produtos comum a todas as sociedades – embora não necessariamente sob a forma do *estoque de mercadorias* –, como uma forma do estoque de produtos correspondente ao processo de circulação de cada sociedade.

Resta saber, então, em que medida esses custos entram no valor das mercadorias.

Se o capitalista transformou seu capital investido em meios de produção

e a força de trabalho em produtos, numa massa de mercadorias destinada à venda, e esta permanece armazenada, sem poder ser vendida, não se paralisa apenas o processo de valorização de seu capital durante esse tempo. Os gastos em edifícios, trabalho adicional etc. exigidos para a conservação desse estoque formam uma perda positiva. No fim, o comprador que adquirisse as mercadorias não conteria o riso diante do capitalista, se este lhe dissesse: "minha mercadoria ficou seis meses sem ser comprada, e sua conservação durante esses seis meses não só me imobilizou uma soma *x* de capital como ainda me ocasionou despesas". *Tant pis pour vous!*[g], dir-lhe-ia o comprador. Pois ao teu lado há outros vendedores cujas mercadorias foram postas no mercado há apenas dois dias. Tua mercadoria é uma bugiganga que provavelmente já foi mordida pelo dente do tempo. Deverias, portanto, vender mais barato do que teu rival. Se o produtor das mercadorias é o verdadeiro produtor de sua mercadoria ou apenas seu produtor capitalista – ou seja, na realidade, mero representante de seus verdadeiros produtores –, é algo que em nada altera as condições de vida da mercadoria. Ele tem de converter sua coisa em dinheiro. As despesas que lhe acarretem sua conservação sob a forma de mercadorias fazem parte de suas aventuras pessoais, que não dizem respeito ao comprador da mercadoria. Este não lhe paga o tempo de circulação de sua mercadoria. Mesmo que o capitalista, em épocas de uma revolução real ou suposta do valor, mantenha intencionalmente sua mercadoria fora do mercado, se ele poderá ou não se ressarcir de seus gastos adicionais é algo que dependerá da ocorrência ou não dessa revolução, do acerto ou desacerto de sua especulação. Mas a revolução do valor não é uma consequência de suas despesas. Assim, na medida em que o armazenamento significa o estancamento da circulação, os custos dele decorrentes não adicionam valor algum à mercadoria. Por outro lado, não pode existir estoque sem a permanência na esfera da circulação, sem que o capital se conserve por mais ou menos tempo em sua forma-mercadoria; portanto, não pode haver estoque sem estancamento da circulação, do mesmo como o dinheiro não pode circular sem a formação de uma reserva monetária. Portanto, sem estoque de mercadorias não há circulação de mercadorias. Se

essa necessidade não se apresenta ao capitalista em M'-D', ela se apresenta em D-M; não como necessidade para seu capital, mas para o capital-mercadoria de outros capitalistas, que produzem meios de produção para ele e meios de subsistência para seus trabalhadores.

Se o armazenamento é voluntário ou involuntário, isto é, se o produtor de mercadorias conserva intencionalmente um estoque ou se o forma movido pela resistência que as próprias circunstâncias do processo de circulação opõem à sua venda, parece não alterar em nada a essência da questão. No entanto, para a solução desse problema convém saber o que distingue o armazenamento voluntário do involuntário. A formação involuntária do estoque deriva de – ou é idêntica a – um estancamento da circulação, que, por sua vez, é independente da consciência do produtor de mercadorias e obstaculiza sua vontade. O que caracteriza o armazenamento voluntário? Tal como antes, o vendedor procurar desfazer-se de sua mercadoria o mais depressa possível. Põe sempre à venda o produto como mercadoria. Se o retirasse da venda, o produto seria apenas elemento potencial (δυναμει), não efetivo (ενεργεια) do estoque de mercadorias. Para ele, a mercadoria continua a ser apenas o suporte de seu valor de troca, e só pode atuar como tal depois de abandonar sua forma-mercadoria e assumir a forma-dinheiro.

O estoque de mercadorias precisa ter certo volume para satisfazer, durante dado período, o volume da demanda. Para tanto, conta-se com uma expansão constante do círculo dos compradores. Para que sejam suficientes, por exemplo, para um dia, é preciso que uma parte das mercadorias que se encontram no mercado permaneça continuamente na forma-mercadoria, enquanto a outra flui, converte-se em dinheiro. A parte que fica imobilizada enquanto a outra flui não cessa de decrescer, assim como decresce o volume do próprio estoque, até que seja, por fim, inteiramente vendido. A imobilização da mercadoria é, portanto, computada como condição necessária da venda da mercadoria. Além disso, seu volume tem de ser maior do que o da venda média ou da demanda média, pois, de outro modo, não se poderia satisfazer a venda ou a demanda que excedesse esse limite. Por outro lado, o estoque tem de ser constantemente renovado, posto que

constantemente se esgotam. Essa renovação só pode, em última instância, partir da produção, de um afluxo de mercadorias. Se tal afluxo provém ou não do exterior é algo que não altera em nada a questão. A renovação depende do tempo de que as mercadorias necessitam para sua reprodução. Durante esse tempo, o estoque de mercadorias tem de ser suficiente. O fato de ele não permanecer nas mãos do produtor inicial, mas circular por diversos canais, que vão desde o grande atacadista até o vendedor varejista, altera apenas o modo de manifestação, mas não a essência da coisa. Considerado socialmente, uma parte do capital continua a existir na forma do estoque de mercadorias pelo tempo em que a mercadoria não ingressou no consumo produtivo ou individual. O próprio produtor procura formar um estoque de mercadorias que corresponda à sua demanda média, a fim de não depender diretamente da produção e assegurar para si um círculo constante de clientes. Formam-se prazos de compra que correspondam aos períodos de produção, e as mercadorias são estocadas por um tempo mais ou menos longo, até que possam ser repostas por novos exemplares da mesma categoria. Apenas por meio desse armazenamento assegura-se a constância e a continuidade do processo de circulação e, por conseguinte, do processo de reprodução que o engloba.

É preciso recordar: o processo M’-D’ pode ser realizado para o produtor de M, mesmo que M ainda se encontre no mercado. Quisesse o próprio produtor reter sua própria mercadoria no depósito até vendê-la ao consumidor definitivo, ele teria de pôr em movimento dois capitais, um como produtor da mercadoria, o outro como comerciante. Para a própria mercadoria – seja considerada em si mesma ou como parte integrante do capital social – é indiferente se os custos do armazenamento recaem sobre seu produtor ou sobre uma série de comerciantes de *a* a *z*.

Porque o estoque de mercadorias não é senão a forma-mercadoria do estoque, que, se não existisse como estoque de mercadorias, existiria, numa dada escala da produção social, seja como estoque produtivo (fundo latente de produção) ou como fundo de consumo (reserva de meios de consumo), os custos da conservação do estoque e, portanto, os custos de sua formação – ou seja, o trabalho materializado ou trabalho vivo nele investido – são

também gastos de conservação simplesmente transferidos, seja do fundo social de produção, seja do fundo social de consumo. A elevação do valor da mercadoria que os estoques provocam não faz mais do que repartir esses custos *pro rata* [proporcionalmente] entre as distintas mercadorias, já que variam de acordo com os diferentes tipos de mercadorias. Os custos de armazenamento continuam a ser descontos sobre a riqueza social, embora sejam uma condição de existência desta última.

O estoque de mercadorias só é normal enquanto é condição da circulação de mercadorias e mesmo uma forma necessária no interior dessa circulação, enquanto essa estagnação aparente é, portanto, a forma do próprio fluxo, do mesmo modo como a formação de reserva monetária é condição da circulação do dinheiro. Ao contrário, quando as mercadorias armazenadas em seus depósitos de circulação não cedem lugar à nova torrente de produção que lhe segue, e quando, por conseguinte, os armazéns se encontram abarrotados até o limite, o armazenamento de mercadorias se estende em consequência do estancamento da circulação, do mesmo modo como os tesouros crescem quando estanca a circulação de dinheiro. Não importa, nesse caso, se esse estancamento ocorre nos depósitos do capitalista industrial ou nos armazéns do comerciante. O estoque de mercadorias não é, aqui, condição da venda ininterrupta, mas consequência do encalhe das mercadorias. Os custos permanecem os mesmos, mas como agora derivam simplesmente da forma, ou seja, da necessidade de converter as mercadorias em dinheiro e da dificuldade de efetuar essa metamorfose, eles não entram no valor da mercadoria, mas constituem descontos, perdas de valor na realização do valor. Porque as formas normal e anormal do estoque não se diferenciam segundo sua forma, sendo ambas estancamentos da circulação, os fenômenos podem ser confundidos e enganar os próprios agentes da produção, sobretudo porque, para o produtor, o processo de circulação de seu capital pode seguir seu curso ainda que se estanque o processo de circulação de suas mercadorias, que passaram às mãos dos comerciantes. E se aumenta o volume da produção e do consumo, aumenta também, mantendo-se constantes as demais circunstâncias, o volume do estoque de mercadorias. Este é renovado e absorvido com a mesma

velocidade, porém seu volume é maior. O volume do estoque de mercadorias, aumentado em razão do estancamento da circulação, pode, portanto, ser erroneamente tomado por um sintoma da ampliação do processo de reprodução, sobretudo a partir do momento em que o desenvolvimento do sistema de crédito permite que o movimento real seja mistificado.

Os custos do armazenamento consistem: 1) da diminuição quantitativa da massa de produtos (por exemplo, do estoque de farinha); 2) da degradação da qualidade; 3) do trabalho objetivado e vivo exigido para a conservação do estoque.

## III. Custos de transporte

É desnecessário, aqui, entrar em todos os detalhes dos custos de circulação, como, por exemplo, a embalagem, a classificação etc. A lei geral dita que *todos os custos de circulação que derivam apenas da transmutação de forma da mercadoria não acrescentam valor algum a esta última*. Eles são meros custos para a realização do valor ou para sua transição de uma forma a outra. O capital investido nesses custos (aí incluído o trabalho por ele comandado) faz parte dos *faux frais* da produção capitalista. O ressarcimento desses gastos tem de provir do mais-produto e constitui, considerando-se a classe capitalista em sua totalidade, um desconto do mais-valor ou do mais-produto, da mesma forma que, para um trabalhador, o tempo que ele dedica à compra de seus meios de subsistência é um tempo perdido. Mas os custos de transporte desempenham um papel importante demais para que não o examinemos aqui, mesmo que brevemente.

No interior do ciclo do capital e da metamorfose das mercadorias, que constitui uma fase desse ciclo, realiza-se o metabolismo do trabalho social. Esse metabolismo pode condicionar o deslocamento espacial dos produtos, seu movimento real de um lugar para o outro. Mas a circulação de mercadorias é possível sem seu movimento físico e o transporte de produtos, sem a circulação de mercadorias – e mesmo sem a troca direta de produtos. Uma casa que *A* vende a *B* circula como mercadoria, mas não sai

para passear. Valores-mercadorias móveis, como algodão ou ferro-gusa, jazem no mesmo depósito de mercadorias, ao mesmo tempo que percorrem dezenas de processos de circulação, sendo comprados e vendidos pelos especuladores[8]. O que realmente se move é o título de propriedade sobre a coisa, não a coisa em si. Por outro lado, no Império Inca, por exemplo, a indústria do transporte desempenhou um grande papel, embora o produto social não se distribuísse nem como mercadoria, nem por meio das trocas comerciais.

Por isso, ainda que na base da produção capitalista a indústria dos transportes apareça como causa dos custos de circulação, essa forma particular de manifestação em nada altera a questão.

As massas de produtos não aumentam pelo fato de serem transportadas. E tampouco a alteração de suas propriedades naturais provocada pelo transporte constitui, com algumas exceções, um efeito útil deliberado, mas um mal inevitável. Porém, o valor de uso das coisas só se realiza em seu consumo, o qual pode exigir seu deslocamento espacial e, portanto, o processo adicional de produção da indústria do transporte. Assim, o capital produtivo investido nessa indústria adiciona valor aos produtos transportados, em parte por meio da transferência de valor dos meios de transporte, em parte por meio do acréscimo de valor gerado pelo trabalho de transporte. Esta última adição de valor se decompõe, como em toda produção capitalista, em reposição de salário e mais-valor.

O deslocamento espacial do objeto do trabalho e dos meios e forças de trabalho necessários para executá-lo – por exemplo, do algodão que é transportado da oficina de cardagem para a de fiação, ou do carvão trazido do fundo da mina até a superfície – desempenha um importante papel em todo processo de produção. O deslocamento do produto acabado, como mercadoria pronta, de um centro independente de produção a outro, distante do primeiro, evidencia o mesmo fenômeno, embora em escala maior. Ao transporte dos produtos de um centro de produção a outro segue-se o dos produtos acabados da esfera da produção à do consumo. O produto só está pronto para o consumo quando completou plenamente esse movimento.

Trata-se, como mostramos anteriormente, de uma lei geral da produção

de mercadorias: a produtividade do trabalho e sua criação de valor encontram-se em proporção inversa uma à outra. Isso vale para todas as indústrias, inclusive a dos transportes. Quanto menor é a quantidade de trabalho, morto ou vivo, necessária para transportar a mercadoria a uma dada distância, maior é a força produtiva do trabalho, e vice-versa[9].

A grandeza absoluta de valor que o transporte adiciona às mercadorias se encontra, mantendo-se inalteradas as demais circunstâncias, em proporção inversa à força produtiva da indústria do transporte e em proporção direta às distâncias a serem percorridas.

A parte relativa de valor que os custos de transporte – supondo-se igualmente inalteradas as demais circunstâncias – adicionam ao preço da mercadoria encontra-se em razão direta às dimensões e ao peso desta última. No entanto, são inúmeras as circunstâncias que podem alterar essa lei. O transporte requer, por exemplo, medidas de precaução maiores ou menores e, por conseguinte, um dispêndio maior ou menor de trabalho e de meios de trabalho, a depender da relativa fragilidade, perecibilidade e inflamabilidade do artigo. Nesse âmbito, os magnatas das ferrovias mostram ter desenvolvido uma aptidão para a criação fantasiosa de espécies maior do que a de botânicos ou zoólogos. A classificação das mercadorias nas ferrovias inglesas, por exemplo, preenche volumes inteiros e, em princípio, repousa sobre a tendência a converter as variegadas propriedades naturais das mercadorias em tantas outras dificuldades de transporte e pretextos para a cobrança de taxas fraudulentas.

> "O vidro, que antes custava £11 por *crate*, agora vale apenas £2, desde as melhorias realizadas nas manufaturas e a abolição do imposto sobre o vidro; mas a taxa de transporte é a mesma de antes, e maior quando o transporte se dá pelo canal. Antes, como me informam os fabricantes, o vidro e as mercadorias de vidro para vitrais eram transportados por 10 xelins a tonelada, num raio de 50 milhas de Birmingham. Atualmente, o preço do transporte triplicou, sob o pretexto de cobrir os riscos de algum dano causado ao artigo […]. Mas quem não paga os vidros quebrados é a direção das ferrovias."[10]

Além disso, o fato de que a parte relativa do valor que os custos de transporte adicionam a um artigo se encontre em razão inversa ao valor deste último se torna, para os magnatas das ferrovias, uma razão especial

para taxar um artigo em razão inversa ao seu valor. As queixas dos industrialistas e dos comerciantes sobre esse ponto repetem-se a cada página das declarações testemunhais do relatório citado.

O modo de produção capitalista reduz os custos de transporte para a mercadoria individual por meio do desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, bem como da concentração – a grandeza da escala – do transporte. Ele aumenta a parte do trabalho social, vivo e objetivado, que é efetuada no transporte de mercadorias, primeiro mediante a transformação da grande maioria dos produtos em mercadorias e, em seguida, mediante a substituição de mercados locais por mercados longínquos.

A circulação, isto é, o curso efetivo das mercadorias no espaço, dilui-se no transporte da mercadoria. A indústria do transporte constitui, por um lado, um ramo independente de produção e, por conseguinte, uma esfera especial de investimento do capital produtivo. Por outro lado, ela se distingue pelo fato de aparecer como continuação de um processo de produção *dentro* do processo de circulação e *para* o processo de circulação.

---

[a] "Quando dois gregos se encontram, começa o cabo de guerra". Citação modificada de Nathaniel Lee, *The Rival Queens; or the Death of Alexander the Great. A Tragedy*, ato 4. (N. E. A.)

[1] O texto entre chaves é de uma nota situada no fim do manuscrito VIII. [F. E.]

[2] "*Les frais de commerce, quoique nécessaires, doivent être regardés comme une dépense onéreuse*" [Os gastos do comércio, ainda que necessários, devem ser considerados como uma despesa onerosa] (Quesnay, "Analyse du Tableau Économique", em E. Daire (org.), *Physiocrates* (Paris, [Librairie de Guillaumin,] 1846), parte I, p. 71). – Segundo Quesnay, o "lucro" produzido pela concorrência entre os comerciantes, ou seja, que os obriga "[…] *à mettre leur rétribution ou leur gain au rabais* […] *n'est sérieusement parlant qu'une* privation de perte *pour le vendeur de la première main et pour l'acheteur-consommateur. Or, une privation de perte sur les frais du commerce n'est pas un* produit réel *ou un accroît de richesses obtenu par le commerce, considéré en lui-même simplement comme échange, indépendamment des frais de transport, ou envisagé conjointement avec les frais de transport*" [a diminuir seu benefício ou seu lucro […] é, tomado em sentido estrito, apenas uma *perda reduzida* para o vendedor de primeira mão e para o comprador consumidor. Ora, uma perda reduzida em relação aos custos do comércio não é um *produto real*, nem um crescimento da riqueza obtido pelo comércio, seja este considerado como uma simples troca, independentemente dos custos de transporte, ou tomado juntamente com estes últimos] (p. 145, 146). "*Les frais du commerce sont toujours payés aux dépens des vendeurs des productions qui jouiraient de tout le prix qu'en payent les acheteurs, s'il n'y avait point de frais intermédiaires*"

[Os custos do comércio são sempre pagos pelos vendedores dos produtos, que, caso não houvesse quaisquer custos de mediação, receberiam o preço integral pago pelos compradores] (p. 163). Os *propriétaires* [proprietários fundiários] e os *producteurs* [produtores] são "*salariants*" [pagadores de salários], os comerciantes são "*salariés*" [assalariados]. (Quesnay, "Dialogue sur le commerce et sur les travaux des artisans" [nas primeira e segunda edições: "Problèmes économiques" – N. E. A.], em E. Daire (org.), *Physiocrates*, cit., parte I, p. 164.) [F. E.]

[3] Na Idade Média, apenas nos mosteiros encontramos a contabilidade aplicada à agricultura. No entanto, vimos (Livro I, p. 431) que já na comunidade indiana antiga encontra-se a figura de um contador na agricultura. A contabilidade é, aqui, autonomizada como função exclusiva de um funcionário comunal. Por meio dessa divisão do trabalho poupam-se tempo, esforço e recursos, mas a produção e a contabilidade sobre a produção continuam a ser coisas tão distintas quanto o carregamento de um navio e o certificado de carga. Com o contador, uma parte da força de trabalho da comunidade é subtraída da produção, e os custos de sua função não são ressarcidos pelo seu próprio trabalho, mas por um desconto do produto comum. Com o contador do capitalista ocorre o mesmo, *mutatis mutandis*, que com o contador da comunidade indiana. (Do manuscrito II.) [F. E.]

[b] Gastos fortuitos. (N. T.)

[4] "*The money circulating in a country is a certain portion of the capital of the country, absolutely withdrawn from productive purposes, in order to facilitate or increase the productiveness of the remainder, a certain amount of wealth is, therefore, as necessary in order to adopt gold as a circulating medium, as it is to make a machine, in order to facilitate any other production*." [O dinheiro que circula num país é uma certa porção do capital desse país, integralmente subtraído das finalidades produtivas a fim de facilitar ou aumentar a produtividade do resto do capital; por isso, requer-se um certo volume de riqueza tanto para adotar o ouro como meio de circulação quanto para construir uma máquina destinada a facilitar toda e qualquer produção] (*Economist*, v. 5, p. 520 [*The Economist*, Londres, n. 193, 8 maio 1847. Em 1851, Marx extraiu excertos dos exemplares de *The Economist* do ano de 1847. (Caderno V dos "Cadernos de Londres", MEGA-2 IV/7, [Berlim, Dietz,] p. 440-1) – N. E. A.]. [K. M.]

[5] Em 1841, Corbet calculou os custos de armazenamento do trigo para uma estação de nove meses em 0,5% de perda em relação à quantidade, 3% de juros sobre o preço do trigo, 2% para o aluguel do depósito, 1% para peneirar e transportar, 0,5% para o trabalho de entrega, o que dá um total de 7%, ou, com base num preço de 50 xelins, 3 xelins e 6 *pence* por *quarter*. (T. Corbet, *An Inquiry into the Causes and Modes of the Wealth of Individuals* etc., Londres, [Smith, Elder & Co.,] 1841, [p. 140].) Segundo as declarações dos comerciantes de Liverpool perante a Comissão das Estradas de Ferro, as despesas (líquidas) com o armazenamento de cereais em 1865 perfaziam a soma mensal de 2 *pence* por *quarter* ou de 9 a 10 *pence* por tonelada. (Royal Commission on Railways, 1867, n. 331, "*Evidence*", p. 19.) [K. M.]

[6] Livro II, Introdução. (F. E.)

[c] Cf. John Lalor, *Money and Morals* (Londres, Chapman, 1852), p. 44-5. (N. E. A.)

[d] J.-C.-L. Simonde de Sismondi, *Études sur l'économie politique* (Bruxelas, 1837), tomo I, p. 49-50. (N. E. A.)

[7] Em vez de, como imagina A. Smith, ser o armazenamento que surge da transformação do produto em mercadoria e do estoque de consumo em estoque de mercadoria, é essa mudança de forma que, durante a transição da produção para o próprio consumo à produção de mercadorias, provoca as crises mais violentas na economia dos produtores. Na Índia, por exemplo, conservou-se até os tempos mais recentes "o costume de armazenar grandes quantidades de trigo, produto escasso mesmo nos anos de abundância" (*Return. Bengal and Orissa Famine. H. of C. 1867*, I, n. 74, p. 230). A demanda de

algodão, de juta etc., que subiu repentinamente em consequência da Guerra Civil norte-americana, provocou, em muitas partes da Índia, uma grande redução das plantações de arroz, a alta dos preços e a venda dos antigos estoques desse produto em poder dos produtores. Acrescente-se a isso a exportação sem precedentes de arroz para a Austrália, Madagascar etc., em 1846-1866. Daí o caráter agudo da epidemia de fome de 1866, que apenas no distrito de Orissa abateu 1 milhão de pessoas (idem, p. 174, 175, 213, 214 e III. *Papers relating to the Famine in Behar*, p. 32 e 33, em que, entre as causas da epidemia de fome, destaca-se a *drain of old stock* [vazão do velho estoque]). (Do manuscrito II.) [F. E.]

[e] Cf. Livro I, p. 663-6. (N. T.)

[f] O certo seria "mais barato". (N. T.)

[g] "Bem feito!" (N. T.)

[8] Storch chama esse processo de "*circulation factice*" [circulação artificial]. [K. M.]

[9] Ricardo cita Say, que considera uma bênção do comércio o fato de que ele, por meio dos custos de transporte, encarece os produtos ou aumenta seu valor. "O comércio", diz Say, "nos possibilita pegar uma mercadoria em seu local de origem e transportá-la para um outro local de consumo; permite-nos, assim, aumentar o valor da mercadoria por toda a diferença entre seu preço no primeiro e no segundo desses dois locais." Sobre isso, Ricardo observa: "*True, but how is the additional value given to it? By adding to the cost of production, first, the expenses of conveyance, secondly, the profit on the advances of capital made by the merchant. The commodity is only more valuable, for the same reason that every other commodity may become more valuable, because more labour is expended on its production and conveyance before it is purchased by the consumer. This must not be mentioned as one of the advantages of commerce*" [Certo, mas como lhe é conferido esse valor adicional? Adicionando aos custos de produção, primeiro, os gastos com o transporte e, segundo, o lucro sobre os desembolsos de capital realizados pelo comerciante. A mercadoria é mais valiosa pelas mesmas razões pelas quais toda mercadoria adquire maior valor: porque mais trabalho foi empregado em sua produção e em seu transporte antes que fosse comprada pelo consumidor. Mas isso não deve ser mencionado como uma das vantagens do comércio] (Ricardo, *Principles of Pol. Econ.*, 3. ed., Londres, 1821, p. 309-10). [K. M.]

[10] Royal Commission on Railways, n. 630, p. 31. [K. M.]

# Seção II

# A ROTAÇÃO DO CAPITAL

# Capítulo 7

## Tempo de rotação e número de rotações

Vimos que o tempo total de circulação de um dado capital é igual à soma de seu tempo de curso e seu tempo de produção. É o tempo transcorrido desde o momento em que se desembolsa o valor de capital numa determinada forma até o momento em que o valor de capital em processo retorna a seu ponto de partida, em sua mesma forma inicial.

A finalidade determinante da produção capitalista é a valorização constante do valor adiantado, seja esse valor desembolsado em sua forma independente, isto é, na forma-dinheiro, seja em mercadoria, caso em que sua forma-valor possui apenas independência ideal no preço das mercadorias adiantadas. Em ambos os casos, esse valor de capital percorre diferentes formas de existência durante seu ciclo. Sua identidade consigo mesmo é confirmada nos livros contábeis do capitalista ou na forma da moeda de conta.

Quer tomemos a forma D…D' ou a forma P…P, ambas implicam que: 1) o valor desembolsado funciona e se valoriza como valor de capital; 2) ele retorna à forma em que começou seu processo, depois de tê-lo concluído. A valorização do valor D desembolsado e, ao mesmo tempo, o retorno do capital a essa forma (à forma-dinheiro) mostra-se de modo palpável em D…D'. Mas o mesmo ocorre na segunda forma. Pois o ponto de partida de P é a existência dos elementos de produção, isto é, de mercadorias de dado valor. A forma inclui a valorização desse valor (M' e D') e o retorno à forma original, pois no segundo P o valor adiantado volta a possuir a forma dos elementos de produção, na qual ele fora originalmente desembolsado.

Vimos anteriormente: "Se a produção tem forma capitalista, também o tem a reprodução. Como no modo de produção capitalista o processo de

trabalho só aparece como um meio para o processo de valorização, a reprodução aparece tão somente como um meio de reproduzir como capital o valor adiantado, isto é, como valor que se valoriza" (Livro I, cap. 21, p. 588[a]).

As três formas I) D…D', II) P…P e III) M'…M' diferenciam-se pelo seguinte fato: na forma II (P…P), a renovação do processo, do processo de reprodução, é expressa como real; na forma I, apenas como possível. Mas ambas se distinguem da forma III pelo fato de que o valor de capital desembolsado – seja como dinheiro, seja na forma de elementos materiais de produção – constitui o ponto de partida e, portanto, também o ponto de retorno. Em D…D', o retorno é D' = D + *d*. Se o processo é renovado na mesma escala, D forma novamente o ponto de partida e *d* não se incorpora nele, mas apenas nos mostra que D se valoriza como capital e, por conseguinte, produz um mais-valor *d*, que depois é por ele eliminado. Na forma P…P, o valor de capital desembolsado na forma dos elementos de produção P constitui também o ponto de partida. Esta forma traz implícita sua valorização. Ocorrendo a reprodução simples, o mesmo valor de capital reinicia seu processo na mesma forma, P. Ocorrendo a acumulação, P' (que, quanto a sua grandeza de valor = M') inaugura o processo como valor de capital aumentado. Mas recomeça com o valor de capital desembolsado em sua forma inicial, ainda que com um valor de capital maior do que antes. Ao contrário, na forma III o valor de capital começa o processo não como valor desembolsado, mas como valor já valorizado, como riqueza total existente na forma-mercadoria e da qual o valor de capital é apenas uma parte. A última forma é importante para a última seção, na qual o movimento dos capitais individuais é concebido em conexão com o movimento do capital social total. Mas ela não pode ser utilizada para a rotação do capital, que começa sempre com o desembolso do valor de capital, seja em forma de dinheiro, seja em forma de mercadoria, e condiciona sempre o retorno do valor de capital circulante na mesma forma em que ele foi desembolsado. Dos ciclos I e II é preciso atentar para o primeiro sempre que se tratar fundamentalmente da influência da rotação sobre a formação de mais-valor, e para o segundo quando se

tratar de sua influência sobre a formação do produto.

Os economistas, assim como não separavam as diversas formas dos ciclos, tampouco as examinavam separadamente em relação à rotação do capital. Uns destacam a forma D…D' porque ela domina o capitalista individual e lhe serve em seus cálculos, mesmo que o dinheiro só constitua o ponto de partida na forma de moeda de conta. Outros partem do gasto na forma de elementos de produção até que ocorra o retorno, porém silenciando a respeito da forma desse retorno, se em mercadorias ou em dinheiro. Por exemplo: "O ciclo econômico, […] isto é, o curso inteiro da produção, do investimento inicial até a obtenção do retorno. Na agricultura, a época de semeadura é seu começo, e a colheita é seu fim" (*Economic Cycle,* […] *the whole course of production, from the time that outlays are made till returns are received. In agriculture seedtime is its commencement, and harvesting its ending.* – S. P. Newman, *Elements of Pol. Econ.*, Andover/Nova York, p. 81).

Outros começam com M' (forma III): "O mundo do intercâmbio produtivo pode ser considerado como percorrendo um círculo, que chamaremos de ciclo econômico, no qual ele realiza uma rotação a cada vez que o negócio, depois de efetuadas suas sucessivas transações, retorna ao ponto de onde partiu. O começo pode remontar ao momento em que o capitalista obteve os recursos por meio dos quais seu capital retorna às suas mãos; a partir de então, ele põe-se novamente a recrutar seus trabalhadores, distribuindo-lhes seu sustento – ou, antes, o poder de obtê-lo – em forma de salário; obtém deles, prontos, os artigos que negocia; leva esses artigos ao mercado e, com isso, encerra o ciclo dessa série de movimentos, vendendo as mercadorias e obtendo, em troca, um reembolso de todo seu capital investido" (T. Chalmers, *On Political Economy*, 2. ed., Glasgow, 1832, p. 84s).

Tão logo o valor de capital inteiro que um capitalista individual investe num ramo qualquer de produção tenha concluído seu ciclo, ele se encontra novamente em sua forma inicial e pode, então, repetir o mesmo processo. Tem de repeti-lo para que o valor se eternize e se valorize como valor de capital. O ciclo individual constitui, na vida do capital, apenas uma fase

que sempre se repete, ou seja, um período. Ao término do período D...D', o capital encontra-se novamente na forma do capital monetário, que volta a percorrer a série das mutações de forma nas quais está incluído o processo de reprodução e de valorização. No fim do período P…P, o capital encontra-se novamente na forma dos elementos de produção que formam o pressuposto de seu ciclo renovado. O ciclo do capital, não como fenômeno isolado, mas como processo periódico, chama-se rotação. A duração dessa rotação é dada pela soma de seu tempo de produção e seu tempo de curso. Tal soma constitui o tempo de rotação do capital. Esta mede, assim, o intervalo entre um período cíclico do valor de capital inteiro e o período seguinte; a periodicidade no processo de vida do capital, ou, em outras palavras, o tempo de renovação, a repetição do processo de valorização e de produção do mesmo valor de capital.

Abstraindo das contingências individuais, que podem acelerar ou encurtar o tempo de rotação para um capital individual, o tempo de rotação dos capitais é distinto de acordo com suas diferentes esferas de investimento.

Assim como a jornada de trabalho é a unidade de medida natural para a função da força de trabalho, o ano é a unidade de medida natural pra as rotações do capital em processo. A base natural dessa unidade de medida repousa sobre o fato de que os mais importantes frutos da terra na zona temperada, que é o seio da produção capitalista, são produtos anuais.

Ao ano, como unidade medida do tempo de rotação, chamaremos de $R$; ao tempo de rotação de um determinado capital, $r$; e ao número de suas rotações, $n$; de modo que $n = {}^{R}/_{r}$. Se, por exemplo, o tempo de rotação, $r$, for de 3 meses, teremos $n = {}^{12}/_{3} = 4$, o que significa que o capital realiza 4 rotações no ano. Se $r = 18$ meses, então $n = {}^{12}/_{18} = ⅔$, ou seja, o capital realiza em 1 ano apenas ⅔ de seu tempo de rotação. Se seu tempo de rotação abarcar vários anos, ele será então calculado por múltiplos de um ano.

Para o capitalista, o tempo de rotação de seu capital é o tempo durante o qual ele tem de desembolsar seu capital a fim de valorizá-lo e recuperá-lo em sua forma original.

Antes de examinarmos mais detalhadamente a influência da rotação sobre o processo de produção e valorização, devemos analisar duas novas formas que chegam ao capital saídas do processo de circulação e que influem na forma de sua rotação.

---

[a] Na ed. bras., Livro I, p. 641. (N. T.)

# Capítulo 8

## Capital fixo e capital circulante[a]

### I. As diferenças de forma[b]

No Livro I, cap. 6[c], vimos que uma parte do capital constante conserva a forma de uso determinada em que entra no processo de produção, diante dos produtos para cuja criação ele contribui. Ele executa, portanto, as mesmas funções, durante um período mais curto ou mais longo, em processos de trabalho que se repetem constantemente. Assim ocorre, por exemplo, com os edifícios de trabalho, as máquinas etc., em suma, com tudo aquilo que reunimos sob a denominação de *meios de trabalho*. Essa parte do capital constante confere valor ao produto na mesma proporção do valor de troca que ela perde com seu próprio valor de uso. Essa cessão de valor ou transferência do valor de tal meio de produção ao produto, para cuja criação ele colabora, é determinada por um cálculo médio: pela duração média de sua função desde o momento em que o meio de produção entra no processo de produção até o momento em que ele está completamente desgastado, morto, e tem de ser substituído ou reproduzido por um novo exemplar do mesmo tipo.

A peculiaridade dessa parte do capital constante – dos meios de trabalho propriamente ditos – é, portanto, a seguinte:

Uma parte do capital foi desembolsada na forma de capital constante, isto é, de meios de produção que funcionam como fatores do processo de trabalho enquanto dura a forma independente de uso com que ingressam neste último. O produto pronto – e, portanto, também seus criadores, uma vez que se tenham convertido em produto – é retirado do processo de produção para, como mercadoria, passar da esfera da produção à esfera da

circulação. Já os meios de trabalho, ao contrário, jamais abandonam a esfera da produção, uma vez que nela tenham ingressado. Sua função os vincula a ela de modo permanente. Uma parte do valor de capital desembolsado é *fixada* nessa forma, determinada pela função dos meios de trabalho no processo. Com a função e, por conseguinte, o desgaste do meio de trabalho, uma parte de seu valor se transfere ao produto, enquanto outra permanece fixa no meio de trabalho e, portanto, no processo de produção. O valor assim fixado decresce continuamente, até que o meio de trabalho deixa de servir e, assim, seu valor se distribui, durante um período mais ou menos longo, a uma massa de produtos que resultam de uma série de processos de trabalho constantemente repetidos. Mas enquanto ainda funciona como meio de trabalho, ou seja, enquanto ainda não precisa ser substituído por um novo exemplar do mesmo tipo, nele continua fixado um valor de capital constante, ao passo que outra parte do valor nele originalmente fixado é transferida ao produto e, por conseguinte, circula como parte integrante do estoque de mercadorias. Quanto maior a duração do meio de trabalho e mais lento o seu desgaste, mais tempo o valor de capital constante permanece fixado nessa forma de uso. Mas qualquer que seja o grau de sua duração, a proporção em que ele transfere valor permanece sempre inversa a seu tempo total de funcionamento. Se de duas máquinas de mesmo valor uma se desgasta em cinco anos e a outra em dez, isso significa que a primeira transfere o dobro de valor que a segunda no mesmo intervalo de tempo.

Essa parte do valor de capital fixada no meio de trabalho circula tanto quanto qualquer outra. Vimos, em geral, que o valor de capital inteiro encontra-se constantemente em circulação e que, nesse sentido, todo capital é capital circulante. Mas a circulação da parte do capital aqui considerada é uma circulação peculiar. Antes de tudo, ela não circula em sua forma de uso: é apenas seu valor que circula e, mesmo assim, gradualmente, de modo fragmentado, à medida que vai sendo transferido ao produto, que circula como mercadoria. Ao longo da duração total de seu funcionamento, uma parte de seu valor permanece nele fixada, com existência independente diante das mercadorias que ajuda a produzir. Por meio dessa peculiaridade,

essa parte do capital constante assume a forma de *capital fixo*. Ao contrário, todas as outras partes que integram o capital desembolsado no processo de produção constituem *capital circulante* ou *líquido*.

Uma parte dos meios de produção – especialmente aqueles materiais auxiliares que ou são consumidos pelos próprios meios de trabalho durante seu funcionamento, tal como o carvão pela máquina a vapor, ou apenas auxiliam no processo, como o gás de iluminação etc. – não se incorpora materialmente no produto. Somente seu valor constitui uma parte do valor-produto. Em sua própria circulação, o produto circula seu valor. Isso os meios de produção têm em comum com o capital fixo. Mas em todo processo de trabalho em que entram eles são inteiramente consumidos e têm, portanto, de ser substituídos, para cada novo processo de trabalho, por novos exemplares do mesmo tipo. Durante seu funcionamento, eles não conservam sua forma de uso independente. O que também significa que, durante seu funcionamento, nenhuma parte do valor de capital permanece fixada à sua forma útil anterior, sua forma natural. O fato de que essa parte dos materiais auxiliares não é materialmente incorporada no produto, mas integra o valor-produto apenas segundo seu valor, como parcela de valor, e o outro fato, a ele relacionado, de que a função desses materiais esteja circunscrita à esfera da produção, levou economistas como Ramsay[d] (que também confunde capital fixo com capital constante) a incluí-las na categoria de capital fixo.

Desse modo, a parte dos meios de produção que se incorpora ao produto, ou seja, a matéria-prima etc., assume, em parte, formas sob as quais ela pode, mais tarde, entrar no consumo individual como meio de fruição. Os meios de trabalho propriamente ditos, os suportes materiais do capital fixo, só se consomem produtivamente e não podem entrar no consumo individual, porquanto não entram no produto ou no valor de uso que ajudam a criar, mas, antes, conservam diante desse produto sua forma independente até seu desgaste completo. Uma exceção constituem os meios de transporte. O efeito útil que eles criam durante sua função produtiva – quer dizer, durante sua permanência na esfera da produção, o deslocamento de lugar – entra simultaneamente no consumo individual, por exemplo, do

viajante. Ele paga, então, pelo uso, do mesmo modo como paga pelo uso de outros meio de consumo. Vimos de que maneira na fabricação química, por exemplo, a matéria-prima e os materiais auxiliares se interpenetram[e]. O mesmo ocorre com os meios de trabalho, os materiais auxiliares e a matéria-prima. Na agricultura, por exemplo, uma parte dos materiais empregados no melhoramento da terra incorpora-se às plantas como elemento formador do produto. Por outro lado, seu efeito se distribui por um período mais longo, por exemplo, de quatro ou cinco anos. Uma parte desses materiais é, portanto, materialmente incorporada no produto e, ao mesmo tempo, transfere seu valor ao produto, enquanto outra parte também fixa seu valor em sua antiga forma de uso. Ela perdura como meio de produção e, desse modo, assume a forma do capital fixo. Um boi, considerado boi de carga, é capital fixo. Se for comido, ele não funciona como meio de trabalho e, portanto, tampouco como capital fixo.

A determinação que confere o caráter de capital fixo a uma parte do valor de capital investido em meios de produção repousa exclusivamente no modo peculiar como esse valor circula. Esse modo próprio de circulação deriva do modo próprio como o meio de trabalho transfere seu valor ao produto ou de seu comportamento como elemento formador do valor durante o processo de produção. E este comportamento, por sua vez, corresponde ao tipo específico da função que o meio de trabalho exerce no processo de trabalho.

Sabe-se que o mesmo valor de uso que sai de um processo de trabalho como produto entra em outro processo de trabalho como meio de produção. É apenas a função de um produto como meio de trabalho no processo de produção que converte esse produto em capital fixo. Quando surge de um processo de produção, ao contrário, ele não é capital fixo de modo algum. Por exemplo, uma máquina, como produto ou mercadoria do fabricante de máquinas, faz parte de um capital-mercadoria. Ela só se torna capital fixo nas mãos de seu comprador, o capitalista, que a utiliza produtivamente.

Mantendo-se constantes as demais circunstâncias, o grau de fixidez de um capital aumenta com a durabilidade do meio de trabalho. Dessa durabilidade depende sobretudo a grandeza da diferença entre o valor de

capital incorporado em meios de trabalho e a parcela dessa grandeza de valor que o capital transfere ao produto em repetidos processos de trabalho. Quanto mais lenta é essa transferência de valor – e o valor é transferido pelo meio de trabalho a cada repetição do mesmo processo de trabalho –, maior é o capital incorporado e maior é a diferença entre o capital aplicado no processo de produção e o capital nele consumido. Assim que essa diferença desaparece, o meio de trabalho se esgota e, com seu valor de uso, perde também seu valor. Ele deixa de ser suporte de valor. Dado que o meio de trabalho, como qualquer outro suporte material de capital constante, só transfere valor ao produto na medida em que perde, com seu valor de uso, seu valor, fica claro que quanto mais lenta for a perda de seu valor de uso, isto é, quanto mais tempo ele operar no processo de produção, mais longo será o período em que o valor de capital constante permanece nele incorporado.

Se um meio de produção, que não é um meio de trabalho em sentido próprio – por exemplo, material auxiliar, matéria-prima, produto semifabricado etc. –, comporta-se como meio de trabalho em relação à transferência de valor e, por conseguinte, ao modo de circulação de seu valor, ele é também suporte material, forma de existência do capital fixo. Tal é o caso dos já citados melhoramentos do solo, que adicionam a este substâncias químicas cujo efeito se estende por vários períodos ou anos de produção. Aqui, uma parcela do valor continua a existir ao lado do produto em sua forma independente, ou na forma de capital fixo, enquanto outra parcela do valor é transferida ao produto e, assim, circula com ele. Nesse caso, não apenas uma parcela de valor do capital fixo se incorpora ao produto, como também o valor de uso, a substância na qual existe essa parcela de valor.

Sem levar em conta o erro fundamental – a confusão das categorias “capital fixo e capital circulante” com as categorias “capital constante e capital variável” –, o equívoco dos economistas na determinação conceitual repousa sobre os seguintes pontos:

Convertem-se determinadas qualidades materiais dos meios de trabalho em qualidades imediatas do capital fixo, como, por exemplo, a imobilidade

física de uma casa. A partir de então, é fácil demonstrar que outros meios de trabalho, que, como tais, são também capital fixo, apresentam a qualidade contrária, por exemplo a mobilidade física de um navio.

Ou a determinidade [*Bestimmtheit*] econômica que deriva da circulação do valor é confundida com uma qualidade material [*dinglichen*], como se coisas [*Dinge*] que em si mesmas não são capital, mas só se convertem neste último em determinadas condições sociais, pudessem ser *em si* mesmas, por natureza, capital numa determinada forma, fixo ou circulante. No Livro I, cap. 6, vimos que os meios de produção, em qualquer processo de trabalho e independentemente das condições sociais em que este se realize, dividem-se em meios e objetos de trabalho. Mas é apenas no interior do modo de produção capitalista que ambos se tornam capital e, mais precisamente, "capital produtivo", como esclarecemos na seção anterior. Com isso, a distinção, fundada na natureza do processo de trabalho, entre meio e objeto de trabalho, reflete-se na nova forma da distinção entre capital fixo e capital circulante. Apenas assim converte-se em capital fixo uma coisa que funciona como meio de trabalho. Se esta coisa, por suas qualidades materiais, pode atuar também em outras funções que não as de meio de trabalho, ela será capital fixo ou não segundo a diversidade de sua função. O gado, como gado de trabalho, é capital fixo; como gado de corte, é matéria-prima, que entra na circulação como produto, ou seja, como capital circulante, não fixo.

O mero fato de que um meio de produção se fixe por um tempo maior em repetidos processos de trabalho, que, no entanto, são interligados, contínuos e, por conseguinte, formam um período de produção – isto é, todo o tempo de produção necessário para elaborar o produto –, condiciona, do mesmo modo que o capital fixo, um desembolso mais longo ou mais curto para o capitalista, porém não converte seu capital em capital fixo. A semente, por exemplo, não é um capital fixo, mas apenas matéria-prima que se fixa no processo de produção durante um período aproximado de um ano. Todo capital, na medida em que atua como capital produtivo, é fixado no processo de produção, o mesmo ocorrendo com todos os elementos do capital produtivo, quaisquer que sejam sua forma material, sua função e o

modo de circulação de seu valor. Se a duração dessa fixação é mais longa ou mais curta, segundo o tipo do processo de produção ou do efeito útil almejado, é algo que não afeta em nada a diferença entre o capital fixo e o circulante[1].

Uma parte dos meios de trabalho, na qual se incluem as condições gerais de trabalho, é ou imobilizada num determinado local, tão logo entra no processo de produção – ou seja, é preparada para sua função produtiva, tal como ocorre, por exemplo, com a maquinaria –, ou é produzida desde o início em sua forma imóvel, espacialmente fixa, tal como melhorias do solo, edifícios fabris, altos-fornos, canais, ferrovias etc. A vinculação constante do meio de trabalho ao processo de produção no interior do qual ele deve atuar é aqui condicionada, ao mesmo tempo, por seu modo material de existência. Por outro lado, um meio de trabalho pode mudar constantemente de lugar, mover-se e, no entanto, encontrar-se no processo de produção, tal como uma locomotiva, um navio, um boi de carga etc. Nem a imobilidade lhe confere, num caso, o caráter de capital fixo, nem a mobilidade o priva desse caráter, no outro. No entanto, a circunstância de que os meios de trabalho sejam espacialmente fixos, enraizados na terra, confere a essa parte do capital fixo um papel especial na economia das nações. Eles não podem ser mandados ao exterior, para circular como mercadorias no mercado mundial. Os títulos de propriedade sobre esse capital fixo podem ser trocados, permitindo a esse capital ser comprado e vendido e, nessa medida, circular idealmente. Tais títulos de propriedades podem até mesmo circular em mercados estrangeiros, por exemplo, na forma de ações. Mas com a mudança das pessoas que detêm a propriedade desse tipo de capital fixo não se altera a relação entre a parte permanente, materialmente fixa da riqueza num país, e a parte móvel dessa mesma riqueza[2].

A circulação peculiar do capital fixo resulta numa rotação peculiar. A parte do valor que perde sua forma natural por meio do desgaste circula como parte do valor do produto. Mediante sua circulação, o produto transforma-se de mercadoria em dinheiro, o mesmo ocorrendo com a parte do valor do meio de trabalho que o produto fez circular; além disso, seu

valor destila do processo de circulação como dinheiro na mesma proporção em que esse meio de trabalho deixa de ser suporte de valor no processo de produção. Seu valor assume agora, portanto, uma dupla existência. Uma parte dele permanece vinculada à sua forma de uso ou natural, que integra o processo de produção, enquanto outra parte se desgarra dessa forma como dinheiro. No decorrer de seu funcionamento, a parte do valor existente na forma natural diminui constantemente, ao passo que sua parte de valor convertida em forma-dinheiro aumenta de modo constante, até que o meio de trabalho se esgote e todo seu valor, separado de seu cadáver, seja realizado. Aqui se mostra a peculiaridade na rotação desse elemento do capital produtivo. A realização de seu valor anda lado a lado com a crisalidação monetária [*Geldverpuppung*] da mercadoria que é seu suporte de valor. Mas sua reconversão de forma-dinheiro em forma de uso separa-se da reconversão da mercadoria em seus demais elementos de produção e é, antes, determinada por seu próprio período de reprodução, isto é, pelo tempo durante o qual o meio de trabalho se esgota e tem de ser substituído por outro exemplar do mesmo tipo. Se o tempo de funcionamento de uma máquina, digamos, no valor de £10.000, é de dez anos, então o tempo de rotação do valor nela originalmente investido é de dez anos. Antes de vencido esse prazo, ela não precisará ser substituída, mas funcionará em sua forma natural. Durante esse tempo, seu valor circulará de modo fragmentado, como parcela de valor das mercadorias para cuja produção ela serve continuamente, e a máquina será gradualmente convertida em dinheiro, até que, no término dos dez anos, seu valor terá sido inteiramente convertido em dinheiro, que, por sua vez, terá sido reconvertido numa máquina; seu valor terá, pois, concluído sua rotação. Até que se inicie esse período de reprodução, seu valor irá se acumulando gradualmente, na forma de um fundo monetário de reserva.

Os elementos restantes do capital produtivo consistem, em parte, em elementos existentes nos materiais auxiliares e nas matérias-primas do capital constante, e, em parte, em capital variável, investido em força de trabalho.

A análise do processo de trabalho e de valorização (Livro I, cap. 5)

mostrou que essas diversas partes integrantes se comportam de modo muito distinto como criadoras de produto e como criadoras de valor. O valor da parte do capital constante que consiste em materiais auxiliares e matérias-primas – assim como o valor de sua parte formada por meios de trabalho – aparece no valor do produto, por sua vez, como valor simplesmente transferido, enquanto a força de trabalho, mediante o processo de trabalho, adiciona ao produto um equivalente de seu valor ou reproduz realmente seu valor. Além disso, uma parte dos materiais auxiliares, como o carvão para a calefação, o gás de iluminação etc. é consumido no processo de trabalho, sem se incorporar materialmente no produto, enquanto outra parte desses materiais entra no produto e forma o material de sua substância. Porém, todas essas distinções são inválidas para a circulação e, por isso, para o modo de rotação. Quando os materiais auxiliares e as matérias-primas são totalmente consumidos na criação de seu produto, eles transferem a ele seu valor inteiro. Este circula, portanto, integralmente por intermédio do produto, converte-se em dinheiro e, a partir deste, reconverte-se nos elementos de produção da mercadoria. Sua rotação não é interrompida, como a do capital fixo, mas percorre continuamente o ciclo inteiro de suas formas, de modo que esses elementos do capital produtivo não cessam de ser renovados *in natura*.

Quanto à parte variável do capital produtivo, investida em força de trabalho, cabe observar que a força de trabalho é comprada por um tempo determinado. Assim que o capitalista a comprou e a incorporou no processo de produção, ela passa a constituir uma parte integrante de seu capital e, mais precisamente, de sua parte variável. Ela funciona diariamente durante certo tempo, quando adiciona ao produto não apenas todo seu valor diário, mas também um mais-valor adicional, do qual, por ora, abstraímos aqui. Depois de a força de trabalho ter sido comprada e ter atuado por, digamos, uma semana, a compra tem de ser constantemente renovada nos prazos habituais. O equivalente de seu valor, que a força de trabalho adiciona ao produto durante seu funcionamento e que é convertido em dinheiro com a circulação do produto, deve ser constantemente reconvertido de dinheiro em força de trabalho, ou percorrer, isto é, efetuar constantemente a rotação

do ciclo completo de suas formas, a fim de que o ciclo da produção contínua não seja interrompido.

A parte do valor do capital produtivo investida em força de trabalho é, portanto, inteiramente transferida ao produto (sempre abstraindo, aqui, do mais-valor), realiza com ele as duas metamorfoses próprias da esfera da circulação e, mediante essa constante renovação, permanece sempre incorporada no processo de produção. Por mais distinto que seja o comportamento da força de trabalho em outros aspectos, em relação à formação de valor, às partes integrantes do capital constante que não constituem capital *fixo algum*, esse tipo de rotação de seu valor é algo que ela tem em comum com essas partes, ao contrário do capital fixo. Essas partes integrantes do capital produtivo – as partes do valor investido em força de trabalho e em meios de produção que não constituem capital fixo –, por meio do caráter comum de sua rotação, confrontam-se com o capital fixo como capital *circulante* ou *líquido*.

Como vimos anteriormente[f], o dinheiro que o capitalista paga ao trabalhador em troca do uso de sua força de trabalho é, na realidade, apenas a forma do equivalente universal dos meios de subsistência do trabalhador. Nesse sentido, o capital variável consiste, materialmente, de meios de subsistência. Mas aqui, na consideração da rotação, trata-se da forma. O que o capitalista compra não são os meios de subsistência do trabalhador, mas sua própria força de trabalho. O que constitui a parte variável de seu capital não são os meios de subsistência do trabalhador, mas sua força de trabalho atuante. O que o capitalista consome produtivamente no processo de trabalho é a própria força de trabalho, e não os meios de subsistência do trabalhador. É o próprio trabalhador que converte o dinheiro recebido por sua força de trabalho em meios de subsistência, a fim de reconvertê-los em força de trabalho, de manter-se vivo, do mesmo modo como, por exemplo, o capitalista converte em meios de subsistência para si mesmo uma parte do mais-valor da mercadoria que ele vende por dinheiro, sem que, por isso, se diga que o comprador de sua mercadoria lhe paga em meios de subsistência. Mesmo que o trabalhador receba uma parte de seu salário em meios de subsistência, *in natura*, isso representa já uma segunda transação.

Ele vende sua força de trabalho por um determinado preço, ficando combinado que receberá uma parte desse preço em meios de subsistência. Isso altera apenas a forma do pagamento, mas não o fato de que o que é realmente vendido é sua força de trabalho. É uma segunda transação, que não ocorre mais entre o trabalhador e o capitalista, mas entre o trabalhador como comprador de mercadoria e o capitalista como vendedor de mercadoria, ao passo que, na primeira transação, o trabalhador é vendedor de mercadoria (sua força de trabalho) e o capitalista, seu comprador. É exatamente o mesmo que teríamos se o capitalista substituísse sua mercadoria por outra, por exemplo, se vendesse a máquina a uma fundição de ferro em troca de uma dada quantidade de ferro. Não são, portanto, os meios de subsistência do trabalhador que assumem a função de capital variável em oposição ao capital fixo, e tampouco o é sua força de trabalho. Antes, é a parte de valor do capital produtivo investida nesta última que, mediante a forma de sua rotação, assume esse caráter, em comum com alguns – e em oposição a outros – elementos da parte constante do capital.

O valor do capital líquido – em força de trabalho e meios de produção – é desembolsado apenas pelo tempo durante o qual o produto é confeccionado, de acordo com a escala de produção, a qual é dada com o volume do capital fixo. Esse valor se incorpora integralmente ao produto e, portanto, quando este é vendido, retorna integralmente da circulação, podendo então ser novamente desembolsado. A força de trabalho e os meios de produção, nos quais existe a parte líquida do capital, são subtraídos da circulação na medida necessária para a confecção e a venda do produto pronto, mas têm de ser constantemente repostos e renovados por meio da recompra, da reconversão da forma-dinheiro em elementos de produção. Eles são retirados do mercado em quantidades menores que os elementos do capital fixo, porém devem ser dele retirados com maior frequência, e o desembolso do capital neles investido se renova em períodos mais curtos. Essa renovação constante é mediada pela movimentação constante do produto, que faz circular seu valor inteiro. Por fim, eles percorrem constantemente o ciclo inteiro das metamorfoses, não só de acordo com seu valor, como também em sua forma material; são

constantemente reconvertidos da mercadoria em elementos de produção da mesma mercadoria.

Com seu próprio valor, a força de trabalho adiciona constantemente mais-valor ao produto, mais-valor esse que é a encarnação do trabalho não remunerado. Ela é, assim, posta em circulação pelo produto acabado e constantemente convertida em dinheiro, tanto quanto o são os demais elementos de seu valor. Mas aqui, onde se trata fundamentalmente da rotação do valor de capital, e não do mais-valor que percorre seu ciclo ao mesmo tempo que ele, este último será provisoriamente deixado de lado.

Do que foi até aqui exposto, depreende-se o seguinte:

1. As especificidades formais do capital fixo e do capital circulante derivam apenas do diferente tipo de rotação do valor de capital ou *capital produtivo* operante no processo de produção. Essa diversidade da rotação deriva, por sua vez, do modo distinto como as diferentes partes integrantes do capital produtivo transferem seu valor ao produto, mas não do modo distinto como participam na produção do valor-produto ou de seu comportamento característico no processo de valorização. Por fim, a diversidade da transferência do valor ao produto – e, por conseguinte, também o modo distinto como esse valor circula através do produto, por meio de cuja metamorfose ele é renovado em sua primitiva forma original – deriva da diversidade das formas materiais em que o capital produtivo existe, das quais uma parte é inteiramente consumida durante a criação do produto individual, enquanto outra só é consumida de modo gradual. **Portanto, é apenas o capital produtivo que se pode cindir em fixo e circulante. Ao contrário, essa oposição não existe para os dois outros modos de existência do capital industrial, ou seja, nem para o capital-mercadoria, nem para o capital monetário, e tampouco como oposição de ambos ao capital produtivo. Ela existe somente** ***para o capital produtivo e no interior deste*****. Por mais que o capital monetário e o capital-mercadoria funcionem como capital e por mais que circulem, eles só poderão se transformar em capital**

**circulante, opostos ao capital fixo, quando se transformarem em elementos líquidos do capital produtivo. Mas porque essas duas formas do capital habitam a esfera da circulação, a economia política – desde A. Smith, como veremos – caiu no equívoco de juntá-las à parte líquida do capital produtivo e aplicar a elas a categoria de capital circulante. Elas são, de fato, capital em circulação em oposição ao capital produtivo, mas não capital circulante em oposição ao capital fixo.**

2. A rotação dos elementos fixos que formam o capital e, portanto, também o tempo de rotação aí requerido, abarca várias rotações da parte líquida do capital. A cada rotação do capital fixo, o capital líquido realiza várias rotações. Uma das partes integrantes do valor do capital produtivo só assume a forma específica do capital fixo quando o meio de produção que constitui esse valor não se consome durante o tempo de confecção do produto e sai do processo de produção transformado em mercadoria. Uma parte de seu valor tem de permanecer vinculada à antiga forma de uso, enquanto outra parte é posta em circulação pelo produto acabado, cuja circulação faz circular, ao mesmo tempo, o valor total dos elementos líquidos que formam o capital.
3. A parte de valor do capital produtivo investida no capital fixo é desembolsada inteiramente e de uma só vez para todo o tempo de funcionamento daquela parte dos meios de produção em que consiste o capital fixo. Portanto, esse valor é posto em circulação pelo capitalista de uma só vez, mas só é retirado novamente da circulação de modo fragmentado e gradual, por meio da realização das partes de valor que o capital fixo adiciona fragmentariamente às mercadorias. Por outro lado, os próprios meios de produção, nos quais é fixada uma parte integrante do capital produtivo, são retirados da circulação de uma só vez, a fim de serem incorporados ao processo de produção por todo o seu tempo de funcionamento, mas durante esse tempo não precisam ser repostos por novos exemplares da mesma classe, não precisam ser reproduzidos. Eles continuam a contribuir, por um tempo mais longo

ou mais curto, para a criação das mercadorias postas em circulação, sem retirar desta última os elementos de sua própria renovação. Durante esse tempo, eles não requerem, por sua vez, a renovação do desembolso do capitalista. Por fim, o valor de capital investido em capital fixo percorre – durante o funcionamento dos meios de produção que o constituem – o ciclo de suas formas não materialmente, mas apenas quanto a seu valor e, ainda assim, apenas parcial e gradualmente. Isto é, uma parcela de seu valor circula constantemente como parcela do valor da mercadoria e é transformada em dinheiro, sem se reconverter de dinheiro em sua primitiva forma natural. Essa reconversão do dinheiro em forma natural do meio de produção só ocorre no fim de seu período de funcionamento, quando o meio de produção já está inteiramente consumido.

4. Os elementos do capital líquido são fixados no processo de produção – pressupondo-se que este seja contínuo – de um modo tão constante quanto os elementos do capital fixo. Mas os elementos do capital líquido, assim fixados, são constantemente renovados *in natura* (os meios de produção por novos exemplares do mesmo tipo, a força de trabalho por sua compra sempre renovada), ao passo que os elementos do capital fixo, durante seu funcionamento, não precisam ser renovados, nem novamente comprados. No processo de produção encontram-se sempre matérias-primas e materiais auxiliares, mas sempre novos exemplares do mesmo tipo, após os anteriores terem sido consumidos na elaboração do produto acabado. Também a força de trabalho encontra-se constantemente no processo de produção, mas apenas por meio da renovação constante de sua compra, e frequentemente com a troca das pessoas. Ao contrário, os mesmos edifícios, as mesmas máquinas etc. continuam a funcionar, durante as repetidas rotações do capital líquido, nos repetidos processos de produção.

## II. Componentes, reposição, reparo, acumulação do capital fixo

No mesmo investimento de capital os elementos individuais do capital fixo têm um tempo distinto de vida e, por conseguinte, tempos distintos de rotação. Numa ferrovia[g], por exemplo, os trilhos, os dormentes, as trincheiras, os prédios das estações, as pontes, os túneis, as locomotivas e os vagões têm tempos distintos de funcionamento e de reprodução e, portanto, também o capital neles investido tem tempos distintos de rotação. Durante uma longa série de anos, não é preciso renovar os edifícios, as plataformas, os reservatórios de água, os viadutos, os túneis, as trincheiras e os muros de contenção – numa palavra, tudo o que no sistema ferroviário inglês é chamado de *works of art*. Os objetos que mais se desgastam são os trilhos e o material rolante (*rolling stock*).

Originalmente, quando do surgimento das modernas ferrovias, predominava a opinião, alimentada pelos engenheiros práticos mais destacados, que a duração de uma ferrovia seria secular e o desgaste dos trilhos tão imperceptível que se podia desconsiderá-lo para todos os fins financeiros e práticos; estimava-se entre 100 e 150 anos o tempo de vida de trilhos de boa qualidade. Não tardou para que ficasse evidente que o tempo de vida de um trilho, que depende naturalmente da velocidade das locomotivas, do peso e do número de trens que circulam, da espessura dos próprios trilhos e de inúmeras outras circunstâncias, não ultrapassava, em média, vinte anos. Em certas estações, centros de grande tráfego, os trilhos chegam a se consumir a cada ano. Por volta de 1867, começaram a ser introduzidos trilhos de aço, que custavam o dobro dos trilhos de ferro, mas que, em compensação, duravam mais que o dobro do tempo. O tempo de vida dos dormentes de madeira era entre doze e quinze anos. No que diz respeito ao material rolante, descobriu-se que os vagões de carga apresentavam um desgaste significativamente maior que o dos vagões de passageiro. Em 1867, o tempo de vida de uma locomotiva foi calculado entre dez e doze anos.

O desgaste é provocado, em primeiro lugar, pelo próprio uso. Geralmente os trilhos se desgastam na proporção do número de trens que circulam na ferrovia (R. C., n. 17.645)[3]. Com o aumento da velocidade, o desgaste aumentou numa proporção maior que a do quadrado da

velocidade, isto é, com o dobro da velocidade dos trens, o desgaste mais do que quadruplicou (R. C., n. 17.046).

Um desgaste adicional se dá pela ação das forças naturais. É o que ocorre, por exemplo, com os dormentes, que se deterioram não apenas pelo seu desgaste efetivo, mas também pelo apodrecimento da madeira.

“Os custos de conservação de uma ferrovia não dependem tanto do desgaste que o tráfego ferroviário acarreta como da qualidade da madeira, do ferro e dos materiais empregados na construção dos muros, expostos à ação atmosférica. Um único mês de inverno rigoroso causará mais danos às ferrovias do que um ano inteiro de tráfego” (R. P. Williams, *On the Maintenance of Permanent Way. Vortrag im Institute of Civil Engineers*[h], outono de 1867).

Por fim, tal como ocorre em toda a grande indústria, também aqui a depreciação moral desempenha seu papel: transcorridos dez anos, a mesma quantidade de vagões e locomotivas que antes custava £40.000 agora pode ser comprada por £30.000. É preciso, portanto, calcular sobre esse material uma depreciação de 25% do preço de mercado, mesmo quando não ocorre qualquer depreciação do valor de uso (Lardner, *Railway Economy* [p. 120]).

“As pontes de tubos não serão mais renovadas em sua forma atual.”

(Porque agora se dispõem de formas melhores para essas pontes.)

“Os reparos habituais, a retirada e a substituição de peças não são factíveis.” (W. B. Adams, *Roads and Rails*, Londres, [Chapman and Hall,] 1862 [p. 136])

Os meios de trabalho são, em grande parte, constantemente revolucionados pelo progresso da indústria. Eles não são, por isso, substituídos em sua forma original, mas na forma revolucionada. Por um lado, a massa do capital fixo que é investido numa determinada forma natural e tem de perdurar no seu interior durante um determinado tempo médio de vida constitui uma razão para a introdução gradual de novas

máquinas etc. e, por conseguinte, um obstáculo à rápida introdução geral de meios de trabalho melhorados. Por outro lado, a luta concorrencial, especialmente quando se trata de revolucionamentos decisivos, força a substituição dos antigos meios de trabalho por novos antes que os primeiros tenham chegado ao término natural de sua vida. São principalmente as catástrofes, as crises que forçam tal renovação prematura dos equipamentos industriais em grande escala social.

A depreciação (abstraindo da depreciação moral) é a parte de valor que o capital fixo vai transferindo gradualmente ao produto por meio de sua utilização, na proporção média em que aquele vai perdendo seu valor de uso.

Em parte, essa depreciação é tal que o capital fixo possui certo tempo médio de vida; ele é totalmente desembolsado para esse período; depois que este tenha transcorrido, o capital fixo precisa ser inteiramente reposto. Para os meios vivos de trabalho, como, por exemplo, cavalos, o tempo de reprodução é prescrito pela própria natureza. Seu tempo médio de vida como meio de trabalho é determinado pelas leis naturais. Vencido esse prazo, os exemplares desgastados devem ser substituídos por outros novos. Um cavalo não pode ser reposto de modo fragmentado, mas somente por outro cavalo inteiro.

Outros elementos do capital fixo permitem uma renovação periódica ou parcial. Nesse caso, é preciso distinguir a reposição parcial ou periódica da expansão gradual da empresa industrial.

O capital fixo consiste, em parte, de elementos que, embora do mesmo tipo, não duram o mesmo tempo, mas se renovam de modo fragmentado em diferentes períodos. Por exemplo, os trilhos nas estações, que precisam ser substituídos com mais frequência do que os trilhos nas demais partes da ferrovia. O mesmo vale para os dormentes, que, segundo Lardner, na década de [18]50, nas ferrovias belgas, eram substituídos na razão de 8% ano, ou seja, ao cabo de doze anos eram inteiramente renovados. A proporção é aqui, portanto, a seguinte: certa soma é investida em determinado tipo de capital fixo por, digamos, dez anos. Esse investimento é feito de uma só vez. Mas uma parte desse capital fixo, cujo valor é

incorporado no valor do produto e que, com este, é convertido em dinheiro, repõe-se anualmente *in natura*, enquanto a outra parte continua a existir em sua primitiva forma natural. É o investimento feito de uma só vez e a reprodução apenas gradual em forma natural que distingue o capital como fixo, em oposição ao capital líquido.

Outras partes do capital fixo consistem em elementos desiguais, que se desgastam em tempos desiguais e, por isso, têm de ser repostos. Isso ocorre principalmente com as máquinas. O que acabamos de observar em relação ao distinto tempo de vida dos diversos componentes de um capital fixo vale aqui em relação ao tempo de vida dos diferentes componentes de uma mesma máquina, que figura como parte do capital fixo.

No que se refere à extensão gradual do negócio no curso da renovação parcial, observamos o seguinte. Embora, como vimos, o capital fixo continue a atuar *in natura* no processo de produção, uma parte de seu valor, segundo um grau médio de desgaste, circulou com o produto, converteu-se em dinheiro e passou a constituir um elemento do fundo monetário de reserva para a reposição do capital no momento de sua reprodução *in natura*. Essa parte do valor de capital fixo, convertida em dinheiro, pode servir para ampliar o negócio ou realizar melhorias nas máquinas, que, assim, aumentam sua eficácia. Em períodos mais curtos ou mais longos, ocorre então a reprodução e, mais precisamente – do ponto de vista da sociedade –, a reprodução em escala ampliada: extensiva quando o campo de produção é ampliado, intensiva quando o meio de produção se torna mais eficaz. Essa reprodução em escala ampliada deriva não da acumulação, da transformação do mais-valor em capital, mas da reconversão do valor que se ramificou, separando-se do corpo do capital fixo em forma-dinheiro –, em um novo capital fixo do mesmo tipo, se não adicional, pelo menos mais eficaz. Naturalmente, a medida e as proporções em que a indústria pode efetuar acréscimos graduais é algo que depende, em parte, da natureza específica do negócio, assim como desta última também dependem as proporções em que seja necessário formar um fundo de reserva para ser reinvestido em tais acréscimos e a determinação dos períodos em que isso pode ser realizado. Por outro lado, é evidente que as

proporções em que se poderão realizar melhorias de detalhe na maquinaria existente dependem da natureza da melhoria e da estrutura da própria máquina. O alto grau de consideração que esse ponto recebe desde o início, por exemplo, nas instalações ferroviárias, é assim comprovada por Adams:

"A construção inteira deve repousar sobre o mesmo princípio que rege uma colmeia: a capacidade de expansão ilimitada. Toda estrutura excessivamente sólida e simétrica de antemão é prejudicial, pois, em caso de extensão, terá de ser destruída." (p. 123)

Isso depende, em grande parte, do espaço disponível. Em alguns edifícios é possível erguer andares adicionais; em outros, faz-se necessária a expansão da superfície, isto é, a ampliação do terreno. Na produção capitalista ocorrem, por um lado, muito desperdício de recursos e, por outro, uma grande quantidade de expansões contraproducentes desse tipo (prejudicando, em parte, a força de trabalho) na ampliação gradual das indústrias, porque nada se realiza de acordo com um planejamento social, mas conforme as circunstâncias, meios etc. infinitamente distintos com os quais opera o capitalista individual. Isso provoca um grande desperdício de forças produtivas.

Esse reinvestimento fragmentado do fundo monetário de reserva (isto é, da parte do capital fixo reconvertida em dinheiro) é mais fácil na agricultura. Um campo de produção de uma dada área é, aqui, capaz de uma maior absorção gradual de capital. O mesmo se aplica a áreas onde há reprodução natural, como na criação de gado.

O capital fixo acarreta custos específicos de manutenção. Uma parte da manutenção é realizada pelo próprio processo de trabalho; o capital fixo perece quando não funciona no processo de trabalho. (Ver Livro I, cap. 6, p. 196[i], e cap. 13, p. 423[j]: o desgaste da maquinaria, derivado de seu não uso.) Por isso, a lei inglesa também considera expressamente como desperdício (*waste*) quando terrenos arrendados não são cultivados de acordo com os costumes do país. (W. A. Holdsworth, Barrister at Law, *The Law of Landlord and Tenant*, Londres, 1857, p. 96). Essa manutenção, que resulta do uso no processo de trabalho, é uma dádiva natural e gratuita do trabalho vivo. E, mais ainda, a força de manutenção do trabalho é de dois

tipos. Por um lado, ela conserva o valor dos materiais de trabalho ao transferi-lo ao produto; por outro, conserva o valor dos meios de trabalho na medida em que não o transfere ao produto, ou seja, em que conserva seu valor de uso mediante a ação que exerce no processo de produção.

**Mas o capital fixo também exige um dispêndio positivo de trabalho para mantê-lo em condições de operar.** De tempos em tempos, a maquinaria tem de ser limpa. Trata-se, aqui, de um trabalho adicional, sem o qual ela se torna inutilizável, da mera defesa contra influências nocivas elementares, inseparáveis do processo de produção; ou seja, trata-se de manter a maquinaria em condições de funcionar, no sentido mais literal da palavra. Evidentemente, o tempo de vida normal do capital fixo é calculado pressupondo-se que se cumpram as condições sob as quais ele pode funcionar normalmente durante esse tempo, assim como o cálculo de que o homem pode viver trinta anos em média pressupõe que ele terá de lavar-se. Tampouco se trata, aqui, da reposição do trabalho contido na máquina, mas de constante trabalho adicional que seu uso requer. Não se trata do trabalho que a máquina realiza, mas do que é nela realizado, no qual ela é não agente de produção, mas matéria-prima. O capital investido nesse trabalho, embora não entre no processo de trabalho propriamente dito, ao qual o produto deve seu surgimento, faz parte do capital líquido. Esse trabalho tem de ser constantemente investido na produção e, portanto, seu valor também tem de ser constantemente reposto por meio do valor do produto. O capital nela investido pertence à parte do capital líquido que tem de cobrir os custos gerais[k] e ser distribuído entre o produto-valor segundo um cálculo médio anual. Vimos[l] que, na indústria propriamente dita, esse trabalho de limpeza é realizado gratuitamente pelos trabalhadores durante as pausas para descanso e, por isso, também frequentemente durante o processo de produção, o que o torna a causa da maioria dos acidentes. Esse trabalho não conta no preço do produto. O consumidor o obtém, portanto, gratuitamente. Por outro lado, assim o capitalista recebe gratuitamente os custos de manutenção de sua máquina. O trabalhador paga com sua própria pessoa, e esse é um dos mistérios da autoconservação do capital, os quais, na verdade, constituem uma reivindicação jurídica do trabalhador sobre a

maquinaria e o convertem, inclusive do ponto de vista jurídico burguês, em coproprietário desta última. Porém, em certos ramos de produção em que a maquinaria, para ser limpa, tem de ser retirada do processo de produção, impossibilitando assim que a limpeza seja realizada durante as pausas, como é o caso, por exemplo, das locomotivas, esse trabalho de manutenção figura entre os custos correntes e, portanto, como elemento do capital líquido. Depois de um máximo de três dias de trabalho, uma locomotiva tem de ser levada à oficina para ser limpada; é preciso esperar que a caldeira se esfrie, para que se possa lavá-la sem lhe causar danos (R. C., n. 17.823).

Os reparos ou remendos propriamente ditos requerem o investimento de capital e trabalho, que não estão incluídos no capital originalmente desembolsado e, portanto, tampouco podem ser repostos e cobertos – ao menos nem sempre – pela reposição gradual de valor do capital fixo. Se, por exemplo, o valor do capital fixo = £10.000 e seu tempo total de vida é de dez anos, então essas £10.000, inteiramente transformadas em dinheiro depois de dez anos, repõem apenas o valor do capital originalmente investido, mas não o novo capital ou o trabalho que nesse ínterim foi acrescentado sob a forma de reparos. Trata-se, aqui, de um elemento adicional de valor que tampouco é desembolsado de uma só vez, mas de acordo com a necessidade, e cujos diversos tempos de investimento são acidentais pela própria natureza das coisas. E todo capital fixo requer esses investimentos adicionais tardios, que se realizam dosadamente, em meios de trabalho e em força de trabalho.

A deterioração a que se acham expostas as partes individuais da maquinaria etc. são, pela própria natureza das coisas, acidentais, o mesmo se podendo dizer, portanto, dos reparos que se fazem necessários. No entanto, há dois tipos de reparos que se distinguem dos demais por terem um caráter mais ou menos estável e corresponderem a vários períodos da vida do capital fixo: às doenças da infância e àquelas, muito mais numerosas, que o acometem a partir de sua idade mediana. Uma máquina, por exemplo, por perfeita que seja sua estrutura ao ingressar no processo de produção, no decorrer de seu uso efetivo apresenta defeitos que precisam ser corrigidos mediante um trabalho posterior. Por outro lado, quanto mais

ela tenha deixado para trás o ponto médio de seu tempo de vida, ou seja, quanto mais se tenha acumulado seu desgaste normal e o material de que é feita esteja desgastado e envelhecido, mais numeroso e importante se tornam os trabalhos de reparo necessários para manter a máquina em uso até o fim de seu período médio de vida; exatamente do mesmo modo como um homem velho, para não morrer prematuramente, tem mais despesas com cuidados médicos do que um homem jovem e forte. Apesar de seu caráter acidental, portanto, os trabalhos de reparo se distribuem em massas desiguais entre os distintos períodos de vida do capital fixo.

Disso, assim como do caráter de resto acidental dos trabalhos de reparo realizados na máquina, segue-se:

Por um lado, o dispêndio efetivo de força de trabalho e meios de trabalho com os trabalhos de reparo é algo acidental, como o são as próprias circunstâncias que tornam necessários esses reparos; o volume dos reparos necessários se distribui diferentemente entre os diferentes períodos de vida do capital fixo. Por outro lado, no cálculo do tempo médio de vida do capital fixo está pressuposto que este é sempre mantido em condições de funcionar, em parte, mediante sua limpeza (que também inclui a limpeza dos locais) e, em parte, mediante os reparos, realizados com a frequência necessária. A transferência de valor pela depreciação do capital fixo calcula-se com base no período médio de vida deste último, mas este período médio de vida é, por sua vez, calculado pressupondo-se o desembolso constante do capital adicional necessário para manter esse capital fixo em condições de funcionamento.

Por outro lado, é igualmente claro que o valor acrescentado por esse investimento adicional de capital e trabalho não pode ser incorporado ao preço das mercadorias ao mesmo tempo que o investimento efetivo. Um fiandeiro, por exemplo, não pode vender seu fio mais caro que na semana anterior pelo fato de que, nesta semana, uma de suas rodas de fiar quebrou ou teve sua correia rebentada. Os custos gerais da fiação não sofrem variação alguma pela ocorrência de tal acidente numa fábrica isolada. Nesse caso, como em toda determinação do valor, o que importa é a média. A experiência mostra o volume médio desses acidentes e dos trabalhos de

manutenção e reparo necessários durante o período médio de vida do capital fixo investido num determinado ramo de negócio. Esse desembolso médio é distribuído pelo período médio de vida do capital fixo, sendo agregado ao preço do produto em partes alíquotas correspondentes e, por conseguinte, reposto mediante a venda desse produto.

O capital adicional, que assim é reposto, pertence ao capital líquido, embora o tipo de investimento seja irregular. Como é de extrema importância curar imediatamente as doenças da maquinaria, em toda grande fábrica, agregado a seus operários propriamente ditos, encontra-se um pessoal formado por engenheiros, carpinteiros, serralheiros, mecânicos etc. Seus salários formam uma parte do capital variável, e o valor de seu trabalho é distribuído entre o produto. Por outro lado, os gastos necessários em meios de produção determinam-se de acordo com aquele cálculo médio e, com base nele, formam constantemente parte do valor do produto, ainda que, na realidade, sejam desembolsados em períodos irregulares e, portanto, sejam incorporados ao produto ou ao capital fixo em períodos igualmente irregulares. Esse capital investido em reparos efetivos constitui, de certo modo, um capital de tipo específico, que não se deixa classificar nem como capital líquido, nem como capital fixo, embora se encaixe melhor no primeiro, por figurar entre os gastos correntes.

Naturalmente, o tipo de contabilidade não altera em nada o contexto efetivo das coisas que constam nos livros. Porém, é importante observar que, em muitos ramos de negócio, é costume calcular os gastos de reparo juntamente com o desgaste efetivo do capital fixo, da seguinte forma. Suponhamos que o capital fixo desembolsado seja £10.000, e seu período de vida seja de quinze anos; a depreciação anual será, então, de £666⅔. No caso suposto, porém, a depreciação é calculada por apenas dez anos, de modo que o preço das mercadorias produzidas é anualmente aumentado em £1.000, em vez de somente £666⅔, o que equivale a dizer que £333⅓ são reservadas para os trabalhos de reparo etc. (As cifras 10 e 15 são tomadas apenas a título de exemplo.) Esta é, em média, a quantidade gasta com reparos para que o capital fixo dure quinze anos. Essa conta não impede, naturalmente, que o capital fixo e o capital adicional investido em reparos

formem categorias distintas. Com base nesse modo de calcular, supôs-se, por exemplo, que o dispêndio mais baixo para a conservação e reposição de navios a vapor era de 15% anuais, ou seja, que o tempo de reprodução = 6½ anos. Na década de [18]60, o governo inglês indenizou a Peninsular and Oriental Co. com uma taxa anual de 16%, o correspondente a um tempo de reprodução de 6¼ anos. Nas ferrovias, o tempo médio de vida de uma locomotiva é de 10 anos, mas seu desgaste, incluindo os reparos a que é submetida, é calculado em 12½%, o que reduz seu tempo de vida para 8 anos. Em trens de passageiros e de mercadorias, ele é calculado em 9%, ou seja, um tempo de vida de $11^1/_9$ anos.

No âmbito dos contratos de aluguéis de casas e outros objetos que constituem capital fixo para seu proprietário, a legislação sempre reconheceu a distinção entre a depreciação normal ocasionada pelo tempo, pela influência dos elementos e pelo uso normal desses objetos, e os reparos eventuais que precisam ser realizados de vez em quando para mantê-los em condições de uso durante seu tempo normal de vida. Em regra, os primeiros ficam a cargo do proprietário, e os segundos a cargo do inquilino. Os reparos se distinguem, além disso, em ordinários e substanciais. Estes últimos são, em parte, a renovação do capital fixo em sua forma natural e ficam igualmente a cargo do proprietário, quando o contrato não diz expressamente o contrário. Assim, por exemplo, conforme o direito inglês:

> "Um inquilino, ano após ano, está obrigado apenas a manter os edifícios vedados contra o vento e a água, na medida em que isso possa ser feito sem a necessidade de reparos "substanciais"; e, geralmente, a efetuar aqueles reparos que podemos chamar "ordinários". E mesmo no que diz respeito a esses reparos "ordinários", é preciso considerar a idade e o estado geral das partes correspondentes do edifício no momento em que o inquilino o assumiu, pois este não está obrigado nem a repor materiais velhos e desgastados por outros novos, nem a reparar o desgaste inevitável provocado pela passagem do tempo e por seu uso regular." (Holdsworth, *Law of Landlord and Tenant*, p. 90-1)

Totalmente diferente, tanto da reposição do desgaste quanto dos trabalhos de manutenção e reparo, é o *seguro* contra o risco de destruição ocasionada por eventos naturais extraordinários, como incêndios,

inundações etc. Esse gasto tem de ser coberto pelo mais-valor e é dele descontado. Ou, considerado do ponto de vista da sociedade inteira: é preciso que ocorra uma constante superprodução, isto é, uma produção em escala maior do que a necessária para a simples reposição e reprodução da riqueza existente – independentemente do aumento da população –, a fim de que se disponha dos meios de produção necessários para compensar a destruição extraordinária provocada pelos acidentes e pelas forças naturais.

Na realidade, apenas a parte mais ínfima do capital necessário à reposição é formada pelo fundo monetário de reserva. A parte mais importante consiste na expansão da própria escala da produção, que, em parte, representa uma ampliação efetiva e, em parte, integra o volume normal dos ramos de produção que produzem o capital fixo. Assim, por exemplo, uma fábrica de maquinaria tem de estar preparada tanto para uma ampliação anual da clientela das fábricas, quanto para o fato de que uma parte delas terá de se submeter a uma constante reprodução, total ou parcial.

Na determinação do desgaste e dos custos de reparo segundo uma média social, resultam necessariamente grandes desigualdades, mesmo tratando-se de investimentos de capital de mesmo volume, efetuados sob as mesmas circunstâncias e no mesmo ramo de produção. Na prática, o que ocorre é que, para um capitalista, a máquina etc. dura mais do que seu período médio de vida, enquanto, para outro, ela dura menos. Os custos de reparo do primeiro ficam acima, e os do segundo ficam abaixo da média etc. Mas o acréscimo ao preço da mercadoria, determinado pelo desgaste e pelos custos de reparo desta última, é o mesmo e é determinado por aquela média social. Um deles, portanto, obtém com esse acréscimo mais do que ele realmente acrescenta, e o outro menos. E isso, como todas as demais circunstâncias – que, com a mesma exploração da força de trabalho, tornam distintos os lucros obtidos por diferentes capitalistas no mesmo ramo de negócio –, contribui para dificultar a compreensão da verdadeira natureza do mais-valor.

**A fronteira entre o reparo propriamente dito e a reposição, entre custos de manutenção e custos de renovação, é uma fronteira mais ou**

**menos movediça. Daí a eterna disputa, nas ferrovias, por exemplo, sobre se certos gastos constituem reparo ou reposição, se devem ser computados entre as despesas correntes ou custeados pelo capital de base. Lançar os gastos de reparo na conta do capital, em vez de na conta dos ganhos, é o conhecido meio pelo qual as direções das ferrovias elevam artificialmente seus dividendos. No entanto, também para isso a experiência já forneceu os pontos de apoio mais importantes.** Os trabalhos complementares realizados durante o primeiro período de vida das ferrovias, por exemplo,

> "não são reparos, mas devem ser considerados como elemento essencial da construção da ferrovia, tendo, portanto, de ser lançados na conta do capital, uma vez que não procedem do desgaste ou do efeito normal do tráfego ferroviário, mas da imperfeição originária e inevitável da construção da ferrovia." (Lardner, [*Railway Economy*,] cit., p. 40)

> "O único método correto é lançar na conta dos ganhos de cada ano a depreciação que necessariamente ocorre para a obtenção desses ganhos, seja essa soma realmente gasta ou não." (Captain Fitzmaurice, "Committee of Inquiry on Caledonian Railway", *Money Market Review*, 1867)

Na agricultura, ao menos onde esta não emprega a força do vapor, é praticamente impossível e despropositado separar a reposição e a conservação do capital fixo.

> "Quando há um fornecimento completo, mas não superabundante de implementos" (escassez de implementos agrícolas e de outros instrumentos de trabalho e econômicos de todo tipo) "costuma-se estimar o desgaste anual e a manutenção dos implementos, de acordo com as diferentes condições de existência, a uma média geral entre 15 e 25% do capital inicial." (Kirchhof, *Handbuch der landwirtschaftlichen Betriebslehre*, Dessau, [Katz,] 1852, p. 137)

**No material rolante de uma ferrovia, o reparo e a reposição não podem ser separados.**

> "Conservamos o número de nosso material rolante. Qualquer que seja o número de locomotivas de que dispomos, conservamos esse número. Se, com passar do tempo, uma delas torna-se inutilizável, tornando mais vantajoso construir outra nova, a construímos à custa do ganho e, é claro, aproveitando o máximo possível os materiais da locomotiva antiga [...]. Sempre sobra muita coisa; as rodas, os eixos, as caldeiras etc., em suma, uma grande parte da velha locomotiva é reutilizada." (T. Gooch, *Chairman of Great Western Railway Co*.[m], R. C., n. 17.327, n. 17.329)

> "Reparar significa renovar; para mim, não existe a palavra "reposição"; [...] tão logo uma

companhia ferroviária tenha comprado um vagão ou uma locomotiva, esta deve ser reparada de modo a durar para sempre." (n. 17.784)

"Calculamos os gastos de cada locomotiva em 8½ *pence* por milha inglesa percorrida. Com esses 8½ *pence*, conservamos a locomotiva para sempre. Renovamos nossas máquinas. A compra de uma máquina nova requer um desembolso maior do que o necessário [...]. Na locomotiva velha encontram-se sempre um par de rodas, um eixo ou uma peça qualquer reutilizáveis, e isso serve de base para reconstruir uma locomotiva mais barata e tão boa quanto uma nova." (n. 17.790)

"Atualmente produzo uma locomotiva nova por semana, ou seja, uma locomotiva tão boa como se fosse nova, pois a caldeira, o cilindro ou o chassi são novos." (n. 17.823. Archibald Sturrock, *Locomotive Superintendent of Great Northern Railway*[n], em R. C., 1867)

O mesmo ocorre com os vagões:

"No transcurso do tempo, o estoque de locomotivas e vagões é constantemente renovado; uma vez se lhes trocam as rodas, outra vez o chassi. As partes sobre as quais descansa o movimento e que se encontram mais expostas ao desgaste são renovadas gradualmente, as máquinas e os vagões podem, então, ser submetidos a uma série de reparos que, em muitos casos, não deixam rastro do material antigo [...]. Mesmo quando já não são mais suscetíveis de reparos, a eles são acopladas peças de outros vagões ou locomotivas antigas e, desse modo, jamais deixam inteiramente de funcionar. Assim, o capital móvel está em constante reprodução; o que no caso da estrutura permanente da ferrovia tem de ser realizado de uma só vez e num momento determinado, quando a ferrovia inteira é renovada, no caso do material rolante é feito gradualmente, de ano em ano. Sua existência é perene, e encontra-se num constante estado de rejuvenescimento." (Lardner, [*Railway Economy*,] cit., p. 115-6)

**Esse processo, que Lardner aqui descreve com relação à ferrovia, não se aplica ao caso de uma fábrica individual, mas serve como ilustração da reprodução contínua, parcial do capital fixo, que transcorre misturada com os reparos, no interior de um ramo industrial inteiro, ou, em geral, no interior de toda a produção, considerada em escala social.**

**Aqui está uma prova de quão largos são os limites nos quais hábeis diretores de empresas podem manejar os conceitos de reparo e reposição com a finalidade de obter dividendos.** Segundo a conferência de R. B. Williams, citada anteriormente, diversas sociedades ferroviárias inglesas descontaram as seguintes somas da conta dos ganhos, como média de uma série de anos, para reparos e manutenção da estrutura permanente e

dos edifícios das ferrovias (por milha inglesa de extensão da ferrovia, anualmente):

| | |
|---|---|
| London & North Western | £370 |
| Midland | £225 |
| London & South Western | £257 |
| Great Northern | £360 |
| Lancashire & Yorkshire | £377 |
| South Eastern | £263 |
| Brighton | £266 |
| Manchester & Sheffield | £200 |

Apenas uma parte ínfima dessas diferenças repousa sobre a diversidade existente entre os investimentos reais; elas provêm quase exclusivamente dos distintos modos de calcular, conforme os gastos sejam lançados na conta do capital ou na dos ganhos. Williams afirma categoricamente:

> "Assume-se o encargo menor porque isso é necessário para se obter um bom dividendo, e um encargo maior quando se dispõem de ganhos que permitam suportá-lo."

Em certos casos, o desgaste e, portanto, também sua reposição, torna-se uma grandeza praticamente insignificante, de modo que somente os custos de reparo são computados. O que Lardner diz em seguida acerca das *works of art* nas ferrovias vale, em geral, para todas as obras duradouras desse tipo, como canais, docas, pontes de ferro e de pedra etc.

> "O desgaste que se produz nas obras mais sólidas em consequência do ação lenta do tempo é quase imperceptível durante períodos mais curtos; mas após o fluxo de um longo período, por exemplo, de séculos, mesmo as construções mais sólidas precisam passar por uma renovação total ou parcial. Esse desgaste imperceptível, comparado com o desgaste mais evidente de outras partes da ferrovia, pode ser comparado com as desigualdades seculares e periódicas que se observam no movimento dos corpos celestes. A ação do tempo sobre as construções mais massivas de uma ferrovia, as pontes, túneis, viadutos etc. fornecem exemplos daquilo que se pode chamar de desgaste secular. A desvalorização mais rápida e mais visível, que em curtos prazos de tempo exige que se realizem reparos ou reposições, é de certo modo análoga às desigualdades

periódicas. Nos custos anuais de reparo também está incluída a reposição do dano acidental que sofre a parte externa de todas as construções, mesmo as mais sólidas; porém, ainda independentemente desses reparos, os anos não passam sem nelas deixar suas marcas, e por mais que possa demorar, há de chegar o momento em que seu estado exigirá sua reconstrução. É certo que, do ponto de vista financeiro e econômico, esse momento pode estar ainda muito distante para ser levado em conta do ponto de vista prático." (Lardner, [*Railway Economy*,] cit., p. 38, 39)

Isso vale para todas as obras de duração secular, em que, portanto, o capital nelas investido não precisa ser gradualmente reposto na proporção de sua depreciação, bastando que os custos médios anuais de manutenção e reparo sejam transferidos ao preço do produto.

Embora, como vimos, uma parte maior do dinheiro que reflui para a reposição da depreciação do capital fixo reconverta-se anualmente em sua forma natural, ou mesmo em intervalos mais curtos, todo capitalista isolado precisa dispor de um fundo de amortização para aquela parte do capital fixo que só chega ao momento de sua reprodução de uma única vez e depois de vários anos, devendo, então, ser reposta em sua totalidade. Por sua própria natureza, uma parte considerável do capital fixo exclui a possibilidade de sua reprodução gradual. Além disso, onde a reprodução se dá gradualmente, de modo que as partes desvalorizadas são substituídas por novas, faz-se necessária, de acordo com o caráter específico de cada ramo de produção, uma prévia acumulação monetária de maior ou menor volume, antes que essa reposição possa ser realizada. Para isso, não basta qualquer soma de dinheiro, mas exige-se uma soma de dinheiro de determinado volume.

Se consideramos isso meramente sob o pressuposto da simples circulação de dinheiro, sem qualquer referência ao sistema de crédito, do qual só trataremos mais adiante, o mecanismo do movimento é este: no Livro I (cap. 3, III, a), mostramos que se uma parte do dinheiro existente numa sociedade é sempre imobilizada na forma de tesouro, enquanto outra parte funciona como meio de circulação ou fundo imediato de reserva do dinheiro diretamente circulante, tem-se uma variação constante da proporção em que a massa total do dinheiro se distribui como tesouro e como meio de circulação. Em nosso caso, o dinheiro que precisa ser acumulado em grande volume como tesouro nas mãos de um grande

capitalista é lançado de uma só vez na circulação mediante a compra do capital fixo. Esse dinheiro é novamente repartido na sociedade como meio de circulação e como tesouro. Por meio do fundo de amortização, no qual, em proporção à depreciação do capital fixo, o valor deste último reflui para seu ponto de partida, uma parte do dinheiro circulante volta a se constituir em tesouro – por um intervalo de tempo mais longo ou mais curto – nas mãos do mesmo capitalista cujo tesouro se convertera em meio de circulação e dele se separara quando da compra do capital fixo. Trata-se de uma distribuição constantemente variável do tesouro existente na sociedade, que ora funciona como meio de circulação, ora se aparta novamente, como tesouro, da massa de dinheiro circulante. Com o desenvolvimento do sistema de crédito, que segue necessariamente um curso paralelo ao desenvolvimento da grande indústria e da produção capitalista, esse dinheiro atua não como tesouro, mas como capital, porém não nas mãos de seu proprietário, e sim de outros capitalistas, a cuja disposição ele é colocado.

---

[a] No manuscrito II (p. 35), Marx modificara o título deste item para "2) Circunstâncias que diferenciam a rotação do capital". Ao optar pela redação do manuscrito VIII, parece ter escapado a Engels o fato de que Marx decidira tratar do capital fixo e do capital circulante não independentemente um do outro, mas propriamente "como circunstâncias que diferenciam a rotação do capital". Entre as passagens desconsideradas por Engels, revela-se especialmente importante o segundo parágrafo do ponto "a) Capital fixo e capital circulante", no qual se lê: "Por rotação do capital, entendíamos, inicialmente, a rotação do valor de capital adiantando. Mas como os diferentes elementos do capital percorrem o ciclo de suas metamorfoses de diferentes maneiras e em diferentes intervalos de tempo, devemos, num primeiro momento, considerar separadamente a rotação dessas partes particulares do capital; num segundo momento, a rotação do capital total adiantado deve ser considerada como unidade das rotações de seus componentes". Cf. "Introdução da edição alemã (MEGA-2 II/13)", p. 49. (N. T.)

[b] Acréscimo de Engels. (N. E. A.)

[c] Cf. Livro I, p. 280-1. (N. T.)

[d] George Ramsay, *An Essay on the Distribution of Wealth* (Edimburgo, [A. and C. Black,] 1836). Para uma crítica das concepções de Ramsay, cf. Karl Marx, *Zur Kritik der politischen Ökonomie*, em MEGA-2 II/3.5 [Berlim, Dietz, 1980], p. 1776-802. (N. E. A.)

[e] Na ed. bras., Livro I, p. 259-60. (N. T.)

[1] Diante da dificuldade de encontrar uma definição do capital fixo e do capital circulante, o senhor Lorenz [von] Stein propõe que essa diferenciação seja apenas para facilitar a exposição. [K. M.] [Cf. Lorenz von Stein. *System der Staatswissenschaft*, v. 1: *System der Statistik, der Populationistik*

*und der Volkswirthschaftslehre* (Stuttgart, Tubinga, 1852), p. 162. Para uma crítica das concepções de Von Stein, cf. Karl Marx, *Zur Kritik der politischen Ökonomie* (Berlim, 1859), em MEGA-2 II/2, p. 108. – N. E. A.]

[2] Até aqui, manuscrito IV. Daqui em diante, manuscrito II. (F. E.)

[f] Na ed. bras., Livro I, p. 241-51. (N. T.)

[g] Neste e no próximo parágrafo, Engels resume os excertos de Marx extraídos dos estudos sobre o sistema ferroviário de William Bridges Adams e Dionysius Lardner, bem como das declarações de Daniel Gooch perante a Royal Commission on Railways, no manuscrito II (MEGA-2 II/11, [Berlim, Akademie,] p. 100-3). (N. E. A.)

[3] As referências indicadas com R. C. dizem respeito à Royal Commission on Railways, *Minutes of Evidence Taken Before the Commissioners. Presented to both Houses of Parliament*, Londres, 1867. As perguntas e repostas são numeradas, e nas citações indicam-se os números correspondentes. (F. E.)

[h] A Sociedade para Engenheiros Civis, fundada em Londres em 1818, transformou-se rapidamente numa organização de amplitude nacional – e, mais tarde, internacional – que em 1894 contava com cerca de 5.000 membros. (N. E. A.)

[i] Na ed. bras., Livro I, p. 280-1. (N. T.)

[j] Na ed. bras., Livro I, p. 515-6. (N. T.)

[k] No manuscrito II, Marx designa os "custos gerais" como "*frais généraux*" (MEGA-2 II/11, cit., p. 118-26). (N. E. A.)

[l] Na ed. bras., Livro I, p. 498, nota 190a. (N. T.)

[m] Presidente da Great Western Railway Co. (N. T.)

[n] Superintendente de locomotivas da Great Northern Railway Co. (N. T.)

# Capítulo 9

## A rotação total do capital desembolsado. Ciclos de rotação

Vimos que os componentes fixos e líquidos do capital produtivo realizam uma rotação distinta e em períodos distintos, e também que os distintos componentes do capital fixo que integram o mesmo negócio possuem, por sua vez, distintos períodos de rotação conforme seu distinto tempo de vida e, por conseguinte, de reprodução. (Sobre a diferença real ou aparente na rotação de diversos componentes do capital líquido no mesmo negócio, ver, no fim deste capítulo, o ponto 6.)

1. A rotação total do capital desembolsado é a rotação média de seus diversos componentes; o modo de calculá-la é exposto a seguir. Quando se trata apenas de períodos distintos, não há, naturalmente, nada mais fácil do que estabelecer sua média; porém,

2. aqui se encontram não apenas diferenças quantitativas, mas qualitativas.
   O capital líquido que entra no processo de produção transfere todo seu valor ao produto e, por isso, para que o processo de produção possa continuar de modo ininterrupto, tem de ser constantemente substituído *in natura*, por meio da venda do produto. O capital fixo que entra no processo de produção transfere apenas uma parte de seu valor (o desgaste) ao produto e continua, apesar do desgaste, a funcionar no processo de produção; ele só precisa ser reposto *in natura* em intervalos mais curtos ou mais longos, mas, de qualquer modo, não com tanta frequência como o capital líquido. Essa necessidade de reposição, o prazo de reprodução, é não apenas quantitativamente distinto

conforme os distintos componentes do capital fixo, mas, como vimos, uma parte do capital fixo de maior duração, de grande longevidade, pode ser reposto anualmente ou em intervalos mais curtos e ser acrescentado *in natura* ao antigo capital fixo; no caso de capital fixo de outra natureza, a reposição só pode ocorrer de uma só vez, ao fim de seu tempo de vida.

É necessário, por isso, reduzir as rotações especiais das distintas partes do capital fixo a uma forma homogênea de rotação, de modo que elas se diferenciem apenas quantitativamente, segundo a duração de suas rotações.

Essa identidade qualitativa não ocorre se partimos de P…P – a forma do processo contínuo de produção. Pois determinados elementos de P precisam ser constantemente repostos *in natura*, outros não. Ao contrário, essa identidade da rotação se apresenta na forma D…D'. Tomemos como exemplo uma máquina no valor de £10.000, que funcione por dez anos e da qual se extraia anualmente, em dinheiro, $^{1}/_{10}$ de seu valor = £1.000. No curso de um ano, essas £1.000 se reconverteram de capital monetário em capital produtivo e capital-mercadoria, para, em seguida, retornar à forma de capital monetário. Elas retornaram à sua forma-dinheiro original, tal como o capital líquido quando observado sob essa forma, sendo indiferente se, no fim do ano, o capital monetário de £1.000 retorna ou não à forma natural de máquina. Portanto, no cálculo da rotação total do capital produtivo desembolsado, fixamos todos os seus elementos na forma-dinheiro, de modo que o retorno a essa forma-dinheiro conclua a rotação. Consideramos sempre o valor como desembolsado em dinheiro, mesmo no processo contínuo de produção, em que essa forma-dinheiro do valor é apenas a forma da moeda de conta. Assim podemos, então, estabelecer a média.

3. Daí se segue que mesmo que uma parte muito maior do capital produtivo desembolsado consista de capital fixo, cujo período de reprodução e, portanto, de rotação compreenda um ciclo de vários anos,

o valor de capital que efetue sua rotação durante o ano pode, em consequência das repetidas rotações do capital líquido durante esse mesmo ano, ser maior que o valor total do capital desembolsado.

Suponhamos que o capital fixo seja = £80.000 e seu período de reprodução = 10 anos, de modo que £8.000 dessa soma retornem anualmente a sua forma-dinheiro, ou que se realize $^1/_{10}$ de sua rotação. Suponhamos também que o capital fixo seja = £20.000 e que realize sua rotação cinco vezes ao ano. O capital total será, então, = £100.000, o capital fixo que realize sua rotação será = £8.000, o capital líquido = 5 × £20.000 = £100.000. Portanto, o capital que realiza sua rotação durante o ano será = £108.000, ou seja, £8.000 maior do que o capital desembolsado. 1 + $^2/_{25}$ do capital realizou sua rotação.

4. A *rotação do valor* do capital desembolsado se separa, portanto, de seu período real de reprodução ou do período real de rotação de seus componentes. Suponhamos que um capital de £4.000 realize, por exemplo, cinco rotações por ano. Esse capital será, portanto de 5 × £4.000 = £20.000. Mas o que retorna ao fim de cada rotação (para ser novamente desembolsado) é o capital de £4.000 originalmente desembolsado. Sua grandeza não é modificada pelo número de períodos de rotação durante os quais ele volta a funcionar como capital. (Abstraímos, aqui, do mais-valor).

   Portanto, no exemplo do ponto 3, de acordo com o pressuposto do qual partimos, no fim do ano retornam às mãos do capitalista: a) uma soma de valor de £20.000, que o capitalista volta a investir nos componentes líquidos do capital, e b) uma soma de £8.000, que, por meio do desgaste, é deduzida do valor do capital fixo desembolsado; além disso, no processo de produção continua a existir o mesmo capital fixo de antes, porém com um valor diminuído de £72.000, em vez de £80.000. Desse modo, o processo de produção ainda terá de continuar por mais nove anos até que o capital fixo desembolsado se esgote e deixe de funcionar tanto como criador de produto quanto como criador de valor, tendo de ser reposto. O valor de capital desembolsado precisa

realizar, portanto, um ciclo de rotações – que, no exemplo aqui adotado, é de dez rotações anuais – determinado pelo tempo de vida e, consequentemente, pelo tempo de reprodução ou de rotação do capital fixo aplicado.

Portanto, na mesma medida em que, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, desenvolvem-se o volume de valor e a duração de vida do capital fixo empregado, também a vida da indústria e do capital industrial se desenvolve, em cada investimento especial, até abarcar um período maior, digamos, em média, de dez anos. Se, por um lado, o desenvolvimento do capital fixo prolonga essa vida, esta é, por outro lado, encurtada pelo revolucionamento constante dos meios de produção, que também aumenta constantemente à medida que se desenvolve o modo de produção capitalista. Com esse desenvolvimento, portanto, também aumentam a mudança dos meios de produção e a necessidade de sua constante reposição em consequência de seu desgaste moral, muito antes que estejam esgotados fisicamente. Pode-se supor que hoje, nos ramos mais decisivos da grande indústria, esse ciclo de vida seja, em média, de dez anos. No entanto, aqui não importa a determinação exata dessa cifra. O resultado é que esse ciclo de rotações encadeadas, que se estende por uma série de anos e que o capital percorre por meio de seus componentes fixos, fornece uma base material das crises periódicas nas quais a atividade econômica percorre as fases sucessivas de depressão, animação moderada, hiperatividade e crise. Os períodos em que se investe o capital são, na realidade, muito distintos e discrepantes. Porém, a crise constitui sempre o ponto de partida de um novo grande investimento. E, portanto, do ponto de vista da sociedade em seu conjunto, também fornece, em maior ou menor grau, uma nova base material para o próximo ciclo de rotação[3a].

5. Quanto ao modo de calcular a rotação, vejamos o que nos diz um economista norte-americano:

> "Em alguns ramos de negócio, o capital total desembolsado gira ou circula várias vezes durante o ano; em outros ramos, uma parte gira mais do que uma vez ao ano, enquanto outra não gira com a mesma frequência. Os capitalistas precisam calcular seus lucros com base no tempo

médio que seu capital total necessita para passar por suas mãos, ou realizar uma rotação. Suponhamos que alguém, num determinado negócio, tenha investido a metade de seu capital em edifícios e maquinaria que precisem ser renovados uma vez a cada dez anos, uma quarta parte em ferramentas etc. que precisem ser renovadas a cada dois anos, e a última quarta parte em salários e matérias-primas, que completem uma rotação a cada seis meses. E que seu capital total seja de 50.000 dólares. Seu desembolso anual será, então:

$^{50.000}/_{2}$ = 25.000 dólares em 10 anos = 2.500 dólares em 1 ano
$^{50.000}/_{4}$ = 12.500 dólares em 2 anos = 6.250 dólares em 1 ano
$^{50.000}/_{4}$ = 12.500 dólares em ½ ano = 25.000 dólares em 1 ano
em 1 ano = 33.750 dólares

Portanto, o prazo médio em que seu capital inteiro completa uma rotação será de dezesseis meses[a] […]. Consideremos, agora, outro caso, em que um quarto do capital total de 50.000 dólares circula em dez anos, um quarto em um ano e a metade restante duas vezes no ano. O desembolso anual será, então:

$^{12.500}/_{10}$ = 1.250 dólares
12.500 = 12.500 dólares
20.000 × 2 = 50.000 dólares
Rotação em um ano = 63.750 dólares"
(Scrope, *Pol. Econ.*, ed. Alonzo Potter, Nova York, 1841, p. 142, 143)

## 6. Diferenças reais e aparentes na rotação das diversas partes do capital. Na mesma passagem, Scrope diz:

"O capital que um fabricante, agricultor ou comerciante investe no pagamento de salários é o que circula mais rapidamente, chegando a realizar uma rotação por semana, se seu pessoal é pago semanalmente com os ganhos semanais obtidos com suas vendas ou com o pagamento de suas faturas. O capital investido em matérias-primas ou em estoques de produtos acabados circula com menos rapidez; ele pode circular duas ou quatro vezes no ano, de acordo com o intervalo entre a compra das primeiras e a venda dos segundos, pressupondo-se que o possuidor do capital compre e venda com base no mesmo prazo de crédito. O capital aplicado em ferramentas e máquinas circula ainda mais lentamente, porquanto, em média, ele só completa sua rotação, ou seja, só é consumido e renovado, quando muito, uma vez a cada cinco ou dez anos, ainda que algumas ferramentas já estejam esgotadas após uma única série de operações. O capital investido em edifícios, por exemplo, em fábricas, lojas, armazéns, celeiros, ruas, obras de irrigação etc. parece não circular de modo algum. No entanto, essas instalações se desgastam tanto quanto as anteriores, na medida em que contribuem para a produção e têm de ser reproduzidas para que o produtor possa dar continuidade a suas operações. A única diferença é que são consumidas e reproduzidas mais lentamente do que as outras […]. O capital nelas investido só completa uma rotação, talvez, em vinte ou cinquenta anos."

Scrope confunde, aqui, a diferença no fluxo de determinadas partes do capital líquido, que ocorre para o capitalista individual por meio de prazos de pagamento e condições de crédito, com as rotações que derivam da natureza do capital. Ele diz que o salário deve ser pago

semanalmente com os ganhos semanais obtidos com as vendas e as faturas cobradas. Sobre isso, devemos observar, primeiramente, que, quanto ao salário, apresentam-se diferenças conforme o prazo de pagamento seja maior ou menor, isto é, de acordo com o prazo de quitação do crédito que o trabalhador concede ao capitalista; portanto, conforme a periodicidade do pagamento seja semanal, mensal, trimestral, semestral etc. Aqui rege a lei formulada anteriormente: "a quantidade de meios de pagamento requerida para todos os pagamentos periódicos, sejam quais forem suas fontes, está em proporção inversa[b] à extensão desses períodos de pagamento" (Livro I, cap. 3, III, b, p. 124[c]).

Em segundo lugar, no produto semanal está incorporada a totalidade não só do valor novo acrescentado a sua produção pelo trabalho semanal, mas também do valor das matérias-primas e materiais auxiliares consumidos no produto semanal. Esse valor circula com o produto no qual ele está contido. Mediante a venda desse produto, ele conserva a forma-dinheiro e deve ser novamente investido nos mesmos elementos de produção. Isso vale tanto para a força de trabalho como para as matérias-primas e materiais auxiliares. Vimos (cap. 6, II, a[d]), porém, que a continuidade da produção requer um estoque de meios de produção distinto para ramos de negócio distintos e, no interior de um mesmo ramo de negócio, de um estoque distinto de cada componente distinto desse elemento do capital líquido – por exemplo, de carvão e algodão. Por isso, mesmo que essas matérias tenham de ser constantemente repostas *in natura*, elas não precisam ser constantemente compradas de novo. Com que frequência a compra se renova é algo que depende da grandeza do estoque disponível, de seu tempo de duração até que esteja esgotado. No caso da força de trabalho não ocorre essa formação de estoque. Quanto à parte do capital investida em trabalho, a reconversão em dinheiro anda de mãos dadas com a parte investida em materiais auxiliares e matérias-primas. Mas a reconversão do dinheiro em força de trabalho, por um lado, e em matérias-primas, por outro, ocorre separadamente em razão dos prazos

específicos de compra e de pagamento desses dois elementos, um dos quais é comprado como estoque produtivo para longos períodos, e o outro, a força de trabalho, para períodos mais curtos, por exemplo, semanalmente. Por outro lado, o capitalista precisa manter, além do estoque de produção, um estoque de mercadorias prontas. Abstraindo das dificuldades de venda etc., ele tem de produzir, por exemplo, determinada quantidade de mercadorias por encomenda. Enquanto a última parte dessas mercadorias é produzida, a parte já pronta aguarda no depósito até o momento em que se possa processar a encomenda em sua totalidade. Outras diferenças quanto à rotação do capital líquido ocorrem quando alguns elementos deste último têm de permanecer por mais tempo que outros num estágio provisório do processo de produção (secagem de madeiras etc.).

O sistema de crédito, ao qual Scrope aqui se refere, modifica a rotação para cada capitalista individual tanto quanto o capital comercial. Em escala social, ele só a modifica na medida em que acelera não apenas a produção, mas também o consumo.

---

[3a] "A produção citadina está vinculada ao turno dos dias; já a produção rural, ao contrário, ao turno dos anos" (Adam H. Müller, *Die Elemente der Staatskunst*, Berlim, Sander, 1809, v. III, p. 178). Essa é a ingênua representação romântica da indústria e da agricultura. (F. E.)

[a] O correto seria: "cerca de dezoito meses". (N. E. A.)

[b] O correto seria: "diretamente". (N. E. A.)

[c] Na ed. bras., Livro I, p. 215. (N. T.)

[d] Cf. "1) O armazenamento em geral", na seção I, cap. 6, item II, p. 217. (N. T.)

# Capítulo 10

## Teorias sobre o capital fixo e o capital circulante. Os fisiocratas e Adam Smith

**Em Quesnay, a distinção entre o capital fixo e o capital circulante aparece como a distinção entre *avances primitives* e *avances annuelles***[a]. Ele acerta ao estabelecê-la como uma distinção localizada no interior do capital produtivo, incorporado ao processo imediato de produção. E como Quesnay só considera capital realmente produtivo o capital empregado na agricultura, ou seja, o capital do arrendatário, o resultado é que essa distinção só é aplicável a esse capital específico. Disso resulta também o tempo anual de rotação de uma parte do capital e o tempo mais do que anual (decenal) da outra parte. Ademais, os fisiocratas, no curso de seu desenvolvimento, estendem essas distinções a outros tipos de capital, ao capital industrial em geral. Para a sociedade, a distinção entre desembolsos anuais e mais do que anuais permanece tão importante que muitos economistas retornam a essa definição, mesmo depois de Adam Smith.

A diferença entre esses dois tipos de desembolsos surge apenas a partir do momento em que o capital desembolsado se converteu nos diversos elementos do capital produtivo. É uma distinção que se estabelece única e exclusivamente no interior do capital produtivo. Por isso, a Quesnay não ocorre computar o dinheiro nem entre os desembolsos originais, nem entre os anuais. Como desembolsos da produção – ou seja, como capital produtivo –, ambos se confrontam tanto com o dinheiro quanto com as mercadorias que se encontram no mercado. Além disso, em Quesnay a distinção entre esses elementos do capital produtivo reduz-se corretamente ao modo distinto como eles se incorporam no produto pronto e, portanto, ao

modo distinto como seu valor circula com o valor-produto, ou, ainda, ao modo distinto de sua reposição ou reprodução, já que o valor de um desses elementos é integralmente reposto num só ano, ao passo que o do outro é reposto gradualmente e em períodos mais longos[1].

O único progresso que A. Smith realiza é a universalização das categorias. Para ele, essa distinção se refere não mais a uma forma especial do capital, o capital do arrendatário, mas a toda forma do capital produtivo. Segue-se, evidentemente, que no lugar da distinção, procedente da agricultura, entre a rotação anual e a rotação realizada em vários anos, surja a distinção geral entre rotações de períodos distintos, de tal modo que uma rotação do capital fixo abarque sempre mais do que uma rotação do capital circulante, qualquer que seja a duração dessas rotações do capital circulante, isto é, durem elas um ano, mais do que um ano ou menos do que um ano. Desse modo, os *avances annuelles* se transformam, para A. Smith, em capital circulante, e os *avances primitives*, em capital fixo. Mas seu progresso limita-se a essa universalização das categorias. Sua argumentação é muito inferior à de Quesnay.

O modo grosseiramente empírico com que a investigação tem início em A. Smith já basta para introduzir a confusão:

*"There are two different ways in which a capital may be employed so as to yield a revenue or profit to its employer."*[b] (*Wealth of Nations*, Livro II, Aberdeen, 1848, cap. I, p. 185)

Os modos como o valor pode ser investido para funcionar como capital, para gerar mais-valor a seu proprietário, são tão diversos, tão múltiplos quanto as esferas de investimento do capital. Isso equivale a indagar pelos distintos ramos de produção em que o capital pode ser investido. A questão, assim formulada, vai mais além. Ela traz consigo o problema de como o valor, ainda que não seja investido como capital produtivo, pode funcionar como capital para seu proprietário – por exemplo, como capital portador de juros, capital comercial etc. Aqui nos encontramos, portanto, imensamente afastados do verdadeiro objeto da análise, a saber, do problema de como a divisão do capital *produtivo* em seus diferentes elementos, abstraindo de suas diferentes esferas de investimento, afeta sua rotação.

A. Smith prossegue, então:

"*First, it may be employed in raising, manufacturing, or purchasing goods, and selling them again with a profit.*"[c]

A. Smith nada diz aqui senão que o capital pode ser aplicado na agricultura, na manufatura e no comércio. Ele fala, portanto, apenas das diversas esferas de investimento do capital, incluindo aquelas em que, como ocorre no comércio, o capital não se incorpora diretamente ao processo de produção, ou seja, não funciona como capital produtivo. Com isso, ele já abandona o fundamento sobre o qual os fisiocratas explicavam as diferenças no interior do capital produtivo e sua influência sobre a rotação. Ele toma de imediato o capital comercial como exemplo para ilustrar um problema em que se trata exclusivamente de diferenças do capital *produtivo* no interior do processo de formação do produto e do valor, diferenças que, por sua vez, engendram outras diferenças em sua rotação e reprodução. Ele prossegue:

"*The capital employed in this manner yields no revenue or profit to its employer while it either remains in his possession or continues in the same shape*."[d]

*The capital employed in this manner*! Mas Smith fala do capital que é investido na agricultura, na indústria, e, mais tarde, diz que o capital assim investido se desmembra em capital fixo e circulante! Esse tipo de investimento do capital não pode convertê-lo em fixo, tampouco em circulante.

Ou, então, ele quis dizer que o capital aplicado para produzir mercadorias e vendê-las com um lucro precisa ser, depois de transformado em mercadorias, vendido e, por meio da venda, em primeiro lugar, passar das mãos do vendedor às do comprador e, em segundo lugar, abandonar sua forma natural de mercadoria e assumir sua forma-dinheiro, sendo assim inútil para seu possuidor enquanto permaneça em suas mãos ou se mantenha – para ele – sob a mesma forma? Mas isso equivaleria a dizer: o mesmo valor de capital que antes funcionava na forma do capital produtivo, numa forma adequada ao processo de produção, funciona agora como capital-

mercadoria e capital monetário, em suas formas adequadas ao processo de circulação, não sendo mais, portanto, nem capital fixo, nem capital líquido. E isso vale tanto para os elementos de valor acrescentados por matérias-primas e materiais auxiliares, ou seja, pelo capital líquido, como para aqueles acrescentados pelo consumo dos meios de trabalho, isto é, pelo capital fixo. **Desse modo, não nos aproximamos um único passo da diferença entre capital fixo e capital líquido.**

Ele prossegue:

> "*The goods of the merchant yield him no revenue or profit till he sells them for money, and the money yields him as little till it is again exchanged for goods. His capital is continually going from him in one shape, and returning to him in another, and it is only by means of such circulation, or successive exchanges, that it can yield him any profit. Such capitals, therefore, may very properly be called circulating capitals.*"[e]

O que A. Smith define aqui como capital circulante é o que eu chamarei de *capital de circulação*, ou seja, o capital na forma adequada ao processo de circulação, à variação de forma por meio do intercâmbio (metabolismo e mudança de mãos), ou seja, o capital-mercadoria e o capital monetário, em oposição à sua forma adequada ao processo de produção, que é a do capital produtivo. Não se trata aqui de tipos especiais em que o capitalista industrial divida seu capital, mas de diversas formas que o mesmo valor de capital desembolsado assume e abandona sucessiva e incessantemente em seu *curriculum vitae*. A. Smith – e isso significa um grande retrocesso em relação aos fisiocratas – confunde isso com as diferenças de forma que se apresentam no interior da circulação do valor de capital, em seu ciclo através de formas sucessivas, enquanto o valor de capital encontra-se na forma do capital *produtivo*, diferenças que resultam, além disso, dos modos distintos como os diversos elementos do capital produtivo tomam parte no processo de valorização e transferem seu valor ao produto. Veremos mais adiante as consequências dessa confusão fundamental, de um lado, entre o capital produtivo e o capital que se encontra na esfera da circulação (capital-mercadoria e capital monetário) e, de outro, entre capital fixo e capital líquido. O valor de capital investido em capital fixo circula por meio do produto, exatamente do mesmo modo que o capital investido em

capital circulante, e um se converte em capital monetário por meio da circulação do capital-mercadoria tanto quanto o outro. A diferença está apenas em que o valor do primeiro circula de modo gradual e tem, portanto, de ser reposto, reproduzido em sua forma natural, de modo igualmente gradual, em períodos mais curtos ou mais longos.

Que A. Smith entende aqui o capital circulante apenas como capital de circulação, isto é, como o valor de capital em suas formas adequadas ao processo de circulação (capital-mercadoria e capital monetário), o demonstra o exemplo tão inapropriado escolhido por ele. Ele toma como exemplo um tipo de capital que não pertence em absoluto ao processo de produção, mas que habita exclusivamente a esfera da circulação, que é exclusivamente capital de circulação: o capital comercial.

O quão absurdo é partir de um exemplo em que o capital não figura absolutamente como capital produtivo é algo que o próprio A. Smith afirma:

"*The capital of a merchant is altogether a circulating capital.*"[f]

Mas a distinção entre capital circulante e capital fixo é, como ficamos sabendo mais adiante, uma distinção fundada em diferenças essenciais no interior do próprio capital produtivo. De um lado, A. Smith tem em mente a distinção fisiocrata; de outro, as distinções de forma que o valor de capital percorre em seu ciclo. E ambas se misturam e se confundem.

O que não se vislumbra absolutamente é como pode resultar um lucro da mudança de forma de dinheiro e mercadoria, da mera metamorfose do valor de uma dessas formas na outra. A explicação também resulta absolutamente impossível porque aqui ele parte do capital comercial, que só se move na esfera da circulação. Retornaremos a esse ponto; por ora, vejamos o que nos diz A. Smith sobre o capital fixo:

> *"Secondly, it"* (o capital) *"may be employed in the improvement of land, in the purchase of useful machines and instruments of trade, or in such like things as yield a revenue or profit without changing masters, or circulation any further. Such capitals, therefore, may very properly be called fixed capitals. Different occupations require very different proportions between the fixed and circulating capitals employed in them* […]. *Some part of the capital of every master artificer or manufacturer must be fixed in the instruments of his trade. This part, however, is very small in some, and very great in others* […]. *The far greater part of*

*the capital of all such master artificers*" (como alfaiates, sapateiros, tecelões etc.) "*however is circulated, either in the wages of their workmen, or in the price of their materials, and to be repaid with a profit by the price of the work.*"[g]

Abstraindo-se da concepção pueril da fonte do lucro, salta imediatamente aos olhos toda a debilidade e confusão presente nesta formulação: para um fabricante de máquinas, por exemplo, a máquina é o produto que circula como capital-mercadoria, ou seja, nas palavras de A. Smith:

"*is parted with, changes masters, circulates further*"[h].

Segundo sua própria definição, a máquina seria não um capital fixo, mas um capital circulante. Essa confusão deriva, por sua vez, do fato de que A. Smith confunde a distinção entre o capital fixo e o capital líquido, oriunda dos distintos tipos de circulação dos diversos elementos do capital produtivo, com as diferenças de forma pelas quais passa o mesmo capital na medida em que funciona, no interior do processo de produção, como capital *produtivo* e, na esfera da circulação, ao contrário, como capital de circulação, isto é, como capital-mercadoria ou como capital monetário. Em A. Smith, portanto, as mesmas coisas podem, conforme o lugar que ocupem no processo de vida do capital, funcionar como capital fixo (como meios de trabalho, elementos do capital produtivo) e como capital "circulante", como capital-mercadoria (como produto que é deslocado da esfera da produção para a da circulação).

Mas A. Smith confunde de um só golpe tudo o que serve de base à distinção e contradiz aquilo que, algumas linhas antes, apresentara como ponto de partida de toda sua investigação:

"*There are two different ways in which a capital may be employed so as to yield a revenue or a profit to its employer*"[i],

a saber, como capital circulante ou como capital fixo. De acordo com isso, trata-se, portanto, de diferentes modos de empregar capitais distintos e independentes entre si, do mesmo modo como os capitais poderiam ser aplicados, por exemplo, na indústria ou na agricultura. Agora, porém, ele diz:

"*Different occupations require very different proportions between the*

*fixed and circulating capitals employed in them.*”[j]

O capital fixo e o capital circulante já não são mais investimentos de capital distintos, independentes, mas porções distintas do mesmo capital produtivo, que, em esferas distintas de investimento, constituem uma parte alíquota distinta do valor total desse capital. Trata-se, portanto, de diferenças provenientes da divisão prática do próprio capital *produtivo* e que, por isso, só valem em relação a ele. Mas isso contradiz, por sua vez, o fato de que o capital comercial se contrapõe, como capital meramente circulante, ao capital fixo, pois o próprio Smith afirma:

“O capital de um comerciante é um capital inteiramente circulante.”

É, na realidade, um capital que só funciona na esfera da circulação e que, como tal, confronta-se com o capital produtivo, o capital incorporado no processo de produção, mas que, precisamente por isso, não pode se confrontar com a parte fixa do capital produtivo como componente líquido (circulante) desse mesmo capital.

Nos exemplos que apresenta, A. Smith define como capital fixo os *instruments of trade* [instrumentos de trabalho] e, como capital circulante, a parte do capital investida em salários e matérias-primas, aí incluídos os materiais auxiliares (*repaid with a profit by the price of the work*[k]).

Como se vê, parte-se dos distintos componentes do processo de trabalho, da força de trabalho (o trabalho) e das matérias-primas, de um lado, e dos instrumentos de trabalho, de outro. Tais elementos, no entanto, constituem componentes do capital porque neles está investida uma soma de valor que deve funcionar como capital. Nesse sentido, eles são os elementos materiais, os modos de existência do capital *produtivo*, isto é, do capital que funciona no processo de produção. Por que uma parte deles se chama capital fixo? Porque

“*some parts of the capital must be fixed in the instruments of trade*”.[l]

Mas a outra parte também se incorpora em salários e matérias-primas. No entanto, máquinas e

“*instruments of trade* [...] *such like things* [...] *yield a revenue or profit without changing masters, or circulating any further. Such capitals, therefore, may very properly be called fixed capitals*”[m].

Tomemos como exemplo a mineração. Aqui, a matéria-prima não é utilizada de modo algum, uma vez que o objeto do trabalho, por exemplo, o cobre, é um produto natural, que deve ser apenas apropriado pelo trabalho. O cobre a ser apropriado, o produto do processo, que mais tarde circula como mercadoria ou capital-mercadoria, não constitui um elemento do capital produtivo. Nenhuma parte de seu valor está nele incorporado. Por outro lado, tampouco outros elementos do processo de produção, a força de trabalho e os materiais auxiliares, como o carvão, a água etc., são materialmente incorporados no produto. O carvão é inteiramente consumido e somente seu valor é incorporado no produto, exatamente do mesmo modo como uma parte de valor da máquina etc. é nele incorporada. Apenas o valor que ele produz por meio de seu trabalho é, agora, componente do valor do cobre. Portanto, nesse exemplo, nenhum componente do capital produtivo troca de mãos (de *master*), ou nenhum deles continua a circular, porque nenhum deles é materialmente incorporado no produto. Onde se encontra, então, o capital circulante? Segundo a própria definição de A. Smith, todo o capital que venha a ser utilizado numa mineração de cobre consiste apenas de capital fixo.

Tomemos, ao contrário, outra indústria, que emprega matérias-primas que formam a substância do produto, além de materiais auxiliares que são nele incorporados de modo material, e não apenas quanto a seu valor, como ocorre, por exemplo, com o carvão utilizado como combustível. Juntamente com o produto, o fio, por exemplo, também troca de mãos a matéria-prima de que ele é feito, o algodão, que sai do processo de produção para ingressar no processo de consumo. Mas enquanto o algodão funciona como elemento do capital produtivo, o proprietário não o vende, mas o trabalha, emprega-o para obter fio. Ele o conserva em suas mãos. Ou, para usar a expressão grosseiramente falsa e trivial de Smith, *by parting with it, by its changing masters, or by circulating it*[n]. Ele põe seus materiais em circulação tão pouco quanto põe suas máquinas. Os materiais permanecem fixos no processo de produção, tanto quanto as máquinas de fiar e os edifícios das fábricas. Além disso, uma parte do capital produtivo tem de estar constantemente fixa tanto na forma de carvão, algodão etc. quanto na

forma de meios de trabalho. A diferença está apenas no fato de que, por exemplo, o algodão, o carvão etc. necessário para a produção, digamos, semanal, é constantemente consumido em sua totalidade na produção do produto semanal, tendo, por isso, de ser reposto por novos exemplares de algodão, carvão etc.; portanto, esses elementos do capital produtivo, embora continuem idênticos quanto a seu tipo, são sempre novos exemplares do mesmo tipo, enquanto a mesma máquina de fiar individual, o mesmo edifício individual de fábrica continuam a cooperar em toda uma série de produções semanais sem a necessidade de serem repostos por outros exemplares do mesmo tipo. Como elementos do capital produtivo, todos os componentes deste último permanecem fixos no processo de produção, o qual não pode existir sem eles. E todos os componentes do capital produtivo, os fixos e os líquidos, confrontam-se por igual, como capital produtivo, com o capital de circulação, isto é, com o capital-mercadoria e o capital monetário.

O mesmo ocorre com a força de trabalho. Uma parte do capital produtivo deve ser nela fixado de maneira constante, e são as mesmas, idênticas forças de trabalho, assim como as mesmas máquinas, que são sempre e por longo período empregadas pelo mesmo capitalista. A diferença entre as forças de trabalho e as máquinas não consiste apenas no fato de que a máquina, diferentemente do trabalhador, é comprada de uma vez por todas (o que já não é o caso quando, por exemplo, ela é paga em prestações), mas no fato de que o trabalho que o trabalhador executa é inteiramente incorporado no valor do produto, ao passo que o valor da máquina o é apenas de modo fragmentado.

Smith confunde determinações distintas, quando diz sobre o capital circulante, em contraste com o capital fixo:

"*The capital employed in this manner yields no revenue or profit to its employer, while it either remains in his possession or continues in the same shape*."[o]

Ele situa a metamorfose puramente formal da mercadoria que o produto, o capital-mercadoria, sofre na esfera da circulação e que permite a troca de mãos das mercadorias, no mesmo plano da metamorfose física que os

diversos elementos do capital produtivo sofrem durante o processo de produção. **Ele mistura, aqui, a transformação da mercadoria em dinheiro e do dinheiro em mercadoria, a compra e a venda, com a transformação dos elementos de produção em produto.** O exemplo que ele apresenta de capital circulante é o do capital comercial, isto é, o capital que se converte de mercadoria em dinheiro e de dinheiro em mercadoria – a mudança de forma M-D-M, que pertence à circulação de mercadorias. Mas essa mudança de forma no interior da circulação tem, para o capital industrial em funcionamento, o significado de que as mercadorias em que o dinheiro é reconvertido são elementos de produção (meios de trabalho e força de trabalho); de que essa mudança possibilita, portanto, a continuidade de sua função, que o processo de produção seja contínuo ou exista como processo de reprodução. Essa mudança de forma ocorre inteiramente na *circulação*, e é por meio dela que se realiza a passagem das mercadorias de uma mão a outra. Já as metamorfoses que o capital produtivo sofre dentro de seu processo de produção são, ao contrário, metamorfoses no âmbito do *processo de trabalho*, necessárias para transformar os elementos de produção no produto almejado. A. Smith se atém ao fato de que uma parte dos meios de produção (os meios de trabalho propriamente ditos) serve ao processo de trabalho (o que ele expressa falsamente: *yield a profit to their master* [rende um lucro para seu dono]) sem modificar sua forma natural, desgastando-se apenas gradualmente, enquanto outra parte, a dos materiais, modifica-se e precisamente através de sua modificação cumpre a função que lhe cabe como meio de produção. Mas esse comportamento distinto dos elementos do capital produtivo no processo de trabalho é só o ponto de partida da distinção entre capital fixo e capital não fixo, e não essa distinção ela mesma, como já o demonstra o fato de que ele é igual em todos os modos de produção, capitalistas e não-capitalistas. A esse comportamento material distinto corresponde, no entanto, a *transferência de valor* ao produto, à qual, por sua vez, corresponde a reposição do valor por meio da venda do produto; e é apenas isso que constitui aquela distinção. Portanto, o capital não é fixo por estar fixado nos meios de trabalho, mas porque uma parte de seu valor investido em meios de trabalho

permanece fixada nestes últimos, enquanto uma outra parte circula como componente do valor do produto.

> "*If it*" (*the stock*) "*is employed in procuring future profit, it must procure this profit by staying with him*" (*the employer*), "*or by going from him. In the one case it is a fixed, in the other it is a circulating capital.*"[p]

Antes de tudo, nessa passagem evidencia-se a ideia grosseiramente empírica do lucro, oriunda do modo de representação do capitalista comum e que contradiz frontalmente a ideia esotérica, superior, de A. Smith. No preço do produto foi reposto o preço tanto dos materiais como da força de trabalho, mas também a parte de valor que os instrumentos de trabalho transferiram ao produto por meio do desgaste. Mas dessa reposição não provém, de modo algum, o lucro. O fato de que o valor desembolsado para a produção do produto seja reposto inteira ou fragmentariamente, de uma só vez ou de forma gradual mediante a venda do produto, pode afetar apenas o modo e o tempo da reposição, mas de modo algum é capaz de transformar o que é comum a ambos – a reposição do valor – em criação de mais-valor. Na base disso encontra-se a representação comum, segundo a qual o mais-valor, porque só se realiza mediante a venda do produto, mediante sua circulação, surge somente com a circulação, com a venda. Na realidade, o modo distinto de formação do lucro é aqui apenas uma fraseologia falsa para dizer que os distintos elementos do capital produtivo operam de modo distinto, atuam distintamente como elementos produtivos no processo de trabalho. Por fim, a distinção não é deduzida do processo de trabalho ou do processo de valorização, da função do próprio capital produtivo, mas vale apenas subjetivamente para cada capitalista, segundo a utilidade distinta que ele obtém de cada uma das partes de seu capital.

Quesnay, ao contrário, extraía as diferenças do próprio processo de reprodução e de suas necessidades. Para que esse processo seja contínuo, é preciso que do valor do produto anual reponha integralmente, a cada ano, o valor dos desembolsos anuais, ao passo que o valor do capital de investimento só necessita ser reposto gradualmente, sendo inteiramente reproduzido (substituído por novos exemplares do mesmo tipo) apenas ao

longo de uma série de anos – por exemplo, de uma década. A. Smith fica, assim, muito atrás de Quesnay.

Não resta a A. Smith, pois, outra alternativa que definir o capital fixo como meios de trabalho que não mudam de forma no processo de produção e continuam a operar nesta última até seu desgaste total, diante dos produtos que ajudam a criar. Ele se esquece de que todos os elementos do capital produtivo confrontam-se constantemente, em sua forma natural (como meios de trabalho, materiais e força de trabalho), com o produto e com o produto que circula como mercadoria, e que a diferença entre a parte formada pelos materiais e pela força de trabalho e a parte formada pelos meios de trabalho reside, no que diz respeito à força de trabalho, apenas no fato de que esta é constantemente recomprada (e não por sua plena duração, como os meios de trabalho) e, no que diz respeito aos materiais, no fato de que no processo de trabalho operam não os mesmos exemplares, idênticos, mas exemplares sempre novos do mesmo tipo. Ao mesmo tempo, gera-se a falsa aparência de que o valor do capital fixo também não circula, ainda que A. Smith tenha anteriormente exposto a depreciação do capital fixo como parte do preço do produto.

Não se enfatiza que a oposição entre capital circulante e capital fixo só faz sentido quando se considera o capital circulante como aquele componente do capital produtivo que tem de ser *inteiramente* reposto a partir do valor do produto e, portanto, tem de compartilhar plenamente de suas metamorfoses, o que já não ocorre com o capital fixo. Em vez disso, o capital circulante é misturado às formas que o capital assume em sua transição da esfera da produção à da circulação, como capital-mercadoria e capital monetário. Mas ambas as formas, a do capital-mercadoria e a do capital monetário, são suportes do valor, tanto do componente fixo como do componente circulante do capital produtivo. **Ambas são capital de circulação, em oposição a capital produtivo, mas não capital circulante (líquido) em oposição ao capital fixo.**

Por fim, a explanação inteiramente errônea de que o lucro é criado pelo capital fixo que permanece no processo de produção e pelo capital circulante que dele se separa e entra em circulação mantém oculta, por trás

da identidade de forma que o capital variável e o componente líquido do capital apresentam na *rotação*, a diferença essencial que existe entre eles no *processo de valorização* e de formação do mais-valor, o que obscurece ainda mais todo o mistério da produção capitalista; com a designação comum de capital circulante, essa diferença essencial é eliminada. Tal confusão foi ainda mais acentuada pela economia política posterior, que capturou como aspecto essencial e unicamente característico não a oposição entre o capital constante e o variável, mas aquela entre o capital fixo e o capital circulante.

Depois de apresentar o capital fixo e o capital circulante como dois modos distintos de se investir o capital, cada um dos quais rende um lucro por si mesmo, diz A. Smith:

> "*No fixed capital can yield any revenue but by means of a circulating capital. The most useful machines and instruments of trade will produce nothing without the circulating capital which affords the materials they are employed upon, and the maintenance of the workmen who employ them.*"[q] (p. 188)

Aqui se evidencia o significado das expressões "*yield a revenue, make a profit* [produzir um ganho, gerar um lucro]" etc., empregadas anteriormente: que ambas as partes do capital atuam na criação do produto.

A. Smith dá, então, o seguinte exemplo:

> "*That part of the capital of the farmer which is employed in the implements of agriculture is a fixed, that which is employed in the wages and maintenance of his labouring servants is a circulating capital.*"[r]

(Como vemos, aqui a diferença entre o capital fixo e o circulante refere-se apenas – e isso está correto – à circulação distinta, à rotação dos distintos componentes do capital produtivo.)

> "*He makes a profit of the one by keeping it in his own possession, and of the other by parting with it. The price or value of his labouring cattle is a fixed capital*"[s]

(aqui temos, novamente, a afirmação correta de que o valor é aquilo a que se refere a distinção, não o elemento material),

> "*in the same manner as that of the instruments of husbandry; their maintenance*" (do gado de

trabalho) “*is a circulating capital, in the same way as that of the labouring servants. The farmer makes his profit by keeping the labouring cattle, and by parting with their maintenance.*”[t]

(O arrendatário retém a forragem do gado, não a vende. Ele a consome como forragem, ao mesmo tempo que emprega o gado como instrumento de trabalho. A diferença consiste apenas em que a forragem empregada na manutenção do gado de trabalho consome-se por completo, tendo de ser constantemente reposta por nova forragem subtraída à produção agrícola ou à sua venda, ao passo que o gado só se repõe à medida que cada animal se torna sucessivamente incapacitado para o trabalho.)

“*Both the price and the maintenance of the cattle which are bought in and fattened, not for labour but for sale, are a circulating capital. The farmer makes his profit by parting with them.*”[u]

(Todo produtor de mercadorias – e, portanto, também o capitalista – vende seu produto, o resultado de seu processo de produção, mas isso não significa que ele converta esse produto em parte fixa ou líquida de seu capital *produtivo*. O que ocorre é que o produto existe, agora, numa forma em que é expulso do processo de produção, tendo de atuar como capital-mercadoria. O gado de corte funciona no processo de produção como matéria-prima, e não como instrumento, como é o caso do gado de trabalho. Ele se incorpora, assim, ao produto como substância, e seu valor inteiro passa a formar parte do produto, assim como o valor dos materiais auxiliares {sua forragem}. Por isso ele é a parte líquida do capital produtivo, e não porque o produto vendido – o gado de corte – apresente a mesma forma natural da matéria-prima, o gado ainda não abatido. Isso é acidental. Ao mesmo tempo, porém, A. Smith poderia ter percebido, a partir desse exemplo, que não é a forma material do elemento de produção que confere ao valor nele contido a determinação de fixo ou líquido, mas a função que ele desempenha no processo de produção.)

“*The whole value of the seed too is a fixed capital. Though it goes backwards and forwards between the ground and the granary, it never changes masters, and therefore it does not properly circulate. The farmer makes his profit not by its sale, but by its increase.*”[v]

Aqui se revela claramente a inteira vacuidade da distinção apresentada por A. Smith. Segundo ele, a semente seria capital fixo quando não ocorresse uma *change of masters* [mudança de donos], isto é, quando a semente fosse diretamente reposta a partir do produto anual, quando fosse dele subtraída. Mas seria capital circulante quando o produto inteiro fosse vendido e uma parte de seu valor fosse empregada na compra de semente alheia. No primeiro caso, não ocorreria *change of masters*; no segundo, sim. Smith volta a confundir, aqui, o capital líquido com o capital-mercadoria. O produto é o suporte material do capital-mercadoria, mas somente, é claro, aquela parte do produto que entra realmente em circulação sem ser novamente incorporada no processo de produção, do qual ele resultou como produto.

Tanto faz se a semente for diretamente deduzida como parte do produto, ou se o produto inteiro for vendido e uma parte de seu valor for aplicado na compra de semente alheia; em ambos os casos ocorre uma simples reposição, por meio da qual não se obtém nenhum lucro. Num caso, a semente entra em circulação como mercadoria com o resto do produto; no outro, só figura na contabilidade como componente de valor do capital desembolsado. Em ambos os casos, porém, permanece como componente líquido do capital produtivo. É inteiramente consumida na criação do produto e, para que a reprodução seja possível, tem de ser integralmente reposta a partir dele.

> "Desse modo, a matéria-prima e os materiais auxiliares perdem a forma independente com que tomaram parte no processo de trabalho como valores de uso, diferentemente do que ocorre com os meios de trabalho propriamente ditos. Uma ferramenta, uma máquina, o edifício de uma fábrica, um barril etc. servem no processo de trabalho apenas na medida em que conservam sua forma original e podem tomar parte diariamente no processo de trabalho mantendo sua forma inalterada. Depois de sua morte, os meios de trabalho conservam sua forma independente em relação ao produto tanto quanto a conservavam durante sua vida, isto é, no processo de trabalho. Os cadáveres das máquinas, ferramentas, edifícios de oficinas etc. continuam a existir separados dos produtos que eles mesmos ajudaram a produzir." (Livro I, cap. 6, p. 192[w])

Esses modos distintos em que os meios de produção podem ser utilizados para a criação do produto, umas vezes mantendo sua forma independente em relação a este, outras modificando-a ou perdendo-a por

completo; essa distinção, que diz respeito ao processo de trabalho como tal e, portanto, também àqueles processos de trabalho orientados à satisfação das próprias necessidades – como, por exemplo, as da família patriarcal –, processos que ocorrem sem intercâmbio algum, sem produção de mercadorias, são falseados por A. Smith no momento em que ele 1) introduz, de modo totalmente indevido, a determinação do lucro, de que uns geram lucro para o proprietário quando conservam sua forma, e outros quando a perdem; 2) confunde as modificações sofridas por uma parte dos elementos de produção no processo de trabalho com a mudança de forma (compra e venda) referente ao intercâmbio dos produtos, à circulação das mercadorias, que inclui, ao mesmo tempo, a mudança de propriedade das mercadorias circulantes.

A rotação pressupõe que a reprodução seja mediada pela circulação, isto é, pela venda do produto, por sua transformação em dinheiro e reconversão deste último em seus elementos de produção. Mas assim que uma parte de seu próprio produto volta a servir diretamente ao produtor capitalista como meio de produção, o produtor aparece como vendedor do produto a si mesmo, e é assim que a operação é registrada em sua contabilidade. Essa parte da reprodução não é, portanto, mediada pela circulação, mas ocorre imediatamente. Mas a parte do produto que assim volta a servir de meio de produção repõe capital líquido, e não capital fixo, quando 1) seu valor se incorpora integralmente ao produto e 2) o capital é reposto, *in natura*, por um novo exemplar do novo produto.

A. Smith nos diz, então, em que consistem o capital circulante e o capital fixo. Ele enumera as coisas, os elementos materiais que formam o capital fixo e os que formam o capital circulante, como se a determinidade dessas coisas fosse dada materialmente, por obra da natureza, em vez de decorrer de sua função determinada no interior do processo capitalista de produção. E, no entanto, no mesmo capítulo (Livro II, cap. 1), ele observa que ainda que certa coisa, como, por exemplo, uma moradia, que é reservada para o consumo imediato,

> "*may yield a revenue to its proprietor, and thereby serve in the function of a capital to him, it cannot yield any to the public, nor serve in the function of a capital to it, and the revenue*

*of the whole body of the people can never be in the smallest degree increased by it.*”[x] (p. 186)

**Aqui, portanto, A. Smith proclama claramente que a qualidade de capital não se aplica às coisas como tais e sob quaisquer circunstâncias, mas é uma função que elas podem ou não assumir de acordo com circunstâncias bem determinadas. Mas o que vale para o capital em geral se aplica também a suas subdivisões.**

As mesmas coisas formam uma parte do capital líquido ou do capital fixo de acordo com a função que exercem no processo de trabalho. Por exemplo, o gado, como gado de trabalho (meio de trabalho), é uma modalidade material de existência do capital fixo; mas se, ao contrário, é gado de corte (matéria-prima), ele faz parte do capital circulante do arrendatário. Por outro lado, a mesma coisa pode ora funcionar como componente do capital produtivo, ora pertencer ao fundo imediato de consumo. Uma casa, por exemplo, quando funciona como local de trabalho, é componente fixo do capital produtivo; quando, ao contrário, é empregada como moradia, não constitui forma alguma do capital *qua* [na qualidade de] moradia. Em muitos casos, os mesmo meios de trabalho podem funcionar ora como meios de produção, ora como meios de consumo.

Este é um dos erros que se seguem da concepção smithiana: o de conceber as características do capital fixo e do capital circulante como inerentes às coisas mesmas. Já a análise do processo de trabalho (Livro I, cap. 5) mostra como as definições de meios de trabalho, material de trabalho e produto variam segundo os diferentes papéis que uma mesma coisa assume no processo. Mas as definições de capital fixo e não fixo se baseiam, por sua vez, nos papéis determinados que esses elementos desempenham no processo de trabalho e, assim, também no processo de valorização.

Em segundo lugar, na enumeração das coisas que formam o capital fixo e o capital circulante, vê-se claramente que Smith confunde a distinção entre os elementos fixos e circulantes do capital produtivo, a qual só tem validade e sentido em relação a esse capital (ao capital em sua forma

produtiva), com a distinção entre o capital produtivo e as formas que correspondem ao capital em seu processo de circulação: a do capital-mercadoria e a do capital monetário. Nessa mesma passagem, ele diz (p. 188):

> "*The circulating capital consists* […] *of the provisions, materials, and finished work of all kinds that are in the hands of their respective dealers, and of the money that is necessary for circulating and distributing them etc.*"[y]

Na realidade, se observarmos com atenção, veremos que, aqui, ao contrário do que ocorria antes, o capital circulante volta a ser equiparado ao capital-mercadoria e ao capital monetário, ou seja, às duas formas do capital que não dizem respeito em absoluto ao processo de produção, que não são capital circulante (líquido) em oposição ao fixo, mas capital de circulação em oposição ao capital produtivo. Apenas *ao lado* dessas formas voltam a figurar os componentes do capital produtivo investidos em materiais (matérias-primas ou artigos semifabricados) e realmente incorporados no processo de produção. Diz ele:

> "[…] *The third and last of the three portions into which the general stock of the society naturally divides itself, is the circulating capital, of which die characteristic is, that it affords a revenue only by circulating or changing masters. This is composed likewise of four parts: first, of the money* […]."[z]

(Mas o dinheiro jamais é uma forma do capital produtivo, do capital que atua no processo de produção. Ele é sempre apenas uma das formas que o capital assume no interior de seu processo de circulação.)

> "*secondly, of the stock of provisions which are in the possession of the butcher, tile grazier, the farmer* […] *and from the sale of which they expect to derive a profit* […] *Fourthly and lastly, of the work which is made up and completed, but which is still in the hands of the merchant and manufacturer.*" […] "*thirdly, of the materials, whether altogether rude or more or less manufactured, of clothes, furniture, and building, which are not yet made up into any of those three shapes but which remain in the hands of the growers, the manufacturers, the mercers and drapers, the timbermerchants, the carpenters and joiners, the brickmakers etc.*"[aa]

Os números 2 e 4 não contêm mais do que produtos expulsos como tais do processo de produção e que têm de ser vendidos; numa palavra,

produtos que agora funcionam como mercadorias, ou melhor, como capital-mercadoria e que possuem, portanto, uma forma e ocupam um lugar no processo em que não podem ser elementos do capital produtivo, qualquer que seja seu destino final, isto é, não importando se sua finalidade (seu valor de uso) é a de servir ao consumo individual ou ao consumo produtivo. No número 2, esses produtos são gêneros alimentícios; no 4, são todos os demais produtos acabados, que, por sua vez, só podem consistir de meios de trabalho ou meios de fruição acabados (distintos dos gêneros alimentícios contidos no número 2).

O fato de que aqui Smith também nos fale do comerciante mostra sua confusão. O produto, assim que é vendido ao comerciante pelo produtor, deixa de constituir uma forma de seu capital. Socialmente considerado, ele continua a ser, decerto, capital-mercadoria, ainda que em outras mãos que não as de seu produtor; mas justamente por ser capital-mercadoria, ele não é nem capital fixo, nem capital líquido.

Em toda produção que não se dirija exclusivamente à satisfação das próprias necessidades imediatas, o produto deve circular como mercadoria, isto é, deve ser vendido, não para obter um lucro com a venda, mas para que o produtor possa simplesmente viver. Na produção capitalista, ocorre ainda que, com a venda da mercadoria, também se realiza o mais-valor nela incluído. O produto sai do processo de produção como mercadoria, e não é, portanto, nem um elemento fixo, nem um elemento líquido daquele.

Além disso, A. Smith contradiz, nesse ponto, a si mesmo. Os produtos acabados, quaisquer que sejam sua forma material ou seu valor de uso, seu efeito útil, são todos, aqui, capital-mercadoria, ou seja, capital sob uma forma que diz respeito ao processo de circulação. Por se encontrarem nessa forma, eles não constituem componentes do eventual capital produtivo de seu proprietário, o que absolutamente não impede que, uma vez vendidos, eles *se tornem*, nas mãos de seu comprador, componentes do capital produtivo, seja ele líquido ou fixo. Evidencia-se que as mesmas coisas que num momento aparecem no mercado como capital-mercadoria em oposição ao capital produtivo, tão logo sejam retiradas do mercado, podem funcionar ou não como componentes líquidos ou fixos do capital produtivo.

O produto do fiandeiro de algodão – o fio – é a forma-mercadoria de seu capital; é, para ele, capital-mercadoria. O fio não pode voltar a funcionar como componente de seu capital produtivo, seja como material de trabalho, seja como meio de trabalho. Mas nas mãos do tecelão que o compra, ele é incorporado a seu capital produtivo como um de seus componentes líquidos. Para o fiandeiro, porém, o fio é o suporte do valor de uma parte tanto de seu capital fixo como de seu capital líquido (abstraindo do mais-valor). Assim, uma máquina, como produto do fabricante de maquinaria, é a forma-mercadoria de seu capital; ela é, para ele, capital-mercadoria e, enquanto permanece sob essa forma, não é capital líquido nem fixo. Se é vendida a um fabricante que a emprega, ela se converte em elemento fixo de um capital produtivo. Mesmo quando o produto, segundo sua forma útil, pode voltar a ser integrado como meio de produção no processo do qual saiu, como ocorre, por exemplo, com o carvão na produção carbonífera, a parte do produto destinada precisamente à venda não representa capital fixo nem circulante, mas simplesmente capital-mercadoria.

Por outro lado, pode ocorrer que, dependendo de sua forma útil, o produto seja absolutamente inadequado para constituir qualquer elemento do capital produtivo, seja como material de trabalho, seja como meio de trabalho. É o que ocorre, por exemplo, com qualquer meio de subsistência. Não obstante, esse produto é capital-mercadoria para seu produtor, suporte tanto de capital fixo como de capital líquido; e é suporte de um ou de outro conforme o capital empregado em sua produção tenha de ser reposto total ou parcialmente, isto é, conforme tenha transferido seu valor ao produto em sua totalidade ou apenas parcialmente.

No número 3 figura o material bruto (matérias-primas, artigos semifabricados, materiais auxiliares), de um lado, não como um componente já incorporado ao capital produtivo, mas, na realidade, somente como um tipo especial de valores de uso, dos quais é composto o produto social em geral, a massa de mercadorias, além dos outros componentes materiais, meios de subsistência etc. presentes nos números 2 e 4. Por outro lado, esses produtos são considerados incorporados ao

capital produtivo e, portanto, também como elementos deste último em mãos do produtor. A confusão se mostra no fato de eles serem concebidos como produtos que funcionam, em parte, nas mãos dos produtores (*in the hands of the growers, the manufacturers* [nas mãos dos agricultores, fabricantes etc.] etc.) e, em parte, nas mãos de comerciantes (*mercers, drapers, timber-merchants* [dos comerciantes de seda e tecidos, dos comerciantes de madeira]), em que são simples capital-mercadoria, e não componentes do capital produtivo.

Na realidade, A. Smith, ao enumerar os elementos do capital circulante, esquece por completo a distinção entre o capital fixo e o capital líquido, que só é válida em relação ao capital produtivo. Ele contrapõe o capital-mercadoria e o capital monetário, isto é, as duas formas do capital pertencentes ao processo de circulação, ao capital produtivo, e o faz, além disso, apenas de modo inconsciente.

Por último, é digno de nota que A. Smith, ao enumerar os componentes do capital circulante, esqueça-se da força de trabalho. E isso ocorre por dois motivos.

Acabamos de ver que, abstraindo do capital monetário, o capital circulante é apenas outro nome para o capital-mercadoria. Mas enquanto a força de trabalho circula no mercado, ela não é capital, não constitui qualquer forma de capital-mercadoria. Não é capital em absoluto; o trabalhador não é capitalista, embora leve uma mercadoria ao mercado – mais especificamente, sua própria pele. É somente depois de ter sido vendida, incorporada ao processo de produção – portanto, quando deixou de circular como mercadoria –, que a força de trabalho se transforma em componente do capital produtivo, em capital variável como fonte do mais-valor, componente fluido do capital produtivo em relação à rotação do valor de capital nela investido. E como Smith confunde aqui o capital líquido com o capital-mercadoria, ele não pode incluir a força de trabalho na categoria de capital circulante. Por isso, o capital variável aparece sob a forma de mercadorias que o trabalhador compra com seu salário, isto é, sob a forma de meios de subsistência. É sob essa forma que o valor de capital investido em salários figura como capital circulante. Mas o que se

incorpora ao processo de produção é à força de trabalho, o próprio trabalhador, e não os meios de subsistência com que o trabalhador se mantém. Com efeito, vimos anteriormente (Livro I, cap. 21) que, socialmente considerada, a reprodução do próprio trabalhador por meio de seu consumo individual também integra o processo de reprodução do capital social. Mas isso não vale para o processo de produção individual, encerrado em si mesmo, que aqui examinamos. Já as *acquired and useful abilities* [habilidades adquiridas e úteis] (p. 187), que A. Smith enumera sob a rubrica do capital fixo, constituem, pelo contrário, componentes do capital líquido sempre que sejam *abilities* do trabalhador assalariado e que este tenha vendido seu trabalho com as *abilities* nele incluídas.

Smith comete um grande erro ao dividir toda a riqueza social em: 1) fundo imediato de consumo, 2) capital fixo e 3) capital circulante. De acordo com o que se demonstrou, a riqueza deveria estar dividida em: 1) fundo de consumo, que não constitui parte alguma do capital social em funcionamento, embora partes dele *possam* funcionar constantemente como capital, e 2) capital. Uma parte da riqueza funcionaria, desse modo, como capital, e a outra como não-capital ou fundo de consumo. E para todo capital se apresenta a inelutável necessidade de ser fixo ou líquido, algo como a necessidade natural que faz com que o mamífero tenha de ser macho ou fêmea. Mas vimos que a oposição entre fixo e líquido só é aplicável aos elementos do capital *produtivo*, e que ao lado deste há ainda uma quantidade considerável de capital – o capital-mercadoria e o capital monetário – que assume uma forma sob a qual ele *não pode ser* nem fixo, nem líquido.

Como, excetuando-se a parte dos produtos que cada produtor capitalista volta a utilizar diretamente em forma natural, sem efetuar qualquer venda ou compra, como meios de produção, toda a massa da produção social – sobre a base do sistema capitalista – circula no mercado como capital-mercadoria, é evidente que do capital-mercadoria são subtraídos tanto os elementos fixos e líquidos do capital produtivo como todos os elementos do fundo de consumo, o que, na realidade, significa apenas que, sobre a base da produção capitalista, tanto os meios de produção quanto os meios de

consumo só aparecem como capital-mercadoria quando também se destinam a servir, mais tarde, como meios de consumo ou de produção; do mesmo modo como a própria força de trabalho aparece no mercado como mercadoria, ainda que não como capital-mercadoria.

Daí a nova confusão em que incorre A. Smith. Diz ele:

> "*Of these four parts*"[ab]

(do *circulating capital*, isto é, do capital em suas formas de capital-mercadoria e capital monetário – que integram o processo de circulação –, duas partes que se transformam em quatro no momento em que Smith volta a distinguir materialmente[ac] os componentes do capital-mercadoria)

> "*three – provisions, materials, and finished work, are either annually or in a longer or shorter period, regularly withdrawn from it, and placed either in the fixed capital, or in the stock reserved for immediate consumption. Every fixed capital is both originally derived from, and requires to be continually supported by, a circulating capital. All useful machines and instruments of trade are originally derived from a circulating capital, which furnishes the materials of which they are made and the maintenance of the workmen who make them. They require, too, a capital of the same kind to keep them in constant repair.*"[ad] (p. 188)

Excetuando-se sempre a parte do produto diretamente consumida como meios de produção por seus produtores, vale para a produção capitalista a tese geral: todos os produtos chegam ao mercado como mercadorias e, assim, circulam para o capitalista como a forma-mercadoria de seu capital, como capital-mercadoria, não importando se tais produtos, por sua forma natural, por seu valor de uso, devem ou podem funcionar como elementos do capital produtivo (do processo de produção) e, portanto, como elementos fixos ou circulantes deste último, ou se só podem servir como meios do consumo individual, e não do consumo produtivo. Todos os produtos são lançados no mercado como mercadorias; por isso, todos os meios de produção e de consumo, todos os elementos do consumo produtivo e individual têm de ser novamente retirados do mercado como mercadorias, por meio da venda. Essa trivialidade (*truism* [truísmo]) está naturalmente correta. Isso vale, pois, tanto para os elementos fixos como para os elementos líquidos do capital produtivo; tanto para os meios de

trabalho como para o material de trabalho em todas as suas formas. (Nisso não se pode esquecer que há elementos do capital produtivo que existem por natureza e, portanto, não são produtos.) A máquina é, de fato, comprada no mercado, assim como o algodão. Mas disso não se segue em absoluto – segue-se apenas da confusão smithiana do capital de circulação com o capital circulante ou líquido, isto é, não fixo – que todo capital fixo provenha originalmente de um capital líquido. Além disso, Smith contradiz a si mesmo. Ele mesmo afirma que as máquinas formam a parte número 4 do capital circulante. Que elas provenham do capital circulante significa apenas, portanto, que funcionavam como capital-mercadoria antes de funcionarem como máquinas, mas que, materialmente, provêm de si mesmas, do mesmo modo como o algodão, na qualidade de elemento circulante do capital do fabricante de fio, provém do algodão posto à venda no mercado. Mas se A. Smith, dando continuidade à sua exposição, deriva o capital fixo do capital líquido pelo fato de que trabalho e matérias-primas são necessários para se fabricar máquinas, podemos responder que, para fabricar máquinas, também se carecem de meios de trabalho, ou seja, de capital fixo, do mesmo modo como, para produzir matérias-primas, necessita-se de capital fixo, maquinaria etc., uma vez que o capital produtivo inclui sempre meios de trabalho, ainda que nem sempre material de trabalho. O próprio A. Smith diz, na sequência:

> "*Lands, mines, and fisheries, require all both a fixed and circulating capital to cultivate them*"[ae]

(ele admite, portanto, que, para a produção de matérias-primas é necessário não só capital líquido, mas também capital fixo)

> "*and*" (novo erro!) "*their produce replaces with a profit, not only those capitals, but* all the others in society."[af] (p. 188)

Isso está totalmente errado. Seu produto fornece as matérias-primas, os materiais auxiliares etc. para todos os demais ramos da indústria. Mas seu valor não repõe o valor de todos os demais capitais sociais, e sim apenas seu próprio valor de capital (+ o mais-valor). Aqui voltam a aparecer, em

A. Smith, reminiscências dos fisiocratas.

De um ponto de vista social, é correto dizer que a parte do capital-mercadoria formada por produtos que só podem servir como meios de trabalho acaba funcionando, mais cedo ou mais tarde – se não se produz de modo inútil, se não é invendável – como meio de trabalho; ou seja, com base na produção capitalista, esses produtos, quando deixam de ser mercadorias, têm de se converter, mais cedo ou mais tarde, de elementos potenciais em elementos reais da parte fixa do capital produtivo social.

Aqui se encontra uma distinção que decorre da forma natural do produto.

Uma máquina de fiar, por exemplo, não tem valor se não é utilizada para fiar, ou seja, se não funciona como elemento de produção e, portanto, do ponto de vista capitalista, não funciona como componente fixo de um capital produtivo. Mas a máquina de fiar é móvel. Ela pode ser exportada do país no qual foi produzida e ser direta ou indiretamente vendida no estrangeiro, seja em troca de matérias-primas etc. ou de champanhe. No país em que foi produzida, portanto, ela funcionou apenas como capital-mercadoria, mas nunca, nem mesmo depois de sua venda, como capital fixo.

Ao contrário, os produtos vinculados ao solo e que, portanto, só podem ser utilizados numa determinada localidade – por exemplo, edifícios fabris, ferrovias, pontes, túneis, docas etc., melhoramentos do solo etc. – não podem ser exportados corporalmente, em carne e osso. Não são móveis. Ou são inúteis ou tão logo sejam vendidos precisam de funcionar como capital fixo no país em que são produzidos. Para o seu produtor capitalista, que especula com a construção de fábricas ou melhorias do solo para depois vendê-los, essas coisas são a forma de seu capital-mercadoria, ou seja, segundo A. Smith, a forma do capital circulante. Porém, consideradas socialmente, essas coisas – se não são inúteis – têm de acabar funcionando no próprio país, como capital fixo, num processo de produção fixado por sua própria localidade; do que não se segue, de modo algum, que coisas imóveis sejam, como tais, capital fixo, pois elas podem, como ocorre com as moradias etc., fazer parte do fundo de consumo e, portanto, não pertencer em absoluto ao capital social, ainda que sejam um elemento da riqueza

social, de que o capital é apenas uma parte. O produtor dessas coisas, para nos expressarmos em termos smithianos, obtém um lucro com sua venda. Elas são, pois, capital circulante! Aquele que as emprega de um modo útil, seu comprador definitivo, só pode utilizá-las quando as emprega no processo de produção. São, portanto, capital fixo!

Títulos de propriedade, por exemplo, de uma ferrovia, podem mudar diariamente de mãos, e seus donos podem obter um lucro com a venda desses títulos mesmo no exterior – de modo que o título de propriedade é exportável, mas não a ferrovia. Não obstante, essas coisas, no país onde estão localizadas, têm ou de permanecer inutilizadas ou de funcionar como elementos fixos de um capital produtivo. Do mesmo modo, o fabricante *A* pode obter um lucro com a venda de sua fábrica ao fabricante *B*, o que, no entanto, não impede que a fábrica continue a funcionar como capital fixo.

Portanto, do fato de que os meios de trabalho fixados numa determinada localidade e inseparáveis do solo – ainda que possam funcionar para seu produtor como capital-mercadoria e não constituam elementos de *seu* capital fixo (que, para ele, é formado dos meios de trabalho de que necessita para a construção de edifícios, ferrovias etc.) – tenham necessariamente de funcionar como capital fixo no interior de seu próprio país não se segue, inversamente, que o capital fixo consista necessariamente de coisas imóveis. Um navio e uma locomotiva, por exemplo, atuam apenas por meio de seu deslocamento e, no entanto, funcionam não para seus produtores, mas para aqueles que os empregam como capital fixo. Por outro lado, as coisas que se encontram realmente fixadas ao processo de produção, que vivem e morrem nele e que, uma vez nele incorporadas, jamais o abandonam, são componentes líquidos do capital produtivo. Por exemplo, o carvão consumido para mover as máquinas no processo de produção, o gás utilizado na iluminação da fábrica etc. são líquidos não porque abandonam fisicamente o processo de produção juntamente com o produto e circulam como mercadorias, mas porque seu valor se incorpora integralmente ao valor da mercadoria que ajudam a produzir e, portanto, também tem de ser integralmente reposto por meio da venda da mercadoria.

Na última passagem de A. Smith aqui citada, deve-se destacar, ainda, a

frase:

> “*A circulating capital which furnishes* […] *the maintenance of the workmen who make them*” (as máquinas etc.).[ag]

Nos fisiocratas, a parte do capital investida em salários figura corretamente entre os *avances annuelles*, em oposição aos *avances primitives*. Por outro lado, incluem entre os componentes do capital produtivo empregado pelo arrendatário da terra não a força de trabalho mesma, mas os meios de vida fornecidos aos trabalhadores agrícolas (*the maintenance of the workmen* [a manutenção do trabalhador], como diz A. Smith). Isso se relaciona diretamente com sua doutrina específica. A parte de valor que o trabalho acrescenta ao produto (exatamente como a parte de valor que acrescentam ao produto as matérias-primas, os instrumentos de trabalho etc., em suma, os componentes materiais do capital constante) é, para os fisiocratas, igual ao valor dos meios de subsistência fornecidos aos trabalhadores e que estes têm necessariamente de consumir para conservar sua função como força de trabalho. Descobrir a diferença entre o capital constante e o capital variável lhes é vedado por sua própria doutrina. Se é o trabalho que produz o mais-valor (além da reprodução de seu próprio preço), ele o faz tanto na indústria como na agricultura. Mas como, de acordo com o sistema fisiocrata, ele só o produz num ramo de produção, na agricultura, conclui-se que o mais-valor deriva não do trabalho, mas da ação (colaboração) especial da natureza nesse ramo determinado. E é apenas por isso que os fisiocratas chamam o trabalho agrícola de trabalho produtivo, em contraste com os demais tipos de trabalho.

A. Smith define os meios de subsistência dos trabalhadores como capital circulante, em oposição ao capital fixo:

1. porque ele confunde o capital circulante em oposição ao capital fixo com as formas do capital pertencentes à esfera da circulação, com o capital de circulação; confusão que os economistas posteriores herdaram de modo acrítico. Ele confunde, por isso, o capital-mercadoria com o componente líquido do capital produtivo e, nesse

caso, é evidente que onde quer que o produto social assuma a forma da mercadoria, os meios de subsistência dos trabalhadores, assim como os dos não trabalhadores, tanto os materiais como os próprios meios de trabalho terão de ser fornecidos necessariamente a partir do capital-mercadoria.

2. Mas em A. Smith encontra-se também a noção fisiocrata, embora esta contradiga a parte esotérica – realmente científica – de sua própria argumentação.

O capital desembolsado é, em geral, convertido em capital produtivo, isto é, assume a forma de elementos de produção que são eles mesmos produto de um trabalho anterior (entre eles, a força de trabalho). Apenas sob essa forma ele pode funcionar no interior do processo de produção. Ora, se em vez da força de trabalho em que se converteu a parte variável do capital tomamos os meios de subsistência do trabalhador, é evidente que esses meios de subsistência não se diferenciam, como tais, no que diz respeito à formação do valor, dos outros elementos do capital produtivo, das matérias-primas e dos meios de subsistência do gado de trabalho, o que possibilita que A. Smith, numa das passagens anteriormente citadas, situe-os no mesmo nível, tal como faziam os fisiocratas. Os meios de subsistência não podem, por si mesmos, valorizar seu valor ou adicionar-lhe mais-valor. Seu valor, como o dos demais elementos do capital produtivo, pode apenas reaparecer no valor do produto. Os meios de subsistência não podem lhe adicionar mais valor do que o que eles mesmos têm. Tal como matérias-primas, artigos semifabricados etc., eles só se distinguem do capital fixo constituído de meios de trabalho pelo fato de que (ao menos para o capitalista que os paga) aqueles são integralmente consumidos no produto para cuja criação contribuem e, por isso, seu valor deve ser integralmente reposto, o que, no caso do capital fixo, ocorre apenas gradualmente, de modo fragmentado. Aqui, a parte do capital produtivo investida em força de trabalho (ou meios de subsistência do trabalhador) só se distingue dos demais elementos materiais do capital produtivo materialmente, e não com relação ao processo de trabalho e de valorização. Ela só se distingue

porque, com uma parte dos fatores objetivos que formam o produto (*materials*, diz A. Smith, em termos gerais), integra a categoria do capital circulante, em oposição a outra parte desses fatores objetivos, que integra a categoria do capital fixo.

Que a parte do capital investida em salários pertença à parte líquida do capital produtivo e que, diferentemente do componente fixo do capital produtivo, compartilhe dessa qualidade líquida com uma parte dos elementos materiais criadores do produto, as matérias-primas etc., é algo que não tem absolutamente nenhuma relação com o papel que essa parte variável, em oposição à parte constante, desempenha no processo de valorização. Isso se relaciona apenas com o fato de que essa parte do valor de capital desembolsado tem de repor-se, renovar-se e, portanto, reproduzir-se com base no valor do produto, por meio da circulação. A compra e recompra da força de trabalho é parte do processo de circulação. Mas é somente no interior do processo de produção que o valor investido em força de trabalho se converte (não para o trabalhador, mas para o capitalista) de uma grandeza determinada, constante, numa grandeza variável e, assim, permite que o valor desembolsado se converta também em valor de capital, em capital, valor que se valoriza. Porém, no momento em que, como o faz A. Smith, apresenta-se como parte circulante do capital produtivo não o valor investido em força de trabalho, mas o investido nos meios de subsistência do trabalhador, impossibilita-se a compreensão da diferença entre o capital variável e o constante e, portanto, do processo da produção capitalista em geral. A determinação dessa parte do capital como capital variável em oposição ao capital constante investido nos fatores objetivos de criação do produto permanece soterrada sob a determinação de que a parte do capital investida em força de trabalho pertence, no que diz respeito à rotação, à parte líquida do capital produtivo. O soterramento é consumado quando, no lugar da força de trabalho, os meios de subsistência do trabalhador são designados como elemento do capital produtivo. É indiferente se o valor da força de trabalho é desembolsado em dinheiro ou diretamente, em meios de subsistência, ainda que, no âmbito da produção capitalista, esta última forma de desembolso não possa ser mais

que uma exceção[2].

Ao considerar a definição de capital circulante como decisiva para o valor de capital investido em força de trabalho – essa definição fisiocrata, mas sem o pressuposto dos fisiocratas –, Smith acabou bloqueando a seus sucessores o caminho para a compreensão de que a parte do capital investida em força de trabalho é capital variável. O que triunfou não foram os raciocínios mais profundos e corretos que ele desenvolveu em outras partes de sua obra, mas justamente esse conjunto de equívocos. De fato, alguns economistas posteriores foram ainda além. Não só fizeram da condição de ser capital circulante – em oposição ao fixo – a determinação decisiva da parte do capital investida em força de trabalho como fizeram da condição de ser investido em meios de subsistência para os trabalhadores a determinação essencial do capital circulante. A isso se vincula, naturalmente, a doutrina de que o fundo de trabalho, sendo formado pelos meios de subsistência, possui uma dada grandeza, que, por um lado, traça os limites físicos da participação dos trabalhadores no produto social, mas, por outro, precisa ser integralmente gasto na compra de força de trabalho[ah].

---

[a] Adiantamentos originais e adiantamentos anuais. (N. T.)

[1] Ver Quesnay, "Analyse du Tableau Économique", *Physiocrates*, E. Daire (org.), parte I, Paris, 1846. Lá encontramos, por exemplo, a afirmação: "*Les avances annuelles consistent dans les dépenses qui se font annuellement pour le travail de la culture; ces avances doivent être distinguées des avances primitives, qui forment la fonds de l'établissement de la culture*" [Os desembolsos anuais consistem em gastos realizados anualmente para os trabalhos agrícolas; tais desembolsos têm de ser distinguidos dos desembolsos originais, que representam os fundos para a organização da agricultura] ([Quesnay, "Analyse du Tableau Économique", *Physiocrates*, parte I, Paris, 1846,] p. 59). Entre os fisiocratas posteriores, os *avances* são repetidamente designados como *capital*: "*capital ou avances*" (Dupont de Nemours, "Maximes du Docteur Quesnay, ou résumé de ses principes d'économie sociale" (1767), em: E. Daire, *Physiocrates*, cit., parte I, p. 391); ver, ainda, Le Trosne: "*Au moyen de la durée plus ou moins grande des ouvrages de main d'œuvre, une nation possède un fonds considérable de richesses, indépendant de sa reproduction annuelle, qui forme un capital accumulé de longue main, et originairement payé avec des productions, qui s'entretient et s'augmente toujours*" [Como consequência da vida mais longa ou mais curta dos produtos do trabalho, uma nação possui um estoque considerável de riquezas independentes de sua reprodução anual, estoque que representa um *capital* acumulado desde longa data e que, pago originalmente com produtos, conserva-se e aumenta constantemente] ([Le Trosne, "De l'intérêt social", *Physiocrates*, org.] Daire, II, p. 928, 929). Turgot já emprega a palavra *capital* de um modo

mais regular, no lugar de *avances*, e identifica ainda mais os *avances* dos *manufacturiers* [fabricantes] com os dos arrendatários (Turgot, *Réflexions sur la formation et la distribution des richesses*, 1766). [K. M.]

[b] "Há duas maneiras diferentes de se empregar o capital para que ele renda ao investidor um ganho ou lucro." (N. T.)

[c] "Primeiro, ele pode ser empregado para criar, fabricar ou comprar bens para depois vendê-los com um lucro." (N. T.)

[d] "O capital empregado dessa maneira não gera qualquer renda ou lucro para seu investidor enquanto permanece em sua posse ou conserva a mesma forma." (N. T.)

[e] "Os bens do comerciante não lhe geram nenhuma renda ou lucro até que ele os venda por dinheiro, e o próprio dinheiro não lhe tem serventia até ser novamente trocado por outros bens. Seu capital sai constantemente de suas mãos numa forma e retorna em outra, e é somente por meio de uma tal circulação ou trocas sucessivas que ele pode lhe render algum lucro. Essa é a razão pela qual esses capitais podem ser propriamente chamados de capitais circulantes." (N. T.)

[f] "O capital de um comerciante é um capital inteiramente circulante." (N. T.)

[g] "Em segundo lugar, ele" […] "pode ser empregado na melhoria da terra, na compra de máquinas e instrumentos de trabalho úteis, ou em outras coisas que gerem uma renda ou um lucro sem a necessidade de trocar de dono ou de uma circulação ulterior. Esses capitais podem, portanto, ser propriamente chamados de capitais fixos. Diferentes ocupações requerem diferentes proporções entre os capitais fixos e circulantes nelas empregadas […]. Uma parte do capital de qualquer mestre artesão ou fabricante tem de ser investida nos instrumentos de seu ofício. Essa parte, no entanto, é muito pequena em alguns ofícios, e muito grande em outros […]. A maior parte do capital de todos esses mestres artesãos" […], "no entanto, circula ou nos salários de seus trabalhadores ou no preço de seus materiais, e são recuperados com um lucro embutido no preço do artigo." (N. T.)

[h] "Da qual seu produtor se separa, que muda de dono, que continua a circular." (N. T.)

[i] "Existem duas maneiras diferentes de empregar o capital de modo que este último renda ao investidor uma renda ou lucro." (N. T.)

[j] "Ocupações distintas requerem proporções muito distintas entre os capitais fixo e circulante nelas empregados." (N. T.)

[k] "Recuperados com um lucro embutido no preço do artigo." (N. T.)

[l] "Algumas partes do capital devem ser incorporadas nos instrumentos de trabalho." (N. T.)

[m] "Instrumentos de trabalho […] ou outras coisas que gerem uma renda ou um lucro sem a necessidade de trocar de dono ou de uma circulação ulterior. Esses capitais podem, portanto, ser propriamente chamados de capitais fixos." (N. T.)

[n] "Separando-se dele, mudando o seu dono ou pondo-o em circulação." (N. T.)

[o] "O capital empregado desse modo não gera qualquer ganho ou lucro a seu investidor enquanto permanece em sua posse ou conserva a mesma forma." (N. T.)

[p] "Se isso" (o capital) "é empregado na busca de lucro futuro, ele tem de buscar esse lucro permanecendo com ele" (o investidor) "ou separando-se dele. Num caso, ele é capital fixo; no outro, circulante." (N. T.)

[q] "Nenhum capital pode gerar ganho algum a não ser por meio de um capital circulante. Os mais úteis instrumentos de trabalho e máquinas não produzirão nada sem o capital circulante que lhes provê os materiais a serem trabalhados e a manutenção dos trabalhadores que os empregam." (N. T.)

[r] “A parte do capital do arrendatário empregada em implementos agrícolas é capital fixo, e a parte empregada nos salários e na manutenção de seus empregados é capital circulante.” (N. T.)

[s] “Ele obtém um lucro, com o primeiro, mantendo-o em seu poder e, com o segundo, quando dele se separa. O valor ou preço de seu gado de trabalho é um capital fixo.” (N. T.)

[t] “do mesmo modo como os instrumentos agrícolas; sua manutenção” […] “é um capital circulante tanto quanto a manutenção dos servos agrícolas. O arrendatário obtém seu lucro mantendo consigo seu gado de trabalho e separando-se de sua manutenção.” (N. T.)

[u] “Tanto o preço como a manutenção do gado que é comprado e engordado não para o trabalho mas para a venda é um capital circulante. O fazendeiro obtém seu lucro ao separar-se dele.” (N. T.)

[v] “O valor inteiro da semente é também um capital fixo. Embora venha e vá entre o solo e o celeiro, ela jamais muda de dono e, portanto, não circula propriamente. O arrendatário não obtém seu lucro vendendo a semente, mas aumentando-a.” (N. T.)

[w] Na ed. bras., Livro I, p. 280. (N. T.)

[x] “possa gerar uma renda para seu proprietário e, portanto, servir-lhe *como capital*, ela não pode gerar renda alguma para o público, nem servir-lhe como capital, assim como tampouco pode aumentar o mínimo que seja a renda da totalidade do povo.” (N. T.)

[y] “O capital circulante consiste […] de provisões, materiais e produtos acabados de todo tipo, que se encontram nas mãos de seus respectivos comerciantes, e do dinheiro necessário para colocá-los em circulação e distribuí-los etc.” (N. T.)

[z] “[…] A terceira e última dessas três porções em que o estoque geral da sociedade naturalmente se divide é o capital circulante, cuja característica é de que ele só gera um ganho quando circula ou troca de dono. Ele é composto de quatro partes: primeiramente, do dinheiro […].” (N. T.)

[aa] “em segundo lugar, do estoque de provisões que estão em posse do açougueiro, do criador de gado, do arrendatário […] e da venda daquilo de que eles esperam obter um lucro […]. Em quarto e último lugar, do artigo que é produzido e acabado, mas que permanece nas mãos do comerciante e do fabricante. […] em terceiro lugar, dos materiais, brutos ou mais ou menos trabalhados, utilizados na produção de roupas, móveis e construções, que ainda não foram plenamente convertidos numa dessas três formas, mas ainda se encontram nas mãos dos agricultores, dos fabricantes, dos comerciantes de seda e tecidos, dos comerciantes de madeira, dos carpinteiros, dos oleiros etc.” (N. T.)

[ab] “Dessas quatro partes.” (N. T.)

[ac] No manuscrito de Marx (II, p. 66), intercala-se aqui: “de acordo com seu valor de uso ou sua forma natural”. (N. T.)

[ad] “três – provisões, materiais e artigos acabados são, anualmente ou num período mais longo ou mais curto, regularmente retirados dele e lançados seja no capital fixo, seja no estoque reservado para consumo imediato. Todo capital fixo provém originalmente de um capital circulante e tem de ser continuamente conservado por ele. Todas as máquinas e instrumentos de trabalho úteis provêm originalmente de um capital circulante, que fornece os materiais dos quais eles são feitos e a manutenção dos trabalhadores que as fazem. Eles requerem também um capital do mesmo tipo para mantê-los em constante reparo.” (N. T.)

[ae] “Terras, minas e pesqueiras requerem tanto um capital fixo quanto um capital circulante para serem cultivadas.” (N. T.)

[af] “e” […] “seu produto repõe com um lucro não apenas aqueles capitais, mas *todos os outros capitais na sociedade*.” (N. T.)

[ag] “Um capital circulante que fornece […] o alimento do operário que as fabrica.” (N. T.)

[2] O quanto A. Smith bloqueou seu próprio caminho a uma compreensão do papel da força de trabalho no processo de valorização fica provado na seguinte frase, que, ao modo dos fisiocratas, equipara o trabalho dos trabalhadores ao trabalho do gado: "*Not only his*" (*the farmer's*) "*labouring servants but his labouring cattle are productive labourers*" [Não apenas seus (do arrendatário) empregados rurais, mas também seu gado de trabalho são trabalhadores produtivos] (Adam Smith, *Wealth of Nations*, Livro II, cit., cap. 5, p. 243). [K. M.]

[ah] A teoria do fundo salarial ou do fundo de trabalho desempenhou um grande papel na economia clássica. Desde Turgot, pensava-se que o nível do salário era determinado pela relação entre a grandeza relativamente fixa do "fundo de salário" em cada caso e o número de trabalhadores à procura de ocupação. Em 1831, em seu escrito *An Essay on the Distribution of Wealth, and in the Sources of Taxation*, Richard Jones apresentou uma série de objeções a essa teoria, e John Stuart Mill rejeitou-a por completo na sétima edição de seu *Principles of Political Economy*. Depois disso, a teoria do fundo salarial perdeu rapidamente sua importância. Marx ocupou-se com essa questão em vários momentos de sua obra, por exemplo, em sua conferência "Valor, preço e lucro", de 1865, e em duas passagens mais longas no Livro I de *O capital* (cf. Livro I, p. 299-302 e 684-7). (N. E. A.)

# Capítulo 11

## Teorias sobre o capital fixo e circulante. Ricardo

Ricardo trata da diferença entre capital fixo e circulante apenas para expor as exceções à norma do valor – mais precisamente, aqueles casos em que a taxa do salário repercute sobre os preços. Voltaremos a essa questão no Livro III.

Mas a falta originária de clareza revela-se desde o primeiro momento nessa indiferente equiparação:

> "Essa diferença no grau de durabilidade do capital fixo e essa variedade nas proporções em que os dois tipos de capital podem ser combinados."[1]

Se perguntamos quais são os dois tipos de capital, a resposta é:

> "Também as proporções em que o capital sustenta o trabalho e é investido em ferramentas, maquinaria e edifícios podem ser combinadas de diversos modos."[2]

Portanto, capital fixo = meios de trabalho, e capital circulante = capital investido em trabalho. Capital que deve sustentar o trabalho é já uma expressão absurda, herdada de A. Smith. O capital circulante é aqui, por um lado, situado com o capital variável, isto é, com a parte do capital produtivo investida em trabalho. Por outro lado, porém, porque a oposição não deriva do processo de valorização – capital constante e variável –, mas do processo de circulação (a velha confusão smithiana), obtêm-se definições duplamente falsas.

Primeiramente, equiparam-se as diferenças quanto ao grau de durabilidade do capital fixo e quanto à composição do capital constante e variável. Esta última diferença determina, porém, a diferença na produção do mais-valor; já a primeira, ao contrário, quando se considera o processo

de valorização, não se refere ao modo como um dado valor é transferido do meio de produção ao produto: quando se considera o processo de circulação, ela diz respeito apenas ao período de renovação do capital investido, ou, visto de outro modo, ao tempo para o qual ele foi desembolsado. Se, em vez de analisarmos o funcionamento interno do processo capitalista de produção, situamo-nos do ponto de vista dos fenômenos acabados, essas diferenças, de fato, coincidem. Na distribuição do mais-valor social entre os vários capitais investidos em diferentes ramos da indústria, as diferenças nos diversos períodos para os quais o capital é desembolsado (por exemplo, os vários graus de durabilidade do capital fixo) e as inúmeras composições orgânicas do capital (e, portanto, também a diferente circulação do capital constante e variável) contribuem igualmente para uma equalização da taxa geral de lucro e para a conversão dos valores em preços de produção.

Em segundo lugar, do ponto de vista do processo de circulação situam-se, de um lado, os meios de trabalho – o capital fixo – e, de outro, o material de trabalho e o salário – o capital líquido. Já do ponto de vista do processo de trabalho e de valorização encontram-se, de um lado, os meios de produção (meios e material de trabalho), o capital constante, e, de outro, a força de trabalho, o capital variável. Para a composição orgânica (Livro I, cap. 23, 2, p. 647[a]) do capital é absolutamente indiferente se uma dada quantidade de valor de capital constante consiste em muitos meios de trabalho e pouco material de trabalho ou de muito material de trabalho e poucos meios de trabalho, ao passo que tudo depende da proporção entre o capital investido em meios de produção e aquele investido em força de trabalho. E inversamente: do ponto de vista do processo de circulação, da diferença entre o capital fixo e circulante, é igualmente indiferente em que proporções uma dada quantidade de valor de capital circulante se distribui em material de trabalho e salários. Visto por um lado, o material de trabalho integra a mesma categoria dos meios de trabalho, em oposição ao valor de capital investido em força de trabalho. Por outro lado, a parte do capital investida em força de trabalho integra a mesma categoria do material de trabalho, em oposição à parte do capital investida em meios de

trabalho.

Por essa razão, em Ricardo a parte do valor do capital investida em material de trabalho (matérias-primas e materiais auxiliares) não se encontra em nenhum dos lados. Ela desaparece completamente: não pode ser situada do lado do capital fixo porque seu modo de circulação coincide inteiramente com o da parte do capital investida em força de trabalho. E tampouco pode ser colocada do lado do capital circulante, porque, com isso, a identificação da oposição entre capital fixo e circulante com aquela entre capital constante e variável – identificação realizada por A. Smith e tacitamente mantida – aboliria a si mesma. Ricardo tem instinto lógico suficiente para perceber isso, razão pela qual essa parte do capital desaparece inteiramente de sua visão.

Cabe notar que o capitalista, segundo a linguagem própria da economia política, adianta o capital investido em salários em prazos distintos, de acordo com a periodicidade do pagamento dos salários, por exemplo, semanal, mensal ou trimestral. Na realidade, a coisa se dá do modo contrário. O trabalhador adianta seu trabalho ao capitalista em uma semana, um mês, três meses, segundo a periodicidade semanal, mensal ou trimestral em que ele é pago. Se o capitalista *comprasse* a força de trabalho, em vez de pagá-la, ou seja, se pagasse adiantadamente o salário ao trabalhador pelo período de um dia, uma semana, um mês ou três meses, poder-se-ia, nesse caso, falar de um adiantamento para esses períodos. Mas como ele paga depois de o trabalho *ter durado* dias, semanas, meses, em vez de comprá-lo e de pagar pelo período que ele *deve durar*, então isso tudo não é mais do que um quiproquó capitalista, e o adiantamento que o trabalhador dá ao capitalista em trabalho converte-se num adiantamento que o capitalista dá ao trabalhador em dinheiro. E a questão não se altera em nada pelo fato de que o capitalista só recupere da circulação ou só realize o produto mesmo ou seu valor – segundo a duração necessária para sua produção ou para sua circulação – em prazos de maior ou menor duração (com o mais-valor nele incorporado). Ao vendedor é absolutamente indiferente o que o comprador de uma mercadoria pretenda fazer com ela. O capitalista não obtém uma máquina por um preço mais barato pelo fato de

ter de desembolsar seu valor inteiro de uma só vez, ao passo que esse mesmo valor só reflui da circulação para ele de modo gradual e fragmentado; nem paga mais caro pelo algodão pelo fato de seu valor ser integralmente incorporado ao valor do produto elaborado a partir dele e, assim, ser reposto em sua totalidade e de uma só vez mediante a venda do produto.

Voltemos a Ricardo.

1. O capital variável se caracteriza pelo fato de que uma parte determinada, dada (portanto, constante como tal) do capital, uma dada quantia de valor (uma quantia, suponhamos, igual ao valor da força de trabalho, embora seja aqui indiferente se o salário é igual, maior ou menor que o valor da força de trabalho) é trocada por uma força que se valoriza, que cria valor – a força de trabalho, que não apenas reproduz seu valor pago pelo capitalista, mas produz, ao mesmo tempo, um mais-valor, um valor que não existia anteriormente e que não foi pago com equivalente algum. Essa qualidade característica da parte do capital investido no salário, a qual, como capital variável, o diferencia *toto coelo* [diametralmente] do capital constante, desaparece assim que a parte do capital investida no salário é considerada meramente do ponto de vista do processo de circulação e, assim, aparece como capital circulante diante do capital fixo investido em meios de produção. Isso resulta, desde já, do fato de que essa parte do capital investida em salário é enquadrada numa dada rubrica – a do capital circulante – com o componente do capital constante investido em material de trabalho e em oposição ao outro componente do capital constante, a parte investida em meios de trabalho. Abstrai-se inteiramente do mais-valor, ou seja, justamente da circunstância de que a quantia de valor investida é transformada em capital. Do mesmo modo, abstrai-se do fato de que a parte de valor que o capital investido em salário acrescenta ao produto é produzida de novo (e, portanto, é também realmente reproduzida), ao passo que a parte de valor que a matéria-prima adiciona ao produto não é produzida de novo, não é reproduzida realmente, mas apenas

conservada no valor do produto, limitando-se, portanto, a reaparecer como componente do valor do produto. A diferença, tal como ela agora se apresenta do ponto de vista da distinção entre capital circulante e capital fixo repousa simplesmente sobre o fato de que o valor dos meios de trabalho empregados para produzir uma mercadoria só se incorpora parcialmente ao valor desta última, razão pela qual só se repõe também parcialmente mediante a venda da mercadoria, ou seja, só se repõe de um modo gradual e fragmentado. Por sua vez, o valor dos meios de trabalho empregados na produção de uma mercadoria só se incorpora parcialmente, enquanto o das matérias-primas etc. se incorpora integralmente à mercadoria e, portanto, repõe-se totalmente mediante a venda daquele. A diferença consiste apenas, agora, em saber se a transferência de valor e, portanto, a reposição do valor se realizam gradual e fragmentariamente ou em bloco, de uma só vez. Com isso, esvai-se a diferença verdadeiramente decisiva entre o capital variável e o constante e, com ela, todo o segredo da formação do mais-valor e da produção capitalista, os fatores que convertem em capital certos valores e as coisas que os representam. As diversas partes do capital só se distinguem agora pelo modo de circulação (e a circulação das mercadorias só se relaciona, naturalmente, com valores dados e preexistentes); e, quanto ao modo de circulação, existe identidade entre o capital investido em salários e o investido em matérias-primas, materiais auxiliares e artigos semifabricados, diferentemente do capital empregado em meios de trabalho.

Compreende-se, pois, que a economia política burguesa tenha se aferrado instintivamente à confusão de A. Smith entre as categorias de "capital constante e variável" e as de "capital fixo e circulante", repetindo-a durante todo um século, de geração a geração, sem o menor senso crítico. Esses economistas já não distinguem a parte do capital investida em salários daquela investida em matérias-primas e só estabelecem uma diferença formal – segundo ele circule fragmentária ou integralmente através do produto – entre ela e o capital constante. A base de que se deve partir para compreender o movimento real da

produção capitalista foi, assim, derrubada de um só golpe. Segundo essa visão, a questão inteira dizia respeito apenas à reaparição de valores previamente adiantados. Em Ricardo, o acolhimento acrítico da confusão smithiana é mais desconcertante não só em comparação com os apologistas posteriores a ele – nos quais a confusão conceitual é, antes, aquilo que não desconcerta –, mas também com o próprio A. Smith, já que Ricardo, em oposição, desenvolve com maior coerência e sagacidade os conceitos de valor e de mais-valor, defendendo, na realidade, o A. Smith esotérico contra o exotérico.

Nos fisiocratas, não encontramos o mínimo sinal dessa confusão. A distinção entre os *avances annuelles* e os *avances primitives* só se refere aos diferentes períodos de reprodução das distintas partes do capital, especialmente do capital agrícola; ao contrário, suas ideias sobre a produção do mais-valor formam uma parte de sua teoria que é independente dessas distinções e, além disso, precisamente aquela que eles destacam como constituindo a parte essencial dessa teoria. Eles não explicam a formação do mais-valor com base no capital como tal, mas a reivindicam para uma determinada esfera de produção do capital: a agricultura.

2. O essencial no conceito do capital variável – e, portanto, para a transformação de uma soma qualquer de valor em capital – é o fato de que o capitalista troca uma determinada soma de valor, uma soma de valor dada (e, nesse sentido, constante), por força criadora de valor; uma grandeza de valor por produção de valor, por uma força que se valoriza a si mesma. Se o capitalista paga ao trabalhador em dinheiro ou em meios de subsistência é algo que não altera em nada esse conceito essencial. O que se altera é apenas o modo de existência do valor previamente desembolsado por ele, valor que, num caso, existe sob a forma de dinheiro com que o trabalhador compra por sua própria conta no mercado os meios de subsistência e, em outro caso, sob a forma de meios de subsistência diretamente consumidos por ele. A produção capitalista desenvolvida pressupõe, na realidade, que o

> trabalhador seja pago em dinheiro, pois tem como premissa geral o processo de produção através do processo de circulação, ou seja, a economia monetária. Mas a criação de mais-valor – e, portanto, a capitalização da soma de valor desembolsada – não deriva nem da forma-dinheiro, nem da forma natural do salário ou do capital investido na compra de força criadora do valor, da troca de uma grandeza constante por outra variável.

Um maior ou menor grau de fixidez dos meios de trabalho depende de seu grau de duração, ou seja, de uma qualidade física. Segundo seu grau de duração e em igualdade de circunstâncias, o desgaste dos meios de trabalho será mais rápido ou mais lento, ou seja, o tempo de seu funcionamento como capital fixo será maior ou menor. Porém, o que lhes permite funcionar como capital fixo não é somente essa qualidade física que representa seu grau de duração. A matéria-prima com que trabalham as fábricas metalúrgicas é tão duradoura quanto as máquinas utilizadas na fabricação, e mais duradoura que muitos dos componentes dessas máquinas, como o couro, a madeira etc. Porém, o metal que serve como matéria-prima constitui uma parte do capital circulante, e o meio de trabalho eventualmente feito do mesmo metal constitui uma parte do capital fixo. Não é, portanto, a natureza física material, seu maior ou menor grau de perecibilidade, o que faz com que o mesmo metal seja classificado ora como capital fixo, ora como capital circulante. Essa diferença deriva, antes, do papel que ele desempenha no processo de produção, uma vez como objeto de trabalho, outra vez como meio de trabalho.

A função do meio de trabalho no processo de produção requer, em média, que ele sirva sempre de novo, por períodos mais longos ou mais curtos, em repetidos processos de trabalho. Por meio de sua função se determina, portanto, a maior ou menor durabilidade de seu material. Mas a durabilidade do material do qual é feito não o torna, em si mesmo, capital fixo. A matéria, quando matéria-prima, torna-se capital circulante, e, para os economistas, que confundem a diferença entre capital-mercadoria e capital produtivo com a diferença entre capital circulante e fixo, a mesma

matéria, a mesma máquina, é capital circulante como produto e capital fixo como meio de trabalho.

Porém, embora não seja a matéria duradoura da qual os meios de trabalho são feitos o que os converte em capital fixo, sua função como meios de trabalho exige que sejam constituídos de um material relativamente duradouro. A durabilidade de sua matéria é, portanto, uma condição de sua função como meio de trabalho e, consequentemente, também uma condição material do modo de circulação que a torna capital. Sob circunstâncias iguais, a maior ou menor perecibilidade de sua matéria lhe imprime, em grau maior ou menor, o selo da fixidez, encontrando-se, portanto, essencialmente vinculada a sua qualidade de capital fixo.

Quando a parte do capital investida em força de trabalho é considerada exclusivamente do ponto de vista do capital circulante, ou seja, em oposição ao capital fixo; quando, portanto, também a diferença entre o capital constante e o capital variável é identificada às diferenças entre o capital fixo e o circulante, então é natural – se levamos em conta que a realidade material dos meios de trabalho constitui a base essencial de sua qualidade de capital fixo – que, por oposição a ela, derivemos sua qualidade de capital circulante da realidade material do capital investido em força de trabalho e, em seguida, determinemos o capital circulante a partir da realidade material do capital variável.

A matéria real do capital investido em salário é o próprio trabalho; a força de trabalho posta em ação, criadora de valor, o trabalho vivo, que o capitalista troca por trabalho materializado e incorpora a seu capital, e sem o qual o valor que ele tem em mãos não se converteria num valor que se valoriza. Porém, o capitalista não vende essa capacidade de autovalorização. Ela constitui, sempre, apenas o componente de seu capital produtivo, como seu meio de trabalho, jamais de seu capital-mercadoria, como, por exemplo, o produto acabado que ele vende. No interior do processo de produção, como componentes do capital produtivo, os meios de trabalho não se confrontam com a força de trabalho como capital fixo e tampouco coincidem com ela como capital circulante, como ocorre com o material de trabalho e os materiais auxiliares; a força de trabalho se

confronta com ambos como fator pessoal, enquanto aqueles são os fatores materiais [*sachlichen*] – isso do ponto de vista do processo de trabalho. Ambos confrontam-se com a força de trabalho, com o capital variável como capital constante – isso do ponto de vista do processo de valorização. Ou, caso se trate aqui de uma diferença de matéria, na medida em que ela atua sobre o processo de circulação, tal diferença é apenas esta: da natureza do valor, que nada mais é do que trabalho objetivado, e da natureza da força de trabalho posta em ação, que nada mais é do que trabalho que se objetiva, segue-se que a força de trabalho, enquanto se encontra em funcionamento, cria constantemente valor e mais-valor, e que aquilo que do lado da força de trabalho se apresenta como movimento, como criação de valor, apresenta-se, do lado de seu produto, sob uma forma imóvel, como valor já criado. Depois de ter atuado a força de trabalho, o capital já não consiste mais em força de trabalho, de um lado, e de meios de produção, de outro. O valor de capital que foi investido em força de trabalho é agora o valor (+ o mais-valor) adicionado ao produto. Para repetir o processo, o produto deve ser vendido e o dinheiro obtido com sua venda precisa ser constantemente reinvestido na compra de força de trabalho, incorporando-se assim ao capital produtivo. E é isso que confere à parte do capital investida em força de trabalho, assim como àquela investida em material de trabalho etc., o caráter de capital circulante, em contraste com o capital que permanece fixado nos meios de trabalho.

Se, ao contrário, a determinação secundária do capital circulante, que ele compartilha com uma parte do capital constante (as matérias-primas e os materiais auxiliares), é transformada na determinação essencial da parte do capital investida em força de trabalho – a saber, a de que o valor nela investido se transfere integralmente ao produto em cuja produção se consome, e não de modo gradual e fragmentado, como ocorre no capital fixo, razão pela qual ele tem de ser reposto também em sua totalidade mediante a venda do produto –, tampouco a parte do capital investida em salários tem de consistir de força de trabalho posta em ação, mas sim dos elementos materiais que o trabalhador compra com seu salário, ou seja, da parte do capital-mercadoria social que se destina ao consumo do

trabalhador, ou, em outras palavras, de meios de subsistência. O capital fixo consiste, então, de meios de trabalho que se consomem mais lentamente e que, portanto, precisam ser repostos com maior lentidão, e o capital investido em força de trabalho consiste de meios de subsistência que precisam ser repostos com maior rapidez.

No entanto, apagam-se os limites entre a perecibilidade mais e menos rápida.

> "A comida e as roupas consumidas pelo trabalhador, os edifícios nos quais ele trabalha, os instrumentos empregados em seu trabalho são todos de natureza perecível. Mas há uma enorme diferença no tempo de duração desses diferentes capitais: uma máquina a vapor dura mais do que um navio, este mais do que a roupa do trabalhador e esta mais do que a comida que ele consome."[3]

E aqui Ricardo se esquece da casa em que vive o trabalhador, seus móveis, seus utensílios de consumo, como facas, garfos, vasilhas etc., cujo caráter de durabilidade é o mesmo que o dos meios de trabalho. As mesmas coisas, as mesmas classes de coisas aparecem aqui como meios de consumo, lá como meios de trabalho.

A diferença, como Ricardo a expressa, é a seguinte:

> "O capital é classificado como circulante ou fixo caso seja rapidamente perecível e precise ser frequentemente reproduzido, ou, ao contrário, seja consumido lentamente."[4]

E, sobre isso, acrescenta a seguinte nota:

> "Trata-se de uma divisão não essencial, na qual a linha de demarcação não pode ser traçada com exatidão."[5]

E assim retornamos, contentes, aos fisiocratas, para os quais a diferença entre *avances annuelles* e *avances primitives* era uma diferença no tempo de consumo e, assim, também no tempo distinto de reprodução do capital aplicado. A única diferença é a seguinte: o que para eles expressa um fenômeno importante para a produção social, exposto na *Tableau économique* em conexão com o processo de circulação, torna-se aqui uma diferenciação subjetiva e, como o próprio Ricardo o diz, supérflua.

Na medida em que a parte do capital investida em trabalho se diferencia

da parte do capital investida em meios de trabalho apenas por seu período de reprodução e, por conseguinte, por seu prazo de circulação; na medida em que uma parte consiste em meios de subsistência, e a outra em meios de trabalho, de modo que os últimos só se diferenciam dos primeiros[b] por seu maior grau de perecibilidade, e que entre os primeiros, por sua vez, existem graus distintos de perecibilidade, apaga-se naturalmente toda *differentia specifica* [diferença específica] entre o capital investido em força de trabalho e o investido em meios de produção.

Isso contradiz inteiramente a doutrina ricardiana do valor, bem como sua teoria do lucro – que, na realidade, é uma teoria do mais-valor. Em geral, ele considera a diferença entre capital fixo e circulante apenas na medida em que diferentes proporções de ambos, em se tratando de capitais de mesma grandeza e investidos em ramos diferentes de negócios, influenciam a lei do valor, e mais precisamente na medida em que um aumento ou uma redução do salário como resultado dessas circunstâncias afetam os preços. Mas mesmo no interior dessa investigação limitada ele comete os maiores equívocos, em decorrência da confusão de capital fixo e circulante com capital constante e variável, e, de fato, assenta sua investigação sobre uma base absolutamente falsa. Assim, 1) na medida em que a parte do valor do capital investida em força de trabalho tem de ser subsumida à rubrica do capital circulante, as determinações do próprio capital circulante se desenvolvem de modo falso, especialmente as circunstâncias que subsumem a essa rubrica essa parte do capital investida em trabalho. 2) Ocorre uma confusão entre a determinação segundo a qual a parte do capital investida em trabalho é variável e aquela segundo a qual ela é circulante, em oposição ao capital fixo.

Desde o início, fica claro que a determinação do capital investido em força de trabalho como circulante ou líquido é uma determinação secundária, na qual está apagada a *differentia specifica* desse capital no processo de produção; pois, por um lado, nessa determinação os capitais investidos em trabalho e os investidos em matérias-primas etc. são de mesmo valor; uma rubrica que identifica uma parte do capital constante com o capital variável não guarda nenhuma relação com a *differentia specifica*

do capital variável em oposição ao capital constante. Por outro lado, é certo que as partes de capital investidas em trabalho e em meios de trabalho se contrapõem uma à outra, mas essa contraposição não se estabelece em absoluto pelo fato de ambas entrarem na produção do valor de modos inteiramente distintos, mas porque transferem seu valor dado ao produto, porém em intervalos de tempo distintos.

Em todos esses casos, trata-se de *como* um valor dado, que é investido no processo de produção da mercadoria, seja ele salário, preço da matéria-prima ou preço dos meios de trabalho, é transferido ao produto e, por conseguinte, de como ele circula por meio do produto, cuja venda faz com que esse valor retorne a seu ponto de partida ou reponha a si mesmo. A única diferença consiste aqui no *como*, na maneira particular da transferência e, assim, também da circulação desse valor.

Que o preço da força de trabalho, determinado previamente por contrato em cada caso, seja pago em dinheiro ou em meios de subsistência, é algo que não altera em nada seu caráter de ser um dado preço determinado. No entanto, no caso do salário pago em dinheiro, é evidente que não é o próprio dinheiro que entra no processo de produção, da mesma maneira como não é apenas o valor, mas também a matéria dos meios de produção que entra no processo de produção. Se, ao contrário, os meios de subsistência que o trabalhador compra com seu salário são colocados – como configuração material do capital circulante – diretamente sob a mesma rubrica que abriga as matérias-primas etc. em oposição aos meios de trabalho, isso confere à questão outra aparência. Se o valor dessas coisas, dos meios de produção, for transferido ao produto no processo de trabalho, o valor daquelas outras coisas, dos meios de subsistência, reaparecerá na força de trabalho que os consome e, mediante a atividade desta última, será também transferida ao produto. Em todos esses casos, trata-se igualmente da mera reaparição, no produto, dos valores adiantados durante a produção. (Os fisiocratas levavam isso a sério, razão pela qual negavam que o trabalho industrial criasse mais-valor.) Assim, na passagem já citada[c] de Wayland:

> “Não importa sob que forma o capital reaparece […]. Os vários tipos de alimentos, roupas e habitação necessários à existência e ao conforto do ser humano também se modificam. Eles são consumidos de tempos em tempos, e seu valor reaparece etc.” (*Elements of Pol. Econ.*, cit., p. 31, 32)

Os valores-capital investidos na produção sob a forma de meios de produção e de meios de subsistência reaparecem aqui em igual medida no valor do produto. Desse modo, pois, completa-se exitosamente a transformação do processo capitalista de produção num mistério absoluto, e a origem do mais-valor existente no produto desaparece por inteiro do campo de visão.

Além disso, é assim consumado o fetichismo peculiar da economia burguesa, que transforma o caráter econômico e social que se imprime nas coisas no processo social de produção num caráter natural, que provém da natureza material dessas coisas. Por exemplo, os meios de trabalho são capital fixo – uma definição escolástica que leva a contradições e confusão. Do mesmo modo como, no caso do processo de trabalho (Livro I, cap. 5), demonstramos que o fato de os componentes objetivos funcionarem como meios de trabalho, material de trabalho ou produto é algo que depende inteiramente do papel que desempenham em cada caso num processo de trabalho determinado, de sua função, também os meios de trabalho só são capital fixo quando o processo de produção é realmente um processo de produção capitalista e, por conseguinte, os meios de produção são realmente capital, possuem a determinidade econômica, o caráter social de capital; e, em segundo lugar, só são capital fixo quando transferem seu valor ao produto de um modo particular. Do contrário, continuam a ser meios de trabalho sem ser capital fixo. Do mesmo modo, materiais auxiliares, como o adubo, ao transferirem valor da mesma maneira particular que a maior parte dos meios de trabalho, tornam-se capital fixo, ainda que não sejam meios de trabalho. Não se trata, aqui, de definições às quais as coisas são subsumidas. Trata-se de funções determinadas, que se expressam em categorias determinadas.

Se a propriedade de ser capital investido em salário é considerada uma propriedade que, sob quaisquer circunstâncias, diz respeito aos meios de

subsistência em si mesmos, então o "manter o trabalho", *to support labour* {Ricardo, p. 25[d]} torna-se também uma característica desse capital "circulante". Se os meios de subsistência não fossem "capital", não manteriam, portanto, a força de trabalho, ao passo que é precisamente o caráter de capital desses meios que lhes dá a propriedade de manter o *capital* por meio do trabalho alheio.

Além disso, se os meios de subsistência são em si mesmos capital circulante – depois que este se transformou em salário –, então a grandeza do salário depende da proporção entre o número de trabalhadores e a massa dada de capital circulante – uma tese econômica muito apreciada –, enquanto, na realidade, a massa de meios de subsistência que o trabalhador retira do mercado e a massa de meios de subsistência da qual o capitalista dispõe para seu consumo dependem da proporção entre o mais-valor e o preço do trabalho.

Ricardo, assim como Barton[5a], confunde sempre a relação entre capital variável e constante com a relação entre capital circulante e fixo. Mais adiante[e], veremos como isso falseia sua investigação sobre a taxa de lucro.

Além disso, as diferenças que surgem na rotação por outras razões do que a diferença entre capital fixo e circulante são equiparadas por Ricardo com a diferença seguinte:

> "Ademais, há de se observar que o capital circulante pode circular, ou retornar a quem o emprega, em intervalos muito desiguais. O trigo comprado para a semeadura por um arrendatário é capital fixo se comparado com o trigo comprado por um padeiro para ser transformado em pão. Um o deixa no solo, e não pode obter retorno algum por um ano; o outro pode moê-lo, transformá-lo em farinha e vendê-lo como pão a seus clientes, de modo que, no prazo de uma semana, volta a possuir seu capital livre para recomeçar o mesmo processo ou dar início a outro empreendimento."[6]

Aqui, o característico é que, ainda que sirva de semente – não como meio de subsistência, mas como matéria-prima –, o trigo é, em primeiro lugar, capital circulante, uma vez que, em si mesmo, é meio de subsistência, e, em segundo lugar, capital fixo, porque seu prazo de retorno se estende por um ano. Mas não é apenas o retorno mais lento ou mais rápido que faz

de um meio de produção um capital fixo, e sim o modo determinado como o valor é transferido ao produto.

A confusão suscitada por Adam Smith levou aos seguintes resultados:

1. A distinção entre capital fixo e capital líquido é confundida com a distinção entre capital produtivo e capital-mercadoria. Assim, por exemplo, a mesma máquina é capital circulante quando se encontra, como mercadoria, no mercado, e capital fixo quando está incorporada ao processo de produção. A partir disso, não se vislumbra de modo algum por que um determinado tipo de capital deve ser mais fixo ou mais circulante que outro.
2. Todo capital circulante é identificado com o capital investido ou que se tenha de investir em salário. Assim ocorre em John Stuart Mill, entre outros.
3. A distinção entre capital variável e capital constante, que já Barton, Ricardo e outros autores confundem com a distinção entre capital circulante e fixo, é por fim inteiramente reduzida – como já ocorre, por exemplo, na obra de Ramsay – àquela segundo a qual são capital fixo todos os meios de produção, matérias-primas etc., assim como os meios de trabalho, e apenas o capital investido em salário é capital circulante. Mas, como a redução ocorre sob essa forma, não se compreende a distinção real entre capital constante e variável.
4. Para os economistas ingleses contemporâneos, sobretudo os escoceses, que consideram tudo desde o ponto de vista inefavelmente estreito do funcionário bancário, como Macleod e Patterson, entre outros, a diferença entre capital fixo e capital circulante se transforma na diferença entre *money at call* e *money not at call* (dinheiro de conta-corrente, que pode ser sacado com ou sem a necessidade de aviso prévio).

---

[1] "*This difference in the degree of durability of fixed capital, and this variety in the proportions in which the two sorts of capital may be combined*" (*Principles*..., p. 25). [Nota da primeira edição alemã]

[2] “*The proportions, too, in which the capital that is to support labour, and the capital that is invested in tools, machinery, and buildings, may be variously combined*” (idem). [Nota da primeira edição alemã]

[a] Na ed. bras., Livro I, p. 689. (N. T.)

[3] “*The food and clothing consumed by the labourer, the buildings in which he works, the implements with which his labour is assisted, are all of a perishable nature. There is, however, a vast difference in the time for which these different capitals will endure: a steam-engine will last longer than a ship, a ship than the clothing of the labourer, and the clothing of the labourer longer than the food which he consumes*” (Ricardo, *Principles of Pol. Econ.*, 3. ed., Londres, 1821, p. 26). [Nota da primeira edição alemã]

[4] “*According as capital is rapidly perishable and requires to be frequently reproduced, or is of slow consumption, it is classed under the heads of circulating, or fixed capital.*” [Nota da primeira edição alemã]

[5] “*A division not essential, and in which the line of demarcation cannot be accurately drawn.*” [Nota da primeira edição alemã]

[b] O correto seria: “de modo que os primeiros só se distinguem dos últimos”. (N. E. A.)

[c] Na ed. bras., Livro I, p. 285, nota 25. (N. T.)

[d] David Ricardo, *On the Principles of Political Economy*... (Londres, [John Murray,] 1821). (N. E. A.)

[5a] *Observations on the Circumstances which Influence the Condition of the Labouring Classes of Society* (Londres, [John and Arthur Arch,] 1817). Uma passagem fundamental é citada no Livro I, p. 655, nota 79. [Na ed. bras., Livro I, p. 706-7, nota 79.] (F. E.)

[e] Livro III, cap. 1 a 3. (N. E. A.)

[6] “*It is also to be observed that the circulating capital may circulate, or be returned to its employer, in very unequal times. The wheat bought by a farmer to sow is comparatively a fixed capital to the wheat purchased by a baker to make into loaves. The one leaves it in the ground, and can obtain no return for a year; the other can get it ground into flour, sell it as bread to his customers, and have his capital free, to renew the same, or commence any other employment in a week.*” (p. 26, 27) [Nota da primeira edição alemã]

# Capítulo 12

## O período de trabalho[a]

Tomemos dois ramos industriais, por exemplo, a fiação de algodão e a fabricação de locomotivas, nos quais vigore uma jornada de trabalho de igual duração, digamos, um processo de trabalho de dez horas. Num ramo é fornecida diária ou semanalmente uma determinada quantidade de produto acabado (o fio de algodão); no outro, o processo de trabalho talvez precise ser repetido durante três meses para produzir um produto acabado (uma locomotiva). Num caso, o produto é de natureza discreta, e o mesmo trabalho recomeça diária ou semanalmente. No outro, o processo de trabalho é contínuo, estende-se por um número maior de processos diários de trabalho que, em sua interconexão e na continuidade de sua operação, só fornecem um produto acabado após um prazo mais longo. Embora a duração do processo diário de trabalho seja aqui a mesma, uma diferença muito importante ocorre na duração do ato de produção, isto é, na duração dos processos repetidos de trabalho necessários para fornecer o produto acabado, mandá-lo ao mercado como mercadoria, em suma, para transformá-lo de capital produtivo em capital-mercadoria. A diferença entre capital fixo e capital circulante não guarda qualquer relação com isso. A diferença aqui referida persistiria mesmo que nos dois ramos industriais se aplicassem exatamente as mesmas proporções de capital fixo e circulante.

Essas diferenças na duração do ato de produção ocorrem não apenas entre esferas de produção distintas, mas também no interior da mesma esfera de produção, de acordo com o volume do produto a ser fornecido. Uma casa de tamanho habitual é construída em menos tempo do que uma grande fábrica e, por isso, requer um número menor de processos contínuos de trabalho. Se a construção de uma locomotiva leva três meses, a de um

navio de guerra[b] leva um ou vários anos. A produção de cereais requer quase um ano; a de bovinos, vários anos; a de madeira pode abranger de doze até cem anos; uma estrada rural pode ser construída em alguns meses, ao passo que uma ferrovia exige vários anos; um tapete comum pode ser confeccionado em uma semana; gobelinos, em anos etc. As diferenças na duração do ato de produção são, portanto, infinitamente variadas.

Com igual adiantamento de capital, a diferença na duração do ato de produção tem de provocar, evidentemente, uma diferença na velocidade da rotação, ou seja, nos períodos para os quais um dado capital foi adiantado. Suponhamos que a fábrica de fiação mecanizada e a fábrica de locomotivas empreguem capital de mesma grandeza, que a divisão entre o capital constante e o capital variável seja a mesma, que também sejam iguais a divisão entre os componentes constante e variável do capital e, finalmente, que a jornada de trabalho seja igual, assim como sua divisão em trabalho necessário e mais-trabalho. Além disso, para afastar todas as circunstâncias que têm origem no processo de circulação e são externas a esse caso, suponhamos que ambos, o fio e a locomotiva, sejam fabricados sob encomenda e pagos no momento do produto acabado. Após uma semana, na entrega do fio pronto, o fabricante de fios recebe de volta (desconsideramos, aqui, o mais-valor) o capital circulante investido, bem como a depreciação do capital fixo, a qual se incorporou no valor do fio. Ele pode, assim, repetir o mesmo ciclo com o mesmo capital. Este completou sua rotação. Já o fabricante de locomotivas, ao contrário, tem de desembolsar sempre capital novo em salário e matéria-prima durante os três meses, semana após semana, e é somente ao fim de três meses, depois de entregar a locomotiva, que o capital circulante desembolsado pouco a pouco durante esse tempo num único e mesmo ato de produção e para fabricar uma única e mesma mercadoria volta a encontrar-se numa forma na qual pode reiniciar seu ciclo; do mesmo modo, só agora lhe é reposto o desgaste da maquinaria durante esses três meses. O desembolso de um é por uma semana; o do outro é o desembolso semanal, multiplicado por doze. Mantendo-se inalteradas as demais circunstâncias, um fabricante tem de dispor de doze vezes mais capital circulante do que o outro.

Que os capitais semanalmente adiantados sejam iguais é aqui, porém, uma circunstância irrelevante. Qualquer que seja a grandeza do capital adiantado, num caso ele o é apenas por uma semana e, no outro, por doze semanas, antes que se possa operar novamente com ele, repetir com ele a mesma operação ou começar uma de outro tipo.

A diferença na velocidade da rotação ou no intervalo de tempo pelo qual é preciso adiantar o capital individual, antes que o mesmo valor de capital possa servir a um novo processo de trabalho ou de valorização, deriva do seguinte:

Suponhamos que a construção da locomotiva ou outra máquina qualquer custe cem jornadas de trabalho. Com relação aos trabalhadores ocupados na fiação ou na construção de máquinas, as cem jornadas de trabalho constituem, em igual medida, uma grandeza descontínua (discreta), que, segundo nosso pressuposto, consiste em cem processos de trabalho, sucessivos e separados, de dez horas cada um. Mas com relação ao produto – a máquina –, as cem jornadas de trabalho constituem uma grandeza contínua, uma jornada de trabalho de mil horas, um único ato conexo de produção. A uma tal jornada de trabalho, formada pela sucessão de um número maior ou menor de jornadas de trabalho conexas, denomino *período de trabalho*. Quando falamos de jornada de trabalho, referimo-nos à extensão do tempo de trabalho durante o qual o trabalhador tem de despender diariamente sua força de trabalho, isto é, durante a qual deve trabalhar diariamente. Ao contrário, quando falamos de período de trabalho, isso significa o número de jornadas de trabalho conexas que, num ramo determinado de negócios, é requerido para fornecer um produto acabado. O produto de cada jornada de trabalho é aqui apenas um produto parcial, que se segue executando diariamente e que só recebe sua figura acabada, só é um valor acabado de uso ao fim de um período mais ou menos prolongado de tempo de trabalho.

Por isso, as interrupções e perturbações do processo social de produção, por exemplo, em consequência de crises, têm efeitos muito distintos em produtos do trabalho que são de natureza discreta e naqueles que requerem um período mais prolongado e contínuo para sua produção.

Num caso, a produção de determinada massa de fio, carvão etc. que se realiza hoje não é seguida, amanhã, de uma nova produção de fio, carvão etc. Mas com os navios, edifícios, ferrovias etc. ocorre algo diferente. O que se interrompe aqui não é só o trabalho, mas um ato interconexo de produção. Se a obra não for levada adiante, os meios de produção e o trabalho já consumido em sua produção foram gastos inutilmente. Ainda que venha a ser retomada, já se terá produzido a deterioração no intervalo[c].

Durante todo o período de trabalho vai-se acumulando, em camadas, a parte de valor que o capital fixo transfere diariamente ao produto até este atingir sua forma acabada. E aqui se evidencia, ao mesmo tempo, em sua importância prática, a diferença entre capital fixo e circulante. O capital fixo é adiantado ao processo de produção por um período mais longo e não precisa ser renovado antes de ser transcorrido esse prazo, o que pode durar vários anos. Se a máquina a vapor transfere seu valor fracionada e diariamente ao fio (o produto de um processo de trabalho discreto) ou se o transfere ao longo de três meses a uma locomotiva (o produto de um ato contínuo de produção), é uma circunstância que não altera absolutamente em nada o desembolso do capital necessário para a compra da máquina a vapor. Num caso, o valor desta última reflui em pequenas doses, por exemplo, semanalmente; no outro, em massas maiores, por exemplo, trimestralmente. Mas em ambos os casos a renovação da máquina só ocorre, digamos, depois de decorridos vinte anos. Enquanto cada período singular no interior do qual seu valor reflui fracionariamente mediante a venda do produto for mais curto que seu próprio período de existência, a mesma máquina a vapor continuará a funcionar no processo de produção durante vários períodos de trabalho.

Já com os componentes circulantes do capital adiantado ocorre algo distinto. A força de trabalho comprada para esta semana foi gasta nesta mesma semana e objetivada no produto – tem de ser paga no fim desta semana. E esse investimento de capital em força de trabalho repete-se semanalmente durante os três meses, sem que o dispêndio dessa parte do capital numa semana capacite o capitalista a efetuar a compra de trabalho na semana seguinte. É preciso que um novo capital adicional seja

semanalmente despendido em pagamento de força de trabalho, e, se desconsideramos todas as relações de crédito, o capitalista tem de estar apto a desembolsar salários por três meses, ainda que só os pague em doses semanais. O mesmo se dá com a outra parte do capital circulante, com as matérias-primas e os materiais auxiliares. Uma camada de trabalho sobre a outra se deposita no produto. Não só o valor da força de trabalho despendida, mas também o mais-valor é constantemente transferido ao produto durante o processo laboral, porém ao produto inacabado, que ainda não ostenta a figura da mercadoria acabada e, portanto, ainda incapaz de circular. O mesmo vale para o valor de capital transferido ao produto em camadas sucessivas, na forma de matérias-primas e materiais auxiliares.

Conforme uma maior ou menor duração do período de trabalho, que, para a confecção do produto, exige a natureza específica deste último ou o efeito útil a ser alcançado, faz-se necessário um gasto adicional de capital circulante (salários, matérias-primas e materiais auxiliares), do qual nenhuma parte se encontra numa forma apta à circulação e tampouco poderia, portanto, servir para renovar a mesma operação; essas partes se encontram, antes, fixadas sucessivamente umas às outras na esfera da produção, sob a forma de capital produtivo, como componentes do produto em fabricação. Mas o tempo de rotação é igual à soma do tempo de produção e do tempo de circulação do capital. Portanto, um prolongamento do tempo de produção diminui a velocidade de rotação tanto quanto um prolongamento do tempo de circulação. No caso presente, porém, devem-se assinalar duas coisas:

Primeira. A permanência prolongada na esfera da produção. Por exemplo, o capital que na primeira semana é adiantado em trabalho, matéria-prima etc., assim como as partes de valor transferidas ao produto pelo capital fixo, permanece fixo na esfera da produção por todo o prazo de três meses. Como elementos incorporados a um produto ainda em formação, inacabado, eles não podem entrar na circulação como mercadoria.

Segunda. Como o período de trabalho necessário para o ato de produção dura três meses e, na realidade, constitui um único processo interconexo de trabalho, é preciso que se adicione constantemente, semana

após semana, uma nova dose de capital circulante às doses anteriores.

Desse modo, a massa do capital adicional sucessivamente adiantado cresce com o prolongamento do período de trabalho.

Partimos do pressuposto de que os capitais investidos na fiação e na fabricação de máquinas são da mesma grandeza, que esses capitais se dividem em proporções iguais de capital constante e capital variável, o mesmo valendo para sua divisão em capital fixo e circulante, que as jornadas de trabalho são de igual duração, em suma, que todas as circunstâncias são iguais, exceto a duração do período de trabalho. Na primeira semana, o desembolso é igual para ambos, mas o produto do fiandeiro pode ser vendido e, com o ganho assim obtido, pode-se comprar nova força de trabalho e novas matérias-primas etc.; numa palavra, a produção pode prosseguir na mesma escala. Já o fabricante de máquinas, ao contrário, só pode reconverter em dinheiro o capital circulante gasto na primeira semana depois de decorridos três meses, quando seu produto já está terminado; somente então ele pode voltar a operar com esse capital. Tem-se, portanto, em primeiro lugar, uma diferença no refluxo da mesma quantidade de capital desembolsada. Mas, em segundo lugar: durante os três meses, um capital produtivo de mesma grandeza é empregado na fiação e na construção de máquinas, porém a grandeza do desembolso de capital é absolutamente diferente para o fabricante de fios e o construtor de máquinas, porquanto num caso o mesmo capital se renova rapidamente e, assim, pode repetir a mesma operação, ao passo que, no outro, ele só se renova de maneira relativamente lenta, de modo que, até o prazo de sua renovação, novas quantidades de capital têm de ser constantemente adicionadas às quantidades antigas. Há, pois, uma diferença tanto entre os intervalos em que se renovam determinadas porções do capital, ou entre os períodos pelos quais ele é adiantado, como entre as massas de capital (ainda que o capital empregado diária ou semanalmente seja o mesmo) que devem ser adiantadas de acordo com a duração do processo de trabalho. As circunstâncias têm, por isso, de ser levadas em conta, uma vez que a duração do adiantamento pode aumentar, como ocorre nos casos que consideraremos no capítulo a seguir, sem que, por isso, a massa do capital

que deve ser adiantada cresça em proporção a essa duração. O capital tem de ser adiantado por mais tempo, e uma quantidade maior de capital está fixada na forma de capital produtivo.

Nas fases menos desenvolvidas da produção capitalista, os empreendimentos que necessitam de um período de trabalho prolongado e, portanto, de um grande investimento de capital por um período mais longo, especialmente se só podem ser executados em grande escala, ou não são em absoluto executados de modo capitalista, como é o caso, por exemplo, de estradas, canais etc., construídos à custa da comunidade ou do Estado (em tempos antigos, com relação à força de trabalho, mediante trabalho forçado), ou, então, esses produtos cuja fabricação requer um período mais longo de trabalho só são fabricados numa quantidade ínfima e custeados pelo próprio patrimônio do capitalista. Por exemplo, na construção de uma casa, a pessoa privada para quem ela é construída paga adiantamentos ao empresário construtor de maneira parcelada. Na realidade, portanto, ela paga a casa fracionariamente, à medida que avança o processo de produção desta última. Ao contrário, na era capitalista desenvolvida, em que, por um lado, somas maciças de capital se concentram nas mãos de indivíduos, enquanto, por outro, o capitalista associado (as sociedades por ações) surge ao lado dos capitalistas individuais e o sistema de crédito está desenvolvido, apenas excepcionalmente um construtor capitalista constrói por encomenda, para pessoas privadas, isoladas. Seu negócio é construir fileiras de casas e bairros inteiros para o mercado, assim como o negócio dos capitalistas individuais é construir ferrovias como empreiteiros.

O quanto a produção capitalista revolucionou a construção de casas em Londres nos informam as declarações de um empreiteiro perante a comissão de bancos de 1857. Em sua juventude, diz ele[d], as casas eram sempre construídas por encomenda, e o investimento era pago ao empresário em parcelas, durante a construção, à medida que certos estágios desta última eram concluídos. Construía-se pouco para fins de especulação; essencialmente os empresários só entravam nesse negócio para manter os trabalhadores regularmente ocupados e, assim, unidos. Nos últimos quarenta anos, tudo isso mudou. Atualmente constrói-se muito pouco por

encomenda. Quem precisa de uma casa nova procura uma entre aquelas construídas para especulação ou que ainda estão em construção. O empresário já não trabalha mais para o cliente, mas para o mercado; como qualquer outro industrial, ele é obrigado a ter mercadorias prontas no mercado. Se antes um empresário construía três ou quatro casas simultaneamente para a especulação, agora ele tem de comprar um terreno de grandes dimensões (o que, em termos continentais, significa que tem de arrendá-lo, na maioria das vezes, por 99 anos), nele construir até cem ou duzentas casas e, assim, engajar-se num empreendimento que ultrapassa seu patrimônio em vinte ou até cinquenta vezes. Os fundos são obtidos mediante hipotecas, e o dinheiro é posto à disposição do empresário à medida que progride a construção das diversas casas. Se irrompe uma crise que paralisa o pagamento das prestações, é comum que o empreendimento inteiro fracasse; no melhor dos casos, a construção das casas permanece inconclusa até que advenham tempos melhores; no pior, elas são postas a leilão e liquidadas pela metade do preço. Atualmente, nenhum empresário pode progredir sem construir com fins especulativos e em grande escala. O lucro obtido com a construção propriamente dita é extremamente pequeno; seu ganho principal consiste na alta da renda fundiária, na escolha e aproveitamento corretos do terreno para a construção. Foi por esse método de se antecipar a demanda de casas por meio da especulação que foram construídos quase toda a Belgravia, a Tyburnia[e] e os incontáveis milhares de casas de campo ao redor de Londres. (Abreviado do "Report from the Select Committee on Bank Acts", parte I, 1857, *evidence* [testemunhos], perguntas 5.413-5.418, 5.435-5.436.)

A execução de obras que consomem um período significativamente longo de trabalho e se realizam em grande escala só passa a integrar plenamente a produção capitalista quando a concentração do capital já é bastante considerável e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento do sistema de crédito oferece ao capitalista o cômodo expediente de adiantar – e, desse modo, também arriscar – capital alheio, em vez de capital próprio. No entanto, é evidente que a circunstância de que o capital adiantado à produção pertença ou não a quem o emprega não exerce qualquer

influência, seja sobre a velocidade de rotação, seja sobre o tempo em que esta se realiza.

As circunstâncias que aumentam o produto de cada jornada de trabalho individual, como a cooperação, a divisão do trabalho, o emprego da maquinaria, encurtam ao mesmo tempo o período de trabalho nos atos conexos de produção. Assim, a maquinaria encurta o tempo de construção de casas, pontes etc.; as segadeiras e debulhadoras encurtam o período de trabalho necessário para transformar o grão maduro em mercadoria acabada. A construção aperfeiçoada de navios encurta, com a velocidade aumentada, o tempo de rotação do capital investido na navegação. No entanto, esses aperfeiçoamentos, que encurtam o período de trabalho e, por conseguinte, o tempo pelo qual o capital circulante tem de ser adiantado, estão geralmente vinculados a um desembolso aumentado de capital fixo. Por outro lado, o período de trabalho pode, em determinados ramos, ser encurtado mediante a mera ampliação da cooperação; a construção de uma ferrovia é abreviada quando se arregimentam grandes exércitos de trabalhadores e a obra é atacada por vários lados ao mesmo tempo. Nesse caso, o tempo de rotação é encurtado pelo crescimento do capital adiantado. Uma quantidade maior de meios de produção e de força de trabalho tem de estar sob o comando do capitalista.

Por isso, embora a diminuição do período de trabalho esteja geralmente vinculada ao aumento do capital adiantado por um período mais curto, de modo que a quantidade em que o capital é adiantado aumenta à medida que diminui o tempo pelo qual se dá esse adiantamento, aqui é preciso recordar que, desconsiderando a massa existente de capital social, o que importa é o grau em que os meios de produção e subsistência, ou, nesse caso, a possibilidade de dispor deles, estejam dispersos ou reunidos nas mãos de capitalistas individuais e, portanto, o grau que a concentração dos capitais já tenha alcançado. O crédito, na medida em que possibilita, acelera e aumenta a concentração de capital numa só mão, contribui para abreviar o período de trabalho e, com ele, o tempo de rotação[f].

Nos ramos de produção em que o período de trabalho, seja ele contínuo ou interrompido, esteja prescrito por determinadas condições naturais, não

pode ocorrer qualquer redução pelos meios supracitados.

> "A expressão 'rotação mais rápida' não pode ser aplicada a colheitas de cereais, pois só é possível uma rotação por ano. Quanto ao gado, perguntaremos simplesmente: como se pode acelerar a rotação de ovelhas de dois ou três anos e de bois de quatro e cinco?" (W. Walter Good, *Political, Agricultural, and Commercial Fallacies*, Londres, [E. Stanford,] 1866, p. 325)

A necessidade de ter dinheiro em mãos sem que se possa esperar (por exemplo, para pagar obrigações fixas, como tributos, renda da terra etc.) responde a essa questão da seguinte forma: por exemplo, vende-se e abate-se o gado antes que ele tenha atingido a idade econômica normal, para grande prejuízo da agricultura; isso também provoca, por fim, um aumento nos preços da carne.

> "As pessoas que antes criavam o gado principalmente para fornecê-los às pastagens dos *midland counties* [condados centrais], no verão, e aos estábulos dos condados do leste, no inverno, [...] encontram-se tão arruinadas devido às oscilações e às baixas dos preços dos cereais que se contentam com poder tirar proveito dos altos preços da manteiga e do queijo; a primeira eles levam semanalmente ao mercado para cobrir os gastos correntes; o segundo eles fornecem a um atravessador que busca o queijo tão logo este esteja em condições de ser transportado e, é claro, estabelece seu próprio preço. Por essa razão, lembrando que a agricultura é governada pelos princípios da economia política, os bezerros, que antes vinham dos condados leiteiros do sul para serem criados, agora são massivamente sacrificados, às vezes com apenas uma semana ou dez dias de vida, nos abatedouros de Birmingham, Manchester, Liverpool e outras grandes cidades vizinhas. Se, no entanto, o malte estivesse livre de impostos, os arrendatários não só teriam obtido mais lucro, podendo, assim, manter seu rebanho até ele crescer e ganhar peso, mas esse cereal também teria substituído o leite como alimento dos bezerros naquelas localidades onde não se criam vacas e, assim, ter-se-ia evitado, em grande parte, a alarmante escassez atual de gado jovem que acomete a nação. O que essa gente humilde diz agora, em reposta às recomendações de que criem bezerros, é: 'Sabemos muito bem que criar bezerros com leite valeria a pena, mas, para tanto, teríamos, em primeiro lugar, de desembolsar dinheiro, o que não podemos fazer, e, em segundo lugar, teríamos de esperar um longo tempo por um retorno, em vez de obtê-lo imediatamente com a venda de laticínios'." (Ibidem, p. 11, 12)

Se o prolongamento da rotação já acarreta tais consequências para os pequenos arrendatários ingleses, é fácil compreender as perturbações que ele necessariamente provoca entre os pequenos camponeses do continente.

Conforme a duração do período de trabalho e, portanto, também do período que transcorre até o acabamento da mercadoria apta à circulação, acumula-se a parte de valor que o capital fixo transfere por camadas ao

produto e atrasa-se o refluxo dessa parte de valor. Mas esse atraso não ocasiona um novo desembolso de capital fixo. A máquina continua a atuar no processo de produção, independentemente da maior ou menor rapidez com que seu desgaste seja reposto em dinheiro. Algo distinto ocorre com o capital circulante. Não só é preciso consolidar capital por um período mais longo, em proporção à duração do período de trabalho, mas também adiantar constantemente novo capital em salários, matérias-primas e materiais auxiliares. Por isso, o refluxo atrasado atua de maneira diferente sobre cada um deles. Seja o refluxo mais lento ou mais rápido, o capital fixo continua, de qualquer modo, a atuar. Já o capital circulante, ao contrário, torna-se incapaz de funcionar no caso de um atraso de refluxo, quando se encontra fixado na forma de produto não vendido ou inacabado, que ainda não pode ser vendido, e quando não se dispõe de capital adicional para renová-lo *in natura*.

> "Enquanto o camponês morre de fome, seu gado prospera. Havia chovido bastante e o pasto era abundante. O camponês indiano morrerá de fome ao lado de um boi gordo. Os preceitos da superstição mostram-se cruéis para com o indivíduo, mas conservam a sociedade; a conservação do gado de trabalho assegura a continuidade da agricultura e, com ela, as fontes de subsistência e riqueza futura. Pode soar duro e triste, mas é assim: na Índia, é mais fácil repor um homem do que um boi." (*Return, East India. Madras and Orissa Famine*, n. 4, p. 44)

Compare-se com isto a seguinte sentença do *Manava-Dharma-Sastra*[g], cap. 10, § 62:

> "A oferta da própria vida, sem recompensa, para preservar um sacerdote ou uma vaca […] pode assegurar a beatitude dessas tribos de origem inferior."

É naturalmente impossível fornecer um animal de cinco anos antes de transcorridos cinco anos. O que é possível, dentro de certos limites, é, por meio de um tratamento modificado, preparar os animais em menos tempo para o destino que se lhes quer dar. Isso foi realizado especialmente por Bakewell[h]. Antes, as ovelhas inglesas, como as francesas ainda em 1855, não estavam prontas para serem abatidas antes dos quatro ou cinco anos. Com o sistema de Bakewell, uma ovelha de um ano já pode ser engordada e, em geral, já atingiu seu pleno desenvolvimento antes de completar dois anos de vida. Mediante uma cuidadosa seleção, Bakewell, um arrendatário

de Dishley Grange, reduziu o esqueleto das ovelhas ao mínimo necessário para sua existência. Suas ovelhas foram chamadas "New Leicesters".

> "Agora o criador pode fornecer ao mercado três ovelhas no mesmo tempo que antes fornecia uma, e fornecê-las com um desenvolvimento mais largo, arredondado[i] e alto das partes que rendem mais carne. […] Quase todo seu peso é pura carne." (Lavergne, *The Rural Economy of England*… [Edimburgo/Londres,W. Blackwood and Sons], 1855, p. 20)

Os métodos que encurtam o período de trabalho são aplicáveis em distintos ramos da indústria somente em graus muito diversos e não nivelam as diferenças de duração entre os distintos períodos de trabalho. Para permanecer em nosso exemplo, digamos que o período de trabalho necessário para produzir uma locomotiva possa ser reduzido em termos absolutos mediante a utilização de novas máquinas-ferramentas. Mas se em virtude de processos aperfeiçoados na fiação a quantidade de produto acabado que é fornecida diária ou semanalmente aumentar com uma rapidez desproporcionalmente maior, a duração do período de trabalho na fabricação de máquinas terá aumentado, no entanto, em termos relativos, em comparação com a fiação.

---

[a] No manuscrito de Marx (II, p. 73), esta seção se intitula: "b) Diferença na duração do ato de produção (Diferença no período da jornada de trabalho. ?)", assim mesmo, com um ponto de interrogação ao lado. (N. T.)

[b] Tendo inicialmente reproduzido, no manuscrito final para a impressão, a duração – informada por Marx – de "seis meses ou um ano" para a construção de um navio de guerra, Engels corrigiu posteriormente essa informação para a versão impressa. Ele acompanhou o progresso da marinha de guerra e já em 1860 publicou um relato sobre isso num artigo para a *New American Cyclopaedia*, bem como uma nota sobre o emprego desse tipo de navios na Guerra de Secessão norte-americana ("Der Amerikanische Bürgerkrieg und die Panzer- und Widderschiffe", *Die Presse*, Viena, n. 181, p. 4, 3 jul. 1862). (N. E. A.)

[c] No manuscrito de Marx (II, p. 74), segue-se a frase, entre colchetes: "Num caso, o trabalho, noutro, um ato de produção é interrompido antes de sua conclusão". (N. T.)

[d] As declarações de Edward Capps perante o Comitê dos Bancos foram extraídas – sendo traduzidas e abreviadas por Engels – do manuscrito II (p. 75-6). Reproduzimos o texto correspondente (traduzido e acompanhado do original inglês) no Apêndice 4, p. 651-4. (N. T.)

[e] Belgravia designa um bairro municipal, não uma região administrativa, surgido em 1820 e situado na área a sudoeste do Palácio de Buckingham, em Londres. Desde o início, foi uma das mais modernas áreas residenciais. Tyburnia, uma antiga aldeia situada na região do atual distrito londrino de City of Westminster, era a parte sudeste do distrito de Paddington. Até 1783, a localidade era mais

conhecida por ser praça de execuções públicas de Londres. (N. E. A.)

[f] No manuscrito (II, p. 76), a última frase está redigida entre colchetes, da seguinte forma: “O crédito não altera em nada a rotação do capital produtivo pelo fato de ser adiantado capital alheio, em vez de capital próprio. Isso não altera em nada o período pelo qual o capital tem de ser adiantado ao processo de trabalho. Mas na medida em que o crédito aumenta e acelera a *concentração de capital* numa única mão, ele pode encurtar o período de trabalho etc.”. (N. T.)

[g] *Manava Dharma Sastra*, ou *Leis de Manu*: antigo código religioso, legal e ritual indiano, que determinava os deveres de todo hinduísta para manter-se de acordo com os princípios do bramanismo. A compilação dessas leis é tradicionalmente atribuída a Manu, o progenitor mítico do homem. (N. T.)

[h] No século XVIII, a pecuária inglesa foi modernizada. Os latifundiários mantinham grandes rebanhos de gado para a seleção dos animais a serem cruzados. Um dos pioneiros dessa modernização foi Robert Bakewell, que, em 1760, deu início ao cruzamento planejado de ovinos, bovinos e equinos, obtendo um grande sucesso com sua nova raça de ovinos “New Leicester”. Com ajuda da Dishley Society, fundada em 1787, Bakewell pôde aumentar a base de seleção para os cruzamentos, melhorando os resultados obtidos. Com essa nova técnica – que já empregava as leis da hereditariedade muito antes de sua comprovação científica, que só ocorreria no século XIX –, lucraram todos os membros dessa sociedade. Charles Colling, por exemplo, criou a raça de gado “Shorthorn”, que se difundiu por todo mundo anglo-saxão. (N. E. A.)

[i] No original inglês: “*and if they are not taller, they are broader, rounder, and have a greater development in those parts…*” [e se não são mais altas, são mais largas, arredondadas e mais desenvolvidas naquelas partes…] (N. T.)

# Capítulo 13

## O tempo de produção[a]

Tempo de trabalho é sempre tempo de produção, isto é, tempo durante o qual o capital está fixado na esfera da produção. Inversamente, porém, nem todo tempo em que o capital se encontra no processo de produção é, por isso, necessariamente tempo de trabalho.

Aqui não se trata de interrupções do processo de trabalho provocadas pelos limites naturais da própria força de trabalho, embora já se tenha mostrado até que ponto a mera circunstância de o capital fixo – edifícios fabris, maquinaria etc. – permanecer em repouso durante as pausas do processo de trabalho tornou-se um dos motivos para o prolongamento inatural [*unnatürlichen*] do processo de trabalho e para a adoção do trabalho diurno e noturno[b]. Trata-se aqui de uma interrupção independente da duração do processo de trabalho, ocasionada pela própria natureza do produto e de sua fabricação; no decorrer desta última, o objeto de trabalho está submetido a processos naturais por mais ou menos tempo e tem de sofrer alterações físicas, químicas e fisiológicas, durante as quais o processo de trabalho é total ou parcialmente suspenso.

Assim, o mosto precisa, primeiro, fermentar por um tempo e, então, repousar durante outro período para atingir um grau determinado de completude. Em muitos ramos da indústria, o produto tem de passar pela secagem, como na olaria, ou submeter-se a certas condições para alterar sua composição química, como na branquearia. O trigo de inverno necessita de cerca de nove meses para amadurecer. Entre a época da semeadura e a da colheita, o processo de trabalho está quase totalmente interrompido. Na silvicultura, depois de concluída a semeadura e os trabalhos prévios necessários, a semente chega a necessitar de cem anos para se transformar

em produto acabado; durante todo esse tempo, ela só precisa receber uma dose relativamente insignificante de trabalho.

Em todos esses casos, durante grande parte do tempo de produção agrega-se trabalho adicional apenas ocasionalmente. A condição descrita no capítulo anterior, na qual capital adicional e trabalho precisam ser agregados já no processo de produção, ocorre aqui apenas com interrupções mais ou menos prolongadas.

Em todos esses casos, o tempo de produção do capital adiantado consiste em dois períodos: um período em que o capital encontra-se no processo de trabalho e outro em que sua forma de existência – como produto inacabado – permanece fora do processo de trabalho, deixada à ação de processos naturais. Que esses dois períodos se entrecruzem e se empurrem reciprocamente não altera em nada a questão. Aqui, o período de trabalho e o período de produção não coincidem. O período de produção é mais longo do que o de trabalho. Mas só depois de concluído o período de produção o produto está acabado, maduro, e pode então passar da forma de capital produtivo para a de capital-mercadoria. Assim, o período de rotação do capital prolonga-se de acordo com a duração daquele tempo de produção que não consiste em tempo de trabalho[c]. Quando o tempo de produção que excede o tempo de trabalho não é determinado por leis naturais dadas de uma vez só, como no caso da maturação do trigo, do crescimento do carvalho etc., o período de rotação pode frequentemente ser mais ou menos encurtado mediante o abreviamento artificial do tempo de produção. Isso se realiza, por exemplo, por meio da introdução do branqueamento químico no lugar do branqueamento sobre a grama, ou de aparelhos secadores mais eficazes nos processos de secagem. O mesmo ocorre no curtume, em que a penetração de tanino nas peles consumia de seis a dezoito meses com o método antigo, ao passo que o método novo, que emprega a bomba de ar, consome de um mês e meio a dois, apenas (G. J.Courcelle-Seneuil, *Traité théorique et pratique des entreprises industrielles* etc., 2. ed., Paris, 1857 [, p. 49.]) O exemplo mais notável de redução artificial do tempo de produção operada exclusivamente por meio de processos naturais é fornecido pela história da produção de ferro, e

especialmente a transformação de ferro-gusa em aço nos últimos cem anos, desde a descoberta da *puddling* [pudlagem][d], por volta de 1780, até o moderno processo de Bessemer[e] e os mais recentes procedimentos introduzidos desde então. O tempo de produção diminuiu enormemente, mas o investimento de capital fixo aumentou na mesma medida.

Um exemplo peculiar[f] da divergência entre o tempo de produção e o tempo de trabalho é fornecido pela fabricação norte-americana de formas de calçados[g]. Aqui, uma parte considerável das despesas deriva do fato de que a madeira precisa ser colocada para secar por até dezoito meses, para que a forma, depois de pronta, não se deforme. Durante esse tempo, a madeira não passa por qualquer outro processo de trabalho. Assim, o período de rotação do capital investido é determinado não só pelo tempo necessário para a fabricação das formas, mas também pelo tempo durante o qual esse capital fica imobilizado na madeira em processo de secagem. Ele permanece por dezoito meses no processo de produção, antes que possa ingressar no processo de trabalho propriamente dito. Esse exemplo mostra, ao mesmo tempo, como os tempos de rotação de diferentes partes do capital total podem ser diferentes em consequência de circunstâncias que não provêm da esfera da circulação, mas do processo de produção.

É na agricultura que a diferença entre o tempo de produção e o tempo de trabalho se mostra com especial nitidez. Em nossos climas temperados, a terra dá trigo uma vez por ano. O encurtamento ou prolongamento do período de produção (para o trigo de inverno, aproximadamente nove meses) depende, por sua vez, da alternância de anos bons ou ruins, o que, por conseguinte, não pode ser previamente determinado e controlado com precisão, como na indústria propriamente dita. Apenas produtos subsidiários, como leite, queijo etc. podem ser continuamente produzidos e vendidos em períodos mais curtos. O tempo de trabalho, ao contrário, apresenta-se como segue:

> "O número de dias de trabalho nas diferentes regiões da Alemanha, considerando-se as condições climáticas e outras condições determinantes, será, para os três períodos principais de trabalho, presumivelmente o seguinte: para o período de primavera, de meados de março ou início de abril até meados de maio, de 50 a 60 dias úteis; para o período de verão, do início de junho até o fim de

agosto, de 65 a 80; e para o período de outono, do início de setembro até o fim de outubro ou meados de novembro, de 55 a 75 dias de trabalho. Para o inverno, deve-se considerar apenas o trabalho a ser executado nessa época, como a adubação, o transporte de madeira, o transporte até o mercado, trabalhos de construção etc." (F. Kirchhof, *Handbuch der Landwirthschaftlichen Betriebslehre*, Dresden[h], [Katz,] 1852, p. 160)

Assim, quanto mais desfavorável é o clima, mais concentrado num curto espaço de tempo é o período de trabalho da agricultura e, portanto, o investimento em capital e trabalho. Por exemplo, a Rússia. Nesse país, em algumas regiões do norte, o trabalho agrícola só pode ser realizado por 130-150 dias no ano. Compreende-se o prejuízo que a Rússia teria caso 50 dos 65 milhões que formam sua população europeia permanecessem desocupados durante os seis ou oito meses de inverno, época em que todo trabalho agrícola precisa cessar. Além dos 200 mil agricultores que trabalham nas 10.500 fábricas da Rússia, desenvolveram-se, por toda parte nas aldeias, indústrias domésticas. Há, assim, aldeias em que todos os agricultores são, desde muitas gerações, tecelões, curtidores, sapateiros, serralheiros, cuteleiros etc.; esse é o caso especialmente nas províncias de Moscou, Vladimir, Kaluga, Kostroma e Petersburgo. Aliás, a indústria domiciliar se vê cada vez mais pressionada a servir à produção capitalista; os tecelões, por exemplo, recebem a urdidura e a trama diretamente dos comerciantes ou por intermédio de agentes. (Trecho abreviado de "Reports by H. M. Secretaries of Embassy and Legation, on the Manufactures, Commerce etc.", 1865, n. 8, p. 86, 87). Vê-se, aqui, como a divergência entre o período de produção e o período de trabalho, sendo este último apenas uma parte do primeiro, constitui a base natural da unificação da agricultura com a indústria subsidiária rural, assim como o último, por outro lado, torna-se o ponto de apoio para o capitalista, que inicialmente se introduz como comerciante. Como a produção capitalista veio mais tarde a consumar a cisão entre manufatura e agricultura, o trabalhador agrícola tornou-se cada vez mais dependente de uma ocupação acessória, meramente ocasional, o que faz piorar sua situação. Para o capital, como veremos mais adiante, todas as diferenças se compensam na rotação. Mas não para o trabalhador.

Na maior parte dos ramos da indústria propriamente dita, da mineração, do transporte etc., a operação da produção é uniforme, de modo que se cumpre o mesmo tempo de trabalho por anos a fio e, abstraindo de interrupções anormais, como flutuações de preços, perturbações dos negócios etc., os desembolsos realizados para o capital que entra diariamente no processo de circulação são distribuídos uniformemente. Do mesmo modo, permanecendo iguais as condições de mercado, também o refluxo do capital circulante ou sua renovação ao longo do ano reparte-se em períodos iguais. Mas nos investimentos de capital em que o tempo de trabalho constitui apenas uma parte do tempo de produção, ocorre, no curso dos vários períodos do ano, a mais extrema desigualdade no desembolso de capital circulante, ao passo que o refluxo tem lugar apenas de uma só vez, no tempo fixado pelas condições naturais. Por isso, mantendo-se igual a escala do negócio, isto é, a grandeza do capital circulante adiantado sendo a mesma, é preciso adiantá-lo em quantidades maiores de uma só vez e por um período mais longo do que em negócios com períodos de trabalho contínuo. O tempo de vida do capital fixo também se distingue aqui consideravelmente do tempo em que ele funciona de modo realmente produtivo. Com a diferença entre o tempo de trabalho e o tempo de produção, também o tempo de utilização do capital fixo empregado é continuamente interrompido por um período mais ou menos longo, como ocorre, por exemplo, na agricultura, com o gado de trabalho, as ferramentas e as máquinas. Na medida em que esse capital fixo consiste de animais de trabalho, ele exige continuamente os mesmos – ou quase os mesmos – gastos com forragem etc. que durante o tempo em que está trabalhando. Também no caso de meios de trabalho mortos o não-uso provoca certa depreciação. Portanto, o produto geralmente encarece quando a transferência de valor para ele é calculada não de acordo com o tempo de funcionamento do capital fixo, mas com o tempo durante o qual ele perde valor. Nesses ramos de produção, a inatividade do capital fixo, seja ela vinculada ou não às despesas correntes, é igualmente uma condição para seu emprego normal, como, por exemplo, a perda de certa quantidade de algodão na fiação; do mesmo modo, a força de trabalho que é despendida

improdutivamente – porém de modo inevitável – em todo processo de trabalho sob condições técnicas normais conta tanto quanto aquele despendido produtivamente. Toda melhoria que reduz o dispêndio improdutivo de meios de trabalho, matéria-prima e força de trabalho reduz também o valor do produto.

Na agricultura, encontram-se unidas a maior duração do período de trabalho e a grande diferença entre tempo de trabalho e tempo de produção. Sobre isso, observa Hodgskin com razão:

> "A diferença entre o tempo" {embora ele não distinga aqui tempo de trabalho e tempo de produção} "necessário para concluir os produtos da agricultura e os de outros ramos de trabalho é a causa principal da forte dependência dos agricultores. Estes não conseguem levar suas mercadorias ao mercado num prazo menor do que um ano. Durante todo esse período, são obrigados a tomar emprestado do sapateiro, do alfaiate, do ferreiro, do fabricante de rodas e de vários outros produtores de cujos produtos eles necessitam, mas que são concluídos em poucos dias ou semanas. Graças a essa circunstância natural e ao mais rápido aumento da riqueza produzida por outros trabalhos que não a agricultura, os monopolizadores de toda a terra, embora também tenham monopolizado a legislação, não conseguiram salvar a si mesmos e a seus servos, os arrendatários, de se tornarem as pessoas mais dependentes no país." (Thomas Hodgskin, *Popular Political Economy*, Londres, [C. Tait,] 1827, p. 147, nota)

Todos os métodos pelos quais os gastos com salários e meios de trabalho na agricultura são mais uniformemente distribuídos ao longo de todo o ano – e pelos quais a rotação é abreviada por meio do cultivo de produtos mais variados, que possibilita diversas colheitas durante o ano – exigem o aumento do capital circulante adiantado na produção, do capital investido em salários, adubos, sementes etc. Isso ocorre na transição do sistema de rotação trienal com pousio para o sistema de rotação de culturas sem pousio. Assim é também nas *cultures dérobées*[i] de Flandres.

> "As hortaliças de raiz são plantadas em *culture dérobée*; o mesmo campo produz, sucessivamente, cereais, linho, colza, para as necessidades do homem, e, após a colheita, semeiam-se raízes forrageiras para a manutenção do gado. Este sistema, em que o gado pode permanecer continuamente no estábulo, resulta numa acumulação considerável de adubo e, assim, torna-se o eixo da rotação de culturas. Em distritos arenosos, empregam-se *cultures dérobées* em mais de um terço da área cultivada; é como se a área cultivada tivesse sido aumentada em um terço."

Além de hortaliças de raiz, também se utilizam para este propósito

trevos e outras gramíneas forrageiras.

> "A agricultura, conduzida a um ponto em que se converte em horticultura, requer, naturalmente, um investimento considerável de capital. O capital investido, que na Inglaterra é estimado em 250 francos por hectare, tem de ser de quase 500 francos em Flandres, uma soma que nossos agricultores provavelmente considerarão muito baixa." (*Essais sur l'économie rurale de la Belgique*, por Emile de Laveleye. Bruxelas, 1863, p. 59, 60, 63)

Consideremos, finalmente o caso da silvicultura

> "A produção de madeira distingue-se da maioria das demais produções essencialmente pelo fato de que nela a força da natureza age de forma autônoma e não carece da força humana ou de capital quando o crescimento é natural. Mesmo onde as áreas florestais são ampliadas artificialmente, o dispêndio de energia humana e de capital é insignificante quando comparado com a ação das forças naturais. Além disso, uma floresta continua a existir em solos e em locais onde os cereais já não crescem ou onde seu cultivo não vale mais a pena. Mas a silvicultura também exige, para se constituir numa atividade econômica regular, uma área maior do que aquela utilizada para o cultivo de cereais, já que áreas pequenas não permitem a aplicação de métodos apropriados de florestamento, impedem o aproveitamento dos usos secundários que a terra oferece, dificultam a proteção da floresta etc. Mas o processo produtivo estende-se por períodos tão longos que excede o planejamento de um empreendimento privado e até mesmo o tempo de vida de um homem. O capital investido na aquisição de terras para as florestas[j]" {na produção coletiva, esse capital se torna desnecessário e a única questão que se coloca para a comunidade é a da quantidade de solo de lavoura e de pastagens que ela pode destinar ao florestamento} "só traz um retorno que valha a pena depois de um longo período, e apenas parcialmente, pois muitas espécies de madeira só dão um retorno total em prazos[k] de até 150 anos. Além disso, a própria produção contínua exige um estoque de madeira viva de dez até quarenta vezes maior que o volume do abate anual. Desse modo, quem não dispõe de outra fonte de renda, nem de áreas consideráveis de floresta, não tem como manter um empreendimento regular de florestamento." (Kirchhof, [*Handbuch der landwirtschaftlichen Betriebslehre*, cit.,] p. 58)

O longo tempo de produção (que inclui um tempo relativamente curto de trabalho) e, por conseguinte, a longa duração de seus períodos de rotação, tornam a silvicultura um ramo de negócios desfavorável à empresa privada e, portanto, capitalista, sendo esta última, essencialmente, empresa privada, mesmo quando o capitalista associado assume o lugar do capitalista individual. O desenvolvimento da civilização e da indústria em geral mostrou-se sempre tão enérgico na destruição de florestas que tudo o que esse mesmo desenvolvimento tem feito para a conservação e a produção de árvores é absolutamente insignificante.

Particularmente digna de nota na citação Kirchhof é a seguinte passagem:

> "Além disso, a própria produção contínua exige um estoque de madeira viva de dez até quarenta vezes maior que o volume do abate anual."

Portanto, uma única rotação num período de dez a quarenta anos, ou mais.

O mesmo se aplica à pecuária. Uma parte do rebanho (estoque de gado) permanece no processo de produção, enquanto outra parte é vendida anualmente como produto. Nesse ponto, apenas uma parte do capital realiza uma rotação por ano, tal como no caso do capital fixo: da maquinaria, do gado de trabalho etc. Esse capital, embora esteja fixado no processo de produção por um período mais longo e, assim, prolongue a rotação do capital total, não constitui um capital fixo em sentido estrito.

O que aqui é chamado de estoque – uma determinada quantidade de árvores ou de gado vivos – encontra-se relativamente no processo de produção (simultaneamente como meio de trabalho e material de trabalho); conforme as condições naturais de sua reprodução, numa economia ordenada, uma parte considerável desse estoque tem sempre de estar disponível nessa forma.

Uma influência semelhante sobre a rotação é exercida por outro tipo de estoque, que é capital produtivo apenas potencialmente, mas que, em virtude da natureza dessa atividade econômica, tem de estar acumulado em maiores ou menores quantidades e, assim, precisa ser adiantado para a produção por um período mais longo, embora ele só entre gradualmente no processo ativo de produção. A esse tipo de estoque pertencem, por exemplo, o adubo, antes de ser levado ao campo, assim como os grãos, o feno etc., e aqueles estoques de meios de subsistência que entram na produção de gado.

> "Uma parte considerável do capital de giro [*Betriebskapital*] *está* contida nos estoques da fazenda. Mas estes podem perder mais ou menos de seu valor se não forem devidamente implementadas as medidas de precaução necessárias para sua boa conservação; com efeito, uma parte dos estoques de produtos pode ser inteiramente perdida por falta de prevenção. Por essa razão, requer-se preferencialmente uma cuidadosa vigilância dos celeiros, dos silos de forragem e

feno e dos porões, bem como manter os armazéns sempre fechados, limpos e ventilados etc.; o cereal e outros frutos armazenados precisam ser adequadamente virados de tempos em tempos, e as batatas e os nabos têm de ser protegidos contra o frio, a umidade e a putrefação[l] etc." (Ibidem, p. 292)

"No cálculo das próprias necessidades, especialmente no que diz respeito à criação de animais, em que a distribuição tem de ser feita de acordo com o produto e a finalidade visados, é preciso ter em vista não apenas a satisfação dessas necessidades, mas também a importância de se manter um estoque para casos imprevistos. Se disso resulta que as necessidades não podem ser plenamente satisfeitas com os próprios produtos, deve-se considerar, em primeiro lugar, se essa falha não pode ser coberta com outros produtos (substitutos), ou pela compra de tais produtos por um preço mais baixo no mercado. Uma escassez de feno, por exemplo, pode ser superada com uma mistura de raízes e palha. Nesses casos, devemos ter sempre em mente o valor real e o preço de mercado dos diferentes produtos, e o consumo deve ser regulado de acordo com isso; se, por exemplo, a aveia está mais cara, enquanto a ervilha e o centeio estão relativamente mais baratos, valerá a pena, para a alimentação dos cavalos, substituir uma parte da aveia por ervilha ou centeio e vender a aveia que foi assim poupada." (Ibidem, p. 300)

Anteriormente, na análise da formação do estoque[m], já observamos a necessidade de dispor de uma quantidade maior ou menor de capital produtivo potencial, isto é, de meios de produção destinados à produção e que precisam existir em estoque, numa quantidade maior ou menor, para serem introduzidos pouco a pouco no processo de produção. Observou-se, então, que num dado empreendimento ou exploração de capital de determinado volume, a grandeza desse estoque de produção depende da maior ou menor dificuldade de sua renovação, da relativa proximidade dos mercados onde eles podem ser adquiridos, do desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação etc. Todas essas circunstâncias exercem influência sobre o mínimo de capital que tem de existir na forma de estoque produtivo e, portanto, sobre os períodos pelos quais os adiantamentos de capital precisam ser feitos e sobre o volume da massa de capital a ser adiantada de uma só vez. Esse volume[n], que também influi na rotação, é condicionado pelo tempo mais longo ou mais curto durante o qual o capital circulante permanece imobilizado, na forma de estoque produtivo, como capital produtivo meramente potencial. Por outro lado, na medida em que esse estancamento depende da maior ou menor possibilidade de uma rápida reposição, das condições do mercado etc., ela própria deriva, por sua vez,

do tempo de curso, de circunstâncias que pertencem à esfera da circulação.

> “Além disso, todos esses implementos ou acessórios, assim como instrumentos manuais, tais como peneiras, cestos, cordas, graxa para os carros, agulhas etc., precisam estar disponíveis em estoque, para reposição imediata, em quantidade inversamente proporcional à possibilidade de serem obtidos rapidamente numa localidade não muito distante. Finalmente, todos os instrumentos devem ser cuidadosamente revisados no inverno, providenciando-se de imediato as substituições e os reparos necessários para que eles estejam em condições de uso. Mas se o estoque precisa ser maior ou menor é algo determinado pelas condições locais. Onde nas imediações não se encontram artesãos para efetuar os reparos ou lojas para se adquirir os materiais necessários, será preciso manter estoques maiores do que naqueles lugares em que esses elementos são encontrados no próprio local ou em suas cercanias. Se, permanecendo iguais as condições, os estoques necessários são adquiridos de uma só vez em grandes quantidades, obtém-se geralmente a vantagem de sua compra mais barata, desde que se escolha o momento adequado para realizá-la; certamente, com isso também se subtrai do capital de giro, de uma só vez, uma soma maior, da qual a empresa nem sempre pode prescindir sem problemas.” (Ibidem, p. 301)

A diferença entre tempo de produção e tempo de trabalho admite, como vimos, casos muito diferentes. O capital circulante pode se encontrar no tempo de produção antes de entrar no processo de trabalho propriamente dito (fabricação de formas de calçados); ou ele se encontra no tempo de produção depois de ter passado pelo processo de trabalho propriamente dito (vinho, semente); ou o tempo de produção é esporadicamente interrompido pelo tempo de trabalho (lavoura, silvicultura); uma grande parte do produto apto a circular permanece incorporada no processo ativo de produção, enquanto uma parte muito menor entra na circulação anual (silvicultura e pecuária); o período mais ou menos longo durante o qual o capital circulante tem de ser investido na forma de capital produtivo potencial e, portanto, também a quantidade maior ou menor em que esse capital precisa ser desembolsado de uma só vez depende, em parte, do tipo do processo de produção (agricultura) e, em parte, da maior ou menor proximidade dos mercados etc., em suma, de circunstâncias que pertencem à esfera da circulação.

Mais adiante (Livro III), veremos a que teorias absurdas conduz, em MacCulloch, James Mill etc., a tentativa de identificar o tempo de produção, distinto do tempo de trabalho, com este último – tentativa que, por sua vez, deriva de uma falsa aplicação da teoria do valor[o].

* * *

[p]O ciclo de rotação, que analisamos anteriormente, é dado pela duração do capital fixo adiantado no processo de produção. Assim como este último abarca uma série maior ou menor de anos, também o primeiro abarca uma série de rotações anuais do capital fixo ou de rotações repetidas desse capital durante o ano.

Na agricultura, tal ciclo de rotação surge do sistema de revezamento das culturas.

> "De todo modo, não se pode admitir que a duração do tempo de arrendamento seja menor que a do ciclo do revezamento de culturas que foi introduzido, razão pela qual, no caso do sistema de rotação trienal, calcula-se esse tempo sempre com três, seis, nove. Mas quando se adota o sistema de rotação trienal com pousio, o campo é cultivado apenas quatro vezes em seis anos, semeando-se, nos anos de cultivo, cereais de inverno e de verão, e se a natureza do solo o requer ou o permita, alternam-se também trigo e centeio, cevada e aveia. Cada tipo de cereal reproduz-se, no mesmo solo, mais ou menos do que o outro, cada um tem um valor distinto e também é vendido por um preço distinto. Por isso, o rendimento do campo é, em cada ano de cultivo, diferente do rendimento dos outros anos, e também o da primeira metade do ciclo" (nos primeiros três anos) "é diferente do da segunda metade. Mesmo o rendimento médio no tempo de curso não é igual nas duas metades, uma vez que a fertilidade não depende apenas da qualidade do solo, mas também das condições climáticas em cada ano, assim como os preços dependem de circunstâncias diversas. Portanto, quando se calcula o importe[q] do campo segundo os anos de produtividade média dos seis anos de duração do curso e segundo os preços médios vigentes nesse período, encontra-se o rendimento total por um ano tanto num como noutro tempo de curso. Mas isso não ocorre se o rendimento é calculado apenas para a metade do tempo de curso, ou seja, para três anos, porquanto nesse caso o rendimento global resultaria desigual. Disso se extrai que a duração do tempo de arrendamento no sistema de rotação trienal tenha de ser fixado em, no mínimo, seis anos. Porém, mais desejável para o arrendatário e o arrendador continua a ser que o tempo de arrendamento constitua um múltiplo do tempo de arrendamento" {sic!}[r] "e, assim, no caso do sistema de rotação trienal, que se fixe um tempo de 12, 18 ou mais anos, em vez de 6, e, no caso do cultivo por rotações setenais, um tempo de 14 ou 28 anos, em vez de 7." (Ibidem, p. 117-8)

{No manuscrito, Marx anotou neste lugar: "O sistema inglês de rotação de culturas. Introduzir aqui uma nota".}[s]

---

[a] No manuscrito (II, p. 77), esta seção se intitula: "c) Diferença entre tempo de trabalho e tempo de produção". (N. T.)

[b] Na ed. bras., Livro I, p. 408-16. (N. T.)

[c] No manuscrito II (p. 78), esta última frase está redigida por Marx da seguinte forma: “Conforme a maior ou menor duração do tempo de produção que não consiste em tempo de trabalho prolonga-se também, em maior ou menor medida, a permanência do capital adiantado na esfera de produção, ou seja, o tempo de necessário à retomada de seu ciclo, isto é, seu *período de rotação*, o tempo durante o qual o capital tem de ser adiantado antes de retornar a seu ponto de partida, ou seja, a duração do tempo no qual ele foi adiantado”. (N. T.)

[d] A pudlagem, processo de descarburização do ferro por meio da ação de escória ou de óxidos, foi experimentada em 1784 por Henry Cort e introduzida em 1830 por Joseph Hall. (N. T.)

[e] Em 1856, na British Association, *sir* Henry Bessemer proferiu uma conferência sobre “*The manufacture of malleable iron and steel without fuel*”, na qual apresentou um novo processo para a transformação de ferro em aço. O método Bessemer, também chamado de *Windfrischen*, superou o método da pudlagem. (N. E. A.)

[f] Neste parágrafo, Engels resume um trecho do manuscrito II. Reproduzimos a passagem correspondente no Apêndice 5, p. 655-7. (N. T.)

[g] Além da fabricação de algodão e de facas, desde 1820, aproximadamente, desenvolveu-se em Massachusetts e New Hampshire, em razão de seus abundantes recursos em madeira e moinhos hidráulicos, uma diversificada indústria de artigos de madeira, entre outros, de formas de calçados, como, por exemplo, desde 1837, na Ritchie Manufacturing Company. Thomas Blanchard, de Sutton, Massachusetts, inventou em 1853 um torno especial para formas de calçados. (N. E. A.)

[h] O livro de Kirchhof foi publicado em Dessau. (N. E. A.)

[i] *Cultures dérobées*: culturas secundárias ou frutos intermediários que, na França, em determinadas épocas, eram plantados entre duas culturas principais. (N. E. A.)

[j] Na primeira e na segunda edição, “solo do país” [*Landboden*] no lugar de “solo para florestas” [*Waldboden*]. (N. E. A.)

[k] Na primeira e na segunda edição, “bosques” [*Forsten*] no lugar de “prazos” [*Fristen*]. (N. E. A.)

[l] Na primeira e na segunda edição: “o fogo” [*Feuer*] no lugar de “a putrefação” [*Fäulnis*]. (N. E. A.)

[m] Cf. p. 217-23. (N. T.)

[n] No manuscrito II (p. 82): “Essa circunstância”. (N. T.)

[o] Referência à crítica a John Ramsay MacCulloch e James Mill em *Teorias do mais-valor*, que deveria ser publicado como Livro IV de *O capital*. (N. E. A.)

[p] No manuscrito (II, p. 83), encontra-se neste ponto o título: “d) Ciclo de rotação derivado da natureza do processo de produção. (Efeito sobre o tempo de curso do capital)”. No esboço de sumário do Livro II, Marx especificou o termo “ciclos de rotação” em dois títulos de subcapítulos: primeiramente, como “Ciclos de rotação que derivam do capital fixo” (que corresponde ao título do capítulo 9) e, mais adiante, como “O ciclo de rotação derivado de métodos especiais do processo de produção”. Cf. Apêndice 2, p. 647; ver também “Introdução da edição alemã (MEGA-2 II/13)”, p. 23. Essas variantes indicam que Marx buscava uma exposição mais sistemática e abrangente da análise das circunstâncias que diferenciam a rotação do capital. Cf. MEGA-2 II/13, cit., p. 526. (N. T.)

[q] Em Kirchhof: “rendimento” [*Ertrag*] no lugar de “importe” [*Betrag*]. (N. E. A.)

[r] Com “sic!”, Engels chama a atenção para o fato de que o correto seria “tempo de curso”. (N. E. A.)

[s] Referência à forma inglesa da rotação de culturas, a qual, por não se prender a nenhum esquema determinado, era mais avançada que o sistema de rotação de três ou de sete lavouras. Na nota de rodapé aqui planejada, Marx provavelmente pretendia fazer uma breve menção aos problemas que o sistema inglês de arrendamento acarretam para esse método de tratamento do solo. (N. E. A.)

# Capítulo 14

## O tempo de curso[a]

Todas as circunstâncias até aqui consideradas, que diferenciam os períodos de curso de distintos capitais investidos em diversos ramos da indústria e, por conseguinte, também os períodos durante os quais o capital tem de ser adiantado, surgem no interior do próprio processo de produção, assim como a distinção entre capital fixo e capital líquido, entre os períodos de trabalho etc. No entanto, o tempo de rotação do capital é igual à soma de seu tempo de produção e de seu tempo de curso ou de circulação. É evidente, por isso, que durações diversas do tempo de curso fazem com que também o tempo de rotação e, consequentemente, a duração do período de rotação sejam diferentes. Isso se evidencia com mais clareza quando se comparam dois investimentos de capital distintos, nos quais todas as demais circunstâncias modificadoras da rotação são iguais e apenas os tempos de curso são distintos, ou quando se toma um capital dado, com dada composição de capital fixo e líquido, dado período de trabalho etc., e apenas se deixa que os tempos de curso variem hipoteticamente.

Uma fração do tempo de curso – a mais importante relativamente – é formada pelo tempo de venda, isto é, pelo período em que o capital se encontra em estado de capital-mercadoria. De acordo com a grandeza relativa desse prazo, prolonga-se ou encurta-se o tempo de curso e, com isso, o período de rotação em geral. Também pode ocorrer que um desembolso adicional de capital se faça necessário devido a custos de armazenamento etc. Desde o início está claro que o tempo requerido para a venda de suas mercadorias prontas pode ser muito variável entre os capitalistas individuais num mesmo ramo de negócio e, portanto, não apenas para as massas de capital investidas em ramos distintos de

produção, mas também para os diferentes capitais autônomos que, na realidade, constituem apenas parcelas autonomizadas do capital total investido na mesma esfera da produção. Mantendo-se inalteradas as demais circunstâncias, o período de venda para o mesmo capital individual variará com as oscilações gerais que ocorram nas condições do mercado ou com suas oscilações no ramo particular de negócio. Por ora, não nos deteremos na análise desse ponto. Apenas constatamos o simples fato de que todas as circunstâncias que em geral produzem a diversidade dos períodos de rotação dos capitais investidos nos diferentes ramos de negócio têm também como consequência, quando atuam individualmente (quando, por exemplo, apresenta-se a um capitalista a ocasião de vender mais rapidamente do que seu concorrente, quando um emprega mais métodos que o outro para encurtar os períodos de trabalho etc.), uma diversidade na rotação dos diversos capitais individuais radicados no mesmo ramo de negócio.

Uma causa sempre atuante na diferenciação do tempo de venda e, portanto, no tempo de rotação em geral, é a distância que separa o mercado no qual a mercadoria é vendida de seu local de produção[b]. Durante todo o tempo de seu traslado ao mercado, o capital encontra-se imobilizado na condição de capital-mercadoria; se a produção é por encomenda, ele permanece nesse estado até o momento da entrega; se não é por encomenda, acrescenta-se ao tempo de traslado até o mercado o tempo em que a mercadoria permanece à venda no mercado. O aperfeiçoamento dos meios de comunicação e de transporte abrevia o período de migração das mercadorias em termos absolutos, mas não suprime a diferença relativa, surgida dessa migração, entre os tempos de curso dos diferentes capitais-mercadoria, e tampouco entre diferentes frações do mesmo capital-mercadoria, que migram para diferentes mercados. Os veleiros e os navios a vapor aperfeiçoados, por exemplo, encurtam os traslados tanto no caso de portos próximos como no de portos longínquos. A diferença relativa se mantém, ainda que frequentemente diminuída. Porém, devido ao desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, as diferenças relativas podem se modificar a ponto de deixar de corresponder às

distâncias naturais. Por exemplo, uma ferrovia que conecte o local de produção a um importante centro populacional situado no interior pode fazer com que a distância até um ponto que seja mais próximo mas que não disponha de conexão ferroviária, seja absoluta ou relativamente maior em comparação com a distância até o ponto naturalmente mais distante; do mesmo modo, pode ocorrer que, devido à mesma circunstância, a distância relativa entre os locais de produção e os grandes mercados seja alterada, o que explica a decadência dos velhos centros de produção e a ascensão de novos locais provocadas pela mudança nos meios de transporte e de comunicação. (Acrescente-se a isso o preço relativamente mais baixo do transporte para distâncias mais longas do que para mais curtas.) Ao mesmo tempo, com o desenvolvimento dos meios de transporte, não só se acelera a velocidade do deslocamento e, com isso, encurta-se temporalmente a distância espacial; não só se desenvolve a massa dos meios de comunicação, de modo que, por exemplo, muitos navios zarpem ao mesmo tempo para o mesmo porto e diversos trens viajem simultaneamente entre os mesmos dois pontos por ferrovias distintas, como, no decorrer da semana, por exemplo, em vários dias sucessivos, diversos navios mercantes que partem de Liverpool para Nova York, ou, em diversas horas do dia, trens de mercadorias que dirigem-se de Manchester para Londres. A velocidade absoluta – portanto, essa parte do tempo de curso – não é, decerto, alterada por esta última circunstância, supondo-se um dado desempenho dos meios de transporte. Mas quantidades sucessivas de mercadorias podem ser expedidas em períodos consecutivos mais curtos e, assim, chegar sucessivamente ao mercado, sem que se acumulem em grandes massas, como capital-mercadoria potencial, até o momento de serem efetivamente despachadas. Por isso, também o refluxo se distribui em períodos sucessivos mais curtos, de modo que uma parte dessas mercadorias é constantemente transformada em capital monetário, enquanto a outra circula como capital-mercadoria. Por meio dessa distribuição do refluxo entre vários períodos sucessivos, o tempo total de curso é abreviado e, assim, também a rotação. Primeiramente, a frequência de funcionamento dos meios de transporte – por exemplo, o número de trens numa ferrovia – aumenta à

medida que um local passa a produzir mais, convertendo-se num grande centro de produção, e na direção de um mercado já existente, portanto, voltada aos grandes centros de produção e de população, aos portos exportadores etc. Em contrapartida, essa facilidade específica do intercâmbio e a rotação acelerada do capital daí decorrente (na medida em que a rotação é condicionada pelo tempo de curso) promovem, inversamente, uma concentração acelerada do centro de produção, por um lado, e de seu mercado, por outro. Juntamente com a concentração, assim acelerada, de massas de homens e de capitais em pontos determinados, avança a concentração dessas massas de capital em poucas mãos. Ao mesmo tempo, voltam a ocorrer alterações e deslocamentos em consequência das mudanças que o avanço dos meios de comunicação provocam na localização relativa dos centros de produção e dos mercados. Um centro de produção que, por estar situado junto a uma estrada ou canal, desfrutava de uma posição privilegiada, encontra-se agora ao lado de uma única via ferroviária, que funciona apenas em intervalos relativamente grandes, enquanto outro ponto, antes completamente distante das vias principais, encontra-se agora no lugar onde várias linhas férreas se entrecruzam. A segunda localidade prospera, a primeira decai. A modificação nos meios de transporte provoca, portanto, uma diferenciação local no que diz respeito ao tempo de curso das mercadorias, às oportunidades de compra, venda etc., ou distribui de outro modo as diferenciações locais já existentes. A importância dessa circunstância para a rotação do capital se mostra nos litígios dos representantes comerciais e industriais de várias localidades com as direções das empresas ferroviárias. (Ver, por exemplo, o supracitado Livro Azul do Railway Committee.[c])

Todos os ramos de produção que, pela natureza de seu produto, orientam-se principalmente ao mercado local, como as cervejarias, desenvolvem-se em sua máxima dimensão em grandes centros populacionais. A rotação mais rápida do capital compensa aqui, em parte, o encarecimento de muitas condições da produção, dos terrenos onde se erguem as fábricas etc.

Se, por um lado, com o progresso da produção capitalista, o desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação abrevia o tempo de curso para uma quantidade dada de mercadorias, esse mesmo progresso e a possibilidade dada com o referido desenvolvimento provocam, inversamente, a necessidade de trabalhar para mercados cada vez mais distantes – numa palavra, para o mercado mundial. A massa das mercadorias que se encontram em deslocamento, sendo transportadas até pontos distantes, cresce enormemente e, com ela, tanto em termos absolutos quanto relativos, a parte do capital social que, constantemente e por períodos mais longos, encontra-se no estágio do capital-mercadoria, no interior do tempo de curso. Com isso também cresce, ao mesmo tempo, a parte da riqueza social que, em vez de servir de meio direto de produção, é investida em meios de transporte e de comunicação e no capital fixo e circulante requerido para o funcionamento desses meios.

A mera duração relativa da viagem da mercadoria desde o local de produção até o mercado provoca uma diferença não só na primeira parte do tempo de curso, a do tempo de venda, mas também na segunda parte, a da reconversão do dinheiro em elementos do capital produtivo, ou seja, a do tempo de compra. Suponhamos, por exemplo, que as mercadorias sejam enviadas para a Índia. Digamos que essa operação dure quatro meses e que o tempo de venda seja = 0, isto é, que a mercadoria seja enviada logo após a realização do pedido e seja paga ao representante do produtor no momento da entrega. O reembolso do dinheiro (não importa aqui a forma como ele é reembolsado) dura outros quatro meses. Transcorrem, assim, um total de oito meses antes que o mesmo capital possa voltar a funcionar como capital produtivo e, com isso, a mesma operação possa ser reiniciada. As diferenças assim provocadas na rotação constituem um dos fundamentos materiais dos diversos prazos de crédito, assim como o comércio ultramarino, por exemplo, em Veneza e Gênova constitui, em geral, uma das fontes do sistema de crédito propriamente dito.

"A crise de 1847 propiciou à comunidade bancária e mercantil daquela época reduzir o prazo da Índia e da China" (a data de vencimento das letras de câmbio trocadas entre esses países e a Europa) "de dez meses a prazo para seis meses à vista, e o período de vinte anos, com sua

aceleração dos deslocamentos e a introdução do telégrafo, […] torna necessária […] agora uma redução ulterior de seis meses à vista para quatro meses a prazo, como um primeiro passo para chegar a quatro meses à vista. A viagem de um veleiro de Calcutá para Londres, contornando o Cabo da Boa Esperança, dura, em média, menos de 90 dias. Um prazo de quatro meses à vista seria igual a um prazo de, digamos, 150 dias. O prazo atual de seis meses é igual a um prazo de, digamos, 210 dias." (*London Economist*, 16 jun. 1866)

Em contrapartida:

"O prazo brasileiro continua a ser de dois e três meses à vista, letras da Antuérpia" (a Londres) "vencem em três meses a prazo, e mesmo Manchester e Bradford emitem letras a Londres com vencimento em três meses a prazo ou em intervalos ainda maiores. Por consentimento tácito, é oferecida ao comerciante uma oportunidade suficiente de realizar sua mercadoria, certamente não antes, mas num prazo razoável após o vencimento das letras emitidas contra ele. Nesse sentido, o prazo atual para as letras indianas não pode ser considerado excessivo. Considerando-se que a maior parte dos produtos indianos que chegam a Londres é vendida em três meses, esse prazo não pode – se no cálculo é incluído o tempo necessário para a efetivação das vendas – ser menor do que cinco meses, ao passo que outros cinco meses transcorrem (em média) entre o momento da aquisição na Índia e a entrega do produto no depósito inglês. Temos, aqui, um período de dez meses, ao mesmo tempo em que o prazo das letras emitidas contra as mercadorias não ultrapassa sete meses." (Ibidem, 30 jun. 1866)

"Em 2 de julho de 1866, cinco grandes bancos londrinos, negociando principalmente com a Índia e a China, e o parisiense Comptoir d'Escompte, noticiaram que, a partir de 1º de janeiro de 1867, suas sucursais e agências orientais só comprarão e venderão letras de câmbio por um prazo que não ultrapasse quatro meses à vista." (Ibidem, 7 jul. 1866)

No entanto, essa redução fracassou e teve de ser abandonada. {Desde então, o canal do Suez[d] revolucionou tudo isso.}

É evidente que, com o tempo mais longo de curso das mercadorias, aumenta o risco de uma variação de preços no mercado de venda, uma vez que se estende o período no qual tal variação pode ocorrer.

Quando o pagamento não é feito de imediato e com dinheiro vivo, os diferentes prazos de pagamento na compra e na venda geram diferenças no tempo de curso, em parte individualmente, entre os diversos capitais singulares do mesmo ramo de negócio, em parte entre diversos ramos de acordo com os prazos de vencimento usuais em cada um deles. Não nos ocuparemos, aqui, com esse ponto, cuja importância refere-se ao sistema de crédito.

Diferenças no tempo de rotação também derivam do volume dos

contratos de entrega, e este aumenta com o volume e a escala da produção capitalista. O contrato de entrega, como transação entre comprador e vendedor, é uma operação que diz respeito ao mercado, à esfera da circulação. Essas diferenças no tempo de rotação surgem, portanto, da esfera da circulação, porém repercutem diretamente sobre a esfera da produção e o fazem mesmo que desconsideremos todos os prazos de pagamento e condições de crédito, ou seja, também no pagamento imediato em dinheiro. Carvão, algodão, fio etc. são, por exemplo, produtos discretos. Todo dia fornecem sua quantidade de produto acabado. Mas se o dono de uma fiação ou o proprietário de minas se compromete a fornecer quantidades de produtos que requerem, digamos, um período de quatro ou seis semanas consecutivas de jornadas de trabalho, isso equivale, no que se refere ao intervalo em que é preciso adiantar capital, a introduzir nesse processo um período contínuo de trabalho de quatro ou seis semanas. Aqui se pressupõe, naturalmente, que a massa inteira de produto pedida deve ser entregue de uma só vez, ou que só seja paga depois de a entrega ter sido plenamente efetuada. Assim, considerada separadamente, cada jornada forneceu sua quantidade determinada de produto acabado. Mas essa quantidade acabada é sempre apenas uma parte da quantidade que, segundo o contrato, deve ser entregue. Nesse caso, embora a parte acabada das mercadorias pedidas não se encontre mais no processo de produção, ela se encontra no depósito como capital puramente potencial.

Passemos agora ao segundo período do tempo de curso: o tempo de compra ou o período em que o capital se reconverte de forma-dinheiro em elementos do capital produtivo. Durante essa época, o capital tem de permanecer imóvel por um tempo maior ou menor em seu estado de capital monetário, de modo que certa parcela do capital total adiantado tem de se encontrar continuamente no estado de capital monetário, embora essa parcela consista em elementos constantemente variáveis. Num determinado negócio, por exemplo, é preciso que do capital total adiantado existam $n \times$ £100 na forma de capital monetário, de maneira que, enquanto todos os componentes dessas $n \times$ £100 se transformam continuamente em capital produtivo, esta soma volte a se completar, de modo igualmente contínuo,

por meio do influxo proveniente da circulação, do capital-mercadoria realizado. Uma parcela determinada de valor do capital adiantado encontra-se, assim, constantemente no estado de capital monetário, ou seja, numa forma que não pertence à sua esfera de produção, mas à sua esfera de circulação.

Vimos anteriormente que o prolongamento do tempo provocado pela distância do mercado – tempo no qual o capital se desloca na forma de capital-mercadoria – provoca diretamente um retorno atrasado do dinheiro e, portanto, também atrasa a transformação do capital de capital monetário em capital produtivo.

Além disso, vimos anteriormente (cap. 6) como, no que diz respeito à aquisição de mercadorias, o tempo de compra, a maior ou menor distância em relação às principais fontes de abastecimento de matéria-prima, torna necessário adquirir essa matéria-prima para períodos mais longos e mantê-las sempre prontas para uso na forma de estoque produtivo, ou seja, de capital produtivo latente ou potencial; que, portanto, essa distância, mantendo-se inalterada a escala da produção, aumenta tanto a massa do capital que precisa ser adiantada de uma só vez como o tempo pelo qual ela tem de ser adiantada.

Semelhante é o efeito, em diversos ramos de negócio, dos períodos – mais longos ou mais curtos – nos quais massas consideráveis de matéria-prima são lançadas no mercado. Assim, por exemplo, a cada três meses se realizam em Londres grandes leilões de lã, que dominam o mercado desse produto, enquanto o mercado algodoeiro se renova totalmente, de uma colheita a outra, de modo contínuo, ainda que nem sempre uniforme. Tais períodos determinam os principais prazos de aquisição dessas matérias-primas e também atuam, em particular, sobre as aquisições especulativas, que, por sua vez, condicionam adiantamentos mais longos ou mais curtos nesses elementos de produção, exatamente do mesmo modo como a natureza das mercadorias produzidas condiciona a duração mais longa ou mais curta da retenção especulativa e intencional do produto na forma de capital-mercadoria potencial.

"Em certa medida, o agricultor precisa ser também um especulador e, dessa forma, postergar a venda de seus produtos se as condições do momento assim o recomendarem […]."

**Seguem algumas regras gerais.**

"Contudo, na venda dos produtos tudo depende fundamentalmente da pessoa, do próprio produto e da localidade. Quem quer que, por destreza e sorte (!), esteja provido de suficiente capital de giro não será repreendido se mantiver sua colheita armazenada durante um ano, quando os preços estiverem inabitualmente baixos; em contrapartida, alguém que careça de capital de giro ou seja totalmente desprovido (!) de espírito especulativo tentará obter os preços médios correntes e terá de vender tão logo e sempre que se lhe apresente a oportunidade para tanto. Manter a lã no depósito por mais de um ano dificilmente terá outro efeito do que deteriorá-la, ao passo que cereais e sementes oleaginosas podem ser armazenados por alguns anos sem detrimento de suas propriedades nem de sua qualidade. Tais produtos, habitualmente sujeitos a grandes altas e baixas em curtos intervalos, como, por exemplo, as sementes oleaginosas, o lúpulo, as dipsacáceas e similares, podem ser vantajosamente armazenados durante os anos em que seus preços de venda estão muito abaixo dos preços de produção. Onde a demora se mostra menos possível é no caso dos objetos que ocasionam custos diários de manutenção, como o gado de engorda, ou que estão sujeitos à decomposição, como frutas, batatas etc. Em muitas regiões, o preço de um produto atinge seu nível mínimo em certas estações, e seu máximo em outras; assim, por exemplo, em muitos lugares o preço do cereal é, em média, mais baixo na época do dia de São Martinho do que entre o Natal e a Páscoa. Ademais, em muitas regiões há diversos produtos que só se pode vender bem em determinadas épocas, como ocorre, por exemplo, com a lã naqueles mercados situados em lugares onde o comércio desse produto costuma sofrer paralisações etc." (Kirchhof, [*Handbuch der landwirtschaftlichen Betriebslehre*,] cit., p. 302)

Na análise da segunda metade do tempo de curso, na qual o dinheiro se reconverte nos elementos do capital produtivo, entra em consideração não só essa conversão, considerada em si mesma, não só o tempo que o dinheiro leva para refluir, segundo a distância do mercado em que o produto é vendido, mas também, e sobretudo, o volume em que uma parcela do capital adiantado tem de encontrar-se constantemente sob a forma-dinheiro, no estado de capital monetário.

Abstraindo de toda especulação, o volume das aquisições daquelas mercadorias que precisam estar constantemente disponíveis como estoque produtivo depende das épocas de renovação desse estoque, portanto, de circunstâncias que, por sua vez, dependem das condições do mercado e que, por isso, são diferentes para diferentes matérias-primas etc.; aqui é necessário, portanto, que de tempos em tempos sejam adiantadas somas

consideráveis de dinheiro. O dinheiro reflui, conforme a rotação do capital, com maior ou menor velocidade, porém sempre de forma fracionada. Uma parte dele, a saber, a parte reconvertida em salários, volta a ser gasta com a mesma constância, em intervalos relativamente curtos. Mas outra parte, aquela que se reconverte em matéria-prima etc., deve acumular-se por períodos mais longos, como fundo de reserva, seja para compras, seja para pagamentos. Ela existe, por isso, na forma de capital monetário, embora varie o volume em que existe como tal.

No capítulo seguinte, veremos como outras circunstâncias, sejam elas originadas do processo de produção ou do de circulação, requerem que uma determinada porção do capital adiantado preexista em forma-dinheiro. Mas devemos observar, em geral, que os economistas têm uma grande propensão a se esquecer não só de que uma parte do capital necessário num negócio percorre constantemente, de modo alternado, as três formas de capital monetário, capital produtivo e capital-mercadoria, mas que diferentes porções desse capital assumem constantemente e ao mesmo tempo essas formas, ainda que a grandeza relativa de tais porções varie constantemente. A parte de que os economistas se esquecem é aquela que existe constantemente como capital monetário, embora justamente essa circunstância seja de grande necessidade para a compreensão da economia burguesa e, por isso, manifesta-se também como tal no terreno prático.

---

[a] No manuscrito (II, p. 84), esta seção se intitula: “e) Diferenças no tempo de curso”. (N. T.)

[b] Na primeira e na segunda edição: “local de venda” [*Verkaufsplatz*] no lugar de “local de produção” [*Produktionsplatz*]. (N. E. A.)

[c] Cf. p. 231. (N. T.)

[d] Canal artificial entre o Mediterrâneo e o mar Vermelho, fundado em 1869. No século XIX, sua utilização encurtou em 24 dias o tempo de navegação de um navio a vapor entre Londres e Bombai. (N. E. A.)

# Capítulo 15

## Efeito do tempo de rotação sobre a grandeza do adiantamento de capital[a]

Neste capítulo, bem como no capítulo 16, tratamos da influência do tempo de rotação sobre a valorização do capital.

Tomemos o capital-mercadoria produzido por um período de trabalho de, por exemplo, nove semanas. Se abstraímos, por um momento, da parte de valor do produto que lhe é acrescentada pela depreciação média do capital fixo, assim como do mais-valor que lhe é acrescentado durante o processo de produção, o valor desse produto é igual ao valor do capital líquido adiantado para sua produção, isto é, ao valor do salário e das matérias-primas e materiais auxiliares consumidos em sua produção. Seja esse valor = £900, de modo que o desembolso semanal seja de £100. O tempo periódico de produção, que aqui coincide com o período de trabalho, é, portanto, de nove semanas. Nesse caso, é indiferente se aqui supomos um período de trabalho para um produto contínuo ou um período contínuo de trabalho para um produto discreto, desde que a quantidade de produto discreto levada de uma só vez ao mercado custe nove semanas de trabalho. Digamos que o tempo de curso dure três semanas, e que o período inteiro de rotação seja, portanto, de doze semanas. Transcorridas nove semanas, o capital produtivo adiantado se transformou em capital-mercadoria, mas agora permanece por três semanas no período de circulação. Assim, o novo prazo de produção só poderia recomeçar no início da 13ª semana, e a produção ficaria paralisada por três semanas, ou seja, por ¼ do período inteiro de rotação. Uma vez mais, é indiferente se pressupomos que esse prazo dure, em média, até a mercadoria ser vendida, ou que ele seja condicionado pela distância do mercado ou pelos prazos de pagamento para

a mercadoria vendida. A cada três meses, a produção estaria paralisada por 3 semanas, ou seja, durante o ano, 4 × 3 = 12 semanas = três meses = ¼ do período de rotação anual. Se, por conseguinte, a produção deve ser contínua e efetuar-se semanalmente, há apenas duas possibilidades.

A primeira consiste em reduzir a escala da produção, de modo que £900 bastem para manter o trabalho em operação, tanto durante o período de trabalho como durante o tempo de curso da primeira rotação. Com a 10ª semana inaugura-se, então, um segundo período de trabalho e, portanto, também um período de rotação, antes que o primeiro período de rotação esteja concluído, pois o período de rotação é de doze semanas, e o período de trabalho é de nove semanas. £900, distribuídas por doze semanas, são £75 semanais. Antes de tudo, está claro que tal escala reduzida do negócio pressupõe dimensões modificadas do capital fixo, ou seja, geralmente, uma redução do investimento no negócio. Em segundo lugar, é questionável se essa redução pode ocorrer em geral, pois em cada negócio existe, na proporção do desenvolvimento de sua produção, um mínimo normal de investimento de capital abaixo do qual o negócio individual perde sua competitividade. Esse próprio mínimo normal aumenta constantemente com o desenvolvimento capitalista da produção, não sendo, pois, algo fixo. Mas entre o normal mínimo dado em cada caso e o normal máximo em constante ampliação encontram-se inúmeros graus intermediários – uma zona média que admite graus muito distintos de investimento de capital. No interior dos limites dessa zona média também pode ocorrer, portanto, uma redução, cujo limite é o próprio normal mínimo dado em cada caso. Quando há interrupções da produção, saturação dos mercados, encarecimento da matéria-prima etc., ocorre, sobre a base dada de capital fixo, uma limitação do desembolso normal de capital circulante, em parte mediante o prolongamento do tempo de trabalho, em parte mediante sua intensificação. Em negócios que desde o início devem contar com tais oscilações, recorre-se, em parte, aos meios supramencionados e, em parte, ao emprego simultâneo de um número maior de trabalhadores, juntamente com a aplicação de reservas de capital fixo, por exemplo, de locomotivas de reserva no caso de ferrovias etc. **Mas aqui, como pressupomos condições**

**normais, essas oscilações anormais permanecem fora de consideração.**

Para que a produção seja contínua, o desembolso do mesmo capital circulante é distribuído por um intervalo de tempo maior, por doze semanas, em vez de nove. Em cada fração de tempo dada funciona, portanto, um capital produtivo reduzido; a parte líquida do capital produtivo é reduzida de 100 para 75, ou seja, em ¼. A soma total em que se reduz o capital produtivo que funciona durante o período de trabalho de nove semanas é = 9 × 25 = £225, ou seja, ¼ das £900. Mas a proporção entre o tempo de curso e o período de rotação é, de qualquer forma, $^3/_{12}$ = ¼. Disso se segue, portanto, que se a produção não deve ser interrompida durante o tempo de curso do capital produtivo transformado em capital-mercadoria; se, ao contrário, ela deve prosseguir de forma simultânea e contínua, semana após semana, e se não se dispõe de nenhum capital circulante especial para essa finalidade, esta só pode ser atingida mediante uma redução do ritmo da produção [*Produktionsbetrieb*], uma restrição do componente líquido do capital produtivo em funcionamento. A parte circulante de capital assim liberada para a produção durante o tempo de curso está para a totalidade do capital líquido adiantado tal como o tempo de curso está para o período de rotação. Isso, como já observamos, só vale para ramos de produção nos quais o processo de trabalho é realizado semana após semana, na mesma escala, e no qual, portanto, não se faz necessário o desembolso de somas variáveis de capital durante os diversos períodos de trabalho, como é o caso da agricultura.

Agora suponhamos, inversamente, que a natureza do negócio exclua uma redução da escala da produção e, assim, também do capital líquido que deve ser adiantado semanalmente, de modo que a continuidade da produção só possa ser obtida por meio de um capital líquido adicional, que, no caso aqui exposto, é de £300. Durante o período de rotação de doze semanas são sucessivamente adiantadas £1.200, das quais £300 constituem uma quarta parte, do mesmo modo que três semanas são a quarta parte de doze. Após o período de trabalho de nove semanas, o valor de capital de £900 passou da forma de capital produtivo para a de capital-mercadoria. Seu período de trabalho está concluído, mas não pode ser reiniciado com o mesmo capital.

Durante as três semanas em que permanece na esfera da circulação, em que funciona como capital mercantil, ele se encontra, em relação ao processo de produção, no mesmo estado em que se encontraria se não existisse em absoluto. Desconsideremos aqui todas as relações de crédito e, assim, suponhamos que o capitalista opera unicamente com seu próprio capital. Mas enquanto o capital adiantado para o primeiro período de trabalho, uma vez concluído o processo de produção, mantém-se por três semanas no processo de circulação, encontra-se em operação um capital de £300, desembolsado de forma adicional, de modo que a continuidade da produção não é interrompida.

Sobre isso, cabe observar aqui o seguinte:

Primeiro. O período de trabalho do capital de £900 inicialmente adiantado está concluído após nove semanas, e esse capital não reflui antes de outras três semanas, portanto, apenas no começo da 13ª semana. Mas um novo período de trabalho é imediatamente inaugurado com o capital adicional de £300. É precisamente assim que a continuidade da produção é estabelecida.

Segundo. As funções do capital originário de £900 e do novo capital de £300 que é adicionado ao fim do primeiro período de trabalho de nove semanas e que, assim, inaugura ininterruptamente o segundo período de trabalho após a conclusão do primeiro, estão – ou pelo menos poderiam estar – separadas de maneira precisa no primeiro período de rotação, ao passo que, pelo contrário, entrecruzam-se no percurso do segundo período.

Representemo-nos o caso concretamente:

Primeiro período de rotação de doze semanas[b]. Primeiro período de trabalho de nove semanas: a rotação do capital aqui adiantado completa-se no início da 13ª semana. Durante as últimas três semanas, funciona o capital adicional de £300, inaugurando o segundo período de trabalho de nove semanas.

Segundo período de rotação. No começo da 13ª semana, £900 retornaram e estão aptas a começar uma nova rotação. Mas o segundo período de trabalho já foi iniciado pelas £300 adicionais na 10ª semana; no começo da 13ª semana, por meio dessa mesma soma adicional, foi

completado ⅓ do período de trabalho, que transformou as £300 de capital produtivo em produto. Como para a finalização do segundo período de trabalho são necessárias apenas mais seis semanas, no processo de produção desse período não podem entrar mais que ⅔ do capital de £900 que retornou, ou seja, apenas £600. Das £900 iniciais foi liberada a soma de £300 para desempenhar o mesmo papel que o capital de £300 adicionado desempenhara no primeiro período de trabalho. Ao término da sexta semana do segundo período de rotação, o segundo período de trabalho estará concluído. O capital de £900 nele investido reflui após três semanas, ou seja, ao final da 9ª semana do segundo período de rotação de doze semanas. Durante as três semanas de seu tempo de curso, entra em ação o capital de £300 que foi liberado. Com isso, tem início o terceiro período de trabalho de um capital de £900, na sétima semana do segundo período de rotação, ou seja, na 19ª semana do ano.

Terceiro período de rotação. Ao fim da nona semana do segundo período de rotação, tem-se um novo refluxo de £900. Mas o terceiro período de trabalho já começou na sétima semana do período de rotação anterior, e já se passaram seis semanas. Ele só dura, portanto, por mais três semanas. Das £900 que refluíram, apenas £300 entram no processo de produção. O 4º período de trabalho completa as nove semanas restantes desse período de rotação e, assim, o quarto período de rotação e o 5º de trabalho começam simultaneamente com a 37ª semana do ano.

Para simplificar o cálculo, suponhamos: período de trabalho, cinco semanas; tempo de curso, cinco semanas; portanto, um período de rotação de dez semanas: calculando-se o ano em cinquenta semanas e o desembolso de capital por semana no valor de £100. O período de trabalho exige, assim, um capital líquido de £500, e o tempo de circulação, um capital adicional de outras £500. Os períodos de trabalho e os tempos de rotação se apresentam, então, da seguinte maneira:

| Período de trabalho | Semanas | Mercadorias (em £) | Retorno |
|---|---|---|---|
| 1º | 1ª-5ª | 500 | Fim da 10ª semana |
| 2º | 6ª-10ª | 500 | Fim da 15ª semana |

| 3º | 11ª-15ª | 500 | Fim da 20ª semana |
|---|---|---|---|
| 4º | 16ª-20ª | 500 | Fim da 25ª semana |
| 5º | 25ª-30ª[c] | 500 | Fim da 30ª semana |

etc.

Se o tempo de curso é = 0, de modo que o período de rotação equivale ao de trabalho, então o número de rotações é igual ao de períodos de trabalho no ano. Num período de trabalho que dure 5 semanas teremos, portanto, $^{50}/_{5}$ semanas = 10 rotações, e o valor do capital rodado no ano será = 500 × 10 = 5.000. Na tabela, em que supomos um tempo de curso de 5 semanas, o valor total das mercadorias produzidas anualmente é de £5.000, das quais, porém, $^{1}/_{10}$ = £500 se encontram sempre na forma de capital-mercadoria e só refluem depois de 5 semanas. Ao término do ano, o produto do 10º período de trabalho (46ª-50ª semana de trabalho) terá completado apenas a metade de seu tempo de rotação, uma vez que seu tempo de curso se realizará nas primeiras cinco semanas do ano seguinte.

Consideremos ainda um terceiro exemplo: período de trabalho, seis semanas; tempo de curso, três semanas; adiantamento semanal no processo de trabalho, £100.

Primeiro período de trabalho: 1ª-6ª semana. Ao final da 6ª semana, um capital-mercadoria de £600, o qual retorna ao fim da 9ª semana.

Segundo período de trabalho: 7ª-12ª semana. Durante as semanas 7ª a 9ª, adianta-se um capital adicional de £300. Ao término da 9ª semana, tem-se um refluxo de £600. Deste valor, £300 são adiantadas nas semanas 10ª a 12ª; ao fim da 12ª semana, portanto, dispõe-se de £300 em dinheiro e de £600 em capital-mercadoria, que retornará ao término da 15ª semana.

Terceiro período de trabalho: 13ª-18ª semana. Durante as semanas 13ª a 15ª, adiantam-se as £300 mencionadas anteriormente; em seguida, ocorre um refluxo de £600, das quais £300 são adiantadas para as semanas 16ª a 18ª. Ao fim da 18ª semana, dispõe-se de £300 em dinheiro e £600 em capital-mercadoria, que refluirá ao término da 21ª semana[d]. **(Uma exposição mais detalhada desse caso encontra-se no item II, mais**

**adiante.)**

Assim, em nove períodos de trabalho (= 54 semanas), produzem-se mercadorias no valor de 600 × 9 = £5.400. Ao término do 9º período de trabalho, o capitalista possui £300 em dinheiro e £600 em mercadorias, que ainda não concluíram seu tempo de curso.

Ao comparar esses três exemplos, vemos, primeiramente, que só no segundo deles ocorre um revezamento sucessivo do capital I de £500 e do capital adicional II, também de £500, de tal modo que essas duas parcelas de capital se movem separadas uma da outra, mas isso apenas porque aqui se parte do pressuposto absolutamente excepcional de que o período de trabalho e o tempo de curso constituem duas metades iguais do período de rotação. Em todos os demais casos, seja qual for a desigualdade entre os dois períodos do período de rotação, os movimentos dos dois capitais se entrecruzam, como nos exemplos I e II, já a partir do segundo período de rotação. O capital adicional II constitui, com uma parcela do capital I, o capital que funciona no segundo período de rotação, ao passo que o resto do capital I é liberado para exercer a função originária do II. Nesse caso, o capital ativo durante o tempo de curso do capital-mercadoria não é idêntico ao capital II, originariamente adiantado para esse fim, mas é igual a ele em valor e constitui a mesma alíquota do capital total adiantado.

Em segundo lugar, o capital que funcionou durante o período de trabalho permanece imóvel durante o tempo de curso. No segundo exemplo, o capital funciona durante as cinco semanas do período de trabalho e permanece inativo durante as cinco semanas do tempo de curso. Desse modo, o tempo total durante o qual o capital I permanece inativo, no transcurso do ano, é de um semestre. **Durante esse tempo, quem atua é o capital adicional II, que, no caso presente, também permanece ocioso por meio ano.** Mas o capital adicional requerido para manter a continuidade da produção durante o tempo de curso não está determinado pelo volume total, ou pela soma dos tempos de curso durante o ano, mas apenas pela proporção entre o tempo de curso e o período de rotação. (Aqui supomos, naturalmente, que todas as rotações se efetuam sob as mesmas condições.) No caso II, por exemplo, são necessárias £500 de capital adicional, não £2.500. Isso se deve

simplesmente pelo fato de que o capital adicional ingressa na rotação tanto quanto o capital que foi inicialmente adiantado e, portanto, tanto quanto o outro, repõe sua massa pelo número de suas rotações.

Em terceiro lugar, que o tempo de produção seja mais longo que o tempo de trabalho não altera em nada as circunstâncias aqui consideradas. Com isso, é verdade que os períodos totais de rotação se prolongam, mas essa rotação prolongada não torna necessário um capital adicional para o processo de trabalho. O capital adicional tem a única finalidade de preencher as lacunas que o tempo de curso faz surgir no processo de trabalho; portanto, ele deve proteger a produção apenas daquelas perturbações que têm origem no tempo de curso; as perturbações surgidas das próprias condições da produção devem ser compensadas de outro modo, que não examinaremos aqui. Há indústrias, ao contrário, em que o trabalho é realizado apenas de maneira intermitente, por encomenda, e onde, portanto, podem ocorrer interrupções entre os períodos de trabalho. Em tais indústrias, a necessidade do capital adicional desaparece *pro tanto* [na mesma medida]. **Por outro lado, na maior parte dos casos de trabalho sazonal também está dado certo limite para o tempo de refluxo. O mesmo trabalho não pode ser reiniciado com o mesmo capital no ano seguinte se, nesse ínterim, o tempo de circulação desse capital não transcorreu por completo. Em contrapartida, o tempo de curso também pode ser mais breve que o intervalo entre um período de produção e o seguinte. Nesse caso, o capital permanece inativo, a não ser que, nesse intervalo, ele seja aplicado de outra maneira.**

Em quarto lugar, o capital adiantado para um período de trabalho, por exemplo, as £600 no exemplo III, são investidas, em parte, em matérias-primas e materiais auxiliares, em estoque produtivo para o período de trabalho, em capital circulante constante, e, em parte, em capital circulante variável, em pagamento do próprio trabalho. A parte desembolsada em capital circulante constante pode não existir sob a forma de estoque produtivo durante o mesmo intervalo; por exemplo, é possível que não se disponha de matéria-prima para todo o período de trabalho, que só se obtenha carvão a cada duas semanas. Contudo, porque aqui o crédito

continua excluído[e], essa parte do capital, não estando à mão sob a forma de estoque produtivo, terá de permanecer disponível sob a forma de dinheiro para, se necessário, ser transformada em estoque produtivo. Esse fato não altera em nada a grandeza do valor de capital circulante constante adiantado para as seis semanas. Ao contrário – abstraindo da reserva monetária para os gastos imprevistos, do fundo de reserva propriamente dito destinado à compensação de perturbações –, os salários são pagos em períodos mais curtos, a maioria das vezes semanalmente. Caso, portanto, o capitalista não obrigue o trabalhador a fazer adiantamentos maiores de seu trabalho, ele precisará dispor do capital necessário para o pagamento dos salários. Uma parte do capital que reflui tem de ser retida em forma-dinheiro para o pagamento do trabalho, enquanto a outra parte pode ser transformada em estoque produtivo.

O capital adicional se divide exatamente da mesma maneira que o capital originário. Mas o que o diferencia do capital I é que[f] (desconsiderando as relações de crédito), a fim de que esteja disponível para seu próprio período de trabalho, ele já precisa ser adiantado durante todo o transcurso do primeiro período de trabalho do capital I, período no qual ele não ingressa. Durante esse tempo ele pode, ao menos parcialmente, ser transformado em capital circulante constante, adiantado para o período inteiro de rotação. Em que medida ele adota essa forma ou permanece imobilizado na forma de capital-mercadoria adicional, até o momento em que essa metamorfose se torne necessária, é algo que dependerá, em parte, das condições particulares de produção vigentes em determinados ramos de negócio, em parte, de circunstâncias locais e, em parte, de oscilações nos preços das matérias-primas etc. Quando consideramos o capital social total, vemos que uma porção mais ou menos significativa desse capital adicional sempre permanecerá, por um longo tempo, no estado de capital monetário. Já a parte do capital II que se deve adiantar para o pagamento dos salários, ao contrário, só é convertida em força de trabalho gradualmente, à medida que transcorram e sejam pagos os períodos de trabalho mais curtos. Portanto, essa parte do capital II está disponível, sob a forma de capital monetário, durante toda a extensão do período de

trabalho, até que, por sua conversão em força de trabalho, ela passa a exercer a função de capital produtivo.

Esse ingresso do capital adicional requerido para a conversão do tempo de curso do capital I em tempo de produção não só aumenta a grandeza do capital adiantado e a extensão do tempo pelo qual o capital total é necessariamente adiantado como também aumenta especificamente a parte do capital adiantado que existe como reserva monetária, a parte que, por conseguinte, encontra-se no estado de capital monetário e reveste a forma de capital monetário potencial.

Isso também ocorre, tanto no que diz respeito ao adiantamento sob a forma de estoque produtivo como àquele sob a forma de reserva monetária, quando a cisão do capital em duas partes, requerida pelo tempo de curso – de um lado, o capital para o primeiro período de trabalho e, de outro, o capital de substituição [*Ersatzkapital*] para o tempo de curso –, realiza-se por meio não do incremento do capital desembolsado, mas da redução da escala da produção. Nesse caso, o capital fixado em forma-dinheiro aumenta ainda mais em relação à escala da produção.

O que se obtém com essa divisão do capital em capital produtivo originário e capital adicional é, em geral, a sucessão ininterrupta dos períodos de trabalho, o funcionamento constante, como capital produtivo, de uma parte igual do capital adiantado.

Vejamos o exemplo II. O capital que se encontra constantemente no processo de produção é de £500. Como o período de trabalho = cinco semanas, durante cinquenta semanas (que aqui consideramos como um ano) ele trabalha dez vezes. Assim, abstraindo do mais-valor, o produto será de 10 × 500 = £5.000. Do ponto de vista do capital que opera de forma direta e ininterrupta no processo de produção – de um valor de capital de £500 –, o tempo de curso parece ter sido, portanto, completamente extinto. O período de rotação coincide com o de trabalho, e supõe-se o tempo de curso = 0.

Se, ao contrário, o capital de £500 fosse regularmente paralisado em sua atividade produtiva pelo tempo de curso de cinco semanas, de modo que ele só voltasse a estar apto à produção depois de concluído o período

de rotação de dez semanas, nas cinquenta semanas do ano teríamos, então, cinco rotações de dez semanas cada uma, rotações que compreenderiam cinco períodos de produção de cinco semanas cada um, ou seja, um total de 25 semanas de produção com um produto total de 5 × 500 = £2.500; cinco tempos de curso de cinco semanas cada um, isto é, também um tempo de curso total de 25 semanas. Se dizemos que o capital de £500 efetuou cinco rotações no ano, é patente que, durante a metade de cada período de rotação, esse capital de £500 não funcionou em absoluto como capital produtivo e que, no fim das contas, ele só funcionou durante uma metade do ano, mas de modo algum durante a outra metade.

Em nosso exemplo, no decorrer desses cinco tempos de curso entra em funcionamento o capital de substituição de £500 e, com isso, a rotação aumenta de £2.500 para £5.000. Mas agora o montante do capital adiantado é, do mesmo modo, £1.000, em vez de £500. Dividindo-se 5.000 por 1.000, o resultado é cinco. Portanto, no lugar das dez rotações, temos cinco. E é assim que, de fato, o cálculo é efetuado. Mas quando se diz, então, que o capital de £1.000 realizou cinco rotações no ano, apaga-se nos crânios ocos dos capitalistas a lembrança do tempo de curso e forma-se a confusa representação de que esse capital, durante suas cinco rotações sucessivas, teria funcionado continuamente no processo de produção. Mas se dizemos que esse capital de £1.000 efetuou cinco rotações, nisso está incluído tanto o tempo de curso como o de produção. Na realidade, se £1.000 tivessem efetivamente operado de modo contínuo, o produto teria de ser, de acordo com nossos pressupostos, de £10.000, e não de £5.000. **Mas para ter £1.000 continuamente no processo de produção, também seria necessário, então, um adiantamento de £2.000 libras.** Os economistas, nos quais não se encontra absolutamente nenhuma explicação clara sobre o mecanismo da rotação, perdem sempre de vista o elemento principal: para que a produção se desenvolva sem interrupções, apenas uma parte do capital industrial pode estar efetivamente vinculada ao processo de produção. Enquanto uma parte se encontra no período de produção, outra tem sempre de estar no período de circulação. Ou, em outras palavras: uma parte só pode funcionar como capital produtivo sob a condição de que outra

parte se mantenha, na forma de capital-mercadoria ou capital monetário, à margem da produção propriamente dita[g]. Ao não se atentar para isso, a importância e o papel do capital monetário são inteiramente ignorados.

Cabe-nos, agora, investigar que diferenças se produzem na rotação quando as duas seções do período de rotação – o período de trabalho e o período de circulação – são iguais entre si, ou quando o período de trabalho é maior ou menor que o período de circulação, além de como isso influi sobre a fixação do capital na forma de capital monetário.

**Supomos que o montante de capital a ser semanalmente adiantado é, em todos os casos, de £100, e que o período de rotação é de nove semanas, de modo que o capital a ser adiantado para cada período de rotação é = £900.**

## I. Período de trabalho igual ao período de circulação

Esse caso, embora na realidade seja apenas uma exceção ocasional, deve servir de ponto de partida da análise, pois é nele que as relações se apresentam do modo mais simples e palpável.

Os dois capitais (o capital I, adiantado para o primeiro período de trabalho, e o capital adicional II, que funciona durante o período de circulação do capital I) se revezam em seus movimentos, sem se entrecruzar. Com exceção do primeiro período, portanto, cada um dos dois capitais é adiantado apenas para seu próprio período de rotação. Se o período de rotação for, como nos exemplos a seguir, de 9 semanas, o período de trabalho e o período de curso será de 4½ semanas cada um. Temos, então, o seguinte esquema anual:

**Tabela I**

| CAPITAL I | | | |
|---|---|---|---|
| **Períodos de rotação** (semana) | **Períodos de trabalho** (semana) | **Adiantamento** (£) | **Períodos de circulação** (semana) |

| I – 1ª-9ª | 1ª-4½ª | 450 | 4½ª-9ª |
|---|---|---|---|
| II – 10ª-18ª | 10ª-13½ª | 450 | 13½ª-18ª |
| III – 19ª-27ª | 19ª-22½ª | 450 | 22½ª-27ª |
| IV – 28ª-36ª | 28ª-31½ª | 450 | 31½ª-36ª |
| V – 37ª-45ª | 37ª-40½ª | 450 | 40½ª-45ª |
| VI – 46ª-(54ª)[1] | 46ª- 49½ª | 450 | 49½ª-(54ª) |

| **CAPITAL II** | | | |
|---|---|---|---|
| **Períodos de rotação** (semana) | **Períodos de trabalho** (semana) | **Adiantamento** (£) | **Períodos de circulação** (semana) |
| I – 4½ª-13½ª | 4½ª-9ª | 450 | 10ª-13½ª |
| II – 13½ª-22½ª | 13½ª-18ª | 450 | 19ª-22½ª |
| III – 22½ª-31½ª | 22½ª-27ª | 450 | 28ª-31½ª |
| IV – 31½ª-40½ª | 31½ª-36ª | 450 | 37ª-40½ª |
| V – 40½ª-49½ª | 40½ª-45ª | 450 | 46ª-49½ª |
| VI – 49½ª-(58½ª) | 49½ª-(54ª) | 450 | (54ª-58½ª) |

Durante as 51 semanas, que aqui tomamos por um ano, o capital I cumpriu seis períodos completos de trabalho; portanto produziu mercadorias no valor de 6 × 450 = £2.700, e o capital II, em cinco períodos completos de trabalho, 5 × 450 = £2.250. Ademais, o capital II, na última semana e meia do ano (da metade da 50ª semana ao fim da 51ª), produziu mercadorias no valor de £150. Produto total em 51 semanas: £5.100. Quanto à produção direta de mais-valor, que só se produz durante o período de trabalho, o capital total de £900 teria efetuado 5⅔ rotações (5⅔ × 900 = £5.100). Mas, se consideramos a rotação efetiva, vemos que o capital I efetuou 5⅔ rotações, porquanto, ao fim da 51ª semana, ainda lhe faltam cumprir três semanas de seu sexto período de rotação; 5⅔ × 450 = £2.550, e o capital II efetuou $5^{1}/_{6}$ rotações, tendo percorrido apenas 1½ semana de seu sexto período de rotação, de modo que 7½ semanas desse período caem

no ano seguinte; 5½ × 450 = £2.325; rotação efetiva total = £4.875.

Consideremos os capitais I e II como dois capitais absolutamente autônomos um em relação ao outro. Em seus movimentos, eles são inteiramente autônomos; seus movimentos só se complementam mutuamente porque seus períodos de trabalho e circulação se alternam diretamente. Podemos considerá-los dois capitais absolutamente independentes, pertencentes a dois capitalistas distintos.

O capital I efetuou cinco períodos completos de rotação e ⅔ do sexto período. Ao fim do ano, ele se encontra na forma de capital-mercadoria, cuja realização normal ainda requer três semanas. Durante esse tempo, ele não pode ingressar no processo de produção e funciona como capital-mercadoria: circula. De seu último período de rotação, ele só percorreu ⅔. Isso é expresso da seguinte maneira: ele só efetuou ⅔ de uma rotação, apenas ⅔ de seu valor total efetuaram uma rotação completa. Dizemos: como £450 concluem sua rotação em nove semanas, então £300 o farão em seis semanas. Ao expressar-se desse modo, negligenciam-se as relações orgânicas entre os dois componentes especificamente distintos do tempo de rotação. O sentido exato de que o capital adiantado de £450 tenha rodado 5⅔ vezes é apenas que ele realizou cinco rotações completas e apenas ⅔ da sexta rotação. Em contrapartida, a expressão de que o capital rodado é = 5⅔ vezes o capital adiantado, ou seja, no caso aqui considerado, que ele é = 5⅔ × £450 = £2.550, está correta no sentido de que, a menos que esse capital de £450 fosse complementado por outro capital de £450, uma parte dele teria de se encontrar no processo de produção e a outra, no de circulação. Se é verdade que o tempo de rotação deve ser expresso em termos da massa do capital rodado, é igualmente verdade que ele só pode ser expresso numa massa de valor existente (na realidade, de produto acabado). A circunstância de que o capital adiantado não se encontra num estado em que possa reiniciar o processo de produção é expressa no fato de que apenas uma parte desse capital se encontra em condições de produzir, ou que, para que se encontre em estado de produção contínua, o capital tenha de ser dividido numa parte situada permanentemente no período de produção e outra parte situada permanentemente no período de circulação,

de acordo com a proporção entre esses períodos. É a mesma lei segundo a qual a massa do capital produtivo em constante funcionamento é determinada pela proporção entre o tempo de circulação e o de rotação.

Ao término da 51ª semana, que aqui consideramos como o fim do ano, uma soma de £150 do capital II está adiantada na produção de artigos não terminados. A segunda parte encontra-se na forma de capital constante líquido – matérias-primas etc. –, isto é, numa forma em que ele pode funcionar como capital produtivo no processo de produção. Mas a terceira parte encontra-se em forma-dinheiro, ao menos o montante relativo aos salários para o resto do período de trabalho (três semanas), montante que, no entanto, só é pago ao final de cada semana. Ora, ainda que, ao iniciar-se o novo ano, ou seja, um novo ciclo de rotação, essa parte do capital não se encontre na forma de capital produtivo, mas na de capital monetário, na qual ela não pode ingressar no processo de produção, ao inaugurar-se a nova rotação o capital variável circulante, isto é, a força viva de trabalho, encontra-se, no entanto, em atividade no interior do processo de produção. Esse fenômeno provém do fato de que a força de trabalho é, de fato, comprada e consumida no início do período de trabalho, digamos semanalmente, mas só é paga no fim da semana. O dinheiro atua, aqui, como meio de pagamento. Por isso ele ainda se encontra, como dinheiro, nas mãos do capitalista, enquanto a força de trabalho, a mercadoria em que esse dinheiro é convertido, já se encontra ativa no processo de produção, de modo que o mesmo valor de capital aparece aqui duplamente.

Se consideramos meramente os períodos de trabalho, vemos que

o capital I produz 6 × 450 = £2.700
<u>o capital II produz 5⅓ × 450 = £2.400</u>
ou seja, no total: 5⅔ × 900 = £5.100

O capital total adiantado de £900 funcionou, portanto, 5⅔ vezes no ano como capital produtivo. Para a produção do mais-valor, é indiferente se duas somas de £450 funcionam alternadamente, uma no processo de produção, outra no processo de circulação, ou se £900 operam durante 4½

semanas no processo de produção e as 4½ semanas seguintes no processo de circulação.

Se, ao contrário, consideramos os períodos de rotação, temos:

capital I $5\frac{2}{3} \times 450$ = £2.550
capital II $51/6 \times 450$ = £2.325

portanto, a rotação do capital total: $55/12 \times 900$ = £4.875

Pois a rotação do capital total é igual à soma dos montantes que I e II fizeram rodar, dividida pela soma de I e II.

Cabe observar que os capitais I e II, se fossem independentes entre si, só constituiriam diversas partes autônomas do capital social adiantado na mesma esfera da produção. Portanto, se o capital social dentro dessa esfera de produção consistisse apenas de I e II, valeria para a rotação do capital social nessa esfera o mesmo cálculo que aqui se aplica aos componentes I e II do mesmo capital privado. Indo mais além, pode-se aplicar o mesmo cálculo a qualquer outra parte do capital social total investida numa esfera particular da produção. Em última análise, porém, o número de rotações do capital social total é igual à soma do capital rodado nas diversas esferas da produção, dividida pela soma do capital adiantado nessas esferas da produção.

Além disso, cabe notar que, assim como aqui, na mesma indústria privada, os capitais I e II, estritamente considerados, têm distintos anos de rotação (posto que o ciclo de rotação do capital II começa 4½ semanas após o ciclo do capital I, e o ano deste último, por conseguinte, termina 4½ semanas antes que o do capital II), também os diversos capitais privados, nas mesmas esferas de produção, iniciam seus negócios em momentos absolutamente distintos e, assim, também concluem sua rotação anual em épocas distintas do ano. O mesmo cálculo do valor médio que aplicamos anteriormente para os capitais I e II também é suficiente, aqui, para reduzir os anos de rotação das diversas partes autônomas do capital social a um ano uniforme de rotação.

## II. Período de trabalho maior que o de circulação

Em vez de alternarem-se, os períodos de trabalho e de rotação dos capitais I e II se entrecruzam. Ao mesmo tempo, ocorre aqui uma liberação de capital, o que não ocorria no caso anteriormente considerado.

Mas isso não modifica em nada o fato de que, tal como antes, 1) o número de períodos de trabalho do capital total adiantado é igual à soma do valor do produto anual de ambas as partes de capital adiantadas, dividida pelo capital total adiantado, e 2) o número de rotações do capital total é igual à soma dos dois montantes rodados, dividida pela soma dos dois capitais adiantados. Também aqui temos de considerar as duas partes do capital como se descrevessem movimentos de rotação absolutamente independentes um do outro.

* * *

Voltemos, portanto, a supor que a cada semana seja preciso adiantar uma soma de £100 no processo de trabalho. Digamos que o período de trabalho dure seis semanas e que, portanto, requeira um adiantamento (capital I) de £600 a cada vez. O período de circulação, três semanas; assim, o período de rotação durará, como no caso aqui descrito, nove semanas. Suponhamos que um capital II de £300 entre em funcionamento durante o período de circulação de três semanas do capital I. Se considerarmos ambos como capitais independentes um do outro, o esquema da rotação anual se apresentará da seguinte maneira:

**Tabela II**

| **CAPITAL I, £600** | | | |
|---|---|---|---|
| **Períodos de rotação** (semana) | **Períodos de trabalho** (semana) | **Adiantamento** (£) | **Períodos de circulação** (semana) |
| I – 1ª-9ª | 1ª-6ª | 600 | 7ª-9ª |
| II – 10ª-18ª | 10ª-15ª | 600 | 16ª-18ª |

| III – 19ª-27ª | 19ª-24ª | 600 | 25ª-27ª |
|---|---|---|---|
| IV – 28ª-36ª | 28ª-33ª | 600 | 34ª-36ª |
| V – 37ª-45ª | 37ª-42ª | 600 | 43ª-45ª |
| VI – 46ª-(54ª) | 46ª-51ª | 600 | (52ª-54ª) |

| **CAPITAL ADICIONAL II, £300** | | | |
|---|---|---|---|
| **Períodos de rotação** (semana) | **Períodos de trabalho** (semana) | **Adiantamento** (£) | **Períodos de circulação** (semana) |
| I – 7ª-15ª | 7ª-9ª | 300 | 10ª-15ª |
| II – 16ª-24ª | 16ª-18ª | 300 | 19ª-24ª |
| III – 25ª-33ª | 25ª-27ª | 300 | 28ª-33ª |
| IV – 34ª-42ª | 34ª-36ª | 300 | 37ª-42ª |
| V – 43ª-51ª | 43ª-45ª | 300 | 46ª-51ª |

O processo de produção transcorre durante o ano inteiro, ininterruptamente e na mesma escala. **Os capitais I e II permanecem completamente separados. Mas para apresentá-los assim separados, teríamos de romper seus cruzamentos e entrelaçamentos efetivos e, com isso, alterar também o número de suas rotações.** De acordo com o quadro, teríamos, então, as seguintes rotações:

capital I $5\frac{2}{3} \times 600 = £3.400$
capital II $5 \times 300 = £1.500$
portanto, o capital total: $54/9 \times 900 = £4.900$

**Mas isso não procede, porque, como veremos, os períodos efetivos de produção e de circulação não coincidem de modo absoluto com os desse esquema, no qual se tratava principalmente de que ambos os capitais aparecessem completamente independentes um do outro.**

**Na realidade, com efeito, o capital II não tem períodos de trabalho e de circulação especiais, separados dos do capital I. O período de**

**trabalho é de seis semanas, o de circulação é de três. Como o capital II é só = £300, ele não pode preencher mais que uma parte de um período de trabalho. Tal é o caso. Ao final da sexta semana, um valor-produto de £600 ingressa na circulação e reflui em dinheiro ao final da nona semana. Com isso, o capital II entra em atividade no início da sétima semana e cobre as necessidades do período de trabalho seguinte, da sétima à nona semana. Porém, segundo nossa suposição, ao término da nona semana apenas a metade do período de trabalho estará concluída. De modo que, no começo da décima semana, o capital I de £600, que acaba de refluir, volta a entrar em ação e cobre com £300 os adiantamentos necessários para o período entre a 10ª e a 12ª semanas. Com isso, o segundo período de trabalho está concluído. Um valor-produto de £600 encontra-se em circulação e retornará ao final da 15ª semana; além disso, porém, uma soma de £300, o montante do capital originário II, está disponível e poderá funcionar na primeira metade do período de trabalho seguinte, ou seja, da 13ª à 15ª semanas. Após essas duas semanas, as £600 voltam a refluir; dessa soma, £300 chegarão ao final do período de trabalho, e £300 ficarão disponíveis para o período seguinte.**

A coisa transcorre, portanto, da seguinte maneira[h]:

- Primeiro período de rotação: 1ª-9ª semana.
  1º período de trabalho: 1ª-6ª semana, funciona o capital I, £600.
  1º período de circulação: 7ª-9ª semana. Ao final da 9ª semana, refluem £600.

- Segundo período de rotação: 7ª-15ª semana.
  2º período de trabalho: 7ª-12ª semana.
  Primeira metade: 7ª-9ª semana, funciona o capital II, £300. No fim da 9ª semana, refluem £600 em dinheiro (capital I).
  Segunda metade: 10ª-12ª semana, funcionam £300 do capital I. As outras £300 do capital I ficam disponíveis.

  2º período de circulação: 13ª-15ª semana.

Ao final da 15ª semana, refluem £600 (metade formada pelo capital I, metade pelo capital II) em dinheiro.

- Terceiro período de rotação: 13ª-21ª semana.
  3º período de trabalho: 13ª-18ª semana.
    Primeira metade: 13ª-15ª semana. Entram em atividade as £300 que foram liberadas. Ao final da 15ª semana, refluem £600 em dinheiro.
    Segunda metade: 16ª-18ª semana. Das £600 que refluíram, £300 entram em funcionamento, e as outras £300 permanecem novamente disponíveis.
  3º período de circulação: 19ª-21ª semana, ao término do qual voltam a retornar £600 em dinheiro; nessas £600, os capitais I e II se fundiram ao ponto de não poderem mais ser distinguidos um do outro.

Desse modo, resultam oito períodos inteiros de rotação de um capital de £600 (I: 1ª-9ª semana; II: 7ª-15ª; III: 13ª-21ª; IV: 19ª-27ª; V: 25ª-33ª; VI: 31ª-39ª; VII: 37ª-45ª; VIII: 43ª-51ª semana) até o fim da 51ª semana. Mas como as semanas 49ª-51ª transcorrem no interior do 8º período de circulação, é preciso que, durante essas três semanas, o capital liberado de £300 entre em funcionamento e mantenha a produção em marcha. Com isso, a rotação ao fim do ano se apresenta da seguinte forma: £600 completaram seu ciclo oito vezes, o que dá um total de £4.800. A isso se acrescenta o produto das últimas três semanas (49ª-51ª), que, no entanto, só retornou ⅓ de seu ciclo de nove semanas e, assim, só contribui com ⅓ de seu importe – ou seja, com £100 – para a soma que efetuou a rotação. Se, portanto, o produto anual de 51 semanas = £5.100, o capital rodado não é mais do que 4.800 + 100 = £4.900; o capital adiantado de £900 efetuou, então, $5^4/_9$ rotações, ou seja, uma insignificância a mais do que no caso I.

No exemplo presente, partiu-se do suposto de que o tempo de trabalho = ⅔ e o tempo de curso = ⅓ do período de rotação; portanto, o tempo de trabalho foi considerado um múltiplo simples do tempo de curso. A questão que se coloca é, então, a de saber se a liberação de capital constatada anteriormente também ocorreria caso se partisse de um suposto diferente.

[i]Tomemos o período de trabalho = 5 semanas, o tempo de curso = 4 semanas e o adiantamento semanal de capital = £100.

- Primeiro período de rotação: 1ª-9ª semana.
  1º período de trabalho: 1ª-5ª semana. Funciona o capital I, de £500.
  1º período de circulação: 6ª-9ª semana. No fim da 9ª semana, refluem £500.

- Segundo período de rotação: 6ª-14ª semana.
  2º período de trabalho: 6ª-10ª semana.
    Primeira seção: 6ª-9ª semana. Funciona o capital II = £400. No fim da 9ª semana, reflui o capital I = £500 em dinheiro.
    Segunda seção: 10ª semana. Das £500 que refluíram, funcionam £100. As £400 restantes permanecem disponíveis para o período de trabalho seguinte.
  2º período de circulação: 11ª-14ª semana. No fim da 14ª semana, refluem £500 em dinheiro.

Até o fim da 14ª semana (11ª-14ª), funcionam as £400 liberadas há pouco; £100 das £500 que então refluíram completam as necessidades para o terceiro período de trabalho (11ª-15ª semana), de modo que, por sua vez, £400 são liberadas para o quarto período de trabalho. O mesmo fenômeno se repete em cada um dos períodos de trabalho; em seu começo, ele encontra £400 que bastam para as primeiras quatro semanas. Ao término da 4ª semana, refluem £500 em dinheiro, das quais apenas £100 são necessárias para a última semana, as demais £400 permanecem disponíveis para o período seguinte de trabalho.

Consideremos, agora, um período de trabalho de sete semanas, com capital I de £700, e um tempo de curso de duas semanas, com capital II de £200.

Nesse caso, o primeiro período de rotação dura da 1ª à 9ª semana, das quais o primeiro período de trabalho ocupa as 1ª-7ª semanas, com um adiantamento de £700, e o primeiro período de circulação durante a 8ª-9ª semana. Ao fim da 9ª semana, £700 refluem em dinheiro.

O segundo período de rotação, estendendo-se da 8ª à 16ª semana, abarca o segundo período de trabalho, da 8ª à 14ª semana. O capital II cobre as necessidades para a 8ª e a 9ª semana. Ao término da 9ª semana, refluem £700; dessa soma, £500 são consumidas até o fim do período de trabalho (10ª-14ª semana). Uma soma de £200 permanece disponível para o período de trabalho subsequente. O segundo período de curso dura da 15ª à 16ª semana; ao final da 16ª semana, £700 voltam a refluir. A partir de então, o mesmo fenômeno repete-se em cada período de trabalho. A necessidade de capital das duas primeiras semanas é coberta pelas £200 liberadas ao término do período de trabalho anterior; no fim da 2ª semana, refluem £700; mas do período de trabalho restam apenas cinco semanas, de modo que ele só pode consumir £500; assim, restam sempre £200 disponíveis para o próximo período de trabalho.

Disso resulta, portanto, que no caso em questão, em que o período de trabalho é suposto como maior que o período de curso, encontra-se sempre disponível, ao final de cada período de trabalho e sob quaisquer circunstâncias, um capital monetário da mesma grandeza que o capital II adiantado para o período de circulação. **Em nossos três exemplos, o valor do capital II era, respectivamente, de £300, £400 e £200; consequentemente, o capital liberado ao término do período de trabalho era, respectivamente, £300, £400 e £200.**

## III. Período de trabalho é menor que o período de curso

Para começar, supomos novamente um período de rotação de nove semanas; destas, três correspondem ao período de trabalho para o qual está disponível o capital I = £300. O período de circulação é de seis semanas. Para essas semanas, é necessário um capital adicional de £600, o qual podemos subdividir, no entanto, em dois capitais de £300, cada um atuando num período de trabalho. Temos, então, três capitais, cada um de £300, dos quais £300 encontram-se sempre ocupados na produção, enquanto £600 realizam seu curso.

## Tabela III

| CAPITAL I | | |
|---|---|---|
| **Períodos de rotação** (semana) | **Períodos de trabalho** (semana) | **Períodos de curso** (semana) |
| I – 1ª-9ª | 1ª-3ª | 4ª-9ª |
| II – 10ª-18ª | 10ª-12ª | 13ª-18ª |
| III – 19ª-27ª | 19ª-21ª | 22ª-27ª |
| IV – 28ª-36ª | 28ª-30ª | 31ª-36ª |
| V – 37ª-45ª | 37ª-39ª | 40ª-45ª |
| VI – 46ª-(54ª) | 46ª-48ª | 49ª-(54ª) |

| CAPITAL II | | |
|---|---|---|
| **Períodos de rotação** (semana) | **Períodos de trabalho** (semana) | **Períodos de curso** (semana) |
| I – 4ª-12ª | 4ª-6ª | 7ª-12ª |
| II – 13ª-21ª | 13ª-15ª | 16ª-21ª |
| III – 22ª-30ª | 22ª-24ª | 25ª-30ª |
| IV – 31ª-39ª | 31ª-33ª | 34ª-39ª |
| V – 40ª-48ª | 40ª-42ª | 43ª-48ª |
| VI – 49ª-(57ª) | 49ª-51ª | (52ª-57ª) |

| CAPITAL III | | |
|---|---|---|
| **Períodos de rotação** (semana) | **Períodos de trabalho** (semana) | **Períodos de curso** (semana) |
| I – 7ª-15ª | 7ª-9ª | 10ª-15ª |
| II – 16ª-24ª | 16ª-18ª | 19ª-24ª |
| III – 25ª-33ª | 25ª-27ª | 28ª-33ª |

| | | |
|---|---|---|
| IV – 34ª-42ª | 34ª-36ª | 37ª-42ª |
| V – 43ª-51ª | 43ª-45ª | 46ª-51ª |

**Temos, aqui, a contrapartida exata do caso I, com a única diferença de que agora são três os capitais que se alternam, em vez de dois. Não ocorre um entrecruzamento ou entrelaçamento dos capitais; cada um deles pode ser seguido separadamente até o término do ano. Tal como no caso I, portanto, nenhum capital é aqui liberado ao término de um período de trabalho. O capital I está inteiramente desembolsado no fim da terceira semana, refluindo ao término da 9ª e voltando a entrar em funcionamento no início da 10ª. Algo semelhante ocorre com os capitais II e III. A alternância regular e completa exclui toda liberação de capital.**

[j]A rotação total se calcula da seguinte maneira:

capital I £300 × 5⅔ = £1.700
capital II £300 × 5⅓ = £1.600
capital III £300 × 5 = £1.500
capital total £900 × 5⅓ = £4.800

Tomemos agora um exemplo em que o período de curso não seja um múltiplo exato do período de trabalho; digamos que o período de trabalho seja quatro semanas e o período de curso, cinco semanas, de modo que os importes de capital correspondentes seriam: capital I = £400, capital II = £400, capital III = £100. **Apresentamos somente as três primeiras rotações.**

**Tabela IV**[k]

| CAPITAL I | | |
|---|---|---|
| **Períodos de rotação** (semana) | **Períodos de trabalho** (semana) | **Períodos de curso** (semana) |
| I – 1ª-9ª | 1ª-4ª | 5ª-9ª |

| II – 9ª-17ª | 9ª, 10ª-12ª | 13ª-17ª |
|---|---|---|
| III –17ª-25ª | 17ª, 18ª-20ª | 21ª-25ª |

| **CAPITAL II** | | |
|---|---|---|
| **Períodos de rotação** (semana) | **Períodos de trabalho** (semana) | **Períodos de curso** (semana) |
| I – 5ª-13ª | 5ª-8ª | 9ª-13ª |
| II – 13ª-21ª | 13ª,14ª-16ª | 17ª-21ª |
| III – 21ª-29ª | 21ª, 22ª-29ª[l] | 25ª-29ª |

| **CAPITAL III** | | |
|---|---|---|
| **Períodos de rotação** (semana) | **Períodos de trabalho** (semana) | **Períodos de curso** (semana) |
| I – 9ª-17ª | 9ª | 10ª-17ª |
| II –17ª-25ª | 17ª | 18ª-24ª[m] |
| III – 25ª-33ª | 25ª | 26ª-33ª |

**Aqui se nota um entrelaçamento de capitais, uma vez que o período de trabalho do capital III, que não possui qualquer período de trabalho independente pelo fato de só bastar para uma semana, coincide com a primeira semana de trabalho do capital I.** Porém, ao término do período de trabalho tanto do capital I como do capital II, libera-se um importe de £100, igual ao capital III. Com efeito, se o capital III preenche a primeira semana do segundo e de todos os demais períodos de trabalho do capital I, e se, ao término dessa primeira semana, o capital I de £400 reflui por completo, o que sobra para o resto do período de trabalho do capital I é apenas um intervalo de três semanas e um correspondente desembolso de capital de £300. As £100 assim liberadas bastam, então, para a primeira semana do período de trabalho, imediatamente seguinte, do capital II; ao final dessa semana, o capital II, com £400, reflui inteiramente; porém, como

o período de trabalho não pode absorver mais do que £300, ao final desse período voltam a ficar disponíveis £100, e assim por diante. Verifica-se, portanto, uma liberação de capital ao final do período de trabalho sempre que o tempo de circulação não for um múltiplo simples do período de trabalho; e justamente esse capital liberado é igual à parcela de capital que deve cobrir o excedente do período de circulação sobre um período de trabalho ou sobre um múltiplo de períodos de trabalho.

**Em todos os casos investigados, foi pressuposto que tanto o período de trabalho como o tempo de curso permanecem constantes durante o ano inteiro, no ramo de negócio aqui considerado. Esse pressuposto se mostrou necessário, já que nosso objetivo era estabelecer a influência do tempo de curso sobre a rotação e o adiantamento de capital. Que na realidade esse pressuposto não seja tão incondicionalmente válido e, com frequência, não seja válido em absoluto, é algo que não altera em nada o cerne da questão.**

Em toda esta seção, analisamos apenas as rotações do capital circulante, não as do capital fixo. E isso pela simples razão de que o ponto aqui tratado não tem nada a ver com o capital fixo. Os meios de trabalho etc. empregados no processo de produção só constituem capital fixo na medida em que seu tempo de uso dura mais do que o período de rotação do capital líquido; na medida em que o tempo durante o qual esses meios de trabalho continuam a servir em repetidos processos de trabalho é maior que o período de rotação do capital líquido, portanto = $n$ períodos de rotação do capital líquido. Independentemente da maior ou menor extensão do tempo total formado por esses $n$ períodos de rotação do capital circulante, a parte do capital produtivo que foi adiantada para esse período em capital fixo não chega a ser novamente adiantada durante seu decorrer. Ela continua a funcionar em sua velha forma de uso. A diferença é apenas esta: de acordo com as diferentes durações dos *períodos de trabalho* singulares que integram cada período de rotação do capital líquido, o capital fixo transfere uma parcela maior ou menor de seu valor original ao produto desse período de trabalho, e, conforme a duração do tempo de circulação que integra cada período de rotação, essa parcela de valor do capital fixo transferida ao

produto reflui com maior ou menor rapidez sob a forma de dinheiro. A natureza do objeto que examinamos nessa seção, a rotação da parte circulante do capital produtivo, deriva da natureza dessa parte de capital ela mesma. O capital líquido aplicado num período de trabalho não pode ser aplicado num novo período de trabalho antes de ter completado sua rotação, antes de se ter transformado em capital-mercadoria, deste em capital monetário e, por fim, retornado à condição de capital produtivo. Por conseguinte, para que o primeiro período de trabalho ganhe continuidade imediata num segundo período de trabalho, é precise que se volte a adiantar capital e que este seja transformado nos elementos líquidos do capital produtivo em quantidade suficiente para preencher a lacuna gerada pelo período de circulação do capital líquido adiantado para o primeiro período de trabalho. Isso explica a influência que a duração do período de trabalho do capital líquido exerce sobre a escala de execução do processo de trabalho e sobre a divisão do capital adiantado ou, se for o caso, sobre o acréscimo de novas porções de capital. Mas isso é justamente o que tínhamos de examinar nesta seção.

## IV. Resultados[n]

Da investigação realizada até aqui, resulta o que segue:

A. As diversas porções em que o capital tem de ser dividido – para que uma parte dele possa se encontrar constantemente no período de trabalho, enquanto outras partes se encontram no período de circulação – se alternam, como se fossem capitais privados distintos e autônomos, em dois casos: 1) Quando o período de trabalho é igual ao período de circulação e, portanto, o período de rotação é divido em duas seções iguais. 2) Quando o período de circulação é mais longo que o período de trabalho, porém constitui, ao mesmo tempo, um múltiplo simples deste último, de modo que um período de circulação = *n* períodos de trabalho, em que *n* tem de ser necessariamente um número inteiro. Nesses casos, não é liberada nenhuma parte do capital sucessivamente adiantado.

B. Ao contrário, em todos os casos em que 1) o período de circulação é maior que o de trabalho, porém sem formar um múltiplo simples deste último, e 2) o período de trabalho é maior que o de circulação, uma parte do capital líquido será liberada, de maneira constante e periódica, ao término de cada período de trabalho. E precisamente este capital liberado é igual à parte do capital total adiantada para o período de circulação, quando o período de trabalho é maior que o de circulação, e igual à parte de capital que deve cobrir o excedente do período de circulação sobre um período de trabalho ou a um múltiplo de períodos de trabalho, quando o período de circulação é maior que o de trabalho.

C. Disso se segue que, para o capital social total, considerado conforme a sua parte líquida, a liberação de capital tem de constituir a regra, e a mera alternância das partes de capital que funcionam sucessivamente no processo produtivo, a exceção. Pois a igualdade entre o período de trabalho e o de circulação, ou a igualdade entre este último e um múltiplo simples do período de trabalho, essa proporcionalidade regular entre os dois componentes do período de rotação, não guarda absolutamente nenhuma relação com a natureza da coisa e, por isso, em geral, só pode ocorrer excepcionalmente.

Portanto, durante o ciclo anual de rotação, uma parte muito considerável do capital circulante social, que efetua várias rotações por ano, existirá periodicamente sob a forma de capital liberado.

Além disso, supondo-se como constantes todas as demais circunstâncias, é evidente que a grandeza desse capital liberado cresce com o volume do processo de trabalho ou com a escala da produção e assim, em geral, com o desenvolvimento da produção capitalista. No caso exposto em B)2), isso ocorre porque cresce o capital total adiantado; em B)1), porque, com o desenvolvimento da produção capitalista, aumenta a duração do período de circulação e, com isso, também o período de rotação nos casos em que o período de trabalho [é menor que o período de circulação e[o]] não há qualquer proporção regular entre os dois períodos.

No primeiro caso, por exemplo, tínhamos de desembolsar £100 semanalmente. Para o período de trabalho de seis semanas, £600; para o período de circulação de três semanas, £300; no total: £900. Aqui são constantemente liberadas £300. Se, ao contrário, £300 fossem semanalmente desembolsadas, teríamos, para o período de trabalho, £1.800 e, para o período de circulação, £900; portanto, também seriam periodicamente liberadas £900, em vez de £300.

D. O capital total de £900, por exemplo, tem de ser dividido em duas partes, como no caso mencionado há pouco, no qual £600 pertenciam ao período de trabalho e £300, ao período de circulação. Com isso, a parte efetivamente desembolsada no processo de trabalho é diminuída em ⅓, de £900 para £600 e, por conseguinte, também a escala de produção é reduzida em ⅓. Por outro lado, as £300 funcionam apenas para dar continuidade ao período de trabalho, de modo que a cada semana do ano se possam desembolsar £100 no processo de trabalho.

Em termos abstratos, é indiferente se £600 trabalham durante 6 × 8 = 48 semanas (produto = £4.800) ou se o capital inteiro de £900 é desembolsado no processo de trabalho e, então, permanece inativo durante o período de circulação de três semanas; neste último caso, o capital trabalharia, no decorrer das 48 semanas, 5⅓ × 6 = 32 semanas (produto = 5⅓ × 900 = £4.800) e permaneceria inativo por dezesseis semanas. Mas sem levarmos em conta a maior deterioração do capital fixo ao longo dessa inatividade de dezesseis semanas e o encarecimento do trabalho, que tem de ser pago durante o ano inteiro, ainda que ele só opere durante uma parte do ano, tal interrupção regular do processo de produção é absolutamente incompatível com o funcionamento da grande indústria moderna. Essa continuidade é, ela própria, uma força produtiva do trabalho.

Se agora examinarmos mais detalhadamente o capital liberado – na verdade, suspenso –, evidencia-se que uma parte considerável dele tem de possuir sempre a forma de capital monetário. Permaneçamos no exemplo: período de trabalho, seis semanas; período de circulação, três semanas; desembolso semanal, £100. Na metade do segundo período de trabalho, ao

final da nona semana, refluem £600, das quais apenas £300 devem ser reinvestidas durante o resto do período de trabalho. Ao término do segundo período de trabalho, são liberadas, portanto, £300. Em que estado se encontram essas £300? Suponhamos que se deva desembolsar ⅓ para salários e ⅔ para matérias-primas e materiais auxiliares. Das £600 que refluíram, £200 se encontram em forma-dinheiro, para o pagamento de salários, e £400 na forma de estoque produtivo, de elementos do capital produtivo constante, líquido. Mas como para a segunda metade do segundo período de trabalho só é necessária a metade desse estoque produtivo, durante três semanas a outra metade encontra-se na forma de estoque produtivo excedente, isto é, de um estoque produtivo que excede um dado período de trabalho. Mas o capitalista sabe que dessa parte (= £400) do capital que reflui ele só precisa da metade (= £200) para o período de trabalho em andamento. Assim, são as condições do mercado que vão dizer se ele reconverterá de imediato essas £200, total ou parcialmente, em estoque produtivo excedente, ou se as manterá como capital monetário, total ou parcialmente, à espera de condições de mercado mais favoráveis. Por outro lado, é evidente que a parcela a ser desembolsada em salários (= £200) deve ser conservada em forma-dinheiro. O capitalista, depois de ter comprado a força de trabalho, não pode armazená-la no depósito, como é possível fazer com as matérias-primas. Ele tem de incorporá-la ao processo de produção e a paga ao término da semana. De todo modo, do capital de £300 que foi liberado, essas £100 revestirão a forma de capital monetário disponível, isto é, não necessário para o período de trabalho. Assim, o capital liberado na forma de capital monetário tem no mínimo de ser igual à parte variável de capital, desembolsada em salário, e pode no máximo englobar a totalidade do capital liberado. Na realidade, ele oscila constantemente entre esse mínimo e esse máximo.

O capital monetário assim liberado pelo mero mecanismo do movimento de rotação tem de desempenhar um importante papel (junto ao capital monetário liberado pelo refluxo sucessivo do capital fixo e ao que é requerido em todo processo de trabalho para o capital variável) tão logo se desenvolve o sistema de crédito, do qual ele tem de constituir, ao mesmo

tempo, um dos fundamentos.

Suponhamos, em nosso exemplo, que o tempo de circulação se reduza de três semanas para duas e que esse fenômeno não seja normal, mas a consequência de um período favorável nos negócios, de prazos de pagamento mais curtos etc. O capital de £600, desembolsado durante o período de trabalho, reflui uma semana antes que o necessário, sendo, assim, liberado para essa semana. Além disso, tal como antes, na metade do período de trabalho são liberadas £300 (parte daquelas £600), mas por quatro semanas, em vez de três. Assim, no mercado de dinheiro haverá £600 durante uma semana, e £300 durante quatro, em vez de três semanas. Mas como isso diz respeito não só a um capitalista, e sim a muitos, e ocorre em diversos períodos e em diversos ramos de negócios, surge então no mercado uma maior quantidade de capital monetário disponível. Se essa situação se prolongar, a produção se ampliará onde isso for possível; os capitalistas que operam com capital emprestado exercerão uma demanda menor sobre o mercado monetário, o que diminuirá a pressão sobre este último tanto quanto o faria o aumento da oferta; ou, por fim, as somas que se tornaram excedentes para o mecanismo da rotação serão definitivamente lançadas no mercado monetário.

Em consequência da contração do tempo de rotação[p] de três para duas semanas e, assim, do período de rotação de nove para oito semanas, $^1/_9$ do capital total adiantado torna-se supérfluo; o período de trabalho de seis semanas de duração pode, agora, manter-se em funcionamento com £800 de forma tão constante como antes com £900. Uma vez reconvertida em dinheiro, uma parte de valor do capital-mercadoria = £100 se imobiliza nessa condição como capital monetário, sem seguir funcionando como parte do capital adiantado para o processo de produção. Enquanto a produção continua na mesma escala e sob condições iguais, como preços etc., a soma de valor do capital adiantado é reduzida de £900 para £800; o resto, as £100 do valor originariamente adiantado, é eliminado sob a forma de capital monetário. Como tal, ele ingressa no mercado monetário e constitui uma parte adicional dos capitais que nele operam.

Vemos, assim, como pode surgir uma pletora de capital monetário, e não

só no sentido de que a oferta de capital monetário seja maior do que a demanda – nesse caso, teríamos apenas uma pletora relativa, tal como, por exemplo, ocorre no “período melancólico”, que inaugura o novo ciclo após o término da crise –, mas no sentido de que, para o funcionamento do processo de reprodução social em seu conjunto (nele incluído o processo de circulação), uma determinada parte do valor de capital adiantado é supérflua e, por isso, acaba eliminada na forma de capital monetário; uma pletora surgida com uma escala constante de produção e com preços constantes, mediante a simples contração do período de rotação[q]. A massa – maior ou menor – do dinheiro em circulação não exerce aqui a mínima influência.

Suponhamos, inversamente, que o período de circulação se prolongue, digamos, de três semanas para cinco. Assim, já na rotação seguinte o refluxo do capital adiantado ocorre com um atraso de duas semanas. A última parte do processo de produção desse período de trabalho não pode ser continuada pelo próprio mecanismo da rotação do capital adiantado. Prolongando-se essa situação, aqui poderia ocorrer uma contração do processo de produção – do volume em que ele é executado –, contrariamente ao caso precedente, onde ocorrera uma ampliação desse processo. Mas para que o processo de produção continuasse na mesma escala, o capital adiantado teria de ser aumentado em $^2/_9$ = £200 para toda a duração desse prolongamento do período de circulação. **Esse capital adicional só pode ser obtido no mercado monetário.** Se o prolongamento do período de circulação vale para um ou vários grandes ramos de negócios, ele pode exercer, por conseguinte, uma pressão sobre o mercado monetário, desde que essa ação não seja contra-arrestada por uma reação do lado oposto. Também nesse caso é evidente e palpável que essa pressão, como antes aquela pletora, não guarda qualquer relação com uma alteração, seja nos preços das mercadorias, seja na massa dos meios de circulação existentes.

{A preparação deste capítulo para a impressão apresentou não poucas dificuldades. Embora dotado de um bom domínio de álgebra, Marx apresentava deficiências ao fazer operações com números, especialmente

em matéria comercial, apesar da existência de um volumoso conjunto de cadernos[r], nos quais ele efetua todo tipo de cálculos comerciais, baseado em diversos exemplos. Mas o conhecimento dos diversos tipos de cálculo e a experiência no cálculo prático cotidiano do negociante não são de modo algum equivalentes, razão pela qual, nos cálculos das rotações, Marx enredou-se de tal forma que neles se encontram, ao lado de elementos inconclusos, inúmeras imprecisões e contradições. Nas tabelas reproduzidas há pouco, conservei apenas o mais simples e aritmeticamente correto, e isso fundamentalmente pela seguinte razão.

Os resultados inseguros dessa fatigante série de cálculos induziram Marx a atribuir uma importância imerecida a uma circunstância que, a meu ver, é menos importante. Refiro-me ao que ele denomina "liberação" de capital monetário. Sob os pressupostos adotados anteriormente, a questão se apresenta da seguinte forma:

Seja qual for a proporção entre a grandeza do período de trabalho e a do tempo de curso e, portanto, entre o capital I e o capital II, após o transcurso da primeira rotação retorna ao capitalista, em forma-dinheiro e em intervalos regulares com a mesma duração do período de trabalho, o capital necessário para cada período de trabalho, ou seja, uma soma equivalente ao capital I.

Se o período de trabalho = 5 semanas, o tempo de curso = 4 semanas, o capital I = £500, a cada vez refluirá uma soma de dinheiro de £500: ao término das 9ª, 14ª, 19ª, 24ª, 29ª etc. semanas.

Se o período de trabalho = 6 semanas, o tempo de circulação = 3 semanas, o capital I = £600, a cada vez refluirá £600: ao término das 9ª, 15ª, 21ª, 27ª, 33ª etc. semanas.

Por último, se o período de trabalho = 4 semanas, o tempo de curso = 5 semanas, o capital I = £400, o resultado será, a cada vez, um refluxo de £400: ao término das 9ª, 13ª, 17ª, 21ª, 25ª etc. semanas.

Se e em que medida esse dinheiro que refluiu é excedente, ou seja, é liberado para o período de trabalho em andamento, é algo aqui indiferente. Pressupõe-se que a produção se realiza ininterruptamente, na escala habitual, e para que isso ocorra o dinheiro tem de estar disponível, ou seja,

tem de refluir, esteja ele “liberado” ou não. Se a produção é interrompida, com ela cessa também a liberação.

Em outras palavras: é verdade que disso resulta a liberação de dinheiro e, portanto, a formação de capital latente, apenas potencial, em forma-dinheiro; mas isso se dá sob quaisquer circunstâncias, e não apenas sob as condições especiais detalhadas no texto; e tal liberação ocorre numa escala maior que aquela suposta no texto. Com relação ao capital I em circulação, o capitalista industrial encontra-se, ao término de cada rotação, exatamente na situação em que se encontrava quando da instauração do negócio: ele volta a ter o capital em mãos, por inteiro e de uma vez só[s], ao mesmo tempo que só pode reconvertê-lo em capital produtivo gradualmente.

O principal no texto é a demonstração de que, por um lado, uma parcela considerável do capital industrial tem de estar sempre disponível em forma-dinheiro e que, por outro lado, uma parcela ainda mais considerável tem de revestir temporariamente essa forma. Essa demonstração é mais plenamente corroborada pelas observações adicionais que aqui apresento. – F. E.}

## V. Efeitos da variação de preços[t]

Até aqui supomos, por um lado, preços constantes, escala da produção constante e, por outro, uma contração ou expansão do tempo de circulação. Suponhamos agora, ao contrário, uma grandeza constante do período de rotação, uma escala constante da produção, mas, em contrapartida, uma variação de preços, isto é, altas ou quedas no preço[u] de matérias-primas, materiais auxiliares e trabalho, ou no dos dois primeiros desses elementos. Digamos que o preço das matérias-primas e dos materiais auxiliares, assim como do salário, caia pela metade. Em nosso exemplo, portanto, precisaríamos de um adiantamento de capital de £50, em vez de £100, e, para o período de rotação de nove semanas, £450, em vez de £900. Do valor de capital adiantado, £450 são inicialmente eliminados como capital monetário, mas o processo de produção prossegue, como antes, na mesma escala, com o mesmo período de rotação e igual divisão deste último.

Também a massa de produto anual permanece a mesma, mas seu valor terá caído pela metade. Essa variação, que também é acompanhada de uma variação na oferta e demanda de capital monetário, não foi produzida nem por uma aceleração no curso, nem por uma alteração na massa do dinheiro em circulação. Pelo contrário. Se o valor – ou, a depender do caso, o preço – dos elementos do capital produtivo caísse pela metade, o primeiro efeito disso seria que, para que o negócio X continuasse a funcionar na mesma escala de antes, seria preciso adiantar um valor de capital reduzido pela metade, ou seja, que apenas a metade de dinheiro teria de ser lançada no mercado pelo negócio X, já que este último adianta esse valor de capital inicialmente na forma de dinheiro, isto é, como capital monetário. A massa de dinheiro lançada em circulação teria diminuído, porque os preços dos elementos de produção teriam caído. Esse seria o primeiro efeito.

Em segundo lugar, porém: a metade do valor de capital originalmente adiantado de £900 = £450, que a) assumia alternativamente as formas de capital monetário, capital produtivo e capital-mercadoria e b) encontrava-se simultânea e constantemente, em parte, na forma de capital monetário, em parte, na de capital produtivo e, em parte, na de capital-mercadoria, seria eliminada do ciclo do negócio X e, assim, ingressaria no mercado monetário como capital monetário adicional, nele atuando como um componente adicional. Essas £450 liberadas em dinheiro operam como capital monetário, não porque sejam dinheiro excedente para o funcionamento do negócio X, mas porque são um componente do valor de capital original, razão pela qual continuam a atuar como capital e não têm de ser gastas como simples meio de circulação. A forma mais direta de fazê-las atuar como capital é lançá-las como capital monetário no mercado monetário. Por outro lado, a escala de produção (prescindindo do capital fixo) também poderia ser duplicada. Com o mesmo capital adiantado de £900 colocar-se-ia em funcionamento um processo de produção de duplo volume.

Por outro lado, se os preços dos elementos líquidos do capital produtivo aumentassem em 50%, seriam necessárias, em vez de £100 semanais, £150, ou seja, em vez de £900, £1.350. Para dar continuidade ao

negócio na mesma escala, seria necessário um capital adicional de £450, e isso exerceria *pro tanto* [proporcionalmente] uma pressão maior ou menor sobre o mercado monetário, de acordo com a situação deste último. Se já existisse uma demanda por todo o capital disponível no mercado, a competição por tal capital aumentaria. Se uma parte desse capital estivesse inativa, ela seria ativada *pro tanto*.

Mas também pode ocorrer, em terceiro lugar, que com uma dada escala da produção e mantendo-se inalterados a velocidade da rotação e os preços dos elementos do capital produtivo líquido aumente ou baixe o preço dos produtos do negócio X. Caindo o preço das mercadorias fornecidas pelo negócio X, o mesmo ocorrerá com o preço de seu capital-mercadoria, que ele lança constantemente em circulação, de £600 para, digamos, £500. Portanto, $\frac{1}{6}$ do valor do capital adiantado não refluirá do processo de circulação (não se considera aqui o mais-valor encerrado no capital-mercadoria); ele é perdido nesse processo. Mas como o valor – ou, conforme o caso, o preço – dos elementos de produção permanece o mesmo, esse refluxo de £500 só bastará para repor $\frac{5}{6}$ do capital de £600 constantemente empregado no processo de produção. Para manter a produção na mesma escala, seria necessário um capital monetário adicional de £100.

Inversamente, suponhamos que o preço dos produtos do negócio X aumente de modo que o preço do capital-mercadoria passe de £600 para, digamos, £700. Uma sétima parte de seu preço = £100 não deriva do processo de produção, não foi adiantada neste último, mas provém do processo de circulação. Porém, apenas £600 são necessárias para repor os elementos produtivos; tem-se, assim, a liberação de £100.

O exame das causas da diminuição ou do aumento do período de rotação, no primeiro caso, ou dos preços das matérias-primas e do trabalho, no segundo, ou do preço dos produtos fornecidos, no terceiro, ultrapassa o escopo da presente investigação.

Mas o que cabe tratar aqui é o seguinte:

*Primeiro caso: a escala da produção permanece inalterada, assim*

*como o preços dos elementos de produção e dos produtos; varia o período de circulação e, por conseguinte, o de rotação.*

De acordo com o pressuposto de nosso exemplo, por meio da redução do período de circulação passa a ser necessária uma quantidade $^1/_9$ menor de capital total adiantado; este diminui, portanto, de £900 para £800, e eliminam-se £100 de capital monetário.

O negócio X continua a fornecer o mesmo produto a cada seis semanas, com o mesmo valor de £600 e, como o trabalho é realizado ininterruptamente durante o ano inteiro, ele fornece em 51 semanas a mesma massa de produtos no valor de £5.100. Assim, no que concerne à quantidade e ao preço do produto que o negócio lança em circulação, não ocorre qualquer modificação, tampouco no que diz respeito aos prazos em que ele lança o produto no mercado. Mas £100 são eliminadas porque, mediante a redução do período de circulação, um adiantamento de capital de £800 é agora suficiente para saturar o processo, ao passo que antes eram necessárias £900. As £100 de capital que foram eliminadas existem na forma de capital monetário. Mas elas não representam em absoluto a parte do capital adiantado que teria de funcionar continuamente na forma de capital monetário. Suponhamos que, do capital líquido adiantado I = £600, fossem constantemente desembolsados ⅘ = £480 em materiais de produção e ⅕ = £120 em salários. Portanto, semanalmente, £80 em materiais de produção e £20 em salários. O capital II = £300 tem de se dividir, assim, em ⅘ = £240 para materiais de produção e ⅕ = £60 para salários. O capital desembolsado em salários tem de ser sempre adiantado em forma de dinheiro. Tão logo o produto-mercadoria no valor de £600 esteja reconvertido em forma-dinheiro, ou seja, esteja vendido, £480 desse valor podem ser convertidas em materiais de produção (em estoque produtivo), mas £120 conservam sua forma-dinheiro para o pagamento do salário relativo a seis semanas. Essas £120 constituem o mínimo do capital refluente de £600, que deve ser sempre renovado e reposto na forma de capital monetário e, por isso, estar sempre disponível como a parte do capital adiantado que atua na forma-dinheiro.

Ora, se das £300 periodicamente liberadas para três semanas – e divisíveis em £240 para estoque produtivo e £60 para salários – uma soma de £100 é inteiramente eliminada do mecanismo da rotação na forma de capital monetário, por meio da redução do tempo de curso, de onde provém o dinheiro para essas £100 de capital monetário? Somente ⅕ delas consiste em capital monetário liberado periodicamente no interior das rotações. Mas ⅘ = £80 já foram repostas por um estoque produtivo adicional de mesmo valor. De que maneira esse estoque produtivo adicional se converte em dinheiro, e de onde provém o dinheiro necessário para essa conversão?

Uma vez operada a redução no tempo de circulação, não mais £480, mas apenas £400 das £600 aqui mencionadas são reconvertidas em estoque produtivo. As £80 restantes são conservadas em sua forma-dinheiro e constituem, com as £20 destinadas ao pagamento de salários, as £100 de capital eliminado. Embora essas £100 derivem da esfera da circulação, da compra[v] das £600 de capital-mercadoria, e agora sejam subtraídas dessa soma ao não serem reinvestidas em salários e elementos de produção, não se pode esquecer que, estando na forma-dinheiro, elas se encontram novamente naquela forma em que foram originariamente lançadas na circulação. Inicialmente, £900 em dinheiro foram desembolsadas para formar um estoque produtivo e pagar salários. Para realizar o mesmo processo de produção, agora são necessárias apenas £800. As £100 assim eliminadas em forma-dinheiro formam agora um novo capital monetário em busca de investimento, um novo componente do mercado monetário. É verdade que antes elas já se encontravam periodicamente na forma de capital monetário liberado e de capital produtivo adicional, mas esses próprios estados latentes, garantindo a continuidade do processo de produção, formavam um requisito para sua consecução. Atualmente, elas não são mais necessárias para isso, razão pela qual constituem um novo capital monetário e um componente do mercado monetário, ainda que não sejam nem um elemento adicional da reserva monetária existente (pois existiam desde o começo do negócio e por ele foram lançadas na circulação), nem um tesouro recém-acumulado.

É verdade que essas £100 se encontram, agora, fora da circulação, na

medida em que constituem uma parte do capital monetário adiantado, parte que não é mais aplicada no mesmo negócio. Mas essa retirada só é possível porque a transformação do capital-mercadoria em dinheiro, e deste último em capital produtivo, M'-D-M, acelerou-se em uma semana e, portanto, acelerou-se também o curso do dinheiro que atua nesse processo. Elas são retiradas de circulação porque deixaram de ser necessárias à rotação do capital X.

Supomos, aqui, que o capital adiantado pertence a seu investidor. Se fosse emprestado, isso não alteraria em nada a situação. Com a redução do tempo de curso, ele só teria necessidade de £800 de capital emprestado, em vez de £900. Uma vez devolvidas ao credor, £100 formam, como antes, £100 de novo capital monetário, porém em mãos de Y, em vez de em mãos de X. Além disso, se o capitalista X obtivesse a crédito seus materiais de produção a um valor de £480, de modo que só precisasse adiantar £120 em dinheiro para o pagamento dos salários, agora sua necessidade de crédito para esses materiais de produção seria reduzida em £80, que passariam a constituir um capital-mercadoria excedente para o capitalista credor, enquanto o capitalista X teria eliminado £20 em dinheiro.

O estoque produtivo adicional está agora reduzido em ⅓. Como ⅘ de £300 (o capital adicional II), ele era = £240 e, agora, é só = £160; isto é, um estoque adicional para duas semanas, em vez de três. Agora ele será renovado a cada duas semanas, em vez de a cada três, mas apenas para um período de duas semanas, e não de três. As aquisições, por exemplo, no mercado algodoeiro, são mais frequentes e em porções menores. A mesma quantidade de algodão é retirada do mercado, pois a massa do produto permanece igual. Mas essa retirada se distribui diferentemente no tempo e compreende um período mais extenso. Suponhamos, por exemplo, que se trate de três meses e de dois, e que o consumo anual de algodão seja de 1.200 fardos. No primeiro caso, são vendidos:

1º janeiro 300 fardos, e permanecem no depósito 900 fardos
1º abril 300 fardos, e permanecem no depósito 600 fardos
1º julho 300 fardos, e permanecem no depósito 300 fardos

1º outubro 300 fardos, e permanecem no depósito 0 fardos

No segundo caso, ao contrário:

1º janeiro 200 fardos vendidos, permanecem no depósito 1.000 fardos
1º março 200 fardos vendidos, permanecem no depósito 800 fardos
1º maio 200 fardos vendidos, permanecem no depósito 600 fardos
1º julho 200 fardos vendidos, permanecem no depósito 400 fardos
1º setembro 200 fardos vendidos, permanecem no depósito 200 fardos
1º novembro 200 fardos vendidos, permanecem no depósito 0 fardos

Portanto, o dinheiro investido em algodão só retorna integralmente um mês mais tarde, em novembro, em vez de em outubro. Se por meio da redução do tempo de curso e, com isso, do tempo de rotação, $^1/_9$ do capital adiantado = £100 é eliminado na forma de capital monetário, e se essas £100 se compõem de £20 de capital monetário periodicamente excedente, destinadas ao pagamento do salário semanal, e de £80 que existiam como estoque produtivo periodicamente excedente para uma semana, então, no que diz respeito às £80, o estoque produtivo excedente diminuído nas mãos do fabricante corresponde a um estoque de mercadorias aumentado nas mãos do comerciante de algodão. Quanto mais tempo permanece armazenado como mercadoria no depósito do comerciante, menos tempo esse algodão fica no depósito do fabricante como estoque produtivo.

Até aqui, supusemos que a redução do tempo de curso no negócio X se devia ao fato de que este último vendia suas mercadorias mais rapidamente, recebia mais cedo o dinheiro pago por elas ou, em se tratando de crédito, que o prazo de pagamento era encurtado. Essa redução deriva, portanto, de uma redução do tempo de venda da mercadoria, da transformação do capital-mercadoria em capital monetário, M’-D, a primeira fase do processo de circulação. Ela poderia derivar, igualmente, da segunda fase, D-M e, por conseguinte, de uma alteração simultânea, seja no período de trabalho, seja no tempo de curso dos capitais Y, Z etc., que fornecem ao capitalista X os elementos de produção de seu capital líquido.

Por exemplo, se com os antigos meios de transporte o algodão, o carvão

etc. levavam três semanas para serem transportados de seu local de produção ou de armazenamento até a matriz de produção do capitalista X, o mínimo do estoque produtivo de X até a chegada de novos estoques tem de bastar por pelo menos três semanas. Enquanto são transportados, o algodão e o carvão não podem servir como meios de produção. Nesse momento eles constituem, antes, objetos de trabalho da indústria do transporte e do capital nela investido, e para o produtor de carvão ou o vendedor de algodão eles são capital-mercadoria que se encontra em sua circulação. Com a melhoria dos meios de transporte, o tempo de deslocamento reduz-se para duas semanas. Assim, um estoque produtivo para três semanas pode se converter num estoque para duas semanas. Com isso, o capital adicional adiantado de £80 é liberado, assim como o de £20 para os salários, porquanto o capital rodado de £600 reflui uma semana antes.

Por outro lado, se, por exemplo, reduz-se o período de trabalho do capital que fornece a matéria-prima (exemplos de tal redução foram apresentados nos capítulos anteriores) e, portanto, diminui também a possibilidade de se renovar a matéria-prima, o estoque produtivo pode ser reduzido e o lapso de tempo entre um período de renovação e o outro pode ser encurtado.

Inversamente, se se prolonga o tempo de curso e, por conseguinte, o período de rotação, então se faz necessário um adiantamento de capital adicional. Este deve ser realizado pelo próprio capitalista, caso ele disponha de capital adicional. Mas esse capital será investido numa ou noutra forma, como parte do mercado monetário; para que se torne disponível, ele tem de ser despido de sua velha forma, por exemplo, ações precisam ser vendidas, depósitos precisam ser sacados, de modo que se produzirá também um efeito indireto sobre o mercado monetário. Ou, então, o capitalista tem de tomá-lo emprestado. No que diz respeito à parte do capital adicional necessária para os salários, esta deve, em condições normais, ser sempre adiantada como capital monetário e, para isso, o capitalista X exerce sua cota de pressão direta sobre o mercado monetário. Para a parte que deve ser investida em materiais de produção, isso só é indispensável quando o capitalista tem de pagá-la à vista. Se pode obtê-la a

crédito, não exerce qualquer influência sobre o mercado monetário, já que o capital adicional é, então, adiantado diretamente como estoque produtivo e não, em primeira instância, como capital monetário. Na medida em que seu credor volta a lançar diretamente no mercado monetário a letra de câmbio obtida de X, que a faz descontar etc., isso provoca um efeito indireto, de segunda mão, sobre esse mercado. Mas se utiliza essa letra para, por exemplo, cobrir uma dívida que deve ser paga posteriormente, esse capital adiantado adicional não exerce qualquer influência, direta ou indireta, sobre o mercado monetário.

*Segundo caso: variação no preço dos materiais de produção, mantendo-se inalteradas as demais circunstâncias.*

Supusemos anteriormente que o capital total de £900 se desembolsa da seguinte forma: ⅘ = £720 em materiais de produção e ⅕ = £180 em salários.

Se os materiais de produção caem pela metade, eles só requerem, para o período de trabalho de seis semanas, £240, em vez de £480, e para o capital adicional II, apenas £120, em vez de £240. O capital I será reduzido, assim, de £600 para 240 + 120 = £360, e o II de £300 para 120 + 60 = £180. O capital total de £900 passará a 360 + 180 = £540. Serão eliminados, portanto, £360.

Esse capital monetário eliminado, tornado inativo e, portanto, à procura de investimento no mercado monetário, não é senão uma porção do capital de £900 originalmente adiantado como capital monetário, porção que se tornou supérflua mediante a queda de preços dos elementos de produção nos quais o capital monetário se reconverte periodicamente, supondo-se que o negócio não se amplie, mas se mantenha na mesma escala. Se essa queda de preços não se devesse a circunstâncias acidentais (colheita particularmente fértil, oferta excessiva etc.), mas ao aumento da força produtiva no ramo que fornece a matéria-prima, esse capital monetário seria um acréscimo absoluto ao mercado monetário e, em geral, ao capital disponível na forma de capital monetário, uma vez que não constituiria mais uma parte integrante do capital já empregado.

*Terceiro caso: variação no preço de mercado do próprio produto.*

Nesse caso, a queda do preço significa a perda de uma parte do capital, que tem de ser reposto mediante um novo adiantamento de capital monetário. Essa perda do vendedor pode ser um ganho para o comprador. Diretamente, se o preço de mercado do produto cai apenas devido a conjunturas acidentais e, posteriormente, volta a subir até atingir seu preço normal. Indiretamente, se a variação no preço é causada por uma variação de valor, que reage sobre o velho produto, e se esse produto reingressa como elemento de produção numa outra esfera da produção, nela liberando capital *pro tanto*. Em ambos os casos, o capital perdido para X, por cuja reposição este exerce pressão sobre o mercado monetário, pode ser fornecido por seus parceiros de negócio [*Geschäftsfreunden*] como novo capital adicional. Tem-se, então, uma mera transferência.

Inversamente, se o preço do produto aumenta, uma parte do capital que não foi adiantado é retirada de circulação. Não se trata de uma parte orgânica do capital adiantado no processo de produção e, a menos que a produção se expanda, tal parte constitui capital monetário eliminado. Como aqui supomos que os preços dos elementos do produto estavam dados antes que este ingressasse no mercado como capital mercantil, a alta de preços poderia, assim, ser provocada por uma verdadeira variação de valor, na medida em que tal variação atuasse retroativamente, por exemplo, se o preço das matérias-primas tivesse aumentado após esse ingresso no mercado. Nesse caso, o capitalista X lucraria com seu produto, circulante como capital-mercadoria, e com seu estoque produtivo disponível. Esse lucro lhe forneceria um capital adicional, que, em face do aumento de preços dos elementos da produção, seria agora necessário para a continuação de seu negócio.

Ou então a alta dos preços é apenas transitória. Nesse caso, o que se requer do lado do capitalista X como capital adicional é, do outro lado, capital liberado, na medida em que seu produto passa a constituir um elemento de produção para outros ramos da indústria. **O que um perdeu o outro ganhou.**

[a] No manuscrito (II, p. 88), essa subdivisão do texto se intitula: "Influência da diferença na rotação sobre a valorização do capital etc.", e a ela se segue uma nova subdivisão "a) Efeito do tempo de curso sobre a grandeza do capital a ser adiantado etc. (A rotação do capital fluido e seus efeitos retroativos)". Cf. "Introdução da edição alemã (MEGA-2 II/13)", p. 47. (N. T.)

[b] Engels tomou do manuscrito II, inicialmente, a fixação do período de rotação em doze semanas, o qual Marx, na explanação seguinte, reduziu para dez semanas. No primeiro caso, o período de rotação foi medido de acordo com sua grandeza plena (período de trabalho mais período de circulação); mais tarde, ao contrário, de acordo com a grandeza do período de trabalho, fazendo coincidir o número de períodos de rotação com o de trabalho. (N. E. A.)

[c] O certo seria: "21ª-25ª". (N. E. A.)

[d] No manuscrito (II, p. 90), a exposição prossegue até o nono período de trabalho. (N. T.)

[e] A consideração do crédito estava prevista para o Livro III. (N. E. A.)

[f] No manuscrito (II, p. 91), segue-se aqui: "que este último é adiantado para o período de trabalho I, ao passo que o segundo (abstraindo das relações de crédito) o é para a duração do período de trabalho II durante o tempo de curso do capital utilizado no período de trabalho I. Ele é, portanto, adiantado durante toda a duração do período de trabalho I, no qual ele não ingressa, e para a duração do tempo de curso da parcela de capital investida no período de trabalho I. *O mesmo tempo que para o capital I é tempo de curso, é tempo de produção para o capital II (para essa parcela do capital adiantado)*". (N. T.)

[g] No manuscrito (II, p. 91), a passagem correspondente às três últimas frases está redigida da seguinte forma: "Naturalmente, os economistas possuem concepções absolutamente confusas, através das quais não se vislumbra nada claro sobre o mecanismo da rotação. O que parecia ser tempo vazio (em relação ao processo de produção) mostra-se agora como parcela do capital adiantado investida sempre na forma de capital-mercadoria ou capital monetário". (N. T.)

[1] As semanas que caem no segundo ano de rotação estão entre parênteses. (F. E.)

[h] Durante a redação da versão final para a impressão, Engels elaborou, numa folha avulsa, duas tabelas para a demonstração da rotação do capital segundo o modelo de "entrecruzamento" dos capitais, que Marx contrapõe ao modelo de "substituição". Na versão impressa, porém, Engels descartou essas tabelas, substituindo-as pela passagem seguinte, na qual é apresentada uma descrição de seu conteúdo (cf. "Introdução da edição alemã (MEGA-2 II/13)", p. 54-6). As referidas tabelas estão reproduzidas no Apêndice 6, p. 658-9. (N. T.)

[i] Nos parágrafos seguintes (até o fim deste item), Engels apresenta um resumo de uma passagem do manuscrito II. Reproduzimos o texto correspondente no Apêndice 7, p. 660-2. (N. T.)

[j] A soma apresentada nesta passagem é um resumo do seguinte trecho do manuscrito II, p. 96: "No que diz respeito à rotação, ao contrário, o capital I efetuou 5 rotações inteiras + ⅔, (5⅔). O capital II efetuou 5 rotações inteiras + ⅓, e o capital III 5 rotações inteiras + 0.
Com isso, temos, para a *rotação do capital I* = (£300) × 5⅔ = £1.500 + £200 = £1.700 de capital rodado (o resto de £300 dos capitais não rodados).
Capital II = £300 × 5⅓ = £1.500 + £100 = £1.600.
Capital III = £300 × 5 + 0 = 1.500 (capital retornado de £300). Ao fim da 51ª semana retorna ⅓ do capital de £900 = £300, ao passo que as £600 restantes retornam no período de circulação, (I) retorna na 3ª semana do segundo ano, e II na 6ª semana.
Assim, o inteiro *capital rodado* = £1.700 + £1.600 + £1.500 = £4.800.
Essas £4.800.900 = 513 rotações". (N. T.)

[k] Em sua edição do Livro II de *O capital*, de 1926, Karl Kautsky realizou alterações nesta tabela, corrigindo o que ele acreditava fossem lapsos de Marx e de Engels. Cf. "Introdução da edição alemã (MEGA-2 II/13)", p. 55-6. (N. T.)

[l] O correto seria: 24ª. (N. E. A.)

[m] O correto seria: 25ª. (N. E. A.)

[n] Acréscimo de Engels. (N. E. A.)

[o] Lacuna no texto da primeira e da segunda edição. Trecho inserido de acordo com o manuscrito final para a impressão. (N. T.)

[p] O correto seria: "tempo de curso". (N. E. A.)

[q] No manuscrito, consta: "mediante a simples contração do tempo de curso e a correspondente contração do período de rotação". (N. E. A.)

[r] Provável referência a três cadernos de excertos de Marx dos anos 1878, 1881 e 1882, nos quais ele copia trechos da obra de Friedrich Ernst Feller e Carl Gustav Odermann, *Das Ganze der kaufmännischen Arithmetik* (Leipzig, [O. A. Schulz,] 1859), além de colher excertos de outros escritos sobre operações de câmbio e de divisas. Engels extraiu um texto de um desses cadernos e o inseriu no final do capítulo 4. (Cf. p. 194-200). (N.E.A.)

[s] No manuscrito final para a impressão, foi acrescentado: "como capital monetário". (N. E. A.)

[t] Acréscimo de Engels. (N. E. A.)

[u] No manuscrito, lê-se: "no preço dos elementos fluidos do capital produtivo, ou seja, no preço [...]". (N. E. A.)

[v] No manuscrito, consta: "venda". (N. E. A.)

# Capítulo 16

## A rotação do capital variável

### I. A taxa anual do mais-valor[a]

Suponhamos um capital circulante de £2.500, formado por ⅘ = £2.000 de capital constante (materiais de produção) e ⅕ = £500 de capital variável, desembolsado em salários.

Digamos que o período de rotação seja = 5 semanas; o de trabalho = 4 semanas; o de circulação = 1 semana. Assim, o capital I = £2.000 consistirá de £1.600 de capital constante e £400 de capital variável, e o capital II = £500, de £400 de capital constante e £100 de capital variável. A cada semana de trabalho, é desembolsado um capital de £500. Num ano de cinquenta semanas, tem-se um produto anual de 50 × 500 = £25.000. O capital I de £2.000, constantemente aplicado num período de trabalho, efetua 12½ rotações. 12½ × 2.000 = £25.000. Destas £25.000, ⅘ = £20.000 são capital constante, desembolsado em meios de produção, e ⅕ = £5.000, capital variável, desembolsado em salários. Já o capital total de £2.500, ao contrário, efetua $^{25.000}/_{2.500}$ = 10 rotações.

O capital circulante variável despendido durante a produção só pode voltar a servir no processo de circulação na medida em que o produto, no qual seu valor está reproduzido, é vendido – transformado de capital-mercadoria em capital monetário –, a fim de ser novamente desembolsado para o pagamento da força de trabalho. Mas o mesmo se dá com o capital circulante constante, desembolsado na produção (em materiais de produção) e cujo valor reaparece como parcela de valor no produto. O que essas duas partes – a parte variável e a parte constante do capital circulante – têm em comum, e o que as distingue do capital fixo, é não o fato de que

seu valor transferido ao produto circula por meio do capital-mercadoria, isto é, da circulação do produto como mercadoria. Uma parcela de valor do produto e, por conseguinte, do produto que circula como mercadoria, do capital-mercadoria, consiste sempre da depreciação do capital fixo, ou da parcela de valor do capital fixo que este transferiu ao produto durante a produção. Mas a diferença é a seguinte: o capital fixo, sob sua velha figura de uso, continua a funcionar no processo de produção durante um ciclo mais ou menos longo de períodos de rotação do capital circulante (= capital constante circulante + capital variável circulante), ao passo que cada rotação isolada tem como condição a reposição do capital circulante total, que sai da esfera da produção – na forma de capital-mercadoria – para entrar na esfera da circulação. O capital constante circulante e o capital variável circulante têm em comum a primeira fase da circulação, M'-D'. Na segunda fase, eles se separam. O dinheiro, em que a mercadoria se reconverteu, transforma-se, em parte, em estoque produtivo (capital constante circulante). A depender dos diversos prazos de compra de seus componentes, uma parte dele pode ser convertida antes, outra depois, de dinheiro em materiais de produção, mas, por fim, essa transformação se realiza por completo. Outra parte do dinheiro obtido com a venda da mercadoria conserva-se como reserva monetária, destinada a ser gasta pouco a pouco no pagamento da força de trabalho incorporada ao processo de produção. **Tal parte constitui o capital variável circulante.** Não obstante, a reposição inteira de uma ou outra parte provém, em cada caso, da rotação do capital, de sua transformação em produto, de produto em mercadoria, de mercadoria em dinheiro. Essa é a razão pela qual, no capítulo anterior, sem considerarmos o capital fixo, a rotação do capital circulante – constante e variável – mereceu um tratamento especial e conjunto.

Para a questão que iremos analisar agora, temos de avançar um passo e tratar a parte variável do capital circulante de tal modo que é como se ela constituísse exclusivamente o capital circulante. Abstraímos, portanto, do capital circulante constante que roda juntamente com a parte variável.

Uma soma de £2.500 é adiantada, e o valor do produto anual é £25.000.

Mas a parte variável do capital circulante é £500; por isso, o capital variável contido em £25.000 é igual a $^{25.000}/_{5}$ = £5.000. Se dividimos £5.000 por 500, obtemos o número de rotações 10, exatamente igual ao do capital total de £2.500.

Esse cálculo médio, de acordo com o qual o valor do produto anual é dividido pelo valor do capital adiantado, e não pelo valor da parte desse capital constantemente empregada num período de trabalho (nesse caso, portanto, não por quatrocentos, mas por quinhentos, não pelo capital I, mas pelo capital I + capital II), é aqui, onde se trata apenas da produção do mais-valor, absolutamente exato. Mais adiante, veremos que, sob outro ponto de vista, esse cálculo médio não é inteiramente exato, como em geral não o é. Quer dizer, ele basta para a finalidade prática do capitalista, porém não expressa de modo exato ou adequado todas as circunstâncias reais da rotação.

Até aqui, abstraímos inteiramente de uma parcela de valor do capital-mercadoria, mais precisamente do mais-valor nele contido, que foi produzido e incorporado ao produto durante o processo de produção. É para ele que temos, agora, de dirigir nossa atenção.

Supondo-se que o capital variável de £100 desembolsado semanalmente produza um mais-valor de 100% = £100, o capital variável de £500 desembolsado no período de rotação de cinco semanas produzirá um mais-valor de £500, isto é, metade da jornada de trabalho consistirá de mais-trabalho.

Porém, se £500 de capital variável produzem £500, então £5.000 produzirão um mais-valor de 10 × 500 = £5.000. O capital variável adiantado é, porém, £500. Denominamos taxa anual do mais-valor a proporção entre a massa total de mais-valor produzida durante o ano e a soma de valor do capital variável adiantado. No caso presente, essa taxa é = $^{5.000}/_{500}$ = 1.000%. Se analisarmos essa taxa mais de perto, veremos que ela é igual à taxa do mais-valor, produzida durante um período de rotação pelo capital variável adiantado, multiplicada pelo número de rotações do capital variável (que coincide com o número de rotações da totalidade do capital circulante).

O capital variável adiantado durante um período de rotação é, no caso presente = £500; o mais-valor nele produzido é igualmente = £500. A taxa do mais-valor durante um período de rotação é assim = $^{500m}/_{500v}$ = 100%. Multiplicado por 10, o número de rotações, esse 100% dá como resultado: $^{5.000m}/_{500v}$ = 1.000%.

Isso vale para a taxa anual do mais-valor. Mas, no que diz respeito à massa do mais-valor obtido durante um período determinado de rotação, essa massa é igual ao valor do capital variável adiantado durante esse período, aqui = £500, multiplicada pela taxa do mais-valor, aqui 500 × $^{100}/_{100}$ = 500 × 1 = £500. Se o capital adiantado fosse = £1.500 com a mesma taxa do mais-valor, a massa do mais-valor seria = 1.500 × $^{100}/_{100}$ = £1.500.

Denominaremos capital *A* o capital variável de £500, que efetua dez rotações em um ano, produz nesse período um mais-valor de £5.000 e para o qual a taxa anual do mais-valor é, portanto, = 1.000%.

Suponhamos, então, que outro capital variável de £5.000, o capital *B*, seja adiantado para um ano inteiro (nesse caso, por cinquenta semanas) e, por conseguinte, efetue apenas uma rotação no ano. Suponhamos, além disso, que no fim do ano o produto seja pago no mesmo dia em que esteja pronto, ou seja, que o capital monetário, no qual ele se transformou, retorne no mesmo dia. O período de circulação é aqui, portanto, = 0, e o período de rotação = período de trabalho, a saber, = 1 ano. Como no ano anterior, a cada semana encontra-se no processo de trabalho um capital variável de £100, portanto, £5.000 em 50 semanas. Digamos, ainda, que a taxa de mais-valor seja a mesma, = 100%, isto é, que sendo igual à duração da jornada de trabalho, a metade dela se componha de mais-trabalho. Se levamos em consideração cinco semanas, o capital variável investido = £500, a taxa de mais-valor = 100% e a massa de mais-valor produzida durante as cinco semanas é, portanto, = £500. A massa da força de trabalho que aqui é explorada e o grau de exploração desta última são aqui, de acordo com o pressuposto, exatamente iguais às do capital *A*.

A cada semana, o investimento de um capital variável de £100 produz

um mais-valor de £100; em 50 semanas, portanto, o investimento de um capital de 50 × 100 = £5.000 produzirá um mais-valor de £5.000. A massa do mais-valor produzido anualmente é a mesma que no caso anterior = £5.000, mas a taxa anual do mais-valor é absolutamente distinta. Ela é igual ao mais-valor produzido durante o ano, dividido pelo capital variável adiantado: $^{5.000m}/_{5.000v}$ = 100%, ao passo que, anteriormente, ela era = 1.000% para o capital *A*.

Tanto no capital *A* quanto no capital *B* gastam-se semanalmente £100 de capital variável; o grau de valorização ou a taxa do mais-valor é, igualmente, = 100%; a grandeza do capital variável é também a mesma, = £100. A mesma quantidade de força de trabalho é explorada, a grandeza e o grau da exploração são, em ambos os casos, os mesmos, os dias de trabalho são iguais e igualmente divididos em trabalho necessário e mais-trabalho. A soma de capital variável aplicada durante o ano é de mesma grandeza, = £5.000, põe em movimento a mesma massa de trabalho e extrai a mesma massa de mais-valor (£5.000) da força de trabalho posta em movimento pelos dois capitais iguais. No entanto, entre a taxa de mais-valor de *A* e *B* existe uma diferença de 900%.

Esse fenômeno cria, com efeito, a impressão de que a taxa do mais-valor depende não só da quantidade e do grau de exploração da força de trabalho posta em movimento pelo capital variável, mas, além disso, de influências inexplicáveis, derivadas do processo de circulação; e, na realidade, esse fenômeno foi assim interpretado, se não nesta sua forma pura, ao menos em sua forma mais complicada e disfarçada (a da taxa anual de lucro), provocando uma derrocada total na escola ricardiana desde o início da década de 1820.

O caráter prodigioso do fenômeno desaparece imediatamente quando colocamos os capitais *A* e *B* sob exatamente as mesmas circunstâncias, e não apenas na aparência, mas na realidade. As mesmas circunstâncias só se apresentam quando o capital variável *B* é gasto em todo seu volume para o pagamento de força de trabalho, no mesmo período que o capital *A*.

As £5.000 do capital *B* são investidas em cinco semanas; £1.000 por semana formam um investimento anual de £50.000. Sob nosso pressuposto,

o mais-valor também será = £50.000. O capital rodado = £50.000, dividido pelo capital adiantado = £5.000, resulta no número de rotações = 10. A taxa do mais-valor = $^{5.000m}/_{5.000v}$ = 100%, multiplicada pelo número das rotações = 10, resulta na taxa anual do mais-valor = $^{50.000m}/_{5.000v}$ = $^{10}/_{1}$ = 1.000%. Agora, as taxas anuais do mais-valor para *A* e *B* são iguais, a saber, 1.000%, mas as massas do mais-valor são: para *B*, £50.000, para *A*, £5.000; as massas do mais-valor produzido comportam-se agora como os valores de capital *A* e *B* adiantados, a saber, como 5.000 ÷ 500 = 10 ÷ 1. Mas o capital *B* movimentou, no mesmo período, dez vezes mais força de trabalho do que o capital *A*.

É apenas o capital efetivamente aplicado no processo de trabalho que gera o mais-valor, e é a ele que dizem respeito todas as leis referentes ao mais-valor, portanto, também aquela segundo a qual, estando dada a taxa do mais-valor, a massa deste último é determinada pela grandeza relativa do capital variável[b].

O próprio processo de trabalho é medido pelo tempo. Com uma dada duração da jornada de trabalho (como aqui, em que igualamos todas as condições dos capitais *A* e *B*, a fim de ressaltar a diferença na taxa anual do mais-valor), a semana de trabalho consiste em um número determinado de jornadas de trabalho. Ou podemos considerar um período de trabalho qualquer, por exemplo, de cinco semanas, como uma única jornada de trabalho de trezentas horas, sendo a jornada de trabalho = 10 horas e a semana = 6 jornadas de trabalho. Além disso, no entanto, temos de multiplicar esse número pelo número de trabalhadores que são empregados todos os dias, simultaneamente e no mesmo processo de trabalho. Se esse número fosse, por exemplo, 10, o total semanal seria de 60 × 10 = 600 horas e, num período de trabalho de 5 semanas = 600 × 5 = 3.000 horas. Com uma taxa igual de mais-valor e uma jornada de trabalho de mesma duração, aplicam-se capitais variáveis de mesma grandeza, sempre que quantidades iguais de força de trabalho (uma força de trabalho de mesmo preço multiplicada pelo número de trabalhadores) são postas em movimento ao mesmo tempo.

**Voltemos, agora, a nossos exemplos originais.** Em ambos os casos, *A* e

*B* são capitais variáveis de mesma grandeza que foram aplicados, £100 por semana, durante cada semana do ano. Os capitais variáveis aplicados que funcionam efetivamente no processo de trabalho são, portanto, iguais, mas os capitais variáveis adiantados são totalmente distintos. No caso de *A*, £500 são adiantadas para cada cinco semanas, das quais £100 são aplicadas a cada semana. No caso de *B*, £5.000 devem ser adiantadas para o primeiro período de cinco semanas, mas desse valor aplicam-se apenas £100 por semana, ou £500 em cinco semanas, ou $^{1}/_{10}$ do capital adiantado. No segundo período de cinco semanas, devem ser adiantadas £4.500, mas apenas £500 são empregadas etc. O capital variável adiantado para um período determinado só se converte em capital variável utilizado, isto é, atuante e operante, na medida em que ingressa realmente nas seções desse período preenchidas pelo processo de trabalho; na medida em que funciona efetivamente no processo de trabalho. Durante o tempo em que uma parte desse capital variável é adiantada para ser usada somente num momento posterior, é como se tal parte não existisse para o processo de trabalho e, portanto, não exercesse qualquer influência sobre a formação, seja de valor, seja de mais-valor. Tomemos como exemplo o capital *A*, de £500. Ele é adiantado para cinco semanas, mas a cada semana ingressam sucessivamente no processo de trabalho apenas £100 de seu valor total. Na primeira semana, ⅕ desse capital é utilizado; ⅘ não são utilizados, embora tenham de ser adiantados para constituir uma reserva para os processos de trabalho das quatro semanas seguintes.

As circunstâncias que alteram a relação entre o capital adiantado e o utilizado influem na produção de mais-valor – estando dada a taxa de mais-valor – apenas porque e na medida em que alteram a quantidade de capital variável que pode ser realmente aplicada em determinado período, por exemplo, em uma semana, cinco semanas etc. O capital variável adiantado só funciona como capital variável durante o tempo em que é realmente utilizado, e não durante o tempo em que permanece como reserva, sem ser utilizado. Porém, todas as circunstâncias que alteram a relação entre o capital adiantado e o utilizado concentram-se na alteração dos períodos de rotação (determinada pela alteração, seja do período de trabalho, seja do

período de circulação, seja de ambas). A lei da produção de mais-valor diz que, com uma taxa igual de mais-valor, massas iguais de capital variável operante geram massas iguais de mais-valor. Portanto, se dos capitais *A* e *B* são empregadas massas iguais de capital variável, em frações iguais de tempo e com uma taxa igual de mais-valor, elas têm de gerar, no mesmo tempo, massas iguais de mais-valor, por mais distinta que possa ser a relação entre esse capital variável empregado em determinado período e o capital variável adiantado durante o mesmo período; por mais distinta que também possa ser a diferença entre as massas de valor produzidas e o capital variável, não o utilizado, mas o simplesmente adiantado. A diferenciação dessa relação, ao invés de contradizer as leis desenvolvidas sobre a produção do mais-valor, confirma-as e delas decorre necessariamente.

Consideremos a primeira etapa de produção, de cinco semanas, do capital *B*. Ao término da 5ª semana, £500 estão utilizadas e consumidas. O produto de valor é = £1.000, ou seja, $^{500m}/_{500v}$ = 100%. Exatamente como no caso do capital *A*. O fato de que no capital *A* o mais-valor está realizado com o capital adiantado, o que isso não ocorre em *B*, é algo que ainda não nos interessa aqui, pois ocupamo-nos exclusivamente com a produção do mais-valor e de sua relação com o capital variável adiantado durante sua produção. Se, ao contrário, no caso de B, calculamos a relação do mais-valor não com a parcela do capital adiantado de £5.000 – parcela empregada durante a produção desse mais-valor e, por conseguinte, consumida –, mas com esse próprio capital total adiantado em seu conjunto, obtemos, então, $^{500m}/_{5.000v}$ = $^{1}/_{10}$ = 10%. Portanto, para o capital *B*, 10%, e para o capital *A*, 100%, isto é, dez vezes mais. Se se dissesse aqui que essa diferença na taxa do mais-valor para capitais de mesma grandeza, que puseram em movimento quantidades iguais de trabalho e, mais precisamente, de um trabalho dividido em partes iguais de trabalho remunerado e não remunerado, é algo que contradiz as leis da produção do mais-valor, a resposta seria simples e dada pela mera observação das relações factuais: no caso do capital *A*, o que se expressa é a taxa efetiva do mais-valor, isto é, a proporção entre o mais-valor que um capital variável

de £500 produziu durante cinco semanas e esse mesmo capital variável de £500. Já no caso do capital *B*, ao contrário, o cálculo é feito de um modo que não guarda qualquer relação, seja com a produção do mais-valor, seja com a determinação da taxa do mais-valor que corresponde a essa produção. As £500 de mais-valor produzidas por um capital variável de £500 não são, pois, calculadas com relação às £500 de capital variável adiantadas durante sua produção, mas com relação a um capital de £5.000, do qual $^{9}/_{10}$, ou seja, £4.500 nada têm a ver com a produção desse mais-valor de £500, mas devem, antes, funcionar apenas paulatinamente no transcurso das 45 semanas seguintes, de modo que essas £4.500 não existem em absoluto no período das primeiras cinco semanas de produção, o único de que tratamos aqui. Nesse caso, portanto, a diferença na taxa do mais-valor de *A* e de *B* não constitui problema algum.

Comparemos, então, as taxas anuais de mais-valor para os capitais *B* e *A*. Para o capital *B*, temos $^{5.000m}/_{5.000v}$ = 100%; para o capital *A*, $^{5.000m}/_{500v}$ = 1.000%. Mas a proporção das taxas de mais-valor é a mesma de antes. Tínhamos, anteriormente:

$^{(\text{taxa do mais-valor do capital } B)}/_{(\text{taxa do mais-valor do capital } A)} = {}^{10\%}/_{100\%}$, e agora temos:

$^{(\text{taxa anual do mais-valor do capital } B)}/_{(\text{taxa anual do mais-valor do capital } A)} = {}^{100\%}/_{1.000\%}$,

mas $^{10\%}/_{100\%} = {}^{100\%}/_{1.000\%}$, de modo que, a proporção é a mesma nos dois casos.

No entanto, o problema agora se inverteu. A taxa anual do capital *B*: $^{5.000m}/_{5.000v}$ = 100% não apresenta nenhuma divergência, e nem sequer a aparência de uma divergência em relação às leis – por nós já conhecidas – que regulam a produção e sua correspondente taxa de mais-valor. Durante o ano, foram adiantadas e consumidas produtivamente 5.000*v*, que produziram 5.000*m*. A taxa de mais-valor é, portanto, a fração supracitada $^{5.000m}/_{5.000v}$ = 100%. **A taxa anual coincide com a taxa efetiva do mais-valor.** Desta vez, portanto, não é o capital *B* que apresenta a anomalia a ser esclarecida, mas o capital *A*.

Temos, aqui, a taxa de mais-valor $^{5.000m}/_{500v}$ = 1.000%. Mas se no primeiro caso 500*m*, o produto de cinco semanas, foi calculado sobre um capital adiantado de £5.000, das quais $^{9}/_{10}$ não foram empregados em sua produção, agora 5.000*m* é calculado sobre 500*v*, isto é, apenas $^{1}/_{10}$ do capital variável efetivamente empregado na produção de 5.000*m*; pois 5.000*m* é o produto de um capital variável de 5.000 consumido produtivamente durante cinquenta semanas, e não de um capital de £500 consumido durante um único período de cinco semanas. No primeiro caso, o mais-valor produzido durante cinco semanas foi calculado sobre um capital adiantado para cinquenta semanas, portanto, dez vezes maior do que o capital consumido durante as cinco semanas. Agora o mais-valor produzido durante cinquenta semanas é calculado sobre um capital adiantado para cinco semanas, portanto, dez vezes menor do que o capital consumido durante as cinquenta semanas.

O capital *A* de £500 jamais é adiantado por um período maior do que cinco semanas. Ao fim desse prazo, ele refluiu e pode, no decorrer do ano, renovar dez vezes o mesmo processo, mediante dez rotações. Disso se seguem duas coisas.

Primeira. No caso de *A*, o capital adiantado é apenas cinco vezes maior do que a parcela de capital constantemente utilizada no processo de produção de uma semana. Ao contrário, o capital *B*, que efetua uma única rotação em cinquenta semanas e, portanto, tem também de ser adiantado para cinquenta semanas, é cinquenta vezes maior do que aquela parcela desse mesmo capital que pode ser constantemente utilizada em uma semana. A rotação modifica, assim, a proporção entre o capital adiantado para o processo de produção durante o ano e o capital constantemente utilizado para um determinado período de produção, por exemplo, uma semana. E isso nos fornece o primeiro caso, em que o mais-valor de cinco semanas é calculado não sobre o capital utilizado durante essas cinco semanas, mas sobre aquele utilizado durante cinquenta semanas, ou seja, um capital dez vezes maior.

Segunda. O período de rotação de cinco semanas do capital *A* constitui

apenas $^{1}/_{10}$ do ano; este abarca, assim, dez desses períodos de rotação, nos quais o capital *A* de £500 é sempre utilizado de novo. O capital utilizado é, aqui, igual ao capital adiantado para cinco semanas, multiplicado pelo número de períodos de rotação no ano. O capital utilizado durante o ano é = 500 × 10 = £5.000. O capital adiantado durante o ano = $^{5.000}/_{10}$ = £500. Na realidade, embora as £500 sejam sempre empregadas de novo, jamais são adiantadas mais do que as mesmas £500 a cada cinco semanas. Por outro lado, é verdade que no capital *B* são utilizadas, durante cinco semanas, apenas £500, que são adiantadas para essas cinco semanas. Mas como o período de rotação é aqui = 50 semanas, o capital utilizado durante o ano é igual ao capital adiantado não para cinco, mas para cinquenta semanas. No entanto, a massa de mais-valor anualmente produzida se rege – estando dada a taxa do mais-valor – pelo capital empregado durante o ano, e não pelo capital adiantado durante esse mesmo período. Essa massa anual de mais-valor não é maior para esse capital de £5.000, que efetua apenas uma rotação, do que para o capital de £500, que efetua dez rotações, e sua grandeza se deve apenas ao fato de o próprio capital, que efetua uma única rotação no ano, ser dez vezes maior do que o capital que efetua dez rotações no mesmo período.

O capital variável rodado durante o ano – portanto, a parte do produto anual, ou do dispêndio anual correspondente a essa parte – é o capital variável produtivamente consumido, isto é, o capital realmente utilizado no decorrer do ano. Segue-se que, se os capitais variáveis *A* e *B*, tendo cada um efetuado uma rotação anual, são de mesma grandeza e foram empregados sob as mesmas condições de valorização, a taxa do mais-valor será, então, a mesma para os dois, e também terá de sê-lo a massa de mais-valor que ambos produzem anualmente, assim como – porquanto as quantidades de capital empregadas são iguais – a taxa do mais-valor calculada sobre o ano, taxa que se expressa na fórmula: $^{\text{(massa de mais-valor produzida anualmente)}}/_{\text{(capital variável rodado anualmente)}}$. Ou, em termos gerais: seja qual for a grandeza relativa do capital variável rodado, a taxa de seu mais-valor produzido no decorrer do ano será determinada pela taxa do mais-valor com a qual os respectivos capitais operaram durante os períodos

médios (por exemplo, durante a média semanal, ou inclusive a média diária).

Essa é a única consequência derivada das leis que regem a produção do mais-valor e a determinação da taxa do mais-valor.

Vejamos, então, o que expressa a proporção $^{\text{(capital rodado anualmente)}}/_{\text{(capital adiantado)}}$ (do qual, como já dissemos, só consideramos o capital variável). Dessa divisão resulta o número de rotações do capital adiantado em um ano.

Para o capital *A*, temos: $^{\text{(£5.000 de capital rodado anualmente)}}/_{\text{(£500 de capital adiantado)}}$; para o capital *B*: $^{\text{(£5.000 de capital rodado anualmente)}}/_{\text{(£5.000 de capital adiantado)}}$.

**Nas duas proporções, o numerador expressa o capital adiantado, multiplicado pelo *número* de rotações; no caso de *A*, 500 × 10; no caso de *B*, 5.000 × 1. Ou, então, multiplicado pelo *tempo* de rotação inverso, calculado com base em um ano. O tempo de rotação é, para *A*, de $^{1}/_{10}$ de ano; o tempo de rotação inverso é $^{10}/_{1}$ de ano, portanto, 500 × $^{10}/_{1}$ = 5.000; para *B*, 5.000 × $^{1}/_{1}$ = 5.000. O denominador expressa o capital rodado multiplicado pelo *número* de rotações inverso; para *A*, 5.000 × $^{1}/_{10}$, para *B*, 5.000 × $^{1}/_{1}$.**

As respectivas massas de trabalho (a soma do trabalho remunerado e do não remunerado) postas em movimento pelos dois capitais variáveis anualmente rodados são aqui iguais, porquanto são iguais tanto os próprios capitais rodados como sua taxa de valorização.

A proporção entre o capital variável anualmente rodado e o adiantado indica: 1) a proporção existente entre o capital a ser adiantado e o capital variável empregado num período determinado de trabalho. Se o número de rotações = 10, como no caso de *A*, e o ano é suposto como constituído de cinquenta semanas, então o tempo de rotação = 5 semanas. Para essas cinco semanas é preciso que capital variável seja adiantado, e o capital adiantado para esse período tem de ser cinco vezes maior que o capital variável empregado durante uma semana. Isto é, apenas ⅕ do capital adiantado (aqui, £500) pode ser empregado no transcurso de uma semana. Já no caso do

capital *B*, em que o número de rotações é = $^1/_1$, o tempo de rotação é = 1 ano = 50 semanas. A proporção entre o capital adiantado e o capital semanalmente empregado é, portanto, 50:1. Se essa proporção fosse a mesma para *B* e para *A*, então *B* teria de investir £1.000 semanalmente, em vez de 100. 2) Disso se segue que *B* teve de empregar um capital dez vezes maior (£5.000) do que o de *A* para pôr em movimento a mesma massa de capital variável – e, portanto, estando dada a taxa do mais-valor, a mesma massa de trabalho (remunerado e não remunerado) – e produzir a mesma massa de mais-valor durante o ano. A taxa efetiva do mais-valor não expressa senão a proporção entre o capital variável empregado num determinado período e o mais-valor produzido nesse mesmo período, ou a massa de trabalho não remunerado que o capital variável põe em movimento nesse período. Essa taxa não guarda nenhuma relação com a parcela do capital variável adiantada durante o tempo em que não é empregada, tampouco, portanto, com a proporção – modificada e diferenciada, para capitais distintos, pelo período de rotação – entre a parcela adiantada desses capitais durante um período determinado e a parcela empregada durante esse mesmo período.

Do que foi exposto segue-se, antes, que a taxa anual do mais-valor e a taxa efetiva do mais-valor, a qual expressa o grau de exploração do trabalho, só coincidem num único caso, a saber, quando o capital adiantado efetua apenas uma rotação no ano, de modo que o capital adiantado é igual ao capital rodado durante o ano e, por conseguinte, a proporção entre a massa de mais-valor produzida nesse período e o capital aplicado nessa produção ao longo do ano coincide e é idêntica à proporção entre a massa do mais-valor produzida durante o ano e o capital adiantado durante esse período.

A) A taxa anual do mais-valor é igual a: $^{\text{(massa do mais-valor produzido durante o ano)}}/_{\text{(capital variável adiantado)}}$. Mas a massa do mais-valor produzido durante o ano é igual à taxa efetiva do mais-valor multiplicada pelo capital variável empregado em sua produção. O capital empregado na produção da massa de mais-valor anual é idêntico ao capital adiantado, multiplicado pelo número de suas rotações, que chamaremos de *n*. A fórmula *A* se transforma,

assim, em

B) A taxa anual do mais-valor é igual a: $^{\text{(taxa efetiva do mais-valor × capital variável adiantado × n)}}/_{\text{(capital variável adiantado)}}$.

Por exemplo, para o capital B = $^{(100\% \times 5.000 \times 1)}/_{5.000}$ ou 100%. Somente quando $n = 1$, isto é, quando o capital variável adiantado efetua apenas uma rotação no ano e, portanto, é igual ao capital empregado ou rodado no ano, a taxa anual do mais-valor é igual à taxa efetiva do mais-valor.

Se tomamos a taxa anual do mais-valor (M'), a taxa efetiva do mais-valor (*m'*), o capital variável adiantado (*v*), o número de rotações (*n*), temos: $M' = {}^{m'vn}/_{v} = m'n$; portanto $M' = m'n$ e só é $= m'$ quando $n = 1$, ou seja, quando $M' = m' \times 1 = m'$.

Segue-se, ademais, que a taxa anual do mais-valor é sempre $= m'n$, isto é, igual à taxa efetiva do mais-valor produzido num período de rotação pelo capital variável consumido durante esse período, multiplicada pelo número de rotações efetuadas por esse capital durante o ano, ou (o que é o mesmo) multiplicada pelo seu tempo de rotação inverso, tendo o ano como unidade. (Se o capital variável efetua dez rotações no ano, seu tempo de rotação = $^{1}/_{10}$ e, por conseguinte, seu tempo de rotação inverso é $= {}^{10}/_{1} = 10$.)

Segue-se, ainda, que $M' = m'$ quando $n = 1$. M' é maior que *m'* quando *n* é maior que 1; isto é, quando o capital adiantado efetua mais que uma rotação no ano, ou quando o capital rodado é maior que o capital adiantado.

Por fim, M' é menor que *m'* quando *n* é menor que 1; isto é, quando o capital adiantado durante o ano é apenas uma parcela do capital adiantado e, assim, o período de rotação dura mais do que um ano.

Detenhamo-nos por um momento neste último caso.

Mantemos, aqui, todos os pressupostos de nosso exemplo anterior, com a única diferença de que o período de rotação é prolongado para 55 semanas. O processo de trabalho requer £100 semanais de capital variável, ou seja, £5.500 para o período de rotação, e produz semanalmente 100*m*; *m'* é, como antes, = 100%. O número de rotações *n* é, aqui $= {}^{50}/_{55} = {}^{10}/_{11}$, porque o tempo de rotação é $= 1 + {}^{1}/_{10}$ de ano.

$M' = {}^{(100\% \times 5.500 \times 10/11)} / {}_{5.500} = 100 \times {}^{10}/_{11} = {}^{1.000}/_{11} = 90{}^{10}/_{11}\%$, ou seja,

menor que 100%. Na realidade, se a taxa anual do mais-valor fosse = 100%, então 5.500*v* teriam de produzir 5.500*m* em um ano, mas para essa produção elas necessitam, agora, de $^{11}/_{10}$ de ano. As 5.500*v* produzem, durante o ano, apenas 5.000*m*, de modo que a taxa anual do mais-valor = $^{5.000m}/_{5.500v} = ^{10}/_{11} = 90^{10}/_{11}\%$.

A taxa anual do mais-valor ou a comparação do mais-valor produzido durante o ano com o capital variável *adiantado* em geral (em contraste com o capital variável *rodado* durante o ano) não é, portanto, uma mera comparação subjetiva; o movimento efetivo do próprio capital engendra essa comparação. O possuidor do capital *A* tem, no fim do ano, o refluxo de seu capital variável adiantado = £500, além de £5.000 de mais-valor. Não é a massa de capital por ele utilizada durante o ano que expressa a grandeza de seu capital adiantado, mas aquela que reflui periodicamente para ele. Se, ao término do ano, o capital existe, em parte como estoque produtivo, em parte como capital-mercadoria ou capital monetário, e em que proporção ele está dividido entre essas porções, é algo irrelevante para o problema que aqui examinamos. Para o possuidor do capital *B*, retornaram £5.000, seu capital adiantado, às quais se somam £5.000 de mais-valor. Para o possuidor do capital *C* (o último examinado, no valor de £5.500) foram produzidas £5.000 de mais-valor durante o ano (com um desembolso de £5.000 e taxa do mais-valor = 100%), mas seu capital adiantado ainda não refluiu, tampouco seu mais-valor produzido.

M' = *m'n* expressa que a taxa do mais-valor válida para o capital variável aplicado durante um período de rotação – $^{\text{(massa de mais-valor gerada durante um período de rotação)}}/_{\text{(capital variável empregado durante um período de rotação)}}$ – deve ser multiplicada pelo número de períodos de rotação ou de períodos de reprodução do capital variável adiantado, isto é, pelo número de períodos nos quais esse capital renova seu ciclo.

No Livro I, nos capítulos 4 ("A transformação do dinheiro em capital") e 21 ("Reprodução simples"), vimos que, em geral, o valor de capital não é gasto, mas adiantado, uma vez que esse valor, depois de ter percorrido as diversas fases de seu ciclo, retorna a seu ponto de partida, e o faz precisamente enriquecido pelo mais-valor. Isso o caracteriza como valor

adiantado. O tempo transcorrido entre seu ponto de partida e seu momento de retorno é o tempo pelo qual ele foi adiantado. O ciclo inteiro que o valor de capital percorre, medido pelo intervalo entre seu adiantamento e seu retorno, constitui sua rotação, e a duração dessa rotação constitui um período de rotação. Transcorrido esse período e concluído o ciclo, o mesmo valor de capital pode recomeçar o mesmo ciclo, ou seja, valorizar-se novamente, gerar mais-valor. Se, como no caso do capital *A*, o capital variável efetuar dez rotações no ano, no decorrer do ano ele terá gerado, com o mesmo adiantamento de capital, uma massa de mais-valor dez vezes maior àquela correspondente a um período de rotação.

É preciso esclarecer a natureza desse adiantamento do ponto de vista da sociedade capitalista.

O capital *A*, que efetua dez rotações durante o ano, é adiantado dez vezes nesse período. Ele é novamente adiantado para cada novo período de rotação. Ao mesmo tempo, porém, o capital *A*, durante o ano, jamais adianta um valor maior do que o mesmo valor de capital de £500 e, na realidade, jamais dispõe de mais de £500 para o processo de produção que aqui examinamos. Tão logo essas £500 tenham concluído um ciclo, o capital *A* as faz recomeçar o mesmo ciclo, pois o capital, por sua própria natureza, só preserva seu caráter de capital na medida em que funciona como tal em repetidos processos de produção. Ele tampouco é adiantado para mais de cinco semanas. Se a rotação durar mais do que esse período, ele não será suficiente. Se durar menos, uma parte do capital ficará excedente. Não se trata de uma adiantamento de dez capitais de £500, mas de *um* capital de £500, adiantado dez vezes em intervalos sucessivos. Essa é a razão pela qual a taxa anual do mais-valor não é calculada sobre um capital de £500 adiantado dez vezes, ou sobre £5.000, mas sobre um capital de £500 adiantado uma só vez; exatamente do mesmo modo como um táler que circule dez vezes representará sempre um único táler que se encontra em circulação, ainda que exerça a função de dez táleres. Mas a cada vez que é trocado ele continua a ser, nas mãos de seu possuidor, o mesmo valor idêntico de um táler.

Do mesmo modo, o capital *A* mostra, a cada vez que reflui, e também

em seu retorno no fim do ano, que seu possuidor continua a operar com o mesmo valor de capital de £500. A cada vez retornam a suas mãos, portanto, apenas £500. De modo que seu capital adiantado jamais ultrapassa o valor de £500. O capital adiantado de £500 forma, assim, o numerador da equação, o qual expressa a taxa anual do mais-valor. Para isso, tínhamos a supracitada fórmula: $M' = {}^{m'vn}/_{m'n}$. Como a taxa efetiva do mais-valor $m' = {}^{m}/_{v}$, ou seja, é igual à massa do mais-valor, dividida pelo capital variável que a produziu, em $m'n$ podemos incluir o valor de $m'$, ou seja, ${}^{m}/_{v}$, e com isso obteremos a outra fórmula: $M' = {}^{mn}/_{v}$.

Mas por meio de suas dez rotações e, por conseguinte, das dez renovações de seu adiantamento, o capital de £500 exerce a função de um capital dez vezes maior, isto é, de um capital de £5.000, do mesmo modo como quinhentas peças de um táler que circulam dez vezes por ano exercem a mesma função que 5 mil peças que circulam uma única vez.

## II. A rotação do capital variável individual[c]

> "Seja qual for a forma social do processo de produção, ele tem de ser contínuo ou percorrer periodicamente, sempre de novo, os mesmos estágios. […] Portanto, considerado do ponto de vista de uma interdependência contínua e do fluxo contínuo de sua renovação, todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução. […] Como incremento periódico do valor do capital, ou fruto periódico do capital em processamento, o mais-valor assume a forma de uma renda proveniente do capital." (Livro I, cap. 21, p. 588, 589[d])

No caso do capital *A*, temos dez períodos de rotação de cinco semanas cada; no primeiro período de rotação, são adiantadas £500 de capital variável; isto é, a cada semana, £100 são convertidas em força de trabalho, de modo que, ao término do primeiro período de rotação, £500 foram gastas em força de trabalho. Essas £500, originalmente parte do capital total adiantado, deixaram de ser capital. Foram gastas no pagamento de salários. Os trabalhadores as gastam, por sua vez, na compra de seus meios de subsistência e, assim, consomem meios de subsistência no valor de £500. Uma massa de mercadorias nesse valor é, portanto, eliminada (o que o trabalhador economiza, por exemplo, como dinheiro etc. tampouco é capital). Essa massa de mercadorias é consumida de maneira improdutiva

para o trabalhador, a não ser quando tal consumo mantém sua força de trabalho – um instrumento indispensável do capitalista – em condições de operar. Em segundo lugar, porém, para o capitalista essas £500 são convertidas em força de trabalho pelo mesmo valor (ou preço). A força de trabalho é produtivamente consumida pelo capitalista no processo de trabalho. Ao fim das cinco semanas, tem-se um produto de valor de £1.000. A metade dessa soma, £500, é o valor reproduzido do capital variável gasto no pagamento da força de trabalho. A outra metade, £500, é mais-valor novamente produzido. Mas a força de trabalho de cinco semanas – na qual uma parte do capital foi aplicada e, assim, convertida em capital variável – é igualmente gasta, consumida, ainda que produtivamente. O trabalho realizado ontem não é o mesmo que se realiza hoje. Seu valor, somado ao mais-valor por ele gerado, existe agora como valor de uma coisa diferente da força de trabalho em si, isto é, como valor do produto. No entanto, é porque o produto se transforma em dinheiro que a parte do valor desse produto que equivale ao valor do capital variável adiantado pode ser novamente convertida em força de trabalho e, assim, voltar a funcionar como capital variável. É irrelevante, nesse caso, a circunstância de que com o valor de capital não só reproduzido como reconvertido à forma-dinheiro sejam empregados os mesmos trabalhadores, isto é, os mesmos portadores de força de trabalho. É possível que o capitalista, no segundo período de rotação, empregue novos trabalhadores, em vez dos anteriores.

Na realidade, portanto, nos dez períodos de rotação de cinco semanas despende-se sucessivamente em salários um capital de £5.000, e não de £500, salários que os trabalhadores gastam, por sua vez, em meios de subsistência. E assim é consumido o capital adiantado de £5.000. Ele deixa de existir. Por outro lado, uma força de trabalho no valor não de £500 mas de £5.000 é sucessivamente incorporada ao processo de produção, e não só reproduz seu próprio valor = £5.000 como produz um mais-valor de £5.000 como excedente. O capital variável de £500 adiantado no segundo período de rotação não é idêntico ao capital de £500 adiantado no primeiro desses períodos. Este foi consumido, gasto em salário. Mas ele é *reposto* por um novo capital variável de £500, que, no primeiro período de rotação, foi

produzido em forma-mercadoria e reconvertido em forma-dinheiro. Esse novo capital monetário de £500 é, portanto, a forma-dinheiro da nova massa de mercadorias produzida no primeiro período de rotação. O fato de que uma soma de dinheiro idêntica, £500, encontra-se novamente nas mãos do capitalista, isto é – abstraindo do mais-valor –, exatamente a mesma quantidade de capital monetário que o capitalista adiantou originariamente, esconde a circunstância de que agora o capitalista opera com um novo capital produzido. (Quanto aos outros componentes de valor do capital-mercadoria que repõem as partes constantes de capital, seu valor não é produzido de novo; apenas alterou-se a forma em que esse valor existe.)

Examinemos o terceiro período de rotação. Aqui salta aos olhos que o capital de £500, adiantado pela terceira vez, não é um capital velho, mas um novo capital produzido, pois é a forma-dinheiro da massa de mercadorias produzida no segundo período de rotação, e não no primeiro; ou seja, é a forma-dinheiro da parte dessa massa de mercadorias cujo valor é igual ao valor do capital variável adiantado. A massa de mercadorias produzida no primeiro período de rotação já foi vendida. A parte de seu valor que é igual à parte variável de valor do capital adiantado foi convertida na nova força de trabalho do segundo período de rotação, produzindo uma nova massa de mercadorias, que, por sua vez, foi vendida, e uma porção do valor desta última constitui, por sua vez, o capital de £500 adiantado no terceiro período de rotação.

E assim ocorre ao longo dos dez períodos de rotação. Durante esse tempo, novas massas de mercadorias produzidas a cada cinco semanas (cujo valor, na medida em que repõe capital variável, não se limita a reaparecer, como ocorre no caso da parte circulante constante de capital, mas é novo valor produzido) são lançadas no mercado para incorporar constantemente nova força de trabalho ao processo de produção.

Portanto, o que se obtém mediante as dez rotações do capital variável adiantado de £500 é não que esse capital possa ser consumido dez vezes de forma produtiva, ou que um capital variável suficiente para cinco semanas possa ser utilizado durante cinquenta. Pelo contrário, nas cinquenta semanas são empregadas 10 × £500 de capital variável, e o capital de £500 continua

a ser suficiente apenas para cinco semanas, tendo, no fim desse período, de ser reposto um novo capital produzido de £500. Isso ocorre tanto no caso do capital *A* como no do capital *B*. Mas aqui tem início a diferença.

Ao término da primeira etapa de cinco semanas, tanto *B* como *A* adiantaram e despenderam um capital variável de £500. O valor de ambos foi convertido em força de trabalho e reposto pela parcela do novo valor do produto criado por essa força de trabalho, valor que é igual ao do capital variável adiantado de £500. Tanto no caso de *B* como no de *A*, a força de trabalho não só repõe, por meio de um novo valor de mesmo montante, as £500 gastas como capital variável, mas agrega um mais-valor – e, conforme nosso pressuposto, um mais-valor de mesma grandeza.

Porém, no caso de *B*, o produto de valor que repõe o capital variável adiantado e a ele agrega um mais-valor não assume a forma na qual pode funcionar novamente como capital produtivo, ou, dependendo do caso, como capital variável. Em *A*, ele assume essa forma. E até o fim do ano, *B* não dispõe do capital variável despendido nas primeiras cinco semanas e em cada uma das cinco semanas subsequentes – ainda que tenha sido reposto por valor novo produzido, acrescido de um mais-valor – na forma que lhe permita funcionar de novo como capital produtivo, ou, dependendo do caso, como capital variável. É verdade que seu *valor* é reposto e, portanto, renovado por um valor novo, mas sua *forma* de valor (aqui, a forma absoluta de valor, sua forma-dinheiro) não é renovada.

Para o segundo período de cinco semanas (e assim sucessivamente, para cada intervalo de cinco semanas no decorrer do ano), é preciso que se disponha de outra reserva de £500, tal como para o primeiro período. Portanto, abstraindo das relações de crédito, é necessário que, no início do ano, disponha-se de uma reserva de £5.000 como capital monetário adiantado, latente, embora essa soma só seja efetivamente gasta pouco a pouco, durante o ano, sendo convertida em força de trabalho.

Em *A*, ao contrário, porque o ciclo, a rotação do capital adiantado foi concluída, a reposição de valor assume, já ao término das cinco primeiras semanas, a forma sob a qual pôde pôr em movimento uma nova força de trabalho para cinco semanas – isto é, assume sua forma-dinheiro original.

Tanto em *A* como em *B*, no segundo período de cinco semanas consome-se nova força de trabalho e despende-se um novo capital de £500 no pagamento dessa força. Os meios de subsistência dos trabalhadores, meios que foram pagos com as primeiras £500, desapareceram; em todo caso, o valor correspondente a esses meios desapareceu das mãos do capitalista. Com as segundas £500, compra-se nova força de trabalho, retiram-se do mercado novos meios de subsistência. Em suma, gasta-se um capital novo de £500, não o capital velho. Mas em *A* este novo capital de £500 é a forma-dinheiro do novo substituto produzido para o valor, que deve repor as £500 anteriormente gastas. Em *B*, esse substituto do valor encontra-se sob uma forma na qual ele não pode funcionar como capital variável. Ele existe, mas não sob a forma de capital variável. Por isso, para que o processo de produção tenha continuidade nas cinco semanas seguintes, é preciso que um capital adicional de £500 esteja disponível e seja adiantado sob a forma-dinheiro aqui indispensável. Desse modo, durante cinquenta semanas a mesma quantidade de capital variável é gasta por *A* e por *B*, e a mesma quantidade de força de trabalho é por eles paga e consumida. Porém, *B* tem de pagá-la com um capital adiantado igual a seu valor total = £5.000, ao passo que *A* o paga sucessivamente, por meio da forma-dinheiro sempre renovada do valor que a cada cinco semanas é produzido como reposição do capital de £500 adiantado para cada período de cinco semanas. Aqui, portanto, jamais é adiantado um capital maior do que o requerido para cinco semanas, isto é, maior do que o capital de £500 adiantado para as primeiras cinco semanas. Essas £500 bastam para o ano inteiro. É evidente, pois, que, com um grau igual de exploração do trabalho e igual taxa efetiva do mais-valor, as taxas anuais de *A* e *B* têm de ser inversamente proporcionais às grandezas dos capitais monetários variáveis que precisam ser adiantados para pôr em movimento, durante o ano, a mesma quantidade de força de trabalho.

*A*: ${}^{5.000\text{m}}/_{500\text{v}}$ = 1.000%, e *B*: ${}^{5.000\text{m}}/_{5.000\text{v}}$ = 100%. Mas $500v{:}5.000v$ = 1:10 = 100%:1.000%.

A diferença decorre da distinção dos períodos de rotação, isto é, dos períodos em que o valor que repõe o capital variável empregado num

determinado período pode funcionar de novo como capital, portanto, como novo capital. Tanto em *B* como em *A*, ocorre a mesma reposição de valor para o capital variável empregado durante os mesmos períodos. Ocorre também o mesmo aumento de mais-valor durante os mesmos períodos. Mas embora no caso de *B* apareça, a cada cinco semanas, uma reposição de valor de £500 acrescida de um mais-valor de £500, essa reposição de valor não constitui capital novo, pois não se encontra na forma-dinheiro. Em *A*, não só o velho valor de capital foi substituído por um novo como também foi restaurado em sua forma-dinheiro, sendo reposto, assim, como novo capital apto a funcionar.

Que a reposição do valor se converta, mais cedo ou mais tarde, em dinheiro e, por conseguinte, na forma em que o capital variável é adiantado, é obviamente uma circunstância absolutamente indiferente para a produção do mais-valor em si mesma. Tal circunstância depende da grandeza do capital variável empregado e do grau de exploração do trabalho, porém modifica a grandeza do capital monetário que tem de ser adiantado para pôr em movimento determinada quantidade de força de trabalho durante o ano e, desse modo, determina a taxa anual do mais-valor.

## III. A rotação do capital variável, socialmente considerada[e]

Observemos a questão, por um momento, do ponto de vista social. Suponhamos que um trabalhador custe £1 por semana e que a jornada de trabalho seja = 10 horas. Tanto em *A* como em *B* empregam-se, durante o ano, cem trabalhadores (£100 por semana para cem trabalhadores equivalem a £500 para cinco semanas, e a £5.000 para cinquenta semanas), cada um deles trabalhando sessenta horas por semana de 6 dias. Desse modo, cem trabalhadores realizam 6 mil horas de trabalho semanais e, em cinquenta semanas, 300 mil horas. Como essa força de trabalho foi apropriada por *A* e por *B*, a sociedade não pode despendê-la para nenhuma outra finalidade. Nesse sentido, portanto, as coisas se apresentam, do ponto de vista social, da mesma maneira para *A* e para *B*. Além disso, tanto em *A*

como em *B* cada grupo de cem trabalhadores recebe um salário anual de £5.000 (os duzentos trabalhadores recebem, pois, £10.000) e retira da sociedade esse mesmo valor, sob a forma de meios de subsistência. Até aqui, do ponto vista social, as coisas continuam iguais para *A* e para *B*. Como em ambos os casos o pagamento dos trabalhadores é semanal, eles também retiram semanalmente meios de subsistência da sociedade, em troca dos quais lançam em circulação, nos dois casos, o valor equivalente em dinheiro. Mas aqui começa a diferença.

*Em primeiro lugar*, o dinheiro que o trabalhador lança em circulação no caso *A* não é apenas, como para o trabalhador no caso *B*, a forma-dinheiro para o valor de sua força de trabalho (na realidade, meio de pagamento para trabalho já realizado); ele é, calculando-se desde o segundo período de rotação após o início do negócio, a forma-dinheiro de *seu próprio produto de valor* (isto é, preço da força de trabalho acrescida do mais-valor), criado durante o primeiro período de rotação e com o qual se paga o trabalho por ele realizado durante o segundo período de rotação. Em *B*, isso não ocorre. No que diz respeito ao trabalhador, aqui o dinheiro é, de fato, um meio de pagamento para o trabalho que ele já realizou, mas esse trabalho realizado não é pago com seu próprio produto de valor transformado em dinheiro (com a forma-dinheiro do valor que ele mesmo produziu). Isso só pode ocorrer a partir do segundo ano, quando o trabalhador no caso *B* é pago com seu produto de valor, transformado em dinheiro, do ano anterior.

Quanto mais curto é o período de rotação do capital – quanto mais curtos são os intervalos em que se renovam seus prazos de reprodução durante o ano –, tanto mais rapidamente sua parte variável, inicialmente adiantada pelo capitalista em forma-dinheiro, converte-se em forma-dinheiro do produto de valor (que, além disso, inclui mais-valor) criado pelo trabalhador para a reposição desse capital variável; tanto mais curto, portanto, o tempo para o qual o capitalista tem de adiantar dinheiro de seu próprio fundo, e tanto menor, em proporção à escala da produção, o capital que ele adianta em geral; e tanto maior, comparativamente, a massa de mais-valor que ele extrai durante o ano com uma dada taxa de mais-valor,

porque tanto mais frequentemente poderá comprar o trabalhador com a forma-dinheiro do produto de valor criado pelo próprio trabalhador e, assim, pôr em movimento seu trabalho com tanto maior frequência.

Com uma dada escala da produção, a grandeza absoluta do capital monetário variável adiantado (como o do capital circulante em geral) decresce na mesma proporção do decréscimo do período de rotação, ao mesmo tempo que aumenta a taxa anual do mais-valor. Com dada grandeza do capital adiantado, aumenta a escala da produção e, por conseguinte, estando dada a taxa do mais-valor, verifica-se uma ampliação da massa absoluta do mais-valor produzido num período de rotação, acompanhada de um crescimento da taxa anual do mais-valor ocasionado pela redução dos períodos de reprodução. Da investigação precedente resulta, em geral, que, conforme as diversas grandezas do período de rotação, é necessário adiantar capitais monetários de volumes muito distintos para pôr em movimento a mesma massa de capital circulante produtivo e a mesma massa de trabalho, com o mesmo grau de exploração deste último.

*Em segundo lugar* – e isso está ligado à primeira diferença –, tanto em *A* como em *B* o trabalhador paga seus meios de subsistência com o capital variável que, em suas mãos, converteu-se em meio de circulação. Por exemplo, ele não só retira trigo do mercado como o repõe com um equivalente em dinheiro. Mas como o dinheiro com o qual o trabalhador, no caso *B*, paga seus meios de subsistência e os retira do mercado não é a forma-dinheiro de um produto de valor que ele lança no mercado durante o ano, como ocorre com o trabalhador no caso *A*, o primeiro trabalhador fornece, decerto, dinheiro ao vendedor de suas mercadorias, porém não uma mercadoria – seja ela meio de produção ou de subsistência – que o vendedor poderia adquirir com o dinheiro assim obtido, como ocorre, ao contrário, no caso *A*. Do mercado são retirados, por conseguinte, força de trabalho, meios de subsistência para esta última, capital fixo sob a forma dos meios de trabalho e materiais de produção empregados em *B*, e, para repor tudo isso, um equivalente em dinheiro é lançado no mercado; mas durante o ano nenhum produto é lançado no mercado para repor os elementos materiais do capital produtivo que dele foram retirados. Se

pensarmos numa sociedade não capitalista, mas comunista, em primeiro lugar desaparece completamente o capital monetário e, assim, também os disfarces das transações que se realizam por meio desse capital. A questão se reduz simplesmente ao fato de que essa sociedade deve calcular antecipadamente a quantidade de trabalho, os meios de produção e os meios de subsistência que ela pode empregar sem quaisquer prejuízos em ramos da indústria que – por exemplo, a construção de ferrovias – por um período prolongado, de um ano ou mais, não fornecem nem meios de produção, nem meios de subsistência, nem qualquer efeito útil, mas retiram trabalho, meios de produção e meios de subsistência da produção total anual. Na sociedade capitalista, ao contrário, na qual o entendimento social se afirma apenas e invariavelmente *post festum*, grandes perturbações podem e têm de ocorrer constantemente. Por um lado, uma pressão sobre o mercado monetário, ao mesmo tempo que, inversamente, a facilidade proporcionada por este último provoca o surgimento de um grande número de tais empresas, ou seja, precisamente as circunstâncias que, mais tarde, pressionarão o mercado monetário. Tal mercado é pressionado porque aqui se faz necessário o adiantamento constante de capital monetário em grande escala e durante longos períodos. Aqui, desconsideramos inteiramente o fato de que industriais e comerciantes aplicam em especulações ferroviárias etc. o capital monetário requerido para o funcionamento de seus negócios e o repõem mediante empréstimos no mercado monetário.

Por outro lado, ocorre uma pressão sobre o capital produtivo disponível da sociedade. Como elementos do capital produtivo são constantemente retirados do mercado e apenas um equivalente em dinheiro é lançado no mercado em seu lugar, aumenta a demanda solvente, sem fornecer, por si mesma, qualquer elemento de oferta. Por conseguinte, aumentam os preços, tanto dos meios de vida quanto dos materiais de produção. A isso se agrega o fato de que, durante esse tempo, especula-se regularmente e opera-se uma grande transferência de capital. Um bando de especuladores, empreiteiros, engenheiros, advogados etc. enriquece, provocando uma forte demanda de consumo no mercado. Além disso, os salários aumentam. Quanto aos meios alimentares, isso fornece um estímulo

à agricultura, mas como esses meios alimentares não podem ser aumentados subitamente, no curso do ano, cresce sua importação, assim como, em geral, a importação de meios alimentares exóticos (café, açúcar, vinho etc.) e de objetos de luxo. Isso provoca a importação excessiva e a especulação nesse ramo de negócio. Por outro lado, nos ramos da indústria em que a produção pode ser rapidamente incrementada (mais propriamente, a manufatura, a mineração etc.), o aumento dos preços provoca uma expansão repentina, logo seguida do colapso. **O mesmo efeito se produz sobre o mercado de trabalho, a fim de atrair para os novos ramos de negócio grandes massas da superpopulação relativa latente, inclusive dos trabalhadores ocupados.** Em geral, tais empresas em grande escala, como ferrovias, retiram do mercado de trabalho determinada quantidade de força de trabalho, que só pode proceder de certos ramos, como a agricultura etc., nos quais se empregam apenas indivíduos de grande vigor. **Isso continua a ocorrer mesmo depois de novas empresas terem se convertido em ramos permanentes da indústria e, assim, já esteja formada a classe trabalhadora nômade por elas requerida, como, por exemplo, nos casos em que a construção de ferrovias é realizada temporariamente numa escala acima da média.** Uma parte do exército operário de reserva [*Arbeiterreservearmee*], que pressionava os preços para baixo, é absorvida. Os salários sobem em geral, mesmo nas áreas do mercado de trabalho que até então apresentavam um bom nível de ocupação. Isso dura até que o inevitável colapso volta a liberar o exército operário de reserva e os salários são novamente pressionados para baixo, até atingir seu patamar mínimo[1].

Na medida em que a duração maior ou menor do período de rotação depende do período de trabalho em sentido estrito, isto é, do período necessário para que o produto esteja pronto para ser colocado no mercado, ela repousa sobre as condições materiais [*sachlichen*] da produção dadas em cada caso nos diversos investimentos de capital, condições que, na agricultura, possuem mais o caráter de condições naturais da produção e que, na manufatura e na maior parte da indústria extrativa, variam com o desenvolvimento social do próprio processo de produção.

Na medida em que a duração do período de trabalho repousa sobre a grandeza dos fornecimentos (do volume quantitativo em que o produto é regularmente lançado como mercadoria no mercado), isso possui um caráter convencional. Mas a própria convenção tem como base material a escala da produção e, por conseguinte, só é acidental se considerada individualmente.

Por último, na medida em que a duração do período de rotação depende da duração do período de circulação, este é certamente condicionado, em parte, pela variação constante nas conjunturas do mercado, pela maior ou menor facilidade de vender e pela necessidade daí derivada de lançar parcialmente o produto no mercado mais próximo ou mais distante. Abstraindo do volume da demanda em geral, o movimento dos preços desempenha aqui um papel central, pois, quando os preços estão em queda, as vendas são intencionalmente restringidas, ao mesmo tempo que a produção segue seu curso normal; no caso da elevação dos preços, ao contrário, a produção e as vendas se dão a passo igual, ou os produtos podem ser vendidos antecipadamente. No entanto, deve-se considerar como verdadeira base material a distância efetiva que separa o local de produção do mercado de escoamento dos produtos.

Por exemplo, tecidos de algodão ou fios ingleses são vendidos para a Índia. O exportador paga ao fabricante algodoeiro inglês (o exportador só o faz de bom grado quando é boa a situação do mercado monetário; mas, assim que o próprio fabricante repõe seu capital monetário por meio de operações de crédito, as coisas já não se mostram tão boas). Mais tarde, o exportador vende seus produtos de algodão no mercado indiano, de onde lhe é reemitido o capital por ele adiantado. Até esse refluxo, as coisas ocorrem exatamente como no caso em que a duração do período de trabalho requeria o adiantamento de novo capital monetário para que o processo de produção seguisse seu curso numa dada escala. O capital monetário, com que o fabricante paga seus trabalhadores e, assim, renova os demais elementos de seu capital circulante, não é a forma-dinheiro do fio por ele produzido. Esse só pode ser o caso quando o valor desse fio reflui à Inglaterra em dinheiro ou produto. Ele é, como antes, capital monetário adicional. A diferença está apenas no fato de que quem o adianta é não o

fabricante mas o comerciante, que, por sua vez, eventualmente o obteve por meio de operações de crédito. Do mesmo modo, antes que esse dinheiro seja lançado no mercado, ou simultaneamente com ele, nenhum produto adicional foi lançado no mercado inglês que possa ser comprado com esse dinheiro e entrar na esfera do consumo produtivo ou individual. Caso se estenda por um longo período e em grande escala, essa situação trará as mesmas consequências anteriormente produzidas pelo período de trabalho prolongado.

Ora, é possível que mesmo na Índia o fio seja novamente vendido a crédito. Com esse crédito, compram-se produtos nesse país que são enviados à Inglaterra, como retorno pelo fio vendido, ou se reemite uma letra de câmbio pela importação. Se essa situação se prolonga, o resultado é uma pressão sobre o mercado monetário indiano, cujo efeito reverso sobre a Inglaterra pode ocasionar aqui uma crise. Por sua vez, a crise, mesmo que vinculada à exportação de metais preciosos para a Índia, provoca neste último país uma nova crise em consequência da falência de firmas inglesas e suas filiais indianas, às quais os bancos indianos concederam créditos. Assim instala-se uma crise simultânea tanto no mercado cuja balança comercial é desfavorável, como naquele cuja balança é favorável. Este fenômeno pode ser ainda mais complicado. Por exemplo, a Inglaterra enviou lingotes de prata à Índia, mas como os credores ingleses da Índia cobram agora a quitação dos empréstimos, em breve a Índia terá de reenviar seus lingotes de prata à Inglaterra.

É possível que, no comércio com a Índia, a exportação e a importação se compensem mais ou menos, ainda que, no que diz respeito a seu volume, a última (com exceção de circunstâncias especiais, como o encarecimento do algodão etc.) seja determinada e estimulada pela primeira. A balança comercial entre Inglaterra e Índia pode parecer equilibrada ou registrar apenas leves oscilações favoráveis a um lado ou outro. Mas tão logo a crise se deflagra na Inglaterra revela-se que mercadorias de algodão que não foram vendidas permanecem armazenadas na Índia (não se transformaram, portanto, de capital-mercadoria em capital monetário, o que significa uma superprodução nesse lado) e que, por outro lado, na Inglaterra não só

existem estoques não vendidos de produtos indianos como uma grande parte dos estoques vendidos e consumidos ainda não foi paga em absoluto. Por conseguinte, o que aparece como crise no mercado monetário expressa, na realidade, anomalias nos próprios processos de produção e de reprodução.

*Em terceiro lugar*, quanto ao próprio capital circulante empregado (tanto o variável como o constante), a duração do período de rotação, na medida em que resulta da duração do período de trabalho, provoca a seguinte diferença: havendo várias rotações durante o ano, um elemento do capital circulante constante ou variável pode ser fornecido pelo seu próprio produto, como ocorre, por exemplo, na produção de carvão, na confecção de roupas etc. No outro caso isso não ocorre, ao menos não durante o ano em curso.

---

[a] No manuscrito (II, p. 110), consta: "b) A rotação do capital variável. A taxa anual do mais-valor". (N. E. A.)

[b] Na ed. bras., Livro I, cap. 9, p. 375-83. (N. T.)

[c] Acréscimo de Engels. (N. E. A.)

[d] Na ed. bras., Livro I, cit., p. 641, 642. (N. T.)

[e] O título é um acréscimo de Engels. (N. E. A.)

[1] No manuscrito, encontra-se aqui a seguinte anotação, para desenvolvimento posterior: "Contradição no modo de produção capitalista: os trabalhadores, como compradores de mercadorias, são importantes para o mercado. Mas como vendedores de sua mercadoria – a força de trabalho –, a sociedade capitalista tem a tendência de reduzi-los ao mínimo do preço.
Contradição adicional: as épocas em que a produção capitalista desenvolve todas as suas potencialidades mostram-se regularmente como épocas de superprodução, porquanto as potências produtivas jamais podem ser empregadas a ponto de, com isso, um valor maior poder não só ser produzido como realizado; mas a venda das mercadorias, a realização do capital-mercadoria e, assim, também a do mais-valor, está limitada não pelas necessidades de consumo da sociedade em geral, mas pelas necessidades de consumo de uma sociedade cuja grande maioria é sempre pobre e tem de permanecer pobre. Isso pertence, no entanto, à seção seguinte". (F. E.)

# Capítulo 17

## A circulação do mais-valor[a]

Até aqui vimos que a diversidade nos períodos de rotação gera uma diversidade na taxa anual do mais-valor, mesmo quando se mantém constante a massa do mais-valor anualmente produzida.

Além disso, no entanto, uma diferença tem lugar na capitalização do mais-valor, na *acumulação*, e, nessa medida, também na massa de mais-valor gerada durante o ano com uma taxa constante de mais-valor.

Observemos, inicialmente, que o capitalista *A* (no exemplo do capítulo anterior) tem uma renda periódica corrente, ou seja, que, com exceção do primeiro período de rotação na fase inicial do negócio, ele financia seu próprio consumo anual com sua produção de mais-valor e, assim, não precisa efetuar adiantamentos de seus próprios fundos. Esse é, ao contrário, o caso do capital *B*. Certamente, ele produz, durante os mesmos períodos, tanto mais-valor quanto A, mas o mais-valor não é realizado e, por conseguinte, não pode ser consumido nem individual nem produtivamente. Quando se considera o consumo individual, o mais-valor é antecipado. Os fundos para isso têm de ser adiantados.

Uma parte do capital produtivo, difícil de ser catalogada – a saber, o capital adicional necessário ao reparo e à manutenção do capital fixo –, apresenta-se agora, igualmente, sob uma nova luz.

Em *A*, essa parte do capital – inteira ou em sua maior parte – não é adiantada no começo da produção. Ela não precisa estar disponível, nem mesmo existir. Ela surge do próprio negócio, mediante a transformação direta de mais-valor em capital, isto é, de sua utilização direta como capital. Uma parte do mais-valor que é não apenas produzido mas também realizado durante o ano pode financiar as tarefas necessárias para os

reparos etc. Uma parte do capital necessário para a condução do negócio em sua escala originária é, assim, produzida pelo próprio negócio, durante o curso deste último, por meio da capitalização de uma parte do mais-valor. Para o capitalista *B*, isso é impossível. A parte mencionada do capital tem de formar, nesse caso, uma parte do capital originalmente adiantado. Em ambos os casos, essa parte figurará nos livros contábeis do capitalista como capital adiantado, o que não deixa de ser verdade, já que, segundo nosso pressuposto, ela constitui uma parte do capital produtivo necessário para a condução do negócio numa dada escala. Mas de qual fundo ele é adiantado é algo que faz uma enorme diferença. No caso de *B*, ela é realmente uma parte do capital a ser originalmente adiantado ou mantido à disposição. No caso de *A*, ao contrário, trata-se de uma parte do mais-valor empregado como capital. Este último caso nos mostra como não apenas o capital acumulado, mas também uma parte do capital originalmente avançado pode ser simplesmente mais-valor capitalizado.

Com o desenvolvimento do crédito, a relação entre o capital originalmente avançado e o mais-valor capitalizado complica-se ainda mais. Por exemplo, *A* toma emprestado do banqueiro *C* uma parte do capital produtivo, com a qual dá início ao seu negócio ou o continua durante o ano. Ele não dispõe, inicialmente, de capital próprio suficiente para o empreendimento. O banqueiro *C* empresta-lhe uma soma de dinheiro, que consiste apenas no mais-valor que os capitalistas *D*, *E*, *F* etc. depositaram em seu banco. Do ponto de vista de *A*, essa soma ainda não é capital acumulado. Mas, para *D*, *E*, *F* etc., na realidade, *A* não é mais do que um agente que capitaliza o mais-valor por eles apropriado.

No Livro I, cap. 22[b], vimos que a acumulação, a transformação de mais-valor em capital é, por seu conteúdo real, um processo de reprodução numa escala ampliada, seja porque essa ampliação se expresse de modo extensivo, na forma de adição de novas fábricas às antigas, seja como expansão intensiva da escala de operação do negócio até então vigorava.

A ampliação da escala da produção pode ser realizada em doses pequenas, aplicando uma parte do mais-valor em melhorias que ou se restringem a aumentar a força produtiva do trabalho empregado, ou

permitem, ao mesmo tempo, explorá-la de modo intensivo. Ou, do mesmo modo, na qual a jornada de trabalho não é limitada por lei, basta um gasto adicional de capital circulante (em materiais de produção e em salários) para ampliar a escala da produção sem a necessidade de aumentar o capital fixo, cujo tempo de uso diário é, assim, meramente prolongado na mesma medida em que seu período de rotação é abreviado. Ou pode ocorrer que o mais-valor capitalizado, sob condições favoráveis de mercado, permita que se realizem especulações com as matérias-primas, operações para as quais o capital originalmente adiantado não teria bastado etc. No entanto, é claro que sempre que um número maior de períodos de rotação trouxer consigo uma realização mais frequente do mais-valor no curso do ano surgirão períodos em que não se poderá prolongar a jornada de trabalho, tampouco introduzir melhorias de detalhe; por outro lado, a expansão proporcional do negócio em sua totalidade – em parte mediante a ampliação geral de suas instalações, como, por exemplo, os edifícios, em parte mediante a expansão do fundo de trabalho, como ocorre na agricultura – só é possível dentro de certos limites mais ou menos estreitos e requer, além disso, um volume de capital adicional que só pode ser fornecido por uma acumulação de mais-valor durante vários anos.

Além da acumulação efetiva, ou transformação do mais-valor em capital produtivo (e da correspondente reprodução em escala ampliada), tem-se, pois, uma acumulação de dinheiro, a economia de uma parte do mais-valor como capital monetário latente, que apenas mais tarde, tão logo alcance certo volume, deve funcionar como capital ativo adicional.

Assim se apresentam as coisas do ponto de vista do capitalista individual. Com o desenvolvimento da produção capitalista, no entanto, desenvolve-se também, ao mesmo tempo, o sistema de crédito. O capital monetário que o capitalista ainda não pode empregar em seu próprio negócio é empregado por outros, que lhe pagam juros por esse uso. Para o capitalista, ele funciona como capital monetário em sentido específico, como um tipo de capital distinto do capital produtivo. Em outras mãos, porém, ele funciona como capital. É óbvio que, com a realização mais frequente do mais-valor e a escala crescente em que este é produzido,

aumenta a proporção em que novo capital monetário ou dinheiro como capital é lançado no mercado monetário e em que, encontrando-se já neste último, ele é novamente absorvido, ao menos em sua maior parte, para ampliar a produção.

A forma mais simples em que se pode apresentar esse capital latente adicional é a do tesouro. É possível que esse tesouro seja ouro ou prata adicionais, obtidos direta ou indiretamente na troca com os países produtores de metais preciosos. E é apenas desse modo que o tesouro monetário de um país cresce em termos absolutos. Por outro lado, é possível – e essa é a maioria dos casos – que esse tesouro não seja mais do que dinheiro retirado da circulação interna, o qual assumiu a forma do tesouro nas mãos de capitalistas individuais. Além disso, é possível que esse capital monetário latente consista apenas em signos de valor – abstraímos aqui do dinheiro creditício – ou também de meros direitos (títulos jurídicos) legalmente confirmados que os capitalistas ostentam em relação a terceiros. Em todos esses casos, seja qual for a forma de existência desse capital monetário adicional, ele próprio não representa, na medida em que é capital *in spe* [pretenso], nada mais do que títulos jurídicos adicionais – e mantidos em reserva – dos capitalistas sobre a produção anual adicional, futura, da sociedade.

> "A massa da riqueza realmente acumulada, considerada quanto a sua grandeza […] é tão absolutamente insignificante quando comparada às forças produtivas da mesma sociedade, independentemente de seu grau de civilização, ou mesmo quando comparada ao consumo efetivo dessa mesma sociedade durante uns poucos anos, que os legisladores e economistas políticos deveriam concentrar sua atenção nas forças produtivas e em seu futuro desenvolvimento livre, e não, como ocorreu até aqui, na mera riqueza acumulada, que é o que salta à vista de imediato. A parte imensamente maior da chamada riqueza acumulada é apenas nominal e não consiste de quaisquer coisas reais, como navios, casas, mercadorias de algodão, melhorias agrícolas, mas de meros títulos jurídicos, direitos sobre as futuras forças produtivas anuais da sociedade, engendrados e perpetuados pelos expedientes ou instituições de insegurança[c] […]. O direito de uso de tais artigos (acumulações de coisas físicas ou riqueza efetiva) como simples meios que possibilitam aos seus possuidores apropriar-se da riqueza que será criada pelas forças produtivas futuras da sociedade lhes seria confiscado paulatinamente, sem recorrer à violência, por meio das leis naturais da distribuição, ou, caso estas fossem auxiliadas pelo trabalho cooperativo, esses possuidores seriam privados desse direito em poucos anos." (William Thompson, *An Inquiry into the Principles of the Distribution of Wealth*, Londres, [W. S. Orr,] 1850, p. 453. A primeira

edição dessa obra é de 1824[d])

"Pouco se considera, e a maior parte das pessoas nem sequer suspeita, o quão pequena é a proporção, por sua massa ou eficácia, em que se encontram as acumulações efetivas da sociedade com relação às forças produtivas humanas, e inclusive ao consumo habitual de uma só geração durante poucos anos. A razão disso é óbvia, mas o efeito é extremamente pernicioso. A riqueza anualmente consumida, desaparecendo com seu uso, não é vista senão por um instante, e só nos impressiona durante o ato de seu usufruto ou uso. Mas a parte da riqueza que é lentamente consumida, como móveis, maquinaria, edifícios, permanece diante de nossos olhos, desde a infância até a velhice, como duradouros monumentos do esforço humano. Mediante a posse dessa parte fixa, duradoura, consumida apenas lentamente, da riqueza nacional, da terra e dos materiais para cultivá-la, das ferramentas com que se trabalha, das casas que servem de abrigo durante o trabalho, os possuidores desses artigos controlam para seu próprio proveito as forças produtivas anuais de todos os trabalhadores realmente […] produtivos da sociedade, por mais ínfima que possa ser a proporção desses artigos em relação aos produtos recorrentes daquele trabalho. A população da Grã-Bretanha e da Irlanda é de 20 milhões; o consumo médio de cada indivíduo – homem, mulher ou criança – é provavelmente cerca de £20, o que dá uma riqueza total de £400 milhões, ou seja, o produto do trabalho anualmente consumido. Segundo estimativas, a soma total do capital acumulado desses países não ultrapassa £1,2 bilhão, ou seja, o triplo do trabalho anual da comunidade; ou, dividido igualmente, £60 de capital para cada indivíduo. O que nos interessa aqui são as proporções, mais do que o montante inexato dessas quantias estimadas. Os juros desse estoque de capital bastariam para manter a população inteira, com suas mesmas condições de vida atuais, por cerca de dois meses; o próprio capital inteiro acumulado (caso se pudesse encontrar compradores) seria suficiente para mantê-la ociosa por três anos! Mas, ao final desse período, sem casas, vestimenta ou comida, ela morreria de inanição, ou tornar-se-ia escrava daqueles que a sustentaram durante os três anos de ociosidade. Para uma geração saudável, que dura, digamos, quarenta anos, três anos equivalem ao que a grandeza e importância da riqueza real, do capital acumulado, inclusive do país mais rico, representa para sua força produtiva, isto é, para as forças produtivas de uma só geração humana; não ao que poderiam produzir sob as disposições judiciosas de uma segurança igualitária, particularmente com a ajuda do trabalho cooperativo, mas ao que eles produzem efetivamente sob os expedientes falhos e desalentadores da insegurança! […] E para manter e perpetuar essa massa – aparentemente enorme – do capital existente em seu estado atual de distribuição forçada, ou melhor, para manter e perpetuar o controle e o direito de monopólio exercido sobre os produtos do trabalho anual, é preciso perpetuar toda a terrível maquinaria, os vícios, crimes e misérias da insegurança. Nada pode ser acumulado sem que antes sejam satisfeitas as primeiras necessidades, e a grande torrente das inclinações humanas flui em direção aos desfrutes; daí o montante comparativamente irrisório da riqueza efetiva da sociedade num momento particular. É um ciclo eterno de produção e consumo. Diante dessa imensa massa de produção e consumo anual, dificilmente notaríamos a presença daquela pequena quantidade de acumulação efetiva, e, no entanto, a atenção tem se dirigido principalmente a essa pequena quantidade, e não àquela massa de forças produtivas. Mas essa pequena quantidade foi açambarcada por poucos, que a converteram no instrumento por meio do qual eles se apropriam dos produtos anualmente recorrentes do trabalho da grande massa. Disso decorre, na opinião desses poucos, a importância decisiva de tal instrumento […]. Cerca de ⅓ do produto anual

desses países é agora subtraído dos produtores, sob a rubrica de encargos públicos, e consumidos improdutivamente por pessoas que, em troca, não fornecem nenhum equivalente, isto é, nenhum equivalente que valha como tal para os produtores […]. A vista da multidão impressiona-se diante das massas acumuladas, especialmente quando estas se concentram nas mãos de uns poucos indivíduos. Mas as massas anualmente produzidas[e], como as ondas eternas e incontáveis de um rio impetuoso, fluem e se perdem no esquecido oceano do consumo. E, no entanto, desse eterno consumo depende a espécie humana inteira, não só para obter seus desfrutes, mas para garantir sua própria existência. A quantidade e a distribuição desse produto anual deveriam ser os objetos principais de consideração […]. A acumulação efetiva é de importância absolutamente secundária, e sua importância deriva quase exclusivamente de sua influência sobre a distribuição do produto anual […]. A acumulação e a distribuição efetivas são aqui" (na obra de Thompson) "consideradas sempre com referência – e subordinadas – à força produtiva. Em quase todos os outros sistemas, a força produtiva foi sempre considerada com referência – e subordinada – à acumulação e à perpetuação do modo existente de distribuição. Comparada à preservação desse modo existente de distribuição, a miséria sempre recorrente ou a felicidade da raça humana inteira foi considerada indigna de consideração. À perpetuação dos resultados da violência, da fraude e do acaso deu-se o nome de segurança; e, para sustentar essa segurança espúria, foram impiedosamente sacrificadas todas as forças produtivas da raça humana." (Ibidem, p. 440-4)

* * *

Para a reprodução são possíveis apenas dois casos normais, abstraindo-se das perturbações que a estorvam numa dada escala.

Ou ocorre uma reprodução em escala simples.

Ou uma capitalização de mais-valor, a acumulação.

## I. Reprodução simples[f]

Na reprodução simples, o mais-valor produzido e realizado com uma dada periodicidade, anualmente ou em várias rotações durante o ano, é consumido individualmente – isto é, improdutivamente – por seus proprietários, os capitalistas.

A circunstância de que o valor-produto consista, em parte, de mais-valor e, em parte, de uma parcela de valor formada pelo capital variável reproduzido no próprio valor do produto, somada ao capital constante nele consumido, não altera absolutamente em nada, seja a quantidade, seja o valor do produto total que ingressa constantemente na circulação como capital-mercadoria e é dela retirado, com igual constância, para se

incorporar à esfera do consumo produtivo ou individual, isto é, para servir como meios de produção ou de consumo. Abstraindo do capital constante, isso afeta unicamente a distribuição do produto anual entre trabalhadores e capitalistas.

Por essa razão, mesmo pressupondo-se a reprodução simples, uma parte do mais-valor precisa sempre existir em dinheiro, e não em produto, pois, do contrário, ela não poderia, com vistas ao consumo, ser transformada de dinheiro em produto. **Essa transformação do mais-valor, que abandona sua forma-mercadoria originária para adotar a do dinheiro, deve ser aqui analisada mais de perto.** Para simplificar a questão, pressuporemos a forma mais simples do problema, a saber, a da circulação exclusiva de dinheiro metálico, de dinheiro que é um equivalente real.

Segundo as leis desenvolvidas para a circulação simples de mercadorias (Livro I, cap. 3[g]), a massa de moeda metálica existente no país tem de ser suficiente não só para fazer circular as mercadorias como também para enfrentar as oscilações do ciclo do dinheiro, que derivam, em parte, das flutuações na velocidade da circulação, em parte, da variação de preço das mercadorias e, em parte, das diversas e variáveis proporções nas quais o dinheiro funciona como meio de pagamento ou meio de circulação propriamente dito. A proporção da massa existente de dinheiro que se divide em tesouro e em dinheiro corrente varia constantemente, mas a massa do dinheiro é sempre igual à soma do dinheiro existente como tesouro e como dinheiro corrente. Essa massa de dinheiro (massa de metal precioso) é um tesouro progressivamente acumulado da sociedade. Na medida em que uma parte desse tesouro se consome mediante o desgaste, necessita, como qualquer outro produto, ser reposto anualmente. Isso se opera, na realidade efetiva, por meio da troca direta ou indireta de uma parte do produto anual do país pelo produto dos países produtores de ouro e prata. Esse caráter internacional da transação oculta, no entanto, seu curso simples. Por isso, para reduzir o problema à sua expressão mais simples e evidente, é necessário pressupor que a produção de ouro e prata ocorre no próprio país, ou seja, que ela constitui uma parte da produção social total no interior de cada país.

Abstraindo do ouro ou da prata produzidos para a confecção de artigos de luxo, é preciso que o mínimo de sua produção anual seja igual à depreciação dos metais monetários provocada pela circulação monetária anual. Além disso: se cresce a soma de valor da massa de mercadorias anualmente produzida e circulada, também tem de crescer a produção anual de ouro e prata, na medida em que a soma aumentada das mercadorias que circulam e a massa de dinheiro requerida para sua circulação (e correspondente entesouramento) não são compensadas pela maior velocidade do curso do dinheiro e pela função mais abrangente do dinheiro como meio de pagamento, isto é, por uma maior quitação recíproca das compras e vendas, sem a ingerência de dinheiro efetivo.

Uma parte da força social de trabalho e uma parte dos meios sociais de produção têm, portanto, de ser despendidas na produção anual de ouro e prata.

Os capitalistas que se dedicam à produção de ouro e prata e que, de acordo com nosso pressuposto da reprodução simples, produzem apenas no interior dos limites da depreciação média anual e do consumo médio anual de ouro e prata que resulta dessa depreciação, lançam seu mais-valor – que, de acordo com nosso pressuposto, eles consomem anualmente, sem capitalizá-lo em absoluto – diretamente na circulação, em forma-dinheiro, que é, para eles, a forma natural do produto, e não sua forma transformada, como nos outros ramos da produção.

Além disso, no que diz respeito ao salário – a forma-dinheiro sob a qual o capital variável é adiantado –, ele é, aqui, igualmente reposto não pela venda do produto, sua conversão em dinheiro, mas por um produto cuja forma natural é, desde o início, a forma-dinheiro.

Por último, isso também ocorre com a parte do produto de metais preciosos que é igual ao valor do capital constante periodicamente consumido, tanto do capital constante circulante como do capital constante fixo consumido durante o ano.

Consideremos, inicialmente, o ciclo ou a rotação do capital investido na produção de metais preciosos sob a forma D-M…P… D’. Como, em D-M, o termo M consiste não apenas em força de trabalho e meios de produção,

mas também em capital fixo, do qual apenas uma parcela de valor é consumida em P, é evidente que D', o produto, é uma soma de dinheiro igual ao capital variável despendido em salários mais o capital constante circulante mais a parcela de valor do capital fixo desgastado mais o mais-valor. Se a soma fosse menor com o valor do ouro permanecendo constante, a mina seria, então, improdutiva, ou – se esse fosse geralmente o caso – o valor do ouro aumentaria futuramente, em comparação com as mercadorias cujo valor não varia; isto é, cairiam os preços das mercadorias e, portanto, a soma desembolsada em D-M seria menor no futuro.

Se, num primeiro momento, examinamos apenas a parte circulante do capital adiantado em D, o ponto de partida de D-M…P…D', vemos que determinada soma de dinheiro é adiantada, lançada na circulação para o pagamento de força de trabalho e para a compra de materiais de produção. Mas essa soma não volta a ser retirada de circulação pelo ciclo *desse* capital, a fim de ser ali lançada novamente. Em sua forma natural, o produto já é dinheiro, não sendo necessário, portanto, convertê-lo antes em dinheiro por meio da troca, de um processo de circulação. Ele não transita do processo de produção para a esfera da circulação sob a forma de capital-mercadoria que se deve reconverter em capital monetário, mas como capital monetário que se deve reconverter em capital produtivo, isto é, que deve comprar novamente força de trabalho e materiais de produção. A forma-dinheiro do capital circulante consumido em força de trabalho e meios de produção repõe-se não mediante a venda do produto, mas mediante a forma natural do próprio produto, isto é, não porque seu valor é novamente retirado de circulação em forma-dinheiro, mas porque um novo dinheiro adicional é produzido.

Suponhamos que esse capital circulante seja = £500, o período de rotação = 5 semanas, o período de trabalho = 4 semanas, e o período de circulação = 1 semana apenas. Desde o primeiro momento, é preciso adiantar dinheiro para cinco semanas, em parte como estoque produtivo, em parte como reserva a ser desembolsada paulatinamente para o pagamento de salários. No começo da 6ª semana, £400 refluíram e £100 foram liberadas. Isso se repete constantemente. Aqui, como em casos anteriores,

£100 sempre se encontrarão, durante certo tempo da rotação, na forma liberada. Mas elas consistem em dinheiro adicional recém-produzido, exatamente como as outras £400. Tínhamos, aqui, dez rotações por ano, e o produto anual é = £5.000 em ouro. (Nesse ponto, o período de circulação é constituído não pelo tempo requerido para a transformação da mercadoria em dinheiro, mas para a transformação de dinheiro nos elementos de produção.)

No caso de qualquer outro capital de £500 que efetue rotações sob as mesmas condições, a forma-dinheiro constantemente renovada é a forma transformada do capital-mercadoria produzido, o qual é lançado na circulação a cada quatro semanas e, por meio de sua venda – quer dizer, da retirada periódica da quantidade de dinheiro que ele representava quando ingressou originalmente no processo –, recupera essa forma-dinheiro de modo sempre renovado. Aqui, ao contrário, em cada período de rotação uma massa monetária adicional de £500 é lançada na circulação a partir do próprio processo de produção, a fim de dela retirar continuamente materiais de produção e força de trabalho. Esse dinheiro lançado na circulação não volta a ser subtraído desta última, por meio do ciclo desse capital; antes, é aumentado com massas de ouro sempre produzidas de novo.

Se examinarmos a parte variável desse capital circulante e a fixarmos, como fizemos anteriormente, em £100, essa soma será suficiente, na produção ordinária dessas mercadorias, efetuada em dez rotações, para pagar constantemente a força de trabalho. Aqui, na produção de dinheiro, a mesma soma basta; mas as £100 de refluxo, com que a força de trabalho é paga a cada cinco semanas, não são uma forma transformada de seu produto, e sim uma parcela desse próprio produto sempre renovado. O produtor de ouro paga seus trabalhadores diretamente com uma parte do ouro que eles mesmos produziram. Desse modo, as £1.000 assim desembolsadas a cada ano em força de trabalho e lançadas na circulação pelos trabalhadores não retornam ao seu ponto de partida por meio da circulação.

Além disso, no que diz respeito ao capital fixo, este requer, como investimento inicial, o dispêndio de um capital monetário maior, o qual,

portanto, é lançado na circulação. Como todo capital fixo, ele só reflui fracionariamente, no decorrer dos anos. Mas ele reflui como fração imediata do produto, do ouro, e não por meio da venda do produto e de sua consequente conversão plena em dinheiro. Assim, ele adquire gradualmente sua forma-dinheiro não mediante a retirada de dinheiro da circulação, mas mediante a acumulação de uma parte correspondente do produto. O capital monetário, assim restaurado, não é uma soma de dinheiro gradualmente retirada da circulação para compensar a soma de dinheiro nela originalmente lançada para o capital fixo: é uma quantia adicional de dinheiro.

Finalmente, no que diz respeito ao mais-valor, este também é igual a uma parcela do novo produto de ouro [*Goldprodukt*], o qual é lançado na circulação a cada novo período de rotação, para, segundo nosso pressuposto, ser gasto improdutivamente em meios de subsistência e objetos de luxo.

Segundo o pressuposto, porém, toda essa produção anual de ouro – por meio da qual tanto força de trabalho quanto materiais de produção, mas não dinheiro, são constantemente retirados do mercado, ao mesmo tempo que dinheiro lhe é constantemente adicionado – apenas repõe o dinheiro consumido durante o ano e, portanto, não faz mais do que manter completa a massa monetária social que existe constantemente, embora em porções variáveis, sob as duas formas de tesouro e de dinheiro circulante.

De acordo com a lei da circulação de mercadorias, a massa monetária tem de ser igual à massa monetária requerida para a circulação, somada a uma quantia de dinheiro que se encontra na forma de tesouro e que aumenta ou diminui conforme a contração ou expansão da circulação, mas que também serve especialmente para a formação dos necessários fundos de reserva de meios de pagamentos. O que tem de ser pago em dinheiro – no caso de não ocorrer qualquer compensação dos pagamentos – é o valor das mercadorias. O fato de uma parcela desse valor consistir de mais-valor, isto é, de ele não ter custado nada ao vendedor das mercadorias, não altera em nada a questão. Suponhamos que todos os produtores sejam possuidores autônomos de seus meios de produção, de modo que a circulação ocorra

entre os próprios produtores diretos. Abstraindo da parte constante de seu capital, seu mais-produto anual poderia, então, ser dividido, por analogia com as condições capitalistas, em duas partes: uma *a*, que se limita a repor seus meios necessários de subsistência, e outra *b*, que os produtores, em parte, consumem em produtos de luxo e, em parte, aplicam na ampliação da produção. Enquanto *a* representa o capital variável, *b* representa o mais-valor. **Mas essa subdivisão não exerceria influência alguma sobre a grandeza da massa monetária requerida para a circulação do produto total.** Mantendo-se constantes as demais condições, o valor da massa circulante de mercadorias seria o mesmo e, por conseguinte, também a massa monetária requerida para esse valor. No caso de uma divisão igual dos períodos de rotação, os produtores também teriam de dispor das mesmas reservas monetárias, isto é, deveriam sempre conservar a mesma parcela de seu capital sob a forma-dinheiro, pois sua produção, tal como antes e conforme nosso pressuposto, continuaria a ser produção de mercadorias, de modo que a circunstância de que uma parte do valor-mercadoria consista em mais-valor não altere absolutamente em nada a massa de dinheiro necessária ao funcionamento do negócio.

Um adversário de Tooke[h], que fica preso à fórmula D-M-D', pergunta-lhe como o capitalista consegue sempre retirar da circulação mais dinheiro do que nele colocou. Mas atenção. Não se trata, aqui, da *formação* do mais-valor. Este, embora seja o único segredo, é algo óbvio do ponto de vista capitalista. A soma de valor utilizada não seria capital se não enriquecesse com um mais-valor. Como, segundo nosso pressuposto, ela é capital, então o mais-valor é evidente.

A pergunta, portanto, não é: de onde vem o mais-valor? Mas: de onde vem o dinheiro necessário para realizá-lo?

Na economia burguesa, porém, a existência do mais-valor é evidente. Portanto, não apenas se a pressupõe, mas, com ela, pressupõe-se também que uma parte da massa de mercadorias lançada na circulação consiste em mais-produto, representando, assim, um valor que o capitalista, com seu capital, não lançou na circulação; pressupõe-se, desse modo, que o capitalista lança na circulação, com seu produto, um excedente sobre seu

capital e dela retira esse mesmo excedente.

O capital-mercadoria que o capitalista lança na circulação tem um valor maior (de onde ele provém é algo que permanece não explicado e não compreendido, porém *c'est un fait* [é um fato] do ponto de vista desse próprio valor) que o capital produtivo que ele retirou da circulação na forma de força de trabalho e meios de produção. Sob esse pressuposto, portanto, fica claro por que não apenas o capitalista *A* como também *B*, *C*, *D* etc. podem sempre retirar da circulação, por meio da troca de sua mercadoria, um valor maior do que o do capital que eles originalmente adiantaram e que voltam a adiantar repetidamente. *A*, *B*, *C*, *D* etc. lançam constantemente na circulação um valor-mercadoria maior – essa operação é tão multilateral quanto os capitais autônomos em funcionamento – sob a forma de capital-mercadoria do que o valor que dela retiram sob a forma de capital produtivo. Desse modo, eles devem repartir constantemente uma soma de valor (isto é, cada um tem, por sua parte, de retirar um capital produtivo da circulação) igual à soma de valor de seus respectivos capitais produtivos adiantados e, com a mesma constância, uma soma de valor que, numa operação igualmente multilateral, eles lançam na circulação sob a forma-mercadoria, como excedente respectivo do valor das mercadorias sobre o valor de seus elementos de produção.

Mas o capital-mercadoria, antes de sua reconversão em capital produtivo e do dispêndio do mais-valor nele contido, precisa ser realizado. De onde vem o dinheiro necessário para isso? É uma questão que, à primeira vista, parece difícil, e nem Tooke nem qualquer outro jamais a respondeu.

Suponhamos que o capital circulante de £500 adiantado na forma de capital monetário, independentemente de seu período de rotação, seja o capital circulante total da sociedade, isto é, da classe capitalista. Que o mais-valor seja £100. Ora, como pode a classe capitalista inteira retirar constantemente £600 da circulação, se lança constantemente nesta última apenas £500?

Depois que o capital monetário de £500 se transforma em capital produtivo, este se transforma, no interior do processo de produção, em

valor-mercadoria de £600, e na circulação encontra-se não só um valor-mercadoria de £500, igual ao capital monetário originalmente adiantado, mas um novo valor produzido de £100.

Esse mais-valor adicional de £100 é lançado na circulação em forma-mercadoria. Sobre isso, não resta dúvida. Mas por meio da mesma operação não está dado o dinheiro adicional para a circulação desse valor-mercadoria adicional.

Não se deve procurar contornar a dificuldade apelando para subterfúgios plausíveis.

Por exemplo: no que diz respeito ao capital circulante, é evidente que todos não o desembolsam ao mesmo tempo. Enquanto o capitalista *A* vende sua mercadoria e, assim, o capital adiantado assume para ele a forma-dinheiro, para o comprador *B*, inversamente, seu capital, existente sob a forma-dinheiro, assume a forma de seus meios de produção, produzidos justamente pelo capitalista *A*. Pelo mesmo ato por meio do qual *A* restaura a forma-dinheiro de seu capital-mercadoria produzido, *B* restaura a forma produtiva de seu capital-mercadoria, transformando-o de forma-dinheiro em meios de produção e força de trabalho; a mesma soma de dinheiro atua no processo bilateral, como em qualquer compra simples M-D. Por outro lado, quando *A* transforma novamente o dinheiro em meios de produção, ele compra de *C*, e este, com o dinheiro recebido, paga a *B*, e assim por diante. **E assim o processo estaria explicado. Porém:**

Nenhuma das leis estabelecidas com relação à quantidade de dinheiro circulante na circulação de mercadorias (Livro I, cap. 3[i]) é de modo algum alterada pelo caráter capitalista do processo de produção.

Assim, quando se diz que o capital circulante da sociedade a ser adiantado em forma-dinheiro é £500, nisso já está calculado que esta é, por um lado, a soma simultaneamente avançada, mas que, por outro, tal soma põe em movimento um capital produtivo maior do que £500, porquanto serve alternadamente de fundo monetário de diferentes capitais produtivos. **Assim, esse modo de explicação pressupõe como já existente o dinheiro cuja existência ele deve explicar.**

Além disso, poder-se-ia dizer: o capitalista *A* produz artigos que o

capitalista *B* consome individualmente, improdutivamente. O dinheiro de *B* realiza o capital-mercadoria de *A*, e assim a mesma quantia de dinheiro serve para realizar o mais-valor de *B* e o capital constante circulante de *A*. Aqui, porém, pressupõe-se, de forma ainda mais direta, a solução do problema que se deve resolver. A saber: onde *B* consegue esse dinheiro para cobrir sua renda? Como ele mesmo converteu em dinheiro essa parcela que forma o mais-valor do seu produto?

Além disso, poder-se-ia dizer que a parte do capital variável circulante que *A* constantemente adianta a seus trabalhadores reflui constantemente da circulação para suas mãos, e que apenas uma parcela variável daquela parte permanece constantemente com ele para o pagamento dos salários. No entanto, entre o dispêndio e o refluxo transcorre certo tempo, durante o qual o dinheiro desembolsado em salários também pode servir, entre outras coisas, para converter o mais-valor em dinheiro. Mas sabemos, em primeiro lugar, que quanto maior é esse tempo, tanto maior tem de ser a massa de reserva monetária que o capitalista *A* precisa conservar *in petto* [em reserva]. Em segundo lugar, o trabalhador gasta o dinheiro, consome-o na compra de mercadorias e, com isso, realiza *pro tanto* [nessa proporção] o mais-valor nelas contido. Desse modo, o mesmo dinheiro que é adiantado sob a forma do capital variável também serve *pro tanto* para converter mais-valor em dinheiro. Sem aprofundarmos mais essa questão, basta observarmos aqui que o consumo da classe capitalista inteira e dos indivíduos improdutivos que dela dependem acompanha a passo igual o consumo da classe trabalhadora; assim, para gastar seu mais-valor como renda, os capitalistas têm de lançar dinheiro na circulação ao mesmo tempo que os trabalhadores; por conseguinte, realizar isso implica retirar dinheiro da circulação. A explicação que acabamos de dar apenas reduziria a quantidade de dinheiro necessária para isso, mas não a eliminaria.

Finalmente, poder-se-ia dizer: com o primeiro investimento de capital fixo, uma grande quantidade de dinheiro é constantemente lançada na circulação e volta a ser retirada desta última apenas gradualmente, de modo fragmentado, ao longo de anos, por aquele que a lançou na circulação. Pode essa quantia não ser suficiente para converter o mais-valor em dinheiro? A

isso se deve responder que na soma de £500 (que também inclui o entesouramento para o necessário fundo de reserva) já esteja talvez incluída a utilização dessa quantia como capital fixo, se não por aquele que a lançou na circulação, por algum outro. Além disso, na soma gasta para a obtenção dos produtos que servem de capital fixo já está pressuposto que o mais-valor contido nessas mercadorias também está pago, e a pergunta é justamente de onde vem esse dinheiro.

A resposta geral já está dada: quando se trata de circular uma massa de mercadorias de $x \times$ £1.000, é absolutamente indiferente para a quantidade de dinheiro necessária a essa circulação se o valor dessa massa de mercadorias contém mais-valor ou não, se a massa de mercadorias é produzida de modo capitalista ou não. *Portanto, o problema em si não existe*. Estando dadas as demais condições, a velocidade do curso do dinheiro etc. é uma determinada quantia de dinheiro requerida para circular o valor-mercadoria de $x \times$ £1.000, independentemente da grandeza maior ou menor do valor que caiba aos produtores diretos. Se aqui existe um problema, este coincide com o problema geral: de onde vem a quantia de dinheiro necessária à circulação das mercadorias num país?

No entanto, do ponto de vista da produção capitalista, não há dúvida de que existe a *aparência* de um problema especial. Aqui, é o capitalista que aparece como o ponto de partida do qual o dinheiro é lançado na circulação. O dinheiro que o trabalhador desembolsa para o pagamento de seus meios de subsistência existe anteriormente como forma-dinheiro do capital variável e, por isso, é originalmente lançado na circulação pelo capitalista, como meios de compra ou de pagamento da força de trabalho. Além disso, o capitalista lança na circulação o dinheiro que, para ele, constitui originalmente a forma-dinheiro de seu capital constante fixo e corrente; ele o gasta como meios de compra ou de pagamento para meios de trabalho e materiais de produção. Para além desse ponto, porém, o capitalista deixa de aparecer como ponto de partida da massa monetária que se encontra em circulação. Agora há somente dois pontos de partida: o capitalista e o trabalhador. Todas as terceiras categorias de pessoas têm ou de receber dinheiro dessas duas classes por prestações de serviço ou, na

medida em que o recebam sem nenhuma contrapartida, são copossuidoras do mais-valor na forma de renda, juro etc. O fato de o mais-valor não permanecer inteiramente no bolso do capitalista industrial e sim ter de ser repartido por ele com outras pessoas não guarda qualquer relação com a questão aqui analisada. A pergunta é como ele converte seu mais-valor em prata, e não como a prata assim obtida é, mais tarde, repartida. Em nosso caso, portanto, o capitalista ainda deve ser considerado o único possuidor do mais-valor. Sobre o trabalhador, já dissemos que ele é apenas ponto de partida secundário, ao passo que o capitalista é o ponto de partida primário do dinheiro que o trabalhador lança na circulação. O dinheiro inicialmente adiantado como capital variável já completou seu segundo curso quando o trabalhador o gasta no pagamento de meios de subsistência.

A classe capitalista permanece, assim, o único ponto de partida da circulação monetária. Quando necessita de £400 para o pagamento de meios de subsistência, e de £100 para o pagamento da força de trabalho, ela lança £500 na circulação. Mas o mais-valor contido no produto, com uma taxa de mais-valor de 100%, é igual ao valor de £100. Como ela pode retirar constantemente £600 da circulação, quando nela lança constantemente apenas £500? Do nada, nada provém. A classe capitalista em seu conjunto só pode retirar da circulação o que nela lançou anteriormente.

Abstraímos, aqui, de que as £400[j] em dinheiro talvez bastem para, com dez rotações, fazer circular meios de produção no valor de £4.000 e trabalho no valor de £1.000, e de que as restantes £100 possam igualmente bastar para a circulação do mais-valor de £1.000. Essa relação entre a soma de dinheiro e o valor-mercadoria que tal soma faz circular em nada altera a questão. O problema permanece o mesmo. A menos que as mesmas peças monetárias efetuem diversos cursos, um capital de £5.000 teria de ser lançado na circulação, e £1.000 seriam necessárias para converter o mais-valor em dinheiro. A pergunta é de onde vem este último dinheiro, seja ele £1.000 ou £100. De qualquer modo, há um excedente sobre o capital monetário lançado na circulação.

Na realidade, por paradoxal que possa parecer à primeira vista, é a

própria classe capitalista que lança dinheiro na circulação, o qual serve para a realização do mais-valor contido nas mercadorias. Porém, *nota bene*: ela não o lança na circulação como dinheiro adiantado, ou seja, como capital. Ela o gasta como meio de compra para seu consumo individual. O dinheiro não é, portanto, adiantado pela classe capitalista, embora esta seja o ponto de partida de sua circulação.

Consideremos um capitalista individual que inicia seu negócio – por exemplo, um arrendatário. Durante o primeiro ano, ele adianta um capital monetário de, digamos, £5.000 para o pagamento de meios de produção (£4.000) e de força de trabalho (£1.000). Suponhamos que a taxa de mais-valor seja 100% e o mais-valor por ele apropriado, £1.000. As £5.000 supracitadas compreendem todo o dinheiro que ele adianta como capital monetário. Mas o homem também precisa viver, e não irá receber dinheiro até o fim do ano. Suponhamos que seu consumo seja de £1.000. Ele precisa possuir essa soma. É verdade que ele afirma que tem de adiantar essas £1.000 durante o primeiro ano. Mas esse adiantamento – que aqui só tem um sentido subjetivo – significa apenas que o capitalista deve cobrir seu consumo individual durante o primeiro ano com dinheiro de seu próprio bolso, e não com a produção gratuita de seus trabalhadores. Ele não adianta esse dinheiro como capital. Ele o gasta, o cede em troca de um equivalente em meios de subsistência, os quais consome. Ele gasta esse valor em dinheiro, lançando-o na circulação e retirando-o desta última sob a forma de valores-mercadorias. Ele consumiu esses valores-mercadorias. Por isso, deixou de ter qualquer relação com o valor destes últimos. O dinheiro com que ele paga por esse valor existe como elemento do dinheiro circulante. Mas ele retirou da circulação o valor desse dinheiro na forma de produtos, e esse valor é agora destruído com os produtos nos quais ele existia. Ele deixou de existir. Porém, no fim do ano ele lança na circulação um valor-mercadoria de £6.000 e o vende. Com isso, reflui para ele: 1) seu capital monetário adiantado de £5.000, 2) o mais-valor, realizado, de £1.000. Ele adiantou como capital, lançou na circulação, uma soma de £5.000 e retirou da circulação £6.000 – £5.000 para o capital e £1.000 para o mais-valor. As últimas £1.000 são convertidas em dinheiro com o dinheiro que ele

mesmo lançou na circulação, não como capitalista, mas como consumidor, ou seja, que ele não adiantou, mas gastou. Essa soma retorna para ele, agora, como forma-dinheiro do mais-valor por ele produzido. E, daí em diante, essa operação se repete anualmente. A partir do segundo ano, porém, as £1.000 que ele gasta são sempre a forma transformada, a forma-dinheiro do mais-valor por ele produzido. Ele as gasta anualmente, e elas retornam às suas mãos anualmente.

Se as rotações anuais de seu capital fossem mais frequentes, isso não alteraria em nada os termos da questão, mas afetaria a duração do intervalo de tempo e, assim, a grandeza da soma que, para além de seu capital monetário adiantado, teria de ser lançada na circulação para seu consumo individual.

O capitalista não lança esse dinheiro na circulação como capital. Porém, é um elemento característico do capitalista o fato de que ele pode viver dos meios que se encontram em seu poder até que o mais-valor comece a refluir.

Nesse caso, supôs-se que a soma de dinheiro que o capitalista lança na circulação para cobrir seu consumo individual até o primeiro refluxo de seu capital é exatamente igual ao mais-valor que ele produziu e que, por isso, deve ser realizado. Esta é, com relação aos capitalistas individuais, uma suposição claramente arbitrária. Mas tem necessariamente de ser correta para a classe capitalista em seu conjunto, quando se pressupõe a reprodução simples. **Ela expressa apenas o que está implicado nesse pressuposto, a saber, que o mais-valor inteiro, e apenas ele – portanto, nenhuma fração do estoque original de capital –, é consumido improdutivamente.**

Anteriormente, partimos do pressuposto de que a produção inteira de metais preciosos (que fixamos em £500) é suficiente apenas para repor a depreciação monetária.

Os capitalistas produtores de ouro dispõem de seu produto inteiro em ouro, tanto a parte deste que repõe o capital constante quanto a que repõe o capital variável, bem como aquela que consiste em mais-valor. Uma parte do mais-valor social consiste, portanto, em dinheiro, e não em produto que

só se transforma em dinheiro no interior da circulação. Ela consiste, desde o início, em ouro, e é lançada na circulação para dela retirar produtos. O mesmo se aplica, aqui, ao salário, ao capital variável e à reposição do capital constante adiantado. Se, portanto, uma parte da classe capitalista lança na circulação um valor-mercadoria maior (em mais-valor) do que o capital monetário por ela adiantado, outra parte dos capitalistas lança na circulação um valor monetário maior (em mais-valor) do que o valor-mercadoria que ela retira constantemente da circulação para a produção do ouro. Enquanto uma parte dos capitalistas bombeia sempre mais dinheiro para fora da circulação do que o que nela coloca, a parte que produz ouro bombeia sempre mais dinheiro para dentro dela do que o que dela retira em meios de produção.

Embora uma parte desse produto de £500 em ouro seja mais-valor dos produtores desse metal, a soma total só se destina à reposição do dinheiro necessário à circulação das mercadorias; o quanto dessa soma transforma em dinheiro o mais-valor incorporado nas mercadorias e o quanto realiza o mesmo com seus outros componentes de valor é algo aqui irrelevante.

Se a produção de ouro é transferida de um país para outro, isso não altera em absolutamente nada a questão. Uma parte da força de trabalho social e dos meios sociais de produção no país *A* é transformada num produto, por exemplo, em linho, no valor de £500, que se exporta ao país *B* para lá comprar ouro. O capital produtivo assim empregado no país *A* lança tão pouca mercadoria – em contraste com o dinheiro – no mercado do país *A* quanto o faria se fosse empregado diretamente na produção de ouro. Esse produto de *A* representa-se em £500 de ouro e só entra na circulação do país *A* como dinheiro. A parte do mais-valor social contida nesse produto existe diretamente em dinheiro e, para o país *A*, jamais em outra forma que não a de dinheiro. Embora para os capitalistas que produzem o ouro apenas uma parte do produto representa mais-valor, enquanto outra representa a reposição do capital, a questão de quanto desse ouro – com exceção do capital constante circulante – repõe capital variável e quanto dele representa mais-valor depende exclusivamente das proporções que os salários e o mais-valor guardem, respectivamente, com o valor das

mercadorias circulantes. A parte que constitui mais-valor se reparte entre os diversos membros da classe capitalista. Embora estes últimos gastem constantemente o mais-valor para seu consumo individual e voltem a obtê-lo com a venda do novo produto – é precisamente essa compra e venda que, em geral, faz circular entre eles mesmos apenas o dinheiro necessário para a conversão do mais-valor em dinheiro –, uma parcela do mais-valor social se encontra, ainda que em proporções variáveis, em forma-dinheiro nos bolsos dos capitalistas, do mesmo modo como uma parcela do salário se mantém, ao menos durante parte da semana, nos bolsos dos trabalhadores em forma-dinheiro. E essa parcela não é limitada pela parcela do produto monetário[k] que constitui originalmente o mais-valor dos capitalistas produtores de ouro, mas, como dissemos, pela proporção em que o produto de £500 mencionado se reparte, em geral, entre capitalistas e trabalhadores, e pela proporção em que o estoque de mercadorias[l] que deve circular é formado por mais-valor e pelos demais componentes do valor.

No entanto, a parte do mais-valor que não existe em outras mercadorias, mas, ao lado dessas outras mercadorias e na forma-dinheiro, só se compõe de uma parcela do ouro anualmente produzido na medida em que uma parte da produção anual de ouro circule para a realização do mais-valor. A outra parte do dinheiro, que se encontra sempre em porções variáveis, como forma-dinheiro de seu mais-valor, nas mãos da classe capitalista, não é um elemento do ouro anualmente produzido, mas das massas de dinheiro previamente acumuladas no país.

De acordo com nosso pressuposto, a produção anual de ouro de £500 é suficiente apenas para repor o dinheiro desgastado durante o ano. Assim, se considerarmos unicamente essas £500 e abstrairmos da massa de mercadorias anualmente produzida – para cuja circulação serve o dinheiro previamente acumulado –, o mais-valor produzido em forma-mercadoria encontrará na circulação dinheiro para sua transformação em moeda, pelo simples fato de que, por outro lado, mais-valor é anualmente produzido na forma de ouro. O mesmo vale para as outras partes do produto em ouro de £500, que repõem o capital monetário adiantado.

Aqui há duas coisas a observar.

Em primeiro lugar, o mais-valor gasto pelo capitalista em dinheiro, tanto quanto o capital variável e o restante do capital produtivo por ele adiantado em dinheiro, é, na realidade, produto dos trabalhadores – mais precisamente, dos trabalhadores ocupados na produção de ouro. Eles produzem tanto a parte do produto em ouro que lhes é "adiantada" na forma de salário quanto a parte desse produto em que se representa imediatamente o mais-valor dos produtores capitalistas de ouro. Por fim, no que diz respeito à parte do produto em ouro que se limita a repor o valor constante de capital adiantado para sua produção, tal parte só reaparece na forma-dinheiro[m] (e, em geral, num produto) por meio do trabalho anual dos trabalhadores. No início do negócio, essa parte foi originariamente desembolsada pelo capitalista em dinheiro, que não fora produzido como dinheiro novo, mas formava parte da massa monetária social circulante. Ao contrário, na medida em que é reposta por produto novo, por ouro adicional, tal parte é o produto anual do trabalhador. O adiantamento realizado pelo capitalista aparece aqui apenas como uma forma derivada do fato de que o trabalhador não é possuidor de seus próprios meios de produção, nem dispõe, durante a produção, dos meios de subsistência produzidos por outros trabalhadores.

Em segundo lugar, porém, no que diz respeito à massa monetária que existe independentemente dessa reposição anual de £500, e que, em parte, encontra-se na forma de tesouro e, em parte, na de dinheiro circulante, as coisas têm de ocorrer, ou melhor, têm de ter originalmente ocorrido do mesmo modo como continuam a ocorrer, agora, com essas £500. Voltaremos a esse ponto no fim desta subseção. Antes disso, cabe formular ainda outras observações.

* * *

No exame da rotação, vimos que, mantendo-se inalteradas as demais circunstâncias, com a variação na grandeza dos períodos de rotação se fazem necessárias massas variáveis de capital monetário para efetuar a produção na mesma escala. **A elasticidade da circulação monetária tem,**

**portanto, de ser grande o suficiente para acomodar-se a essa variação entre expansão e contração.**

Além disso, supondo-se inalteradas as demais circunstâncias – bem como a grandeza, a intensidade e a produtividade da jornada de trabalho –, mas *alterada a divisão do produto de valor* entre o salário e o mais-valor, de tal modo que ou aumente o primeiro e diminua o segundo, ou vice-versa, nem por isso a massa do dinheiro circulante será afetada. Essa variação pode ocorrer sem qualquer expansão ou contração da massa monetária em circulação. Consideremos particularmente o caso em que o salário aumenta em geral e, assim – sob as condições pressupostas –, a taxa do mais-valor cai em geral, sem que, além disso, e sempre de acordo com o pressuposto, ocorra qualquer variação no valor da massa de mercadorias circulante. Nesse caso, é certo que haveria um aumento do capital monetário que precisa ser adiantado como capital variável, ou seja, da massa monetária que se presta a essa função. Mas a massa monetária requerida para desempenhar a função de capital variável aumentaria na mesma medida em que diminuiria o mais-valor e, portanto, também a massa monetária requerida para sua realização. O volume da massa monetária necessária à realização do valor-mercadoria seria tão pouco afetado por isso quanto esse próprio valor-mercadoria. O preço de custo da mercadoria aumentaria para o capitalista individual, mas seu preço de produção social permaneceria inalterado. O que se alteraria é a proporção em que, abstraindo da parcela constante de valor, o preço de produção das mercadorias seria dividido entre salário e lucro[n].

Porém, diz-se, um desembolso maior de capital monetário variável (o valor do dinheiro é naturalmente pressuposto como constante) significa que há uma massa maior de meios monetários nas mãos dos trabalhadores. Segue-se disso uma maior demanda de mercadorias da parte dos trabalhadores. Uma consequência ulterior é o aumento no preço das mercadorias. Ou, então, diz-se: se o salário aumenta, os capitalistas aumentam os preços de sua mercadoria. Em ambos os casos, a alta geral dos salários provoca a alta geral dos preços das mercadorias. Por isso, é preciso uma massa monetária maior para fazer as mercadorias circularem,

seja qual for a explicação dada para o aumento dos preços.

Resposta à primeira formulação: em consequência da alta dos salários, aumentará especialmente a demanda dos trabalhadores por meios necessários de subsistência. Num grau menor, aumentará sua demanda por artigos de luxo, ou se criará uma demanda por artigos que antes não figuravam em seu campo de consumo. A demanda súbita e em escala aumentada por meios necessários de subsistência provocará incondicionalmente um aumento momentâneo de seus preços. A consequência disso é que a maior parte do capital social será utilizada na produção de meios necessários de subsistência e a menor, na produção de artigos de luxo, uma vez que os preços destes últimos baixarão em razão do mais-valor reduzido e, por conseguinte, de uma menor demanda dos capitalistas por tais artigos. Ao contrário, na medida em que os próprios trabalhadores venham a adquirir artigos de luxo, a alta de seus salários – dentro desses limites – não provocará um aumento nos preços dos meios necessários de subsistência, mas apenas deslocará os compradores de artigos de luxo. Mercadorias de luxo ingressam no consumo dos trabalhadores em volume maior do que antes e no consumo dos capitalistas em volume proporcionalmente menor. *Voilà tout* [Isso é tudo]. Após algumas oscilações, circula uma massa de mercadorias cujo valor é o mesmo que antes. E, no que diz respeito às oscilações momentâneas, estas não terão outro resultado que lançar na circulação interna um capital monetário inativo, que até agora se mantinha ocupado com operações especulativas na Bolsa ou no exterior.

Resposta à segunda formulação: se estivesse ao alcance dos produtores capitalistas fazer subir os preços de suas mercadorias como bem o desejassem, eles poderiam fazê-lo, e o fariam, sem provocar a alta dos salários. Estes jamais aumentariam com a queda dos preços das mercadorias. A classe capitalista jamais se oporia aos *trade unions* [sindicatos], já que poderia, então, fazer sempre e em todas as circunstâncias aquilo que, por ora, ela faz apenas excepcionalmente, sob circunstâncias determinadas, particulares, por assim dizer, locais – a saber: aproveitar todo e qualquer aumento do salário para aumentar os preços das

mercadorias num grau muito maior e, assim, embolsar lucros maiores.

A afirmação de que os capitalistas podem aumentar os preços dos artigos de luxo porque a demanda por estes diminui (em consequência de uma demanda reduzida da parte dos capitalistas, cujos meios de compra destinados a esse fim teriam minguado) seria uma aplicação absolutamente original da lei da oferta e da demanda. Como aqui não se trata de uma mera substituição de compradores de artigos de luxo, uma substituição de capitalistas por trabalhadores – e, na medida em que ocorre tal substituição, a demanda dos trabalhadores não provoca um aumento nos preços dos meios necessários de subsistência, uma vez que eles não podem gastar em meios necessários de subsistência a parte do acréscimo salarial que gastam em artigos de luxo –, os preços dos artigos de luxo cairão devido a uma demanda reduzida. Consequentemente, retirar-se-á capital da produção desses artigos até que sua oferta se reduza ao volume correspondente a seu papel modificado no processo social de produção. Com essa produção reduzida, seus preços voltarão a seu patamar normal, pressupondo-se que o valor não se modifique por outras causas. Enquanto dura essa contração ou processo de compensação, adiciona-se à produção de meios de subsistência – com preços crescentes destes últimos –, de modo igualmente constante, tanto capital quanto o que se retirou do outro ramo da produção, até que a demanda esteja satisfeita. Assim, restaura-se o equilíbrio, e a conclusão de todo o processo é que o capital social e, por conseguinte, também o capital monetário reparte-se numa proporção modificada entre a produção de meios necessários de subsistência e a de artigos de luxo.

Toda esta objeção não passa de um tiro de festim disparado pelos capitalistas e seus sicofantas econômicos.

Os fatos que fornecem o pretexto para esse tiro de festim são de três tipos.

1. É uma lei geral da circulação monetária a que diz que, permanecendo iguais as demais circunstâncias, a massa de dinheiro em circulação aumenta na mesma proporção do aumento dos preços das mercadorias em circulação – não importando se esse aumento nos preços afeta a

mesma quantidade de mercadorias ou uma quantidade maior. Porém, confunde-se o efeito com a causa. O salário aumenta (ainda que raras vezes, e só excepcionalmente de modo proporcional) com a alta dos preços dos meios necessários de subsistência. Seu aumento é consequência, não causa da alta dos preços das mercadorias.

2. Uma alta parcial ou local dos salários – isto é, uma alta que só afeta alguns ramos da produção – pode provocar um aumento local de preços nos produtos desses ramos. Mas até mesmo isso depende de inúmeras circunstâncias. Por exemplo, de que o salário não esteja anormalmente comprimido e, por conseguinte, a taxa de lucro não esteja anormalmente alta; que o mercado para essas mercadorias não se estreite em decorrência da alta dos preços (e, portanto, que para o aumento de preços dessas mercadorias não se faça necessária uma contração prévia de seu fornecimento) etc.
3. Uma alta geral dos salários aumenta o preço das mercadorias produzidas naqueles ramos da indústria em que predomina o capital variável, porém diminui nos ramos em que prevalece o capital constante ou o fixo[o].

* * *

Na circulação simples de mercadorias (Livro I, cap. 3, II[p]), demonstrou-se que, embora no âmbito da circulação de cada quantidade determinada de mercadorias sua forma-dinheiro seja apenas evanescente, o dinheiro que na metamorfose de uma mercadoria desaparece das mãos de um ocupa necessariamente seu lugar nas mãos de outro; portanto, que não só em primeira instância as mercadorias se trocam ou se repõem umas às outras universalmente, mas que também essa reposição é mediada e acompanhada por uma precipitação universal de dinheiro. "A substituição de uma mercadoria por outra sempre faz com que o dinheiro acabe nas mãos de um terceiro. A circulação transpira dinheiro por todos os poros" (Livro I, p. 92[q]). Esse mesmo e idêntico fato se expressa, sobre a base da produção capitalista de mercadorias, em que uma parte do capital existe sempre sob a

forma de capital monetário e uma parte do mais-valor encontra-se sempre sob a forma-dinheiro nas mãos de seus possuidores.

Abstraindo disso, o *ciclo do dinheiro*, isto é, o *refluxo* do dinheiro a seu ponto de partida, na medida em que constitui um momento da rotação do capital, é um fenômeno completamente distinto do *curso do dinheiro*[1] – e, aliás, contraposto a este –, que expressa o progressivo *distanciamento* do dinheiro em relação a seu ponto de partida, à medida que passa por uma série de mãos (Livro I, p. 94[r]). No entanto, uma rotação acelerada implica *eo ipso* [por isso mesmo] um curso acelerado[s].

Vejamos, primeiramente, o que se refere ao capital variável: se, por exemplo, um capital monetário de £500 efetua dez rotações no ano sob a forma de capital variável, é evidente que essa parte alíquota da massa monetária circulante faz circular uma soma de valor dez vezes maior, = £5.000. Ela circula dez vezes por ano entre o capitalista e o trabalhador. Este é pago e paga dez vezes por ano com a mesma parte alíquota da massa monetária circulante. Se, mantendo-se inalterada a escala da produção, esse capital variável efetuasse uma rotação no ano, completar-se-ia apenas um único curso de £5.000.

Suponhamos, além disso, que a parte constante do capital circulante seja = £1.000. Se o capital efetuar dez rotações, o capitalista venderá sua mercadoria 10 vezes no ano e, portanto, também a parte constante circulante de seu valor. A mesma parte alíquota da massa monetária circulante (= £1.000) transfere-se dez vezes por ano das mãos de seus possuidores às do capitalista. Ocorrem dez mudanças de posição desse dinheiro, de uma mão a outra.

Em segundo lugar, o capitalista compra meios de produção dez vezes no ano; mais uma vez, ocorrem dez cursos do dinheiro de uma mão a outra. Com uma soma de dinheiro no valor de £1.000, o capitalista industrial vende mercadorias a £10.000 e, por sua vez, adquire mercadorias a £10.000. Mediante vinte cursos de £1.000 em dinheiro, fez-se circular um estoque de mercadorias no valor de £20.000.

Finalmente, em caso de rotação acelerada, aumenta também a velocidade do curso da parte de dinheiro que realiza o mais-valor.

Inversamente, porém, um curso mais rápido do dinheiro não implica necessariamente uma rotação mais acelerada de capital e, portanto, de dinheiro, isto é, não implica necessariamente um encurtamento e uma renovação mais rápida do processo de reprodução.

Uma circulação monetária mais rápida tem lugar sempre que uma massa maior de transações se efetua com a mesma massa monetária. Isso também pode ocorrer, no caso de períodos iguais de reprodução do capital, em consequência de mudanças nas técnicas para o curso do dinheiro. Mais do que isso: a massa de transações nas quais o dinheiro realiza seu curso pode aumentar sem que isso expresse um intercâmbio efetivo de mercadorias (agiotagem na Bolsa etc.). Por outro lado, certos cursos do dinheiro podem desaparecer completamente. Por exemplo, onde o próprio agricultor é proprietário fundiário não se produz nenhum curso de dinheiro entre o arrendatário e o proprietário fundiário, e onde o próprio capitalista industrial é proprietário do capital não ocorre nenhum curso entre ele e o credor.

* * *

É desnecessário, aqui, estendermo-nos sobre a formação originária de um tesouro monetário em dado país, assim como a apropriação desse tesouro por uns poucos indivíduos.

O modo de produção capitalista – assim como sua base é o trabalho assalariado, também o é o pagamento do trabalhador em dinheiro e, em geral, a transformação das prestações *in natura* em prestações monetárias – só se pode desenvolver em grande escala e com maior profundidade em países que dispõem de uma massa de dinheiro suficiente para a circulação e o entesouramento (fundo de reserva etc.) que esta última acarreta. Esse é o pressuposto histórico, ainda que isso não deva ser entendido como se antes se formasse uma suficiente quantia em tesouro e, em seguida, tivesse início a produção capitalista. O que ocorre, diferentemente disso, é que essa quantia entesourada é formada de modo concomitante às suas condições de existência, e uma dessas condições é uma oferta suficiente de metais

preciosos. Daí que a oferta aumentada de metais preciosos a partir do século XVI constitua um momento essencial na história do desenvolvimento da produção capitalista. Mas no que diz respeito à necessária oferta ulterior de material monetário sobre a base do modo de produção capitalista, lança-se na circulação, por um lado, o mais-valor incorporado em produtos, sem o dinheiro necessário para sua conversão em dinheiro, e, por outro lado, o mais-valor em ouro, sem uma transformação prévia de produto em dinheiro.

As mercadorias adicionais a serem realizadas encontram a soma necessária de dinheiro já dada, uma vez que, do outro lado, o ouro (e a prata) adicional a ser transformado em mercadorias é lançado na circulação não por meio da troca, mas da própria produção.

## II. Acumulação e reprodução ampliada[t]

A acumulação, quando se efetua sob a forma de reprodução em escala ampliada, não coloca, é evidente, um problema novo com relação à circulação monetária.

Em primeiro lugar, o capital monetário adicional requerido para a função de capital produtivo crescente é fornecido pela parte do mais-valor realizado que os capitalistas lançam na circulação como capital monetário, e não como forma-dinheiro da renda. O dinheiro já se encontra nas mãos dos capitalistas. Apenas sua aplicação é diferente.

Porém, em consequência do capital produtivo adicional, lança-se agora na circulação, como produto desse capital, uma massa adicional de mercadorias. Com essa massa adicional de mercadorias, uma parte do dinheiro adicional necessário para sua realização é lançada na circulação, na medida em que o valor dessa massa de mercadorias é igual ao valor do capital produtivo consumido para produzi-la. Essa massa monetária adicional é adiantada precisamente como capital monetário adicional e, por conseguinte, reflui para o capitalista por meio da rotação de seu capital. Aqui se apresenta a mesma pergunta com que nos deparamos antes. De onde provém o dinheiro adicional para realizar o mais-valor adicional que agora existe sob a forma-mercadoria?

A resposta geral é, uma vez mais, a mesma. A soma de preços da massa de mercadorias circulante aumentou não porque subiram os preços de uma massa dada de mercadorias, mas porque a massa das mercadorias agora em circulação é maior que a das mercadorias que circulavam antes, sem que isso seja compensado por uma queda dos preços. O dinheiro adicional requerido para a circulação dessa massa maior de mercadorias e de maior valor tem de ser obtido ou por meio de uma economia aumentada da massa monetária circulante – seja mediante a compensação dos pagamentos etc., seja recorrendo a meios que acelerem o curso das mesmas peças monetárias – ou da transformação do dinheiro da forma de tesouro à forma circulante. Isso implica não apenas que o capital monetário em estoque funcione como meio de compra ou de pagamento, ou que o capital monetário, que já funciona como fundo de reserva, circule ativamente para a sociedade enquanto desempenha tal função para seu proprietário (como no caso dos depósitos bancários que são constantemente dados em empréstimo), ou seja, que ele leve a cabo uma dupla função, mas que, além disso, economizem-se os fundos de reserva de moeda [*Münze*] estagnados.

> "Para que o dinheiro flua constantemente como moeda, esta tem de se condensar constantemente em dinheiro. O curso constante da moeda está condicionado por sua constante estagnação em porções maiores ou menores, em fundos de reserva de moeda que surgem em todas as partes no interior da circulação e, ao mesmo tempo, condicionam esta última; fundos cuja formação, distribuição, dissolução e reconstituição variam sempre, cuja existência é sempre evanescente e cuja evanescência está sempre presente. A. Smith expressou essa transformação incessante da moeda em dinheiro e do dinheiro em moeda dizendo que todo possuidor de mercadorias, além da mercadoria particular que vende, precisa ter sempre em estoque certa soma da mercadoria geral com a qual ele compra. Vimos que, na circulação M-D-M, o segundo termo, D-M, fragmenta-se constantemente numa série de compras que não se consumam de uma só vez mas sucessivamente no tempo, de modo que uma porção de D efetua seu curso como moeda, enquanto a outra repousa como dinheiro. Aqui, na realidade, o dinheiro não é mais do que moeda em suspensão, e os diversos componentes da massa de moeda em circulação aparecem sempre, alternadamente, ora numa forma, ora noutra. Essa primeira transformação do meio de circulação em dinheiro representa, assim, um momento puramente técnico do próprio curso do dinheiro." (Karl Marx, *Zur Kritik der politischen Ökonomie*, 1959, p. 105-6 – **O termo "moeda" [*Münze*], em oposição a dinheiro [*Geld*], é aqui empregado para designar o dinheiro em sua função como mero meio de circulação, em contraste com suas demais funções.**)

Quando todos esses meios não são suficientes, é preciso uma produção

adicional de ouro ou, o que dá no mesmo, uma parte do produto adicional tem de ser trocada direta ou indiretamente por ouro, o produto dos países produtores de metais preciosos.

A soma total da força de trabalho e dos meios sociais de produção despendidos na produção anual de ouro e prata como instrumentos da circulação constitui um volumoso lote dos *faux frais* [custos mortos] do modo de produção capitalista e, em geral, do modo de produção fundado na produção de mercadorias. Ela subtrai ao usufruto social uma quantidade correspondente de meios possivelmente suplementares da produção e do consumo, isto é, da riqueza efetiva. Na medida em que, com uma escala dada e constante da produção, ou num dado grau de sua expansão, diminuem os custos dessa dispendiosa maquinaria de circulação, nessa mesma medida é aumentada a força produtiva do trabalho social. Portanto, na medida em que os expedientes desenvolvidos com o sistema de crédito surtem esse efeito, eles incrementam diretamente a riqueza capitalista, seja permitindo que grande parte do processo social de produção e de trabalho se realize sem qualquer intervenção de dinheiro real, seja elevando a capacidade funcional da massa monetária efetivamente operante.

Desse modo, fica resolvida a absurda questão de se a produção capitalista, em seu volume atual, seria possível sem o sistema de crédito (mesmo considerado unicamente *desse* ponto de vista), isto é, se ela seria possível somente com a circulação metálica. Evidentemente, a resposta é negativa. Ela encontraria, antes, barreiras no volume da produção de metais preciosos. Por outro lado, não há porque forjar representações místicas sobre a força produtiva do sistema de crédito, na medida em que este disponibiliza ou movimenta capital monetário. Mas não cabe aqui uma análise mais adequada dessa questão.

* * *

Consideremos, agora, o caso em que se tem não uma acumulação real, isto é, uma ampliação imediata da escala da produção, mas a acumulação, por um período maior ou menor, de uma parte do mais-valor realizado, com o

objetivo de, mais tarde, transformar-se em capital produtivo.

Na medida em que o dinheiro assim acumulado é adicional, a questão é evidente. Ele pode ser apenas parte do ouro adicional importado dos países produtores desse metal. Deve-se observar, aqui, que o produto nacional, em troca do qual esse ouro é importado, já não existe no país. Ele foi remetido ao estrangeiro, em troca de ouro.

Se, ao contrário, pressupõe-se que há no país a mesma massa monetária que antes, isso significa que o dinheiro acumulado – e que está se acumulando – provém da circulação; apenas sua função se transformou. De dinheiro em circulação ele se converteu em capital monetário latente, em processo gradual de formação.

O dinheiro que aqui se acumula é a forma-dinheiro da mercadoria vendida, mais precisamente da parte de seu valor que representa mais-valor para seu possuidor. (O sistema de crédito é aqui pressuposto como inexistente.) O capitalista, que acumula esse dinheiro, vendeu *pro tanto* [nessa proporção], sem comprar.

Se esse processo se apresenta de maneira parcial, nele não há nada a ser explicado. Uma parte dos capitalistas conserva uma parte do dinheiro obtido com a venda de seu produto, sem que, para isso, precisem retirar nenhum produto do mercado. Outra parte, ao contrário, transforma integralmente seu dinheiro em produto, com exceção do capital monetário, sempre recorrente, necessário para manter a produção em marcha. Uma parte do produto lançado no mercado como suporte de mais-valor consiste de meios de produção ou de elementos reais do capital variável, de meios necessários de subsistência. **Ela pode, portanto, servir imediatamente para a ampliação da produção.** Pois de modo algum está pressuposto que uma parte dos capitalistas acumula capital monetário, enquanto a outra consome inteiramente seu mais-valor, mas apenas que uma parte realiza sua acumulação em forma-dinheiro, forma capital monetário latente, enquanto a outra acumula efetivamente, isto é, amplia a escala da produção, realmente expande seu capital produtivo. A massa monetária existente permanece suficiente para as necessidades da circulação mesmo quando uma parte dos capitalistas acumula dinheiro, enquanto a outra amplia a escala da

produção, e vice-versa. A acumulação de dinheiro de uma das partes também pode ser realizada sem dinheiro vivo, mediante a simples acumulação de títulos de dívida [*Schuldforderungen*].

Mas a dificuldade surge quando pressupomos não a acumulação parcial de capital monetário na classe capitalista, mas a acumulação geral. Além dessa classe, não há, segundo nosso pressuposto – do domínio geral e exclusivo da produção capitalista –, absolutamente nenhuma outra classe que não a classe trabalhadora. Tudo o que esta classe compra é igual à soma de seu salário, à soma do capital variável adiantado pela classe capitalista inteira. Esse dinheiro reflui para a classe capitalista mediante a venda de seu produto à classe trabalhadora. Seu capital variável recupera, com isso, sua forma-dinheiro. Suponhamos que a soma do capital variável seja = $x$ × £100, isto é, a soma não do capital adiantado no ano, mas do capital variável empregado; se para adiantar esse capital variável durante o ano se faz necessária, segundo a velocidade da rotação, uma quantidade maior ou menor de dinheiro, é algo que não altera em nada a questão aqui considerada. Com essas $x$ × £100 de capital, a classe capitalista compra certa massa de força de trabalho, ou paga salários a certo número de trabalhadores – primeira transação. Com a mesma soma, os trabalhadores compram dos capitalistas uma quantidade de mercadorias, com o que a soma de $x$ × £100 retorna às mãos dos capitalistas – segunda transação. E isso se repete constantemente. Desse modo, $x$ × £100 jamais poderá capacitar a classe trabalhadora a comprar a parte do produto que representa o capital constante, para não falar da parte em que se representa o mais-valor da classe capitalista. Com as $x$ × £100, os trabalhadores podem comprar apenas uma parcela de valor do produto social igual à parcela de valor na qual se representa o valor do capital variável adiantado.

Desconsiderando o caso em que essa acumulação monetária universal não expressa senão a distribuição do metal precioso adicional importado, em qualquer que seja sua proporção, entre os diversos capitalistas individuais, como faz, portanto, a classe capitalista para acumular dinheiro?

Seria necessário que todos vendessem uma parte de seu produto, sem comprar nada em troca. Não há nada misterioso no fato de que todos

possuam um determinado fundo monetário como um meio de circulação que lançam nesta última para seu consumo, e que uma parcela desse fundo monetário reflua da circulação para cada um de seus possuidores. Mas esse fundo monetário existe, então, precisamente como fundo de circulação, por meio da conversão do mais-valor em dinheiro, mas de modo algum como capital monetário latente.

Considerando-se a questão tal como ela se verifica na realidade, o capital monetário latente, acumulado para seu uso posterior, consiste em:

1. 1. Depósitos bancários. E, em verdade, a soma monetária da qual os bancos realmente dispõem é proporcionalmente pequena. Aqui, o capital monetário só está acumulado de forma nominal. O que está realmente acumulado são títulos, que só podem ser convertidos em dinheiro (quando chegam a isso) porque se produz um equilíbrio entre o dinheiro exigido em retorno e o dinheiro depositado. O que o banco possui como dinheiro é apenas uma soma relativamente pequena.
2. 2. Títulos públicos. Estes não são de modo algum capital, mas meros títulos de dívida sobre o produto anual da nação.
3. 3. Ações. Estas, no caso de não serem fraudulentas, são títulos de propriedade sobre algum capital real pertencente a alguma empresa e constituem uma ordem de pagamento sobre o mais-valor que esse capital gera anualmente.

Em todos esses casos, não há acumulação alguma de dinheiro; o que, por um lado, aparece como acumulação de capital monetário se apresenta, por outro, como dispêndio constante e efetivo de dinheiro. É irrelevante, aqui, se o dinheiro é gasto por quem o possui ou por outrem, seus devedores.

Com base na produção capitalista, o entesouramento, como tal, jamais é o objetivo, mas o resultado, seja de uma paralisação da circulação – quando uma massa de dinheiro maior do que o habitual assume a forma de tesouro –, seja de acumulações condicionadas pela rotação, ou, por fim: o tesouro não é mais do que a criação de um capital monetário que,

provisoriamente fixado sob uma forma latente, destina-se a funcionar como capital produtivo.

Assim, se por um lado uma parte do mais-valor realizado em dinheiro é retirada da circulação e acumulada como tesouro, outra parte do mais-valor é, ao mesmo tempo, constantemente transformada em capital produtivo. Com exceção da distribuição de metal precioso adicional entre os membros da classe capitalista, a acumulação em forma-dinheiro jamais ocorre simultaneamente em todos os pontos.

O que vale para a parte do produto anual que representa mais-valor em forma-mercadoria vale também para a outra parte desse produto. Para sua circulação, requer-se certa soma de dinheiro. Esta pertence à classe capitalista tanto quanto a massa de mercadorias anualmente produzida, que representa mais-valor. Ela é originalmente lançada na circulação pela própria classe capitalista. Por meio da própria circulação, ela se distribui constantemente, de modo renovado, entre os membros dessa classe. Como no caso da circulação da moeda em geral, uma parte dessa massa é bloqueada em pontos sempre variáveis, enquanto outra parte não cessa de circular. Que uma parte dessa acumulação seja intencional, destinada a formar capital monetário, é algo que não altera em nada a questão.

Deixamos de lado, aqui, as aventuras da circulação, graças às quais um capitalista subtrai de outro uma porção de mais-valor ou mesmo de capital, provocando assim uma acumulação e centralização unilaterais tanto de capital monetário como de capital produtivo. Por exemplo, é possível que uma parte do mais-valor subtraído por *A* – e por ele acumulado como capital monetário – seja uma fração do mais-valor de *B*, a qual este não recebe em retorno.

---

[a] No manuscrito (II, p. 119), o texto que segue não forma um capítulo separado. O título é de Engels. (N. E. A.)

[b] Na ed. bras., Livro I, p. 655s. (N. T.)

[c] “Instituições de insegurança” (*institutions of insecurity*) é o termo empregado por Thompson para definir o capitalismo, entendido por ele como um regime baseado na exploração e na humilhação do proletariado. (N. T.)

[d] O correto é 1827. (N. E. A.)

[e] Em Thompson: “e produzidas”. (N. T.)

[f] Subtítulo de Engels. (N. E. A.)

[g] Na ed. bras., Livro I, p. 169s. (N. T.)

[h] O adversário de Tooke aqui referido é Robert Torrens, um dos principais representantes da Currency School. A objeção, parafraseada no texto de Marx, encontra-se no escrito *A Letter to Thomas Tooke, Esq. In Reply to his Objections against the Separation of the Business of the Bank into a Department of Issue, and a Department of Discount* (Londres, [Longman, Hurst, Orme, and Brown,] 1840). (N. E. A.)

[i] Na ed. bras., Livro I, p. 169s. (N. T.)

[j] O correto seria: “£500”. (N. E. A.)

[k] No manuscrito final para a impressão: “produto em ouro”, em vez de “produto monetário”. (N. E. A.)

[l] No manuscrito final para a impressão: “valor-mercadoria”, em vez de “estoque de mercadorias”. (N. E. A.)

[m] No manuscrito final para a impressão: “forma-ouro”. (N. E. A.)

[n] No manuscrito II, as duas últimas frases foram colocadas entre parênteses por Marx, devido ao fato de que as categorias preço de custo e preço de produção ainda não deviam estar desenvolvidas nesse ponto, mas pertenciam, antes, ao assunto do Livro III. (N. E. A.)

[o] Uma exposição exaustiva desse problema pressupõe a explicação da categoria do preço de produção. (N. E. A.)

[p] Na ed. bras., Livro I, p. 178s. (N. T.)

[q] Na ed. bras., Livro I, p. 186. (N. T.)

[1] Embora ainda confundam os dois fenômenos, os fisiocratas são os primeiros a chamar a atenção para o refluxo do dinheiro a seu ponto de partida como forma essencial da circulação do capital, como forma da circulação que medeia a reprodução. “*Jetez les yeux sur le* Tableau économique*, vous verrez que la classe productive donne l’argent avec lequel les autres classes viennent lui acheter des productions, et qu’elles lui rentrent cet argent en revenant l’année suivante faire chez elle les mêmes achats* [...]. *Vous ne voyez donc ici d’autre cercle que celui de la dépense suivie de la reproduction, et de la reproduction suivie de la dépense; cercle qui est parcouru par la circulation de l’argent qui mesure la dépense et la reproduction*” [Observai o *Tableau économique* e vereis que a classe produtiva fornece o dinheiro com o qual as outras classes lhe compram seus produtos, e que estas lhe devolvem esse dinheiro quando, no ano seguinte, voltam a lhes fazer as mesmas compras […]. Aqui, portanto, não vedes outro ciclo senão o dos gastos, seguidos da reprodução, e da reprodução, seguida dos gastos; um ciclo percorrido pela circulação monetária e que mede os gastos e a reprodução”] (Quesnay, *Dialogues sur le commerce et sur les travaux des artisans* [Na primeira e na segunda edição: “*Problèmes économiques*”], em E. Daire (org.), *Physiocrates*, cit., I, p. 208-9). “*C’est cette avance et cette rentrée continuelle des capitaux qu’on doit appeler la circulation de l’argent, cette circulation utile et féconde qui anime tous les travaux de la société, qui entretient le mouvement et la vie dans le corps politique et qu’on a grande raison de comparer à la circulation du sang dans la corps animal*” [É esse adiantamento e esse refluxo contínuos dos capitais que constituem aquilo que se deve chamar circulação monetária, essa circulação útil e fecunda que anima todos os trabalhos da sociedade, que conserva o movimento e a vida no corpo político e que, com toda razão, é comparada à circulação do sangue no corpo animal]

(Turgot, “Réflexions etc.”, em E. Daire (org.), *Œuvres*, I, p. 45). (F. E.)

[r] Na ed. bras., Livro I, p. 187-9. (N. T.)

[s] Na edição inglesa do Livro I, de 1886, consta a seguinte “nota do tradutor”, provavelmente redigida por Engels: “Essa palavra” (*currency*) “é aqui empregada em seu significado original de curso [*course*] ou percurso [*track*] realizado pelo dinheiro à medida que muda de mãos, curso este que se distingue essencialmente da circulação [*circulation*]” (Karl Marx, *Capital: a Critique of Political Economy. Volume 1: The Process of Capitalist Production. Translated from the Third German Edition, by Samuel Moore and Edward Aveling, and edited by Frederick Engels*, Chicago, Charles H. Kerr & Company, 1909, p. 128-9, nota 2). (N. T.)

[t] Subtítulo de Engels. (N. E. A.)

# Seção III

# A REPRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL TOTAL[a]

[a] O título é de Engels. No manuscrito II, p. 130, figura este outro: “Terceiro capítulo. As condições reais dos processos de circulação e de reprodução”. (N. E. A.)

# Capítulo 18[1]

## Introdução[a]

### I. Objeto da investigação

O processo imediato de produção do capital é seu processo de trabalho e valorização, processo cujo resultado é o produto-mercadoria e cujo motivo determinante é a produção de mais-valor.

O processo de reprodução do capital abarca tanto o processo direto de produção como as duas fases do processo de circulação propriamente dito, isto é, o ciclo inteiro, que, como processo periódico – processo que se repete sempre de novo em determinados períodos –, constitui a rotação do capital.

Quer consideremos o ciclo na forma D…D’ ou na forma P…P, o próprio processo direto de produção constitui sempre apenas um elo desse ciclo. Numa forma, ele aparece como mediação do processo de circulação; na outra, o processo de circulação aparece como sua mediação. Em ambas as formas, a constante renovação, a constante reapresentação do capital como capital produtivo é condicionada por suas metamorfoses no processo de circulação. Por outro lado, o processo constantemente renovado de produção é a condição das metamorfoses que o capital experimenta constantemente na esfera da circulação, a condição de sua representação alternada como capital monetário e capital-mercadoria.

Cada capital singular, no entanto, forma apenas uma fração autonomizada do capital social total – uma fração dotada, por assim dizer, de vida individual –, assim como cada capitalista singular não é mais que um elemento individual da classe capitalista. O movimento do capital social consiste da totalidade dos movimentos de suas frações

autonomizadas, das rotações dos capitais individuais. Do mesmo modo como a metamorfose das mercadorias singulares é um elo da cadeia de metamorfoses do mundo das mercadorias – da circulação de mercadorias –, assim também a metamorfose do capital individual, sua rotação, é um elo no ciclo do capital social.

Esse processo inteiro compreende tanto o consumo produtivo (o processo direto de produção), com as mutações de forma (materialmente consideradas, as trocas) que lhe servem de mediação, quanto o consumo individual, com as mutações de forma ou trocas que o tornam possível. Ele abarca, por um lado, a conversão de capital variável em força de trabalho e, assim, a incorporação da força de trabalho no processo de produção capitalista. Aqui o trabalhador se apresenta como vendedor de sua mercadoria, a força de trabalho, e o capitalista como comprador desta última. Por outro lado, na venda das mercadorias está incluída a compra destas pela classe trabalhadora, ou seja, seu consumo individual. Aqui a classe trabalhadora se apresenta como compradora, e os capitalistas como vendedores de mercadorias aos trabalhadores.

A circulação do capital-mercadoria implica a circulação do mais-valor, ou seja, as compras e vendas por meio das quais os capitalistas realizam seu consumo individual, o consumo do mais-valor.

O ciclo dos capitais individuais, considerados em seu conjunto como capital social, ou seja, em sua totalidade, compreende não apenas a circulação do capital, mas também a circulação geral das mercadorias. Primordialmente, esta última só pode consistir de dois componentes: 1) o próprio ciclo do capital e 2) o ciclo das mercadorias que entram no consumo individual, ou seja, das mercadorias nas quais o trabalhador gasta seu salário e o capitalista, seu mais-valor (ou parte dele). Sem dúvida, o ciclo do capital inclui também a circulação do mais-valor, na medida em que este último forma parte do capital-mercadoria, assim como a transformação de capital variável em força de trabalho inclui o pagamento do salário. Mas o gasto desse mais-valor e salário em mercadorias não constitui um elo da circulação de capital, embora o gasto do salário condicione, ao menos, tal circulação.

No Livro I, analisamos o processo de produção capitalista tanto como processo isolado quanto como processo de reprodução: a produção do mais-valor e a produção do próprio capital. Pressupusemos, sem nos determos demoradamente em seu exame, a mudança de forma e de matéria que o capital sofre no interior da esfera da circulação. Partimos, portanto, do pressuposto de que o capitalista, por um lado, vende o produto pelo seu valor e, por outro, encontra os meios materiais [*sachlichen*] de produção na esfera da circulação para reiniciar o processo ou continuá-lo ininterruptamente. Os únicos atos no interior da esfera da circulação no qual tivemos de nos deter foram a compra e a venda da força de trabalho como condição fundamental da produção capitalista.

Na primeira seção do Livro II, consideramos as diversas formas que o capital assume em seu ciclo e as diversas formas desse próprio ciclo. Ao tempo de trabalho analisado no Livro I acrescenta-se agora o tempo de circulação.

Na segunda seção, consideramos o ciclo em sua periodicidade, isto é, como rotação. Mostramos, por um lado, como os distintos componentes do capital (fixo e circulante) completam o ciclo das formas em diferentes intervalos de tempo e de diferentes modos; por outro lado, investigamos as circunstâncias pelas quais é condicionada a diferente duração do período de trabalho e do período de circulação. Evidenciamos a influência que o período cíclico e a proporção diversa de seus componentes exerce sobre o volume do próprio processo de produção, assim como sobre a taxa anual de mais-valor. Na realidade, se na primeira seção consideramos principalmente as formas sucessivas que o capital constantemente adota e abandona em seu ciclo, na segunda seção estudamos como, no âmbito desse fluxo e dessa sucessão de formas, um capital de dada grandeza se divide simultaneamente, ainda que em volume variável, entre as diversas formas de capital produtivo, capital monetário e capital-mercadoria, de tal modo que estas não só se alternam entre si, mas diferentes partes do valor total de capital se encontram e atuam constantemente, uma ao lado das outras, nesses diferentes estados. Particularmente o capital monetário se apresentou com uma peculiaridade que não se evidenciara no Livro I. Encontramos

determinadas leis segundo as quais, para manter constantemente em funcionamento um capital produtivo de um dado volume, faz-se necessário adiantar e repor constantemente, sob a forma de capital monetário e segundo as condições da rotação, os componentes de grandeza desigual de um dado capital.

Porém, tanto na primeira como na segunda seção trata-se de um capital individual, do movimento de uma parte autonomizada do capital social.

Mas os ciclos dos capitais individuais se entrelaçam, pressupõem e condicionam uns aos outros, constituindo, precisamente nesse entrelaçamento, o movimento do capital social total. Assim como na circulação simples de mercadorias a metamorfose inteira de uma mercadoria aparecia como elo da série de metamorfoses do mundo das mercadorias, agora a metamorfose do capital individual aparece como elo da série de metamorfoses do capital social. Mas se a circulação simples de mercadorias de modo algum incluía necessariamente a circulação do capital – uma vez que tal circulação pode ter lugar sobre a base de uma produção não-capitalista –, o ciclo do capital social total, como já observado, inclui também a circulação de mercadorias que não faz parte do ciclo do capital individual, isto é, a circulação de mercadorias que não constitui capital.

Cabe considerar, agora, o processo de circulação (que, em sua totalidade, é uma forma do processo de reprodução) dos capitais individuais como componentes do capital social total, ou seja, o processo de circulação desse capital social total.

## II. O papel do capital monetário[b]

{Embora o que segue faça parte do fim desta seção, o examinaremos de imediato, a saber, o capital monetário considerado como componente do capital social total.}

Na consideração da rotação do capital individual, o capital monetário mostrou-se sob dois aspectos.

Primeiro. Ele constitui a forma na qual o capital individual entra em cena, inaugura seu processo como capital. Aparece, assim, como o *primus*

*motor* [primeiro motor][c] a mover o processo inteiro.

Segundo. De acordo com a variação na extensão do período de rotação e na proporção de suas partes constitutivas – período de trabalho e período de circulação –, o componente do valor de capital adiantado que tem de ser constantemente adiantado e renovado em forma-dinheiro varia em proporção ao capital produtivo que esse componente põe em movimento, isto é, em proporção à escala contínua da produção. Qualquer que seja essa proporção, em todas as circunstâncias a parcela do valor de capital em movimento que pode atuar constantemente como capital produtivo é limitada pela parcela do valor de capital adiantado que tem sempre de existir sob a forma-dinheiro, ao lado do capital produtivo. Aqui se trata somente da rotação normal, de uma média abstrata, e se desconsidera o capital monetário adicional para a compensação de interrupções da circulação.

*Sobre o primeiro ponto*. A produção de mercadorias pressupõe a circulação de mercadorias, e esta pressupõe a apresentação da mercadoria como dinheiro, a circulação monetária; a duplicação da mercadoria em mercadoria e dinheiro é uma lei da apresentação do produto como mercadoria. Do mesmo modo, a produção capitalista de mercadorias – considerada tanto social como individualmente – pressupõe o capital em forma-dinheiro, ou o capital monetário como *primus motor* para todo novo negócio que se inicia e como motor contínuo. O capital circulante, em especial, pressupõe a repetida aparição, em intervalos mais breves, do capital monetário como motor. A totalidade do valor de capital adiantado, isto é, todos os componentes do capital que consistem de mercadorias – força de trabalho, meios de trabalho e materiais de produção –, tem de ser constantemente comprada, por sucessivas vezes. O que aqui vale para o capital individual, vale também para o capital social, que só funciona na forma de muitos capitais individuais. Entretanto, como já mostramos no Livro I, disso não se segue de modo algum que, no que diz respeito aos seus limites *absolutos*, o campo de funcionamento do capital, a escala da produção, inclusive sobre a base capitalista, dependa do volume do capital monetário em funcionamento.

Ao capital se incorporam elementos de produção cuja expansão, dentro de certos limites, é independente da grandeza do capital monetário adiantado. No caso do pagamento igual da força de trabalho, esta pode ser explorada com mais força, de modo extensivo ou intensivo. Se com essa exploração reforçada aumenta o capital monetário (isto é, eleva-se o salário), isso não ocorrerá proporcionalmente, ou seja, *pro tanto*.

A matéria natural produtivamente explorada – a terra, o mar, os minerais, as florestas etc. –, que não constitui elemento algum de valor do capital, é explorada num grau mais elevado, de forma intensiva ou extensiva, com um esforço maior do mesmo número de forças de trabalho, sem um adiantamento maior de capital monetário. Desse modo, os elementos reais do capital produtivo são aumentados sem a necessidade de um acréscimo de capital monetário. Na medida em que tal acréscimo for necessário para materiais auxiliares adicionais, o capital monetário, no qual é adiantado o valor de capital, não aumentará proporcionalmente à ampliação da eficácia do capital produtivo, isto é, não aumentará *pro tanto*.

O mesmo meio de trabalho e, assim, o mesmo capital fixo podem ser utilizados com maior eficácia mediante o prolongamento de seu tempo diário de uso ou a intensificação de seu emprego, sem um desembolso adicional para o capital fixo. Nesse caso, ocorre apenas uma rotação mais rápida do capital fixo, mas também os elementos de sua reprodução são fornecidos com maior rapidez.

Abstraindo da matéria natural, as forças naturais gratuitas podem ser incorporadas ao processo de produção, como agentes, com maior ou menor eficácia. O grau de sua eficácia depende de métodos e avanços sem custo ao capitalista.

O mesmo vale para a combinação social da força de trabalho no processo de produção e a destreza acumulada dos trabalhadores individuais. Carey[d] calcula que o proprietário fundiário jamais recebe o suficiente, porquanto não lhe é pago todo o capital ou todo o trabalho que desde tempos imemoriais foi investido no solo a fim de lhe conferir sua capacidade de produção atual. (Naturalmente, nenhuma palavra é dita sobre a capacidade de produção da qual o solo é roubado.) Com base nisso, o

trabalhador individual teria de ser pago de acordo com o trabalho que custou a toda a espécie humana fazer de um selvagem um mecânico moderno[e]. Ao contrário, dever-se-ia dizer: calculando-se todo o trabalho não pago realizado no solo e convertido em dinheiro por proprietários fundiários e capitalistas, todo o capital já investido nesse solo foi reembolsado, com juros, por diversas vezes, o que significa que, há muito tempo, a sociedade já recomprou por diversas vezes a propriedade fundiária.

O aumento da força produtiva do trabalho, se não pressupõe um desembolso adicional de valores de capital, decerto aumenta, no primeiro momento, a massa do produto, mas não seu valor, a não ser quando possibilita reproduzir mais capital constante com o mesmo trabalho e, assim, preservar seu valor. Mas tal aumento forma, ao mesmo tempo, um novo *material* para o capital, isto é, a base de uma acumulação aumentada de capital.

Na medida em que a organização do próprio trabalho social e, por conseguinte, o aumento da força produtiva social exigem que se produza em larga escala, de modo que os capitalistas individuais adiantem grandes massas de capital monetário, mostramos no Livro I[f] que isso ocorre, em parte, mediante a centralização[g] dos capitais em poucas mãos, sem que se faça necessário um crescimento absoluto do volume dos valores de capital atuantes e, por conseguinte, tampouco do volume do capital monetário no qual eles são adiantados. Os capitais individuais, por meio de sua centralização em poucas mãos, podem ter sua grandeza aumentada sem que aumente sua soma social. Trata-se apenas de uma distribuição modificada dos capitais individuais.

Por último, na seção anterior mostramos como a redução do período de rotação permite movimentar tanto o mesmo capital produtivo com menos capital monetário quanto mais capital produtivo com o mesmo capital monetário.

No entanto, isso tudo não guarda relação alguma com o verdadeiro problema do capital monetário. É apenas a evidência de que o capital adiantado – uma dada soma de valor que, em sua forma livre, sua forma de

valor, consiste de certa soma de dinheiro –, depois de transformado em capital produtivo, inclui potências produtivas cujos limites não estão dados pelos limites de valor desse capital, mas que podem atuar de modo distinto, extensiva ou intensivamente, no interior de um dado campo de ação. Estando dados os preços dos elementos de produção – os meios de produção e a força de trabalho –, determina-se a grandeza do capital monetário necessária para comprar determinada quantidade desses elementos de produção existentes como mercadorias. Ou, em outras palavras, determina-se a grandeza de valor do capital que deve ser adiantado. Mas o volume em que esse capital atua como formador de valor e de produto é elástico e variável.

*Sobre o segundo ponto*. É evidente que a parte do trabalho social e dos meios de produção que precisa ser anualmente gasta para produzir ou comprar o ouro[h] destinado a repor as moedas metálicas desgastadas é *pro tanto* [proporcionalmente] uma redução do volume da produção social. Porém, no que diz respeito ao valor monetário[i] que funciona, em parte, como meio de curso e, em parte, como tesouro, tal valor existe, foi adquirido, está presente ao lado da força de trabalho, dos meios de produção produzidos e das fontes naturais da riqueza. Ele não pode ser considerado uma barreira imposta a esses elementos. Por meio de sua transformação em elementos de produção, da troca com outros povos, poder-se-ia ampliar a escala da produção. Isso pressupõe, no entanto, que o dinheiro continue a desempenhar seu papel como dinheiro mundial.

De acordo com a grandeza do período de rotação, uma massa maior ou menor de capital monetário é necessária para pôr em movimento o capital produtivo. Do mesmo modo, vimos que a divisão do período de rotação em tempo de trabalho e tempo de circulação condiciona um aumento do capital latente ou suspenso em forma-dinheiro.

Na medida em que o período de rotação é determinado pela duração do período de trabalho, isto ocorre mantendo-se inalteradas as demais condições, pela natureza material do processo de produção, isto é, não pelo caráter social específico desse processo. Sobre a base da produção capitalista, no entanto, operações mais extensas, de maior duração, exigem

adiantamentos maiores de capital monetário, por um período mais longo. A produção em tais esferas depende, assim, dos limites dentro dos quais o capitalista dispõe de capital monetário. Tais limites são transpostos pelo sistema de crédito e as associações a ele vinculadas, como, por exemplo, as sociedades por ações. As perturbações no mercado monetário paralisam esses negócios, enquanto estes, por sua vez, causam perturbações no mercado.

Sobre a base de uma produção socializada, será preciso determinar a escala em que essas operações – que, por um longo tempo, subtraem força de trabalho e meios de produção, sem fornecer, nesse ínterim, qualquer produto como efeito útil – poderão ser executadas sem prejudicar os ramos da produção que, de maneira contínua ou várias vezes por ano, não só subtraem força de trabalho e meios de produção como também fornecem meios de subsistência e de produção. Na produção socializada, tal como na capitalista, os trabalhadores que operam em ramos de negócios com períodos de trabalho mais curtos continuarão a retirar produtos apenas por um período relativamente curto, sem restituir produto algum, ao passo que os ramos de negócios com períodos prolongados de trabalho subtrairão produtos de maneira contínua – e durante intervalos mais longos – antes de restituir alguma coisa. Essa circunstância deriva, portanto, das condições materiais [*sachlichen*] do respectivo processo de trabalho, não de sua forma social. Na produção socializada, o capital monetário deixa de existir. A sociedade distribui a força de trabalho e os meios de produção entre os diversos ramos de negócios. Os produtores podem, por exemplo, receber vales de papel, com os quais podem retirar dos estoques sociais de consumo a quantidade de produtos correspondente ao seu tempo de trabalho. Esses vales não são dinheiro. Não circulam.

Vemos que, na medida em que a necessidade de capital monetário provém da duração do período de trabalho, este é condicionado por duas circunstâncias. *Primeiramente*, que o dinheiro é, em geral, a forma que todo capital individual (abstraindo do crédito) tem de assumir para se transformar em capital produtivo; isso deriva da essência da produção capitalista e, em geral, da essência da produção de mercadorias. *Em*

*segundo lugar*, que a grandeza do adiantamento necessário em dinheiro[j] provém da circunstância de que, durante um intervalo mais longo, força de trabalho e meios de produção são constantemente subtraídos à sociedade, sem que, durante esse período, restitua-se a ela um produto que possa ser reconvertido em dinheiro. A primeira circunstância, a de que o capital a ser adiantado tenha de sê-lo sob a forma-dinheiro, não é suprimida pela própria forma desse dinheiro, seja ela a de dinheiro metálico, dinheiro creditício, signo de valor etc. A segunda circunstância não é de modo algum afetada pela identidade do meio monetário ou pela forma de produção, que permitem que trabalho, meios de subsistência e meios de produção sejam subtraídos à sociedade sem lançar, em retorno, um equivalente na circulação.

---

[1] Do manuscrito II. [F. E.]

[a] Título e subtítulo acrescentados por Engels. (N. E. A.)

[b] Acréscimo de Engels. (N. E. A.)

[c] Para Aristóteles, deve haver um primeiro movente que é a causa inicial de todos os movimentos do Universo. Esse primeiro motor imóvel (*primum mobile immotum*) é necessariamente uno e eterno (cf. Aristóteles, *Física*, livro VIII, cap. 5). (N. T.)

[d] No manuscrito (II, p. 131): "O inepto Carey [...]". (N. T.)

[e] No manuscrito (II, p. 131): "um mecânico ianque". (N. T.)

[f] Na ed. bras., Livro I, p. 699-704, 830-3. (N. T.)

[g] Engels substituiu o conceito "concentração", conforme consta no manuscrito II, por "centralização", baseando-se na modificação correspondente realizada na edição francesa do Livro I de *O capital*, de 1872-1875, e na terceira edição alemã, de 1883. (N. E. A.)

[h] No manuscrito (II, p. 131): "ouro" [*Gold*] em vez de "dinheiro" [*Geld*]. (N. T.)

[i] No manuscrito (II, p. 131): "estoque de dinheiro" em vez de "valor monetário". (N. T.)

[j] No manuscrito (II, p. 132): "e a duração desse adiantamento". (N. T.)

# Capítulo 19[1]

## Exposições anteriores do mesmo objeto[a]

### I. Os fisiocratas

O *Tableau économique* de Quesnay mostra, em poucas linhas gerais, como um resultado anual da produção nacional, determinado em relação ao valor, distribui-se mediante a circulação, de tal modo que, mantendo-se invariáveis as demais circunstâncias, pode-se operar sua reprodução simples, isto é, sua reprodução na mesma escala. O que constitui o ponto de partida do período de produção é propriamente a colheita do ano anterior. Os incontáveis atos individuais de circulação são imediatamente reunidos em seu movimento social de massas característico – a circulação entre grandes classes econômicas da sociedade, funcionalmente determinadas. O que aqui nos interessa é: uma parte do produto total – que, como toda outra parte de tal produto, representa, na qualidade de objeto de uso, um resultado novo do trabalho realizado no ano transcorrido – é, ao mesmo tempo, o mero suporte de um valor de capital passado, que reaparece sob a mesma forma natural. Tal parte não circula, mas permanece nas mãos de seus produtores, da classe dos arrendatários, para ali reiniciar seu serviço de capital. Nessa parte constante do capital do produto anual, Quesnay inclui também elementos que não pertencem a ela, mas desemboca, de qualquer modo, na questão principal, graças aos limites de seu horizonte, no qual a agricultura é a única esfera em que a aplicação do trabalho humano gera mais-valor, ou seja, do ponto de vista capitalista, a única esfera realmente produtiva. Nesse terreno (a agricultura), o processo econômico de reprodução, seja qual for seu caráter social específico, entrelaça-se sempre com um processo natural de reprodução. As condições palpáveis

deste último processo esclarecem as condições do primeiro e afastam uma confusão de pensamento provocada exclusivamente pela miragem da circulação.

O rótulo de um sistema é diferente do de outro artigo, entre outras coisas, pelo fato de que ele ludibria não só o comprador, mas, com frequência, também o vendedor. O próprio Quesnay e seus discípulos mais próximos acreditavam no emblema feudal de seu produto. Nele continuam a acreditar, até os dias de hoje, nossos diplomados. Na verdade, porém, o sistema fisiocrata é a primeira formulação sistemática da produção capitalista. O representante do capital industrial – da classe dos arrendatários – dirige o movimento econômico inteiro. A agricultura é praticada de modo capitalista, isto é, como empreendimento em grande escala do arrendatário capitalista; o cultivador direto do solo é assalariado. A produção fabrica não apenas os artigos de uso, mas também seu valor; sua mola propulsora é, no entanto, o ganho de mais-valor, cujo berço é a esfera da produção, não da circulação. Entre as três classes que figuram como portadoras do processo social de reprodução mediado pela circulação, o explorador imediato do trabalho "produtivo" – o produtor do mais-valor, o arrendatário capitalista – distingue-se daqueles que são meros apropriadores do mais-valor.

O caráter capitalista do sistema fisiocrata, mesmo durante seu florescimento, despertou a oposição, de um lado, de Linguet e Mably[b] e, de outro, dos defensores do livre minifúndio[c].

* * *

O retrocesso de A. Smith[2] na análise do processo de reprodução é digno de nota não só porque ele desenvolve as análises corretas de Quesnay – por exemplo, seus "*avances primitives*" [adiantamentos originários] e "*avances annuelles*" [adiantamentos anuais], que ele generaliza em capital "fixo" e capital "circulante"[3] –, mas porque, em certas passagens, reincide inteiramente em equívocos fisiocratas. Para demonstrar, por exemplo, que o arrendatário produz um valor maior do que qualquer outro tipo de

capitalista, ele diz:

"Nenhum capital põe em movimento uma quantidade maior de trabalho produtivo que o capital do arrendatário. Não apenas seus serviçais, mas seu gado são trabalhadores produtivos." (Quanta gentileza para com os serviçais!) "Na agricultura, também a natureza *trabalha* ao lado do homem; e, embora *o trabalho dela não custe nada*, seu produto tem *seu valor, assim como o produto do trabalhador mais bem remunerado*. As operações mais importantes da agricultura parecem voltadas não tanto a aumentar a fertilidade da natureza, embora também a aumentem, mas a dirigi-la para a produção das plantas mais proveitosas ao homem. Um campo coberto de espinhos e sarças costuma produzir uma quantidade de vegetais tão grande quanto o vinhedo ou o trigal mais bem cultivado. Frequentemente, a semeadura e o cultivo servem mais para regular do que para estimular a fertilidade ativa da natureza; e depois que os primeiros terminaram seu trabalho, ainda resta a esta última boa parte de seu trabalho por fazer. Portanto, os trabalhadores e o gado de trabalho" (*sic*!) "empregados na agricultura não só ocasionam a reprodução de um valor que, como no caso dos trabalhadores nas manufaturas, é igual a seu próprio consumo e[d] ao capital que os emprega, juntamente com os lucros dos possuidores desse capital, mas a reprodução de um valor muito maior. Além do capital do arrendatário e todos os seus lucros, eles ocasionam regularmente a reprodução da renda do proprietário fundiário. Essa renda pode ser considerada o produto daquelas forças da natureza, cujo uso o proprietário fundiário empresta ao arrendatário. Ela é maior ou menor de acordo com a suposta extensão dessas forças, ou, em outras palavras, de acordo com a suposta fertilidade natural ou artificialmente obtida da terra. Depois de deduzido e compensado tudo o que se pode considerar como obra do homem, o que resta é a obra da natureza. Esta é raramente menos do que ¼ e, com frequência, chega a mais de ⅓ do produto total. Nenhuma quantidade igual de trabalho produtivo, empregada nas manufaturas, poderia jamais ocasionar uma reprodução tão grande. Nas manufaturas, a natureza não faz nada, o homem [faz] tudo; e a reprodução tem sempre de ser proporcional à força dos agentes que a efetuam. Por isso, o capital empregado na agricultura não só põe em movimento uma quantidade maior de trabalho produtivo do que qualquer outro capital equivalente empregado nas manufaturas como, em proporção à quantidade de trabalho produtivo por ele empregado, adiciona um valor muito maior ao produto anual da terra e do trabalho de um país, à riqueza e à renda reais de seus habitantes." (Livro II, cap. 5, p. 242-3)

No Livro II, cap. 1, diz A. Smith:

"O valor inteiro da semente é também, propriamente, um capital fixo."

Aqui, portanto, capital = valor de capital; ele existe em forma "fixa".

"Embora a semente vá e volte entre o solo e o celeiro, ela jamais muda de dono e, por isso, não circula propriamente. O arrendatário não obtém seu lucro vendendo-a, mas fazendo-a crescer." (p. 186)

A estreiteza da visão reside aqui no fato de que Smith, do mesmo modo

como Quesnay, antes dele, não vê na reaparição do valor do capital constante sob uma forma nova um importante fator do processo de reprodução, mas apenas mais uma exemplificação – e, ainda por cima, falsa – da distinção que ele introduz entre capital circulante e capital fixo. Na transposição smithiana dos termos "*avances primitives*" e "*avances annuelles*" em "*fixed capital*" e "*circulating capital*" o progresso consiste na palavra "capital", cujo conceito se universaliza, torna-se independente da atenção particular à esfera de aplicação agrícola, característica dos fisiocratas; o retrocesso está em conceber "fixo" e "circulante" como as diferenças decisivas e aferrar-se a essa concepção.

## II. Adam Smith[e]

### 1. Os pontos de vista gerais de Smith estoque de mercadorias propriamen[f]

No Livro I, cap. 6, p. 42, A. Smith afirma:

"Em toda sociedade, o preço de cada mercadoria termina por se decompor em uma ou outra dessas três partes" (salários, lucro, renda fundiária), "ou em todas as três; e, em toda sociedade avançada, todas as três, em maior ou menor medida, são partes integrantes do preço da maior parte das mercadorias"[4]; ou, como ele continua, na p. 43: "Salário, lucro e renda fundiária são as *três fontes originárias* de toda renda, assim como de *todo valor de troca*".

Mais adiante, analisaremos com mais detalhes essa doutrina de A. Smith sobre os "componentes do preço das mercadorias" ou de "todo valor de troca". Ele prossegue:

> "Se isso vale para toda mercadoria particular, considerada isoladamente, é preciso que também valha para a totalidade das mercadorias que compõem o *produto anual total* da terra e do trabalho de cada país. O *preço ou valor de troca total* desse produto anual tem necessariamente de *se decompor* nas mesmas três partes e *ser distribuído* entre os diversos habitantes do país, seja como *salário* por seu trabalho, *lucros* de seu capital, ou *renda* de sua terra." (Livro II, cap. 2, p. 190)

Depois de ter decomposto o preço de todas as mercadorias, individualmente consideradas, assim como "o preço ou valor de troca total […] do produto anual da terra e do trabalho de cada país", em três fontes de renda para o assalariado, o capitalista e o proprietário da terra – salário, lucro e renda fundiária –, A. Smith se vê obrigado a tomar um atalho e introduzir de contrabando um quarto elemento, a saber, o elemento do capital. Isso se realiza por meio da distinção entre renda bruta e renda líquida:

> "A renda *bruta* de todos os habitantes de um grande país compreende o *produto anual total* de sua terra e de seu trabalho; a renda *líquida* compreende a parte que lhes fica disponível *depois de deduzidos os custos de manutenção*, em primeiro lugar, de seu capital fixo e, em segundo lugar, de seu *capital circulante*, ou seja, a parte que, sem afetar seu capital, eles podem incluir em seu fundo de consumo ou gastar para sua subsistência, conforto e prazer. Do mesmo modo, sua riqueza real é proporcional não à sua renda bruta, mas à sua renda líquida." (Ibidem, p. 190)

Sobre isso, cabe observar:

4. A. Smith ocupa-se expressamente, aqui, apenas da reprodução simples, não da reprodução em escala ampliada ou acumulação; ele fala apenas dos gastos para a manutenção (*maintaining*) do capital em funcionamento. A renda "líquida" é igual à parte do produto anual, seja da sociedade, seja do capitalista individual, que pode entrar no "fundo de consumo", mas o volume desse fundo não deve afetar o capital em funcionamento (*encroach upon capital*). Logo, uma parcela de valor do produto individual, assim como do social, não se decompõe em salário, nem em lucro ou renda fundiária, mas em capital.

5. A. Smith foge de sua própria teoria com a ajuda de um jogo de palavras, distinguindo entre *gross* e *net revenue*, renda bruta e renda líquida. Tanto o capitalista individual como a classe inteira dos capitalistas, ou seja, a chamada nação, recebe, no lugar do capital consumido na produção, um produto-mercadoria cujo valor, representável em partes proporcionais desse próprio produto, repõe, por um lado, o valor de capital empregado, constituindo assim uma renda ou, no sentido mais literal da palavra, um rédito (*revenu*, particípio de *revenir*, retornar),

mas, *nota bene*, uma renda de capital ou, ainda, um rédito de capital; por outro lado, componentes de valor "distribuídos entre os diversos habitantes do país, seja como *salário* por seu trabalho, *lucros* de seu capital ou *renda* de sua terra" – ou seja, tudo aquilo que, na vida cotidiana, entende-se por renda. Desse modo, o valor do produto integral constitui uma renda para outrem, para o capitalista individual ou para o país inteiro, mas há, por um lado, um rédito de capital e, por outro, "rendas" que diferem desse rédito. Assim, o que havia sido eliminado da análise do valor da mercadoria em seus diversos componentes é agora sorrateiramente reintroduzido por meio da ambiguidade da palavra "*revenue*". Mas só podem ser "apropriados" aqueles componentes de valor do produto que já existiam neste. Se o *capital* há de ser ganho como renda, é preciso que ele tenha sido previamente gasto.

Prossegue A. Smith:

> "A mais baixa taxa de lucro ordinária tem de ser sempre maior do que aquela suficiente para compensar as perdas ocasionais a que está exposta toda utilização de capital. Apenas esse excedente representa o lucro puro ou líquido."

{Que capitalista entende por lucro os desembolsos necessários de capital?}

> "O que se chama lucro bruto costuma abranger não só esse excedente como também a parte retida para compensar tais perdas extraordinárias." (Livro I, cap. 9, p. 72)

Mas isso significa apenas que uma parte do mais-valor, considerada como parte do lucro bruto, deve constituir um fundo de seguros para a produção. Esse fundo de seguros é criado por uma parte do trabalho excedente, que, desse modo, produz diretamente capital, isto é, o fundo destinado à reprodução. No que concerne ao desembolso para a "manutenção" do capital fixo etc. (vejam-se as passagens citadas anteriormente), a reposição com capital novo do capital fixo consumido não constitui um novo investimento de capital, mas apenas a renovação do velho valor de capital sob uma nova forma. Mas no que diz respeito à reparação do capital fixo, que A. Smith inclui também entre os custos de manutenção,

seu custo integra o preço do capital adiantado. O fato de o capitalista, em vez de ter de investir esse capital de uma só vez, poder investi-lo gradualmente, à medida que isso se faça necessário e tomando-o de um lucro já obtido, não altera em nada a fonte desse lucro. O componente de valor do qual esse lucro provém demonstra apenas que o trabalhador fornece trabalho excedente tanto para o fundo de seguros como para o de reparações.

As explicações de A. Smith sobre o capital fixo se reduzem, de fato, a sustentar que este constitui a parte do capital adiantado que está fixa no processo de produção, ou, como diz ele à página 187, que "fornece ganho ou lucro sem necessidade de circular ou mudar de proprietário", ou, como se lê à página 185, é a parte que "permanece em sua posse" (na do usuário), "ou que se conserva na mesma forma"[g].

A. Smith nos explica, agora, que é necessário excluir da renda líquida, isto é, da renda em sentido específico, todo o capital fixo, mas também a parte integral do capital circulante requerida para a manutenção e para o reparo do capital fixo, assim como para sua renovação; na realidade, todo capital que não exista numa forma natural destinada ao fundo de consumo.

> "Todo o gasto para a manutenção do capital fixo tem evidentemente de ser excluído da renda líquida da sociedade. Nem os materiais necessários para manter em boas condições máquinas e instrumentos industriais úteis […] nem o produto do trabalho necessário para moldar esses materiais em sua forma adequada podem jamais formar parte dessa renda. O *preço* desse trabalho pode, de fato, constituir uma parte dela, já que os trabalhadores assim ocupados podem lançar o valor total de seu salário em seu fundo reservado para o consumo direto. Mas em outros tipos de trabalho tanto o *preço*" {isto é, o salário pago por esse trabalho} "como o *produto*" {no qual esse trabalho se incorpora} "entram nesse fundo de consumo; o preço entra no fundo de consumo dos trabalhadores, o produto no de outras pessoas, cuja subsistência, conforto e prazeres são aumentados pelo trabalho desses trabalhadores." (Livro II, cap. 2, p. 190-1)

Adam Smith depara-se, nesse momento, com uma distinção muito importante entre os trabalhadores que atuam na produção de *meios de produção* e aqueles que atuam na produção direta de *meios de consumo*. O valor do produto-mercadoria dos primeiros contém um componente igual à soma dos salários, ou seja, ao valor da parcela de capital investida na compra de força de trabalho; essa parcela de valor existe corporalmente

como certa cota dos meios de produção produzidos por esses trabalhadores. O dinheiro que recebem como salário constitui, para eles, uma renda, mas seu trabalho não produziu produtos consumíveis, nem para si mesmos, nem para outrem. Por si mesmos, esses produtos não constituem, pois, elemento algum da parte do produto anual destinada a fornecer o fundo social de consumo, a única esfera na qual a "renda líquida" é realizável. Adam Smith se esquece de acrescentar aqui que o que vale para os salários vale também para o componente de valor dos meios de produção, que, como mais-valor, constitui, sob as categorias de lucro e renda fundiária, a renda (em primeira instância) do capitalista industrial. Tais componentes de valor existem também nos meios de produção, em produtos não consumíveis; somente depois de transformados em dinheiro é que podem retirar dos meios de consumo produzidos pelo segundo tipo de trabalhadores uma quantidade adequada a seu preço e transferi-la ao fundo de consumo individual de seus possuidores. Com tanto mais razão, no entanto, Adam Smith deveria ter percebido que a parcela de valor dos meios de produção anualmente gerados, parcela que é igual ao valor dos meios de produção que atuam no interior dessa esfera de produção – dos meios de produção com os quais se fabricam meios de produção –, ou seja, uma parcela de valor igual ao valor do capital constante aqui empregado, está absolutamente excluída de qualquer componente de valor que forma a renda, não só pela forma natural na qual tal parcela de valor existe, mas por sua função de capital.

Com relação ao segundo tipo de trabalhadores – que produzem diretamente meios de consumo –, as definições de A. Smith não são plenamente exatas. Ele afirma, de fato, que nesses tipos de trabalho ambos, o preço do trabalho e o produto, entram no (*go to*) fundo para o consumo imediato: "o *preço*" (isto é, o dinheiro obtido como salário) "no fundo de consumo dos *trabalhadores*, e o *produto* no de *outras pessoas* (*that of other people*), cuja subsistência, conforto e prazeres são aumentados pelo trabalho desses trabalhadores". Mas o trabalhador não pode viver do "*preço*" de seu trabalho, do dinheiro com o qual seu salário é pago; ele realiza esse dinheiro quando compra, com ele, meios de consumo; estes

podem, em parte, consistir de tipos de mercadorias que ele mesmo produziu. Por outro lado, seu próprio produto pode ser de tal natureza que só entre no consumo dos exploradores de trabalho.

Depois de ter excluído inteiramente o capital fixo da "renda líquida" de um país, prossegue A. Smith:

> "Mas embora todo o gasto de manutenção do capital fixo permaneça assim necessariamente excluído da renda líquida da sociedade, não é o mesmo que ocorre, no entanto, com o desembolso destinado à conservação do capital circulante. Das quatro partes de que se compõe este último – dinheiro, meios de subsistência, matérias-primas e produtos acabados –, as três últimas, como já dissemos, são regularmente extraídas dele e transferidas ou para o capital fixo da sociedade ou para o estoque destinado ao consumo imediato. A parte dos artigos consumíveis, que não é aplicada na manutenção do primeiro" {o capital fixo}, "passa invariavelmente a este último" {ao estoque destinado ao consumo direto} "e constitui uma parte da renda líquida da sociedade. Assim, a manutenção dessas três partes do capital circulante não subtrai da renda líquida da sociedade nenhuma porção do produto anual a não ser aquela necessária para a manutenção do capital fixo." (Ibidem, p. 191-2)

Isso é tão somente a tautologia de que a parte do capital circulante que não serve para a produção de meios de produção entra na produção de meios de consumo, ou seja, na parte do produto anual destinada a formar o fundo de consumo da sociedade. Mas importante é o que daí se segue:

> "O capital circulante de uma sociedade é, sob esse aspecto, diferente daquele de um indivíduo. O de um indivíduo está totalmente excluído de fazer parte de sua renda líquida, que tem de consistir inteiramente de seus lucros. Mas embora o capital circulante de cada indivíduo constitua uma parte do capital da sociedade a qual o indivíduo pertence, nem por isso aquele capital está incondicionalmente excluído da renda líquida da sociedade, podendo constituir uma parte dessa renda. Ainda que todas as mercadorias na loja de um comerciante varejista não possam de modo algum ser colocadas no estoque destinado a seu próprio consumo imediato, elas podem, no entanto, ser colocadas no fundo de consumo de outras pessoas, que, a partir de uma renda obtida por meio de outro fundo, podem regularmente repor ao comerciante o valor das mercadorias, junto de seus lucros, sem com isso ocasionar qualquer diminuição de seu capital ou do capital das outras pessoas." (Idem)

Aqui somos informados, portanto:

1. Assim como o capital fixo e o capital circulante necessário à reprodução (Smith se esquece do funcionamento) e manutenção do primeiro, também o capital circulante de cada capitalista individual,

empregado na produção de meios de consumo, encontra-se totalmente excluído da renda líquida desse capitalista, renda que só pode consistir de seus lucros. Portanto, a parte de seu produto-mercadoria que repõe seu capital não pode ser diluída em componentes de valor que constituem renda para ele.

2. O capital circulante de cada capitalista individual forma uma parte do capital circulante da sociedade, exatamente como cada capital fixo individual.
3. O capital circulante da sociedade, embora seja apenas a soma dos capitais circulantes individuais, possui um caráter diferente daquele do capital circulante de cada capitalista individual. Este último capital jamais pode constituir uma parte *da renda desse capitalista*; no entanto, uma fração do primeiro (aquela composta de meios de consumo) pode, ao mesmo tempo, constituir uma parte da *renda da sociedade*, ou, como dizia Smith há pouco, não é necessário que da renda líquida da sociedade seja subtraída uma porção do produto anual. Na realidade, o que A. Smith chama aqui de capital circulante compõe-se do capital-mercadoria produzido anualmente e que os capitalistas produtores de meios de consumo lançam a cada ano na circulação. Esse seu produto-mercadoria anual consiste integralmente de artigos consumíveis e forma, assim, o fundo em que se realizam ou gastam as rendas líquidas (inclusive os salários) da sociedade. Em vez de eleger como exemplo as mercadorias na loja do comerciante varejista, A. Smith deveria ter escolhido as massas de produtos estocadas nos armazéns dos capitalistas industriais.

Se tivesse sintetizado os blocos de ideias que a ele se impunham, num primeiro momento, em seu estudo da reprodução daquilo que ele denomina capital fixo e, agora, daquilo que ele chama capital circulante, A. Smith teria chegado ao seguinte resultado:

1. O produto social anual consiste de dois setores: o primeiro compreende os meios de produção; o segundo, os meios de consumo;

ambos devem ser estudados separadamente.

2. O valor total da parcela do produto anual composta de *meios de produção* se distribui da seguinte maneira: uma parcela de valor é apenas o valor dos meios de produção consumidos na fabricação daqueles meios de produção, ou seja, apenas o valor de capital que reaparece em forma renovada; a segunda parcela é igual ao valor do capital desembolsado em força de trabalho, ou igual à soma dos salários pagos pelos capitalistas dessa esfera da produção. Por fim, a terceira parcela de valor constitui a fonte dos lucros – inclusive a renda fundiária – dos capitalistas industriais dessa categoria.

   O primeiro componente – de acordo com Adam Smith, a parcela de capital fixo reproduzida de todos os capitais individuais ativos neste primeiro setor – é "abertamente excluído da renda líquida, jamais podendo formar uma parte dela", seja essa a renda líquida do capitalista individual, seja a da sociedade. Ele funciona sempre como capital, nunca como renda. Nesse aspecto, o "capital fixo" de qualquer capitalista individual não se diferencia em nada do capital fixo da sociedade. Mas as outras parcelas de valor do produto anual da sociedade, que consistem em meios de produção – parcelas de valor que também existem, portanto, em partes alíquotas dessa massa total de meios de produção –, constituem, ao mesmo tempo, *rendas para todos os agentes envolvidos nessa produção*: salários para os trabalhadores, lucros e rendas fundiárias para os capitalistas. Para *a sociedade*, porém, elas não constituem renda, mas *capital*, ainda que o produto anual da sociedade consista apenas da soma dos produtos dos capitalistas individuais a ela pertencentes. Por sua natureza, elas são geralmente aptas a funcionar somente como meios de produção, e mesmo aquelas que, em caso de necessidade, poderiam funcionar como meios de consumo, estão destinadas a servir de matérias-primas ou materiais auxiliares de uma nova produção. Somente funcionam como tais – portanto, como capital – não nas mãos de quem as produz, mas de quem as utiliza, a saber:

3. os capitalistas do segundo setor, os produtores diretos de *meios de*

> *consumo*. Elas repõem, para esses capitalistas, o capital consumido na produção de meios de consumo (na medida em que esse capital não tenha sido convertido em força de trabalho e, portanto, não consista da soma dos salários dos trabalhadores desse segundo setor), ao passo que esse capital consumido, que agora existe na forma de meios de consumo nas mãos dos capitalistas que os produzem, constitui, por sua vez – ou seja, do ponto de vista social –, o *fundo de consumo no qual os capitalistas e os trabalhadores do primeiro setor realizam sua renda*.

Se tivesse continuado sua análise até esse ponto, faltaria muito pouco para a solução de todo o problema. Ele quase matou a charada, pois já havia observado que determinadas parcelas de valor de *um* tipo específico (meios de produção) dos capitais-mercadorias, das quais se formam o produto anual total da sociedade, constituem, de fato, renda para os trabalhadores e capitalistas individuais que atuam em sua produção, mas não um componente da renda da sociedade, ao passo que uma parcela de valor de *outro* tipo (meios de consumo), embora seja valor de capital para seus proprietários individuais – os capitalistas que atuam nessa esfera de investimento –, forma apenas uma parte da renda social.

Do que foi dito, porém, já podemos concluir o seguinte:

*Primeiro*. Embora o capital social seja apenas igual à soma dos capitais individuais, e, por conseguinte, também o produto-mercadoria (ou capital-mercadoria) anual da sociedade seja igual à soma dos produtos-mercadorias desses capitais individuais; embora, portanto, a análise do valor-mercadoria em seus componentes, análise que vale para todo capital-mercadoria individual, também tenha de valer para o capital-mercadoria da sociedade inteira – e demonstre essa validade em seu resultado –, a forma de manifestação que esses componentes assumem no processo social de reprodução inteiro é uma forma *distinta*.

*Segundo*. Mesmo sobre o solo da reprodução simples ocorre não apenas a produção de salário (capital variável) e mais-valor, mas produção direta de um valor de capital novo e constante, embora a jornada de

trabalho consista apenas de duas partes, uma na qual o trabalhador repõe o capital variável – na verdade, produz um equivalente para a compra de sua força de trabalho –, e outra em que ele produz mais-valor (lucro, renda fundiária etc.). O trabalho diário gasto na reprodução dos meios de produção – e cujo valor se decompõe em salário e mais-valor – se realiza em novos meios de produção, que repõem a parte constante de capital gasta na produção dos meios de consumo.

As dificuldades principais, cuja maior parte foi resolvida nas páginas precedentes, não se apresentam no exame da acumulação, mas no da reprodução simples. Razão pela qual tanto A. Smith (livro II) como anteriormente Quesnay (*Tableau économique*) partem da reprodução simples sempre que se trata do movimento do produto anual da sociedade e da reprodução desse produto mediada pela circulação.

## 2) Adam Smith: a decomposição do valor de troca em *v* + *m*[h]

O dogma de A. Smith, segundo o qual o preço ou valor de troca (*exchangeable value*) de toda mercadoria individual – e, portanto, de todas as mercadorias que formam o produto anual da sociedade (ele pressupõe sempre, de modo correto, a produção capitalista) – é integrado por três componentes (*component parts*) ou se decompõe em (*resolves itself into*) salário, lucro e renda fundiária, pode ser reduzido a isto: o valor das mercadorias é = *v* + *m*, isto é, igual ao valor do capital variável adiantado, mais o mais-valor. E, de fato, essa redução de lucro e renda fundiária a uma unidade comum, que denominamos *m*, pode ser aqui efetuada com autorização expressa de A. Smith, como o demonstram as citações seguintes, nas quais deixamos de lado, por ora, todos os pontos secundários e, em particular, todo desvio real ou aparente em relação ao dogma de que o valor-mercadoria consiste exclusivamente em elementos que denominamos *v* + *m*.

Na manufatura:

"O valor que os trabalhadores adicionam aos materiais […] se decompõe […] em duas partes,

das quais uma paga seus salários e a outra, os lucros de seu empregador sobre o conjunto do capital por ele adiantado em material e salário." (Livro I, cap. 6, p. 40-1)

"Embora o salário do manufaturador" {o trabalhador da manufatura} "lhe seja adiantado por seu patrão, o primeiro, na realidade, não custa nada ao segundo, uma vez que, em geral, o valor desse salário, juntamente com um lucro, é retido (*reserved*) no valor aumentado do objeto no qual seu trabalho é aplicado." (Livro II, cap. 3, p. 221)

A parcela do capital (*stock*) desembolsada "para sustentar o trabalho produtivo [...] depois que ela lhe" {ao empregador} "serviu no funcionamento de um capital [...] constitui uma renda para eles" {os trabalhadores} (Ibidem, p. 223).

No capítulo supracitado, A. Smith diz expressamente:

"O produto anual inteiro da terra e do trabalho de cada país [...] divide-se por si mesmo (*naturally*) em duas partes. Uma delas, frequentemente a maior, destina-se, em primeira instância, a repor um capital e a renovar as provisões, matérias-primas e produtos acabados que foram subtraídos de um capital; a outra destina-se a formar uma renda, seja ao proprietário desse capital, como o *lucro de seu capital*, seja para outrem, como a renda de sua *propriedade fundiária*." (Ibidem, p. 222)

Apenas uma parte do capital, como já lemos em A. Smith, constitui simultaneamente renda para alguém, a saber: a parte investida na compra de trabalho produtivo. Num primeiro momento, tal parte – o capital variável – desempenha, nas mãos do empregador e para ele, "a função de um capital" e, em seguida, "forma uma renda" para o próprio trabalhador produtivo. O capitalista transforma uma parte de seu valor de capital em força de trabalho e, precisamente por isso, em capital variável; é apenas por obra dessa transformação que não só essa parte do capital mas seu capital inteiro funciona como capital industrial. O trabalhador – o vendedor da força de trabalho – recebe o valor dessa parte do capital sob a forma de salário. Em suas mãos, a força de trabalho não é mais que mercadoria vendável, mercadoria de cuja venda ele vive e que constitui, assim, sua única fonte de renda; como capital variável, a força de trabalho só funciona nas mãos de seu comprador, o capitalista, e este adianta seu preço de compra apenas aparentemente, uma vez que o valor dessa mercadoria lhe foi previamente fornecido pelo trabalhador.

Depois de nos ter mostrado que o valor do produto na manufatura = $v + m$ (em que $m$ = lucro do capitalista), A. Smith nos diz que, na agricultura, os trabalhadores, além

> “da reprodução de seu valor, que é igual a seu próprio consumo e[i] ao capital” {variável} “que os emprega, aumentado do lucro do proprietário, realizam, além do capital do arrendatário e de todo seu *lucro*, a reprodução regular da *renda* do proprietário fundiário.” (Ibidem, cap. 5, p. 243)

O fato de a renda acabar nas mãos do proprietário fundiário é irrelevante para a questão aqui considerada. Antes de chegar em suas mãos, ela tem de passar pelas mãos do arrendatário, isto é, do capitalista industrial. Antes de se tornar renda para alguém, precisa ser um componente de valor do produto. Tanto a renda fundiária como o lucro são, no próprio A. Smith, meros componentes do mais-valor, os quais o trabalhador produtivo reproduz constantemente, ao mesmo tempo que reproduz seu próprio salário, isto é, o valor do capital variável. Renda fundiária e lucro são, portanto, partes do mais-valor $m$, de modo que, em A. Smith, o preço de todas as mercadorias se decompõe em $v + m$.

O dogma de que o preço de todas as mercadorias (portanto, também do produto-mercadoria anual) decompõe-se em salário, mais o lucro, mais a renda fundiária, assume, inclusive na parte esotérica – que eventualmente se revela – da obra de Smith, a forma de que o valor de toda mercadoria, portanto, também do produto-mercadoria anual da sociedade, é = $v + m$ = ao valor de capital desembolsado em força de trabalho e continuamente reproduzido pelo trabalhador, mais o mais-valor que esse trabalhador adiciona por meio de seu trabalho.

Esse resultado, em A. Smith, revela-nos, ao mesmo tempo – como veremos mais adiante –, a fonte de sua análise unilateral dos componentes nos quais o valor da mercadoria pode ser decomposto. Mas a circunstância de que esses componentes constituam, ao mesmo tempo, diferentes fontes de renda para as diferentes classes que atuam na produção não guarda relação alguma com a determinação da grandeza alcançada por cada um desses componentes e com o limite de sua soma de valor.

Quando A. Smith diz: “Salário, lucro e renda fundiária são as três fontes

originárias de toda a renda, assim como de todo valor de troca. Qualquer outra renda é, em última instância, derivada de uma ou outra dessas três" (Livro I, cap. 6, p. 43), isso dá margem a todo tipo de quiproquós.

1. Todos os membros da sociedade não diretamente envolvidos na reprodução, seja por meio do trabalho, seja de outra maneira, só podem obter em primeira instância sua parte do produto-mercadoria anual – ou seja, seus meios de consumo – das mãos das classes às quais o produto recai originariamente: os trabalhadores produtivos, os capitalistas industriais e os proprietários fundiários. Nesse sentido, suas rendas derivam *materialiter* [materialmente] do salário (dos trabalhadores produtivos), do lucro e da renda fundiária, aparecendo, assim, como rendas derivadas em oposição àquelas rendas originárias. Por outro lado, no entanto, os destinatários dessas rendas, derivadas nesse sentido, recebem-nas por intermédio de sua função social como rei, padre, professor, prostituta, recruta etc. e, assim, podem considerar essas suas funções como as fontes originárias de suas rendas.
2. E aqui a ridícula tolice de A. Smith atinge seu ápice: depois de ter começado por definir corretamente os componentes de valor das mercadorias e a soma de produto de valor neles incorporada, demonstrando, então, como esses componentes formam tantas fontes distintas de renda[5]; depois de, assim, ter deduzido as rendas com base no valor, ele toma a direção oposta – que, a partir de então, permanece sua concepção predominante – e converte as rendas de "componentes" (*component parts*) em "*fontes originárias* de todo valor de troca", escancarando, com isso, as portas para a economia vulgar. (Veja nosso Roscher[j].)

## 3) A parte constante do capital[k]

Vejamos agora como A. Smith procura exorcizar a parte constante do capital do corpo do valor-mercadoria.

“No preço do cereal, por exemplo, uma parte paga a renda do proprietário fundiário.”

A origem desse componente de valor guarda tão pouca relação com a circunstância de que ele é pago ao proprietário fundiário e constitui para este último uma renda sob a forma da renda fundiária quanto a origem dos outros componentes do valor guarda relação com o fato de que, como lucro e salário, eles constituem fontes de renda.

“Outra parte paga o salário e a manutenção dos trabalhadores” {e do gado de trabalho!, acrescenta ele} “empregados em sua produção, e a terceira paga o lucro do arrendatário. Essas três partes parecem” {*seem*, de fato, elas *parecem*} “constituir o preço inteiro do cereal, seja diretamente, seja em última análise.”[6]

Esse preço inteiro, isto é, a determinação de sua grandeza, é absolutamente independente de sua distribuição entre três tipos de pessoas.

> “Uma quarta parte pode parecer necessária para repor o capital do arrendatário ou o desgaste de seu gado de trabalho e outros instrumentos agrícolas. Mas é preciso considerar que o preço de todo instrumento agrícola, por exemplo, de um cavalo de trabalho, é ele mesmo um agregado das mesmas três partes: a renda da terra sobre a qual ele é criado, o trabalho empregado em sua criação e o lucro do arrendatário que adianta tanto a renda dessa terra como o salário desse trabalho. Assim, embora o preço do cereal possa repor tanto o preço quanto os custos de manutenção do cavalo, o preço inteiro continua a se decompor, imediatamente ou em última instância, nas mesmas três partes: renda fundiária, trabalho” {ele quer dizer: salários} “e lucro.” (Livro I, cap. 6, p. 42)

Isso é literalmente tudo o que A. Smith apresenta para a fundamentação de sua impressionante doutrina. Sua prova consiste simplesmente na repetição da mesma afirmação. Ele admite, por exemplo, que o preço do cereal consiste não só em $v + m$, como também no preço dos meios de produção consumidos na produção de cereal, ou seja, num valor de capital não investido em força de trabalho pelo arrendatário. Porém, diz ele, os preços de todos esses meios de produção se decompõem em $v + m$, do mesmo modo como o preço do cereal. A. Smith se esquece apenas de acrescentar: e, além disso, nos preços dos meios de produção consumidos

em sua própria criação. Ele nos faz passar de um ramo de produção a outro, e deste novamente a um terceiro. A objeção de que o preço inteiro das mercadorias se decompõe “imediatamente” ou “em última instância” (*ultimately*) em $v + m$ só não seria uma fuga inócua se ele conseguisse demonstrar que os produtos-mercadorias cujo preço se decompõe imediatamente em $c$ (preço dos meios de produção consumidos) $+ v + m$ são finalmente compensados por produtos-mercadorias que repõem plenamente aqueles “meios de produção consumidos” e, por sua vez, são produzidos mediante o simples desembolso de capital variável, isto é, de capital desembolsado em força de trabalho. O preço desses produtos-mercadorias seria, então, imediatamente $= v + m$. Por conseguinte, o preço dos primeiros, $c + v + m$, em que $c$ representa a parte constante de capital, seria, por fim, decomponível em $v + m$. O próprio A. Smith não acreditou ter fornecido tal prova com seu exemplo dos coletores de *Scotch pebbles*, os quais, segundo ele: 1) não fornecem mais-valor de nenhum tipo, mas produzem apenas seu próprio salário; 2) não empregam nenhum meio de produção (a verdade, no entanto, é que eles os empregam, na forma de cestos, sacos e outros recipientes para carregar as pedras).

Vimos anteriormente que o próprio A. Smith descarta, mais tarde, sua própria teoria, sem, no entanto, estar consciente de suas contradições. Mas estas têm sua fonte precisamente em suas premissas científicas. O capital convertido em trabalho produz um valor maior do que o seu próprio. Como? Diz A. Smith: pelo fato de que o trabalhador, durante o processo de produção, atribui às coisas por eles trabalhadas um valor que constitui não só um equivalente para seu próprio preço de compra, mas também um mais-valor (lucro e renda fundiária) apropriado não por eles, mas por seus empregadores. Isso é tudo o que fazem, e tudo o que podem fazer. E o que vale para o trabalhador industrial de um dia, vale também para o trabalho que a classe capitalista inteira põe em movimento durante um ano. Assim, a massa total do produto de valor anual da sociedade só pode se decompor em $v + m$, isto é, num equivalente que permite aos trabalhadores repor o capital gasto na compra de sua própria força de trabalho e no valor adicional que, além disso, eles têm de fornecer a seus empregadores. Mas

esses dois elementos de valor das mercadorias constituem, ao mesmo tempo, fontes de renda para as diversas classes engajadas na reprodução: a primeira é fonte do salário, a renda dos trabalhadores; da segunda, o mais-valor, o capitalista industrial toma uma parte para si, na forma de lucro, e cede outra ao proprietário de terras, na forma de renda fundiária. De onde, portanto, poderia provir outro componente de valor, uma vez que o produto de valor anual não contém outros elementos além de $v + m$? Encontramo-nos, aqui, no terreno da reprodução simples. Como a soma inteira do trabalho anual se decompõe em trabalho necessário para a reprodução do valor de capital desembolsado em força de trabalho e em trabalho necessário para a criação de mais-valor, de onde poderia sair o trabalho para a produção de um valor de capital não desembolsado em força de trabalho?

**A questão se apresenta da seguinte forma:**

1. A. Smith determina o valor de uma mercadoria com base na quantidade de trabalho que o trabalhador assalariado adiciona (*adds*) ao objeto de trabalho. Ele diz, literalmente, "aos materiais", pois está lidando com a manufatura, que já opera com produtos do trabalho; mas isso em nada altera a questão. O valor que o trabalhador adiciona a uma coisa (e esse "*adds*" é a expressão de Adam Smith) é absolutamente independente da questão de se esse objeto, ao qual se adiciona valor, tem ele mesmo algum valor *antes* dessa adição ou não. O trabalhador cria, portanto, um produto de valor na forma de mercadoria; de acordo com Adam Smith, tal produto é, por um lado, um equivalente de seu salário, e essa parte é determinada pela grandeza de valor de seu salário; conforme essa grandeza for maior ou menor, ele tem de adicionar mais trabalho para produzir ou reproduzir um valor igual àquele de seu salário. Por outro lado, no entanto, o trabalhador adiciona um trabalho ulterior, ultrapassando o limite estabelecido, e esse trabalho cria mais-valor para o capitalista que o emprega. Se esse mais-valor permanece inteiramente nas mãos do capitalista ou se este o transfere fracionariamente a terceiros é algo

que não altera em absolutamente nada, seja a determinação qualitativa (o fato de ele ser, em geral, mais-valor), seja a quantitativa (relativa à grandeza) do mais-valor adicionado pelo trabalhador assalariado. Ele é valor tanto quanto qualquer outra parcela de valor do produto, mas se distingue pelo fato de que o trabalhador não recebeu por ele equivalente algum, nem o receberá posteriormente; esse valor é, ao contrário, apropriado pelo capitalista sem qualquer equivalente. O valor total da mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho despendida pelo trabalhador em sua produção; uma parcela desse valor total se determina como igual ao valor do salário, isto é, um equivalente do salário. A segunda parte, o mais-valor, é, portanto, necessariamente determinada como igual ao valor total do produto, menos a parcela de seu valor que serve de equivalente do salário; ou seja, é igual à quantidade que, no produto de valor criado pela fabricação da mercadoria, excede aquela parcela de valor desse produto que é igual ao equivalente do salário.

2. O que se aplica a uma mercadoria produzida num estabelecimento industrial individual por cada trabalhador individual aplica-se também ao produto anual de todos os ramos do negócio. O que se aplica ao trabalho diário de um trabalhador produtivo individual aplica-se também ao trabalho anual posto em movimento pela classe inteira de trabalhadores produtivos. Ela "fixa" (é a expressão de Smith) no produto anual um valor total determinado pela quantidade do trabalho anual despendido, e esse valor total se decompõe numa parte determinada por aquela fração do trabalho anual na qual a classe trabalhadora cria um equivalente de seu salário anual, ou, mais propriamente, esse salário mesmo; e numa outra parte, determinada pelo trabalho anual adicional no qual o trabalhador cria um mais-valor para a classe capitalista. O produto de valor anual contido no produto anual consiste, portanto, de apenas dois elementos: o equivalente do salário anual recebido pela classe trabalhadora e o mais-valor anualmente fornecido à classe capitalista. Mas o salário anual constitui a renda da classe trabalhadora, e a soma anual do mais-valor, a renda

da classe capitalista; assim, ambos representam (e essa visão é correta quando descreve a reprodução simples) a participação relativa no fundo anual para o consumo e se realizam nele. Não resta, então, espaço algum para o valor de capital constante, para a reprodução do capital que funciona na forma de meios de produção. Mas que todas as partes do valor-mercadoria que servem como renda coincidem com o produto anual do trabalho destinado ao fundo social de consumo é algo que A. Smith afirma expressamente na introdução de sua obra:

> "Explicar em que consistia a renda do povo, ou qual a natureza do fundo que […] fornecia (*supplied*) seu consumo anual, esse é o objetivo desses primeiros quatro livros." (p. 12)

E na primeira frase da introdução, lemos:

> "O trabalho anual de cada nação é o fundo que originalmente a supre de todos os meios de subsistência que ela consome anualmente e que consiste sempre ou no produto direto desse trabalho ou naquilo que, com esse produto, é comprado de outras nações." (p. 11)

O primeiro erro de A. Smith está em identificar o *valor-produto* [*Produktenwert*] anual com o *produto de valor* [*Wertprodukt*] anual. Este último é *apenas* produto do trabalho do ano anterior, ao passo que o primeiro inclui, além disso, todos os elementos de valor consumidos para a produção do produto anual, mas *que foram produzidos no último ano e, em parte, em anos anteriores*: meios de produção cujo valor apenas *reaparece* – e que, no que diz respeito a seu valor, não foram produzidos nem reproduzidos pelo trabalho despendido durante o último ano. Graças a essa confusão, A. Smith faz desaparecer a parte constante de valor do produto anual. A própria confusão repousa sobre outro erro fundamental de sua concepção: o fato de ele não distinguir o caráter dúplice do próprio trabalho – do trabalho que, como dispêndio de força de trabalho, cria valor e, como trabalho útil, concreto, cria objetos de uso (valor de uso). A soma total das mercadorias anualmente fabricadas, ou seja, o produto anual integral, é produto do trabalho *útil* realizado no ano anterior; essas mercadorias só existem porque trabalho socialmente aplicado foi despendido num sistema muito ramificado de distintos tipos de trabalhos úteis; apenas desse modo pôde ser conservado em seu valor total o valor

dos meios de produção consumidos para produzi-las, valor este que reaparece numa nova forma natural. O *produto anual* total é, portanto, o resultado do trabalho *útil* despendido durante o ano; mas somente uma parte do *valor-produto* anual foi criada durante o ano: tal parte é o *produto de valor* anual em que se representa a soma do trabalho posto em movimento durante o mesmo ano.

**Assim, quando A. Smith afirma, na passagem supracitada: "O trabalho anual de cada nação é o fundo que originariamente provê todos os meios de subsistência que cada nação consome no decorrer do ano" etc., ele se situa unilateralmente do ponto de vista do mero trabalho útil, que, com efeito, gerou todos esses meios de subsistência em sua forma consumível. Ele se esquece, porém, de que isso seria impossível sem o concurso dos meios e objetos de trabalho legados pelos anos anteriores e que, por conseguinte, o "trabalho anual", tendo criado valor, de modo algum criou o valor integral do produto por ele mesmo confeccionado; ele se esquece, em suma, de que o produto de valor é menor que o valor-produto.**

Embora não se possa reprovar A. Smith por ele não ter ido mais longe que todos os seus sucessores nessa análise (embora nos fisiocratas já seja possível encontrar uma indicação da direção correta), a verdade é que ele se perde em meio a um caos, e fundamentalmente porque sua concepção "esotérica" do valor-mercadoria em geral é continuamente contraditada por concepções exotéricas, que costumam predominar em A. Smith, mesmo que seu instinto científico faça reaparecer, de vez em quando, seu ponto de vista esotérico.

## 4) Capital e renda em A. Smith[l]

A parcela de valor de toda mercadoria (e, por conseguinte, também do produto anual) que constitui apenas um equivalente do salário é igual ao capital adiantado em salário pelo capitalista, isto é, igual ao componente variável de seu capital total adiantado. O capitalista recupera esse componente do valor de capital adiantado graças a um novo componente de valor da mercadoria fornecida pelos assalariados. Seja o capital variável

adiantado no sentido de que o capitalista paga em dinheiro a parte que corresponde ao trabalhador de um produto que ainda não está pronto para a venda, ou que o está, porém ainda não foi vendido pelo capitalista; seja ele pago pelo capitalista com o dinheiro recebido na venda da mercadoria fornecida pelo trabalhador, ou ainda, que o capitalista antecipe esse dinheiro por meio do crédito; em todos esses casos, o capitalista despende capital variável – que flui para os trabalhadores como dinheiro – e conserva, por outro lado, a posse do equivalente desse valor de capital na parcela de valor de suas mercadorias mediante a qual o trabalhador produziu novamente a parcela que lhe cabe do valor total dessas mercadorias – ou, em outras palavras, produziu o valor de seu próprio salário. Em vez de dar ao trabalhador essa parcela de valor na forma natural de seu próprio produto, o capitalista lhe paga em dinheiro. Para o capitalista, portanto, o componente variável de seu valor de capital adiantado existe agora em forma-mercadoria, ao passo que o trabalhador recebeu em forma-dinheiro o equivalente de sua força de trabalho vendida.

Enquanto parte do capital adiantado pelo capitalista – a parte que foi convertida em capital variável pela compra de força de trabalho – funciona no próprio processo de produção como força atuante de trabalho e, mediante o dispêndio daquela força, é produzida de novo, ou seja, reproduzida como valor novo em forma-mercadoria – e constitui, portanto, reprodução, isto é, nova produção de valor de capital adiantado! –, o trabalhador gasta o valor, ou o preço obtido na venda de sua força de trabalho, em meios de subsistência, em meios para a reprodução de sua força de trabalho. Uma soma de dinheiro igual ao capital variável constitui seu ganho e, por conseguinte, sua renda, que só dura enquanto o trabalhador pode vender sua força de trabalho ao capitalista.

A mercadoria do assalariado – sua própria força de trabalho – só funciona como mercadoria quando se incorpora ao capital do capitalista, quando funciona como capital; por outro lado, o capital do capitalista que é gasto como capital monetário na aquisição de força de trabalho funciona como renda nas mãos do vendedor da força de trabalho, do assalariado.

Aqui se entrelaçam vários processos de circulação e de produção, que

A. Smith não distingue.

Primeiro. Atos pertencentes ao *processo de circulação*. O trabalhador vende sua mercadoria – a força de trabalho – ao capitalista; o dinheiro com que o capitalista a compra é, para este, o dinheiro investido com vistas à valorização, ou seja, capital monetário; esse dinheiro não é gasto, mas adiantado. (Esse é o verdadeiro sentido do "adiantamento" – o *avance* dos fisiocratas –, independentemente da questão acerca de onde o capitalista obtém o dinheiro. Adiantado é, para o capitalista, todo valor que ele paga com vistas ao processo de produção, não importando se esse pagamento ocorreu previamente ou *post festum* [posteriormente]; tal valor é adiantado ao próprio processo de produção.) Aqui ocorre o mesmo que em toda venda de mercadorias: o vendedor cede um valor de uso (aqui, a força de trabalho) e recebe seu valor em dinheiro (realiza seu preço); o comprador entrega seu dinheiro e recebe em troca a própria mercadoria – aqui, a força de trabalho.

Segundo. No *processo de produção*, a força de trabalho comprada constitui agora uma parte do capital em operação, e o próprio trabalhador opera aqui apenas como forma natural particular desse capital, distinta dos elementos desse capital existentes sob a forma natural de meios de produção. Durante o processo, o trabalhador agrega aos meios de produção por ele transformados em produto um valor que, mediante o dispêndio de sua força de trabalho, é igual ao valor desta última (abstraindo do mais-valor); assim, ele reproduz para o capitalista, em forma-mercadoria, a parte de seu capital que o capitalista lhe adiantou ou lhe deve adiantar sob a forma de salário; ele produz para o capitalista um equivalente dessa parte; produz para o capitalista, portanto, o capital que este lhe poderá "adiantar" novamente na compra de força de trabalho.

Terceiro. Na venda da mercadoria, pois, uma parte de seu preço de venda repõe ao capitalista o capital variável por ele adiantado, habilitando tanto o capitalista a voltar a comprar força de trabalho quanto o trabalhador a vendê-la novamente.

Em todas as compras e vendas de mercadorias – na medida em que se considerem apenas essas transações – é inteiramente irrelevante o que o

vendedor possa fazer com o dinheiro recebido em troca de sua mercadoria e o comprador com o artigo de uso por ele comprado. Portanto, na medida em que se considera somente o processo de circulação, é também inteiramente irrelevante que a força de trabalho comprada pelo capitalista reproduza para ele valor de capital e que, por outro lado, o dinheiro obtido como preço de compra da força de trabalho constitua renda para o trabalhador. A grandeza de valor do artigo comercial do trabalhador, sua força de trabalho, não é afetada nem pelo fato de constituir uma "renda" para ele, nem porque o uso que o comprador faz de seu artigo comercial reproduz valor de capital para esse comprador.

Porque o valor da força de trabalho – isto é, o preço de venda adequado dessa mercadoria – está determinado pela quantidade de trabalho necessária a sua reprodução e porque essa quantidade de trabalho, por sua vez, está aqui determinada pela quantidade de trabalho requerida para a produção dos meios de subsistência para o trabalhador, ou seja, a quantidade de trabalho requerida para a conservação de sua vida, o salário se converte na renda com que o trabalhador tem de se sustentar.

O que A. Smith afirma (p. 223) é totalmente falso: "*A parte do capital* investida na manutenção do trabalho produtivo [...], depois de servir a ele" {ao capitalista} "na função de capital [...], constitui uma renda para eles" {os trabalhadores}.

O *dinheiro* com que o capitalista paga a força de trabalho que comprou "lhe serve na função de capital", uma vez que, por meio desse dinheiro, incorpora a força de trabalho aos componentes materiais de seu capital e, com isso, põe seu capital em condições de começar a operar como capital produtivo. Distingamos: a força de trabalho é *mercadoria*, não capital nas mãos do trabalhador, e constitui para ele uma renda na medida em que possa repetir constantemente sua venda; *depois* da venda, durante o próprio processo de produção, ela funciona como capital nas mãos do capitalista. O que aqui opera duas vezes é a força de trabalho: como mercadoria que é vendida a seu valor, nas mãos do trabalhador; como força que produz valor e valor de uso, nas mãos do capitalista que a comprou. Mas o trabalhador só recebe dinheiro do capitalista depois de ter-lhe cedido o uso de sua

força de trabalho, depois de esta última já estar realizada no valor do produto do trabalho. O capitalista tem esse valor em suas mãos antes de tê-lo pago. Portanto, não é o dinheiro que opera duas vezes – primeiro como forma-dinheiro do capital variável e, em seguida, como salário. Antes, é a força de trabalho que operou duas vezes: primeiro, como *mercadoria* na venda da força de trabalho (na estipulação do salário a ser pago, o dinheiro atua meramente como medida ideal do valor e, para tanto, não precisa estar em mãos do capitalista); segundo, no processo de produção, em que, em poder do capitalista, ela funciona como *capital*, isto é, como elemento criador de valor de uso e de valor. Sob a forma de mercadoria, ela já forneceu o equivalente a ser pago ao trabalhador, e o fez antes de o capitalista tê-la pago ao trabalhador em forma-dinheiro. Desse modo, o próprio trabalhador cria o fundo de pagamento do qual o capitalista lhe paga. Mas isso não é tudo.

O dinheiro que o trabalhador recebe é gasto por ele para conservar sua força de trabalho, ou seja, com vistas a, considerando a classe capitalista e a classe trabalhadora em sua totalidade, conservar para o capitalista o instrumento mediante o qual ele pode continuar a ser capitalista.

Assim, a compra e venda constante de força de trabalho perpetua, por um lado, a força de trabalho como elemento do capital, elemento mediante o qual o capital aparece como criador de mercadorias, de artigos de uso dotados de valor, e, além disso, mediante o qual essa parcela de capital que compra força de trabalho é constantemente restaurada pelo próprio produto da força de trabalho, de modo que o próprio trabalhador cria constantemente o fundo de capital com o qual ele é pago. Por outro lado, a venda constante de força de trabalho se torna a fonte sempre renovada da manutenção do trabalhador, e, assim, sua força de trabalho aparece como a faculdade mediante a qual ele garante a renda da qual vive. Renda, aqui, não significa mais do que apropriação de valores operada mediante a venda constantemente reiterada de uma mercadoria (a força de trabalho), processo no qual tais valores servem apenas para a reprodução constante da mercadoria a ser vendida. E, nesse sentido, A. Smith tem razão em dizer que a parcela de valor do produto criado pelo próprio trabalhador, parcela

pela qual o capitalista lhe paga um equivalente sob a forma do salário, converte-se em fonte de renda para o trabalhador. Mas isso em nada altera a natureza ou grandeza dessa parcela de valor da mercadoria, assim como o fato de os meios de produção funcionarem como valores de capital não altera o valor desses meios de produção ou o fato de uma linha reta servir de base para um triângulo ou de diâmetro para uma elipse não altera a natureza ou extensão dessa linha. O valor da força de trabalho continua a se determinar de modo tão independente como o valor desses meios de produção. Essa parcela de valor da mercadoria nem *consiste* em renda, como um fator autônomo que o constitui, nem *se decompõe* em renda. Que esse valor novo, constantemente reproduzido pelo trabalhador, constitua para ele próprio uma fonte de renda não implica, inversamente, que sua renda seja uma parte constitutiva do valor novo que ele produz. É a grandeza da parcela que o trabalhador recebe pelo novo valor por ele criado que determina o volume do valor de sua renda, e não o contrário. O fato de essa parcela do novo valor constituir uma renda para ele apenas mostra o que ocorre com tal parcela, o caráter de sua utilização, e guarda tão pouca relação com sua formação quanto com a de qualquer outro valor. Se recebo dez táleres por semana, a circunstância de que esse ganho seja semanal não altera em nada nem a *natureza de valor* dos dez táleres, nem sua grandeza de valor. Como no caso de qualquer outra mercadoria, a força de trabalho tem seu valor determinado pela quantidade de trabalho necessária a sua reprodução; que essa quantidade de trabalho se determine pelo valor dos meios de subsistência ao trabalhador, ou seja, que ela seja igual ao trabalho necessário à reprodução de suas próprias condições de vida, é algo peculiar a essa mercadoria (a força de trabalho), mas não mais peculiar que o fato de que o valor dos animais de carga seja determinado pelo valor dos meios de subsistência a sua conservação, ou seja, pela massa de trabalho humano necessária à produção desses meios.

Mas é a categoria “renda” que provoca aqui todos os males que acometem a teoria de A. Smith, para quem os diversos tipos de renda constituem as “*component parts*”, os componentes do novo valor-mercadoria anualmente criado, produzido, ao passo que, inversamente, as

duas partes em que esse valor-mercadoria se decompõe *para o capitalista* – o equivalente de seu capital variável adiantado em forma-dinheiro na compra do trabalho, e a outra parcela de valor, que também lhe pertence, mas que não lhe custou nada, ou seja, o mais-valor – constituem fontes de renda. O equivalente do capital variável é novamente adiantado em força de trabalho e constitui, nesse sentido, uma renda para o trabalhador na forma de seu salário; a outra parcela – o mais-valor – não tendo de repor ao capitalista qualquer adiantamento de capital, pode ser gasta por ele em meios de consumo (necessários e de luxo), consumida como renda, em vez de constituir um valor de capital de qualquer tipo que seja. O pressuposto dessa renda é o próprio valor-mercadoria, e seus componentes só se distinguem para o capitalista na medida em que são ou um equivalente *do* valor de capital variável por ele adiantado ou um excedente *acima* dele. Ambos não são mais do que força de trabalho despendida durante a produção de mercadorias, posta em movimento no trabalho. Consistem de dispêndio, não de um ganho ou renda – de dispêndio de trabalho.

Depois desse quiproquó, em que a renda se converte na fonte do valor-mercadoria, em vez de o valor-mercadoria ser a fonte da renda, o valor-mercadoria aparece agora como algo "composto" dos diversos tipos de rendas; estes são determinados independentemente uns dos outros, e por meio da adição do volume de valor dessas rendas determina-se o valor total da mercadoria. Porém, agora cabe perguntar: como é determinado o valor de cada uma dessas rendas, das quais deve surgir o valor-mercadoria? Isso ocorre no caso do salário, por ser ele o valor de sua mercadoria, a força de trabalho, e tal valor é determinável (como o de qualquer outra mercadoria) pelo trabalho necessário à reprodução dessa mercadoria. Mas o mais-valor, ou melhor, em Adam Smith, suas duas formas, o lucro e a renda, como são determináveis? A explicação, aqui, não passa de um palavrório vazio. Ora Smith apresenta o salário e o mais-valor (ou o salário e o lucro) como componentes do valor (ou preço) das mercadorias, ora, e com frequência quase na mesma frase, como partes nas quais o preço das mercadorias se "decompõe" (*resolves itself* ); o que significa, inversamente, que o que é dado em primeiro lugar é o valor-

mercadoria, e que diferentes partes desse valor dado são atribuídas, sob a forma de rendas diversas, a diferentes pessoas participantes do processo de produção. Isso não é de modo algum idêntico à composição do valor a partir desses três "componentes". Se determino separadamente a grandeza de três linhas retas distintas e, partindo dessas três linhas como "componentes", formo uma quarta linha reta igual à soma de suas grandezas, isso não é em absoluto a mesma coisa que ocorreria se, tendo diante de mim uma linha reta, eu resolvesse, por qualquer motivo, dividi-la – decompô-la, por assim dizer – em três partes distintas. No primeiro caso, a grandeza da linha varia inteiramente com a grandeza das três linhas das quais ela é a soma; no segundo caso, a grandeza dos três segmentos está delimitada desde o início pelo fato de constituírem partes de uma linha de dada grandeza.

Porém, se nos ativermos ao que há de correto na exposição de Adam Smith, isto é, ao argumento de que *o valor novo criado pelo trabalho anual* e contido no produto-mercadoria anual da sociedade (assim como em toda mercadoria individual, ou no produto diário, semanal etc.) é igual ao valor do capital variável adiantado (ou seja, à parcela de valor destinada a efetuar uma nova compra de força de trabalho) mais o mais-valor que o capitalista pode realizar – no caso da reprodução simples, e mantendo-se inalteradas as demais circunstâncias – em meios de seu consumo individual; se, além disso, nos ativermos ao fato de que Adam Smith confunde o trabalho como criador de valor, como dispêndio de força de trabalho, e o trabalho como criador de valor de uso, isto é, o trabalho despendido em forma útil, adequada a um fim, o resultado é o seguinte: o valor de toda mercadoria é o produto do trabalho; portanto, também o é o valor do produto do trabalho anual ou o valor do produto-mercadoria anual da sociedade. Mas, como todo trabalho se decompõe em 1) tempo de trabalho necessário, durante o qual o trabalhador apenas reproduz um equivalente ao capital adiantado na compra de sua força de trabalho, e 2) mais-trabalho, mediante o qual ele fornece ao capitalista um valor pelo qual este não paga equivalente algum, ou seja, um mais-valor, assim, todo valor-mercadoria só pode se decompor nessas duas partes distintas e, desse modo, constitui,

como salário, a renda da classe trabalhadora e, como mais-valor, a da classe capitalista. Mas no que diz respeito ao valor de capital constante, isto é, ao valor dos meios de produção consumidos na criação do produto anual, embora não se possa dizer de que modo esse valor entra no valor do novo produto (com exceção da fraseologia de que o capitalista põe esse valor na conta do comprador quando lhe vende sua mercadoria), essa parcela de valor pode, em última instância – *ultimately* –, e considerando-se que os próprios meios de produção são produto do trabalho, consistir de um equivalente do capital variável e do mais-valor, de produto do trabalho necessário e de produto do mais-trabalho. Se os valores desses meios de produção funcionam nas mãos de seus usuários como valores de capital, isso não impede que "originariamente" – em outras mãos, se os analisamos a fundo –, ainda que anteriormente, eles pudessem ser decompostos nas mesmas duas partes de valor, ou seja, em duas fontes distintas de renda.

Aqui, um ponto está correto: que, no movimento do capital social – isto é, da totalidade dos capitais individuais –, as coisas se apresentam de outro modo que no caso de cada capital individual considerado em particular, ou seja, do ponto de vista de cada capitalista individual. Para este último, o valor da mercadoria se decompõe: 1) num elemento constante (o quarto, diz Smith) e 2) na soma de salário e mais-valor, ou de salário, lucro e renda fundiária. Do ponto de vista social, desaparece, ao contrário, o quarto elemento de Smith, o valor de capital constante.

## 5) Recapitulação[m]

A fórmula absurda, segundo a qual as três rendas – salário, lucro e renda fundiária – constituem três "componentes" do valor-mercadoria deriva, em A. Smith, de outra fórmula, mais plausível, segundo a qual o valor-mercadoria *resolves itself*, decompõe-se nesses três componentes. Também isso é falso, inclusive pressupondo-se que o valor-mercadoria seja divisível apenas no equivalente da força de trabalho consumida e no mais-valor por esta criado. Aqui, porém, o erro repousa sobre uma base verdadeira, mais profunda. A produção capitalista se baseia no fato de que o trabalhador produtivo vende sua própria força de trabalho, como

mercadoria sua, ao capitalista, em cujas mãos ela funciona, então, meramente como elemento de seu capital produtivo. Essa transação – venda e compra da força de trabalho –, que pertence à circulação, não só inaugura o processo de produção, como determina *implicite* [implicitamente] seu caráter específico. A produção de um valor de uso e mesmo de uma mercadoria (pois tal produção também pode ser realizada por trabalhadores produtivos independentes) é aqui mero meio para a produção de mais-valor absoluto e relativo para o capitalista. Ora, na análise do processo de produção vimos como a produção de mais-valor absoluto e relativo determina 1) a duração do processo de trabalho diário e 2) a inteira configuração social e técnica do processo de produção capitalista. No interior desse mesmo processo efetua-se a distinção entre mera conservação de valor (do valor constante de capital), reprodução efetiva de valor adiantado (equivalente da força de trabalho) e produção de mais-valor, isto é, de valor pelo qual o capitalista não adianta equivalente algum, nem previamente, nem *post festum*[n].

A apropriação de mais-valor – de um valor que excede o equivalente do valor adiantado pelo capitalista –, embora introduzida pela compra e venda da força de trabalho, é um ato que se completa no interior do próprio processo de produção e deste constitui um momento essencial.

O ato introdutório que forma um ato de circulação – a compra e venda da força de trabalho – repousa, por sua vez, sobre uma distribuição dos *elementos* de produção que é anterior e pressuposta à distribuição dos *produtos* sociais, quer dizer, sobre a cisão entre a força de trabalho como mercadoria do trabalhador e os meios de produção como propriedade dos não trabalhadores.

Ao mesmo tempo, porém, essa apropriação de mais-valor ou essa cisão da produção de valor entre reprodução de valor adiantado e produção de valor novo (mais-valor), que não repõe equivalente algum, não altera absolutamente a substância do próprio valor e a natureza da produção de valor. A substância do valor é e continua a ser simplesmente a força de trabalho despendida – trabalho, independentemente de seu caráter útil particular –, e a produção de valor não é mais do que o processo desse

dispêndio. Assim, o servo despende força de trabalho durante seis dias, trabalha durante seis dias, e para o fato desse dispêndio é indiferente que, por exemplo, o servo trabalhe três dessas jornadas de trabalho para si mesmo, em sua própria terra, e outras três para seu senhor, nas terras deste. Seu trabalho voluntário para si mesmo e seu trabalho forçado para seu senhor são igualmente trabalho; quando o consideramos no que diz respeito aos valores ou aos produtos úteis por ele criados, não introduzimos qualquer distinção no seu trabalho de seis jornadas. A diferença refere-se somente às diferentes condições em que se realiza o dispêndio de sua força de trabalho durante as duas metades em que se divide o tempo de trabalho de seis dias. O mesmo ocorre com o trabalho necessário e o mais-trabalho do assalariado.

O processo de produção se extingue na mercadoria. O fato de a força de trabalho ter sido despendida em sua fabricação aparece agora como uma propriedade material [*dingliche*] da mercadoria, como a propriedade de possuir valor; a grandeza desse valor é medida pela grandeza do trabalho despendido; o valor-mercadoria não se decompõe em nenhuma outra coisa, nem consiste em nada além disso. Se tracei uma linha reta de determinada grandeza, o que fiz foi, primeiramente, "produzir" uma linha reta (apenas simbolicamente, é verdade, como sei de antemão) e o faço de acordo com a arte do desenho, praticada segundo certas regras (leis) independentes de mim mesmo. Se dividir essa linha em três segmentos (que, por sua vez, podem corresponder a um problema determinado), cada uma das três seções continuará a ser uma linha reta, como antes, e a reta inteira, cujas partes elas constituem, não se converterá, por essa divisão, em algo distinto de uma linha reta – por exemplo, numa curva de um tipo qualquer. Tampouco poderei dividir uma linha de uma dada grandeza de tal modo que a soma de seus segmentos seja maior que a própria linha indivisa; portanto, a grandeza da linha indivisa também não é determinada por uma grandeza arbitrariamente estipulada de suas partes. Ao contrário, as grandezas relativas dessas partes são desde o primeiro momento limitadas pelos limites da linha da qual formam parte.

Nisso a mercadoria produzida pelo capitalista em nada se distingue da

mercadoria produzida por um trabalhador independente, por comunidades de trabalhadores ou por escravos. Em nosso caso, no entanto, o produto integral do trabalho, bem como seu valor integral, pertencem ao capitalista. Como qualquer outro produtor, ele deve primeiro transforar a mercadoria em dinheiro, por meio da venda, para então poder continuar sua operação; ele precisa convertê-la na forma de equivalente universal.

Examinemos o produto mercantil antes de ele ser realizado. Ele pertence inteiramente ao capitalista. Por outro lado, como produto de trabalho útil – como valor de uso –, é integralmente o produto do processo de trabalho já transcorrido; mas o mesmo não pode ser dito de seu valor. Uma parcela deste último é apenas a reaparição, sob nova forma, do valor dos meios de produção gastos na produção da mercadoria; tal valor não foi produzido durante o processo de produção dessa mercadoria, pois os meios de produção o possuíam antes e independentemente desse processo; eles entraram neste último como suportes desse valor; o que se renovou e se modificou é apenas sua forma manifesta. Para o capitalista, essa parcela do valor-mercadoria constitui um equivalente da parcela de seu valor de capital constante adiantado que foi consumida durante a produção de mercadorias. Tal parcela existia anteriormente sob a forma de meios de produção, e agora existe como componente do valor da nova mercadoria produzida. Tão logo essa mercadoria esteja convertida em dinheiro, é preciso que esse valor, agora existente como dinheiro, seja reconvertido em meios de produção, em sua forma originária, determinada pelo processo de produção e pela função que esse valor desempenha em tal processo. A função de capital desse valor em nada altera o caráter de valor [*Wertcharakter*] de uma mercadoria.

A segunda parcela de valor da mercadoria é o valor da força de trabalho que o assalariado vende ao capitalista. Ela é determinada, tal como o valor dos meios de produção, independentemente do processo de produção em que deve ingressar a força de trabalho e é fixada num ato de circulação, na compra e venda da força de trabalho, antes que esta ingresse no processo de produção. Por meio dessa função – o dispêndio de sua força de trabalho – o assalariado produz um valor-mercadoria igual ao valor que

o capitalista lhe deve pagar pelo uso dessa sua força. Ele cede ao capitalista esse valor em mercadoria, e aquele lhe paga em dinheiro. Que essa parte do valor-mercadoria seja para o capitalista apenas um equivalente do seu capital variável a ser adiantado no salário não altera absolutamente o fato de que ela é um novo valor-mercadoria, criado durante o processo de produção e que, tal como o mais-valor, não consiste senão de dispêndio já efetuado de força de trabalho. **Esse fato tampouco é afetado pela circunstância de que o valor da força de trabalho, que o capitalista paga ao trabalhador sob a forma de salário, assuma para o trabalhador a forma de renda e que, por meio desta última, seja constantemente reproduzida não só a força de trabalho, como também a classe dos assalariados como tal e, com ela, a base de toda a produção capitalista.**

**No entanto, a soma dessas duas partes de valor não forma a totalidade do valor-mercadoria. Acima de ambos, resta um excedente: o mais-valor. Este é, tal como na parcela de valor que repõe o capital variável adiantado em salário, um valor novo produzido pelo trabalhador durante o processo de produção – trabalho cristalizado. A diferença é que ele não custa nada ao proprietário do produto inteiro, ao capitalista. De fato, esta última circunstância permite ao capitalista consumi-lo integralmente como renda, caso ele não tenha de ceder partes desse mais-valor a outros participantes – como a renda fundiária ao proprietário de terras, em cujo caso, então, tais partes constituem as rendas desses participantes. Essa mesma circunstância foi também o que fez com que nosso capitalista se dedicasse em geral à produção de mercadorias. Mas nem sua intenção benevolente de abocanhar o mais-valor, nem o fato de que ele ou outras pessoas o gastam posteriormente como renda é algo que afeta o mais-valor como tal. Ele não deixa, por esse motivo, de ser trabalho não pago, trabalho cristalizado, e tampouco sofre qualquer alteração em sua grandeza, que é determinada por condições inteiramente diversas.**

Mas se A. Smith, já em seu estudo do valor-mercadoria, tivesse resolvido se ocupar, como o faz aqui, com a análise do papel que as diferentes partes desse valor desempenham no processo total de

reprodução, teria ficado claro que, embora certas partes funcionem como renda, outras o fazem, com a mesma constância, como capital – e assim, seguindo sua própria lógica, A. Smith deveria tê-las caracterizado como partes constitutivas do valor-mercadoria, ou partes nas quais este se decompõe.

A. Smith identifica a produção de mercadorias em geral com a produção capitalista de mercadorias. Desde o primeiro momento, os meios de produção são "capital", o trabalho é trabalho assalariado e, por conseguinte, "o número dos trabalhadores úteis e produtivos [...] é sempre proporcional à grandeza do capital empregado para lhes dar ocupação (*to the quantity of capital stock which is employed in setting them to work*)". (Introdução, p. 12.) Numa palavra, os diferentes fatores – objetivos e pessoais – do processo de trabalho aparecem desde um primeiro momento sob as máscaras dos papéis que eles desempenham no período de produção capitalista. Assim, a análise do valor-mercadoria coincide diretamente com a consideração de até que ponto esse valor, por um lado, é um mero equivalente do capital desembolsado, e, por outro, constitui valor "livre", que não repõe nenhum valor de capital adiantado, ou mais-valor. Comparadas entre si desse ponto de vista, as frações do valor-mercadoria se transformam imperceptivelmente em "componentes" autônomos desse valor e, por fim, em "fontes de todo valor". Outra conclusão é a de que o valor-mercadoria é composto de (ou "decompõe-se" em) rendas de diversos tipos, de tal modo que as rendas não consistem de valor-mercadoria, mas o valor-mercadoria de "rendas". Mas assim como a natureza de um valor-mercadoria *qua* valor-mercadoria ou do dinheiro *qua* dinheiro não se modifica pelo fato de funcionarem como valor de capital, tampouco se modifica a natureza de um valor-mercadoria pelo fato de que este funcione mais tarde como renda para esta ou aquela pessoa. A mercadoria com a qual A. Smith se ocupa é, desde o início, capital-mercadoria (que, além do valor de capital consumido na produção da mercadoria, inclui o mais-valor), ou seja, a mercadoria produzida de maneira capitalista, o resultado do processo de produção capitalista. Tal processo, portanto, deveria ter sido analisado previamente, bem como o

processo de valorização e de criação de valor que ele implica. Como esse processo, por sua vez, é pressuposto pela circulação de mercadorias, sua descrição também requer uma análise independente e preliminar da mercadoria. Mas mesmo nas ocasiões em que sustenta "esotericamente" pontos de vista corretos, A. Smith só leva em conta a produção de valor quando se ocupa da análise da mercadoria, isto é, da análise do capital-mercadoria.

## III. Os sucessores[7] [o]

Ricardo reproduz quase literalmente a teoria de A. Smith:

> "É preciso compreender que todos os produtos de um país são consumidos; mas existe uma enorme diferença se são consumidos por aqueles que reproduzem ou por aqueles que não reproduzem um outro valor. Quando dizemos que a renda é poupada e adicionada ao capital, o que queremos dizer é que a porção da renda adicionada ao capital é consumida pelos trabalhadores produtivos, e não pelos trabalhadores improdutivos." (*Principles etc.*, p. 163)

Na verdade, Ricardo aceitou inteiramente a teoria de A. Smith sobre a decomposição do preço da mercadoria em salário e mais-valor (ou capital variável e mais-valor). Sua discordância com ele diz respeito: 1) aos componentes do mais-valor: Ricardo elimina a renda fundiária como elemento necessário do mais-valor; 2) Ricardo *decompõe* o preço da mercadoria nesses componentes. A grandeza de valor é, portanto, o *prius* [o primeiro]. A soma dos componentes é pressuposta como grandeza dada; é dela que se deve partir, em vez de determinar *post festum* a grandeza de valor da mercadoria por meio da adição dos componentes, como o faz frequentemente A. Smith, em contradição com sua própria visão mais profunda.

Ramsay observa, contra Ricardo: "Ele parece sempre considerar a produção inteira como dividida entre salário e lucros, esquecendo-se da parte necessária à reposição do capital fixo" (*An Essay on the Distribution of Wealth*, cit., p. 174).

Por capital fixo, Ramsay entende a mesma coisa que entendo por capital constante: "O capital fixo existe numa forma que lhe permite certamente

contribuir para a produção da mercadoria que é objeto do trabalho, mas não para o sustento do trabalhador" (ibidem, p. 59).

A. Smith se opunha à consequência necessária dessa decomposição do valor-mercadoria e, portanto, também do valor do produto social anual em salário e mais-valor, ou seja, em mera renda: a consequência de que, assim, o produto anual inteiro poderia ser consumido. Pensadores originais jamais são aqueles que extraem as consequências absurdas. Eles deixam essa tarefa aos Says e MacCullochs.

[p]De fato, Say adota uma solução fácil. O que para um é adiantamento de capital, para o outro é – ou era – renda e produto líquido. A diferença entre produto bruto e líquido é puramente subjetiva, e "foi assim que o valor total de todos os produtos se distribuiu em rendas na sociedade" (Say, *Traité d'économie politique*, [Paris, Chez Deterville,] 1817, II, p. 64).

> "O valor total de cada produto compõe-se dos lucros dos proprietários fundiários, dos capitalistas e dos industriais" {o salário figura aqui como *profits des industrieux* [lucros dos industriais]!} "que contribuíram para sua fabricação. É isso que faz com que a renda da sociedade seja igual ao *valor bruto produzido*, e não, como o imaginava a seita dos economistas" {os fisiocratas}, "ao produto líquido da terra." (Ibidem, p. 63)

Proudhon, entre outros, apropriou-se desse descobrimento de Say.

Storch, que também aceita a doutrina de A. Smith em seu princípio, pensa, no entanto, que a aplicação prática de Say é insustentável:

> "Se se admite que a renda de uma nação é igual a seu produto bruto, isto é, que nenhum capital" {o certo seria: nenhum capital constante} "deve ser deduzido, então também é preciso admitir que essa nação pode consumir de modo improdutivo o valor integral de seu produto anual sem o menor prejuízo de sua renda futura [...] Os produtos que constituem o capital" {constante} "de uma nação não são consumíveis." (Storch, *Considérations sur la nature du revenu national*, Paris, [Bossange,] 1824, p. 147, 150)

Mas Storch se esqueceu de dizer como a existência dessa parte constante de capital se coaduna com a análise smithiana dos preços, que o próprio Storch aceita e de acordo com a qual o valor-mercadoria contém apenas salário e mais-valor, mas nenhuma parte de capital constante. Apenas por intermédio de Say fica claro para ele que essa análise dos

preços conduz a resultados absurdos, e sua última palavra sobre o assunto é "que é impossível decompor o preço necessário em seus elementos mais simples" (*Cours d'écon. pol.*, Petersburgo, [Pluchart,] 1815, II, p. 141).

Sismondi, que se ocupa especialmente da relação entre capital e renda e, na verdade, faz da concepção particular dessa relação a *differentia specifica* [diferença específica] de seus *Nouveaux principes*, não disse *uma única* palavra científica, não contribuiu com um átomo sequer para a elucidação do problema.

Barton, Ramsay e Cherbuliez[q] tentaram ultrapassar a concepção smithiana. Fracassam porque, desde o início, colocam o problema de modo unilateral, ao confundir a distinção entre valor de capital constante e valor de capital variável com aquela entre capital fixo e capital circulante.

Também John Stuart Mill, com sua presunção habitual, reproduz a doutrina legada por A. Smith a seus sucessores.

Resultado: a confusão de ideias smithianas persiste até hoje, e seu dogma é um dos artigos ortodoxos de fé da economia política.

---

[1] Aqui começa o manuscrito VIII. (F. E.)

[a] Originalmente, o manuscrito VIII não tem título. O título e o subtítulo são de Engels. (N. T.)

[b] Simon Nicolas Henri Linguet, *Théorie des loix civiles, ou principes fondamentaux de la sociétè* (Londres, 1767), t. 1.2; Gabriel de Mably, *Doutes proposés aux philosophes économistes*... (Haia, Paris, [Chez Nyon,] 1768). (N. T.)

[c] O minifúndio livre foi defendido por inúmeros economistas dos séculos XVIII e XIX, como Arthur Young, Richard Jones, Sismondi ou Henry George. Inexistia um consenso claro a favor da grande empresa agrária. (N. E. A.)

[2] *O capital*, Livro I, 2. ed., p. 612, nota 32 [na ed. bras., Livro I, p. 666, nota 32]. [K. M.]

[3] Também quanto a esse ponto alguns fisiocratas haviam lhe preparado o caminho, especialmente Turgot. Este lança mão, com mais frequência do que Quesnay e os demais fisiocratas, da palavra *capital* para expressar *avances* e identifica ainda mais os *avances* ou *capitaux* dos manufatureiros com os dos arrendatários. Por exemplo: "*Comme eux*" (*les entrepreneurs-manufacturiers*), "*ils*" (*les fermiers*, isto é, os arrendatários capitalistas) "*doivent recueillir, outre la rentrée des capitaux etc.*" ["Tal como estes últimos" (os empresários manufatureiros), "também eles [...] devem perceber, além do refluxo dos capitais" etc.] (Turgot, "*Œuvres*", org. Daire, Paris, 1844, t. I, p. 40). [K. M.]

[d] Em Adam Smith: "ou". (N. E. A.)

[e] Acréscimo de Engels. (N. T.)

[f] Na versão final, Engels formulou este título como "A concepção geral de Smith e suas consequências", porém o alterou para "Os pontos de vista gerais de Smith" na prova de impressão.

(N. T.)

[4] Para que o leitor não seja induzido ao erro pela frase “do preço da maior parte das mercadorias”, o que segue mostra como o próprio A. Smith explica a expressão: por exemplo, no preço do pescado de mar, não entra nenhuma renda, mas apenas salário e lucro; já no preço das *Scotch pebbles* [cornalinas escocesas], diz ele: “Em algumas partes da Escócia, algumas pessoas pobres ganham a vida recolhendo, ao longo da costa, aquelas pedrinhas multicoloridas conhecidas como cornalinas escocesas. O preço que os lapidadores pagam por elas é composto exclusivamente do salário pelo seu trabalho, já que nem a renda da terra nem o lucro fazem parte de seu preço”. [K. M.]

[g] Na segunda edição, este parágrafo foi suprimido. (N. T.)

[h] Acréscimo de Engels. (N. E. A.)

[i] Em Adam Smith: “ou”. (N. T.)

[5] Reproduzo essa frase textualmente, tal como ela aparece no manuscrito, embora no presente contexto ela pareça contradizer tanto a sentença anterior como a seguinte. Essa contradição aparente se desfaz mais adiante, no subitem “4. Capital e renda em A. Smith”. (F. E.) [Cf. p. 479. – N. T.]

[j] Não se trata aqui de uma referência a Wilhelm Roscher e sua obra *Die Grundlagen der Nationalökonomie*... (Stuttgart, Augsburg, 1858), mas, antes, a Eugen Dühring. Em suas notas marginais à obra de Dühring, *Kritische Geschichte der Nationalökonomie*, Marx observa repetidamente que esse autor utilizou-se da obra de Roscher sem mencioná-lo, razão pela qual os estudantes de história das ideias econômicas deveriam basear-se no original, Roscher, e não na cópia, Dühring (cf. MEGA-2 II/11, Berlim, Dietz, 1985, p. 1608). (N. T.)

[k] Acréscimo de Engels. (N. E. A.)

[6] Abstraímos, aqui, do fato de que Adam Smith foi particularmente infeliz na escolha de seu exemplo. O valor do cereal só é decomposto em salário, lucro e renda fundiária porque o alimento consumido pelo gado de trabalho é considerado como salário do gado de trabalho, e o gado de trabalho como trabalhadores assalariados, de modo que o trabalhador assalariado, por sua vez, é também considerado gado de trabalho. (Adendo do manuscrito II.) [F. E.]

[l] Acréscimo de Engels. (N. E. A.)

[m] Acréscimo de Engels. (N. E. A.)

[n] No manuscrito VIII (p. 13), segue-se o seguinte texto, entre chaves: “Pois para ele [o capitalista] está *adiantado* todo *valor* que ele paga *com vistas ao* processo de produção, não importando se isso ocorre *antes* ou *post festum*; ele é *adiantado* para o próprio *processo de produção*. Por isso, Quesnay define corretamente todos os elementos do capital produtivo como *avances*”. (N. T.)

[7] A partir daqui até o fim do capítulo, adendo do manuscrito II. [F. E.]

[o] Acréscimo de Engels. (N. E. A.)

[p] Nos cinco parágrafos seguintes, Engels fez um resumo de uma passagem do manuscrito II. Reproduzimos o texto correspondente no Apêndice 8, p. 663. (N. T.)

[q] Marx refere-se provavelmente aos seguintes escritos: John Barton, *Observations on the Circumstances which Influence the Condition of the Labouring Classes of Society* (Londres, [John and Arthur Arch,] 1817); George Ramsay, *An Essay on the Distribution of Wealth* (Edimburgo/Londres, 1836); Antoine Cherbuliez, *Richesse ou pauvreté. Exposition des causes et des effets*... (Paris, [Auguste le Gallois,] 1841). (N. E. A.)

# Capítulo 20

## Reprodução simples[a]

### I. Formulação do problema

Se consideramos[1] a função anual do capital social – ou seja, do capital total, do qual os capitais individuais constituem apenas frações, cujo movimento é, simultaneamente, tanto seu movimento individual como um elo do movimento do capital total – em seu resultado, isto é, se consideramos o produto-mercadoria que a sociedade fornece durante o ano, é preciso que venha à tona de que modo se realiza o processo de reprodução do capital social, que características distinguem esse processo do processo de reprodução de um capital individual e que características são comuns a ambos. O produto anual engloba tanto as partes do produto social que repõem capital – a reprodução social[b] – como as partes que correspondem ao fundo de consumo e que são consumidas por trabalhadores e capitalistas, ou seja, tanto o consumo produtivo como o individual. Engloba, igualmente, a reprodução[c] (isto é, a conservação) da classe capitalista e a da classe trabalhadora, bem como, por conseguinte, a reprodução do caráter capitalista do processo total de produção.

O que temos de analisar é, evidentemente, a figura da circulação:

$$M' - \begin{cases} \text{D-M}\ldots\text{P}\ldots\text{M}' \\ \\ d\text{-}m^{****} \end{cases}$$

[d]

De fato, nela o consumo desempenha um importante papel, pois o ponto de partida M' = M + *m*, o capital-mercadoria, compreende tanto o valor de

capital constante e variável como o mais-valor. Seu movimento engloba, assim, tanto o consumo individual quanto o produtivo. Nos ciclos D-M…P…M’-D’ e P…M’-D’-M…P, o movimento do *capital* é ponto de partida e de chegada, o que também implica o consumo, é claro, já que é preciso vender a mercadoria, o produto. Mas uma vez pressuposto que isso tenha ocorrido, o que em seguida venha a ocorrer com essa mercadoria é algo indiferente para o movimento do capital individual. No movimento de M’…M’, ao contrário, as condições da reprodução social podem ser reconhecidas precisamente pelo fato de ser necessário demonstrar o que acontece com cada parte de valor desse produto total M’. O processo total de reprodução implica aqui o processo de consumo mediado pela circulação, assim como implica o processo de reprodução do próprio capital.

E precisamente, para o objetivo que nos fixamos, é preciso considerar o processo de reprodução do ponto de vista tanto da reposição do valor como da reposição da matéria dos componentes individuais de M’. Diferentemente de quando analisávamos o valor-produto criado pelo capital individual, agora já não podemos mais nos contentar com o *pressuposto* de que o capitalista individual pode primeiramente converter em dinheiro os componentes de seu capital por meio da venda de seu produto-mercadoria e, em seguida, reconvertê-los em capital produtivo mediante uma nova compra dos elementos de produção no mercado de mercadorias. Esses elementos de produção, sendo de natureza material [*sachlicher*], constituem tanto um componente do capital social como o produto acabado individual que é por eles trocado e reposto. Por outro lado, o movimento da parcela do produto-mercadoria social que é consumida pelo trabalhador quando gasta seu salário e pelo capitalista quando gasta seu mais-valor não é só um elo integrante do movimento do produto total, mas algo que se entrelaça com o movimento dos capitais individuais, e não é possível explicar o processo desse movimento simplesmente tomando-o por pressuposto.

A questão que a nós se apresenta diretamente é: como se repõe, segundo seu valor[e] e a partir do produto anual, o capital consumido na produção, e

como o movimento dessa reposição se entrelaça com o consumo que os capitalistas e os trabalhadores efetuam, respectivamente, do mais-valor e do salário? Além disso, não só se pressupõe que os produtos se trocam por seu valor, mas também que não ocorre nenhuma revolução de valor nos componentes do capital produtivo. Embora os preços divirjam dos valores, essa circunstância não pode, de resto, exercer nenhuma influência no movimento do capital social. Tal como antes, trocam-se, no total, as mesmas massas de produtos, ainda que a participação dos capitalistas individuais nas relações de valor deixem de ser proporcionais a seus respectivos adiantamentos e às massas de mais-valor produzidas individualmente por cada um deles. Mas as revoluções no valor, na medida em que são gerais e se distribuem de modo uniforme, não alteram em nada as relações entre os componentes de valor do produto total anual. Pelo contrário, por serem parciais e não se distribuírem uniformemente, representam perturbações que, *em primeiro lugar*, só podem ser compreendidas como tais quando consideradas como *desvios* de relações permanentes de valor; *em segundo lugar*, porém, estando demonstrada a lei segundo a qual uma parcela de valor do produto anual repõe capital constante, enquanto outra parcela repõe capital variável, conclui-se que uma revolução, seja no valor do capital constante, seja no do capital variável, não modificaria em nada essa lei. Tal revolução só alteraria as grandezas relativas das parcelas de valor que funcionam numa ou noutra qualidade, porquanto os valores originários seriam substituídos por outros valores[f].

Enquanto examinávamos individualmente a produção de valor e o valor-produto do capital, a forma natural do produto-mercadoria era absolutamente indiferente para a análise, não importando, por exemplo, se ela consistia em máquinas, cereais ou espelhos. Estes não eram mais do que exemplos, e qualquer ramo da produção podia, na mesma medida, servir como ilustração. O que nos interessava era o processo direto de produção, que se apresenta em cada ponto como processo de um capital individual. Quando se considerava a reprodução do capital, bastava pressupor que, no interior da esfera da circulação, a parte do produto-mercadoria que

representa valor de capital encontra a oportunidade de se reconverter em seus elementos de produção e, por conseguinte, em sua configuração como capital produtivo, exatamente como bastava pressupor que o trabalhador e o capitalista encontravam já dadas no mercado as mercadorias em que gastavam o salário e o mais-valor. Essa maneira puramente formal de exposição já não basta para a consideração do capital social total e do seu valor-produto. A reconversão de uma parte do valor-produto em capital o ingresso de outra parte no consumo individual tanto da classe capitalista como da classe trabalhadora compõem um movimento no interior do próprio valor-produto, valor no qual resultou o capital total; e esse movimento é reposição não só de valor, como de matéria, sendo, portanto, condicionado tanto pela inter-relação dos componentes de valor do produto social como por seu valor de uso, sua configuração material.

[2]A reprodução simples em escala constante aparece, nesse sentido, como uma abstração, na medida em que, por um lado, a ausência de toda acumulação ou reprodução em escala ampliada é uma suposição estranha sobre a base capitalista e, por outro, as condições nas quais se produz não permanecem absolutamente inalteradas (o que aqui se pressupôs) no decorrer dos anos. O pressuposto é que um capital social de valor dado, neste ano tal como no ano anterior, fornecerá a mesma massa de valores-mercadorias e satisfará a mesma quantidade de necessidades, ainda que as formas das mercadorias possam se alterar no processo de reprodução. Porém, na medida em que há uma acumulação, a reprodução simples é sempre uma parte dela; ela pode, portanto, ser examinada em si mesma e constitui um fator real da acumulação. O valor do produto anual pode diminuir mesmo que a massa dos valores de uso continue inalterada; o valor pode permanecer o mesmo, ainda que diminua a massa dos valores de uso; a massa de valor e a massa de valores de uso reproduzidos podem diminuir simultaneamente. Tudo isso deriva do fato de que a reprodução ocorre, seja sob condições mais favoráveis que antes, seja sob condições menos favoráveis, que podem resultar numa reprodução imperfeita, defeituosa. Tudo isso pode afetar apenas o aspecto quantitativo dos diversos elementos da reprodução, mas não os papéis que eles desempenham no processo total

como capital reprodutor ou renda reproduzida.

## II. Os dois setores da produção social[3] [g]

O produto total – portanto, também a produção total – da sociedade se decompõe em dois grandes setores:

1. *Meios de produção*: mercadorias que, dada a sua forma, têm de entrar no consumo produtivo, ou pelo menos podem fazê-lo.
2. *Meios de consumo*: mercadorias que, dada a sua forma, entram no consumo individual da classe capitalista e da classe trabalhadora.

Em cada um desses setores, os diversos ramos da produção que o compõem formam um único grande ramo de produção: o dos meios de produção, num caso, e o dos artigos de consumo, no outro. O capital total empregado em cada um desses dois ramos de produção constitui um grande setor particular do capital social.

Em cada setor, o capital se decompõe em duas partes:

1. *Capital variável*. Considerado de acordo com o *valor*, é igual ao valor da força de trabalho empregada nesse ramo de produção, ou seja, é igual à soma dos salários pagos por essa força de trabalho. Considerado de acordo com sua matéria, consiste da própria força de trabalho ativa, isto é, do trabalho vivo posto em movimento por esse valor de capital.
2. *Capital constante*, isto é, o valor de todos os meios de produção empregados para a produção nesse ramo. Tais meios de produção se decompõem, por sua vez, em capital *fixo* (máquinas, ferramentas de trabalho, edifícios, gado de trabalho etc.), e em capital constante *circulante* (materiais de produção, como matérias-primas e materiais auxiliares, produtos semifabricados etc.).

O valor do produto total anual gerado com ajuda desse capital em cada um dos dois setores se decompõe numa parcela de valor que representa o capital constante *c* – consumido na produção e apenas transferido ao

produto de acordo com seu valor – e na parcela de valor adicionada por meio do trabalho anual inteiro. Esta última se decompõe, por sua vez, na reposição do capital variável adiantado *v* e no excedente acima desse capital, excedente este que constitui o mais-valor *m*. Assim como o valor de cada mercadoria individual, também o valor do produto total anual de cada setor se decompõe em $c + v + m$.

A parcela de valor *c*, que representa o capital constante *consumido* na produção, não coincide com o valor do capital constante *empregado* na produção. É verdade que os materiais de produção são inteiramente consumidos e seus valores, plenamente transferidos ao produto. Mas apenas uma parte do capital *fixo* empregado[h] é inteiramente consumida e tem, assim, seu valor transferido ao produto. Outra parte do capital fixo – máquinas, edifícios etc. – continua a existir e a funcionar do mesmo modo que antes, embora com um valor reduzido pela depreciação anual. Essa parte do capital fixo que continua a funcionar não existe para nós quando consideramos o valor-produto. Ela constitui uma parte do valor de capital independente desse novo valor-mercadoria produzido, uma parte que existe ao lado deste último. Isso já ficou evidente na consideração do valor-produto de um capital individual (Livro I, cap. 6, p. 192[i]). **Aqui, no entanto, temos de abstrair provisoriamente do modo de análise que aplicamos naquela ocasião**. Ao examinar o valor-produto do capital individual, vimos que o valor deduzido do capital fixo em razão de sua depreciação se transfere ao produto-mercadoria gerado durante o tempo em que se efetua essa depreciação, independentemente do fato de, durante esse tempo, uma parte desse capital fixo ter sido ou não reposta *in natura* com esse valor transferido. Aqui, ao contrário, na consideração do produto social total e seu valor, é necessário abstrair, ainda que provisoriamente, da parcela de valor que, durante o ano, é transferida ao produto anual pela depreciação do capital fixo, a menos que esse capital fixo seja reposto *in natura* durante o ano. **Numa das seção posteriores[j] deste mesmo capítulo, analisaremos esse ponto separadamente**.

* * *

Para nossa investigação da reprodução simples, nos basearemos no seguinte esquema, no qual $c$ = capital constante, $v$ = capital variável, $m$ = mais-valor e a proporção de valorização $^{m}/_{v}$ é suposta como sendo 100%. Os valores podem significar milhões de marcos, francos ou libras esterlinas.

I. Produção de meios de produção:

| | |
|---|---|
| Capital | 4.000$c$ + 1.000$v$ = 5.000 |
| Produto-mercadoria | 4.000$c$ + 1.000$v$ + 1.000$m$ = 6.000 |

existentes em meios de produção.

II. Produção de meios de consumo:

| | |
|---|---|
| Capital | 2.000$c$ + 500$v$ = 2.500 |
| Produto-mercadoria | 2.000$c$ + 500$v$ + 500$m$ = 3.000 |

existentes em meios de consumo.

Recapitulando, o produto anual total:

I) 4.000$c$ + 1.000$v$ + 1.000$m$ = 6.000 em meios de produção.
II) 2.000$c$ + 500$v$ + 500$m$ = 3.000 em meios de consumo.

Valor total = 9.000, do qual se exclui o capital fixo que, conforme o pressuposto, continua a funcionar em sua forma natural.

Se investigarmos agora as trocas necessárias sobre a base da reprodução simples, na qual, portanto, o mais-valor inteiro é consumido de maneira improdutiva, e deixarmos provisoriamente de lado a circulação monetária que serve de mediação a essa reprodução, teremos como resultado, desde o primeiro momento, três grandes pontos de apoio.

1. Os 500$v$, o salário dos trabalhadores, e os 500$m$, o mais-valor dos capitalistas do setor II, têm de ser gastos em meios de consumo. Mas

seu valor existe nos meios de consumo no valor de 1.000, que, nas mãos dos capitalistas do setor II, repõem os 500*v* adiantados e representam os 500*m*. O salário e o mais-valor do setor II são, pois, trocados no interior desse setor por produtos de II. Com isso, desaparecem do produto total artigos no valor de (500*v* + 500*m*) II = 1.000.

2. Os 1.000*v* + 1.000*m* do setor I têm de ser igualmente gastos em meios de consumo, ou seja, em produtos do setor II. Precisam, portanto, ser trocados pelo que resta desse produto, por uma soma igual à da parcela de capital constante, 2.000*c*. Em troca, o setor II recebe um montante equivalente em meios de produção, produto de I, ao qual se incorpora o valor de 1.000*v* + 1.000*m* de I. Com isso, desaparecem da conta 2.000 II *c* e (1.000*v* + 1.000*m*) I.
3. Restam, ainda, 4.000 I *c*. Estes consistem em meios de produção, que só podem ser usados no setor I, servindo para a reposição de seu capital constante consumido e, assim, sendo liquidados pela troca recíproca entre os diversos capitalistas de I, do mesmo modo como os (500*v* + 500*m*) II eram liquidados pela troca entre trabalhadores e capitalistas – ou, no caso em questão, entre os diversos capitalistas de II.

**Isso basta, por ora, para facilitar o entendimento do que segue.**

## III. O intercâmbio entre os dois setores: I(v + m) e IIc[4] [k]

**Comecemos pela grande troca entre as duas classes.** (1.000*v* + 1.000*m*) I: esses valores, que nas mãos de seus produtores existem na forma natural de meios de produção, são trocados por 2.000 II*c*, por valores que existem na forma natural de meios de consumo. Desse modo, a classe dos capitalistas II voltou a converter seu capital constante = 2.000 da forma de meios de consumo na forma de meios de produção de meios de consumo, isto é, numa forma na qual seu capital pode funcionar novamente como fator do processo de trabalho e, com vistas à valorização, como valor de capital

constante. Por outro lado, isso faz com que os equivalentes da força de trabalho em I (1.000 I*v*) e do mais-valor dos capitalistas I (1.000 I*m*) se realizem em meios de consumo; ambos abandonaram sua forma natural de meios de produção e adotaram uma forma natural, na qual podem ser consumidos como renda.

Essa conversão mútua, porém, efetua-se por intermédio de uma circulação monetária que tanto lhe serve de medição como dificulta sua intelecção, mas que é de importância decisiva, porquanto a parte variável do capital tem sempre de reaparecer novamente em forma-dinheiro, como capital monetário que se converte de forma-dinheiro em força de trabalho. Em todos os ramos de negócio praticados simultaneamente, uns ao lado dos outros, na periferia inteira da sociedade, é preciso que o capital variável seja adiantado em forma-dinheiro, não importando se esses ramos pertencem ao setor I ou II. O capitalista compra a força de trabalho antes que esta ingresse no processo de produção, mas só a paga nos prazos combinados, depois de ela já ter sido gasta na produção de valor de uso. Assim como a parcela de valor restante do produto, ao capitalista também pertence a parte deste último que é apenas um equivalente do dinheiro gasto no pagamento da força de trabalho, isto é, da parcela de valor do produto que representa o valor variável de capital. Nessa própria parcela de valor, o trabalhadora já lhe forneceu o equivalente de seu salário. Mas é a reconversão da mercadoria em dinheiro, de sua venda, que restitui ao capitalista seu capital variável como capital monetário, o qual ele pode adiantar uma vez mais para a compra de força de trabalho.

No setor I, portanto, o capitalista coletivo pagou £1.000 (digo libras esterlinas apenas para indicar que se trata de valor em *forma-dinheiro*) = 1.000*v* aos trabalhadores pela parcela de valor do produto I que já existia como parte *v*, isto é, dos meios de produção por eles produzidos. Com essas £1.000, os trabalhadores compram dos capitalistas II meios de consumo no mesmo valor e, assim, convertem em dinheiro a metade do capital constante II; os capitalistas II, por sua vez, compram do capitalista I, com essas £1.000, meios de produção no valor de 1.000; desse modo, no que diz respeito aos capitalistas I, o valor variável de capital = 1.000*v* –

que existia como parte de seu produto na forma natural de meios de produção – é reconvertido em dinheiro e pode agora, nas mãos dos capitalistas I, funcionar novamente como capital monetário que se converte em força de trabalho, isto é, no elemento mais essencial do capital produtivo. Por essa via, seu capital variável reflui para eles em forma-dinheiro, em decorrência da realização de uma parte de seu capital-mercadoria.

Mas no que diz respeito ao dinheiro necessário para a conversão da parte *m* do capital mercantil I pela segunda metade da parte constante de capital II, tal soma pode ser adiantada de diversas maneiras. Na realidade, essa circulação engloba uma massa inumerável de operações isoladas de compra e venda, efetuadas pelos indivíduos capitalistas de ambas as categorias, mas em todas as circunstâncias o dinheiro tem de proceder desses capitalistas, uma vez que já descontamos a massa de dinheiro lançada na circulação pelos trabalhadores. Com o capital monetário que possui junto a seu capital produtivo, um capitalista do setor II pode adquirir meios de produção de um capitalista do setor I, ou, inversamente, um capitalista do setor I pode adquirir meios de consumo de um capitalista do setor II com recursos do fundo monetário destinado a despesas pessoais, não a desembolsos de capital. Como já expusemos nas seções I e II, em todas as circunstâncias – seja para adiantamentos de capital, seja para o dispêndio de renda – é preciso supor a existência, nas mãos do capitalista e ao lado do capital produtivo, de certas reservas de dinheiro. Suponhamos que a metade do dinheiro – a proporção é, nesse caso, totalmente indiferente para nosso objetivo – seja adiantada pelo capitalista II na compra de meios de produção, destinada a repor seu capital constante, e que a outra metade seja gasta pelos capitalistas I no consumo, de modo que o setor II adiante £500 e, com essa soma, compre meios de produção de I, repondo assim (incluindo as £1.000 anteriores, procedentes dos trabalhadores de I), *in natura*, ¾ de seu capital constante; com as £500 assim obtidas, o setor I compra meios de consumo de II e, desse modo, percorre, no que diz respeito à metade da parte de seu capital-mercadoria que consiste de *m*, a circulação *m*-*d*-*m*, com o que ele realiza seu produto

no fundo de consumo. Por meio desse segundo processo, as £500 retornam às mãos de II como capital monetário que esse setor possui junto a seu capital produtivo. Por outro lado, I gasta £500 na compra de artigos de consumo de II, a título de antecipação da venda daquela metade da parte *m* de seu capital-mercadoria que continua armazenada como produto. Com as mesmas £500, II compra meios de produção de I e, desse modo, repõe integralmente *in natura* seu capital constante (1.000 + 500 + 500 = 2.000), enquanto I realiza todo seu mais-valor em meios de consumo. No conjunto, tem-se um intercâmbio de mercadorias num montante de £4.000, com uma circulação monetária de £2.000, resultando esta última grandeza unicamente do fato de termos apresentado o produto anual total como algo que se intercambia de uma vez, em poucas cotas de grande volume. O único aspecto importante a esse respeito é a circunstância de que II não só reconverteu seu capital constante – reproduzido na forma de meios de consumo – na forma de meios de produção, como, além disso, retornam para ele as £500 adiantadas na circulação para a compra de meios de produção; que, igualmente, I não só volta a possuir seu capital constante – reproduzido em forma de meios de consumo – em forma monetária, como capital monetário que pode, uma vez mais, ser diretamente convertido em força de trabalho, como, além disso, refluem para as suas mãos as £500 que ele, antes da venda da parte de seu capital consistente de mais-valor, antecipara na aquisição de meios de consumo. Porém, o fazem não em virtude do gasto efetuado, mas da venda posterior de uma das partes de seu produto-mercadoria, portadora da metade de seu mais-valor.

Em ambos os casos, o que ocorre não é apenas que o capital constante de II é reconvertido da forma de produtos à forma natural de meios de produção, a única na qual ele pode funcionar como capital; e, do mesmo modo, não é apenas a parte variável de capital de I que é reconvertida em forma-dinheiro, enquanto a parte de mais-valor dos meios de produção de I volta a ser transformada numa forma consumível como renda, assim como também refluem para II as £500 de capital monetário que ele adiantou para a compra de meios de produção, antes de ter vendido a parcela de valor do capital constante – existente na forma de meios de consumo – que lhes

corresponde e os compensa; mais do que isso, para as mãos de I refluem as £500 que ele gastou antecipadamente na aquisição de meios de consumo. Se para II reflui o dinheiro adiantado à custa da parte constante de seu produto-mercadoria, e para I o dinheiro adiantado à custa de uma fração de mais-valor de seu produto-mercadoria, isso ocorre apenas porque uma categoria de capitalistas lançou na circulação uma soma de £500 além do capital constante existente sob a forma-mercadoria II, enquanto outra categoria lançou na circulação uma soma igual além do mais-valor existente na forma-mercadoria I. Em suma, elas se pagaram uma à outra integralmente, mediante o intercâmbio de seus respectivos equivalentes-mercadoria. O dinheiro que cada um deles lançou na circulação além dos importes de valor de suas mercadorias, como meio desse intercâmbio de mercadorias, retorna para eles *pro rata* à cota que cada um lançou na circulação. Com essa operação, não enriqueceram um só centavo. II possuía um capital constante de 2.000 sob a forma de meios de consumo + 500 em dinheiro, e agora possui 2.000 em meios de produção e 500 em dinheiro, como antes; do mesmo modo, I possui, como antes, um mais-valor de 1.000 (composto de mercadorias, meios de produção, agora transformados em fundo de consumo) + 500 em dinheiro. Conclusão geral: do dinheiro que os capitalistas industriais lançam na circulação para mediar a circulação de suas próprias mercadorias, seja à custa da parte constante de valor da mercadoria, seja à custa do mais-valor existente nas mercadorias, na medida em que esse mais-valor é gasto como renda, retorna às mãos dos respectivos capitalistas a mesma quantidade por eles adiantada para a circulação monetária.

No que diz respeito à reconversão do capital variável da classe I em forma-dinheiro, tal capital existe para os capitalistas I, depois que o desembolsaram em salários, sob a forma-mercadoria, que é a forma na qual ele lhes foi fornecido pelos trabalhadores. Os capitalistas o pagaram aos trabalhadores em forma-dinheiro, como preço de sua força de trabalho. Pagaram, assim, o componente de valor de seu produto-mercadoria, que é igual a esse capital variável desembolsado em dinheiro. Em razão disso, eles também são proprietários dessa parcela do produto-mercadoria. Mas a

parte da classe trabalhadora por eles empregada não é compradora dos meios de produção que ela mesma produz, mas dos meios de consumo que II produz. Portanto, o capital variável adiantado em dinheiro para o pagamento da força de trabalho não retorna diretamente às mãos dos capitalistas I. Por meio das compras dos trabalhadores, ele passa às mãos dos capitalistas que produzem as mercadorias necessárias e, em geral, acessíveis ao círculo dos trabalhadores, ou seja, às mãos dos capitalistas II, e somente quando os trabalhadores empregam esse dinheiro na compra de meios de produção, apenas mediante esse rodeio ele retorna às mãos dos capitalistas I.

Disso resulta que, na reprodução simples, a soma de valor $v + m$ do capital-mercadoria I (portanto, também uma parte proporcional correspondente do produto-mercadoria total I) tem de ser igual ao capital constante II*c*, que é, ele também, retirado do produto-mercadoria total da classe II como uma parte proporcional deste último; ou, ainda, I $(v + m)$ = II*c*.

## IV. O intercâmbio no interior do setor II. Meios de subsistência e artigos de luxo[I]

Do valor do produto-mercadoria criado pelo setor II resta-nos investigar apenas os componentes $v + m$. Seu exame não guarda qualquer relação com a questão mais importante que aqui nos ocupa: em que medida a decomposição do valor de cada produto-mercadoria capitalista individual em $c + v + m$, ainda que mediada por diversas formas de manifestação, é válida também para o valor do produto anual total? Essa questão é resolvida, de um lado, pelo intercâmbio de I $(v + m)$ por II*c* e, de outro, pela investigação, que reservamos para mais adiante, da reprodução de I*c* no produto-mercadoria anual I. Como II $(v + m)$ existe sob a forma natural de artigos de consumo; como o capital variável adiantado aos trabalhadores em pagamento da força de trabalho tem de ser gasto por estes últimos, de modo geral, em meios de consumo; e como a parcela de valor *m* das mercadorias, pressupondo-se a reprodução simples, é gasta de fato como

renda, em meios de consumo, fica claro *prima facie* [à primeira vista] que os trabalhadores II recompram, com o salário recebido dos capitalistas II, uma parte de seu próprio produto, a qual corresponde ao volume do valor monetário obtido como salário. Desse modo, a classe capitalista II reconverte em forma-dinheiro o capital monetário por ela adiantado no pagamento da força de trabalho; é exatamente o mesmo que se ela tivesse pago os trabalhadores em simples fichas de valor. Tão logo os trabalhadores realizam essas fichas de valor mediante a compra de uma parte do produto-mercadoria por eles produzido e pertencente aos capitalistas, tais fichas retornam às mãos destes últimos; a única diferença é que aqui a ficha não só representa valor, como o possui em sua corporeidade de ouro ou prata. Posteriormente, investigaremos com mais detalhes essa espécie de refluxo do capital variável adiantado em forma-dinheiro por meio do processo no qual a classe trabalhadora aparece como compradora e a classe dos capitalistas, como vendedora. Aqui se trata, porém, de outro ponto a ser esclarecido com relação a esse refluxo do capital variável ao seu ponto de partida.

O setor II da produção anual de mercadorias consiste dos mais variados ramos industriais, os quais, no entanto – no que tange a seus produtos –, podem ser decompostos em dois grandes subsetores:

a. Meios de consumo que entram no consumo da classe trabalhadora e que, na medida em que são meios de subsistência, compõem também uma parte do consumo efetuado pela classe capitalista, ainda que, no que diz respeito à qualidade e ao valor, distingam-se frequentemente dos artigos destinados aos trabalhadores. Para o fim aqui proposto, podemos resumir esse subsetor inteiro sob a rubrica dos meios de consumo *necessários*, sendo totalmente indiferente se tal ou qual produto, como por exemplo o tabaco, é ou não um meio de consumo necessário do ponto de vista fisiológico; basta que o seja por força do costume.
b. Artigos de consumo de *luxo*, que entram apenas no consumo da classe capitalista e, portanto, só podem ser trocados por mais-valor gasto,

> que jamais recai sobre o trabalhador. Na primeira rubrica está claro que o capital variável adiantado na produção dos tipos de mercadorias que dela fazem parte tem de refluir diretamente, sob a forma-dinheiro, para a parte da classe capitalista II (ou seja, para os capitalistas II*a*) que produz esses meios de subsistência. Tais capitalistas vendem esses meios a seus próprios trabalhadores pelo montante do capital variável pago a estes últimos em salários. Esse refluxo é *direto* no que diz respeito a todo esse subsetor *a* da classe capitalista II, por numerosas que sejam as transações entre os capitalistas dos diferentes ramos industriais envolvidos, por meio das quais esse capital variável refluente é distribuído *pro rata*. São processos de circulação cujos meios de circulação são fornecidos pelo dinheiro gasto pelos trabalhadores. Mas diferente é o que ocorre com o subsetor II*b*. A parte integral do produto de valor com a qual aqui temos de lidar, II*b* (*v* + *m*), existe sob a forma natural de artigos de luxo, isto é, de artigos que a classe trabalhadora tem tão pouca possibilidade de comprar quanto o valor-mercadoria I*v*, que existe sob a forma de meios de produção, ainda que esses artigos de luxo, como aqueles meios de produção, sejam produtos desses trabalhadores. O refluxo por meio do qual o capital variável adiantado nesse setor retorna aos produtores capitalistas em sua forma-dinheiro não pode, portanto, ser direto, mas tem de ser mediado, de modo análogo ao caso de I*v*.

Suponha-se, por exemplo, como mencionado anteriormente, para toda a classe II: *v* = 500, *m* = 500; mas que o capital variável e seu mais-valor correspondente sejam distribuídos da seguinte forma:

Subsetor *a*: meios de subsistência: *v* = 400, *m* = 400; portanto, uma massa de mercadorias em meios necessários de consumo no valor de 400*v* + 400*m* = 800, ou II*a* (400*v* + 400*m*).

Subsetor *b*: artigos de luxo no valor de 100*v* + 100*m* = 200, ou II*b* (100*v* + 100*m*).

Os trabalhadores da II*b* receberam, em troca de sua força de trabalho, 100 em dinheiro, digamos, £100; com estas, eles compram dos capitalistas

II*a* meios de consumo no montante de 100. Essa classe capitalista, com tal quantia, compra 100 da mercadoria II*b*, com o que o capital variável dos capitalistas II*b* reflui para estes últimos sob a forma-dinheiro.

Em II*a* existem novamente 400*v* em forma-dinheiro nas mãos dos capitalistas mediante a troca estabelecida com seus próprios trabalhadores; além disso, aos trabalhadores II*b* cedeu-se ¼ da parte de seu produto que representa o mais-valor e, em troca, recebeu-se II*b* (100*v*) em artigos de luxo.

Ora, se pressupusermos que os gastos de renda dos capitalistas II*a* e II*b* se distribuem numa proporção igual em meios de subsistência e artigos de luxo – suponhamos que ambos gastam ⅗ em meios de subsistência e ⅖ em artigos de luxos –, teremos que os capitalistas da subclasse II*a* desembolsam sua renda de mais-valor, de 400*m*, da seguinte forma: ⅗ em seus próprios produtos, meios de subsistência, ou seja, 240, e ⅖ = 160 em artigos de luxo. Do mesmo modo, os capitalistas da subclasse II *b* distribuirão seu valor = 100*m* da seguinte forma: ⅗ = 60 em meios de subsistência e ⅖ = 40 em artigos de luxo: estes últimos produzidos e intercambiados no interior de sua própria subclasse.

Os 160 de artigos de luxo que (II*a*)*m* recebe fluem para o capitalista II*a* da seguinte forma: dos 400*m* (II*a*), como vimos, 100 na forma de meios de subsistência foram trocadas por um mesmo importe de (II*b*)*v* em artigos de luxo, e outros 60 na forma de meios de subsistência foram trocados por (II*b*)60*m* em artigos de luxo. O cálculo total é, então, o seguinte:

II*a*: 400*v* + 400*m*; II *b*: 100*v* + 100*m*.

1. 400*v* (*a*) são consumidos pelos trabalhadores II*a*, de cujo produto (meios de subsistência) eles constituem uma parte; os trabalhadores os compram dos produtores capitalistas de seu próprio setor. A estes capitalistas retornam, desse modo, £400 em dinheiro, que é o capital variável de 400 pago em salários a esses mesmos trabalhadores; com essa soma, podem voltar a comprar força de trabalho.
2. Uma parte dos 400*m* (*a*), igual a 100*v* (*b*), ou seja, ¼ do mais-valor

(*a*), é realizada em artigos de luxo como se segue: os trabalhadores (*b*) receberam £100 em salários dos capitalistas de seu setor (*b*); com essa soma, compram ¼ de *m* (*a*), isto é, mercadorias que consistem em meios de subsistência; os capitalistas de *a*, com esse dinheiro, compram artigos de luxos no mesmo valor = 100*v* (*b*), isto é, metade de toda a produção de luxo. Desse modo, aos capitalistas *b* retorna seu capital variável em forma-dinheiro, e eles podem reiniciar sua reprodução por meio de uma nova compra da força de trabalho, uma vez que todo o capital constante da classe II já foi reposto mediante a troca de I (*v* + *m*) por II*c*. Assim, a força de trabalho dos trabalhadores que produzem artigos de luxo só pode ser novamente vendida na medida em que a parte de seu próprio produto criada como equivalente de seu salário é atraída pelos capitalistas II*a* para seu fundo de consumo, ou seja, é convertida em dinheiro. (O mesmo vale para a venda da força de trabalho no caso de I, já que o II*c* trocado por I (*v* + *m*) consiste tanto em artigos de luxo como em meios de subsistência, e o que é renovado por I (*v* + *m*) consiste tanto em meios para produzir artigos de luxo como em meios para produzir meios de subsistência.)

3. Chegamos, agora, ao intercâmbio entre *a* e *b*, que é apenas o intercâmbio entre os capitalistas dos dois subsetores. Até aqui, o capital variável (400*v*) e uma parte do mais-valor foram liquidados (100*m*) em *a*, e o capital variável (100*v*), em *b*. Ademais, partimos do pressuposto de que a proporção média do gasto capitalista de rendas em ambas as classes era de ⅖ para suprir necessidades de luxo e ⅗ para necessidades vitais. Desse modo, além dos 100 já gastos em artigos de luxo, sobre a inteira subclasse *a* recaem 60 destinados a gastos com luxo, enquanto a subclasse *b*, na mesma proporção, tem de arcar com 40.

(II*a*)*m* é, portanto, repartido em 240 para meios de subsistência e 160 para artigos de luxo = 240 + 160 = 400*m* (II*a*).

(II*b*)*m* se reparte em 60 para meios de subsistência e 40 para artigos de

luxo: 60 + 40 = 100*m* (II*b*). Os últimos 40 essa classe consome de seu próprio produto ($\frac{2}{5}$ de seu mais-valor); os 60 para meios de subsistência ela obtém ao trocar 60 de seu mais-produto por 60*m* (*a*).

Temos, portanto, para toda a classe capitalista II (na qual *v* + *m* existe no subsetor *a* como meios de subsistência e no subsetor *b* como artigos de luxo):

I*a* (400*v* + 400*m*) + II *b* (100*v* + 100*m*) = 1.000; realizados, por este movimento, da seguinte forma: 500*v* (*a* + *b*) {realizado em 400*v* (*a*) e 100*m* (*a*)} + 500*m* (*a* + *b*) {realizados em 300*m* (*a*) + 100*v* (*b*) + 100*m* (*b*)} = 1.000.

Para *a* e *b*, considerados individualmente, obtemos a realização seguinte:

$$\frac{v}{400v\ (a)} + \frac{m}{240m\ (a) + 100v\ (b) + 60m\ (b)} = 800$$

$$\frac{v}{100v\ (a)} + \frac{m}{60m\ (a) + 40v(b)} = 200$$

$$= 1.000$$

Se, em nome da simplicidade, mantivermos a mesma proporção entre capital variável e capital constante (o que, diga-se de passagem, não é de modo algum necessário), obteremos para 400*v* (*a*) um capital constante = 1.600 e para 100*v* (*b*) um capital constante = 400 e teremos, para II, os seguintes setores *a* e *b*:

II*a* 1.600*c* + 400*v* + 400*m* = 2.400
II*b* 400*c* + 100*v* + 100*m* = 600

e, em conjunto:

2.000*c* + 500*v* + 500*m* = 3.000

Desse modo, dos 2.000 II*c* em meios de consumo, que são trocados por 2.000 I (*v* + *m*), 1.600 são convertidos em meios de produção de meios de subsistência e 400 em meios de produção de artigos de luxo.

As 2.000 I (*v* + *m*) se decomporiam, assim, em (800*v* + 800*m*) I para *a* = 1.600 em meios de produção de meios de subsistência e (200*v* + 200*m*) I para *b* = 400 em meios de produção de artigos de luxo.

Uma parte significativa não só dos meios de trabalho propriamente ditos mas também das matérias-primas e dos materiais auxiliares etc. é a mesma para os dois setores. Mas no que diz respeito às trocas entre as diversas parcelas de valor do produto total I(*v* + *m*), essa divisão seria absolutamente indiferente. Tanto as 800 I*v* como as 200 I*v* apresentadas anteriormente se realizam conforme o salário é gasto em meios de consumo no montante de 1.000 II*c*, isto é, o capital monetário adiantado para os salários se distribui uniformemente, em seu retorno, entre os produtores capitalistas I, ou seja, repõe para eles, *pro rata*, em dinheiro, o capital variável que adiantaram; por outro lado, no que diz respeito à realização das 1.000 I*m*, também aqui os capitalistas retirarão uniformemente (em proporção à grandeza de seu *m*) do total da segunda metade de II*c* = 1.000, isto é, 600 II*a* e 400 II*b* em meios de consumo; aqueles, portanto, que repõem o capital constante de II*a:*

480 (3/5) de 600*c* (II*a*) e 320 (2/5) de 400*c* (II*b*) = 800,

que repõem o capital constante de II*b*:

120 (3/5) de 600*c* (II*a*) e 80 (2/5) de 400*c* (II*b*) = 200.[m]

Total: 1.000.

O arbitrário, aqui, tanto para I como para II, é a proporção entre o capital variável e o constante, assim como o fato de tal proporção ser a mesma para I e II e para seus subsetores. No que diz respeito a essa identidade, só a adotamos aqui para simplificar, e a adoção de diferentes proporções não modificaria, absolutamente, as condições do problema e sua solução. Mas, uma vez pressuposta a reprodução simples, seu resultado necessário é o seguinte:

1. Que o novo produto de valor do trabalho anual (que pode ser decomposto em *v* + *m*), criado sob a forma natural de meios de produção, é igual ao valor constante de capital *c* do valor-produto criado pela outra parte do trabalho anual, reproduzido sob a forma de meios de consumo. **Se fosse menor que II*c*, II não poderia repor integralmente seu capital constante; se fosse maior, restaria um excedente sem ser utilizado.** Em ambos os casos, ter-se-ia infringido o pressuposto: a reprodução simples.
2. Que no produto anual reproduzido sob a forma de meios de consumo o capital variável *v*, adiantado em forma-dinheiro, só pode ser realizado por seus receptores – os trabalhadores da indústria de artigos de luxo – na parte dos meios de subsistência que, para os produtores capitalistas desses meios, corporifica *prima facie* seu mais-valor; que, portanto, o *v* desembolsado na produção de artigos de luxo é igual a uma parte de *m* correspondente ao volume de valor de *m*, parte esta que é produzida sob a forma de meios de subsistência, ou, em outras palavras, que ele tem de ser menor que todo esse *m* – ou seja, que (II*a*)*m* – e que apenas mediante a realização daquele *v* nessa parte de *m* retorna aos produtores capitalistas de artigos de luxo o capital variável que eles adiantaram em forma-dinheiro. Esse é um fenômeno inteiramente análogo à realização de I(*v* + *m*) em II*c*; a única diferença é que, no segundo caso, (II*b*)*v* se realiza numa *parte* de (II*a*)*m* que lhe é igual em volume de valor. Essas proporções continuam a ser qualitativamente determinantes em toda a distribuição do produto anual total, na medida em que este último entra efetivamente no processo da reprodução anual mediada pela circulação. I(*v* + *m*) só pode ser realizado em II*c*, assim como II*c*, em sua função de componente do capital produtivo, só é renovável mediante essa realização; do mesmo modo, (II*b*)*v* só é realizável numa parte de (II*a*)*m*, e (II*b*)*v* só pode ser convertido dessa maneira em sua forma de capital monetário. É evidente que isso só vale na medida em que tudo for efetivamente resultado do próprio processo de reprodução, isto é, na medida em que, por exemplo, os capitalistas II*b* não obtenham em

> outro lugar, mediante o crédito, o capital monetário para *v*. Quantitativamente, ao contrário, as conversões das diversas partes do produto anual só podem ocorrer nas proporções indicadas anteriormente quando a escala e as relações de valor da produção permanecem estacionárias e essas relações estritas não são alteradas pelo comércio exterior.

Se agora disséssemos, à maneira smithiana, que I($v$ + $m$) se decompõe em II*c* e que II*c* o faz em I($v$ + $m$), ou, como ele costuma dizer mais frequentemente e de modo ainda mais absurdo, que I($v$ + $m$) constitui componentes do preço (ou, nesse caso, do valor, pois Smith fala de *value in exchange* [valor de troca]) de II*c*, e que II*c* constitui o componente integral do valor I($v$ + $m$), poderíamos e deveríamos dizer também que (II*b*)*v* se decompõe em (II*a*)*m*, ou (II*a*)*m* em (II*b*)*v*, ou que (II*b*)*v* constitui um componente do mais-valor II*a*, e vice-versa: o mais-valor se decompõe, assim, em salário, ou em capital variável, e este último constitui um "componente" do mais-valor. Tal absurdo se encontra, de fato, em Adam Smith, já que nele o salário é determinado pelo valor dos meios de subsistência, enquanto esses valores-mercadorias, ao contrário, são determinados pelo valor do salário (capital variável) e do mais-valor neles contidos. Smith está tão absorvido pelas frações nas quais o produto de valor de uma jornada de trabalho pode ser decomposto sobre uma base capitalista – a saber, em $v$ + $m$ – que se esquece por completo de que na troca simples de mercadorias é absolutamente indiferente se os equivalentes que existem em diferentes formas naturais consistem de trabalho pago ou não pago, porquanto em ambos os casos a mesma quantidade de trabalho é requerida para sua produção; e se esquece, além disso, de que também é indiferente que a mercadoria de *A* seja um meio de produção e a de *B* um meio de consumo, e que, depois da venda, uma mercadoria tenha de funcionar como componente do capital, enquanto a outra, pelo contrário, ingresse no fundo de consumo e, *secundum* [segundo] Adam, seja consumida como renda. O uso que o comprador individual faz de sua mercadoria não integra o intercâmbio de mercadorias, a esfera da

circulação, tampouco afeta o valor da mercadoria. Isso de modo algum se altera pelo fato de que, na análise da circulação do produto anual total da sociedade, é preciso levar em consideração o destino de uso determinado, o momento do consumo dos diversos componentes de cada produto.

No intercâmbio apresentado anteriormente, de (II*b*)*v* por uma parte equivalente de (II*a*)*m* e nas demais transações entre (II*a*)*m* e (II*b*)*m*, não está pressuposto, absolutamente, que, sejam os capitalistas individuais de II*a* e II*b*, sejam suas respectivas totalidades, tais capitalistas distribuam seu mais-valor na mesma proporção entre objetos de consumo necessários e artigos de luxo. Um pode gastar mais neste consumo, outro mais naquele. No terreno da reprodução simples pressupõe-se apenas que uma soma de valor igual a todo o mais-valor seja realizada no fundo de consumo. Os limites estão, portanto, dados. No interior de cada setor um capitalista pode realizar mais em *a*, outro mais em *b*, mas isso pode ser reciprocamente compensado, de tal modo que as classes capitalistas *a* e *b*, cada uma delas considerada em sua totalidade, tomem parte em ambos os setores na mesma proporção. Mas as proporções de valor – a parte proporcional no valor total do produto II que cabe aos dois tipos de produtores *a* e *b* – e, portanto, também determinada relação quantitativa entre os ramos da produção que fornecem esses produtos estão necessariamente dadas em cada caso concreto; apenas a proporção que aqui figura como exemplo é hipotética; se outra proporção fosse adotada, isso em nada alteraria os momentos qualitativos, mas somente as determinações quantitativas. Porém, se por qualquer circunstância ocorresse uma alteração efetiva nas grandezas proporcionais de *a* e *b*, isso provocaria uma alteração correspondente nas condições da reprodução simples.

* * *

Da circunstância de que (II*b*)*v* se realiza numa parte equivalente de (II*a*)*m* segue-se que, na mesma proporção em que aumenta a parte do produto anual formada por artigos de luxo, e em que, portanto, uma cota crescente da força de trabalho é absorvida na produção desses artigos, também o

desperdício da classe capitalista – a troca de uma parte significativa de seus mais-valor por artigos de luxo – condiciona a reconversão do capital variável adiantado em (II*b*)*v* em capital monetário (que passa a funcionar como forma-dinheiro do capital variável) e, com isso, a existência e reprodução da parte da classe trabalhadora ocupada em II*b*, isto é, seu abastecimento de meios de consumo necessários.

Toda crise reduz momentaneamente o consumo de artigos de luxo; retarda, protela a reconversão do (II*b*)*v* em capital monetário, só a tolera parcialmente e, com isso, põe na rua uma parte dos trabalhadores da indústria de artigos de luxo, ao mesmo tempo que, precisamente por isso, dificulta e restringe a venda dos meios de consumo necessários. E isso sem mencionar os trabalhadores improdutivos simultaneamente dispensados, trabalhadores que, em troca de seus serviços, constituem[n] uma parte dos gastos de luxo dos capitalistas (esses próprios trabalhadores são, *pro tanto*, artigos de luxo) e que também participam consideravelmente no consumo de meios de subsistência etc. O inverso ocorre no período de prosperidade e particularmente durante épocas de prosperidade ilusória[o], quando já por outros motivos cai o valor relativo do dinheiro expresso em mercadorias (sem que, de resto, ocorra uma verdadeira revolução do valor) e aumenta, portanto, o preço das mercadorias, independentemente do valor próprio destas últimas. Não só aumenta o consumo de meios de subsistência como a classe trabalhadora (na qual agora se incorpora ativamente seu exército de reserva inteiro) também participa momentaneamente no consumo de artigos de luxo, que, em outras circunstâncias, lhes são inacessíveis, e, além disso, daqueles artigos que normalmente constituem meios de consumo "necessários" apenas para a classe capitalista, o que, por sua vez, provoca um aumento dos preços.

É pura tautologia dizer que as crises surgem da falta de um consumo solvente, ou da carência de consumidores solventes. O sistema capitalista desconhece outros tipos de consumo que não aquele capaz de pagar, excetuando o consumo *sub forma pauperis* [próprio dos miseráveis] ou o do "velhaco". Que as mercadorias sejam invendáveis significa apenas que não foram encontrados compradores solventes para elas e, portanto,

consumidores (já que, em última instância, as mercadorias são compradas para o consumo produtivo ou individual). Mas caso se queira dar a essa tautologia a aparência de uma fundamentação profunda, dizendo que a classe trabalhadora recebe uma parte demasiadamente pequena de seu próprio produto, de modo que o mal seria remediado tão logo ela recebesse uma fração maior de tal produto e, por conseguinte, seu salário aumentasse nessa proporção, bastará observar que as crises são sempre preparadas num período em que o salário sobe de maneira geral e a classe trabalhadora obtém *realiter* [realmente] uma participação maior na parcela do produto anual destinada ao consumo. Já do ponto de vista desses paladinos do entendimento humano saudável e "simples" (!)[p], esses períodos teriam, ao contrário, de eliminar as crises. Parece, pois, que a produção capitalista implica condições independentes da boa ou má vontade, condições que somente de forma momentânea permitem essa prosperidade relativa da classe trabalhadora e, mesmo assim, somente como prenúncio[q] de uma crise[5].

Vimos como a relação proporcional entre a produção de meios de consumo necessários e a produção de artigos de luxo condicionava a divisão de II($v + m$) entre II$a$ e II$b$ e, assim, também a de II$c$ entre (II$a$)$c$ e (II$b$)$c$. Essa divisão, portanto, afeta radicalmente o caráter e as relações quantitativas da produção e é um fator determinante essencial de sua estrutura geral.

A reprodução simples é essencialmente dirigida para o consumo como sua finalidade, por mais que a obtenção de mais-valor apareça como o motivo que impulsiona os capitalistas individuais; mas o mais-valor, seja qual for sua grandeza proporcional, deve servir aqui, em última instância, apenas para o consumo individual do capitalista.

Na medida em que a reprodução simples também é uma parte, e a parte mais importante, de toda a reprodução anual em escala ampliada, este motivo acompanha o motivo do enriquecimento como tal, ao mesmo tempo que a ele se contrapõe. Na realidade, a coisa parece mais intricada, porquanto os parceiros (*partners*) no botim – o mais-valor do capitalista – entram em cena como consumidores independentes dele.

## V. A mediação dos intercâmbios por meio da circulação monetária[r]

**Conforme o que foi até aqui exposto, a circulação entre as diversas classes de produtores transcorria de acordo com o seguinte esquema.**

1. Entre a classe I e a classe II:

I. 4.000*c* + $\underline{1.000v + 1.000m}$
II. ……...…… 2.000*c*………+ 500*v* + 500*m*.

Concluiu-se, assim, a circulação de II*c* = 2.000, que foi trocada por I(1.000*v* + 1.000*m*).

**Resta ainda – uma vez que deixamos de lado, por ora, 4.000 I*c* – a circulação de *v* + *m* no interior da classe II. Agora, II(*v* + *m*) se divide entre as subclasses II*a* e II*b* da seguinte maneira:**

**2. II. 500*v* + 500*m* = *a*(400*v* + 400*m*) + *b*(100*v* + 100*m*).**

**Os 400*v*(*a*) circulam no interior de sua própria subclasse; os trabalhadores pagos com essa soma a utilizam para comprar de seus empregadores – os capitalistas II*a* – meios de subsistência, produzidos por esses mesmos trabalhadores.**

**Como os capitalistas de ambas as subclasses gastam seu mais-valor na razão de ⅗ em produtos de II*a* (meios de subsistência) e ⅖ em produtos de II*b* (artigos de luxo), então ⅗ do mais-valor *a* (ou seja, 240) serão consumidos no interior da própria subclasse II*a*, assim como ⅖ do mais-valor *b* (que é produzido e existe em artigos de luxo) no interior da subclasse II*b*.**

**Entre II*a* e II*b*, restam ainda a serem trocados: do lado II*a*, 160*m*, e, do lado II*b*, 100*v* + 60*m*. Tais somas se cancelam mutuamente. Com os 100 que receberam como salário em dinheiro, os trabalhadores II*b* compram de II*a* seus meios de subsistência por um importe de 100. Os capitalistas II*b*, por sua vez, compram de II*a* seus meios de subsistência,**

**por um importe de ⅗ de seu mais-valor = 60. Desse modo, os capitalistas II*a* recebem o dinheiro necessário para gastar os ⅖ de seu mais-valor anteriormente pressupostos = 160*m* nas mercadorias de luxo produzidas por II*b* (100*v*, que se encontram nas mãos dos capitalistas II*b* como produto que repõe o salário pago, e 60*m*). O esquema, para isso, é o seguinte:**

$$\textbf{3. II}a\ (400v) + (240m) + \qquad \frac{160m}{100v + 60m} \quad + (40m),$$
$$b\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots$$

**em que as somas entre parênteses são as que só circulam e são consumidas no interior de sua própria classe.**

O refluxo direto do capital monetário adiantado como capital variável – refluxo que só ocorre no setor dos capitalistas II*a*, que produzem meios de subsistência – é somente uma manifestação, modificada por condições especiais, da lei geral antes mencionada, segundo a qual, sempre que a circulação transcorre normalmente, esse dinheiro retorna aos produtores de mercadorias que adiantam dinheiro à circulação. Do que se segue, diga-se de passagem que quando detrás do produtor de mercadorias em geral se encontra um capitalista monetário, que, por sua vez, adianta capital monetário (no sentido mais estrito do termo, ou seja, valor de capital em forma-dinheiro) ao capitalista industrial, o verdadeiro ponto de retorno desse dinheiro é o bolso desse mesmo capitalista monetário. Assim, ainda que o dinheiro circule em maior ou menor medida por todas as mãos, a massa do dinheiro circulante pertence ao setor do capital monetário, organizado e concentrado na forma de bancos etc.; o modo como esse setor adianta seu capital condiciona o retorno constante e final a ele desse capital, em forma-dinheiro, por mais que tal retorno seja mediado, por sua vez, pela reconversão do capital industrial em capital monetário.

Para a circulação de mercadorias, duas coisas são sempre necessárias: mercadorias que são lançadas na circulação e dinheiro igualmente lançado na circulação. "Por isso, diferentemente da troca direta de produtos, o processo de circulação não se extingue com a mudança de lugar ou de mãos

dos valores de uso. O dinheiro não desaparece pelo fato de, no fim, ficar de fora da série de metamorfoses de uma mercadoria. Ele sempre se precipita em algum lugar da circulação deixado desocupado pelas mercadorias" etc. (Livro I, cap. 3, p. 92[s]).

Por exemplo, na circulação entre II*c* e I(*v* + *m*) partimos do pressuposto de que, para essa circulação, £500 em dinheiro eram adiantadas por II. No número infinito de processos de circulação em que se decompõe a circulação entre grandes grupos sociais de produtores, ora um integrante desse grupo, ora um de outro grupo aparece primeiramente como comprador, ou seja, lança dinheiro na circulação. Abstraindo por completo de circunstâncias individuais, isso já está dado pela diversidade dos períodos de produção e, por conseguinte, das rotações dos diversos capitais-mercadorias. Portanto, II compra com £500 meios de produção de I pelo mesmo importe de valor, mas I compra de II meios de consumo por £500; o dinheiro reflui, assim, para II; este último não enriquece por meio desse refluxo. Inicialmente, ele lançou £500 na circulação e retirou mercadorias desta última pelo mesmo montante de valor; em seguida, vendeu mercadorias por £500 e retirou dinheiro da circulação por idêntico importe de valor; desse modo, as £500 refluem para ele. Na realidade, II lançou na circulação £500 em dinheiro e £500 em mercadorias = £1.000, e retirou da circulação £500 em mercadorias e £500 em dinheiro. Para a conversão de £500 em mercadorias (I) e £500 em mercadorias (II), a circulação requer apenas £500 em dinheiro; portanto, aquele que adiantou dinheiro para a compra da mercadoria alheia o obtém novamente com a venda de sua própria mercadoria. Consequentemente, se I tivesse primeiro comprado mercadorias de II por £500 e mais tarde vendido a II mercadorias por £500, estas £500 teriam retornado para I, em vez de para II.

Na classe I, o dinheiro investido em salário – isto é, o capital variável adiantado sob a forma-dinheiro – não retorna diretamente sob essa forma, mas indiretamente, por um desvio. Em II, ao contrário, as £500 do salário retornam diretamente dos trabalhadores aos capitalistas; este retorno é sempre direto quando a compra e venda entre as mesmas pessoas se repete

de tal maneira que elas se confrontam constantemente umas com as outras, alternando-se como compradoras e vendedoras de mercadorias. O capitalista II paga a força de trabalho em dinheiro; desse modo, ele a incorpora a seu capital, e é apenas mediante esse processo de circulação, que para ele não é mais que transformação de capital monetário em capital produtivo, que ele se confronta como capitalista industrial com o trabalhador como seu assalariado. Mas então o trabalhador, que no primeiro momento era vendedor, comerciante de sua própria força de trabalho, apresenta-se, num segundo momento, como comprador, possuidor de dinheiro, em contraposição ao capitalista como vendedor de mercadorias; com isso, reflui para este último o dinheiro desembolsado em salários. A venda dessas mercadorias, na medida em que não implique fraudes etc., mas seja um intercâmbio de equivalentes em mercadoria e dinheiro, não é um processo mediante o qual o capitalista enriquece. Ele não paga duas vezes o trabalhador, primeiro em dinheiro, depois em mercadoria; o dinheiro retorna para ele assim que o trabalhador o troca por suas mercadorias.

Mas o capital monetário transformado em capital variável – ou seja, o dinheiro adiantado em salário – desempenha o papel principal na própria circulação monetária, pois como a classe trabalhadora é obrigada a viver com o pão de cada dia e, assim, não pode dar aos capitalistas industriais nenhum crédito em longo prazo, é preciso que, de modo simultâneo em inúmeros pontos territorialmente distintos da sociedade, capital variável em dinheiro seja adiantado em prazos breves, como semana etc., em intervalos que se repetem com relativa rapidez (quanto mais breves esses intervalos, mais reduzida poderá ser, em termos relativos, a quantia total de dinheiro lançada de uma só vez na circulação por meio desse canal), sejam quais forem os diversos períodos de rotação dos capitais em diferentes ramos da indústria. Em todos os países de produção capitalista, o capital monetário assim adiantado constitui uma parte proporcionalmente decisiva da circulação total, tanto mais porque o mesmo dinheiro, antes de seu refluxo ao ponto de partida, corre pelos canais mais variados e funciona como meio de circulação para um sem-número de outros negócios.

* * *

Observemos, agora, a circulação entre I($v$ + $m$) e II$c$ de outro ponto de vista.

Os capitalistas I adiantam £1.000 em pagamento de salário, com o qual os trabalhadores compram meios de subsistência dos capitalistas II e estes, por sua vez, gastam o mesmo dinheiro na compra de meios de produção dos capitalistas I. A estes últimos retornou, assim, seu capital variável em forma-dinheiro, enquanto os capitalistas II reconverteram a metade de seu capital constante da forma de capital-mercadoria à de capital produtivo. Os capitalistas II adiantam outras £500 em dinheiro para obter meios de produção de I; os capitalistas I gastam seu dinheiro em meios de consumo de II; essas £500 em dinheiro retornam aos capitalistas II; eles adiantam novamente essa quantia a fim de reconverter o último quarto de seu capital constante, convertido em mercadoria, em sua forma produtiva natural. Esse dinheiro flui de volta para I e, uma vez mais, adquire de II meios de consumo no mesmo montante; com isso, as £500 retornam a II; agora, os capitalistas II possuem, como antes, £500 em dinheiro e £2.000 em capital constante, este último tendo sido novamente convertido da forma de capital-mercadoria à de capital produtivo. Com £1.500 em dinheiro, uma quantidade de mercadorias no valor de £5.000 foi posta em circulação; da seguinte forma: 1) I paga £1.000 aos trabalhadores por sua força de trabalho de mesmo valor; 2) com essas mesmas £1.000, os trabalhadores compram meios de subsistência de II; 3) com o mesmo dinheiro, II compra meios de produção de I, com o que se restaura para I o capital variável de £1.000 em forma-dinheiro; 4) II compra £500 em meios de produção de I; 5) com as mesmas £500, I compra meios de consumo de II; 6) com as mesmas £500, II compra meios de produção de I; 7) com as mesmas £500, I compra meios de subsistência de II. Assim, retornou para I a soma de £500 que ele lançara na circulação além de suas £2.000 em mercadorias, pelas quais ele não retirou da circulação nenhum equivalente em mercadorias[6].

O intercâmbio, pois, transcorre como segue:

1. I paga £1.000 em dinheiro por força de trabalho, ou seja, por uma mercadoria = £1.000.
2. Com seu salário, os trabalhadores compram de II meios de consumo por um importe de dinheiro de £1.000, ou seja = £1.000 em mercadorias.
3. Com as £1.000 obtidas dos trabalhadores, II compra de I meios de produção pelo mesmo valor, ou seja, mercadoria = £1.000.
   Desse modo, £1.000 em dinheiro, como forma-dinheiro do capital variável, refluíram para I.
4. II compra meios de produção de I por £500, ou seja, mercadorias = £500.
5. Pelas mesmas £500, I compra meios de consumo de II, ou seja, mercadoria = £500.
6. II adquire meios de produção de I pelas mesmas £500, isto é, mercadoria = £500.
7. I compra meios de consumo de II pelas mesmas £500, ou seja, mercadoria = £500.
   Soma do valor-mercadoria intercambiado: £5.000.
   As £500 que II adiantou na compra retornaram para ele.

O resultado é:

1) I possui capital variável em forma-dinheiro no montante de £1.000, originariamente lançadas por ele na circulação; além disso, ele gastou para seu consumo individual £1.000 em seu próprio produto-mercadoria; isto é, gastou o dinheiro que recebeu pela venda de meios de produção no valor de £1.000.

Por outro lado, a forma natural na qual o capital variável existente sob a forma-dinheiro tem de ser convertido, isto é, a força de trabalho, é conservada, reproduzida e novamente disponibilizada graças ao consumo, como único artigo comercial de seus possuidores, que precisam vendê-lo se querem subsistir. Assim, também é reproduzida a relação entre assalariados e capitalistas.

2) O capital constante de II é reposto *in natura*, e as £500 adiantadas na

circulação pelo mesmo II retornaram para ele.

Para os trabalhadores I, a circulação é a simples circulação de M-D-M.

$\overset{1}{\overset{\frown}{M}}$ (força de trabalho) – $\overset{2}{\overset{\frown}{D}}$ (£1.000, forma-dinheiro do capital variável I) – $\overset{3}{\overset{\frown}{M}}$ (meios necessários de subsistência no valor de £1.000); essas £1.000 transformam em dinheiro, até o mesmo montante, o capital constante II, existente em forma de mercadoria – meios de subsistência.

Para os capitalistas II, o processo é M-D, conversão de uma parte de seu produto-mercadoria em forma-dinheiro e, em seguida, sua reconversão em componente do capital produtivo – mais precisamente, numa parte dos meios de produção que lhes são necessários.

Ao adiantar D (£500), que os capitalistas II efetuam para a compra das demais partes dos meios de produção, é antecipada a forma-dinheiro da parte de II*c* existente ainda em forma-mercadoria (meios de consumo); no ato D-M, em que II compra com D e M é vendida por I, o dinheiro (II) se converte numa parte do capital produtivo, enquanto M (I) realiza o ato M-D, converte-se em dinheiro, o que, no entanto, não representa para I nenhum componente do valor de capital, mas mais-valor realizado e que só é gasto em meios de consumo.

Na circulação D-M…P… M'-D', o primeiro ato D-M de um capitalista é o último ato M'-D' de outro (ou parte dele); se essa M, por meio da qual D é convertido em capital produtivo, representa para o vendedor de M (que, portanto, converte essa M em dinheiro) um componente constante de capital, um componente variável deste último, ou mais-valor, é algo absolutamente indiferente para a circulação de mercadorias mesma.

No que diz respeito ao componente $v + m$ de seu produto-mercadoria, a classe I retira mais dinheiro da circulação do que o que nela colocou. Primeiramente, retornam para ela as £1.000 de capital variável; num segundo momento, ela vende (ver conversão n. 4) meios de produção por £500: com isso, a metade de seu mais-valor é convertida em dinheiro; então (conversão n. 6) ela volta a vender meios de produção por £500, a segunda

metade de seu mais-valor, e, com isso, o mais-valor inteiro é retirado da circulação em forma-dinheiro; assim, temos sucessivamente: 1) capital variável reconvertido em dinheiro = £1.000; 2) a metade do mais-valor convertida em dinheiro = £500; 3) a outra metade do mais-valor = £500; portanto, total: 1.000*v* + 1.000*m* convertidos em dinheiro = £2.000. Ainda que I (abstraindo dos intercâmbios que examinaremos mais adiante e que medeiam a reprodução de I*c*) tenha lançado apenas £1.000 na circulação, ele retirou dela o dobro. Naturalmente, o *m* realizado (convertido em D) volta a desaparecer imediatamente em outras mãos (II), pelo fato de que esse dinheiro é gasto em meios de consumo. Os capitalistas de I apenas retiraram tanto em *dinheiro* quanto o valor que haviam colocado em *mercadoria*; que tal valor seja mais-valor, isto é, que ele não custe nada aos capitalistas, não modifica em absolutamente nada o valor mesmo dessas mercadorias; é, portanto, no que diz respeito à conversão de valor que tem lugar na circulação mercantil, algo inteiramente indiferente. A conversão em dinheiro do mais-valor é naturalmente evanescente, como todas as outras formas que o capital adiantado percorre em suas conversões. Ela dura apenas tanto tempo quanto o intervalo entre a conversão da mercadoria I em dinheiro e a consecutiva conversão do dinheiro I em mercadoria II.

Se tivéssemos suposto rotações mais curtas – ou, do ponto de vista da circulação simples de mercadorias, um número mais rápido[t] de cursos do dinheiro circulante –, seria necessário ainda menos dinheiro para fazer circular os valores-mercadorias intercambiados; a soma de dinheiro é sempre determinada – estando dado o número das rotações sucessivas – pela soma de preços, ou de valores, das mercadorias circulantes. Quanto a isso, é algo totalmente indiferente saber em que proporção esse total de valor consiste, por um lado, de mais-valor e, por outro, de valor de capital.

Se em nosso exemplo o salário em I fosse pago quatro vezes por ano, teríamos 4 × 250 = 1.000. Desse modo, £250 em dinheiro seriam suficientes para a circulação I*v* – ½ II*c* e para a circulação entre o capital variável I*v* e a força de trabalho I. Igualmente, se a circulação entre I*m* e II*c* ocorresse em quatro rotações, ela exigiria apenas £250, ou seja, no total, uma soma de dinheiro ou um capital monetário de £500 para a circulação

de mercadorias no montante de £5.000. Nesse caso, o mais-valor seria convertido não em duas vezes sucessivas, uma metade de cada vez, mas em quatro vezes consecutivas, de ¼ cada de cada vez.

Se no intercâmbio n. 4 fosse I que atuasse como comprador em vez de II, gastando £500 em dinheiro em meios de consumo de mesmo valor, então no intercâmbio n. 5 II compraria meios de produção com as mesmas £500; no n. 6, I adquire meios de consumo com as mesmas £500; no n. 7, II compra meios de produção com essas £500; as mesmas £500 retornam finalmente para I, como antes o faziam para II. O mais-valor é aqui convertido em dinheiro por meio do dinheiro gasto pelos próprios produtores capitalistas em seu consumo privado, dinheiro que representa uma renda antecipada, uma receita antecipada do mais-valor contido na mercadoria ainda a ser vendida. A conversão do mais-valor em dinheiro não se opera por meio do retorno das £500, pois, além das £1.000 em mercadorias I*v*, I lançou na circulação, ao término do intercâmbio n. 4, £500 em dinheiro, e este, até onde sabemos, era dinheiro adicional, e não o produto da venda de uma mercadoria. **Se esse dinheiro reflui para I, este não terá convertido seu mais-valor em dinheiro, mas apenas recuperado seu dinheiro adicional.** A conversão em dinheiro do mais-valor de I só ocorre por meio da venda das mercadorias I*m*, nas quais esse mais-valor se encerra, e dura, a cada vez, apenas o tempo necessário para que o dinheiro obtido com a venda da mercadoria seja novamente gasto em meios de consumo.

Com dinheiro adicional (£500), I compra meios de consumo de II; tal dinheiro é gasto por I, que obtém por ele um equivalente em mercadoria II; o dinheiro reflui pela primeira vez quando II compra de I mercadorias por £500; reflui, portanto, como equivalente da mercadoria vendida por I; mas essa mercadoria não custa nada para I, sendo para ele, portanto, mais-valor, e assim *o dinheiro lançado por ele mesmo na circulação realiza seu próprio mais-valor*; do mesmo modo, em sua segunda compra (n. 6), I recebeu seu equivalente em mercadoria II. Supondo-se que II não tivesse adquirido (n. 7) meios de produção de I, então este, na realidade, teria pago £1.000 em meios de consumo – teria consumido todo seu mais-valor como

renda –, a saber: £500 em suas mercadorias I (meios de produção) e £500 em dinheiro; em contrapartida, ele ainda teria £500 de suas próprias mercadorias I (meios de produção) em estoque, e ter-se-ia livrado de £500 em dinheiro.

Em vez disso, II teria convertido ¾ de seu capital constante da forma de capital-mercadoria à de capital produtivo; a quarta parte, ao contrário, ele teria convertido à forma de capital monetário (£500), na realidade, à de dinheiro em estoque, ou dinheiro que interrompe sua função e se mantém à espera. Se essa situação se prolongasse, II teria de reduzir em ¼ a escala da reprodução.

Mas as £500 em meios de produção que I tem estocados não são mais-valor existente em forma-mercadoria; elas ocupam o lugar das £500 adiantadas em dinheiro que I possuía além de seu mais-valor de £1.000 em forma-mercadoria. Como dinheiro, elas se encontram numa forma sempre realizável; como mercadoria, são momentaneamente invendáveis. Fica evidente, portanto, que a reprodução simples – na qual tem de ser reposto cada elemento do capital produtivo, tanto em II como em I – só continua possível aqui se para I retornarem os 500 pássaros dourados que ele pôs a voar.

Quando um capitalista (e aqui lidamos apenas com capitalistas industriais, que ao mesmo tempo representam todos os demais) gasta dinheiro em meios de consumo, esse dinheiro deixou de existir para ele, seguiu o caminho de toda carne[u]. Se retorna para ele, isso só pode ocorrer na medida em que o capitalista, em troca de mercadorias – ou seja, mediante seu capital-mercadoria –, consegue fisgá-lo para fora da circulação. Tal como o valor de todo seu produto-mercadoria anual (que, para ele, é = capital-mercadoria), o valor de cada elemento desse produto, isto é, o valor de cada mercadoria individual pode ser decomposta, para ele, em valor constante de capital, valor variável de capital e mais-valor. Assim, a conversão em dinheiro de cada uma das mercadorias (que constituem, como elementos, o produto-mercadoria) é, ao mesmo tempo, a conversão em dinheiro de certa cota do mais-valor contido no produto-mercadoria. Nesse caso, portanto, é literalmente correto dizer que o próprio

capitalista lançou o dinheiro na circulação – precisamente por meio do gasto desse dinheiro em meios de consumo – e, com isso, converteu seu mais-valor em dinheiro, ou, em outras palavras, o realizou. Aqui não se trata, naturalmente, de peças monetárias idênticas, mas de uma quantia em dinheiro sonante, igual àquela (ou a uma parte dela) que ele lançou na circulação para a satisfação de suas necessidades pessoais.

Na prática, isso acontece de duas maneiras: se o negócio só foi inaugurado durante o ano corrente, levará então um bom tempo, no melhor dos casos alguns meses, até que o capitalista possa gastar em seu consumo pessoal uma parte dos ganhos do negócio. Mas isso não o faz suspender seu consumo por um único momento. Ele adianta a si mesmo (sendo aqui totalmente indiferente que o faça de seu próprio bolso ou, por meio do crédito, do bolso de outrem) dinheiro em antecipação do mais-valor ainda a ser capturado por ele; mas, com isso, ele também adianta um meio circulante para a realização do mais-valor a ser realizado posteriormente. Se, ao contrário, o negócio funciona regularmente há mais tempo, pagamentos e receitas se distribuirão em diversos prazos durante o ano. Mas uma coisa prossegue ininterruptamente: o consumo do capitalista, consumo este que é antecipado e cujo volume é calculado de acordo com certa proporção em relação às receitas habituais ou estimadas. Com cada porção de mercadoria vendida se realiza também uma parte do mais-valor a ser realizado no ano. Mas se durante o ano inteiro a mercadoria produzida só conseguir ser vendida na quantidade necessária para repor os valores de capital constante e variável nela contidos, ou se os preços caírem a tal ponto que, ao vender o produto-mercadoria anual integral, só se realize o valor de capital adiantado que está contido em tal produto, revela-se então claramente o caráter antecipatório do dinheiro gasto por conta do mais-valor futuro. Se nosso capitalista fosse à falência, seus credores e os tribunais investigariam se seus gastos privados antecipados estavam em proporção correta com o volume de seu negócio e a correspondente receita, habitual ou normal, de mais-valor.

Com relação à totalidade da classe capitalista, no entanto, a tese segundo a qual ela tem de lançar na circulação o dinheiro para a realização

de seu próprio mais-valor (ou também para a circulação de seu capital, constante e variável) não só não parece paradoxal, mas se apresenta como condição necessária do mecanismo inteiro; pois aqui há somente duas classes: a classe trabalhadora, que dispõe apenas de sua força de trabalho, e a classe dos capitalistas, que detém o monopólio tanto dos meios sociais de produção como do dinheiro. O paradoxo existiria se, em primeira instância, a classe trabalhadora adiantasse de seus próprios meios o dinheiro necessário para a[v] realização do mais-valor contido nas mercadorias. Mas o capitalista individual faz esse adiantamento apenas deste modo: atua como comprador, *gasta* dinheiro na compra de meios de consumo ou *adianta* dinheiro na compra de elementos de seu capital produtivo, seja de força de trabalho, seja de meios de produção. Ele só se desfaz do dinheiro em troca de um equivalente. Só adianta dinheiro na circulação da mesma maneira que adianta sua mercadoria. Em ambos os casos, atua como ponto de partida da circulação de um e da outra.

O processo efetivo é obscurecido por duas circunstâncias:

1. A aparição, no processo de circulação do capital industrial, do *capital comercial* (cuja primeira forma é sempre dinheiro, já que o comerciante como tal não cria nenhum "produto" ou "mercadoria") e do *capital monetário* como objeto de manipulação de um tipo especial de capitalistas.
2. A divisão do mais-valor – o qual, em primeira instância, tem sempre de se encontrar em mãos do capitalista industrial – em diversas categorias, como portadores das quais aparecem, além do capitalista industrial, o proprietário fundiário (para a renda da terra), o usurário (para o juro) etc., *ditto* [assim como] o governo e seus funcionários, rentistas etc. Esses camaradas aparecem diante do capitalista industrial como compradores e, nesse sentido, como aqueles que convertem em dinheiro essas mercadorias; *pro parte* [em parcelas] também eles lançam "dinheiro" na circulação, e o capitalista o recebe deles. Mas é sempre esquecido de que fonte eles o extraíram originalmente e continuam a extrair sempre de novo.

## VI. O capital constante do setor I[7] [w]

Resta ainda por analisar o capital constante do setor I = 4.000 I*c*. Esse valor é igual ao valor dos meios de produção consumidos na produção dessa massa de mercadorias, valor que reaparece no produto-mercadoria I. Esse valor que reaparece, que não foi produzido no processo de produção I, mas que nele ingressou no ano anterior como valor constante, como valor dado de seus meios de produção, existe agora na parte integral da massa de mercadorias I, a qual não é absorvida pelo setor II; e o valor dessa massa de mercadorias, que assim se conserva nas mãos dos capitalistas I, é precisamente = ⅔ do valor de seu produto-mercadoria anual inteiro. No caso do capitalista individual, que produz um meio de produção particular, podíamos dizer que ele vende seu produto-mercadoria, transforma-o em dinheiro. Ao transformá-lo em dinheiro, também reconverteu neste último a parte constante de valor de seu produto. Com essa parte de valor transformada em dinheiro, compra novamente de outros vendedores de mercadorias os seus meios de produção ou transforma a parte constante de valor de seu produto numa forma natural, sob a qual ele pode funcionar novamente como capital constante produtivo. Agora, pelo contrário, esse pressuposto se torna impossível. A classe capitalista I compreende a totalidade dos capitalistas que produzem meios de produção. Além disso, o produto-mercadoria de £4.000 que permaneceu em suas mãos é uma parte do produto social que não pode ser trocada por nenhuma outra, pois não existe mais qualquer outra porção do produto anual. Com exceção dessas £4.000, todo o restante já foi utilizado; uma parte foi absorvida pelo fundo de consumo social, e outra parte tem de repor o capital constante do setor II, que já intercambiou tudo aquilo de que ele poderia dispor num intercâmbio com o setor I.

A dificuldade se resolve com bastante simplicidade se levarmos em conta que todo o produto-mercadoria I, quanto a sua forma natural, consiste de meios de produção, isto é, dos elementos materiais do próprio capital constante. Aqui se mostra o mesmo fenômeno que antes, no caso de II, apenas sob outro aspecto. Em II, o produto-mercadoria inteiro consistia de

meios de consumo; por isso, uma parte desse produto-mercadoria, medida pelo salário e mais o mais-valor contido nesse produto, podia ser consumida pelos seus próprios produtores. Aqui, em I, o produto-mercadoria inteiro consiste de meios de produção, edifícios, maquinarias, recipientes, matérias-primas, materiais auxiliares etc. Por conseguinte, uma parte deles – a saber, aquela que repõe o capital constante empregado nessa esfera – pode funcionar de novo, imediatamente e em sua forma natural como componente do capital produtivo. **Na medida em que entra na circulação, ela circula no interior da classe I.** Em II, uma parte do produto-mercadoria é consumida individualmente, *in natura*, pelos seus próprios produtores; em I, ao contrário, uma parte do produto é produtivamente consumida, *in natura*, pelos seus produtores capitalistas.

Na parte do produto-mercadoria I = 4.000*c* reaparece o valor constante de capital consumido nessa categoria, e reaparece precisamente sob uma forma natural, na qual ele pode voltar a funcionar imediatamente como capital constante produtivo. Em II, a parte do produto-mercadoria de 3.000, parte cujo valor é igual ao salário mais o mais-valor (= 1.000), entra diretamente no consumo individual dos capitalistas e trabalhadores de II, enquanto, ao contrário, o valor constante de capital desse produto-mercadoria (= 2.000) não pode reingressar no consumo produtivo dos capitalistas II, mas tem de ser reposto por meio da troca com I.

Em I, ao contrário, a parte de seu produto-mercadoria de 6.000, parte cujo valor é igual a salário mais mais-valor (= 2.000), não ingressa no consumo individual de seus produtores, e tampouco pode fazê-lo no que diz respeito à sua forma natural. Ela precisa, antes, ser intercambiada com II. Inversamente, a parcela constante de valor desse produto = 4.000 encontra-se numa forma natural, na qual essa parte – considerando-se a classe capitalista I em sua totalidade – pode funcionar diretamente, uma vez mais, como capital constante dessa classe. **Em outras palavras, o produto integral do setor I consiste de valores de uso que, quanto à sua forma natural – no modo de produção capitalista – só podem servir de elementos do capital constante. Desse produto no valor de 6.000, portanto, ⅓ (2.000) repõe o capital constante do setor II e os ⅔**

**restantes, o capital constante do setor I.**

O capital constante I é composto de uma massa de diversos grupos de capital investidos em diferentes ramos que produzem meios de produção: tanto nas fundições de ferro, tanto nas minas de carvão etc. Cada um desses grupos de capital (ou cada um desses capitais sociais agrupados) se compõe, por sua vez, de uma massa maior ou menor de capitais individuais que operam de modo autônomo. Primeiramente, o capital da sociedade – por exemplo, 7.500 (que pode significar milhões etc.) – se decompõe em diferentes grupos de capital; o capital social de 7.500 é decomposto em partes separadas, e cada qual é investida num ramo particular da produção; a parcela do valor social de capital investida em cada ramo particular da produção consiste, segundo a forma natural, nos meios de produção próprios de cada esfera produtiva particular, por um lado, e, por outro, na força de trabalho necessária e dotada da qualificação adequada para a consecução desse empreendimento, força esta que é modificada de diversas maneiras pela divisão do trabalho de acordo com o tipo específico de trabalho[x] que tem de ser realizado em cada esfera individual da produção. A parte do capital social investida em cada ramo particular da produção consiste, por sua vez, na soma dos capitais nele investidos e que funcionam de forma autônoma. Isso vale obviamente para ambos os setores, I e II.

No que diz respeito ao valor de capital constante que, no caso I, reaparece sob a forma de seu produto-mercadoria, tal valor reingressa, em parte, como meio de produção na esfera particular de produção (ou mesmo nas empresas individuais) da qual ele saiu como produto – por exemplo, o cereal na produção de cereal, o carvão na de carvão, o ferro sob a forma de máquinas na produção de ferro etc.

Mas na medida em que os produtos parciais – nos quais consiste o valor constante de capital de I – não reingressam diretamente em suas esferas de produção particulares ou individuais, eles apenas trocam de lugar. Sob uma forma natural, ingressam em outra esfera de produção do setor I, enquanto o produto de outras esferas de produção desse mesmo setor os repõe *in natura*. É uma mera troca de lugar desses produtos. Todos eles reingressam como fatores que repõem capital constante em I, com a única diferença de

que, em vez de fazê-lo num grupo de I, fazem-no em outro. Na medida em que aqui ocorre uma troca entre os capitalistas individuais de I, o que se tem é a troca de uma forma natural de capital constante por outra forma natural de capital constante, de uma variedade de meios de produção por meios de produção de outra variedade. Trata-se de um intercâmbio mútuo entre as diversas partes constantes e individuais do capital de I. Na medida em que não servem de meios de produção diretamente em seus próprios ramos de produção, os produtos são afastados de seus locais de produção, transferidos para outro local e, assim, repõem-se uns aos outros. Em outras palavras (de modo semelhante ao que ocorreu em II com o mais-valor): no caso I, cada capitalista, na proporção em que é coproprietário desse capital constante de 4.000, retira dessa massa de mercadorias os meios de produção que lhe correspondem e dos quais necessita. Se a produção fosse socializada, em vez de ser capitalista, é evidente que esses produtos do setor I seriam redistribuídos, de forma não menos contínua, como meios de produção entre os vários ramos produtivos desse setor, com vistas à reprodução; uma parte permaneceria diretamente na esfera da produção, onde ela surgiu como produto, enquanto a outra, ao contrário, seria levada para outros locais da produção, e o resultado seria um vaivém contínuo entre os diversos locais de produção desse setor[y].

## VII. Capital variável e mais-valor nos dois setores[z]

[aa]O valor total dos meios de consumo produzidos anualmente é, portanto, igual ao valor de capital variável II reproduzido durante o ano, ao qual se acrescenta o novo mais-valor II produzido (isto é, igual ao valor produzido em II durante o ano), mais o capital variável I reproduzido no decorrer do ano e o novo mais-valor I produzido nesse mesmo período (isto é, mais o valor de capital produzido em I durante o ano).

Sob o pressuposto da reprodução simples, pois, o valor total dos meios de consumo anualmente produzidos é igual ao produto anual de valor, isto é, igual à totalidade do valor produzido durante o ano pelo trabalho social, e assim tem de ser, já que esse valor é inteiramente consumido na reprodução

simples.

A jornada de trabalho total da sociedade se decompõe em duas partes: 1) trabalho necessário; no decorrer do ano, ela cria um valor de 1.500*v*; 2) mais-trabalho; ela gera um valor adicional, ou mais-valor, de 1.500*m*. A soma desses valores = 3.000 é igual ao valor dos meios de consumo anualmente produzidos, de 3.000. O valor total dos meios de consumo produzidos durante o ano é, portanto, igual ao valor total produzido pela jornada de trabalho integral da sociedade nesse mesmo período, igual ao valor do capital variável social, acrescido do mais-valor social, igual ao novo produto anual total.

Mas sabemos que, embora essas duas grandezas de valor coincidam, nem por isso o valor total das mercadorias II, dos meios de consumo, foi de modo algum produzido nesse setor da produção social. Se coincidem, é porque o valor constante de capital que reaparece em II equivale ao novo valor produzido em I (valor variável de capital acrescido de mais-valor); por isso, I(*v* + *m*) pode comprar a parte do produto de II que representa valor constante de capital para seus produtores (no setor II). Evidencia-se, assim, por que, embora para os capitalistas II o valor de seu produto se decomponha em *c* + *v* + *m*, o valor desse produto, socialmente considerado, possa ser decomposto em *v* + *m*. Isso só é assim porque II*c* equivale aqui a I(*v* + *m*) e esses dois componentes do produto social trocam entre si, por meio de seu intercâmbio, suas formas naturais; por conseguinte, após essa conversão, II*c* volta a existir em meios de produção, ao passo que I(*v* + *m*), em meios de consumo.

Foi essa circunstância que permitiu a Adam Smith afirmar que o valor do produto anual se decompõe em *v* + *m*. Isso 1) só vale para a parte do produto anual que consiste de meios de consumo e 2) não é válido no sentido de que esse valor total seja produzido em II e, por conseguinte, seu valor-produto seja igual ao valor variável de capital adiantado em II acrescido do mais-valor produzido em II. É válido apenas no sentido de que II(*c* + *v* + *m*) = II(*v* + *m*) + I(*v* + *m*) ou porque II*c* = I(*v* + *m*).

Disso se segue, ademais:

Ainda que a jornada de trabalho da sociedade (isto é, o trabalho

despendido durante o ano inteiro pela totalidade da classe trabalhadora), assim como cada jornada de trabalho individual, só se decomponha em duas partes, a saber, em trabalho necessário e mais-trabalho; ainda que, por conseguinte, o valor produzido por essa jornada de trabalho só se divida, do mesmo modo, em duas partes, ou seja, o valor variável de capital – isto é, a parte de valor com que o trabalhador compra seus próprios meios de reprodução – e o mais-valor que o capitalista pode gastar em seu próprio consumo individual, vemos que, considerando as coisas do ponto de vista social, uma parte da jornada de trabalho social é gasta exclusivamente na *produção de novo capital constante*, isto é, de produtos que se destinam exclusivamente a funcionar no processo de trabalho como meios de produção e, assim, como capital constante no processo de valorização que o acompanha. De acordo com nosso pressuposto, a jornada de trabalho social total se apresenta num valor monetário de 3.000, dos quais apenas ⅓ = 1.000 é produzido no setor II, em que se fabricam meios de consumo, isto é, as mercadorias nas quais todo o valor variável de capital e o mais-valor total da sociedade é finalmente realizado. Segundo esse pressuposto, portanto, ⅔ da jornada de trabalho social são empregados na produção de novo capital constante. Embora do ponto de vista dos capitalistas e trabalhadores individuais do setor I esses ⅔ da jornada de trabalho social sirvam meramente para a produção de valor variável de capital acrescido de mais-valor, exatamente como o último ⅓ da jornada de trabalho social no setor II, no entanto, do ponto de vista social e mesmo assim desde o que corresponde ao valor de uso do produto, esses ⅔ da jornada de trabalho social, considerados do ponto de vista social – bem como do ponto de vista do valor de uso do produto –, produzem apenas a reposição do capital constante incluído ou consumido no processo do consumo produtivo. Também quando considerado do ponto de vista individual, esses ⅔ da jornada de trabalho produzem, de fato, um valor total que, para seus produtores, é apenas igual ao valor variável de capital acrescido do mais-valor, mas não produzem quaisquer valores de uso que possibilitem o gasto de salário ou mais-valor; seu produto é um meio de produção.

Primeiramente, é necessário observar que nenhuma parte da jornada de

trabalho social, seja em I ou em II, serve para produzir o valor do capital constante utilizado nessas duas grandes esferas da produção e nelas atuante. Elas só produzem valor adicional, 2.000 I($v$ + $m$) + 1.000 II($v$ + $m$), em adição ao valor constante de capital = 4.000 I$c$ + 2.000 II$c$. O valor novo, que foi produzido sob a forma de meios de produção, ainda não é capital constante. Ele é destinado a funcionar como tal apenas no futuro.

O produto total de II – os meios de consumo – é, de acordo com seu valor de uso, considerado concretamente, em sua forma natural, o produto do ⅓ da jornada de trabalho social realizada por II; é o produto dos trabalhos em sua forma concreta como trabalho têxtil, trabalho de panificação etc., que foram aplicados nesse setor, isto é, o produto desse trabalho na medida em que funciona como elemento subjetivo do processo de trabalho. Em contrapartida, no que diz respeito à parte constante de valor desse produto II, tal parte só reaparece num novo valor de uso, numa nova forma natural, a forma de meios de consumo, ao passo que antes ela existia sob a forma de meios de produção. O valor dessa parte foi transferido pelo processo de trabalho, que o fez passar da sua velha forma natural à sua forma natural nova. Mas o *valor* desses ⅔ do valor-produto = 2.000 não foi produzido no processo de valorização de II realizado nesse ano.

Exatamente como o produto II, considerado do ponto de vista do processo de trabalho, é o resultado de novo trabalho, vivo e operante, e de seus meios de produção dados, pressupostos, nos quais esse trabalho se efetiva como em suas condições objetivas, assim também, do ponto de vista do processo de valorização, o valor-produto II = 3.000 é composto do valor novo (500$v$ + 500$m$ = 1.000) produzido por esse ⅓ da jornada de trabalho social recentemente agregado e de um valor constante no qual estão objetivados ⅔ de uma jornada de trabalho social passada, transcorrida antes do processo de produção II aqui considerado. Essa parcela de valor do produto II se representa numa parcela do próprio produto. Ela existe numa quantidade de meios de consumo no valor de 2.000 = ⅔ de uma jornada de trabalho social. Essa é a nova forma de uso na qual ela reaparece. A troca de uma parte dos meios de consumo = 2.000 II$c$

por meios de produção I = I(1.000$v$ + 1.000$m$) é, na verdade, o intercâmbio de ⅔ da jornada de trabalho total que não constituem parte alguma do trabalho desse ano – mas, ao contrário, transcorreram antes dele – por ⅔ da nova jornada de trabalho agregada durante esse ano. Mas esses ⅔ da jornada de trabalho social desse ano não poderiam ser empregados na produção de capital constante e, ao mesmo tempo, constituir valor variável de capital – acrescido de mais-valor – para seus próprios produtores se não tivessem tido de se intercambiar por uma parcela de valor dos meios de consumo consumidos durante o ano, nos quais se encerravam ⅔ de uma jornada de trabalho social realizada e despendida antes, e não durante esse ano. O que se tem é uma troca de ⅔ de jornada de trabalho desse ano por ⅔ de jornada de trabalho despendida antes desse ano: um intercâmbio entre tempo de trabalho desse ano e tempo de trabalho anterior a esse ano. Isso nos esclarece, portanto, o enigma de por que o produto de valor de toda a jornada de trabalho social pode-se decompor em valor variável de capital acrescido de mais-valor, ainda que ⅔ dessa jornada de trabalho não tenham sido despendidos na produção de objetos nos quais o capital variável ou o mais-valor se pudessem realizar, mas, antes, na produção de meios de produção destinados a repor o capital consumido durante o ano. Isso se explica simplesmente dizendo que ⅔ do valor-produto II, nos quais os capitalistas e os trabalhadores I realizam o valor de capital variável e o mais-valor por eles produzidos (e que correspondem a $^2/_9$ de todo o valor-produto anual), são, no que diz respeito ao valor, o produto de ⅔ de uma jornada de trabalho social transcorrida antes desse ano.

Com efeito, a soma do produto social I e II – meios de produção e meios de consumo – é, do ponto de vista de seu valor de uso, em sua forma concreta, natural, o produto do trabalho desse ano, mas apenas na medida em que esse próprio trabalho é considerado como trabalho concreto, útil, não como dispêndio de força de trabalho, como trabalho que cria valor. E mesmo o primeiro o é somente no sentido de que os meios de produção só se transformaram em produto novo, no produto desse ano, por meio do trabalho vivo adicionado a eles, que opera sobre eles. Em contrapartida, porém, tampouco o trabalho desse ano teria podido converter-se em

produto sem os meios de produção que não dependem dele, sem meios de trabalho e materiais de produção[ab].

## VIII. O capital constante nos dois setores[ac]

No que diz respeito ao valor-produto total de 9.000 e às categorias nas quais ele se decompõe, sua análise não oferece uma dificuldade maior que a do valor-produto de um capital individual; ela é, antes, idêntica a esta última.

Aqui, no produto anual total da sociedade, estão contidas três jornadas de trabalho sociais de um ano cada uma. A expressão de valor de cada uma dessas jornadas de trabalho é = £3.000; assim, a expressão de valor do produto total é = 3 × 3.000 = 9.000.

Além disso, anteriormente ao processo de produção de um ano, cujo produto estamos agora analisando, transcorreram as seguintes parcelas desse tempo de trabalho: no setor I, $^4/_3$ de jornada de trabalho (produto de valor = 4.000) e no setor II, ⅔ de jornada de trabalho (produto de valor = 2.000). No total, duas jornadas de trabalho sociais, cujo produto de valor é = 6.000. Assim, 4.000 I*c* + 2.000 II*c* = 6.000*c* figuram como valor dos meios de produção ou valor constante de capital que reaparece no valor-produto total da sociedade.

Além disso, ⅓ da jornada de trabalho social agregada novamente no setor I é de trabalho necessário, ou trabalho que repõe o valor do capital variável 1.000 I*v* e paga o preço do trabalho empregado em I. Em II, do mesmo modo, ⅙ da jornada de trabalho social é trabalho necessário com um importe de valor de 500. Portanto, 1.000 I*v* + 500 II*v* = 1.500*v*, a expressão de valor de meia jornada de trabalho social é a expressão de valor da primeira metade da jornada de trabalho total agregada neste ano, metade que consiste de trabalho necessário.

Finalmente, em I, ⅓ da jornada de trabalho total, com um produto de valor = 1.000, é mais-trabalho; em II, ⅙ da jornada de trabalho, com um produto de valor = 500, é mais-trabalho; formam, no total, a outra metade da jornada de trabalho total adicionada. Assim, o mais-valor total produzido é = 1.000 I*m* + 500*m* = 1.500*m*.

Portanto:

Parte constante de capital correspondente ao valor-produto social ($c$):

Duas jornadas de trabalho despendidas antes do processo de produção; expressão de valor = 6.000.

Trabalho necessário ($v$) despendido durante o ano:

Meia jornada de trabalho despendida na produção anual; expressão de valor = 1.500.

Mais-trabalho ($m$) despendido durante o ano:

Meia jornada de trabalho despendida na produção anual; expressão de valor = 1.500.

**Produto de valor do trabalho anual ($v + m$) = 3.000.**

Valor-produto total ($c + v + m$) = 9.000.

A dificuldade não está, pois, na análise do valor-produto social em si mesmo. Ela surge na comparação dos componentes de valor do produto social com seus componentes *materiais* [*sachlichen*].

A parcela constante de valor, que apenas reaparece, é igual ao valor da parte desse produto que consiste de *meios de produção* e está incorporado nessa parte.

O novo produto de valor do ano = $v + m$ é igual ao valor da parte desse produto que consiste de *meios de consumo* e está incorporado nele.

Porém, com exceções aqui irrelevantes, os meios de produção e os meios de consumo são tipos de mercadorias totalmente distintos, produtos de forma natural ou forma de uso completamente diversas; portanto, também produtos de tipos de trabalho concreto totalmente distintos. O trabalho que emprega máquinas para a produção de meios de subsistência é completamente distinto do trabalho que cria essas máquinas. A jornada de trabalho total anual, cuja expressão de valor é = 3.000, parece ter sido despendida na produção de meios de consumo = 3.000, nos quais não reaparece nenhuma parcela constante de valor, já que esses 3.000 = 1.500$v$ + 1.500$m$ só se decompõem em valor variável de capital + mais-valor. Por outro lado, o valor constante de capital, = 6.000, reaparece num tipo de produto totalmente distinto dos meios de consumo, a saber, nos meios de produção, ao passo que nenhuma parte da jornada de trabalho social parece ter sido despendida na produção desses novos produtos; essa jornada

inteira de trabalho parece, antes, consistir unicamente de modos de trabalho que não resultam em meios de produção, mas em meios de consumo. O mistério já foi elucidado. O produto de valor do trabalho anual é igual ao valor-produto do setor II, ao valor total dos novos meios de consumo produzidos. Mas esse valor-produto excede em ⅔ a parte do trabalho anual despendida no âmbito da produção de meios de consumo (setor II). Apenas ⅓ de trabalho anual foi despendido nessa produção, e ⅔ desse trabalho anual foram despendidos para produzir meios de produção, ou seja, no setor I. O produto de valor gerado em I nesse transcurso de tempo, igual ao valor variável de capital – acrescido de mais-valor – produzido em I é igual ao valor constante de capital de II que reaparece em meios de consumo em II. Eles podem, assim, trocar-se mutuamente e repor-se *in natura*. O valor total dos meios de consumo II é, pois, igual à soma do novo produto de valor em I + II, ou $II(c + v + m) = I(v + m) + II(v + m)$, ou seja, igual à soma do valor novo produzido pelo trabalho anual na forma de $v + m$.

Por outro lado, o valor total dos meios de produção (I) é igual à soma do valor constante de capital que reaparece sob a forma de meios de produção (I) e do que reaparece sob a forma de meios de consumo (II), ou seja, igual à soma do valor constante de capital que reaparece no produto total da sociedade. Esse valor total é igual à expressão de valor de $^4/_3$ da jornada de trabalho anterior ao processo de produção em I, e de ⅔ da jornada de trabalho anterior ao processo de produção em II, ou seja, no total, a duas jornadas de trabalho inteiras.

No caso do produto social anual, portanto, a dificuldade está no fato de a parcela constante de valor se representar num tipo de produto – meios de produção – completamente diferente do tipo desse valor novo ($v + m$) adicionado a essa parte constante de valor, o qual se representa em meios de consumo. Gera-se, assim, a aparência de que, no que diz respeito ao valor, ⅔ da massa de produtos consumida ressurgem sob uma nova forma, como produto novo, sem que qualquer trabalho tenha sido despendido pela sociedade na sua produção. Isso não ocorre no caso do capital individual. Cada capitalista individual emprega um determinado tipo de trabalho

concreto, o qual transforma num produto[ad] os meios de produção que lhe são peculiares. Por exemplo, suponhamos que o capitalista seja um construtor de máquinas, que o capital constante gasto durante o ano seja = 6.000*c*, o variável = 1.500*v*, o mais-valor = 1.500*m*; o produto = 9.000, digamos, fabricado por dezoito máquinas, cada uma das quais = 500. O produto inteiro existe, aqui, sob a mesma forma, a de máquinas. (Se o capitalista produzir vários tipos, cada tipo será calculado separadamente.) O produto-mercadoria total é o produto do trabalho que foi despendido durante o ano na construção de máquinas, da combinação do mesmo tipo concreto de trabalho com os mesmos meios de produção. As diversas partes de valor-produto se apresentam, assim, sob a mesma forma natural: em doze máquinas se encerram 6.000*c*; em três máquinas, 1500*v*; em outras três máquinas, 1.500*m*. Neste caso, é evidente que o valor das doze máquinas é = 6.000*c*, não pelo fato de que nessas doze máquinas está incorporado apenas o trabalho efetuado antes da construção dessas máquinas, e não o trabalho despendido em construí-las. O valor dos meios de produção para dezoito máquinas não se transformou, por si mesmo, em doze máquinas, mas o valor dessas doze máquinas (que consistem de 4.000*c* + 1.000*v* + 1.000*m*) é igual ao valor total do valor constante de capital contido nas dezoito máquinas. Assim, o construtor de máquinas, para substituir seu capital constante gasto, do qual ele necessita para a reprodução de dezoito máquinas novas, tem de vender doze das dezoito máquinas. Em contrapartida, a questão seria inexplicável se o trabalho empregado, ainda que consistindo apenas da construção de máquinas, tivesse como resultado: de um lado, seis máquinas = 1.500*v* + 1.500*m* e, de outro, ferro, cobre, parafusos, correias etc. no valor de 6.000*c*, isto é, os meios de produção das máquinas em sua forma natural, que, como se sabe, não é produzida pelo próprio capitalista construtor de máquinas, mas tem de ser reposta por meio do processo de circulação. **E, no entanto, parece, à primeira vista, que a reprodução do produto social anual se realiza dessa maneira absurda.**

O produto do capital individual, isto é, de cada fração do capital dotada de vida própria e operante de maneira autônoma, assume uma forma natural

qualquer. A única condição é que ele possua efetivamente uma forma de uso, um valor de uso que o caracterize como um elo, apto a circular, do mundo das mercadorias. É completamente indiferente e acidental que ele possa reingressar como meio de produção no mesmo processo de produção do qual ele resulta como produto, ou seja, que a parcela do valor-produto na qual se representa a parte constante do capital possua uma forma natural sob a qual ele possa efetivamente funcionar, uma vez mais, como capital constante. Caso contrário, essa parcela do valor-produto é reconvertida na forma de seus elementos materiais de produção, por meio da compra e da venda, e, assim, o capital constante é reproduzido em sua forma natural apta a funcionar.

É diferente o que ocorre com o produto do capital social total. Todos os elementos materiais [*sachlichen*] da reprodução têm necessariamente de compor, em sua forma natural, partes desse produto. A parte constante de capital consumida só pode ser reposta pela produção total na medida em que, no produto, toda a parte constante de capital que reaparece o faça sob a forma natural de novos meios de produção capazes de funcionar efetivamente como capital constante. Sob o pressuposto da reprodução simples, portanto, o valor da parte do produto constituída de meios de produção tem de ser igual à parcela constante de valor do capital social.

Além disso, o capitalista, individualmente considerado e graças ao trabalho novo agregado, produz, em seu valor-produto, apenas seu capital variável acrescido de mais-valor, enquanto a parcela constante de valor é transferida ao produto graças ao caráter concreto do trabalho novo agregado.

Socialmente considerada, a parte da jornada de trabalho social que cria meios de produção e, assim, lhes adiciona valor novo, bem como lhes transfere o valor dos meios de produção consumidos para produzi-los, não produz senão novo *capital constante* destinado a repor o capital constante que, tanto em I como em II, é consumido sob a forma dos velhos meios de produção. Ela cria apenas produto destinado a integrar o consumo produtivo. O valor integral desse produto, portanto, não é mais do que valor que pode funcionar novamente como capital constante, que só pode voltar a

adquirir capital constante sob sua forma natural e, por isso, não se decompõe, considerado socialmente, nem em capital variável, nem em mais-valor. Por outro lado, a parte da jornada de trabalho social que produz meios de consumo não produz nenhuma parcela do capital social de reposição. Produz apenas produtos destinados, em sua forma natural, a realizar o valor do capital variável e do mais-valor em I e em II.

Quando se fala do modo social de considerar as coisas, ou seja, quando se examina o produto total do ponto de vista social, que engloba tanto a reprodução do capital social como o consumo individual, não se deve incorrer no modo de proceder de Proudhon, imitado da economia burguesa, e examinar a questão como se uma sociedade existindo sob um modo de produção capitalista, uma vez considerada *en bloc*, como totalidade, perdesse seu caráter histórico-econômico específico. Pelo contrário. Nesse caso, temos de lidar com o capitalista coletivo. O capital total aparece como o capital acionário de todos os capitalistas individuais combinados. Essa sociedade por ações tem em comum com muitas outras sociedades por ações o fato de que cada um sabe o que nela coloca, mas *não* o que dela retira.

## IX. Retrospecto a Adam Smith, Storch e Ramsay[ae]

O valor total do produto social é de 9.000 = 6.000*c* + 1.500*v* + 1.500*m*; em outras palavras, 6.000 reproduzem o valor dos meios de produção e 3.000 o dos meios de consumo. O valor da renda social (*v* + *m*) não ultrapassa, pois, ⅓ do valor-produto total, e é somente pelo importe de valor desse ⅓ que a totalidade dos consumidores, tanto trabalhadores como capitalistas, podem retirar do produto total mercadorias, produtos, e incorporá-los ao seu fundo de consumo. Em contrapartida, 6.000 = ⅔ do valor-produto constituem o valor do capital constante que tem de ser reposto *in natura*. É necessário, portanto, que meios de produção nesse montante sejam reincorporados ao fundo de produção. É isso o que Storch identifica como necessário, mas sem conseguir demonstrá-lo.

*"Il est clair que la valeur du produit annuel se distribue partie en capitaux et partie en*

> *profits, et que chacune de ces parties de la valeur du produit annuel va régulièrement acheter les produits dont la nation a besoin, tant pour entretenir son capital que pour remplacer son fonds consommable* […] *les produits qui constituent le* capital *d'une nation, ne sont point consommables.*"[af] (Storch, *Considérations sur la nature du revenu national*, Paris, [Bossange,] 1824, p. 134-5, 150)

Adam Smith, no entanto, instituiu esse dogma fabuloso, no qual até hoje se acredita, e o fez não só na forma já citada[ag], segundo a qual todo o valor-produto social se decompõe em renda, em salário acrescido de mais-valor, ou, como ele o expressa, em salário mais lucro (juro) mais renda fundiária, mas também na forma ainda mais popular, segundo a qual os *consumidores* têm de pagar aos produtores, em última instância (*ultimately*), o *valor-produto integral*. Esse é, até hoje, um dos lugares-comuns mais firmemente estabelecidos, ou, antes, verdades eternas da assim chamada ciência da economia política. Isso pode ser ilustrado do seguinte e plausível modo. Suponhamos um artigo qualquer, por exemplo, camisas de linho. Primeiramente, o dono da fiação de linho tem de pagar ao agricultor que cultivou o linho o valor total deste último, ou seja, as sementes de linho, os adubos, a forragem para o gado de trabalho etc.; além disso, tem de pagar-lhe a parcela de valor que o capital fixo do cultivador – como edifícios, insumos agrícolas etc. – transfere ao produto; os salários pagos na produção do linho; o mais-valor (lucro, renda fundiária) que está contido no linho; por fim, os custos de frete do linho de seus locais de produção à oficina de fiação. Em seguida, o tecelão tem de reembolsar ao dono da fiação não só esse preço do linho, mas também a parcela de valor da maquinaria, edifícios etc., em suma, do capital fixo que é transferido ao linho, além de todos os materiais auxiliares consumidos no processo de fiação, os salários dos fiandeiros, o mais-valor etc., e a série continua com o branqueador, os custos de transporte do linho acabado e, finalmente, com o fabricante de camisas, que pagou o preço integral a todos os produtores anteriores, os quais, por sua vez, não fizeram mais do que lhe fornecer sua matéria-prima. Em suas mãos ocorre agora uma nova adição de valor, em parte mediante o valor do capital constante – que, sob a forma de meios de trabalho, materiais auxiliares etc., é consumido na fabricação de camisas –,

em parte pelo trabalho despendido nessa fabricação, que agrega o valor do salário dos trabalhadores empregados na fábrica de camisas acrescido do mais-valor dos fabricantes de camisas. Suponhamos, agora, que o produto total de camisas custe, por fim, £100, e que esta seja a parcela de todo o valor-produto anual gasta em camisas pela sociedade. Os consumidores das camisas pagam as £100, ou seja, o valor de todos os meios de produção contidos nas camisas, assim como do salário acrescido do mais-valor do cultivador de linho, do fiandeiro, do tecelão, do branqueador, do fabricante de camisas e de todos os transportadores. Isso é absolutamente correto. É, na realidade, o que qualquer criança pode ver. Mas então se diz, em seguida: assim ocorre com o valor de todas as demais mercadorias. O correto seria: assim ocorre com o valor *de todos os meios de consumo*, com o valor da parte do produto social que entra no fundo de consumo, isto é, com a parcela do valor-produto social que pode ser gasta como renda. É verdade que a soma de valor de todas essas mercadorias é igual ao valor de todos os meios de produção (partes constantes de capital) nelas consumidos mais o valor criado pelo trabalho recém-adicionado (salário acrescido de mais-valor). A totalidade dos consumidores pode, portanto, pagar essa soma total de valor porque, de fato, o valor de cada mercadoria individual se compõe de $c + v + m$, porém a soma de valor de todas as mercadorias que entram no fundo de consumo, considerada em seu máximo, só pode ser igual à parcela do valor-produto social que se decompõe em $v + m$, isto é, igual ao valor que o trabalho despendido durante o ano adicionou aos meios de produção preexistentes, ao valor constante de capital. Mas no que diz respeito ao valor constante de capital, vimos que, sendo retirado da massa social de produtos, ele é reposto de duas maneiras. Primeiro, pelo intercâmbio entre os capitalistas II, que produzem meios de consumo, com os capitalistas I, que fabricam os meios de produção necessários para produzir aqueles meios de consumo. E eis aqui a fonte da frase segundo a qual o que para um é capital para o outro é renda. Mas as coisas não funcionam dessa maneira. As 2.000 II*c* que existem em meios de consumo por um valor de 2.000 constituem, para a classe de capitalistas II, valor constante de capital. Eles mesmos não podem, portanto, consumi-lo, embora

o produto tenha de ser consumido de acordo com sua forma natural. Por outro lado, as 2.000 I($v + m$) são o salário e o mais-valor produzidos pelas classes capitalista e trabalhadora I. Elas existem sob a forma natural de meios de produção, de coisas nas quais seu próprio valor não pode ser consumido. Temos aqui, pois, uma soma de valor de 4.000[ah], da qual, tanto antes como depois da troca, uma metade só repõe capital constante e a outra só constitui renda. Em segundo lugar, porém, o capital constante do setor I é reposto *in natura*, em parte pelo intercâmbio entre os capitalistas I, em parte pela reposição *in natura* em cada negócio individual.

A frase segundo a qual o valor-produto anual tem, em última instância, de ser pago pelos consumidores só estaria correta se entre os consumidores se encontrassem dois tipos absolutamente distintos: consumidores individuais e consumidores produtivos. Mas que uma parte do produto tenha de ser consumida *produtivamente* não significa mais que o fato de que essa parte tem de *funcionar como capital* e que não pode ser *consumida como renda*.

Se dividimos o valor do produto total = 9.000 em 6.000$c$ + 1.500$v$ + 1.500$m$ e consideramos as 3.000 ($v + m$) unicamente em sua qualidade de renda, parece, inversamente, que o capital variável desaparece e que o capital considerado socialmente consiste apenas de capital constante. Pois o que originariamente aparecia como 1.500$v$ decompôs-se numa parte da renda social, em salário, renda da classe trabalhadora, com o que desapareceu seu caráter de capital. Essa é, de fato, a conclusão a que chega Ramsay. Segundo ele, o capital, considerado socialmente, compõe-se apenas de capital fixo, mas por capital fixo ele entende o capital constante, a massa de valor formada por meios de produção, sejam estes meios de trabalho ou material de trabalho, como matéria-prima, produto semielaborado, material auxiliar etc. O capital variável ele chama de circulante:

> "*Circulating capital consists only of subsistence and other necessaries advanced to the workman, previous to the completion of the produce of their labour* [...]. *Fixed capital alone, not circulating, is properly speaking a source of national wealth* [...]. *Circulating capital is not an immediate agent in production, nor essential to it at all, but merely a*

*convenience rendered necessary by the deplorable poverty of the mass of the people* […]. *Fixed capital alone constitutes an element of cost of production in a national point of view.*”[ai]

Ramsay explica da seguinte forma o capital fixo, pelo qual ele entende o capital constante:

*“The length of time during which any portion of the product of that labour*” (isto é, do trabalho gasto em qualquer mercadoria) “*has existed as fixed capital, i.e. in a form in which, though assisting to raise the future commodity,* it does not maintain labourers.”[aj] (p. 59)

Aqui se pode ver, uma vez mais, o dano causado por Adam Smith ao submergir a diferença entre capital constante e variável na diferença entre capital fixo e capital circulante. O capital constante de Ramsay consiste de meios de trabalho, e seu capital circulante, de meios de subsistência; ambos são mercadorias de dado valor; uns são tão incapazes de produzir mais-valor quanto os outros.

## X. Capital e renda: capital variável e salário[8] [ak]

A reprodução anual inteira, o produto integral de um ano é produto do trabalho útil desse mesmo ano. Mas o valor desse produto total é maior que a parcela de valor deste último na qual se incorpora o trabalho anual, a força de trabalho despendida durante esse ano. O *produto de valor* desse ano, o valor novo criado no transcurso deste último sob a forma-mercadoria é menor que o *valor-produto*, que o valor total da massa de mercadorias produzida durante todo o ano. A diferença que obtemos quando do valor total do produto anual deduzimos o valor que lhe foi agregado mediante o trabalho do ano em curso é não um valor efetivamente reproduzido, mas apenas um valor que reaparece sob uma nova forma de existência; valor transferido ao produto anual por um valor que lhe é preexistente e que, de acordo com a duração dos componentes constantes de capital que coatuaram no processo de trabalho social desse ano, pode ser de uma data mais remota ou mais recente, proceder do valor de um meio de produção que veio ao mundo no ano anterior ou numa série de anos anteriores. De qualquer modo, é valor transferido de meios de produção de anos anteriores ao produto do ano em curso.

Se consideramos nosso esquema, temos, depois do intercâmbio entre os elementos I e II examinados e no interior de II:

I. 4.000$c$ + 1.000$v$ + 1.000$m$ (as últimas 2.000 realizadas em meios de consumo II$c$) = 6.000.

II. 2.000$c$ (reproduzidas pelo intercâmbio com I($v$ + $m$)) + 500$v$ + 500$m$ = 3.000.

Soma de valor = 9.000.

O valor novo produzido durante o ano está incluído apenas em $v$ e $m$. A soma do produto de valor desse ano é, pois, igual à soma de $v$ + $m$, isto é, = 2.000 I($v$ + $m$) + 1.000 II($v$ + $m$) = 3.000. Todas as demais parcelas de valor que integram o valor-produto desse ano não são mais do que valor transferido, oriundo do valor dos meios de produção anteriores aos que foram consumidos na produção anual. Além do valor de 3.000, o trabalho do ano corrente não produziu qualquer outro valor; ele constitui todo seu produto de valor do ano.

**Mas agora, como vimos, as 2.000 I($v$ + $m$) da classe II repõem suas 2.000 II*c* em forma natural de meios de produção.** Assim, ⅔ do trabalho anual, despendido no setor I, produziram novamente o capital constante II, tanto seu valor total como sua forma natural. Socialmente considerados, ⅔ do trabalho despendido durante o ano criaram um novo valor constante de capital, realizado sob a forma natural adequada ao setor II. Portanto, a maior parte do trabalho social anual foi despendida na produção de novo capital constante (de valor de capital existente em meios de produção) com vistas à reposição do valor constante de capital gasto na produção de meios de consumo. A distinção entre a sociedade capitalista e o selvagem não se encontra, como imagina Senior[9], no fato de o selvagem dispor do privilégio e ostentar o atributo de despender seu trabalho durante certo tempo, sem que este lhe proporcione frutos decomponíveis (conversíveis) em renda, isto é, em meios de consumo. Antes, a distinção consiste no seguinte:

a. A sociedade capitalista emprega uma parcela maior de seu trabalho anual disponível na produção de meios de produção (*ergo*, na produção de capital constante), os quais não são decomponíveis em renda nem sob a forma de salário, nem sob a do mais-valor, mas que podem atuar apenas como capital.
b. Quando o selvagem faz arcos, flechas, martelos de pedra, machados, cestos etc., ele sabe perfeitamente que o tempo assim despendido não foi empregado na confecção de meios de consumo; está consciente, portanto, de que satisfez sua necessidade de meios de produção e nada mais. Além disso, o selvagem comete um grave pecado econômico quando se mostra completamente indiferente em relação ao tempo despendido nessa tarefa, dedicando às vezes, por exemplo, um mês inteiro à confecção de uma única flecha, como relata Tyler[10].

A representação corrente, por meio da qual uma parte dos economistas políticos procura se livrar da dificuldade teórica, isto é, a compreensão do nexo real – a ideia segundo a qual o que para um é capital para o outro é renda, e vice-versa –, é, em parte, correta, mas se torna inteiramente falsa (contém, assim, uma ideia completamente equivocada de todo o processo de intercâmbio que se realiza com a reprodução anual, e também, portanto, um equívoco quanto ao verdadeiro fundamento do parcialmente correto) quando formulada de maneira geral.

Resumimos agora as verdadeiras relações sobre as quais se baseia a correção parcial dessa representação, com o que se evidenciará, ao mesmo tempo, a concepção falsa acerca de tais relações.

1. O capital variável funciona como capital nas mãos do capitalista e como renda nas mãos do assalariado.

O capital variável existe primeiramente, nas mão do capitalista, como *capital monetário*; ele funciona como *capital* monetário quando seu possuidor compra com ele força de trabalho. Enquanto permanece em suas mãos em forma-dinheiro, ele não é mais do que um dado valor existente em forma-dinheiro, ou seja, uma grandeza constante, e não variável. Ele só é

capital variável em potência – precisamente por sua conversibilidade em força de trabalho. Somente após abandonar sua forma-dinheiro ele se torna capital variável real, depois de convertido em força de trabalho e quando esta já opera no processo capitalista como parte constitutiva do capital produtivo.

O *dinheiro*, que num primeiro momento funcionava para o capitalista como forma-dinheiro do capital variável, funciona agora, nas mãos do trabalhador, como forma-dinheiro de seu salário, que ele converte em meios de subsistência; portanto, como forma-dinheiro da *renda* que o trabalhador recebe graças à venda sempre renovada de sua força de trabalho.

Temos aqui, diante de nós, o simples fato de que o *dinheiro* do comprador – neste caso, do capitalista – passa de suas mãos às do vendedor, que aqui é o vendedor da força de trabalho, o trabalhador. Não é o *capital* variável que funciona de maneira dupla, como capital para o capitalista e como renda para o trabalhador, mas é o mesmo *dinheiro* que existe primeiro nas mãos do capitalista como forma-dinheiro de seu capital variável – por conseguinte, como capital variável potencial – e que, tão logo o capitalista o converte em força de trabalho, passa às mãos do trabalhador como equivalente da força de trabalho vendida. Mas que o mesmo dinheiro receba nas mãos do vendedor uma destinação útil diferente daquela que ele recebe nas mãos do comprador é um fenômeno inerente a toda compra e venda de mercadorias.

Economistas apologéticos apresentam o caso de maneira falsa, o que se percebe com clareza quando fixamos o olhar exclusivamente no ato de circulação D-T (= D-M), conversão de dinheiro em força de trabalho por parte do comprador capitalista, e T-D (= M-D), conversão da mercadoria força de trabalho em dinheiro por parte do vendedor, do trabalhador, sem nos preocuparmos, por ora, com o que daí se segue. Dizem eles: o mesmo dinheiro realiza aqui dois capitais; o comprador – o capitalista – converte seu capital monetário em força viva de trabalho, a qual ele incorpora ao seu capital produtivo; por outro lado, o vendedor – o trabalhador – converte sua mercadoria – a força de trabalho – em dinheiro, que ele gasta como renda e, graças a esse dinheiro, fica precisamente em condições de vender

constantemente sua força de trabalho e, assim, de mantê-la; sua própria força de trabalho é, pois, seu capital sob a forma-mercadoria, do qual brota constantemente sua renda. Na realidade, a força de trabalho é seu patrimônio (que sempre se renova, se reproduz), não seu capital. É a única mercadoria que ele pode e tem de vender constantemente para viver, e que só atua como capital (variável) quando se encontra nas mãos do comprador, do capitalista. O fato de um homem ser constantemente forçado a vender sua força de trabalho – isto é, vender a si mesmo – a um terceiro demonstra, segundo esses economistas, que tal homem é um capitalista porque dispõe constantemente de uma "mercadoria" (ele mesmo) para vender. Nesse sentido, também o escravo se torna capitalista, ainda que um terceiro o venda de uma vez por todas como mercadoria; pois a natureza dessa mercadoria – o escravo trabalhador – traz em si o fato de que seu comprador não só a põe de novo para trabalhar a cada dia, mas também lhe fornece os meios de subsistência graças aos quais essa mercadoria pode sempre voltar a trabalhar. (Sobre isso, cf. Sismondi, assim como Say nas cartas a Malthus[al].)

2. No intercâmbio de 1.000 I*v* + 1.000 I*m* por 2.000 II*c*, pois o que para uns é capital constante (2.000 II*c*) para outros é capital variável e mais-valor, ou seja, renda; e o que para uns é capital variável e mais-valor (2.000 I(*v* + *m*)) – ou seja, renda em geral – para outros se transforma em capital constante.

Consideremos, em primeiro lugar, a troca de I*v* por II*c*, e o façamos, a princípio, do ponto de vista do trabalhador.

O trabalhador coletivo de I vendeu sua força de trabalho ao capitalista coletivo de I por 1.000; ele obtém esse valor em dinheiro, que lhe é pago sob a forma do salário. Com esse dinheiro, ele compra de II meios de subsistência pelo mesmo montante de valor. O capitalista II só se confronta com ele como vendedor de mercadorias, e nada mais além disso, mesmo que o trabalhador o compre de seu próprio capitalista, como, por exemplo, anteriormente (p. 380)[am], na conversão das 500 II*v*. A forma de circulação percorrida pela mercadoria do trabalhador – a força de trabalho – é a da

circulação simples de mercadorias, orientada à mera satisfação de necessidades, ao consumo: M (força de trabalho)–D–M (meios de consumo, mercadoria II). Resultado desse processo de circulação: o trabalhador se conservou como força de trabalho para o capitalista I e, para seguir se conservando como tal, tem de repetir sempre de novo o processo T(M)-D-M. Seu salário se realiza em meios de consumo; ele é gasto como renda e, considerando-se a classe trabalhadora em seu conjunto, é gasto constantemente como renda.

Vejamos agora a mesma troca de I*v* por II*c* do ponto de vista do capitalista. O produto-mercadoria integral de II consiste de meios de consumo; portanto, de coisas que se destinam a entrar no consumo anual, ou seja, a servir à realização da renda para uma pessoa qualquer – no caso aqui considerado, para o trabalhador coletivo I. Mas para o capitalista coletivo II, uma parte de seu produto-mercadoria = 2.000 é agora a forma, convertida em mercadoria, do valor constante de capital de seu capital produtivo, o qual tem de ser novamente reconvertido dessa forma-mercadoria na forma natural sob a qual pode atuar de novo como parte constante do capital produtivo. O que o capitalista II conseguiu até agora foi reconverter em forma-dinheiro, por meio da venda ao trabalhador I, a metade (= 1.000) de seu valor constante de capital reproduzido sob a forma-mercadoria (meios de consumo). Portanto, tampouco foi capital variável I*v* que se converteu nessa primeira metade do valor constante de capital II*c*, e sim foi o dinheiro que, na troca pela força de trabalho, funcionou como capital monetário para I, chegou às mãos do vendedor da força de trabalho, para o qual esse dinheiro não representa capital algum, mas renda em forma-dinheiro, isto é, dinheiro que é gasto como meio de compra de meios de consumo. Por outro lado, o dinheiro = 1.000 que fluiu dos trabalhadores I para os capitalistas II não pode funcionar como elemento constante do capital produtivo II. É unicamente a forma-dinheiro de seu capital-mercadoria que ainda precisa ser convertida em componentes fixos ou circulantes do capital constante. Com o dinheiro gasto pelos trabalhadores I, que são os compradores de sua mercadoria, II compra meios de produção de I pelo valor de 1.000. Com isso, o valor

constante de capital II é renovado em sua forma natural numa metade do importe total e pode voltar a funcionar como elemento do capital produtivo II. A forma de circulação era, aqui, M-D-M: meios de consumo no valor de 1.000 – dinheiro = 1.000 – meios de produção no valor de 1.000.

Mas M-D-M é aqui movimento de capital. M, vendida aos trabalhadores, transforma-se em D, e este D é convertido em meios de produção; trata-se de uma reconversão da mercadoria nos elementos materiais constitutivos dessa mercadoria. Por outro lado, assim como o capitalista II opera diante de I apenas como comprador de mercadorias, o capitalista I opera diante de II apenas como vendedor de mercadorias. Originalmente, com 1.000 em dinheiro destinados a funcionar como capital variável, I comprou força de trabalho no valor de 1.000; recebeu, portanto, um equivalente pelos 1.000*v* que entregou em forma-dinheiro; o dinheiro pertence agora ao trabalhador, que o gasta comprando de II; I só pode recuperar esse dinheiro afluído para o caixa de II se volta a fisgá-lo por meio da venda de mercadorias dotadas de um mesmo importe de valor.

Inicialmente, I possuía uma determinada soma de dinheiro = 1.000 destinada a funcionar como parte variável de capital; ela funciona como tal mediante sua conversão em força de trabalho pelo mesmo importe de valor. Mas o trabalhador, como resultado do processo de produção, forneceu-lhe uma massa de mercadorias (meios de produção) no valor de 6.000, dos quais ⅙ (ou seja, 1.000) é, de acordo com seu valor, um equivalente da parte variável de capital adiantada em dinheiro. Tal como antes em sua forma-dinheiro, o valor variável de capital não funciona agora, em sua forma-mercadoria, como capital variável; isso ele só pode fazer depois de efetuada a conversão em força viva de trabalho, e apenas enquanto esta opere no processo de produção. Como dinheiro, o valor variável de capital era apenas capital variável potencial. Mas ele se encontrava sob uma forma que o tornava diretamente conversível em força de trabalho. Como mercadoria, esse mesmo valor variável de capital não é mais que valor monetário em potência; ele só volta a ser produzido em sua forma-dinheiro originária por meio da venda da mercadoria, ou seja, neste caso, na medida em que II compre mercadoria de I pelo valor de 1.000. O movimento de

circulação é, aqui, o seguinte: 1.000*v* (dinheiro) – força de trabalho no valor de 1.000 – 1.000 em mercadoria (equivalente do capital variável – 1.000*v* (dinheiro); por conseguinte, D-M…M-D (= D-T…M-D). O próprio processo de produção que ocorre entre M…M não pertence à esfera da circulação; ele não aparece no intercâmbio recíproco dos diversos elementos da reprodução anual, por mais que esse intercâmbio abarque a reprodução de todos os elementos do capital produtivo, tanto de seus elementos constantes como do variável, a força de trabalho. Todos os agentes desse intercâmbio aparecem apenas como compradores, vendedores ou ambos; nele, os trabalhadores apresentam-se apenas como compradores de mercadorias, ao passo que os capitalistas se apresentam alternadamente como compradores e vendedores e, dentro de certos limites, apenas como compradores ou como vendedores unilaterais de mercadorias.

O resultado disso é que I volta a possuir a parcela variável de valor de seu capital sob a forma-dinheiro, a única forma a partir da qual essa parcela pode ser diretamente convertida em força de trabalho, isto é, volta a possuí-la na única forma em que essa parcela pode ser efetivamente adiantada como elemento variável de seu capital produtivo. Por outro lado, para poder reaparecer como comprador de mercadorias, o trabalhador tem agora de se apresentar novamente como vendedor de mercadorias, como vendedor de sua força de trabalho.

Com relação ao capital variável do setor II (500 II*v*), o processo de circulação entre capitalistas e trabalhadores da mesma classe de produção, na medida em que o consideramos como processo que se efetua entre o capitalista coletivo II e o trabalhador coletivo II, apresenta-se numa forma não mediada.

O capitalista coletivo II adianta 500*v* na compra de força de trabalho pelo mesmo importe de valor; o capitalista coletivo é, aqui, comprador; o trabalhador coletivo, vendedor. Surge, então, o trabalhador, com o dinheiro obtido por sua força de trabalho, como comprador de uma parte das mercadorias produzidas por ele mesmo. Aqui, portanto, o capitalista é o vendedor. O trabalhador repôs ao capitalista o dinheiro pago na compra de sua força de trabalho, mediante uma parte do capital-mercadoria II

produzido, ou seja, 500*v* em mercadoria; o capitalista possui agora, em forma-mercadoria, o mesmo *v* que possuía em forma-dinheiro antes da conversão em força de trabalho; o trabalhador, por outro lado, realizou o valor de sua força de trabalho em dinheiro e volta agora a realizar esse dinheiro quando, para satisfazer seu consumo, gasta-o como renda na compra de uma parte dos meios de consumo que ele mesmo produziu. Trata-se do intercâmbio da renda do trabalhador, em dinheiro, pelo componente de mercadoria 500*v* do capitalista, componente que o mesmo trabalhador reproduziu em forma-mercadoria. Desse modo, esse dinheiro retorna ao capitalista II como forma-dinheiro de seu capital variável. Um valor equivalente de renda repõe aqui em forma-dinheiro o capital variável em forma-mercadoria.

O que enriquece o capitalista não é o fato de que, ao vender ao trabalhador uma massa equivalente de mercadorias, ele subtrai deste último o dinheiro que inicialmente lhe pagou na compra da força de trabalho. Na realidade, ele pagaria duas vezes ao trabalhador se, num primeiro momento, na compra de sua força de trabalho, lhe pagasse 500 e, além disso, lhe cedesse gratuitamente a massa de mercadorias no valor de 500 que ele fez com que o trabalhador produzisse. Inversamente, se o trabalhador não produzisse para o capitalista mais do que um equivalente em mercadorias de 500 em troca do preço de sua força de trabalho de 500, após essa operação o capitalista se encontraria exatamente no mesmo ponto que antes dela. Mas o trabalhador reproduziu um produto de 3.000; ao transformá-lo em produto novo, ele conservou a parte constante de valor do produto, isto é, o valor dos meios de produção consumidos no processo = 2.000; a esse valor dado, ele acrescentou ainda um valor de 1.000($v + m$). (A ideia de que o capitalista enriqueceria ao ganhar mais-valor mediante o refluxo das £500 em dinheiro foi desenvolvida por Destutt de Tracy, como mostramos mais adiante, no item XIII deste capítulo.)

Mediante a compra de meios de consumo no valor de £500 por parte do trabalhador II, o capitalista II recupera em dinheiro, na forma em que ele o adiantou originalmente, o valor de 500 II*v* que até então possuía em mercadoria. O resultado imediato dessa transação, como em toda outra

venda de mercadorias, é a conversão de um valor dado, que passa da forma-mercadoria à forma-dinheiro. Tampouco é algo específico o refluxo do dinheiro a seu ponto de partida, mediado por aquela operação. Se o capitalista II tivesse comprado mercadorias do capitalista I por 500 em dinheiro e, então, tivesse vendido ao capitalista I mercadorias pelo mesmo valor de 500, as £500 em dinheiro teriam refluído para ele, tal como no outro caso. Essas £500 em dinheiro teriam servido meramente para o intercâmbio de uma massa de mercadorias de 1.000 e, conforme a lei geral previamente enunciada, teriam refluído para as mãos daquele que lançou o dinheiro na circulação com o propósito de intercambiar essa massa de mercadorias.

Mas as £500 em dinheiro que refluíram para o capitalista II são, ao mesmo tempo, capital variável potencial renovado em forma-dinheiro. Por que isso é assim? O dinheiro e, portanto, também o capital monetário só são capital variável potencial porque e na medida em que são conversíveis em força de trabalho. O retorno das £500 em dinheiro ao capitalista II é acompanhado do retorno da força de trabalho II ao mercado. O retorno de ambas em polos contrapostos – ou seja, também a reaparição das £500 em dinheiro, não só como dinheiro, mas como capital variável em forma-dinheiro – está condicionado por um mesmo procedimento. O dinheiro = 500 reflui para o capitalista II porque este vendeu ao trabalhador II meios de consumo por um importe de 500, ou seja, porque o trabalhador gastou seu salário para conservar a si mesmo e à sua família – e, com isso, conservou também sua força de trabalho. Para subsistir e poder voltar a se apresentar como comprador de mercadorias, ele tem de vender novamente sua força de trabalho. O retorno das £500 em dinheiro ao capitalista II é simultaneamente, portanto, retorno ou manutenção da força de trabalho como mercadoria comprável por essas £500 em dinheiro, e, com isso, retorno das 500 em dinheiro como capital variável potencial.

**No que se refere ao setor II*b*, que produz artigos de luxo, ocorre com *v* – (II*b*)*v* – o mesmo que com I*v*.** O dinheiro que renova em forma-dinheiro o capital variável dos capitalistas II*b* reflui para eles por um desvio, passando pelas mãos dos capitalistas II*a*. Mas há uma diferença

entre os trabalhadores comprarem seus meios de subsistência diretamente dos produtores capitalistas, a quem vendem sua força de trabalho, e o comprarem de outra categoria de capitalistas, por meio da qual o dinheiro só reflui para os primeiros por um desvio. Como a classe trabalhadora vive do pão de cada dia, ela compra enquanto pode comprar. Diferente é o caso do capitalista, por exemplo, no intercâmbio de 1.000 II*c* por 1.000 I*v*. O capitalista não vive do pão de cada dia. O que o motiva é a maior valorização possível de seu capital. Assim, se circunstâncias de qualquer tipo levam o capitalista II a pensar que é mais vantajoso fixar seu capital constante por algum tempo, ao menos parcialmente, sob forma-dinheiro, em vez de renová-lo imediatamente, então o refluxo das 1.000 II*c* para I (em dinheiro) se retarda; e assim também se retarda a restauração de 1.000*v* à forma-dinheiro, e o capitalista I só poderá dar continuidade ao seu negócio na mesma escala se dispuser de reservas de dinheiro, assim como, em geral, é necessário que haja capital de reserva em dinheiro para que se possa continuar o trabalho ininterruptamente, sem levar em consideração o refluxo mais rápido e[an] mais lento do valor variável de capital em dinheiro.

Se o intercâmbio dos diversos elementos da reprodução realizada durante o ano em curso deve ser examinado, é preciso investigar também o resultado do trabalho anual passado, do trabalho do ano já transcorrido. O processo de produção que resultou nesse produto anual ficou para trás, já passou, foi absorvido em seu produto; mais ainda, pois, o processo de circulação que precede o processo de produção ou transcorre paralelamente a este, a conversão de capital variável potencial em real, isto é, a compra e venda de força de trabalho. O mercado de trabalho já não forma mais parte do mercado de mercadorias que temos diante de nós. Aqui, o trabalhador não só já vendeu sua força de trabalho como forneceu em mercadoria, além do mais-valor, um equivalente do preço de sua força de trabalho; por outro lado, ele tem seu salário no bolso e, durante o intercâmbio, figura tão somente como comprador de mercadoria (meios de consumo). Mas, por outro lado, o produto anual deve conter todos os elementos da reprodução, restaurar todos os elementos do capital

produtivo, antes de mais nada, portanto, seu elemento mais importante, o capital variável. E, com efeito, já vimos que, no que diz respeito ao capital variável, o resultado do intercâmbio é o seguinte: como comprador de mercadorias, mediante o gasto de seu salário e o consumo da mercadoria comprada, o trabalhador conserva e reproduz sua força de trabalho como a única mercadoria que tem para vender; assim como o dinheiro adiantado pelo capitalista na compra dessa força de trabalho retorna para ele, também a força de trabalho retorna ao mercado de trabalho como mercadoria intercambiável por esse dinheiro; como resultado, especialmente em 1.000 I*v*, obtemos aqui: 1.000*v* em dinheiro do lado dos capitalistas I – do outro lado: força de trabalho no valor de 1.000 do lado dos trabalhadores I, de tal modo que o processo de reprodução I pode ser inteiramente reiniciado. Esse é um dos resultados do processo de intercâmbio.

Por outro lado, o gasto de salário dos trabalhadores I retirou de II meios de consumo no montante de 1.000*c* e, com isso, converteu estes últimos de forma-mercadoria em forma-dinheiro; a partir dessa forma-dinheiro, II os reconverteu na forma natural de seu capital constante, mediante a compra de mercadorias = 1.000*v* de I, a quem, desse modo, volta a refluir em forma-dinheiro seu valor variável de capital.

O capital variável I passa por três transformações, que ou não aparecem em absoluto na conversão anual ou o fazem apenas sugestivamente.

1. A primeira forma, 1.000 I*v* em dinheiro, que se converte em força de trabalho do mesmo importe de valor. Essa conversão mesma não aparece no intercâmbio de mercadorias entre I e II, mas seu resultado se mostra no fato de que a classe trabalhadora I dispõe de 1.000 em dinheiro quando se confronta com o vendedor de mercadorias II, do mesmo modo como a classe trabalhadora II dispõe de 500 em dinheiro quando se confronta com o vendedor de mercadorias, que dispõe de 500 II*v* em forma-mercadoria.
2. A segunda forma – a única na qual o capital variável varia efetivamente e funciona como variável; a única na qual a força criadora de valor aparece no lugar do valor determinado que foi

trocado por ela – pertence exclusivamente ao processo de produção, que deixamos para trás.

3. A terceira forma na qual o capital variável se justifica como tal no resultado do processo de produção é o produto anual de valor, ou seja, no caso de I = 1.000*v* + 1.000*m* = 2.000 I(*v* + *m*). No lugar de seu valor originário, = 1.000 em dinheiro, apareceu agora um valor duas vezes maior = 2.000 em mercadoria. Assim, o valor variável de capital = 1.000 em mercadoria não constitui mais do que a metade do produto de valor criado pelo capital variável como elemento do capital produtivo. As 1.000 I*v* em mercadoria são o equivalente exato das 1.000*v* em dinheiro que I adiantou originalmente e que são destinadas a formar a parte variável do capital total; sob a forma-mercadoria, porém, elas não são mais do que dinheiro potencial (apenas por meio de sua venda chegam a sê-lo efetivamente); são, portanto, capital monetário variável de maneira ainda menos direta. Por último, transformam-se neste capital mediante a venda da mercadoria 1.000 I*v* a II*c* e da pronta reaparição da força de trabalho como mercadoria comprável, como material no qual se podem converter as 1.000*v* em dinheiro.

Durante todas essas mutações, o capitalista I conserva o capital variável constantemente em suas mãos: 1) inicialmente, como capital monetário; 2) em seguida, como elemento de seu capital produtivo; 3) mais tarde, como parcela de valor de seu capital-mercadoria, ou seja, em valor-mercadoria; 4) por fim, novamente em dinheiro, com o qual volta a se confrontar a força de trabalho, na qual ele é conversível. Durante o processo de trabalho o capitalista tem em suas mãos o capital variável como força de trabalho criadora de valor, que põe a si mesma em ação, mas não como valor de grandeza dada; no entanto, como só paga ao trabalhador, invariavelmente, depois que a força deste último operou durante um período determinado, mais ou menos longo, o capitalista também já tem em sua mão, antes de pagá-lo, o valor de reposição dessa força, valor que foi criado por ela mesma, acrescido de mais-valor.

*Como o capital variável permanece sempre de uma forma ou outra nas mãos do capitalista, não se pode em absoluto dizer que ele se converte em renda para alguém.* O que ocorre, antes, é que 1.000 I*v* em mercadorias se convertem em dinheiro por sua venda a II, a quem ele repõe *in natura* a metade de seu capital constante.

O que se decompõe em renda não é o capital variável I, 1.000*v* em dinheiro; esse dinheiro deixou de funcionar como forma-dinheiro do capital variável I tão logo se converteu em força de trabalho, assim como o dinheiro de qualquer outro vendedor[ao] de mercadorias deixou de representar algo que lhe pertence tão logo se converteu na mercadoria de um vendedor. As conversões pelas quais passa o dinheiro recebido como salário nas mãos da classe trabalhadora não são conversões do capital variável, mas do valor da força de trabalho dos trabalhadores, valor este que foi realizado; do mesmo modo como a conversão do produto de valor criado pelo trabalhador (2.000 I($v + m$)) é tão somente a de uma mercadoria pertencente ao capitalista, uma conversão que não diz respeito em nada ao trabalhador. Mas apenas com grande dificuldade o capitalista – e, mais ainda, seu intérprete teórico, o economista político – pode livrar-se da ilusão de que o dinheiro pago ao trabalhador ainda é seu, do capitalista. Se este é produtor de ouro, a própria parte variável de valor – isto é, o equivalente em mercadoria que lhe repõe o preço de compra do trabalho – aparece diretamente sob a forma-dinheiro, podendo, assim, funcionar novamente como capital monetário variável sem percorrer o desvio de um refluxo. Mas no que diz respeito ao trabalhador em II – na medida em que abstraímos do trabalhador que produz artigos de luxo –, existem 500*v* em mercadorias destinadas ao seu consumo, que ele, considerado como trabalhador coletivo, volta a comprar diretamente do mesmo capitalista coletivo ao qual vendeu sua força de trabalho. A parcela variável de valor do capitalista II consiste, com relação a sua forma natural, de meios de consumo destinados, em sua maior parte, a ser consumidos pela classe trabalhadora. Mas o que o trabalhador gasta nesta forma não é o capital variável: é o salário, o dinheiro do trabalhador que, precisamente por meio de sua realização nesses meios de consumo, restaura para o capitalista, em

sua forma-dinheiro, o capital variável 500 II*v*. O capital variável II*v* é reproduzido em meios de consumo, assim como o capital constante 2.000 II*c*; um se decompõe em renda tão pouco quanto o outro. O que se decompõe em renda é, em ambos os casos, o salário.

Porém, um fato importante na conversão do produto anual é que, num caso, 1.000 II*c* são restauradas como capital monetário por meio do gasto do salário como renda, o mesmo ocorrendo, por esse mesmo percurso, com 1.000 I*v* e 500 II*v*, ou seja, com o capital constante e o capital variável (no caso deste último, em parte por refluxo direto, em parte por refluxo indireto).

## XI. Reposição do capital fixo[ap]

Uma grande dificuldade na exposição das conversões da reprodução anual é a seguinte. Se considerarmos a forma mais simples em que se apresenta a questão, teremos:

I) 4.000*c* + 1.000*v* + 1.000*m* +

II) 2.000*c* + 500*v* + 500*m* = 9.000,

o que, por fim, decompõe-se em:

4.000 I*c* + 2.000 II*c* + 1.000 I*v* + 500 II*v* + 1.000 I*m* + 500 II*m* = 6.000*c* + 1.500*v* + 1.500*m* = 9.000. Uma parcela de valor do capital constante, na medida em que este consista de meios de trabalho propriamente ditos (como setor especial dos meios de produção), foi transferida dos meios de trabalho para o produto do trabalho (a mercadoria); esses meios de trabalho continuam a operar como elementos do capital produtivo, e precisamente em sua velha forma natural; é sua depreciação – a perda progressiva de valor que experimentam ao longo de seu funcionamento – que dura um período determinado –, que, transferida do instrumento do trabalho para o produto do trabalho, reaparece como elemento de valor da mercadoria produzida mediante esses instrumentos. Quanto à reprodução anual, pois, aqui só se levam em consideração, desde o início, aqueles componentes do capital fixo cuja vida se prolonga por mais de um ano. Se no curso do ano eles se desgastam inteiramente, a reprodução anual precisa repô-los e

renová-los também inteiramente, e, por conseguinte, o ponto aqui analisado não os afeta de maneira alguma. Em se tratando de máquinas e de outras formas mais duradouras do capital fixo, pode ocorrer – e com frequência ocorre – que certos órgãos parciais dessas máquinas tenham de ser inteiramente repostos no decorrer do ano, mesmo nos casos em que o corpo inteiro do edifício ou da máquina apresentem uma maior durabilidade. Tais órgãos parciais integram a mesma categoria que os elementos do capital fixo que precisam ser repostos no decorrer do ano.

Esse elemento de valor das mercadorias não pode de modo algum ser confundido com os custos de reparo. Se a mercadoria é vendida, esse elemento de valor se converte em prata, em dinheiro, tal como os demais; após sua transformação em dinheiro, porém, evidencia-se sua diferença em relação aos outros elementos de valor. Para que tenha início a reprodução das mercadorias (para que o processo de produção de mercadoria seja contínuo) é preciso que as matérias-primas e os materiais auxiliares consumidos na produção das mercadorias sejam repostos *in natura*; a força de trabalho nelas despendida terá igualmente de ser reposta por nova força de trabalho. O dinheiro recebido pela mercadoria tem de ser constantemente transformado nesses elementos do capital produtivo, convertido de forma-dinheiro em forma-mercadoria. Em nada altera a questão o fato de que, por exemplo, as matérias-primas e os materiais auxiliares sejam comprados em grandes quantidades, dentro de certos prazos – constituindo, assim, estoques para a produção –, e que, portanto, durante um determinado tempo não seja preciso voltar a comprar esses meios de produção, de modo que, enquanto durem esses estoques, o dinheiro obtido com a venda das mercadorias possa – na medida em que sirva para essa finalidade – ser acumulado e, por conseguinte, essa parte do capital constante apareça momentaneamente como um capital monetário que se encontra suspenso em sua função ativa. Ele não é um capital de renda, mas um capital produtivo suspenso na forma-dinheiro. A renovação dos meios de produção tem de ocorrer continuamente, ainda que a forma dessa renovação – com relação à circulação – possa ser diferente. A nova compra, a operação da circulação por meio da qual eles são renovados,

repostos, pode ser realizada em prazos relativamente longos: tem-se, então, um grande desembolso monetário, de uma só vez, compensado pelo correspondente estoque produtivo, ou pode ser realizada em prazos curtos, consecutivos – nesse caso, ocorrem desembolsos monetários em doses menores, que se seguem rapidamente umas às outras, com pequenos estoques produtivos. Isso em nada altera o cerne da questão. O mesmo se dá com a força de trabalho. Onde a produção se pratica continuamente e na mesma escala ao longo do ano, tem-se a reposição constante da força de trabalho já consumida por uma nova; onde o trabalho é sazonal ou porções distintas de trabalho são empregadas em períodos distintos, como na agricultura, tem-se a compra correspondente, ora de massas menores de força de trabalho, ora de massas maiores. Em contrapartida, o dinheiro obtido com a venda de mercadorias, na medida em que realiza a parcela de valor-mercadoria equivalente à depreciação de capital fixo, não se converte de novo no componente do capital produtivo, cuja perda de valor ele repõe. Ele se precipita ao lado do capital produtivo e se cristaliza em sua forma-dinheiro. Esse precipitado de dinheiro [*Geldniederschlag*] se repete até que esteja transcorrida a época da reprodução, que consiste num número maior ou menor de anos e durante a qual o elemento fixo do capital constante continua a funcionar sob sua velha forma natural no processo de produção. Tão logo o elemento fixo – edifícios, maquinaria etc. – chega ao término de sua vida útil, ou seja, tão logo não pode mais funcionar no processo de produção, seu valor passa a existir à margem dele, completamente reposto em dinheiro, isto é, na soma dos precipitados de dinheiro, dos valores que foram paulatinamente transferidos pelo capital fixo às mercadorias em cuja produção ele cooperou e que, mediante a venda das mercadorias, passaram à forma-dinheiro. Esse dinheiro serve, então, para repor *in natura* o capital fixo (ou elementos deste último, uma vez que os diversos elementos do capital fixo têm diferentes durações vitais) e, assim, para renovar efetivamente esse componente do capital produtivo. Esse dinheiro é, pois, forma-dinheiro de uma parte do valor constante de capital, da parte fixa deste último. Esse próprio entesouramento é, portanto, um elemento do processo capitalista de

reprodução, de reprodução e estocamento – em forma-dinheiro – do valor do capital fixo ou de seus elementos individuais, até o momento em que o capital fixo se extinga e, consequentemente, tenha transferido integralmente seu valor às mercadorias produzidas e precise ser reposto *in natura*. Mas esse dinheiro só perde sua forma de tesouro e, portanto, só reingressa ativamente no processo de reprodução do capital – processo que é mediado pela circulação – tão logo tenha voltado a se converter em novos elementos do capital fixo, destinados a substituir os elementos extintos.

Assim como a circulação simples de mercadorias não é idêntica ao mero intercâmbio de produtos, tampouco a conversão do produto-mercadoria anual pode se decompor no mero intercâmbio recíproco, não mediado, de seus diversos componentes. O dinheiro desempenha nisso um papel específico, que também se expressa particularmente no modo de reprodução do valor fixo de capital. (Cabe investigar, mais adiante, como essa questão se apresentaria, supondo-se que a produção fosse coletiva e não possuísse a forma da produção de mercadorias.)

Se retornamos agora ao esquema básico, temos, para a classe II: 2.000*c* + 500*v* + 500*m*. O conjunto dos meios de consumo produzidos no decorrer do ano são aqui iguais a um valor de 3.000, e cada um dos diversos elementos de mercadorias que constituem essa soma de mercadorias se decompõe, com relação a seu valor, em $\frac{2}{3}c + \frac{1}{6}v + \frac{1}{6}m$, ou, percentualmente, em $66\frac{2}{3}c + 16\frac{2}{3}v + 16\frac{2}{3}m$. Os diversos tipos de mercadorias da classe II podem conter capital constante em diferentes proporções; do mesmo modo, a parte fixa do capital constante pode ser diferente nesses tipos, o mesmo podendo ocorrer com o tempo de vida das partes fixas de capital e, portanto, também com a depreciação anual ou a parcela de valor que elas transferem *pro rata* às mercadorias em cuja produção participam. Isso é, aqui, indiferente. Quanto ao processo social de reprodução, trata-se apenas do intercâmbio entre as classes II e I. Aqui, ambas contrapõem-se uma à outra em suas proporções sociais de massa: a grandeza proporcional da parcela de valor *c* do produto-mercadoria II (que, na questão aqui discutida, é a única decisiva) fornece, por conseguinte, a proporção média quando todos os ramos da produção subsumidos em II são

considerados em conjunto.

Cada tipo de mercadoria (e eles são, em grande parte, os mesmos tipos), cujo valor total está classificado sob 2.000*c* + 500*v* + 500*m* tem, portanto, um valor equivalente a 66⅔ % *c* + 16⅔ % *v* + 16⅔ % *m*. Isso vale tanto para cada 100 mercadorias que figuram sob *c* como para as que figuram sob *v* ou *m*.

No que diz respeito ao valor, as mercadorias nas quais estão incorporados os 2.000*c* podem ser decompostas, por sua vez, em:

1) 1.333⅓*c* + 333 ⅓*v* + 333 ⅓*m* = 2.000*c*;

do mesmo modo, 500*v* podem ser decompostos em:

2) 333⅓*c* + 83⅓*v* + 83⅓*m* = 500*m*;

por fim, 500*m* podem ser decompostos em:

3) 333⅓*c* + 83⅓*v* + 83⅓*m* = 500*m*.

Se agora somamos os *c* de 1, 2 e 3, temos 1.333⅓*c* + 333⅓*c* + 333⅓*c* = 2.000. **Do mesmo modo: 333⅓*v* + 83⅓*v* + 83⅓$_{v}$ = 500, e o mesmo no caso de *m*; a soma inteira resulta no valor total de 3.000, como supracitado.**

Todo o valor constante de capital – no valor de 3.000 – contido na massa de mercadorias II está, portanto, contido em 2.000*c*, e nem 500*v* nem 500*m* contém um único átomo daquele valor. O mesmo vale, por sua vez, para *v* e para *m*.

Em outras palavras: em 2.000*c* existe a cota inteira da massa de mercadorias II, que representa valor constante de capital e, por conseguinte, pode ser novamente convertida, seja na forma natural desse valor de capital, seja em sua forma-dinheiro. Assim, tudo o que se refere à conversão do valor constante das mercadorias II está restrito ao movimento de 2.000 II*c*; e tal conversão só pode ocorrer com I (1.000*v* + 1.000*m*).

Do mesmo modo, para a classe I tudo o que diz respeito à conversão do valor constante de capital a ela pertencente deve-se limitar à consideração de 4.000 I*c*.

## 1) Reposição em forma-dinheiro da parcela de valor correspondente ao desgaste[aq]

Se, para começar, tomamos:

$$\text{I)}\ 4.000c + \underbrace{1.000v + 1.000m}$$

$$\text{II)}\ \ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ 2.000c\ldots\ldots + 500v + 500m,$$

então o intercâmbio das mercadorias 2.000 II*c* por mercadorias I do mesmo valor (1.000*v* + 1.000*m*) pressuporia que 2.000 II*c* tenham sido inteiramente convertidos *in natura* nos componentes naturais – produzidos por I – do capital constante II; mas o valor-mercadoria de 2.000, no qual existe esse capital constante II, contém um elemento voltado a compensar a perda de valor do capital fixo, elemento que não precisa ser reposto imediatamente *in natura*, mas tem de ser convertido em dinheiro que se acumule progressivamente como soma total até que se esgote o prazo para a renovação do capital fixo em sua forma natural. Cada ano registra a morte de algum capital fixo, que precisa ser reposto neste ou naquele negócio individual, ou neste ou naquele ramo da indústria; no mesmo capital individual é necessário repor esta ou aquela parte do capital fixo (já que o tempo de vida dessas partes é diverso). Se considerarmos a reprodução anual – ainda que em escala simples, isto é, abstraindo de toda acumulação –, não começamos *ab ovo* [desde o princípio]; o ano que investigamos é um no decorrer de muitos, e não o primeiro ano após o nascimento da produção capitalista. Os diversos capitais investidos nos múltiplos ramos produtivos da classe II são, portanto, de idades diferentes, e assim como, a cada ano, morrem pessoas atuantes nesses ramos de produção, igualmente massas de capital fixo chegam ao fim de sua vida e têm de ser repostas *in natura* a partir de um fundo monetário acumulado. Nesse sentido, no intercâmbio de 2.000 II*c* por 2.000 I(*v* + *m*) está incluída a conversão de 2.000 II*c* de sua forma-mercadoria (como meios de consumo) em elementos naturais, os quais consistem não só em matérias-primas e materiais auxiliares, mas também em elementos naturais do capital fixo: máquinas, ferramentas, edifícios etc. Assim, a depreciação no valor de 2.000 II*c* que precisa ser reposta *em dinheiro* não corresponde em absoluto ao volume do capital fixo

em funcionamento, já que a cada ano é necessário repor *in natura* uma parte desse capital; o que, no entanto, pressupõe que em anos anteriores o dinheiro necessário para essa conversão tenha se acumulado nas mãos de capitalistas da classe II. Mas justamente esse pressuposto é tão válido para o ano em curso como o foi para os anteriores.

No intercâmbio entre I(1.000*v* + 1.000*m*) e 2.000 II*c* deve-se observar inicialmente que a soma de valor I(*v* + *m*) não contém qualquer elemento constante de valor e, portanto, nenhum elemento de valor para a depreciação a ser reposta, isto é, para o valor que foi transferido do componente fixo do capital constante para as mercadorias em cuja forma natural existem *v* + *m*. Tal elemento, ao contrário, existe em II*c*, e é precisamente uma parte desse elemento de valor devido ao capital fixo que não precisa se converter imediatamente da forma-dinheiro à forma natural, mas tem, primeiro, de se imobilizar na forma-dinheiro. É por isso que, no intercâmbio de I(1.000*v* + 1.000*m*) por 2.000 II*c*, impõe-se de imediato a dificuldade de que os meios de produção I, em cuja forma natural existem os 2.000 (*v* + *m*), tenham de intercambiar seu valor total de 2.000 por um equivalente em meios de consumo II, ao passo que, ao contrário, os meios de consumo 2.000 II*c* não podem ter seu montante inteiro de valor convertido em meios de produção I(1.000*v* + 1.000*m*), porquanto uma parte alíquota de seu valor – igual ao desgaste a ser reposto ou à depreciação de valor do capital fixo – tem primeiro de se precipitar em dinheiro, o qual, no período de reprodução do ano em curso – o único que se considera aqui –, não volta a funcionar como meio de circulação. Mas o dinheiro por meio do qual o elemento correspondente ao desgaste é convertido em dinheiro e incorporado no valor-mercadoria 2.000 II*c* só pode proceder de I, já que II não precisa pagar a si mesmo (antes, é pago precisamente pela venda de sua mercadoria) e também porque, segundo o pressuposto, I(*v* + *m*) compra toda a soma de mercadorias 2.000 II*c*; desse modo, a classe I, mediante essa compra, tem de converter em dinheiro esse desgaste para II. Porém, conforme à lei exposta anteriormente, o dinheiro adiantado na circulação retorna ao produtor capitalista, que, mais tarde, lança na circulação uma quantidade igual em mercadoria. É evidente que, na compra de II*c*, I não

pode entregar 2.000 em mercadorias a II e, além disso, uma soma de dinheiro adicional de uma só vez (sem que tal soma retorne a ele mediante a operação do intercâmbio). Do contrário, ele compraria a massa mercantil II*c* acima de seu valor. Se II, no intercâmbio por suas 2.000*c*, obtém realmente I(1.000*v* + 1.000*m*), então ele não tem mais nada a exigir de I, e o dinheiro circulante durante esse intercâmbio retorna a I ou a II, a depender de qual dos dois o tenha lançado na circulação, isto é, de qual dos dois tenha atuado primeiro como comprador. Ao mesmo tempo, nesse caso, II teria reconvertido o valor inteiro de seu capital-mercadoria na forma natural de meios de produção, ao passo que nosso pressuposto é de que, após sua venda, uma parte alíquota desse capital-mercadoria não se reconverte, durante o atual período de reprodução anual, do dinheiro à forma natural de componentes fixos de seu capital constante. Assim, um saldo em dinheiro só poderia refluir para II se ele vendesse a I justamente por 2.000, porém comprasse dele por menos de 2.000, digamos por 1.800; nesse caso, I teria de saldar a diferença com 200 em dinheiro, quantia que não refluiria para ele, uma vez que esse dinheiro adiantado na circulação não seria retirado desta última mediante o lançamento nela de mercadorias = 200. Teríamos, assim, um fundo monetário para II por conta de sua depreciação de capital fixo; mas da parte de I teríamos, por outro lado, uma superprodução de meios de produção no montante de 200 e com isso se romperia a base inteira do esquema, a saber, a reprodução em escala invariável, para a qual é pressuposta uma proporcionalidade plena entre os diversos sistemas de produção. Uma dificuldade teria sido eliminada, mas apenas para dar lugar a uma outra muito mais desagradável.

Como esse problema oferece algumas dificuldades peculiares e até agora não foi considerado em absoluto pelos economistas, analisaremos em sequência todas as suas possíveis soluções (ao menos, as aparentemente possíveis) ou, antes, formulações.

Em primeiro lugar, acabamos de pressupor que II vende 2.000 em mercadorias a I, mas só lhe compra 1.800. No valor-mercadoria 2.000 II*c* se incorporam 200 correspondentes ao desgaste, que devem ser entesourados em dinheiro; desse modo, o valor de 2.000 II*c* se decompõe

em 1.800, a serem intercambiados por meios de produção I, e 200, referentes à reposição do desgaste e que (após a venda das 2.000*c a* I) têm de ser retidos em dinheiro. Ou, no que diz respeito a seu valor, 2.000 II*c* seriam = 1.800*c* + 200*c* (*d*), em que *d* = *déchet* {desgaste}.

Deveríamos, então, considerar o intercâmbio

$$\text{I) } \underbrace{1.000v + 1.000m}$$
$$\text{II) } \quad 1.800c + 200c\ (d).$$

Com £1.000 que afluíram em salário para os trabalhadores como pagamento por sua força de trabalho, I compra meios de consumo por 1.000 II*c*; com as mesmas £1.000, II compra meios de produção por 1.000 I*v*. Desse modo, refluem para os capitalistas I seu capital variável em forma-dinheiro, e com essa soma eles podem comprar, no ano seguinte, força de trabalho pelo mesmo importe de valor, isto é, podem repor *in natura* a parte variável de seu capital produtivo. Além disso, com as £400 adiantadas, II compra meios de produção I*m*, e I*m*, com as mesmas £400, compra meios de consumo II*c*. As £400 que II adiantou na circulação retornaram, assim, aos capitalistas II, mas apenas como equivalente de mercadorias vendidas. I compra meios de consumo pelas £400 antecipadas; II adquire meios de produção de I por £400, com o que essas £400 refluem para I. O cálculo é, até aqui, o seguinte:

- I lança na circulação 1.000*v* + 800*m* em mercadoria; além disso, ele lança na circulação, em dinheiro: £1.000 em salários e £400 para o intercâmbio com II. Uma vez concluído o intercâmbio, I tem: 1.000*v* em dinheiro, 800*m* convertidos em 800 II*c* (meios de consumo) e £400 em dinheiro.
- II lança na circulação 1800*c* em mercadoria (meios de consumo) e £400 em dinheiro; concluído o intercâmbio, ele tem: £1.800 em mercadoria I (meios de produção) e £400 em dinheiro.

Temos agora, do lado I, 200*m* (em meios de produção) e, do lado II,

200*c* (*d*) (em meios de consumo).

De acordo com o pressuposto, I compra com £200 os meios de consumo *c* (*d*) por um importe de valor de 200; mas essas £200 são retidas por II, já que 200*c* (*d*) representam o desgaste, não devendo, assim, ser diretamente reconvertidas em meios de produção. Portanto, 200 I*m* são invendáveis; $^{1}/_{10}$[ar] do mais-valor I que tem de ser reposto é irrealizável, não sendo possível convertê-lo de sua forma natural de meios de produção à de meios de consumo.

Isso não só contradiz o pressuposto da reprodução em escala simples como não constitui, em si mesma, uma hipótese que permita explicar a conversão em dinheiro de 200*c* (*d*); antes, o que isso evidencia é que essa conversão é inexplicável. Como não se pode demostrar de que maneira 200*c* (*d*) podem ser convertidos em dinheiro, pressupõe-se que I faz a gentileza de transformá-los em dinheiro, precisamente porque I não está em condições de realizar seu próprio saldo de 200*m*. Conceber isso como uma operação normal do mecanismo de intercâmbio é exatamente o mesmo que supor que todos os anos £200 caem do céu para converter regularmente em dinheiro os 200*c* (*d*).

Mas o absurdo de tal hipótese não salta imediatamente à vista se I*m*, em vez de se apresentar, como aqui, em seu modo de existência primitivo – ou seja, como componente do valor de meios de produção e, portanto, do valor de mercadorias que seus produtores capitalistas têm de realizar em dinheiro mediante a venda –, aparece nas mãos dos sócios dos capitalistas, por exemplo, como renda fundiária nas mãos dos proprietários de terras ou como juro nas mãos dos credores. Mas se a parte do mais-valor das mercadorias que o capitalista industrial tem de ceder como renda fundiária ou juro a outros coproprietários do mais-valor não é realizável por um longo tempo mediante a venda das próprias mercadorias, então também o pagamento de renda fundiária ou juro tem um fim, de modo que os proprietários de terra ou os recebedores de juro já não podem mais, por meio do dispêndio dessas rendas ou juros, servir como *deus ex machina*[as] para converter arbitrariamente em dinheiro determinadas partes da reprodução anual. O mesmo ocorre com os gastos de todos os chamados

trabalhadores improdutivos: funcionários estatais, médicos, advogados etc. e todos os que, sob a forma do "grande público", prestam "serviços" aos economistas políticos, explicando o que estes deixaram de explicar.

Tampouco obtemos algum avanço se, em vez do intercâmbio direto entre I e II – entre os dois grandes setores em que se dividem os produtores capitalistas –, o comerciante assume o lugar de intermediário e, com seu "dinheiro", ajuda a superar todas as dificuldades. No caso dado, por exemplo, 200 I*m* têm de ser definitivamente liberadas aos capitalistas industriais de II. Por mais que passem pelas mãos de uma série de comerciantes, o último deles se encontrará diante de II – de acordo com a hipótese – na mesma situação em que os produtores capitalistas de I se encontravam inicialmente, isto é, impossibilitados de vender a II as 200 I*m*; e essa soma destinada à compra, estando imobilizada, não pode renovar o mesmo processo com I.

Vemos aqui, para além de nosso verdadeiro objetivo, como é absolutamente necessária a consideração do processo de reprodução em sua forma fundamental – livre de todas as circunstâncias menores que o obscurecem – a fim de nos desembaraçarmos desses falsos subterfúgios que proporcionam a aparência de uma explicação "científica" quando o processo da reprodução social, em sua complicada forma concreta, é imediatamente transformado em objeto da análise.

Portanto, a lei segundo a qual, com o transcurso normal da reprodução (seja em escala simples, seja em escala ampliada), o dinheiro adiantado à circulação pelos produtores capitalistas tem de retornar a seu ponto de partida (não importando, aqui, se o dinheiro pertence a esses capitalistas ou é injetado na produção) exclui de uma vez por todas a hipótese de que 200 II*c* (*d*) é convertido em dinheiro por meio do dinheiro adiantado por I.

## 2) Reposição do capital fixo in natura[at]

**Depois de descartada a hipótese que acabamos de examinar, resta-nos considerar apenas aquelas possibilidades que, além da reposição em dinheiro da parte correspondente ao desgaste, incluem também a reposição *in natura* de todo o capital fixo já utilizado.**

Até aqui pressupomos:

a) que £1.000, pagas em salário de I, são gastas pelos trabalhadores em II*c* no mesmo montante de valor, isto é, que com esse dinheiro eles compram meios de consumo.

Que aqui as £1.000 serem adiantadas em dinheiro por I não é mais do que a constatação de um fato. O salário deve ser pago em dinheiro pelos respectivos produtores capitalistas; em seguida, esse dinheiro é gasto pelos trabalhadores em meios de subsistência e quando os vendedores desses meios de subsistência convertem seu capital constante de capital mercantil em capital produtivo, esse mesmo dinheiro lhes serve como meio de circulação. Ele circula, é verdade, por muitos canais (lojas, proprietários de imóveis, coletores de impostos e trabalhadores improdutivos, como médicos etc., dos quais o próprio trabalhador necessita) e, assim, apenas em parte flui diretamente das mãos dos trabalhadores I para as da classe dos capitalistas II. Esse fluxo pode estancar-se em maior ou menor medida, razão pela qual novas reservas monetárias se fazem necessárias do lado dos capitalistas. Mas nada disso é levado em consideração na análise dessa forma fundamental.

b) Pressupôs-se que, primeiramente, I adiantava outras £400 em dinheiro para comprar de II, dinheiro que refluía para ele, e que, num segundo momento, II adiantava £400 para comprar de I, e que essa soma retornava para ele. Esse pressuposto é necessário, porquanto seria arbitrária a hipótese inversa, de que ou a classe dos capitalistas I ou a classe dos capitalistas II antecipa unilateralmente na circulação o dinheiro necessário para o intercâmbio de mercadorias. Ora, como na última subseção mostramos que a hipótese segundo a qual I lançava dinheiro adicional na circulação para converter 200 II*c* (*d*) em dinheiro era descartável por ser absurda, é evidente que nos resta apenas a hipótese, aparentemente ainda mais absurda, de que o próprio II lança na circulação o dinheiro com o qual o componente de valor de suas mercadorias é convertido em dinheiro destinado a repor a depreciação de seu capital fixo. Por exemplo, a parcela de valor que a máquina de fiar do patrão X perde na produção reaparece como parcela de valor do fio de costura; o que sua

máquina de fiar perde por um lado em valor ou desgaste terá de se acumular, por outro, como dinheiro. X poderia, por exemplo, comprar algodão de Y por £200 e, assim, adiantar à circulação £200 em dinheiro; Y lhe compraria fio com as mesmas £200, e essa soma serviria então a X como fundo para a reposição da depreciação da máquina de fiar. Disso se seguiria apenas que X, além de sua produção, do produto desta e da venda desse produto, conserva *in petto* [em reserva] £200 para pagar a si mesmo a perda de valor da máquina de fiar, isto é, que, além da perda de valor de sua máquina de fiar – perda equivalente a £200 –, ele teria de agregar anualmente, do próprio bolso, outras £200 em dinheiro para estar finalmente em condições de comprar uma nova máquina de fiar.

Mas o absurdo é só aparente. A classe II é composta de capitalistas cujo capital fixo se encontra em períodos absolutamente distintos de sua reprodução. Para uns, chegou o momento em que se deve repô-lo integralmente *in natura*. Para outros, ele se encontra mais ou menos distante desse estágio; os membros do último grupo têm em comum o fato de que seu capital fixo não se reproduz realmente, isto é, não é renovado *in natura*, ou reposto por um novo exemplar do mesmo tipo, mas que seu valor é acumulado sucessivamente em dinheiro. O primeiro grupo se encontra totalmente (ou em parte, o que aqui é indiferente) na mesma situação em que se encontrava ao dar início ao seu negócio, quando entrou no mercado com um capital monetário a fim de convertê-lo, por um lado, em capital constante (fixo e circulante) e, por outro, em força de trabalho, em capital variável. Tal como antes, ele tem agora de adiantar novamente esse capital monetário à circulação, ou seja, tanto o valor do capital fixo constante como o do capital circulante e o do capital variável.

Se pressupomos, portanto, que metade das £400 que a classe capitalista II lança na circulação para o intercâmbio com I provém dos capitalistas em II, que têm não apenas de renovar *in natura*, mediante suas mercadorias, seus meios de produção pertencentes ao capital circulante, mas também, mediante seu dinheiro, seu capital fixo, enquanto a outra metade dos capitalistas II só repõe *in natura*, com seu dinheiro, a parte circulante de seu capital constante, mas não seu capital fixo *in natura*, não há então

absolutamente nada de contraditório no fato de que as £400 que refluem (tão logo I compra, com elas, meios de consumo) se distribuem diferentemente entre esses dois setores de II. Eles refluem para a classe II, mas não para as mesmas mãos; distribuem-se de diferente maneira entre esses dois setores de II.

Uma parte de II, além da parcela de meios de produção coberta em última instância por suas mercadorias, converteu £200 em dinheiro em novos elementos fixos de capital *in natura*. Tal como no começo do negócio, o dinheiro assim gasto reflui da circulação para essa parte de II apenas gradualmente, ao longo de uma série de anos, como componente de valor – correspondente ao desgaste – das mercadorias que têm de ser produzidas com esse capital fixo.

A outra parte de II, em contrapartida, não recebeu quaisquer mercadorias de I por £200, mas I lhe paga com o dinheiro com o qual a primeira parte de II comprou elementos fixos de capital. Uma parte de II volta a possuir seu valor fixo de capital em sua forma natural renovada; a outra parte ainda se ocupa em acumulá-lo em forma-dinheiro, para mais tarde repor seu capital fixo *in natura*.

A situação da qual temos de partir após os intercâmbios anteriores é o restante das mercadorias que ambas as partes têm de intercambiar: em I, 400*m*; em II, 400*c*[11]. Supomos que II adianta 400 em dinheiro para o intercâmbio dessas mercadorias por um importe de 800. Uma metade dos 400 (= 200) deve ser desembolsada, de qualquer modo, pelo subsetor de II*c*, que acumulou 200 em dinheiro como valor correspondente ao desgaste e tem agora de reconvertê-lo na forma natural de seu capital fixo.

Assim como o valor constante de capital, o valor variável de capital e o mais-valor – nos quais se podem decompor tanto o valor do capital-mercadoria de II como o de I – podem ser representados em cotas proporcionais especiais das mercadorias de II, ou, conforme o caso, de I, o mesmo ocorre, no interior do próprio valor constante de capital, com a parte de valor que ainda não deve ser convertida na forma natural do capital fixo, mas, por ora, deve ser entesourada pouco a pouco em forma-dinheiro. Uma determinada quantidade de mercadorias II (no caso presente,

pois, a metade do restante = 200) é aqui apenas um veículo desse valor correspondente ao desgaste, valor que tem de ser precipitado em dinheiro por meio do intercâmbio. (A primeira parte dos capitalistas II, que renova capital fixo *in natura*, pode já ter realizado, desse modo – com a parte correspondente ao desgaste da massa de mercadorias, da qual aqui só figura um remanescente –, uma parcela de seu valor correspondente ao desgaste, mas ainda lhe resta realizar 200 em dinheiro.)

No que diz respeito à segunda metade (= 200) das £400 lançadas por II na circulação durante essa operação final, ela é gasta para comprar de I componentes circulantes do capital constante. Uma parcela dessas £200 pode ser lançada na circulação pelos dois subsetores de II, ou somente por aquele que não renova *in natura* seu componente fixo de valor.

Com as £400, portanto, retiram-se de I: 1) mercadorias no montante de £200, compostas unicamente de elementos do capital fixo; 2) mercadorias no montante de £200, que repõem apenas elementos naturais da parte circulante de capital constante de II. Ora, I vendeu todo seu produto-mercadoria anual, na medida em este deve ser vendido a II, mas o valor de ⅕ desse produto, £400, existe agora em suas mãos, em forma-dinheiro. Contudo, esse dinheiro é mais-valor realizado, que tem de ser gasto como renda em meios de consumo. Assim, com as £400, I compra o valor-mercadoria integral de II, = 400. O dinheiro reflui para II, portanto, em troca de suas mercadorias.

**Consideremos, agora, três casos: denominamos "parte 1" a parte dos capitalistas II que repõe o capital fixo *in natura*, e "parte 2" a dos que entesouram em forma-dinheiro o valor de depreciação do capital fixo. Os três casos são os seguintes:** a) que dos 400 que ainda existem em mercadorias como restantes no caso II, uma cota (digamos, ½ para cada uma) deva repor nas partes 1 e 2 certas cotas das partes circulantes do capital constante; b) que a parte 1 tenha vendido integralmente sua mercadoria e, portanto, que a parte 2 ainda tenha de vender 400; c) que a parte 2 tenha vendido tudo, menos os 200 que carregam consigo o valor da depreciação.

Obtemos, então, as seguintes divisões:

a) Do valor-mercadoria = 400*c* que II tem ainda em suas mãos, a parte 1 possui 100 e a parte 2, 300; destes 300, 200 representam a depreciação. Nesse caso, das £400 em dinheiro que I devolve agora para retirar mercadorias II, a parte 1 desembolsara originariamente 300, sendo 200 em dinheiro, pelos quais ela obteve de I elementos de capital fixo *in natura*, e 100 em dinheiro para a mediação de sua troca de mercadorias com I; a parte 2, ao contrário, só adiantou ¼ dos 400, ou seja, 100, também para a mediação de sua troca de mercadorias com I.

Dos 400 em dinheiro, a parte 1 adiantou, portanto, 300, e a parte 2, 100.

Destes 400, porém, retornam:

À parte 1: 100, ou seja, apenas ⅓ do dinheiro por ela adiantado. Mas ela possui, no lugar dos outros ⅔ , um capital fixo renovado no valor de 200. Em troca desse elemento fixo de capital no valor de 200, a parte 1 deu dinheiro para I, mas não mercadorias adicionais. No que diz respeito a esses 200 em dinheiro, a parte 1 se confronta com I apenas como compradora, mas não, mais tarde, como vendedora. Desse modo, esse dinheiro não pode refluir para a parte 1; do contrário, esta teria recebido gratuitamente de I os elementos fixos de capital.

No que se refere ao último terço do dinheiro por ela adiantado, a parte 1 apareceu apenas como compradora dos componentes circulantes de seu capital constante. Com esse mesmo dinheiro, I lhe compra o restante de sua mercadoria no valor de 100. O dinheiro retorna a essa parte (a 1 de II) porque ela se apresenta como vendedora de mercadorias imediatamente depois de ter se apresentado como compradora. Se o dinheiro não retornasse, II (parte 1) teria dado a I, primeiramente, 100 em dinheiro por mercadorias no valor de 100 e em seguida, além disso, 100 em mercadorias, ou seja, ter-lhe-ia presenteado suas mercadorias.

Em contrapartida, à parte 2, que desembolsa 100 em dinheiro, retornam 300 em dinheiro: 100 porque, como compradora, ela lançou anteriormente na circulação essa quantidade em dinheiro e agora a recupera como vendedora; 200, porque atua apenas como vendedora de mercadorias por um importe de valor de 200, mas não como compradora. O dinheiro não pode, portanto, retornar a I. A depreciação de capital fixo é saldada, pois,

pelo dinheiro que II (parte 1) lançou na circulação ao adquirir elementos de capital fixo, mas não chega às mãos da parte 2 como o dinheiro da parte 1, mas como dinheiro pertencente à classe I.

b) Sob esse pressuposto, o restante de II*c* se distribui de tal modo que a parte 1 possui 200 em dinheiro e a parte 2, 400 em mercadorias.

A parte 1 vendeu toda sua mercadoria, mas 200 em dinheiro são a forma modificada do componente fixo de seu capital constante, componente que ela tem de renovar *in natura*. Por conseguinte, ela só aparece aqui como compradora e, em vez de seu dinheiro, recebe mercadoria de I em elementos naturais do capital fixo, pelo mesmo importe de valor. A parte 2 só precisa lançar £200 na circulação, como máximo (se para o intercâmbio de mercadorias entre I e II nenhuma soma em dinheiro é adiantada por I), já que, para a metade de seu valor-mercadoria, ela só se relaciona com I como vendedora, não como compradora.

Da circulação, retornam a ela £400; 200 porque ela as adiantou como compradora e agora as recupera como vendedora de 200 em mercadorias, e 200 porque vendeu mercadorias a I no valor de 200, sem obter de I, em troca delas, um equivalente de mercadorias.

c) A parte 1 possui 200 em dinheiro e 200*c* em mercadoria; a parte 2, 200*c* (*d*) em mercadorias.

Sob esse pressuposto, a parte 2 não deve efetuar nenhum adiantamento em dinheiro, já que, diante de I, ela já não funciona, de modo algum, como compradora, mas unicamente como vendedora; assim, ela deve esperar que lhe comprem.

A parte 1 adianta £400 em dinheiro, sendo 200 para o intercâmbio recíproco de mercadorias com I, 200 como mera compradora de I. Com essas £200 em dinheiro, ela adquire os elementos de capital fixo.

Com £200 em dinheiro, I compra 200 em mercadorias da parte 1, para a qual, desse modo, refluem as £200 adiantadas em dinheiro para esse intercâmbio de mercadorias; com as outras £200 – que também recebeu de 1 –, I adquire mercadorias por 200 da parte 2, para a qual, com isso, sua depreciação de capital fixo se precipita em dinheiro.

A questão em nada se modificaria se supuséssemos que, no caso c), em

vez de II (parte 1), é a classe I que adianta 200 em dinheiro para a conversão das mercadorias existentes. Se, então, I compra primeiro mercadorias de II (parte 2) por 200 – pressupõe-se aqui que este último dispõe apenas desse restante de mercadorias para vender –, as £200 não retornam a I, já que II (parte 2) não se apresenta novamente como comprador; mas II (parte 1) tem, então, £200 em dinheiro para comprar e, do mesmo modo, outros 200 em mercadorias para intercambiar, ou seja, no total, 400 para trocar com I. £200 em dinheiro retornam, portanto, a I, procedentes de II (parte 1). Se I as desembolsa novamente para adquirir de II (parte 1) os 200 em mercadorias, elas retornam para I tão logo II (parte 1) adquire de I a segunda metade dos 400 em mercadorias. A parte 1 (II) desembolsou £200 em dinheiro como mera compradora de elementos do capital fixo; essa soma não retorna a ela, mas serve para realizar as 200*c* de mercadorias restantes de II (parte 2), enquanto para I as £200 em dinheiro desembolsadas para o intercâmbio de mercadorias não refluem via II (parte 2), mas via II (parte 1). Por sua mercadoria no valor de 400, ela lhe retornou um equivalente em mercadorias no montante de 400; as £200 em dinheiro que ela adiantou para a conversão de 800 em mercadorias retornou igualmente às suas mãos – e assim está tudo em ordem.

* * *

A dificuldade que resultava do intercâmbio:

$$\text{I. } \underbrace{1.000v + 1.000m}$$

II. 2.000*c* foi reduzida à dificuldade do intercâmbio dos restantes

I. …… 400*m*

II. (1) 200 em dinheiro + 200*c* em mercadoria + (2) 200*c* em mercadoria, ou, para esclarecer ainda mais a questão:

I. 200*m* + 200*m*.

II. (1) 200 em dinheiro + 200*c* em mercadoria + (2) 200*c* em mercadoria.

Como em II (parte 1) 200*c* em mercadoria se intercambiam com 200 I*m* (mercadoria), e como todo o dinheiro que circula nesse intercâmbio que efetuam I e II de 400 em mercadorias retorna a quem o adiantou, ou seja, a I ou II, temos então que esse dinheiro, como elemento do intercâmbio entre I e II, não constitui, na realidade, um elemento do problema que aqui nos ocupa. Ou, formulando de outra maneira: se pressupomos que no intercâmbio entre 200 I*m* (mercadoria) e 200 II*c* (mercadoria de II, parte 1) o dinheiro funciona como meio de pagamento, não como meio de compra, e, portanto, tampouco como "meio de circulação" em sentido estrito, então é claro que as mercadorias 200 I*m* e 200 II*c* (parte 1) são do mesmo importe de valor, que meios de produção no valor de 200 se intercambiam por meios de consumo no valor de 200, que o dinheiro só funciona aqui idealmente, e que dinheiro algum precisa ser lançado efetivamente na circulação, deste ou daquele lado, para o pagamento de qualquer saldo. Assim, o problema só se apresenta em sua forma pura quando eliminamos em ambos os lados, I e II, a mercadoria 200 I*m* e seu equivalente, a mercadoria 200 II*c* (parte 1).

Após a eliminação desses dois montantes de mercadoria de igual valor (I e II) que se saldam mutuamente, resta, pois, o remanescente da transação, no qual o problema se manifesta em seu estado puro, a saber:

I. 200*m* em mercadorias.

II. (1)200*c* em dinheiro + (2)200*c* em mercadoria.

Fica claro, aqui: II (parte 1) compra com 200 em dinheiro os componentes de seu capital fixo 200 I*m*; com isso, o capital fixo de II (parte 1) se renovou *in natura* e o mais-valor de I, no valor de 200, foi convertido da forma-mercadoria (meios de produção e, precisamente, elementos de capital fixo) em forma-dinheiro. Com esse dinheiro, I adquire meios de consumo de II (parte 2) e o resultado de II é que a parte 1 renovou *in natura* um componente fixo de seu capital constante e que na parte 2 um outro componente (o que repõe a depreciação do capital fixo) se precipitou em dinheiro; este último processo dura por muitos anos, até que também esse componente deve ser renovado *in natura*.

A condição prévia é aqui, com toda evidência, a de que esse componente fixo do capital constante II, componente que se reconverteu em dinheiro na extensão plena de seu valor e que, portanto, tem de ser renovado *in natura* todos os anos (parte 1), seja igual à depreciação anual do outro componente fixo do capital constante II, que continua a funcionar em sua velha forma natural, e cujo desgaste, depreciação do valor que transfere às mercadorias em cuja produção opera, tem de ser reposto primeiramente em dinheiro. Tal equilíbrio aparentaria ser uma lei da reprodução em escala constante, o que, em outras palavras, significa que na classe I, produtora de meios de produção, a divisão proporcional do trabalho deve permanecer inalterada, na medida em que ela fornece, por um lado, componentes circulantes e, por outro, componentes fixos do capital constante da seção II.

Antes de investigarmos esse ponto em detalhe, temos primeiramente de analisar como a questão se apresenta quando o restante de II*c* (1) não é igual ao restante de II*c* (1), mas, ao contrário, pode ser maior ou menor do que ele. Tratemos de ambos os casos sucessivamente.

*Primeiro caso:*[au]

I. 200*m*.

II. (1) 220*c* (em dinheiro) + (2) 200*c* (em mercadoria).

Aqui, II*c* (1) compra com £200 em dinheiro as mercadorias 200 I*m*, e I compra com o mesmo dinheiro as mercadorias 200 II*c* (2), ou seja, o componente do capital fixo que deve se precipitar em dinheiro; com isso, tal componente é realizado. Mas 20 II*c* (1) em dinheiro não pode ser reconvertido em capital fixo *in natura*.

Esse inconveniente parece poder ser remediado ao fixarmos o restante de I*m* em 220, em vez de em 200, de modo que, de 2.000 I, apenas 1.780, em vez de 1.800, tenham sido liquidados pelo intercâmbio anterior. Nesse caso, portanto, teríamos:

I. 220*m*.

II. (1)220*c* (em dinheiro) + (2)200*c* (em mercadoria).

IIc (parte 1) compra, com £220 em dinheiro, as 220 I*m*, e I compra, com £200, as 200 II*c* (2) em mercadorias. Em tal caso, porém, restam £20 em dinheiro do lado de I, uma fração de mais-valor que só pode ser retida em dinheiro, em vez de ser gasta em meios de consumo. Com isso, a dificuldade é apenas deslocada de II*c* (parte 1) para I*m*.

Suponhamos agora, por outro lado, que II*c* (parte 1) seja menor que II*c* (parte 2) e teremos, portanto:

*Segundo caso:*[av]

I) 200*m* (em mercadoria)
II) (1)180*c* (em dinheiro) + (2)200*c* (em mercadoria).

II (parte 1) compra 180 de mercadorias de I*m* por £180 em dinheiro; com esse dinheiro, I compra de II (parte 2) mercadorias por igual valor, ou seja, 180 II*c* (2); restam, de um lado, 20 I*m* invendáveis e, de outro, 20 II*c* (2); mercadorias no valor de 40, inconversíveis em dinheiro.

De nada nos serviria fixar o remanescente I = 180; nesse caso, é certo que não restaria nenhum excedente em I, mas sim, como antes, um excedente invendável, inconversível em dinheiro, de 20 em II*c* (parte 2).

No primeiro caso, quando II (1) é maior que II (2), do lado de II*c* (1) resta um excedente em dinheiro que não pode ser reconvertido em capital fixo, ou então, caso se fixe o restante I*m* = II*c* (1), o mesmo excedente em dinheiro resta do lado de I*m*, inconversível em meios de consumo.

No segundo caso, em que II*c* (1) é menor que II*c* (2), resta um déficit em dinheiro do lado de 100 I*m* e II*c* (2) e um excedente igual de mercadorias em ambos os lados, ou, quando o restante I*m* é fixado = II*c* (2)[aw], resta um déficit em dinheiro e um excedente em mercadorias do lado de II*c* (2).

Se fixássemos o restante I*m* sempre como igual a II*c* (1) – já que as encomendas determinam a produção, e em nada altera a reprodução o fato de que, neste ano, I produza mais componentes fixos de capital e, no ano seguinte, mais elementos circulantes de capital que integram o capital constante II[ax] –, teríamos que, no primeiro caso, I*m* poderia ser

reconvertido em meios de consumo apenas se, com essa soma, I comprasse uma parcela do mais-valor de II, e este, por sua vez, a acumulasse em dinheiro, em vez de consumi-la; no segundo caso, a única solução seria que o próprio I gastasse o dinheiro, hipótese que já descartamos.

Se II*c* (1) é maior que II*c* (2), então a importação de mercadorias estrangeiras é necessária para a realização do excedente monetário em I*m*. Se, ao contrário, II*c* (1) é menor que II*c* (2), é necessária exportação de mercadoria II (meios de consumo) para a realização em meios de produção da parte referente ao desgaste de II*c*. Em ambos os casos, portanto, há necessidade do comércio exterior.

Dado que, ao examinar a reprodução em escala invariável, é preciso admitir que a produtividade de todos os ramos industriais se mantém constante, assim como as relações proporcionais de valor entre seus produtos-mercadorias, os últimos dois casos mencionados, em que II*c* (1) é maior ou menor que II*c* (2), oferecerão sempre um interesse para a produção em escala ampliada, lá onde esses casos puderem infalivelmente ser encontrados.

## 3) Resultados[ay]

No que se refere à reposição do capital fixo, cabe observar, em geral, o seguinte: se – permanecendo constantes todas as demais circunstâncias, ou seja, não só a escala da produção, mas também, em particular, a produtividade do trabalho – neste ano expira uma parte do elemento fixo de II*c* maior que a parte que expirou no ano anterior e, assim, uma parte maior desse elemento tem de ser renovada *in natura*, então a porção do capital fixo que está em vias de extinção – e que, enquanto isso, precisa ser reposta em dinheiro até o fim de sua vida – tem de encolher na mesma proporção, já que, segundo o pressuposto de que partimos, a soma (e também a soma de valor) da parte fixa de capital atuante em II permanece a mesma. Mas isso traz consigo as seguintes circunstâncias. *Primeira*: se uma parte maior do capital-mercadoria I consiste de elementos do capital fixo de II*c*, uma parte tanto menor será formada de componentes circulantes de II*c*, porquanto a produção total de I para II*c* se conserva inalterada. Se uma porção desta

última cresce, a outra decresce – e vice-versa. Por outro lado, no entanto, também a produção total da classe II continua do mesmo tamanho. Mas como isso é possível, dado o decréscimo de suas matérias-primas, produtos semifabricados, materiais auxiliares (isto é, os elementos circulantes do capital constante II)? *Segunda*: uma parte maior do capital fixo II*c*, restabelecido em forma-dinheiro, aflui para I a fim de ser reconvertido da forma-dinheiro à forma natural. Portanto, aflui para I mais dinheiro, além daquele que circula entre I e II para os meros efeitos do intercâmbio de mercadorias; mais dinheiro que não medeia a troca recíproca de mercadorias, mas aparece apenas unilateralmente na função de meio de compra. Ao mesmo tempo, porém, teria decrescido proporcionalmente a massa de mercadorias de II*c* que serve de veículo da reposição de valor correspondente ao desgaste, ou seja, a massa de mercadorias II que não tem de ser trocada por mercadoria de I, mas apenas por dinheiro de I. Mais dinheiro de II para I teria afluído como mero meio de compra e existiriam menos mercadorias de II, que, diante de I, teria de atuar meramente como comprador. Portanto, uma parte maior de I*m* – pois I*v* já se converteu em mercadoria II – não seria conversível em mercadoria II, mas seria mantida em forma-dinheiro.

Não é necessário seguir examinando aqui o caso inverso, quando, no período de um ano, a reprodução dos casos fatais do capital fixo de II decresce e, em contrapartida, cresce a parte correspondente ao desgaste.

E então teríamos a crise – crise de produção –, mesmo com a reprodução em escala constante.

Numa palavra: se no caso da reprodução simples, e mantendo-se inalteradas as demais circunstâncias (especialmente a força produtiva, a grandeza total e a intensidade do trabalho), não se pressupusesse uma proporção constante entre o capital fixo que se extingue (e que precisa ser renovado) e o que continua a operar em sua velha forma natural (e adicionando valor aos produtos apenas para compensar seu próprio desgaste), o resultado seria que, num caso, manter-se-ia igual a massa dos componentes circulantes que devem ser reproduzidos, mas teria crescido a massa dos componentes fixos que carecem de reprodução; seria necessário,

pois, um crescimento da produção total de I, ou, do contrário, haveria, mesmo abstraindo das condições monetárias, um déficit da reprodução.

No outro caso: se diminuísse a grandeza proporcional do capital fixo II que deve ser reproduzido *in natura* e, portanto, aumentasse na mesma proporção o componente do capital fixo II que deve ser reposto em dinheiro, teríamos que a massa dos componentes circulantes do capital constante II – reproduzidos por I – permaneceria inalterada, porém diminuiria a dos componentes fixos necessários à reprodução. Assim, o resultado seria ou a diminuição da produção total I ou um excedente (tal como antes havia um déficit), e um excedente inconversível em dinheiro.

É verdade que o mesmo trabalho pode, no primeiro caso, fornecer um produto maior na medida em que aumenta em produtividade, extensão ou intensidade e, assim, poder-se-á, nesse caso, cobrir o déficit; mas tal mudança não seria operada sem um deslocamento de trabalho e capital de um ramo de produção de I a outro, e todo deslocamento desse tipo provocaria perturbações momentâneas. Porém, num segundo momento, na medida em que aumentassem a extensão e a intensidade do trabalho, I teria de intercambiar mais valor por menos valor de II, ou seja, teríamos uma depreciação do produto de I.

O inverso ocorre no segundo caso, no qual I teria ou de restringir sua produção, o que significaria crise tanto para os trabalhadores quanto para os capitalistas nela ocupados, ou fornecer um excedente, o que também acarretaria uma crise. Em si mesmos, esses excedentes não constituem um mal, mas uma vantagem; na produção capitalista, porém, são um mal.

Em ambos os casos, o comércio exterior poderia proporcionar um remédio: no primeiro, para converter em meios de consumo a mercadoria I imobilizada em forma-dinheiro; no segundo, para escoar o excedente de mercadorias. Mas o comércio exterior, na medida em que não se limita a repor elementos (também no que diz respeito ao valor), não faz mais do que deslocar as contradições a uma esfera mais ampla, abrindo-lhes um maior campo de ação.

Uma vez suprimida a forma capitalista da reprodução, a questão se reduz ao fato de que a grandeza da parte já morta do capital fixo, a qual é

preciso, portanto, repor *in natura* (nesse caso, a parte que opera na produção dos meios de consumo), varia de um ano para o outro. Se é muito grande num ano (se excede a mortalidade média, como no caso dos homens), no ano seguinte ela é, decerto, ainda menor. Mantendo-se constantes as demais circunstâncias, a massa necessária de matérias-primas, produtos semielaborados e materiais auxiliares para a reprodução anual de meios de consumo não diminui; a produção total de meios de produção terá, pois, de aumentar num caso, decrescer no outro. Isso só pode ser remediado por uma contínua superprodução relativa: de um lado, certa quantidade de capital fixo, da qual se produza mais do que o imediatamente necessário; de outro, e principalmente, um estoque de matérias-primas etc. que exceda as necessidades anuais imediatas (isso vale particularmente para o caso dos meios de subsistência). Esse tipo de superprodução é igual ao controle da sociedade sobre os meios objetivos de sua própria reprodução. No âmbito da sociedade capitalista, no entanto, ele é um elemento anárquico.

O exemplo do capital fixo – mantendo-se invariável a escala da reprodução – é decisivo. O desequilíbrio na produção de capital fixo e capital circulante é uma das causas favoritas de que os economistas lançam mão para explicar as crises. Para eles, é algo novo o fato de que esse desequilíbrio possa e deva surgir quando se trata da mera *conservação* do capital fixo; que ele possa e deva surgir no pressuposto de uma produção normal ideal, com reprodução simples do capital social já operante.

* * *

## XII. A reprodução do material monetário[az]

Até aqui, deixamos um elemento inteiramente de lado, a saber, a reprodução anual de ouro e prata. Como mero material para a produção de artigos de luxo, de ouro etc., eles não mereceriam uma consideração maior do que quaisquer outros produtos. Em contrapartida, desempenham um papel importante como material monetário e *potencialiter* [potencialmente],

portanto, como dinheiro. Para simplificar, consideraremos apenas o ouro como material monetário.

Segundo dados antigos[ba], a produção anual de ouro atingia o total de 800.000 a 900.000 libras[bb] = aproximadamente 1,1 ou 1,25 bilhão de marcos. Segundo Soetbeer[12], ao contrário, a média dos anos 1871-1875 não ultrapassou 170.675 quilos, no valor de cerca de 476 milhões de marcos. Dessa quantidade, a Austrália forneceu aproximadamente 167 milhões de marcos; os Estados Unidos, 166; a Rússia, 93. O resto se distribuiu entre diversos países, em quantias que, individualmente, não ultrapassaram 10 milhões de marcos. Durante o mesmo período, a produção anual de prata alcançou pouco menos de 2 milhões de quilos, no valor de 354½ milhões de marcos, dos quais o México forneceu, em números redondos, 108 milhões, os Estados Unidos, 102; a América do Sul, 67; a Alemanha, 26 milhões etc.

Dos países de produção predominantemente capitalista, apenas os Estados Unidos são produtores de ouro e prata; os países capitalistas europeus obtêm quase todo seu ouro e a maior parte de sua prata da Austrália, dos Estados Unidos, do México, da América do Sul e da Rússia.

No entanto, deslocamos as minas de ouro ao país da produção capitalista, cuja reprodução anual analisamos aqui, e precisamente pela razão seguinte:

A produção capitalista não pode existir de modo algum sem comércio exterior. Mas quando se pressupõe uma reprodução anual normal, numa escala dada, com isso se pressupõe também que o comércio exterior não faz mais do que substituir artigos locais por artigos de outra forma de uso ou forma natural, sem afetar as relações de valor e, assim, tampouco as relações de valor no âmbito das quais se intercambiam reciprocamente as duas categorias médias de produção e meios de consumo, e tampouco as relações entre capital constante, capital variável e mais-valor em que se pode decompor o valor do produto criado por cada uma dessas categorias. Desse modo, a introdução do comércio exterior na análise do valor-produto anualmente reproduzido só pode confundir, sem contribuir com nenhum elemento novo, nem para o problema, nem para a sua solução. Devemos,

portanto, abstrair dele por completo, pois aqui temos de tratar o ouro como elemento direto da reprodução anual, não como elemento de mercadoria importado do exterior por meio do intercâmbio.

A produção de ouro pertence, como a produção de metais em geral, à classe I, à categoria que engloba a produção de meios de produção. Suponhamos que o produto de ouro anual seja = 30 (para facilitar, pois na verdade ele é muito maior que os outros números de nosso esquema), digamos que esse valor se pode decompor em 20*c* + 5*v* + 5*m*; 20*c* deve ser trocado por outros elementos de I*c*, o que examinaremos mais adiante[bc]; mas as 5*v* + 5*m* (I) têm de ser trocadas por elementos de II*c*, isto é, por meios de consumo.

No que diz respeito às 5*v*, toda empresa produtora de ouro começa por comprar a força de trabalho, não com ouro produzido por ela mesma, mas com uma cota do dinheiro entesourado no país. Com essas 5*v*, os trabalhadores obtêm meios de consumo de II, o qual, com esse mesmo dinheiro, adquire meios de produção de I. Digamos que II compra ouro de I pelo valor de 2, como material-mercadoria etc. (componente de seu capital constante); assim, 2*v* refluem para os produtores de ouro de I em dinheiro que já pertencia antes à circulação. Se II não efetua nenhuma outra compra de material de I, este o compra de II no momento em que lança seu ouro como dinheiro na circulação, porquanto o ouro pode comprar qualquer mercadoria. A diferença está apenas no fato de que I não se apresenta aqui como vendedor, mas unicamente como comprador. Os mineiros de ouro de I sempre conseguem escoar sua mercadoria, que se encontra sempre numa forma diretamente intercambiável.

Suponhamos que um fabricante de fios tenha pagado 5*v* a seus trabalhadores, e que estes – abstraindo do mais-valor – lhe fornecem, em troca, um produto de fio = 5; os trabalhadores compram produtos de II*c* no valor de 5, e II*c*, com 5 em dinheiro, adquire fio de I, de modo que refluem ao fiandeiro 5*v* em dinheiro. No caso pressuposto, ao contrário, I*o* (como chamaremos os produtores de ouro) adianta a seus trabalhadores 5*v* em dinheiro que já pertencia à circulação; estes gastam o dinheiro em meios de subsistência, mas dos 5 apenas 2 retornam de II a I*o*. Mas este, exatamente

como o fabricante de fios, pode recomeçar o processo de reprodução, pois seus trabalhadores lhe forneceram 5 em ouro, dos quais ele vendeu 2 e manteve 3 em ouro, de modo que só precisa cunhá-los[13] ou convertê-los em notas bancárias para, com isso, voltar a ter em suas mãos diretamente, sem outra mediação de II, todo seu capital variável em forma-dinheiro.

Porém, já nesse primeiro processo da reprodução anual verificou-se uma modificação no volume da massa monetária que pertence efetiva ou virtualmente à circulação. Partimos do pressuposto de que II*c* comprou 2*v* (I*o*) como material, e que I*o*, por sua vez, desembolsou 3 no interior de II, como forma-dinheiro do capital variável. Portanto, da massa monetária fornecida pela nova produção de ouro[bd], 3 ficaram dentro de II, em vez de refluir para I. Segundo o pressuposto, II satisfez sua necessidade de material áureo. As 3 permanecem como tesouro áureo em suas mãos. Como não podem constituir elementos de seu capital constante e como, além disso, II já dispunha anteriormente de capital monetário suficiente para a compra de força de trabalho; como, ademais, excetuando-se o elemento de desgaste, essas 3*o* adicionais não têm nenhuma função a desempenhar no interior de II*c*, por uma parcela do qual elas foram trocadas (poderiam servir apenas para cobrir *pro tanto* o elemento de desgaste quando II*c* (1) fosse menor que II*c* (2), o que seria acidental); por outro lado, no entanto, do fato de que – excetuando-se o elemento de desgaste – o produto-mercadoria II*c* inteiro deve ser intercambiado pelos meios de produção I (*v* + *m*) resulta que esse dinheiro tem de ser inteiramente transferido de II*c* para II*m*, sendo indiferente se este existe em meios de subsistência ou em artigos de luxo, e que, em contrapartida, um valor-mercadoria correspondente tenha de se transferir de II*m* para II*c*. Resultado: uma parte do mais-valor é acumulada como tesouro monetário.

No segundo ano de reprodução, se a mesma proporção do ouro anualmente produzido continuar a ser utilizada como material, de novo refluirão 2 para I*o* e 3 serão repostos *in natura*, isto é, ficarão novamente liberados em II como tesouro etc.

No que diz respeito ao capital variável em geral: o capitalista I*o*, como qualquer outro capitalista, tem constantemente de adiantar esse capital em

dinheiro para a compra do trabalho. Com relação a esse *v*, não é ele, mas seus trabalhadores os que têm de comprar-lhe de II; em nenhum caso pode ocorrer que ele se apresente como comprador, ou seja, que coloque ouro em II sem a iniciativa deste último. Mas quando II lhe compra material e se vê obrigado a converter seu capital constante II*c* em material áureo, uma parte de (I*o*)*v* reflui para ele de II da mesma maneira que para os demais capitalistas de I; e quando este não é o caso, ele repõe seu *v* em ouro, tomando-o diretamente de seu produto. No entanto, na mesma proporção em que o *v* adiantado não reflui para ele de II como dinheiro, uma parte da circulação já existente (dinheiro que fluiu de I e não retornou a I) é convertida em tesouro e, por isso, uma parte de seu mais-valor não é gasta em meios de consumo. Como novas minas de ouro são constantemente abertas e antigas são reabertas, determinada proporção do dinheiro que I*o* deve desembolsar em *v* constitui sempre uma parte da massa monetária que existe anteriormente à nova produção de ouro, massa que I*o* lança em II por intermédio de seus trabalhadores e que, quando não retorna de II a I*o*, constitui ali um elemento de entesouramento.

Mas no que diz respeito a (I*o*)*m*, aqui I*o* pode se apresentar sempre como comprador; ele lança seu *m* como ouro na circulação e, em troca, dela retira meios de consumo II*c*; aqui o ouro é, em parte, usado como material, funcionando assim como elemento efetivo do componente constante *c* do capital produtivo II; e quando este não é o caso, ele é novamente convertido em elemento do entesouramento, como parte de II*m* imobilizada em dinheiro. Revela-se aqui – abstraindo também de I*c*, que consideraremos mais adiante[14] – como, mesmo no caso da reprodução simples, em que está excluída a acumulação no sentido estrito do termo, isto é, a reprodução em escala ampliada, está necessariamente incluído, ao contrário, o estoque de dinheiro ou entesouramento. E como isso se repete anualmente, explica-se assim o pressuposto do qual se parte ao considerar a produção capitalista: que, no início da reprodução, é preciso que uma massa de meios monetários proporcional ao intercâmbio de mercadorias se encontre nas mãos das classes capitalistas I e II. Tal acumulação ocorre mesmo depois de se descontar o ouro perdido pelo desgaste do dinheiro circulante.

É evidente que quanto mais avançada for a produção capitalista, maior será a massa monetária acumulada em todas as partes e menor a proporção que a nova produção de ouro acrescenta anualmente a essa massa, por mais considerável que seja esse acréscimo quanto a sua quantidade absoluta. Retornemos uma última vez, em linhas gerais, à objeção que fizemos contra Tooke: como é possível que cada capitalista extraia do produto anual um mais-valor em dinheiro, isto é, retire da circulação mais dinheiro do que o que nela lançou, quando, em última instância, é preciso considerar a própria classe dos capitalistas como fonte que lança dinheiro na circulação?

**Sobre isso, observaremos o seguinte, tomando como base o que desenvolvemos anteriormente (cap. 17):**

1) O único pressuposto que aqui pode ser exigido – o de que exista, em geral, dinheiro suficiente para intercambiar os diversos elementos da massa da reprodução anual – de modo algum é afetado pelo fato de que uma parte do valor-mercadoria consiste de mais-valor. Se supuséssemos que a produção inteira pertence aos próprios trabalhadores, que seu mais-trabalho é, portanto, apenas mais-trabalho para eles mesmos e não para os capitalistas, a massa do valor-mercadoria circulante seria a mesma e, mantendo-se iguais as demais circunstâncias, requereria a mesma massa de dinheiro para sua circulação. Em ambos os casos, a questão é apenas: de onde provém o dinheiro necessário para realizar esse valor-mercadoria total? Mas jamais: de onde provém o dinheiro necessário para realizar o mais-valor?

**Sem dúvida, para retornar uma vez mais ao ponto, cada mercadoria individual é composta de $c + v + m$, de modo que para a circulação da massa total de mercadorias são necessárias, por um lado, determinada soma de dinheiro para a circulação do capital $c + v$ e, por outro, outra soma de dinheiro para a circulação da renda dos capitalistas, do mais-valor $m$.** Assim como para os capitalistas individuais, também para a classe inteira o dinheiro com que ela adianta capital difere do dinheiro com que gasta sua renda. De onde provém este último dinheiro? Simplesmente do fato de que da massa de dinheiro que se encontra em poder da classe

capitalista, ou seja, em termos gerais, da massa monetária total que se encontra na sociedade, uma parte faz circular a renda dos capitalistas[be]. Vimos anteriormente como cada capitalista que inicia um novo negócio, tão logo este se consolida, volta a fisgar o dinheiro gasto em meios de consumo para sua manutenção, recupera-o como dinheiro que serve para realizar seu mais-valor. Em geral, porém, toda a dificuldade tem origem nessas duas fontes:

Primeira. Se consideramos meramente a circulação e a rotação do capital, e, portanto, também o capitalista apenas como personificação do capital – e não como consumidor capitalista e *bon vivant* –, vemos como ele constantemente lança mais-valor na circulação, como componente de seu capital-mercadoria, mas jamais vemos em suas mãos o dinheiro como forma de renda; jamais o vemos lançar dinheiro na circulação para consumir o mais-valor.

Segunda. Se a classe capitalista lança certa soma de dinheiro na circulação sob a forma de renda, parece que ela paga um equivalente por essa parte do produto total anual e, com isso, essa soma deixa de representar mais-valor. Mas o mais-produto no qual se representa o mais-valor não custa nada à classe capitalista. Como classe, ela o possui e desfruta dele gratuitamente, e a circulação monetária em nada pode modificar essa realidade. A alteração mediada por essa circulação consiste simplesmente no fato de que cada capitalista, em vez de consumir seu mais-produto *in natura*, o que é geralmente impossível, retira mercadorias de todo tipo – até o montante do mais-valor do qual se apropriara – do fundo total composto pelo mais-produto social anual e delas se apropria. Mas o mecanismo da circulação mostrou que quando a classe capitalista lança dinheiro na circulação para gastar sua renda, ela volta a retirar da circulação o mesmo dinheiro, de modo que esse processo pode sempre começar de novo; que, portanto, considerada como classe capitalista, ela continua sempre de posse dessa soma monetária requerida para realizar o mais-valor. Se, pois, não só o capitalista retira do mercado de mercadorias o mais-valor em forma de mercadorias destinadas a seu fundo de consumo, mas, além disso, reflui para suas mãos o dinheiro com que compra essas

mercadorias, é evidente que ele as retirou da circulação sem a contrapartida de um equivalente. Nada lhe custam, ainda que ele as pague com dinheiro. Se compro mercadorias com uma libra esterlina e o vendedor das mercadorias me devolve a libra em troca de um mais-produto que não me custou nada, é evidente que recebi as mercadorias gratuitamente. A repetição constante dessa operação em nada altera o fato de que constantemente retiro mercadorias e constantemente permaneço de posse da libra, ainda que por um momento me separe dela para obter as mercadorias. O capitalista recupera esse dinheiro constantemente como realização de mais-valor, que não lhe custou nada.

Vimos que em Adam Smith o valor-produto social total se decompõe em renda, em $v + m$, e que, portanto, o valor constante de capital é igualado a zero. Disso se segue obrigatoriamente que o dinheiro necessário para a circulação da renda anual também é suficiente para a circulação do produto anual total: que em nosso caso, portanto, o dinheiro necessário para a circulação dos meios de consumo no valor de 3.000 basta para a circulação do produto anual total no valor de 9.000. Essa é, com efeito, a opinião de Adam Smith, reiterada por Tooke. Essa falsa ideia da relação entre a massa de dinheiro requerida para a conversão em dinheiro da renda e a massa de dinheiro que faz circular o produto social total é um resultado necessário da maneira não compreendida, irrefletida como os diversos elementos materiais e de valor do produto total anual se reproduzem e são anualmente repostos. Tal ideia já foi, portanto, refutada.

Escutemos os próprios Smith e Tooke.

Diz Smith, no Livro II, cap. 2:

> "A circulação de cada país pode dividir-se em dois ramos distintos; a circulação entre os comerciantes e aquela entre comerciantes e consumidores. Ainda que se possam empregar as mesmas peças monetárias, de papel ou metal, ora numa circulação, ora noutra, ambas transcorrem de forma contínua, simultânea e justaposta e, por conseguinte, cada uma delas requer determinada massa de dinheiro do primeiro ou do segundo tipo para manter-se em funcionamento. O valor das mercadorias que circulam entre os diversos comerciantes jamais pode superar o das que circulam entre os comerciantes e os consumidores, pois tudo o que os comerciantes compram tem de ser vendido, afinal, para os consumidores. Como a circulação entre os comerciantes se efetua *en gros* [por atacado], ela requer, em geral, uma soma bastante grande para cada transação isolada. A circulação entre comerciantes e consumidores, ao contrário, efetua-se no mais das vezes *en*

*détail* [no varejo] e geralmente requer apenas montantes muito pequenos de dinheiro; às vezes, basta um xelim, ou até mesmo meio *penny*. Mas somas pequenas circulam com muito mais rapidez do que as grandes […]. Assim, ainda que as compras anuais de todos os consumidores sejam ao menos" {esse "ao menos" é ótimo!} "iguais em valor àquelas de todos os comerciantes, elas podem geralmente ser liquidadas com uma massa de dinheiro muito menor" etc.

Com relação a essa passagem de Adam, observa T. Tooke (*An Inquiry into the Currency Principle*, Londres, 1844, p. 34-6s):

"Não resta dúvida de que a distinção aqui realizada é, quanto a seu conteúdo, correta […]. O intercâmbio entre comerciantes e consumidores inclui também o pagamento do salário, que constitui a principal receita (*the principal means*) dos consumidores […]. Todas as transações entre um comerciante e outro, isto é, todas as vendas realizadas pelo produtor ou importador, passando por todas as gradações de processos intermediários da manufatura etc. até chegar ao comerciante varejista ou ao exportador são decomponíveis em movimentos de transferências de capital. Mas as transferências de capital não necessariamente pressupõem, tampouco acarretam efetivamente na realidade, na maior parte das transações, um excesso verdadeiro de notas bancárias ou moedas metálicas – refiro-me a um excesso material, não a um fictício – no momento da transferência […]. O montante total das transações mútuas entre comerciantes deve ser determinado e delimitado, em última instância, pelo montante das transações entre comerciantes e consumidores."

Se a última frase aparecesse isolada, poder-se-ia crer que Tooke não faz mais do que constatar a existência de uma relação entre as transações realizadas pelos comerciantes entre si e aquelas entre comerciantes e consumidores – em outras palavras, entre o valor da renda total anual e o valor do capital com que ela é produzida. Mas não é este o caso. Tooke subscreve expressamente a concepção de Adam Smith. **Por essa razão, é supérflua uma crítica particularizada de sua teoria da circulação**.

[bf]2) Todo capital industrial, em seus primórdios, lança de uma só vez na circulação o dinheiro correspondente ao total de seu componente fixo e volta a retirá-lo apenas paulatinamente, ao longo de uma série de anos, mediante a venda de seu produto anual. Inicialmente, portanto, ele lança mais dinheiro na circulação do que o que retira dela. Isso se repete a cada vez que o capital total é renovado *in natura*; repete-se a cada ano em determinado número de negócios cujo capital fixo *in natura* deve ser renovado; repete-se fracionariamente a cada reparação, a cada renovação fragmentária do capital fixo. Desse modo, se por um lado mais dinheiro é

retirado da circulação do que o que nela é lançado, por outro ocorre o inverso.

Em todos os ramos industriais cujo período de produção (que é distinto do período de trabalho) abarca intervalos relativamente longos, os produtores capitalistas, durante esse período, não cessam de lançar dinheiro na circulação, em parte para o pagamento da força de trabalho empregada, em parte para a aquisição dos meios de produção que devem ser utilizados; desse modo, meios de produção são diretamente retirados do mercado de mercadorias; dele também são retirados meios de consumo, em parte indiretamente, por meio dos trabalhadores, que gastam seus salários, em parte diretamente, pelos próprios capitalistas, que de modo algum suspendem seu consumo sem lançar simultaneamente no mercado, num primeiro momento, um equivalente em mercadorias. Durante esse período, o dinheiro por eles lançado na circulação serve para a conversão em dinheiro do valor-mercadoria, inclusive do mais-valor contido nessa soma. Esse elemento se torna muito importante na produção capitalista desenvolvida em empresas de grande porte, operadas pelas sociedades por ações etc., como construção de ferrovias, canais, docas, grandes edifícios urbanos, navios de ferro, drenagem de terras em grande escala etc.

3) Enquanto os demais capitalistas, desconsiderando-se o desembolso em capital fixo, retiram da circulação mais dinheiro que o que nela lançaram para comprar a força de trabalho e os elementos circulantes, os capitalistas produtores de ouro e prata, além do metal precioso que serve como matéria-prima, lançam apenas dinheiro na circulação, e dela só retiram mercadorias. São lançados na circulação como dinheiro o capital constante, com exceção da parte correspondente ao desgaste, a maior parte do capital variável e a totalidade do mais-valor, com exceção do tesouro que talvez se acumule em suas próprias mãos.

4) Por um lado, é verdade que circula como mercadoria todos os tipos de coisas que não foram produzidas no curso do ano, como terrenos, casas etc., além de produtos cujo período de produção se estende por mais de um ano: gado, madeira, vinho etc. Quanto a este e outros fenômenos, é importante não perder de vista que, além da soma de dinheiro requerida

para a circulação direta, há sempre certa quantidade[bg] em estado latente, inoperante, que com um impulso dado pode entrar em funcionamento. Também o valor de tais produtos costuma circular fraccionada e paulatinamente, como o valor das casas alugadas por uma série de anos.

Por outro lado, nem todos os movimentos do processo de reprodução são mediados pela circulação monetária. Desta fica excluído, tão logo tenha obtido seus elementos, o processo total de produção. Além disso, também se exclui todo produto que o produtor consuma de maneira direta – seja individual, seja produtivamente –, categoria à qual pertencem os meios de subsistência *in natura* dos trabalhadores agrícolas.

A massa monetária que faz circular o produto anual existe, portanto, na sociedade, tendo-se acumulado pouco a pouco. Ela não pertence ao produto de valor desse ano, com a possível exceção do ouro utilizado na reposição das moedas desgastadas.

Nessa exposição, pressupomos a circulação exclusiva de dinheiro consistente em metais preciosos, e em tal circulação, por sua vez, a forma mais simples de compra e vendas à vista, embora o dinheiro, com base na mera circulação metálica, possa funcionar – e tenha funcionado historicamente – também como meio de pagamento, e que sobre essa base se tenham desenvolvido um sistema de crédito e determinados aspectos de seu mecanismo.

Esse pressuposto é motivado não só por considerações de método, cuja importância se mostra já no fato de que tanto Tooke e sua escola[bh] como seus adversários, em suas controvérsias em torno da circulação de notas bancárias, foram constantemente forçados a recorrer novamente à hipótese da circulação puramente metálica. Viram-se forçados a fazê-lo *post festum*, mas o fizeram então muito superficialmente e, decerto, isso não podia ser de outro modo, já que o ponto de partida desempenhava, assim, apenas o papel de um ponto incidental na análise.

Mas a consideração mais simples da circulação monetária apresentada em sua forma *natural-espontânea* – e tal circulação é aqui um momento imanente do processo anual de reprodução – mostra:

a) Pressuposta a produção capitalista desenvolvida, ou seja, o

predomínio do sistema de trabalho assalariado, é evidente que o capital monetário desempenha um papel fundamental, porquanto é a forma em que o capital variável é adiantado. Na medida em que se desenvolve o sistema do trabalho assalariado, todo produto se transforma em mercadoria, tendo assim – com algumas exceções importantes – de submeter-se integralmente à conversão em dinheiro como uma fase de seu próprio movimento. A massa do dinheiro em circulação tem de ser suficiente para essa conversão das mercadorias em dinheiro, e a maior parte dessa massa é fornecida sob a forma do salário, do dinheiro que, como forma monetária do capital variável, é adiantado pelos capitalistas industriais em pagamento da força de trabalho e, nas mãos dos trabalhadores, funciona em sua maior parte exclusivamente como meio de circulação (meio de pagamento). Isso contraria totalmente a economia natural, tal como esta prevalece sobre a base de todo sistema de servidão (inclusive a dos servos semilivres) e com mais força ainda em comunidades mais ou menos primitivas, sejam estas contaminadas ou não por relações de servidão ou escravidão.

No sistema escravista, o capital monetário desembolsado na compra de força de trabalho desempenha o papel de forma-dinheiro do capital fixo, que só é reposto gradualmente, depois de transcorrido o período de vida ativa do escravo. Por isso, entre os atenienses o ganho que um escravista obtinha diretamente com a utilização industrial de seu escravo, ou indiretamente ao alugá-lo a outro empregador industrial (por exemplo, para o trabalho nas minas), era considerado apenas como juro (além de amortização) do capital monetário adiantado, exatamente como, na produção capitalista, o capitalista industrial coloca uma fração do mais-valor mais a depreciação do capital fixo na conta de juros e gastos de reposição de seu capital fixo – essa é também a regra no caso dos capitalistas que alugam capital fixo (edifícios, máquinas etc.). Abstraímos aqui dos escravos meramente domésticos, não importando se prestem serviços necessários ou sirvam apenas para a ostentação; tais escravos correspondem à classe de nossos serviçais domésticos. Mas também o sistema escravista – na medida em que é a forma dominante do trabalho produtivo na agricultura, manufatura, navegação etc., tal como ocorria nos

Estados desenvolvidos da Grécia e em Roma – conserva um elemento da economia natural. O próprio mercado de escravos recebe uma provisão constante de sua mercadoria (a força de trabalho) por meio da guerra, da pirataria etc., e essa rapina, por sua vez, não é mediada por um processo de circulação, mas é a apropriação *in natura* de força de trabalho alheia por meio da coerção física direta. Mesmo nos Estados Unidos, depois que a região intermediária entre os estados do Norte – de trabalho assalariado – e os estados escravistas do Sul tornou-se uma região voltada à criação de escravos para o Sul, onde o escravo lançado no mercado se converteu, assim, num elemento da reprodução anual, isso se mostrou durante muito tempo insuficiente, de modo que, para satisfazer o mercado, foi preciso continuar o tráfico de escravos com a África pelo máximo de tempo possível.

b) Os fluxos e refluxos do dinheiro que ocorrem de forma natural, espontânea sobre a base da produção capitalista no intercâmbio do produto anual, os adiantamentos de capital fixo, efetuados de uma só vez e no montante inteiro de seu valor, e a sucessiva retirada de seu valor da circulação no curso de vários anos, ou seja, sua reconstituição gradual em forma-dinheiro mediante o entesouramento anual, um entesouramento que, segundo sua essência, é completamente distinto do entesouramento que corre paralelamente sobre a base da nova produção anual de ouro; a diferente duração do tempo pelo qual, dependendo da extensão dos períodos de produção das mercadorias, o dinheiro precisa ser adiantado, tendo sempre, pois, de ser novamente entesourado de antemão, antes que possa ser retirado da circulação pela venda da mercadoria; a diferente duração do tempo de adiantamento, que decorre já das diversas distâncias entre o local de produção e os mercados de escoamento; do mesmo modo, a diferença em grandeza e periodicidade do refluxo segundo o estado ou, conforme o caso, a grandeza relativa dos estoques produtivos em diversos negócios e sob os diferentes capitalistas do mesmo ramo da indústria e, portanto, os prazos das compras de elementos do capital constante (tudo isso durante o ano de reprodução): era preciso apenas que a experiência tornasse notórios e evidentes todos esses diversos fatores do movimento

natural-espontâneo para abrir o caminho a um uso planejado tanto dos expedientes mecânicos do sistema de crédito como também de uma verdadeira pescaria [*Auffischung*] dos capitais disponíveis que podem ser emprestados.

A isso se acrescenta, ainda, a diferença entre as indústrias cuja produção, sob condições normais, efetua-se de maneira contínua e na mesma escala, e aquelas que, em diferentes períodos do ano, empregam diferentes volumes de força de trabalho, como é o caso da agricultura.

## XIII. A teoria da reprodução, segundo Destutt de Tracy[15] [bi]

Como exemplo da irreflexão confusa e ao mesmo tempo presunçosa dos economistas políticos ao examinarem a reprodução social, tomemos o grande lógico Destutt de Tracy (cf. Livro I, p. 177, nota 30[bj]), que o próprio Ricardo chegou a levar a sério, chamando-o "*a very distinguished writer*" [um autor muito distinto] (*Principles*, p. 333).

Esse distinto autor fornece as seguintes explanações sobre o inteiro processo social de reprodução e circulação:

> "Perguntam-me como esses empresários industriais podem obter lucros tão grandes e de quem podem obtê-los. Respondo que as obtêm porque tudo o que produzem eles o vendem mais caro do que lhes custou produzir; e que o vendem:
> 1) uns aos outros, por toda a parcela de seu consumo destinada à satisfação de suas necessidades, consumo este que pagam com uma parte de seus lucros;
> 2) aos trabalhadores assalariados, tanto aos que eles mesmos remuneram como àqueles remunerados pelos capitalistas ociosos; desses assalariados eles obtêm de volta, por essa via, a totalidade de seus salários, com a possível exceção de suas pequenas economias;
> 3) aos capitalistas ociosos, que lhes pagam com a parcela de suas rendas que não foram fornecidas aos assalariados por eles diretamente ocupados, de modo que toda a renda que pagam anualmente a esses capitalistas reflui para eles por uma ou outra dessas vias." (Destutt de Tracy, *Traité de la volonté et de ses effets*, Paris, [Chez Mme. Lévi,] 1826, p. 239)

Assim, os capitalistas começam por enriquecer quando obtêm vantagens uns sobre os outros no intercâmbio da parte do mais-valor que dedicam a seu consumo privado, ou seja, a parte que consomem como renda. De modo que, se essa parte de seu mais-valor ou de seus lucros é = £400, essa soma

crescerá, por exemplo, a £500, depois de cada participante das £400 ter vendido sua parte ao outro por um valor 25% mais caro. Como todos fazem a mesma coisa, o resultado é o mesmo que se essas partes tivessem sido intercambiadas pelo seu valor correto. Ocorre que, para a circulação de um valor-mercadoria de £400, faz-se necessária uma massa monetária de £500, e isso se parece mais com um método de empobrecimento do que de enriquecimento, uma vez que eles se veem forçados a conservar improdutivamente uma grande parte de seu patrimônio total, sob a forma inútil de meios de circulação. O resultado disso tudo é que a classe dos capitalistas, apesar do aumento nominal de preços que atinge a totalidade de suas mercadorias, possui apenas um estoque de mercadorias no valor de £400 para dividir entre si com vistas a seu consumo individual, mas se comprazem mutuamente em fazer circular um valor-mercadoria de £400 por meio de uma massa monetária que seria requerida para um valor-mercadoria de £500.

Desconsideramos inteiramente o fato de que aqui se pressupõe a existência de "uma parte de seus lucros", e portanto, em geral, a de um estoque de mercadorias no qual se representa o lucro. Mas Destutt quer-nos justamente explicar de onde vem esse lucro. A massa de dinheiro necessária para fazê-lo circular constitui uma questão inteiramente secundária. A massa de mercadorias na qual se representa o lucro parece provir do fato de que os capitalistas não só vendem uns aos outros essa massa de mercadorias, o que já é algo muito belo e profundo, mas que a vendem, todos, por um preço demasiadamente alto. Agora conhecemos, pois, uma fonte do enriquecimento dos capitalistas. Ela desemboca no segredo do "*Entspektor Bräsig*", segundo o qual a grande pobreza provém da grande *pauvreté* [pobreza][bk].

2) Além disso, os mesmos capitalistas vendem "aos trabalhadores assalariados, tanto aos que eles mesmos remuneram como àqueles remunerados pelos capitalistas ociosos; desses assalariados eles obtêm de volta, desse modo, a totalidade de seus salários, com a exceção de suas pequenas economias".

O refluxo aos capitalistas do capital monetário, sob cuja forma estes

adiantaram o salário aos trabalhadores, consiste, segundo o senhor Destutt, na segunda fonte de enriquecimento de tais capitalistas.

Assim, por exemplo, se a classe capitalista paga £100 em salários aos trabalhadores e, em seguida, os mesmos trabalhadores compram mercadorias dessa mesma classe capitalista a um valor de £100 e, por conseguinte, se aos capitalistas, mediante a venda de mercadorias por £100 aos trabalhadores, reflui a soma de £100 que adiantaram como compradores de força de trabalho, o resultado é que, com essa transação, os capitalistas *enriquecem*. Do ponto de vista do senso comum, parece que, ao final desse procedimento, os capitalistas se encontram novamente de posse das £100 que possuíam antes de iniciá-lo. Ao começar o procedimento, eles possuem £100 em dinheiro e, com essa soma, compram força de trabalho. Em troca dessas £100 em dinheiro, o trabalho comprado produz mercadorias no valor, tanto quanto sabemos até agora, de £100. Mediante a venda das £100 em mercadorias aos trabalhadores, os capitalistas recuperam as £100 em dinheiro. Estes voltam a possuir £100 em dinheiro, mas os trabalhadores £100 em mercadorias produzidas por eles mesmos. Não se vê como os capitalistas poderiam enriquecer dessa maneira. Se as £100 em dinheiro não lhes tivessem retornado, eles teriam primeiro de pagar £100 em dinheiro aos trabalhadores por seu trabalho e, num segundo momento, ceder-lhes gratuitamente o produto desse trabalho: meios de consumo por £100. No máximo, portanto, o refluxo poderia explicar por que os capitalistas não empobrecem com essa operação, mas de modo algum por que enriqueceram.

Outra questão, decerto, é a de como os capitalistas possuem as £100 em dinheiro, e de por que os trabalhadores, em vez de produzir as mercadorias por sua própria conta, são forçados a trocar sua força de trabalho por essas £100. Mas isso, para um pensador do calibre de Destutt, é algo óbvio.

O próprio Destutt não está inteiramente satisfeito com essa solução. Ele não nos disse que alguém enriquece porque cede uma soma de dinheiro de £100 e, então, volta a apropriar-se dessa soma de dinheiro, ou seja, mediante o refluxo de £100 em dinheiro, refluxo que evidencia apenas por que essas £100 em dinheiro não se perderam. O que ele nos disse é que os

capitalistas enriquecem porque “tudo o que produzem o vendem mais caro que o que lhes custou comprá-lo[bl]”.

Ou seja, que também os capitalistas, em sua transação com os trabalhadores, têm de enriquecer, porquanto vendem mais caro a estes últimos. Admirável!

“Eles pagam o salário [...] e tudo isso reflui para eles mediante os gastos de toda essa gente que lhes paga” {pelos produtos} “mais caro que o que lhes” {aos capitalistas} “custou em salários” (p. 240).

Os capitalistas, portanto, pagam £100 em salário aos trabalhadores e logo vendem a estes o próprio produto deles a £120, de tal modo que não só retornam a eles as £100, mas, além disso, ganham £20? Isso é impossível. Os trabalhadores só podem pagar com o dinheiro que receberam sob a forma de salário. Se recebem dos capitalistas um salário de £100, eles só podem comprar por £100, não por £120. Ou seja, dessa maneira a coisa seria impossível. Mas resta ainda outro caminho. Os trabalhadores compram dos capitalistas mercadorias por £100, mas na realidade só recebem mercadorias no valor de £80. Não resta dúvida, portanto, de que foram trapaceados em £20. E tampouco resta dúvida de que o capitalista enriqueceu em £20, porquanto, de fato, pagou a força de trabalho 20% abaixo de seu valor ou realizou, por um desvio, um corte de 20% no salário nominal.

A classe dos capitalistas alcançaria o mesmo objetivo se, desde o início, pagasse apenas um salário de £80 aos trabalhadores e, em seguida, em troca dessas £80 em dinheiro, lhes fornecesse, de fato, £80 em valor-mercadoria. Este parece – considerando-se a classe em seu conjunto – ser o procedimento normal, já que, segundo o próprio senhor Destutt, a classe trabalhadora tem de receber um “salário suficiente” (p. 219), e esse salário deve bastar para ao menos para conservar sua existência e sua atividade, para “assegurar-se a mais estrita subsistência” (p. 180). Se os trabalhadores não recebem um salário suficiente, isso significa, segundo o próprio Destutt, “a morte da indústria” (p. 208), o que, ao que parece, não constitui um meio de enriquecimento dos capitalistas. Mas seja qual for o nível dos salários que a classe capitalista paga à classe trabalhadora, esses

salários têm um valor determinado, por exemplo, £80. Assim, se a classe capitalista paga £80 aos trabalhadores, estes têm de lhe fornecer £80 em valor-mercadoria por aquelas £80, e o refluxo das £80 não a enriquecerá. Se lhes paga £100 em dinheiro e lhes vende por essa mesma soma um valor-mercadoria de £80, a classe capitalista lhes terá pago 25%[bm] em dinheiro acima de seu salário normal e, em troca desse dinheiro, ter-lhes-á fornecido 25% menos em mercadorias.

Em outras palavras: o fundo do qual a classe capitalista extrai seu lucro se formaria por meio do desconto do salário normal, mediante o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor, isto é, abaixo do valor dos meios de subsistência para sua reprodução normal como trabalhadores assalariados. Assim, se fosse pago o salário normal, que é o que, segundo Destutt, deve ocorrer, não existiria nenhum fundo de lucro, nem para os industriais nem para os capitalistas ociosos.

Portanto, todo o mistério de como a classe capitalista enriquece poderia ter sido reduzido pelo senhor Destutt a isto: desconto do salário. Se assim tivesse feito, não existiriam os outros fundos do mais-valor, os quais ele menciona nos pontos 1 e 3.

Num país em que o salário dos trabalhadores em dinheiro se reduzisse ao valor dos meios de consumo necessários à sua subsistência como classe não existiria nenhum fundo de consumo e nenhum fundo de acumulação para os capitalistas; assim, tampouco haveria ali um fundo para a existência da classe capitalista e, por conseguinte, nenhuma classe capitalista. E, segundo Destutt, esse seria precisamente o caso em todos os países desenvolvidos e ricos de antiga civilização, pois aqui, “em nossas sociedades de velhas raízes, o fundo com o qual se financia o salário torna-se […] uma grandeza quase constante” (p. 202).

Mesmo com o desconto dos salários, o enriquecimento dos capitalistas não se deve ao fato de que pagam ao trabalhador £100 em dinheiro e, posteriormente, fornecem-lhe £80 em mercadorias por essas £100 em dinheiro, ou seja, na realidade, que fazem circular £80 em mercadorias por meio de uma soma monetária 25% maior, isto é, de £100, mas do fato de que o capitalista, além do mais-valor – da parte do produto na qual o mais-

valor está representado –, apropria-se de 25%[bn] daquela parte do produto que deveria caber ao trabalhador sob a forma de salário. Do modo estúpido como Destutt concebe a questão, a classe capitalista ganharia absolutamente nada. Ela paga £100 em salários e, em troca dessa soma, dá £80 de valor-mercadoria ao trabalhador, extraídas do próprio produto deste último. Mas na operação seguinte ela precisa adiantar novamente, pelo mesmo procedimento, £100. Ela não faz mais do que se dar ao prazer inútil de adiantar £100 em dinheiro e, em troca dessa soma, fornecer £80 em mercadorias, em vez de adiantar £80 em dinheiro e, em troca, fornecer £80 em mercadorias. Isto é, adianta constante e inutilmente um capital monetário 25% maior do que o necessário para a circulação de seu capital variável, o que é um método bastante peculiar de enriquecimento.

3) Por último, a classe capitalista vende aos "capitalistas ociosos, que lhe pagam com a parcela de suas rendas que não foram fornecidas aos assalariados por eles diretamente ocupados, de modo que toda a renda que ela paga anualmente a esses capitalistas" {os ociosos} "reflui para ela".

Vimos que os capitalistas industriais pagam "com uma parte de seus lucros [...] toda a parcela de seu consumo destinada à satisfação de suas necessidades". Suponhamos, pois, que seus lucros sejam = £200. E que gastem £100, por exemplo, em seu consumo individual. Mas a outra metade, = £100, pertence não a eles, mas aos capitalistas ociosos, isto é, aos que vivem da renda fundiária e aos capitalistas que emprestam dinheiro a juros. Eles têm de pagar £100 em dinheiro a essa sociedade. Digamos, agora, que dessa soma estes indivíduos necessitem de £80 para seu próprio consumo e £20 para a compra de serviçais etc. Com as £80, pois, eles compram meios de consumo dos capitalistas industriais. Desse modo, enquanto £80 escapam destes últimos em produtos, £80 retornam a eles em dinheiro, ou ⅘ das £100 que eles pagaram em renda, juros etc. aos capitalistas ociosos. Além disso, a classe dos serviçais, os assalariados diretos dos capitalistas ociosos, recebeu de seus patrões um salário de £20. Com essa soma, eles também compram dos capitalistas industriais meios de consumo por £20. Desse modo, reflui a estes últimos, ao mesmo tempo que £20 lhes escapam em produtos, £20 em dinheiro, ou seja, o último quinto das £100 em

dinheiro que eles pagaram em renda, juros etc. aos capitalistas ociosos.

Ao término da transação, refluíram para os capitalistas industriais as £100 em dinheiro que eles haviam cedido aos capitalistas ociosos no pagamento de rendas, juros etc., enquanto a metade de seu mais-produto = £100 passou de suas mãos ao fundo de consumo desses capitalistas ociosos.

Está claro que, no que diz respeito ao ponto que aqui se examina, é absolutamente supérfluo trazer à tona, de qualquer maneira, a distribuição das £100 entre os capitalistas ociosos e seus assalariados diretos. A questão é simples: com £100 em dinheiro, os capitalistas industriais pagam os capitalistas ociosos, suas rendas e seus juros, em suma, a parte que lhes toca do mais-valor de £200. Com essas £100, os capitalistas ociosos compram meios de consumo, direta ou indiretamente, dos capitalistas industriais. Assim, eles lhe reembolsam £100 em dinheiro e extraem dessa soma £100 em meios de consumo.

Com isso, ocorreu o refluxo das £100 em dinheiro pagas pelos capitalistas industriais aos capitalistas ociosos. Constitui esse refluxo monetário, como fantasia Destutt, um meio de enriquecimento para os capitalistas industriais? Antes da transação, eles dispunham de uma soma de valor de £200: £100 em dinheiro e £100 em meios de consumo. Após a transação, possuem apenas a metade da soma de valor originária. Recuperaram as £100 em dinheiro, mas perderam as £100 em meios de consumo, que agora passaram às mãos dos capitalistas ociosos. Eles estão, assim, £100 mais pobres, ao invés de £100 mais ricos. Se em vez de percorrer esse desvio – isto é, de primeiro pagar £100 em dinheiro e depois recuperar essa soma como pagamento de £100 em meios de consumo – eles tivessem pagado diretamente renda, juros etc. sob a forma natural de seu produto, as £100 em dinheiro não refluiriam para eles da circulação, porquanto não teriam lançado nesta última essa soma em dinheiro. Se tivessem seguido a via do pagamento em espécie, a questão apresentar-se-ia simplesmente assim: do mais-produto no valor de £200, eles conservariam consigo a metade e cederiam a outra metade aos capitalistas ociosos, sem receber em troca qualquer equivalente. Nem o próprio Destutt sentir-se-ia tentado a declarar que este é um meio de

enriquecimento.

A terra e o capital que os capitalistas industriais tomaram emprestado dos capitalistas ociosos, e pelos quais lhes pagaram uma parte do mais-valor sob a forma de renda da terra, juros etc. lhes foram naturalmente lucrativos, pois essa era uma das condições da produção, tanto do produto em geral como da parte do produto que constitui o mais-produto, ou na qual se representa o mais-valor. Esse lucro provém da utilização da terra e do capital tomados de empréstimo, mas não do preço pago por eles. Tal preço constitui, antes, um desconto realizado sobre esse lucro. Ou, então, seria preciso afirmar que os capitalistas industriais, em vez de enriquecer-se, empobreceriam se pudessem conservar consigo a outra metade do mais-valor, em vez de cedê-la. Mas a essa confusão se chega quando se misturam fenômenos da circulação, como o refluxo monetário, com a distribuição do produto, a qual não é mais do que mediada por tais fenômenos.

E, no entanto, o mesmo Destutt é tão ladino que observa:

> "De onde provêm as rendas dessa gente ociosa? Não provêm por acaso daqueles que fazem trabalhar os capitais desses ociosos e que pagam a estes últimos a renda extraída de seus lucros, isto é, daqueles que, com o fundo dos primeiros, remuneram um trabalho que produz mais do que custa, numa palavra, dos industriais? A estes é preciso remontar sempre que se trata de encontrar a fonte de toda riqueza. São eles que, na realidade, alimentam os assalariados ocupados pelos ociosos." (p. 246)

Portanto, agora o pagamento dessa renda etc. é um desconto sobre o lucro dos industriais. Antes, ele era o meio para seu enriquecimento.

A nosso Destutt restou, porém, um consolo. Esses industriais honrados procedem com os industriais ociosos como haviam procedido uns com os outros e contra os trabalhadores. Eles lhes vendem todas as mercadorias com um acréscimo, por exemplo, de 20%. Nesse caso, há duas possibilidades. Ou os ociosos, além das £100 que recebem anualmente dos industriais, possuem outros meios em dinheiro, ou não os possuem. No primeiro caso, os industriais lhes vendem mercadorias e valores de £100 pelo preço de, digamos, £120. Ao vender suas mercadorias, refluem para eles não só as £100 que pagaram aos ociosos, mas, além disso, £20 que constituem para eles efetivamente um valor novo. Como está agora a conta?

Eles cederam gratuitamente mercadorias por £100, pois a soma de £100 em dinheiro, com que elas foram pagas em parte, era seu próprio dinheiro. Portanto, sua própria mercadoria lhes foi paga com seu próprio dinheiro. Ou seja, houve uma perda de £100. Além disso, porém, eles receberam £20 como acréscimo do preço acima do valor. Quer dizer, £20 de lucro mais £100 de perda é igual a uma perda de £80; um saldo que jamais é positivo, mas sempre negativo. A fraude perpetrada contra os ociosos reduziu a perda dos industriais, mas nem por isso transformou uma perda de riqueza num meio de enriquecimento desses industriais. Mas esse método não pode prosseguir indefinidamente, pois é impossível que os ociosos paguem anualmente £120[bo] em dinheiro quando seus ganhos anuais não ultrapassam £100.

Resta, assim, o outro método: os industriais vendem mercadorias no valor de £80 pelas £100 em dinheiro que pagaram aos ociosos. Nesse caso, tal como antes, cedem gratuitamente £80 sob forma de renda, juros etc. Mediante essa trapaça, eles reduziram o tributo devido aos ociosos, mas o tributo continua a existir, e os ociosos, de acordo com a mesma teoria, segundo a qual os preços dependem da boa vontade dos vendedores, estão em condições de exigir, no futuro, £120 de rendas, juros etc. por suas terra e capital, em vez £100, como ocorreu até agora.

Essa análise brilhante é inteiramente digna do profundo pensador que, numa página, copia Adam Smith, dizendo "o trabalho é a fonte de toda riqueza" (p. 242), que os capitalistas industriais "empregam seu capital para pagar o trabalho que o reproduz com lucro" (p. 246) e, na página seguinte, conclui que esses capitalistas industriais "alimentam a todos os homens, são os únicos que aumentam o patrimônio público e criam todos os nossos meios de desfrute" (p. 242), que não são os trabalhadores que alimentam os capitalistas, mas estes os primeiros, e precisamente pela brilhante razão de que o dinheiro com o qual os trabalhadores são pagos não fica nas mãos destes últimos, mas retorna sempre aos capitalistas em pagamento das mercadorias produzidas pelos trabalhadores.

"Não fazem mais do que receber com uma mão e devolver com a outra. Seu consumo, portanto, tem de ser visto como gerado por aqueles que o

remuneram" (p. 235).

Após essa exposição exaustiva da reprodução e consumo sociais, de como eles são mediados pela circulação monetária, prossegue Destutt:

> "É isso o que completa esse *pertetuum mobile* [movimento perpétuo] da riqueza, um movimento que, apesar de mal compreendido" {*mal connu*, que dúvida!}, "foi corretamente denominado circulação; pois, de fato, descreve um círculo e retorna sempre a seu ponto de partida. Tal ponto é aquele em que se consuma a produção." (p. 239-40)

*Destutt, that very distinguished writer, membre de l'Institut de France*[bp] *et de la Société Philosophique de Philadelphie* [Destutt, esse escritor muito distinto, membro do Instituto da França e da Sociedade Filosófica da Filadélfia] e, na realidade, até certo ponto, um farol entre os economistas vulgares, solicita afinal que o leitor admire a maravilhosa claridade com que expôs o curso do processo social, a torrente de luz que verteu sobre o objeto, e é condescendente ao ponto de revelar ao leitor a origem de toda essa luz. **Isso precisa ser reproduzido no original:**

> "*On remarquera, j'espère, combien cette manière de considérer la consommation de nos richesses est concordante avec tout ce que nous avons dit à propos de leur production et de leur distribution, et en même temps* quelle clarté elle répand sur toute la marche de la société. *D'où viennent cet accord et cette lucidité? De ce que nous avons rencontré la vérité. Cela rappelle l'effet de ces miroirs où les objets se peignent nettement et dans leurs justes proportions, quand on est placé dans leur vrai point-de-vue, et où tout paraît confus et désuni, quand on en est trop près ou trop loin.*"[bq]
>
> *Voilà le crétinisme bourgeois dans toute sa béatitude!*[br]

---

[a] No manuscrito (II, p. 142), o título deste texto é: "b) A) Reprodução em escala simples (exposta sem a circulação monetária)". O subtítulo também é de Engels. (N. T.)

[1] Do manuscrito II. (F. E.) [No manuscrito final para a impressão, consta, na sequência: "apenas o último parágrafo do manuscrito VIII." – N. E. A.]

[b] No manuscrito (II, p. 142), segue-se, neste ponto: "ou, nesse caso, a reprodução". (N. T.)

[c] No manuscrito (II, p. 142), lê-se: "Engloba tanto a reprodução do mundo das mercadorias quanto a reprodução [...]". (N. T.)

[d] No manuscrito (II, p. 142), consta a seguinte fórmula: M'...D'...M + *m*...P...M'. (N. T.)

[e] No manuscrito (II, p. 142) e na versão final para a impressão, lê-se aqui, na sequência: "e segundo sua forma natural". (N. T.)

[f] No manuscrito (II, p. 142), figura aqui a seguinte passagem: "Finalmente, para reduzir o problema a

suas condições mais simples, faz-se necessário, num primeiro momento, prescindir inteiramente da *circulação monetária* e, portanto, também da forma-dinheiro do capital. É evidente que a massa de dinheiro em circulação não constitui um elemento de valor do produto social total que ela faz circular. Portanto, a questão de saber como o *valor* do produto total se distribui em valor constante etc. é independente, em si mesma, do problema da circulação monetária. Apenas depois de ter analisado a questão sem levar em conta a circulação monetária é que poderemos ver como se apresenta o fenômeno quando mediado por esta última". (N. T.)

[2] Do manuscrito VIII. (F. E.)

[3] Essencialmente do manuscrito II. O esquema geral é do manuscrito VIII. [F. E.]

[g] Acréscimo de Engels. (N. E. A.)

[h] No manuscrito (II, p. 143), lê-se: "Mas apenas uma parte do capital constante *fixo* foi consumida". (N. T.)

[i] Na ed. bras., Livro I, p. 280-1. (N. T.)

[j] Cf. p. 553-74. (N. T.)

[4] A partir daqui, novamente o manuscrito VIII. (F. E.)

[k] Subtítulo de Engels. (N. E. A.)

[l] Acréscimo de Engels. (N. E. A.)

[m] Nessas duas equações, as frações entre parênteses indicam que 480 e 320 representam, respectivamente, ⅗ e ⅖ de 800, assim como 120 e 80 representam essas mesmas frações do respectivo resultado, de 200. (N. T.)

[n] Na segunda edição: "recebem". (N. E. A.)

[o] No original, "*Schwindelblüte*", literalmente: "floração de fraudes". (N. T.)

[p] Possivelmente uma referência ao escrito de Abraham Enß, publicado em março de 1877 e intitulado *Engels' Attentat auf den gesunden Menschenverstand...* [O atentado de Engels ao entendimento saudável dos homens...] (Grand-Saconnex, [Selbstverl,] 1877), em protesto contra o *Anti-Dühring*. (N. E. A.)

[q] No original: "*Sturmvogel*", literalmente "ave da tempestade", procelária. (N. T.)

[5] *Ad notam* [para que se tome nota] para possíveis partidários da teoria das crises formuladas por Rodbertus. (F. E.) [Entre os prosélitos da teoria rodbertusiana das crises, Engels incluía provavelmente Rudolph Meyer, aluno de Rodbertus. – N. E. A.]

[r] Acréscimo de Engels. (N. E. A.)

[s] Na ed. bras., Livro I, p. 186. (N. T.)

[6] Aqui, a exposição difere um pouco daquela anteriormente demonstrada (p. 374 [cf. p. 503]). Lá, I também lançava na circulação, separadamente, uma soma de £500. Aqui, II é o único a fornecer o material monetário adicional à circulação. Isso, no entanto, não altera em nada o resultado final. (F. E.)

[t] O correto seria "maior". (N. T.)

[u] Isto é, morreu, deteriorou-se. Referência à passagem bíblica: "E viu Deus a Terra, e eis que estava corrompida; porque toda a carne havia corrompido o seu caminho sobre a Terra" (Gênesis, 6:12-13). (N. T.)

[v] No manuscrito, segue-se "circulação das mercadorias e, portanto, também para a [...]". (N. E. A.)

[7] A partir daqui, manuscrito II. (F. E.)

[w] Acréscimo de Engels. (N. E. A.) [Neste ponto, Engels passa do manuscrito VIII ao manuscrito II, que servirá de base para a exposição dos próximos quatro itens (VI-IX). O leitor deve atentar para o fato de que toda essa passagem encontra-se originalmente sob a rubrica "exposta sem a circulação monetária" e, assim, diferencia-se da exposição precedente, baseada no manuscrito VIII. Cf. MEGA-2 II/13 (Berlim, Akademie, 2008), p. 532-3. – N. T.]

[x] Na segunda edição: "força específica de trabalho". No manuscrito (II, p. 145): "trabalho parcial". (N. E. A.)

[y] No manuscrito (II, p. 146), lê-se aqui entre parênteses: "Este ponto será completado mais adiante". (N. T.)

[z] Acréscimo de Engels. (N. E. A.)

[aa] Neste item, Engels alterou substancialmente o texto do manuscrito II (p. 146-7). A passagem correspondente está reproduzida no Apêndice 9, p. 667. (N. T.)

[ab] Neste ponto, Engels deixou de incluir um trecho do manuscrito II (p. 148-50). Reproduzimos o texto correspondente no Apêndice 10, p. 670. (N. T.)

[ac] Acréscimo de Engels. (N. E. A.)

[ad] Na versão final para impressão, lê-se: "num produto de forma natural determinada". (N. T.)

[ae] Acréscimo de Engels. (N. E. A.)

[af] "É evidente que o valor do produto anual se distribui, em parte, em capitais e, em parte, em lucros, e que cada uma dessas partes do valor do produto anual serve regularmente para adquirir os produtos que a nação requer, tanto para manter seu capital como para repor seu fundo de consumo [...] os produtos que constituem o capital de uma nação não são consumíveis." (N. T.)

[ag] Cf. p. 471-4. (N. T.)

[ah] Na versão final para a impressão, segue-se: "dos quais apenas 2.000 podem ser consumidos". (N. T.)

[ai] "O capital circulante consiste apenas de meios de subsistência e de outros artigos de primeira necessidade adiantados aos trabalhadores antes de completado o produto de seu trabalho [...]. Unicamente o capital fixo, não o circulante, é, propriamente falando, uma fonte de riqueza nacional [...]. O capital circulante não é um agente direto na produção, tampouco, de forma alguma, essencial para esta última, mas meramente um expediente que se tornou necessário devido à pobreza deplorável da massa do povo [...]. Apenas o capital fixo constitui um elemento do custo de produção do ponto de vista nacional." (N. T.)

[aj] "O espaço de tempo durante o qual toda porção do produto desse trabalho [...] existiu como capital fixo, *i.e.*, numa forma sob a qual, embora ela ajude a produzir a mercadoria futura, *não serve à manutenção dos trabalhadores.*" (N. T.)

[8] A partir daqui, manuscrito VIII. (F. E.)

[ak] Acréscimo de Engels. (N. E. A.)

[9] "Quando o selvagem faz arcos, ele exerce uma indústria, mas não pratica a abstinência" (Senior, *Principes fondamentaux de l'économie politique*, trad. Arrivabene, Paris, 1836, p. 342-3). "Quanto mais a sociedade progride, tanto mais abstinência ela exige" (ibidem, p. 342). [K. M.] [Cf. *O capital*, Livro I, cap. 22, III, p. 671-2 – N. T.]

[10] E. B. Tyler, *Forschungen über die Urgeschichte der Menschheit* (trad. H. Müller, Leipzig, s.d.), p. 240. (F. E.) [No original, tanto no texto como aqui na nota de rodapé, "Tyler". Com esse nome publicou-se a versão alemã, citada na nota, da obra do antropólogo inglês Edward Burnett Tylor,

*Researches into the Early History of Mankind* (Londres, [Murray,] 1865). A passagem mencionada por Marx figura nas páginas 198 e 199 da edição inglesa. – N. E. A.]

[al] "Assim, a única fonte de renda [*revenu*] dos trabalhadores é seu trabalho; cederam-no em troca de trigo, que para eles se converteu, então, em sua renda, a qual puderam consumir sem que houvesse perda de substância, ao mesmo tempo que seu trabalho se tornou capital para seu patrão: este, em seguida, trocou os frutos desse trabalho, por exemplo, os tecidos de lã que entregou a um comerciante: entre eles, o intercâmbio foi realizado de capital com capital; cada um obteve o seu, mas sob uma forma diferente. O comerciante, por fim, vendeu os tecidos de lã ao consumidor, que com eles queria fazer uma roupa. Esse consumidor os comprou com sua renda…" (J.-C.-L. Simonde de Sismondi, *Nouveaux principes d'économie politique*…, cit., tomo I, p. 90); "Quando negociava com um patrão [*chef d'atelier*] a troca de seu trabalho por meios de subsistência, sua condição [do trabalhador] era sempre desvantajosa; pois a necessidade que ele tinha de meios de subsistência – e, mais ainda, a impossibilidade de obtê-los por conta própria – era muito maior do que a necessidade que o patrão tinha de trabalho: era ele quem pedia" (Jean-Baptiste Say, *Lettres à M. Malthus sur différents sujets d'économie politique, notamment sur les causes de la stagnation générale du commerce*, Paris, [Bossange,] 1820, p. 37). (N. E. A.)

[am] Cf. p. 508-9. (N. T.)

[an] Na versão final para a impressão: "ou". (N. T.)

[ao] No manuscrito VIII (p. 49): "comprador". (N. E. A.)

[ap] Acréscimo de Engels. (N. E. A.)

[aq] Acréscimo de Engels. (N. E. A.)

[ar] O correto seria: "$\frac{1}{5}$". (N. E. A.)

[as] *Deus ex machina* (literalmente: "deus da máquina"): um elemento externo que resolve uma história sem seguir sua lógica interna. A expressão tem origem nos teatros da Antiguidade greco-romana, designando o recurso em que se introduzia uma divindade de fora do cenário por meio de uma grua (*machina*). (N. T.)

[at] Acréscimo de Engels. (N. E. A.)

[11] Os números tampouco coincidem, aqui, com o pressuposto anterior. Mas isso carece de importância, pois o que interessa são as proporções. (F. E.)

[au] Acréscimo de Engels. (N. T.)

[av] Acréscimo de Engels. (N. T.)

[aw] O correto seria: II*c* (1). (N. E. A.)

[ax] No manuscrito VIII (p. 36), lê-se: "o fato de que, neste ano, I reproduza mais componentes fixos de capital e menos no ano seguinte, e reproduza mais elementos circulantes de capital que integram o capital constante II". (N. T.)

[ay] Acréscimo de Engels. (N. T.)

[az] Acréscimo de Engels. (N. E. A.)

[ba] Marx baseia-se aqui provavelmente em Franz Xaver Neumann, "Übersichten über Produktion, Welthandel und Verkehrsmittel", em *Geographisches Jahrbuch* (Gotha, 1872), v. 4, p. 493-7. (N. E. A.)

[bb] De 363.000 a 409.000 quilos, aproximadamente. (N. T.)

[12] Adolf Soetbeer, *Edelmetall-Produktion* (Gotha, [Justus Perthes,] 1879), [p. 112]. [K. M.] [No manuscrito VII, Marx anotara: "comparar com dados mais recentes". Por isso, Engels substituiu os

dados antigos fornecidos por Marx pelos de Soetbeer, completando os dados bibliográficos. – N. E. A.]

[bc] Cf. p. 578, nota 55. (N. E. A.)

[13] "Os buscadores de ouro levam diretamente uma quantidade considerável de ouro nativo (*gold bullion*) [...] à Casa da Moeda de São Francisco" ("Reports of H. M. Secretaries of Embassy and Legation", 1879, parte III, p. 337). [K. M.]

[bd] Na segunda edição: "produção de dinheiro". (N. E. A.)

[14] No manuscrito, não figura a investigação acerca do intercâmbio, no interior do capital constante do setor I, do ouro de produção recente. (F. E.)

[be] Na versão final para a impressão, lê-se: "uma parte funciona como capital monetário e a outra faz circular a renda dos capitalistas". (N. T.)

[bf] Nos seis parágrafos seguintes (até "moedas desgastadas"), Engels desconsiderou ou modificou substancialmente o texto do manuscrito. A passagem correspondente está reproduzida no Apêndice 11, p. 675-6. (N. T.)

[bg] Na versão final para a impressão consta o complemento: "de dinheiro". (N. T.)

[bh] Referência ao debate entre representantes da *banking theory*, entre os quais figuravam, além de Thomas Tooke, sobretudo John Fullarton e James Wilson, e da *currency theory* (ou *currency principle*), liderada por Samuel Loyd (mais tarde, lorde Overstone), George Warde Norman e Robert Torrens. As duas escolas divergiam sobretudo acerca das causas do aumento de preços e do papel que as notas bancárias desempenhavam nisso. Enquanto a escola da *currency*, apoiando-se em Ricardo, argumentava de modo teórico-quantitativo, conferindo aos movimentos do dinheiro a responsabilidade pelo desenvolvimento dos preços, seus adversários invertiam causa e efeito: de acordo com eles, o que determinava o nível dos preços era a quantidade de dinheiro em circulação. Ambas as escolas partiam do princípio de que as necessidades da economia eram mais bem atendidas com uma moeda mista, ou seja, quando, com moedas de metal nobre, circulavam também notas bancárias. Os teóricos da *banking* defendiam a liquidez das notas bancárias como medida suficiente para garantir a estabilidade de tal moeda mista. Os teóricos da *currency*, embora também defendessem a liquidez, exigiam, além disso, que um percentual determinado das notas bancárias emitidas fosse obrigatoriamente vinculado às reservas de metal precioso do Banco da Inglaterra, ou seja, que seguisse o fluxo internacional de entrada e saída de moeda metálica. Em acréscimo, defendiam também que a emissão de notas bancárias devia ser separada da concessão de crédito no interior do Banco da Inglaterra. Tooke e seus seguidores, por um lado, questionavam a ideia de que uma moeda metálica pura fosse estável. Por outro lado, contra seus adversários, sustentavam que as notas bancárias funcionariam como meio de pagamento de crédito, como letras de câmbio e cheques, sendo por isso necessário impor uma limitação de todos esses meios de pagamento, a fim de regular sua eventual influência sobre os preços. Com a legislação britânica de 1844, as ideias da escola da *currency* acabaram por prevalecer. (N. E. A.)

[15] Do manuscrito II. (F. E.)

[bi] Acréscimo de Engels. (N. E. A.)

[bj] Na ed. bras., Livro I, p. 238, nota 30. (N. T.)

[bk] Referência ao mote de "Entspekter Bräsig" ("inspetor Bräsig", em baixo alemão), personagem principal do romance *Ut mine Stromtid*, de Fritz Reuter. No capítulo 38 do livro, numa discussão sobre as causas da pobreza na cidade de Rahnstädt, declara Zacharias Bräsig: "Mas de onde vem a pobreza que se instala na cidade? Concidadãos, eu vos digo, pois vivo nesta cidade já há um bom tempo e observo as pessoas: *a grande pobreza na cidade provém da grande* pauvreté!". Essa expressão, à

primeira vista uma mera tautologia, significa que a pobreza de um acarreta a pobreza de outro. Em vez de dar ocupação aos artesãos da cidade, a população rural, sobretudo a camada pobre dos trabalhadores diaristas, vê-se obrigada a poupar seu escasso dinheiro e, nessa medida, torna-se avarenta. (N. E. A.)

[bl] Em Destutt de Tracy: "produzi-lo". (N. T.)

[bm] O correto seria: "20%". (N. E. A.)

[bn] O correto seria: "20%". (N. E. A.)

[bo] O correto seria: "£125". (N. E. A.)

[bp] O Institut de France, a mais alta corporação científica da França, foi criado pela convenção de 1795, em substituição às cinco academias reais. Destutt de Tracy tornou-se seu membro em 1796, na classe das "ciências morais e políticas", e, em 1808, da Academie Française, parte integrante do Institut. (N. E. A.)

[bq] "Espero que se note como essa maneira de considerar o consumo de nossas riquezas está de acordo com tudo o que dissemos sobre a sua produção e distribuição e, ao mesmo tempo, a claridade que ela lança sobre todo o desenvolvimento da sociedade. Qual é a origem desse acordo e dessa lucidez? Do fato de termos encontrado a verdade. Isso faz lembrar o efeito desses espelhos em que os objetos se esboçam nitidamente e em suas justas proporções quando nos situamos no ponto de vista adequado e em que tudo parece confuso e discordante quando se está demasiado longe" (p. 242-3).

[br] "Eis aqui o cretinismo burguês em toda sua beatitude!" No manuscrito II (p. 167): "*satisfaction de lui-même*" ("autocomplacência" em vez de "beatitude"). Neste ponto, Engels encerra a exposição baseada no manuscrito II e passa ao manuscrito VIII. Exclui, assim, a segunda metade desse manuscrito (p. 167-202), na qual Marx elaborara uma análise diferenciada do produto social, dividida em seis setores (cf. "Introdução da edição alemã (MEGA-2 II/13)", p. 66-9. Reproduzimos o texto correspondente no Apêndice 12, p. 677. (N. T.)

# Capítulo 21[1]

## Acumulação e reprodução ampliada[a]

No Livro I, expusemos como transcorre a acumulação no caso do capitalista individual. Com a realização do capital-mercadoria, também é realizado o mais-produto, no qual se representa o mais-valor. Este, assim convertido em dinheiro, é reconvertido pelo capitalista em elementos naturais adicionais de seu capital produtivo. No ciclo seguinte da produção, o capital aumentado fornece um produto aumentado. Mas o que se evidencia no caso do capital individual tem de se evidenciar também na reprodução total anual, do mesmo modo como, ao examinarmos a reprodução simples, vimos que, no caso do capital individual, a precipitação sucessiva – em dinheiro que é entesourado – de seus componentes fixos já consumidos se expressa também na reprodução social anual.

Se um capital individual é = 400*c* + 100*v* e o mais-valor anual = 100, o produto-mercadoria será = 400*c* + 100*v* + 100*m*. Esses 600 se transformam em dinheiro. Desse dinheiro, 400 são reconvertidos na forma natural do capital constante, 100*v* em força de trabalho e – caso o mais-valor inteiro seja acumulado –, além disso, 100*m* são convertidos em capital constante adicional, mediante sua transformação em elementos naturais do capital produtivo. Aqui se pressupõe: 1) que essa soma, sob as condições técnicas dadas, é suficiente, seja para a expansão do capital constante em funcionamento, seja para a instalação de um novo empreendimento industrial. Mas pode ocorrer também que se faça necessária a transformação de mais-valor em dinheiro e o entesouramento deste último por muito mais tempo, antes que se efetue esse processo, ou seja, antes que possa ocorrer uma acumulação real, uma ampliação da produção. 2)

Pressupõe-se que, de fato, já se tenha verificado anteriormente uma produção em escala ampliada, pois, para poderem converter o dinheiro (o mais-valor entesourado em dinheiro) em elementos do capital produtivo, tais elementos têm de ser compráveis como mercadorias no mercado; nesse caso, é indiferente que, em vez de comprados como mercadorias prontas, sejam fabricados sob encomenda. Só são pagos depois que já existem e, em todo caso, depois que se tenha efetuado, com relação a eles, uma reprodução efetiva em escala ampliada, uma expansão da produção até então normal. Eles têm de existir potencialmente, isto é, em seus elementos, já que, para que sua produção se opere de maneira efetiva, não é preciso mais do que o impulso da encomenda, ou seja, o impulso de uma compra da mercadoria com anterioridade à existência desta última. Assim, o dinheiro localizado num lado provoca a reprodução ampliada no outro, porquanto a possibilidade dessa reprodução está presente *sem* o dinheiro; pois este, em si mesmo, não é um elemento da reprodução efetiva.

Se o capitalista *A*, por exemplo, durante um ano ou um período maior, vende as quantidades de produto-mercadoria que ele produziu sucessivamente, com isso também transforma sucessivamente em dinheiro a parte do produto-mercadoria que é suporte do mais-valor – o mais-produto –, ou seja, o próprio mais-valor por ele produzido em forma-mercadoria, acumula esse mais-valor pouco a pouco e, desse modo, forma para si um novo capital monetário potencial – potencial em razão de sua capacidade e de sua destinação a ser convertida em elementos do capital produtivo. Na verdade, porém, esse capitalista não faz mais do que praticar o entesouramento simples, que não é um elemento da reprodução real. Inicialmente, ele se limita à sucessiva retirada de dinheiro da circulação, em que naturalmente não está excluído que, antes de ter entrado em circulação, o dinheiro circulante, que ele guarda trancado a sete chaves, fosse parte de outro tesouro. Esse tesouro de *A*, que é novo capital monetário potencial, é tão pouco riqueza social adicional quanto o seria se fosse gasto em meios de consumo. Mas o dinheiro que se retira da circulação – e que, assim, já existia antes desta – pode ter sido estocado de antemão como componente de um tesouro, ou ter sido forma-dinheiro do

salário, ter convertido meios de produção ou outra mercadoria em dinheiro, ou pode ter feito circular partes constantes de capital ou a renda de um capitalista. Ele está tão longe de ser nova riqueza quanto o dinheiro, considerado do ponto de vista da circulação simples de mercadorias, está longe de ser portador não só de seu valor existente, mas do décuplo de seu valor, pelo fato de ter efetuado dez rotações no dia, de ter realizado dez valores-mercadorias diferentes. As mercadorias existem sem ele, e o próprio dinheiro continua a ser o que é (ou torna-se ainda mais escasso, por meio do desgaste), ainda que efetue uma ou dez rotações. Apenas na produção de ouro – na medida em que o produto áureo contém um mais-produto, um portador de mais-valor – é criada nova riqueza (dinheiro potencial), e é somente quando ingressa por inteiro na circulação que esse novo produto áureo[b] aumenta o material monetário de novos capitais monetários potenciais.

Ainda que não seja nova riqueza social adicional, esse mais-valor entesourado em forma-dinheiro representa, em razão da função para a qual ele é estocado, novo capital monetário potencial. (Veremos mais adiante que o novo capital monetário pode surgir também por outra via que não a da gradual conversão de mais-valor em dinheiro.)

O dinheiro é retirado da circulação e estocado como tesouro mediante a venda da mercadoria sem uma compra subsequente. Se essa operação é concebida como um processo geral, não é fácil explicar de onde sairiam os compradores, já que, nesse processo – e é necessário concebê-lo como praticado de maneira geral, pois todo capital individual pode estar situado na fase da acumulação –, todos querem vender para entesourar, e ninguém quer comprar.

Para imaginar que o processo de circulação entre as diversas partes da reprodução anual ocorre em linha reta – o que é falso, pois, com poucas exceções, ele se compõe de movimentos reciprocamente refluentes –, teríamos de começar com o produtor de ouro (ou, a depender do caso, de prata), que compra sem vender, e pressupor que todos os demais lhe vendem. Nesse caso, o mais-produto social anual (o portador do mais-valor total) passaria inteiramente a suas mãos, e todos os demais capitalistas

distribuiriam entre si *pro rata* o mais-produto daquele produtor, mais-produto que existe naturalmente em forma-dinheiro, como materialização natural em ouro de seu mais-valor; pois a parte do produto do produtor de ouro que deve repor seu capital ativo já está comprometida e reservada para essa finalidade. O mais-valor produzido em ouro do produtor desse metal seria, então, o único fundo do qual todos os demais capitalistas extrairiam a matéria para a conversão em dinheiro de seu mais-produto anual. A grandeza de seu valor teria, então, de ser igual a todo o mais-valor social anual, o qual, por sua vez, teria primeiro de crisalidar-se sob a forma de tesouro. Por absurdos que sejam esses pressupostos, eles não servem senão para esclarecer a possibilidade de um entesouramento simultâneo geral, com o qual a própria reprodução não avançaria um único passo, a não ser no que diz respeito aos produtores de ouro.

Antes de resolver essa dificuldade aparente, temos de distinguir entre acumulação no setor I (produção de meios de produção) e no setor II (produção de meios de consumo). Comecemos pelo setor I.

## I. Acumulação no setor I[c]

### 1) Entesouramento

É evidente que tanto as inversões de capital nos numerosos ramos industriais que compõem a classe I quanto os diversos investimentos individuais de capital no interior de cada um desses ramos segundo sua antiguidade, isto é, segundo a duração já transcorrida de suas funções – abstraindo inteiramente de seu volume, condições técnicas, relações de mercado etc. –, encontram-se em diferentes fases do processo de conversão sucessiva do mais-valor em capital monetário potencial, não importando se esse capital monetário serve para ampliar seu capital em funcionamento ou para a abertura de novos empreendimentos industriais, ou seja, para uma ou outra das duas formas de ampliação da produção. Uma parte dos capitalistas transforma constantemente seu capital monetário potencial – aumentado até a grandeza adequada – em capital produtivo, isto é, compra meios de produção com o dinheiro entesourado graças à realização do

mais-valor, enquanto outra parte deles ainda se dedica a entesourar seu capital monetário potencial. Os capitalistas pertencentes a estas duas categorias se confrontam, uns como compradores, os outros como vendedores, pois individualmente desempenham exclusivamente um desses dois papéis.

Digamos, por exemplo, que *A* vende 600 (= 400*c* + 100*v* + 100*m*) a *B* (que pode representar mais de um comprador). *A* vende 600 em mercadorias por 600 em dinheiro, dos quais 100 representam mais-valor que ele retira da circulação e entesoura como dinheiro. Mas esses 100 em dinheiro não são mais que a forma-dinheiro do mais-produto, que era o portador de um valor de 100. O entesouramento não é produção de modo algum, e tampouco, por conseguinte, um incremento da produção. O que o capitalista faz aqui não é mais do que retirar da circulação, reter e confiscar os 100 em dinheiro obtidos mediante a venda do mais-produto. Essa operação ocorre não apenas do lado de *A*, mas é efetuada em numerosos pontos periféricos da circulação, por outros capitalistas *A'*, *A''*, *A'''*, todos os quais trabalhando com o mesmo zelo nesse tipo de entesouramento. Esses numerosos pontos nos quais o dinheiro é retirado da circulação e acumulado em numerosos tesouros individuais, ou em capitais monetários potenciais, parecem ser outros tantos obstáculos à circulação, porquanto imobilizam o dinheiro e o privam por um tempo mais ou menos longo de sua capacidade de circular. Mas é preciso mencionar que, no caso da circulação simples de mercadorias, o entesouramento já ocorria muito antes de essa circulação se basear na produção capitalista de mercadorias; a quantidade de dinheiro existente na sociedade é sempre maior que a parcela desse dinheiro imersa na circulação ativa, por mais que essa parcela aumente ou diminua de acordo com as circunstâncias. Voltamos a encontrar aqui os mesmos tesouros e o mesmo entesouramento, mas agora como um fator imanente ao processo de produção capitalista.

Compreende-se o prazer que se sente quando, no interior do sistema de crédito, todos esses capitais potenciais, graças a sua concentração nas mãos de bancos etc., transformam-se em capital disponível, *loanable capital* [capital que pode ser emprestado], capital monetário, e, mais precisamente,

deixam de ser capital passivo, como música do futuro[d], e se tornam capital ativo, usurante (o verbo usurar aqui no sentido de crescer[e]).

Mas *A* só efetua esse entesouramento na medida em que – com relação a seu mais-produto – se apresenta apenas como vendedor, sem que se apresente, em seguida, como comprador. Sua produção sucessiva de mais-produto – do portador de seu mais-valor, que deve ser realizado – é, portanto, o pressuposto de seu entesouramento. No caso dado, no qual só se considera a circulação no interior do setor I, a forma natural do mais-produto, assim como a do produto total, do qual aquele constitui uma parte, é a forma natural de um elemento do capital constante I, isto é, pertence à categoria dos meios de produção que criam meios de produção. O resultado desse elemento, isto é, a função que ele exerce nas mãos dos compradores *B*, *B'*, *B''* etc. é algo que veremos em seguida.

Mas o que devemos reter aqui é o seguinte: ainda que *A* retire dinheiro da circulação em troca de seu mais-valor e o entesoure, por outro lado ele lança mercadorias na circulação sem retirar dela outras mercadorias em troca, graças a que *B*, *B'*, *B''* etc., por sua vez, estão em condições de lançar dinheiro na circulação – e dela retirar apenas mercadorias. No caso dado, essas mercadorias, de acordo com sua forma natural e sua destinação, ingressam como elemento fixo ou fluido no capital constante de *B*, *B'* etc. Diremos mais sobre este último quando tivermos de tratar do comprador do mais-produto, ou seja, de *B*, *B'* etc.

* * *

Observemos, de passagem: tal como antes, na análise da reprodução simples, vemos aqui novamente que o intercâmbio dos diversos componentes do produto anual, isto é, sua circulação (que, ao mesmo tempo, tem de abarcar a reprodução do capital e, mais precisamente, a reconstituição deste em suas diversas determinidades, ou seja, como capital constante, variável, fixo, circulante, monetário, capital-mercadoria), não pressupõe de modo algum a mera compra de mercadoria complementada por uma venda subsequente, ou a venda complementada por uma compra, de

forma que, na realidade, ter-se-ia apenas um intercâmbio de mercadoria por mercadoria, tal como supõe a economia política e, em particular, a escola livre-cambista[f], desde os fisiocratas e Adam Smith. Sabemos que o capital fixo, depois de efetuado o desembolso que lhe é correspondente, não é renovado durante todo seu tempo de funcionamento, mas continua a operar sob sua velha forma, enquanto seu valor se precipita paulatinamente em dinheiro. Ora, vimos que a renovação periódica do capital fixo II*c* (o valor total de capital II*c* converte-se em elementos no valor de I(*v* + *m*)) pressupõe, por um lado, a *mera compra* da parte fixa de II*c*, parte que se reconverte da forma-dinheiro à forma natural, e à qual corresponde uma mera venda de I*m*; por outro lado, pressupõe uma a *mera venda* efetuada por II*c*, isto é, venda da parcela fixa de valor (correspondente ao desgaste), parcela que se precipita em dinheiro e à qual corresponde uma mera compra de I*m*. Para que aqui a transação se dê normalmente, deve-se pressupor que a mera compra efetuada por II*c* seja igual, no que diz respeito ao volume de valor, à mera venda efetuada por II*c*, e, igualmente, que a mera venda de I*m* a II*c* (parte 1) seja igual à sua mera compra de II*c* (parte 2) (p. 440)[g]. **De outro modo, a reprodução simples se veria perturbada; uma mera compra efetuada aqui tem de ser compensada com uma mera compra efetuada lá.** Do mesmo modo, aqui é preciso pressupor que a mera venda daquela parte de I que constitui os tesouros de *A*, *A'*, *A''* seja equilibrada pela mera compra daquela parte de I que converte os tesouros de *B*, *B'*, *B''* em elementos de capital produtivo adicional.

Na medida em que o equilíbrio se restaura pelo fato de o comprador se apresentar – subsequentemente e pelo mesmo importe de valor – como vendedor, e vice-versa, opera-se um refluxo do dinheiro para a parte que o adiantou na compra, que vendeu primeiro, antes de voltar a comprar. Mas o verdadeiro equilíbrio, no que diz respeito ao próprio intercâmbio de mercadorias, ao intercâmbio entre as diversas partes do produto anual, depende do importe igual de valor das mercadorias reciprocamente intercambiadas.

Porém, quando ocorrem apenas intercâmbios unilaterais, uma série de

meras compras de um lado, uma série de meras vendas do outro – e vimos que o intercâmbio normal do produto anual, sobre uma base capitalista, condiciona essas metamorfoses unilaterais –, o equilíbrio só existe no caso de o importe de valor das compras unilaterais coincidir com o importe de valor das vendas unilaterais. O fato de a produção de mercadorias ser a forma geral da produção capitalista implica já o papel que o dinheiro desempenha nesta última, não só como meio de circulação, mas como capital monetário, e gera certas condições do intercâmbio normal – ou seja, do transcurso normal da reprodução – que são peculiares a esse modo de produção, seja em escala simples ou ampliada, condições estas que se convertem em outras tantas condições do transcurso anormal, em possibilidades de crises, já que o próprio equilíbrio, dada a configuração natural-espontânea dessa produção, é algo acidental.

Vimos igualmente que, no intercâmbio de I*v* por um importe de valor correspondente de II*c*, opera-se por último, precisamente para II*c*, a reposição da mercadoria II por um importe igual de valor de mercadoria I e que, portanto, da parte do capitalista total II, a venda da mercadoria própria se complementa posteriormente com a compra de mercadoria I pelo mesmo importe de valor. Essa reposição ocorre, decerto, mas o que não ocorre, nessa conversão de suas respectivas mercadorias, é um intercâmbio entre os capitalista I e II. II*c* vende sua mercadoria à classe trabalhadora de I; esta se confronta com ele unilateralmente como compradora de mercadorias, ao passo que ele se contrapõe a ela unilateralmente como vendedor de mercadoria; com o dinheiro assim obtido, II*c* apresenta-se unilateralmente como comprador de mercadorias diante do capitalista coletivo I, e este o confronta como vendedor unilateral de mercadorias até o importe de I*v*. É apenas mediante essa venda de mercadorias que I, por fim, volta a reproduzir seu capital variável sob a forma de capital monetário. Se o capital de I se confronta unilateralmente com o de II como vendedor de mercadorias até o importe de I*v*, ele se confronta com a classe trabalhadora I como comprador de mercadoria que adquire sua força de trabalho; e se a classe trabalhadora I se confronta com o capitalista II unilateralmente como compradora de mercadorias (a saber, como compradora de meios de

subsistência), ela se confronta com o capitalista I unilateralmente como vendedora de mercadoria, isto é, como vendedora de sua força de trabalho.

A oferta contínua da força de trabalho pela classe trabalhadora em I, a reconversão de uma parte do capital-mercadoria I em forma-dinheiro do capital variável, a reposição de uma parte do capital-mercadoria II pelos elementos naturais do capital constante II*c:* todos esses pressupostos necessários[h] se condicionam mutuamente, mas são mediados por um processo muito complicado, que inclui três processos de circulação, independentes entre si, porém entrelaçados. A própria complexidade do processo oferece outras tantas ocasiões para um transcurso anormal.

## 2) O capital constante adicional[i]

O mais-produto, o portador do mais-valor, não custa nada a seus apropriadores, isto é, aos capitalistas I. Para obtê-lo, estes não precisam de modo algum adiantar dinheiro ou mercadorias. O adiantamento (*avance*) é, já para os fisiocratas, a forma geral do valor, efetivada em elementos do capital produtivo. O que esses capitalistas adiantam, pois, não é senão seu capital constante e o variável. O trabalhador, mediante seu trabalho, não só conserva para os capitalistas o capital constante destes últimos, não só repõe o valor variável de seu capital mediante uma nova parcela correspondente de valor criado em forma-mercadoria, como, por meio de seu mais-trabalho, fornece-lhes ainda um mais-valor, existente sob a forma de mais-produto. Por meio da venda sucessiva desse mais-produto os capitalistas formam um tesouro, capital monetário adicional em potência. No caso aqui considerado, o mais-produto consiste desde o início de meios de produção que criam meios de produção. É apenas nas mãos de *B*, *B'*, *B''* etc. (I) que esse mais-produto funciona como capital constante adicional, mas ele já o era *virtualiter* [virtualmente] antes de ter sido vendido, quando ainda se encontrava nas mãos dos entesouradores *A*, *A'*, *A''* (I). Se considerarmos somente o volume de valor da reprodução da parte de I, encontraremo-nos ainda nos limites da reprodução simples, pois nenhum capital adicional foi posto em movimento para criar esse capital constante *virtualiter* adicional (o mais-produto), nem um mais-trabalho maior que o

despendido sobre a base da reprodução simples. Aqui, a diferença reside unicamente na forma do mais-trabalho empregado, na natureza concreta de sua modalidade útil particular. Ele foi despendido em meios de produção para I*c* em vez de para II*c*, em meios de produção que criam meios de produção, e não em meios de produção que criam meios de consumo. Na reprodução simples, foi pressuposto que todo o mais-valor I era gasto como renda, ou seja, em mercadorias II; ele consistia apenas, portanto, dos meios de produção que devem repor novamente o capital constante II*c* em sua forma natural. **Para que se possa operar a transição da reprodução simples à reprodução ampliada, a produção no setor I tem, pois, de estar em condições de produzir menos elementos de capital constante para II, mas a mesma quantidade de elementos a mais para I. Essa transição, que nem sempre se realiza sem dificuldade, é facilitada pelo fato de que certa quantidade de produtos de I pode servir como meios de produção em ambos os setores.**

Segue-se daí, portanto – considerando meramente o volume de valor –, que no interior da reprodução simples é produzido o substrato material da reprodução ampliada. Tal substrato é simplesmente o mais-valor da classe trabalhadora I gasto diretamente na produção de meios de produção, na criação de capital adicional virtual I. A formação de capital monetário adicional virtual efetuada por *A*, *A'*, *A''* (I) mediante a venda sucessiva de seu mais-produto – formado sem desembolso capitalista de dinheiro – é aqui, portanto, a mera forma-dinheiro dos meios de produção I produzidos adicionalmente.

A produção de capital[j] adicional virtual expressa, em nosso caso (pois, como veremos, ela pode se configurar de maneira completamente distinta), não mais do que um fenômeno do próprio processo de produção: produção de elementos do capital produtivo efetuada sob uma determinada forma.

A produção em grande escala de capital monetário adicional virtual – em inúmeros pontos periféricos da circulação – é, portanto, apenas o resultado e a expressão da produção multilateral de capital produtivo adicional virtual, cujo surgimento não pressupõe qualquer desembolso

adicional de dinheiro da parte dos capitalista industriais.

A transformação sucessiva desse capital produtivo adicional virtual em capital monetário virtual (tesouro) realizada por *A*, *A'*, *A''* etc. (I), que está condicionada pela venda sucessiva de seu mais-produto – e, portanto, pelas reiteradas vendas unilaterais de mercadorias sem compras que as complementem – realiza-se mediante a repetida subtração de dinheiro da circulação e seu correspondente entesouramento. Tal entesouramento – excetuando-se o caso em que o produtor de ouro é o comprador – não pressupõe em absoluto uma riqueza adicional em metais preciosos, mas apenas que uma alteração da função do dinheiro circulante até então. Até há pouco ele funcionava como meio de circulação, mas agora o faz como tesouro, como novo capital monetário virtual, em formação. A formação de capital monetário adicional e a massa do metal precioso existente num país não se encontram, portanto, numa conexão causal recíproca.

Disso se segue que, quanto maior for o capital produtivo operante num país, incluída a força de trabalho incorporada a esse capital, a geradora do mais-produto; quanto mais desenvolvida estiver a força produtiva do trabalho e, com ela, também os meios técnicos para a rápida expansão da produção de meios de produção; quanto maior, portanto, for a massa do mais-produto, tanto no que se refere a seu valor, como no que diz respeito à massa dos valores de uso em que esse valor se representa, tanto maiores serão:

- o capital produtivo adicional virtual que se encontra sob a forma de mais-produto em mãos de *A*, *A'*, *A''* etc. e
- a massa desse mais-produto realizado, ou seja, do capital monetário adicional virtual em mãos de *A*, *A'*, *A''*. Assim, se Fullarton, por exemplo, não quer saber nada da superprodução em sentido comum, mas da superprodução de capital, mais precisamente de capital monetário, isso prova o quão pouco os economistas burgueses, e mesmo os melhores dentre eles, compreendem o mecanismo de seu sistema.

Se o mais-produto diretamente produzido e apropriado pelos capitalistas *A*, *A'*, *A''* (I) é a base real da acumulação de capital, isto é, da reprodução ampliada, ainda que só funcione efetivamente nessa condição quanto se encontra nas mãos de *B*, *B'*, *B''* etc. (I), ele é, em contrapartida – em sua crisalidação monetária como tesouro e como capital monetário virtual, que só se forma pouco a pouco –, absolutamente improdutivo, transcorre paralelamente ao processo de produção, porém se encontra à margem deste último. É um peso morto (*dead weight*) da produção capitalista. A avidez por fazer com que esse mais-valor – que se entesoura como capital monetário – seja utilizável tanto para obter um lucro como uma renda alcança seu objetivo final no sistema de crédito e nos "papéis". Desse modo, o capital monetário passa a exercer, sob outra forma, uma enorme influência sobre o curso e o impetuoso desenvolvimento do sistema capitalista de produção.

No que diz respeito à sua massa, o mais-produto convertido em capital monetário virtual será tanto maior quanto maior for a soma total do capital já em funcionamento e de cujo funcionamento deriva esse mais-produto. Mas com o aumento absoluto do volume do capital monetário virtual reproduzido anualmente é facilitada também a segmentação desse capital, de modo que ele é investido mais rapidamente num negócio particular, seja em mãos do mesmo capitalista, seja em outras mãos (por exemplo, membros da família, em caso de partilhas de heranças etc.). Por segmentação do capital monetário entendemos aqui o fato de que este último é inteiramente separado do capital originário a fim de ser investido como novo capital monetário num novo negócio independente.

Se, por um lado, *A*, *A'*, *A''* etc., (I), os vendedores do mais-produto, recebem este último como um resultado direto do processo de produção, o qual – com exceção do adiantamento de capital constante e variável requerido também na reprodução simples – não pressupõe quaisquer atos adicionais de circulação, e se, com isso, fornecem a base real da reprodução em escala ampliada, fabricando, na realidade, capital adicional virtual, já *B*, *B'*, *B''* etc. (I), por outro lado, comportam-se de maneira diferente. 1) Somente em suas mãos o mais-produto de *A*, *A'*, *A''* etc.

funcionará efetivamente como capital constante adicional (deixemos de lado, por ora, o outro elemento do capital produtivo, a força de trabalho adicional, ou seja, o capital variável adicional); 2) para que o mais-produto chegue às suas mãos, requer-se um ato de circulação: eles têm de comprar o mais-produto.

Quanto ao ponto 1), cabe observar que uma grande parte do mais-produto (capital constante adicional virtual) produzido por *A*, *A'*, *A''* (I) foi, de fato, produzida este ano, mas apenas no próximo ano, ou ainda mais tarde, ela poderá funcionar efetivamente como capital industrial nas mãos de *B*, *B'*, *B''* (I); quanto ao ponto 2), pergunta-se: de onde provém o dinheiro necessário para o processo de circulação?

Na medida em que os produtos criados por *B*, *B'*, *B''* etc., (I) reingressam *in natura* em seu próprio processo, é evidente que *pro tanto* uma parte de seu próprio mais-produto será transferida diretamente (sem mediação da circulação) para seu capital produtivo, nele ingressando como elemento adicional do capital constante. Mas *pro tanto* esses produtos não convertem em dinheiro o mais-produto de *A*, *A'* etc. (I). Abstraindo disso, a pergunta é: de onde provém o dinheiro? Sabemos que *B*, *B'* etc. formaram seus tesouros do mesmo modo como *A*, *A'* etc., isto é, mediante a venda de seus respectivos mais-produtos, e que agora atingiram sua meta, quando seu capital monetário meramente virtual, acumulado como tesouro, passa a funcionar efetivamente como capital monetário adicional. Com isso, porém, não fazemos mais do que girar em círculo. Persiste a questão: de onde provém o dinheiro retirado da circulação e acumulado por *B*, *B'* etc. (I)?

O exame da reprodução simples nos mostrou que os capitalistas I e II, se pretendem converter seu mais-produto, precisam ter em mãos uma certa quantidade de dinheiro. Nesse caso, o dinheiro que só servia para ser gasto como renda em meios de consumo retorna às mãos dos capitalistas no mesmo volume em que o haviam adiantado para a conversão de suas respectivas mercadorias; aqui reaparece o mesmo dinheiro, porém com uma função alterada. Os *A* e os *B* (I) fornecem uns aos outros, alternadamente, o dinheiro para a conversão de mais-produto em capital monetário virtual adicional, e lançam alternadamente na circulação, como meio de compra, o

novo capital monetário assim constituído.

O único pressuposto de que partimos, nesse caso, é o de que a quantidade de dinheiro existente no país (supondo que a velocidade da circulação etc. seja igual) é suficiente tanto para a circulação ativa como para o tesouro de reserva – portanto, o mesmo pressuposto de que, como vimos, era preciso partir também no caso da circulação simples de mercadorias. Aqui, apenas a função dos tesouros é diferente. Também é necessária uma maior quantidade de dinheiro existente: 1) porque na produção capitalista todo produto (com exceção do novo metal precioso produzido e dos poucos produtos consumidos pelo próprio produtor) é produzido como mercadoria, ou seja, tem de se metamorfosear em dinheiro; 2) porque, sobre a base capitalista, a massa do capital-mercadoria e seu volume de valor não só são maiores em termos absolutos como crescem com velocidade incomparavelmente maior; 3) um capital variável cada vez mais extenso precisa se converter continuamente em capital monetário; 4) porque a formação de novos capitais monetários acompanha a ampliação da produção, de modo que também precisa existir o material correspondente a sua forma de tesouro.

Se isso é plenamente válido para a primeira fase da produção capitalista, em que também o sistema de crédito é acompanhado de uma circulação predominantemente metálica, valerá igualmente para a fase mais desenvolvida do sistema de crédito, na medida em que a base deste último continua a ser a circulação metálica. Por um lado, a produção adicional de metais preciosos, por ser alternadamente abundante e escassa, pode exercer aqui influências perturbadoras sobre os preços das mercadorias, não só durante períodos prolongados como também em intervalos mais curtos; por outro lado, o inteiro mecanismo de crédito, servindo-se de todo tipo de operações, métodos, procedimentos técnicos, procura constantemente restringir a circulação metálica efetiva a um mínimo relativamente decrescente, com o que também aumentam, na mesma proporção, a artificialidade de todo o mecanismo e as chances de perturbações em seu transcurso normal.

Pode ocorrer de os distintos *B*, *B'*, *B"* etc. (I), cujo novo capital

monetário virtual entra em operação de maneira ativa, terem de comprar uns dos outros seus produtos (partes de seu mais-produto) e vendê-los reciprocamente. *Pro tanto* o dinheiro adiantado para a circulação do mais-produto – no caso do transcurso normal – reflui aos diversos *B* na mesma proporção em que estes o adiantaram para a circulação de suas respectivas mercadorias. Se o dinheiro circula como meio de pagamento, então é preciso apenas saldar as contas, na medida em que as compras e vendas recíprocas não se compensem umas às outras. Inicialmente, porém, é importante pressupor, tanto aqui como em toda parte, a circulação metálica em sua forma mais simples, mais primordial, porque com isso o fluxo e o refluxo, a compensação de saldos, numa palavra, todas os momentos que no sistema de crédito aparecem como processos regulados de maneira consciente, apresentam-se como se existissem independentemente do sistema de crédito, e a questão aparece na forma natural-espontânea, em vez de na forma posterior, reflexa.

## 3) O capital variável adicional[k]

Como até aqui tratamos apenas do capital constante adicional, temos agora de examinar o capital variável adicional.

No Livro I, discutimos amplamente como, sobre a base da produção capitalista, há sempre uma reserva de força de trabalho, e como, caso seja necessário, é possível pôr em movimento mais trabalho sem aumentar o número de trabalhadores ocupados ou a massa de força de trabalho. Não precisamos, por isso, estendermo-nos aqui sobre esse ponto, mas, antes, pressupor que a parte do capital monetário recém-formado – e que pode ser transformado em capital variável – encontra sempre já dada a força de trabalho na qual ela deve se transformar. Também no Livro I esclarecemos como um capital dado, sem acumulação, pode ampliar seu volume de produção dentro de certos limites. Mas aqui se trata da acumulação de capital em seu sentido específico, de modo que a ampliação da produção está condicionada pela conversão de mais-valor em capital adicional, bem como por uma ampliação da base de capital da produção.

O produtor de ouro pode acumular uma parte de seu mais-valor áureo

como capital monetário virtual; tão logo alcança o volume requerido, ele pode convertê-lo diretamente em novo capital variável, sem que, para isso, tenha de vender antes seu mais-produto; do mesmo modo, pode convertê-lo em elementos do capital constante. Neste último caso, no entanto, ele precisa encontrar já dados esses elementos materiais de seu capital constante, seja do modo como se pressupôs na exposição precedente – que cada produtor estoque seus produtos e, em seguida, leve ao mercado sua mercadoria acabada –, seja que trabalhe por encomenda. A ampliação real da produção, isto é, do mais-produto, está pressuposta em ambos os casos: no primeiro, como efetivamente existente; no segundo, como virtualmente existente, ou possível de ser fornecida.

## II. Acumulação no setor II[1]

Até aqui partimos do pressuposto de que *A*, *A'*, *A''* (I) vendem seu mais-produto a *B*, *B'*, *B''* etc., os quais pertencem ao mesmo setor I. Suponhamos, então, que *A* (I) realiza seu mais-produto vendendo-o a um *B* do setor II. Isso só pode ocorrer se *A* (I), depois de vender meios de produção a *B* (II), não compre meios de consumo, ou seja, apenas mediante a venda unilateral da parte de *A*. Ora, como II*c* só pode abandonar a forma de capital-mercadoria e assumir a forma natural de capital constante produtivo sob a condição de que se não apenas I*v*, mas ao menos uma parte de I*m* seja intercambiada por uma parte de II*c*, o qual existe sob a forma de meios de consumo, e como *A* só realiza seu I*m* se aquela transação não se efetiva, de modo que nosso *A*, ao contrário, retira da circulação o dinheiro obtido de II com a venda de I*m*, em vez de convertê-lo na compra de meios de consumo II*c*, teremos então, do lado de *A* (I), a formação de capital monetário virtual adicional; do outro lado, porém, resta imobilizada sob a forma de capital-mercadoria uma parte de capital constante *B* (II) dotada do mesmo volume de valor, sem poder converter-se na forma natural de capital constante, produtivo. Em outras palavras: uma parte das mercadorias de *B* (II) e, de fato, *prima facie* [à primeira vista] uma parte sem cuja venda seu possuidor não pode reconverter integralmente seu capital constante, tornou-se

invendável; no que diz respeito a essa parte, ocorreu, portanto, uma superprodução, que, também no que diz respeito a ela, estorva a reprodução, mesmo quando a escala se mantém inalterada.

Nesse caso, portanto, o capital monetário virtual adicional do lado de *A* (I) é, de fato, uma forma monetizada do mais-produto (mais-valor), mas o mais-produto (mais-valor) como tal é aqui um fenômeno de reprodução simples, que ainda não pertence à reprodução em escala ampliada. Para que a reprodução de II*c* se efetue em escala invariável, é preciso que I($v + m$) se intercambie, em última instância, por II*c*, e isso é válido em todos os casos, mesmo que apenas para uma parte de *m*; *A* (I), mediante a venda de seu mais-produto a *B* (II), forneceu a este último, em forma natural, uma parcela correspondente de valor do capital constante, mas ao mesmo tempo, ao retirar o dinheiro da circulação, ao abster-se de complementar sua venda mediante uma compra subsequente, tornou invendável uma parte da mercadoria de *B* (II), parte cujo volume de valor é igual ao daquele dinheiro. Portanto, se considerarmos a reprodução social total – que abarca por igual os capitalistas I e II –, a transformação do mais-produto de *A* (I) em capital monetário virtual expressará a impossibilidade de se reconverter um capital-mercadoria de igual volume de valor, pertencente a *B* (II), em capital produtivo (constante); teremos, assim, não uma produção virtual em escala ampliada, mas um estorvo da reprodução simples, ou seja, um déficit nessa reprodução. Sendo a formação e a venda do mais-produto de *A* (I) elas mesmas fenômenos normais da reprodução simples, já sobre a base dessa reprodução dispomos aqui dos seguintes fenômenos mutuamente condicionados: formação de capital monetário adicional virtual na classe I (por conseguinte, subconsumo do ponto de vista de II); estagnação de estoques de mercadorias na classe II, os quais não podem ser reconvertidos em capital produtivo (portanto, superprodução relativa em II); capital monetário excedente em I e déficit na reprodução em II.

Sem nos demorarmos mais nesse ponto, observemos apenas: na exposição da reprodução simples, partimos do pressuposto de que todo o mais-valor I e II era gasto como renda. Na realidade, porém, uma parte do mais-valor é gasto como renda, e outra parte se converte em capital. A

acumulação efetiva ocorre apenas sob esse pressuposto. A ideia de que a acumulação se realiza à custa do consumo é – enunciada desse modo geral – ela mesma uma ilusão, que contradiz a essência da produção capitalista, na medida em que pressupõe que o objetivo e a mola propulsora desta última é o consumo, e não a subtração de mais-valor e sua capitalização, isto é, acumulação.

* * *

Observemos agora mais de perto a acumulação no setor II.

A primeira dificuldade em relação a II*c*, isto é, sua reconversão de um componente do capital-mercadoria II à forma natural do capital constante II diz respeito à reprodução simples. Tomemos o esquema anterior:

(1.000*v* + 1.000*m*)I se intercambiam por

2.000 II*c*.

Se, por exemplo, a metade do mais-produto I, $^{1.000}/_{2}$ *m*, ou seja, 500 I*m* é reincorporado como capital constante ao setor I, essa parte do mais-produto retida em I não poderá repor nenhuma parte de II*c*. Em vez de se converter em meios de consumo (e aqui, nesse setor da circulação entre I e II, opera-se, em contraste com a reposição, mediada pelos trabalhadores I, de 1.000 II*c* por 1.000 I*v,* um intercâmbio recíproco efetivo, ou seja, uma dupla troca de posições das mercadorias), essa parte deve servir no próprio I como meios de produção adicionais. Ela não pode executar essa função em I e II simultaneamente. O capitalista não pode gastar o valor de seu mais-produto em meios de consumo e, ao mesmo tempo, consumir produtivamente esse mais-produto, isto é, incorporá-lo a seu capital produtivo. Em vez de 2.000 I(*v* + *m*), portanto, apenas 1.500, ou seja (1.000*v* + 500*m*) I são conversíveis em 2.000 II*c*; há 500 II*c* que não podem ser reconvertidos de sua forma-mercadoria em capital produtivo (constante) II. Em II ocorreria, assim, uma superprodução, cujo volume corresponderia exatamente ao da ampliação da produção anteriormente experimentada por I. A superprodução de II poderia retroagir tão agudamente sobre I que até mesmo o refluxo dos 1.000 gastos pelos trabalhadores de I em meios de

consumo II só ocorreria parcialmente, de modo que esses 1.000 não retornariam, sob a forma de capital monetário variável, às mãos dos capitalistas I. Estes se veriam, então, estorvados mesmo na reprodução em escala inalterada, e isso devido precisamente à sua simples tentativa de ampliar a reprodução. A esse respeito, é preciso observar que em I ocorreu, na realidade, apenas uma reprodução simples, e que seus elementos, tal como figuram no nosso esquema, não fizeram mais do que se agrupar de diferente maneira e para os efeitos de uma ampliação futura, digamos, no ano seguinte.

Poder-se-ia tentar contornar essa dificuldade da seguinte maneira: os 500 II*c* que se encontram nos depósitos dos capitalistas e não são imediatamente conversíveis em capital produtivo estão tão longe de constituir uma superprodução que representam, ao contrário, um elemento necessário da reprodução, o qual deixamos de lado até agora. Vimos que, em muitos pontos, é preciso que se forme um fundo monetário, ou seja, que uma certa quantidade de dinheiro seja retirada da circulação, em parte, para possibilitar a formação de novo capital monetário no interior do próprio I, em parte, para imobilizar transitoriamente em forma-dinheiro o valor do capital fixo que se consome pouco a pouco. Mas como na exposição do esquema todo o dinheiro e todas as mercadorias se encontram desde o início exclusivamente nas mãos dos capitalistas I e II, e como aqui não existem comerciantes, nem agentes de câmbio, nem banqueiros, nem meros consumidores e classes que não participam de maneira direta na produção de mercadorias, segue-se daí que, para manter em funcionamento o mecanismo da reprodução é igualmente indispensável a formação constante de depósitos de mercadorias, que aqui se encontram em mãos de seus respectivos produtores. Os 500 II*c* armazenados pelos capitalistas II representam, pois, o estoque de mercadorias de meios de consumo que medeia a continuidade do processo de consumo incluído na reprodução – no caso presente, a transição de um ano ao seguinte. O fundo de consumo, que aqui ainda se encontra nas mãos de seus vendedores e ao mesmo tempo produtores, não pode diminuir até zero num ano para começar do zero no ano seguinte, do mesmo modo como isso é impossível na transição do dia

de hoje para o dia de amanhã. Como esses depósitos de mercadorias têm constantemente de ser criados de novo, mesmo que seu volume varie, nossos produtores capitalistas II precisam ter um capital monetário de reserva que lhes permita continuar com seu processo de produção, ainda que uma parte de seu capital produtivo esteja transitoriamente imobilizada em forma-mercadoria. De acordo com o pressuposto, eles combinam toda a empresa comercial com a empresa da produção e têm, assim, de dispor também do capital monetário adicional, que, na autonomização das diversas funções do processo de reprodução sob diversos tipos de capitalistas, encontra-se nas mãos dos comerciantes.

Sobre isso, cabe objetar:

1. Tal formação de um estoque e sua necessidade valem para todos os capitalistas, tanto I como II. Considerados como meros vendedores de mercadorias, eles só se distinguem por venderem mercadorias de tipos diferentes. O estoque de mercadorias II supõe um estoque prévio de mercadorias I. Se deixarmos de considerar o estoque de um lado, teremos de fazer o mesmo com o do outro lado. Mas se o considerarmos nos dois lados, o problema não será alterado em nada.
2. Assim como certo ano fecha, do lado de II, com um estoque de mercadorias para o ano seguinte, ele começou com um estoque de mercadorias desse mesmo lado, transmitido pelo ano anterior. Portanto, na análise da reprodução anual – reduzida à sua expressão mais abstrata – temos de desconsiderar ambos os estoques. Se deixarmos a esse ano sua produção inteira, ou seja, também o estoque de mercadorias que deve ser reservado para o próximo ano, e, ao mesmo tempo, dele retirarmos o estoque de mercadorias que ele recebeu do ano anterior, teremos diante de nós, como objeto de nossa análise, o produto total de um ano médio.
3. A simples circunstância de que na análise da reprodução simples não deparamos com a dificuldade que agora temos de contornar demonstra que se trata de um fenômeno específico, devido unicamente a um agrupamento diferente (no que se refere à reprodução) dos elementos I,

um agrupamento modificado, sem o qual não poderia ocorrer, absolutamente, nenhuma reprodução em escala ampliada.

## III. Exposição esquemática da acumulação[m]

Consideremos agora a reprodução de acordo com o seguinte esquema:

esquema a)

$$\left.\begin{array}{l} \text{I) } 4.000c + 1.000v + 1.000m = 6.000 \\ \\ \text{II) } 1.500c + 376v + 376m = 2.252 \end{array}\right\} \text{Total} = 8.252$$

Em primeiro lugar, observa-se que a soma total do produto social anual = 8.252 é menor que no primeiro esquema, no qual era = 9.000. Do mesmo modo, poderíamos tomar uma soma muito maior, multiplicá-la por dez, por exemplo. Escolhemos uma soma menor que no esquema I precisamente para evidenciar que a reprodução em escala ampliada (que aqui é concebida meramente como uma produção realizada um investimento maior de capital) não guarda qualquer relação com a grandeza absoluta do produto; que, para uma dada massa de mercadorias, tal reprodução não pressupõe mais do que um diferente arranjo ou uma determinação funcional distinta dos diversos elementos do produto dado, de modo que, quanto ao volume de valor, ela não é senão uma reprodução simples. O que se modifica não é a quantidade, mas a determinação qualitativa dos elementos dados da reprodução simples, e tal modificação é a premissa material de uma subsequente reprodução em escala ampliada[2].

Poderíamos apresentar diferentemente o esquema, modificando as proporções entre o capital variável e o constante, por exemplo, da seguinte maneira:

esquema b)

I) $4.000c + 875v + 875m = 5.750$

$$\left.\begin{array}{r} \\ \text{II) } 1.750c + 376v + 376m = 2.502 \end{array}\right\} \text{Total} = 8.252$$

Desse modo, o esquema apareceria como estruturado para a reprodução em escala simples, de tal modo que o mais-valor se gaste integralmente como renda e não se acumule. Em ambos os casos, em a) assim como em b), temos um produto anual do mesmo volume de valor, com a única diferença que, em b), a função de seus elementos é agrupada de tal modo que a reprodução se reinicia na mesma escala, ao passo que em a) esse agrupamento forma a base material da reprodução em escala ampliada. **Em b), com efeito, (875*v* + 875*m*) I = 1.750 I(*v* + *m*) se intercambiam sem excedente por 1.750 II*c*, ao passo que em a) (1.000*v* + 1.000*m*) I = 2.000 I(*v* + *m*) intercambiam-se por 1.500 II*c* e deixam um excedente de 500 I*m* para a acumulação na classe I.**

Passemos agora a uma análise mais detalhada do esquema a). Suponhamos que, tanto em I como em II, uma metade do mais-valor, em vez de ser gasta como renda, acumula-se, isto é, converte-se em elemento de capital adicional. Como a metade de 1.000 I*m* = 500 deve ser acumulada numa ou noutra forma, investida como capital monetário adicional, isto é, transformada em capital produtivo adicional, apenas (1.000*v* + 500*m*) I são gastos como renda. Assim, apenas 1.500 figuram aqui como grandeza normal de II*c*. Não precisamos continuar a investigar o intercâmbio entre 1.500 I(*v* + *m*) e 1.500 II*c*, porquanto já o expusemos como processo da reprodução simples; tampouco entram em consideração os 4.000 I*c*, uma vez que também já elucidamos – como processo da reprodução simples – seu reordenamento para a reprodução que se reinicia (e que, desta feita, efetua-se em escala ampliada).

A única coisa que resta aqui por investigar é, pois, 500 I*m* e (376*v* + 376*m*) II, na medida em que se levam em consideração, por um lado, as proporções internas tanto de I como de II e, por outro, o movimento entre ambos. Como se pressupõe que em II também se deve acumular a metade do mais-valor, aqui é preciso transformar 188 em capital, dos quais ¼ em

capital variável = 47, ou, para arredondar o número, 48; restam 140 a serem transformadas em capital constante[n].

Deparamo-nos aqui com um novo problema, cuja simples existência tem de parecer estranha à concepção corrente, segundo a qual as mercadorias de um tipo costumam intercambiar-se por mercadorias de outro tipo, *ditto* [ou seja], mercadorias por dinheiro, e este dinheiro, por sua vez, por mercadoria de outro tipo. Os 140 II*m* só podem se transformar em capital produtivo ao serem repostas por uma parte das mercadorias I*m* de mesmo valor. É evidente que a parte de I*m* que se deve intercambiar por II*m* tem de ser composta de meios de produção aptos ou a ingressar tanto na produção de I como na de II, ou exclusivamente na de II. Essa reposição só pode ocorrer mediante uma compra unilateral efetuada por II, já que todo o mais-produto 500 I*m*, que ainda resta por examinar, deve servir para a acumulação no interior de I, isto é, não pode ser intercambiado por mercadorias II, ou ainda, em outras palavras, não pode ser simultaneamente acumulado e consumido por I. II tem, portanto, de comprar 140 I*m* com dinheiro vivo, sem que esse dinheiro reflua para suas mãos mediante a venda subsequente de sua mercadoria a I. E esse é precisamente um processo que se repete constantemente, a cada nova produção anual, na medida em que esta é uma reprodução em escala ampliada. De onde brota, em II, a fonte para isso?

Em contrapartida, II parece ser um campo absolutamente infértil para a formação de novo capital monetário, formação que, com efeito, apresenta-se inicialmente como simples entesouramento e que acompanha a acumulação efetiva e, na produção capitalista, a condiciona.

Temos, de início, 376 II*v*; por meio da compra de mercadorias II, o capital monetário de 376, adiantado em força de trabalho, retorna constantemente em forma-dinheiro às mãos do capitalista II, como capital variável. Esse constante e reiterado movimento de afastamento e retorno em relação ao ponto de partida – o bolso do capitalista – não aumenta de modo algum o dinheiro que circula nesse ciclo. Tal movimento não constitui, pois, uma fonte de acumulação monetária; não se pode retirar esse dinheiro dessa circulação para entesourá-lo, formando com ele um novo capital monetário

virtual.

Mas alto lá! Não haverá aqui uma maneira de obter um lucrozinho?

Não podemos nos esquecer de que a classe II tem sobre a classe I a vantagem de que os trabalhadores por ela empregados se veem obrigados a comprar-lhes as mercadorias que eles mesmos produziram. A classe II é compradora da força de trabalho e, ao mesmo tempo, vendedora de mercadorias aos possuidores da força de trabalho por ela empregada. A classe II pode, portanto:

1) Arrochar simplesmente o salário abaixo de sua média normal (o que também podem fazer os capitalistas da classe I). Com isso, libera-se uma parte do dinheiro – que funciona como forma-dinheiro do capital variável – e esta, ao repetir-se várias vezes o mesmo processo, pode constituir uma fonte normal de entesouramento e, assim, também de capital monetário adicional virtual na classe II. Evidentemente, não nos referimos aqui ao lucro fraudulento ocasional, pois nos interessa apenas a formação normal de capital. Mas não podemos esquecer que o salário normal efetivamente pago (que *ceteris paribus* [mantendo-se iguais as demais circunstâncias] determina a grandeza do capital variável) não é de modo algum pago para agradar aos capitalistas, mas deve ser pago sob dadas condições. Com isso, fica descartado esse modo de explicação. Se pressupomos que o capital variável a ser gasto pela classe II é 376*v*, não nos é permitido, para explicar um novo problema que se nos apresenta, introduzir de repente a hipótese de que essa classe adianta, por exemplo, 350*v*, e não 376*v*.

Por outro lado, como já foi dito, a classe II, considerada como totalidade, apresenta sobre a classe I a vantagem de ser simultaneamente compradora da força de trabalho e revendedora de sua mercadoria a seus próprios trabalhadores. E em todos os países industriais, por exemplo, na Inglaterra e nos Estados Unidos[o], encontram-se os dados mais palpáveis acerca de como se pode explorar esse fato, de como o salário normal pode ser nominalmente pago, quando, na verdade, uma parte dele é novamente subtraída, quer dizer, furtada sem a contrapartida de seu equivalente; de como essa operação pode ser realizada, em parte, por meio do *truck system*[p], em parte, por meio da falsificação[q] (talvez de um modo não

detectável pela lei) do meio circulante. (Neste ponto, desenvolver um pouco a questão com ajuda de alguns exemplos pertinentes.) É essa a mesma operação efetuada no caso I, aqui apenas disfarçada, executada por um desvio. Por isso, temos aqui de rejeitá-la, tal como o fizemos com aquela. Trata-se, neste caso, do salário pago efetivamente, e não nominalmente.

Vemos que, na análise objetiva do mecanismo capitalista, certos estigmas que se ligam a ele com extraordinária tenacidade não podem nos servir de subterfúgio para eliminar dificuldades teóricas. Mas é estranho ver a grande maioria de meus críticos burgueses clamar indignada que no Livro I de *O capital*, por exemplo, ao partir do pressuposto de que o capitalista paga o valor real da força de trabalho – o que, em grande parte, ele não faz – eu teria cometido uma injustiça para com esse mesmo capitalista! (Aqui, para exercitar um pouco da magnanimidade a mim atribuída, posso citar a Schäffle.)[r]

Com 376 II*v*, pois, não podemos nos aproximar minimamente do objetivo mencionado.

Mas os 376 II*m* parecem estar numa situação ainda pior. Aqui confrontam-se apenas capitalistas da mesma classe, que vendem e compram uns dos outros os meios de consumo por eles produzidos. O dinheiro necessário para esse intercâmbio funciona somente como meio de circulação e, em caso de circulação normal, tem de refluir para os participantes na mesma quantidade em que estes o adiantaram à circulação, na qual ele realizará sempre o mesmo percurso.

A retirada desse dinheiro da circulação para formar capital monetário adicional virtual só parece possível de duas maneiras. Ou uma parte dos capitalistas II frauda a outra e pratica, desse modo, o roubo do dinheiro. Como sabemos, a formação de novo capital monetário não requer nenhuma ampliação provisória do meio circulante; é preciso apenas que, em certos pontos da circulação, o dinheiro seja retirado desta última e estocado como tesouro. Mas em nada mudariam as coisas se esse dinheiro fosse roubado, de modo que a formação de capital monetário adicional por uma parte dos capitalistas II acarretasse uma perda positiva de dinheiro de outra parte

desses capitalistas. **A parte fraudada dos capitalistas II teria de viver menos folgada, mas isso seria tudo.**

**Ou, então, uma parte de II*m*, representada em meios de subsistência, transforma-se diretamente em novo capital variável no interior do setor II. Como isso ocorre é algo que investigaremos no fim desse capítulo (no subitem 4).**

## 1) Primeiro exemplo[s]

*A) Esquema da reprodução simples*

$$\left.\begin{array}{l} \text{I. } 4.000c + 1.000v + 1.000m = 6.000 \\ \\ \text{II. } 2.000c + 500v + 500m = 3.000 \end{array}\right\} \text{Total} = 9.000$$

*B) Esquema inicial para a acumulação em escala ampliada*

$$\left.\begin{array}{l} \text{I. } 4.000c + 1.000v + 1.000m = 6.000 \\ \\ \text{II. } 1.500c + 750v + 750m = 3.000 \end{array}\right\} \text{Total} = 9.000$$

Se supusermos que no esquema B se acumula a metade do mais-valor de I, ou seja, 500, obteremos primeiro (1.000*v* + 500*m*) I, ou 1.500 I(*v* + *m*) a ser reposto por 1.500 II*c*; resta, então, em I: 4.000*c* + 500*m*, sendo esta última a soma que deve ser acumulada. A reposição de (1.000*v* + 500*m*) I por 1.500 II*c* é um processo de reprodução simples, que já analisamos anteriormente.

Suponhamos que dos 500 I*m* seja necessário transformar 400 em capital constante e 100 em capital variável. Já expusemos o intercâmbio, no interior de I, dos 400*m* que devem ser capitalizados dessa maneira; eles podem, portanto, ser prontamente anexados a I*c*, e assim obteremos para I:

4.400*c* + 1.000*v* + 100*m* (devendo estes últimos ser convertidos em 100*m*).

Por sua vez, II compra de I, com vistas à acumulação, os 100 I*m* (existentes em meios de produção), que passam então a constituir o capital constante adicional de II, enquanto os 100 em dinheiro que ele paga por elas são convertidas em forma-dinheiro do capital variável adicional de I. Temos, então, para I, um capital de 4.400*c* + 1.100*v* (estes últimos em dinheiro) = 5.500.

II tem, agora, 1600*c* para seu capital constante; para que ele possa trabalhá-los, é necessária uma adição de 50*v* em dinheiro para a compra de nova força de trabalho, de modo que seu capital variável aumenta de 750 para 800. **Essa ampliação dos capitais constante e variável de II num total de 150 se efetua à custa de seu mais-valor; dos 750 II*m* restam, pois, apenas 600*m* como fundo de consumo dos capitalistas II, cujo produto anual se distribui agora da seguinte maneira:**

II) 1.600*c* + 800*v* + 600*m* (fundo de consumo) = 3.000

**Os 150*m* produzidas em meios de consumo, que aqui se convertem em (100*c* + 50*v*) II, ingressam por inteiro, sob sua forma natural, no consumo dos trabalhadores: 100 são consumidos pelos trabalhadores I (100 I*v*), e 50 pelos trabalhadores II (50 II *v*), como exposto anteriormente.** Na realidade, em II, no qual seu produto total é elaborado numa forma necessária à acumulação, é preciso que uma parte do mais-valor aumentada em 150 seja reproduzida na forma de meios de consumo *necessários*. Se a reprodução tem início efetivamente em escala ampliada, os 100 de capital monetário variável de I refluem para II, por intermédio da classe trabalhadora de I; II, em contrapartida, transfere 100*m* em estoque de mercadorias a I e, ao mesmo tempo, 50 em estoque de mercadorias a sua própria classe trabalhadora.

O arranjo modificado com vistas à acumulação apresenta-se agora como segue:

**I. 4.400*c* + 1.100*v* + 500 (fundo de consumo) = 6.000**

**II. 1.600*c* + 800*v* + 600 (fundo de consumo) = 3.000**

**Total = 9.000, como acima.**

**Dessa soma, constituem capital:**

$$\left.\begin{array}{l} \text{I. } 4.400c + 1.100v \text{ (dinheiro)} = 5.500 \\ \text{II. } 1600c + 800v \text{ (dinheiro)} = 2.400 \end{array}\right\} = 7.900$$

ao passo que a produção começou com:

$$\left.\begin{array}{l} \text{I. } 4.000c + 1.000v = 5.000 \\ \text{II. } 1.500c + 750v = 2.250 \end{array}\right\} = 7.250$$

Ora, se a acumulação real se opera sobre essa base, isto é, se se produz realmente com esse capital acrescentado, obtemos, ao término do ano seguinte:

$$\left.\begin{array}{l} \text{I. } 4.400c + 1.100v + 1.100m = 6.600 \\ \text{II. } 1.600c + 800v + 800m = 3.200 \end{array}\right\} = 9.800$$

Suponhamos que em I o processo de acumulação continue na mesma proporção, ou seja, 550*m* gastos como renda, 550*m* acumulados. Inicialmente, então, 1.100 I*v* são repostos por 1.100 I*c*[t]; além disso, é preciso realizar outros 550 I*m* num importe igual de mercadorias II; ou seja, no total, 1.650 I(*v* + *m*). Mas o capital constante de II a ser reposto é apenas = 1.600, de modo que os 50 restantes têm de ser completados tomando-os de 800 II*m*. Se aqui desconsiderarmos, inicialmente, o dinheiro, teremos como resultado dessa transação:

I. 4.400*c* + 550*m* (que devem ser capitalizados); além disso, em fundo de consumo dos capitalistas e trabalhadores, 1.650(*v* + *m*), realizados em mercadorias II*c*.

II. 1.650*c* (50 foram, de fato, agregados tomando-os de II*m*, como

dissemos anteriormente) + $800v$ + $750m$ (fundo de consumo dos capitalistas).

Mas se em II se conserva a antiga proporção entre *v* e *c*, para $50c$ é preciso desembolsar outros $25v$, que devem ser tomados de $750m$; obtemos, assim:

II. $1.650c + 825v + 725m$.

Em I é preciso capitalizar $550m$; se a proporção anterior é mantida, 440 formam capital constante e 110, capital variável. Esses 110 devem ser extraídos, por sua vez, de 725 II*m*, o que significa que meios de consumo no valor de 110 são consumidos pelos trabalhadores I, e não pelos capitalistas II, e que estes são forçados a capitalizar esses $110m$ que não podem consumir. Com isso, dos 725 II*m* sobram 615 II*m*. Mas se II transforma assim esses 110 em capital constante adicional, ele necessita de um novo capital variável adicional de 55, que, uma vez mais, tem de ser extraído de seu mais-valor; descontando-se essa soma de 615 II*m*, restam 560 para o consumo dos capitalistas II, com o que obtemos, então, depois de consumadas todas as transferências efetivas e potenciais, o valor de capital:

$$\begin{array}{ll} \text{I. } (4.400c + 440c) + (1.100v + 110v) = 4.840c + 1.210v & = 6.050 \\ \text{II. } (1.600c + 50c + 110c) + (800v + 25v + 55v) = 1.760c + 880v & = 2.640 \\ \hline & \text{[Total =] } 8.690. \end{array}$$

Se as coisas transcorrem de maneira normal, a acumulação em II terá de se efetuar mais rapidamente que em I, porque, do contrário, a parte de $I(v + m)$ a ser convertida em mercadorias II*c* crescerá com mais rapidez que II*c*, a única pela qual ela se pode intercambiar.

Se a reprodução continua a se efetuar sobre essa base, e as demais circunstâncias se mantêm inalteradas, obtemos no fim do ano seguinte:

$$\left.\begin{array}{l} \text{I. } 4.840c + 1.210v + 1.210m = 7.260 \\ \\ \text{II. } 1.760c + 880v + 880m = 3.520 \end{array}\right\} = 10.780$$

Permanecendo constante a taxa de distribuição, há inicialmente para ser gasto como renda de I: 1.210$v$ e a metade de $m$ = 605; no total = 1.815. Esse fundo de consumo, por sua vez, é 55 maior que II$c$. Os 55 têm de ser descontados de 880II$m$[u], restando então 825. 55 II$m$, convertidos em II$c$, pressupõem uma nova subtração de II$m$ para o capital variável correspondente = 27½; restam para consumir, 797½ II$m$.

Para capitalizar em I há agora 605$m$; dessa soma, 484 são de capital constante, 121 de variável; as últimas devem ser deduzidas de II$m$, que são, agora = 797½, restando 676½ II$m$. II transforma, assim, outros 121 em capital constante e, para isso, precisa de mais um capital variável de 60½, que também é extraído de 676½; restam 616 para consumir.

Temos, pois, em capital:

I. constante 4.840 + 484 = 5.324
Variável 1.210 + 121 = 1.331

II. constante 1.760 + 55 + 121 = 1.936
Variável 880 + 27½ + 60½ = 968

no total:

$$\left.\begin{array}{l} \text{I. } 5.324c + 1.331v = 6.655 \\ \\ \text{II. } 1.936c + 968v = 2.904 \end{array}\right\} = 9.559$$

e, ao final do ano, em produto:

$$\left.\begin{array}{l} \text{I. } 5.324c + 1.331v + 1.331m = 7.986 \\ \\ \text{II. } 1.936c + 968v + 968m = 3.872 \end{array}\right\} = 11.858$$

[v]Repetindo o mesmo cálculo e arredondando as frações, obtemos, ao término do ano seguinte, um produto de:

$$\left.\begin{array}{l}\text{I. } 5.856c + 1.464v + 1.464m = 8.784 \\ \text{II. } 2.129c + 1.065v + 1.065m = 4.249\text{[w]}\end{array}\right\} = 13.033\text{[x]}$$

E, ao final do ano seguinte:

$$\left.\begin{array}{l}\text{I. } 6.442c + 1.610v + 1.610m = 9.662 \\ \text{II. } 2.342c + 1.172v + 1.172m = 4.686\end{array}\right\} = 14.348$$

No transcurso de uma reprodução quatrienal em escala ampliada, o capital total de I e II aumentou de 5.400*c*[y] + 1.750*v*[z] = 7.150 para 8.784*c* + 2.782*v* = 11.566, ou seja, numa proporção de 100:160. O mais-valor total, que originalmente era de 1.750, é agora de 2.782. O mais-valor consumido era inicialmente de 500 para I e de 535[aa] para II, no total = 1.035[ab] no total; no último ano, ele foi de 732 para I e de 958 para II, no total = 1.690. Aumentou, pois, na proporção de 100:163[ac].

## 2) Segundo exemplo[ad]

Tomemos agora o produto anual de 9.000, que, em sua totalidade, como capital-mercadoria, encontra-se em mãos da classe dos capitalistas industriais, sob uma forma na qual a proporção média geral entre o capital variável e o constante é de 1:5. Isso pressupõe um desenvolvimento já considerável da produção capitalista e, por conseguinte, da força produtiva do trabalho social; uma ampliação prévia e significativa da escala de produção; por fim, o desenvolvimento de todas as circunstâncias que produzem uma superpopulação relativa na classe trabalhadora. **O produto anual se distribuirá então – arredondando-se as frações – da seguinte maneira:**

I. 5.000*c* + 1.000*v* + 1.000*m* = 7.000

= 9.000

II. 1.430*c* + 285*v* + 285*m* = 2.000 }

Suponhamos agora que a classe capitalista I consuma a metade do mais-valor = 500 e acumule a outra metade. Em tal caso, seria preciso intercambiar (1.000*v* + 500*m*) I = 1.500 por 1.500 II*c*. Como aqui II*c* é apenas = 1.430, é preciso adicionar 70 do mais-valor; essa soma, subtraída das 285 II*m*, deixa um resto de 215 II*m*. Obtemos, portanto:

I. 5.000*c* + 500*m* (para capitalizar) + 1.500(*v* + *m*) no fundo de consumo dos capitalistas e trabalhadores.

II. 1.430*c* + 70*m* (para capitalizar) + 285*v* + 215*m*.

Como aqui 70 II*m* são diretamente anexados a II*c*, requer-se um capital variável de $^{70}/_{5}$ = 14 para pôr em movimento esse capital constante adicional; esses 14 são igualmente subtraídos dos 215 II*m*; restam 201 II*m*, e temos:

II. (1.430*c* + 70*c*) + (285*v* + 14*v*) + 201*m*.

O intercâmbio de 1.500 I(*v* + ½*m*) por 1.500 II*c* é um processo da acumulação[ae] simples, e não precisamos dizer mais nada sobre ele. Contudo, devemos aqui chamar a atenção para algumas peculiaridades resultantes do fato de que, na reprodução acumuladora, I(*v* + ½*m*) não se repõe apenas por II*c*, mas por II*c* acrescido de uma parte de II*m*.

Que, uma vez pressuposta a acumulação, I(*v* + *m*) é maior, e não igual a II*c*, como ocorria na reprodução simples, é algo evidente, pois: 1) se I incorpora uma parte de seu mais-produto ao seu próprio capital produtivo e transforma ⅚ daquele em capital constante, ele não pode repor ao mesmo tempo esses ⅚ por meios de consumo II; 2) de seu mais-produto, I tem de fornecer o material para o capital constante necessário à acumulação no interior de II, assim como II tem de fornecer a I o material para o capital variável que deve pôr em movimento a parte do mais-produto de I que este

último emprega como mais-capital [*Mehrkapital*] constante. Sabemos que o capital variável efetivo consiste de força de trabalho, o mesmo valendo, por conseguinte, para o capital variável adicional. Não é o capitalista I que, por exemplo, compra de II meios de subsistência em estoque ou os acumula para a força de trabalho adicional que ele precisa empregar, como tinha de fazer o escravista. São os próprios trabalhadores que negociam com II. Mas isso não impede que, do ponto de vista do capitalista, os meios de consumo da força de trabalho adicional sejam apenas meios de produção e de conservação de sua força de trabalho adicional eventual, ou seja, a forma natural de seu capital variável. Sua própria operação seguinte, no caso presente, a de I, consiste simplesmente em entesourar o novo capital monetário necessário à compra de força de trabalho adicional. Tão logo esta tenha sido incorporada, o dinheiro se converte em meio de compra de mercadorias II para essa força de trabalho, ou seja, deve encontrar já dados seus meios de consumo.

*En passant*. O senhor capitalista, tal como sua imprensa, mostra-se frequentemente insatisfeito com a maneira como a força de trabalho gasta seu dinheiro e com as mercadorias II nas quais ela mesma realiza esse dinheiro. Quando isso ocorre, ele filosofa, pedanteia e filantropiza [*philantropisiert*], como o faz, por exemplo, o senhor Drummond, secretário da embaixada inglesa em Washington: *The Nation* {um jornal} publicou no último outubro de 1879[af] um interessante artigo, no qual afirma, entre outras coisas:

> "No terreno da cultura, os trabalhadores não têm se mantido à altura do progresso que se registra nas invenções; eles ganharam acesso a uma massa de objetos dos quais não sabem a utilidade e para os quais não constituem, portanto, mercado algum." {É claro que todo capitalista deseja que o trabalhador compre sua mercadoria.} "Não há razão alguma para que o trabalhador não deseje para si as mesmas comodidades do clérigo, do advogado e do médico, que ganham o mesmo que ele." {De fato, advogados, clérigos e médicos desse tipo precisam se contentar com o mero desejo de muitas comodidades!} "Mas ele não as deseja. O problema continua a ser o de como elevá-lo como consumidor mediante um método racional e salutar; não é um problema fácil de resolver, já que toda sua ambição não vai além de uma redução de suas horas de trabalho, e o demagogo o incita a isso, muito mais do que a elevar sua condição mediante o aperfeiçoamento de suas aptidões intelectuais e morais." ("Reports of H. M.'s Secretaries of Embassy and Legation on the Manufactures, Commerce etc. of the Countries in which They Reside", Londres, 1879, p.

404)

Uma jornada prolongada de trabalho parece ser o segredo do método racional e salutar que elevará a condição do trabalhador, mediante o aperfeiçoamento de suas aptidões intelectuais e morais, fazendo dele um consumidor racional. Para se tornar um consumidor racional da mercadoria dos capitalistas, ele tem, antes de mais nada – mas o demagogo o impede! –, de deixar que sua própria força de trabalho seja consumida de modo irracional e insalubre pelo seu próprio capitalista. O que o capitalista entende por consumo racional se mostra claramente lá onde ele é tão transigente que pratica diretamente o comércio dos artigos a serem consumidos pelos seus trabalhadores: no *truck system*[ag], do qual o fornecimento de habitação – que faz com que o capitalista seja ao mesmo tempo o senhorio do trabalhador – é apenas um ramo entre muitos.

Esse mesmo Drummond, cuja bela alma é seduzida pelas tentativas de elevar a classe trabalhadora, apresenta-nos, nesse mesmo artigo, entre outras coisas, um relato sobre as exemplares fábricas algodoeiras de Lowell & Lawrence Mills[ah]. Os refeitórios e alojamentos para as moças trabalhadoras pertencem à sociedade por ações, que é proprietária da fábrica; as gerentes dessas casas se encontram a serviço dessa mesma companhia, que lhes prescreve seus regulamentos; nenhuma moça pode voltar para casa depois das dez horas da noite. Mas eis a pérola: uma polícia privada da companhia patrulha a área para impedir qualquer infração dessa disposição domiciliar. Depois das dez da noite, nenhuma moça pode sair nem entrar. A nenhuma das moças é permitido alojar-se fora do terreno pertencente à companhia, que cobra de cada casa um aluguel de cerca de 10 dólares por semana; e agora vejamos, em toda sua glória, o consumidor racional:

> "Mas como o onipresente piano se encontra em muitos dos melhores alojamentos para trabalhadoras, a música, o canto e a dança desempenham ali um importante papel, ao menos para aquelas que, depois de dez horas de trabalho incessante junto ao tear, têm mais necessidade de uma variação após a monotonia do que de um descanso efetivo." (p. 412)

Mas somente agora é revelado o principal segredo de como fazer do

trabalhador um consumidor racional. O senhor Drummond visita a fábrica de facas de Turner's Falls[ai] (Connecticut River), e o senhor Oakman, tesoureiro da sociedade por ações, tendo-lhe assegurado que a qualidade das facas norte-americanas é superior à das inglesas, prossegue: "Também nos preços bateremos a Inglaterra. Que já estamos à frente no que diz respeito à qualidade, é algo sabido; mas temos de vender a preços mais baixos, e o faremos quando obtivermos mais barato nosso aço e reduzirmos o preço de nosso trabalho!" (p. 427). Redução do salário e prolongamento da jornada de trabalho: esse é o cerne do método racional e salutar para elevar o trabalhador à dignidade de um consumidor racional, para que ele constitua um mercado para a massa de objetos que se lhes tornaram acessíveis graças à cultura e ao progresso das invenções.

* * *

Assim como I tem de fornecer o capital constante adicional de II retirando-o de seu mais-produto, II fornece a I, do mesmo modo, o capital variável adicional. No que diz respeito ao capital variável, II acumula para I e para si mesmo ao reproduzir em forma de meios de consumo necessários uma parte maior de sua produção total e, em particular, de seu mais-produto.

Na produção realizada sobre a base de um capital crescente, I($v$ + $m$) tem de ser = II$c$ acrescido da parte do mais-produto que foi reincorporada como capital, mais a porção adicional de capital constante necessária para ampliar a produção em II; e o mínimo dessa ampliação é aquele sem o qual a acumulação efetiva é inexequível, isto é, a expansão efetiva da produção no próprio I.

Se retornarmos agora ao último caso considerado anteriormente, veremos que ele tem a peculiaridade de que II$c$ é menor do que I($v$ + ½$m$), do que a parte do produto de I gasta como renda em meios de consumo, de modo que, para converter as 1.500 I($v$ + $m$) realiza-se imediatamente uma parte do mais-produto II = 70. No que concerne a II$c$ = 1.430, essa parte, mantendo-se inalteradas as demais circunstâncias, tem de ser reposta por uma mesma grandeza de valor – extraída de I($v$ + $m$) – para que a

reprodução simples possa ocorrer em II; por ora, não precisamos prosseguir com essa análise. Diferente é o que ocorre com os 70 II*m* complementares. O que para I é mera reposição de renda por meios de consumo, troca de mercadorias orientada unicamente ao consumo, não é aqui para II – como no interior da reprodução simples – mera reconversão de seu capital constante da forma de capital-mercadoria à sua forma natural, mas processo direto de acumulação, transformação de uma parte de seu mais-produto da forma de meios de consumo à forma de capital constante. Se com £70 em dinheiro (reserva monetária para a conversão de mais-valor) I compra os 70 II*m*, e II, em vez de comprar 70 I*m*, acumula as £70 como capital monetário, este continua a ser expressão de produto adicional (precisamente do mais-produto de II, do qual é uma parte alíquota), ainda que não de um produto que reingressa na produção; mas então essa acumulação de dinheiro em II seria, ao mesmo tempo, a expressão em meios de produção de 70 I*m* que não podem ser vendidos. Haveria, assim, uma superprodução relativa em I, correspondente a essa não ampliação simultânea da reprodução em II.

Deixando isso de lado, porém, constata-se: durante o período em que os 70 em dinheiro provenientes de I ainda não retornaram a este último, ou só o fizeram em parte, mediante a compra de 70 I*m* realizados por II, figuram 70 em dinheiro – total ou parcialmente – como capital monetário virtual adicional nas mãos de II. Isso vale para todo o intercâmbio entre I e II, até que a reposição recíproca das mercadorias de ambos os lados tenha operado o refluxo do dinheiro a seu ponto de partida. Mas aqui, no transcurso normal das coisas, o dinheiro figura nesse papel apenas de modo transitório. Já no sistema de crédito, em que toda soma de dinheiro adicional momentaneamente liberada deve funcionar de forma ativa e imediata como capital monetário adicional, esse capital monetário, livre apenas momentaneamente, pode ser investido e servir, por exemplo, em novas empresas em I, ao mesmo tempo que teria de fazer circular o produto adicional que ainda se encontra imobilizado em outras empresas. Além disso, é preciso observar que a anexação de 70 I*m* ao capital constante II requer ao mesmo tempo a ampliação do capital variável II por um importe

de 14. Isso pressupõe – de modo semelhante ao que ocorria em I, com a incorporação direta de mais-produto I*m* ao capital I*c* – que a reprodução em II já se efetua com a tendência a uma capitalização ulterior; que, portanto, tal reprodução implica a ampliação da parte do mais-produto composta de meios de subsistência.

* * *

Se 500 I*m* devem ser capitalizados, o produto de 9.000 no segundo exemplo tem, como vimos, de ser distribuído da seguinte maneira, com vistas à reprodução (nesse caso, levamos em consideração apenas as mercadorias, e desconsideramos a circulação monetária):

I. 5.000*c* + 500*m* (para capitalizar) + 1.500(*v* + *m*) (fundo de consumo) = 7.000 em mercadorias.

II. 1.500*c* + 299*v* + 201*m* = 2.000 em mercadorias. Soma total = 9.000 em produto-mercadoria.

**A capitalização se realiza agora da seguinte maneira:**

**Em I, os 500*m* que são capitalizados se distribuem em ⅚ = 417*c* + ⅙ = 83*v*. Os 83*v* retiram de II*m* um importe igual de dinheiro, com o qual se compram elementos do capital constante e, portanto, incorpora-se em II*c*. Um aumento de II*c* em 83 condiciona um aumento de II*v* em ⅕ de 83 = 17.** Após a transação, temos:

I. (5.000*c* + 417*m*)*c* + (1.000*v* + 83*m*)*v* = 5.417*c* + 1.083*v* = 6.500
II. (1.500*c* + 83*m*)*c* + (299*v* + 17*m*)*v* = 1.583*c* + 316*v* = 1.899

[Total =] 8.399

O capital em I aumentou de 6.000 para 6.500, ou seja, em $^1/_{12}$. Em II, de 1.715 para 1.899, ou seja, quase $^1/_9$.

A reprodução sobre essa base apresenta, ao término do segundo ano, o seguinte resultado em capital:

I. (5.417*c* + 452*m*)*c* + (1.083*v* + 90*m*)*v* = 5.869*c* + 1.173*v* = 7.042

II. (1.583*c* + 42*m* + 90 *m*)*c* + (316*v* + 8*m* + 18*m*)*v* = 1.715*c* + 342*v* = 2.057

e, no fim do terceiro ano, em produto:

I. 5.869*c* + 1.173*v* + 1.173*m*

II. 1.715*c* + 342*v* + 342*m*

Se aqui I acumula, como até o momento, a metade do mais-valor, então o resultado de I(*v* + ½*m*) será 1.173*v* + 587(½*m*) = 1.760, isto é, uma soma maior que o total das 1.715 II*c*, mais precisamente, maior em 45. Estas, por sua vez, têm de ser compensadas mediante a transferência a II*c* de um importe igual em meios de produção. II*c* cresce, pois, em 45, o que provoca um incremento de ⅕ = 9 em II*v*. Além disso, os 587 I*m* capitalizados se dividem em ⅚ e ⅙, ou seja, em 489*c* e 98*v*; estes 98 provocam em II um novo incremento de capital constante de 98, e esta última soma, por sua vez, provoca um aumento do capital variável de II em ⅕ = 20. Temos, então:

| | |
|---|---|
| I. (5.869*c* + 489*m*)*c* + (1.173*v* + 98*m*)*m* = 6.358*c* + 1.271*v* | = 7.629 |
| II. (1.715*c* + 45*m* + 98*m*)*c* + (342*v* + 9*m* + 20*m*)*v* = 1.858*c* + 371*v* | = 2.229 |
| | Capital total = 9.858 |

**Em três anos de reprodução crescente, pois, o capital total de I aumentou de 6.000 para 7.629; o de II, de 1.715 para 2.229; o capital social total, de 7.715 para 9.858.**

## 3) Conversão de II*c* na acumulação[aj]

No intercâmbio de I(*v* + *m*) com II*c* se apresentam, portanto, casos distintos.

Na reprodução simples, ambos devem ser iguais e repor-se mutuamente, já que, do contrário, como vimos, a reprodução simples não pode transcorrer sem perturbações.

Na acumulação, devemos examinar, antes de tudo, sua taxa. Nos casos

anteriores, estipulamos que a taxa da acumulação em I era de $\frac{1}{2}m$ I e, igualmente, que se mantinha constante em distintos anos. Só fizemos variar a proporção em que esse capital acumulado se divide em variável e constante. Disso resultaram três casos:

1) $I(v + \frac{1}{2}m) = IIc$, que, portanto, é menor que $I(v + m)$. Isso deve ser sempre assim, pois do contrário I não poderia acumular.

2) $I(v + \frac{1}{2}m)$ é maior que $IIc$. Nesse caso, a reposição se opera mediante a adição a $IIc$ de uma parte correspondente de $IIm$, de modo que essa soma é $= I(v + \frac{1}{2}m)$. Aqui, para II o intercâmbio não é uma reprodução simples de seu capital constante, mas é já acumulação, incremento desse capital com a parte de seu mais-produto que II troca por meios de produção I; esse aumento implica, ao mesmo tempo, que II aumenta, além disso, seu capital variável, subtraindo de seu próprio mais-produto.

3) $I(v + \frac{1}{2}m)$ é menor que $IIc$. Nesse caso, II não reproduziu integralmente seu capital constante por meio do intercâmbio e, portanto, tem de repor o déficit comprando de I. Mas isso não exige nenhuma acumulação ulterior de capital variável II, já que, mediante essa única operação, seu capital constante, no que diz respeito à grandeza, reproduziu-se completamente. Por outro lado, graças a esse intercâmbio, a parte dos capitalistas de I que só acumula capital monetário adicional realiza já uma parte desse tipo de acumulação.

O pressuposto da reprodução simples, de que $I(v + m)$ é $= IIc$, não só é incompatível com a produção capitalista – o que, de resto, não exclui que, no ciclo industrial de dez a onze anos, um desses anos registre frequentemente uma produção total menor que a do precedente, ou seja, que não se realize nem sequer uma reprodução simples em relação ao ano anterior – como, além disso, em razão do crescimento anual natural da população, a reprodução simples só poderia ter lugar se dos 1.500 que representam o mais-valor total se alimentasse um número proporcionalmente maior de servidores improdutivos. Do contrário, a acumulação de capital, ou seja, a verdadeira produção capitalista, seria impossível. A realidade da acumulação capitalista exclui, assim, que $IIc$ seja $= I(v + m)$. No entanto, mesmo na acumulação capitalista poderia

ocorrer que, em consequência dos processos de acumulação realizados na série anterior de processos de produção, II*c* fosse não só igual, mas inclusive maior que I(*v* + *m*). Isso significaria uma superprodução em II, que só poderia ser compensada por uma grande quebra [*Krach*][ak], em consequência da qual fosse transferido capital de II para I. Do mesmo modo, em nada modifica a relação entre I(*v* + *m*) e II*c* o fato de que uma parte do capital constante de II reproduz a si mesma, como, por exemplo, na agricultura, com o emprego de sementes que se autoproduzem. Essa parte de II*c*, no que concerne ao intercâmbio entre I e II, entra tão pouco em consideração quanto I*c*. Tampouco altera a questão o fato que uma parte dos produtos de II possa, de sua parte, ingressar em I como meios de produção. **Estes são cobertos por uma parte dos meios de produção fornecidos por I, e essa parte deve ser, desde o início, deduzida de ambos os lados, se queremos investigar de forma pura e distinta o intercâmbio entre as duas grandes classes da produção social, os produtores de meios de produção e os produtores de meios de consumo.**

Na produção capitalista, portanto, I(*v* + *m*) não pode ser igual a II*c*, ou seja, ambos podem não se compensar reciprocamente no intercâmbio. Ao contrário, se I$^{m}/_{x}$ é a parte de I*m* gasta como renda pelos capitalistas I, I(*v* +$^{m}/_{x}$) pode ser igual, maior ou menor que II*c*; porém, I(*v* + $^{m}/_{x}$) tem de ser menor que II(*c* + *m*), e precisamente menor que a parte II*m* que a própria classe capitalista II tem de consumir de uma forma ou de outra.

Devemos observar que nessa exposição da acumulação não se apresenta com exatidão o valor do capital constante, na medida em que este constitui uma parcela de valor do capital-mercadoria, em cuja produção ele colabora. A parte fixa do novo capital constante acumulado só ingressa no capital-mercadoria de modo gradual e periódico, conforme a natureza distinta desses elementos fixos; portanto, em que as matérias-primas e os produtos semielaborados etc. entram massivamente na produção de mercadorias, tal capital-mercadoria consiste, em sua maior parte, de produtos que substituem os componentes constantes circulantes e o capital variável. (Devido à rotação dos componentes circulantes, pode-se, no entanto, adotar esse procedimento; com isso, pressupõe-se que no decorrer

do ano a parte circulante, juntamente à parcela de valor do capital fixo que lhe foi cedida, efetua rotações com frequência suficiente para que a soma total das mercadorias fornecidas iguale o valor de todo o capital que ingressa na produção anual.) Mas onde na indústria mecanizada entram apenas materiais auxiliares, e não matéria-prima, o elemento de trabalho = *v* tem de reaparecer no capital-mercadoria como o componente maior. Enquanto na taxa de lucro o mais-valor é calculado sobre o capital total, independentemente de os componentes fixos transferirem periodicamente muito ou pouco valor ao produto, no cálculo do valor de todo capital-mercadoria só deve ser incluída a parte fixa do capital constante na medida em que, de acordo com uma média, ela transfere valor ao produto em razão do desgaste.

## 4) Adendo[al]

Para II, a fonte originária de dinheiro é $v + m$ da produção de ouro I, intercambiados por uma parte de II*c*; esse $v + m$ só deixa de ingressar em II na medida em que o produtor de ouro estoca mais-valor ou o converte em meios de produção I, ou seja, expande sua produção; por outro lado, na medida em que a acumulação de dinheiro pelo próprio produtor de ouro conduz, por fim, à reprodução ampliada, uma parte do mais-valor da produção de ouro que não foi gasta como renda ingressa em II como capital variável adicional do produtor de ouro, efetua ali um novo entesouramento ou fornece novos meios para comprar de I, sem que, por sua vez, precise vender-lhe diretamente. Do dinheiro proveniente desse I($v + m$) da produção de ouro se deduz a porção desse metal requerida como matéria-prima etc. por certos ramos da produção em II, em suma, como elemento para a reposição de seu capital constante. Um elemento para o entesouramento transitório – com vistas à futura reprodução ampliada – existe no intercâmbio entre I e II: para I, apenas se uma parte de I*m* é vendida a II unilateralmente, sem a contrapartida de uma compra, e serve aqui como capital constante adicional II; para II, quando o mesmo ocorre com I no que diz respeito ao capital variável adicional ou, ainda, quando uma parte do mais-valor gasto por I como renda não é coberta por II*c* e, por

conseguinte, uma parte de II*m* é comprada e, mediante essa compra, transformada em dinheiro. Se I ($v$ + $^{m}/_{x}$) é maior que II*c*, este não necessita, para sua reprodução simples, repor com mercadorias de I o que I consumiu de II*m*. Cabe perguntar em que medida, no âmbito do intercâmbio dos capitalistas II entre si – o qual só pode consistir no intercâmbio recíproco de II*m* – pode ter lugar um entesouramento. Sabemos que no interior de II ocorre uma acumulação direta pelo fato de que uma parte de II*m* é diretamente transformada em capital variável (assim como, em I, uma parte de I*m* é diretamente convertida em capital constante). De acordo com os distintos graus de antiguidade da acumulação no interior dos diversos ramos de negócio de II, e no interior de cada ramo industrial no que diz respeito aos capitalistas individuais, a questão se explica, *mutatis mutandis*, exatamente do mesmo modo como em I. Uns se encontram ainda na fase do entesouramento, vendem sem comprar, ao passo que outros atingiram o ponto da ampliação efetiva da reprodução – e compram sem vender. É verdade que o capital monetário variável adicional é inicialmente desembolsado em força de trabalho adicional, mas esta compra meios de subsistência daqueles entesouradores, que detêm os meios de consumo adicionais que entram no consumo do trabalhador. Desses entesouradores, o dinheiro – *pro rata* a seu entesouramento – não retorna a seu ponto de partida. Eles o acumulam.

---

[1] Daqui até o fim, manuscrito VIII. (F. E.)

[a] No manuscrito VIII (p. 46), esta seção intitula-se: “Antecipação. II) Acumulação ou produção em escala ampliada”. (N. T.)

[b] Na segunda edição: “produto monetário”. (N. E. A.)

[c] Os dois títulos foram acrescentados por Engels. (N. E. A.)

[d] Algo cuja realização se encontra no futuro remoto, ou que se apresenta como utópico no presente. O conceito surgiu em 1850, em referência ao escrito de Richard Wagner, *Das Kunstwerk der Zukunft* [A obra de arte do futuro] (Leipzig, [O. Wigan,] 1850). Nessa obra, sob a influência de ideias semelhantes veiculadas no período do *Vormärz*, Wagner concebeu um tipo de drama musical que deveria reunir todas as artes. A esse novo tipo de drama musical foi atribuído, então, o conceito – à época utilizado em sentido polêmico – de “música do futuro”. Em 1861, Wagner publicou seu escrito *Zukunftsmusik. An einen französischen Freund als Vorwort zu einer Prosa-Übersetzung seiner Operndichtungen* [Música do futuro. A um amigo francês, como prefácio a uma tradução em prosa

de seus poemas operísticos] (Leipzig). Na época em que trabalhava na redação do Livro II, Marx manifestou-se várias vezes sobre Wagner e a "música do futuro". Em 19 de agosto de 1876, em Karlsbad, ele escreveu a Engels, depois de Petr Lavrovich Lavrov ter lhe enviado um artigo sobre as funções do Estado no futuro: "Tudo agora é futuro, desde o estrondo da música do futuro em Bayreuth". Pouco depois, no fim de agosto ou início de setembro de 1876, ele escreveu numa carta à sua filha Jenny Longuet: "Por toda parte sou torturado com a pergunta: 'O que o senhor pensa de Wagner?'". Engels, que a essa época elaborava e começava a publicar seus artigos filosóficos contra Eugen Dühring, compartilhava da postura cética de Marx em relação a Wagner. A 9 de fevereiro de 1877, no *Vorwärts*, ele traçou paralelos entre Wagner e as "composições" literárias de Dühring: "Dada a excelência dessas composições, podemos fazer votos de que o senhor Dühring ocupe um lugar digno ao lado do criador do anel dos nibelungos não apenas em sua ilustre autoadmiração, mas também em sua qualidade como compositor do futuro" (*Herrn Eugen Dühring's Umwälzung der Wissenschaft…*, em MEGA-2 I/27, [Berlim, Dietz, 1988,] p. 278). (N. E. A.)

[e] Marx joga aqui com os dois sentidos do verbo "*wuchern*": crescer, multiplicar-se, e agiotar, usurar. (N. T.)

[f] No manuscrito VIII, Marx empregou o termo "*freetrade economy*". No rascunho para o Livro III, encontra-se o conceito "*freetraders*". (N. E. A.)

[g] Cf. p. 568-9. (N. T.)

[h] Na versão final para a impressão, lê-se: "pressupostos necessários da reprodução". (N. T.)

[i] Acréscimo de Engels. (N. E. A.)

[j] Na versão final para a impressão: "capital monetário". (N. T.)

[k] Acréscimo de Engels. (N. E. A.)

[l] Acréscimo de Engels. (N. E. A.)

[m] Acréscimo de Engels. (N. E. A.)

[2] Isso põe um ponto final, de uma vez por todas, à querela entre James Mill e Samuel Bailey sobre a acumulação do capital, querela esta que mencionamos no Livro I (cap. 22, 5, p. 634, nota 64 [na ed. bras., Livro I, p. 685, nota 64]. Referimo-nos à controvérsia acerca da possibilidade de expandir a ação do capital industrial sem alterar sua grandeza. Temos de retornar a esse ponto mais adiante. [K. M.]

[n] O correto seria: "das quais ⅕ em capital variável = 37,6". Como a composição do capital II é 4:1, a frase, com os números corrigidos, deveria ser modificada da seguinte forma: "aqui é preciso transformar 188 em capital, das quais ⅕ em capital variável = 37,6 ou, para arredondar os número, 38; restam 150 a serem transformados em capital constante". (N. E. A.)

[o] Um exemplo atual para uma forma do *truck system* (ver nota seguinte) nos Estados Unidos é mencionado por Marx mais adiante (cf. p. 625). Foi possivelmente para essa mesma finalidade que, a 19 de outubro de 1877, ele solicitou a Friedrich Adolph Sorge, correspondente do *Vorwärts* em Hoboken, o envio de uma publicação, em suas palavras, "um tipo de Livro Azul (não sei se oficial) sobre as condições dos mineiros na Pensilvânia, que se encontram sabidamente na dependência mais feudal possível de seus *moneylords* […]. É da mais alta importância para mim ter em mãos esse documento". Sorge enviou a Marx, em agosto de 1878, o "Annual Report of the Secretary of Internal Affairs of the Commonwealth of Pennsylvania", parte 3, v. 4, 1875-6, 1877 (cf. carta de Sorge a Marx, 17 de agosto de 1878, em MEGA-2 IV/32, [Berlim, Akademie, 1999,] n. 26). Já no Livro I de *O capital*, com base nos relatórios sanitários oficiais, Marx referira-se às formas dos sistemas de "*truck*" e de "*cottage*", especialmente àquelas empregadas nas minas inglesas (na ed. bras., Livro I, p. 249-50, nota 51, p. 540-1 e 739-40). Também Engels ocupou-se reiteradamente, nessa época, com o

*truck system*. Em sua série de artigos intitulada *Flüchtlingsliteratur* (publicada no jornal social-democrata *Volkstaat* em abril de 1875), forneceu exemplos da aplicação do *truck system* na Rússia (cf. MEGA-2 I/24, [Berlim, Dietz, 1984,] p. 416-9). Em junho de 1878, no âmbito de sua série de artigos *Anti-Dühring*, publicada no *Vorwärts*, Engels também mencionou o *truck system*, "bastante conhecido na Alemanha" (Friedrich Engels, *Herrn Eugen Dühring's Umwälzung der Wissenschaft…*, cit., p. 462). (N. E. A.)

[p] *Truck system* ("*truck*", derivada do francês "*troc*", escambo, troca imediata sem o uso de dinheiro) é como se denomina a prática de pagar os assalariados com produtos *in natura* em vez de com dinheiro. Trata-se frequentemente de meios de subsistência ou outros bens de necessidade diária. Como os próprios empresário no século XIX forneciam esses meios ou os comercializavam nas lojas da fábrica, havia inúmeros casos de abuso, combatidos pelo movimento operário e por muitos reformadores liberais. Na Inglaterra, já em 1831 foram obtidos os primeiros êxitos na introdução de uma proibição legal de tais práticas de remuneração, mas ainda se passariam muitas décadas até que o *truck system* fosse declarado ilegal e a remuneração em dinheiro estabelecida como norma legal. Alguns descontos do salário em produtos *in natura* ainda continuaram a ser permitidos – por exemplo no último *Truck Act* de 1896 –, mas sua participação no salário foi claramente limitada. À época em que Marx trabalhava nos manuscritos para o Livro II, o *truck system* ainda se encontrava amplamente difundido na Inglaterra. Portanto, a suposição de Marx de que todos os assalariados recebiam seu salário inteiramente em dinheiro, podendo dele dispor de modo autônomo, não era, àquela época, de modo algum a regra geral, mesmo no país central do capitalismo industrial desenvolvido [na ed. bras., Livro I, p. 249-50, nota 51]. (N. E. A.)

[q] É provável que Marx tivesse aqui a intenção de vincular este ponto às informações expostas no Livro I de *O capital*, em que, baseando-se nos relatórios sanitários oficiais, ele apresentara, em conexão com o *truck system*, casos de falsificações de pão numa grande parcela das padarias londrinas. Mesmo conscientes da baixa qualidade do pão, os trabalhadores se viam forçados, devido à longa demora até o pagamento de seus salários, a comprar a crédito esse pão – produzido especialmente para eles – e, assim, permanecer vinculados aos padeiros credores até o próximo pagamento do salário [na ed. bras., Livro I, p. 249-50]. Nos anos 1870, a imprensa diária informou constantemente sobre casos de falsificações de meios de subsistência e as respectivas reações das autoridades sanitárias e instâncias legislativas. Nas edições do jornal social-democrata *Vorwärts* dos anos 1877-1878, por exemplo, as falsificações de meios de subsistência foram reiteradamente denunciadas como uma moderna "forma de exploração" (cf., por exemplo, o artigo de Heinrich Vogel, "Die Verfälschung der Lebensmittel vor dem Reichstage", *Vorwärts*, n. 78, 5 jul. 1878, p. 1). (N. E. A.)

[r] Em *Kapitalismus und Sozialismus mit besonderer Rücksicht auf Geschäfts- und Vermögensformen* (Tubinga, [Laupp,] 1870), Albert Schäffle qualificou de "magnânima" a afirmação marxiana de que o capitalista paga a força de trabalho pelo seu valor (cf. *Randglossen zu A. Wagner*, em MEW, t. 19, p. 360). Como o leitor se lembrará (veja-se o prólogo de Engels a este volume), Rodbertus também acusou Schäffle de tê-lo copiado "sem mencionar meu nome". (N. E. A.)

[s] Acréscimo de Engels. (N. E. A.)

[t] No manuscrito final para a impressão, consta: "II*c*". (N. T.)

[u] No manuscrito final para a impressão, consta: "880*m*". (N. E. A.)

[v] Na passagem a seguir (e até o fim deste item), Engels resumiu um trecho do manuscrito VIII. O texto correspondente está reproduzido no Apêndice 13, p. 754-6. (N. T.)

[w] O correto seria: 13.043. (N. E. A.)

[x] O correto seria: 4.259. (N. E. A.)

[y] O correto seria: 5.500. (N. E. A.)

[z] O correto seria: 7.250. (N. E. A.)

[aa] O correto seria: 600. (N. E. A.)

[ab] O correto seria: 1.100. (N. E. A.)

[ac] O correto seria: 100:134. (N. E. A.)

[ad] Acréscimo de Engels. (N. E. A.)

[ae] O correto seria: “reprodução”. (N. E. A.)

[af] O correto seria: “1878”. (N. E. A.)

[ag] Ver nota **, na p. 616. (N. T.)

[ah] Francis Cabot Lowell, um comerciante de Boston, introduziu o tear mecânico na Nova Inglaterra e reuniu pela primeira vez sob um mesmo teto a fabricação de algodão e sua posterior elaboração. Além disso, ele arregimentou para o trabalho as filhas solteiras dos agricultores locais, criando assim um novo grupo de força de trabalho, que vivia em alojamentos operários. Para essa finalidade, fundou, em 1814, ao lado de Patrick T. Jackson e Nathan Appleton, uma sociedade por ações, a Boston Manufacturing Company, com sede em Waltham. Esses empresários, mais tarde também chamados de “*Boston Associates*”, construíram uma série de outras fábricas, sobretudo em Lowell e Lawrence, onde podiam utilizar a força hidráulica de grandes rios. Uma das novas empresas criadas foi a Lawrence Manufacturing Company, em 1831, dirigida pelos irmãos Amos e Abbott Lawrence. Uma grande parte do capital dessa empresa foi investida por Jackson e Appleton. Em 1821, não havia mais do que uma dúzia de casas em Lowell. Em 1837, lá trabalhavam cerca de 6.000 mulheres e 1.800 homens em nove fábricas, que produziam quase 1 milhão de jardas de tecido por semana. Por volta de 1850, os “*Boston Associates*” controlavam cerca de ⅕ da produção americana de algodão (cf. Dalzell, *Enterprising Elite*..., p. 47). Eles atuaram também em diversos ramos econômicos e participaram da criação da Boston and Lowell Railroad e de outras linhas ferroviárias na Nova Inglaterra.
No entanto, a ocupação de mulheres segundo o *Lowell System of Labor* entrou em crise já nos anos 1830 e 1840. Os empresários reagiram à pressão da crescente concorrência com a redução dos salários e o prolongamento da jornada de trabalho, levando grande parte das trabalhadoras norte-americanas à resistência por meio da promoção de greves e da organização sindical. Na maioria das vezes, esse movimento foi bem-sucedido, o que fez com que essas trabalhadoras fossem substituídas por imigrantes francesas, canadenses, italianas e irlandesas (cf. ibidem, p. 45-9; Teresa Amott e Julie Matthaei, *Race, Gender, and Work*..., p. 96-111). (N. E. A.)

[ai] Provável referência à empresa John Russell Cutlery Works, em Turners Falls, Massachussetts, fundada em 1834 como Green River Works, que produzia talheres de alta qualidade. Em 1870, empregava quatrocentos trabalhadores em seu novo edifício de fábrica com propulsão hidráulica. (N. E. A.)

[aj] Acréscimo de Engels. (N. E. A.)

[ak] Desde a quebra das bolsas de valores de Viena e Berlim, ocorrida em 1873, a palavra alemã *Krach* (“estrondo, estampido”) já era utilizada para designar uma súbita quebra econômica de grandes proporções, especialmente na bolsa de valores. Desse termo derivaria o uso do equivalente inglês *crash* com o mesmo sentido. (N. T.)

[al] Acréscimo de Engels. (N. E. A.)

# Bibliografia

Os escritos citados por Marx e Engels, quando foi possível localizá-los, são aqui listados de acordo com as edições provavelmente utilizadas pelos autores. Em alguns casos, especialmente em referências de fontes e obras literárias gerais, nenhuma edição determinada é referida. Leis e documentos são elencados apenas quando expressamente citados na obra. Algumas fontes não puderam ser identificadas.

## I. Obras e artigos (inclusive autores anônimos)

ADAMS, W[illiam]. *Bridges: Roads and Rails and their Sequences, Physical and Moral*. Londres, [Chapman and Hall,] 1862.

[BAILEY, Samuel.] *A Critical Dissertation on the Nature, Measures, and Causes of Value; Chiefly in Reference to the Writings of Mr. Ricardo and His Followers. By the Author of Essays on the Formation and Publication of Opinions*. Londres, [R. Hunter,] 1825.

BARTON, John. *Observations on the Circumstances which Influence the Condition of the Labouring of Classes of Society*. Londres, [John and Arthur Arch,] 1817.

CHALMERS, Thomas. *On Political Economy in Connexion with the Moral State and Moral Prospects of Society*. 2 ed. Glasgow, [W. Collins,] 1832.

CORBET, Thomas. *An Inquiry into the Causes and Modes of the Wealth of Individuals; or the Principles of Trade and Speculation Explained. In 2*

*Parts*. Londres, [Smith, Elder & Co.,] 1841.

COURCELLE-SENEUIL, J[ean]-G[ustave]. *Traité théorique et pratique des entreprises industrielles, commerciales et agricoles ou manuel des affaires*. 2. ed. revista e comentada. Paris, [Guillaumin,] 1857.

DESTUTT DE TRACY, [Antoine-Louis-Claude], Conde de. *Éléments d'idéologie. 4e et 5e parties. Traité de la volonté et de ses effets*. Paris, 1826.

DUPONT DE NEMOURS, [Pierre-Samuel]. Maximes du docteur Quesnay, ou résumé de ses principes d'économie sociale. In: [Daire, E. (org.),] *Physiocrates. Quesnay, Dupont de Nemours, Mercier de la Rivière, Baudeau, Le Trosne, avec une introd. sur la doctrine des physiocrates, des commentaires et des notices historiques, par Eugène Daire. 1e partie*. Paris, [Librairie de Guillaumin,] 1846.

GOOD, W[illiam] Walter. *Political, Agricultural and Commercial Fallacies; or, the Prospect of the Nation after Twenty Years' "Free-trade"*. Londres, [E. Stanford, 1866].

HODGSKIN, Thomas. *Popular Political Economy. Four Lectures Delivered at the London Mechanics' Institution*. Londres, [Tait,] 1827.

HOLDSWORTH, W. A. *The Law of Landlord and Tenant, with a Copious Collection of Useful Forms*. Londres, [George Routledge & Co.,] 1857.

KIRCHOF, Friedrich. *Handbuch der landwirthschaftlichen Betriebslehre. Ein Leitfaden für praktische Landwirthe zur zweckmäßigen Einrichtung und Verwaltung der Landgüter*. Dessau, [Katz,] 1852.

LALOR, John. *Money and Morals: a Book for the Times*. Londres, [Chapman,] 1852.

LARDNER, Dionysius. *Railway Economy: a Treatise on the New Art of*

*Transport, its Management, Prospects, and Relations, Commercial, Financial, and Social. With an Exposition of the Practical Results of the Railways in Operation in the United Kingdom, on the Continent, and in America.* Londres, [Harper & Bros.,] 1850.

LAVELEYE, Emile de. *Essai sur l'économie rurale de la Belgique*. Paris [1863].

LAVERGNE, Léonce de. *The Rural Economy of England, Scotland, and Ireland. Transl. from the French, with notes by a Scottish farmer. Edinburgh.* Londres, 1855.

LEE, Nathanael. *The Dramatick Works,* v. 3: *Containing Sophonisby. Nero. Glorians. Rival Queens. The Massacre of Paris*. Londres, 1734.

LE TROSNE, [Guillaume-Francois]. De l'intérêt social par rapport à la valeur, à la circulation, à l'industrie et au commerce intérieur et extérieur. In: Daire, E. (org.), *Physiocrates. Quesnay, Dupont de Nemours, Mercier de la Rivière, Baudeau, Le Trosne, avec une introd. sur la doctrine des physiocrates, des commentaires et des notices historiques, par Eugène Daire. 2e partie.* Paris, [Librairie de Guillaumin,] 1846.]

MACLEOD, Henry Dunning. *The Elements of Political Economy*. Londres, [Longman, Brown, Green, Longmans, and Roberts,] 1858.

MARX, Karl. *Das Elend der Philosophie. Antwort auf Proudhons "Philosophie des Elends". Deutsch von E[duard] Bernstein und K[arl] Kautsky. Mit Vorwort und Noten von Friedrich Engels.* Stuttgart, Dietz, 1885. Ed. fr.: *Misère de la philosophie. Réponse à la philosophie de la misère de Proudhon.* Paris, A. Frank, 1847. [Ed. bras.: *Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria do sr. Proudhon*. São Paulo, Expressão Popular, 2009.]

______. *Das Kapital. Kritik der politischen Oekonomie. Band. 1. Buch 1:*

*Der Produktionsprocess des Kapitals. 2. verb. Aufl. Hamburg 1872*. [Ed. bras.: *O capital: crítica da economia política,* Livro I: *O processo de produção do capital.* Trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2013.]

______. (anônimo). “Lohnarbeit und Kapital”. *Neue Rheinische Zeitung. Organ der Demokratie*. Colônia, 5-8 e 11 abr. 1849.

_____. *Zur Kritik der Politischen Ökonomie*. 1. Heft. Berlim, [F. Duncker,] 1859. [Eds. bras.: *Contribuição à crítica da economia política*. Trad. Florestan Fernandes. São Paulo, Expressão Popular, 2008; *Para a crítica da economia política. Manuscrito de 1861-1863 (cadernos I a V): O capital em geral*. Trad. Leonardo de Deus. Belo Horizonte, Autêntica, 2010.]

MEYER, R[udolf Hermann]. *Der Emancipationskampf des vierten Standes. Band. 1: Theorie des Socialismus. – Der katholische Socialismus. – Die Internationale. – Deutschland. Schulze. – Lassalle. – Marx. – Die Gewerkvereine.–Die Socialconservativen. – Die Arbeiterpresse.* Berlim, 1874.

MILL, John Stuart. *Essays on some Unsettled Questions of Political Economy.* Londres, [Longmans, Green, Reader, and Dyer,] 1874.

MÜLLER, Adam H[einrich]. *Die Elemente der Staatskunst. Oeffentliche Vorlesungen, vor Sr. Durchlaucht dem Prinzen Bernhard von Sachsen-Weimar und einer Versammlung von Staatsmännern und Diplomaten, im Winter von 1808 auf 1809, zu Dresden, gehalten*. Berlim, 1809, tomo 3.

NEWMAN, Samuel P[hilips]. *Elements of Political Economy*. Andover, [Gould and Newman], 1835.

PATTERSON, R[obert] H[ogard]. *The Science of Finance. A Practical Treatise*. Edimburgo, [W. Blackwood,] 1868.

PERCIVAL, P. (org.). *Manava Dharma Sastra, or the Institutes of Manu*

*According to the Gloss of Kulluka, Comrising the Indian System of Duties, Religious and Civil. Verbally Transl. from the Original, with a Preface by William Jones, and Collated with the Sanskrit text, by Graves Chamney Haughton.* 3. ed. Madras, 1863.

POTTER, A[lonzo]. *Political Economy: its Objects, Uses, and Principles: Considered with Reference to the Condition of the American People. With a Summary for the Use of Students*. Nova York, [Harper & Bros.,] 1841.

QUESNAY, [Francois]. Analyse du Tableau Économique (1766). In: Daire, E. (org.), *Physiocrates. Quesnay, Dupont de Nemourz, Mercier de la Rivière, Baudeau, Le Trosne, avec une introd. sur la doctrine des physiocrates, des commentaires et des notices historiques, par Eugène Daire. $1^{e}$ partie.* Paris, Librairie de Guillaumin, 1846.

<______. *Dialogues sur le commerce et sur les travaux des artisans.* In: Daire, E. (org.), *Physiocrates.Quesnay, Dupont de Nemourz, Mercier de la Rivière, Baudeau, Le Trosne, avec une introd. sur la doctrine des physiocrates, des commentaires et des notices historiques, par Eugène Daire. $1^{e}$ partie.* Paris, Librairie de Guillaumin, 1846.

RAMSAY, George. *An Essay on the Distribution of Wealth*. Edimburgo, 1836.

RAVENSTONE, Piercy. *Thoughts on the Funding System, and its Effects*. Londres, [J. Andrews,] 1824.

RICARDO, David. *On the Principles of Political Economy and Taxation*. 3. ed. Londres, [John Murray,] 1821.

RODBERTUS-JAGETZOW, [Johann Karl]. *Briefe und socialpolitische Aufsätze. Hrsg. von Rudolph Meyer.*

______. *Das Kapital. Vierter socialer Brief an von Kirchmann. Hrsg. und eingel. von Theophil Kozak.*

______. *Sociale Briefe an von Kirchmann. Dritter Brief: Widerlegung der Ricardoschen Lehre von der Grundrente und Begründung einer neuen Rententheorie.*

______. *Zur Erkenntniß unsrer staatswirthschaftlichen Zustände. 1. Heft: Fünf Theoreme.*

ROSCHER, Wilhelm. *Die Grundlagen der Nationalökonomie. Ein Hand- und Lesebuch für Geschäftsmänner und Studierende. 3., verm. und verb. Aufl*. Stuttgart, Augsburg, 1858.

ROSCOE, H[enry] E[nfield]; SCHORLEMMER, C[arl]. *Ausführliches Lehrbuch der Chemie. Band. 1: Nichtmetalle.*

SAY, Jean-Baptiste. *Lettres à M. Malthus, sur différents sujets d'économie politique, notamment sur les causes de la stagnation générale du commerce.* Paris, [Bossange,] 1820.

______. *Traité d'économie politique, ou simple exposition de la manière dont se forment, se distribuent, et se consomment les richesses.* 3 ed. Paris, 1817, tomo 2.

SCROPE. The Principles of Political Economy. In: Potter, A[lonzo]. *Political Economy: its Objects, Uses, and Principles: Considered with Reference to the Condition of the American People. With a for the Use of Students*. Nova York, [Harper & Bros.,] 1841.

SENIOR, N[assau]- W[illiam]. *Principes fondamentaux de l'économie politique, tirés de leçons édites et inédites de Mr. Senior par Jean Arrivabene*. Paris, 1836.

SISMONDI, J[ean]-C[harles]-L[éonard] Simonde de. *Études sur l'économie politique.* Paris, Treuttel et Würtz, 1837, tomo 1.

______. *Nouveaux principes d'économie politique, ou de la richesse dans*

*ses rapports avec la population*. Paris, [Delaunay,] 1819, tomo 1.

SMITH, Adam. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations. With a Memoir of the Author's Life. Complete in One Vol.* Aberdeen, Londres, 1848. [Ed. bras.: *A riqueza das nações*. São Paulo, WMF Martins Fontes, 2013. 2 v.]

SOETBEER, Adolf. *Edelmetall-Produktion und Werthverhältniss zwischen Gold und Silber seit der Entdeckung Amerika's bis zur Gegenwart. (Ergänzungsheft n. 57 zu "Petermann's Mittheilungen".)*. Gotha, [Justus Perthes,] 1879.

*The Source and Remedy of the National Difficulties, Deduced from Principles of Political Economy, in a Letter to Lord John Russell.* Londres, [Rodwell and Martin,] 1821.

STORCH, Henri. *Considérations sur la nature du revenu national.* Paris, [Bossange,] 1824.

______. *Cours d'économie politique, ou exposition des principes qui déterminent la prospérité des nations*. São Petersburgo, [Pluchart,] 1815, tomo 2.

THOMPSON, William. *An Inquiry into the Principles of the Distribution of Wealth most Conducive to Human Happiness; Applied to the Newly Proposed System of Voluntary Equality of Wealth*. Londres, [Longman,] 1824.

______. *An Inquiry into the Principles of the Distribution of Wealth most Conducive to Human Happiness. A New Ed. by William Pare.* Londres, [Longman,] 1850.

TOOKE, Thomas. *An Inquiry into the Currency Principle; the Connection of the Currency with Prices, and the Expediency of a Separation of Issue from Banking.* 2 ed. Londres, [Longman,] 1844.

[TSCHUPROW] *Schelesnodoroschnoe chosjaistwo.* Moscou, 1875.

TURGOT, [Anne-Robert-Jacques, de L'Aulne]. *Réflexions sur la formation et la distribution des richesses.* In: *Œuvres. Nouv. éd. par Eugène Daire.* Paris, 1846, tomo 1.

TYLER [TYLOR], E[dward] B[urnett]. *Forschungen über die Urgeschichte der Menschheit und die Entwickelung der Civilisation. Aus dem Engl. von H. Müller.* Leipzig, s.d.

WAYLAND, Francis. *The Elements of Political Economy*. Boston, 1843.

WILLIAMS, R[ichard] Price. "On the Maintenance and Renewal of Permanent Way". *Minutes of Proceedings of the Institution of Civil Engineers; with Abstracts of the Discussions. Ed. by James Forrest.* Londres, 1865-1866, *v. 25*.

## II. Relatórios parlamentares e outras publicações oficiais

East India (Bengal and Orissa famine). Papers and correspondence relative to the famine in Bengal and Orissa, including the report of the Famine Commission and the minutes of the Lieutenant Governor of Bengal and the Governor General of India. (Presented to Parliament by Her Majesty's command.) Ordered, by the House of Commons, to be printed, 31 May 1867.

East India (Bengal and Orissa famie). Papers relating to the famine in Behar, including Mr. F. R. Cockerell's report. (Presented to Parliament by Her Majesty's command.) Part III. Ordered, by the House of Commons, to be printed, 31 May 1867.

East India (Madras and Orissa famine). Return to an address of the Honourable the House of Commons, dated 4 July 1867. Ordered, by the House of Commons, to be printed 30 July 1867.

Report from the Select Committee on Bank Acts; together with the Proceedings of the Committee Minutes of Evidence, Appendix and Index. Part I. Report and evidence. Ordered, by the House of Commons, to be printed, 30 July 1857.

Reports by Her Majesty's Secretaries of Embassy and Legation, on the Manufactures, Commerce & c., of the Countries in which they Reside. Presented to both Houses of Parliament by command of Her Majesty. Londres, n. 8, 1865.

Reports by Her Majesty's Secretaries of Embassy and Legation, on the Manufactures, Commeree & c., of the Countries in which they Reside. Part III. Presented to both House of Parliament by command of Her Majesty. Londres, 1879.

Royal Commission on Railways. Report of the Commissioners. Presented to both Houses of Parliament by command of Her Majesty. Londres, 1867.

## III. Periódicos

*The Economist. Weekly Commercial Times, Bankers' Gazette, and Railway Monitor: a Political, Literary, and General Newspaper.* [Londres,] 8 maio 1847.
_____. 16 jun. 1866.
_____. 30 jun. 1866.
_____. 7 jul. 1866.
*Money Market Review*<. Londres, 2 dez. 1867.
_____. 25 jan. 1868.
*Neue Rheinische Zeitung. Organ der Demokratie*<. Colônia, 24 jun. 1848.
_____. 4 jul. 1848.
_____. 26 jul. 1848.
_____. 10 set. 1848.
_____. 12 set. 1848.
_____. 9 nov. 1848.

_____. 5 abr. 1849.
_____. 6 abr. 1849.
_____. 7 abr. 1849.
_____. 8 abr. 1849.
_____. 11 abr. 1849.
*Zeitschrift für die gesammte Staatswissenschaft, Hrsg. von Fricker, Schäffle und A. Wagner.*

# Apêndice

# 1

# Manuscrito I (1863-1865) Sumário do Livro II (esboço) (Cf. p. 31, nota *)

## Livro II
## O processo de circulação do capital

Primeiro capítulo. A circulação do capital.

1) As metamorfoses do capital. Capital monetário, capital produtivo, capital-mercadoria.
2) Tempo de produção e tempo de curso.
3) Os custos de circulação.

Segundo capítulo. A rotação do capital.

1) Conceito de rotação.
2) Capital fixo e capital circulante. Ciclos de rotação.
3) Efeito do tempo de rotação sobre a formação do produto e do valor e sobre a produção do mais-valor.

Terceiro capítulo.

# 2

# Manuscrito II (1868-1870) Sumário do Livro II (esboço)

(Cf. p. 31)

II)

Livro II

O processo de circulação do capital

Capítulo 1

A circulação do capital

Livro II

Conteúdo

Capítulo 1. O ciclo do capital. (p. 1-33)

1) As três figuras da circulação.
   a) Figura da circulação do capital monetário. A metamorfose do capital. Capital monetário, capital produtivo, capital-mercadoria.
   b) Figura da circulação do capital produtivo.
   c) Figura da circulação do capital-mercadoria.
   d) As três formas do ciclo.
2) O tempo de circulação ou de curso.
3) Os custos de circulação.
   a) Custos que derivam da mera forma da circulação.
   b) Custos que derivam de processos de produção no interior da circulação.
      α) Armazenamento.

β) Custos de produção (custos de embalagem etc.).

Capítulo 2. A rotação do capital. (p. 34-129)

1) Definição geral da rotação. Tempo de rotação e número de rotações.
2) Circunstâncias que diferenciam as rotações dos capitais.
   a) Capital fixo e capital circulante. Ciclos de rotação que derivam do capital fixo.
   b) Diferença na duração do período de trabalho.
   c) Diferença entre tempo de produção e tempo de trabalho.
   d) O ciclo de rotação derivado de métodos especiais do processo de produção.
   e) Diferença no tempo de curso.
3) Leis da rotação do capital circulante (variável e constante) em geral.
4) A rotação do capital variável e a taxa anual do mais-valor.
5) A acumulação. Exame da circulação monetária no que diz respeito à realização do mais-valor em dinheiro.

Capítulo 3 (no verso)

Capítulo 3. As condições reais do processo de circulação e reprodução.

1) Capital variável, capital constante e mais-valor, socialmente considerados. (p. 130-41)
   A) Reprodução em escala simples. (p. 141-
      a) Exposta sem a circulação monetária mediadora. (p. 141-58)
      b) Exposição com a circulação monetária mediadora.
   B) Reprodução em escala ampliada. Acumulação.
      a) Exposta sem a circulação monetária.
      b) Exposição com a circulação monetária mediadora.

2)

# 3

## Trecho do manuscrito V (p. 24-25), não incluído por Engels na versão final. (Cf. p. 146, nota **)

(M’-D’ pode ser uma série de atos M’-D’, isto é, uma soma de vendas, quando o capital-mercadoria M’ consiste de uma soma de mercadorias homogêneas, como 10.000 libras de fio, ou somente um ato, quando M’ – por exemplo, uma máquina – é vendida e, como aqui se pressupõe, paga à vista, e não em *instalments* [parcelas].) Numa parte da soma de valor D’ = *d* (= £78 = mais-valor) ao menos uma parcela de valor (= mais-valor) do artigo está exposta (realizada, exposta em forma-dinheiro independente), parcela que ou transforma em dinheiro o valor de uma parte do artigo que só pode ser expressa idealmente (por exemplo, no caso presente, $^{78}/_{500}$ = $^{39}/_{250}$ de uma máquina), ou, como é o caso das 1.560 libras de fio de nosso exemplo, pode ser separada da massa total de mercadorias. *d-m* é o segundo elo de *m-d*, cuja circulação está incluída na circulação M’-D’ e que dela pode ser inseparável ou separável, a depender do caráter concreto do artigo cujo valor M’ representa. Que M e *m* – os diferentes componentes do valor do capital-mercadoria M’ – sejam particularmente representáveis ou não em partes correspondentes do produto que traz em si esse valor M’ é algo que não altera em nada o fato de que agora, em vez de [se apresentarem como] componentes de preço da mercadoria (como sua expressão apenas ideal), ou seja, como sua forma-mercadoria e a expressão do preço que lhe corresponde, elas se apresentam, antes, convertidas em dinheiro efetivo, de sua forma-mercadoria em sua forma-dinheiro.

M’-D’ é, como vimos no ponto 1), função do capital-mercadoria, a

realização do valor e mais-valor que ele porta consigo. Ela é, porém, *capital*-mercadoria como portador desses dois componentes de valor. Por meio de seu movimento, ambos são transferidos da forma particular de uso da massa de mercadorias na qual existiam para a forma-valor independente, o dinheiro. O valor de capital e o mais-valor existem no produto-mercadoria e são representáveis neste último. Por exemplo, em nosso caso, em que o produto-mercadoria de 10.000 libras de fio = £500, o valor de $^{422}/_{500}$ (ou $^{211}/_{250}$, ou 0,844) do produto é = £422 = ao valor de capital, e o valor de $^{78}/_{500}$ (= $^{39}/_{250}$ = 0,156) = ao mais-valor de £78, isto é, $^{39}/_{250}$ do produto total não custaram nada ao capitalista; ele dispõe de seu valor sem precisar dar nada em troca. Nesse caso, o valor de capital pode ser representado de modo independente, em 8.440 libras de fio, e o mais-valor em 1.560 libras de fio. Se, ao contrário, o produto-mercadoria existisse na forma de uma única máquina no valor de £500 (e com a mesma constituição de valor das 10.000 libras de fio), então $^{422}/_{500}$ da máquina não seriam novamente representáveis por $^{78}/_{500}$ dessa soma como componente independente da máquina, como 8.440 e 1.560 libras de fio, que podem ambas circular como massas de mercadorias independentes. A soma dos dois componentes de valor está contida na máquina como um todo; ela não pode ser dividida em $^{422}/_{500}$ e $^{78}/_{500}$ sem ser feita em pedaços e, com isso, destruir consigo seu próprio valor. Aqui, portanto, apenas *idealmente* podem os dois componentes de valor da máquina ser apresentados em componentes do próprio corpo da mercadoria, da máquina, cuja soma de valor eles constituem. Mas isso não impede que, tão logo esteja consumado o processo M'-D' e a máquina no preço de £500 esteja convertida numa soma monetária de £500 – de modo que os diversos componentes de valor da máquina ((£372*c* + 50*v*) = £422C + 78*m*), ou seja, C e *m*, uma vez separados do corpo da mercadoria, isto é, da máquina, no qual se encontravam, existem agora como duas somas monetárias, separáveis entre si, de £422 e £78 –, as £422 em dinheiro sejam a forma transformada da máquina e, mais precisamente, de uma parte alíquota das mesmas $^{422}/_{500}$ e as £78 de $^{78}/_{500}$, sejam ambas representáveis como componentes meramente

ideais ou reais (que, portanto, podem existir também separadamente). A máquina só pode ser vendida como máquina; das 10.000 libras de fio podem ser vendidas, no primeiro momento, 8.440 e, em seguida, 1.560 libras. Em ambos os casos a fase D-M aparece na circulação

$$M' = \begin{matrix} M \\ + \\ m \end{matrix} \quad \begin{matrix} \\ D\text{-}M \\ + \\ d\text{-}m \end{matrix}$$

como segundo ato da circulação realizada por M como componente de valor do capital-mercadoria e *d-m* como segundo ato que o mais-valor realizou, com M, na mesma primeira fase do capital-mercadoria M'-D'. (Se M e *m*, enquanto componentes de valor, existem como partes separáveis ou inseparáveis – apenas ideais – do produto-mercadoria é algo que depende do portador de sua soma de valor.)

# 4

## Trecho do manuscrito II (p. 75-6), traduzido e resumido por Engels na versão final.
(Cf. p. 325, nota *)

*5413*. “Uma enorme mudança ocorreu, e pude percebê-la em minha própria experiência pessoal, no modo de se construir em Londres, no que diz respeito ao financiamento. Eu ainda era um garoto e, nas conversas diárias que se travavam em minha família sobre negócios, lembro-me de ouvir que, em Londres, antigamente construíam-se mais casas sob encomenda do que em nossa época; elas não eram, então, construídas tanto com base na especulação, como ocorre atualmente. A situação mudou nesse sentido. Agora é preciso construir casas prontas para o mercado, tal como um fabricante de botas tem de fazer botas, ou um fabricante de rendas tem de fazer rendas ou qualquer outro artigo. A maior parte das pessoas não sabe mais encomendar casas como se fazia naqueles dias; se querem casas, elas dão uma volta, veem onde estão sendo construídas e escolhem aquelas que lhes parecem mais adequadas. Por isso, hoje em dia os construtores acham tão necessário ter suas mercadorias prontas para o mercado quanto qualquer outra pessoa atuando em qualquer outro ramo de negócio; antes não era assim.”

*5414*. “Quando alguém encomendava uma casa, fornecia o capital para sua construção? – Os construtores costumavam tomar dinheiro emprestado. Suponhamos que uma casa custasse £5.000; ao se fazer a estimativa, ou o contrato de venda, ficava especificado [que], num certo estágio da obra, o construtor devia receber £500 ou £1.000; num estágio subsequente, uma nova quantia, e assim por diante, até a quitação. O modo de pagamento era geralmente especificado no contrato. [...] Com relação à construção

especulativa, a mudança foi principalmente da seguinte natureza. Antes, quarenta anos atrás, as casas construídas para especulação eram financiadas pelos lucros e economias dos construtores, obtidos em seu negócio ordinário, e isso respondia perfeitamente às necessidades daquela época. Os construtores conduziam suas transações com enorme moderação e prudência; tinham sempre três ou quatro casas em estoque, apenas para manter seus homens constantemente ocupados, uma vez que sua principal garantia estava em seu negócio ordinário. Mas hoje o sistema de construção está bastante alterado nesse aspecto. Ninguém mais consegue ser bem-sucedido ao fazer negócio dessa maneira; o construtor precisa comprar um grande terreno e nele investir talvez vinte ou cinquenta vezes a quantidade de seu próprio capital; e se ele consegue passar por essa fase antes que advenha um *crash*, se consegue baratear o assentamento dos alicerces da obra (e, lamento dizer, muitos deles são extremamente frágeis atualmente), então é capaz de obter um bom dinheiro, mas ainda assim está sujeito a ser subitamente derrubado por uma falência financeira, devido à incerteza de nosso atual sistema monetário. Soube frequentemente de casos em que as pessoas foram levadas a paralisar por completo o próprio negócio, e o dinheiro que haviam poupado foi inteiramente sacrificado por uma falência súbita dos meios."

*5415*. "Isso quer dizer que a prática geral atualmente é a de construir em larga escala, confiando que haverá uma demanda por casas quando estas estiverem prontas? – Sim, e levantando fundos com hipoteca enquanto a construção avança. A quase totalidade de Belgravia e Tyburnia, e as muitas milhares de vilas nos arredores de Londres foram construídas com base nesse princípio. Um indivíduo faz um arranjo com algum agente, que possui clientes prontos a investir dinheiro, e diz: 'À medida que a construção avançar, adiantaremos uma certa parcela da hipoteca'. Esse é o modo como o construtor geralmente opera." (Eis uma expressão fiel do direito civil em 1857!)

*5416*. "O construtor obtém crédito do oleiro e do comerciante de madeira, e daqueles que fornecem os materiais para a casa, ou ele lhes paga em dinheiro vivo? – Se é bem conhecido, o construtor pode obter um

pequeno crédito, mas este tem sido muito limitado nos últimos anos. Com relação especialmente aos tijolos, agora quase sempre se exige o pagamento à vista em todas as transações com o oleiro. Se é bem conhecido, ou está estabelecido no mercado por muitos anos, o construtor pode obter algo como três ou seis meses de crédito para tijolos ou madeira."

*5417.* "Isso quer dizer que os materiais são pagos, mas o dinheiro é tomado emprestado? – O dinheiro é tomado emprestado; o construtor precisa ter algum capital para começar. Com um capital de £50.000, pode-se comprar um terreno. É possível começar uma especulação desse tipo com não mais do que £1.000, ou £1.500, apenas o bastante para começar."

*5418.* "[…] Quando se compra um grande terreno, envolvendo talvez a construção de cem ou duzentas casas, não é possível realizar esse empreendimento num piscar de olhos. Pode-se precisar de cinco ou sete anos para completá-lo; é preciso construir muitas, talvez dez casas por ano, e antes que se possa finalizar o empreendimento, ainda que as casas correspondam perfeitamente à demanda, ainda que estejam ocupadas no momento em que ficaram prontas e gerem rendas vantajosas, mesmo assim pode ocorrer que, no meio desse empreendimento, ou antes que metade dos recursos tenha sido investida, venham a faltar os meios para sua consecução, e tudo aquilo que foi investido é sacrificado. Eu mesmo soube de muitas casas que, assim construídas em condições normais, e tendo custado a um construtor amigo meu £1.600 cada, foram-me oferecidas por £850 no auge de uma das crises, e acabaram leiloadas por algo em torno de £800, o que corresponde a cerca de 50% do valor originalmente pago pelo construtor."

*5435.* "[…] Alguém que queira enriquecer nesse mundo não pode esperar fazê-lo praticando um negócio justo, o que se chama de um *jobbing trade*; ele não obterá, desse modo, lucro suficiente; é necessário que a seu negócio ele acrescente a construção especulativa, e isso não deve ser feito em pequena, mas em grande escala, pois o construtor obtém um lucro muito pequeno com as construções propriamente ditas; a parte principal [do lucro] ele obtém das rendas oriundas das melhorias realizadas sobre os

terrenos. Digamos que ele compre um terreno a prazo, pagando £300 ao ano; se souber dispô-lo corretamente, nele colocando certas descrições de construções futuras, é possível que obtenha £400 ou £450 por ano, e seu lucro consistiria, assim, numa renda fundiária aumentada em £100 ou £150, o que é mais do que o lucro obtido com as construções que ele ergue; com estas últimas, em muitos casos, ele praticamente nem se ocupa."

*5436* "[…] Nessas especulações, a demanda por casas é antecipada" ("Report from the Select Committee on Bank Acts etc. Part I. 1857")[a].

# 5

## Trecho do manuscrito II (p. 79), traduzido e resumido por Engels na versão final.

(Cf. p. 333, nota ***)

### “A fabricação de fôrmas na América.”

Um importante item do gasto de uma fábrica de calçados é o custo das fôrmas utilizadas, pois ainda não se inventou nenhum método que dispense o uso desses úteis artigos. Neste país, há cerca de 70 fabricantes de fôrmas, dos quais 21 em Massachusetts, 12 na Pensilvânia e 16 no Estado de Nova York, enquanto outros encontram-se espalhados em diversas regiões. Não há fabricantes de fôrmas ao sul de Baltimore (o que é algo singular, já que lá floresce o caquizeiro, cuja madeira é a melhor para a fabricação de fôrmas), e apenas alguns poucos podem ser encontrados nos estados do Oeste. Há, no entanto, dois conhecidos fabricantes em Detroit e um em Chicago.

Os 70 fabricantes fazem de 1,2 milhão a 1,5 milhão de fôrmas por ano. *Calcula-se que um homem fará dez fôrmas por dia, mas cada fôrma passa por cerca de meia dúzia de processos antes de estar pronta*[b]. O maior fabricante de fôrmas no país, de acordo com os ganhos obtidos, está em Worcester (Massachusetts); Albany (Nova York) ocupa o segundo lugar, seguida, ao que nos parece, por Detroit. O fabricante de Worcester vende a uma fábrica de calçados, para seu próprio uso, 6.000 dólares em fôrmas por ano. Uma fábrica de fôrmas, com a maquinaria necessária, pode ser instalada por cerca de 4.000, mas as maiores são movidas a vapor e exigem *10.000 dólares a 15.000 dólares investidos* no negócio. *Uma porção considerável dos gastos deve-se à necessidade de aguardar um mínimo de*

*dezoito meses para a secagem da madeira, pois se madeira verde for usada, a fôrma encolherá.* Um par de fôrmas servirá, em média, para a confecção de sessenta pares de botas ou sapatos, o que demonstra que isso constitui uma parcela nada desprezível dos gastos de uma grande fábrica de calçados.

Como já dissemos, a melhor madeira em uso para a fabricação de fôrmas é a do caquizeiro; depois dela, o bordo tem a preferência. Cada tipo de madeira é entregue cerrado em "blocos" para o uso dos fabricantes de fôrmas: o preço da madeira do caquizeiro é entre 60 e 80 dólares e o da madeira do bordo, entre 35 e 42 dólares por mil blocos. Porém, o preço da madeira do bordo varia de acordo com a localidade, se próxima das florestas ou não, e o preço pago pela madeira do caquizeiro é aquele estabelecido em Nova York. Cada bloco serve para a fabricação de uma fôrma, mas fôrmas para calçados infantis podem ser feitas com os pedaços que sobram no fabrico de fôrmas pequenas de adultos. Esses "blocos" têm entre catorze e quinze polegadas de comprimento, quatro ou cinco polegadas de largura no lado de trás, e cinco polegadas de profundidade no centro.

Uma grande variedade de fôrmas é fabricada, mas apenas cerca de dez tipos são vendidos em grande quantidade. Esses dez estilos são, cada um, feitos em seis diferentes tipos para calçados de homens, meninos, jovens, mulheres, meninas e crianças. Nessa enumeração, não incluímos fôrmas para botas, braçadeiras etc., que também são feitas pela maior parte dos fabricantes de fôrmas."[c]

O ponto importante aqui:

"Uma porção considerável dos gastos deve-se à *necessidade de aguardar um mínimo de dezoito meses para a secagem da madeira*, pois se madeira verde for usada, a fôrma encolherá."

A madeira (do caquizeiro etc.) tem, pois, de passar por um processo de secagem de *no mínimo* dezoito meses (durante o qual não é realizado quase nenhum processo de trabalho) antes de poder ingressar como matéria-prima na fabricação de fôrmas. A permanência do capital desembolsado em

matéria-prima – e, por conseguinte, seu período de rotação – é, assim, determinada não só pelo tempo requerido para a produção das fôrmas como também pelo tempo durante o qual o capital desembolsado na madeira precisa ficar inativo para amadurecer, para encontrar-se em condições de ser trabalhado. Ele permanece por um longo tempo no processo de produção antes de poder ingressar no processo de trabalho propriamente dito. Um exemplo ajuda aqui a evidenciar, ao mesmo tempo, como os *tempos de rotação* das diferentes partes do capital total circulante são distintos, e precisamente devido a circunstâncias que derivam do próprio processo de produção (não da esfera da circulação). A matéria-prima das fôrmas tem aqui de ser adiantada por pelo menos dezoito meses antes de ingressar no processo de trabalho propriamente dito, a fabricação de fôrmas, no decorrer da qual o trabalho – seja qual for o período de trabalho – só é pago, e o dinheiro para ele só é adiantado, depois de esse trabalho ter ingressado efetivamente no processo de trabalho.

Do mesmo modo, os diferentes componentes da matéria-prima etc. podem voltar a ser adiantados por diferentes períodos.

Por exemplo, na fabricação de fôrmas de calçados, a *madeira*, com a qual se faz a fôrma, e o *carvão*, com o qual se alimenta a máquina a vapor que movimenta a cortadora de fôrmas.

# 6

## Tabelas da rotação do capital, elaboradas por Engels e excluídas da versão final. (Cf. p. 368-9, nota *)

| **CAPITAL I, £600, £100 POR SEMANA** | | |
|---|---|---|
| **Períodos de rotação (semana)** | **Períodos de trabalho (semana)** | **Períodos de circulação (semana)** |
| I. 1ª-9ª | 1ª-6ª £600 | 7ª-9ª |
| II. 10ª-18ª | 10ª-15ª £600 | 16ª-18ª |
| III. 19ª-27ª | 19ª-24ª £600 | 25ª-27ª |
| IV. 28ª-36ª | 28ª-33ª £600 | 34ª-36ª |
| V. 37ª-45ª | 37ª-42ª £600 | 43ª-45ª |
| VI. 46ª-54ª | 46ª-51ª £600 | 52ª-54ª |

| **Capital II, £300, £100 por semana** | | |
|---|---|---|
| **Períodos de rotação (semana)** | **Períodos de trabalho (semana)** | **Períodos de circulação (semana)** |
| I. 7ª-15ª | 7ª-9ª £300 | 10ª-15ª |
| II. 16ª-24ª | 16ª-18ª £300 | 19ª-24ª |
| III. 25ª-33ª | 25ª-27ª £300 | 28ª-33ª |
| IV. 34ª-42ª | 34ª-36ª £300 | 37ª-42ª |
| V. 43ª-51ª | 43ª-45ª £300 | 46ª-51ª |
| VI. 46ª-54ª | 46ª-51ª £600 | 52ª-54ª |

| Períodos de rotação (semana) | Períodos de trabalho (semana) | | | | Períodos de circulação (semana) | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| I<br>1ª-9ª | 1ª-6ª: funcionam | £600 do cap. I [adiantado] | | | 7ª-9ª: no fim da 9ª sem., retornam | £600 | do capital I |
| II<br>7ª-15ª | 7ª-9ª: funcionam | £300 do cap. II. | 10ª-12ª: funcionam | £300 do cap. I | 13ª-15ª: no fim da 15ª sem., retornam | £600 | do capital II e ½ do capital I |
| | retornam | £600. | guardam-se | £300 do cap. I | | | |
| III<br>13ª-21ª | 13ª-15ª: funcionam | £300 do cap. II. | 16ª-18ª: funcionam | £300 | 19ª-21ª: no fim da 21ª sem., retornam | £600 | |
| | retornam | £600 | guardam-se | £300 | | | |
| IV<br>19ª-27ª | 19ª-21ª: são adiantadas | £300 do cap. II. | 22ª-24ª: são adiantadas | £300 | 25ª-27ª: no fim da 27ª sem., retornam | £600 | |
| | retornam | £600. | guardam-se | £300 | | | |
| V<br>25ª-33ª | 25ª-27ª: são adiantadas | £300 do cap. II. | 28ª-30ª: são adiantadas | £300 | 31ª-33ª: no fim da 33ª sem., retornam | £600 | |
| | retornam | £600. | guardam-se | £300 | | | |
| VI<br>31ª-39ª | 31ª-33ª: são adiantadas | £300 do cap. II. | 34ª-36ª: são adiantadas | £300 | 37ª-39ª: no fim da 39ª sem., retornam | £600 | |
| | retornam | £600. | guardam-se | £300 | | | |
| VII<br>37ª-45ª | 37ª-39ª: são adiantadas | £300 do cap. II. | 40ª-42ª: são adiantadas | £300 | 43ª-45ª: no fim da 45ª sem., retornam | £600 | |
| | retornam | £600. | guardam-se | £300 | | | |
| VIII<br>43ª-51ª | 43ª-45ª: são adiantadas | £300 do cap. II. | 46ª-48ª: são adiantadas | £300 | 49ª-51ª: no fim da 51ª sem., retornam | £600 | |
| | retornam | £600. | guardam-se | £300 | | | |

# 7

# Trecho do manuscrito II (p. 101), resumido por Engels na versão final.

(Cf. p. 370, nota *)

Façamos uma comparação entre dois casos, um no qual o tempo de curso é maior, outro no qual ele é menor do que no exemplo dado.

a) *Período de trabalho = 6 semanas*
*Períodos de curso = 4 semanas*
*Capital em cada semana = £100*

| Períodos de rotação | | Períodos de trabalho | Períodos de circulação |
|---|---|---|---|
| I. 1º-9º | | 1º-5º | 6º-9º |
| II. 6º-14º | 6º – 9º | liberadas: 400<br>10º | 11º-14º |
| III. 11º-19º | 11º-14º | liberadas: 400<br>15º | 16º-19º |
| IV. 16º-24º | 16º-19º | liberadas: 400<br>20º | 21º-14º |
| V. 21º- 29º | 21º-24º | liberadas: 400<br>25º | 26º-29º |
| VI. 26º-34º | 26º-29º | liberadas: 400<br>30º | 31º-34º |
| VII. 31º-39º | 31º-34º | liberadas: 400<br>35º | 36º-39º |
| VIII. 36º-44º | 36º-39º | liberadas: 400<br>40º | 41º-44º |
| IX. 41º-49º | 41º-44º | liberadas: 400<br>45º | 46º-49º |
| X. 46º-54º | 46º-49º | liberadas: 400<br>50º | 51º-54º |
| XI. 51º-59º | 51º-54º | 55º | 56º-59º |

10 × 500 = 5.000, e mais 100 para a 51ª semana = 5.100, como anteriormente.

De fato, o capital suplementar só está presente para manter a permanência constante de 500 no período de trabalho. Mas 51 semanas (que aqui é = ano), divididas por 5 semanas (o período de trabalho), resultam em 10⅕ rotações de 500, e 10 × ⅕ × 500 = 5.100. Se o período de trabalho (com o mesmo volume do capital empregado semanalmente) > que 500, por exemplo, então o número de períodos de trabalho = 5⅕ – *m*. Mas 5⅕ – *m* × C (o capital adiantado no período de trabalho) dá o mesmo produto etc.

b) *Período de trabalho = 7 semanas*
*Tempo de curso = 2 semanas*
*£100 de capital em uma semana*

| Períodos de rotação | | Períodos de trabalho | Períodos de circulação |
|---|---|---|---|
| I. 1º-9º | | 1º-7º | 8º-9º |
| II. 6º-16º | 8º-9º | liberadas: 200<br>10º-14º | 15º-16º |
| III. 15º-23º | 15º-16º | liberadas: 200<br>17º-21º | 22º-23º |
| IV. 22º-30º | 22º-23º | liberadas: 200<br>24º-28º | 29º-30º |
| V. 29º-37º | 29º-30º | liberadas: 200<br>31º-35º | 36º-37º |
| VI. 36º-44º | 36º-37º | liberadas: 200<br>38º-42º | 43º-34º |
| VII. 43º-51º | 43º-44º | liberadas: 200<br>45º-49º | 50º-51º |
| VIII. 50º-58º | 50º-51º | liberadas: 200<br>52º-56º | 57º-58º |

7 × 700 = 4.900
+ 200 para o período VIII = 200
5.100, como anteriormente.

A diferença entre a) e b) é simplesmente a de que, num caso, 400 são constantemente liberadas para a segunda parte do período de trabalho (com um *return* [retorno] de ⅔ do capital), ao passo que, no outro caso, são liberadas apenas 200. Mas isso ocorre porque o capital liberado é sempre igual ao capital suplementar. Assim, uma parte maior ou menor do capital suplementar é liberada de acordo com a parte maior ou menor do capital total que é liberada durante uma parte de cada período de trabalho e, por conseguinte, também de rotação (do qual o período de trabalho constitui apenas uma parte).

# 8

## Trecho do manuscrito II (p. 140-1), resumido por Engels na versão final. (Cf. p. 498, nota *)

O que A. Smith não ousou, o fez seu vulgarizador, *J. B. Say*, a saber: extrair a verdadeira consequência de sua análise do preço. Ele afirma expressamente que, *socialmente* considerada, não existe qualquer diferença entre renda bruta e líquida, e que, por conseguinte, o produto social inteiro se decompõe em rendas que a cada ano podem ser inteiramente consumidas como salário do trabalhador, lucro dos capitalistas e renda fundiária do proprietário da terra.

> "Um homem com uma renda de 10.000 francos e que a consuma inteiramente é considerado como não tendo renda, devido ao fato de tê-la consumido por inteiro?
> O produto líquido só pode ter relação com os interesses privados. Cada empreendedor em particular *considera*" (a questão é, portanto, puramente subjetiva) "como *produto líquido* o que ele recebeu depois de descontado o que ele pagou; mas o que ele pagou, que *para ele era um investimento*, era um *produto líquido* para aquele ao qual ele pagou. O fabricante de tecido compra lã do agricultor: esse valor, que *de sua parte é um investimento*, é *um lucro* para o agricultor, uma *parcela da renda* do agricultor. O agricultor, por sua vez, *só considera como produto líquido* aquilo que ele recebeu *depois de deduzidos seus gastos*; mas seus próprios gastos *formaram a renda* de alguém, de seu criado de charrua, por exemplo, cujo trabalho eles pagaram.
> E foi *assim* que o *valor* total *de todos os produtos* se distribuiu em rendas na sociedade."[d] (J. B. Say, *Traité d'économie politique*, 3. ed., Paris, [Chez Deterville,] 1817, t. II, p. 64)

Portanto, como o valor de todas as mercadorias se decompõe em *salário + mais-valor* (em *salário + lucro + renda fundiária*) e cada um desses componentes de valor constitui renda para o trabalhador, o capitalista ou o proprietário fundiário; e como o *capital variável* adiantado dos capitalistas se decompõe em salário para o trabalhador e, assim, em

renda, então o valor do inteiro produto social anual decompõe-se em rendas, podendo, desse modo, ser consumido anualmente.

Quanto à *parcela constante de valor*, ao valor dos meios de produção consumidos na produção, à parcela do valor-produto anual, a qual forma o *capital constante*, ela não é mais do que uma *aparência subjetiva* [*subjektiver Schein*], ou só é verdade do ponto de vista do capitalista individual. O que para um se apresenta como capital constante, ou seja, simplesmente como capital, *é* para o outro, de fato, *renda*: esta é uma fraseologia que, desde então, encontra-se por toda parte na economia vulgar.

Por fim, embora o produto de valor produzido por cada capitalista individual cubra apenas o salário + mais-valor, e *não valor-produto inteiro* – que, no entanto, não abarca o valor daqueles meios de produção que por ele foram empregados, consumidos, mas não foram produzidos pelo trabalho realizado durante o ano –, o valor que a classe capitalista produz anualmente cobre socialmente o valor-produto total, o valor-produto do produto social anual. Ele pode, assim, comprar esse produto com o valor = salário + mais-valor.

> "Para compreender plenamente essa matéria das rendas, é preciso *considerar que o valor inteiro de um produto* se divide *em rendas de diversas pessoas*; *pois* o valor total de cada produto é composto dos lucros dos proprietários fundiários, dos capitalistas e dos industriosos" (ou seja, o salário se chama, aqui: *profit des industrieux*) "que contribuíram para lhe dar existência. É isso que faz com que a renda da sociedade seja igual ao *valor bruto* que foi produzido, e não, como o imaginava a seita dos economistas, ao *produto líquido* da terra."[e] (Ibidem, p. 63)

Também Proudhon, diga-se de passagem, apropriou-se dessa descoberta de Say.

A análise smithiana dos preços, levada a essa consequência correta, necessária de seu ponto de vista, porém claramente absurda, provocou naturalmente uma oposição, e precisamente de alguém que aceitava o dogma smithiano e, com base neste último, havia declarado como *impossível* toda análise definitiva do preço da mercadoria: esse alguém era *Storch*.

> "O sr. J. B. Say afirma [...] que a *renda* de uma nação é igual a seu *produto bruto*, isto é, que

> *não há nada a descontar dessa renda para os custos de produção*. […] É claro que *o valor-produto anual* se distribui, parte *em capitais*, parte *em lucros*, e que cada uma *dessas porções do valor-produto anual irá comprar* regularmente os produtos dos quais tal nação necessita, tanto *para ocupar seu capital* quanto para *repor seu fundo de consumo*. […] Pergunta-se se a renda de uma família que satisfaz com seu próprio trabalho a todas as suas necessidades – e disso há muitos exemplos na Rússia –, se a renda de uma tal família é igual ao produto bruto que resulta de suas terras, de seu capital e de sua indústria: poderia ela habitar seus próprios celeiros ou seus estábulos, comer suas sementes e [suas] forragens, vestir-se com a pele de seus animais de trabalho, divertir-se com seus instrumentos de aragem? Partindo da tese do sr. Say, seria preciso responder afirmativamente a todas essas questões; […] Say considera o produto bruto como a renda da sociedade e disso conclui que a sociedade pode consumir *um valor igual a esse produto*. […] A renda (líquida) de uma nação não é o excedente dos valores produzidos sobre a totalidade dos valores consumidos, como Say imagina, mas apenas *sobre os valores consumidos para produzir*. Portanto, se uma nação consome em um ano todo esse excedente, ela consome toda sua renda líquida […]. Se se admite que a renda de uma nação é igual a seu produto bruto, isto é, *que não há capital*" (isto é, nenhum capital constante, pois o valor do capital variável é consumido pelos trabalhadores como salário, logo, como renda) "*a ser dela deduzido*, é preciso admitir também que ela pode *gastar improdutivamente o valor inteiro de seu produto* anual sem prejudicar em nada sua renda futura […]. Os *produtos que constituem o capital de uma nação* (isto é, seu capital constante) *não são consumíveis*."[f] (Storch, *Considérations sur la nature du revenu national*, Paris, 1824, p. 128-50s)

Segundo Storch, portanto, o *valor* do produto social anual se decompõe numa parcela de valor que repõe o capital constante (meios de produção) e numa outra parcela de valor, que pode ser fracionada em trabalho + mais-valor. Mas como seria possível harmonizar esse resultado com a análise smithiana do preço, por ele aceita, e segundo a qual o preço de cada mercadoria = salário + mais-valor –, isso ele se esqueceu de dizer. É somente por intermédio de Say que ele percebe que tal análise do preço conduz a resultados absurdos.

# 9

# Tre cho do manuscrito II (p. 146-7), substancialmente alterado por Engels na versão final.

(Cf. p. 539, nota ***)

Assim como em I, também em II a *massa total de mercadorias*, na qual existem as £1.200, é o *produto* do trabalho empregado nessa esfera durante o ano. Mas apenas uma parte do valor-produto é o produto de valor anual desse trabalho. Este se representa em ⅓ do valor-produto = 200*v* + 200*m*. A outra parte do valor-produto = £800 (portanto, também a parte da massa de produtos no valor de ⅔ do produto) apenas *volta a aparecer*, não sendo de modo algum, portanto, uma parte que é produzida durante o ano em II, ou seja – uma vez que ela dispõe do trabalho anual empregado em I –, uma parte produzida pelo trabalho anual da sociedade. O produto é produto do trabalho anual; não o valor total desse produto, mas apenas uma parte dele. O valor contido nos meios de produção de II foi transferido ao produto de II por meio da forma concreta especial do novo trabalho adicionado em II, uma vez que é justamente o trabalho novo – e, por conseguinte, criador de valor – que tem de ser adicionado numa forma concreta, na qual ele transfere o valor velho ao produto novo. (Ver Livro I, p. .)[g]

Se agora analisamos em seu conjunto o movimento inteiro do produto-mercadoria anual, obtemos:

I) Meios de consumo no valor de £600. Mais precisamente:

II) Meios de produção no valor de £1.200, mais precisamente:

O sinal vertical significa que o produto entra no consumo individual dos produtores de sua própria categoria; o sinal diagonal, que os produtos das categorias I e II se trocam um pelo outro; por fim, o sinal vertical significa que o produto volta a servir para o *consumo produtivo* na categoria da qual ele provém, volta a entrar no consumo produtivo de sua própria esfera.

Ou também:

I) Produção de meios de consumo: $C^{400} + V^{100} + M^{100}$
$\alpha$)
II) Produção de meios de produção: $C^{800} + V^{200} + M^{200}$

Esse esquema inclui por inteiro o processo social de reprodução, na medida em que este é mediado pela distribuição do inteiro produto-mercadoria social.

Depois do intercâmbio de $C^{400}$(I) com ($V^{200} + M^{200}$)(II), C400(I) não só constitui, como antes, a *parcela constante de valor* do produto I, que existe a partir dos meios de consumo, como existe agora, uma vez mais, em sua forma natural originária, na forma dos meios de produção dos meios de consumo, na forma natural na qual ela pode funcionar como *parte constante* do capital produtivo I, em suma, pode voltar a funcionar como capital constante. Essa parte do capital é *constante* do ponto de vista do *processo de valorização*; seu valor *reaparece* no produto ou é transferido ao produto recém-formado. Ela não é um produto desse processo. Mas, do ponto de vista do processo de trabalho, ele existe na forma dos meios de produção, dos fatores objetivos do processo de trabalho, em oposição a seu fator subjetivo, à força de trabalho atuante, ao trabalho. Enquanto não existe nessa forma, ele não pode funcionar como componente do capital produtivo.

Por outro lado, ele existe, após o mesmo intercâmbio ($V^{200} + M^{200}$)(II), não só como o produto de valor do produto II, isto é, como a parcela de seu valor na qual se expressa o valor do capital variável ou o preço do trabalho + o mais-valor, mas essas parcelas de valor existem agora, ao mesmo tempo, na *forma natural*, na forma de uso em que o salário serve à

reprodução do trabalhador e o mais-valor à reprodução do capitalista individual (a seu consumo individual).

Esse intercâmbio entre I e II não é senão a troca de meios de produção que constituem uma parte do produto social por um equivalente em meios de consumo que constituem uma parte de mesmo valor do produto social. Com isso, as parcelas de valor nas quais se decompõe o valor total do produto social não são, de modo algum, alteradas.

Se observamos esse valor após o intercâmbio entre I e II e, além disso, atentamos para o fato de que ambos formam tão somente partes do valor-produto social, encontramos:

$(C^{800}(II) + C^{400}(I)) + (V^{200}(II) + V^{100}(I)) + (M^{200}(II) + M^{100}(I))$

β)

$= C^{1.200} + V^{300} + M^{300}$ ou £1.200*c* + (£300*v* + £300*m*) = 1.800.

Ou o valor-produto social se decompõe exatamente nos mesmos componentes de valor que encontraríamos para o produto de um capital individual de £1.500, consistindo de £1.200 de capital constante e £300 de capital variável, e cuja taxa de valorização fosse = 100%. De acordo com o que expusemos no Livro I, o valor seria = £1.800, mais detalhadamente:

= 1.200*c* + (300*v* + 300*m*).

De acordo com a figura do intercâmbio α), portanto, $V^{200}(II)$ e $M^{200}(II)$ existem na forma de *meios de consumo*, ao passo que $C^{400}(I)$, ao contrário, existe na forma de *meios de produção*.

Se a produção social inteira é distribuída entre as duas grandes categorias de *meios de consumo* e *meios de produção*, isso aparece da seguinte forma:

I) Meios de consumo.

| | | |
|---|---|---|
| $V^{100}(I) + V^{200}(II) + M^{100}(I) + M^{200}(II)$ | $= V^{300} + M^{300} = £600$ | $= R^{600} = 600r$. |
| β) | = £600 | (*R*, *r* = renda) |
| II) Meios de produção. | | |
| $C^{800}(II) + C^{400}(I) = C^{1.200} + 0$ | = £1.200 | = 1.200*c*. |

(Em II encontram-se agora tanto os meios de produção que servem

diretamente para a produção de meios de consumo quanto os meios de produção que servem para a produção daqueles meios de produção. Na verdade, enquanto os meios de produção (I) são consumidos na produção de meios de consumo, novos meios de produção são produzidos em II para sua reposição.)

Essa figura se decompõe, portanto, em três figuras, que nos mostram a questão sob diferentes aspectos:

I) Meios e consumo:

$$(V^{100} + M^{100})(I) + (V^{200} + M^{200})(II) = V^{\overbrace{100 + 200}^{300}}(I + II) + M^{\overbrace{100 + 200}^{300}}(I + II) = £600.$$

II) Meios de produção.

$$C^{800}(II) + C^{400}(I) = C^{800 + 400} = C^{1.200} = £1.200.$$

# 10

## Trecho do manuscrito II (p. 148-9), não incluído por Engels na versão final. (Cf. p. 532, nota *)

(Se tomarmos o valor-produto produzido por um capital individual, por exemplo, uma máquina de £600, o resultado da análise desse valor-produto será, por exemplo, 400*c* + (100*v* + 100*m*). Sabemos que esse valor total existe na forma natural de um meio de produção, e sabemos também que a forma natural – ou forma de uso – do produto em nada altera, absolutamente, a análise de seu valor, isto é, que em nada altera esta última o fato de $^4/_6$ (= 400) do valor dessa máquina serem = ao valor dos meios de produção consumidos em sua construção, ⅙ (= 100) ser = ao valor (ou ao preço) da força de trabalho nela consumida e ⅙ (= 100) ser = ao trabalho adicional não remunerado que foi adicionado em sua construção. O valor dos meios de produção empregados (= 400) e a decomposição do produto de valor de 200 – adicionado pelo novo trabalho – em *valor* que é = ao *valor da força de trabalho* e do mais-valor não guarda absolutamente nenhuma relação nem com a natureza concreta dos meios de produção nem com a natureza concreta do tipo de trabalho que os converte de meios de produção em produto. Na medida em que se possa reconverter seu valor-produto em capital etc., basta-nos a ideia de que, no interior do processo de circulação, £400 se reconvertem em meios de produção, sendo £100*v* gastos em meios de consumo pelos trabalhadores e 100*m* pelos capitalistas. Mas se se apresentam dificuldades [para se efetuar essa reconversão], então contentamo-nos com a ideia de que por meio de uma série de

transações, que conduzem de nada a lugar nenhum, a conta termine por fechar. Esse tipo de subterfúgio perde sua validade assim que tratamos do capital social e, por conseguinte, do valor-produto social. Para cada capital individual existe, *do lado de fora*, um mundo de mercadorias. Mas o capital social e seu produto abarcam em si o mundo inteiro das mercadorias. Ademais: a consideração da *reprodução simples* impede o subterfúgio pelo fato de que nela o meio de produção produzido é uma forma de novo capital acumulado. Nos limites da reprodução simples, ele não pode ser mais do que um substituto para o capital constante consumido.)

Os ⅔ da jornada de trabalho social incluídos nos £400 (200*v* + 200*m*) (II) contêm trabalho que foi despendido unicamente na produção de meios de produção e que têm de servir para a reposição do capital constante consumido. O valor assim produzido não existe *duas vezes para a sociedade*. Ele existe nos próprios novos meios de produção produzidos: ferro, madeira etc., cordas etc., carvão etc. Tampouco para os produtores desse capital constante seu valor existe duas vezes. Para eles, ele existe *imediatamente* como valor de seu próprio produto. Altera sua forma para eles – de meios de produção em meios de consumo –, mas apenas porque uma parte dos meios de consumo representa para *seus produtores o valor constante de capital que volta a aparecer* e, por conseguinte, precisa ser reconvertido da forma de meios de consumo para a forma de meios de produção. Assim, embora esse componente de valor dos meios de produção se decomponha para seus produtores em meios de consumo, para a sociedade ele se decompõe em substituto do capital constante consumido. Quando isso não é compreendido, chega-se, como A. Smith, apenas à ideia de que, por exemplo, uma parcela de valor da maquinaria é consumida pelos trabalhadores, mas a maquinaria ela mesma não pode ser consumida.

> "Todo o gasto de manutenção do capital fixo tem de ser evidentemente excluído do lucro líquido da sociedade [...]. O *preço desse trabalho*" (que esse capital produz) "pode, de fato, fazer parte dele" (aqui, portanto, entende-se por *neat revenue* [renda líquida] da sociedade a parte de seu produto que entra no consumo individual, não só dos capitalistas, mas também dos trabalhadores), "assim como os trabalhadores empregados podem aplicar o valor inteiro de seus salários em seu estoque reservado para o consumo imediato. Mas em outros tipos de trabalho, *tanto o preço como o produto integram esse estoque*; o preço vai para o estoque dos trabalhadores e os

produtos vão para o das outras pessoas, cuja subsistência, conforto e diversão são incrementados mediante o trabalho daqueles trabalhadores."[h] (A. Smith, cit., Livro II, cap. 2)

Assim, também a sociedade capitalista encontra-se anualmente na mesma necessidade imaginada pelo sr. Senior. Ela dedica uma parte de sua jornada de trabalho anual à "indústria", à produção, não de arcos, mas de outros meios de produção, a fim de repor o capital constante consumido[1]. Não é nenhum segredo, portanto, de onde sai o capital que repõe no ano seguinte o capital constante consumido neste ano. Desse modo, porém, procede-se *de trás para frente*, tomando-se sempre como base da produção os meios de produção – ou o capital constante – já existentes. *Certainement* [certamente]. Pode-se remontar não só ao selvagem de Senior, mas ao selvagem de Torrens, ao qual a natureza fornece pedras e paus – *in one word, his means of production* [numa palavra, seus meios de produção]. Mas tão logo se trata dos meios de produção como *capital constante*, pressupõe-se já a produção capitalista e os processos por meio dos quais os meios de produção existentes se converteram em capital.

Se considerarmos agora a fórmula tal como ela se apresenta após o intercâmbio entre $C^{400}$(I) e ($V^{200}$ + $M^{200}$)(II), encontramos, na série I (meios de subsistência), $V^{100}$(I) + $V^{200}$(II) = $V^{300}$ e, do mesmo modo, $M^{100}$(I) + $M^{200}$(II) = $M^{300}$; portanto, $V^{300}$ + $M^{300}$ = £600. E na série II (meios de produção), $C^{800}$(I) + $C^{400}$(II) = £1.200. V(I), assim como V(II) etc., não é mais do que uma mera parte do produto social total que figura sob um parcela de valor homônima desse produto.

Obtemos, assim:

I) Meios de consumo: $V^{300}$ + $M^{300}$

γ)

II) Meios de produção $C^{1.200}$

Se expusermos essa fórmula de modo que as partes de capital que pertencem uma à outra apareçam simultaneamente – os componentes de valor do produto = componentes de valor do capital social adiantado –, obteremos, então:

I) Meios de consumo. $V^{300}$ + $M^{300}$

II) Meios de produção. $C^{1.200}$

III) Uma fórmula = $C^{1.200}$ + ($V^{300}$ + $M^{300}$), ou 1.200*c* + (300*v* + 300*m*), isto é, absolutamente a mesma fórmula que obteríamos se decompuséssemos o valor-produto de um capital individual, as £1.500, das quais 1.200 são gastas em meios de produção e 300 em força de trabalho, e cuja taxa de valorização = 100%. O valor dos meios de produção, isto é, da parte constante de capital, reaparece como mero elemento do valor-produto, sendo transferido ao produto apenas na medida em que esses meios de produção funcionaram efetivamente como fatores objetivos do trabalho vivo e, desse modo, foram transformados em novo produto. Enquanto o trabalho vivo, como trabalho útil, concreto – como tipo, modo particular de trabalho –, transforma os meios de produção em produto e, assim, transfere o valor dos meios de produção ao produto, ou seja, faz com que ele reapareça como elemento do valor-produto, ele cria, durante toda a sua atividade, valor novo e, portanto, adiciona ao valor *constante* que reaparece – ou ao valor dos meios de produção consumidos – um novo *produto de valor* = *v* + *m*.

O *valor total* de cada novo produto é, portanto, necessariamente = ao *valor dos meios de produção que reaparece* – ou à *parcela constante de valor* + *produto de valor* – que lhe foi incorporado no interior do processo de produção do produto total.

De fato, em II (*meios de produção*) está contido, nos meios de produção consumidos, um valor de 800, ou seja, $^4/_3$ ou 1⅓ da jornada social de trabalho. (Se a jornada social de trabalho se expressa em £600, então em £800 temos 1⅓ ou $^4/_3$ da jornada social de trabalho.) A expressão de valor disso reaparece como parte do valor-produto = 800*c* ou $C^{800}$. O trabalho vivo que transformou esses meios de produção em novos produtos (na verdade, reconverteu-os em novos *meios de produção*) abarca um tempo de trabalho = ⅔ da jornada social de trabalho. Assim, ele adiciona ao valor dos meios de produção de $C^{800}$ um novo produto de valor de £400, o qual se divide em $V^{200}$ ou 200*v* + $M^{200}$ ou 200*m*. Essa divisão do novo valor adicionado de 400 em $V^{200}$ + $M^{200}$ não altera em absolutamente nada sua grandeza. Inversamente, sua grandeza determina a grandeza da soma de

valor de V + M. Portanto, o inteiro *valor-produto* II (meios de produção) é a expressão de valor de $^4/_3$ + ⅔ de jornadas de trabalho = $^6/_3$ = 2 jornadas sociais de trabalho = 1.200; e, desse valor total, o valor constante $C^{800}$ é a expressão de valor de $^4/_3$ da jornada social de trabalho *passada*, anterior à produção desse produto (II), ao passo que £400 = $V^{200}$ + $M^{200}$ é a expressão de valor de ⅔ de trabalho vivo adicionado a seu processo de produção.

Por outro lado, em I (*meios de consumo*) o valor dos meios de produção consumidos, ou da parcela *constante* de valor – a qual voltou a aparecer – do valor-produto = 400*c* ($C^{400}$), é expressão de valor de ⅔ da jornada social de trabalho. O trabalho vivo que transforma esses meios de produção em meios de consumo dura ⅓ da jornada social de trabalho e, assim, adiciona à parcela constante de valor o novo valor de £200, que se divide em $V^{100}$ + $M^{100}$. O valor total do produto I, isto é, £600 (meios de consumo), é a expressão de valor de 1 jornada social de trabalho, da qual ⅔ (= 400) é a expressão de ⅔ do trabalho passado, anterior ao processo de produção dos meios de subsistência, e ⅓ (£200) é a expressão do trabalho despendido no processo de produção desses meios de subsistência.

Vejamos, então, o produto total e o valor-produto:

| | | |
|---|---|---|
| £1800. Valor-produto. | $C^{1.200}$ | + ($V^{300}$ + $M^{300}$) |
| *Produto* total: | meios de produção | + meios de consumo. |

# 11

## Trecho do manuscrito II (p. 160), substancialmente alterado por Engels na versão final. (Cf. p. 581, nota *)

Vimos (Livro I, cap. 1)[i] que a massa monetária existente num país é maior que a massa de dinheiro constantemente absorvida na circulação de mercadorias. (Entesouramento etc.) Isso se aplica ainda mais, portanto, no caso da massa monetária absorvida pela circulação da massa das mercadorias anualmente produzias, pois nela circulam como mercadorias todo tipo de coisas que não foram produzidas durante o ano em curso, como, por exemplo, terrenos, casas etc. (títulos de dívida pública etc.). Isso vale igualmente no caso de produtos cujo período de trabalho se estende por vários anos, ou por mais de um ano, como animais de trabalho, animais para o consumo, madeira, vinho etc.

(Disso não se segue, no entanto, que *todas* as mercadorias que não são produzidas nem consumidas durante o ano necessitem de uma circulação monetária *especial*. Por exemplo: o trabalhador usa uma parte de seu salário para pagar aluguel de casas que estão construídas há muito e ainda durarão por um longo tempo. Com esse dinheiro, o locador satisfaz suas necessidades. Assim, a mesma soma de dinheiro circula o valor fracionado das casas, o qual não integra o produto anual ou uma parcela desse produto.) É importante observar que, para certos fenômenos, encontra-se sempre, além da massa monetária requerida para a circulação de mercadorias (e especialmente para o valor-produto anual), certa quantidade de dinheiro em estado latente, inativo, mas que pode entrar em funcionamento ao receber um dado impulso.

Por outro lado, o processo total de reprodução não requer a circulação

monetária para todos os seus movimentos. Em primeiro lugar, dela está excluído todo *capital produtivo* em funcionamento, assim como o capital produtivo latente, tal como estoques de produção em posse dos produtores, maquinaria, edifícios etc. que *ainda não* entraram em funcionamento. Do mesmo modo, todo *produto* que, em vez de funcionar como *capital-mercadoria*, é diretamente consumido pelo produtor, seja individual (como parte de sua renda), seja *produtivamente* (isto é, ao reingressar como meio de produção no processo do qual saiu como produto), ou pode também significar que o capitalista desembolsa parte de seu capital variável não em dinheiro, mas sob a forma natural de seu produto, como ocorre, por exemplo, quando os arrendatários pagam seus trabalhadores em produtos agrícolas etc.

[Quando se trata do produto de valor anual (não do valor-produto), deve-se computar, em todos os produtos cujos períodos de trabalho duram mais de um ano, apenas o valor a eles adicionado durante o ano. Por exemplo, não o valor do vinho antes da colheita realizada no início deste ano, mas apenas o valor adicionado ao vinho durante neste ano. O mesmo vale para o gado etc. Embora em todos esses casos o trabalho deste ano não produza o *valor-produto* durante o ano corrente, mas apenas uma fração maior ou menor desse valor, ele obtém, por meio da continuidade do produto, também seu valor do ano anterior etc., já existente. Se o vinho não é trabalhado do modo correto, ele perde, com seu valor de uso, também seu valor. O mesmo ocorre com o gado etc. Se construções etc. iniciadas não são continuadas, todo o trabalho anterior é jogado fora etc.][j]

A massa monetária que o produto anual faz circular, e que aqui temos particularmente de examinar, já existe, portanto, na sociedade; ela foi acumulada pouco a pouco nesta última. Ela não integra o produto de *valor* deste ano. É apenas quando se trata de substituir peças monetárias desgastadas que uma parte do produto anual é trocada por ouro de reposição etc., ou pode ocorrer que no próprio país uma certa soma do capital social e da força de trabalho social sejam despendidas no ramo dedicado à produção dos metais preciosos. Por ora, isso pode ser completamente *abstracted from* [abstraído], uma vez que o examinamos

mais detalhadamente no item B)b)[k] desta seção. A soma monetária necessária à circulação é pressuposta como dada e, de fato, está dada.

# 12

## Trecho do manuscrito II (p. 167-202), não incluído por Engels na versão final. (Cf. p. 594, nota ***)

Em 1), observamos o movimento na forma mais simples. Agora o observaremos numa forma mais complexa, e isso para mostrar que, por mais variada que seja a composição de I e II a partir de diferentes ramos industriais, isso não altera em nada a essência da coisa, mas apenas aumenta a complicação do *va* e *vient* [vaivém] e, por conseguinte, a circulação monetária que medeia o movimento.

Inicialmente, decompomos I) em dois tipos de produtos e, assim, em duas grandes esferas da produção, a saber 1) na *produção dos meios necessários de subsistência para os trabalhadores*, e 2) na *produção dos meios de consumo para os capitalistas*. Para nosso objetivo, não importa o fato de que produtos de luxo possam entrar até certo grau no consumo da classe trabalhadora e que, por outro lado, uma quantidade abundante de

meios necessários de subsistência tenha de entrar no consumo dos capitalistas, ou seja, a forma pela qual produtos iguais e produtos dos mesmos ramos de produção encontram-se em ambos os setores.

O que examinamos, em primeiro lugar, é a mediação entre consumo e reprodução efetuada pela *circulação monetária*.

Em I*a*, inicialmente, encontramos um produto de £300 em *meios de consumo dos trabalhadores*. Os capitalistas, nessa esfera, adiantam £50 em dinheiro em força de trabalho, e com essas £50 em dinheiro os trabalhadores compram de volta mercadorias dos mesmos capitalistas, por £50 (= $V^{50}a$). Essas £50 circulam exclusivamente entre os capitalistas e trabalhadores de I*a*.

Além disso, em I*b* encontramos um produto de £300 em *meios de consumo dos capitalistas*. Estes adiantam £50 em dinheiro em força de trabalho; com essas £50 em dinheiro os trabalhadores em I*b* compram mercadorias por £50 de I*a* (= $M^{50}Ia$). Com essas £50 em dinheiro os capitalistas em I*a* compram produto de I*b* (= $V^{50}b$) (os meios de consumo da classe I*b* entram no seu consumo). Com isso, simultaneamente retorna aos capitalistas I*b* o capital monetário com o qual eles pagam seus salários. Por fim, o fundo $M^{50}$ (I*b*) é repartido entre os capitalistas dessa classe por meio de uma circulação monetária de £25. Na verdade, $V^{50}$(I*b*) intercambia-se com $M^{50}$(I*a*).

Em I, após esse intercâmbio, a questão se apresenta da seguinte forma: Os capitalistas I*a* ainda podem dispor de £200 em meios necessários de consumo ($C^{200}a$) e possuem £50 em capital monetário para recomprar a força de trabalho. Os capitalistas I*b* ainda podem dispor de £200 em meios de consumo dos capitalistas ($C^{200}b$); possuem £50 em capital monetário para recomprar a força de trabalho e £25 para a circulação de sua renda. $C^{200}(a)$(I) e $C^{200}(b)$I têm de ser reconvertidos de sua forma de produto em seus meios de produção. Isso ocorre mediante a circulação entre I e II.

Consideremos, inicialmente, (IIα + IIαα), a parte do produto II que consiste em *meios de produção dos meios de consumo dos trabalhadores*.

Em IIαα, £50 em dinheiro são adiantadas em força de trabalho; com essas £50 em dinheiro os trabalhadores em IIαα compram de I*a* meios de

consumo nesse mesmo montante.

Agora, depois dessa transação, o capital constante de I*a* consiste em $C^{150}a$ em mercadoria e £50 em dinheiro. Com essas £50 em dinheiro os capitalistas I compram mercadoria (= $V^{50}$αα II) por £50 de IIαα. Assim, o capital monetário para a circulação do capital variável retorna às mãos dos capitalistas IIαα para ser constantemente desembolsado por eles em salários.

Além disso, os capitalistas em IIα investem £50 em força de trabalho. Com esse dinheiro, os trabalhadores compram £50 em mercadorias de I*a*, e os capitalistas Ia, com esse dinheiro, compram £50 em mercadorias de IIαα (= $M^{50}$αα).

A questão se apresenta, agora, da seguinte forma:

Os capitalistas IIαα dispuseram de mais de £100 em mercadorias (= $V^{50}$αα + $M^{50}$αα). Eles ainda possuem £200 em mercadorias ($C^{200}$), £100 em dinheiro como forma-dinheiro de seu capital variável e £50 em dinheiro, nas quais seu mais-valor está realizado (forma-dinheiro de seu mais-valor).

Os capitalistas IIα possuem ainda seu produto inteiro e, além disso, despenderam £50 em dinheiro, soma que agora se encontra nas mãos dos capitalistas IIαα. Com essas £50 em dinheiro, os capitalistas IIαα compram por £50 mercadorias dos capitalistas IIα, para os quais retorna, assim, o *capital monetário necessário* à circulação de seu capital variável.

Vejamos agora, IIβ e IIββ.

IIββ adianta £50 em dinheiro em força de trabalho. Com esse dinheiro, os trabalhadores IIββ compram mercadorias de I*a* por £50. Com essas £50, I*a* compra mercadorias de IIαα por £50. Com essas £50, IIαα compra mais-valor de I*b* por £50. Com essas £50, I*b* compra £50 de mercadorias de IIββ ($V^{50}$ββ), para o qual reflui, assim, o capital monetário necessário à circulação de seu capital variável.

Em nome de uma maior clareza, apresentaremos agora essas transações em forma tabelar, seguindo sua ordem de desenvolvimento:

I*a*) Meios de consumo dos trabalhadores:

$C^{200}a$ (em mercadoria) + $V^{50}a$ (em dinheiro) e força de trabalho +

meios de consumo dos capitalistas: $C^{200}b$ (em mercadoria) + $V^{50}b$ (dinheiro e força de trabalho) + £25 para a circulação da renda.

Como as £125 em dinheiro aqui computadas circulam continuamente no interior de I, podemos, no intercâmbio entre I e II, reduzir essa primeira classe em:

I*a*) Meios de consumo dos trabalhadores: $C^{200}a$ (em mercadoria) +

I*b*) Meios de consumo dos capitalistas: $C^{200}b$ (em mercadoria),

pois esse é o único produto de I que entra na circulação com II.

Inicialmente, tem-se, em parte, a circulação entre I*a* e IIαα.

No primeiro momento, IIαα adianta, com £50 em dinheiro, força de trabalho. Com essa soma, os trabalhadores compram £50 em mercadorias de I*a*, e os capitalistas I*a*, com a mesma soma, compram £50 em mercadorias de IIαα. Desse modo, reflui para os capitalistas IIαα o capital monetário necessário à circulação do capital variável.

Temos, portanto:

## 1) Primeira circulação parcial entre Ia e IIαα, e no interior de IIαα.

I*a*) Meios de consumo dos trabalhadores $C^{200}a$ (em mercadoria).

£50 em dinheiro

II*α*) Meios de produção diretos dos meios de consumo I*a*. $C^{200}\alpha + V^{50}\alpha + M^{50}\alpha$

O resultado dessa primeira circulação é:

I*a*) Meios de consumo dos trabalhadores:

$C^{150}a$ (em mercadoria) + $C^{50}$ (em meios de produção αα = $V^{50}$αα)

IIαα) Meios diretos de produção dos meios de consumo

$C^{200}$αα (mercadoria) + $V^{50}$αα (dinheiro) (força de trabalho) + $M^{50}$αα (mercadoria).

No entanto, é melhor iniciar a série sempre com o círculo do qual parte a circulação.

Assim, o resultado da primeira circulação parcial se apresenta como segue:

IIαα) Meios de produção αα.

$C^{200}$αα (mercadorias αα) + $V^{50}$αα (£50 em dinheiro + *T*) + $M^{50}$αα (mercadorias αα).

I*a*) Meios de consumo dos trabalhadores.

$C^{50}$*a* (α) (em meios de produção αα = $V^{50}$IIαα) + $C^{150}$*a* (em meios de consumo).

## 2) Segunda circulação parcial em IIα e entre IIα, Iα e IIαα.

Os capitalistas IIα investem £50 em dinheiro como capital variável; com essa soma, os trabalhadores compram £50 em mercadorias de I*a*. Com esse dinheiro, os capitalistas I*a* compram £50 em meios de produção de IIαα.

Com esse dinheiro, os capitalistas IIαα repõem meios de produção de IIα no valor de £50. Desse modo, reflui aos capitalistas II*a* as £50 de capital monetário necessário à circulação de seu capital variável.

Em IIαα ocorre, portanto, a seguinte alteração:

*Primeiro*. I*a* compra, com £50 em dinheiro, meios de produção de IIαα pelo mesmo valor. Esses meios de produção passam às mãos de I*a*.

Após essa transação, IIαα se apresenta da seguinte forma:

IIαα) $C^{50}$αα (em dinheiro) + $C^{150}$(αα) (em mercadoria αα) + $V^{50}$(αα) (£50 em dinheiro + T[m]) + $M^{50}$(αα) (mercadoria αα)

Com as £50 em dinheiro ($C^{50}$αα), IIαα compra meios de produção de IIα por £50.

Após essa transação, portanto, tem-se:
IIαα) $C^{50}$αα (em meios de produção IIα) + etc.

O resultado do movimento total é, então:
IIα) Meios de produção α. $C^{200}$(α) (mercadorias α) + $V^{50}$(α) (£50 em dinheiro + T) + $M^{50}$(α) (mercadorias α)
I*a*) Meios de consumo *a*. $C^{100}a$ (em meios de produção IIαα) + $C^{100}a$ (em meios de consumo)
IIαα) Meios de produção αα. $C^{50}$αα (em meios de produção IIαα) + $C^{150}$αα (em mercadorias αα) + $V^{50}$(αα) (£50 em dinheiro + T) + $M^{50}$(αα) (mercadorias αα)

## 3) Terceira circulação parcial em IIββ e entre IIββ e Ia, IIαα e Ib.

Os capitalistas IIββ adiantam £50 em salário; com essas £50, os trabalhadores compram £50 em mercadorias de Ia; este último, com as £50, compra meios de produção de II*αα*, que, com essas mesmas £50, compra mais-produto de I*b*, que, por sua vez, compra com essas £50 meios de produção de IIββ. Para este último, reflui, assim, o capital monetário de £50 necessário à circulação de seu capital variável.

Resultado do movimento inteiro:
IIββ) Meios de produção ββ. $C^{200}$ββ (meios de produção ββ) + $V^{50}$(ββ) (£50 em dinheiro + T) + $M^{50}$(ββ) (em meios de produção ββ).
Ia) Meios de consumo *a*. $C^{150}$(*a*) (em meios de consumo αα) + $C^{50}$(*a*) (em meios de consumo *a*).
IIαα) Meios de produção αα) $C^{50}$αα (em meios de produção IIα) + $C^{150}$(αα) (em mercadorias αα) + $V^{50}$αα (£50 em dinheiro + T) + 0. [mais precisamente: $M^{50}$(αα consumidos em meios de consumo I*b*).] [n]
I*b*) Meios de consumo *b*. $C^{50}$(*b*) (em meios de produção IIββ) + $C^{150}b$ (meios de consumo *b*).

## 4) Quarta circulação parcial em IIββ, e entre IIβ e

Ia, Iα, IIα, IIαα, Ib e IIββ.

Os capitalistas IIβ adiantam £50 em dinheiro em força de trabalho; com esse dinheiro, os trabalhadores compram meios de consumo de I*a* por £50. Os capitalistas I*a*, com essas £50 em dinheiro, compram meios de produção de IIαα por £50. Com essa soma, os capitalistas IIαα compram £50 em meios de produção de IIα. Os capitalistas IIα compram, com as £50, meios de consumo de I*b*. Os capitalistas I*b*, com essa soma, compram £50 em meios de produção de IIββ. Os capitalistas IIββ, com essas £50, repõem os meios de produção de IIβ no montante de £50. Desse modo, reflui para IIβ o capital monetário necessário à circulação de seu capital variável.

O resultado do movimento inteiro é:

IIβ) Meios de produção β. $C^{200}$(β) + $V^{50}$β (£50 em dinheiro + T) + $M^{50}$(β) (em meios de produção β).

I*a*) Meios de consumo *a*. $C^{200}a$ (em meios de produção αα)

IIαα) Meios de produção αα. $C^{100}$(αα) (em meios de produção IIα) + $C^{100}$(αα) (em meios de produção αα) + $V^{50}$αα (£50 em dinheiro + T) + 0. (para £50 em fundo de consumo)

IIα) Meios de produção α. $C^{200}$ (meios de produção α) + $V^{50}$(α) (£50 em dinheiro + T) + 0. (Mais precisamente, para £50 em fundo de consumo.)

I*b*) Meios de consumo *b*. $C^{100}b$ (em meios de produção ββ) + $C^{100}$(β) (em meios de consumo *b*)

IIββ) Meios produção ββ. $C^{50}$ββ (em meios de produção IIβ) + $C^{150}$(ββ) (meios de produção ββ) + $V^{50}$ββ (£50 em dinheiro + T) + $M^{50}$ββ (meios de produção ββ).

Vejamos o resultado obtido até agora:

I*a*) Meios de consumo *a*.

$C^{200}$ (em meios de produção αα). $C^{200}$ (meios de produção αα).

O capital constante inteiro I*a* é, portanto, reconvertido da forma de meios de consumo *a* em meios de produção desses meios de consumo, em meios de produção αα. A totalidade do capital variável (capital monetário)

investido nas diferentes esferas da produção I e II é consumida nos meios de consumo I*a*.

Aqui, nenhum intercâmbio ulterior pode ocorrer.

Em vez do produto I*a*, temos:

I*a*) Capital que funciona na produção dos meios de consumo:
$C^{200}a$ (em meios de produção $\alpha\alpha$) + $V^{50}a$ (em dinheiro)
e força de trabalho | força de trabalho no valor de £50.

Esse capital é, portanto, reproduzido e começa seu processo a partir do zero.

Se observamos, além disso, *II*α e *IIαα*, vemos que existe, *d'abord* [inicialmente]:

II$\alpha$) $C^{200}(\alpha)$ em meios de produção $\alpha$ + $V^{50}(\alpha)$ em dinheiro
+ força de trabalho no valor de £50.

II$\alpha\alpha$) $C^{100}(\alpha\alpha)$ (em meios de produção $\alpha$) +
$C^{100}\alpha\alpha$) em meios de produção ($\alpha\alpha$) + $V^{50}(\alpha\alpha)$ em dinheiro.
+ força de trabalho no valor de £50 em dinheiro.

Disso se segue, inicialmente, que, partindo da divisão pressuposta do capital em seus diversos componentes, $C^{100}$(αα) é reposto pelo seu próprio produto, isto é, a metade do capital constante $C^{200}$(αα), assim como o inteiro capital constante $C^{200}$(α) é reposto pelo seu próprio produto.

Tivéssemos partido de uma outra divisão, e o resultado seria diferente. Para a divisão social nada seria alterado, como mostraremos mais adiante.

É possível que parte de $C^{100}$(αα) entre como meios de produção em $C^{200}$(α) e, portanto, como parte correspondente de $C^{200}$(α) nos meios de produção de $C^{200}$(αα). De modo que, por exemplo, $C^{200}$(α) = $C^{180}$(α) (meios de produção α) + $C^{20}$α (meios de produção αα) e $C^{200}$(αα) = $C^{120}$(αα) em meios de produção α e $C^{80}$(αα) (em meios de produção αα).

Nesse caso, ocorreria ainda uma circulação monetária entre $C^{200}$(α)(II) e $C^{200}$(αα)II.

Se, para fins de simplificação, não levarmos isso em conta, tem-se *apenas uma circulação monetária no interior de* $C^{200}\alpha(II)$ e uma outra, *independente da primeira, no interior de* $C^{200}(\alpha\alpha)(II)$. Se supusermos que para cada uma dessas circulações sejam necessárias £100, então a reprodução total em IIα e IIαα se apresentará da seguinte forma:

IIα) $C^{200}(\alpha)$ (em meios de produção α) e £100 para a circulação desse capital constante sob seu capital IIα + $V^{50}\alpha$ (em £50 em dinheiro) + força de trabalho no valor de £50

e

IIαα) $C^{200}(\alpha\alpha)$ ($C^{100}$ em meios de produção α e $C^{100}$ em meios de produção αα) + £100 para a circulação do capital constante 200(αα). + $V^{50}(\alpha\alpha)$ (em £50 em dinheiro) + força de trabalho no valor de £50.

Portanto, todas as condições do processo de reprodução são recolocadas em sua antiga escala.

Se considerarmos agora toda a classe II como um todo social, obteremos o seguinte resultado:

IIα + αα) Na produção do capital empregado na produção dos meios de produção dos meios de consumo α:

$C^{400}\alpha$ e αα (meios de produção) + $V^{100}\alpha$ + αα (em £100 em dinheiro)

+ £200 na circulação do capital constante + força de trabalho no valor de £100.

Portanto:

IIα) Produção dos meios de produção dos meios de consumo I*a*:

$C^{400}$ (meios de produção)

+ £200 em dinheiro para sua circulação + $V^{100}$ (em £100 em dinheiro) + força de trabalho no valor de £100.

* * *

Resta apenas analisar, agora, o percurso ulterior entre I*b* e II(β e ββ).

O resultado que alcançamos até o momento é o seguinte:

I*b*) Meios de consumo *b*. $C^{100}(b)$ (em meios de produção ββ) + $C^{100}(b)$ (em meios de consumo *b*)

IIββ) Meios de produção ββ. $C^{50}(\beta\beta)$ (em meios de produção IIβ) + $C^{150}(\beta\beta)$ (meios de produção ββ) + $V^{50}$ (£50 em dinheiro) + $M^{50}(\beta\beta)$ (meios de produção ββ).

IIβ) Meios de produção β. $C^{200}\beta$ (em meios de produção β) + $V^{50}\beta$ (em £50 em dinheiro) + $M^{50}\beta$ (em meios de produção β).

## 5) Quinta circulação parcial entre IIββ, Ib e IIβ.

IIββ desembolsa £50 em dinheiro na compra de mercadorias I*b*, que, com essas £50, compra meios de produção de IIββ por £50; IIββ compra, com essa mesma soma, meios de produção de IIβ por £50; IIβ, com essas £50, compra mercadoria de I*b* por £50; I*b* compra £50 em mercadorias de IIββ, ao qual reflui, assim, seu dinheiro.

Observando-se seus *steps* [degraus] singulares, a questão transcorre da seguinte forma:

IIββ) Meios de produção ββ. $C^{50}(\beta\beta)$ (em meios de produção IIβ) + $C^{150}(\beta\beta)$ (meios de produção ββ) + $V^{50}$ (£50 em dinheiro) + $M^{50}(\beta\beta)$ (meios de produção ββ) + £50 em dinheiro para a circulação da renda.

I*b*) Meios de consumo *b*. $C^{150}(\beta)$ (em meios de produção ββ) + $C^{100}(\beta)$ (em meios de consumo *b*).

O próximo resultado é, portanto:

Ib) Meios de consumo *b*: $C^{150}(\beta)$ (em meios de produção IIββ) + $C^{50}$ (em meios de consumo *b*)

IIββ) Meios de produção ββ. $C^{50}(\beta\beta)$ (em meios de produção IIβ) + $C^{150}(\beta\beta)$ (em meios de produção ββ) + $V^{50}\beta\beta$ (em £50 em dinheiro) + $M^{50}(\beta\beta)$ (em £50 em dinheiro).

O próximo processo transcorre entre IIββ e IIβ; IIββ compra, com £50

em dinheiro, £50 em mercadorias de IIβ, e o resultado é:

IIββ) Meios de produção ββ. $C^{100}$(ββ) (em meios produção IIβ) + $C^{150}$(ββ) (em meios de produção ββ) + $V^{50}$ββ (em £50 em dinheiro)

IIβ) Meios de produção β. $C^{200}$(β) (em meios de produção β) + $V^{50}$β (em £50 em dinheiro) + $M^{50}$β (em £50 em dinheiro).

Daqui parte a iniciativa de IIβ. Com as £50, ele compra mercadoria de I*b*, e o resultado é:

IIβ) Meios de produção β. $C^{200}$β (em meios de produção β) + $V^{50}$β (em £50 em dinheiro) + 0 (mais precisamente: £50 em dinheiro desembolsadas em fundos de consumo β)

I*b*) Meios de consumo *b*. $C^{150}$(β) (em meios de produção IIββ) + $C^{50}$ (em dinheiro)

Por fim, I*b* compra de IIββ meios de produção por £50 em dinheiro, e o resultado é:

| | |
|---|---|
| I*b*) Meios de consumo *b*. | $C^{200}$*b* (em meios de produção IIββ) |
| IIββ) Meios de produção ββ. | $C^{100}$(ββ) (em meios de produção IIβ) + $C^{100}$(ββ) + £50 em dinheiro para a circulação do mais-valor. |

Se não tivéssemos partido do suposto de que IIββ adianta todo o dinheiro para a circulação do mais-valor em IIβ e ββ (por exemplo, sendo adiantadas £25 de IIββ e £25 de IIβ), não teríamos um retorno de £50 a IIββ, mas de £25 a IIββ e £25 a IIβ.

O resultado completo da circulação total (5ª) é o seguinte:

| | |
|---|---|
| I*b*) Meios de consumo *b*. | $C^{200}$*b* (em meios de produção IIββ) |
| IIββ) Meios de produção ββ. | $C^{100}$ββ (em meios de produção IIβ) + $V^{100}$ββ (meios de produção ββ) + $V^{100}$ββ (em dinheiro)<br>+ £50 para a circulação do mais-valor. |

| | |
|---|---|
| IIβ) Meios de produção β. | $C^{200}$β (em meios de produção β) + $V^{100}$ββ (em dinheiro). |

O capital II é inteiramente produzido e, com relação a $C^{200}$(ββ) ($C^{100}$ em meios de produção β e $C^{100}$ em meios de produção ββ), e $C^{200}$(β) (em meios de produção β), vale o capital investido em IIα e IIαα.

Aqui também é preciso supor que para a circulação no interior desse capital constante são requeridas £200, sendo £100 em IIββ e £100 em IIβ.

As condições necessárias para a reprodução de IIβ e IIββ são, portanto, absolutamente reduzidas, e a questão se apresenta, em resumo, da seguinte forma:

IIβ) Produção dos meios de produção dos meios de consumo I*b*:

$C^{400}$ (em meios de produção) + $V^{100}$ (em £100 em dinheiro) + £50 para a circulação do mais-valor + *£200 para sua circulação* + força de trabalho no valor de £100.

Vejamos, por fim, o resultado inteiro do processo, como segue:

Fundo de produção:

$C^{400}$ (pra a produção dos meios de produção dos meios de consumo I*a*) + £200 para a circulação do capital constante + $C^{400}$ (para a produção dos meios de produção [dos] meios de consumo I*b*) + £200 para a circulação desse capital constante + $C^{200}$ (nos *meios de produção empregados na produção de meios de consumo Ia*) + $C^{200}$ (nos meios de produção empregados na produção dos meios de consumo I*a*).

+ { $V^{100}$, capital monetário de £100 + $V^{100}$ (capital monetário de £100)
+ { força de trabalho no valor de £100 + força de trabalho no valor de £100

Ou: *fundo de produção*

$C^{1.200}$ (em meios de produção) + £400 para sua circulação em dinheiro + $V^{300}$ (capital monetário de £300) + força de trabalho no valor de £300.

E fundo de consumo:

$R^{600}$ + £75 em dinheiro para a circulação do mais-valor e dos meios de trabalho.

*Portanto*:

$C^{1.200}$ + £400 em dinheiro para sua circulação + $V^{300}$ (força de trabalho) + £300 para sua circulação (*fundo de produção*) + $R^{600}$ + £75 para sua circulação do mais-valor.

Portanto, como antes, $C^{1.200} + R^{600}$, a soma de dinheiro necessária à força de trabalho + a soma necessária à circulação monetária.

Para as £1.800 de produto circula, no entanto, dinheiro no montante de £775, sendo £400 apenas para a troca do capital constante, £375, das quais £25 servem apenas à troca do mais-valor, ao passo que £350 servem à sua circulação, na qual o capital constante, o capital variável e o mais-valor são colocados em seus devidos lugares.

Para £1.800 em mercadorias, portanto, circularam £775 em dinheiro. Porém, é falso falar de apenas *£1.800 em mercadorias*. Temos de adicionar à conta £300 despendidas em força de trabalho,

portanto: 1.800 + 300 = 2.100 = £2.100. Valores em M (mercadoria) e T (força de trabalho).

Vejamos, uma vez mais, especialmente o movimento do dinheiro. Inicialmente, temos

## A) Primeira circulação parcial no interior de I*a*, I*b* e entre I*a* e I*b*.

| | |
|---|---|
| A) *Ia e Ib:* (p. 167, 168)[o]. | I*a*) £50 em dinheiro, adiantado como capital variável, compra T (força de trabalho); com as mesmas £50, os trabalhadores I*a* compram meios de consumo dos capitalistas I*a* e, com isso, essa soma retorna para eles etc. Essas £50 circulam para £100 em mercadorias, mais precisamente para £50 em força de trabalho e £50 em mercadorias. Por meio do modo de seu dispêndio, elas funcionam simultaneamente como *capital monetário*, isto é, para a forma-dinheiro do capital variável e, assim, refluem continuamente para seu ponto de partida. |
| *£50.* 2 cursos. Realizam mercadorias no valor de £100. *1 giro como forma-* | O capitalista compra força de trabalho dos trabalhadores por £50 e vende aos trabalhadores parte de seu próprio produto no valor de £50. *Hence* [por conseguinte], tem-se o retorno desse capital monetário. O movimento é $G^{100}$-$A^{100}$-M’-$G^{100}$. |

*dinheiro do capital variável.*

São forma-dinheiro do *capital variável*, *da renda dos trabalhadores.*

O dinheiro funciona, primeiro, como capital monetário; num segundo momento, como *meio de circulação para os trabalhadores e, assim, retorna a seu ponto de partida.*
Primeiramente o *capital* (variável) é adiantado; num segundo momento, é gasto como renda.

*A forma-dinheiro volvente [*rückkehrend*] do capital variável.*

I*b*: *£50 em dinheiro, adiantadas como capital variável (Ib).*
Aqui, o movimento já é mais complicado que em I*a*. As £50 têm mais transações a efetuar antes que retornem a seu ponto de partida como forma do capital monetário.
£50 são adiantadas no pagamento da força de trabalho.

Com essas £50, a classe trabalhadora I*b* compra meios de consumo de I*a*, a classe capitalista I*a* compra £50 em meios de consumo de I*b*, e assim £50 de capital monetário retornam a I*b*.
*Primeira transação*: as £50 inicialmente adiantadas para a força de trabalho no valor de £50 em I*b*. Mercadoria (T) no valor de £50 é comprada por £50. *Forma-dinheiro do capital variável.*
*Segunda transação*: os trabalhadores I*b* compram meios de consumo de I*a* por £50. *£50 são, num primeiro momento, a forma-dinheiro do salário*, ou do *valor de sua força de trabalho*. Portanto, *forma-dinheiro de sua renda*. Como meio de circulação de sua renda, gasta na compra de £50 de mercadorias de I*a*.
Até agora, portanto, circulou mediante £50 = 100 (£100 T. I*a* + £100 em mercadoria I*b*).
Para os capitalistas I*a*, essas £50 são a *forma-dinheiro de sua renda* ($M^{50}$(I*a*)), ou o meio de circulação de sua renda. Elas compram, com isso, £50 em mercadoria (I*b*).
São, agora, com as £50, mercadorias circulantes no valor de £150, mais precisamente $T^{50}$ (I*a*), $M^{50}$ (I*a*), $M^{50}$ (I*b*) = 150.
Por meio da última transação, as £50 retornam como forma-dinheiro do capital variável.

*£50*
3 cursos. Realizam mercadorias + T no valor de £150.
*Forma-dinheiro do capital variável (Ib).*

Quanto à forma, tem-se em £50, num primeiro momento, a forma-dinheiro do *capital variável* (I*b*).
*Meio de circulação da renda do trabalhador* (I*b*). Como tal, meio de compra de £50 em mercadorias I*a* e, por conseguinte,

3 cursos das £50 servem de mediação para 1 giro da mesma soma, por meio do que ela retorna a I*b* como forma-dinheiro

| | | |
|---|---|---|
| *Da renda dos trabalhadores (Ib). Da renda dos capitalistas (Ia). Forma-dinheiro do capital variável Ib.* | *forma-dinheiro da renda dos capitalistas Ia*, como tal, meio de compra de £50 em mercadorias I*b* e, assim, *novamente forma-dinheiro do capital variável Ib.* | do *capital variável.* |
| £25 é a forma-dinheiro da renda dos capitalistas I*b*. Por eles adiantadas. Distribui-se entre eles. *Essas £125 circulam apenas no interior de Ia e Ib, ou seja, no interior de I* | £25 circulam a renda dos capitalistas I*b*. | |

*(Ver a continuação na próxima página)*

## B) Segunda circulação parcial. Em IIαα e entre IIαα e Ia.

| | |
|---|---|
| *£50*<br>1) *Forma-dinheiro do capital variável IIαα.*<br>2) *Forma-dinheiro da renda dos trabalhadores IIαα.*<br>3) *Forma-dinheiro do capital constante ¼ Ia.*<br>É realizada como forma-dinheiro do capital constante nos meios de produção de I*a* (ou *funciona,* com relação a IIαα, como meio de compra e, com relação a I*a*, como *forma-dinheiro* de seu capital variável)<br>4) *Forma-dinheiro volvente do capital variáel II*αα.<br>Com as £50 são realizadas T por £50 (IIαα), mercadorias (I*a*) por £50 e mercadorias (IIαα) por £50 = £150. | £50 adiantadas como *capital variável* (em dinheiro) compram T em IIαα *(meios diretos de produção dos meios de consumo I*a). Com essa soma, os trabalhadores (IIαα) compram mercadorias (meios de consumo) de I*a* por £50. £50 é a forma-dinheiro da renda dos trabalhadores. Essas £50 são, agora, forma-dinheiro para $C^{50}$I*a*; isto é, para a quarta parte do capital constante I*a*.<br>Com essas £50 em dinheiro, os capitalistas I*a* compram mercadorias (meios de produção) de IIαα por £50. Com isso, o capital monetário para a circulação do capital variável IIαα retorna aos capitalistas IIαα. |

## C) Terceira circulação parcial em IIα e entre IIα, I*a* e IIαα.

*£50*
1) *Forma-dinheiro do capital variável II*α.
2) *Forma-dinheiro da renda dos trabalhadores II*α.
3) *Forma-dinheiro do capital constante (¼) Ia.*
4) *Forma-dinheiro do capital constante (¼) II*αα.
5) *Forma-dinheiro volvente o capital variável II*α.
Com as £50 são realizadas: £50 em trabalhadores (IIα); £50 em mercadoria (I*a*); £50 em mercadoria (IIαα); £50 em mercadoria (IIα) = *£200*.

£50 são adiantadas como capital variável IIα. Com essa soma, os trabalhadores compram mercadorias de I*a* por £50. Com as £50, I*a* compra meios de produção IIαα (por £50). Os capitalistas IIαα repõem, com isso, os meios de produção IIα por £50. Aos capitalistas IIα reflui, assim, o capital monetário de £50 necessário à circulação de seu capital variável.

## D) Quarta circulação parcial em IIββ e entre IIββ, I*a*, IIαα, I*b*, IIββ.

*£50*
1) *Forma-dinheiro do capital variável IIββ.*
2) *Forma-dinheiro da renda dos trabalhadores IIββ.*
3) *Forma-dinheiro do capital constante (¼) Ia.*
4) *Forma-dinheiro da renda dos capitalistas II*αα.
5) *Forma-dinheiro do capital constante* (¼) I*b*. *Forma-dinheiro volvente do capital variável* IIββ.
Com as £50 são realizadas: £50 em trabalhadores (IIββ); £50

Os capitalistas IIββ adiantam £50 como capital variável. Com essa soma, os trabalhadores compram £50 em mercadorias de I*a*, que, com as £50, compra £50 de meios de produção de IIαα; este, com £50, compra mais-produto de I*b*, que, por sua vez, emprega a mesma soma na compra de meios de produção de IIββ. Aos capitalistas IIββ reflui, assim, o capital monetário de £50 necessário à circulação de seu capital variável.

em mercadorias (I*a*); £50
em mercadorias (IIαα),
£50 em mercadorias (I*b*);
£50 em mercadorias
(IIββ) = £250.

## E) Quinta circulação parcial em IIβ e entre IIβ e I*a*, IIαα, IIα, I*b* e IIββ:

| | |
|---|---|
| *£50*<br>1) *Forma-dinheiro do capital variável IIββ.*<br>2) *Forma-dinheiro da renda dos trabalhadores IIβ.*<br>3) *Forma-dinheiro do capital constante (¼) Ia.*<br>4) *Forma-dinheiro do capital constante (¼) IIαα.*<br>5) *Forma-dinheiro da renda dos capitalistas IIα.*<br>6) *Forma-dinheiro do capital constante (¼) Ib.*<br>7) *Forma-dinheiro do capital constante (¼) IIββ.*<br>8) *Forma-dinheiro volvente do capital variável IIβ.*<br>Com as 50 são realizadas: £50 em trabalhadores (IIβ), £50 em mercadoria (I*a*), £50 em mercadoria (IIαα), £50 em mercadoria (IIα), £50 em mercadoria (I*b*), £50 em mercadoria (IIββ), £50 em mercadoria (IIβ) = £350. | Os capitalistas IIβ adiantam £50 em dinheiro como capital variável; com essa soma, os trabalhadores compram £50 em mercadorias de I*a*; os capitalistas I*a* compram, com esse dinheiro, £50 em meios de produção de IIαα, estes £50 em meios de produção de IIα, estes £50 em meios de consumo de I*b*, estes £50 em meios de produção de IIββ, estes £50 em meios de produção de IIβ. Com isso, reflui para IIβ o capital monetário necessário à circulação de seu capital variável. |

## F) Sexta circulação parcial na classe II, α e αα.

| | |
|---|---|
| £200<br>Para a *circulação do capital constante* IIα e IIαα. | £200<br>*Para a circulação do capital constante* IIα e IIαα.<br>Cf. p. 170.[p] |

## G) Sétima circulação parcial entre IIββ, I*b* e IIβ.

| | | |
|---|---|---|
| £50. | 3) *Forma-dinheiro do* | Supondo-se que IIββ desembolsa todo o dinheiro |

| | | |
|---|---|---|
| 1) *Dinheiro para a circulação do mais-valor (IIββ).*<br>2) *Forma-dinheiro do capital constante* (I*b*). | *capital constante (IIββ).*<br>4) *Meio de circulação do mais-valor IIβ.*<br>5) *Forma-dinheiro do capital constante* (I*b*).<br>6) *Forma-dinheiro volvente do mais-valor* IIββ.<br>*Com as £50 em dinheiro, são realizadas:* £50 em mercadoria (I*b*), £50 em mercadorias (IIββ), £50 em mercadoria (IIβ), £50 em mercadoria (I*b*), £50 em mercadoria (IIββ) = £250. | para a circulação de seu mais-valor, isto é, *£50 em dinheiro*; que ele compra, com essa soma, meios de consumo de I*b*; que<br>I*b*, com esse dinheiro, compra £50 em meios de produção de IIββ.<br>IIββ compra meios e produção de IIβ por £50;<br>IIβ, com £50, compra meios de consumo de I*b* (realiza seu mais-valor),<br>I*b compra de IIββ £50 em meios de produção* e, assim, as £50 refluem para IIββ. |

## H) Oitava circulação parcial no interior de IIββ e IIβ.

| | |
|---|---|
| *£200.*<br>*Para a circulação no interior do capital constante IIβ e IIββ.* | *£200* para a circulação no interior do capital constante IIββ e IIβ. (p. 171[q]) |

# Observações sobre o antecedente.

## a) Recorrência do dinheiro desembolsado como capital variável

Inicialmente, o papel mais importante do dinheiro é o de *forma-dinheiro do capital variável*, simultaneamente meio de circulação da renda do trabalhador.

O capitalista paga o trabalhador com dinheiro, com o qual o trabalhador compra mercadorias do capitalista. Desse modo, o capitalista recebe de volta o dinheiro com o qual ele compra nova força de trabalho etc. Mas esse processo só ocorre de forma imediata nos ramos industriais que produzem diretamente meios de consumo para os trabalhadores. (Aqui é indiferente se o mercador atua como intermediário. O varejista recebe a mercadoria do produtor, que, assim, a vende ao trabalhador por seu

intermédio, e não diretamente; porém, o varejista tem de pagar de volta ao produtor o dinheiro que recebeu do trabalhador.)

Quanto mais distante o ramo industrial em questão se encontra da produção dos meios de consumo dos trabalhadores, ou seja, *generally speaking* [em termos gerais] dos meios necessários de subsistência, tanto *menos diretamente se dá o retorno a seu ponto de partida do dinheiro investido em salário* (comparar, por exemplo, o ponto "E) Quinta circulação parcial", p. 173, com o ponto "A)", p. 172[r]).

Aqui está pressuposto que *o mesmo e idêntico dinheiro*, que, por exemplo, é desembolsado em salário, retorna como forma-dinheiro do capital variável a seu ponto de partida. Naturalmente, isso não ocorre na realidade, ou o faz apenas ocasionalmente. No refluxo trata-se apenas do fato de que uma determinada soma de valor *retorna em dinheiro a seu ponto de partida*, sendo totalmente indiferente a personalidade das peças monetárias nas quais ela retorna. No *curso do dinheiro*, ao contrário, trata-se diretamente dos diversos atos de circulação ou variações de posições efetuados pelas mesmas e idênticas peças monetárias.

Aqui, ao contrário, não tratamos apenas de um capitalista singular, mas das *massas inteiras de capitais variáveis*, na medida em que estas são inicialmente adiantadas em *forma-dinheiro* e devem sempre ser adiantadas nessa forma.

O retorno tem de ser tão constante quanto o dispêndio. Portanto, sendo esse retorno mediado por uma série de atos de circulação, nos quais se expressa o movimento efetivo do processo de reprodução e de consumo – ou seja, a reposição de partes do capital, tanto daquelas subtraídas do produto como das partes deste último que recaem nos fundos de consumo individuais –, é preciso que, em geral, uma parte significativa do dinheiro desembolsado como capital variável percorra *de modo idêntico os cursos* indicados nas tabelas.

Segue-se, assim, que o movimento de refluxo do *dinheiro* inicialmente adiantado ou pago como forma-dinheiro do capital variável inclui, ou pode incluir *uma série inteira de cursos* desse mesmo dinheiro.

Os diferentes períodos de rotação de diferentes partes independentes do

capital social e, por conseguinte, as diferentes grandezas do capital monetário que se deve adiantar nos distintos ramos para pôr em movimento a mesma massa de força de trabalho não entram aqui em consideração. Mesmo que, por exemplo, a rotação num ramo seja apenas anual, ao passo que em outro ela dure poucas semanas etc., o capital monetário adiantado como capital variável, tanto num caso como no outro, é posto imediatamente em circulação pelos trabalhadores – por exemplo, semanalmente –, como meio de circulação de sua renda. Para a circulação da massa total do capital variável só é necessária uma determinada massa monetária. Portanto, se num ramo – em consequência de seu período prolongado de rotação – é lançada em circulação uma parte alíquota maior dessa massa total, num outro ramo o é uma parte alíquota menor, de modo que uma parte maior reflui tanto lá como aqui.

### b) Diferença entre refluxo do dinheiro no qual o capital variável é desembolsado e do dinheiro que funciona como meio de circulação do mais-valor, da renda dos capitalistas

O processo de reprodução, considerado em seu movimento total, não apenas coloca uma parte do produto nos fundos de produção (como elemento material do capital produtivo), reproduz não apenas a força de trabalho e a reincorpora ao capital, como redistribui também o *dinheiro* em funcionamento, e o faz, em parte como forma-dinheiro de capital, em parte como meio de circulação (forma-dinheiro) do mais-valor (renda dos capitalistas).

No entanto, o refluxo do dinheiro, que originalmente circula como meio de circulação da renda (ou é gasto), é *toto coelo* distinto do refluxo do dinheiro, na medida em que é adiantado como forma-dinheiro do capital variável (e do capital em geral).

O dinheiro adiantado sob a última forma reflui na sequência de seu próprio dispêndio. Ele é convertido em força de trabalho pelo capitalista e é lançado na circulação de mercadorias pelo trabalhador, para o qual ele é a forma-dinheiro de seu salário ou de sua renda. Mas o valor da força de trabalho constitui parte do valor da mercadoria por ela produzida. Mediante

a venda dessa mercadoria, portanto, o dinheiro que o capitalista pagou originalmente ao trabalhador e que foi por ele lançado na circulação (ou parte do dinheiro circulante no montante do valor da força de trabalho) retorna, circula de volta, diretamente, a seu ponto de partida no qual o trabalhador se apresenta como comprador de sua própria mercadoria, e indiretamente, em todos os outros casos.

Diferente é o que ocorre com a parte do dinheiro lançada na circulação com vistas a converter em dinheiro ou fazer circular o mais-valor. O capitalista – e o dinheiro para a circulação da renda da classe capitalista só pode ser lançado em circulação por essa própria classe –, que gasta dinheiro na compra de seus meios de consumo, por meio desse ato não realiza o refluxo desse dinheiro para seu bolso. Ao contrário. O único conteúdo desse ato é que ele avança um valor em dinheiro e, por ele, obtém um valor em meios de consumo, que ele consome (que integra seu consumo individual). Com isso, esse valor tornou-se tudo para ele. Reflui para ele – como aqui é pressuposto, cada capitalista consome apenas seu mais-valor – porque o capitalista, mediante a venda de sua mercadoria, realiza o mais-valor contido nesta última. Que em sua mercadoria está incorporado mais-valor, ou seja, que mediante sua venda esse mesmo mais-valor se realiza é algo que não guarda absolutamente nenhuma relação com o fato de ele gastar dinheiro na compra de meios de consumo, nem é algo que se segue desse fato. Na verdade, ele apenas antecipou a venda desse mais-valor e, assim, gastou dinheiro nesse montante. Por meio da venda de sua mercadoria esse dinheiro reflui para ele.

A coisa parece se apresentar de modo diferente na realidade, em que o mais-valor pertence apenas em parte ao capitalista, que o extraiu do trabalhador, mas, em parte, tem de ser por ele desembolsado, digamos, no pagamento da renda fundiária ao proprietário da terra, de juros aos capitalistas agiotas, de impostos (tributo) ao Estado. Tais pagamentos são feitos pelo capitalista industrial em dinheiro. Em vez de lhes pagar uma parte do mais-produto *in natura*, ele lhes paga em dinheiro o valor que lhes cabe nesse mais-produto. Uma vez mais, portanto, é a classe capitalista industrial que lança esse dinheiro na circulação, mas não como meio de

compra ou de pagamento de mercadoria, e sim para a indenização de seus coproprietários do mais-valor. Estes voltam a lançar o dinheiro na circulação, na compra de mercadorias. Ele reflui, então, para os capitalistas industriais, já que estes não pagam duas vezes, a primeira em dinheiro, depois em mercadoria. Desse modo, uma parte do dinheiro necessário à circulação do mais-valor encontra-se constantemente em circulação, nas mãos daqueles sócios do capitalista, e retorna para ele quando estes últimos compram mercadorias. Os capitalistas industriais obtém de seus sócios, aqui, o dinheiro com o qual lhes pagam a renda fundiária etc.

## c) Operação do dinheiro como meio de compra (ou meio de pagamento) e como forma-dinheiro, seja de capital, seja de renda

Tomemos, por exemplo, a circulação *E*, p. 173[s].

A mesma soma monetária de £50 figura *aqui* alternadamente como forma-dinheiro *do capital variável* IIβ (portanto, como *capital* monetário), como forma-dinheiro da renda do trabalhador ou meio de circulação de sua renda (forma-dinheiro da renda), forma-dinheiro do *capital constante* I*a* (portanto, como *capital monetário*), *forma-dinheiro do capital constante* (IIαα), (portanto, como capital monetário), *forma-dinheiro da renda dos capitalistas* IIα (forma-dinheiro como renda), *forma-dinheiro do capital constante* I*b* (portanto, como *capital monetário*), *forma-dinheiro do capital constante* IIββ (portanto, como *capital monetário*) e, finalmente, como *forma-dinheiro volvente do capital variável IIβ* (portanto, como *capital monetário*).

O fato de que o dinheiro existe aqui *d'abord* como *forma-dinheiro do capital variável* IIβ significa apenas que a parcela de valor do capital total IIβ a ser aplicada na força de trabalho encontra-se como dinheiro nas mãos da classe capitalista IIβ[t].

Quando esta o gasta, ela já o converteu em força de trabalho. O dinheiro deixou de existir como capital monetário, como forma-dinheiro do capital variável, e agora possui, antes, a forma na qual ele consiste em componente do *capital produtivo*. Ele só aparece como *forma-dinheiro volvente* dessa

parte variável do capital porque já se converteu da forma de capital-mercadoria na de capital monetário e, agora, precisa se reconverter em força de trabalho. O mesmo dinheiro (£50) se torna, em sua segunda posição – nas mãos do trabalhador –, forma-dinheiro da renda, do valor de sua força de trabalho, ou do preço realizado de seu trabalho, mas isso só ocorre enquanto o trabalhador *não gastá-lo*. Tão logo o faça, o dinheiro está transformado em meios de subsistência para o trabalhador e se converteu em forma-dinheiro do capital constante, ou seja, em capital monetário nas mãos dos capitalistas I*a*, isto é, uma parcela constante do valor de seu capital é transferida (convertida) da forma-mercadoria em forma-dinheiro. Da forma-dinheiro, essa soma tem de ser reconvertida na forma natural de seu capital constante, isto é, em *meios de produção*. Apenas enquanto o dinheiro se encontra em suas mãos ele constitui a forma-dinheiro de seu capital constante etc.

As diferentes funções que a mesma soma monetária percorre em seu curso não são *jamais* possuídas por ela enquanto circula, e sim enquanto *não* circula. Na própria circulação o dinheiro só se apresenta como *meio de circulação* em funcionamento. (Também o *meio de pagamento*, cuja função não precisamos aqui expor em detalhes, *circula*, constitui parte da massa monetária circulante.)

O número das diferentes condições que ele representa, como forma-dinheiro do capital variável, capital constante, renda etc. é, assim, maior que o *número de seus cursos*, isto é, que os processos de circulação nos quais ele troca de mãos e compra ou paga mercadorias. Pois, ao fim e ao cabo, o dinheiro precisa sempre fixar-se num lugar no qual ele represente uma forma-dinheiro, seja de capital, seja de renda, sem funcionar de fato *como meio de circulação* ou meio de pagamento. Por exemplo, na circulação E, ele é 1) *forma-dinheiro do capital variável* que deve ser desembolsado. Enquanto permanece fixo nessa condição, ele não circula. E ele retorna 2) à mesma posição, com a mesma destinação; ele se encontra, portanto, pela segunda vez na mesma função, sem funcionar. Por isso, o encontramos em oito formas (das quais duas são *as mesmas*), ao passo que ele só realiza seis cursos.

Por outro lado, assim que entra efetivamente em circulação, o dinheiro age sempre como *meio de circulação* (ou, conforme o caso, meio de pagamento) (ainda não conhecemos, aqui, as funções nas quais ele serve apenas para *transfer* [realizar transferências], sem servir como meio de circulação ou meio de pagamento de mercadorias).

## d) É verdade que o dinheiro adiantado no pagamento do trabalho também funciona, em parte, como meio de circulação para o capital constante e o mais-valor etc., mas uma parte do capital constante circula por meio de uma massa monetária totalmente independente da primeira.

Vejamos novamente o percurso:

I) *Primeira classe*. Meios de consumo:

| | |
|---|---|
| *a*) consumo do trabalhador: | + *b*) consumo dos capitalistas: |
| $C^{200}a + V^{50}a$ + £50 em dinheiro + $M^{50}a$ | $C^{200}b + V^{50}b$ + £50 em dinheiro + $M^{50}b$ |
| II) *Segunda classe*. Meios de produção: | + meios de produção *b*: |
| *a*) $\alpha$) $C^{200}\alpha + V^{50}\alpha$ (merc.*) + £50 em dinheiro) + $M^{50}\alpha$ | $C^{200}\beta + V^{50}\beta$ (merc.) + £50 em dinheiro) + $M^{50}\beta$ |
| + $\alpha\alpha$) $c^{200}\alpha\alpha + V^{50}\alpha\alpha$ (merc.) + £50 em dinheiro) + $M^{50}\alpha\alpha$ | $C^{200}\beta\beta + V^{50}\beta\beta$ (merc.) + £50 em dinheiro + $M^{50}\beta\beta$ [u] |

No total, em I) e em II) – somando-se todos os ramos – são desembolsadas £300 em dinheiro em força de trabalho; com essas £300 os trabalhadores compram a parte que lhes cabe dos meios sociais de consumo. Assim, é utilizado o produto inteiro I*a*, no valor de £300. É claro que as £50 em dinheiro que os próprios capitalistas I*a* desembolsam em salário refluem para eles como forma-dinheiro de seu capital variável por meio da venda a seus próprios trabalhadores de suas mercadorias no valor de £50. Portanto, depois de £300 terem sido desembolsadas na compra ou no pagamento do trabalho e, em seguida, terem sido gastas pelos trabalhadores em meios de subsistência, a coisa se apresenta da seguinte

forma:

(Merc. = mercadoria: o produto do ramo industrial correspondente).

I) *Primeira classe*. Meios de consumo:

| *a*) meios de consumo dos trabalhadores: | + *b*) meios de consumo dos *capitalistas*: |
| --- | --- |
| $C^{200}a$ = £200 em *dinheiro* + $V^{50}a$ = £50 (em *dinheiro*) + $M^{50}a$ = £50 (em *dinheiro*) | $C^{200}b$ (merc.) + $V^{50}b$ (merc.) + $M^{50}b$ (merc.) |

II) *Segunda classe. Meios de produção*:

| | |
| --- | --- |
| $\alpha$) $C^{200}\alpha$ (merc.) + $V^{50}\alpha$ (merc.) + $M^{50}\alpha$ (merc.) | + β) $C^{200}\beta$ (merc.) + $V^{50}\beta$ (merc.) + $M^{50}\beta$ (merc.) |
| + $\alpha\alpha$) $C^{200}\alpha\alpha$ (merc.) + $V^{50}\alpha\alpha$ (merc.) + $M^{50}\alpha\alpha$ (merc.) | + ββ) $C^{200}\beta\beta$ (merc.) + $V^{50}\beta\beta$ (merc.) + $M^{50}\beta\beta$ (merc.) |

No que diz respeito aos capitalistas I*a*, seu produto inteiro consiste agora em £300 em dinheiro. Desta soma, £50 são forma-dinheiro volvente do capital variável; elas se encontram, portanto, na forma sob a qual essa parte do capital pode recomeçar o processo de reprodução. Mas as outras partes do produto foram reconvertidas a partir dessa forma-dinheiro.

$M^{50}a$, agora = £50 em dinheiro, encontra-se na forma sob a qual os capitalistas I*a* podem convertê-la em mais-produto, em seus meios de consumo; eles compram mercadorias (merc.) de I*b* por £50; para I*b* reflui, desse modo, a forma-dinheiro de seu capital variável. (Essa parte de seu capital é reproduzida na forma sob a qual ele deve reiniciar o processo.) As £50 em mercadoria I*b* integram os fundos de consumo dos capitalistas I*a* e, por isso, desaparecem como componente de seu capital-mercadoria.

Em segundo lugar, porém, os capitalistas I*a* reconverteram *$C^{200}a$ em dinheiro* (£200) na forma de seus meios de produção (IIαα). Eles compram, portanto, £200 em mercadoria de IIαα. O que IIαα deve inicialmente repor

com esse dinheiro é a forma-dinheiro de seu capital variável (portanto, $V^{50}\alpha\alpha$) convertida de mercadoria (merc.) em dinheiro (£50). Supondo-se, além disso, que $M^{50}\alpha\alpha$ seja convertido em dinheiro e $C^{100}\alpha\alpha = C^{200}\alpha\alpha = C^{100}\alpha\alpha = \frac{C^{200}\alpha\alpha}{2}$, a questão se coloca, então, da seguinte forma:

(T = Força de trabalho)

*a*) $C^{200}a$ (em merc. $\alpha\alpha$) + $V^{50}a$ em dinheiro + $T^{50}$ + £50 em fundos de consumo + *b*) $C^{200}b$ (merc.) + $V^{50}b$ *em dinheiro* + $T^{50}$ + $M^{50}b$ (merc.)

II) *Segunda classe*. Meios de produção:

$\alpha\alpha$) $C^{100}\alpha\alpha$ (merc.) + $C^{100}\alpha\alpha$ (em dinheiro) + $V^{50}\alpha\alpha$ (em dinheiro) + $T^{50}$ + $M^{50}\alpha\alpha$ (em dinheiro) + β) $C^{200}\beta$ (merc.) + $V^{50}\beta$ (merc.) + $M^{50}\beta$ (merc.)

+ α) $C^{200}\alpha$ (merc.) + $V^{50}\alpha$ (merc.) + $M^{50}\alpha$ (merc.) + ββ) $C^{200}\beta\beta$ (merc.) + $V^{50}\beta\beta$ (merc.) + $M^{50}\beta\beta$ (merc.)

Observando a classe I*a,* percebemos que, inicialmente, o capital é inteiramente reproduzido. $C^{200}a$ consiste em novos meios de produção; $V^{50}a$ tem novamente a forma-dinheiro, a fim de incorporar a si mais uma vez $T^{50}$.

Finalmente, $M^{50}a$ – esse mais-valor é convertido da forma-dinheiro em fundo de consumo. Tem-se portanto, de um lado, a reprodução plena do capital $C^{200}a$ em meios de produção, $V^{50}$ em dinheiro, ao mesmo tempo que $T^{50}$ é reproduzida por intermédio dos meios de subsistência e os capitalistas, mediante o fundo de consumo. Portanto, I*a* não tem mais nada a fazer no processo de circulação e, por isso, é excluído da tabela.

A classe IIαα transforma $M^{50}(\alpha\alpha)$ de dinheiro em meios de consumo I*b*. Aqui, por conseguinte, $C^{200}b$ (merc.) converte-se em $C^{150}b$ (merc.) + $C^{50}b$ (*dinheiro*); em seguida, tal como ocorre com $M^{50}b$ (merc.), ela está destinada a ser o fundo de consumo dos capitalistas I*b*.

Além disso, a classe IIαα converte $C^{100}\alpha\alpha$ de dinheiro em meios de

produção IIα, com o que esse $V^{50}α$ é reconvertido em *dinheiro*, o mesmo ocorrendo com $M^{50}α$.

Como conclusão dessas transações, temos, portanto:

I) *Primeira classe.* Meios de consumo:

a) + *b*) $C^{150}b$ (merc.) + $C^{50}b$ em dinheiro + $V^{50}b$ em dinheiro + $T^{50}$ + $M^{50}b$ (merc.)

II) *Segunda classe*. Meios de produção:

*αα*) $C^{100}$(merc. *αα*) + $C^{100}$(merc. *α*) + $V^{50}αα$ em dinheiro + $T^{50}$ + £50 em fundos de consumo

+ β) $C^{200}$(merc.) (β) + $V^{50}$(merc.) (β) + $M^{50}$(merc.) (β)

+ *α*) $C^{200}$(merc. *α*) + $V^{50}α$ em dinheiro + $T^{50}$ + $M^{50}α$ em dinheiro

+ ββ) $C^{200}ββ$ (merc.) + $V^{50}ββ$ (merc.) + $M^{50}ββ$ (merc.)

No que diz respeito à classe IIαα, a metade de $C^{200}$ possui sua forma reproduzida $C^{100}$(merc. *a*). Desta última, deve-se considerar somente a outra metade. Quanto às outras partes V + M, a primeira é reconvertida em sua forma-dinheiro, enquanto T – conservada por intermédio dos meios de subsistência I*a* – volta a confrontar-se com ela como objeto de compra. Por fim, $M^{50}$ é transformada em fundo de consumo I*b*. Estas duas últimas partes ficam, portanto, excluídas da próxima tabela.

Quanto a IIα, V é novamente transformado de forma-mercadoria em forma-dinheiro; com $M^{50}$ (em dinheiro), ele compra mercadorias I*b*, que entram em seu fundo de consumo. Em I*b,* portanto, temos agora: $C^{100}$(merc. *b*) + $C^{50}b$ em dinheiro + $C^{50}b$ em dinheiro + etc.

Como conclusão dessas transações temos, portanto:

I) *Primeira classe*. Meios de consumo:

a) + *b*) $C^{100}$ (merc. *b*) + $C^{100}b$ em dinheiro + $V^{50}b$ em dinheiro + $T^{50}$ + $M^{50}$ (merc. *b*)

II) *Segunda classe*. Meios de produção:

$\alpha\alpha$) $C^{100}$ (merc. $\alpha\alpha$) + $C^{100}$ (merc. $\alpha$) + etc. + $\beta\beta$) $C^{200}$ (merc. $\beta\beta$) + $V^{50}$ ($\beta\beta$) (merc.) + $M^{50}$ (merc. $\beta\beta$)

+ $\alpha$) $C^{200}$ (merc. $\alpha$) + etc. + + $\beta$) $C^{200}$ (merc. $\beta$) + $V^{50}$ (merc. $\beta$) + $M^{50}$ (merc. $\beta$).

I*b* transforma $C^{100}$ (dinheiro) em meios de produção II$\beta\beta$, e e temos, então:

I) *Primeira classe*. Meios de consumo:

*a*) ++ *b*) $C^{100}$ (merc. $\beta\beta$) + $C^{100}$ (merc. *b*) + $V^{50}b$ em dinheiro + $T^{50}$ + $M^{50}$ (merc. *b*)

II) *Segunda classe*. Meios de produção:

$\alpha\alpha$) $C^{100}$ (merc. $\alpha\alpha$) + $C^{10}$ (merc. $\alpha$) + etc. + $\beta\beta$) $C^{150}$ (merc. $\beta\beta$) + $C^{50}$ (dinheiro) + $V^{50}\beta\beta$ em dinheiro + $T^{50}$ + $M^{50}\beta\beta$

+ $\alpha$) $C^{200}$ (merc. $\alpha$) + etc. + + $\beta$) $C^{200}$ (merc. $\beta$) + $V^{50}\beta$ (merc.) + $M^{50}$ (merc. $\beta$).

II$\beta\beta$, com as £50 em dinheiro, compra meios de produção de II$\beta$ no montante de £50. Com isso, $V^{50}\beta$ são reconvertidas de forma-mercadoria em forma-dinheiro, ou seja, valor variável de capital é reconvertido em sua forma reproduzida.

Temos, então,

para II$\beta\beta$: $C^{150}$ (merc. $\beta\beta$) + $C^{50}$ (merc. $\beta$) + $V^{50}\beta\beta$ em dinheiro + $T^{50}$ + $M^{50}\beta\beta$.

e para II$\beta$: $C^{200}$ (merc. $\beta$) + $V^{50}\beta$ em dinheiro + $T^{50}$ + $M^{50}$ (merc. $\beta$).

A forma-dinheiro do capital variável está, agora, reposta em todas as

classes I*a* e I*b*, como IIαα, IIα, IIββ e IIβ. Ela refluiu por toda parte a seus pontos de partida.

Temos, assim:

I) *Primeira classe*. Meios de consumo:

*a*) ........ +

+ *b* $C^{100}$ (merc. ββ) + $C^{100}$ (merc. *b*) + $V^{50}$*b* em dinheiro + $T^{50}$ + $M^{50}$ (merc. *b*)

II) *Segunda classe*. Meios de produção:

*αα*) $C^{100}$ (merc. *αα*) + $C^{100}$ (merc. *α*) + etc.

+ ββ) $C^{150}$ (merc. ββ) + $C^{50}$ (merc. β) + $V^{50}$ββ em dinheiro + $T^{50}$ + $M^{50}$ (merc. ββ)

+ *α*) $C^{200}$ (merc. *α*) + etc.

+ β) $C^{200}$ (merc. β) + $V^{50}$β em dinheiro + $T^{50}$ + $M^{50}$ (merc. β).

Em toda parte, o dinheiro originalmente adiantado como forma-dinheiro do capital variável nas classes I (I*a* e I*b*), (IIαα e IIα) e (IIββ e IIβ) = £300 e, em seguida, gasto pelos trabalhadores em meios de subsistência como meio de compra, meio de circulação de sua renda, retornou a seu ponto de partida como forma-dinheiro do capital variável, a fim de reiniciar seu curso.

O produto total do capital I*a* = £300 é, socialmente considerado, = fundo de consumo (renda) do trabalhador. Ele é, portanto, inteiramente comprado pelos trabalhadores (não importando, nesse caso, que o trabalhador pague, por exemplo, uma quantia *x* dessa renda para o aluguel de sua moradia e que dinheiro de outrem seja gasto na parte por ele não consumida de seus meios de consumo anuais, ou também em serviços etc.), ou seja, convertido em dinheiro.

A *classe capitalista Ia* adianta £50 como capital variável. Essa soma reflui para ela diretamente por meio da venda de ⅙ de seu produto = £50 a seus próprios trabalhadores. Essas £50 devem ser descontadas de conta

subsequente. Restam, pois, £250 em dinheiro.

Como o produto I*a*, materialmente considerado, = ao fundo de consumo dos trabalhadores e, considerado segundo o valor, = à soma do salário social pago – pelo qual ele é diretamente trocado –, fica claro, então, que o dinheiro desembolsado em salário – ou o dinheiro no qual se representa o capital variável social – representa ao mesmo tempo a forma-dinheiro e, por conseguinte, o meio de circulação para C*a* + M*a*, ou seja, para as partes do produto I*a* nas quais se representa o capital constante e o mais-valor da classe capitalista I*a*. Esta última precisa despender £200 para repor C*a in natura* e despende £50 para realizar M*a* em meios de consumo. O dinheiro que refluiu da classe I*b* – II (α, αα, β, ββ) – para a classe I*a* como meio de circulação dos trabalhadores tem, portanto, de refluir para I*b* e IIαα, que fornecem diretamente os meios de produção de I*a*.

Com £50, I*b* repõe seu capital variável, que, assim, é excluído do cálculo subsequente. Do mesmo modo, IIαα repõe com £50 seu capital variável, que, assim, é igualmente excluído do cálculo subsequente.

Encontram-se, agora, £150 em dinheiro nas mãos de IIαα (após a dedução de £50 para o capital variável). Dessa soma, £50 convertem em dinheiro o mais-valor desembolsado em meios de consumo I*b*. Com isso, uma parte do produto de I*b* = $C^{50}$ converte-se em dinheiro. Com as outras £100, I*a* compra meios de produção de IIα. Assim, reflui a forma-dinheiro do capital variável para IIα e seu mais-valor é convertido em dinheiro = $M^{50}$α. Essas £50 são gastas por IIα em meios de consumo I*b*; com isso, converte-se em dinheiro uma segunda parte do produto I*b* = $C^{50}$. Se abstraímos do capital constante em I*a* e IIαα, então a circulação para esse capital constante está concluída.

Com exceção do mais-valor $M^{50}$*b*, agora a metade do produto I*b* está convertida em dinheiro. Ela tem de ser inteiramente convertido em dinheiro, já que, com exceção de $M^{50}$(I*b*), ela entra inteiramente no consumo da classe capitalista I*a* e IIα – αα + IIβ, ββ – e, *in fact* [de fato], constitui o fundo de consumo da classe capitalista. Porém, após a dedução de $V^{50}$(I*b*), que é a forma *reproduzida* do capital variável I*b*, o resto de C*b* tem de ser reconvertido em meios de produção. Com £100 em dinheiro, I*b* compra

meios de produção de IIββ. Desse modo, *V(ββ) é reproduzido* em forma-dinheiro e $C^{50}$ (IIββ) = $C^{200}$(IIββ) é convertido em dinheiro. Com essas £50, IIββ compra por £50/4 meios de produção de IIβ, para o qual reflui, assim, a forma-dinheiro de seu capital variável.

Com isso, conclui-se o curso das £300 que foram desembolsadas em salários.

Foram realizadas, assim:

| | |
|---|---|
| 1) a força de trabalho comprada nas diferentes classes pelo valor de £300; | (= *£300 em valor T*) |
| 2) o *produto inteiro Ia convertido em dinheiro* (do qual ⅙ = £50 é apenas o retorno do salário desembolsado no próprio I*a*). | (= *£300 em valor Ia*) |
| 3) £50 de mais-valor I*a* realizadas em I*b* = £50 (retorno do capital variável I*b*) e £200 em IIαα. | (= *£250 em valor* (*£50* I*b* + £200 IIαα)) |
| 4) para IIαα *refluíram* £50*V*, $M^{50}$ (dinheiro) é desembolsada em I*b* = £50 e £100 em £100 de produto de IIα. | (= *£150* (£50 I*b* + £100 IIα)) |
| 5) para IIα *refluíram* £50*V*, $M^{50}$ (dinheiro) é desembolsada em I*b* = £50. | (= £50 I*b*) |
| 6) I*b* reconverte £100 em meios de produção IIββ. (= £100 merc. ββ). Desse modo, £50V refluem para *IIββ* e £50 são por ele convertidas em meios de produção IIβ (= £50 merc. β). | |

Para que *seu capital variável retorne* a IIβ,

$$\left.\begin{cases} = £100\ (\textit{merc. } \beta\beta) \\ = £50\ (\textit{merc. } \beta) \end{cases}\right\} = £150.$$

Com isso, £300 completaram seu curso, a fim de reiniciá-lo.

Eles realizaram £300 I*a*, $V^{50}$(merc. αα), $M^{50}$(merc. αα), $C^{100}$(merc. αα), $V^{50}$(merc. α), $M^{50}$(merc. α), $V^{50}$(merc. *b*), $C^{100}$(merc. *b*), $C^{50}$(merc. ββ), $V^{50}$(merc. ββ) e $V^{50}$(merc. β).

£300 I*a*. Dessa soma, subtrai-se:

£50 para I*a,*

e *£50* para I*b* ($V^{50}$I*b*),

*rests* [restam]: £200. Estas são, *d'abord*, 200 (merc. αα) = $V^{50}$ αα + $M^{50}$αα + $C^{100}$αα.

Dessa soma, subtrai-se:

£50 em dinheiro para IIαα ($V^{50}$),

e £50 para I*b*,

*rests*: £100. Estas são, *d'abord*: 100 (merc. α) = $V^{50}$α + $M^{50}$α.

Dessa soma, subtrai-se:

£50 em dinheiro pra IIα,

e £50 para I*b,*

*rests*: 0.

No total, foram desembolsadas £300 em salários.

Dessa soma, £150 o foram em I*a*, Iα, IIαα e IIα, } = £300
e £150 em I*b*, IIββ e IIβ. }

Essas £300 convertem em dinheiro o produto total I*a* = $C^{200}a$ + $V^{50}a$ + $M^{50}a$.

O dinheiro desembolsado em salários nas seis classes flui diretamente para I*a*. Dessa soma, ⅙ = $V^{50}a$ é diretamente desembolsado em I*a* e reflui diretamente para este último.

Portanto, de início é evidente que o dinheiro que constitui originalmente a forma-dinheiro do capital variável em todas as seis classes tem de constituir, após sua primeira circulação, a forma-dinheiro – e, além disso, o meio de circulação – não só para o capital variável, mas também para o capital constante e o mais-valor em I*a*. (Pois o produto I*a* = £300 = $C^{200}a$ + $V^{50}a$ + $M^{50}a$).

As £50 em dinheiro desembolsadas para os salários em I*a* *refluem diretamente para este último* como forma-dinheiro de $V^{50}a$ e, por

conseguinte, são excluídas do cálculo subsequente da circulação total. Restam, portanto, apenas £250 a serem calculadas para a circulação restante.

Cabe observar, porém, que em I*a*, IIαα e IIα são desembolsadas apenas £150 em salários. Portanto, apenas £150 precisam ser nela reabsorvidas e a ela retornar para a forma-dinheiro do capital variável. Mas a ela já retornaram £50 = $^{150}/_3$ = ⅓. Assim, apenas ⅔ (150) = 100 ainda podem ser absorvidos em IIαα e IIα, e as outras £150 têm de retornar a I*b*, IIββ e IIβ.

De I*a*, que agora representa o inteiro fundo monetário social desembolsado em salários, nada pode refluir diretamente para IIββ e IIβ. Somente *para Ib pode refluir diretamente dinheiro de Ia*, uma vez que o produto I*a* é o fundo de consumo dos capitalistas, no qual os capitalistas de todas as classes I e II têm de realizar seu mais-valor, assim como os trabalhadores de todas as classes têm de realizar seu salário no fundo de consumo I*a*.

£50 em dinheiro como meio de circulação de $M^{50}a$ refluem, assim, para I*b* e aqui convertem em dinheiro $V^{50}b$. Elas são, aqui, a forma-dinheiro volvente do capital variável e nesta função permanecem, portanto, absorvidas em I*b*. Se partimos da circulação subsequente, encontramos em circulação apenas £200 (= $C^{200}a$). As £100 que ainda precisam ser repostas para IIββ e IIβ, para o salário adiantado, só podem refluir para estas últimas a partir de IIαα e IIα, como forma-dinheiro do mais-valor nessas esferas.

(Supomos, aqui, que $V^{50}b$ = $M^{50}a$, de modo que a conversão em dinheiro de $M^{50}a$ cobre exatamente $V^{50}b$. Somente dois outros casos são possíveis. Ou $V^{50}b$ é maior, ou é menor do que $M^{50}a$. Isso deve ser investigado posteriormente.)

£200 são agora, portanto, a forma-dinheiro de $C^{200}a$. Elas só podem ser transformadas em forma natural por meio da compra de mercadorias da classe IIαα. E, de fato, essas £200 = $C^{100}$αα + $V^{50}$αα + $M^{50}$αα. Supomos, aqui, que do produto 300αα apenas ⅓ = $C^{100}$αα podem entrar novamente, em sua forma própria, no processo de reprodução αα. Um outro terço = $C^{100}$αα tem de ser reposto a partir dos produtos IIα. ⅔ do produto têm, pois,

de ser vendidos a I*a*. ⅓ permanece em sua forma natural (voltando a servir, aqui, como meio de produção) em IIαα.

Dessas £200 em dinheiro, £100 convertem inicialmente em dinheiro o *capital variável* $V^{50}\alpha\alpha$ e o mais-valor $M^{50}\alpha\alpha$. As £50 em dinheiro que $V^{50}\alpha\alpha$ converte em dinheiro são o *refluxo* do dinheiro desembolsado em salários. Elas são, portanto, excluídas do cálculo subsequente. Para as £50 = $M^{50}\alpha\alpha$ são convertidos em dinheiro produtos I*b* = £50. Restam, assim, apenas £100 a serem calculadas.

Com essas £100, a classe IIαα repõe a metade de seu capital constante = $C^{100}\alpha\alpha$ a partir de IIα. A outra metade de seus meios de produção é reposta a partir de seu próprio produto.

A classe IIα obtém, assim, £100, das quais £50 = $V^{50}\alpha$ é o refluxo de seu capital monetário variável, e £50 = $M^{50}\alpha$ são realizadas em I*b*, ou seja, refluem para este último.

De fato, £100 em dinheiro são absorvidas em IIαα e IIα, como $V^{50}\alpha\alpha$ e $V^{50}\alpha$. Ao contrário, as outras £100 só refluem para I*b* como meio de circulação do mais-valor, como $M^{50}\alpha\alpha + M^{50}\beta\beta$.

Se consideramos a soma total realizada em IIαα + IIα com as £200 em dinheiro, temos: $(C^{100}\alpha\alpha + V^{50}\alpha\alpha + M^{50}\alpha\alpha)$, mas essa soma se decompõe em $\overbrace{(V^{50}\alpha + M^{50}\alpha) + (V^{50}\alpha\alpha + M^{50}\alpha\alpha)}$, da qual $M^{50}\alpha\alpha$ e $M^{50}\alpha$ são gastos após sua conversão em dinheiro em merc.[100] (I*b*), e £100, como refluxo do capital variável $V^{50}\alpha$ e $V^{50}\alpha\alpha$, permanecem em IIα e IIαα.

$C^{200}$I*a* é sempre, como se mostrou em nossa primeira forma, = (V + M)II (= IIαα + IIα).

O *valor* do capital constante $C^{200}$Ia é, pressupondo-se a reprodução em escala simples, = soma do *salário* + *mais-valor* da classe IIαα, IIα, que produz os meios de produção diretos e indiretos de I*a*. É apenas essa soma de valor que os produtores IIαα e IIα podem despender em meios de subsistência. Esse valor = £200 ($C^{200}$I*a*).

O dinheiro que essa parte do produto I*a* – mais precisamente, $C^{200}$I*a* – converte em dinheiro consiste meramente de uma parte do salário pago em I e II, e de suas subpartes. Portanto, a parcela do dinheiro deve ser igual a (V

+ M) (IIαα, IIα), ou seja, tem de ser capaz, por um lado, de efetuar o *refluxo* do capital monetário variável em II(αα e α); por outro, de converter M(IIαα, IIα) em dinheiro, a fim de realizá-lo em I*b*, e, por conseguinte, efetuar o refluxo para as classes I*b*, IIββ, IIβ.

O produto I*a* é convertido em dinheiro pelo consumo dos trabalhadores; ele consiste agora, portanto, em dinheiro – originalmente adiantado em salário – C*a* + V*a* + M*a*. Dessa soma, V*a* permanece na classe I*a* como forma-dinheiro volvente do capital variável I*a*. M*a* é desembolsado em I*b*. C*a* tem de ser = (V + M) (IIαα, IIα).

Ora, se na circulação de £200 = $C^{50}$I*a* no interior da classe II realizam-se não apenas V + M, mas uma parte de C, então essa parte se decompõe em outro subsetor e, por fim – de modo constante e definitivo –, em V + M. Por exemplo: as £200 realizam *d'abord* $C^{100}$αα + $V^{50}$αα + $M^{50}$αα, ou seja, não apenas (V + M)αα, mas também uma parte de Cαα. Mas as £100 realizadas por Cαα servem, de fato, para repor *in natura* o capital constante de IIαα; para este último elas são, por conseguinte, forma-dinheiro do capital constante. Elas pagam, assim, £100 (merc. IIα). Mas, nas mãos de IIα, para o qual são *definitivamente transferidas*, elas não servem como meio de circulação do capital constante. Elas apenas repõem (apenas operam o refluxo de) V(IIα) e a conversão em dinheiro de M(IIα). De modo definitivo, elas convertem em dinheiro, nas classes IIαα e IIα, apenas ($V^{50}$IIαα + $V^{50}$IIα) + ($M^{50}$IIαα + $M^{50}$IIα), portanto, ($V^{100}$)(IIαα, IIα) + ($M^{100}$) (IIαα, IIα), ou seja, nessas classes IIαα e IIα, nada mais do que $V^{100}$ + $M^{100}$(II) = $C^{200}$(I*a*).

É claro que a classe produtora dos meios de produção é formada por uma massa de subsetores que fornecem uns aos outros – total ou parcialmente – os meios de produção. Assim, o que constitui C numa dessas classes, decompõe-se em V + M na outra. Ou, se os setores mais indiretos podem realizar seu V + M, isso só pode ocorrer na medida em que C se decompõe em V + M nos setores mais diretos.

* * *

Voltemo-nos agora para as classes I*b*, IIββ, IIβ.

Primeiramente, retornaram a I*b* £150 = à soma do salário originalmente desembolsado em I*b*, IIββ, IIβ.

Enquanto o produto I*a* é desde o início convertido diretamente em £300 = à soma do salário desembolsado em *todas* as classes, para I*b* reflui apenas a metade dessa soma, = à metade do mais-valor I*a* (IIαα, IIα) + I*b* (IIββ, IIβ).

Na *circulação entre Ia e II (αα, α)* circula o capital monetário que $C^{200}$(I*a*) converte em dinheiro para a realização do mais-valor + a realização do capital variável em II (αα, α).

*Em contrapartida*, o *dinheiro* que flui em I*b* (IIββ *e* β), assim como em I*a* (IIαα e α), pode ser apenas = à soma do mais-valor que I*a* remete – em dinheiro – diretamente a I*b*; e a soma do dinheiro que C(I*a*) remete a II (αα, α), I*a* a remete a I*b* para a realização de seu mais-valor. Isto é, como *capital monetário variável* só pode refluir diretamente de I*a*, IIαα, IIα para I*b* – e, desse modo, refluir indiretamente para IIββ, IIβ – uma soma de valor = à soma do mais-valor $M^{50}$(I*a*) + $M^{50}$(IIαα) + $M^{50}$(IIα) ou, em geral, $M^a$(I*a*) $M^a$(IIαα) $M^a$(IIα). Os "M" são aqui igualados, porquanto se pressupõe, em todos os ramos, a mesma magnitude de exploração da força da força de trabalho. *Uma exploração desigual* não modificaria o curso de seu movimento, mas apenas detalhes em sua distribuição.

Em resumo, portanto: de I*a* só pode refluir diretamente para I*b* uma soma em dinheiro = $M^a$(I*a*).

Para II (αα, α) tem de retornar uma soma em dinheiro = C(I*a*) proveniente de I*a*.

O valor dessa soma em dinheiro = (V + M) II(αα, α).

Essa soma em dinheiro menos V(IIαα, α), portanto = M(IIαα, α), é a única que pode ser remetida das classes II(αα, α) para I*b* etc.

Em conclusão, percorrendo o desvio de II(αα, α), flui para I*b* uma soma = M(IIαα, α) proveniente de C(I*a*).

Por fim, cabe observar que o valor total do produto I*a* é convertido em dinheiro por meio da aplicação de todo o capital monetário variável social em I*a*. I*a* = £300 e é convertido em dinheiro por meio de $V^{50}$(*a*), $V^{50}$(αα),

$V^{50}(\alpha)$, $V^{50}(b)$, $V^{50}(\beta\beta)$, $V^{50}(\beta)$. Destes, $V^{50}(a)$ é conservado no próprio I*a* e medeia a circulação de £250 com as outras classes II(αα, α) e I*b*, II(ββ, β). Nenhuma parte do produto I*a* entra *in natura* no consumo dos produtores I*a*. Uma parte $V^{50}(Ia)$, que é desembolsada em salário no próprio I*a*, reflui para este último em dinheiro. Já o produto I*a*, ao contrário, é inteiramente *vendido in natura* aos trabalhadores I*a* etc. etc.

Diferente é o que ocorre com o fundo de consumo dos capitalistas I*b*. Ele é = $C^{200}(Ib) + V^{50}(Ib) + M^{50}(Ib)$. Nenhuma parte desse produto é vendido *in natura* aos trabalhadores. Por isso, tampouco há qualquer refluxo direto, em dinheiro, de $V^{50}(Ib)$. Em contrapartida, $M^{50}(Ib)$ é diretamente consumido *in natura* por essa classe. Por conseguinte, enquanto requer-se dinheiro para circular $M^{50}(Ib)$, tem-se uma circulação no interior dos possuidores de $M^{50}(Ib)$. O dinheiro necessário a essa circulação tem de ser adiantado por eles mesmos e a eles retorna conforme a proporção em que adiantaram dinheiro – em partes alíquotas – para essa circulação. Assim, se pressupomos que £25 são necessárias para essa circulação, então essas £25, depois de ocorrida essa circulação, continuam nas mãos dos capitalistas I*b* como *meio de circulação de seu mais-valor*. Uma parte da circulação total = £25 não tem nenhuma outra função a cumprir.

O fundo monetário I*a* = £300 que resta do salário social e no qual é investido o valor desse produto I*a* faz circular apenas um mais-valor = ao mais-valor I*a* e o mais-valor contido em seus meios de produção (IIαα) (IIα), mas não o mais-valor das classes I*b*, IIββ, IIβ.

Essas £300 convertem em dinheiro, inicialmente, $C^{200}(Ia) + V^{50}(Ia) + M^{50}(Ia)$. $V^{50}(Ia)$, isto é, sua forma-dinheiro é conservada para a repetição da circulação entre capitalistas e trabalhadores I*a* no interior dessa esfera. Ela não entra na circulação subsequente. $M^{50}(Ia)$ é diretamente convertida em dinheiro em I*a* e constitui a forma volvente do salário $V^{50}(Ib)$, na qual, portanto, nenhum mais-valor é convertido em dinheiro. $C^{200}(Ia)$ se decompõe em $V^{50}(II\alpha\alpha) + V^{50}(II\alpha\alpha) + V^{50}(II\alpha) + M^{50}(II\alpha)$, e esses $M^{50}(II\alpha\alpha)$ e $M^{50}(I\alpha)$ convertem em dinheiro em I*b*, IIββ, IIβ etc. apenas salário, mas não mais-valor.

Como meio de circulação para o mais-valor, portanto, o fundo de

trabalho de £300 serve apenas para $M^{50}(a)$ $M^{50}(\alpha\alpha) + M^{50}(\beta\beta)$. Em todas essas três categorias elas constituem forma-dinheiro do mais-valor e, como tal, fluem para I*b* como refluxo do capital variável I*b*, IIββ e IIβ.

* * *

Ao fundo monetário em I*b*, portanto

= £150 retornaram de I*a*, IIαα e IIα na realização de seu mais-valor,
+ £25 foram desembolsadas e retornaram a essa mesma classe para a circulação de $M^{50}$I*b*.

Portanto, no total: £175.

Dessas £175: £25 estão situadas no interior da classe para a circulação de $M^{50}$I*b*.

£50 estão nela retidas e ali permanecem para a conversão em dinheiro de $V^{50}$I*b*.

Assim, a configuração do valor-produto I*b*, acrescida do dinheiro para o mais-valor, é agora a seguinte:

I*b*) $C^{100}$(merc. *b*) + $C^{100}b$ (*em dinheiro*) + $V^{50}b$ (em dinheiro) + (*fundo de consumo* $M^{50}b$) + £25 em dinheiro, adiantado e reintroduzido na classe I*b* após a circulação de $M^{50}b$.

I*b*) só pode, portanto, fornecer dinheiro = £100 = $V^{50}$(IIββ) + $V^{50}$(IIβ) a essas duas classes; isto é, apenas dinheiro para o *refluxo* do *capital variável* por elas desembolsado.

A parte de I*b* que ainda cabe considerar para a circulação subsequente com IIββ e IIβ é, assim, reduzida a:

I*b*) $C^{100}$ (merc. *b*) + $C^{100}b$ (em dinheiro)

Com essas £100, I*b* compra mercadorias de IIββ por £100 e transforma-se, portanto, em:

I*b*) $C^{100}$ (merc. *b*) + $C^{100}b$ (em meios de produção ββ).

Em contrapartida, apresenta-se agora:

IIββ) $C^{150}$ββ + $C^{50}$ββ (em dinheiro) + $V^{50}$ββ (em mercadoria) + $V^{50}$ (ββ em dinheiro) + $M^{50}$ (ββ em mercadoria).

£50 em dinheiro permanecem em IIββ como expressão monetária do capital variável $V^{50}$ββ, e IIββ compra £50 em meios de produção de IIβ (embora esse dinheiro tenha sido introduzido para $M^{50}$(IIββ)).

Temos, então:

IIββ) $C^{200}$ (merc. ββ) + $C^{50}$ (merc. β) + $V^{50}$ββ (*em dinheiro*)

e, para IIβ) $C^{200}$β + $V^{50}$ββ (em dinheiro) + $M^{50}$β (em mercadoria).

Com isso, é distribuído o dinheiro que fluiu das classes I*a*, IIαα e IIα. E para a circulação subsequente, entre I*b*, IIββ, IIβ, o dinheiro tem de ser lançado no interior dessas classes.

Suponhamos, por exemplo, que IIβ lance £50 para a circulação de seu próprio mais-valor; ele compra, então, £50 de I*b*, que agora se apresenta como:

I*b*) $C^{50}$ (merc. *b*) + $C^{50}$ (em dinheiro) + $C^{100}$*b* (em meios de produção ββ).

Com as £50, I*b* compra meios de produção ββ e apresenta-se agora da seguinte forma:

I*b*) $C^{150}$ (em meios de produção ββ) + $C^{50}$ (merc. *b*).

Ao contrário, IIββ se apresenta agora como:

IIββ $C^{150}$ (merc. ββ) + $C^{50}$ (merc. β) + £50 em dinheiro (= $M^{50}$ββ).

Dado que IIββ compram mercadoria I*b* com essas £50, e que I*b*, por sua vez, compra mercadorias ββ, temos então:

I*b*) $C^{200}$ (em meios de produção ββ).

IIββ $C^{100}$ββ + $C^{50}$ (merc. β) + £50 em dinheiro.

Com essas £50, IIββ compra meios de produção IIβ, e temos, então:

IIββ $C^{100}$ββ + $C^{100}$ (meios de produção IIβ)

IIβ $C^{200}$β + $V^{50}$β (em dinheiro) e £50 em dinheiro para a circulação do mais-valor.

Com isso, essa distribuição estaria completa.

O produto I*b* = £300 entra inteiramente no fundo de consumo dos capitalistas das diferentes classes que nele realizam seu mais-valor.

$M^{50}$(I*a*) + $M^{50}$(IIαα) + $M^{50}$(IIα) + $M^{50}$(I*b*) + $M^{50}$(IIββ) + $M^{50}$(IIβ) =

£300(I*b*).

Porém, apenas £150 = $V^{50}$(I*a*) + $V^{50}$(IIαα) + $V^{50}$(IIα) refluem para I*b* para a realização do mais-valor, ou seja, segundo nosso pressuposto, exatamente na medida necessária à reconversão do capital variável (I*b* etc.) em capital monetário. Mas esse dinheiro não circula como meio de circulação entre as mercadorias I*b* e o salário I*b* etc., e sim, inicialmente, apenas entre I*b*, IIββ e IIβ, a fim de percorrer esse círculo sempre de novo. Ele é, portanto, inteiramente absorvido por $V^{150}$(I*b*, IIββ, IIβ) e não pode servir para a circulação do mais-valor no interior dessas três subclasses.

É necessário, por isso, que dinheiro dos capitalistas seja desembolsado no interior dessa esfera como meio de circulação de seu mais-valor. Supomos, *d'abord*, £25 para $M^{50}$(I*b*). Essa soma permanece no interior dessa esfera, isto é, *an amount of money like* [uma quantia de dinheiro como] essa, ainda que as peças monetárias singulares possam trocar de lugar com os outros elementos monetários da circulação total. Nesse caso, no entanto, elas têm de ser repostas por elementos provenientes dessas esferas. Assim como em I*a* se dá uma circulação monetária apenas entre os trabalhadores e os capitalistas I*a* (= £50), aqui também tem-se uma circulação monetária apenas entre os capitalistas I*b* = £25 (para a realização de $M^{50}$(I*b*)).

Supomos que as mesmas £50 são requeridas para a circulação das £150 de mais-valor em IIββ, IIβ. De que modo estas são distribuídas entre as duas subclasses é aqui indiferente. Onde quer que sejam investidas, elas retornam a seu ponto de partida.

Abstraindo das £25 em dinheiro que circulam para $M^{50}$(I*b*), as £150 refluídas representam a forma-dinheiro do mais-valor (a forma da renda dos capitalistas) nas classes I*a*, Iαα, Iα.

Vejamos, em primeiro lugar, I*b* (abstraindo do mais-valor = $M^{50}b$, que entrou como produto no fundo de consumo dos capitalistas I*b* e para cuja circulação estes últimos adiantaram £25 em dinheiro):

$$\overbrace{(C^{100} \text{ (merc. I}b\text{)} + C^{100}}\text{ (dinheiro) (I}b\text{)} + V^{50} \text{ (\textit{dinheiro}) (I}b\text{))}.$$

Uma parte – £50 do dinheiro que antes representava mais-valor – é agora a *forma-valor* volvente *do capital variável* $V^{50}$(I*b*).

Além disso, $C^{100}$ (em dinheiro) é a forma-dinheiro da metade do capital constante I*b*.

A forma-dinheiro de $C^{200}$(I*b*) só pode ser fornecida, primeiramente, pelo *mais-valor* gasto em IIαα, IIα (pois do que se gasta em I*a* retorna apenas o capital monetário variável I*b*). Se o mais-valor em IIαα, α forneceu uma metade desse dinheiro, então o mais-valor IIββ, IIβ tem de fornecer a outra metade.

Sejam, portanto, as £100 desembolsadas em IIββ. Elas realizam, aqui, uma soma = $V^{50}$(merc. IIββ) + $M^{50}$(IIββ).

I*b*) $C^{100}$(merc. I*b*) + $C^{100}$ (dinheiro I*b*) se transforma em:

I*b*) $C^{100}$ (merc. I*b*) + $C^{100}$ (meios de produção ββ).

Já IIββ tem primeiro de repor o salário = $V^{50}$IIββ. Essa soma é, assim, retida. Uma soma = £50, uma parte do capital constante I*b*, constitui *capital monetário variável* que reflui para IIββ. Essa soma não é considerada no cálculo subsequente.

IIββ é agora = $C^{200}$(ββ) + $V^{50}$(ββ) (*em dinheiro*) + $M^{50}$(ββ) (*em dinheiro*). (£50 em dinheiro em $V^{50}$ – a forma-dinheiro volvente do capital variável – permanecem absorvidas nessa esfera.) Se IIββ gastasse as £50 ($M^{50}$ββ) para a realização de seu mais-valor, em vez de gastá-las para repor uma parte de seu capital constante, teríamos:

I*b*) (após a dedução de $V^{50}$I*b* (em dinheiro) + $M^{50}$I*b*, que não continua a tomar parte na circulação geral):

I*b*) $C^{100}b$ (meios de produção ββ) + $C^{50}$ (merc. I*b*) + $C^{50}b$ (em dinheiro). E IIββ, após a dedução de $V^{50}$ (ββ em dinheiro) e $M^{50}$ββ (em fundo de consumo):

IIββ) $C^{200}$ββ e, por fim:

IIβ) $C^{200}$β + $V^{50}$β + $M^{50}$β.

I*b* converte £50 em dinheiro em meios de produção ββ; ββ as converte em meios de produção β, que converte essas £50 ($V^{50}$β) em forma-dinheiro. Esse dinheiro, absorvido em I*b*, não serve para a circulação subsequente entre I*b*, IIββ, IIβ. Temos, então:

I*b*) $C^{150}b$ (meios de produção ββ) + $C^{50}b$ (mercadoria *b*).

IIββ) $C^{150}$ββ + $C^{50}$ (em meios de produção β).

IIβ) $C^{200}$β + $V^{50}$β (em dinheiro) + $M^{50}$β, ou continua a integrar a circulação:

IIβ) $C^{200}$β + $M^{50}$β.

Tal como antes deve-se adiantar dinheiro para a circulação subsequente do mais-valor ($M^{50}$β). Desta feita, vamos supor que IIββ adianta £25 na compra de meios de produção β. Mas essas £25, que para IIββ são *forma-dinheiro do capital* constante, tornam-se em IIβ forma-dinheiro e forma da circulação do mais-valor. Com as £25, IIβ compra meios de consumo I*b*. Temos, então:

I*b*) $C^{150}b$ (meios de produção ββ) + $C^{25}$(merc. *b*) + $C^{25}b$ (*dinheiro*)

IIββ) $C^{150}$ββ + $C^{75}$ (*meios de produção β*)

IIβ) $C^{200}$β + $M^{25}$β

I*b* compra meios de produção ββ por £25, e IIββ compra meios de produção de Iβ por £25. Temos, então:

I*b*) $C^{175}b$ (meios de produção ββ) + $C^{25}b$ (merc.)

IIββ) $C^{125}$ββ + $C^{100}$ (meios de produção β)

IIβ) $C^{200}$β + £25 em dinheiro.

IIβ compra meios de consumo I*b* por £25, I*b* compra meios de produção ββ, fazendo com que as £25 refluam para IIββ. Portanto:

Ib) $C^{200}b$ (em meios de produção ββ)

IIββ) $C^{100}$ββ (em meios de produção ββ) + $C^{100}$ββ (em meios de produção β) + £25 em dinheiro.

IIβ) $C^{200}$β

Se IIββ tivesse adiantado £50, teríamos:

*Ponto de partida*:

I*b*) $C^{150}b$ (meios de produção ββ) + $C^{50}$ (*mercadoria b*)

IIββ) $C^{150}$ββ + $C^{50}$ (em meios de produção β) + £50 em dinheiro.

IIβ) $C^{200}$β + $M^{50}$β

Então: IIββ compra meios de produção de β por £50 e, por conseguinte, converte-se em:

IIββ) $C^{150}$ββ + $C^{100}$ (meios de produção β).

IIβ gasta as £50 em meios de consumo e, assim, converte-se em $C^{200}β$.

Por fim, com as £50, I*b* compra meios de produção ββ, convertendo-se assim em $C^{200}b$ (meios de produção ββ). As £50 refluem para IIββ, e temos:

I*b*) $C^{200}b$ (meios de produção ββ)

IIββ) $C^{100}$ (merc. ββ) + $C^{100}ββ$ (meios de produção β) + £50 em dinheiro.

IIβ) $C^{200}β$.

Nesse caso, £50 retornam a IIββ numa rotação, após terem passado por IIβ e I*b* (percorrendo, assim, 3 *cursos*, ou seja, £50 em mercadoria IIβ, £50 em mercadoria I*b* e £50 em mercadoria IIββ). Mediante o último *exchange* [intercâmbio], elas retornam a IIββ.

Se, ao contrário, apenas £25 são desembolsadas, então essa soma tem de efetuar *duas rotações* após IIββ, e seis cursos.

* * *

O dinheiro inicialmente refluído de I*a*, IIαα e IIα diretamente para I*b* é, sob os pressupostos aqui estabelecidos, a mera forma-dinheiro volvente do capital monetário variável adiantado em I*b*, IIββ e IIβ.

Mas, no que diz respeito ao dinheiro ulteriormente adiantado em I*b*, IIββ e IIβ, é verdade que ele funciona de maneira alternada como forma-dinheiro – e, por conseguinte, como meio de circulação do capital constante – e como mais-valor, porém termina decompondo-se em dinheiro adiantado meramente para a *circulação do mais-valor* no interior dessas classes.

Ele aparece provisoriamente como conversão em dinheiro de $C^{100}b$, como $C^{100}b$ ele se decompõe (porquanto $C^{100}b$ já se decompôs em $V^{50}ββ$ + $V^{50}β$) em $C^{100}ββ$ ($V^{50}ββ$ + $M^{50}ββ$), e como $C^{100}ββ$ ele se decompõe em $M^{50}ββ$ + $M^{50}β$.

* * *

Toda a circulação monetária até agora considerada serve, em conclusão,

apenas para a circulação do capital monetário variável e do meio de circulação do mais-valor em I(*a*, *b*) e II(αα, α, ββ, β). Restam, porém de modo totalmente independente dessa circulação monetária:

| | | | |
|---|---|---|---|
| a) | meios de produção *a*. | | b) meios de produção *b*. |
| II*αα*) | $C^{100}$ (merc. *αα*) + $C^{100}$ (merc. *α*). | + | IIββ) $C^{100}$ (merc. ββ) + $C^{100}$ (merc. β) |
| *α*) | $C^{200}$ (merc. *α*) | + | β) $C^{200}$β. |

Devemos notar, de início, que não ocorre nenhuma circulação entre ββ, β de um lado, e αα, α, de outro. (Na realidade, muitos meios de produção são comuns a ambas as classes.)

Quando $C^{100}$ (merc. αα) etc., $C^{200}$ (merc. α) etc. consistem em diferentes ramos industriais, tem-se a circulação no interior dessa esfera, assim como em $C^{100}$ (merc. ββ), $C^{200}$β. Se um intercâmbio subsequente ocorrer entre $C^{100}$ (merc. αα) e $C^{200}$ (merc. α), o dinheiro circulará entre essas duas classes (não para a parte $C^{100}$ (merc. α), pois esta já foi colocada em seu lugar). O mesmo ocorre com IIββ etc.

A soma de valor da circulação completa se decompõe, portanto, em duas partes independentes, das quais uma é adiantada para a circulação do capital variável e do mais-valor e a outra circula no interior do capital constante reproduzido em suas diversas formas naturais. É um grande erro pensar que a soma monetária desembolsada pelos consumidores (isto é, salário + renda dos capitalistas) compra ou circula o produto inteiro.

O dinheiro adiantado para o salário e o mais-valor serve apenas na medida em que, para a circulação do capital constante – como *a parcela de valor dos meios de consumo*, a qual representa a parte constante de capital dessa esfera da produção –, ele tem de ser adiantado em troca de seus *meios de produção*, nos quais V + M se representam nas esferas de produção do próprio capital constante; por outro lado, na medida em que essa troca condiciona uma troca de mesmo tipo no interior dos meios de produção diretos e indiretos.

## Suposição de que o salário > mais-valor.

Até aqui, [o salário e o mais-valor] foram supostos como iguais. Supondo-se agora o salário > [que o mais-valor], temos, então – uma vez pressupostas como iguais todas as condições de produção – que a mesma jornada de trabalho anual (que é = um dado número de trabalhadores que trabalham diariamente um dado número de horas) é expressa no valor de £600, o *valor do fundo de consumo*, formado em parte pelos meios de consumo dos trabalhadores, em parte pelos meios de consumo dos capitalistas.

Até aqui, partimos do pressuposto de que $^{600}/_{2}$ = fundo de consumo dos trabalhadores e $^{600}/_{2}$ = fundo de consumo dos capitalistas. Suponhamos, agora, que ⅔ (600) = £400 do fundo de consumo dos trabalhadores e ⅓ (600) = £200 do fundo de consumo dos capitalistas.

Sob as velhas condições *inalteradas* de produção, os trabalhadores trabalham a maior parte da jornada para si mesmos (⅔ em vez de ½), e uma parte menor para os capitalistas (⅓ em vez de ½).

Essa divisão modificada da jornada de trabalho pressupõe uma divisão modificada entre o *número de trabalhadores* que produzem meios de consumo para os trabalhadores e o número daqueles que produzem meios de consumo para os capitalistas.

Como a proporção entre o trabalho vivo e a massa dos meios de produção (e a proporção entre o valor da força de trabalho e o valor dos meios de produção) permaneceu a mesma, isso pressupõe também uma *divisão modificada dos meios de produção* nas duas grandes classes, que produzem meios de consumo I*a* e meios de consumo I*b*.

A configuração do produto total é = $C^{1.200} + V^{400} + M^{200}$.

[O fundo de consumo = £600, das quais £400 cabem aos trabalhadores e £200 aos capitalistas.

Um número ⅓ maior de trabalhadores é empregado na produção I*a* (£400 em vez de 300. 400 = 300 + $^{300}/_{3}$ = 300 + 100); um número ⅓ menor deles é empregado na produção I*b*. (200 = 300 – $^{300}/_{3}$ = 300 – 100 = 200).] [v]

O valor-produto dos ramos industriais I*a* + I*b* tem de ser = £600 (= $V^{400}$ + $M^{200}$).

O valor-produto do ramo industrial I*a* = £400, e I*b* = £200.

Pergunta-se, agora, como as £400 (do valor-produto) se decompõe em $C + V + M$.

O número de trabalhadores empregados para produzir £400 – sob condições iguais de produção – tem de ser ⅓ maior que o número de trabalhadores empregados para produzir £300. O valor da força de trabalho empregada para produzir £300 era = £50. Agora ele tem de ser = £50 + $^{£50}/_{3}$ = £66⅔.

Mas essas £66⅔ são pagas extraindo-se do valor da força de trabalho em seu preço antigo. Ocorre que seu preço aumentou em ⅓ (para a sociedade inteira, de 300 para 300 + ⅓ (300) = 400). Assim, o valor da força de trabalho I*a* é, agora = £66⅔ + ⅓ (£66⅔) = 88 + $^{8}/_{9}$.

Portanto, I*a*) V = $V^{88^{8/9}}$.

Como o mais-valor é a metade do salário:

*Ia)* $M = M^{44^{4/9}}$. *e* $(V + M)$ *(Ia), juntos* = $133^{3}/_{9}$ = *133⅓.*

O valor dos meios de produção não se alterou. Como o número dos trabalhadores aumentou em ⅓, também o valor de seus meios de produção necessários aumentou em ⅓.

Assim, em vez de 200, temos 200 + ⅓ (200) = 200 + 66⅔ = 266⅔.

*Portanto, Ia)* $C = C^{266\,⅔}$.

*E o valor-produto total Ia)* = $C^{266\,⅔} + V^{88^{8/9}} + M^{4^{44/9}}$ *(= 266⅔ + 133⅓ = 400).*

Vejamos agora a segunda parte dos meios de consumo, Ib = £200.

A força de trabalho de £50 comporta-se para com o produto de £300 como a força de trabalho *x* para com o produto de 200.

Ou 50 : 300 = *x* : 200. $x = {}^{50 \times 200}/_{300} = {}^{100}/_{3}$ = £33⅓.

Mas essa força de trabalho é ⅓ mais cara do que antes, portanto = £33⅓ + $^{£33\,⅓}/_{3}$ = £33⅓ + £11$^{1}/_{9}$ = £44$^{4}/_{9}$.

Portanto, *Ib)* $V = V^{4^{4/9}}$.

O mais-valor I*b* = à metade = £22$^{2}/_{9}$. [Somados, (V + M)(I*b*) = 66 + $^{6}/_{9}$ = £66⅔.][w]

Os meios de produção I*b* eram, antes, = $C^{200}$. Eles foram reduzidos em

⅓. Reduzidos em ⅓ de 200 = 66⅔. Portanto, 200 – 66⅔ = 133⅓.

*Logo, Ib) C =* $C^{133\,1/3}$.

*Hence* [por conseguinte], o produto total I*b* = $C^{133\,1/3} + V^{44^{4/9}} + M^{22^{2/9}}$ (= £200).

A classe inteira I) = £600 (em meios de subsistência) apresenta-se da seguinte forma:

I*a*) $C^{266\,2/3}a + V^{88^{8/9}}a + M^{44^{4/9}}a$ + I*b*) $C^{133\,1/3}b + V^{44^{4/9}}b + M^{22^{2/9}}$b.

$C^{266\,2/3}$ (I*a*) tem de ser trocado por 266⅔ IIαα. E, de fato, ele seria igual a (V + M)(IIαα) se uma parte do capital constante de IIαα não consistisse em mercadorias que entram diretamente em I*a*, mas têm de ser repostas com elementos de IIα. E é verdade que, conforme o pressuposto, $C^{266\,2/3}$ (Ia) troca-se desde o início por mercadorias 266⅔(IIαα), das quais apenas uma metade = (V + M)IIαα, ao passo que a outra metade = (V + M)IIα, que IIαα tem de repor com elementos de IIα.

Obtemos, então:

| | | |
|---|---|---|
| IIαα) | $C^{266\,2/3}\alpha\alpha + V^{88\,8/9}\alpha\alpha + M^{44\,4/9}\alpha\alpha$ (V + M = 133⅓) | Ambos (V + M) (IIαα, IIα) = 266⅔ = $C^{266\,2/3}$ (I*a*). |
| Iα) | $C^{266\,2/3}\alpha + V^{88\,8/9}\alpha + M^{44\,4/9}\alpha$ (V + M = 133⅓) | |

Finalmente, no que diz respeito a IIββ e IIβ, $C^{133\,1/3}$ *b* = (V + M) (IIββ + IIβ) e distribui-se equitativamente na composição equitativa dos capitais IIββ, IIβ e Iβ.

IIββ) $C^{133\,1/3}$ ββ + $V^{44^{4/9}}$ ββ + $M^{22^{2/9}}$ββ

IIβ) $C^{133\,1/3}$ ββ + $V^{44^{4/9}}$ ββ + $M^{22^{2/9}}$ββ

No que precede, a única coisa que importa é que

$C^x$(I*a*) tem de ser = ($V^y + M^z$) (IIαα, IIα)

e

$C^x$(I*b*) = ($V^y + M^z$) (IIββ, IIβ).

Como $C^x$ (IIαα, IIα) se relaciona com ($V^y + M^z$) IIαα, IIα, ou como eles se relacionam uns com os outros – o mesmo valendo para IIββ, IIβ –, é aqui absolutamente indiferente, assim como é indiferente se essa *relação é a*

*mesma* em IIαα, IIα e IIββ, IIβ.

Ademais: vê-se que, no caso presente, as relações de circulação permanecem as mesmas, porque em I*b* são gastas em salário (diretamente em I*a*) $3 \times 44^{4}/_{9}$ = £$133^{3}/_{9}$, e reflui para o pagamento do mais-valor de I*a*, IIαα e IIα a mesma soma de $3 \times 44^{4}/_{9}$, a qual constitui o mais-valor nessas esferas.

Temos, como antes, $V^{44^{4/9}}$(I*b*) etc. = $M^{44^{4/9}}$(I*a*) etc. (Anteriormente, $V^{50}$I*b* = $M^{50}$(I*a*) etc.)

* * *

Suponhamos agora I*a* = £350 e I*b* = £250.

Como o valor do salário total = valor de I*a*, e o mais-valor total = valor de I*b*, temos: $^{M}/_{V} = {}^{250}/_{350} = {}^{25}/_{35} = {}^{5}/_{7}$.

O produto I*a* de £350 é ⅙ maior do que, anteriormente, o produto I*a* = £300. Portanto, foi empregada uma força de trabalho ⅙ maior.

£50 em força de trabalho : £300 = £ *x* em força de trabalho : 350. *x* = £58⅓.

Mas os trabalhadores recebem um preço igualmente maior em ⅙; apenas por isso é necessário empregar uma força de trabalho ⅙ maior.

O preço da força de trabalho em I*a* é, assim = £58⅓ + $\left(\frac{58⅓}{6}\right)$ = 58⅓ + $9^{13}/_{18} = 68^{1}/_{18}$.

Temos, além disso: $^{M}/_{V} = {}^{5}/_{7}$. Portanto, $\frac{M}{68^{1/18}} = {}^{5}/_{7}$. ∴ M = $48^{11}/_{18}$.

Anteriormente, 200C foi utilizado; agora um valor ⅙ maior = 200 + $^{200}/_{3}$ = 233⅓.

*Hence*, a composição total do valor-produto I*a*:

I*a*) = $C^{233⅓}a + V^{68^{1/8}} + M^{48^{11/18}}a$ (= £350).

No que diz respeito à composição I*b*, o valor-produto é *250, em vez de 300*; *hence*, a força de trabalho é ⅙ menor.

£50 em força de trabalho : £300 = £ *x* em força de trabalho : 250. *Hence* *x* = $^{250 \times 50}/_{300} = {}^{25 \times 5}/_{3}$ = 41⅔.

*Hence* $V(Ib) = V^{41\frac{2}{3}}$. Como $M/_V = 5/_7$, então $M : 41\frac{2}{3} = 5 : 7$.

$\therefore M = {}^{41\frac{2}{3} \times 5}/_7$.

*Por conseguinte*, $Ib = M = 29^{16}/_{21}$.

Logo, $Ib)\ C = 178^{12}/_{21}$.

*Hence*, o produto de valor $Ib) = C^{178^{12/21}}\ b + V^{41^{14/21}}\ b + M^{29^{16/21}}\ b$ (= £250).

$C^{233\frac{1}{3}}$ ($Ia$) = *mercadoria* $233\frac{1}{3}(\alpha\alpha)$, que no entanto, é igual a $(V + M)$ $II\alpha\alpha + (V + M)\ (II\alpha)$.

*Hence* $(V + M)(II\alpha\alpha) = {}^{233\frac{1}{3}}/_2 = 116\frac{2}{3}$, e $(V + M)\ (II\alpha) = 116\frac{2}{3}$.

Anteriormente, uma força de trabalho de 100 era requerida de IIαα e IIα para gerar um produto de valor de 200 = C(I*a*).

Do valor de 116⅔. Para gerar um produto de valor de 233⅓ seria necessária, portanto, uma força de trabalho ⅙ maior. Mas essa força de trabalho aumentada em ⅙ é também ⅙ mais cara. $116^{\frac{2}{3}/6} = 19^4/_9$. *Hence*, o valor da força de trabalho $= 116\frac{2}{3} + 19^4/_9 = 135^{10}/_9 = 136^1/_9$; cuja metade é $= 68^1/_{18}$.

*Hence*: $II\alpha\alpha)\ V(\alpha\alpha) = V^{68^{1/18}}\ \alpha\alpha$ e $II\alpha)\ V\alpha = V^{68^{1/18}}$.

Por conseguinte: $M\alpha\alpha = M^{48^{11/18}}$ e $M\alpha = M^{48^{11/18}}$.

Estando pressuposta a composição do capital, como em I*a*, temos então necessariamente:

$II\alpha\alpha)\ C^{233\frac{1}{3}}\ \alpha\alpha + V^{68^{1/18}}\ \alpha\alpha + M^{48^{11/18}}\ \alpha\alpha = (350)$

$II\alpha)\ C^{233\frac{1}{3}}\ \alpha + V^{68^{1/18}}\ \alpha + M^{48^{11/18}}\ \alpha = (350)$

*Além disso, em IIββ* e *IIβ* os capitais são constituídos como em I*b*.

Obtemos, assim, *generally* [em geral]:

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| I*a*) | $C^{233\frac{1}{3}}\ a + V^{68^1/_{18}}\ a + M^{48^{11}/_{18}}\ a = (350)$ | + | I*b*) | $C^{178^{12}/_{21}}\ b + V^{41^{14}/_{21}}\ b + M^{29^{16}/_{21}}\ b$ = (£250) |
| IIαα) | $C^{233\frac{1}{3}}\ \alpha\alpha + V^{68^1/_{18}}\ \alpha\alpha + M^{48^{11}/_{18}}\ \alpha\alpha$ | + | IIββ) | $C^{178^{12}/_{21}}\ \beta\beta + V^{41^{14}/_{21}}\ \beta\beta + M^{29^{16}/_{21}}\ \beta\beta$. |
| IIα) | $C^{233\frac{1}{3}}\ \alpha + V^{68^1/_{18}}\ \alpha + M^{48^{11}/_{18}}\ \alpha$ | + | IIβ) | $C^{178^{12}/_{21}}\ \beta + V^{41^{14}/_{21}}\ \beta + M^{29^{16}/_{21}}\ \beta$. |

Não precisamos percorrer os *steps* [passos] anteriores.

I*a* (*após a dedução de* $V^{68^{1/18}}a$, que é desembolsado no próprio I*a* e reflui para este último por meio da venda das mercadorias aos trabalhadores I*a*) é, quanto a seu valor, = $281^{17}/_{18}$. Destes, 233⅓ refluem para IIαα, IIα e, desta última soma, são absorvidos nas esferas IIαα, IIα = $136^{2}/_{18}$.

| Restam para retornar *a Ib*: de II*αα*, II*α* | $£97^{4}/_{18}$ |
|---|---|
| e de I*a*) | $£48^{11}/_{18}$ |
| | *$£145^{15}/_{18}$* |

O salário inteiro, que reflui para I*b*), IIββ e IIβ = $(41^{14}/_{21}) \times 3$ = £125. Após a reposição do capital monetário variável V (b, ββ, β), ainda permanece em I*b* um excedente de $145^{15}/_{18} - 125 = £20^{15}/_{18}$. Sob o mesmo pressuposto de antes, a metade desse dinheiro é suficiente para circular $M^{29^{16/21}}$ *b* no interior de I*b*. Para I*b* ainda resta, assim, um excedente para a circulação subsequente com IIββ, IIβ (depois de V*b*, ββ, β terem sido restituídos em forma-dinheiro). Logo, é preciso desembolsar muito menos dinheiro no interior das esferas *Ib*, *ββ, β*, já que de I*a*, αα e α flui um excedente acima do dinheiro necessário para a conversão em dinheiro de V*b*, ββ, β.

Se, como anteriormente suposto, V = M, de modo que também o *valor do fundo de consumo se divide em duas partes iguais* – numa metade, renda dos trabalhadores, em outra, renda dos capitalistas –, então é claro que o *capital monetário* adiantado em força de trabalho *é suficiente apenas para efetuar seu próprio refluxo em todas as esferas*, ou seja, para reintroduzir nas diversas classes I etc. o fundo monetário necessário para o investimento em trabalho. [Que essa circulação desencadeia uma série de processos de circulação, que provocam a conversão de C(I*a*) em (V + M) (IIαα, IIα e as conversões de IIαα, IIα, necessárias para a primeira conversão), além do retorno do capital variável I*b*, IIββ, IIβ e as mediações necessárias para isso, tudo isso foi discutido anteriormente.][x]

O produto de valor I*a* inteiro é convertido em dinheiro mediante a

venda das mercadorias I*a* aos trabalhadores.

Ele consiste, agora, em dinheiro = $Va + V\alpha\alpha + V\alpha + Vb + V\beta\beta + V\beta$.

V*a* permanece em I*a*, retorna para este último depois de nele ter sido adiantado.

Restam, pois, $V\alpha\alpha + V\alpha + Vb + V\beta\beta + V\beta$.

Com o dinheiro V*b*, I*a* compra mercadoria I*b*, realiza seu mais-valor, e, conforme o pressuposto, como por toda parte V = M, então V*b* = M*a*. Uma soma monetária = M*a* basta, portanto, para repor a forma-dinheiro de V*b*, para o retorno do capital monetário variável *Ib (V)*.

Mas $Va + V\alpha\alpha + V\alpha + Vb + V\beta\beta + V\beta$ – (V*a* + V*b*) = C(I*a*). Pois o valor I*a* – (V(I*a*) + M(I*a*)) = C(I*a*).

C*a*, portanto = 4V ou = 2V + 2M (posto que V = M).

Dinheiro para Vα é absorvido em Iαα, IIα. Então, os 2M que inicialmente retornaram a I*b*, ou seja = Vββ (II) + Vβ (II), são aqui absorvidos e percorrem apenas aqueles processos de circulação que servem à mediação desse refluxo. Esses processos de mediação só podem se limitar a que parte de C(I*b*) se intercambia com (V + M) (IIββ) e que o dinheiro assim adequado para M(IIββ) é por fim introduzido mediante a circulação entre IIββ e IIβ) – como forma-dinheiro de *V(IIβ)*.

Diferente é o que ocorre no caso presente, em que V > M, ou seja, em que os trabalhadores recebem uma parte do fundo de consumo social maior que a dos capitalistas, ou em que sua renda total > renda total dos capitalistas.

Em primeiro lugar, cabe notar que, conforme esse pressupostos, o valor-produto I*a* > valor-produto I*b*, cujo valor total = valor total do fundo de consumo social. Isso pressupõe não só que os trabalhadores, *em todas as esferas da produção*, trabalhem *para si mesmos* uma *parte maior da jornada de trabalho,* ou seja, que o *preço do trabalho tenha aumentado*, mas também (porquanto aqui é pressuposto um dado número de trabalhadores) que *mais trabalhadores em Ia – e, assim, em IIαα, IIα –* sejam ocupados do que antes, e um número proporcionalmente menor em I*b* *– e, assim, também em IIββ, IIβ.*

Segue-se, portanto, que V (I*b*, IIββ, IIβ) < V (I*a*, IIαα, IIα).

Porém, segue-se, além disso, que M(I*b*) (IIββ) (IIβ) < M (I*a*, IIαα, IIα), logo – pressupondo-se a mesma taxa do mais-valor –, a massa do mais-valor é maior em relação à massa da força de trabalho empregada ou ao número de trabalhadores empregados, ou seja, é maior nos ramos envolvidos na produção dos meios de consumo dos trabalhadores do que naqueles envolvidos na produção de meios de consumo dos capitalistas.

Se tomarmos o valor-produto total I*b*, teremos:

$Ib)\ Cb + Vb + Mb = Ma + M\alpha\alpha + M\alpha + Mb + M\beta\beta + M\beta$

e, além disso: $Ma + M\alpha\alpha + M\alpha > Mb + M\beta\beta + M\beta$.

O mínimo de dinheiro que tem de refluir para I*b* etc. é = $Ma + M\alpha\alpha + M\alpha$. Ele é, portanto, maior do que o mais-valor a ser realizado em I*b*, IIββ, IIβ.

$$\begin{cases} \textit{O produto } Ib - Mb \\ \text{ou} \\ \text{O produto } Cb + Vb = \overbrace{(Ma + M\alpha\alpha + M\alpha)} + M\beta\beta + M\beta. \end{cases}$$

$$Cb = \overbrace{Ma + M\alpha\alpha + M\alpha} + M\beta\beta + M\beta - Vb.$$

A série I*b*, IIββ, β é claramente falsa. Pois aqui (V + M)(IIββ, β) não é = C*b*.

* * *

*Inicialmente, é preciso fixar a grandeza de Vb* e, assim, também – pois pressupomos a distribuição igual do capital em I*b*, IIββ, IIβ – em Vββ, Vβ.

Se partimos da composição anterior ($300(Ib) = C^{200} + V^{50} + M^{50}$)

temos $50 : 300 = x : 250$. $x = {}^{250 \times 50}/_{300}$; $x = {}^{25 \times 5}/_{3}$; $x = 41\,{}^{12}/_{18}$.

Mas o preço da força de trabalho é ⅙ maior.

Logo, $x = 41\,{}^{12}/_{18} + \dfrac{41^{12/18}}{6} = (41 + {}^{12}/_{18}) + (6 + {}^{17}/_{18}) = 48\,{}^{11}/_{18}$.

Portanto, $Vb(I) = 48\,{}^{11}/_{18} = V^{48^{11/18}}$.

M : V = 5 : 7

$\therefore$ M : $48^{11}/_{18} = 5 : 7$.

$\therefore$ M = $48^{11/18} \times 5/_7$

M = $34 + {}^{91}/126$.

$48 \times 5 = 240$.
${}^{11}/_{18} \times 5 = {}^{55}/_{18} = 3^{1}/_{18}$.

*Hence* $(48^{11}/_{18}) \times 5 = 243^{1}/_{18}$.
${}^{243}/_{7} = 34^{5}/_{7}$.

$$\frac{{}^{1}/_{18}}{7} = \frac{1}{18 \times 7} = \frac{1}{126}.$$

*Hence:* M = $34^{5}/_{7} + {}^{1}/_{126} = 34 + {}^{5 \times 18}/_{7 \times 18} + {}^{1}/_{126} = {}^{91}/_{126}$.

*Hence M* = $34^{91}/_{126}$.

C$b$ = $250 - (48^{11}/_{18} + 34^{91}/_{126})$

ou = $250 - (48^{77}/_{126} + 34^{91}/_{126})$

$\therefore$ *Cb* = $166^{84}/_{126}$ *e* = 2 (*Vb* + *Mb*).

*Hence*
C$b$ = $250 - (48^{11}/_{18} + 34^{91}/_{126})$
C$b$ = $166^{84}/_{126}$.
$166^{84}/_{126}$ (C) + $48^{77}/_{126}$ (V) + $34^{91}/_{126}$(M) = 250.

Temos, portanto

I$b$) = $C^{166^{84/126}}\, b + V^{48^{77/126}}\, b + M^{34^{91/126}}\, b$.

Mas $V^{48^{77/126}}\, b = V^{48^{11/18}}$, ou seja = $M^{48^{11/18}}\, a$.

Assim, avaliamos erradamente o percurso no primeiro pressuposto (no qual M = V) ao acreditarmos que M$a$ cobre V$b$ (etc.), porquanto estava suposto que M = V. Aqui, em que V > M, mostra-se que V : M = 7 : 5; logo, V = $^{7}/_{5}$M; apesar disso, M$a$ etc. = V$b$, e M$a$ < V$a$, e M$b$ < V$b$.

Poderíamos ter chegado a esse resultado *a priori*.

Temos, pois:

1) Valor-produto I$b$ = C$b$ + V$b$ + M$b$.

2) C$b$ = Vββ + Mββ + Vβ + Mβ.

A parte constante de capital do produto I$b$ encontra-se pois, numa forma na qual ela entra integralmente no consumo dos capitalistas, exatamente como I) C$a$ entra integralmente no consumo dos trabalhadores.

*Portanto, Cb tem de ser integralmente reposto pelos meios de*

*produção ββ.*

Mas como *Cb* (*segundo seu valor*) > *Vββ* + *Mββ*, isso só é possível porque uma parte de Cββ – isto é, a parte das mercadorias que representa a parte *constante* de Cββ – entra na produção C*b*, e apenas uma parte Cββ pode entrar na reprodução de Cββ, enquanto a outra parte tem de ser convertida na forma natural da mercadoria IIβ. Essa parte do produto IIβ, que repõe uma parte de Cββ, é o excedente desse produto β acima da parte deste último que constitui Cβ, que produz Cβ para Cββ = Vβ + Mβ. Se este não fosse o caso, existiria somente a classe IIββ, e não a classe IIβ.

3) O valor-produto I*b* é, portanto, = Vββ + Mββ + Vβ + Mβ + V*b* + M*b*.

Além disso, porém:

4) O valor-produto I*b* é = M*a* + Mαα + Mα + M*b* + Mββ + Mβ.

Pois o mais-valor social M (a, αα, α, *b*, ββ, β) = ao valor-produto I*b* ou ao fundo de consumo dos capitalistas. Sua renda = ao valor de seu fundo de consumo; exatamente como a renda dos trabalhadores = ao valor-produto I*a*, ao fundo de consumo dos trabalhadores.

Segue-se, pois:

5) M*a* + Mαα + Mα + M*b* + Mββ + Mβ = V*b* + M*b* + Vββ + Mββ + Vβ + Mβ.

Excluindo-se dos dois lados dessa equação M*b*, Mββ e Mβ, restam:

6) *Ma* + *Mαα* + *Mα* = *Vb* + *Vββ* + *Vβ.*

Ou o valor do mais-valor produzido *em Ia* + *Iαα* + *Iα* tem de ser *igual* à soma do salário desembolsado em I*b*, IIββ e IIβ.

O resultado disso é absolutamente simples:

O produto I*b*) = 1) C*b* + V*b* + M*b*.

*ou* 2) = ( Vββ + Mββ + Vβ + Mβ) + V*b* + M*b*.

O produto inteiro I*b* consiste em *meios de consumo* dos capitalistas. O valor desse produto = à soma das rendas dos capitalistas = à soma do mais-valor que os capitalistas *de todas as* classes têm para consumir.

Desse produto, os capitalistas I*b* possuem, para consumir *in natura*, apenas M*b*, Mββ + Mβ, isto é, a soma do mais-valor que é produzido nessas próprias classes I*b*, IIββ, IIβ. Se *consumissem mais*, eles consumiriam individualmente uma porção de C*b* ou de V*b* *(fórmula)*.

Eles não poderiam, assim, continuar a produção na mesma escala.

Após a dedução dessa parte do produto que recai sobre seu fundo de consumo, resta $Vb + V\beta\beta + V\beta$. Esta é a parte variável de capital I*b*. Mas tal parte existe numa forma natural, na qual é consumida não pelos trabalhadores que a produzem, mas pelos capitalistas. O valor dessa parte do produto é adiantado em dinheiro pelos capitalistas I*b* aos trabalhadores I*b*. Esse dinheiro se distribui entre I*a*, IIαα, IIα.

Como $Vb + V\beta\beta + V\beta$ precisa ser comprado em forma natural de I*a*, IIαα, IIα (pressupondo-se a reprodução simples), então é claro que $(Vb + V\beta\beta + V\beta)$ tem de ser $= (Ma + M\alpha\alpha + M\alpha)$, pois o valor de $(Vb + V\beta\beta + V\beta)$ só pode ser coberto pelos capitalistas Ia, IIαα, IIα com sua soma de mais-valor desembolsável em meios de consumo.

[Em toda essa exposição, é algo inteiramente acidental, tanto em I*a*, IIαα, IIα, como para I*b*, IIββ, IIβ, que, conforme nosso pressuposto, por exemplo, $Va = V\alpha\alpha$ e $V\alpha\alpha = V\alpha$, bem como $Vb = V\beta\beta$ e $V\beta\beta = V\beta$; além disso, que $Ma = M\alpha\alpha = M\alpha$ e $Mb = M\beta\beta = M\beta$. $Va$ poderia ser $> V\alpha\alpha$, assim como $Ma > M\alpha\alpha$ etc. Do mesmo modo, IIβ e IIββ etc. A única lei é a seguinte:

$Ca = (V\alpha\alpha + V\alpha + M\alpha\alpha + M\alpha)$; $Cb = (V\beta\beta + V\beta + M\beta\beta + M\beta)$; finalmente: $Ma + M\alpha\alpha + M\alpha = Vb + V\beta\beta + V\beta$.][y]

O produto I*a* = 1) $Ca + Va + Ma = Va + V\alpha\alpha + V\alpha + Vb + V\beta\beta + V\beta$.

Se eliminarmos $Va$ em ambos os lados dessa equação, teremos:

2) $Ca + Ma = V\alpha\alpha + V\alpha + Vb + V\beta\beta + V\beta$.

*Hence*: 3) $V\alpha\alpha + M\alpha\alpha + V\alpha + M\alpha + Ma = V\alpha\alpha + V\alpha + Vb + V\beta\beta + V\beta$; se eliminamos os membros iguais, temos,

4) $M\alpha\alpha + M\alpha + Ma = Vb + V\beta\beta + V\beta$.

Chegamos ao mesmo resultado, pois, tanto partindo diretamente de I*a* quanto de I*b* etc.

*$Ca = V\alpha\alpha + M\alpha\alpha + V\alpha + M\alpha$.*

*Do mesmo modo, $Cb = V\beta\beta + M\beta\beta + V\beta + M\beta$.*

Agora vemos que a circulação do conjunto das classes I*a*, I*b* etc. fornece o dinheiro que $Ca$ realiza e, por conseguinte, que $(V\alpha\alpha + M\alpha\alpha) + (V\alpha + M\alpha)$ também circula. Em contrapartida, ela não fornece a $Cb$ o

suficiente para circular seu equivalente (Vββ + Mββ + Vβ + Mβ). Ela fornece apenas o suficiente para circular uma parte dele, = (Vββ + Vβ).

Na realidade, porém, do dinheiro que fluiu para I*b* – e que realiza I(C*a* + M*a*) – uma parcela de valor (= M*a*) diretamente para I*b*; a outra parcela de valor = C*a*, deixa em IIαα, IIα apenas uma soma = Vαα + Vα, enquanto a outra soma = Mαα, Mα ele remete a IIββ, IIβ por intermédio de I*b*.

Mas como M*a* + Mαα + Mα = V*b* + Vββ + Vβ, assim circula a soma monetária, já que C*a* + M*a* realizou V*b* + Vββ + Vβ. E essa circulação inteira se decompõe, por fim, no refluxo dos capitais monetários variáveis = Vαα + Vα + V*b* + Vββ + Vβ, do mesmo modo como a soma monetária que o produto I*a* realiza inicialmente – após a dedução de V*a*, que é desembolsado em I*a* e retorna a este último – é formada pelos capitais monetários variáveis desembolsados em diferentes classes, além de I*a*: *Vαα + Vα + Vb + Vββ + Vβ.*

Do dinheiro que I*a* originalmente converte em dinheiro – portanto, a *soma de todos os capitais monetários variáveis desembolsados* –, uma parte = V*a* é desembolsada e absorvida no próprio I*a*, ou seja, não entra mais na *circulação geral*. Uma outra parte = M*a* reflui diretamente para I*b*. É indiferente se essa parte M*a* =, > ou < que V*b*; enquanto ela não cobre V*b*, é preciso que Mαα + Mα seja > Vββ + Vβ, quando apenas a soma M*a* + Mαα + Mα é = V*b* + Vββ + Vβ. Esse dinheiro todo flui, num primeiro momento, para I*b*, que, então, converte V*b* em dinheiro e lança o restante na circulação.

Em contrapartida, C*a* (= Vαα + Mαα + Vα + Mα) só se move por meio das últimas classes, promove a circulação entre I*a* e IIαα, entre IIαα e IIα, mas, depois de promover as trocas necessárias entre essas diversas classes, esse dinheiro não permanece nesta últimas, mas repõe o capital monetário variável em I*b*, IIββ e Vβ, e medeia esse capital por meio de diferentes intercâmbios.

O fundo monetário = I*a* é fornecido pelo conjunto das classes na proporção da grandeza respectiva de seu capital variável. Esse fundo monetário repõe, *d'abord*, V*a*, que foi adiantado no próprio I*a*; ele realiza (V + M) (αα + α), descarta V(αα + α), envia para I*b* a soma monetária = *Ma*

+ *Mαα* + *Mα* e realiza aqui diretamente V*b* e, então, Vββ + Vβ. Com isso, seu curso está completo. Ele não percorre cursos subsequente. As demais variações de posição das mercadorias que ele provoca entre I*b*, IIββ e IIβ são apenas estágios mediadores para o refluxo ou rotação do capital monetário variável.

É o *capital monetário* variável, portanto, que medeia todas essas transações.

Porém, permanece como excedente uma parte do mais-valor = I*b*, IIββ + IIβ, que não circula por meio dele e para cuja circulação tem de ser adiantada uma soma própria de dinheiro.

No movimento efetivo, o dinheiro para o mais-valor pode, por exemplo, ser adiantado *em todas* as classes tanto quanto o capital variável tem de ser adiantado em todas as classe nas quais os movimentos se entrecruzam. Por exemplo, IIαα comprou mais-produto sem a mediação do refluxo de dinheiro de I*a*. Mas isso não altera em nada a questão. Dada determinada velocidade da rotação, a soma que se encontra efetivamente em curso – e a soma por ele mantida em movimento – não pode ser maior que o dinheiro necessário para a realização do *produto inteiro* I*a* (naturalmente, ele será tão menos necessário para isso quanto mais numerosas forem as transações, quanto maior for o número de cursos que medeiam as rotações), isto é, para a conversão em dinheiro do capital variável + a parte do mais-valor = I*b*, IIββ + IIβ. Quanto mais variado for o desembolso de dinheiro para M nas diversas classes, tanto mais será preciso ou efetuar retenções inúteis de dinheiro (porquanto circula uma quantidade de dinheiro maior do que a exigida pelos métodos normais), ou o que é desembolsado para o mais-valor, por exemplo, em I*a*, IIαα e IIα não precisa ser desembolsado em I*b*, IIββ e Iiβ.

## Suposição de que o salário < mais-valor.

Num primeiro momento, supusemos que V = M e, então, que V > M. Por fim, suponhamos que V < M.

Assim, em vez de supor, como antes, que I*a* cresce de 300 para 350 e I*b*

decresce de 300 para 250, partiremos agora da suposição inversa, de que I*a* cai de 300 para 250 e I*b* aumenta de 300 para 350.

O *valor-produto Ia = £250.* ($^{5}/_{12}$ de uma jornada de trabalho efetivada em 250(I*a*) e $^{7}/_{12}$ em 350(I*b*)) (250 : 350 = $^{25}/_{35}$ = $^{5}/_{7}$). £50 em força de trabalho foram necessárias para produzir 300; logo, 41⅔ dessa soma são necessárias para produzir 250.

Mas em I*a* é empregada não apenas uma quantidade ⅙ menor de força de trabalho, mas, como a divisão da jornada de trabalho foi alterada, isto é, o mais-valor aumentou e o tempo necessário de trabalho diminui, caiu o preço da força de trabalho empregada. E, de fato, o preço total do trabalho caiu de 300 para 250, ou seja, diminuiu em 50. $^{300}/_{50}$ = $^{30}/_{5}$ = 6. Portanto, diminuiu em ⅙.

41⅔ = V(I*a*) segundo o preço antigo. Este deve ser dividido por 6 e o resultado subtraído de 41⅔.

⅙ de 41⅔ = $6^{17}/_{18}$.

E 41⅔ ou $41^{12}/_{18}$ - $6^{17}/_{18}$ = $34^{13}/_{18}$.

Portanto, V(I*a*) = $34^{13}/_{18}$ = $V^{34^{13/18}}$.

Além disso, temos V*a* : M*a* = 250 : 350 = 25 : 35 = $^{5}/_{7}$.

Portanto, também $34^{13}/_{18}$ : M*a* = 5 : 7. *Hence*, M*a* = $\frac{7(34 = {}^{13}/_{18})}{5}$ = $48^{11/18}$.

De fato, agora temos em I*a* a mesma divisão que anteriormente em I*b*, com a única diferença de que M e V trocaram de posição. Antes, em I*b*, M = $34^{91}/_{126}$ = $34^{13}/_{18}$ (agora V*a*), e antes, V*b* = $48^{77}/_{126}$ (= $48^{11}/_{18}$), agora M*a*.

Temos, portanto: *Va = $34^{13}/_{18}$ e Ma = $48^{11}/_{18}$.*

250 – *(Va + Ma) = $166^{12}/_{18}$*. (Ou, como antes, na p. 187[z], = $166^{84}/_{126}$.)

Assim:

$$\begin{cases} \text{I}a) = C^{166^{12}/_{18}}\,a + V^{34^{13}/_{18}}\,a + M^{48^{11}/_{18}}\,a \quad (\pounds 250). \\ \text{II}\alpha\alpha) = C^{166^{12}/_{18}}\,\alpha\alpha + V^{34^{13}/_{18}}\,\alpha\alpha + M^{48^{11}/_{18}}\,\alpha\alpha. \\ \text{II}\alpha) = C^{166^{12}/_{18}}\,\alpha + V^{34^{13}/_{18}}\,\alpha + M^{48^{11}/_{18}}\,\alpha. \end{cases}$$

e, do mesmo modo, obtemos:

$$\begin{cases} \text{I}b) & C^{233\frac{1}{3}}b + V^{48\,{}^{11}/_{18}}b + M^{68\,{}^{1}/_{18}}b \\ \text{II}\beta\beta) & C^{233\frac{1}{3}}\beta\beta + V^{48\,{}^{11}/_{18}}\beta\beta + M^{68\,{}^{1}/_{18}}\beta\beta \\ \text{II}\beta) & C^{233\frac{1}{3}}\beta + V^{48\,{}^{11}/_{18}}\beta + M^{68\,{}^{1}/_{18}}\beta. \end{cases}$$

V ($a$, αα + α) $<$ V (b, ββ + β) e, assim, pelo fato de menos força de trabalho ser empregada nessas classes, M ($a$, αα + α) é menor que M($b$, ββ + β).

No entanto, embora a massa M$a$ etc. seja $<$ que a massa M$b$ etc., isso não altera em nada a relação, já que, em toda a parte, V = ${}^{5}/_{7}$M (em todas as classes). A conversão em dinheiro de I$a$ = $34\,{}^{13}/_{18}$ adiantadas em I$a$ e que retornam a este último.

Se subtraímos $V^{34\,13/18}$ de 250, restam: $215\,{}^{5}/_{18}$.

C$a$ = V(αα + α) + M(αα + α) = V(αα)(α) ($69\,{}^{8}/_{18}$) + M(αα)(α) ($97\,{}^{4}/_{18}$).

V(αα, α) são eliminadas em II(αα, α), e a soma que flui para I$b$ para a conversão em dinheiro do capital variável é = M$a$ ($48\,{}^{11}/_{18}$) + Mαα + Mα = 3 × $48\,{}^{11}/_{18}$ = $145\,{}^{15}/_{18}$ = 3V (isto é, V I$b$, V IIββ, Vβ). A mesma lei vale como antes. (M I$a$, IIαα + IIα) = V (I$b$ + V IIββ + V IIβ.)

Assim como a soma para a circulação do mais-valor (I$b$, IIββ e IIβ) era menor porque o salário era maior, ou seja, porque uma parcela maior da circulação total circulava para o salário, agora *aumenta a circulação para o mais-valor* (I$b$, IIββ e IIβ), enquanto dessa soma a parte $C^{166^{12/18}}\,a$ – ou C$a$ em geral – circula no interior de IIαα, IIα, uma parte menor é deixada para V e uma parte maior é realizada em M (IIαα, IIα) para a circulação com I$b$.

*Vejamos um quadro geral dos resultados obtidos até aqui.*

I) V = M.

I$a$) $C^{200}a + V^{50}a + M^{50}a$ (= £300) + I$b$) $C^{200}b + V^{50}b + M^{50}b$ (= £300)

II$\alpha\alpha$) $C^{200}\alpha\alpha + V^{50}\alpha\alpha + M^{50}\alpha\alpha$ (= £300) + II$\beta\beta$) $C^{200}\beta\beta + V^{50}\beta\beta + M^{50}\beta\beta$ (= £300)

II$\alpha$) $C^{200}\alpha + V^{50}\alpha + M^{50}\alpha$ (= £300) + II$\beta$) $C^{200}\beta + V^{50}\beta + M^{50}\beta$ (= £300)

II) V > M.

α) V = 2M.

I$a$) $C^{266\,6/9}a + V^{88\,8/9}a + M^{44\,4/9}a$ (= £400) + I$b$) $C^{133\,3/9}b + V^{44\,4/9}b + M^{22\,2/9}b$ (= £200)

II$\alpha\alpha$) $C^{266\,6/9}\alpha\alpha + V^{88\,8/9}\alpha\alpha + M^{44\,4/9}\alpha\alpha$ (= £400) + II$\beta\beta$) $C^{133\,3/9}\beta\beta + V^{44\,4/9}\beta\beta + M^{22\,2/9}\beta\beta$ (= £200)

II$\alpha$) $C^{266\,6/9}\alpha + V^{88\,8/9}\alpha + M^{44\,4/9}\alpha$ (= £400) + II$\beta$) $C^{133\,3/9}\beta + V^{44\,4/9}\beta + M^{22\,2/9}\beta$ (= £200)

β) V = $^{7}/_{5}$M.

I$a$) $C^{233\,6/18}a + V^{68\,1/18}a + M^{48\,11/18}a$ (= £350) + I$b$) $C^{166\,12/18}b + V^{48\,11/18}b + M^{34\,13/18}b$ (= £250)

II$\alpha\alpha$) $C^{233\,6/18}\alpha\alpha + V^{68\,1/18}\alpha\alpha + M^{48\,11/18}\alpha\alpha$ (= £350) + II$\beta\beta$) $C^{166\,12/18}\beta\beta + V^{48\,11/18}\beta\beta + M^{34\,13/18}\beta\beta$ (= £250)

II$\alpha$) $C^{233\,6/18}\alpha + V^{68\,1/18}\alpha + M^{48\,11/18}\alpha$ (= £350) + II$\beta$) $C^{166\,12/18}\beta + V^{48\,11/18}\beta + M^{34\,13/18}\beta$ (= £250)

*III) V < M. (V = 5/7M.)*

I$a$) $C^{166\,12/18}a + V^{34\,13/18}a + M^{48\,11/18}a$ (= £250) + I$b$) $C^{233\,6/18}b + V^{48\,11/18}b + M^{68\,1/18}b$ (= £350)

I$\alpha\alpha$) $C^{166\,12/18}\alpha\alpha + V^{34\,13/18}\alpha\alpha + M^{48\,11/18}\alpha\alpha$ (= £250) + I$\beta\beta$) $C^{233\,6/18}\beta\beta + V^{48\,11/18}\beta\beta + M^{68\,1/18}\beta\beta$ (= £350)

I$\alpha$) $C^{166\,12/18}\alpha + V^{34\,13/18}\alpha + M^{48\,11/18}\alpha$ (= £250) + I$\beta$) $C^{233\,6/18}\beta + V^{48\,11/18}\beta + M^{68\,1/18}\beta$ (= £350)

Devemos começar por I (V = M), porque aqui a questão se apresenta do modo mais simples. Se aqui, como em II e III, é suposto que o grau de exploração da força de trabalho é o mesmo, isso se mostra tanto mais correto quanto as próprias classes I*a*, I*b* etc. constituem apenas massas resumidas de ramos industriais e representam relações médias, nas quais as diferenças individuais, acidentais – seja entre capitais individuais *nos mesmos* ramos, seja entre ramos *distintos* – são suprimidas numa média.

Se V = M, então o valor I*a* = valor I*b*; além disso, $V^a = M^a$ e $V^b = M^b$. Mas disso não se segue que os valores do produto I*a* e I*b* sejam compostos do mesmo modo. Por exemplo, I*b*) poderia ser $C^{250}b + V^{25} + M^{25}$; nesse caso, porém, (Vββ + Mββ) (Vβ + Mβ) teriam de ser maior em 50, já que $C^{250}b = (V + M)$ (ββ, β).

[Teríamos, então,

I*b*) $C^{250}b + V^{25}b + M^{25}b$

IIββ) $C^{200}\beta\beta + V^{62\,½}\beta\beta + M^{62\,½}\beta\beta$

IIβ) $C^{200}\beta + V^{62\,½}\beta + M^{62\,½}\beta$.

Essa diferente distribuição em I*b* etc. em nada alteraria as relações aqui consideradas.][aa] (A soma de valor *Vb, ββ, β* permanece = M*a*, αα, α, embora nem um único V = um único M.)

Ademais, cabe observar que as relações entre (M + V) (αα, α) e C(αα, α) e entre M + V(ββ, β) e C(ββ, β) podem ser diferentes, isto é, o valor dos meios de produção reproduzidos sob esses números podem ser de diferentes grandezas, por exemplo, > em (IIαα + α) do que em IIββ e β. Isso em nada altera as relações que repousam sobre o fato de que M e V são iguais por toda parte etc. (que C*a* = (V+M) (αα, α), e M*a*, Mα = V*b*, Vββ, Vβ etc.)

[Poderia, de certo, existir, sem alteração das relações aqui consideradas, um outro arranjo nas subclasses, por exemplo, IIαα, α. A única coisa que aqui é prescrita como uma lei é que C*a* = (V + M)αα = (V + M)α. Consideremos, por exemplo, que (V + M)αα seja < V + Mα, e que IIαα = $C^{220}\alpha\alpha + V^{40}\alpha\alpha + M^{40}\alpha\alpha$. Nesse caso, tal como antes, 200 têm de ser comprados de I*a* por IIαα. E: IIαα) $C^{100}\alpha\alpha + C^{120}\alpha\alpha + V^{40}\alpha\alpha + M^{40}\alpha\alpha$. $C^{120}\alpha\alpha + V^{40}\alpha\alpha + M^{40}\alpha\alpha$ = 200 repõem o capital constante C*a*. Mas $C^{120}\alpha\alpha$

teria de ser reposto por elementos provenientes de Cα, portanto, teria de ser (V + M)α.

Teríamos, assim, a seguinte composição:

I*a*) $C^{200}a + V^{50}a + M^{50}a$

IIαα) $C^{220}\alpha\alpha + V^{40}\alpha\alpha + M^{40}\alpha\alpha$

IIα) $C^{180}\alpha + V^{60}\alpha + M^{60}\alpha$.][ab]

(Vejamos, de passagem, como a questão se apresenta sob o pressuposto da taxa geral de lucro. Capital total adiantado = $C^{600} + V^{150} = 750$. *Mais-valor total* = 150. Portanto, $^M/_C = {}^{150}/_{750} = ⅕ = 20\%$. Em I, portanto, a composição é média, e o produto é vendido por £300. Em II, C = 220 + 40 = 260; V = 40. $^M/_C = {}^{40}/_{260} = {}^4/_{26} = 15\%$. *Examinar isso mais adiante*.)

(Em IIα, a taxa de lucro seria de 25%.)

*Retournons* [retornemos] a I (V = M).

O valor-produto I*a* = valor-produto I*b*, valor do fundo de consumo dos trabalhadores = valor do fundo de consumo dos capitalistas; *por conseguinte, também as somas monetárias necessárias à sua circulação.*

Em cada classe singular *a*, αα etc., V = M.

Assim como o valor-produto I*a*, analisado mais de perto, = (V + M)(IIαα) + (V + M)(IIα) + (V + M)(*a*) = a todo o trabalho vivo despendido na produção dos meios necessários de subsistência, também o valor-produto I*b* = (V + M)(IIββ) + (V + M)(IIβ) + (V + M)*b* = a todo o trabalho despendido na produção dos meios de consumo dos capitalistas.

Como, além disso, o valor-produto I*a* = valor-produto I*b*, segue-se que ½ *da jornada social de trabalho* é despendida na produção dos meios necessários de subsistência (em I*a*, IIαα, IIα), e a outra ½ *da jornada de trabalho* na produção dos meios e subsistência capitalistas (em I*b*, IIββ e IIβ), ou nos dois grandes setores é empregada a mesma quantidade de trabalho vivo.

Supondo-se o mesmo grau de exploração da força e trabalho, um tempo igual de trabalho em I*a* e I*b* pressupõe um *número* igual de *trabalhadores* empregados em ambas as classes e subclasses.

Seja a jornada de trabalho diária de um homem médio = *t* (jornada de

trabalho).

A jornada de trabalho anual = $t \times n$ (trabalho diário × número de dias no ano, $t \times n = T$, o trabalho anual de um trabalhador médio, a força de trabalho média). Assim, a jornada social de trabalho = T × N (a jornada anual média de trabalho × *o número* (N) das *forças de trabalho médias*, de modo que, por exemplo, uma força de trabalho média masculina = $x$ forças de trabalho feminino = $y$ forças de trabalho infantil.)

Se em I*a* etc. e I*b* etc. é empregada, em cada um deles, a metade da jornada de trabalho social $^{T \times N}/_{2}$, então temos $T \times {}^{N}/_{2}$, isto é, em cada um deles a metade do número das forças de trabalho médias socialmente empregadas.

A mesma divisão da jornada de trabalho em V e M – trabalho necessário e mais-trabalho – significa para o trabalhador singular que ele executa ½ da jornada de trabalho para si mesmo, e ½ para o capitalista.

A igualdade do *valor* de I*a* (fundo de consumo dos trabalhadores) e I*b* (fundo de consumo dos capitalistas) significa que a jornada de trabalho social está repartida entre eles em duas partes iguais, e que (estando pressuposto o grau igual de exploração da força de trabalho média) em I*a* etc. e I*b* etc. está ocupado *o mesmo número de trabalhadores*, ou que em ambas as classes e subclasses está ocupada a metade da força de trabalho social, isto é, a metade das forças de trabalho sociais médias – reduzidas a uma medida igual.

Este é um elemento importante, que nos mostra que a proporção $^{M}/_{V}$ se expressa socialmente não apenas na *divisão da jornada de trabalho*, como é o caso nos trabalhadores individuais, mas também na proporção na qual *as massas da força de trabalho são distribuídas entre os ramos de produção Ia etc. e Ib etc.* (uma circunstância frequentemente ignorada).

Além disso, cabe aqui observar que sob o pressuposto I (V = M) a força de trabalho V ($a$, αα, α) = £150 (= constitui ½ da força de trabalho social) e sua jornada de trabalho constitui a metade de V, a metade de M, e, assim, produz um valor de 300 = $V^{150} + M^{150}$, mais precisamente: $V^{150}$ ($a$, αα + α) + $M^{150}$ ($a$, αα + α), que reproduz a força de trabalho social inteira, isto é, produz para ela os meios necessários de subsistência. Sua força de trabalho

se decompõe, de fato, em $V^{150}$ (*a*, αα, α) + $M^{150}$ (*a*, αα, α). Considerando-se ela mesma e seus *employers* [empregadores], vemos que ela trabalha ½ jornada de trabalho necessária e ½ jornada de mais-trabalho. Mas M*a*, assim como V*a*, consiste em produtos I*a*, isto é, produtos que formam o fundo de consumo dos trabalhadores I*a*. O próprio produto M*a* não entra no fundo de consumo dos capitalistas I*a* etc., mas é apenas o *valor* desse produto, o dinheiro obtido com sua venda. O próprio produto entra no consumo dos trabalhadores (I*b*, IIββ, IIβ). Ele é o fundo no qual eles realizam seu salário, enquanto, inversamente, a parte do valor-produto I*b* etc. na qual eles realizam seu trabalho necessário existe num valor de uso, num produto que entra no fundo de consumo dos capitalistas I*a* etc. (Nele eles realizam seu mais-valor = ao valor de V(*b*, ββ, β).)

A *força de trabalho* $V^{150}$ (I*a*, IIαα, IIα) executa, assim, primeiro, o trabalho necessário para si; o que *para ela* constitui *mais-trabalho* e, por conseguinte, *mais-valor*, decompõe-se num tempo de trabalho = ao tempo de trabalho necessário da força de trabalho ocupada em I*b*, IIββ, β.

Socialmente, portanto, a *força de trabalho* $V^{150}$ (I*a* etc.) executa apenas *trabalho necessário*; numa metade da jornada de trabalho, ela produz seus próprios meios de subsistência; na outra, produz os *meios de subsistência dos trabalhadores* que produzem o fundo de consumo I*b* etc., o fundo de consumo dos capitalistas. Por outro lado, a *força de trabalho* $V^{150}$ (I*b* etc.) executa apenas *mais-trabalho* – socialmente considerada. Nenhuma parte de seu produto entra nem em seu próprio consumo, nem no consumo dos trabalhadores I*b* etc.

A jornada de trabalho I*a* etc. = uma ½ da jornada de trabalho social.

A jornada de trabalho I*b* etc. = uma ½ da jornada de trabalho social.

[Continuação:[ac]]

Equivale a dizer que ½ da jornada social de trabalho = V*a etc.* + V*b* e a

outra ½ da jornada social de trabalho = M*a etc.* + M*b*.

Pressupondo-se como constantes a produtividade, a intensidade e a duração da jornada de trabalho – em suma, todas as condições do processo de trabalho –, também o salário real aumenta juntamente com o valor de V, isto é, com a parte da jornada de trabalho = tempo necessário de trabalho (= tempo de trabalho que o trabalhador trabalha para si mesmo) e ao encurtamento correspondente de seu mais-trabalho. Isto é, o trabalhador individual recebe não apenas uma parcela de valor maior de seu próprio produto, mas, como a massa do produto criado em dado tempo de trabalho permanece a mesma, ele recebe também uma cota maior do produto por ele produzido.

Vimos que, quando I*a* = I*b*, V= M.

Supomos, agora, que V > M; em que proporção é absolutamente indiferente, como o mostra a comparação entre IIα e IIβ. Tomemos, em nome da comodidade, I*a*, no qual V aumenta de 300 para 400, ou seja, M diminui de 300 para 200 e, assim, I*a* (400) torna-se = 2 (I*b*) (200), ou V = 2M.

Mostrou-se precisamente que quando I*a* = I*b*, ou V = M, não apenas o trabalhador individual executa meia jornada de trabalho necessário e meia jornada de mais-trabalho, como a metade da força de trabalho social, ou a metade do número dos trabalhadores médios é empregada em I*a*, e a outra metade em I*b*.

A jornada de trabalho social inteira = TN; isto é = *jornada anual* (T) *de um trabalhador médio* × *o número de trabalhadores médios*. Portanto, se uma metade da jornada de trabalho social é absorvida em I*a* etc., e a outra em I*b* etc., isso significa que T × $^{N}/_{2}$ é empregada em cada uma de ambas as esferas e suas subclasses.

Se, portanto, ⅔ da jornada de trabalho social são empregados na produção dos meios de consumo dos trabalhadores, isto é, são empregados pelos trabalhadores para si mesmos, e ⅓ é empregado na produção dos meios de consumo dos capitalistas, *então T ×* $^{2N}/_{3}$ *em Ia (αα, α) e T × ⅓ N em Ib (ββ, β)*.

Assim, se para o trabalhador em cada ramo individual e em cada

negócio individual a proporção V = 2M (ou o aumento do salário em ⅓) expressa o fato de que futuramente ele trabalhará ⅔ ou $^4/_6$ da jornada de trabalho para si e ⅓ ou $^2/_6$ para o patrão, ao passo que anteriormente ele trabalhava ½ para si (= $^3/_6$) e ½ para o patrão (= $^3/_6$), esse *fact* [fato] se expressa socialmente, ao mesmo tempo, dizendo-se que, da força de trabalho total, empregam-se agora ⅔ ou $^4/_6$ em I*a*, αα e α, e apenas ⅓ ou $^2/_6$ em I*b*, ββ, β.

Vemos, assim, que, 1) se consideramos cada esfera individual, V = 2M, em vez de, como anteriormente, V = M.

Por exemplo, em I*a*: V = $88^8/_9$ e M = $44^4/_9$ ou, em I*b*: V = $44^4/_9$ e M = $22^2/_9$. (Essa proporção V = 2M é acidental, resultando aqui do fato de que V aumenta em ⅓ e M diminui em ⅓).

2) ⅔ × 400 estão ocupados I*a* etc. (isto é, ⅔ da força de trabalho) e ⅓ × 400 em I*b* etc. (isto é, apenas ⅓ da força de trabalho), sendo que anteriormente, antes dessa variação, a força de trabalho era igualmente distribuída entre I*a,* αα, α e I*b*, ββ, β.

Segue-se, ainda:

3) que, porquanto em I*a,* αα, α aumenta a massa da força de trabalho, enquanto ela diminui em I*b*, ββ, β, assim também, em I*a* etc., *aumenta a massa do mais-valor produzido*, ao passo que em I*b* etc. ela diminui. Ela era, anteriormente, distribuída por igual em I*a* etc. e I*b* etc.

Antes, a *massa do mais-valor* produzida em I*a,* αα, α = £150, enquanto a massa do mais-valor produzida em I*b* etc. era = £150.

Agora, a *massa do mais-valor* produzida em I*a,* αα, α = £$133^3/_9$ e a massa do mais-valor produzido em I*b* etc. é = £$66^6/_9$ (no total = £200).

A redução da massa total do mais-valor produzido (pois I*b* diminui de £300 para £200 e o valor de I*b* = massa do mais-valor produzido) e o aumento da massa total da renda dos trabalhadores são, assim, acompanhados do fenômeno de que, dessa massa diminuída de mais-valor (consequência da queda na taxa do mais-valor, considerando-se como *generally* [geralmente] constantes as demais condições de produção), produz-se mais em I*a* etc. do que em I*b* etc. Embora a *massa* de mais-valor

produzida também diminua em I*a* etc., aumenta a parte produzida em I*a* etc. *em comparação com* a parte dessa mesma massa produzida em I*b* etc. Este é um fenômeno importante e notável.

4) Por fim, aumenta a parte do capital constante empregada em I*a* etc., comparada com a parte empregada em I*b*. Em que proporção isto ocorre é aqui indiferente. Em todo caso, *d'abord*: C(I*a*) (= IIαα (V + M) + IIα (V + M)) > C(I*b*) (= IIββ, β (V + M)).

No que diz respeito ao inteiro *capital constante* empregado, temos = I*a* etc. ($266^6/_9$)3 + I*b* etc. ($133^3/_9$) × 3. = I*a* etc. (800) + I*b* etc. (400). Total: £1.200.

Anteriormente, no *case* [caso] em que V era = M, o *capital constante* = I*a* etc. (200 × 3) = 600 e I*b* etc. (200 × 3) = 600. No total = £1.200.

A massa do capital constante empregado é *a mesma* em ambos os casos = £1.200; desta soma, porém, agora são empregados ⅔ = £800 em I*a* etc. e apenas ⅓ = £400 em I*b* etc., ao passo que, anteriormente, eram empregadas £600 em I*a* etc. e £600 em I*b* etc.

Não *ocorreu, portanto, qualquer crescimento do capital constante*, mas apenas uma *outra distribuição* desse capital entre I*a* etc. e I*b* etc. A única parte do capital que cresceu é a parte variável.

Tal parte é, agora = I*a* ($266^6/_9$) + I*b* ($133^3/_9$) = 400, ao passo que, anteriormente, = £300 (= £150 em I*a* etc. e £150 em I*b* etc.).

Já o *valor aumentado de V* significa aqui tão somente que o *valor de M diminuiu na mesma proporção*. A massa da força de trabalho utilizada permaneceu *a mesma*, assim como a massa do trabalho despendido.

A soma do *valor* dos *meios sociais de consumo* permaneceu completamente *inalterada*. Apenas uma parte maior dessa soma foi produzida sob a forma dos meios de consumo dos trabalhadores, e uma parte menor, sob a forma dos meios de consumo dos capitalistas. Na verdade, os meios necessários de subsistência constituem tanto parte de I*b*, como de I*a*. Mas uma parte muito significativa de I*b* consiste em produtos de luxo. Com a distribuição alterada, a maior parte do fundo de consumo encontra-se na *forma* de meios necessários de subsistência, e a parte menor na forma de produtos de luxo.

Por fim, o *capital monetário* – no qual o capital variável é adiantado – foi, no caso de V = M, igualmente distribuído entre I*a* e I*b*. Agora, temos que: 1) para V, menos capital monetário é adiantado em I*b* do que em I*a*, e absolutamente menos em I*b* do que anteriormente. M*a* etc. tem de ser menor do que V*a* etc., uma vez que V > M; mas M*a* = V*b* etc. Portanto, agora o capital monetário adiantado em I*b* tem de ser *absolutamente menor* do que quando V = M.

No entanto, o capital monetário adiantado (para V*a* etc.) em I*a* etc. tem de ter aumentado mais do que o capital monetário adiantado em I*b* etc. diminuiu. Como V*a* + Vαα + Vα + V*b* + Vββ + Vβ é agora maior (⅓ maior do que antes, porquanto I*a* aumentou de 300 para 400) e V*b*, Vββ, Vβ é menor do que antes, então V*a* + Vαα + Vα tem não só de aumentar na mesma proporção em que diminui V*b*, Vββ, β, mas tem de aumentar *mais*. Do contrário, I*a* não será > que I*a* no *case* [caso] V = M.

Anteriormente, foram adiantadas como capital monetário variável = £300

e como mais-valor = £75

= £375.

Agora são adiantadas como *capital monetário variável* = £400

e como *mais-valor* = £37

£437; portanto, um total de £80 a mais para o capital variável.

Na realidade – abstraindo totalmente do fato de que aqui as somas monetárias em circulação são estipuladas como muito altas em proporção ao valor da mercadoria –, a proporção do dinheiro que circula o mais-valor é estipulado como muito baixo em proporção ao dinheiro que circula V. Embora C*a* = (V + M) (αα, α), também no interior de IIα, IIαα etc. haverá constantemente dinheiro em estoque para a circulação do mais-valor, antes que C*a* compre de IIαα, IIα. Veremos mais detalhes sobre essa questão posteriormente.

Se I*a* > I*b*, então, sob todas as circunstâncias, requer-se *mais* dinheiro para circular V, e *menos* dinheiro para circular M. Uma parte do dinheiro que antes servia como meio de circulação do mais-valor serve agora como meio de circulação do salário e assume, por conseguinte, a forma do

*capital monetário*.

Portanto, se mais dinheiro é requerido para a circulação de V, uma parte mais significativa dele é certamente fornecida pelo dinheiro que se tornou excedente para a circulação do mais-valor. Já o excedente não coberto desse modo é fornecido – pressupondo-se a simples circulação metálica – por meio da disponibilização [*Flüssigmachen*] de tesouros até então indisponíveis.

Nessa distribuição modificada trata-se apenas, como foi mostrado, de uma *mera distribuição modificada do fundo de consumo existente* ou da *parte do produto anual da sociedade que entra no fundo de consumo desta última*. É isso que comumente se imagina. Trata-se de uma distribuição modificada nas formas do fundo de consumo, nas formas de uso nas quais ele consiste, de uma distribuição modificada da força de trabalho nas diversas esferas da produção e, por fim, de uma distribuição modificada do capital constante.

Mediante tal alteração, I*a* cresceria, no caso supracitado, de 300 para 400; isto é, em ⅓ ou 33½%[ad]. O capital constante adiantado permaneceria o mesmo (segundo o *valor*). A massa do trabalho empregado permaneceria a mesma. O capital variável adiantado aumentaria – o que, no entanto, na medida em que consideramos apenas seu substrato material, não significa mais do que o fato de que uma parte maior do fundo de consumo assumiria a forma de meios de consumo dos trabalhadores, e uma parte menor a forma de meios de consumo dos capitalistas. Se o mesmo resultado fosse produzido por meio da *acumulação do capital*, teríamos o seguinte, supondo-se a proporção constante de V : M:

Originalmente, o capital = £1.500 = $C^{1.200} + V^{300}$ produz 300M. que

se V aumentasse de 300 para 400, o mesmo ocorreria com M, e teríamos:

$300 : 1.500 = 400 : x.\ x = {}^{1.500 \times 400}/_{300} = {}^{1.500 \times 4}/_{3} = 500 \times 4 = 2.000.$

O capital seria, agora: $C^{1.600} + V^{400} + M^{400}$. Ou o capital teria aumentado de 1.500 para 2.000, ou seja, em ⅓ = 33⅓%. O crescimento do capital em ⅓ é enorme e custa tempo; abstraindo inteiramente do fato de que tal crescimento seria acompanhado de circunstâncias e processos que

tornam muito duvidoso se a força de trabalho representada por $V^{400}$ não estaria agora em piores condições do que a força de trabalho anterior, representada por $V^{300}$.

O mecanismo da sociedade burguesa traz consigo o fato de tais *changes* [mudanças], como por exemplo aquelas apresentadas em I (V = M) e II (V > M) (por exemplo, V*α* = 2M) [p. 191][ae], serem acompanhadas de circunstâncias que paralisam seu efeito e interrompem as próprias *changes*.

Se comparamos I (V = M) com II (α) (V = 2M), isso pressupõe um aumento *simultâneo* do salário em ⅓ *em todos* os ramos da produção. Uma grande parte dos produtos I*a* (por ora, abstraímos aqui do comércio exterior) consiste em *meios de nutrição* que precisam ser produzidos com anterioridade de um ano (ao menos em sua matéria-prima). A demanda por eles aumentaria muito. Os lucros obtidos em I*a* etc. aumentariam *so far* [mesma medida]. Essa *change* [mudança] seria acompanhada de eventos perturbadores em I*b* etc. Primeiramente, diminuiria a demanda por uma grande parte desse produto [já que apenas uma parte relativamente pequena dele se converteria do produto I*b* em produto I*a*, isto é, seria comprada por trabalhadores, em vez de por capitalistas. Sendo esse o caso, teríamos uma mera transposição *do mesmo produto* (e do capital e do trabalho que o produzem) de I*b* para I*a*. O produto seria meramente computado numa classe, em vez de em outra][af], porque M diminuiria e, sob as novas relações em I*b* etc., [formaria a] superprodução. Essa *fall* [queda] teria um efeito sobre os trabalhadores ocupados em I*b* etc. Seu *salário cairia, em vez de aumentar*, porque sua transferência para I*a* não se daria tão rapidamente quanto sua liberação em I*b* etc. (e a transferência seria, em parte, dificultada por sua subsunção a um negócio determinado pela divisão do trabalho). Por outro lado, a *fall* de seu salário colocaria novamente em cheque a demanda crescente em I*a*. Haveria, então, *revulsion* [indignação], que paralisaria a *change*, ao menos parcialmente.

O produto I*b* etc. consiste, em parte, em meios necessários de subsistência etc., que são consumidos pelos *retainers* [serviçais] dos capitalistas, a criadagem etc., em suma, pelos trabalhadores improdutivos. Uma parte desse produto é descartado com a *fall of* [queda de] M em ⅓.

(No entanto, considerando-se toda a classe capitalista, isto é, todas as frações às quais pertence o mais-valor, isso não seria tão significativo como se poderia pensar *at first view* [à primeira vista]. Cf. os *population returns* ingleses de 1861[ag].) Uma parte dos trabalhadores dispensados – com o aumento de V, os filhos dos trabalhadores etc. poderiam ser empregados pelos seus próprios pais de modo mais racional do que para a criadagem etc. – é lançada no mercado de trabalho, e mais precisamente no mercado de trabalho I*a* etc. Isso seria, *de prime abord* [à primeira vista], uma mera compensação para o fato de que aqui se encontra uma parte dos trabalhadores supérfluos em I*b*. Em suma, quando se pensa que, de um lado, a classe capitalista pode consentir com a coisa por *some time* [algum tempo], e que, por outro lado, a liberação dos trabalhadores produtivos empregados em I*b* e de uma parte dos trabalhadores improdutivos que tomam parte no produto I*b* provocaria uma reação contra o próprio processo, então compreende-se a dificuldade e a relativa impossibilidade de *change* por essa via. Isso sob os pressupostos aqui adotados, a saber, de que a produtividade, intensidade e duração da jornada de trabalho permaneçam as mesmas. Nisso, não mencionamos a reação que o aumento do salário provoca na utilização da maquinaria etc., isto é, em meios de liberação subsequente da força de trabalho.

São esses *obstáculos imanentes* ao mecanismo da produção capitalista contra toda *change rápida e geral* desse tipo – e, quando a *change* é apenas gradual e parcial, então *acumulam-se apenas os obstáculos* que a produção capitalista cria de modo natural-espontâneo contra tal *change* – que servem aos economistas burgueses como exemplos de que a coisa é, em geral, impossível. Disso se segue apenas que se fazem necessárias *medidas gerais* para deter esse mecanismo natural-espontâneo, e se tais medidas não podem transformá-lo *at once* [imediatamente], que produzam *alterações repentinas e significativas* que venham a quebrar, enfraquecer sua força imanente de resistência, *facilitate* [facilitando] assim *changes* ulteriores na mesma direção.

Se comparamos, agora, o caso III) (V > M) com II e I, constatamos o fenômeno inverso, ou a mudança em sentido contrário.

I*b* > I*a*. V < M em todas as esferas da produção. Uma massa maior de mais-valor é gerada em I*b* > I*a*. Mais força de trabalho é absorvida em I*b* do que em I*a*. Uma parte maior do capital constante é absorvida em I*b* do que em I*a*.

Já o capital monetário adiantado = *£250* (não como em I = 300, nem como em II = 400). Além disso, restam para circular para o mais-valor, conforme a medida anterior = £$34^{2}/_{18}$ + £$68^{1}/_{18}$ = £$102^{3}/_{18}$ = £$102^{1}/_{6}$, digamos = £103. O total de dinheiro circulante = £353.

* * *

*Fundo de trabalho*: em primeiro lugar, observar: aqui, tem-se uma clara visão da fixidez do assim chamado *fundo de trabalho*. Com uma grandeza igual de valor-produto social anual, esse fundo de trabalho pode ser de 300, 400, 350, 250 etc. Ele pode cair profundamente abaixo do *valor da força de trabalho*, até um mínimo absoluto, e pode crescer acima desse valor etc. em infinitas variações. E que ele é uma grandeza *fixa* constitui um dogma fundamental da economia política!

* * *

Pergunta-se, sobretudo: em que medida o que foi até aqui desenvolvido não repousa sobre pressupostos puramente abstratos e que contradizem a realidade?

É claro que uma tal cisão abstrata de I*a* etc. – *produção dos meios de consumo dos trabalhadores* – e I*b* etc. – *produção dos meios de consumo dos capitalistas* – não existe na realidade.

Os *meios necessários de subsistência* constituem, naturalmente, a parte mais significativa dos meios de consumo dos trabalhadores. Mas eles também entram, em grande parte, no consumo dos capitalistas. Uma parte muito significativa dos meios de nutrição é idêntica para ambos. O mesmo vale para os meios de aquecimento. Em todos os outros, embora o gênero

seja o mesmo – habitação, vestimenta, mobília etc. –, os produtos são de tipos distintos. Por outro lado, também alguns artigos de luxo entram no consumo dos trabalhadores [embora certamente não quando se considera a média da classe inteira e se compensa o que, por exemplo, foi gasto em demasia em bebidas alcoólicas etc. e muito pouco em alimentação, vestimenta para as crianças etc.].

O mesmo vale para a maior parte do capital constante, matérias-primas, maquinaria, ferramentas, edifícios etc. Onde as máquinas-ferramentas são distintas, também o são as instalações, a maquinaria de transmissão de movimento etc. Isso prova, de fato, que a transferência do capital constante de I*a* para I*b* e vice-versa *está ligada a menos dificuldades do que a transferência das forças de trabalho isoladas pela divisão do trabalho.*

Encontra-se tudo isso em contradição com as leis desenvolvidas?

Primeiramente, há uma grande diferença na *configuração material*, na forma de uso do fundo I*a* e do fundo I*b*. O primeiro consiste, em sua maior parte, em meios necessários de subsistência; o segundo, em uma de suas partes mais importantes, consiste em produtos de luxo, isto é, produtos que, no dado desenvolvimento da força produtiva e das forças de trabalho, em parte não seriam produzidos em absoluto e em parte só o seriam na escala mais reduzida, caso os produtores fossem simultaneamente os consumidores de seus produto.

Na medida em que se considera o esquema geral, a maior dificuldade parece consistir no fato de que o mesmo capitalista pertence às categorias I*a* e I*b*. Por exemplo, o agricultor capitalista produz cereais que entram tanto no fundo de consumo I*a* quanto no fundo de consumo I*b*. Uma parte do mais-valor produzido em I*a* é, pois, consumido pelo seu próprio produtor capitalista, em parte, em I*a*, e não precisa, antes, ser transferido de sua forma natural I*a* à forma natural I*b*. Uma parte de IIαα M (ou IIα M) não deve, portanto, ser realizada em I*b* etc. e, por isso, M IIα etc. não tem de ser igual a V etc. (I*b* etc.).

I) O melhor a fazer é, no entanto, observar em geral as leis encontradas e perceber o quanto elas estão ligadas à forma determinada do esquema – ou, antes, averiguar se essa forma faz com que essas leis se revelem com

mais clareza.

Segundo o esquema (por exemplo, I V + M) (p. 191[ah]), o *valor do fundo de consumo dos trabalhadores* = ao *preço da força de trabalho social* que foi empregada em todos os ramos do processo de produção (lá = V (*a*, αα, α) + V (*b*, ββ, β)); por outro lado, o *valor do fundo de consumo dos capitalistas* = à soma do mais-valor gerado em todos os ramos de produção. Assim, a *soma de valor dos produtos* destinados ao consumo individual = soma de valor do *capital variável* social desembolsado (V(*a*, αα, α + b, ββ, β) + M (*a*, αα, α + *b*, ββ, β)) (Isto é = *o produto de valor da jornada de trabalho social anual.*)

Essa frase não depende em absoluto de I*a* etc. e I*b* etc. serem considerados dois grandes setores separados e independentes do processo social de produção, como ocorreu no esquema.

Seja qual for a configuração material de seu valor de uso e, por conseguinte, o processo particular de produção do qual provêm os elementos constitutivos do fundo social de consumo, seu *valor = V + M*, em que V, o preço de toda a força de trabalho empregada, = *produto de valor da parte necessária da jornada de trabalho*, e M = soma do mais-valor = *produto de valor do mais-trabalho despendido,* V + M = *produto de valor da jornada de trabalho social anual*.

* * *

II. É igualmente claro que, se o fundo de consumo total, por exemplo, = 600 (como supracitado) e se esses 600 se decompõem, quanto a seu componente de valor, em: $C^{400}(I) + V^{100}(I) + M^{100}(I)$, então a *parte constante de capital* aqui contida, $C^{400}$, tem de ser igual a $(VII + MII)^{400}$, produzida no interior das esferas da produção, que fornecem os meios de produção diretos ou indiretos dos artigos que formam o fundo de consumo. Esses $C^{400}(I)$ *em meios de consumo* devem ser trocados por *(V II + M II) em meios de produção*.

Isso já se segue do fato de que o *valor do fundo de consumo* se decompõe em (V + M) de todos os ramos da produção.

Portanto, o *valor do fundo de consumo* = $V^{300} + M^{300}$, em que $V^{300}$ = V de todas as classes, e $M^{300}$ = M de todas as classes.

O valor desse fundo de consumo é, além disso, = $C^{400}(I) + V^{100}(I) + M^{100}(I)$.

Aqui, por meio de C(I), caracterizamos a parte constante de capital no valor do fundo de consumo; além disso, V(I) e M(I), os valores V e M produzidos na esfera da produção dos próprios meios de consumo.

Portanto, como $C^{400}(I) + V^{100}(I) + M^{100}(I) = V^{300} + M^{300}$, então $C^{400}(I) = V^{300} + M^{300} - (V^{100}(I) + M^{100}(I))$; e, com efeito, $(V^{300} + M^{300})$ tem de ser $= (V^{200}(x) + M^{200}(x)) + V^{100}(I) + M^{100}(I)$.

Assim, $C^{400}(I) = (Vx + Mx)^{400}$; isto é, o *valor da parte constante de capital dos meios de consumo* é igual ao *valor da parte constante de capital acrescida do mais-valor dos meios de produção.*

Ou, em geral, se o *valor dos meios de consumo = (merc.)* e essa (merc.) = C*a* + V*a* + M*a* (onde C*a* é a parte constante de capital, V*a* a parte variável e M*a* o mais-valor no interior dessa esfera 1), então *Ca = (merc.) – (Va + Ma)*, isto é = (V*b* + M*b*), onde V*b* é o V gerado em todas as esferas exceto *a*, e M*b* o mais-valor gerado em todas as esferas exceto *a*.

Além disso, está claro que C*a* (aqui = $C^{400}$(I)) tem inicialmente de se intercambiar com os (de ser substituído pelos) *meios de produção* que entram *diretamente* na produção dos meios de consumo, ou que, em outras palavras, constituem a *forma natural do capital constante* C*a*. C*a* deve ser reconvertido da forma do produto – dos meios de consumo – em sua forma natural, isto é, nos meios de produção desse produto – dos meios de consumo.

Se chamamos esses meios de produção de *b*I, então C*a* tem de ser reposto pelos meios de produção *b*I de mesmo valor (isto é, seu valor = V*b* + M*b*); (portanto, no caso presente, por mercadoria *b*I no montante de V*b* + M*b* = 400).

Se V + M fosse = V*b* + M*b* no interior da esfera *b*I, isto é, igual à soma de V + M produzido fora da esfera *a*, então o processo de circulação (o intercâmbio entre as diferentes esferas) que acompanha a reprodução teria

atingido sua meta.

Mas além da esfera *b*I, que abarca todas as indústrias que produzem meios diretos de produção de *a*, encontram-se outras esferas da produção, que criam os meios de produção da esfera *b*I. (V*b* + M*b*) (tem, assim, *de ser um valor maior do que* (V*b*I + M*b*I)); portanto: como o valor das mercadorias bI – que C*a* repõe – é maior do que V*b*I + M*b*I, uma parte dessas mercadorias *b*I, que são intercambiadas com C*a*, tem de *constituir uma parte da parcela constante de valor-produto b1, uma parcela de valor de Cb1,* que, por sua vez, tem de ser reposta por C*b*2.

Essa parte de C*b*1 que tem de ser reposta por C*b*2 só pode ser igual a (V + M)*b*2, exatamente como C*a* era = (V + M)*b*. (Pressupondo-se que todas as indústrias que fornecem meios de produção para C*b*1 estão reunidas na esfera C*b*2.)

Uma massa de mercadorias *b* é vendida a *a* = (V + M)*b* = C*a*. Essa massa, porém, é maior que (V + M)*b*I, ou seja, maior do que a parcela de valor-produto *b*1 que pode ser gasta em meios de consumo. Na medida em que C*a* > (V + M)*b*I, uma parcela constante de valor de C*b*1 é vendida a C*a*, que, por sua vez, tem de ser reposto em sua forma natural mediante o intercâmbio com *b*2), de modo que os meios de consumo *a* – ou seu valor (= C*a*), na medida em que esse valor > (V + M*b*1) – são de fato transferidos de *b*1 para *b*2, e este último, ao contrário, fornece a parte de C*b*1 que deve ser reposta. A parcela de valor de *b*2 que é assim intercambiada com uma parte de C*b*1 tem de ser = (V + M)*b*2, já que *b*2 deve ser intercambiada apenas com os meios de consumo. Se a parte de C*b*1 a ser intercambiada com *b*2 fosse > (V + M)*b*2, ela abarcaria então uma parte de C*b*2, que, por sua vez, deveria ser intercambiada com a mercadoria *b*3 no montante de (V + M)*b*3, e assim por diante, até fechar a conta. Basta, assim, para fins de visualização, pressupor, além da classe *b*1, uma classe *b*2, de modo que (V + M)*b*1 + (V + M)*b*2 = (V + M)*b*, isto é, igual á soma de valor de todo V + M que reside nos meios diretos e indiretos de produção *a*.

O processo é, portanto, o seguinte: C*a* se troca inteiramente por $^{Cb1}/_{x}$ (isto é, parte de C*b*1) + (V*b*1 + M*b*1) (mercadorias *b*)

$C^{b1}/_{x}$ repõe-se com elementos de (V*b*2 + M*b*2) e, para isso, cede a *b*2

uma parcela de valor C*a* = $^{Cb1}/_{x}$.

De fato, portanto, (V + M)*b*1 + (V + M)*b*2 é reposto por C*a*, ao passo que C*a* é reposto com mercadorias *b* num valor = $^{Cb1}/_{x}$ + (V*b*1 + M*b*1) e $^{Cb1}/_{x}$ é reposto com mercadorias *b*2 no valor de (V + M)*b*2.

A distribuição da parte dos meios de consumo = C*a* entre (V*b*1 + M*b*1) + V*b*2 + M*b*2), isto é, entre (V + M)*b é, assim, acompanhada da reposição de todo o capital constante* a *com elementos de* b*1 e de uma parte do capital constante* b*1 com elementos de* b*2.*

III) Portanto, depois de concluído esse movimento,

1) a totalidade dos meios de consumo – o produto inteiro *a* – está distribuída entre trabalhadores e capitalistas das classes *a*, *b*1 e *b*2. (V*a* + M*a*) estão apropriados *in natura* por seus produtores *a*, e a parcela de valor-produto *a* = C*a* está distribuída de tal modo que uma parte dela, no montante de (V*b*1 + M*b*1), recai sobre a classe *b*1 e a outra parte, no montante de (V*b*2 + M*b*2), recai sobre a classe *b*2. A renda inteira da sociedade está distribuída.

Por outro lado, foi reposto em forma natural:

C*a* (com elementos da classe *b*1).
C*b*1 (em parte constituído pelo seu próprio produto, em parte reposto com elementos de *b*2)
C*b*2 (constituído pelo seu próprio produto).

A única circulação que ainda pode ocorrer é no interior de C*b*1 (no interior das diversas esferas de produção que constituem essa classe) e no interior de C*b*2; também é possível um intercâmbio parcial entre C*b*1 e C*b*2.

Essa circulação inteira só ocorre, portanto, no interior do capital constante, das classes *b*1 e *b*2.

Entre *a, b*1 e *b*2 só ocorre circulação até que C*a* esteja reposto *in natura* e (V+ M) (*b*1 e *b*2) esteja realizado em meios de consumo. Tem-se, portanto, uma troca – esta última –, sobre cujos fenômenos se funda a concepção falsa de A. Smith etc.

Essas três leis (I, II, III) são totalmente independentes do esquema da p. 191[ai].

Isso é importante devido à exposição *do refluxo do capital monetário variável*; devido à constatada igualdade (M*a* + Mα + Mα) = (V*b* + Vββ + Vβ); às condições sociais sob as quais, mantendo-se constantes as condições de produção, V = M, V > M, V < M, ou aos movimentos que produzem essa variação das proporções.

Vejamos agora as três questões:

1) *Circulação monetária*:

I*a*) $C^{400}a + V^{100}a + M^{100}a$.

Iαα) $C^{400}\alpha\alpha + V^{100}\alpha\alpha + M^{100}\alpha\alpha$.

Iα) $C^{400}\alpha + V^{100}\alpha + M^{100}\alpha$.

Inicialmente, £100 foram desembolsadas para $V^{100}a$; quando retornam a seu ponto de partida, temos:

I*a*) $C^{400}a + V^{100}a$ (*em dinheiro*) + $M^{100}a$.

$V^{100}\alpha\alpha + V^{100}\alpha$, desembolsados em suas respectivas esferas em dinheiro (= £200), são desembolsados pelos trabalhadores em mercadoria I*a*, e temos:

I*a*) $C^{200}a$ (em mercadoria I*a*) + $C^{100}a$ (em dinheiro) + $V^{100}a$ (em dinheiro) + $M^{100}a$ (em mercadoria I*a*).

Iαα) $C^{400}\alpha\alpha$ (*em merc. α*) + $V^{100}\alpha\alpha$ (*em merc. α*) + $M^{100}\alpha\alpha$ (*merc.*).

Iα) $C^{400}\alpha$ (*em merc. α*) + $V^{100}\alpha$ (*em merc. α*) + $M^{100}\alpha$ (*merc.*).

As $C^{200}a$ em dinheiro são desembolsadas em mercadorias IIαα = $V^{100}\alpha\alpha + M^{100}\alpha\alpha$; £100 restituem a $V^{100}\alpha\alpha$ sua forma-dinheiro e £100 repõem $C^{100}\alpha\alpha$ na forma natural desse capital constante. Com isso, $V^{100}$ (em merc. α) são transferidos a IIαα e repostos por dinheiro. Temos, então:

Ia) $C^{200}$ (merc. *a*) + $C^{200}a$ (mercadoria αα, meios de produção) + $V^{100}a$ (em dinheiro) + $M^{100}a$ (merc.)

Iαα) $C^{400}$ (merc. αα) + $C^{100}\alpha\alpha$ (meios de produção α) + $V^{100}\alpha\alpha$ (em dinheiro) + $M^{100}\alpha\alpha$ (não diretamente representado)

IIα) $C^{400}$ (merc. α) + $V^{100}$(merc. α) (em dinheiro) + $M^{100}\alpha$ (*merc.*).

Desse modo, a forma-dinheiro de V(*a*, αα, α) refluiu e essa circulação está concluída.

Suponhamos agora, por exemplo, que, para a circulação de mais-valor, I*a* desembolse £50 e IIα, £50.

Nesse caso, IIαα compra mercadoria de I*a* por £50, e IIα faz o mesmo por £50. Temos, então:

Ia) $C^{100}$ (merc. *a*) + $C^{100}a$ (em dinheiro) + $C^{200}a$ (merc. αα) + $V^{100}a$ (em dinheiro) + $M^{100}a$ (merc.)

IIαα) $C^{400}$ (merc. αα) + $C^{100}$αα (meios de produção α) + $V^{100}a$ (em dinheiro) + $M^{50}$ (em fundo de consumo)

IIα) $C^{400}$ (merc. α) + $V^{100}$α (em dinheiro) + $M^{100}$α (*merc.*) + $M^{50}$ (em fundo de consumo).

I*a* compra mercadoria αα por £100 e IIαα compra mercadoria α por £100. Temos, então:

Ia) $C^{100}$ (*merc. a*) + $C^{300}a$ (merc. αα) + $V^{100}a$ (em dinheiro) + $M^{100}a$ (*merc.*)

IIαα) $C^{300}$ (*merc.* αα) + $C^{200}$αα (meios de produção α) + $V^{100}a$ (em dinheiro) + $M^{50}$ (em fundo de consumo)

IIα) $C^{400}$ (merc. α) + $V^{100}$α (em dinheiro) + $M^{50}$α (em dinheiro) + £50 em dinheiro.

Em IIα, as segundas £50 são adiantadas para a circulação do mais-valor, e retornam a seu ponto de partida. Agora, £50 são gastas para $M^{50}$α em mercadoria I*a*. Este último repõe, com isso, £50 em (merc.)αα.

Temos, então:

Ia) $C^{50}$ (*merc. a*) + $C^{350}$(merc. αα) + $V^{100}a$ (em dinheiro) + $M^{100}a$ (*merc.*)

Iαα) $C^{250}$ (*merc.* αα) + $C^{200}$αα (*merc.* α) + $V^{100}$αα (em dinheiro) + £50 em dinheiro (+ £50 em fundo de consumo)

IIα) $C^{400}$ (*merc.* α) + $V^{100}$α (em dinheiro) + £50 em dinheiro para a circulação do mais-valor.

IIαα compra mercadoria I*a* por £50, I*a* compra mercadoria αα por £50 e para IIαα refluem definitivamente as £50 em dinheiro que ele havia adiantado.

Temos, então:

Ia) $C^{400}a$ (em meios de produção αα) + $V^{100}a$ (em dinheiro) + $M^{100}a$ (merc.) + $M^{100}a$ (merc.) (suponhamos, aqui, que para a circulação $M^{100}a$ (nesta classe, circulam £50)).

IIαα) $C^{200}$ (*merc.* αα) + $C^{200}$αα (*merc.* α, em meios de produção) + $V^{100}$αα (*em dinheiro*) + £50 em dinheiro para a circulação do mais-valor.

IIα) $C^{400}$ (*merc.* α) + $V^{100}$α (*em dinheiro*) + £50 para a circulação do mais-valor.

No total, aqui são adiantados para a circulação: *£300 para o pagamento de salários* (V(*a*, αα e α)) e *£150 para a circulação do mais-valor* (£50 em I*a*, £50 em IIαα, £50 em IIα).

Tal como anteriormente, o dinheiro adiantado em IIαα e IIα para a circulação de (V + M) tem de ser suficiente para reconverter $C^{400}a$ da forma da mercadoria (meios de consumo) *a* na forma de seus meios de produção αα; além disso, ele tem de ser suficiente para converter $V^{100}$αα (como renda dos trabalhadores αα) em mercadoria *a*, a fim de mediar o refluxo da forma-dinheiro de $V^{100}$αα como forma-dinheiro do capital variável αα, realizar Mαα em mercadoria I*a* e efetuar o refluxo para IIαα do dinheiro que foi adiantado no interior de αα para a realização do mais-valor IIαα. Por fim, esse dinheiro é suficiente para converter em meios de produção α a parte do capital constante IIαα que é = (V + M)α, para produzir a forma-dinheiro do capital variável IIα e efetuar o refluxo do dinheiro adiantado no interior de IIα para a circulação do mais-valor, assim como para mediar a realização do mais-valor IIα em mercadoria I*a*.

Se em IIαα e IIα fossem adiantadas, em cada uma, £100 em dinheiro para a circulação do mais-valor, em vez de £50, então refluiriam para IIαα e IIα, respectivamente, £100 em vez de £50. A conversão da mesma massa de mercadorias seria realizada com £550, em vez de com £450, ou seja, uma parte maior da riqueza se conservaria na forma-metal improdutiva.

Por fim, o dinheiro necessário para a circulação de $C^{200}$(merc. αα) e $C^{400}$α aparece somente no interior dessas esferas mesmas e não entra em circulação com I*a*.

* * *

2) *Segunda. A lei M (a, αα + α) = V (b, ββ + β).*

No esquema, está suposto que os meios de consumo dos capitalistas *b* e dos trabalhadores *a* são produzidos por capitais inteiramente distintos; eles são pressupostos como artigos absolutamente diferentes.

Isso não é assim na realidade. Uma grande parte dos *meios necessários de subsistência*, que constituem a massa dos meios de consumo dos trabalhadores *a*, entra também no consumo dos capitalistas e seus *retainers*, ou seja, na categoria das mercadorias I*a*. Por outro lado, uma parte relativamente ínfima dos *produtos de luxo* I*b* entra no consumo dos trabalhadores.

Em que medida, pois, isso é modificado mediante a lei introduzida no ponto 2)?

Como a determinada *proporção numérica* pode ser aqui suposta arbitrariamente, uma vez que ela não altera em nada o conjunto, consideraremos o esquema sob o ponto de vista (por exemplo, sob o pressuposto de que I V = M (p. 191[aj])) de que ½ dos meios de consumo dos capitalistas consiste em meios necessários de subsistência, e ½ de meios de luxo, ao passo que $^{1}/_{10}$ do consumo dos trabalhadores consiste de meios de luxo, e $^{9}/_{10}$ de meios necessários de subsistência.

Assim, I*a* converte-se em produção dos meios necessários de subsistência e I*b*, em produção dos meios de luxo.

Pressupondo-se as relações anteriores de produção, obtemos então:

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| I$a$) | (meios necessários de subsistência) | + | Ib) | (meios de luxo) I$b$ |
| | $C^{280}a + V^{70}a + M^{70}a$ | | | $C^{120}b + V^{30}b + M^{30}b$ |
| II$\alpha\alpha$) | $C^{280}\alpha\alpha + V^{70}\alpha\alpha + M^{70}\alpha\alpha$ | + | II$\beta\beta$) | $C^{120}\beta\beta + V^{30}\beta\beta + M^{30}\beta\beta$ |
| II$\alpha$) | $C^{280}\alpha + V^{70}\alpha + M^{70}\alpha$ | + | II$\beta$) | $C^{120}\beta + V^{30}\beta + M^{30}\beta$ |

Inicialmente, são desembolsadas em salário = £300 (mais precisamente, 3 × 70 = 210 (V($a$, αα, α)) + 3 × 30 = 90 (V$b$, ββ, β), e 210 + 90 = £300, como antes).

Primeiramente, refluem para I$a$ £70 – $^1/_{10}$ = £7; portanto, 70 - 7 = £63, já que os trabalhadores gastam $^1/_{10}$ de seu ganho em mercadorias I$b$.

Do mesmo modo, para I$a$ fluem £136 (= 2 × £63) de IIαα e IIα, e £81 de I$b$, ββ, β. (Pois os trabalhadores gastam $^1/_{10}$ de seu ganho em meios de luxo.)

Portanto, para I$a$ fluem £63 + £126 + £81 em dinheiro = *£270* (= 300 – $^1/_{10}$ (300) = £270).

Dessas £270, £63 permanecem em I$a$, como forma-dinheiro volvente do capital variável, e temos:

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| I$a$) | $C^{73}a$ (*merc.*) + $C^{207}a$ (em dinheiro) + $V^{7}a$ (merc.) + $V^{63}a$ (em dinheiro) + $M^{70}a$ | + | I$b$) | $C^{120}b + V^{30}b$ (em dinheiro) + $M^{30}b$ |
| II$\alpha\alpha$) | $C^{280}\alpha\alpha + V^{70}\alpha\alpha + M^{70}\alpha\alpha$ | + | II$\beta\beta$) | $C^{120}\beta\beta + V^{30}\beta\beta + M^{30}\beta\beta$ |
| II$\alpha$) | $C^{280}\alpha + V^{70}\alpha + M^{70}\alpha$ | + | II$\beta$) | $C^{120}\beta + V^{30}\beta + M^{30}\beta$ |

Além disso, os trabalhadores gastam o restante de seu salário em mercadorias I$b$.

Assim, fluem para I$b$, de *Ia, IIαα e IIα* = £21 em dinheiro (3 × $V^7$), e em próprio I$b$ = 3 × 3 = 9 = (3 $V^3$). *Total* = 30. Com isso, opera-se o refluxo do capital monetário variável para I$b$:

I$a$) $C^{73}a$ (*merc.*) + $C^{207}a$ (em dinheiro) + $V^{7}a$ (*merc.*) + $V^{63}a$ (em dinheiro) + $M^{35}a$ (*merc.*) + I$b$) $C^{120}b$ (merc.) + $V^{30}b$ (em dinheiro) + $M^{30}b$

II$\alpha\alpha$) $C^{280}\alpha\alpha + V^{70}\alpha\alpha + M^{70}\alpha\alpha$ + II$\beta\beta$) $C^{120}\beta\beta + V^{30}\beta\beta + M^{30}\beta\beta$

II$\alpha$) $C^{280}\alpha + V^{70}\alpha + M^{70}\alpha$ + II$\beta$) $C^{120}\beta + V^{30}\beta + M^{30}\beta$

Portanto, se para I$a$ flui, do *salário total* = 300 – $^{1}/_{10}$ (300) = 270, então, em contrapartida, fluem diretamente para I$b$ = $V^{30}b$ = ⅙ do fundo de consumo I$b$, que é = 180, e 6 × 30 = £180. (⅙ do *valor de I*b (= $^{180}/_{6}$ = £30) = $^{1}/_{10}$ do fundo total de trabalho ($^{300}/_{10}$ = £30)). Para simplificar a consideração subsequente, devemos observar, desde já, que $M^{70^{a/2}}$ é consumido *in natura* em I$a$. O dinheiro necessário para essa circulação entra tão pouco em consideração quanto esse produto $M^{35}a$, que circula por meio daquele dinheiro.

O valor total que os capitalistas consomem de I$a$ é = ½ de seu mais-valor = $^{300}/_{2}$ = £150. Dessas £150, porém, £35 são consumidas na própria I$a$. Para o consumo dos outros capitalistas restam, portanto, em I$a$ = 150 – 35 = *£115*. (115 + 35 = 150).

E, de fato, o que resta para ser consumido em mercadorias em I$a$ é, agora = 73 + 7 + 35 = 80 + 35 = £115.

Assim, temos ainda de examinar, para a circulação subsequente:

I$a$) $C^{73}a$ (*merc.*) + $C^{207}a$ (em dinheiro) + $V^{7}a$ (*merc.*) + $V^{63}a$ (em dinheiro) + $M^{35}a$ (*merc.*) + I$b$) $C^{120}b$ (merc.) + $V^{30}b$ (em dinheiro) + $M^{30}b$

II$\alpha\alpha$) $C^{280}\alpha\alpha + V^{70}\alpha\alpha + M^{70}\alpha\alpha$ + II$\beta\beta$) $C^{120}\beta\beta + V^{30}\beta\beta + M^{30}\beta\beta$

II$\alpha$) $C^{280}\alpha + V^{70}\alpha + M^{70}\alpha$ + II$\beta$) $C^{120}\beta + V^{30}\beta + M^{30}\beta$

As £207 I$a$ são desembolsadas em mercadorias αα. Portanto, primeiro dá-se a conversão em dinheiro de $V^{70}\alpha\alpha + M^{70}\alpha\alpha$ = £140. Essas 140 são subtraídas de 207, das quais restam, então, 67, por meio das quais uma parte de $C^{280}\alpha\alpha$ é convertida em dinheiro. 280 – 67 = £213 em mercadorias αα. Se IIαα repõe seu capital variável $V^{70}\alpha\alpha$ em dinheiro, ele ainda tem

para desembolsar em mercadorias α = 70 + 67 = £137. Então, dá-se a reposição de $V^{70}\alpha$ em dinheiro + $M^{67}\alpha$ em dinheiro, e temos, geralmente:

| | | | |
|---|---|---|---|
| I*a*) | $C^{73}a$ (*merc.*) + $C^{207}a$ (em meios de produção $\alpha\alpha$) + $V^{7}a$ (*merc.*) + $V^{63}a$ (em dinheiro) + $M^{35}a$ (*merc.*) | + I*b*) | $C^{120}b$ (merc.) + $V^{30}b$ (em dinheiro) + $M^{30}b$ (*merc.*) |
| II$\alpha\alpha$) | $C^{213}\alpha\alpha$ + $C^{67}\alpha\alpha$ (merc. $\alpha$) + $V^{70}\alpha\alpha$ (em dinheiro) + $M^{70}\alpha\alpha$ (merc. $\alpha$) | + IIββ) | $C^{120}\beta\beta + V^{30}\beta\beta + M^{30}\beta\beta$ |
| II$\alpha$) | $C^{280}\alpha$ + $V^{70}$ (em dinheiro) + $M^{67}\alpha$ (em dinheiro) + $M^{3}$ (*merc.* $\alpha$) | + IIβ) | $C^{120}\beta + V^{30}\beta + M^{30}\beta$ |

IIα tem, no total, £70 para consumir em mais-valor. Dessa soma, £35 em mercadoria I*a e* £35 em mercadoria I*b*. Ele tem, no entanto, apenas £67 em dinheiro. Assim, desembolsa, de início, £35 em mercadoria I*a* e £32 em mercadoria I*b*.

Obtemos, então:

| | | | |
|---|---|---|---|
| I*a*) | $C^{73}a$ (*merc.*) + $C^{207}a$ (em meios de produção $\alpha\alpha$) + $V^{7}a$ (*merc.*) + $V^{63}a$ (em dinheiro) + $M^{35}a$ (*em dinheiro*) | + I*b*) | $C^{118}b$ + $C^{2}$ (em dinheiro) + $V^{30}b$ (*em dinheiro*) + $M^{30}$ (em dinheiro) |
| II$\alpha\alpha$) | $C^{213}\alpha\alpha$ + $C^{67}\alpha\alpha$ (merc. $\alpha$) + $V^{70}\alpha\alpha$ (*em dinheiro*) + $M^{70}\alpha\alpha$ (merc. $\alpha$) | + IIββ) | $C^{120}\beta\beta + V^{30}\beta\beta + M^{30}\beta\beta$ |
| II$\alpha$) | $C^{280}\alpha$ + $V^{70}\alpha$ (em dinheiro) + $M^{3}$ (*merc.* $\alpha$) | + IIβ) | $C^{120}\beta + V^{30}\beta + M^{30}\beta$ |

Com as £35, I*a* compra mercadoria αα por £35. *$C^{213}\alpha\alpha$ é convertido em $C^{178}\alpha\alpha$ + $C^{35}\alpha\alpha$ (em dinheiro)* + etc. Agora, porém, IIαα tem apenas £3 para desembolsar em mercadoria α.

Após esse intercâmbio, teríamos:

IIαα) $C^{178}$αα + $C^{3}$ (merc. α) + $C^{32}$αα (em dinheiro) + $C^{67}$αα (merc. α) + $M^{70}$αα (*merc.* α) + $V^{70}$αα (em dinheiro)

*ou* (*$C^{140}$αα (merc. α) + $C^{140}$ (merc. αα)) + $V^{70}$αα (em dinheiro) + ($M^{38}$ (merc. α) + $M^{32}$αα (em dinheiro))*.

E IIα *seria*: $C^{280}$α + $V^{70}$α (em dinheiro) + $M^{3}$α (em dinheiro)

Teríamos, então:

| | | | |
|---|---|---|---|
| I*a*) | $C^{73}$*a* (*merc.*) + $C^{207}$*a* (em meios de produção *αα*) + $V^{7}$*a* (*merc.*) + $V^{63}$*a* (*em dinheiro*) + $M^{35}$*a* (merc. *αα*) | + I*b*) | $C^{118}$*b* + $C^{2}$*b* (em dinheiro) + $V^{30}$*b* (em dinheiro) + $M^{30}$*b* (em dinheiro) |
| II*αα*) | $C^{280}$*αα* (= $C^{140}$ merc. *α* + $C^{140}$ merc. *αα*) + $V^{70}$*αα* (*em dinheiro*) + $M^{70}$ (= $M^{38}$ (merc. *αα*) + $M^{32}$*αα* (em dinheiro)) | + IIββ) | $C^{120}$ββ + $V^{30}$ββ + $M^{30}$ββ |
| II*α*) | $C^{280}$*α* + $V^{70}$*α* (em dinheiro) + $M^{3}$*α* (em dinheiro) | + IIβ) | $C^{120}$β + $V^{30}$β + $M^{30}$β |

IIα tem apenas £3 para desembolsar em I*b*, e obtemos, então:

| | | | |
|---|---|---|---|
| I*a*) | $C^{73}$*a* (*merc.*) + $C^{207}$*a* (*merc. αα*) + $V^{7}$*a* (merc.) + $V^{63}$*a* (*em dinheiro*) + $M^{35}$*a* (*merc. αα*) | + I*b*) | $C^{115}$*b* + $C^{5}$*b* (em dinheiro) + $V^{30}$*b* (em dinheiro) + $M^{30}$*b* (em dinheiro) |
| II*αα*) | $C^{280}$*αα* (= $C^{140}$ em *αα* + $C^{140}$ em *α*) + $V^{70}$*αα* (em dinheiro) + $M^{70}$ (= $M^{38}$ (merc. *αα*) + $M^{32}$*αα* (em dinheiro)) | + IIββ) | $C^{120}$ββ + $V^{30}$ββ + $M^{30}$ββ |
| II*α*) | $C^{280}$*α* + $V^{70}$*α* (em dinheiro) | + IIβ) | $C^{120}$β + $V^{30}$β + $M^{30}$β |

IIαα desembolsa £32 em mercadoria I*a*, que com este dinheiro compra mercadoria IIαα por £32. Com essas £32, IIαα compra mercadorias de I*a* por £3 e de I*b* por £29. Temos, então:

| | |
|---|---|
| I*a*) $C^{41}a$ (*merc.*) + $C^{32}a$ (em $\alpha\alpha$) + $C^{207}a$ (em $\alpha\alpha$) + $V^{4}a$ (*merc.*) + $V^{66}a$ (em dinheiro) + $M^{35}$ (merc. $\alpha\alpha$) | + I*b*) $C^{86}b$ (*merc.*) + $C^{34}b$ (em dinheiro) + $V^{30}b$ (em dinheiro) + $M^{30}b$ (em dinheiro) |
| II$\alpha\alpha$) $C^{280}\alpha\alpha$ (= $C^{140}$ em $\alpha\alpha$ + $C^{140}$ em $\alpha$) + $V^{70}\alpha\alpha$ (em dinheiro) + $M^{6}$ (*merc.* $\alpha\alpha$) | + II$\beta\beta$) $C^{120}\beta\beta + V^{30}\beta\beta + M^{30}\beta\beta$ |
| II$\alpha$) $C^{280}\alpha + V^{70}\alpha$ (em dinheiro) | + II$\beta$) $C^{120}\beta + V^{30}\beta + M^{30}\beta$ |

I*b* dispõe de £15 para comprar de I*a*. Suponhamos que ele o faça (antes de ter reposto seu constante capital).

Temos, então:

| | |
|---|---|
| I*a*) $C^{30}a$ (merc.) + $C^{11}a$ (em dinheiro) + $C^{32}a$ (em $\alpha\alpha$) + $C^{207}a$ (em $\alpha\alpha$) + $V^{70}a$ (em dinheiro) + $M^{35}$ (merc. $\alpha\alpha$) | + I*b*) $C^{86}b$ (*merc.*) + $C^{34}b$ (em dinheiro) + $V^{30}b$ (em dinheiro) + $M^{15}b$ (em dinheiro) |
| II$\alpha\alpha$) $C^{280}\alpha\alpha + V^{70}\alpha\alpha$ (em dinheiro) + $M^{6}$ (merc. $\alpha\alpha$) | + II$\beta\beta$) $C^{120}\beta\beta + V^{30}\beta\beta + M^{30}\beta\beta$ |
| II$\alpha$) $C^{280}\alpha + V^{70}\alpha$ (em dinheiro) | + II$\beta$) $C^{120}\beta + V^{30}\beta + M^{30}\beta$ |

Das £11 em dinheiro, I*a* desembolsa £6 em merc. αα e £5 em merc. I*b*.

Dessa mesma soma, IIαα gasta £6 em mercadoria I*b*, de modo que as £11 refluem para I*b*, e temos:

I*a*) $[C]^{30}a$ (merc.) + $C^{6}\alpha\alpha + C^{32}\alpha\alpha + C^{207}\alpha\alpha + V^{70}$ (em dinheiro) + $M^{35}\alpha\alpha$, ou:

| | |
|---|---|
| I*a*) $C^{280}$ (em $\alpha\alpha$) + $V^{70}$ (em dinheiro) + $C^{30}$ (*merc. a*) (= $M^{35-5}$) | + I*b*) $C^{75}$ (*merc. b*) + $C^{45}b$ (em dinheiro) + $V^{30}b$ (em dinheiro) + $M^{15}b$ (em dinheiro) |
| II$\alpha\alpha$) $C^{280}\alpha\alpha$ (= $C^{140}$ em $\alpha\alpha$ + $C^{140}$ em $\alpha$) + $V^{70}\alpha\alpha$ (em dinheiro) | + II$\beta\beta$) $C^{120}\beta\beta + V^{30}\beta\beta + M^{30}\beta\beta$ |
| II$\alpha$) $C^{280}\alpha + V^{70}\alpha$ (em dinheiro) | + II$\beta$) $C^{120}\beta + V^{30}\beta + M^{30}\beta$ |

Com as £60 em dinheiro, I*b* compra mercadorias IIββ, sendo £30 dessa soma convertidas $V^{30}\beta\beta$ e as outras £30 desembolsadas em IIβ, em que convertem em dinheiro $V^{30}\beta$. Com isso, *esta* circulação está concluída. E temos:

| | | | |
|---|---|---|---|
| I*a*) | $C^{280}$ (em $\alpha\alpha$) + $V^{70}$ (em dinheiro) + $C^{30}$ (*merc. a*) (= $M^{35-5}$) | + I*b*) | $C^{75}$ (*merc. b*) + $C^{60}b$ (em ββ) + $V^{30}b$ (em dinheiro) |
| II$\alpha\alpha$) | $C^{280}\alpha\alpha$ (= $C^{140}$ em $\alpha\alpha$ + $C^{140}$ em $\alpha$) + $V^{70}\alpha\alpha$ (em dinheiro) | + IIββ) | $C^{120}\beta\beta$ + $V^{30}\beta\beta$ (em dinheiro) [+] $M^{30}\beta\beta$ (em mercadoria IIββ) |
| II$\alpha$) | $C^{280}\alpha$ + $V^{70}\alpha$ (em dinheiro) | + IIβ) | $C^{120}\beta$ + $V^{30}\beta$ (em dinheiro) + $M^{30}\beta$. |

Das $C^{75}$ (merc. *b*) devem ser repostos em mercadoria ββ = £60, ao passo que £15 devem ser consumidas no próprio I*b*. Supondo-se £7½ para essa circulação, temos:

I*b*) = *$C^{60}$ (merc. b) + $C^{60}b$ (em ββ) + $V^{30}b$ (em dinheiro) + (£7½ para a circulação do mais-valor).*

Suponhamos, além disso, que para a circulação de $M^{30}\beta\beta$ + $M^{30}\beta$ cada uma das duas classes adiante £15, num total, portanto, de £30. Então IIββ desembolsa £15 em dinheiro e, com essa soma, compra [mercadoria] de I*b* por £15. Do mesmo modo, IIβ desembolsa £15 em dinheiro e, com essa soma, compra mercadoria de I*b*.

Temos então: I*b*) *$C^{30}b$ (em dinheiro) + $C^{30}b$ (em merc. b) + $C^{60}b$ (em ββ) + $V^{30}b$ (em dinheiro).*

I*b* compra, por £30, merc. ββ, e torna-se, assim:

*Ib) $C^{30}$ (b) (em ββ) + $C^{30}b$ (em merc. b) + $C^{60}$ (b) (em ββ) + $V^{30}$ (b) em dinheiro.*

Já IIββ, ao contrário, torna-se:

*$C^{90}\beta\beta$ + $C^{30}\beta\beta$ (em dinheiro) + $V^{30}\beta\beta$ (em dinheiro) + $M^{30}\beta\beta$ (em mercadoria IIβ).*

IIββ compra, por £30, mercadoria β, e converte-se em:

IIββ) *$C^{90}\beta\beta$ + $C^{30}\beta\beta$ (em mercadoria β) + $V^{30}\beta\beta$ (em dinheiro) + $M^{30}\beta\beta$ (em β).*

Do mesmo modo, IIβ) $C^{120}\beta + V^{30}\beta$ *(em dinheiro)* + $M^{30}$ *(em dinheiro).*

Ou temos:

| I*a*) | $C^{280}a$ (em merc. *αα*) + $V^{70}a$ (em dinheiro) + $M^{30}$ (*merc. a*) | + I*b*) | $C^{90}$(em ββ) + $C^{30}b$ (em *merc. b*) + $V^{30}b$ (em dinheiro) |
|---|---|---|---|
| II*αα*) | $C^{280}\alpha\alpha$ (= $C^{140}$ em *αα* + $C^{140}$ em *α*) + $V^{70}\alpha\alpha$ (em dinheiro) | + IIββ) | $C^{60}\beta\beta$ (em β) + $C^{60}\beta\beta$ (em ββ) + $V^{30}\beta\beta$ (em dinheiro) + $M^{30}$ (*merc.* ββ) |
| II*α*) | $C^{280}\alpha + V^{70}\alpha$ (em dinheiro) | + IIβ) | $C^{120}\beta + V^{30}\beta$ (em dinheiro) + (£15 na circulação para M) + $M^{15}\beta$ (em dinheiro). |

Com £15, IIβ compra mercadoria de I*a*, e este, com £15, compra mercadoria de I*b*, que, com £15, compra mercadoria de IIββ. Temos então:

| I*a*) | $C^{280}a$ (em *αα*) + $V^{70}a$ (em dinheiro) + $M^{15}$ (*merc. a*) | + I*b*) | $C^{105}b$ (em ββ) + $C^{15}b$ (em *merc. b*) + $V^{30}b$ (em dinheiro) |
|---|---|---|---|
| II*αα*) | $C^{280}\alpha\alpha + V^{70}\alpha\alpha$ (em dinheiro) | + IIββ) | $C^{120}\beta\beta$ (em ββ + β) + $V^{30}\beta\beta$ (em dinheiro) + $M^{15}\beta\beta$ (em dinheiro) + $M^{30}$ (*merc.* ββ) |
| II*α*) | $C^{280}\alpha + V^{70}\alpha$ (em dinheiro) | + IIβ) | $C^{120}\beta + V^{30}\beta$ (em dinheiro) + (£15 na circulação para M). |

Com 15£, IIββ compra mercadoria de I*a*, este compra £15 em mercadoria de I*b*, que, por sua vez, compra £15 de mercadoria de IIββ; e as £15 refluem para IIββ. Temos então:

| | | | |
|---|---|---|---|
| I$a$) | $C^{280}a$ (em $\alpha\alpha$) + $V^{70}a$ (em dinheiro) | + I$b$) | $C^{120}b$ (em *merc.* ββ) + $V^{30}b$ (em dinheiro) (£7½ em dinheiro, desembolsadas na circulação de M) |
| II$\alpha\alpha$) | $C^{280}\alpha\alpha$ + $V^{70}\alpha\alpha$ (em dinheiro) | + IIββ) | $C^{120}\beta\beta$ + $V^{30}\beta\beta$ (em dinheiro) + (£15 em dinheiro, desembolsadas na circulação por M) |
| II$\alpha$) | $C^{280}\alpha$ + $V^{70}\alpha$ (em dinheiro) | + IIβ) | $C^{120}\beta$ + $V^{30}\beta$ (em dinheiro) + (£15 na circulação para M). |

* * *

A soma M($a$ + αα + α) = 70 × 3 = £210.

A soma V($b$ + ββ + β) = 30 × 3 = £90.

Inicialmente, deve-se observar que $^{M(a + \alpha\alpha + \alpha)}/_2 = {}^{70 \times 3}/_2 = 3 \times 35 =$ £105 é consumido no próprio produto I$a$. Essa parcela de valor de M($a$ + αα + α) não entra, portanto, na circulação com I$b$ etc.

Entre $^{M(a + \alpha\alpha + \alpha)}/_2$ (= 105) e V($b$ + ββ + β) = 90, a diferença, depois da subtração = 105 – 90 = £15. Desenvolver esse ponto.

* * *

I$a$) = $C^{280}a + V^{70}a + M^{70}a$ = £420 (em merc. I$a$)

= $V^{70}a + M^{70}a + V^{70}\alpha\alpha + M^{70}\alpha\alpha + V^{70}\alpha + M^{70}\alpha$.

Em I$a$, é consumido, pelas classes I$a$, Iαα, IIα:

1) 3 × $V^{63} = V^{189}$ ($a$, αα, α); restam, assim, 3 × $V^{7} = V^{21}$ ($a$, αα, α).

Além disso:

2) 3 × $M^{35} = M^{105}$ ($a$, αα, α); restam, assim, 3 × $M^{35} = M^{105}$($a$, αα, α).

Além disso: I$b$) = $C^{120}b + V^{30}b + M^{30}b. = V^{30}b + M^{30}b + V^{30}\beta\beta + M^{30}\beta\beta + V^{30}\beta + M^{30}\beta$.

Em I$b$, é consumido, pelas classes I$b$, IIββ, IIβ:

1) 3 × $V^{3} = V^{9}$ ($b$, ββ, β). Restam, assim: 3 × $V^{27} = V^{81}$($b$, ββ, β).

Além disso:

2) $3 \times M^{15} = M^{45}(b, \beta\beta, \beta)$; restam, pois: $M^{45}(b, \beta\beta, \beta)$.

Temos, portanto:

I$a$) = $V^{21}(a, \alpha\alpha, \alpha)$ (em merc. I$a$) + $M^{105}(a, \alpha\alpha, \alpha)$ (em merc. I$a$)

+ I$b$) = $V^{81}(b, \beta\beta, \beta)$ (em *merc.* I$b$) + $M^{45}(b, \beta\beta, \beta)$ (em merc. I$b$).

Além disso, em I$a$) $M^{105}(a, \alpha\alpha, \alpha) = M^{81}(a, \alpha\alpha, \alpha) + M^{24}(a, \alpha\alpha, \alpha)$.

Temos, então:

Mercadoria I$a$ = $V^{21}(a, \alpha\alpha, \alpha) + (M^{81}(a, \alpha\alpha, \alpha) + M^{24}(a, \alpha\alpha, \alpha))$

+ I$b$ = $V^{81}(b, \beta\beta, \beta) + (M^{24}(b, \beta\beta, \beta) + M^{21}(b, \beta\beta, \beta))$.

O mais-valor em I$a$ que tem de ser realizado em I$b$ se decompõe, assim, em duas partes: I$a$) $M^{81}(a, \alpha\alpha, \alpha)$ = I$b(b, \beta\beta, \beta)$, que se intercambiam reciprocamente.

O valor de I$a$ = $M^{81}$ realiza-se nas mercadorias nas quais consiste I$b$ = $V^{81}(b, \beta\beta, \beta)$ e o valor I$b$ = $V^{81}(b, \beta\beta, \beta)$ realiza-se nas mercadorias nas quais consiste I$a$ = $M^{81}$.

Em segundo lugar, porém, a parte do mais-valor I$b$ etc. que se realiza em mercadorias I$a$ = $M^{24}(b, \beta\beta, \beta)$ é igual ao excedente do mais-valor £105 $(a, \alpha\alpha, \alpha)$ sobre $V^{81}(b, \beta\beta, \beta) = M^{24}(a, \alpha\alpha, \alpha)$.

Por fim, o resto do mais-valor I$b$, *ββ, β* = $M^{21}(b, \beta\beta, \beta)$ é = à parte de V I$(a, \alpha\alpha, \alpha)$ que se realiza em mercadorias I$b$ = $V^{21}(a, \alpha\alpha, \alpha)$.

O mais-valor em *Ia, αα, α* = $70 \times 3 = 210$, ou $M^{210}(a, \alpha\alpha, \alpha)$.

O capital variável em *Ib, ββ, β* = $30 \times 3 = 90$ ou $V^{90}(b, \beta\beta, \beta)$.

$M^{210}(a, \alpha\alpha, \alpha) - M^{105}(a, \alpha\alpha, \alpha)$ (que são consumidos no próprio I$a$ etc.) $- M^{24}(b, \beta\beta, \beta)$ (que são consumidos em I$a$), portanto = $V^{90}(b, \beta\beta, \beta) - V^{9}(b, \beta\beta, \beta)$, que são consumidos em mercadorias I$b$.

$M^{210}(a, \alpha\alpha, \alpha) - M^{105}(a, \alpha\alpha, \alpha) - M^{24}(b, \beta\beta, \beta) = M^{81}(a, \alpha\alpha, \alpha)$ *e* $V^{90}(b, \beta\beta, \beta) - V^{9}(b, \beta\beta, \beta)$, *portanto* = $V^{81}(b, \beta\beta, \beta)$.

Ou, como $M^{24}(b, \beta\beta, \beta) = M^{45}(b, \beta\beta, \beta) - M^{21}(b, \beta\beta, \beta) = V^{21}(a, \alpha\alpha, \alpha)$, então:

$M^{210}(a, \alpha\alpha, \alpha) - M^{105}(a, \alpha\alpha, \alpha) - (M^{45}(b, \beta\beta, \beta) - M^{21}(b, \beta\beta, \beta) = V^{21}(a, \alpha\alpha, \alpha)) = V^{90}(b, \beta\beta, \beta) - V^{9}(b, \beta\beta, \beta)$

ou $M^{81}(a, \alpha\alpha, \alpha) = V^{81}(b, \beta\beta, \beta)$.

Isto é, se subtraímos do mais-valor ($M^{210}(a, \alpha\alpha, \alpha)$) produzido em $a$, *αα, α*:

*a parte que é realizada em mercadorias* I*a* (= $M^{105}$(*a*, αα, α)),

uma parte do mais-valor (*a*, αα, α) = à parte do mais-valor (*b*, ββ, β) que *é realizada nas mercadorias Ia,*

(essa parte = ao excedente do mais-valor *b*, ββ, β acima da parte deste último que se intercambia com V*a*, αα, α) (portanto, a parte que é realizada em mercadorias I*a*), então o resto M(*a*, αα, α) = V(*b*, ββ, β) – à parte de V(*b*, ββ, β) que é realizada em mercadorias I*b*.

* * *

*Em geral*: por exemplo, I*b* = $C^{120}b + V^{30}b + M^{30}b$.

Ou = $V^{30}b + M^{30}b + V^{30}\beta\beta + M^{30}\beta\beta + V^{30}\beta + M^{30}\beta$.

Denominemos V' a parte de (V e M) consumida em I*a* etc., e de V'' a parte consumida em I*b* etc.

Temos, então: 1) *Vb + Mb + Vββ + Mββ + Vβ + Mβ* = V'*b* + V''*b* + M'*b* + M''*b* + V'ββ + V''ββ + M'ββ + M''ββ + V'B + V''β + M'β + M''β.

Além disso:

2) I*b* = *V''a + V''αα + V''α + M''a + M''αα + M''α + V''b + V''*ββ + V''β + M''*b* + M''ββ + M''β.

Segue-se, portanto:

3) V''*a* + V''αα + V''α + M''*a* + M''αα + M''α + V''*b* + V''ββ + V''β + M''*b* + M''ββ + M''β = V'*b* + V''*b* + M'*b* + M''*b* + V'ββ + V''ββ + M'ββ + M''ββ + V'β + V''β + M'β + M''β.

Assim, se subtrairmos em ambos os lados (*a* e *b*) V''(*b*, ββ, β) e M''(*b*, ββ, β), teremos:

4) *V'' (a, αα, α) + M'' (a, αα, α) = V' (b, ββ, β) + M'(b, ββ, β)*

Em primeiro lugar: *V''(a, αα, α) < M'' (a, αα, α) e V'(b, ββ, β) > M'(b, ββ, β)*.

Além disso: *V''(a, αα, α) < M'(b, ββ, β)*.

Se V''(*a*, αα, α) fosse = M'(*b*, ββ, β), então M''(*a*, αα, α) seria = V'(*b*, ββ, β).

E, assim: *V''(a, αα, α) + V'(b, ββ, β) = M''(b, ββ, β) + M'(a, αα, α)*.

A equação 4, porém, tem o seguinte resultado:

$M''(a, \alpha\alpha, \alpha) = V'(b, \beta\beta, \beta) + M'(b, \beta\beta, \beta) - V''(a, \alpha\alpha, \alpha)$

1) Se $M'(b, \beta\beta, \beta)$ fosse = $V''(a, \alpha\alpha, \alpha)$, então $M''(a, \alpha\alpha, \alpha) = V'(b, \beta\beta, \beta)$.

2) Se $M'(b, \beta\beta, \beta) > V''(b, \beta\beta, \beta)$, então $M''(a, \alpha\alpha, \alpha) > V'(b, \beta\beta, \beta)$, e precisamente no montante do resto de M'(*b*, ββ, β), que resultou da subtração de V''(*a*, αα, α) de M'(*b*, ββ, β).

3) Por fim, se $M'(b, \beta\beta, \beta) < V''(a, \alpha\alpha, \alpha)$, então $M'(a, \alpha\alpha, \alpha) < V'(b, \beta\beta, \beta)$, e precisamente no montante do resto que resultou da subtração de M'(*b*, ββ, β) de V''(*a*, αα, α).

O caso 2 é o que utilizamos em nosso exemplo.

Bastará explicitar os casos 1 e 3 por meio de exemplos, para demonstrar que, *com base na produção capitalista*, eles são impossíveis; deve-se portanto, considerar apenas o *caso 2*.

# 13

## Trecho do manuscrito VIII (p. 63-4), resumido por Engels na versão final. (Cf. p. 622, nota *)

A metade de *m*(I) = *696*$^{3}/_{32}$. Esta soma com *v*(I) = *2.088*$^{9}/_{32}$. Isso ultrapassa *c*(II) *em 77*$^{3}/_{32}$, que deve ser subtraída de *m*(II); restam: 904$^{1}/_{32}$ (*m*II); além disso, deve ser subtraída de *m*(II) para o capital constante adicional de 77$^{3}/_{32}$ a soma de *25*$^{73}/_{96}$; *restam: 878*$^{26}/_{96}$*m(II).*

Em I, *696*$^{3}/_{32}$ devem ser capitalizados; desta soma, *174*$^{3}/_{128}$ devem sê-lo para o *capital variável* e *522*$^{15}/_{128}$ para o *capital constante*. Portanto, de *m*(II) devem ser subtraídas, ainda, *174*$^{3}/_{128}$ *para v(I)*; temos, assim, 878$^{26}/_{96}$*m*(II) – 174$^{3}/_{128}$ = 704 (deixemos de fora a fração, que aqui não importa); além disso, porém, (II) para os 174 de acréscimo no *capital constante = 87 de capital variável*; isso deve ser igualmente subtraído de *m*(II); restam: 617*m* e obtemos (deixando de fora a fração):

I) 5.797*c* + 1.566*v* + 1.566*m*
II) *2.262c + 1.093v + 1.093m*

Procedendo tal como antes, obtemos: (para *783*, a metade de *m*(I), que aqui, para arredondar os números, alteramos para *784*); assim, obtemos:

I) (5.797 + 588)*c* + (1.566 + 196)*v* = I) 6.385*c* + 1.762*v* + (2.349 em fundos de consumo)

II) (2.262 + 88 + 196)*c* + (1.566 + 44 + 98)*v* + (863*m* em fundos de consumo)

(isto é, 88*c* no lugar de 87*c*)

Por conseguinte, no capital II: 2.546*c* + 1.708*v*.

Portanto:

I) 6.385*c* + 1.762*v*

II) 2.546*c* + 1.708*v* Soma = 12.401 *(enquanto o capital total originário = 6.000)*

8.931*c* + 3.470*v*

Se [prosseguirmos] no mesmo tipo de reprodução, obteremos:

(para arredondar os números, alteramos a metade de *1.762* para *880*)

I) 6.385*c* + 1.762*v* + 1.762*m*

II) 2.546*c* + 1.708*v* + 1.708*m* (portanto, dos 880 a serem capitalizados, 220 são para o capital variável e 660, para o constante)

(obtemos então, para (I)

6.835*c* + 660*c* = 7.045*c* e

1.762*v* + 220*v* = 1.982*v*)

Logo:

I) 7.045*c* + 1.982*v* (+ 2.644 em fundos de consumo, que, devido ao *overlap*, foi anteriormente alterado para 98, em vez de 97)

II) 2.684*c* + 1.818*v* (+ 1.232*m* em fundos de consumo, em *m* (abstraindo de *v*II).

O capital total é, portanto: 9.729*c* + 3.800*v* = 13.529.

Aqui a proporção do *capital variável* para o capital constante é muito mais que ⅓ (3.243 seria ⅓).

O capital variável, que originalmente era = 1.500, mais do que dobrou; o constante, que originalmente era = 6.000, cresceu mais do que a metade. O capital monetário variável, que cresceu de 1.500 para 3.800, mais do que dobrou.

De resto, a proporção originária do capital variável para o constante era = 1.500:6.000 [=] 3:12 = 1:4; ela é, agora = 3.800:9.729 = $1:2^{2129}/_{3800}$, o que contradiz o decurso da produção capitalista.

O mais-valor consome originalmente, em I), = 500; em II) = 600; total = 1.100.

Ele é, agora, em I) = 784; em II) = 1.232; total = 2.016, isto é, quase dobrou; o dobro seria = 2.200.

* * *

Tomemos, por ora, como divisão originária dos 9.000 do capital-mercadoria:

I) 4.500*c* + 1.000*v* + 1.000*m*

II) 1.800*c* + 350*v* + 350*m*; em I), *v está para c* = ⅕, e para os 6.000 do capital total = ⅙; *em II), v está para c = 250 : 1.500* = ⅙, e para os 1.730 do capital total = 1 : 7.

O *capital variável total* (1.000*v*(I) + 250*v*(II) está para os 6.500 do capital constante total

= 1.250 : 6.500 = 125 : 650 = 25 : 130 = 5 : 26 = 1 : 5⅓

e os 1.250 do capital variável total estão para os 7.750 do capital total = 125 : 775 = 5 : 27 = 1 : 5⅖.

---

[a] 5413. "*There has been a very great change even in my own experience in the mode of carrying on buildings in London, as regards financing. When I was quite a lad, I knew from the daily conversations which took place in our family upon the business, that houses built in London were more built to order than now; they were not built so much on speculation as at the present time. It is changed in this way. You must build houses now ready for the market, the same as a bootmaker must make boots, or a stocking manufacturer must make stockings or any other article. People do not now, generally speaking, order houses to be built so much as they did in those days; but if they want houses they go round and see where houses are already constructed, and select those which are most suitable for them. Therefore builders find it just as necessary in the present day to have their commodities ready for the market as any other person carrying on any other branch of business; it was not so much so formerly.*"

5414. "*When a person ordered a house to be built, did he himself furnish the capital for building it? – Builders generally used to draw upon account. Suppose a house cost 5,000 l., in making the estimate, or the contract for it, it would be specified [that] at a certain stage of the Work the builder should receive 500 l. or 1000 l.; at a subsequent stage so much, and so much upon the balance, after a certain time had elapsed. The mode of payment was generally specified in the agreement which was made.* […] *With regard to speculative building, the change has been more*

*of this nature. Formerly, 40 years ago, what houses were built upon speculation were built out of the savings and the profits of builders upon their ordinary jobbing business, and it answered very well at that day. Builders conducted their transactions with very great moderation and prudence; they always had 3 or 4 houses upon the stocks, just to keep their men in constant employment, their main reliance being on their ordinary business. But now the system of building is quite altered in that respect. A man can do no good by doing business in that way; he must go and take a large plot of ground, and he must perhaps engage to lay out 20 or 50 times the amount of his own capital upon it; and if he can get through his undertaking before any crash comes, if he can run up a lot of structures (and many of them are very flimsy, I am sorry to say, at the present day) he may make a good slice of money, but he is liable to be pulled up very suddenly by a failure in the finances, from the uncertainty of our present monetary system. I have known frequent cases of that sort where people have been entirely brought to a stand still, and the money which they had laid out has been completely sacrificed by a sudden failure of the means*."

5415. "*Then at present the general practice is to build upon a large scale, relying upon a demand for houses when they have been built? – Yes, and raising money upon mortgage as the buildings proceed. Almost the whole of Belgravia and Tyburnia, and the countless thousands of villas round London, are built upon that principle. A man makes an arrangement with some solicitor, who has clients ready to advance money, and he says, 'As you go on we will advance a certain portion of mortgage'. That is the way that the builder generally finances.* [...]"

5416. *Does he get credit from the brickmaker and the timber merchant, and those who furnish the materials of the house, or does he pay them in ready money? — If he is well known he may get a little credit in that way; but that credit has in late years been very much circumscribed. With regard to bricks especially, you must pay very nearly ready money now for all your transactions with the brickmaker. If the builder is well known, or has been an established man for many years, he may get some three months' or six months' credit for his bricks or timber.*"

5417. "*Then, in general the materials are paid for, but the money is borrowed? — The money is borrowed; the man must have some capital to begin with. I might take a piece of ground, requiring a capital of 50,000 l. I could commence a speculation of that kind probably with not more than 1,000 l. or 1,500 l., just enough to start with.*"

5418. "[…] *When you take a large plot of ground, involving, perhaps, the building of 100 or 200 houses, that undertaking cannot be got through in a moment. Perhaps you may have 5 or 7 years given you to complete it; you have to build so many, perhaps 10 houses a year, and before you can get through the undertaking, and finish it, although they may be the very sort of houses which are wanted, and although they are occupied the moment they are finished, and at remunerating rents, yet, perhaps in the midst of your undertaking, or before you have advanced one third in it, the means of carrying it out may be withdrawn, and all that you have laid out sacrificed. I myself have known well built houses in that way in an unexceptionable situation, costing the builder, who was a friend of my own, 1600 l. a piece, which houses were offered to me at 850 l. in one of the panics, and were sold at the Auction Mart at something like 800 l., which was about 50% off the prime cost to the builder.*"

5435. "[…] *A man who wishes to rise in the world can hardly expect to rise by following out a fair trade, what is called a jobbing trade, he will not make sufficient profit out of it; it is necessary for him to add speculative building to it, and that must not be done on a small scale; it must be done on a large scale, for the builder makes very little profit out of the buildings themselves; he makes the principal part [of the profit] out of the improved ground-rents. Perhaps he takes a piece of ground, and agrees to give 300 l. a year for it; by laying it out with care, and putting certain descriptions of buildings upon it, he may succeed in making 400 l. or 450 l. a year out of it, and his profit would be the increased ground-rent of 100 l. or 150 l. a*

*year, rather than the profit of the buildings which he puts upon the ground; that, in many instances, he scarcely looks at all.*"
5436. "[…] *In these speculations the demand for houses is anticipated*" ("Report from the Select Committee on Bank Acts etc. Part I. 1857"). (N. T.)

[b] Todos os grifos deste texto são de Marx. (N. T.)

[c] "*Last Making in America.*
*An important item of the expense of a shoe factory is the cost of the lasts used, for no method has yet been invented by which these useful articles can be dispensed with. There are in this country about seventy lastmakers, of whom twenty-one are in Massachusetts, twelve in Pennsylvania, and sixteen in New York State, while the others are scattered over different sections. There are no last manufacturers south of Baltimore, (which is somewhat singular, as the persimmon wood, the best in the world for making lasts, flourishes there,) and there are only a few in the Western States. There are, however, two well-known manufacturers in Detroit, and one in Chicago.*
*These seventy manufacturers make from 1,200,000 to 1,500,000 lasts every year.* It is calculated that one man will make ten lasts a day, but each last goes through some half a dozen processes before it is finished. *The largest last manufacturer in the country, according to the revenue returns, is in Worcester, Mass., Albany, N.Y., claims the second place, and we think the Detroit manufacturers come next. The Worcester manufacturer sells to one shoe house, for their own use, 6,000 dollars worth of lasts a year. A last factory, with the necessary machinery, can be set up for about 4,000, but the largest ones are run by steam and have* from 10,000 dollars to 15,000 dollars *invested in the business.* A considerable portion of the expense arises from having to hold the timber at least eighteen months before it is dry enough to work, for if green wood is used, the last will shrink. *One pair of lasts will make, on an average, about sixty pairs of boots or shoes, so it will be seen that this is no inconsiderable part of the expense of a large shoe factory.*
*As we have already stated, the best wood in use for making lasts is the persimmon; next to this the rock maple has the preference. Each kind of wood is delivered sawed in 'blocks' for lastmakers' use, and the price of persimmon is 60 dollars to 80 dollars and of maple 35 dollars to 42 dollars per thousand blocks. The price of the maple varies, however, according to the location, whether near the forests or otherwise, and the price given for persimmon is that at which it is laid down in New York*
*. Each block makes a last, but lasts for children's shoes may be made of the waste in getting out a small size men's or women's last. These 'blocks' are fourteen and fifteen inches long, four or five inches wide on the back side, and five inches deep to the heart.*
*There are a large variety of lasts made, but only about ten different kinds are sold extensively. These ten styles are each made in six different sizes for men's, boys', youths', women's, girls' and children's shoes. In this enumeration we leave out boot-trees, clamps, etc., which are also made by most lastmakers.*" (N. T.)

[d] "*Un homme qui a dix mille francs de revenu, et qui les mange entièrement, est-il considéré comme n'ayant pas de revenu, parce qu'il l'a consommé tout entier?*
*Le produit net ne peut avoir rapport qu'aux intérêts privés. Chaque entrepreneur en particulier* regarde […] *comme* produit net *ce qu'il a reçu, déduction faite de ce qu'il a payé; mais ce qu'il a payé, qui était* pour lui une avance, *était un* produit net *pour celui auquel il l'a payé. Le fabricant de drap achète de la laine au cultivateur: cette valeur, qui est* de sa part une avance, *est* un profit *pour le cultivateur, une* portion du revenu *du cultivateur. Le cultivateur à son tour* ne compte comme produit net *que ce qu'il a reçu,* ses frais déduits; *mais ses frais mêmes* ont formé de revenu *de quelqu'un, de son valet de charrue, par exemple, dont ils ont payé le travail.*
*C'est* ainsi *que la* valeur *totale de* tous les produits *s'est distribuée en revenus dans la société.*"(N.

T.)

[e] “*Pour achever d’entendre cette matière des revenus, il faut* considérer que la valeur toute entière d’un produit *se partage* en revenus à diverses personnes; car *la valeur* totale *de chaque produit se compose des profits des propriétaires fonciers, des capitalistes et des industrieux qui ont contribué à lui donner l’existence. C’est ce qui fait que le revenu de la société est égal à la* valeur brute *qui a été produite, et non, comme l’imaginait la secte des économistes, au* produit net *des terres.*”(N. T.)

[f] *“M. J. B. Say prétend* […] *que* le revenu *d’une nation est égal à son* produit brut*, c.à.d. qu’il* n’y a rien à déduire de ce revenu pour les frais de production. […] *Il est clair que* la valeur du produit annuel se *distribue partie* en capitaux *et partie* en profits*, et que chacune* de ces portions de la valeur du produit annuel va régulièrement acheter *les produits dont la nation a besoin, tant* pour entretenir son capital *que pour* remplacer son fonds consommable. […] *qui suffit par son propre travail à tous ses besoins […] produit brut résultant de ses terres, de son capital et de son industrie? Peut-elle habiter ses granges ou ses étables, manger ses sémailles et [ses] fourrages, s’habiller de ses bestiaux de labour, se divertir de ses instruments aratoires? D’après la thèse de M. Say il faudrait affirmer toutes ces questions; […] Le revenu (net) d’une nation n’est pas l’excédent des valeurs produites sur la totalité des valeurs consommées, […], sur les valeurs consommées pour produire. […] si une nation consomme dans son année tout cet excédent, elle consomme tout son revenu net […]. Si l’on admet que le revenu d’une nation est égal à son produit brut, c.à.d. qu’il n’y a point de capital […] à en déduire, il faut aussi admettre qu’elle peut dépenser improductivement la valeur entière de son produit annuel sans faire le moindre tort à son revenu futur […]. Les produits qui constituent le capital d’une nation (i.e. son capital constant) ne sont point consommables.” (N. T.)*

[g] Cf. Livro I, p. 277-8. O espaço indicado para o número da página foi deixado originalmente em branco por Marx. (N. T.)

[h] “*The whole expense of maintaining the fixed capital must evidently be excluded from the neat revenue of the society* […]. *The* price of that labour” [...] “*may indeed make a part of it*” […] “*as the workmen so employed may place the whole value of their wages in their stock reserved for immediate consumption. But in other sorts of labour,* both the price and the produce go to this stock*; the price to that of workmen, the produce to that of other people, whose subsistence, conveniences, and amusements, are augmented by the labour of those workmen.*”(N. T.)

[1] “Quando o selvagem” – ensina Senior – “fabrica arcos, ele exerce uma indústria, mas *não pratica a abstinência*”. (Cf. Livro I, p. 582 [na ed. bras., Livro I, p. 672]). Cf. N. *Flerowski* sobre a verdadeira abstinência praticada pelo camponês russo a fim de não comer seus grãos, mas “consumi-los” como sementes.

[i] Marx refere-se provavelmente à primeira edição do Livro I, de 1867, na qual as “seções” eram chamadas de “capítulos”. (N. T.)

[j] Colchetes de Marx. (N. T.)

[k] Marx refere-se ao item “B)b) Exposição com a circulação monetária mediadora”, de acordo com o sumário por ele esboçado na primeira página do manuscrito II e aqui reproduzido no Apêndice 2, p. 647. (N. T.)

[l] No manuscrito II, diferentemente de manuscritos posteriores e da versão impressa, Marx emprega letras maiúsculas para representar o capital constante, o capital variável e o mais-valor (C, V e M, respectivamente), e as cifras relativas ao valor são grafadas em sobrescrito. Portanto, no caso presente, “C200” corresponde a 200*c* na versão impressa, e assim por diante. (N. T.)

[m] Isto é, força de trabalho. (N. T.)

[n] Colchetes de Marx. (N. T.)

[o] Cf. p. 677-9. (N. T.)

[p] Cf. p. 683-4. (N. T.)

[q] Cf. p. 686-7. (N. T.)

[r] Cf. p. 691-2 e 688-90. (N. T.)

[s] Cf. p. 691-2. (N. T.)

[t] Quer dizer: nas mãos de um capitalista individual da classe capitalista IIβ. (N. E. A.)

[u] No original = "W" (*Waare*, isto é, mercadoria). Como no manuscrito II Marx emprega "M" como signo de "mais-valor" (diferentemente de manuscritos posteriores e da versão impressa, em que o mais-valor é sempre representado por "*m*"), optamos aqui por traduzir "W" pela forma abreviada "merc.", evitando assim a coincidência entre M (mercadoria) e M (mais-valor). (N. T.)

[v] Colchetes de Marx. (N. T.)

[w] Colchetes de Marx. (N. T.)

[x] Colchetes de Marx. (N. T.)

[y] Colchetes de Marx. (N. T.)

[z] Cf. p. 721-2. (N. T.)

[aa] Colchetes de Marx. (N. T.)

[ab] Colchetes de Marx. (N. T.)

[ac] Colchete dos editores da MEGA. (N. T.)

[ad] O correto seria: "33⅓%". (N. E. A.)

[ae] Colchetes de Marx. Cf. p. 727. (N. T.)

[af] Colchetes de Marx. (N. T.)

[ag] *Census of England and Wales for the year 1861* (Londres, 1861-1863). Desde 1801, os censos populacionais na Grã-Bretanha eram realizados a cada dez anos. (N. E. A.)

[ah] Cf. p. 727. (N. T.)

[ai] Cf. p. 727-8. (N. T.)

[aj] Cf. p. 727. (N. T.)

# CRONOLOGIA RESUMIDA

| | **Karl Marx** | **Friedrich Engels** |
|---|---|---|
| 1818 | Em Trier (capital da província alemã do Reno), nasce Karl Marx (5 de maio), o segundo de oito filhos de Heinrich Marx e de Enriqueta Pressburg. Trier na época era influenciada pelo liberalismo revolucionário francês e pela reação ao Antigo Regime, vinda da Prússia. | |
| 1820 | | Nasce Friedrich Engels (28 de novembro), primeiro dos oito filhos de Friedrich Engels e Elizabeth Franziska Mauritia van Haar, em Barmen, Alemanha. Cresce no seio de uma família de industriais religiosa e conservadora. |
| 1824 | O pai de Marx, nascido Hirschel, advogado e conselheiro de Justiça, é obrigado a abandonar o judaísmo por motivos profissionais e políticos (os judeus estavam proibidos de ocupar cargos públicos na Renânia). Marx entra para o Ginásio de Trier (outubro). | |
| 1830 | Inicia seus estudos no Liceu Friedrich Wilhelm, em Trier. | |
| 1834 | | Engels ingressa, em outubro, no Ginásio de Elberfeld. |
| 1835 | Escreve *Reflexões de um jovem perante a escolha de sua profissão*. Presta exame final de bacharelado em Trier (24 de setembro). Inscreve-se na Universidade de Bonn. | |
| 1836 | Estuda Direito na Universidade de Bonn. Participa do Clube de Poetas e de associações de estudantes. No verão, fica noivo em segredo de Jenny von Westphalen, sua vizinha em Trier. Em razão da oposição entre as famílias, casar-se-iam apenas sete anos depois. Matricula-se na Universidade de Berlim. | Na juventude, fica impressionado com a miséria em que vivem os trabalhadores das fábricas de sua família. Escreve *Poema*. |
| 1837 | Transfere-se para a Universidade de Berlim e estuda com mestres como Gans e Savigny. Escreve *Canções selvagens* e *Transformações*. Em carta ao pai, descreve sua relação contraditória com o hegelianismo, doutrina predominante na época. | Por insistência do pai, Engels deixa o ginásio e começa a trabalhar nos negócios da família. Escreve *História de um pirata*. |
| 1838 | Entra para o Clube dos Doutores, encabeçado por Bruno Bauer. Perde o interesse pelo Direito e entrega-se com paixão ao estudo da Filosofia, o que lhe compromete a saúde. Morre seu pai. | Estuda comércio em Bremen. Começa a escrever ensaios literários e sociopolíticos, poemas e panfletos filosóficos em periódicos como o *Hamburg Journal* e o *Telegraph für Deutschland,* entre eles o poema "O beduíno" (setembro), sobre o espírito da liberdade. |
| 1839 | | Escreve o primeiro trabalho de envergadura, *Briefe aus dem Wupperthal* [Cartas de Wupperthal], sobre a vida operária em Barmen e na vizinha Elberfeld (*Telegraph für Deutschland*, primavera). Outros |

| | | |
|---|---|---|
| | | *Memorabilia de Immermann*. Estuda a filosofia de Hegel. |
| 1840 | K. F. Koeppen dedica a Marx o seu estudo *Friedrich der Grosse und seine Widersacher* [Frederico, o Grande, e seus adversários]. | Engels publica *Réquiem para o Aldeszeitung alemão* (abril), *Vida literária moderna*, no *Mitternachtzeitung* (março-maio) e *Cidade natal de Siegfried* (dezembro). |
| 1841 | Com uma tese sobre as diferenças entre as filosofias de Demócrito e Epicuro, Marx recebe em Iena o título de doutor em Filosofia (15 de abril). Volta a Trier. Bruno Bauer, acusado de ateísmo, é expulso da cátedra de Teologia da Universidade de Bonn, com isso Marx perde a oportunidade de atuar como docente nessa universidade. | Publica *Ernst Moritz Arndt*. Seu pai o obriga a deixar a escola de comércio para dirigir os negócios da família. Engels prosseguiria sozinho seus estudos de filosofia, religião, literatura e política. Presta o serviço militar em Berlim por um ano. Frequenta a Universidade de Berlim como ouvinte e conhece os jovens hegelianos. Critica intensamente o conservadorismo na figura de Schelling, com os escritos *Schelling em Hegel*, *Schelling e a revelação* e *Schelling, filósofo em Cristo*. |
| 1842 | Elabora seus primeiros trabalhos como publicista. Começa a colaborar com o jornal *Rheinische Zeitung* [Gazeta Renana], publicação da burguesia em Colônia, do qual mais tarde seria redator. Conhece Engels, que na ocasião visitava o jornal. | Em Manchester assume a fiação do pai, a Ermen & Engels. Conhece Mary Burns, jovem trabalhadora irlandesa, que viveria com ele até a morte. Mary e a irmã Lizzie mostram a Engels as dificuldades da vida operária, e ele inicia estudos sobre os efeitos do capitalismo no operariado inglês. Publica artigos no *Rheinische Zeitung*, entre eles "Crítica às leis de imprensa prussianas" e "Centralização e liberdade". |
| 1843 | Sob o regime prussiano, é fechado o *Rheinische Zeitung*. Marx casa-se com Jenny von Westphalen. Recusa convite do governo prussiano para ser redator no diário oficial. Passa a lua de mel em Kreuznach, onde se dedica ao estudo de diversos autores, com destaque para Hegel. Redige os manuscritos que viriam a ser conhecidos como *Crítica da filosofia do direito de Hegel* [*Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie*]. Em outubro vai a Paris, onde Moses Hess e George Herwegh o apresentam às sociedades secretas socialistas e comunistas e às associações operárias alemãs. Conclui *Sobre a questão judaica* [*Zur Judenfrage*]. Substitui Arnold Ruge na direção dos *Deutsch-Französische Jahrbücher* [Anais Franco-Alemães]. Em dezembro inicia grande amizade com Heinrich Heine e conclui sua "Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução" [*Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie – Einleitung*] | Engels escreve, com Edgar Bauer, o poema satírico "Como a Bíblia escapa milagrosamente a um atentado impudente ou O triunfo da fé", contra o obscurantismo religioso. O jornal *Schweuzerisher Republicaner* publica suas "Cartas de Londres". Em Bradford, conhece o poeta G. Weerth. Começa a escrever para a imprensa cartista. Mantém contato com a Liga dos Justos. Ao longo desse período, suas cartas à irmã favorita, Marie, revelam seu amor pela natureza e por música, livros, pintura, viagens, esporte, vinho, cerveja e tabaco. |
| 1844 | Em colaboração com Arnold Ruge, elabora e publica o primeiro e único volume dos *Deutsch-Französische Jahrbücher*, no qual participa com dois artigos: "A questão judaica" e "Introdução a uma crítica da filosofia do direito de Hegel". Escreve os *Manuscritos econômico--filosóficos* [*Ökonomisch-philosophische Manuskripte*]. Colabora com o *Vorwärts!* [Avante!], órgão de imprensa dos operários alemães na emigração. Conhece a Liga dos Justos, fundada por Weitling. Amigo de Heine, Leroux, Blanc, Proudhon e Bakunin, inicia em Paris estreita amizade com Engels. Nasce Jenny, primeira filha de Marx. Rompe com Ruge e desliga-se dos *Deutsch-Französische Jahrbücher*. O governo decreta a prisão de Marx, Ruge, Heine e Bernays pela colaboração nos *Deutsch-Französische Jahrbücher*. Encontra Engels em Paris e em dez dias planejam seu primeiro trabalho juntos, *A sagrada família* [*Die heilige Familie*]. Marx publica no *Vorwärts!* artigo sobre a greve na Silésia. | Em fevereiro, Engels publica *Esboço para uma crítica da economia política* [*Umrisse zu einer Kritik der Nationalökonomie*], texto que influenciou profundamente Marx. Segue à frente dos negócios do pai, escreve para os *Deutsch-Französische Jahrbücher* e colabora com o jornal *Vorwärts!*. Deixa Manchester. Em Paris torna-se amigo de Marx, com quem desenvolve atividades militantes, o que os leva a criar laços cada vez mais profundos com as organizações de trabalhadores de Paris e Bruxelas. Vai para Barmen. |
| 1845 | Por causa do artigo sobre a greve na Silésia, a pedido do governo prussiano Marx é expulso da França, juntamente com Bakunin, Bürgers e Bornstedt. Muda-se para Bruxelas e, em colaboração com Engels, escreve e publica em Frankfurt *A sagrada família*. Ambos começam a escrever *A ideologia alemã* [*Die deutsche Ideologie*] e Marx elabora "As teses sobre Feuerbach" [*Thesen* | As observações de Engels sobre a classe trabalhadora de Manchester, feitas anos antes, formam a base de uma de suas obras principais, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* [*Die Lage der arbeitenden Klasse in England*] (publicada primeiramente em alemão; a edição seria traduzida |

| | | |
|---|---|---|
| | *über Feuerbach*]. Em setembro nasce Laura, segunda filha de Marx e Jenny. Em dezembro, ele renuncia à nacionalidade prussiana. | para o inglês 40 anos mais tarde). Em Barmen organiza debates sobre as ideias comunistas junto com Hess e profere os *Discursos de Elberfeld*. Em abril sai de Barmen e encontra Marx em Bruxelas. Juntos, estudam economia e fazem uma breve visita a Manchester (julho e agosto), onde percorrem alguns jornais locais, como o *Manchester Guardian* e o *Volunteer Journal for Lancashire and Cheshire*. Lançada *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, em Leipzig. Começa sua vida em comum com Mary Burns. |
| 1846 | Marx e Engels organizam em Bruxelas o primeiro Comitê de Correspondência da Liga dos Justos, uma rede de correspondentes comunistas em diversos países, a qual Proudhon se nega a integrar. Em carta a Annenkov, Marx critica o recém-publicado *Sistema das contradições econômicas ou Filosofia da miséria* [*Système des contradictions économiques ou Philosophie de la misère*], de Proudhon. Redige com Engels a *Zirkular gegen Kriege* [Circular contra Kriege], crítica a um alemão emigrado dono de um periódico socialista em Nova York. Por falta de editor, Marx e Engels desistem de publicar *A ideologia alemã* (a obra só seria publicada em 1932, na União Soviética). Em dezembro nasce Edgar, o terceiro filho de Marx. | Seguindo instruções do Comitê de Bruxelas, Engels estabelece estreitos contatos com socialistas e comunistas franceses. No outono, ele se desloca para Paris com a incumbência de estabelecer novos comitês de correspondência. Participa de um encontro de trabalhadores alemães em Paris, propagando ideias comunistas e discorrendo sobre a utopia de Proudhon e o socialismo real de Karl Grün. |
| 1847 | Filia-se à Liga dos Justos, em seguida nomeada Liga dos Comunistas. Realiza-se o primeiro congresso da associação em Londres (junho), ocasião em que se encomenda a Marx e Engels um manifesto dos comunistas. Eles participam do congresso de trabalhadores alemães em Bruxelas e, juntos, fundam a Associação Operária Alemã de Bruxelas. Marx é eleito vice-presidente da Associação Democrática. Conclui e publica a edição francesa de *Miséria da filosofia* [*Misère de la philosophie*] (Bruxelas, julho). | Engels viaja a Londres e participa com Marx do I Congresso da Liga dos Justos. Publica *Princípios do comunismo* [*Grundsätze des Kommunismus*], uma "versão preliminar" do *Manifesto Comunista* [*Manifest der Kommunistischen Partei*].<br>Em Bruxelas, junto com Marx, participa da reunião da Associação Democrática, voltando em seguida a Paris para mais uma série de encontros. Depois de atividades em Londres, volta a Bruxelas e escreve, com Marx, o *Manifesto Comunista*. |
| 1848 | Marx discursa sobre o livre-cambismo numa das reuniões da Associação Democrática. Com Engels publica, em Londres (fevereiro), o *Manifesto Comunista*. O governo revolucionário francês, por meio de Ferdinand Flocon, convida Marx a morar em Paris depois que o governo belga o expulsa de Bruxelas. | Expulso da França por suas atividades políticas, chega a Bruxelas no fim de janeiro. Juntamente com Marx, toma parte na insurreição alemã, de cuja derrota falaria quatro anos depois em *Revolução e contrarrevolução na Alemanha* [*Revolution und Konterevolution in Deutschland*]. Engels |
| | Redige com Engels "Reivindicações do Partido Comunista da Alemanha" [*Forderungen der Kommunistischen Partei in Deutschland*] e organiza o regresso dos membros alemães da Liga dos Comunistas à pátria. Com sua família e com Engels, muda-se em fins de maio para Colônia, onde ambos fundam o jornal *Neue Rheinische Zeitung* [Nova Gazeta Renana], cuja primeira edição é publicada em 1º de junho com o subtítulo *Organ der Demokratie*. Marx começa a dirigir a Associação Operária de Colônia e acusa a burguesia alemã de traição. Proclama o terrorismo revolucionário como único meio de amenizar "as dores de parto" da nova sociedade. Conclama ao boicote fiscal e à resistência armada. | exerce o cargo de editor do *Neue Rheinische Zeitung*, recém-criado por ele e Marx. Participa, em setembro, do Comitê de Segurança Pública criado para rechaçar a contrarrevolução, durante grande ato popular promovido pelo *Neue Rheinische Zeitung*. O periódico sofre suspensões, mas prossegue ativo. Procurado pela polícia, tenta se exilar na Bélgica, onde é preso e depois expulso. Muda-se para a Suíça. |
| 1849 | Marx e Engels são absolvidos em processo por participação nos distúrbios de Colônia (ataques a autoridades publicados no *Neue Rheinische Zeitung*). Ambos defendem a liberdade de imprensa na Alemanha. Marx é convidado a deixar o país, mas ainda publicaria *Trabalho assalariado e capital* [*Lohnarbeit und Kapital*]. O periódico, em difícil situação, é extinto (maio). Marx, em condição financeira precária (vende os próprios móveis para pagar as dívidas), tenta voltar a Paris, mas, impedido de ficar, é obrigado a deixar a cidade em 24 horas. | Em janeiro, Engels retorna a Colônia. Em maio, toma parte militarmente na resistência à reação. À frente de um batalhão de operários, entra em Elberfeld, motivo pelo qual sofre sanções legais por parte das autoridades prussianas, enquanto Marx é convidado a deixar o país. Publicado o último número do *Neue Rheinische Zeitung*. Marx e Engels vão para o sudoeste da Alemanha, onde Engels envolve-se no levante de Baden-Palatinado, antes de seguir para |

| | | |
|---|---|---|
| | Graças a uma campanha de arrecadação de fundos promovida por Ferdinand Lassalle na Alemanha, Marx se estabelece com a família em Londres, onde nasce Guido, seu quarto filho (novembro). | Londres. |
| 1850 | Ainda em dificuldades financeiras, organiza a ajuda aos emigrados alemães. A Liga dos Comunistas reorganiza as sessões locais e é fundada a Sociedade Universal dos Comunistas Revolucionários, cuja liderança logo se fraciona. Edita em Londres a *Neue Rheinische Zeitung* [Nova Gazeta Renana], revista de economia política, bem como *Lutas de classe na França* [*Die Klassenkämpfe in Frankreich*]. Morre o filho Guido. | Publica *A guerra dos camponeses na Alemanha* [*Der deutsche Bauernkrieg*]. Em novembro, retorna a Manchester, onde viverá por vinte anos, e às suas atividades na Ermen & Engels; o êxito nos negócios possibilita ajudas financeiras a Marx. |
| 1851 | Continua em dificuldades, mas, graças ao êxito dos negócios de Engels em Manchester, conta com ajuda financeira. Dedica-se intensamente aos estudos de economia na biblioteca do Museu Britânico. Aceita o convite de trabalho do *New York Daily Tribune*, mas é Engels quem envia os primeiros textos, intitulados "Contrarrevolução na Alemanha", publicados sob a assinatura de Marx. Hermann Becker publica em Colônia o primeiro e único tomo dos *Ensaios escolhidos de Marx*. Nasce Francisca (28 de março), quinta de seus filhos. | Engels, juntamente com Marx, começa a colaborar com o Movimento Cartista [Chartist Movement]. Estuda língua, história e literatura eslava e russa. |
| 1852 | Envia ao periódico *Die Revolution*, de Nova York, uma série de artigos sobre *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* [*Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte*]. Sua proposta de dissolução da Liga dos Comunistas é acolhida. A difícil situação financeira é amenizada com o trabalho para o *New York Daily Tribune*. Morre a filha Francisca, nascida um ano antes. | Publica *Revolução e contrarrevolução na Alemanha* [*Revolution und Konterevolution in Deutschland*]. Com Marx, elabora o panfleto *O grande homem do exílio* [*Die grossen Männer des Exils*] e uma obra, hoje desaparecida, chamada *Os grandes homens oficiais da Emigração*; nela, atacam os dirigentes burgueses da emigração em Londres e defendem os revolucionários de 1848-9. Expõem, em cartas e artigos conjuntos, os planos do governo, da polícia e do judiciário prussianos, textos que teriam grande repercussão. |
| 1853 | Marx escreve, tanto para o *New York Daily Tribune* quanto para o *People's Paper*, inúmeros artigos sobre temas da época. Sua precária saúde o impede de voltar aos estudos econômicos interrompidos no ano anterior, o que faria somente em 1857. Retoma a correspondência com Lassalle. | Escreve artigos para o *New York Daily Tribune*. Estuda o persa e a história dos países orientais. Publica, com Marx, artigos sobre a Guerra da Crimeia. |
| 1854 | Continua colaborando com o *New York Daily Tribune*, dessa vez com artigos sobre a revolução espanhola. | |
| 1855 | Começa a escrever para o *Neue Oder Zeitung*, de Breslau, e segue como colaborador do *New York Daily Tribune*. Em 16 de janeiro nasce Eleanor, sua sexta filha, e em 6 de abril morre Edgar, o terceiro. | Escreve uma série de artigos para o periódico *Putman*. |
| 1856 | Ganha a vida redigindo artigos para jornais. Discursa sobre o progresso técnico e a revolução proletária em uma festa do *People's Paper*. Estuda a história e a civilização dos povos eslavos. A esposa Jenny recebe uma herança da mãe, o que permite que a família mude para um apartamento mais confortável. | Acompanhado da mulher, Mary Burns, Engels visita a terra natal dela, a Irlanda. |
| 1857 | Retoma os estudos sobre economia política, por considerar iminente nova crise econômica europeia. Fica no Museu Britânico das nove da manhã às sete da noite e trabalha madrugada adentro. Só descansa quando adoece e aos domingos, nos passeios com a família em Hampstead. O médico o proíbe de trabalhar à noite. Começa a redigir os manuscritos que viriam a ser conhecidos como *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie* [Esboços de uma crítica da economia política], e que servirão de base à obra *Para a crítica da economia política* [*Zur Kritik der Politischen Ökonomie*]. Escreve a célebre *Introdução* | Adoece gravemente em maio. Analisa a situação no Oriente Médio, estuda a questão eslava e aprofunda suas reflexões sobre temas militares. Sua contribuição para a *New American Encyclopaedia* [Nova Enciclopédia Americana], versando sobre as guerras, faz de Engels um continuador de Von Clausewitz e um precursor de Lenin e Mao Tsé-Tung. Continua trocando cartas com Marx, discorrendo sobre a crise na Europa e nos Estados Unidos. |

| | | |
|---|---|---|
| | *de 1857*. Continua a colaborar no *New York Daily Tribune*. Escreve artigos sobre Jean-Baptiste Bernadotte, Simón Bolívar, Gebhard Blücher e outros na *New American Encyclopaedia* [Nova Enciclopédia Americana]. Atravessa um novo período de dificuldades financeiras e tem um novo filho, natimorto. | |
| 1858 | O *New York Daily Tribune* deixa de publicar alguns de seus artigos. Marx dedica-se à leitura de *Ciência da lógica* [*Wissenschaft der Logik*] de Hegel. Agravam-se os problemas de saúde e a penúria. | Engels dedica-se ao estudo das ciências naturais. |
| 1859 | Publica em Berlim *Para a crítica da economia política*. A obra só não fora publicada antes porque não havia dinheiro para postar o original. Marx comentaria: “Seguramente é a primeira vez que alguém escreve sobre o dinheiro com tanta falta dele”. O livro, muito esperado, foi um fracasso. Nem seus companheiros mais entusiastas, como Liebknecht e Lassalle, o compreenderam. Escreve mais artigos no *New York Daily Tribune*. Começa a colaborar com o periódico londrino *Das Volk*, contra o grupo de Edgar Bauer. Marx polemiza com Karl Vogt (a quem acusa de ser subsidiado pelo bonapartismo), Blind e Freiligrath. | Faz uma análise, junto com Marx, da teoria revolucionária e suas táticas, publicada em coluna do *Das Volk*. Escreve o artigo “Po und Rhein” [Pó e Reno], em que analisa o bonapartismo e as lutas liberais na Alemanha e na Itália. Enquanto isso, estuda gótico e inglês arcaico. Em dezembro, lê o recém--publicado *A origem das espécies* [*The Origin of Species*], de Darwin. |
| 1860 | Vogt começa uma série de calúnias contra Marx, e as querelas chegam aos tribunais de Berlim e Londres. Marx escreve *Herr Vogt* [Senhor Vogt]. | Engels vai a Barmen para o sepultamento de seu pai (20 de março). Publica a brochura *Savoia, Nice e o Reno* [*Savoyen, Nizza und der Rhein*], polemizando com Lassalle. Continua escrevendo para vários periódicos, entre eles o *Allgemeine Militar Zeitung*. Contribui com artigos sobre o conflito de secessão nos Estados Unidos no *New York Daily Tribune* e no jornal liberal *Die Presse*. |
| 1861 | Enfermo e depauperado, Marx vai à Holanda, onde o tio Lion Philiph concorda em adiantar-lhe uma quantia, por conta da herança de sua mãe. Volta a Berlim e projeta om Lassalle um novo periódico. Reencontra velhos amigos e visita a mãe em Trier. Não consegue recuperar a nacionalidade prussiana. Regressa a Londres e participa de uma ação em favor da libertação de Blanqui. Retoma seus trabalhos científicos e a colaboração com o *New York Daily Tribune* e o *Die Presse* de Viena. | |
| 1862 | Trabalha o ano inteiro em sua obra científica e encontra-se várias vezes com Lassalle para discutirem seus projetos. Em suas cartas a Engels, desenvolve uma crítica à teoria ricardiana sobre a renda da terra. O *New York Daily Tribune*, justificando-se com a situação econômica interna norte-americana, dispensa os serviços de Marx, o que reduz ainda mais seus rendimentos. Viaja à Holanda e a Trier, e novas solicitações ao tio e à mãe são negadas. De volta a Londres, tenta um cargo de escrevente da ferrovia, mas é reprovado por causa da caligrafia. | |
| 1863 | Marx continua seus estudos no Museu Britânico e se dedica também à matemática. Começa a redação definitiva de *O capital* [*Das Kapital*] e participa de ações pela independência da Polônia. Morre sua mãe (novembro), deixando-lhe algum dinheiro como herança. | Morre, em Manchester, Mary Burns, companheira de Engels (6 de janeiro). Ele permaneceria morando com a cunhada Lizzie. Esboça, mas não conclui, um texto sobre rebeliões camponesas. |
| 1864 | Malgrado a saúde, continua a trabalhar em sua obra científica. É convidado a substituir Lassalle (morto em duelo) na Associação Geral dos Operários Alemães. O cargo, entretanto, é ocupado por Becker. Apresenta o projeto e o estatuto de uma Associação Internacional dos Trabalhadores, durante encontro internacional no Saint Martin’s Hall de Londres.<br>Marx elabora o Manifesto de Inauguração da Associação Internacional dos Trabalhadores. | Engels participa da fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores, depois conhecida como a Primeira Internacional. Torna-se coproprietário da Ermen & Engels. No segundo semestre, contribui, com Marx, para o *Sozial-Demokrat*, periódico da social-democracia alemã que populariza as ideias da Internacional na Alemanha. |

| | | |
|---|---|---|
| 1865 | Conclui a primeira redação de *O capital* e participa do Conselho Central da Internacional (setembro), em Londres. Marx escreve *Salário, preço e lucro* [*Lohn, Preis und Profit*]. Publica no *Sozial-Demokrat* uma biografia de Proudhon, morto recentemente. Conhece o socialista francês Paul Lafargue, seu futuro genro. | Recebe Marx em Manchester. Ambos rompem com Schweitzer, diretor do *Sozial-Demokrat*, por sua orientação lassalliana. Suas conversas sobre o movimento da classe trabalhadora na Alemanha resultam em artigo para a imprensa. Engels publica *A questão militar na Prússia e o Partido Operário Alemão* [*Die preussische Militärfrage und die deutsche Arbeiterpartei*]. |
| 1866 | Apesar dos intermináveis problemas financeiros e de saúde, Marx conclui a redação do primeiro livro de *O capital*. Prepara a pauta do primeiro Congresso da Internacional e as teses do Conselho Central. Pronuncia discurso sobre a situação na Polônia. | Escreve a Marx sobre os trabalhadores emigrados da Alemanha e pede a intervenção do Conselho Geral da Internacional. |
| 1867 | O editor Otto Meissner publica, em Hamburgo, o primeiro volume de *O capital*. Os problemas de Marx o impedem de prosseguir no projeto. Redige instruções para Wilhelm Liebknecht, recém-ingressado na Dieta prussiana como representante social-democrata. | Engels estreita relações com os revolucionários alemães, especialmente Liebknecht e Bebel. Envia carta de congratulações a Marx pela publicação do primeiro volume de *O capital*. Estuda as novas descobertas da química e escreve artigos e matérias sobre *O capital*, com fins de divulgação. |
| 1868 | Piora o estado de saúde de Marx, e Engels continua ajudando-o financeiramente. Marx elabora estudos sobre as formas primitivas de propriedade comunal, em especial sobre o *mir* russo. Corresponde-se com o russo Danielson e lê Dühring. Bakunin se declara discípulo de Marx e funda a Aliança Internacional da Social-Democracia. Casamento da filha Laura com Lafargue. | Engels elabora uma sinopse do primeiro volume de *O capital*. |
| 1869 | Liebknecht e Bebel fundam o Partido Operário Social-Democrata alemão, de linha marxista. Marx, fugindo das polícias da Europa continental, passa a viver em Londres, com a família, na mais absoluta miséria. Continua os trabalhos para o segundo livro de *O capital*. Vai a Paris sob nome falso, onde permanece algum tempo na casa de Laura e Lafargue. Mais tarde, acompanhado da filha Jenny, visita Kugelmann em Hannover. Estuda russo e a história da Irlanda. Corresponde-se com De Paepe sobre o proudhonismo e concede uma entrevista ao sindicalista Haman sobre a importância da organização dos trabalhadores. | Em Manchester, dissolve a empresa Ermen & Engels, que havia assumido após a morte do pai. Com um soldo anual de 350 libras, auxilia Marx e sua família; com ele, mantém intensa correspondência. Começa a contribuir com o *Volksstaat*, o órgão de imprensa do Partido Social-Democrata alemão. Escreve uma pequena biografia de Marx, publicada no *Die Zukunft* (julho). Lançada a primeira edição russa do *Manifesto Comunista*. Em setembro, acompanhado de Lizzie, Marx e Eleanor, visita a Irlanda. |
| 1870 | Continua interessado na situação russa e em seu movimento revolucionário. Em Genebra instala-se uma seção russa da Internacional, na qual se acentua a oposição entre Bakunin e Marx, que redige e distribui uma circular confidencial sobre as atividades dos bakunistas e sua aliança. Redige o primeiro comunicado da Internacional sobre a guerra franco-prussiana e exerce, a partir do Conselho Central, uma grande atividade em favor da República francesa. Por meio de Serrailler, envia instruções para os membros da Internacional presos em Paris. A filha Jenny colabora com Marx em artigos para *A Marselhesa* sobre a repressão dos irlandeses por policiais britânicos. | Engels escreve *História da Irlanda* [*Die Geschichte Irlands*]. Começa a colaborar com o periódico inglês *Pall Mall Gazette*, discorrendo sobre a guerra franco-prussiana. Deixa Manchester em setembro, acompanhado de Lizzie, e instala-se em Londres para promover a causa comunista. Lá continua escrevendo para o *Pall Mall Gazette*, dessa vez sobre o desenvolvimento das oposições. É eleito por unanimidade para o Conselho Geral da Primeira Internacional. O contato com o mundo do trabalho permitiu a Engels analisar, em profundidade, as formas de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Suas conclusões seriam utilizadas por Marx em *O capital*. |
| 1871 | Atua na Internacional em prol da Comuna de Paris. Instrui Frankel e Varlin e redige o folheto *Der Bürgerkrieg in Frankreich* [A guerra civil na França]. É violentamente atacado pela imprensa conservadora. Em setembro, durante a Internacional em Londres, é reeleito secretário da seção russa. Revisa o primeiro volume de *O capital* para a segunda edição alemã. | Prossegue suas atividades no Conselho Geral e atua junto à Comuna de Paris, que instaura um governo operário na capital francesa entre 26 de março e 28 de maio. Participa com Marx da Conferência de Londres da Internacional. |
| 1872 | Acerta a primeira edição francesa de *O capital* e recebe exemplares da primeira edição russa, lançada em 27 de março. | Redige com Marx uma circular confidencial sobre supostos conflitos internos da Internacional, |

| | | |
|---|---|---|
| | Participa dos preparativos do V Congresso da Internacional em Haia, quando se decide a transferência do Conselho Geral da organização para Nova York. Jenny, a filha mais velha, casa-se com o socialista Charles Longuet. | envolvendo bakunistas na Suíça, intitulado *As pretensas cisões na Internacional* [*Die angeblichen Spaltungen in der Internationale*]. Ambos intervêm contra o lassalianismo na social-democracia alemã e escrevem um prefácio para a nova edição alemã do *Manifesto Comunista*. Engels participa do Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores. |
| 1873 | Impressa a segunda edição de *O capital* em Hamburgo. Marx envia exemplares a Darwin e Spencer. Por ordens de seu médico, é proibido de realizar qualquer tipo de trabalho. | Com Marx, escreve para periódicos italianos uma série de artigos sobre as teorias anarquistas e o movimento das classes trabalhadoras. |
| 1874 | Negada a Marx a cidadania inglesa, "por não ter sido fiel ao rei". Com a filha Eleanor, viaja a Karlsbad para tratar da saúde numa estação de águas. | Prepara a terceira edição de *A guerra dos camponeses alemães*. |
| 1875 | Continua seus estudos sobre a Rússia. Redige observações ao Programa de Gotha, da social-democracia alemã. | Por iniciativa de Engels, é publicada *Crítica do Programa de Gotha* [*Kritik des Gothaer Programms*], de Marx. |
| 1876 | Continua o estudo sobre as formas primitivas de propriedade na Rússia. Volta com Eleanor a Karlsbad para tratamento. | Elabora escritos contra Dühring, discorrendo sobre a teoria marxista, publicados inicialmente no *Vorwärts!* e transformados em livro posteriormente. |
| 1877 | Marx participa de campanha na imprensa contra a política de Gladstone em relação à Rússia e trabalha no segundo volume de *O capital*. Acometido novamente de insônias e transtornos nervosos, viaja com a esposa e a filha Eleanor para descansar em Neuenahr e na Floresta Negra. | Conta com a colaboração de Marx na redação final do *Anti-Dühring* [*Herrn Eugen Dühring's Umwälzung der Wissenschaft*]. O amigo colabora com o capítulo 10 da parte 2 ("Da história crítica"), discorrendo sobre a economia política. |
| 1878 | Paralelamente ao segundo volume de *O capital*, Marx trabalha na investigação sobre a comuna rural russa, complementada com estudos de geologia. Dedica-se também à *Questão do Oriente* e participa de campanha contra Bismarck e Lothar Bücher. | Publica o *Anti-Dühring* e, atendendo a pedido de Wolhelm Bracke feito um ano antes, publica pequena biografia de Marx, intitulada *Karl Marx*. Morre Lizzie. |
| 1879 | Marx trabalha nos volumes II e III de *O capital*. | |
| 1880 | Elabora um projeto de pesquisa a ser executado pelo Partido Operário francês. Torna-se amigo de Hyndman. Ataca o oportunismo do periódico *Sozial-Demokrat* alemão, dirigido por Liebknecht. Escreve as *Randglossen zu Adolph Wagners Lehrbuch der politischen Ökonomie* [Glosas marginais ao tratado de economia política de Adolph Wagner]. Bebel, Bernstein e Singer visitam Marx em Londres. | Engels lança uma edição especial de três capítulos do *Anti-Dühring*, sob o título *Socialismo utópico e científico* [*Die Entwicklung des Socialismus Von der Utopie zur Wissenschaft*]. Marx escreve o prefácio do livro. Engels estabelece relações com Kautsky e conhece Bernstein. |
| 1881 | Prossegue os contatos com os grupos revolucionários russos e mantém correspondência com Zasulitch, Danielson e Nieuwenhuis. Recebe a visita de Kautsky. Jenny, sua esposa, adoece. O casal vai a Argenteuil visitar a filha Jenny e Longuet. Morre Jenny Marx. | Enquanto prossegue em suas atividades políticas, estuda a história da Alemanha e prepara *Labor Standard*, um diário dos sindicatos ingleses. Escreve um obituário pela morte de Jenny Marx (8 de dezembro). |
| 1882 | Continua as leituras sobre os problemas agrários da Rússia. Acometido de pleurisia, visita a filha Jenny em Argenteuil. Por prescrição médica, viaja pelo Mediterrâneo e pela Suíça. Lê sobre física e matemática. | Redige com Marx um novo prefácio para a edição russa do *Manifesto Comunista*. |
| 1883 | A filha Jenny morre em Paris (janeiro). Deprimido e muito enfermo, com problemas respiratórios, Marx morre em Londres, em 14 de março. É sepultado no Cemitério de Highgate. | Começa a esboçar *A dialética da natureza* [*Dialektik der Natur*], publicada postumamente em 1927. Escreve outro obituário, dessa vez para a filha de Marx, Jenny. No sepultamento de Marx, profere o que ficaria conhecido como *Discurso diante da sepultura de Marx* [*Das Begräbnis von Karl Marx*]. Após a morte do amigo, publica uma edição inglesa do primeiro volume de *O capital*; imediatamente depois, prefacia a terceira edição alemã da obra, e já começa a preparar o segundo volume. |
| 1884 | | Publica *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* [*Der Ursprung der Familie, des Privateigentum und des Staates*]. |

| | |
|---|---|
| 1885 | Editado por Engels, é publicado o segundo volume de *O capital*. |
| 1894 | Também editado por Engels, é publicado o terceiro volume de *O capital*. O mundo acadêmico ignorou a obra por muito tempo, embora os principais grupos políticos logo tenham começado a estudá-la. Engels publica os textos *Contribuição à história do cristianismo primitivo* [*Zur Geschischte des Urchristentums*] e *A questão camponesa na França e na Alemanha* [*Die Bauernfrage in Frankreich und Deutschland*]. |
| 1895 | Redige uma nova introdução para *As lutas de classes na França*. Após longo tratamento médico, Engels morre em Londres (5 de agosto). Suas cinzas são lançadas ao mar em Eastbourne. Dedicou-se até o fim da vida a completar e traduzir a obra de Marx, ofuscando a si próprio e a sua obra em favor do que ele considerava a causa mais importante. |

# COLEÇÃO MARX-ENGELS

*A guerra civil na França*
**Karl Marx**
Tradução de Rubens Enderle
Apresentação de Antonio Rago Filho

*A ideologia alemã*
**Karl Marx e Friedrich Engels**
Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Martorano
Apresentação de Emir Sader

*A sagrada família*
**Karl Marx e Friedrich Engels**
Tradução de Marcelo Backes

*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*
**Friedrich Engels**
Tradução de B. A. Schumann

*Crítica da filosofia do direito de Hegel*
**Karl Marx**
Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus

*Crítica do Programa de Gotha*
**Karl Marx**
Tradução de Rubens Enderle
Apresentação e quarta-capa de Michael Löwy.

*Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858*
**Karl Marx**
Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider, com Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman
Apresentação de Mario Duayer

*Lutas de classes na Alemanha*

**Karl Marx e Friedrich Engels**
Tradução de Nélio Schneider
Prefácio de Michael Löwy

*Lutas de classes na França*
**Karl Marx**
Tradução de Nélio Schneider
Prefácio de Friedrich Engels

*Lutas de classes na Rússia*
Textos de **Karl Marx** e **Friedrich Engels**
Organização de Michael Löwy
Tradução de Nélio Schneider

*Manifesto Comunista*
**Karl Marx e Friedrich Engels**
Tradução de Ivana Jinkings e Álvaro Pina

*Manuscritos econômico-filosóficos*
**Karl Marx**
Tradução de Jesus Ranieri

*O 18 de brumário de Luís Bonaparte*
**Karl Marx**
Tradução de Nélio Schneider
Prólogo de Herbert Marcuse

*O capital: crítica da economia política*, Livro I
**Karl Marx**
Tradução de Rubens Enderle
Textos introdutórios de José Arthur Gianotti, Louis Althusser e Jacob Gorender

*O socialismo jurídico*
**Friedrich Engels**
Tradução de Livia Cotrim e Márcio Bilharinho Naves

*Sobre a questão judaica*
**Karl Marx**
Tradução de Nélio Schneider e Wanda Caldeira Brant
Apresentação e posfácio de Daniel Bensaïd

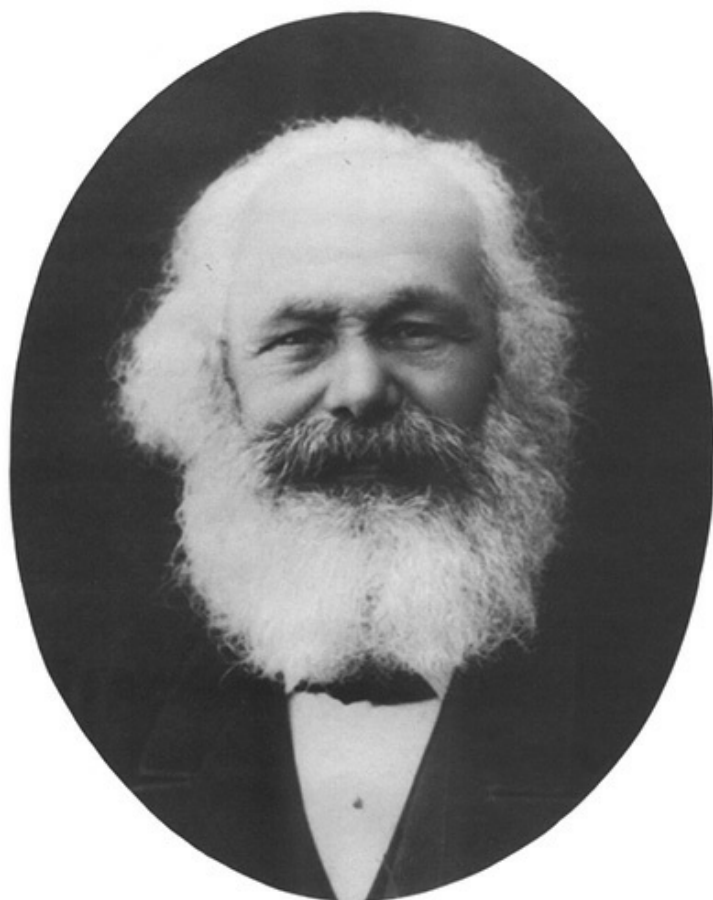
*Sobre o suicídio*
**Karl Marx**
Tradução de Rubens Enderle e Francisco Fontanella

Último retrato de Karl Marx, tirado em 1882.

Ilustração de Walter Crane em homenagem ao 1º de Maio de 1895.

# Das Kapital.

## Kritik der politischen Oekonomie.

Von

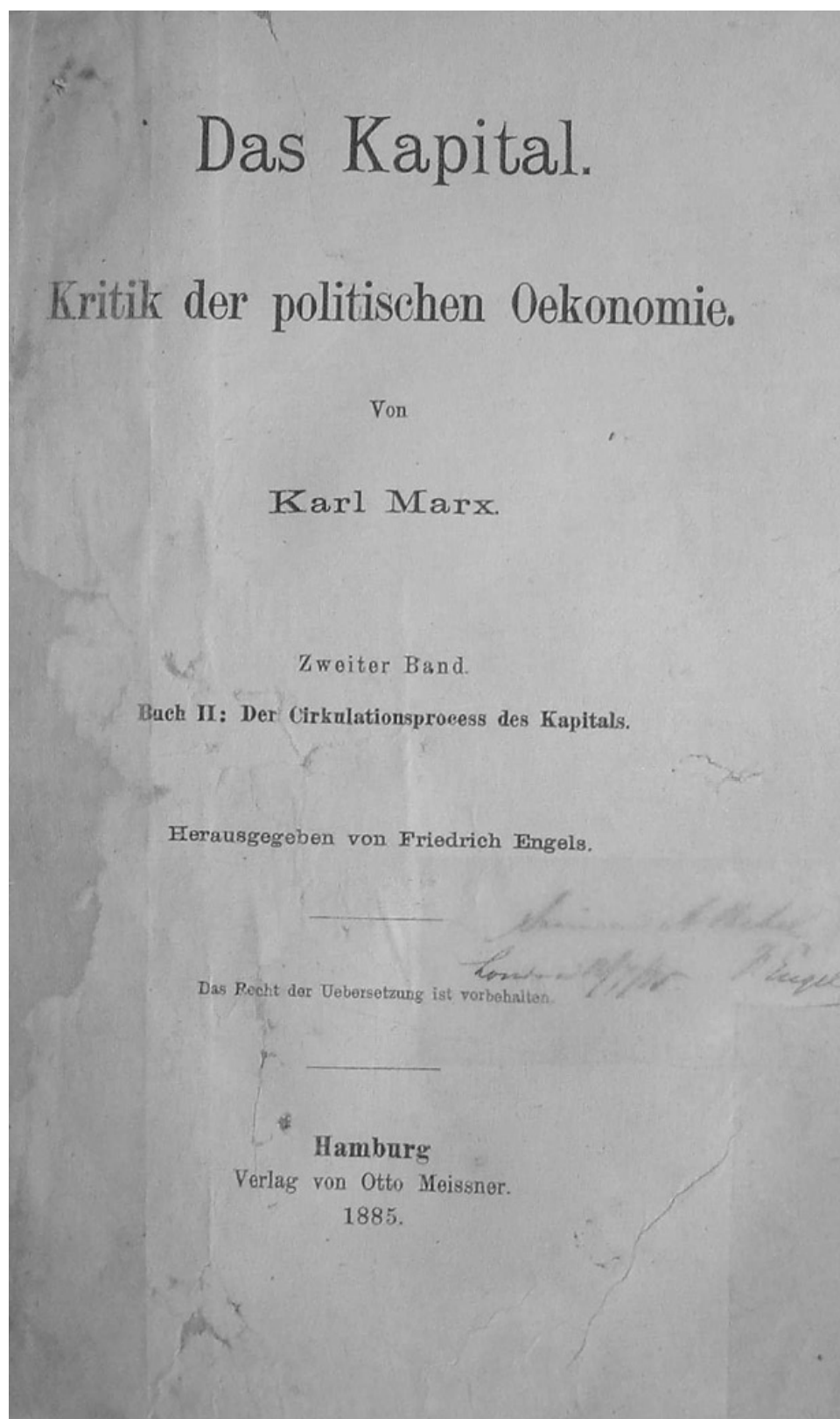
**Karl Marx.**

Zweiter Band.

Buch II: Der Cirkulationsprocess des Kapitals.

Herausgegeben von Friedrich Engels.

Das Recht der Uebersetzung ist vorbehalten.

**Hamburg**
Verlag von Otto Meissner.
1885.

Frontispício da primeira edição do Livro II. Hamburgo, Otto Meissner, 1885.

Apartamento de Friedrich Engels em 122 Regent's Park, Londres, onde viveu de 1870 a 1894.

Primeira página do manuscrito final de Friedrich Engels para o Livro II.

Página 153 do manuscrito II de Karl Marx.

Página 14 do manuscrito IV de Karl Marx.

De pé, Friedrich Engels e Karl Marx. Sentadas, as filhas de Marx: Jenny, Eleanor e Laura.

Imagem do manuscrito II de Karl Marx.

Ilustração de Walter Crane em homenagem ao 1º de Maio de 1889.

Página 1 do manuscrito VIII de Karl Marx.

Imagem do sumário do manuscrito II (Apêndice 2 deste volume).

# E-BOOKS[a] DA BOITEMPO EDITORIAL

*O alfaiate de Ulm*
Lucio Magri

*Altíssima pobreza*
Giorgio Agamben

*Brasil em jogo*
Andrew Jennings, Raquel Rolnik, Antonio Lassance et al.

*A crise do neoliberalismo*
Gérard Duménil e Dominique Lévy

*Ditadura: o que resta da transição*
Milton Pinheiro (org.)

*Estado e política em Marx*
Emir Sader

*O homem que amava os cachorros*
Leonardo Padura

*Intérpretes do Brasil*
Luiz Bernardo Pericás e Lincoln Secco (orgs.)

*O mito da grande classe média*
Marcio Pochmann

*Mulher, Estado e revolução*
Wendy Goldman

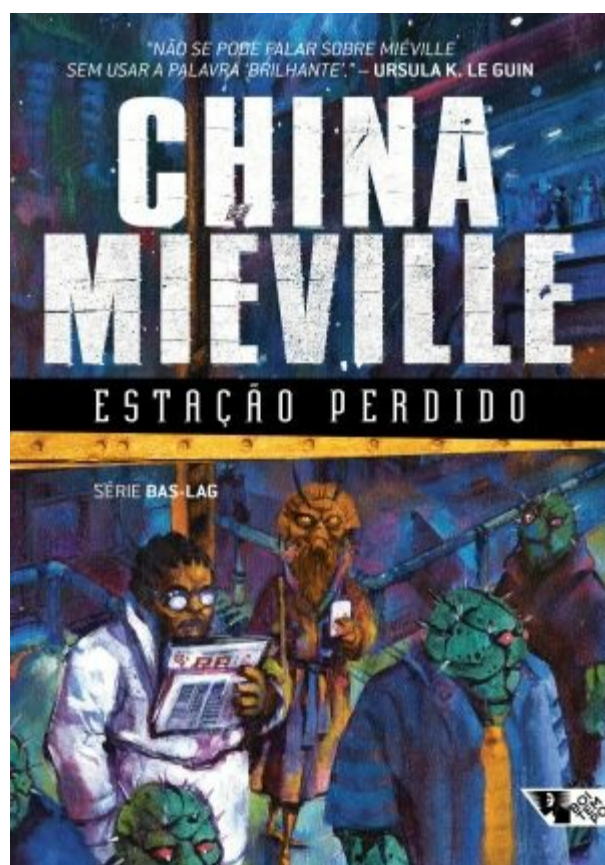
*O novo tempo do mundo*
Paulo Arantes

*Violência*
Slavoj Žižek

*Tempo, trabalho e dominação social*
Moishe Postone

[a] Formato ePub.

Este livro foi publicado 170 anos depois de Marx e Engels começarem a trabalhar em “A crítica da Crítica crítica: contra Bruno Bauer e consortes”, que viria a ser sua primeira obra escrita a quatro mãos (depois intitulada *A sagrada família*).

"NÃO SE PODE FALAR SOBRE MIÉVILLE SEM USAR A PALAVRA 'BRILHANTE'." – URSULA K. LE GUIN
CHINA
MIÉVILLE
ESTAÇÃO PERDIDO
SÉRIE BAS-LAG

# Estação Perdido

Miéville, China
9788575594902
610 páginas

Compre agora e leia

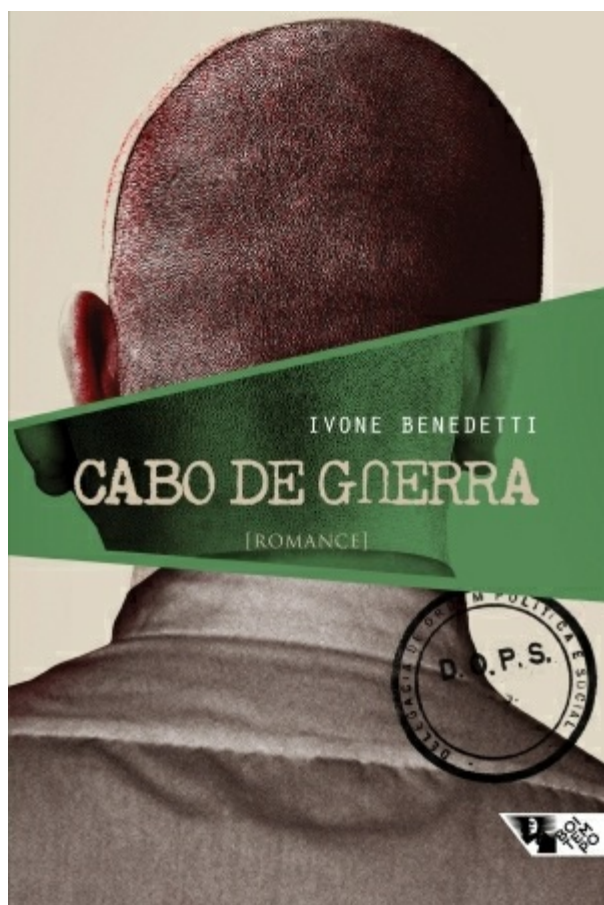
“Com seu novo romance, o colossal, intricado e visceral Estação Perdido, Miéville se desloca sem esforço entre aqueles que usam as ferramentas e armas do fantástico para definir e criar a ficção do século que está por vir.” – Neil Gaiman

“Não se pode falar sobre Miéville sem usar a palavra 'brilhante'.” – Ursula K. Le Guin

O aclamado romance que consagrou o escritor inglês China Miéville como um dos maiores nomes da fantasia e da ficção científica contemporânea. Miéville escreve fantasia, mas suas histórias passam longe de contos de fadas. Em Estação Perdido, primeiro livro de uma trilogia que lhe rendeu prêmios como o British Fantasy (2000) e o Arthur C. Clarke (2001), o leitor é levado para Nova Crobuzon, no planeta Bas-Lag, uma cidade imaginária cuja semelhança com o real provoca uma assustadora intuição: a de que a verdadeira distopia seja o mundo em que vivemos.

Com pitadas de David Cronenberg e Charles Dickens, Bas-Lag é um mundo habitado por diferentes espécies racionais, dotadas de habilidades físicas e mágicas, mas ao mesmo tempo preso a uma estrutura hierárquica bastante rígida e onde os donos do poder têm a última palavra. Nesse ambiente, Estação Perdido conta a saga de Isaac Dan der Grimnebulin, excêntrico

cientista que divide seu tempo entre uma pesquisa acadêmica pouco ortodoxa e a paixão interespécies por uma artista boêmia, a impetuosa Lin, com quem se relaciona em segredo. Sua rotina será afetada pela inesperada visita de um garuda chamado Yagharek, um ser meio humano e meio pássaro que lhe pede ajuda para voltar a voar após ter as asas cortadas em um julgamento que culminou em seu exílio. Instigado pelo desafio, Isaac se lança em experimentos energéticos que logo sairão do controle, colocando em perigo a vida de todos na tumultuada e corrupta Nova Crobuzon.

IVONE BENEDETTI
CABO DE GUERRA
[ROMANCE]
D.O.P.S.

# Cabo de guerra

Benedetti, Ivone
9788575594919
306 páginas

[Compre agora e leia]

Finalista do Prêmio São Paulo de Literatura de 2010, Ivone Benedetti lança pela Boitempo seu segundo romance, o arrebatador Cabo de guerra, que invoca fantasmas do passado militar brasileiro pela perspectiva incômoda de um homem sem convicções transformado em agente infiltrado.

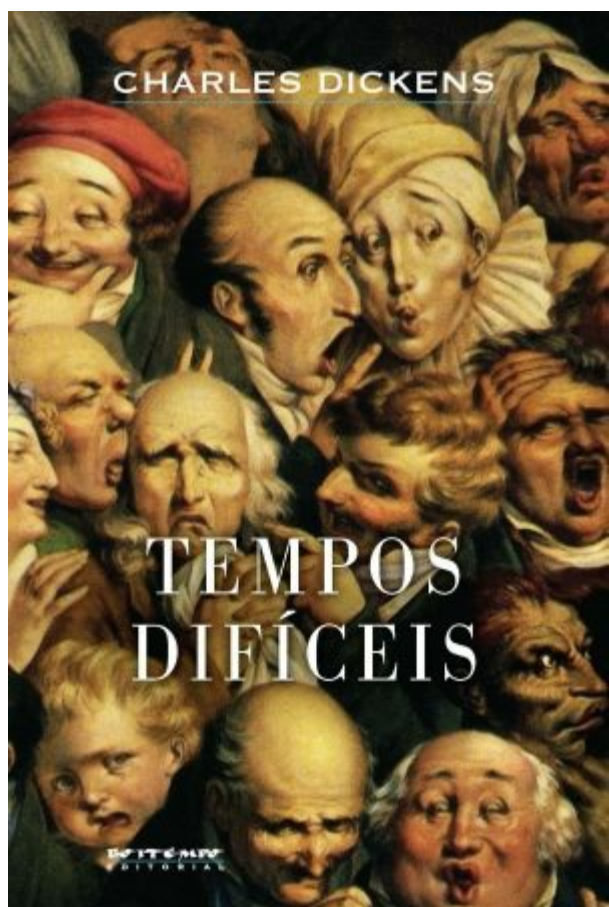
No final da década de 1960, um rapaz deixa o aconchego da casa materna na Bahia para tentar a sorte em São Paulo. Em meio à efervescência política da época, que não fazia parte de seus planos, ele flerta com a militância de esquerda, vai parar nos porões da ditadura e muda radicalmente de rumo, selando não apenas seu destino, mas o de muitos de seus ex-companheiros.

Quarenta anos depois, ainda é difícil o balanço: como decidir entre dois lados, dois polos, duas pontas do cabo de guerra que lhe ofertaram? E, entre as visões fantasmagóricas que o assaltam desde criança e a realidade que ele acredita enxergar, esse protagonista com vocação para coadjuvante se entrega durante três dias a um estranho acerto de contas com a própria existência. Assistido por uma irmã devota e rodeado por uma série de personagens emersos de páginas infelizes, ele chafurda numa ferida eternamente aberta na história do país.

Narradora talentosa, Ivone Benedetti tem pleno domínio da construção do

romance. Num texto em que nenhum elemento aparece por acaso e no qual, a cada leitura, uma nova referência se revela, o leitor se vê completamente envolvido pela história de um protagonista desprovido de paixões, dono de uma biografia banal e indiferente à polarização política que tanto marcou a década de 1970 no Brasil. Essa figura anônima será, nessa ficção histórica, peça fundamental no desfecho de um trágico enredo.

Neste Cabo de guerra, são inúmeras e incômodas as pontes lançadas entre passado e presente, entre realidade e invenção. Para mencionar apenas uma, a abordagem do ato de delação política não poderia ser mais instigante para a reflexão sobre o Brasil contemporâneo.

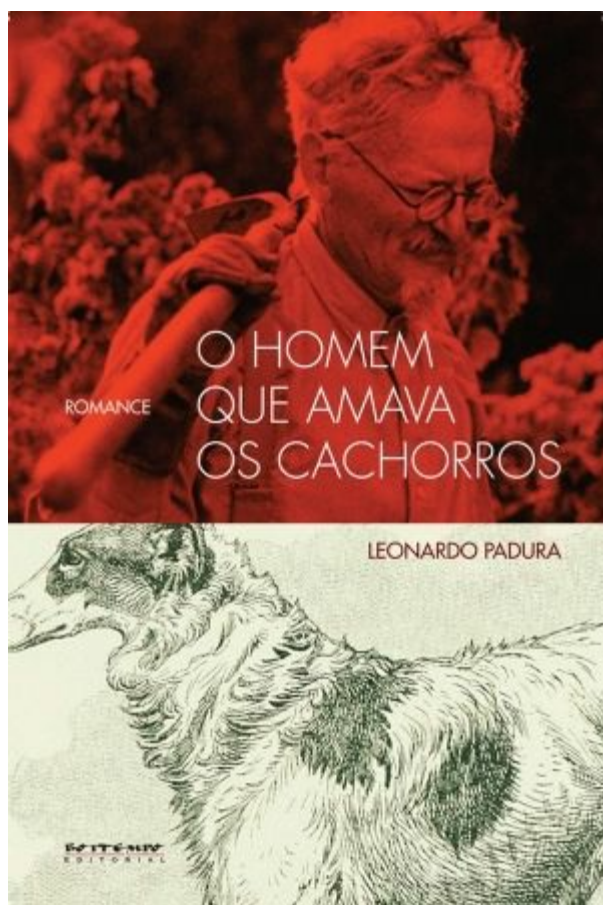
CHARLES DICKENS
TEMPOS
DIFÍCEIS

# Tempos difíceis

Dickens, Charles
9788575594209
336 páginas

Compre agora e leia

Neste clássico da literatura, Charles Dickens trata da sociedade inglesa durante a Revolução Industrial usando como pano de fundo a fictícia e cinzenta cidade de Coketown e a história de seus habitantes. Em seu décimo romance, o autor faz uma crítica profunda às condições de vida dos trabalhadores ingleses em fins do século XIX, destacando a discrepância entre a pobreza extrema em que viviam e o conforto proporcionado aos mais ricos da Inglaterra vitoriana. Simultaneamente, lança seu olhar sagaz e bem humorado sobre como a dominação social é assegurada por meio da educação das crianças, com uma compreensão aguda de como se moldam espíritos desacostumados à contestação e prontos a obedecer à inescapável massificação de seu corpo e seu espírito.

Acompanhando a trajetória de Thomas Gradgrind, "um homem de fatos e cálculos", e sua família, o livro satiriza os movimentos iluminista e positivista e triunfa ao descrever quase que de forma caricatural a sociedade industrial, transformando a própria estrutura do romance numa argumentação antiliberal. Por meio de diversas alegorias, como a escola da cidade, a fábrica e suas chaminés, a trupe circense do Sr. Sleary e a oposição entre a casa do burguês Josiah Bounderby e a de seu funcionário Stephen Blackpool, o resultado é uma crítica à mentalidade capitalista e à exploração da força de trabalho, imposições que Dickens alertava estarem destruindo a criatividade humana e a alegria.

O HOMEM
ROMANCE
QUE AMAVA
OS CACHORROS
LEONARDO PADURA
EDITORIAL

# O homem que amava os cachorros

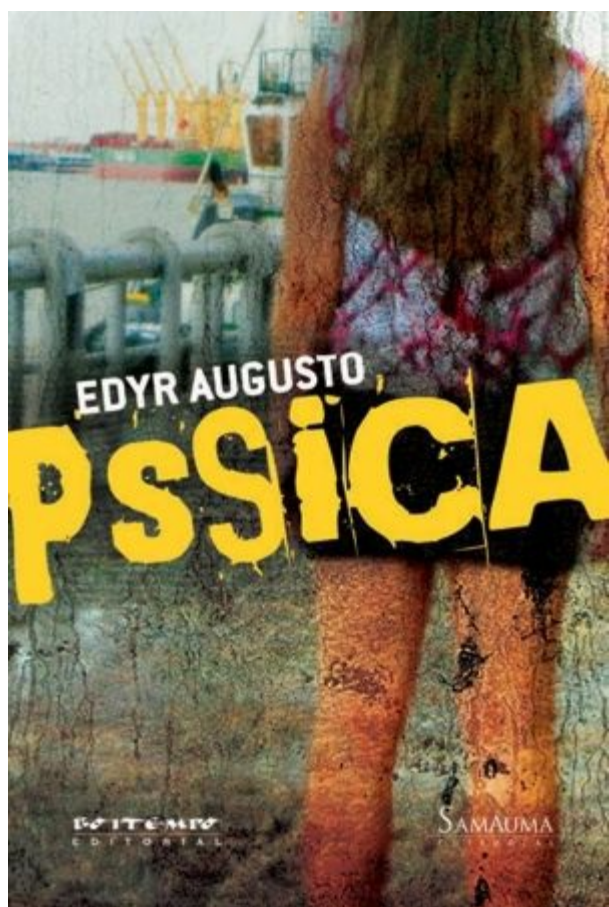
Padura, Leonardo
9788575593622
592 páginas

Compre agora e leia

Esta premiadíssima e audaciosa obra do cubano Leonardo Padura, traduzida para vários países (como Espanha, Cuba, Argentina, Portugal, França, Inglaterra e Alemanha), é e não é uma ficção. A história é narrada, no ano de 2004, pelo personagem Iván, um aspirante a escritor que atua como veterinário em Havana e, a partir de um encontro enigmático com um homem que passeava com seus cães, retoma os últimos anos da vida do revolucionário russo Leon Trotski, seu assassinato e a história de seu algoz, o catalão Ramón Mercader, voluntário das Brigadas Internacionais da Guerra Civil Espanhola e encarregado de executá-lo.

Esse ser obscuro, que Iván passa a denominar "o homem que amava os cachorros", confia a ele histórias sobre Mercader, um amigo bastante próximo, de quem conhece detalhes íntimos. Diante das descobertas, o narrador reconstrói a trajetória de Liev Davidovitch Bronstein, mais conhecido como Trotski, teórico russo e comandante do Exército Vermelho durante a Revolução de Outubro, exilado por Joseph Stalin após este assumir o controle do Partido Comunista e da URSS, e a de Ramón Mercader, o homem que empunhou a picareta que o matou, um personagem sem voz na história e que recebeu, como militante comunista, uma única tarefa: eliminar Trotski. São descritas sua adesão ao Partido Comunista espanhol, o treinamento em Moscou, a mudança de identidade e os artifícios para ser aceito na intimidade do líder soviético, numa série de revelações

que preenchem uma história pouco conhecida e coberta, ao longo dos anos, por inúmeras mistificações.

EDYR AUGUSTO
PSSICA
SAMAUMA

# Pssica

Proença, Edyr Augusto
9788575594506
96 páginas

Compre agora e leia

Após grande sucesso na França - onde teve três livros traduzidos -, o paraense Edyr Augusto lança um novo romance noir de tirar o fôlego. Em Pssica, que na gíria regional quer dizer "azar", "maldição", a narrativa se desdobra em torno do tráfico de mulheres.

Uma adolescente é raptada no centro de Belém do Pará e vendida como escrava branca para casas de show e prostituição em Caiena. Um imigrante angolano vai parar em Curralinho, no Marajó, onde monta uma pequena mercearia, que é atacada por ratos d'água (ladrões que roubam mercadorias das embarcações, os piratas da Amazônia) e, em seguida, entra em uma busca frenética para vingar a esposa assassinada. Entre os assaltantes está um garoto que logo assumirá a chefia do grupo. Esses três personagens se encontram em Breves, outra cidade do Marajó, e depois voltam a estar próximos em Caiena, capital da Guiana Francesa, em uma vertiginosa jornada de sexo, roubo, garimpo, drogas e assassinatos.

Compre agora e leia

# Índice